Prefácio

A.C. Secchin

Depoimentos

Carlos Quiroga
Conceição Lima
Crisódio Araújo
Fabián Severo
Gonçalo M. Tavares
José Eduardo Agualusa
José Luis Mendonça
Margarita Corrêa
Mario Lucio Verde
Marisa Mendonça
Mayra Andrade
Mia Couto
Odete Semedo
Paulo José Miranda
Sara Figueiredo Costa
Vera Duarte
Vicente Paulino

Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português é uma obra de referência que resulta do esforço de pesquisadores e profissionais brasileiros para mapear, em suas áreas de especialidade, ações que caracterizam, ao longo da história e contemporaneamente, o papel do país na repercussão internacional do idioma. O ano de 2022 marca o Centenário da Semana de Arte Moderna e o Bicentenário da Independência do Brasil, referências relevantes das contribuições brasileiras ao concerto das nações. Convergem os dois momentos como pontos históricos em que o país observa a si mesmo e pode melhor reconhecer-se e, assim, também imaginar melhor o que almeja para o futuro. Integrado a esse movimento, o *Panorama* pretende colaborar modestamente para a constituição de um espelho do país, considerando-se o que ele pode, de modo especial, repercutir para outros povos. A língua é matéria-prima essencial desse espelho, por meio do qual o Brasil projeta internacionalmente uma imagem de si, que estimula, cativa, encanta, ao mesmo tempo em que convida o mundo a pensar e agir em português.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
50 ANOS 1971-2021

ISBN 978-65-87083-02-5

PANORAMA DA CONTRIBUIÇÃO DO **BRASIL** PARA A DIFUSÃO DO **PORTUGUÊS**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

PANORAMA DA CONTRIBUIÇÃO DO **BRASIL** PARA A DIFUSÃO DO **PORTUGUÊS**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

Verbetes

Academia Brasileira de Letras
Agência Brasileira de Cooperação
Associações Comunitárias
Audiovisual
Câmara Brasileira do Livro
Canção
Capoeira
Centros Culturais Brasileiros
Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
Diplomatas estrangeiros em Brasília
Escola Internacional das Nações Unidas
Fronteira
Idiomas sem fronteiras
Instituições de Ensino Superior
Instituto Internacional da Língua Portuguesa
Internet
Jogos eletrônicos
Leitorados
Literatura
Missão Naval na Namíbia
Museu da Língua Portuguesa
Portal do Professor de Português Língua Estrangeira
Português como língua de herança
Programa de tradução
Programas Estudantes-Convênio
Propostas curriculares
Quadrinhos
Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira
Teletandem
Terminologias Científicas e Técnicas Comuns
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Vocabulário Ortográfico Comum

PANORAMA DA CONTRIBUIÇÃO DO **BRASIL** PARA A DIFUSÃO DO **PORTUGUÊS**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

Panorama da contribuição do **Brasil** para a difusão do **português**

Ministério das Relações Exteriores
Secretaria de Comunicação e Cultura
Departamento Cultural e Educacional

Fundação Alexandre de Gusmão

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Ministério das Relações Exteriores
Secretaria de Comunicação e Cultura
Departamento Cultural e Educacional

Panorama da contribuição do **Brasil** para a difusão do **português**

Brasília - 2021

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Telefones: (61) 2030-9117/9128
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:
Acauã Lucas Leotta
Denivon Cordeiro de Carvalho
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Higor Francisco Gomes
Isabela Gomes Fortunato
Kamilla Sousa Coelho
Luiz Antônio Gusmão
Maria Luiza Rodrigues dos Anjos
Matheus Felix de Moraes Queiroz
Mônica Melo

Programação Visual e Diagramação:
Varnei Rodrigues - Propagare Comercial Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P195 Ministério das Relações Exteriores

Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português / – Brasília: FUNAG, 2021.

470 p.

ISBN 978-65-87083-02-5

1. 1. Língua portuguesa - difusão internacional 2. Diplomacia cultural brasileira I. Título.

CDD 469
CDU 811.134.3

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.
Bibliotecária responsável: Raimunda Lima Evangelista, CRB-1/3382

SUMÁRIO

Apresentação 7
Prefácio 15

VERBETES

Academia Brasileira de Letras 25
Agência Brasileira de Cooperação 31
Associações Comunitárias 41
Audiovisual 49
Câmara Brasileira do Livro 67
Canção 79
Capoeira 95
Centros Culturais Brasileiros 105
Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) 119
Diplomatas estrangeiros em Brasília 131
Escola Internacional das Nações Unidas (UNIS) 135
Fronteira 141
Idiomas sem fronteiras 151
Instituições de ensino superior 165
Instituto Internacional da Língua Portuguesa 179
Internet 187
Jogos eletrônicos 195
Leitorado 209
Literatura 229
Missão Naval na Namíbia 245
Museu da Língua Portuguesa 247
Portal do Professor de Português Língua Estrangeira 255
Português como língua de herança 263
Programa de apoio à tradução da Fundação Bilbioteca Nacional 275
Programas Estudantes--Convênio (PECs) 283
Propostas curriculares 293

Quadrinhos 305
Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE)..... 317
Teletandem..... 321
Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa
(TCTCs)..... 329
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(Unilab)..... 341
Universidade Federal da Integração Latino-
-Americana (UNILA) 349
Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) 363

DEPOIMENTOS
No coração da baleia..... 379
Uma certa ideia do Brasil..... 383
Mais do que a língua… 389
Brasiles..... 391
Uma língua, infinitas línguas..... 393
Como me tornei brasileiro 395
O valor afectivo do português do Brasil em Angola 397
Brasil, pátria do coração..... 403
Do falazar ao novelês 407
Língua portuguesa: uma imensa onda que nos cobre..... 409
Se fosse falado, seria em português brasileiro..... 413
As infinitas margens do oceano 415
Língua portuguesa: línguas de falas insubmissas..... 419
O outro lado da língua 423
O firmamento do sul no coração do meu norte..... 425
O meu suficiente maravilhoso 429
Minha experiência de contato com o Brasil..... 431

SOBRE OS VERBETES..... 433

Apresentação

Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português é uma obra de referência que resulta do esforço de pesquisadores e profissionais brasileiros para mapear, em suas áreas de especialidade, ações que caracterizam, ao longo da história e contemporaneamente, o papel do país na repercussão internacional do idioma. Ainda no ano de 2020, o projeto nasceu com o convite realizado pelo Departamento Cultural e Educacional do Ministério das Relações Exteriores (DCED/MRE) aos coordenadores da equipe editorial, Prof. Alexandre Pilati, da Universidade de Brasília (UnB), e Prof. Nelson Viana, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para, a partir da perspectiva dos seus campos de atuação (literatura e língua, respectivamente), trabalharem na organização da obra.

O objetivo principal do projeto era elencar vetores que evidenciassem a relevância do Brasil na divulgação da língua portuguesa pelo mundo. Entre os objetivos específicos do projeto estavam: i) dar ampla divulgação a tais experiências em âmbito internacional; ii) registrar-lhes a história e iii) estimular que outros projetos se constituam em direções semelhantes às das iniciativas apresentadas no livro. A publicação, de acordo com o projeto apresentado aos organizadores, deveria efetivar esses objetivos por meio de uma coleção de textos que combinasse informatividade, rigor acadêmico e comunicabilidade, a fim de atender à potencial amplitude do público leitor interessado no tema da língua portuguesa ao redor do mundo.

Um projeto com tais características só poderia nascer e efetivar-se a partir do Itamaraty, especialmente considerando-se a atuação do DCED, que possui uma perspectiva ampla do campo, graças às interlocuções que historicamente são mantidas com profissionais que atuam nas diversas áreas abrangidas pelo *Panorama*, bem como à experiência dos profissionais da diplomacia cultural brasileira. Essa perspectiva ampla combina-se com a dos especialistas nos temas relacionados com a difusão internacional do português a partir do Brasil, que é centrada nas suas áreas de atuação. Considerando esses

dois aspectos da questão, espera-se que a totalidade das ações apresentada neste livro contribua para a percepção da sinergia existente entre iniciativas que, muitas vezes, aparentam estar distanciadas ou apartadas. O ponto de vista das relações internacionais e, especialmente, da diplomacia cultural do Brasil favorece, pois, um diagnóstico mais global do campo e é capaz de estimular tanto a integração entre ações quanto a criação de novas iniciativas, inspiradas naquelas que são recolhidas neste *Panorama*.

Ainda considerando o imprescindível papel do Itamaraty para a composição da obra, merece destaque, no intenso trabalho que durou quase um ano, a inestimável colaboração dos diplomatas responsáveis pela área cultural. Essa colaboração envolveu o levantamento de informações, a mediação de interlocuções com pesquisadores, escritores e personalidades de diversos países e o apoio geral ao processo de edição pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). A respeito dessa inestimável colaboração dos profissionais do Itamaraty, deve-se ainda destacar que, em nenhum momento, houve qualquer tipo de interferência na seleção de títulos, autores ou informações que seriam apresentadas nos textos, o que, reforçando o caráter acadêmico e rigoroso da publicação, contribuiu para que os coordenadores pudessem trabalhar com autonomia na curadoria dos verbetes e dos infográficos que compõem a obra.

O critério determinante para a escolha dos temas foi o alcance mundial das iniciativas, sobretudo a partir da perspectiva do Departamento Cultural do Itamaraty e procurou-se abarcar o maior número possível de vetores, consideradas as condições materiais e temporais de elaboração da obra. Com amparo nesses princípios, começaram a ser realizados os contatos que deram oportunidade à composição do variado mosaico do *Panorama*, uma publicação que, além do público em geral, destina-se a acadêmicos e gestores públicos, no Brasil ou no exterior, envolvidos em ações cujo objeto central seja a difusão do idioma e da cultura brasileira.

Além desta apresentação e do prefácio, o *Panorama* abrange três seções:

1) verbetes organizados em ordem alfabética;
2) depoimentos e
3) notas biográficas dos autores, agradecimentos e notas metodológicas.

Nas duas primeiras seções, são coligidos 33 verbetes e 17 depoimentos, que ilustram significativamente a relevância do país para a projeção internacional do idioma e evidenciam o modo peculiar como o Brasil contribui nesse sentido. A reunião e a organização desses textos representam ação editorial pioneira no país, especialmente se forem consideradas a destacada amplitude das iniciativas reunidas, a inquestionável qualidade dos textos e das informações apresentadas, a originalidade da associação entre informatividade, rigor, comunicabilidade e qualidade literária que se percebe no volume. Todas essas características conferem ao *Panorama* um perfil certamente diferenciado em relação ao que se produziu até hoje nesse âmbito.

A peculiaridade da contribuição brasileira para a difusão internacional da língua portuguesa ocorre em evidente convergência com o que afirma o escritor

moçambicano Mia Couto em texto escrito especialmente para esta publicação: "Na verdade, esta é uma língua onde coabitam vários idiomas. Há muitas línguas na língua portuguesa." (página 416). Tal peculiaridade deve-se ao cariz dialógico que define as ações do país, as quais se combinam fraternalmente com iniciativas realizadas por outras nações ou regiões que vivenciam, de acordo com suas particularidades, a experiência do idioma. Nesses termos, a multiplicidade das atividades brasileiras abarcada neste *Panorama* demonstra claramente o contexto de convivência e colaboração com outras nações, o que contribui sobremaneira para fortalecer o caráter pluricêntrico do português. A contribuição do Brasil à difusão da língua portuguesa, portanto, é multifacetada tanto pela disposição ao diálogo com outros povos, quanto pelo caráter específico da experiência brasileira com o idioma, naturalmente enriquecida pela sua própria diversidade cultural. Tal experiência, em razão de fatores históricos, étnicos, sociais e culturais próprios do país, enriquece "brasileiramente" o português e contribui também para amplificar a sua reverberação internacional. Os leitores perceberão, por exemplo, no volume de informações coligidas nos infográficos e nos depoimentos de artistas e intelectuais, a relevância mundialmente destacada do engajamento brasileiro na missão de difusão do português. A expressividade dessas contribuições brasileiras referenda, sob diversos ângulos, a responsabilidade e o papel protagonista do país no reconhecimento internacional da língua portuguesa.

É sob esse auspício que o *Panorama* se inicia, com o precioso texto de Antonio Carlos Secchin, poeta, ensaísta e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Através da literatura, Secchin convida os leitores, em "A língua: uma jornada", a participarem de um percurso histórico e literário que recupera a construção das peculiaridades brasileiras do idioma, geradas na interação com outros povos e outras tradições culturais e literárias. Nesse texto, que é inédito em livro, tendo sido adaptado especialmente para o *Panorama*, a partir de uma palestra proferida pelo autor, Secchin aborda o idioma sob uma perspectiva que em certa medida atravessa todas as iniciativas aqui registradas e que se pode sumarizar muito adequadamente nos trechos finais de seu texto. Diz o poeta:

> Não cabe mais assim falar de língua pátria, de *pater*, pai, autoridade. Propõe-se, ao contrário, uma língua mátria, de *mater*, de acolhimento. Que também se desdobra em uma língua fratria, língua múltipla; herança e tesouro nossos, fraternos, irmãos, parecidos, no resguardo de nossas diferenças. (página 21)

Esse escopo retratado de modo tão sensível pelo eminente imortal da ABL é a atmosfera da qual se alimentam os textos que se seguem ao "Prefácio". Em razão da amplitude das iniciativas do Brasil na difusão da língua portuguesa, a publicação não ambiciona ser um mapa exaustivo e detalhado da contribuição do país nessa seara como, aliás, o próprio título deixa claro. O olhar panorâmico que se constitui nas páginas seguintes é, sobretudo, um convite à percepção do caráter dinâmico e vivo do idioma, que se expande, multiplica-se e transforma-se por meio das mais variadas atividades registradas nos textos. Dado o seu caráter multifacetado, a maior relevância da publicação reside, portanto, em pontuar nuances relevantes desse

movimento vivo do português em escala global, sem a pretensão de detalhismo ou de minúcia que seriam necessários para mapear criteriosa e sistematicamente a questão. Por isso, o gênero textual escolhido pela equipe editorial foi o *verbete*.

Primeiramente, ressalte-se que o gênero verbete adequa-se ao caráter de referência da obra, ou seja, a sua característica essencial de ser um levantamento panorâmico de informações sobre a difusão internacional do idioma através de ações brasileiras. Ademais, o verbete é um gênero textual de qualidade informativa, que destina-se à explanação, em chave dissertativa, de um determinado tema, com foco no esclarecimento do leitor e não na discussão teórica em modalidade "estado da arte", ou na prévia realização de pesquisas exaustivas para levantamento de dados e nem mesmo na argumentação de viés polemista.

A coesão entre os verbetes do *Panorama* evidencia-se, então, pelo que se busca explicar em cada um deles, em relação aos vetores brasileiros de difusão do idioma e pelo modo como os seus autores manejam conceitos assentes, relativos a paradigmas históricos, acadêmicos ou científicos, conforme o assunto abordado. Também coincidem os verbetes na interlocução que os autores propõem para além do círculo muitas vezes restrito dos especialistas em determinada temática. Como é próprio do gênero verbete, no *Panorama*, todos os autores procuraram dialogar, à medida do possível, com um leitor interessado no tema, sem desconsiderar, um perfil mais amplo dos leitores de português espalhados pelo planeta. Essa suposição de amplitude de leitores, combinada com o trabalho do autor especialista e com a estruturação do material em entradas organizadas alfabeticamente, permite a compreensão do *Panorama* como obra de referência, como assinalado anteriormente. Para atender à natureza referencial da obra, os especialistas convidados foram orientados a produzir os verbetes utilizando uma linguagem impessoal, privilegiando a objetividade e a clareza, com presença apenas pontual de terminologia especializada, nos casos em que esta não pudesse ser evitada. Todas essas qualidades do gênero verbete aqui mobilizadas reforçam o caráter informativo da obra, que é ressaltado pelos infográficos, os quais apoiam e expandem o conteúdo apresentado verbalmente.

Os verbetes podem ser perfeitamente lidos em sequência, mas podem também ser objeto de consulta individual, pois cada um deles goza de relativa autonomia em relação aos demais. Em termos de estrutura, o leitor do *Panorama* poderá perceber que os textos, apesar de certas particularidades relacionadas à natureza de cada assunto, iniciam-se com a apresentação do tema central à qual segue o aprofundamento que os autores julgaram relevante para a abordagem do assunto nuclear da obra: a difusão da língua portuguesa através de iniciativas brasileiras vinculadas a um determinado campo de atuação social.

Os critérios fundamentais que orientaram os convites aos autores dos verbetes foram o domínio da temática e o notório conhecimento do tema, atestados ou pelo reconhecimento acadêmico, comprovado por publicações relevantes, ou pela relevante atuação profissional nas áreas enfocadas, sendo buscada, sempre que possível, a coincidência desses dois fatores. Como se trata de projeto proposto a partir do Itamaraty, é natural que alguns dos nomes tenham sido definidos a partir do conjunto de especialistas afeitos à colaboração com o órgão. Houve inúmeros

casos, entretanto, em que foram convidados autores que colaboraram pela primeira vez com uma iniciativa do MRE. A maioria dos verbetes é de autoria única, mas, quando o tema sugeria a soma de esforços para a sua construção, foram feitos convites para mais de um autor e foi incentivado o trabalho em coautoria, o que engrandeceu significativamente a abordagem de algumas temáticas.

A relação dos autores dos verbetes, com as respectivas notas biográficas, que atestam a excelência dos perfis profissionais reunidos na publicação é apresentada na terceira seção, juntamente a agradecimentos e notas metodológicas. A fim de facilitar a interação dos leitores com as entradas temáticas do *Panorama*, tais informações adicionais, da mais alta relevância, foram deslocadas para uma seção independente, que abre espaço também para que sejam reconhecidos aqueles (sejam pessoas ou instituições) que colaboraram com os autores na produção de cada um dos verbetes, bem como para que se apresente de maneira sucinta a metodologia utilizada pelos autores para a consecução dos seus objetivos textuais relativos ao assunto abordado. Vale destacar, por fim, acerca dos textos e de seus autores, que a responsabilidade pelas informações apresentadas em cada um dos verbetes é exclusiva daqueles que os escreveram, estando os organizadores restritos à curadoria dos temas e à sugestão de ajustes nos textos quando foi verificada necessidade dessa ordem.

Em termos de estrutura, o conjunto de verbetes do *Panorama* constitui-se em torno de cinco grandes eixos temáticos, que, em diversas ações, sobrepõem-se e interpenetram-se, evidenciando o quão dinâmicas são as iniciativas de difusão do português nas quais estão envolvidos atores brasileiros. Tais grandes eixos são:

a) Ações de cooperação multilateral,
b) Iniciativas da sociedade civil,
c) Vetores da economia criativa,
d) Políticas públicas e
e) Ações acadêmicas.

Compõem o eixo das *ações de cooperação multilateral* os verbetes: "Diplomatas estrangeiros em Brasília"; "Escola das Nações Unidas"; "Portal do professor de português língua estrangeira"; "Instituto Internacional da Língua Portuguesa"; "Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa" e "Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa". Os dois primeiros verbetes desse eixo tratam da educação e da formação de quadros institucionais. Os demais verbetes abordam contribuições brasileiras a iniciativas internacionais relacionadas à amplificação da visibilidade do português em escala global. Dá-se primazia nesse eixo temático a verbetes que abordam ações relacionadas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Entretanto, cumpre sublinhar que o Brasil promove a difusão do português em chave multilateral no âmbito de várias organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por exemplo. Neste *Panorama*, a abordagem da cooperação com os países da CPLP é destacada porque ela é a organização que tem na língua portuguesa a sua raiz identitária, o que torna mais

evidente a dimensão de difusão internacional do idioma. Exemplo de atuação brasileira em organização externa à CPLP é a Cátedra de Políticas Multilíngues da UNESCO que, no Brasil, encontra sede na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e cujo trabalho é voltado para a promoção de um sistema integrado de pesquisa, treinamento, informação e documentação sobre o entendimento global para a sustentabilidade.

Algumas *iniciativas da sociedade civil* são representadas pelos verbetes: "Academia Brasileira de Letras"; "Associações comunitárias"; "Capoeira" e "Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira". As ações que referem-se a esse eixo temático são de variado âmbito e atravessam aspectos culturais relevantes do país, feito a capoeira e a literatura, bem como atividades relacionadas à existência de associações e organizações que ajudam a fortalecer no cotidiano a repercussão do português em âmbito mundial.

O eixo temático dos *vetores da economia criativa* é composto pelos verbetes: "Câmara Brasileira do Livro"; "Audiovisual"; "Canção"; "Internet"; "Jogos eletrônicos", "Literatura" e "História em quadrinhos". Os textos que compõem esse eixo temático evidenciam a riqueza cultural que o Brasil produz e compartilha historicamente com o mundo. Segundo a sua peculiaridade, cada verbete expressa de modo mais quantitativo ou mais qualitativo o alcance mundial de expressões culturais do país que, ao se expandirem pelo mundo, levam não apenas à amplificação da difusão da língua portuguesa, mas sobretudo ao fortalecimento dos segmentos econômicos associados à produção e à circulação de bens de cultura.

As *políticas públicas* estão contempladas nos verbetes: "Museu da Língua Portuguesa"; "Programas de tradução"; "PEC-G"; "Fronteiras"; "Leitorados"; "Agência Brasileira de Cooperação"; "Propostas curriculares"; "Centros Culturais Brasileiros" e "Missão Naval na Namíbia". Alguns dos verbetes desse eixo representam vetores sob a responsabilidade primordial do Itamaraty. Cumpre ressaltar que foram definidas para representar essas ações do MRE aquelas com caráter transversal. Por isso não haverá, no conjunto dos verbetes, menção a embaixadas, consulados e delegações especificamente. É, todavia, indispensável reconhecer que eles representam relevantes pontos de apoio aos diversos vetores citados no eixo das políticas públicas, bem como em outros. Assim, o papel cumprido pelas embaixadas, consulados e delegações é o de serem êmulos fundamentais de difusão da língua portuguesa através de inúmeros dos vetores abrangidos nos verbetes.

O quinto eixo estruturante da publicação, referente às *ações acadêmicas*, engloba os verbetes: "Celpe-Bras"; "Idiomas sem Fronteiras"; "Teletandem"; "UNILA"; "Unilab"; "Instituições de ensino superior"; "Língua de herança". Nesse grupo de verbetes, o foco central está em contribuições brasileiras à difusão internacional do português calcadas em iniciativas de origem acadêmica, de viés institucional ou epistemológico. Interessa, nesse eixo temático, sublinhar o quanto as universidades brasileiras e seus quadros (professores, estudantes, técnicos) desempenham articuladamente papel destacado no ensino do idioma a estrangeiros, na formação de professores, no fomento à reflexão teórica e crítica sobre o ensino da língua nas suas diversas

vertentes e colaboram para a integração internacional de saberes tendo no português uma referência decisiva.

O quadro múltiplo apresentado na seção "Depoimentos" é composto por destacados artífices da palavra em língua portuguesa e abarca principalmente os países da CPLP. A coleção de textos acolhe também duas contribuições para além dos países de língua portuguesa. Um deles remete à região originária do português, a Galícia; o outro à repercussão do idioma pelas fronteiras brasileiras, especificamente a vizinhança com o Uruguai, que aqui comparece como representante de um contexto sociolinguístico "circumbrasileiro". Para que se tenha uma ideia do alcance global dos depoimentos, vale nomear, nesta "Apresentação", um a um os colaboradores.

São eles: Carlos Quiroga (Galícia); Conceição Lima (São Tomé e Príncipe); Crisódio Araújo (Timor-Leste); Fabián Severo (Uruguai); Gonçalo M. Tavares (Portugal); José Eduardo Agualusa (Angola); José Luis Mendonça (Angola); Margarita Corrêa (Portugal); Mario Lucio (Cabo Verde); Marisa Mendonça (Moçambique); Mayra Andrade (Cabo Verde); Mia Couto (Moçambique); Odete Semedo (Guiné-Bissau); Paulo José Miranda (Portugal); Sara Figueiredo Costa (Portugal); Vera Duarte (Cabo Verde) e Vicente Paulino (Timor-Leste).

Todos os depoimentos foram espontâneos e escritos especialmente para a publicação, sem nenhum tipo de contrapartida financeira. O padrão ortográfico adotado na publicação procurou respeitar os Vocabulários Nacionais (VONs), como forma de deferência às particularidades de expressão dos autores. No caso específico do texto de Fabián Severo, o registro foi escrito pelo autor em "portuñol" e assim publicado, pela riqueza estética do depoimento e por sua expressividade linguística. O critério de escolha dos autores desta seção foi o da relevância contemporânea de suas atividades intelectuais e artísticas em língua portuguesa em âmbito internacional e a clara relação afetiva com a cultura brasileira traduzida publicamente em obras, textos, ou entrevistas dos convidados.

Os depoimentos ressaltam a intensidade do alcance da cultura brasileira a pessoas ao redor do mundo, contribuindo para a constituição de inusitadas *perspectivas de mundo em português*. A leitura dos depoimentos torna muito plausível a hipótese de que a expressiva repercussão do português a partir de iniciativas brasileiras se dá sob um viés natural, sem que haja necessariamente um marcado desígnio político no conjunto dos esforços de difusão do idioma. Nesses termos, pode-se considerar o português um elemento orgânico da brasilidade, indissociável do reconhecimento internacional do Brasil tanto quanto, por exemplo, se dá com o caso da natureza, que nos exprime e nos caracteriza mundo afora. Trata-se, em suma, de uma galeria emocionante de depoimentos sobre a grande contribuição do país para a construção de visões de mundo, sensibilidades e pensamentos. Por tudo que essa seção representa, os organizadores reiteram sua profunda gratidão a cada um dos participantes por seus depoimentos, que tornaram ainda mais rica a dimensão estética do *Panorama*.

Devido a inúmeras razões, é extremamente relevante registrar e incentivar as iniciativas brasileiras de amplificação constante do alcance do português no mundo. Entre todas essas razões, é fundamental destacar aquela que se registra como meta síntese da diplomacia cultural: é por meio da língua que se difunde a

cultura, uma vez que ela envolve inúmeros fatores históricos, políticos e culturais que dão estrutura a uma identidade nacional e que facultam o estabelecimento de diálogo e de perspectivas de intercâmbio com outros povos nos mais variados âmbitos da sociedade.

Finalmente, vale ressaltar que este *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português* vem a público às vésperas da comemoração de duas efemérides que se referem de modo muito intenso à nação brasileira. O ano de 2022 marca o Centenário da Semana de Arte Moderna e o Bicentenário da Independência do Brasil. De formas distintas, esses eventos são referências relevantes para a ponderação do alcance das contribuições brasileiras ao concerto das nações. Convergem os dois momentos no fato de constituirem-se como pontos históricos em que o país observa a si mesmo e pode melhor reconhecer-se e, assim, também imaginar melhor o que almeja para o futuro. Integrado a esse movimento, o *Panorama* pretende colaborar modestamente para a constituição de um espelho do país, considerando-se o que ele pode, de modo especial, repercutir para outros povos. A língua é uma matéria-prima essencial desse espelho, por meio do qual o Brasil projeta internacionalmente uma imagem de si, que estimula, cativa, encanta, ao mesmo tempo em que convida o mundo a pensar e agir em português.

Alexandre Pilati
Nelson Viana
5 de maio de 2021

Prefácio

A LÍNGUA PORTUGUESA: UMA JORNADA

Antonio Carlos Secchin

A língua é uma entidade viva: personagem de um grande enredo, de uma viagem, um percurso iniciático onde, tal como nos grandes poemas épicos da antiguidade, um protagonista vê-se face a eventos que lhe provocam mudanças profundas, nem sempre desejadas ou previstas. Falar sobre qualquer língua é, assim, necessariamente, debruçar-se sobre um mapa – ou diário de bordo – do que já foi percorrido; do que resultou na entidade que conhecemos e utilizamos em nossa época, neste "hoje". E, no caso específico da língua portuguesa, tal jornada pode ser vista como uma longa reelaboração de conceitos, ao longo da qual aquilo que era visto como "clássico", "imutável", tornou-se fluido, múltiplo.

Nossa viagem tem início no século XVI, na estrofe 33 do canto I de *Os Lusíadas*, de Camões, publicado em 1572. Já naquele longínquo tempo, os deuses se dividiam por questões linguísticas. Havia a hostilidade de Baco contra os portugueses, contra a empreitada de Vasco da Gama, de atingir o Oriente, e havia o apoio de Vênus aos lusitanos.

Em meio ao conflito, Vênus resolve se dirigir a Júpiter para interceder a favor dos lusos, com a seguinte argumentação:

> Sou afeiçoada à gente lusitana
> Por quantas qualidades via nela
> Nos fortes corações, na grande estrela
> E na língua, na qual, quando imagina
> Com pouca corrupção, crê que é a latina.

Vênus se encantou com os portugueses acreditando que a língua que eles falavam, "Com pouca corrupção", era a latina. Assim, o português era o latim algo corrompido,

certo, pelo tempo e pelo uso, mas conservava o timbre de uma origem nobre. Uma flor do Lácio, ainda que fosse a última delas.

Cumpre assinalar, nesse juízo de Camões, o preconceito de que a evolução implica degenerescência e que a verdadeira nobreza está na origem. Temos, então, a confluência de um plano, que seria meramente linguístico, de que determinada língua se origina em determinado ponto, com o elemento ideológico, pressupondo que o mais antigo é melhor, o que vem antes é mais nobre. Então, aceite-se o português, porque, mesmo um pouco degenerado, seria ainda uma modalidade de latim.

O mesmo raciocínio poderia ser transposto para o português do Brasil: passível de aceitação, mas com reservas, porque não tão nobre quanto o de Portugal, por ter vicejado depois.

Esse juízo, do ponto de vista conservador, proclama que há uma degenerescência em toda mudança, como se houvesse uma essência única, imutável, num primeiro momento, idealmente o mais nobre da língua.

Portanto, a origem deixa de ser um fator meramente cronológico para ser também um vetor de valorização ideológica, na pressuposição de uma superioridade. Não nos esqueçamos de que no velho e bom dicionário de Moraes Silva a palavra "corrupção" tem a seguinte definição: "Alteração do que é reto e bom em mau e degenerado".

Os elementos ideológicos e os linguísticos iriam conviver de maneira muito ambígua. Podemos, sem grande dificuldade, imaginar que talvez o momento mais antagônico, mais crispado, no âmbito dessas relações linguísticas e políticas entre Brasil e Portugal tenha ocorrido exatamente na época da Independência do Brasil.

Naquela época houve separação política, contraposta à persistência do idioma comum. De um lado, manutenção de respeito e amor à língua portuguesa; de outro, relação de repulsa a seus "usuários originais", nossos colonizadores. Como, então, conciliar o amor pela língua ao desejo de recalcar essa origem, no que ela implicava de predomínio cultural e político de Portugal, metrópole sobre o Brasil, colônia?

Em um ensaio, desenvolvi a proposta de que, apesar de o grito de Dom Pedro às margens do Ipiranga ser considerado o símbolo de nossa libertação política, podemos, do ponto de vista linguístico e cultural, afirmar que o nosso grito ainda era "Dependência ou morte". Ou continuávamos assumidamente herdeiros da língua portuguesa, ou inexistiríamos como nação, mesmo considerando a veleidade do major Policarpo Quaresma, para que adotássemos o tupi-guarani como língua oficial.

Examinando os autores do período, notamos uma espécie de divisão estranha, porque, a cada momento em que se queria afirmar a individualidade do Brasil como nação, como cultura, como povo e como país, desejava-se, mesmo disfarçadamente, a chancela do português de Portugal como legitimador da literatura brasileira.

Em livros de poetas tidos como genuínos representantes do lirismo brasileiro, como Casimiro de Abreu, constata-se que os prefácios têm autoria de Pinheiro Chagas ou de outros escritores portugueses, como se essa bênção proferida pelo "pai" ainda fosse necessária, e o Brasil tivesse receio de se assumir como expressão própria no exercício da língua literária de origem portuguesa.

Um exemplo que revela, paralelo à independência política, o desejo da dependência linguística, pode ser lido em um trecho de debates sobre a Constituinte de 1823, do Brasil. Poderíamos conjecturar que a Carta Magna, convocada no calor da hora da libertação brasileira do jugo português, fosse a mais lusófoba possível, e quisesse configurar o Brasil de maneira absolutamente autônoma. Eis que um renomado parlamentar, José da Silva Lisboa, especulando sobre o local onde se instalaria a Universidade do Brasil, resolveu indicar o Rio de Janeiro. O curioso é que ele defendeu a cidade não por meio de argumentos geográficos ou políticos, afinal tratava-se da capital do Império, mas por motivo linguístico. Eis um trecho do arrazoado de José da Silva Lisboa:

> Uma razão mui poderosa para a preferência da Universidade nesta corte, o Rio de Janeiro, é para que se conserve a pureza e a pronúncia da língua portuguesa. Nas províncias, há dialetos com seus particulares defeitos. É reconhecido que o dialeto de São Paulo é o mais notável. A mocidade do Brasil fazendo ali seus estudos contrairia pronúncia mui desagradável.

Podemos, a partir desse juízo, supor que o português do Rio de Janeiro fosse foneticamente bem mais próximo ao português de Portugal do que as variantes que já circulavam em outras províncias. Na primeira geração romântica, Gonçalves Dias foi acusado, não sem alguma razão, de ser excessivamente lusófilo. No entanto, numa carta ao Dr. Pedro Nunes Leal, emite observações agudas e pertinentes:

> Bom ou mau grado, a língua tupi lançou profundíssimas raízes no português que falamos e nós não podemos, nem devemos, atirá-las para um canto a pretexto de que parecem bárbaras. Contra isso [quer dizer, contra a não incorporação de um léxico nativo, tupi] protestaria a nossa flora, a nossa zoologia e a nossa topografia. Clássico ou não clássico, Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes não têm outro nome. Se isso desagrada a Portugal é grande pena, mas não tem remédio. Acontece também que, em distâncias tão consideráveis como são as do Brasil, a vida muda. Os homens que adotam essa ou aquela maneira de viver formaram uma linguagem própria sua, expressiva e variada: os vaqueiros, os mineiros, os pescadores e os homens da navegação fluvial estão nesse caso. Pois o romance brasileiro não há de poder desenhar nenhum desses tipos porque lhes faltam os termos próprios do português clássico? Pelo contrário, escrevam tudo que tudo é bom. E quando vier outro Morais [outro dicionarista] tudo isso ficará clássico.

Defende, assim, o clássico não como herança congelada, mas em uma visão prospectiva. A linguagem popular criaria palavras que se tornariam clássicas e seriam adotadas pelos futuros lexicólogos. Prossegue:

> Em resumo, a minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o português. Uma só coisa fica: a gramática e o gênio da língua. Devemos admitir tudo o que precisamos para exprimir coisas ou novas

> ou exclusivamente nossas. Enfim, o que é brasileiro é brasileiro, e cuia virá a ser tão clássico como porcelana, ainda que não a achem tão bonita.

Portanto, trata-se de uma defesa vigorosa das variantes lexicais de nossa língua, o português do Brasil. O grande defensor do abrasileiramento da modalidade portuguesa nesse período do romantismo foi, sem dúvida, José de Alencar, em numerosos artigos e polêmicas. Destacarei alguns trechos pinçados de manifestos, cartas e provocações de Alencar, todos eles testemunhas da paixão pela língua na modalidade brasileira. No pós-escrito ao romance *Diva*, escreveu:

> O autor deste volume sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entende que sendo a língua instrumento de espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve.

Depois, integrando uma série importante de artigos intitulada "Questão filológica", de 1874, observou:

> Meu verdadeiro inimigo é a literatura portuguesa, que, tomada de um zelo excessivo, pretende, por todos os meios, impor-se a nós. Grande parte dos escritores deste Brasil sacrifica um sentimento nacional por alguns puídos elogios da imprensa transatlântica. Introduzida na língua, uma palavra torna-se nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou.

Aqui ocorre uma defesa, também vigorosa, dos estrangeirismos. Então, que venham os galicismos, se suprem uma necessidade expressiva da língua. A rigor, do ponto de vista do português, um tupinismo também é um estrangeirismo, termo proveniente de outra língua – apenas, em teoria, contaria com mais beneplácito, considerando-se que o tupi já estava em terras do Brasil antes do português. Prosseguiu Alencar:

> O escritor verdadeiramente nacional acha na civilização de sua pátria e na história, já criada pelo povo, os elementos não só da ideia, como da linguagem em que a deve exprimir.

Adiante, uma observação bastante atual:

> Quando tivermos para nossos livros a circulação que dá os Estados Unidos aos seus, nenhum escritor brasileiro se preocupará mais com a opinião que dele formarão em Portugal. Ao contrário, serão os escritores portugueses que se afeiçoarão ao nosso estilo para serem entendidos pelo povo brasileiro e terem esse mercado em que se derramam.

Já estava Alencar pensando no mercado profissional do escritor. Evidentemente, tendo o Brasil uma comunidade mais numerosa, deveria atrair a atenção do escritor português. De certa maneira, esse vaticínio se realizaria décadas depois, quando Jorge Amado e os romancistas nordestinos de 1930 exerceram enorme influência sobre

o neorrealismo português: foi o primeiro fluxo de mão invertida, com a influência do português do Brasil, da sua temática, da sua linguagem coloquial, sendo aceita e adaptada por vários escritores portugueses das décadas de 1930, 1940 e 1950. Ainda em Alencar, em carta ao Sr. Joaquim Serra, outra observação de relevo:

> Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que nosso povo exerce seu direito de imprimir o cunho da nacionalidade, abrasileirando o instrumento das ideias.

Observe-se que até agora, em quase totalidade, falou-se de léxico, de vocabulário: "cuia" entraria ou não na língua portuguesa? Determinada palavra nos teria chegado direto do latim ou havia feito uma escala na França? Na carta ao Sr. Joaquim Serra, Alencar expressou que não é somente o vocabulário que define uma especificidade linguística, convém não esquecer a construção frasal.

A sintaxe de um país não seria igual à do outro, até porque há certas peculiaridades fonéticas como, em Portugal, o enfraquecimento ou quase supressão de fonemas vocálicos átonos, que, por exemplo, afetam sintaticamente a colocação dos pronomes oblíquos, induzindo-os à ênclise. Essa flexibilidade sintática brasileira, que, no caso, pode valer-se tanto da ênclise quanto da próclise, seria praticada, mesmo que de maneira involuntária, pela terceira geração de nossos poetas românticos. Creio que ainda não foi efetuado um grande estudo sobre a sintaxe desses escritores. Surgem poemas com pronomes oblíquos em início de frase. O grande, mais consagrado nome, adepto dessa ductilidade sintática foi Álvares de Azevedo.

Quando estudamos os poetas menores da terceira geração, constatamos um fato sintomático: o surgimento de autores brasileiros nas epígrafes de poemas. Até então, persistia o pressuposto de que nobre é o que vem antes; o nobre é espécie de pórtico, de legitimação à sombra da qual o autor deseja escrever. Nos primórdios do romantismo, autores do Brasil produziam à sombra de pórticos-epígrafes de Camões, Garret, Shakespeare, Herculano. Subitamente, surge, em seus textos, uma referência, um "patrono" local: Álvares de Azevedo.

Assim, desenvolveu-se o orgulho de uma incipiente linhagem brasileira quando a epígrafe passa a ser ocupada por autores nacionais, não apenas pelas celebridades literárias estrangeiras. Com Álvares, já podíamos chorar lágrimas brasileiras, sem pedir licença aos prantos dos poemas de Lamartine, de Byron ou de Musset.

No transcurso do tempo, houve movimentos bipolares: movimentos de "desclassicização" e de "reclassicização" brasileira frente a Portugal. O romantismo, como projeto ideológico, apesar das recaídas da demanda de bênção a escritores portugueses, representou um momento de desclassicização, haja vista as cartas de Alencar, a de Gonçalves Dias, a questão da flexibilidade sintática e do incremento vocabular de origem indígena.

Mas, pouco depois, iria ocorrer uma virada, no fim do século XIX, no sentido da reclassicização, com o predomínio da estética parnasiana na poesia e da estética realista na prosa. Aparentemente, já superado o calor da hora, do ardor da independência, pouco a pouco "regredimos", filologicamente, para a matriz... e

surgiram os gramáticos a novamente exaltar o "bom português" de Portugal como o modelo a ser perfilhado.

O grande romancista aclamado e amado no Brasil chamava-se Eça de Queirós. A lusofilia fez-se acompanhar da "lusografia": amigos da cultura portuguesa, deveríamos escrever como os lusitanos.

Não por acaso, Olavo Bilac, ao se debruçar sobre a nossa história literária, só vai celebrar um poeta romântico: Gonçalves Dias, o escritor mais próximo do padrão gramatical português. Bilac silencia sobre todos os demais. Os poetas parnasianos diziam, com ou sem razão – às vezes mais sem razão do que com –, que o verso romântico era frouxo. O que é um verso frouxo? É o cheio de hiatos, sem a tendência à compressão ou à ditongação, marca de Portugal seguida à risca por nossos parnasianos.

Nesse período podemos encontrar outros poetas que radicalizaram essa experiência pró-Portugal. Cito o cearense José Albano, que, em 1912, escreveu uma "Ode à língua portuguesa", uma "Canção a Camões". Ele queria ir (ou voltar) mais longe, almejava restaurar o português quinhentista. Foi autor de belíssimos poemas, pena que escritos 400 anos depois do momento historicamente mais apropriado. Eis um excerto de "Ode à língua portuguesa":

> Língua do grão Camões
> A que ele ensina a sinfonia rara
> Que em tudo se compara
> Com a latina.

Eis, novamente, a comparação com o latim, que José Albano restaurou, em homenagem ao português quinhentista. O próprio Manuel Bandeira, em 1917, na sua estreia, com *Cinza das horas,* elaborou um soneto dedicado a Camões, em que ele falava da "língua em que cantaste rudemente/ as armas e os barões assinalados".

No modernismo, a polaridade se inverteu e fomos, de novo, para a desconstrução da matriz portuguesa. Praticamente passou-se da lusofilia parnasiana para uma espécie estratégica de lusofobia modernista, na tentativa de se estabelecer o marco zero de uma nova linguagem. Mário de Andrade, inclusive, chegou a cogitar da criação de uma "gramatiquinha da fala brasileira".

Oswald de Andrade, na abertura do seu livro *Pau-Brasil*, de 1924, iria pregar a "língua sem arcaísmos, sem erudição, natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros". Elogiou o erro como via de enriquecimento da língua. Quando falou de "natural e neológica", queria minimizar o que fosse da ordem da tradição e origem.

Por fim, efetuando um grande salto cronológico, a letra-manifesto de Caetano Veloso, intitulada "Língua" (1984) aponta novos rumos, superando antigas polaridades. Na pós-modernidade, talvez a querela Portugal *versus* Brasil, quem é quem, quem é mais, já esteja superada. Tanto que o texto se intitula apenas "Língua", sem adjetivo, sem determinar se é de lá, se é de cá, talvez uma língua transoceânica, em que caibam todas as variantes. Alguns trechos:

Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar a criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias

/.../

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?
Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas
E para o falso inglês relax dos surfistas

/.../

Adoro nomes
Nomes em ã
De coisas como rã e ímã

/.../

A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero fratria.

Ímã é o que atrai, o que une. Caetano lança a proposta de uma língua que, a exemplo da Revolução dos Cravos, ocorrida dez anos antes, em 1974, liquidifica hierarquias. Pulveriza o latim, "latim em pó", para criar, talvez, um novo sumo (uma súmula?) de linguagem, que torna anacrônico o conceito de "impérios", traz novos atores à cena, congrega brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, portugueses; congrega Díli, Maputo, Bissau, São Tomé, Malabo, Saramago e Jorge Amado, paulistas e surfistas, fado, samba e composições de matriz crioula de Lura, com a mesma intensidade.

Neste "hoje", neste ponto em que se encontra a longa jornada iniciática da língua portuguesa, tão bem detectado por Caetano, os antigos deuses dos Lusíadas talvez não se preocupassem mais em debater questões de primazia linguística. Mesmo porque Vênus mudou de face: enriqueceu sua roupagem com adereços africanos, brasileiros, asiáticos. Não cabe mais assim falar de língua pátria, de "pater", pai, autoridade. Propõe-se, ao contrário, uma língua mátria, de "mater", de acolhimento. Que também se desdobra em uma língua fratria, língua múltipla; herança e tesouro nossos, fraternos, irmãos, parecidos, no resguardo de nossas diferenças.

VERBETES

Academia Brasileira de Letras

A Academia Brasileira de Letras (ABL) nasce em 1897, como casa autônoma, independente, autofinanciada. E, ao mesmo tempo, propriedade do povo brasileiro; forjada em seu imaginário.

Nasce como um livro de muitos autores: o Romancista Machado de Assis; o Poeta Olavo Bilac; o Diplomata, ensaísta e abolicionista Joaquim Nabuco; o Jornalista – e também militante da causa do abolicionismo – José do Patrocínio; o Advogado e Político Rui Barbosa, dentre outros 40 membros fundadores.

Nasce inspirada na Academia Francesa, mas ao mesmo tempo inovando em relação àquela: ao contrário da primeira, cujo conhecido sistema de "cadeiras" seguia uma numeração arbitrária, as cadeiras da ABL serão, desde o princípio, dedicadas a "patronos": personalidades que, ao longo da história, contribuíram para o avanço da língua, das artes no Brasil.

Um Brasil visto – por aqueles intelectuais reunidos em torno da figura de Machado, em debates na Livraria Garnier, no centro velho do Rio de Janeiro – também como livro em construção: livro polifônico, ainda que fora de compasso por conta de desigualdades sociais. Livro escrito em línguas de matriz indígena, africana e latina, e cujo enredo – parafraseando *Poética*, de Aristóteles – necessitava *atualizar a potencialidade* de seus personagens, de maneira a que estes se reconhecessem naquelas páginas.

Já em seus primeiros anos, assim, a ABL expressa vocação ecumênica. Em um Brasil ainda marcado pela escravidão, a presença de dois negros – Machado de Assis e José do Patrocínio – entre seus fundadores de maior prestígio é evidência disso (Machado, inclusive, seria o primeiro Presidente, eleito por aclamação). Também é possível afirmar que figuras como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Aluísio Azevedo, além de muitas outras reunidas naquele 20 de julho de 1897, para a sessão inaugural, numa sala do Museu Pedagogium, à Rua do Passeio, possuíam a mesma ambição: enxergar o Brasil e o mundo por meio de um olhar poroso, aberto, vário; um olhar translúcido, fixo no horizonte.

Academia Brasileira de Letras

1897

Criação da Academia Brasileira de Letras (ABL)

Machado de Assis é o primeiro presidente, eleito por aclamação.

1909

Prêmios literários

Passam a ser entregues nas categorias de ficção (romance, teatro e conto), poesia, ensaio, crítica e história literária e literatura infantil.

1923

Primeira sede da Academia

Governo francês doa prédio no Rio de Janeiro réplica do Petit Trianon de Versailles.

1976

Primeira Mulher na ABL

Rachel de Queiroz - tradutora, escritora, cronista prolífica e jornalista.

1987

Edifício Petit Trianon da ABL é tombado pelo pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

Tal ambição seguiria marcando os anos seguintes e toda a história da Casa de Machado (como a ABL se tornaria conhecida): ser uma academia que não se limitasse a enxergar apenas uma parte, eixo ou região do país, mas o visse como um todo, promovendo ações sociais compatíveis com seus meios e possibilidades; ser uma instituição que encarasse a literatura e a língua não como "figuras sacras", "torres de marfim", mas como entidades dinâmicas, vivas, mutáveis, pluricêntricas, por meio das quais é possível ler o mundo, aplacar demandas de alteridade e abrir, em livros e semblantes, janelas para o novo.

Entrelaçadas, quase indistintas, a história do Brasil, da Academia e da língua portuguesa seguiriam em constante diálogo. Em 1909, de maneira a estimular a produção literária brasileira, a ABL começa a conferir prêmios nas categorias de ficção (romance, teatro e conto), poesia, ensaio, crítica e história literária e literatura infantil. Em 1910, lança seu periódico oficial, a *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Entre 1931 e 1945, juntamente com a Academia das Ciências de Lisboa, tem papel fundamental nas tentativas de assinatura de acordo ortográfico entre os países, ambição atingida em 1990.

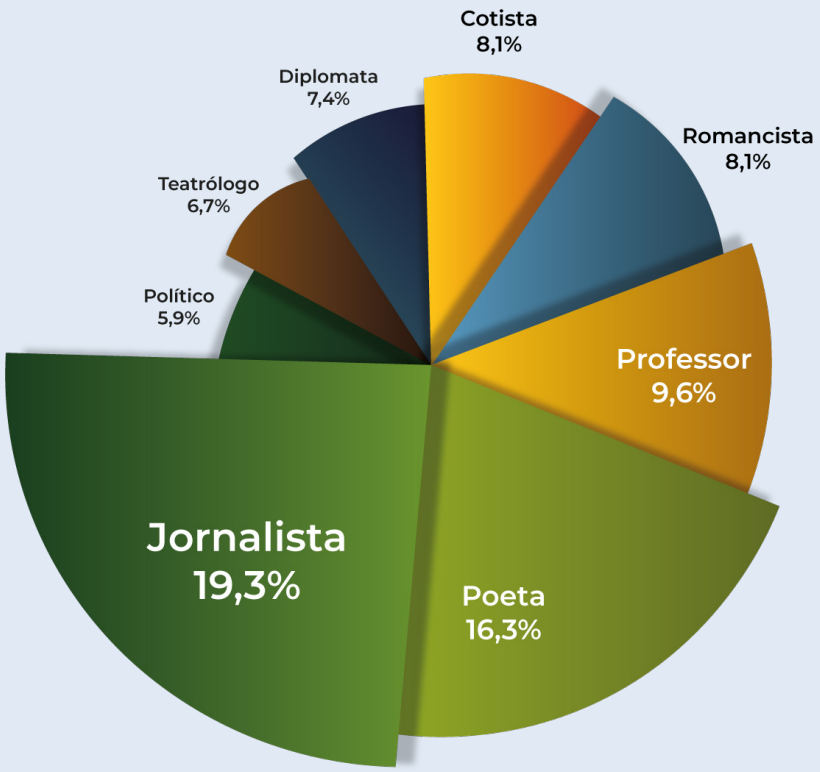
Da mesma forma, a abertura ao mundo também sempre esteve presente nas ambições da Casa de Machado. Desde sua fundação, a figura do *Sócio-Correspondente* – figuras de destaque na língua e cultura de países estrangeiros – permitiria executar o que talvez tenha sido a primeira das políticas de *internacionalização da cultura brasileira.* Diversos nomes ilustres contribuiriam para tanto: Eça de Queiroz, em Portugal; Bartolomé Mitre, na Argentina; Edgar Morin, na França; John Fiske, nos Estados Unidos; Augustin Buzura, na Romênia; Eduardo Barrios, no Chile; Curt Meyer--Clason, na Alemanha; dentre muitos outros.

Firmam-se, com o passar dos anos, instrumentos de cooperação com a universidade francesa Sorbonne, com a universidade inglesa King`s College London, com a Academia da Crusca, em Florença. Assina-se acordo com a Editora Glaciar, em Lisboa, referendado pela Fundação Calouste Gulbenkian, para publicação de autores brasileiros em Portugal.

A partir de 2018, observa-se tendência mais intensa para a internacionalização da ABL, visando à promoção do diálogo com as mais variadas academias no mundo. Assinam-se protocolos de amizade e cooperação com a Real Academia Espanhola; com a Academia de Darmstadt, na Alemanha; com a Academia Romena de Letras; com a Academia Nacional dos Lincei, na Itália; com a Academia Galega e com a Academia Argentina de Letras. Em 2020, realiza-se o primeiro encontro da ABL com academias da América Latina, descerrando, a partir de uma poética da vizinhança, um fórum de ideias e de promoção da cultura da paz. Também promovem-se múltiplas visitas presenciais a academias europeias, bem como às do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e de Cabo Verde. E – no percurso oposto – recebem-se visitas marcadas de grande simbolismo, como a recepção ao Rei de Ifé, na Nigéria, na sede da ABL, em 2018.

Em 2020, em função da pandemia de COVID-19, a Casa de Machado produz dois vídeos para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Dia da Língua Portuguesa. Também por iniciativa da

Formação dos membros fundadores (1897)

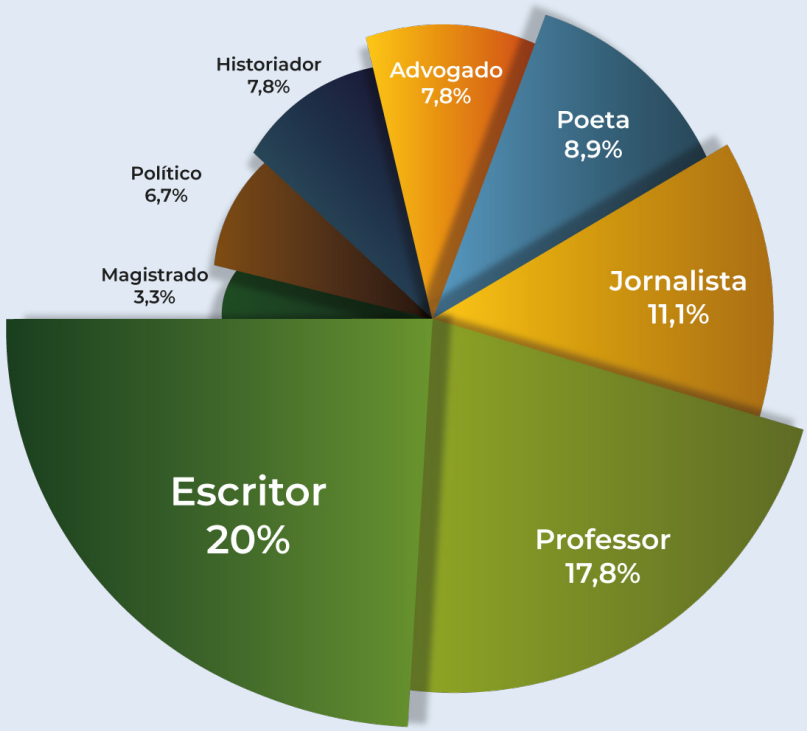


ABL, coletam-se depoimentos, em vídeo e mensagens, de presidentes de diversas instituições homólogas no mundo, reforçando a importância da solidariedade mútua e do papel da cultura em tempos árduos. Tais mensagens foram disponibilizadas no *site* da instituição, para livre acesso do público.

As duas primeiras décadas do século XXI também marcam inédita aproximação com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2017, a ABL participa do I Encontro das Academias de Letras da CPLP na Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com a Academia das Ciências de Lisboa e com a de Cabo Verde. Em 2020, firma protocolo multilateral com suas congêneres de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e com a Academia das Ciências de Lisboa, concretizando antiga ambição: aproximar as academias do bloco, aprofundando laços de uma comunidade de destino.

Na mesma tradição de "olhar aberto ao mundo", assinam-se, em 2018, protocolos com a Marinha do Brasil, com objetivo de levar livros de autores brasileiros a todos os países por onde segue o corpo naval. Por meio dessa prática inovadora, a ABL enriquece bibliotecas nacionais de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Açores e Lisboa. A parceria com a Marinha também permite, na melhor tradição da Casa, "voltar o olhar para dentro", atendendo a comunidades ribeirinhas da Amazônia com os chamados "navios da esperança", enriquecendo o acervo de bibliotecas comunitárias. Com a mesma ambição, a ABL assina, em 2019, acordo com a Câmara

Formação dos membros atuais (2021)



dos Deputados, visando a atuar na formação de bibliotecas em áreas indígenas e quilombolas, favelas, hospitais e clínicas, universidades, bibliotecas prisionais e lares de longa permanência.

O setor de lexicologia e lexicografia da Academia atualiza, em 2020, a futura edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP), bem como a revisão *in fieri* do *Dicionário de Machado de Assis*. No plano das mídias digitais, o *site* da ABL, em breve, estará disponível, em tradução automática, em mais de cem línguas, estimulando o interesse do público estrangeiro em geral e de brasilianistas. O mesmo *site*, por meio de ferramentas inovadoras como o *ABL Responde*, permite realizar pesquisas profundas e criativas em torno, por exemplo, de uma única palavra do léxico da língua portuguesa, expandindo e aprofundando seus significados.

Aos 124 anos, a ABL segue buscando manter-se fiel ao ideário daqueles romancistas, poetas, advogados e abolicionistas de 1897, reunidos em colóquios ruidosos na Livraria Garnier. Mantendo suas tradições, mas ao mesmo tempo renovando-se. Pensando não somente sua própria história, mas também a do país e do mundo. Construindo compromissos de liberdade, releituras onde prospere o diálogo, a diferença que nos une, abertas aos desafios de nosso tempo.

Mais do que uma Academia de Letras, a ABL é uma República das Letras, na melhor acepção da palavra *republicanismo*: democracia, respeito ao humano, a suas múltiplas dimensões. Uma república cuja língua é a de Machado, de Camões, de Vieira; de Guimarães Rosa, de Agualusa, de Eça; de Mia Couto, de Cesária Évora. Mas também a língua dos desenhos rupestres da serra da Capivara, da liberdade esboçada nas paredes dos presídios, da leitura do mundo das crianças do asfalto e da favela, a língua das terras quilombolas e das nações indígenas, com suas quase 300

línguas praticadas ainda hoje. Uma língua sem escravos análogos, nem digitais. Língua múltipla. Viva.

Referências

ARISTÓTELES. *Poética.* São Paulo: Editora 34, 2015.

Agência Brasileira de Cooperação

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), fundada em 1987, é marco histórico no fomento da cooperação técnica internacional (CTI) do Brasil. Ao assumir papel central na agenda da CTI – em substituição ao antigo Sistema Interministerial de Cooperação Técnica, composto pelo Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, e pelo Ministério das Relações Exteriores – trouxe ao MRE o desafio de ampliar as interfaces entre a política externa e a política interna (MILANI, 2017), bem como reforçar a CTI como relevante ferramenta nas relações internacionais do Brasil.

A ABC foi uma das primeiras agências de CTI do mundo em desenvolvimento, criada com a finalidade de planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, programas, projetos e atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento, em distintas áreas do conhecimento. Tal responsabilidade refere-se tanto à cooperação do país para o exterior, quanto à cooperação do exterior para o país, sob distintos formatos de execução: bilateral, trilateral ou multilateral.

Destacam-se, como princípios da cooperação técnica internacional brasileira: a promoção de autonomias nacionais na formulação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento; a horizontalidade nas relações de cooperação e de equilíbrio de interesses; o benefício mútuo; o respeito à soberania e a não ingerência nos assuntos internos; a não imposição de condicionalidades; o reconhecimento e utilização das experiências e das capacidades locais; e o foco no desenvolvimento de capacidades humanas, institucionais e produtivas como base para o alcance de avanços qualitativos, mensuráveis e duráveis.

Tais princípios contribuem para estruturar a pauta da CTI brasileira de acordo com os anseios do destinatário da cooperação, ou seja, orientada, sobretudo, pelas demandas e interesses do país parceiro.

Imbuído de tais princípios, o Brasil tem-se afirmado, nas últimas décadas, como ator protagonista na agenda

da cooperação técnica entre países em desenvolvimento e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste – países estes com os quais o Brasil compartilha laços históricos e culturais, ligados por uma língua comum, e que têm recebido atenção crescente.

São centenas de iniciativas, nas mais diversas áreas, a exemplo de agricultura, educação, saúde, ciência e tecnologia, formação profissional, sistema de justiça, direitos humanos, entre outras.

O quadro abaixo ilustra o número de iniciativas de cooperação técnica internacional e valores correspondentes executados pela ABC com os PALOP e Timor-Leste, desde 1998 até 2019.

Quadro1 - Nº de projetos com os PALOP e Timor-Leste e valores executados (em US$) no período de 1998 a 2019

PAÍSES	NÚMERO DE AÇÕES	VALORES EXECUTADOS PELA ABC
Angola	80	5,7 milhões
Cabo Verde	95	5,1 milhões
Guiné Bissau	68	7,7 milhões
Guiné Equatorial	4	0,1 milhão
Moçambique	146	12,7 milhões
São Tomé e Príncipe	100	10,7 milhões
Timor-Leste	78	10,8 milhões
TOTAL	**571**	**53,0 mihões**

Ao somar-se às ações de cooperação educacional e promoção do idioma levadas a cabo pela Divisão Educacional e de Língua Portuguesa (DELP) e pelo Departamento Cultural e Educacional (DCED) do Itamaraty, a ABC tem contribuído para adensar o rol de ações do Brasil com o objetivo de difundir a língua portuguesa no exterior.

2. A língua portuguesa como eixo da cooperação bilateral e multilateral

A língua portuguesa representa o eixo norteador da cooperação prestada pelo Brasil, tanto no âmbito bilateral, com seus parceiros lusófonos, como no âmbito multilateral, principalmente por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Segundo o documento "Diretrizes para difusão da Língua Portuguesa no exterior", elaborado pelo Itamaraty e encaminhado às representações diplomáticas brasileiras no início de 2019, a atuação do Brasil com o propósito de difundir a língua portuguesa no contexto internacional desdobra-se em três eixos:

(i) multilateral, sobretudo no âmbito da CPLP e do seu correspondente Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP);
(ii) bilateral, no âmbito da qual os parceiros lusófonos são considerados fundamentais;

(iii) unilateral, por meio de um conjunto de profissionais, como leitores e professores de língua estrangeira, que buscam estimular o interesse pela língua portuguesa, por meio de serviços variados, como o ensino da língua e literatura brasileira, formação de professores de português, entre outros (ZÉTOLA, 2019, p. 39-41).

No âmbito bilateral, por exemplo, a parceria com os PALOP e Timor-Leste é considerada fundamental para a promoção do idioma em países terceiros. Ademais, os projetos de cooperação técnica internacional entre o Brasil e seus parceiros lusófonos – bem como todos os documentos e comunicações subsequentes – são firmados em português, o que representa, por si só, uma ferramenta de promoção da língua portuguesa nas relações internacionais, ainda que tais países convivam com outras línguas.

O quadro a seguir traz alguns exemplos de projetos de cooperação técnica internacional que contribuíram para a promoção do ensino da língua portuguesa, no âmbito da cooperação bilateral.

No eixo multilateral, destaca-se a atuação da CPLP, cujo objetivo é a concretização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa, para além da cooperação e concertação política-diplomática entre os seus membros, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Para cumprir com os objetivos propostos, a CPLP trabalha em conjunto com o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), com sede em Cabo Verde, com resultados positivos no ensino a distância da língua portuguesa; na implementação do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; e na oferta de recursos e materiais para o ensino e a aprendizagem do português como língua estrangeira/não materna a professores e interessados em geral (os projetos do IILP podem ser

consultados no sítio eletrônico da organização, disponível em <https://iilp.cplp.org/home.html>, acesso em: 10 jan. 2021).

Ainda no que se refere à promoção da língua portuguesa, os parâmetros de atuação dos países membros da CPLP são definidos no âmbito das Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Até o momento, foram realizadas três conferências: em Brasília (2010), em Lisboa (2013) e em Díli (2016), com a elaboração de seus respectivos Planos de Ação.

Recorda-se, por fim, o "Documento de operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP" (NVE), para o período 2016 a 2026, no qual é proposto o aprofundamento da atuação da CPLP no âmbito dos seus três pilares estruturais: Concertação Político-diplomática, Cooperação, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa.

No que se refere, especificamente, à promoção e difusão da língua portuguesa com vistas ao reforço da sua própria internacionalização, são propostas diversas medidas para o alcance de tal propósito, entre os quais a ampliação e difusão da língua portuguesa no espaço da CPLP, em especial em Timor-Leste e na Guiné Equatorial; o fomento da adoção do português como língua de trabalho em organizações internacionais e da investigação científica e de estatísticas sobre a língua portuguesa; a articulação da CPLP com outros espaços linguísticos, entre outras medidas (BRASIL, 2017).

Timor-Leste, país localizado no sudeste asiático, foi colônia portuguesa entre os anos de 1596 a 1975.

Em novembro de 1975, sete meses após a Revolução dos Cravos, em Lisboa, que restaurou a democracia em Portugal e consagrou o respeito pelo direito à autodeterminação das colônias portuguesas, Timor-Leste foi ocupado pela Indonésia, ficando sob o domínio deste país até 1999, período no qual a utilização da língua portuguesa foi proibida no país.

Em 1999, foi realizado um plebiscito em Timor-Leste, quando a população votou a favor da própria independência. Naquele mesmo ano de 1999, a ONU enviou missão ao país, liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, com o objetivo de conduzir o processo de reconstrução e independência de Timor-Leste.

Em 2002, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte com o objetivo de elaborar a Constituição do país, documento que entrou em vigor em 20 de maio do mesmo ano. O dia 20 de maio é também denominado Dia da Restauração da Independência de Timor-Leste.

Após a entrada em vigor da Constituição da República Democrática de Timor--Leste, o português e o tétum (na sua variedade tétum-praça) tornaram-se as línguas oficias timorenses, conforme determinado no artigo 13º da aludida Constituição.

Posteriormente, a Lei de Bases da Educação (Lei nº 14/2008) determinou o tétum (praça) e o português como as línguas oficiais no sistema de ensino timorense.

Além de fazer parte do sistema de ensino no país, a língua portuguesa é utilizada na administração pública, bem como está fortemente mesclada no vocabulário do tétum (praça) utilizado no dia a dia dos cidadãos timorenses. (RAMOS; CARMO, 2020, p. 447)

Refere-se que, adicionalmente ao português e ao tétum, são faladas ainda 16 línguas autóctones no país, além de outras línguas exteriores ao território, como o inglês e o indonésio, consideradas línguas de trabalho, o que caracteriza Timor-Leste como um complexo mosaico linguístico (SOARES, 2019).

Ademais, desde que passou a fazer parte da CPLP, no ano de sua independência, em 2002, Timor-Leste conta com o interesse especial dos países membros dessa Comunidade, especialmente do Brasil e de Portugal, no que se refere à cooperação técnica (GUEDES *et al*, 2015).

Com efeito, no dia da independência de Timor-Leste, o Brasil assinou com o país irmão dois atos internacionais:

(i) Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste;
(ii) Acordo de Cooperação Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste.

Todavia, ressalta-se que as relações diplomáticas entre o Brasil e Timor-Leste iniciaram-se no ano de 2000, por ocasião da assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o governo do Brasil e a Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor).

Assim, em 2020, o programa de cooperação técnica do Brasil com Timor-Leste completou 20 anos, e para comemorar a prestigiosa data, a ABC lançou um vídeo com a retrospectiva dos principais projetos de cooperação executados e/ou em execução no país. O vídeo está disponível no sítio eletrônico da ABC (<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/1584>, acesso em: 9 jan. 2021).

Em panorama histórico, desde o início do século XXI, cerca de 80 iniciativas bilaterais de cooperação técnica foram executadas sob a coordenação da ABC em Timor-Leste, com aporte de recursos na ordem de US$ 10 milhões (dez milhões de dólares). Dentre as principais iniciativas já implementadas destacam-se:

(i) Centro de Formação Profissional, Capacitação Empresarial e Promoção Social de Becora;
(ii) Programa de Formação de Professores (PROFORMAÇÃO);
(iii) Projeto "Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas de Timor-Leste";
(iv) Projeto "Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste".

As relações de cooperação na área educacional são amparadas pelo "Acordo de Cooperação Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste", bem como pelo "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste", referidos no ponto anterior.

Após a assinatura dos dois acordos, foi instituído, por meio do Decreto nº 5.274, de 18 de novembro de 2004, o Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste (PQLP), com recursos para execução previstos no orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O objetivo do programa é o ensino da língua portuguesa, bem como a realização de atividades relacionadas à formação de docentes de diversos níveis das instituições de ensino timorenses, com atuação em três áreas fundamentais:

a) formação inicial e continuada dos docentes;
b) fomento ao ensino da língua portuguesa;
c) apoio ao ensino superior.

Ao abrigo do referido programa, a primeira missão da CAPES a Timor-Leste, em 2004, contou com a participação de cinco doutores em educação, especialistas em direito educacional, administração escolar e projetos curriculares dos ensinos fundamental e médio.

Em abril de 2005, foram enviados a Timor-Leste 48 professores brasileiros, e, até 2015, viajaram, anualmente, cerca de 50 professores brasileiros ao país, selecionados por meio de chamada pública. Os professores selecionados, oriundos de diversos estados brasileiros e de distintas áreas de formação, permaneceram no país por cerca de 18 meses.

Os projetos envolvidos no âmbito das missões dos educadores brasileiros foram, principalmente:

- ROCAPES – Programa de Capacitação de Professores de Educação Pré--Secundária;
- PROFEP – Programa de Formação de Professores para o Ensino Primário de Timor- Leste;
- ELPI – Ensino de Língua Portuguesa Instrumental;
- IGP – Implantação da Pós-Graduação *lato sensu* na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades (FEAH), da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL);
- PQA – FCE – Promoção da Qualidade no Ensino de Ciências na FEAH/ UNTL.

A partir de 2011, o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e Timor-Leste para a implementação do PQLP designou a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como instituição responsável pela coordenação acadêmica do programa, conjuntamente com a CAPES e o Departamento Cultural e Educacional (DCED) do Itamaraty. Como instituições responsáveis pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das atividades em Timor--Leste designou-se o Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), a Direção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e a UNTL (primeira e única universidade pública em Timor-Leste).

Com o objetivo de divulgar e tornar público os resultados do PQLP, a UFSC lançou, em 2014, uma página na Internet, na qual estão divulgadas as ações do programa, relatórios de atividades, artigos acadêmicos, entrevistas, dissertações, entre outros documentos (disponível em: <http://pqlp.pro.br>, acesso em: 12 jan. 2021).

O programa expirou em 31 de dezembro de 2014, e, em 2015, na expectativa de sua renovação e em uma fase de transição, a CAPES garantiu a manutenção

de um grupo de professores em Timor-Leste, até 2016, ano em que o programa foi, de fato, encerrado.

As iniciativas de cooperação técnica internacional bilateral com Timor-Leste em prol da difusão da língua portuguesa, levadas a cabo pela ABC, têm sido realizadas em apoio e complementarmente às iniciativas de cooperação educacional, desenvolvidas pelo DELP/MRE e DCED/MRE.

Recorda-se que, desde a restauração da independência do país em 2002, a língua portuguesa é a língua da administração pública timorense e, por conseguinte, toda a legislação no país está promulgada em português, exigindo das instituições públicas timorenses ações constantes de capacitação de seus funcionários no aperfeiçoamento do idioma.

Assim, a primeira iniciativa de cooperação técnica internacional da ABC na agenda em questão foi desenvolvida por meio de ação pontual intitulada "Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: consolidação do uso do português na gestão estatal", atendendo à demanda apresentada pela Comissão da Função Pública de Timor-Leste (CFP) para a capacitação de técnicos do governo timorense em português instrumental.

A ação em tela foi executada complementarmente ao PQLP, especialmente no que se refere ao projeto de Ensino de Língua Portuguesa Instrumental (ELPI). Nesse contexto, os cinco professores brasileiros que já estavam em Timor-Leste ministraram cursos de português instrumental a funcionários de distintas instituições públicas no país, entre as quais o Serviço Nacional de Inteligência, o Ministério das Finanças, o Ministério da Agricultura e Pesca, o Arquivo Nacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Solidariedade Social, a Comissão Anticorrupção, a Comissão Nacional de Eleições, a Universidade Nacional Timor Lorosa'e e a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego.

A ação foi considerada exitosa, e, durante o ano de 2011, mais de 350 funcionários, de diferentes instituições públicas no país, foram formados em português básico, intermediário e avançado, além da formação de multiplicadores.

Uma das razões do sucesso da iniciativa em causa, apontada no respectivo relatório de avaliação final, foi a metodologia de ensino empregada, que não apenas contribuiu para possibilitar elaboração de material pedagógico específico à realidade de Timor-Leste, mas também possibilitou uma prática didática com ênfase no ensino do português como segundo idioma, o que foi importante por não ser este o idioma usado, naturalmente, no comércio, locais de trabalho e respectivos lares.

Finda a execução da ação pontual, mas persistindo a necessidade de aprimorar competências do quadro de funcionários da administração pública timorense no uso da língua portuguesa, bem como perseverar nas ações de difusão do ensino da língua portuguesa no país, Brasil e Timor-Leste firmaram novo projeto de cooperação técnica internacional, mantendo a mesma denominação da iniciativa anterior "Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Consolidação do Uso do Português na Gestão Estatal", da qual foram parceiros: a Comissão da Função Pública de Timor-Leste, como instituição executora timorense, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da

Universidade de Brasília (CEAM/UnB), como instituição executora brasileira, e a ABC, como instituição coordenadora brasileira.

O projeto, executado entre os anos de 2013 a 2017, foi considerado igualmente exitoso, deixando como legado os seguintes resultados, apontados no relatório de avaliação final da iniciativa:

Quadro 3 - Principais resultados do programa de consolidação do uso do português na gestão estatal em Timor-Leste

ATIVIDADES	RESULTADOS QUANTITATIVOS
Capacitação de funcionários públicos nos níveis básico, intermediário e avançado da LP.	165 funcionários capacitados
Capacitação de funcionários públicos como formadores-multiplicadores no ensino da LP como segundo idioma.	6 funcionários capacitados
Produção de material didático-pedagógico para formação de formadores e atualização do material do ELPI.	2000 exemplares nível básico 2000 exemplares nível intermediário 2000 exemplares nível avançado 1500 exemplares para formadores - multiplicadores

O relatório final do projeto destacou, ainda, os desenvolvimentos de capacidades alcançadas, segundo a percepção de diferentes parceiros.

Assim, para o governo timorense, o projeto contribuiu para a melhoria em rotinas de trabalho na comunicação diária nos diversos ministérios, para o aprimoramento de procedimentos de gestão e acompanhamento de atividades, e para o aperfeiçoamento de processos burocráticos.

Para os cursistas, infere-se que tiveram vivência da interculturalidade, fortalecimento do processo de construção da identidade nacional e de pertencimento à CPLP, satisfação pessoal, e autonomia comunicativa no ambiente de trabalho pela apropriação do conhecimento linguístico.

Em relação à instituição parceira do Brasil, a Universidade de Brasília (UnB), constatou-se o reforço da meta de internacionalização do CEAM/UnB, a ampliação de sua atuação juntos aos países de língua portuguesa, e a viabilização da experiência internacional de professores pesquisadores na temática de ensino da língua portuguesa como segunda língua em outros países.

De acordo com relatos de representante do Instituto Nacional da Administração Pública de Timor-Leste (INAP), apontados na referida avaliação, a oferta do curso de língua portuguesa viabilizada pela cooperação técnica brasileira contribuiu para a notoriedade da instituição na sociedade timorense, para a vivência e prática institucional da interculturalidade, para o aperfeiçoamento de processos gerenciais e administrativos, e para a capacitação do quadro interno de funcionários das distintas instituições no país.

A partir das iniciativas de cooperação técnica internacional anteriormente descritas, uma nova demanda foi encaminhada à ABC, em 2019, pela Comissão da Função Pública (CFP) timorense, que solicita a continuação da cooperação brasileira na capacitação dos funcionários da administração pública daquele país

em língua portuguesa, bem como a cooperação para capacitação de formadores--multiplicadores na área.

Para a execução da futura iniciativa, a Universidade Federal de Santa Catarina foi novamente convidada como parceira, dado o seu histórico de atividades na promoção e ensino da língua portuguesa em Timor-Leste, principalmente no âmbito do PQLP, como visto anteriormente. Ademais, o vínculo entre Timor-Leste e a UFSC estreita-se igualmente na esfera da CPLP, notadamente no âmbito do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Assim, o futuro projeto de cooperação com a CFP pretende continuar a prestar apoio ao fortalecimento da Administração Pública timorense, mediante a consolidação do uso da língua portuguesa como idioma oficial nas instâncias estatais, por meio da execução e aprimoramento das ações das iniciativas anteriores, notadamente a formação de formadores e multiplicadores, e a capacitação de servidores públicos.

Pretende-se, igualmente, estabelecer sinergias com outras iniciativas de promoção da língua portuguesa no âmbito da CPLP, com destaque para o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE), já referido.

Acrescenta-se que o novo projeto poderá fazer uso dos materiais produzidos no âmbito do projeto anterior, entre os quais: apostilas para o ensino do português nos níveis básico, intermediário e avançado, e apostila para formação de multiplicadores para o ensino da língua portuguesa em Timor-Leste.

Por meio de ações como as anteriormente aludidas, a Agência Brasileira de Cooperação continuará a prestar o seu apoio na difusão da língua portuguesa no exterior, adensando as iniciativas para a promoção da imagem do Brasil no contexto internacional.

Referências

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Documento de operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016 – 2026)*. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/cplp-04.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2021.

GUEDES, Maria Denise *et. al*. *Professores sem Fronteiras*: pesquisas e práticas pedagógicas em Timor-Leste. Florianópolis: NUP/UFSC, 2015. 271 p. Disponível em: <http://pqlp.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/02/Prof-semfronteiras-2015c.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MILANI, Carlos R. S. *ABC 30 anos: história e desafios futuros*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017, 224p.

RAMOS, Rui; CARMO, José do. A língua portuguesa entre as línguas de Timor-Leste: um estudo de caso numa escola secundária timorense. *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 443-463, Sept. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984=63982020000300443-&lng=en&nrm-iso>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SOARES, Lucia Vidal. O Português no contexto multilíngue timorense – Entre ficar e partir. *Rev. Linha D'Água* (online), São Paulo, v. 32, n. 2, p. 87-106, maio--ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154794>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ZÉTOLA, Bruno Miranda. Diretrizes para a Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior. *Cadernos de Política Exterior*. IPRI. Brasília, DF: FUNAG, v. 5, n. 8, p. 19 – 48, Ago. 2019. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/CadernosN%C2%BA8.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Associações Comunitárias

Durante a sua história, o Brasil acolheu inúmeros imigrantes oriundos dos mais diversos pontos do globo. No entanto, nas últimas décadas o Brasil passou a ser também um país de emigrantes (BRUM, 2018; PÓVOA NETO, 2006), tendo atingido números recordes de declarações de saída em 2019 (RODRIGUES, 2019). Diversas organizações prestam assistência aos brasileiros no exterior e/ou proporcionam a esses imigrantes um senso de comunidade que contribui, entre outros, para o seu bem-estar psicológico (HUGHEY; SPEER; PETERSON, 1999). Essas associações são muitas vezes essenciais para que os imigrantes possam se conectar e desenvolver um senso de comunidade no país de acolhimento.

O termo "associações comunitárias" cobre uma ampla gama de definições e formas de atuação, desde algumas comumente usadas no Brasil até outras de escopo mais diversificado e uso mais recente em países da Europa ou América do Norte. Segundo o dicionário Michaelis (2021), "uma associação é um agrupamento de pessoas para um fim ou interesse comum". Outra definição possível é: "união de pessoas que se organizam em torno das necessidades em comum da comunidade, como educação, saúde, segurança pública, entre outros" (SARAIVA; SOUZA; MELLO, 2016). A palavra "comunitária" remete a algo comum a vários indivíduos, realizado ou idealizado por várias pessoas, geralmente por quem vive ou compartilha do mesmo espaço, território, sociedade, como no caso de trabalho comunitário. As associações de imigrantes prestam auxílio aos que necessitam, porque os imigrantes muitas vezes não têm influência política e não conhecem os trâmites da sociedade acolhedora (HUNG, 2007). Assim, os imigrantes se organizam para defender seus interesses políticos, econômicos e culturais na nova sociedade onde se encontram (REX, 1994).

As associações representam um espaço de convívio, educação, comunicação, organização social, socialização, informação, reinterpretação das tradições, solidariedade e mediação entre a sociedade de origem e a de acolhimento (BRUM, 2018). Os encontros que acontecem no âmbito

desse espaço representam oportunidades únicas para reafirmação coletiva da identidade nacional onde, com frequência, nascem ideias e projetos coletivos que são a semente para iniciativas contínuas em prol da diáspora. Muitas vezes, essas iniciativas de longo prazo dedicam-se a programas de ensino e promoção da língua portuguesa.

No contexto de vida dos brasileiros no exterior, a denominação "associação comunitária" assumiu um conceito amplo, que inclui defender interesses e direitos dos imigrantes em diversas áreas com a intenção de apoiar e ajudar a encaminhar ou resolver necessidades dos brasileiros que moram fora do Brasil. São consideradas associações comunitárias aquelas iniciativas que nascem em grupos de brasileiros residentes no exterior para beneficiar a comunidade brasileira local, que sejam sem fins lucrativos, podendo ser formalmente registradas como pessoa jurídica ou não. Há vários modelos de funcionamento dessas associações, desde eventos ou serviços gratuitos ou subsidiados até sistema de filiação com pagamento de anuidades por parte dos membros ou associados. Esse trabalho é predominantemente voluntário e, em muitos casos, as associações não chegam a ser uma instituição juridicamente reconhecida.

As áreas de atuação das associações comunitárias no exterior podem ser as mais diversas, como saúde, social, jurídica, trabalhista, cultural, esportiva ou educacional, e sabe-se que há centenas dessas iniciativas coletivas espalhadas pelo mundo, algumas fundadas ainda nos anos 1990. Essa atuação em prol dos interesses da comunidade tem enorme relevância aos brasileiros no exterior e assume um papel de destaque quando os programas e atividades oferecidos têm o objetivo de ensinar a língua portuguesa para crianças como parte de um processo que envolve legado familiar de grande valor.

Através de um mapeamento de iniciativas coletivas na área de educação, pode-se afirmar que, dentre as frentes de atuação desses grupos, a que tem maior representatividade e potencial de impacto é a do português como língua de herança (PLH). As informações do mapeamento, realizado em 2020 por um grupo de pessoas da Mesa de Educação do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (CRBE), foram complementadas por dados do Elo Europeu de Educadores do Português como Língua de Herança (ELO), da American Organization of Teachers of Portuguese (AOTP) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Essas associações atuantes no campo de educação costumam ter perfil abrangente e caráter dinâmico de atuação, e podem ser divididas em dois grupos principais: grupos de famílias, mães ou mulheres brasileiras e grupos formados para fins educativos.

Instituições do primeiro tipo de grupos costumam nascer a partir de encontros para simples socialização ou oportunidades de diversão para crianças, para troca de informações e dicas sobre a vida no país de acolhimento, ou ainda para tratar de algum tema em especial. Saudades da família que ficou no Brasil ou busca por apoio social e emocional são fatores que impactam diretamente a fase de adaptação de famílias brasileiras no exterior (GRANEMANN, 2019) e levam muitas mulheres, com ou sem filhos, a procurarem oportunidades de congregação e união que se concretizam na criação formal dos grupos de mães, de famílias ou de mulheres.

Esses grupos costumam se organizar em estruturas simples, a partir de plataformas virtuais, como Facebook ou Google Groups, com regras combinadas e divisão de funções e tarefas. Muitas atividades são planejadas levando em conta, por exemplo, idades dos filhos das integrantes e necessidade de orientações sobre a vida no país de acolhimento (LICO, 2011). Nesta categoria de associações, há exemplos de grupos em diferentes locais do mundo que se tornaram fortes núcleos de acolhimento e apoio, em que se privilegiam as relações de amizade, a integração social e o incentivo à valorização da língua e da cultura do Brasil (MÃES BRASILEIRAS NA EUROPA, 2019).

O escopo de atividades realizadas varia muito de um grupo para outro, mas as mais comuns, que podem ser regulares ou esporádicas, são:

- encontros para as crianças brincarem;
- atividades educativas, como contação de histórias, biblioteca itinerante, brincadeiras de roda, aulas de música e/ou de português;
- festa e celebração de datas importantes da cultura brasileira;
- palestras informativas sobre temas que impactam a vida da família e do imigrante brasileiro;
- publicação de boletins ou *blogs*;
- eventos para arrecadar fundos para alguma causa ou situação especial;
- ações de cunho social.

Fazem parte da segunda categoria de grupos desde associações informais de voluntários que se reúnem para dar aulas de português para jovens e adultos, fazer festas para celebrar datas do calendário cultural brasileiro ou organizar eventos esportivos, até associações e centros de educação e cultura oficialmente registrados como pessoa jurídica sem fins lucrativos. Esses grupos normalmente começam com uma atividade ou linha de atuação específica em mente, dependendo do perfil da comunidade local e dos recursos, humanos e materiais, disponíveis. Com o passar do tempo e a experiência adquirida, esses grupos procuram profissionalizar a gestão e fortalecem o compromisso com a qualidade e a sustentabilidade de seus programas ou iniciativas.

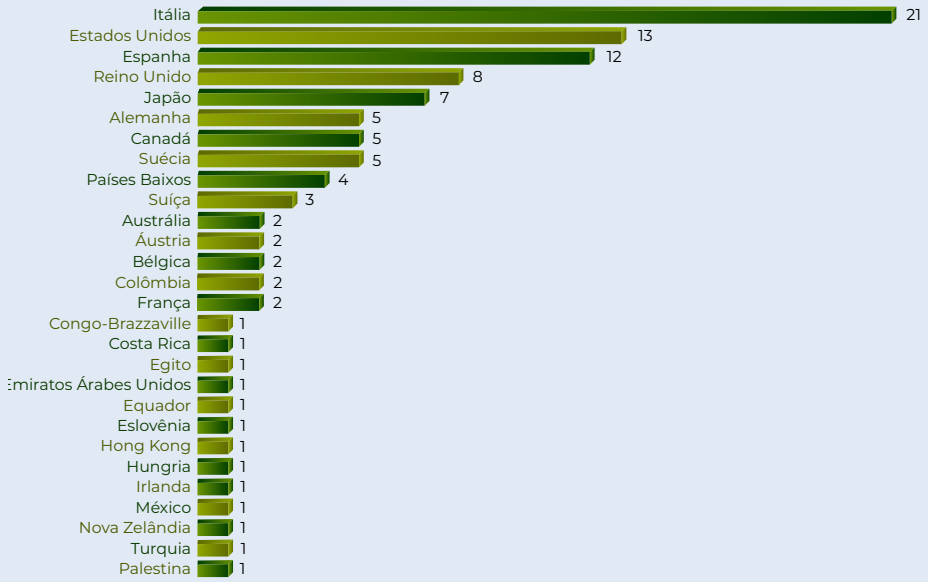
Esses grupos se organizam de diversas maneiras e podem assumir denominações igualmente variadas, de acordo com sua missão ou perfil de atuação, tais como associação, centro, fundação ou projeto, para citar as mais comuns. No entanto, há muitos outros nomes que indicam sua atividade principal, como o Contadores de Histórias, o Mala de Herança, o Projeto Sementeira e tantos outros. Os modelos de operação predominantes nesta categoria são dois: associativo, em que há afiliação e cobrança de anuidades; ou por participação, em que há cobrança pelos programas e serviços utilizados. Exemplos desses tipos de grupos incluem: associação de professores ou de pais de alunos, associações com programas educativos, centros culturais, institutos ou fundações de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira.

As associações dedicadas ao português como língua de herança (PLH) podem ser identificadas também como escolas comunitárias. As línguas de herança são línguas culturalmente ou etnicamente minoritárias que são adquiridas em ambientes

bilíngues onde é falada outra língua sociopoliticamente majoritária (MONTRUL, 2016). Assim, o português falado por filhos de brasileiros que crescem em países onde o português não é a língua majoritária nem oficial, é uma língua de herança. O PLH não é nem uma língua estrangeira nem uma língua materna, embora possa apresentar características de ambas. O ambiente em que o PLH é aprendido e o próprio processo de aquisição são o que caracterizam esta modalidade da língua e a diferem do português língua estrangeira, que não é aprendido no ambiente familiar, e do português língua materna, que é adquirido em contextos em que o português é língua majoritária. Para que a aquisição da língua no seio familiar comece e continue, é fundamental que a família valorize sua própria identidade e a riqueza de sua língua e de sua cultura para estabelecer sistemas de convivência e fluxos de aprendizado que se renovam com os diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento dos filhos (LICO, 2011). Esse processo pode ser ampliado e fortalecido com uma aprendizagem formal, com aulas de PLH ministradas por professores, em que a família se coloca como parceira do professor e ambos assumem o compromisso com o progresso do aluno. A comunidade tem papel essencial no apoio à criação de oportunidades para praticar e manter vivas a língua e a cultura brasileiras, papel desempenhado, em grande parte, pelas associações comunitárias que trabalham com educação no exterior (BORUCHOWSKI; LICO, 2015).

Combinando diversas bases de dados, é possível identificar um total de 102 iniciativas que trabalham com a língua portuguesa para brasileiros no exterior. Para permitir uma visão geral sobre o perfil das associações comunitárias, onde estão e que programas oferecem, destacam-se os dados do mapeamento recente, que teve 106 participantes, com representantes de 28 países. Três países (Itália, Estados Unidos e Espanha), correspondem a 43% do total, como mostra a tabela a seguir (que inclui Hong Kong, não China, por ter sido assim designado pela associação).

Associações Comunitárias identificadas por país



Se levarmos em conta a última estimativa do MRE de que o número de brasileiros residentes no exterior é de mais de 3 milhões (MRE, 2014), o total de participantes no mapeamento é muito baixo, assim como o número de respondentes de alguns países. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde se estima que esteja metade desse contingente de emigrantes, só no estado de Massachusetts há dezenas de associações comunitárias, caso também de outros países da Europa e da América Latina.

No que se refere a tempo de atuação, 77 (73%) das associações participantes foram instituídas a partir de 2010. Dessas, 45 (43%) foram criadas entre 2016 e 2020. Destaca-se a predominância de iniciativas jovens e um pequeno *boom* de união e mobilização. Os resultados mostram também que há décadas a comunidade se organiza para trabalhar em prol da coletividade.

Com relação à formalização de suas atividades, das 106 associações participantes, 59 (56%) são registradas como pessoa jurídica, das quais 43 (73%) não têm fins lucrativos. Somando as organizações sem fins lucrativos juridicamente registradas ou não, temos um total de 53 (50% do total de 106) consideradas associações comunitárias conforme critério estipulado anteriormente: que nascem em comunidade, para atender a comunidade e em benefício da coletividade. Constata-se que um grande número de associações não se registrou oficialmente nos países em que atuam.

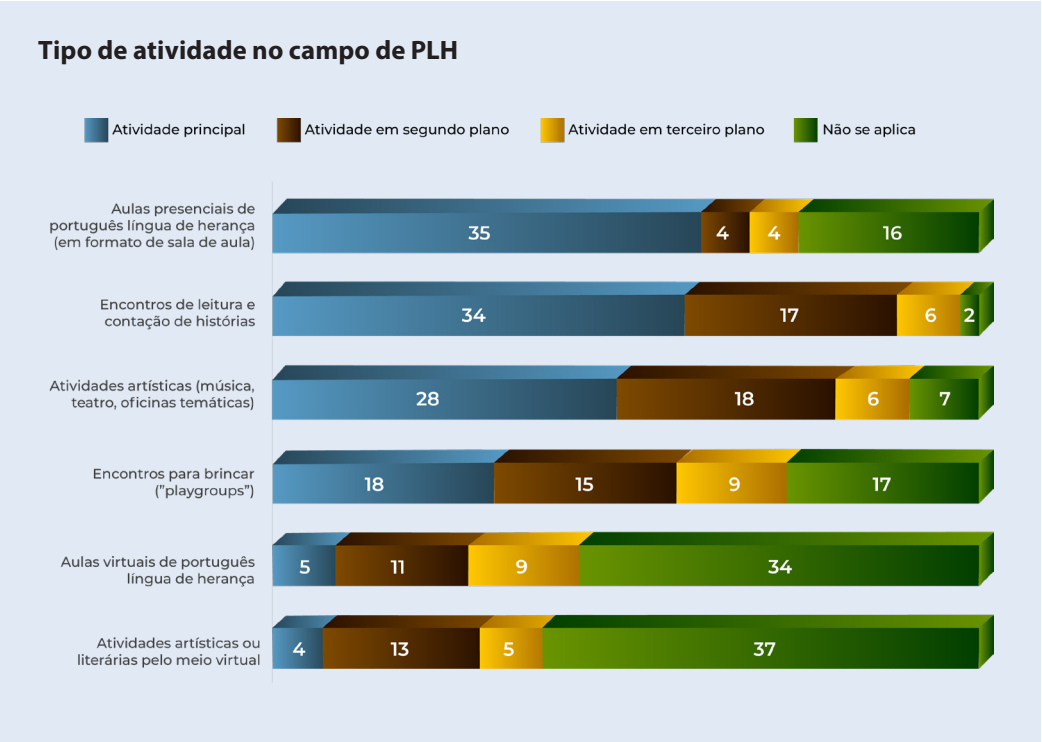
No que se refere a parcerias, houve 104 respostas, das quais 59 (57%) disseram que têm relação de parceria de algum tipo. O apoio recebido por parte de governo ou instituição local foi destacado 44 vezes pelas associações, parcerias com o governo brasileiro foram citadas 19 vezes e o apoio recebido de organização correlata e rede de associações, 17 vezes.

Para identificar as áreas de atuação das associações comunitárias de educação, foram apresentadas seis opções, e a área de mais destaque foi a de PLH, com 59 participantes (55% do total). Vale observar que, ao cruzar os dados do mapeamento, notou-se que 27 das 59 (ou seja, 46% das associações dedicadas ao PLH) são registradas juridicamente, sendo 21 sem fins lucrativos.

Como as possibilidades de atuação no campo do PLH são amplas, seria interessante identificar a atividade principal de cada associação, e quais as que estão em segundo e terceiro planos, de forma a ter uma visão geral das linhas de trabalho predominantes. Analisando apenas os dados referentes à atividade principal, constata-se que as aulas presenciais de português e os encontros de leitura e contação de histórias estão praticamente no mesmo lugar (35 e 34, respectivamente) como atividades privilegiadas pela maioria das associações, seguidos de atividades artísticas e encontros para as crianças brincarem. Esses dados mostram a combinação de recursos utilizados e o papel educativo dessas associações, além de indicarem o impacto potencial de tais programas na vida de centenas de famílias e seus filhos. Pôde-se constatar ainda que o uso do meio virtual já era prática regular de algumas organizações mesmo antes da pandemia: no questionário foi explicado que as respostas deveriam referir-se à situação anterior ao início da pandemia da COVID-19, em março de 2020.

A análise das informações evidencia a diversidade do trabalho feito por associações no exterior e seu papel na promoção da língua portuguesa e divulgação da cultura brasileira. Alguns exemplos de atividades linguístico-culturais realizadas são:

atividades com cantigas de roda, brincadeiras e jogos (como trava-línguas); sarau de poesia, piquenique ou café literário; biblioteca; encontro virtual de crianças da comunidade; atividades de teatro, música e dramatização; oficina criativa ou de arte; oficina de culinária; cursos de robótica e clube de ciências; oficina de empoderamento infantil; palestras ou reuniões com famílias; programa de voluntariado para jovens; festas culturais; eventos esportivos e musicais; e atuação pela causa da valorização do português no exterior. Há ainda o caso especial de associações no Japão, que oferecem aulas diárias de japonês para crianças, preparando-as para serem aceitas em escolas locais.



O tema das associações comunitárias está sempre em evolução, pois reflete o perfil, as condições de emigração e as situações a que estão expostos os brasileiros que residem fora do Brasil, o que impacta diretamente os programas educativos desenvolvidos no exterior. O campo do português como língua de herança tem sido motivo de crescente interesse por parte do governo brasileiro, embora o conhecimento desse trabalho por parte da academia ou da mídia brasileira ainda seja muito pequeno ou quase nulo. Os desafios enfrentados pelas associações comunitárias em geral são enormes, principalmente no que se refere à limitação (ou falta) de recursos financeiros e ao engajamento e dificuldade de formação dos recursos humanos. Troca de informações e formação de parcerias entre as associações, e mecanismos de apoio contínuo de diferentes instâncias do governo costumam dar bons resultados na redução do risco de fechamento de associações comunitárias.

Recorde-se, a esse respeito, que o importante trabalho realizado pelas associações comunitárias está em sintonia com o que sugere a Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quando indica que a mobilização por iniciativas de educação em comunidade contribui para a criação de sociedades sustentáveis de várias maneiras, ao promover mais participação e empatia, funcionar como uma ponte entre a educação formal e a não formal e como catalisador para que o aprendizado seja inovador e efetivo, além de proporcionar valiosa troca de conhecimento multidisciplinar e intergeracional (UNESCO, 2017). É nessa perspectiva que se pode afirmar que as iniciativas coletivas das associações comunitárias brasileiras no exterior fazem muito com muito pouco, e seus resultados na formação de leitores e de cidadãos com senso de pertencimento e orgulho de sua identidade brasileira são de inegável valor para promover a língua portuguesa e a nação brasileira mundo afora.

Referências

ALVAREZ, Roger A. *et al*. Increasing Minority Research Participation through Community Organization Outreach. *Western Journal of Nursing Research*, v. 28, n. 5, p. 541-560, 2006.

ASSOCIAÇÃO. *In*: MICHAELIS [São Paulo: Editora Melhoramentos]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/associa%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em 23 fev. 2021.

BORUCHOWSKI, Ivian D.; LICO, Ana Lúcia. *Como manter e desenvolver o português como língua de herança: s*ugestões para quem mora fora do Brasil. Miami: Consulado-Geral do Brasil em Miami; MUST University, 2015. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Montreal/pt-br/file/lingua%20de%20heranca.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRUM, Alex Guedes. A organização dos imigrantes brasileiros na Flórida, EUA. *Aedos*, v. 10, n. 23, p. 194-211, 2018.

CARITA, Cristina; ROSENDO, Vasco Nuno. Associativismo cabo-verdiano em Portugal: estudo de caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 13, p. 135-152, 1993.

COMUNITÁRIA. *In*: DICIO. Dicionário Online de Português, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/comunitaria/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GRANEMANN, Laís. *Parenting Abroad:* The Acculturation Experiences of Brazilian Immigrants and Sojourners, 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35403/3/2019_La%C3%ADsGranemann.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

GRUPO MULHERES DO BRASIL. 2021. Disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HUGHEY, Joseph; SPEER, Paul W.; PETERSON, Andrew. Sense of Community in Community Organizations: Structure and Evidence of Validity. *Journal of Community Psychology*, v. 27, n. 1, p. 97-113, 1999.

HUNG, Chi-Kan Richard. Immigrant Nonprofit Organizations in U.S. Metropolitan Areas. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 36, n. 4, p. 707-729, 2007.

LICO, Ana Lúcia. Educação e cultura brasileira para falantes de herança na região de VA, MD e DC. *Portuguese Language Journal*, v. 5, 2011. Disponível em: <http://www.ensinoportugues.org/wp-content/uploads/2011/05/Lico.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MÃES BRASILEIRAS NA EUROPA. 2019. Disponível em: <https://maesbrasileirasnaeuropa.com/sobre-o-mbe/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabarito do Encceja Exterior são divulgados, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/encceja-exterior>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MONTRUL, Silvina. *The Acquisition of Heritage Languages.* Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Assistência aos brasileiros no exterior, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-aos-brasileiros-no-exterior#II.2>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PÓVOA NETO, Helion. A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 25-39, 2006.

REX, John. Ethnic mobilisation in Britain. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, v. 10, n. 1, p. 7-31, 1994.

ROCHA, Letícia P. *et al*. Understanding Health Priorities, Behaviors and Service Utilization among Brazilian Immigrant Women: Implications for Designing Community-Based Interventions. *Journal of Racial and Ethnic Health Disparaties*, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40615-020-00936-y>. Acesso em: 09 fev. 2021.

RODRIGUES, António. Emigração brasileira a caminho de valor recorde. *Público*, Lisboa, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/08/24/mundo/noticia/emigracao-brasileira-caminho-valor-recorde-1884340>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SARAIVA, Ane Carine; SOUZA, Anne Caroline; MELLO, Antônio. Associações comunitárias. O quê? Por quê? Para quê? Como? *In*: JUSBRASIL. 2016. Disponível em: <https://anesamorim.jusbrasil.com.br/artigos/489118906/associacoes-comunitarias-o-que-por-que-paraque-como>. Acesso em: 14 jan. 2021.

UNESCO Institute for Long Life Learning. Community-Based Learning for Sustainable Development. *UNESDOC Digital Library*, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247569>. Acesso em: 21 fev.2021.

Audiovisual

É inegável a importância do Brasil para a promoção da língua portuguesa por meio do audiovisual, estando presente com seus filmes e, especialmente, telenovelas no imaginário comum das mais diversas nações. Seja através da popularização midiática de *Tropa de Elite* (2007), de José Padilha, seja pela marca indelével que Carmen Miranda imprimiu no inconsciente mundial, seja pela exibição das telenovelas nacionais na maioria dos países, o Brasil é o vetor principal da promoção da língua portuguesa por meio do audiovisual. Cabe ressaltar, contudo, que essa disseminação da língua portuguesa por meio de filmes e outras peças audiovisuais ainda carece de estudos acadêmicos mais aprofundados[1]. Este verbete, de certa forma pioneiro, buscará analisar possíveis aproximações entre o audiovisual e a difusão da língua portuguesa, com vistas a estimular novas pesquisas em uma área carente de bibliografia, baseando-se em tentativa divisão de fases históricas do processo de promoção da língua portuguesa, em sua variante brasileira, por meio do audiovisual. Nesse contexto, propõe-se análise na qual quatro fases se apresentariam como preponderantes a esse processo[2].

A primeira fase caracteriza-se por manifestações audiovisuais apenas pontuais e abrasileiradas, porém não, de fato, brasileiras, já que não havia uma tradição, ou seja, uma obra que desse necessariamente continuidade a outra e, muito menos, espectadores ávidos por mais acesso à língua portuguesa. Essa fase resume-se aos filmes que Carmen Miranda realizou em Hollywood ao longo das décadas de 1940 e 1950, cujo propósito não era a promoção cultural e linguística do Brasil e cuja realização não era, em absoluto, brasileira, mas, sim, uma produção estadunidense com estética abrasileirada. Ainda que apenas abrasileiradas, estas obras abriram caminho para

1 Não é possível encontrar, por exemplo, artigo que correlacione essas searas do conhecimento no âmbito da Scientific Eletronic Library Online Brazil (SciELO Brazil), embora seja possível encontrar artigos que correlacionem promoção da cultura brasileira e audiovisual.

2 Vide linha do tempo.

a disseminação do português, apresentando músicas que entrelaçavam aspectos culturais e estéticos cariocas e baianos.

A segunda fase, por sua vez, seria representada pela consolidação paulatina de um ciclo nativo de cinema que, por seu ineditismo e por sua pujança artística, tornou-se capaz de estabelecer uma tradição de obras, tanto em termos de continuidade de produção quanto da consolidação de espectadores internacionais. Essa fase englobaria, principalmente, as décadas de 1960 e 1970, partindo da premiação de *O pagador de promessas* (1962), de Anselmo Duarte, com a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes. Perpassaria, então, o ápice do movimento do "Cinema Novo", com as três indicações de Glauber Rocha também ao prêmio máximo de Cannes (por *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, em 1964; *Terra em transe*, em 1967; e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, em 1969), bem como a vitória do prêmio de melhor diretor por Rocha em 1969, também no âmbito do mesmo festival francês. Pode-se considerar que essa fase seria, finalmente, concluída com a consolidação do cinema brasileiro em nichos de gênero no mundo todo, principalmente por meio da presença dos filmes de José Mujica Marins, o Zé do Caixão, nos circuitos de cinema de horror, especialmente em países como Reino Unido, Japão e EUA. Ressalta-se, contudo, que nesta fase a promoção do português acontecia de forma incipiente e não planejada, já que muitos desses filmes eram exibidos com dublagens para línguas locais ou legendas. Cabe, ainda assim, ressaltar que o português imbricava-se entre as sonoridades das grandes cinematografias internacionais e tornava-se mais familiar em países de relevo cinematográfico como França e EUA, além de apresentar de forma mais substantiva a variante brasileira às regiões lusofalantes.

A terceira fase, um tanto quanto aislada tematicamente das demais fases, manifesta-se concomitantemente ao esmaecimento da presença internacional do cinema brasileiro e é representada pelo início da exportação de telenovelas, a partir da década de 1980 e até os tempos presentes. Esta fase inicia-se posteriormente à consolidação da telenovela como principal produto audiovisual brasileiro, pois depende da estruturação da cadeia produtiva deste bem cultural para a sua posterior exportação. Será *Escrava Isaura* (1976-1977), de Gilberto Braga, que selará o início simbólico dessa expansão externa, consagrando sua protagonista, Lucélia Santos, como ícone internacional. Cabe, ainda, ressaltar que essa expansão exportadora de telenovelas é especialmente importante para a consolidação do português em países lusófonos e, em especial, naqueles no qual a língua portuguesa, malgrado oficial, é pouco ou quase não utilizada pela maioria da população, que opta por línguas nativas para o uso diário, como Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste

A quarta fase iniciada no âmbito do ciclo da "retomada" do cinema brasileiro[3], na década de 1990, seria concomitante à expansão progressiva da exportação de telenovelas, que caracteriza a terceira fase, e se estenderia, também, até à atualidade. Com o crescente desenvolvimento de produções de relevo internacional, a fase da

3 A era da retomada do cinema brasileiro, como analisam acadêmicos como André Piero Gatti, remete ao período entre 1995-2003 quando, após o fechamento, em 1990, da Empresa Brasileira de Filmes S.A (EMBRAFILME, estatal criada em 1969 para impulsionar a produção cinematográfica nacional), um novo ciclo autônomo e mais independente do financiamento estatal paulatinamente se constitui e reinicia um processo continuado de produção cinematográfica brasileira.

"retomada" foi seguida pela criação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em 2001. Com o advento da ANCINE, esse ciclo ganharia o suporte estatal para se desenvolver e subsidiar a formação de um mercado exportador mais sólido, que pudesse expandir não só a presença cultural brasileira no mundo, mas também a promoção da língua. Após esse período inicial, o cinema brasileiro ganharia relevância artística suficiente para influenciar produções estrangeiras e reconsolidar-se como cinematografia de relevo, expandindo a influência cultural e linguística do país para novas mídias, como videogames e vídeos de YouTube.

A promoção da língua portuguesa por meio do audiovisual talvez não tenha sido, historicamente, tão preponderante quanto a promoção por intermédio da música, mas é inegável reconhecer que estas duas vias tiveram seu início entrelaçado. Pode-se afirmar, quiçá, que a presença musical da língua portuguesa, em sua vertente brasileira, dependeu do desejo internacional de conhecer visualmente o Brasil por meio audiovisual. Esse desejo somar-se-ia às estratégias estadunidenses de aproximação sob uma ótica positiva com seus vizinhos latino-americanos. Essas estratégias podem ser sumariadas sob a lógica da "política da boa vizinhança"[4], que encontraria numa brasileira seu pináculo de concretização.

Típica história de apropriação e sincretismo cultural que caracterizaria a era das cantoras do rádio, como definiu Ronaldo Conde Aguiar em seu livro *As divas da Rádio Nacional*, Carmen Miranda seria a primeira embaixadora da língua portuguesa, apresentando ao mundo um idioma que se restringia, quase exclusivamente, a Portugal e suas ex-colônias. Há mais de 80 anos, nossa "Pequena Notável", como apelidaram-na nos jornais brasileiros da década de 1930, ou a "*Brazilian Bombshell*", como apelidá-la-iam os tabloides estadunidenses dos anos de 1940, essa brasileira, nascida em Portugal, mas que adotava o samba e a imagética baiana como sua expressão máxima, iniciaria sua conquista dos cinemas do mundo todo.

Aparecendo inicialmente como atração musical coadjuvante no filme *Down Argentine Way* (1940), de Irving Cummings, Miranda roubaria a cena com canções não somente em inglês, mas também em português, muitas das quais já consagradas por ela e por seu conjunto musical, o Bando da Lua. Pouco tempo depois, percebendo o potencial de Miranda, a 20th Century Fox, encomendaria um filme que enfocasse a cantora e o Brasil como cenário privilegiado. Nasceria, assim, o clássico *That Night in Rio* (1941), também de Cummings, que apresentaria o Brasil aos olhos do mundo e o português aos ouvidos de todos, sempre com Carmen Miranda como porta-voz. Daí em diante, clássicos brasileiros, seja no português seja em versões inglesas, como "O que é que a baiana tem?", "Mamãe eu quero", "Tico-tico no fubá" e "Chiquita Banana", dominariam os cinemas, vitrolas e rádios de todo o mundo.

---

4 Como explica o verbete do CPDOC-FGV: "Implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos (1933 a 1945), a chamada política da boa vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina no período. Sua principal característica foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental" (CPDOC-FGV, 2021). Ressalta-se, ademais, que no âmbito cultural, a "Política da Boa Vizinhança" manifestar-se-ia por meio do financiamento a filmes que incorporassem uma lógica positiva, ainda que preconceituosa, de figuras exóticas ligadas ao etos latino, como Carmen Miranda.

Produções e coproduções brasileiras indicadas ao Oscar

1960

Filme:
Orfeu Negro
Diretor e Nacionalidade:
Marcel Camus (francês)
Categoria e Resultado:
Melhor filme estrangeiro - Venceu
Países produtores:
Brasil, França e Itália

1963

Filme:
O Pagador de Promessas
Diretor e Nacionalidade:
Anselmo Duarte (brasileiro)
Categoria e Resultado:
Melhor filme estrangeiro - Indicado
Países produtores:
Brasil

1979

Filme:
Raoni
Diretor e Nacionalidade:
Jean-Pierre Dutilleux (francês) e Luiz Carlos Saldanha (brasileiro)
Categoria e Resultado:
Melhor documentário - indicado
Países produtores:
Brasil, França e Bélgica

1986

Filme:
O Beijo da Mulher-Aranha
Diretor e Nacionalidade:
Héctor Babenco (argentino naturalizado brasileiro)
Categoria e Resultado:
1 - Melhor filme - indicado
2 - Melhor Diretor - indicado
3 - Melhor Ator - venceu
4 - Melhor roteiro adaptado - indicado
Países produtores:
Brasil e Estados Unidos

1996

Filme:
O Quatrilho
Diretor e Nacionalidade:
Fábio Barreto (brasileiro)
Categoria e Resultado:
Melhor filme estrangeiro - indicado
Países produtores:
Brasil, França e Bélgica

1998

Filme:
O que é isso, companheiro?
Diretor e Nacionalidade:
Bruno Barreto
Categoria e Resultado:
Melhor filme estrangeiro - indicado
Países produtores:
Brasil

1999

Filme:
Central do Brasil
Diretor e Nacionalidade:
Walter Salles
Categoria e Resultado:
1 - Melhor filme estrangeiro - indicado
2 - Melhor Atriz - indicado
Países produtores:
Brasil e França

2001

Filme:
Uma História de Futebol
Diretor e Nacionalidade:
Paulo Machline
Categoria e Resultado:
Melhor Curta-Metragem em Live-Action - indicado
Países produtores:
Brasil

2004

Filme:
Cidade de Deus
Diretor e Nacionalidade:
Fernando Meirelles e Kátia Lund
Categoria e Resultado:
1 – Melhor Diretor - indicado
2 – Melhor roteiro adaptado - indicado
3 – Melhor Edição - indicado
4 – Melhor Fotografia - indicado
Países produtores:
Brasil

2005

Filme:
Diários de Motocicleta
Diretor e Nacionalidade:
Walter Salles
Categoria e Resultado:
1 – Melhor roteiro adaptado - indicado
2 – Melhor Canção Original - indicado
Países produtores:
Brasil, Argentina, França, Chile, Peru, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos

2011

Filme:
Lixo Extraordinário
Diretor e Nacionalidade:
Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley
Categoria e Resultado:
Melhor documentário - indicado
Países produtores:
Brasil e Reino Unido

2015

Filme:
Sal da Terra
Diretor e Nacionalidade:
Juliano Salgado e Wim Wenders
Categoria e Resultado:
Melhor documentário - indicado
Países produtores:
Brasil, França e Itália

2016

Filme:
O Menino e o Mundo
Diretor e Nacionalidade:
Alê Abreu
Categoria e Resultado:
Melhor Filme de Animação - indicado
Países produtores:
Brasil

2020

Filme:
Democracia em Vertigem
Diretor e Nacionalidade:
Petra Costa
Categoria e Resultado:
Melhor documentário - indicado
Países produtores:
Brasil

É curioso, contudo, perceber que esse primeiro passo para a disseminação do português por meio do audiovisual não correu pelas vias tradicionais de consolidação de um ciclo nativo de cinema que, pelo ineditismo e pela pujança artística, se destaca e se consolida. Mas, sim, por meio da construção estrangeira de uma figura exótica, tanto estética quanto simbolicamente, que pudesse ilustrar filmes estadunidenses correlacionados com a América Latina, como *Copacabana* (1947), de Alfred Green. Apesar de representar, de fato, uma promoção do português e da cultura brasileira por meio do audiovisual, esta fase não apresenta continuidade e não tem a promoção do português como intenção consciente, sendo esta, principalmente, um subproduto não planejado.

Como anteriormente mencionado, a segunda fase simboliza a consolidação de um ciclo nativo que, por ser, virtualmente, inédito e artisticamente relevante, cria uma tradição de obras, com produção contínua e formação de público telespectador. Circunscrita às décadas de 1960 e 1970, essa fase, iniciada pela Palma de Ouro ganha pelo *O pagador de promessas*, em Cannes, somar-se-ia ao auge do "Cinema Novo", com as três participações relevantes do cinema de Glauber Rocha em Cannes, 1964, 1967 e 1969, e concluir-se-ia com a consolidação do cinema brasileiro em nichos de gênero no mundo todo, especialmente pela pujança artística e pela significativa conquista de mercados que os filmes de José Musica Marins, o Zé do Caixão[5], conquistaram entre os fãs de horror em países como EUA, Japão e Reino Unido[6].

Nesta segunda fase, por meio da consolidação do cinema brasileiro como produção artística nativa e continuada, a língua portuguesa, em sua variante brasileira, tornar-se-ia ainda mais presente no contexto internacional e constituiria uma base de fãs de relevo intelectual para o audiovisual brasileiro, como Martin Scorsese (admirador convicto e responsável pela restauração da obra de Glauber Rocha) e George Romero (apreciador confesso da obra de Zé do Caixão). Esse imbricamento da língua portuguesa no contexto dos círculos audiovisuais especializados foi capaz de superar o caráter meramente exótico que o ciclo anterior criou, somando às sonoridades das grandes cinematografias internacionais a variante linguística brasileira, especialmente em países com forte influência cinematográfica, como França e EUA.

É, ainda, indispensável ressaltar o papel que essa fase apresenta para a expansão da variante brasileira do português junto às zonas da lusofonia internacional. Serão estes filmes que primeiro apresentarão a Portugal e suas então colônias o sotaque brasileiro falado, já que a música brasileira, além de não trazer necessariamente a sonoridade e a rítmica da linguagem falada, ainda demoraria algum tempo para

5 Zé do Caixão é o nome do protagonista da "Trilogia do Demônio", composta pelos filmes *À meia-noite levarei sua alma* (1964), *Esta noite encarnarei no teu cadáver* (1967) e *Encarnação do demônio* (2008). Como José Mujica Marins não somente dirigiu e roteirizou esses filmes, mas também interpretou o personagem principal, o epíteto "Zé do Caixão" acabou entrelaçando-se com a figura do cineasta e passou a ser adotado por ele como alter ego.

6 Assim como outras cinematografias do gênero, o horror brasileiro, encabeçado por Marins, conquistou e manteve seu espaço internacional em função de sua universalidade. Enquanto a comédia, o drama e o romance são mais limitados por especificidades regionais, medo, ao contrário, é universal. Mesmo hoje, é possível perceber que os fãs do "medo" e dos "sustos" são fanáticos e preocupam-se em divulgar o que assistem (existem mais de 250 canais de YouTube especializados nesse tipo de ficção), fato que ainda poderá gerar ganhos para o audiovisual brasileiro, caso haja investimentos no gênero.

se firmar como bem cultural de consumo nessas áreas. O grande mérito desta fase talvez não seja tanto apresentar a variante brasileira da língua para a comunidade lusófona, mas, sim, demonstrar que o uso de outras variantes e de outros registros alheios ao utilizado pelo colonizador, eram possíveis. Esse fato, especula-se, poderá ter sido, potencialmente, importante na redefinição da identidade linguística desses países em um contexto pós-Independência.

Representada pela prevalência de um produto cultural até então não explorado como ferramenta de promoção da cultura brasileira e de sua variante do português, a terceira fase, ainda não concluída, tem como início a exportação de telenovelas, a partir da década de 1980. Ante as restrições técnicas da produção de telenovelas, inicialmente transmitidas o vivo e sem filmagem ou gravação, nem em película, nem em matrizes características do início da gravação digital, esta fase só pôde se desenvolver após a consolidação da técnica da telenovela. Essa aparente desvantagem inicial representou, contudo, um trunfo para futuras comercializações internacionais, visto que, quando das primeiras exportações, as telenovelas brasileiras já haviam depurado sua linguagem e consolidado sua cadeia produtiva, oferecendo uma produção sustentada de bens de altíssima qualidade. Assim, a telenovela brasileira adentrará o mercado audiovisual internacional como um produto de qualidade superior, o que consolidará uma imagem positiva perante compradores internacionais[7] e promoverá uma disputa equilibrada com as telenovelas mexicanas, antes quase monopolistas do mercado internacional.

A telenovela *Escrava Isaura* (1976-1977), de Gilberto Braga, selará, então, o início dessa expansão externa[8], consagrando sua protagonista, Lucélia Santos, como ícone internacional. Santos foi a primeira atriz estrangeira a receber o prêmio chinês de atuação "Águia de Ouro", conquistando 300 milhões de votos naquele país, além de ser aclamada por líderes mundiais, como o cubano Fidel Castro, e de ter sido responsável por um cessar-fogo diário durante a Guerra da Bósnia (1992-1995), para que os dois lados pudessem assistir a sua Isaura[9]. Assim, seriam as novelas que expandiriam a presença do português para além dos círculos mais diretamente intelectualizados das elites mundiais[10].

---

7 Ressalta-se, em relação à produção cinematográfica, que nesse mesmo período, entre 1979 e 1982, o futuro Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, assumiria a chefia da EMBRAFILME. Amorim criou, já em 1979, a Superintendência de Comércio Exterior da EMBRAFILME, visando a ampliar a comercialização internacional de filmes brasileiros no exterior, mas o processo não teve continuidade com sua saída. Como pontua Paula Alves de Souza, em *Perspectivas para a internacionalização do cinema nacional: o papel do Itamaraty*: "Cumpre notar que, embora a EMBRAFILME tenha sido criada para a promoção internacional do filme no exterior, o diplomata foi o único de seus dirigentes que orientou os trabalhos da estatal, prioritariamente, nessa direção. A primeira ação de seu sucessor, Roberto Parreira, cujo nome havia sido apoiado por Amorim, foi a diminuição das ações da EMBRAFILME no exterior" (p. 95).

8 O Brasil se lançou no mercado internacional com o licenciamento de telenovelas como *O bem-amado*, obra de Dias Gomes produzida pela Rede Globo, em 1973, para o Uruguai. Mas seria *Escrava Isaura* (1976-1973), também da Rede Globo, que, de fato, simbolizaria uma expansão externa significativa desse mercado.

9 Lucélia Santos relatou o cessar-fogo balcânico e outros episódios como esse em entrevista para Pedro Bial, concedida em 2020. A entrevista pode ser acessada em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/lucelia-santos-diz-que-foi-prejudicada-por-fake-news-depois-de-a-escrava-isaura-gerei-inveja.ghtml>.

10 Ressalta-se que, segundo a Diretoria de Negócios Internacionais da Rede Globo, em quase quatro décadas e meia desde o início das exportações de telenovelas brasileiras, tratando-se somente de produções dessa emissora, cerca de 150 títulos foram exibidos em mais de 180 países. Ainda que não existam dados compilados das demais emissoras brasileiras, os dados da Rede Globo já apontam para uma presença significativa da teledramaturgia brasileira no mundo todo.

Nesse contexto, é interessante perceber que esse processo passaria, também, a popularizar o sotaque e algumas expressões brasileiras entre parcelas da população global. É muito característico desse processo a entrada pouco ortodoxa da palavra portuguesa "paladar" no linguajar cubano, especialmente em Havana. O espanhol cubano, inspirado pela cadeia de restaurantes "Paladar", que a personagem de Regina Duarte, Raquel Accioli, criou ao longo da novela *Vale Tudo* (1988-1989), de Gilberto Braga, Agnaldo Silva e Leonor Bassères, incorporou a palavra a seu vocabulário. Sendo a novela exibida em Cuba no começo da década de 1990, quando o rígido regime econômico comunista da ilha se flexibilizou parcialmente para pequenos negócios caseiros não estatais, os "paladares" cubanos consagraram-se como pequenos restaurantes abertos dentro das casas de cidadãos cubanos, vendendo comida típica de alta qualidade e atraindo turistas do mundo todo.

Faz-se igualmente importante ressaltar o papel representado por essa expansão exportadora da teledramaturgia brasileira no âmbito da consolidação do português tanto em países lusófonos quanto em comunidades de brasileiros no exterior. Por um lado, nas comunidades expatriadas, as telenovelas brasileiras são uma forma de conexão afetiva e intelectual com o português brasileiro, bem como ferramenta estratégica para o ensino do português como língua de herança[11]. Por outro lado, em países lusófonos, telenovelas nacionais introduziram expressões tipicamente brasileiras como "o pulo do gato" e "gente fina" no vocabulário de Cabo Verde[12] e promoveram a preferência progressiva dos moçambicanos pelo uso do gerúndio, em oposição ao infinitivo preposicionado, típico do português lusitano[13]. Em países que o português é idioma oficial, como Timor-Leste, onde o português é falado por 30%[14], e Guiné-Bissau, país no qual o português é utilizado por 62%[15], as telenovelas brasileiras têm o mérito de manter vivo o interesse afetivo com a língua[16].

---

11 Só a Rede Globo Internacional está presente em 130 países, atendendo comunidades expatriadas de brasileiros e de outros países lusófonos. Essa presença de produções brasileiras garante o contato diário desses falantes nativos e de suas famílias com o idioma.

12 Como explica Manuel Brito-Semedo, em "A presença das telenovelas brasileiras no imaginário e no quotidiano dos cabo-verdianos", in *Brasil-Cabo Verde: tópicos de relações culturais*: "Os títulos das telenovelas também foram incorporados ao vocabulário cabo-verdiano com muita naturalidade, comédia e paródia, a saber *Te contei?*; *Chega mais!*; *Sem lenço, sem documento*; *O pulo do gato*; *Pão-pão-beijo-beijo*; *Guerra dos sexos*; *Ti-ti-ti*; *De quina prá lua*; *Cambalacho*; *Brega & chique*; *Sassaricando*; *Vale tudo*; *Gente fina*; *Meu bem, meu mal*; *O salvador da pátria*."

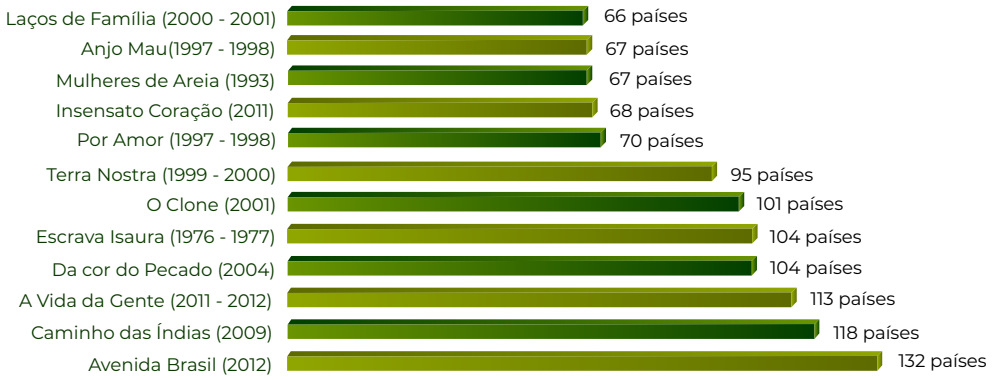
13 Em entrevista ao correspondente da EBC na África, Eduardo Castro, o sociólogo moçambicano Carlos Serra, pesquisador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, afirmou que "As famílias, especialmente à noite, param, desde os anos 80, para ouvir, ler, interpretar, ver e comungar aquilo: as histórias trazidas pela novela brasileira". Na mesma entrevista, Serra explicou que "ainda não se tem um estudo aprofundado sobre o tema, mas fatalmente ele será feito para avaliar como a trama, os personagens e o enredo influenciam a nossa forma de ser urbana", bem como que "O português de Moçambique é infiltrado pela forma de os brasileiros falarem português. Muitos dos nossos jovens fazem exclamações, usam termos e corriqueiramente aplicam o gerúndio em substituição ao infinitivo, como é no português clássico de Portugal – 'comendo', 'falando', em vez de 'a comer' e 'a falar'".

14 Segundo o Observatório da Língua Portuguesa, apenas 30% da população timorense tem o português como como primeira ou segunda língua.

15 Segundo o Observatório da Língua Portuguesa, apenas 62% da população bissau-guineense é lusófona.

16 São anedóticas da importância do audiovisual brasileiro para a consolidação da língua em países lusófonos episódios como a do maior mercado público angolano Roque Santeiro, localizado em Sambizanga, parte da capital Luanda, cujo nome decorreu de homenagem à telenovela brasileira de Dias Gomes, *Roque Santeiro* (1985-1986), o maior mercado informal de Cabo Verde, Sucupira, batizado em homenagem à cidade fictícia da novela brasileira *O bem-amado* (1973), também de Dias Gomes.

Novelas brasileiras mais vendidas ao exterior



Nota-se, ainda, que, para além das telenovelas, a teledramaturgia brasileira criou programas infantis que foram exportados com relativo grau de sucesso para países lusófonos, como o *Sítio do Picapau Amarelo* (1977-1986), de Geraldo Casé, o *Rá-Tim-Bum* (1990-1994), de Fernando Meirelles, e o *Castelo Rá-Tim-Bum*, de Cao Hamburguer e Ana Muylaert. Essas séries infantis tiveram presença importante em países como Cabo Verde e Guiné-Bissau, contribuindo para a expansão do português. Ainda que a promoção do português[17] não fosse o objetivo principal da exibição desses programas junto aos públicos infantis locais, é perceptível que a mesma influência lexical, que notou Brito-Semedo em relação às telenovelas, se manifestaria junto aos mais jovens.

Quarta fase: reconstrução de um ciclo nativo de cinema e produção de obras de relevo que influenciam a estética da produção audiovisual internacional

A quarta fase, que ainda está em vigor, iniciou-se no âmbito do ciclo da "retomada" do cinema brasileiro, a partir de 1995. Com o estrondoso sucesso de *Carlota Joaquina, princesa do Brazil* (1995), de Carla Camurati, o Brasil retoma uma produção contínua, bem como reinicia a formação de um público cativo para o cinema brasileiro, nacional e internacionalmente. Desse ano em diante, a produção audiovisual brasileira conquistaria espaço, também, como exportadora de longas-metragens, com filmes como *O que é isso, companheiro?* (1997), de Bruno Barreto, e *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles, ambos indicados ao Oscar de melhor filme estrangeiro[18]. Pouco tempo depois, com a criação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), em 2001, esse ciclo ganharia o apoio para constituir um mercado exportador mais sólido, que pudesse expandir não só a presença cultural brasileira no mundo, mas também a promoção da língua. Essa fase pode ser descrita como a combinação de três fatores: 1) a comercialização mais intensa de serviços audiovisuais brasileiros e de

17 Diferentemente, por exemplo, do português Rua Sésamo (1989-1994), de Castanheira, Petroneo, Poiares e Toscano, que foi exibido nos países lusófonos da África com o objetivo evidente de disseminar a língua portuguesa, como explica Maria Emília Santos, em *Learning with Television: the secret of Rua Sésamo*.

18 Vide página 52 para os filmes brasileiros indicados ao Oscar.

bens culturais nacionais, em especial telenovelas, nos mercados culturais mundiais; 2) o sucesso de crítica e público de filmes de grande reconhecimento internacional e 3) a influência destas obras sobre a cultura e a língua de outros países.

A presença do primeiro fator pode ser depreendida da análise das Tabelas 2 e 3, já que estas demonstram não somente que as telenovelas brasileiras com maior presença internacional circunscrevem-se a esse período[19], mas também que o Brasil vem apresentando crescimento sustentado em sua exportação de serviços audiovisuais. Já o segundo fator tem como pináculo as repercussões de público e crítica dos filmes *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, e *Tropa de elite* (2007), de José Padilha, que se tornaram clássicos não apenas brasileiros, mas também mundiais[20]. Seria o sucesso destes filmes que marcaria o início do terceiro fator, já que inovações estéticas trazidas por obras como essas seriam incorporadas por grandes filmes da indústria mundial, como *Slumdog Millionaire* (2008), de Danny Boyle, que trouxe sua estética de montagem, câmera e iluminação diretamente do filme de Meirelles, e *District 9* (2009), de Neill Blomkamp, que recuperou a câmera frenética e em primeira pessoa desenvolvida por Padilha.

Além disso, essa presença do audiovisual brasileiro no imaginário coletivo mundial parece, ainda que opere muito sob estereótipos por vezes pejorativos, ser responsável por ampliar a participação do português e de personagens brasileiros não somente em séries de televisão norte-americanas, como *Brooklyn 99* (2013-presente), de Dan Goor e Michael Schur, que criaram uma "*running gag*" sobre uma fictícia máfia brasileira e a beleza de seus membros, mas também em videogames de grande popularidade internacional, como a parte três da franquia *Max Payne*[21], de 2012, criada por Dan Houser, na qual o personagem adentra o submundo da criminalidade paulistana e comunica-se parcialmente na variante brasileira do português. Este videogame, em especial, é característico desse poder de influência da língua portuguesa sobre produções culturais de outros países, já que parece ter recebido inspirações estéticas dos filmes *Cidade de Deus* e *Tropa de elite*, além de ter incorporado detalhes sobre gírias paulistanas e sobre a cultura periférica da maior cidade lusofalante do mundo.

Cabe, finalmente, ressaltar que essa fase foi coroada pela internacionalização dos grandes diretores brasileiros, como Walter Salles, Fernando Meirelles e José Padilha. Estes diretores, por meio da expansão da presença brasileira no mercado cinematográfico internacional, passaram a ser convidados a dirigir filmes hollywoodianos, como *Dark Water* (2005) e *On the Road* (2012), de Salles, *The Constant Gardner* (2005) e *Blindness* (2008), de Meirelles, e *RoboCop* (2014) e *7 Days in Entebbe* (2018), de Padilha.

É necessário pontuar que a difusão da língua portuguesa não foi e não será o foco da produção audiovisual brasileira. Contudo, é inegável reconhecer que a projeção

19 Onze das 12 telenovelas brasileiras mais vendidas para o exterior são dessa fase.

20 Segundo o ranking do Internet Movie DataBase (IMDB), *Cidade de Deus* seria o 22º filme mais bem avaliado, dentre toda a produção cinematográfica mundial, bem como o mais popular filme brasileiro de todos os tempos. Já *Tropa de elite*, também segundo dados do IMDB, seria o segundo filme brasileiro mais popular de todos os tempos, estando entre os 250 melhores filmes de todos os tempos.

21 O jogo *Max Payne* três vendeu cerca de 4 milhões de cópias em âmbito mundial, expondo a língua portuguesa e a cultura brasileira para quase 10 milhões de jogadores em todo o mundo.

do audiovisual brasileiro contribuiu e contribuirá para a difusão do idioma em diversos contextos, como na educação infantil de países lusófonos e na consolidação do português como língua de herança. Assim, ainda que o audiovisual brasileiro não seja uma ferramenta especificamente direcionada à promoção da língua, trata-se de uma produção que vem se ampliando e que se expressa por meio da língua portuguesa, não da língua castiça dos dicionários, mas, sim, da língua viva das personagens brasileiras, protagonistas de histórias que representam e apresentam o Brasil para o mundo.

Para além da teledramaturgia e da cinematografia, cabe, enfim, observar que a continuidade desta última fase abre vias para a consolidação da promoção do português por novas frentes audiovisuais. Os *videogames*, os vídeos de YouTube e as novas fronteiras do audiovisual de produção individual, como o Instagram e o TikTok, contam com significativa participação brasileira, seja como produtor seja como consumidor, e devem ser explorados como ferramentas prioritárias para novas estratégias de expansão da influência cultural e linguística do país.

Brasil - Vendas e aquisições de serviços, e de serviços audiovisual - 2014 a 2016

VALOR (US$)

2014	Serviços Audiovisuais Serviços (a)	(b/a) (%)
Vendas	73.688.717,89	0,35%
	20.822.625.764,87	
Aquisições	1.546.144.985,50	3,19%
	48.512.449.127,88	
Saldo	-1.472.456.267,60	5,32%
	-27.689.823.363,01	

2015	Serviços Audiovisuais Serviços (a)	(b/a) (%)
Vendas	154.806.638,50	0,82%
	198.962.862.669,07	
Aquisições	1.590.905.650,99	3,49%
	45.581.249.895,44	
Saldo	-1.436.099.012,49	5,40%
	-26.618.387.226,37	

2016	Serviços Audiovisuais Serviços (a)	(b/a) (%)
Vendas	176.067.547,88	0,95%
	18.594.326.707,47	
Aquisições	1.746.082.469,48	4,01%
	43.556.377.258,00	
Saldo	-1.570.014.921,60	6,29%
	-24.962.050.550,53	

O ÁUDIOVISUAL BRASILEIRO NA DIFUSÃO DO IDIOMA

PRIMEIRA FASE

1940/1950

Abrasileiramento estético, Carmen Miranda e Hollywood

Carmen Miranda seria a primeira embaixadora da língua portuguesa. Essa brasileira, nascida em Portugal, mas que adotava o samba e a imagética baiana como sua expressão máxima, iniciaria sua conquista dos cinemas do mundo todo.

SEGUNDA FASE

1960/1970

Consolidação de um ciclo nativo de cinema e recepção positiva da crítica internacional

Por meio de seu ineditismo e pujança artística, o cinema brasileiro tornou-se capaz de estabelecer uma tradição de obras, tanto em termos de continuidade de produção quanto da consolidação de espectadores internacionais. Filmes premiados como "O pagador e promessas" e "Deus e o Diabo na Terra do Sol" foram expoentes desse período.

TERCEIRA FASE

1980/HOJE

Formação de um mercado exportador de teledramaturgia

É representada pelo início da exportação de telenovelas, a partir da década de 1980 e até os tempos presentes. Esta fase inicia-se posteriormente à consolidação da telenovela como principal produto audiovisual brasileiro. Essa expansão das telenovelas é especialmente importante para a consolidação do português nos países lusófonos.

QUARTA FASE

1990/HOJE

Reconstrução de um ciclo nativo de cinema e produção de obras de relevo que influenciam a estética da produção audiovisual internacional

Com crescentes desenvolvimento de produções de relevo internacional, a fase da "retomada" seria seguida pela criação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Após esse período inicial, o cinema brasileiro ganharia relevância artística suficiente para influenciar produções estrangeiras, reconsolidar-se como cinematografia de relevo, expandindo a influência cultural e linguística do país para novas mídias, como vídeogames e vídeos de YouTube.

Referências

Filmes

7 DAYS in Entebbe. José Padilha. Paris-Los Angeles-Londres: StudioCanal-Participant Media-Working Title Films, 2018.

À meia-noite levarei sua alma. José Mujica Marins. São Paulo: Indústria Cinematográfica Apolo, 1964.

BARRAVENTO. Glauber Rocha. Salvador: Iglu Filmes, 1962.

BLINDNESS Fernando Meirelles. Los Angeles: 20th Century Fox, 2008.

CARLOTA Joaquina, princesa do Brazil. Carla Camurati. Rio de Janeiro: Europa Filmes, 1995.

CENTRAL do Brasil. Walter Salles. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1998.

CIDADE de Deus. Fernando Meirelles. São Paulo: O2 Filmes, 2002.

COPACABANA. Alfred E. Green. Los Angeles: United Artists, 1947.

DARK Water. Walter Salles. Los Angeles-Burbank: Vertigo Entertainment-Touchstone Pictures, 2005.

DEUS e o Diabo na Terra do Sol. Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964.

DISTRICT 9. Neill Blomkamp. Wellington: QED International-WingNut Films, 2009.

DOWN Argentine Way. Irving Cummings. Los Angeles: 20th Century Fox, 1940.

ENCARNAÇÃO do demônio. José Mujica Marins. São Paulo: Gullane Filmes, 2008.

ESTA noite encarnarei no teu cadáver. José Mujica Marins. São Paulo: Ibéria Filmes, 1967

GREENWICH Village. Walter Lang. Los Angeles: 20th Century Fox, 1944.

O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro. Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1969.

O pagador de promessas. Anselmo Duarte. São Paulo: Cinedistri, 1962.

O que é isso, companheiro? Bruno Barreto. Rio de Janeiro: Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas, 1997.

ON The Road. Walter Salles. Paris-San Francisco: Canal+-France 2-American Zoetrope, 2012.

ORFEU Negro. Marcel Camus. Paris-Roma-São Paulo: Dispat Films-Gemma Cinematográfica-Tupan Filmes, 1959.

ROBOCOP. José Padilha. Los Angeles-Culver City: Strike Entertainment-Metro--Goldwyn-Mayer-Columbia Pictures, 2014.

SLUMDOG Millionaire. Danny Boyle. Surrey-London: Celador Films-Film4, 2008.

TERRA em transe. Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, 1967.

THAT Night in Rio. Irving Cummings. Los Angeles: 20th Century Fox, 1941.

THE Constant Gardner. Fernando Meirelles. Los Angeles: Focus Features, 2005

TROPA de elite. José Padilha. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2007.

Videogame

MAX Payne 3. Dan Houser. Nova York: Rockstar Games, 2012.

Séries de TV

BROOKLYN 99. Dan Goor; Michael Schur. Nova York: Fox e NBC, 2013-presente.

CASTELO Rá-Tim-Bum. Cao Hamburguer; Ana Muylaert. São Paulo: TV Cultura e FIESP, 1994-1997.

RÁ-TIM-BUM. Fernando Meirelles. São Paulo: TV Cultura e SESI, 1990-1994.

RUA Sésamo. Maria Helena Castanheira; Manuel Petroneo; José Poiares; Olga Toscano. Lisboa: RTP 1 e RTP 2, 1989-1994.

SÍTIO do Picapau Amarelo. Geraldo Casé. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1977-1986.

Telenovelas

A vida da gente. Lícia Manzo. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2011-2012.

ANJO mau. Maria Adelaide Amaral. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1997-1998.

AVENIDA Brasil. João Emanuel Carneiro. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2012.

CAMINHO das Índias. Glória Perez. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2009.

DA cor do pecado. João Emanuel Carneiro. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2004.

ESCRAVA Isaura. Gilberto Braga. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1976-1977.

INSENSATO coração. Gilberto Braga; Ricardo Linhares. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2011.

LAÇOS de família. Manuel Carlos. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2000-2001.

MULHERES de areia. Ivani Ribeiro. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1993.

O bem-amado. Dias Gomes. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1973.

O clone. Glória Perez. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2001.

POR amor. Manuel Carlos. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1997-1998.

ROQUE Santeiro. Dias Gomes. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1985-1986.

TERRA nostra. Benedito Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1999-2000.

VALE tudo. Gilberto Braga; Agnaldo Silva; Leonor Bassères. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1988-1989.

Livros

AGUIAR, Ronaldo Conde. *As divas da Rádio Nacional*. Casa da Palavra, 2011.

BALLERINI, Franthiesco. *Cinema brasileiro no século XXI*. São Paulo: Summus, 2012.

BRITO-SENEDO, Manuel. A presença das telenovelas brasileiras no imaginário e no quotidiano dos cabo-verdianos. *In*: *Cabo Verde*: tópicos de relações culturais. Embaixada do Brasil em Cabo Verde, Praia, 2018.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística*: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.

GATTI, André Piero. *Distribuição e exibição na indústria cinematográfica brasileira (1993-2003)*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HIRSCHHORN, Clive. *The Hollywood Musical*. New York: Crown, 1981.

RAMOS, Fernão. Má consciência, crueldade e narcisismo às avessas no cinema brasileiro contemporâneo. *In*: Catani, A. M. *et. al*. (org.) *Estudos Socine de Cinema*, ano IV. São Paulo: Panorama, 2003, p. 371-380.

RETO, Luís Antero (org.). *Novo atlas da língua portuguesa*. Portugal: Imprensa Nacional, 2016.

ROCHA, G. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SANTOS, Maria Emília Brederod. *Learning with Television*: the secret of Rua Sésamo, New York: Children's Television Workshop, 1993.

XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Fontes primárias (documentação oficial e periódicos)

ANCINE. *Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro de 2015*. Rio de Janeiro, 2015.

_____. *Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro de 2016*. Rio de Janeiro, 2016.

_____. *Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro de 2017*. Rio de Janeiro, 2017.

_____. *Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro de 2018*. Rio de Janeiro, 2018.

_____. *Comércio Exterior de Serviços Audiovisuais*: Estudo Anual 2017 (Ano-base 2016). Rio de Janeiro, 2017.

GATTI, André. A política cinematográfica no período de 1990-2000. *In*: Fabris, M. *et. al*. (orgs.). *Estudos Socine de Cinema*: ano III. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 603-612.

_____. Começar de novo ou o cinema brasileiro contemporâneo. *Revista D'Art*, n. 8. São Paulo: Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo, dezembro de 2001, p. 27-35.

GONÇALVES, Jovenal Neves. *Os rabidantes do Mercado de Sucupira*: informalidade, redes sociais e gênero. São Carlos: UFSCar, 2009.

RAMOS, José Mário Ortiz. Cinema brasileiro: depois do vendaval. *Revista USP*, n. 32. São Paulo: USP, Dezembro / Janeiro / Fevereiro 1996-97, p. 102-107.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Diagnóstico governamental da cadeia produtiva do audiovisual*. Brasília: SAV/MinC, 2000.

_____. *Relatório de atividades da Secretaria do Audiovisual – cinema, som e vídeo*: 1995 a 2002. Brasília: SAV/MinC, 2002.

_____. *Catálogo do cinema brasileiro*. Brasília: SAV/MinC, 1999.

ANCINE. *Cinema brasileiro*: um balanço dos 5 anos da retomada do cinema nacional. Brasília: SAV/MinC, 1999.

SOUZA, Paula Alves de. *Perspectivas para a internacionalização do cinema nacional*: o papel do Itamaraty. LVII Curso de Altos Estudos. IRBr – MRE. Brasília: 2012.

XAVIER, Ismail. O avesso dos anos 90. *Folha de S.Paulo*, caderno *Mais!*, São Paulo, 10 jun. 2001, p. 04-05.

Artigos ou matérias em páginas de Internet

A HISTÓRIA da primeira atriz brasileira premiada na China. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/2301/2014/08/08/1s187725.htm>. Acesso em: 9 nov. 2020.

A novela brasileira que inspirou capitalistas em Cuba. BBC Brasil, São Paulo, 27 mar. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160327_novela_cuba_tg>. Acesso em: 26/02/2021.

ALMEIDA, Henrique. O fim anunciado do Roque Santeiro em Luanda. *Público*, Porto, 27 maio 2010. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/05/27/mundo/noticia/o-fim-anunciado-do--roque-santeiro-em-luanda-1439273>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BELÉM, Fábia. Novelas brasileiras influenciam o cotidiano em Moçambique. *RFI*, Paris, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20151206-novelas-brasileiras-influenciam-o-cotidiano-em-mocambique>. Acesso em: 11 nov. 2020.

CASTRO, Eduardo. Cultura brasileira influencia modo de vida em Moçambique. *EBC*, 12 maio 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-05-12/cultura-brasileira-influencia-modo-de-vida-em-mocambique>. Acesso em: 11 nov. 2020.

CPDOC-FGV. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Política de boa vizinhança. *In*: *Navegando na História – A Era Vargas*, 2020. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CROWTHER, Bosley. THE SCREEN; 'Down Argentine Way,' With Betty Grable, at Roxy – J. Barrymore in 'The Great Profile,' at the Palace. *The New York Times*, Nova York, 18 out. 1940. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1940/10/18/archives/the-screen-down-argentine-way-with-betty-grableat-roxy-j-barrymore.html>. Acesso em: 1 nov. 2020.

GEORGE Romero, o rei dos zumbis. *TRIP*, São Paulo, 30 set. 2005. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/george-romero-o-rei-dos-zumbis>. Acesso em: 9 nov. 2020.

IMDB. INTERNET MOVIES DATABASE. *IMDb Charts – Top Rated Movies* Disponível em: <https://www.imdb.com/chart/top/?ref_=nv_mv_250>. Acesso em: 11 nov. 2020.

LUCÉLIA Santos diz que foi prejudicada por fake news depois de "A Escrava Isaura": "Gerei inveja". *Gshow*, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/lucelia-santos-diz-que-foi-prejudicada-por-fake-news-depois-de-a-escrava-isaura-gerei-inveja.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2020.

LUCÉLIA Santos diz que foi vítima de fake news depois de "Escrava Isaura". *UOL*, São Paulo, 1 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2020/08/01/lucelia-santos-diz-que-foi-vitima-de-fake-news-depoisde-escrava-isaura.htm>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MOÇAMBIQUE. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. *Recenseamento Geral da População e Habitação 2007*. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/censo2007/rdcenso09/nacionais/c0700q23/view?searchterm=Línguas>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MOÇAMBIQUE. UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. *Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira*. Disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/lusofonia_em_mocambique.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Angola: português é falado por 71, 15% de angolanos (censo de 2014). Lisboa, 7 abr. 2016. Disponível em: <http://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-deangolanos/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Falantes de português. Lisboa, 13 out. 2015. Disponível em: <http://observalinguaportuguesa.org/falantes-de-portugues-2/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ORRY, James. Max Payne 3 has shipped over 4 million copies. *Videogamer*, 14 maio 2013. Disponível em: <https://www.videogamer.com/news/max-payne-3-hasshipped-over-4-million-copies>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PAYNE, Max. "Max Payne 3 Has Raised the Bar for Other Action Games to Follow" – First Reviews from The New York Times, GamesRadar, IGN and More... *Newswire*, Nova York, 15 maio 2012. Disponível em: <http://www.

rockstargames.com/newswire/article/34081/max-payne-3-has-raised-the-bar-for-other-action-games-to-follow-.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PIZZINI, Joel. Scorsese diz que filmes de Glauber Rocha o influenciam; leia entrevista. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u63439.shtml>. Acesso em: 9 nov. 2020.

REDE GLOBO. Diretor de Negócios Internacionais da Globo será homenageado durante o MIPTV. Rio de Janeiro, 13 abr. 2015. Disponível em: <https://imprensa.globo.com/programas/institucional-geral/textos/diretor-de-negociosinternacionais-da-globo-sera-h/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SPITZCOVSKY, Jaime. "Escrava Isaura" acompanha o presidente. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/12/brasil/17.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

THAT Night in Rio. *Variety*, Los Angeles, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://variety.com/1940/film/reviews/that-night-in-rio-1200413487/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Sites

Globo Internacional. Disponível em: <http://www.globointernacional.globo.com/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Memória Globo. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Observatório da Língua Portuguesa. Acessível em: <https://observalinguaportuguesa.org/>.

SciELO – Scientific Electronic Library Online. Acessível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Câmara Brasileira do Livro

O mercado do livro abrange uma cadeia criativa e produtiva que impulsiona a economia, tanto a brasileira como a da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para a Câmara Brasileira do Livro (CBL), esse mercado é responsável pela valorização da língua e do compartilhamento de saberes com poder de transformação.

Em 2019, de acordo com os dados da pesquisa *Produção e vendas do setor editorial de 2019* (disponível em: <https://snel.org.br/pesquisas>, acesso em: 19 fev. 2021), o mercado brasileiro do livro foi próspero e apresentou um crescimento de 7,7% para as vendas realizadas, o que significa um aumento real de 3,3%, considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,31% no período. No mesmo ano, a produção de livros chegou ao número de 395 milhões de exemplares, sendo que 27% destes eram novos títulos. Já a exportação representou um total de 669.314 dos livros vendidos.

O ano de 2020 não foi fácil para o mercado global do livro. A crise gerada pela pandemia do novo coronavírus foi um obstáculo a ser superado, também, por toda a cadeia brasileira, que se manteve resiliente e unida. De acordo com a pesquisa Growth From Knowledge (GfK), realizada em parceria com a Associação Nacional de Livrarias (ANL), entre março e abril do ano passado, o varejo de livros sofreu uma queda de mais de 40% (disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2021/01/29/varejo-de-livros-cresce-em-2020-aponta-gfk>, acesso em: 19 fev. 2021). A recuperação durante 2020 se deu graças às vendas de livros por meio de *e-commerces*, supermercados, entre outros, resultando em um crescimento de 4% nas vendas de exemplares em 2020, quando comparado a 2019. O faturamento total representou R$ 2,15 bilhões, com mais de 50 milhões de unidades vendidas.

O enfrentamento da crise contou com ferramentas como o projeto "Retomada das Livrarias", que promoveu ajuda financeira de mais de R$ 500 mil a 53 pequenos negócios livreiros do país. A CBL realizou, junto a uma

série de parceiros de longa data, diversas iniciativas de fomento à disseminação da língua portuguesa.

Tais atividades são multilaterais e articulam ações de estímulo à venda de direitos autorais, livros físicos, promoção de novos autores, disseminação de conteúdo, entre tantas outras, e são realizadas por meio de atores do setor público, privado, academia e até mesmo profissionais liberais engajados. Além disso, são essenciais para a elevação da língua portuguesa a um patamar universal.

Entre os países falantes do idioma, aquele com o qual o Brasil possui forte intercâmbio é Portugal, e não somente graças à sua proximidade consular com a nação irmã, mas, também, devido às frutíferas relações comerciais. Segundo dados da plataforma de estatísticas International Trade Centre (ITC) (disponível em: <www.trademap.org>, acesso em: 19 fev. 2021), o Brasil encontra-se no 7º lugar da lista de origem das importações de livros, brochuras e outros produtos impressos, totalizando US$ 1,547 milhão em transações em 2019.

Mesmo com uma população com nível médio de leitura para padrões europeus – o lusitano adulto com filhos lê, em média, 12 livros por ano de acordo com estudo realizado pela agência GFK Metris, em 2017, em parceria com o Plano Nacional de Leitura (PNL) (disponível em: <www.pnl2027.gov.pt/np4/habitosdeleitura.html>, acesso em: 17 dez. 2021) – o país apresentou, nos últimos anos, uma queda em suas atividades culturais. Segundo informações de estudo da União Europeia, no período entre 2007 e 2013, houve redução de dez pontos percentuais na população leitora ativa, chegando a 40%.

$$ RESUMO DO SETOR	2019
Títulos	50.331
Vendas em exemplares	434 milhões
Faturamento Total	5,7 Bilhões

Apesar de tais dados, Portugal continua sendo grande consumidor de livros de escritores estrangeiros. Ainda de acordo com o estudo da GFK Metris, 63% dos

leitores lusitanos não têm preferência em relação à nacionalidade do autor. Uma informação que mostra como esse mercado pode ser ainda melhor explorado pelos escritores brasileiros é o fato de o brasileiro Paulo Coelho figurar em 4º lugar na lista de autores não portugueses mais queridos pela nação lusófona – conforme o estudo português do Dia Mundial do Livro, de 2018, realizado pela agência Multidados (disponível em: <https://multidados.com/blog/estudo-dia-mundial-do-livro-2018>, acesso em: 17 dez. 2020).

Além de Portugal, outro destino das exportações brasileiras para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é Angola. De acordo com dados da plataforma de estatísticas International Trade Centre (disponível em: <www.trademap.org>, acesso em: 19 fev. 2021), no ano de 2019, 14% das importações de livros, brochuras e outros produtos impressos do país tiveram como origem o Brasil. Ainda segundo dados do ITC, outro mercado parceiro da nossa indústria é Cabo Verde: das importações de livros, brochuras e outros produtos impressos do ano de 2019 do país, 6% vieram do Brasil.

Uma iniciativa de mercado relevante na promoção da língua portuguesa, principalmente em Portugal, e que conta com o apoio da Câmara Brasileira do Livro, é a Buobooks. Criada no início de 2020 pelo escritor brasileiro Rodrigo Alvarez, a plataforma comercializa, imprime e distribui livros em português no exterior. A Buobooks facilita o acesso desses títulos, que chegam às mãos dos leitores com mais rapidez e menor custo. Além do desafio de iniciar um negócio ambicioso em plena pandemia, Rodrigo encontrou outro obstáculo: atrair as editoras parceiras para um modelo de negócios completamente diferente do usual no setor. O projeto nasceu com foco no mercado de 4 milhões de brasileiros que residem no exterior, em especial a população que mora nos Estados Unidos e em Portugal. Conforme o previsto, os brasileiros em terras norte-americanas são os que mais compram na plataforma. Na Europa, Portugal lidera em vendas, seguido do Reino Unido e da França. Países como Espanha, Holanda, Austrália e Angola também concentram acessos.

Entre as categorias com maiores vendas estão os livros infantis e os religiosos. Segundo dados da pesquisa de mercado encomendada por Rodrigo Alvarez para a concepção do seu negócio, há um alto interesse em obras para crianças e adolescentes por pais brasileiros que moram no exterior e têm preocupação em manter o vínculo de seus filhos com a língua portuguesa e a cultura brasileira por meio da leitura. Depois dessas duas categorias, figuram livros de não ficção, ficção e autoajuda.

> E é possível chamar a atenção para outra surpresa interessante: tem crescido enormemente o número de autores e autoras independentes que nos procuram para ajudá-los a dar visibilidade e comercializar seus livros no exterior. Se antes pareciam restritos à oferta da Amazon, parecem enxergar na Buobooks uma nova oportunidade para falar diretamente com o brasileiro que reside em outros países. Temos tido também procura de livrarias físicas, escolas e bibliotecas (inclusive universitárias), o que é um ótimo sinal. O sinal de que a busca por livros publicados em língua portuguesa se espalha de maneira

> consistente e não restrita a um só modelo ou espaço. Prova da vitalidade da nossa língua e da necessidade de fazer as edições em português chegarem ao mundo inteiro. (ALVAREZ, 2020)

Outra ação, à qual o apoio da Câmara Brasileira do Livro também é realizado com todo esmero e admiração, é a Mala de Herança. Criada em 2012, em Munique, na Alemanha, a iniciativa incentiva a transmissão e o ensino do português como língua de herança. Tal estímulo transcorre por intermédio da leitura e da contação de histórias, unidas à realização de atividades e oficinas de língua e cultura para famílias com crianças falantes de língua portuguesa, bilíngues ou plurilíngues.

De acordo com Andréa Menescal Heath, idealizadora e coordenadora do projeto, só em Munique há cem famílias cadastradas que, no decorrer desses oito anos de existência, usufruíram do empréstimo mensal de livros. A abrangência da iniciativa, porém, é mais extensa, uma vez que há diversas famílias participando ativamente das ações – como clubes de leitura e palestras em eventos – sem usar os livros do acervo da Mala de Herança. Por isso, a organização do projeto acredita que o número de famílias beneficiadas seja de mais de mil.

A Câmara Brasileira do Livro já realizou uma série de doações de títulos para a iniciativa.

O ano de 2020 contou também com uma conquista do mercado brasileiro, o Clube de Leitura ODS em Língua Portuguesa. Com o projeto, o Brasil passa a integrar um movimento global chamado SDG Book Club, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o apoio da Associação Internacional de Editores (IPA).

Essa iniciativa tem a missão de disseminar os conteúdos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) entre crianças e jovens de todo o mundo por meio do acesso a livros e à literatura. Para isso, serão selecionados livros que tenham sido publicados em língua portuguesa no Brasil no período entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de outubro de 2020. A Câmara Brasileira do Livro, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), seção brasileira da International Board on Books for Young People (iBBY), e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) são as responsáveis pelo processo seletivo de obras brasileiras para o Clube de Leitura ODS em Língua Portuguesa.

Além de necessariamente precisarem ter sido publicados no Brasil, os títulos devem, também, abordar as temáticas dos ODS. Após selecionadas, essas obras estarão disponíveis em uma lista hospedada no *site* da ONU no Brasil. O lançamento da lista de livros acontecerá na Feira do Livro de Bolonha, em junho de 2021.

No ano de 2015, foi criada a grande frente de trabalho por meio da qual a Câmara Brasileira do Livro atua pela vitalidade da língua portuguesa: a Comissão para a Promoção de Conteúdo em Língua Portuguesa (CPCLP). Trata-se de um órgão articulador de parcerias entre instituições públicas, privadas e acadêmicas para a realização de ações culturais. Tais iniciativas têm o objetivo de contribuir para a divulgação de escritores, ideias e obras literárias na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Atualmente, a CPCLP é coordenada por Francis Manzoni, editor nas Edições Sesc.

> Nos últimos seis anos, aprendemos que a formação de parcerias culturais e a interlocução permanente com pessoas e entidades da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) constituem a essência e a finalidade do nosso trabalho. (MANZONI, 2020)

Assim como apontado, essas parcerias são vitais para a realização das ações da Comissão e articuladas junto a instituições como o Instituto Camões, o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o Museu da Língua Portuguesa, o Sesc São Paulo, além de centros culturais e outras entidades.

No âmbito da disseminação de conteúdo, uma das iniciativas de destaque da Comissão é o Seminário *A Língua Portuguesa na Educação, na Literatura e na Comunicação*. O objetivo do seminário é fomentar a circulação de bens culturais constituídos pelo idioma português e iniciar um debate interdisciplinar para a compreensão de aspectos históricos, linguísticos e culturais dos povos falantes da língua. O encontro reúne anualmente profissionais do mercado editorial e educadores renomados do Brasil e de vários países falantes da língua portuguesa, em palestras, conversas com escritores, mesas-redondas e apresentações de pesquisas acadêmicas.

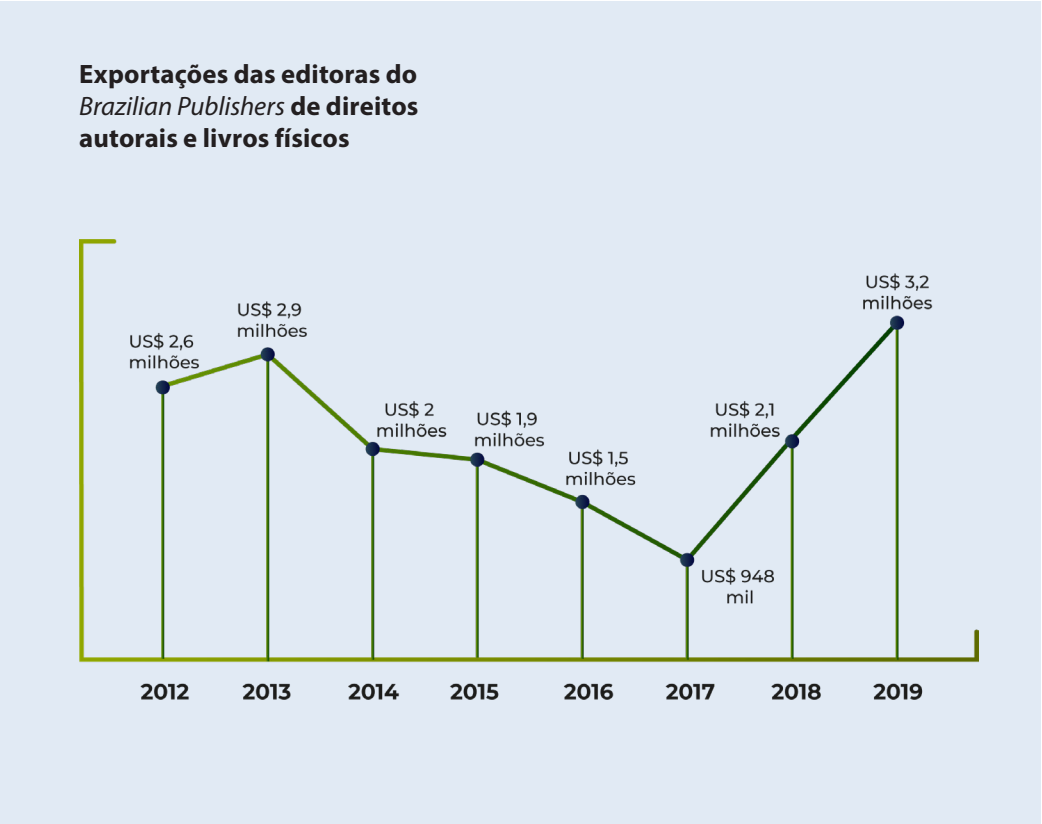
Em 2020, o seminário chegou em sua quarta edição sob o tema "Educação" e aconteceu de maneira virtual e gratuita. Durante os seis dias, as transmissões alcançaram de 1.773 pessoas, e a programação contou com a participação de profissionais de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal. Antes da pandemia do novo coronavírus, o seminário acontecia presencialmente. Em 2019, o evento reuniu o público para debater o tema "Conhecer em Língua Portuguesa" no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, na capital paulista.

A Comissão também difunde conteúdos em língua portuguesa sediando mesas de debate em eventos nacionais e internacionais. Na última edição presencial da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), realizou a conversa "Língua portuguesa e cultura moçambicana", que abordou a divulgação da língua portuguesa no exterior, através dos prismas econômico, literário e cultural.

A Bienal Internacional do Livro de São Paulo – o grande encontro do mercado editorial brasileiro, que reuniu, em 2018, 600 mil visitantes – é outro exemplo de evento nacional usado como plataforma para debate. Durante a primeira edição virtual do evento, que ocorreu em dezembro de 2020, a CPCLP promoveu duas mesas: a primeira sobre os trânsitos da língua portuguesa por espaços onde é a língua oficial, focando em diferentes expressões linguísticas, e a segunda, sobre a representação imagética de expressões que caracterizam determinadas variedades do português. As transmissões aconteceram no espaço "Papo de Mercado", destinado às conversas focadas no mercado editorial.

A efeméride do dia 5 de maio, que celebra o Dia Mundial da Língua Portuguesa, é perfeita oportunidade para uma série de iniciativas de disseminação da língua realizadas e apoiadas pela Comissão. Em tal data, no ano de 2019, a CPCLP lançou

o vídeo *Nós de língua*, uma iniciativa especial que deu voz à toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a entidades culturais de outros países falantes do idioma. Entre eles estão representantes do Museu da Língua Portuguesa, da revista *Pessoa*, do *Printemps Littéraires Brésilien*, de Kuvaninga – Moçambique, do Elo Europeu de Educadores de Português, da Língua de Herança, do Centro Cultural Brasil-Angola, do Consulado-Geral de Portugal em São Paulo, do Consulado-Geral de Cabo Verde em São Paulo e das Edições Sesc São Paulo. Além do material audiovisual, Francis Manzoni participou de uma mesa organizada pelo consulado de Portugal para debater a língua portuguesa.



Outra grande parceira da Câmara Brasileira do Livro nessa jornada é a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), que atua para promover os produtos e serviços brasileiros no exterior, além de atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos. Em 2008, a CBL se uniu à Agência e criou o *Brazilian Publishers*, projeto setorial de fomento às exportações de conteúdo editorial brasileiro.

Por meio do programa, a CBL realizou diversas iniciativas de promoção da língua portuguesa no mercado global. O propósito do *Brazilian Publishers* é claro: fomentar a internacionalização e profissionalização do setor. Para cumprir esse objetivo, o programa incentiva as exportações com ações direcionadas à venda de direitos autorais, participação em feiras e eventos internacionais, capacitação de

editoras e contratação de consultorias especializadas em inteligência comercial e em prospecção de mercados.

Além disso, o programa também contribui para a imagem e o posicionamento do país no exterior, mostrando ao mundo a capacidade brasileira de criação de conteúdos técnicos, literários e científicos de grande importância e de qualidade para o mercado internacional. Em 2019, 61 editoras participaram do *Brazilian Publishers*. Destas, 32 realizaram exportações, inclusive para países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Entre as editoras engajadas em conquistar os países da CPLP, 10 exportam para Portugal, uma para Angola e uma para Moçambique. Ainda em 2019, segundo o sistema de monitoramento das exportações da Apex--Brasil, as editoras participantes do *Brazilian Publishers* exportaram US$ 615 mil com as vendas de direitos autorais e serviços, além de US$ 1,6 milhão em livros.

É interessante apontar que esses resultados, tanto de exportações quanto de empresas apoiadas, demonstraram crescimento nos últimos três anos. Esse é um indicativo relevante, que comprova a eficiência de todo o trabalho do *Brazilian Publishers* em prol da internacionalização do mercado editorial brasileiro e da promoção das histórias e da língua portuguesa. Os dados de exportações de livros físicos, por exemplo, apresentaram um crescimento de 158% entre o período de 2017 e 2019. Os comparativos de direitos autorais e serviços também são prósperos: houve um aumento de 86,4% entre 2017 e 2019.

O número de participantes exportadoras também cresceu. Enquanto, em 2017, havia 21 editoras brasileiras comercializando livros no mercado global, em 2019, esse número subiu para 32. Tais resultados são reflexo da efetividade de iniciativas do programa, como, por exemplo, a Bolsa de Tradução *Brazilian Publishers*.

Desde 2019, o Programa oferece apoio às editoras estrangeiras que desejam traduzir obras de autores brasileiros para qualquer idioma. O objetivo é fomentar a publicação e distribuição, no exterior, de livros em formato impresso ou digital. Uma das condições para receber a bolsa é que as obras já tenham sido editadas no Brasil em português. O benefício é exclusivo para editoras brasileiras participantes do *Brazilian Publishers*.

O edital vigente está em vigor desde 1º de fevereiro de 2020, vai até dezembro de 2021, e conta com uma verba total de R$ 267 mil, sendo que cada projeto tem o teto de apoio de R$ 10 mil. Neste biênio, a bolsa já apoiou 11 títulos, que juntos contabilizam R$ 100 mil em auxílio, resultando em 22 mil exemplares impressos e distribuídos internacionalmente.

Apoios do tipo incentivam financeiramente não só editoras, mas também o trabalho intelectual de tradução da língua portuguesa. É uma maneira efetiva de valorizar um ofício essencial para a promoção do livro e da literatura brasileira no exterior. Com bolsas como a do *Brazilian Publishers* e da Fundação da Biblioteca Nacional, há ganhos não só em internacionalização, mas também na bibliodiversidade, que aumenta com o crescimento do catálogo das editoras selecionadas. Há, também, programas semelhantes aos supracitados em outros mercados, como é o caso da Linha de Apoio à Tradução e Edição (LATE), de Portugal, além de outros programas do gênero, presentes em países como Argentina e Noruega.

A área de promoção comercial é um dos pilares de atuação do Programa da Apex-Brasil com a Câmara Brasileira do Livro. O *Brazilian Publishers* apoia as editoras brasileiras em grandes eventos do setor, como a Feira do Livro de Frankfurt, que no ano de 2019 contou com o já tradicional estande do Programa, além de uma delegação com 31 editoras brasileiras e programação conteudista própria na agenda oficial da feira. Outro exemplo dessa atuação foi o apoio concedido, em 2019, para duas editoras na primeira edição da Feira Internacional do Livro de Macau, que aconteceu na região autônoma localizada na China. Durante a feira, as casas tiveram a oportunidade de negociar com editoras da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Se, até o passado, grande parte do fomento do *Brazilian Publishers* acontecia por meio desses apoios em feiras internacionais, no ano de 2020, o programa se deparou com um cenário pandêmico, que impediu a presença das participantes, pelo menos fisicamente. Para isso, o *Brazilian Publishers* lançou um aplicativo com ferramentas essenciais para dar continuidade ao relacionamento entre as editoras brasileiras e as internacionais. Com o *app*, os participantes podem, além de se inscrever em eventos, marcar reuniões com interessados em seus catálogos. Já durante o primeiro semestre, o programa promoveu uma série de rodadas de negócios no aplicativo. Ao todo, 82 casas editoriais participaram das sessões de *matchmaking*. A ação foi tema de matérias da imprensa internacional especializada, como os *sites Publishing Perspectives* e *Publishing Weekly*.

Ainda caminhando na trilha do digital, o programa promoveu uma ação no *PubMatch*, *site* que funciona como um *hub* global da cadeia do livro, com foco na venda e compra de direitos autorais. Há hoje, na plataforma, uma página com a relação das editoras do *Brazilian Publishers*, com 472 livros cadastrados. Segundo dados da plataforma, entre setembro e novembro de 2020, os títulos obtiveram 3.500 visualizações.

Importante mencionar uma iniciativa essencial para a construção da imagem e valorização da literatura brasileira no mercado global: a categoria "Livro Brasileiro Publicado no Exterior", do Prêmio Jabuti, criada em 2017 pelo programa. A condecoração promovida pela Câmara Brasileira do Livro está em sua 62ª edição e segue como um verdadeiro termômetro para imprensa e o mercado editorial. Os objetivos da categoria idealizada pelo *Brazilian Publishers* são claros: enaltecer as casas estrangeiras que compram e publicam obras de autores brasileiros. A ideia ainda incentiva as editoras nacionais a negociarem os direitos autorais de seus catálogos, fomentando assim a internacionalização da literatura brasileira. O programa também custeia a vinda de representante da casa editorial ganhadora ao Brasil para a entrega do prêmio.

Outro prêmio literário criado para divulgar a excelência da língua portuguesa é o Oceanos, coordenado por Selma Caetano e apoiado pela Comissão para a Promoção de Conteúdo em Língua Portuguesa.

Criado em 2003, foi apenas após 14 edições, no ano de 2017, que o Oceanos abriu inscrições para livros escritos em português e publicados em qualquer lugar do mundo, até mesmo em países onde esta não é a língua oficial. Atualmente,

é um prêmio transnacional, não só em concorrentes, mas também na bancada avaliadora. Isso porque o júri é formado por especialistas em literatura – escritores, poetas, críticos literários, professores e jornalistas de países do continente africano, Brasil e Portugal.

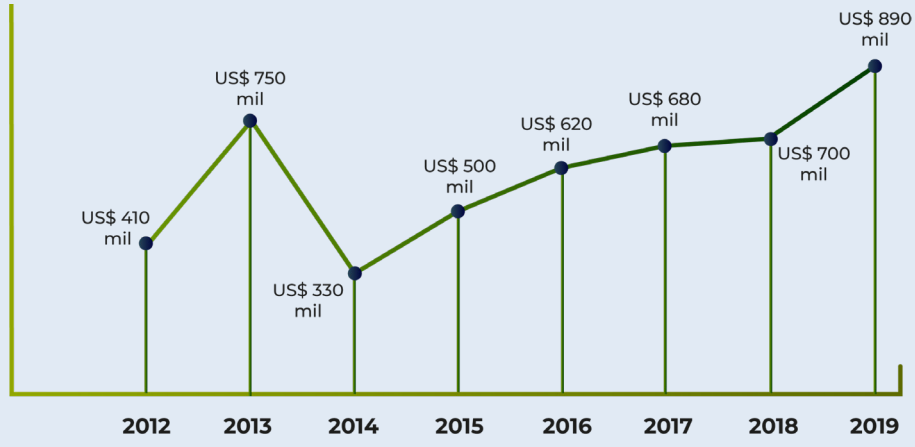
> O diálogo proposto pelo Oceanos entre escritores e curadores de diferentes países reflexiona a complexidade e a diversidade da produção literária de nosso idioma, assim como a heterogeneidade de escritores que nela escrevem – cada um com estilo, tema, linguagem e projeto estético próprios. (CAETANO, 2020)

De acordo com a coordenação do Oceanos, a edição de 2020 foi histórica. Concorreram pelo prêmio 1.872 obras publicadas por 450 editoras em dez países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Letônia, Moçambique e Portugal, além da região administrativa chinesa Macau. O Oceanos recebeu, ainda, inscrições de autores de 11 nacionalidades – Angola, Argentina, Áustria, Benin, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Moçambique, Peru, Portugal e Uruguai.

As iniciativas multilaterais elencadas são uma demonstração da maneira que o mercado editorial brasileiro encontrou de lutar pela vitalidade da língua portuguesa. É por isso que a CBL lidera projetos como o *Brazilian Publishers* e a Comissão para a Promoção de Conteúdo em Língua Portuguesa, estruturados pela e para a indústria e com o foco em mostrar a excelência da produção editorial das casas brasileiras. Além disso, também entende seu papel agregador e a importância de conceder apoio, seja este institucional ou financeiro, às demais atividades.

Todos esses esforços transcorrem em virtude de a língua portuguesa ser um patrimônio histórico e cultural de valor inestimável. Por isso, a Câmara Brasileira do Livro sempre irá impulsionar a união dessas forças, que trabalham em uníssono e incessantemente em prol da preservação e perpetuação da literatura em língua portuguesa.

Exportações de direitos autorais e livros físicos do Brasil na Feira de Frankfurt



Feiras internacionais do livro em que o Brasil foi o país homenageado

Desde a década de 1990, o Brasil tem participado de forma protagônica em diversas feiras internacionais do livro, sendo o homenageado de honra em várias delas.

Canção

Uma polonesa, em Varsóvia, anos 1980, vai estudar português por ter começado a praticar capoeira, e com ela começou a conviver com música brasileira. Com o tempo, ela se transformou em professora de português na universidade.

Um francês precisa escolher sua segunda língua estrangeira, na graduação em tradução, em Montpellier, fim dos anos 1970. Ouve falar que nas aulas de português se ouve e se canta música brasileira – e faz sua escolha com facilidade e gosto. Com o tempo, ele faz doutorado no Brasil e se converte num excelente tradutor do português ao francês.

Um brasileiro estuda japonês em Tóquio, nos anos 1990, e é saudado prazerosamente pelos nativos sempre que se sabe de sua nacionalidade: nunca falta quem admire o samba, a MPB e muito especialmente a Bossa Nova, que lá funciona como "música de verão", tanto quanto é *lounge music* nos Estados Unidos. Ele voltou ao Brasil e é hoje professor de japonês.

Um colombiano, no começo dos anos 2000, cursa Letras em seu país natal e se aproxima da canção brasileira pela mão da *nueva canción latino-americana*, em que se destaca Mercedes Sosa, amiga de brasileiros. Seus pais escutam com grande gosto Roberto Carlos, sem se preocupar em entender o que diz em português, mas para ele os grandes são Chico, Caetano, Milton. Vem ao Rio de Janeiro para fazer seu doutorado e hoje é professor de literatura hispano-americana em universidade federal brasileira.

Um moçambicano conhece, nos anos 1960 e 70, a intensidade de Martinho da Vila e de Teixeirinha, Clara Nunes e Maria Betânia, Chico Buarque e Lindomar Castilho, Caetano Veloso e Roberto Carlos, o lado chique e o lado brega da canção brasileira, como dizemos nós no Brasil. O contato é naturalmente fluente pela mesma língua portuguesa, mas é mais: a canção é parte da força da cultura brasileira por lá, ao lado da telenovela, como acontecerá em muitos outros quadrantes do planeta. Com sorte, essa experiência será um trampolim para estudar a

literatura brasileira, como ocorre com esse moçambicano, com um doutorado no Brasil e professor em seu país natal.

Na Austrália, anos 1980, a Bossa Nova é uma referência de estilo musical, e Elis Regina é ouvida mesmo que cantando numa língua desconhecida para os ouvintes. A "Garota de Ipanema", em inglês, circulava francamente entre os jovens, como parte do grande universo do *jazz*. Algo parecido se pode constatar na Rússia, com canções de muitos momentos despertando interesse no ouvinte local.

A Argentina dá palco e prestígio a uma série de cancionistas brasileiros, a começar do tempo da Bossa Nova, como Vinícius, Toquinho e Maria Creuza, passando por Caetano Veloso e pelos Paralamas do Sucesso, e alcançando casos mais recentes, como É o tchan ou o *funk* carioca. Lá, pesquisadores produzem livros sobre o mundo da música popular de nosso país, de entrevistas com cancionistas brasileiros a densas análises comparando músicos e estilos de lá e de cá.

Brasileiros em toda parte, nos Estados Unidos, na Islândia, na Coreia do Sul, em países da África e do Oriente Médio, vivem, não raro intensamente, a identificação que os nativos desses países fazem deles com a música popular brasileira. Não é só ela – porque acontece de serem também solicitados a falar de preservação da Amazônia e de futebol. Mas é certo que em algum momento a canção será um tema de conversa, e algumas vezes acontecerá a confissão, da parte do estrangeiro, de que começou a estudar português de tanto que gosta de Bossa Nova, ou da Rita Lee, ou do Chico Buarque, ou do Caetano Veloso.

As gerações mais recentes, dos anos 2000, segundo dizem esses mesmos testemunhos, andam bem longe das duas gerações geniais que perfazem o caminho que vem da Bossa Nove e alcança a Era dos Festivais, com o que se convencionou chamar MPB e a Tropicália, mais a generalidade do samba e algo mais da música negra brasileira, como Jorge Ben e o atual *funk*, assim como a canção romântica, representada mais que em outros na figura de Roberto Carlos. Agora, esse valioso patrimônio permanece com os mais velhos, como lazer, e nos cursos de português, como auxiliar no ensino, porque os mais jovens parecem estar siderados pela ultramidiatizada Anitta, de vez em quando por Seu Jorge, e quase sempre pelas variantes de dança alegre que o Brasil sabe inventar a cada tanto, faz mais de século e meio.

De que se trata, então? Em suma: da força da canção brasileira. Da força cultural que ela carrega, e não raro da força letrada (poderíamos dizer literária) que ela traz em si. O autor destas linhas o experimentou em vários lugares, em cursos breves dados em Montevidéu, Buenos Aires e Rosário, aqui ao lado, mas também em aulas e conversas em Barcelona, Reikjavik, Paris, Lublin e Varsóvia. O leitor destas linhas também poderá testemunhar algo parecido, se parar para pensar no caso.

Ocorre que a canção brasileira, e mais genericamente a música popular brasileira, ganhou o mundo. Muitas vezes por ser alegre e viva, capaz de movimentar corpos nem tão acostumados a tal, mas muitas vezes também por dar a ver o mundo de modo específico, como obra de arte que sabe transcender o imediato de sua concepção para espalhar seu espectro de significação para além de seu tempo e de seu espaço originais.

Fontes:
https://www.ifpi.org/wp-content/uploads/2020/03/GMR2021_STATE_OF_THE_INDUSTRY.pdf
https://www.ifpi.org/resources/

Talvez tenhamos vivido, nas décadas entre 1960 e 2000, momentos mais fortes desse impacto além-fronteiras, superiores ao que temos hoje, segundo depoimentos atuais. Mas pode bem ser que estejamos vivendo apenas um momento de baixa, numa história vigorosa, que pode mudar. O certo é que, sem contar com uma indústria como a do cinema estadunidense, que teve papel decisivo na divulgação da música daquele país pelo mundo, e igualmente sem dispor do poder de fogo incalculável que é o expressar-se na língua da maior máquina imperial do século 20, o inglês, a canção brasileira tem admiradores e fiéis, ouvintes e leitores, pelo mundo afora.

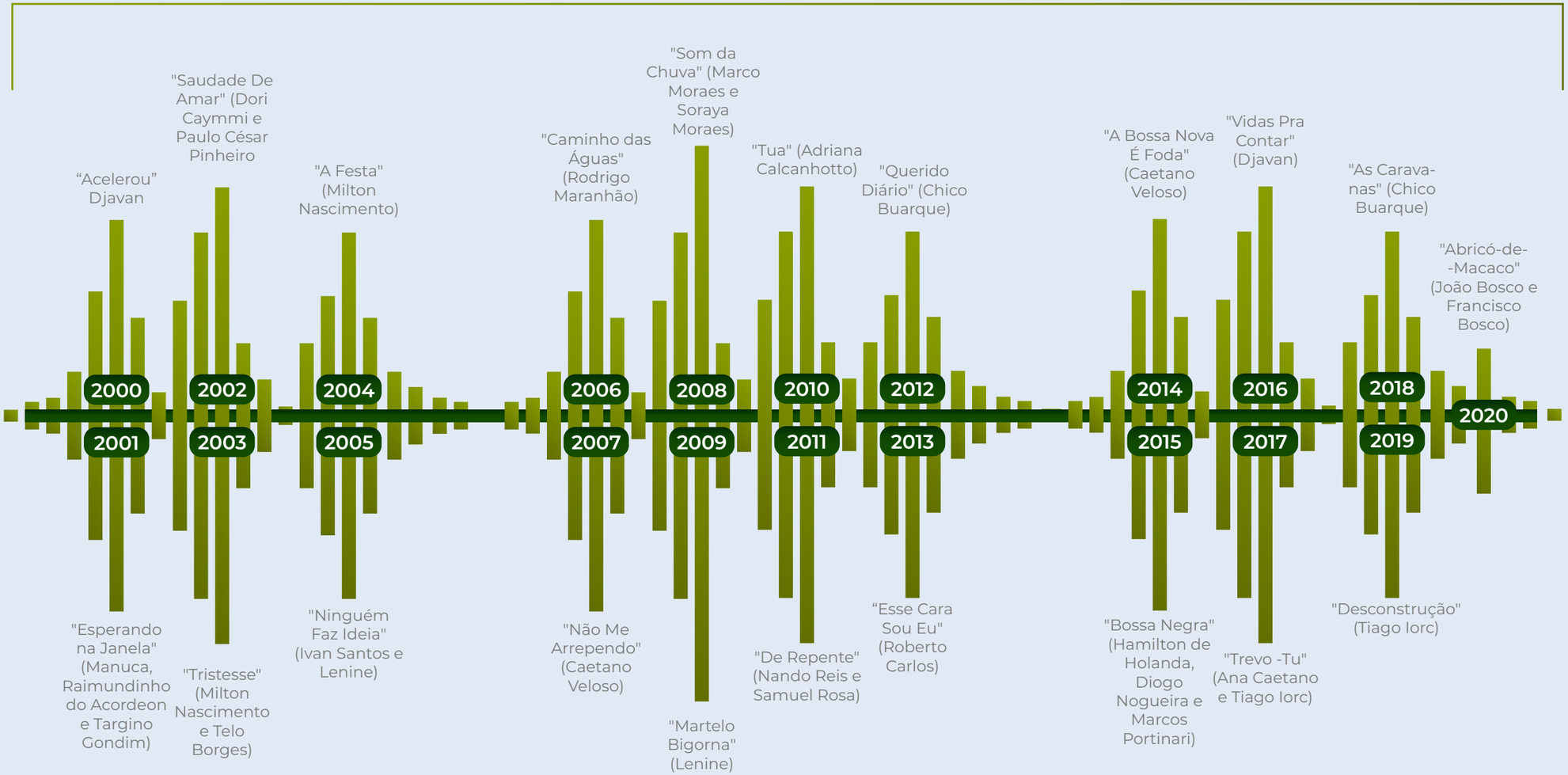
Não se pode, por outro lado, negligenciar o empurrão que a ela dá à exportação da telenovela brasileira ou de nosso Carnaval como espetáculo atrativo, nem se pode esquecer que na região americana e em outros países de língua portuguesa o Brasil teve e ainda tem força econômica suficiente para ser visto como um grande *player* na geopolítica – e os dois motivos precisam ser contabilizados na difusão da música popular brasileira. Mas há mais que isso: há motivos que podem ser encontrados na trajetória da canção em nosso país.

Talvez valha a pena começar não pelo começo histórico, mas no meio do caminho, com uma comparação que me ocorreu há um bom tempo. Apresentando um curso sobre a canção popular brasileira em Buenos Aires, nos anos 1990, em parceria com Arthur de Faria, lembro de ter ficado impressionado com o gosto generalizado,

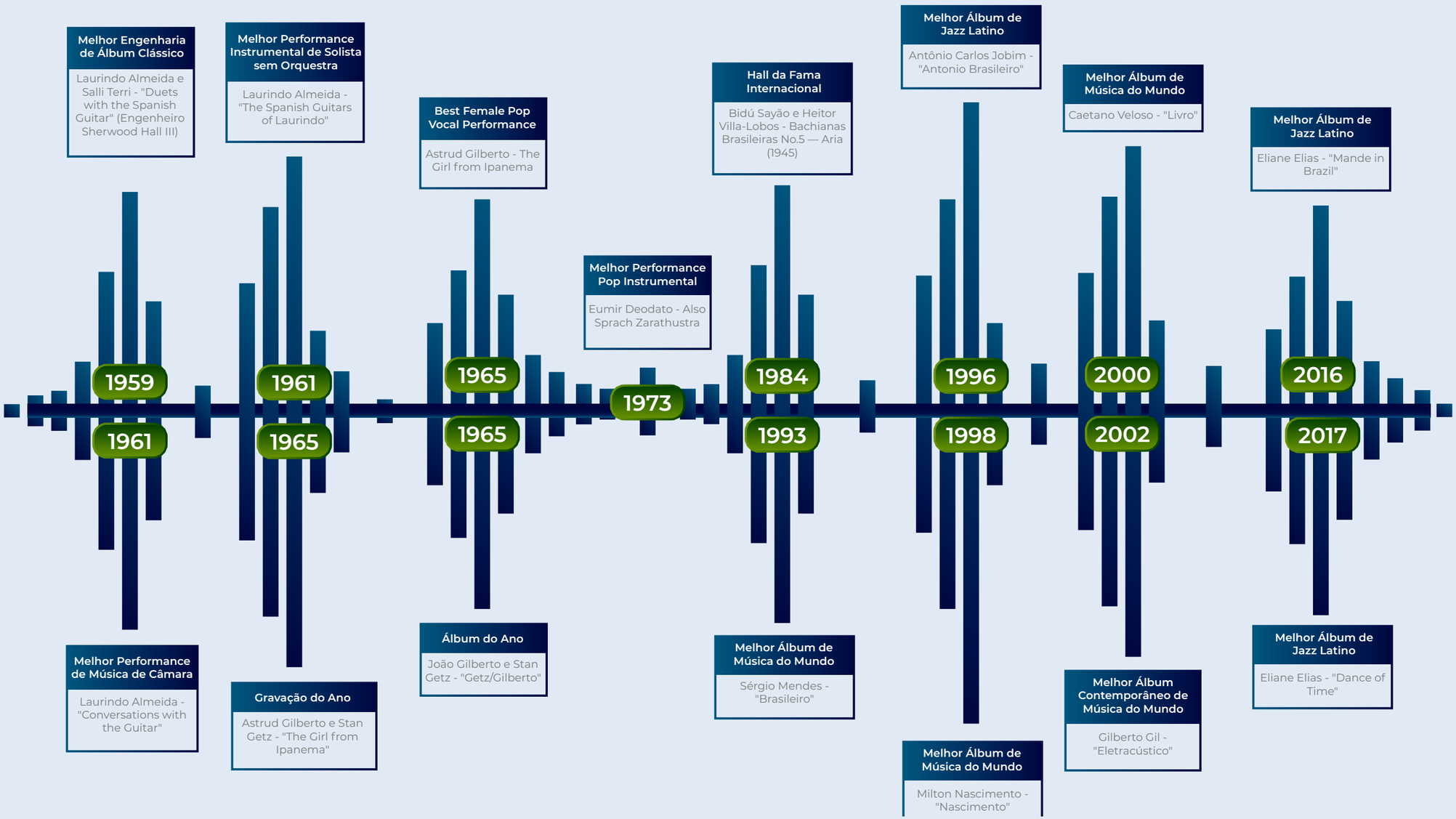
Grammy - Canção em Língua Portuguesa

O Grammy Latino de Melhor Canção em Língua Portuguesa é entregue anualmente desde 2000, quando a cerimônia de premiação foi instituída. O prêmio é entregue exclusivamente a compositores, e para ser indicada uma canção precisa conter pelo menos cinquenta por cento (50%) de sua letra cantada em português e deve também ser inédita.

VENCEDORES



Outras categorias do Grammy com indicação da MPB



entre aqueles talvez 50 ou 60 assistentes, pela Bossa Nova, por Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Nascimento e Gilberto Gil. Por certo tratava-se de gente aficionada, gente que tinha informação prévia e cultivo desse gosto – mas havia mais. O que explicava aquele intenso prazer em identificar-se com a Bossa Nova e o mais de grandioso que a canção popular brasileira sobre aflorar nos anos 60 e 70?

Ocorreu então de eu me propor o desenho de uma comparação entre o Brasil e a Argentina. Lá, são distinguíveis algumas linhas de força da canção popular, ao longo do século 20: o tango, o (que chamam de) folclore e o *rock*, este aparecendo nos anos 60, aqueles com linhas definidas desde os anos 1920, pelo menos. As três linhagens produziram canções de alta significação e permanência, em sucessivos contextos históricos. No Brasil, podemos pensar em três famílias bem parecidas, análogas em tudo ao que se verifica na Argentina: o samba, o (que não chamamos, mas poderíamos chamar de) folclore (música caipira e outros exemplos de norte a sul, baião, milonga, frevo, maracatu, etc.) e o *rock* (a Jovem Guarda e depois os grupos que floresceram nos anos 1980). Mas o Brasil teve uma experiência singular, que a Argentina não teve.

Que foi a Bossa Nova.

Ao contrário do que ocorreu com Astor Piazzola, um gênio no reprocessamento da herança do tango (em aproximação tanto com a música de concerto do século 20, quanto com o *jazz*) que, porém, nunca alcançou o sucesso do assobio popular, a Bossa Nova também resultou de um refinamento, mas do samba, de uma atualização na harmonia, na letra e nos arranjos e acompanhamentos, em diálogo com o *jazz* e talvez com algo da música moderna europeia (o Debussy que Tom Jobim estudou), só que alcançando a consagração do assobio e, simultaneamente, o ingresso na corrente sanguínea mais profunda da cultura letrada brasileira. Não é pouca coisa.

A Bossa Nova: um momento de encontro, que envolveu uma parada para reencontrar energias e para projetar a canção brasileira para o futuro, em contato com a modernidade internacional. Pouco importa, aqui, que ela viesse a ser música de elevador ou virasse fundo musical para compras em grandes magazines. O caso é que ela operou um encontro raro de cultura erudita e cultura popular – digamos que as duas tenham sido dimensões relativamente nítidas até o tempo da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Um encontro que, pelo lado musical e ou pelo lado literário, representou um momento novo de síntese, um ponto de encontro bem-sucedido entre velho e novo, local e estrangeiro, daqueles que obrigam a uma revisão do passado e a uma abertura para o futuro. Isso a Argentina não produziu. Isso, talvez nenhum outro país do Novo Mundo e do Ocidente produziu.

Contemporânea de um momento dos mais férteis da cultura brasileira em sentido amplo – a construção de Brasília, a emergência do Cinema Novo, a conquista de novas e promissoras linguagens e alcances para as artes visuais, a música em geral, tudo isso no zênite de uma brilhante geração de romancistas, poetas e pensadores –, e mais ainda, no contexto de uma extraordinária mobilidade social do país, que se industrializava e urbanizava, e percebia a luta sindical e política, no campo e na cidade, ganhar estatura análoga à das grandes democracias ocidentais, a Bossa Nova sintetiza de um modo *novo* o passado brasileiro, abrindo *novas* portas para o futuro.

Por causa dela, como se sabe por depoimentos dos protagonistas, em parceria com o futuroso veículo chamado televisão, Roberto Carlos, Edu Lobo, Caetano Veloso e Chico Buarque resolveram se dedicar à canção. Podiam ter sido muita outra coisa, eles e Paulinho da Viola, Rita Lee, Jorge Ben, Belchior, João Bosco e Aldir Blanc, Gonzaguinha, para nem falar de intérpretes e instrumentistas, que foram e são multidão.

Nem mesmo os golpes políticos, dos anos 60 e depois, e o regime autoritário que por vinte anos nublou a cena brasileira, foram capazes de bloquear a energia criativa, que ia das inteligências e sensibilidades, das letras e das melodias, até a casa, a escola, o trabalho e a rua, imantando mais de uma geração, em sucessivos discos, festivais, *shows* e depois aulas de instrumentos e recriação desse material em uma miríade de vidas individuais e coletivas, Brasil afora e adentro, atingindo o país todo.

Um fenômeno cultural de altíssimo impacto, que teve no centro justamente aquele encontro feliz entre um poeta consagrado, Vinícius de Morais, um compositor de talento e formação exigente, Tom Jobim, um intérprete iluminado e teimoso, João Gilberto, mais um grupo não pequeno nem trivial de protagonistas, menos famosos mas não menos necessários, como Newton Mendonça, Johnny Alf, Roberto Menescal, Ronaldo Bôscoli, João Donato, Rosinha de Valença, Nara Leão, Carlos Lyra, os irmãos Valle, entre outros. Tendo o ano de 1958 como marco inicial, com o lançamento dos primeiros discos identificados com a nova estética, a Bossa Nova alcançou certo destaque na meca da indústria cultural moderna em 1962, com o concerto ocorrido no Carnegie Hall, em Nova York, com o decidido apoio da cônsul-geral do Brasil na cidade à época, a poetisa Dora Vasconcellos.

Bossa Nova, então, é um ponto de convergência privilegiado para contar a história da canção popular no Brasil. Não é um ponto obrigatório para ancorar essa história porque houve e há formas que passam ao largo dela – tanto em lugares distantes do Rio de Janeiro, onde ocorreu o epicentro do fenômeno, como se pode ver em muitas formas cancionais relevantes socialmente que mantiveram seu jeito tradicional de ser, quanto no próprio âmbito do Rio, como é o caso do samba tradicional. Mas é inegável que com ela o Brasil passou a ter de fato uma presença significativa fora do território brasileiro, alcançando o planeta todo, ao menos em sua parte urbana – não esqueçamos que, por sinal, a cidade passou a ser majoritária, em distribuição da população pela mesma época, no mesmo tempo de sua afirmação.

Essa expansão levava a voz do nosso país para lá. Não a única voz possível, mas uma voz audível, discernível, identificável: a Bossa Nova era samba mas era também *jazz*, e trazia letras que de algum modo traduziram a sensibilidade brasileira, tropical, leve, muitas vezes até eufórica, mas eventualmente carregando também uma perspectiva crítica, como ocorreu entre alguns dos jovens que aderiram à primeira explosão daquele trio de gênios, Vinícius, Tom e João Gilberto.

Segundo depoimentos que também se espalham na geografia do mundo, não só aquele das línguas ocidentais, a canção brasileira que a Bossa Nova representava comoveu muita gente a estudar o português. Aqui temos então uma ponta interessante do problema: centenas, talvez alguns milhares de indivíduos não brasileiros tiveram

como primeiro contato de suas vidas com o idioma português, em sua variante brasileira, pela canção.

(Fiquemos aqui no conforto do parêntese para então afirmar com clareza singela: sim, a canção faz parte do mundo da literatura. Ela não é apenas literatura, e ela não costuma ser produzida segundo qualquer paradigma literário culto, muito menos acadêmico; mas ela só vive com a letra, que é seu ingresso ao mundo letrado. O Nobel dado a Bob Dylan, poucos anos atrás, poderia ter sido dado a Chico Buarque, por exemplo, não fosse o fato de Chico escrever nessa língua que tão pouco circula entre os leitores cultos do mundo todo. Minha equação pessoal: a canção pertence ao mundo da literatura tanto quanto o texto teatral. São duas formas de arte de *performance*, que só se expressam de fato na representação, na forma viva da voz e do corpo; mas são duas formas de arte literária, igualmente, em sua versão escrita. Ler uma tragédia de Shakespeare não é igual a assistir a uma representação dessa tragédia, mas é uma experiência estética válida e forte. Ler a letra de uma canção de Caetano Veloso ou Paulinho da Viola, entoando silenciosamente sua melodia, não é igual a ouvi-la cantada, mas é uma forma ativa de arte.)

Acresce que a Bossa Nova carrega a força dos grandes movimentos de renovação formal de uma arte. Uma vez ativado, esse movimento impõe que o futuro e o passado sejam reprocessados – vistos, ouvidos, apreciados – segundo esse novo filtro. A prova dessa força se encontra tanto na releitura bossa-novista de cancionistas brasileiros anteriores ao momento de 1958 – as regravações de Ary Barroso e Dorival Caymmi, por exemplo –, quanto no reprocessamento de qualquer forma musical anterior – como se pode ouvir, por exemplo, em regravações de "Help" e "Lady Madonna" por Caetano, ou num disco como o "Bossa'n'Beatles", de Rita Lee.

Olhando mais amplamente para a história do Brasil, é possível rever os vários momentos em que a canção popular foi-se formando, depurando, até alcançar sua feição moderna, digamos pós-bossa-novista. Momentos durante os quais se distinguem duas linhas de força notáveis. Não únicas, mas fortes a ponto de marcar inflexões no percurso. Acompanhando essa trajetória, ficará visível o caráter de processo formativo, no sentido em que a palavra "formação" adquiriu para um conjunto grande de pensadores brasileiros. Sem ir muito longe, ao menos desde o Machado de Assis crítico, passando por Manuel Bonfim e atingindo um primeiro momento de grandeza reconhecível publicamente na geração modernista, com Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Mário de Andrade e Vianna Moog, e um segundo momento com Raymundo Faoro, Celso Furtado e Antonio Candido.

É Candido o mais próximo do que aqui se cogita, porque foi em sua *Formação da literatura brasileira*, livro de 1959, que "formação" adquiriu, para a cultura letrada, um sentido preciso: a ideia de que os escritores brasileiros faziam um pouco de Brasil ao fazer literatura, num *continuum* histórico em que interagiam escritores, obras e público leitor para construir uma literatura agora nacional, não mais importada, ainda que em diálogo com o exterior, em sucessivos contextos históricos. Algo assim se pode pensar para a canção.

Com essa preliminar em vista, pode-se reconhecer que já Gregório de Matos, nos poemas que a ele a tradição atribui, era um cancionista: compunha para cantar, nas modalidades disponíveis em seu século. Na segunda metade do século 18 apareceu uma figura de mais alto e mais nítido valor para a canção: Domingos Caldas Barbosa. Era um brasileiro, filho de português com uma africana escravizada, que estudou, trabalhou como clérigo e, em meio a isso, compôs não se sabe quantas "modinhas", que ele mesmo cantava. Publicou *Viola de Lereno*, marcando no título o instrumento de sua poesia cantada – de sua canção. Muitas de suas modas circularam junto com outras baseadas em poemas de Tomás Antônio Gonzaga, atravessando a barreira do novo século.

Em meados do século 19, com a chegada e a difusão de gêneros musicais dançantes, como a polca e a *habanera*, são muitos os letrados que se aventuram a compor letras para canções. Para lembrar dois, não muito canônicos, Francisco de Paula Brito e Laurindo Rabelo. No último quarto de século, despontou uma excepcional musicista e compositora, cuja atuação marcaria para sempre a música popular brasileira. Chiquinha Gonzaga se chamava. Ela não escrevia letras para a profusão de composições breves que fez, mas teve muitos parceiros, atores e comediógrafos de sucesso, que ajudaram a adestrar a forma chamada canção popular em peças como aquele famoso "Corta-jaca" ou como aquela que é tida como a primeira marcha-rancho, "Ó, abre alas". Virando a página para o século 20, o longo século da canção, o Brasil canta Catulo da Paixão Cearense, um letrado violonista que embalou milhões de brasileiros com composições como "Luar do sertão", um dos muitos hinos nacionais brasileiros informais.

A partir da virada dos anos 1920 para os anos 1930 é que a coisa realmente engrenou. Havia gravação de discos no Brasil desde 1902, e nas décadas seguintes foi ficando mais acessível comprar o aparelho e os bolachões, trazendo a música para dentro de casa a qualquer hora, sem depender mais da presença de instrumentistas. Um exame da variedade disponível de gravações mostra que de algum modo a cultura brasileira, especialmente aquela ligada à oralidade (teatro popular, circo, canto, música para dança), encontrava um caminho novo para expressar-se, agora fixando para sempre sua prosódia.

Em parte foi Sinhô quem conseguiu a proeza de alcançar uma dicção urbana e moderna para seus sambas (que hoje nos soam meio antigos, amaxixados). Mas quem mais contribuiu para definir a canção popular brasileira foi mesmo a geração seguinte, com os brancos letrados de classe confortável Noel Rosa, Ary Barroso, Braguinha, Lamartine Babo e Orestes Barbosa, e com os negros pobres, de pouca instrução formal e enorme talento, Ismael Silva, Wilson Batista, Bide e Marçal, Cartola, Ataulfo Alves, Assis Valente, Geraldo Pereira e Lupicínio Rodrigues.

Para essa geração, que ensinou o rádio a ser o que ele veio a ser, um veículo de massas capaz de forjar uma perspectiva nacional integrada, fazer canção era compor samba – mas com uma variedade formal e uma profundidade de pensamento absolutamente novas. Discussões complexas, de amor e

desamor, de encontro e perda, assim como acerca de problemas da política e da cultura, passaram a fazer parte da rotina da canção – e o brasileiro se acostumava a confiar na canção como uma estratégia, uma forma, um jeito de falar eficazes para entender e expressar o mundo.

Depois da Segunda Guerra Mundial, como se sabe, a cultura popular estadunidense tomou conta do mundo ocidental. Cinema, gêneros cancionais, música para dançar, enfim modos de ver, sentir e expressar o mundo, em tudo os Estados Unidos pareciam jogar de mão. Tão forte foi essa tomada de poder simbólico, especialmente no Ocidente, que por recomendação da UNESCO, recém-criada, governos nacionais, entre eles o brasileiro, promoveram campanhas pela preservação do que se chamava de folclore; nele, ocupando lugar de destaque, a canção popular.

Por essa época despontava um conjunto variado de cancionistas de extração e dicção populares, representando experiências sociais que iam sendo engolfadas pela modernidade ocidental. Foi o caso de Luiz Gonzaga, assim como, bem pesadas as coisas, Dorival Caymmi, que já tinha despontado para o sucesso uns anos antes mas agora apresentava claramente a visão da Bahia tradicional. Em São Paulo, nos anos 50, ocorreu o caso do compositor Adoniran Barbosa, e ao sul se destacou, pela mesma altura, Teixeirinha. São exemplos de uma realidade artística única: a canção popular de origem popular e não metropolitana, com dicção simples em relação à língua culta, dando a ver toda uma percepção das coisas, em canções que ligavam o presente dos ouvintes com o passado sertanejo, interiorano.

O período foi também o de uma imensa força do samba-canção lento, abolerado, que tanto servia para expressar uma visão de mundo passionalizada, que aliás encontra paralelo nos contos e romances de Nelson Rodrigues, quanto para falar da vida dos de baixo de modo idealizado, muitas vezes conformista, como se ouve nas canções de Herivelto Martins, Jair Amorim e David Nasser. Na fração mais sofisticada culturalmente, essa mesma época viu nascer as canções de amor de Maysa e Dolores Duran, que compõem na mesma época e na mesma cidade, o Rio, em que o jovem Tom Jobim seria procurado por Vinícius de Moraes para compor as canções para uma velha ideia do poeta, a adaptação de um mito grego para a favela brasileira, o "Orfeu negro". E aí, em 1958, os dois encontram a interpretação de João Gilberto e acontece a Bossa Nova, que teria outros protagonistas mas que teve nesse trio o centro nervoso de forma reinventada.

Por causa da Bossa Nova, muitos jovens de classes confortáveis, que poderiam ter seguido outras carreiras na vida, resolveram ser cancionistas. Como antes tinha acontecido com Noel Rosa (desistente da faculdade de Medicina) e Ary Barroso (advogado formado), e os mestres Tom (desistente de Arquitetura) e Vinícius (formado em Direito e com um quase doutorado em Literatura, em Oxford), agora eram Chico Buarque (estudante de Arquitetura), Caetano Veloso (Filosofia), Gilberto Gil (Administração), entre outros, a abandonar o mundo da cultura acadêmica para mergulhar na cultura popular, transfigurada pela sofisticação da Bossa Nova.

Essa geração fez com a televisão algo como aquilo que a geração de 30 havia feito com o rádio, nos festivais de música. Contando com centenas de jovens interessados em expressar-se na dicção cancional moderna inventada havia pouco,

que foi-se mesclando com as formas tradicionais da canção popular – o samba, o baião, o xote, a toada, o maracatu –, essa geração foi a responsável por dizer ao mundo como era o Brasil.

Houve muito mais. O ímpeto do *rock* encontrou eco em nosso país, amaciando seus contornos mais ásperos no que foi conhecido como Jovem Guarda, tendo à frente Roberto Carlos – que, em seguida, se converteu num cantor romântico de impressionante sucesso, gravando em espanhol e sendo conhecido em muitos lugares para além do Brasil. Houve também uma reinvenção do samba, com figuras como Paulinho da Viola e Beth Carvalho, que ao mesmo tempo soava moderno, com a voz bossa-novista de Paulinho, e era cultor das raízes, nas composições dele e de Beth, revigoradas com uma coleção de grandes intérpretes, especialmente femininas.

Nos anos 1970, toda uma nova leva de grandes figuras ganhou espaço – o Brasil simplesmente aprendeu a expressar-se na canção, de alto a baixo, para criticar o governo ou para discutir o futuro, para chorar dores de amor ou do exílio, para felicitar-se pela alegria do amor e do sexo. Entram em cena João Bosco, Aldir Blanc, Belchior, Gonzaguinha, Alceu Valença, Raul Seixas, Milton Nascimento e muitos mineiros, assim como gaúchos, paulistas, cearenses, mato-grossenses.

Nos anos 1980, uma nova rodada de invenção cancional apareceu, de alguma forma rendendo ainda tributo às conquistas da Bossa Nova e da geração dos festivais, os tropicalistas e os emepebistas. Para citar uns poucos: Itamar Assumpção, Cazuza, Vitor Ramil, Chico César, Zeca Baleiro, Lenine, mais as várias bandas de *rock*, este agora submetido a contato íntimo com muita outra matéria-prima, como ocorreu com Paralamas do Sucesso, Titãs, Engenheiros do Hawaii, Barão Vermelho – no impacto junto à juventude, em particular a dos 80, as bandas de *rock* alcançaram o impacto que a MPB, mais que a Tropicália, tinha tido nos 60 e 70.

Enquanto isso, no campo do consumo massivo popular, a música sertaneja encontrava novos ouvintes para sua visão sentimentalizada e saudosista, com as novas ou renovadas duplas, a Bahia oferecia mais de uma novidade de música dançante, como foi a chamada axé-music, e do norte do país se disseminou a lambada, outro gênero dançante.

Na década de 1990, enquanto o samba via nascer um subgênero com lastro tradicional mas de dicção nova, o pagode, se mostraram outras formas populares, agora em franca conversa com gêneros cancionais do exterior, especialmente norte-americanos, mais do que havia acontecido com a aclimatação da *soul music* e do *funk*, na mão de gente como Tim Maia, que vinha dos anos 70, e seus sucessores, ou como a mistura de *rock* com maracatu na mão de Chico Science e Nação Zumbi. Agora, seria o *rap* a forma relativamente nova, que alcançava o Brasil, dando voz a toda uma nova geração de jovens, muitos deles moradores das periferias das grandes cidades. O local de excelência dessa novidade foi São Paulo, e sua voz mais notável foi o grupo Racionais MCs, mas o *rap* soube se moldar a combinações novas no Rio, com o Planet Hemp.

O século XXI tem novidades e permanências. Com o grupo carioca Los Hermanos, houve toda uma retomada da dicção emepebista, com sucesso junto às classes letradas metropolitanas, enquanto nas cidades interioranas, algumas ricas

como no oeste paranaense e paulista e na região Centro-Oeste, se desenvolveu de forma impressionante a moda que uma vez foi sertaneja, por vezes numa modalidade conhecida como "sofrência", canções de amor desenganado, de traições e retomadas da paixão, às vezes reabilitando a velha *habanera* (Michel Teló), às vezes reciclando o estilo de canto em duplas. Isso para não falar do fenômeno do *funk*, especialmente carioca, nem de estilos de menor impacto geral, ao norte (o tecnobrega) e ao sul (o vanerão, forma acelerada da *habanera*).

Não falamos aqui, deliberadamente, de cantores e cantoras, que na história da cultura brasileira ocupam lugar de destaque. Não falamos de Carmen Miranda, Elis Regina, Clara Nunes ou Marisa Monte (a história das intérpretes de canção no Brasil tem qualquer coisa de impressionante), Francisco Alves, Mário Reis ou Cauby Peixoto. A exceção foi João Gilberto, que como compositor deixou pouca coisa, e de pouca significação, mas que foi intérprete-criador, com a invenção inequívoca de sua batida no violão e de uma dicção absolutamente inventiva. Nem falamos de amplas áreas da criação cancional, vivas há um século ou mais, como o samba-enredo dos desfiles de carnaval.

Também não mencionamos que, dos anos 70 em diante, e com muita força depois dos anos 90, a crítica da canção ultrapassou o mero registro para tornar-se estudo historiográfico, maduro na obra de Tinhorão, Ruy Castro e outros, e para tornar-se ciência universitária, seja na obra semiótica de Luiz Tatit, seja na obra sociológica e antropológica de Carlos Sandroni, Hermano Vianna, José Miguel Wisnik. Fora do país também se vê uma significativa fortuna crítica se acumulando, com trabalhos como os de Charles Perrone.

Por fim, merece destaque a relação que teve a canção brasileira nos demais países da lusofonia. Em Cabo Verde, a trajetória remonta à época de Cesária Évora, que cantava que sua ilha no carnaval se transformava em um "Brazilin, chei di ligria, chei di cor", passa pela do herói da independência Amilcar Cabral, que teve seu poema "Mamãe Velha" musicado por Alcione, e chega a de Mayra Andrade e suas recentes parcerias com novas vozes da MPB. No caso de Angola, a histórica viagem de Martinho da Vila na década de 1970 adensou ainda mais os laços culturais que unem os dois países, levando o samba à terra do semba e trazendo importante aportes ao cenário musical brasileiro, que propiciará um "Morena de Angola", de Chico Buarque, por exemplo. Já em São Tomé e Príncipe, a escritora Conceição Lima que registra que a força da canção brasileira veiculada diariamente no programa "Discos Pedidos" foi tamanha, com Roberto Carlos à cabeça, que "era-me difícil escapar à impressão de que, para os são-tomenses, as canções de amor em português, para serem realmente canções de amor, tinham de ser brasileiras."

Esse sobrevoo ultrapanorâmico dá notícia da vitalidade da canção popular brasileira, que segue forte e inventiva, enfrentando a desarticulação impressionante ocorrida com o fim da indústria fonográfica e a ascensão das formas digitais de composição, gravação e difusão, hoje imperantes. Terá força para criar novos pontos altos nessa já longa história? Sobreviverá e saberá contar, expressivamente, como foi viver a crise atual?

O certo é que, no cotidiano de milhões de brasileiros, é a canção uma presença inequivocamente significativa. Que o digam os incontáveis e ainda desconhecidos novos cancionistas, muitos de talento evidente, calcado na conquista da dicção de outras gerações, tornada agora moeda corrente. Que o digam os que se divertem cantando e dançando ao som dela; que o digam os aprendizes do português motivados pela audição desse vasto patrimônio já consolidado, mas nem tão bem conhecido, que merece ser frequentado por todos.

Um sonho que Caetano Veloso costuma reiterar pode ser aqui lembrado, por outras palavras: a canção brasileira, com a Bossa Nova e a partir dela, representa um primoroso horizonte de possibilidades que o Brasil inventou e franqueou ao mundo. Um naco de beleza, que é sempre uma alegria.

Capoeira

A capoeira, Patrimônio Cultural Brasileiro e Imaterial da Humanidade, atualmente está presente, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em mais de 160 países (IPHAN, 2014). O portal *Brasileiros no Mundo* registra no seu *site* a presença dessa arte em 71 países. Nos Estados Unidos são mais de 125 instituições. Na Europa, a Espanha contabiliza 45 centros, seguida por Polônia com 29, Alemanha com 25, Suíça com 16 e Finlândia com 12. Na Ásia, o destaque vai para o Japão com 79 centros; a China, por sua vez, conta com 11. Os altos índices nos Estados Unidos, nos países da Europa e no Japão possivelmente estão relacionados à grande presença das comunidades brasileiras. Atualmente, no entanto, o sistema de franquias proporcionou a abertura de escolas em vários países da Ásia, por exemplo, na Índia, Paquistão, Irã, Azerbaijão, Turquia, apenas para citar alguns. De fato, os dados sobre a capoeira no mundo ainda são imprecisos, mas as tentativas de sistematização nos dão uma ideia da capacidade de seu alcance.

A difusão da capoeira torna-se ainda mais relevante devido ao fato dela ser um dos principais instrumentos de promoção da língua portuguesa, vertente brasileira, no exterior. Manifestação cultural que envolve, na magia do seu jogo, luta, dança e músicas entoadas em português brasileiro, no espaço da roda, brincar capoeira significa celebrar a vida, seja através de cantos de louvor que narram as histórias dos ancestrais negro-africanos como as *ladainhas* e as *chulas,* seja através de *corridos* e *quadras* que ditam o ritmo do jogo. Ao som do *berimbau*, do *atabaque*, do *agogô*, do *reco-reco* e do *pandeiro*, os cânticos entoados em português dão ritmo aos movimentos. Sendo assim, a cultura e a língua na capoeira ocupam o mesmo espaço, estão no mesmo lugar, não existe precedência de uma ou outra. A imbricação desses termos na capoeira exemplifica algo que a pesquisadora Edleise Mendes vem apontado ao se referir ao termo *língua-cultura* como:

> [...] uma lente através da qual enxergamos a realidade que nos circunda. Ao estruturar os nossos pensamentos e ações, ela [a língua-cultura]

> faz a mediação entre as nossas experiências e a do outro com o qual interagimos socialmente através da linguagem, auxiliando-nos a organizar o mundo à nossa volta. Nesse sentido, a cultura não está antes nem depois da língua, nem uma dentro da outra, mas estão no mesmo lugar. (2015, p. 219)

Historicamente, a capoeira e o português brasileiro foram reinventando suas identidades conjuntamente. A capoeira foi ganhando forma através do imaginário simbólico da memória recordação dos afro-descentes, por exemplo com o *n'golo*, dança da zebra, e através de suas simbologias étnico-religiosas como a referência aos orixás e santos e até mesmo na forma como os instrumentos são dispostos na roda. Já o português brasileiro, originário da língua de Camões, do português europeu, foi bebendo – sem esquecer aqui a influências ameríndias – de porções do inconsciente iconográfico das línguas negro-africanas, especialmente do grupo etnolinguístico niger-congo (CASTRO, 2011): banto (quicongo, quimbundo e umbundo) e iorubá (ewe-fon e mina-jeje). Essas influências negro-africanas, ou *africanias* (FRIEDMANN, 1988), imprimiram, através dos mais de quatro milhões de negros escravizados enviados ao Brasil, durante três séculos, uma nova forma linguístico-cultural ao português brasileiro.

O diplomata Renato Mendonça, em 1933, aos 21 anos de idade, em sua monografia *A influência africana no português brasileiro* (2012), mencionou 350 palavras de origem africana que passaram a fazer parte do léxico brasileiro. Mendonça chamou a atenção também para o fato dessas mudanças serem percebidas na semântica, na prosódia e na sintaxe, sobretudo, do falar cotidiano. Ao tentar mapear a influência africana no português, o estudo do jovem aspirante à diplomacia brasileira, com um repertório de erudição inquestionável, dava ali um passo importante às pesquisas sobre a constituição do português brasileiro.

A etnolinguista em línguas africanas, consultora do Museu da Língua Portuguesa, Yeda Pessoa de Castro, em seu trabalho *Falares africanos na Bahia* (1976), avança muito nas pesquisas sobre as marcas de *africanias* no nosso português. Castro analisou em seu trabalho cerca de 3000 vocábulos, um repertório linguístico que, segundo a autora, foi apropriado pelo português do Brasil. No texto, *Marcas de africania no português brasileiro,* a pesquisadora explica:

> Aquelas vozes submergidas no inconsciente iconográfico dessa gente trazida em cativeiro se fazem perceptíveis na pronúncia rica em vogais da nossa fala *(ri.ti.mo, pi.néu, adi.vo.ga.do),* na nossa sintaxe (tendência a não marcar o plural do substantivo no sintagma nominal (*os menino(s), as casa(s)*), na dupla negação (*não quero não*), no emprego preferencial pela próclise (*eu lhe disse*, *me dê*), mas se revelam de maneira inequívoca nas centenas de palavras que foram e ainda são apropriadas como patrimônio do português do Brasil a enriquecerem o imaginário simbólico da língua portuguesa. (2014, p. 1-2)

O avanço realizado por Castro em suas pesquisas não se deu apenas pelo aumento do número de termos negro-africanos catalogados. Castro notou algo intrínseco ao nosso português. Quando os falantes das línguas negro-africanas passaram

a falar o português arcaico como segunda língua, em vez de haver um choque, como, por exemplo, o surgimento de um crioulo, houve uma acomodação, devido às coincidências com as estruturas linguísticas negro-africanas, sobretudo com as línguas banto, faladas em Angola e no Congo. Castro assim expõe:

> Sem esquecer da parcela de contribuição das línguas ameríndias brasileiras, geograficamente mais localizada e menos extensa, não há, portanto, como negar a dimensão e amplitude da interpenetração de línguas e culturas negro-africanas com a língua portuguesa na formação do português do Brasil e o desempenho dos seus falantes como os principais agentes transformadores e difusores da sua modalidade em território brasileiro sob o regime colonial e escravista. (*ibidem*, p. 6)

A capoeira serve muito bem como uma resposta à pergunta pontual de Castro no início de seu texto (CASTRO, p. 3): "onde ficou a memória recordação dessas vozes, uma vez que nenhuma língua africana é mais falada como língua plena no Brasil?" Historicamente falando, a capoeira participou de forma ativa da constituição de nosso português através das vozes que ressoaram e ainda ressoam nos cânticos entoados. Uma longa história de trocas culturais que imprime a esse patrimônio cultural relevância essencial para essa difusão.

Mia Couto, no documentário *Língua: vidas em português,* ao tratar do dinamismo e da vivacidade da língua portuguesa, aponta que o Brasil, por sua condição histórica, como irmão mais velho, teve um papel essencial na coloração do português ao incorporar outros mecanismos de cultura "que tornam o português hoje realmente uma língua que aceita muito, que é capaz de introduzir tonalidades, variações, que enriquecem muito a língua portuguesa, não só do ponto de vista linguístico, mas o quanto ela pode traduzir culturas" (2003, min. 4:21-6:29).

A capoeira exemplifica bem a coloração e dinamismo do português brasileiro porque no seu processo de difusão constrói espaços de lusofonia nos quais a língua experimenta o contato com a diversidade de outras culturas. A natureza polifônica e multifacetada do jogo e da cultura da capoeira tem, sem dúvida, papel essencial na facilidade de difusão dessa arte, pois aproxima, cria e ressignifica espaços de interculturalidade. Ela não se restringe a ser uma arte marcial, não se trata de mera técnica de ataque e defesa, mas de um jogo, no sentido mais dinâmico dessa palavra, de acordo com Johan Huizinga (2014), no sentido de trazer prazer, alegria, entrega do corpo de forma autêntica, espontânea e contagiante.

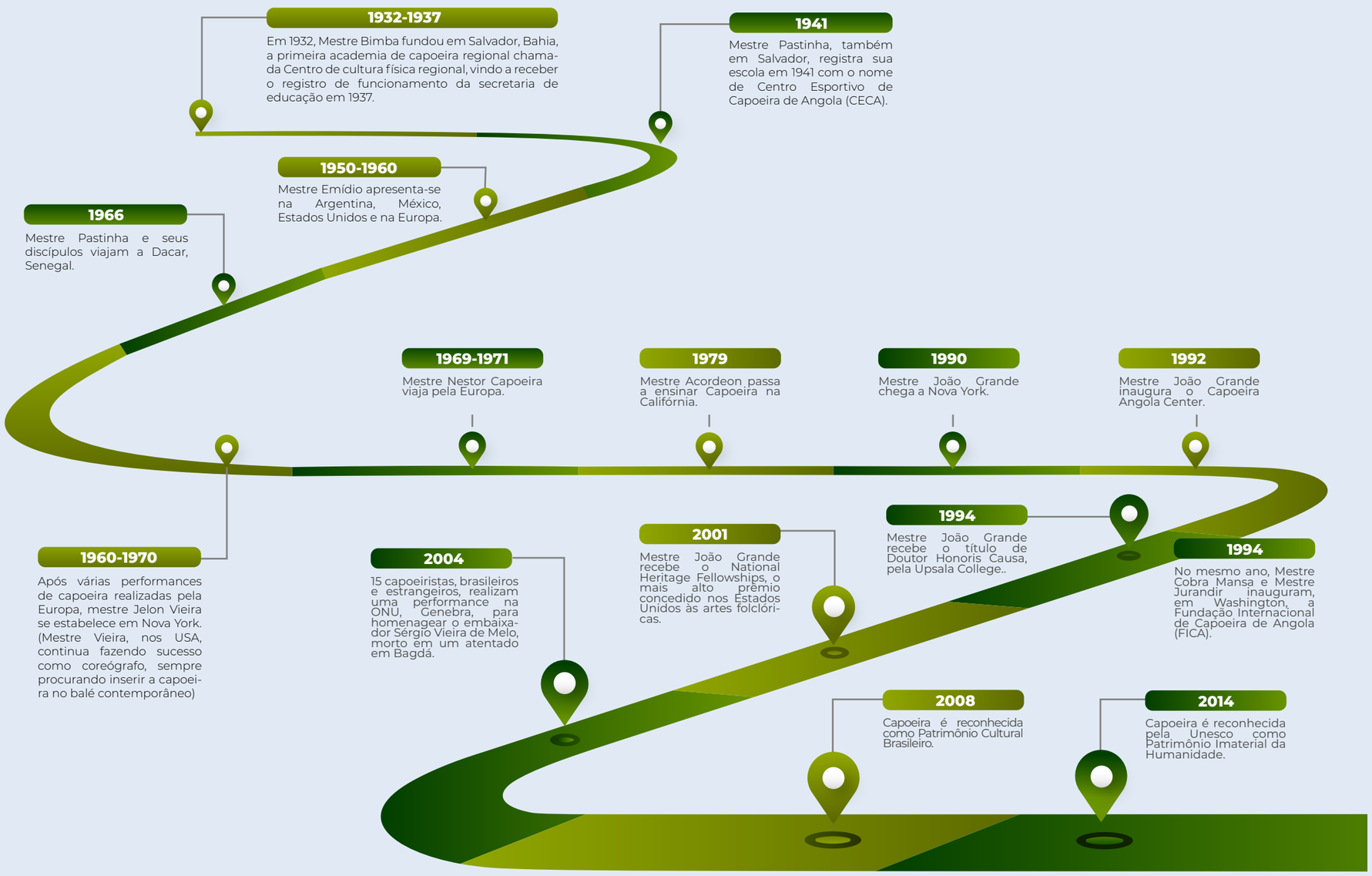
A capoeira, assim, logo contagiaria internacionalmente outros povos e culturas. Em 1950, começa-se uma abertura do mercado internacional quanto a sua promoção e difusão. Essa internacionalização foi muito influenciada, pode-se dizer, por dois fatores: pela organização sistematizada das escolas e associações de capoeira e pelo interesse de pesquisadores internacionais que se encantaram por essa arte como, por exemplo, Pierre Verger, Marcel Gautherot, Roger Bastide e Carybé. Verger realizou várias exposições mundo afora com fotos em preto e banco de capoeiristas jogando nas ruas de Salvador, principalmente. Seguindo esse mesmo caminho, Gautherot, comissionado pelo Ministério das Relações exteriores, realizou uma

série de fotos do folclore brasileiro, inclusive das rodas de Mestre Pastinha, em particular. Já Carybé, eternizou em suas telas o bailar performático dos movimentos da capoeira, chegando a ilustrar os livros de Gabriel Garcia Márquez e Jorge Amado.

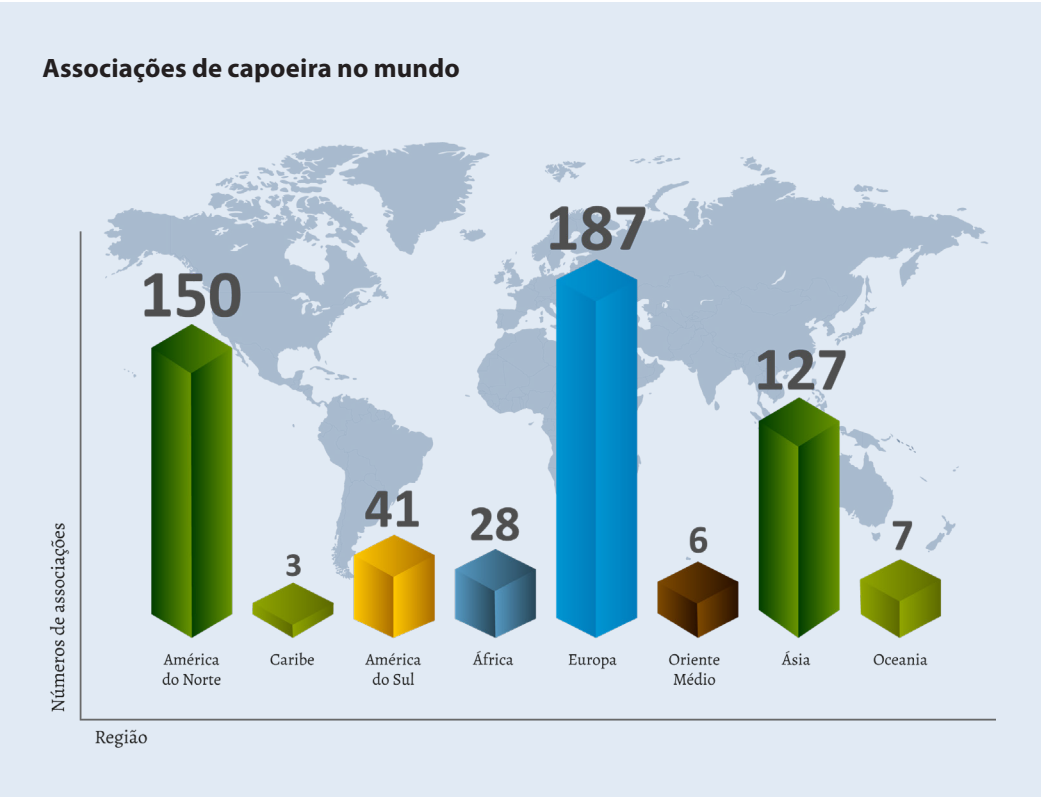
Infelizmente, naquele momento, os Mestres Pastinha e Bimba, os maiores nomes da história da capoeira, não usufruíram dessa internacionalização. Pastinha, no entanto, participou, com seus discípulos, em 1966, do 1o Festival Mundial de Artes Negras, realizado em Dacar, Senegal, que contou, na delegação brasileira enviada pelo Ministério das Relações Exteriores, com a participação de uma equipe de capoeiristas. O então embaixador do Brasil em Senegal, Frederico de Chermont Lisboa, em seu relatório, destacou que o evento "apesar de demasiado ambicioso, e da enorme complexidade em reunir manifestações que deveriam compô-lo, constituiu-se um grande sucesso" (LISBOA, 1966).

A internacionalização da capoeira, portanto, foi uma iniciativa que teve a participação de mestres de reconhecida importância para a história dessa arte. Foram eles os precursores de sua difusão mundo afora. Os que permaneceram em terras brasileiras, como o Mestre Pastinha, Mestre Bimba, Mestre João Pequeno, Mestre Curió, Mestre Moraes, dentre tantos outros nomes, formaram centenas de capoeiristas que ganharam o mundo. O que se esquece muitas vezes de pontuar é que a capoeira, nesse processo de difusão internacional, ainda que de maneira informal, passou também a promover o português brasileiro no exterior, pois é uma arte que tem essa língua como instrumento

Linha do tempo da internacionalização da capoeira



Fonte: IPHAN. *Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira* (2014)



de expressão. Na capoeira, o uso do idioma português é mais do que aprender uma cultura de ilustração, significa aprender a estar *socialmente* em português, trata-se de modos de ser e de viver a língua, no seu *gingado,* língua viva.

Bruno Amaral Andrade, pesquisador e praticante da capoeira de angola, no seu texto *Configurações lusófonas*, refere que, nesse processo de internacionalização, a capoeira cria e produz espaços de lusofonia mediados pela língua portuguesa. Interrogar sobre esses espaços, segundo ele, "significa tanto analisar a peculiaridade da presença da língua portuguesa no seu âmbito interno, como interrogar sobre as memórias culturais e as performances enunciativas trazidas à tona quando da sua propagação" (2012, p. 152-153). Nesse sentido, os aspectos que orientam os praticantes estrangeiros quanto à aprendizagem do idioma português estão, quase sempre, orientados pela necessidade de interação com os sentidos expressos no jogo, seja dentro ou fora da roda. Na Índia, o trabalho do leitorado brasileiro de Nova Delhi com o *Centre for Capoeira India* revelou alguns objetivos pontuais que orientam esse público:

- Aprender o português não apenas para pronunciar adequadamente os cânticos, mas entender os aspectos linguístico-culturais presentes nas letras;
- Comunicar-se diretamente com mestres brasileiros em português;
- Aprofundar o uso do português coloquial, de uso cotidiano, e de expressões de uso popular e
- Estudar aspectos históricos da capoeira.

O aprendizado do português, nesse sentido, está relacionado ao entendimento de língua como fenômeno social e simbólico da realidade que nos cerca. Os praticantes percebem que, mais do que um conjunto de sistema de normas e regras, a língua na capoeira envolve códigos sociais e culturais, inscritos em processos históricos mais amplos que não podem ser negligenciados. A língua na capoeira é cheia de matizes que cercam as instâncias entre uso e interação e orientam as formas de ser e estar no mundo em português.

Em conversa realizada com o grupo de praticantes de Nova Delhi sobre o que os motiva a aprender a língua portuguesa, eles informam:

> A capoeira me permitiu conhecer novas dimensões da vida, da cultura e os valores humanos, modos diferentes de viver a vida. Na capoeira aprender uma língua estrangeira é como ter outra alma e a língua pode ser aprendida facilmente através da cultura. É uma maravilhosa experiência aprender essa língua com os falantes brasileiros na roda de capoeira (Professor de capoeira e estudante de português – *Centre for Capoeira India*).

> Eu entendo que capoeira é um modo de vida para mim. Quando eu comecei a praticar capoeira, tudo mudou, a forma de eu interagir com as pessoas, a forma de viver e entender o mundo. Com o português também posso interagir mais na roda, posso tocar o berimbau gunga e cantar as músicas, posso assumir mais responsabilidades como monitor. Quando fui ao Brasil pela primeira vez, foi possível interagir com os mestres e aprender muita coisa com eles na língua deles (Monitor de capoeira e estudante de português – *Centre for Capoeira India*).

> Eu, como mulher indiana e praticante de capoeira, me sinto essencial para a roda, para nossas atividades. Eu toco o berimbau, toco o pandeiro, toco o atabaque. Eu gosto de trazer alegria para a roda. E as aulas de português me ensinam, por exemplo, que ter *gingado* não é apenas ir de um lado para o outro, é ter *gingado* para a vida (Praticante de capoeira do *Centre for Capoeira India*).

Os praticantes de capoeira, portanto, à medida que vão assumindo tarefas e responsabilidades na roda, entendem a importância do aprendizado do português. Eles sabem que o uso dessa língua possibilita uma participação mais completa e efetiva na roda, como por exemplo, entoar os cânticos, improvisar chulas, orientar os movimentos, contagiar de alegria, enfim, não se trata apenas de um jogo de ataque e defesa, como mencionado anteriormente, mas de algo que envolve o gestual e o oral de forma participativa e interativa, nas rodas, nas academias, nas ruas, nas relações de sociabilidade entre mestres e aprendizes.

O (re)conhecimento da capoeira como um espaço que contribuiu, e continua a contribuir, de forma efetiva para a constituição do português brasileiro, e também para sua difusão internacional, constitui uma virada epistemológica que acrescenta muito a nossa produção de saberes. O primeiro desses saberes é perceber como a bagagem cultural submergida do inconsciente iconográfico dos negro-africanos

se fez perceptível na língua, na cultura, na música, na dança, nos modos de ser e de ver o mundo. Sobre esse assunto, os trabalhos de Leda Martins (2003) e Muniz Sodré (2017) explicam como a perspectiva de um modo negro-africano de pensar, criar, agir, contribui para uma forma outra de entender as experiências com a aprendizagem, com a língua, com o corpo. Martins destaca:

> Minha hipótese é a de que o corpo em performance é, não apenas, expressão ou representação de uma ação, que nos remete simbolicamente a um sentido, mas principalmente local de inscrição de conhecimento, conhecimento este que se grafa no gesto, no movimento, na coreografia; nos solfejos da vocalidade [...] o que no corpo se repete não se repete apenas como hábito, mas como técnica e procedimento de inscrição, recriação, metafísico, científico, tecnológico, etc. (p. 66)

A elaboração da *Proposta curricular para o ensino de português para praticantes de capoeira* (2020), pelo Ministério das Relações exteriores, oferece um referencial para atender à demanda crescente de um público interessado a aprender a língua portuguesa através da capoeira. As unidades, reforça-se, foram organizadas de forma a ter os elementos culturais que cercam o universo da capoeira como força motriz para a elaboração das aulas. Para tanto, a relação entre língua-cultura é entendida como instância fundamental para o desenvolvimento de um processo intercultural de ensino/aprendizagem. Por essa razão, o material apresenta um foco nos aspectos coloquiais da língua portuguesa, como por exemplo: gírias (cambar, tungar, trastejar etc), expressões de uso popular (quebra gereba, corpo fechado etc), reduções verbais e nominais (tô, sô, vô, siá, iaiá, etc), o uso de onomatopeias (chuá chuá, zum zum etc), verbos que descrevem movimentos do corpo (jogar, temperar, brincar, enganar, gingar, bagunhar etc). Quanto aos aspectos históricos, a proposta busca enfatizar o estudo de biografias de mestres como Pastinha, Bimba, João Grande, João Pequeno, dentre outros. A elaboração de trabalhos como estes, reforçam o quanto muitas manifestações, a exemplo da capoeira, têm muito a nos ensinar.

Os saberes que a capoeira enseja no seu espaço-corpo contribuem significativamente para o entendimento de como lidar com os espaços de ensino de língua portuguesa, sobretudo com o português brasileiro. Como aponta José Henrique Santos:

> O (re)conhecimento de uma epistemologia negra na produção de saberes do/no país é colocado para nós (afro)brasileirxs como desafio principal ao nosso próprio devir: "o nós" ou "os nós", neste caso, dizem respeito ao pronome pessoal, mas também, ao mesmo tempo, às nossas redes urdidas historicamente através do Oceano Atlântico (2018, p. 162).

Por isso é tão importante, como recomenda o IPHAN, no dossiê *A roda de capoeira e o ofício dos mestres* (2014, p. 121-123), o reconhecimento de notório saber do Mestre de capoeira e do estabelecimento de programa de incentivo à capoeira no mundo.

É sempre oportuno recordar a citação do Mestre Pastinha que assim definiu a capoeira: "capoeira é muito mais do que luta, capoeira é ritmo, é música, é

malandragem, é poesia, é um jogo, é religião. [...] A capoeira é tudo que a boca come" (*A vida de Mestre Pastinha: rei da capoeira*, 2019, min. 21:57). Esse aforismo tornou-se um ensinamento base para a filosofia da capoeira, sendo repetido por vários de seus alunos, como Mestre João Grande e Mestre João Pequeno, e foi passando de geração a geração. Expressa, sobretudo, a diversidade performática e antropofágica dessa arte. Lembrar de ensinamentos como esse, no século XXI, quando se fala tanto em internacionalização da língua, é reconhecer a força de uma manifestação cultural que, sobretudo, difunde uma língua que tem as cores do Brasil.

Referências

ANDRADE, Bruno Amaral. Configurações lusófonas: uma peculiar lusofonia a partir da internacionalização da capoeira, do seu conteúdo cultural e da especificidade do uso da língua portuguesa. *Revista Angolana de Sociologia* [*On-line*], n. 10, 2012, 20 nov. 2013. Disponível em: <http:// journals.openedition.org/ras/282>. Acesso em: 25 maio 2019.

A VIDA de Mestre Pastinha*:* rei da capoeira. Direção de Carolina Canguçu. Bahia: TV Bahia. 2019. 60 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aiufa8mh9fs&t=1013s>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

BRASIL, IPHAN. *Cantos, toques e a dinâmica das rodas.* [s.d]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/789/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. *Roda de capoeira*. Dossiê UNESCO. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ Roda%20de%20Capoeira%20-%20Patrim%C3%B4nio%20Mundial%20 Imaterial%20-%20Brasil%202014.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

_____. *Roda de capoeira e ofício dos mestres de capoeira*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dossiê 12. Brasília/DF: Iphan, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Proposta curricular para o ensino de português para praticantes de capoeira.* Brasília: FUNAG, 2020.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português do brasil: o legado negroafricano nas américas. *Africanias.com*, n. 6. 2014. Disponível em: <http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_6_2014/yeda_pessoa_de_castro_n_6.pdf>. Acesso em: 4 de agosto de 2020.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens* (1938). 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LÍNGUA: Vidas em português. Direção de Victor Lopes. Brasil-Portugal, Costa do Castelo Filmes, 2003. 1 DVD (105 min).

LISBOA, Frederico Chermont. *Participação do Brasil no 1o Festival Mundial de Artes Negras*. Dacar, 28 de abril de 1966. Arquivo Histórico do Itamaraty – Divisão Cultural do Itamaraty (DCI), Brasília/DF.

MARTINS, Leda. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. *Letras (Santa Maria)*, v. 25, p. 55-71, 2003.

MENDES, Edleise. A ideia de cultura e sua atualidade para o ensino-aprendizagem de LE/l2. *Entre Línguas*, v. 1, n. 2, p. 203-221, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/8060/5489>. Acesso em: 6 dez. 2020.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. Brasília: FUNAG, 2012.

OLIVEIRA, Gilvan muller de. *Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. Trab. linguist. apl.* [online]. 2013, v.52, n.2, p.409-433. ISSN 2175-764X. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>. Aceso em 12 dez. 2020.

SANTOS, José Henrique de Freitas. Yorubantu: Por uma epistemologia negra no campo dos estudos literários no Brasil. *Vertentes & Interfaces I: Literários e Comparados*, v. 10, n.2, p. 161-172.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

UNESCO. Capoeira Nomination file no. 00892 for Inscription on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity in 2014. *Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*. France, Paris, 2014. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/Decisions/9.COM/10.8>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Centros Culturais Brasileiros

O CEB ascendeu da condição de instituição para a de um corpo vivo, lugar onde a cultura acontece e duas comunidades irmãs fecundam laços que a história foi tecendo.

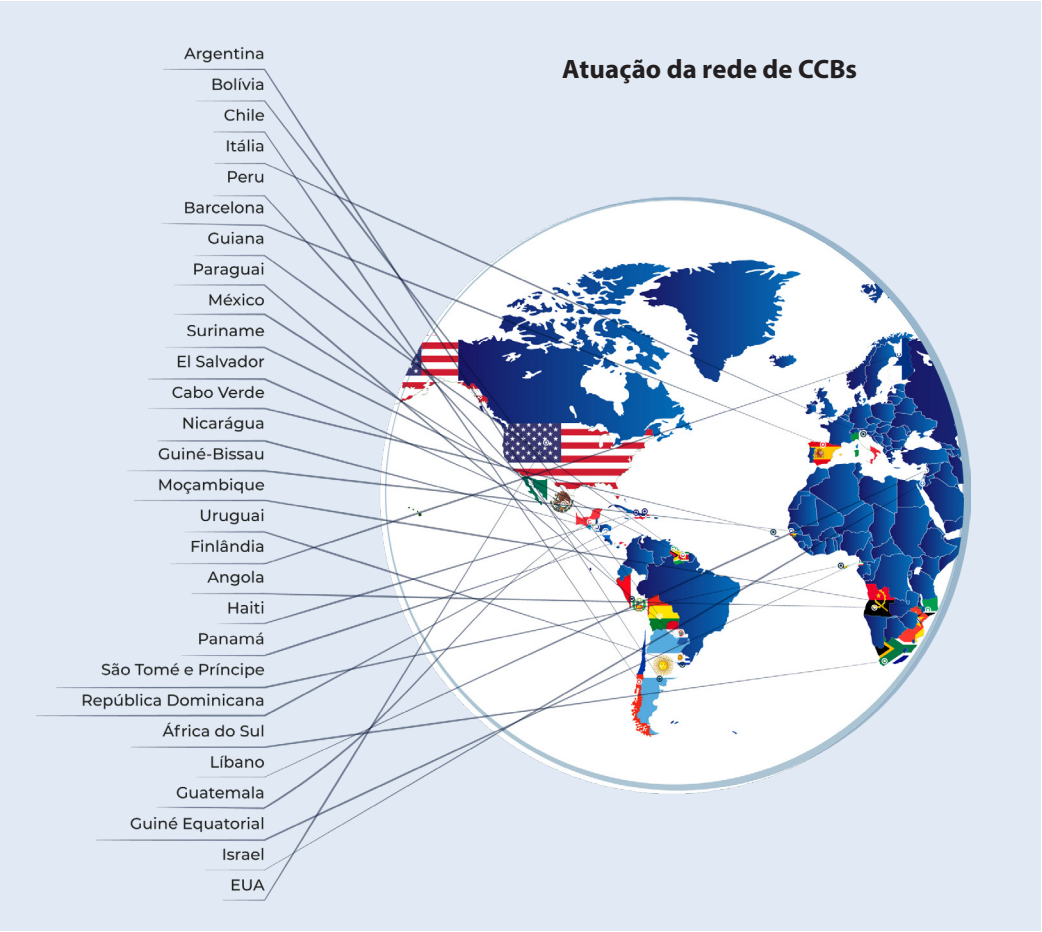
Mia Couto, em carta dirigida ao primeiro Diretor do CEB em Moçambique, Professor José Antonio Carlos David Chagas, em 1991, por ocasião do segundo aniversário Centro Cultural (MRE, 2016, p. 163).

O Centro Cultural Brasileiro (CCB) constitui a unidade de maior expressão na rede de ensino de português do Ministério das Relações Exteriores. Trata-se de polo de ensino da língua portuguesa e de difusão da cultura brasileira que dispõe de uma sede e de um corpo de funcionários, subordinado ao Setor Cultural de uma embaixada ou consulado. Atualmente, os 24 centros em atividade distribuem-se em quatro continentes: África (6), América (13), Europa (3) e Oriente Médio (2).

A rede conta também com unidades de ensino menores, os Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs), em que um professor se encarrega de cursos de português à comunidade local. A estrutura mais versátil e concisa dos Núcleos permite à diplomacia cultural brasileira responder rapidamente a uma demanda estratégica de ampliação da promoção da língua portuguesa. Atualmente, cinco NEBs operam em quatro países: Guiné Equatorial (Malabo), Guatemala (Cidade da Guatemala), Estados Unidos (Nova York) e Uruguai (Artigas e Rio Branco).

A origem dos CCBs remonta à década de 1930, em consonância com uma crescente preocupação com aquilo que futuramente viria a ser designado *diplomacia pública* pelas principais chancelarias mundo afora. No Brasil, a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas veio acompanhada do anseio de projeção de uma imagem positiva do país no exterior, sobretudo no contexto americano. São frutos dessa preocupação tanto a criação do Departamento Cultural do Itamaraty (1938) quanto a organização das primeiras missões culturais brasileiras ao exterior. A institucionalização dessas missões dará origem aos primeiros institutos culturais bilaterais. Na década

de 1950, novamente sob a égide de Vargas, decidiu-se fortalecer alguns desses institutos, que passariam a ser conhecidos como Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), denominação que vigeu da década de 1950 até 2008, quando passariam a adotar a atual denominação – Centro Culturais Brasileiros (CCBs).

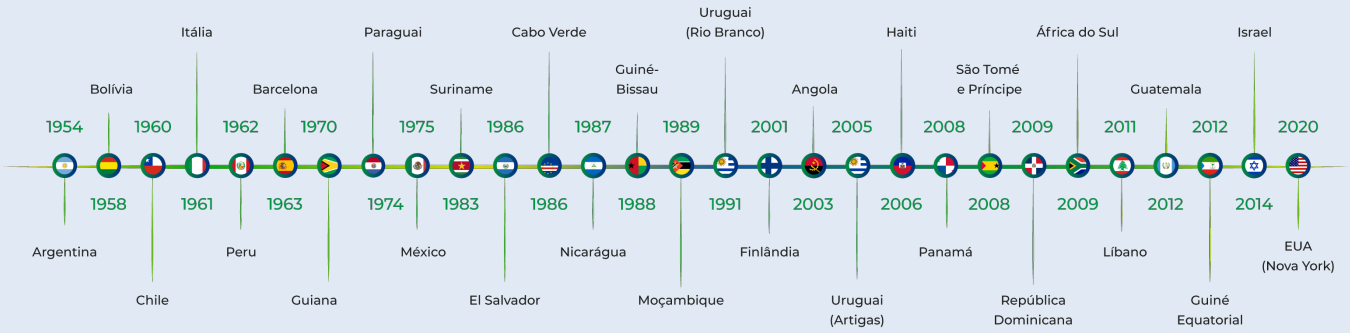


Em linhas gerais, é possível notar que a criação de centros culturais mantém relação com as estratégias de política externa do país. Há forte ênfase na abertura de centros na América do Sul nas décadas de 1950 e 1960, momento em que o Brasil buscava "contrabalançar a poderosa influência da cultura argentina" na região, conforme apontado pela diplomata brasileira encarregada da Divisão de Cooperação Internacional à época, ao aduzir a necessidade de abertura de um centro cultural na Bolívia (MRE, 1956. AHI. 135.5.6,) A partir de meados da década de 1980, em paralelo à participação do Brasil no Grupo de Apoio a Contadora, voltado para a estabilização política da América Central, foram abertos os primeiros centros culturais na região, em El Salvador (1986) e Nicarágua (1987). Ainda na década de 1980, a abertura dos primeiros Centros Culturais na África, em Cabo Verde (1986), Guiné-Bissau (1988) e Moçambique (1989) ecoam a proposta brasileira da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) e o renovado interesse da jovem república brasileira pela lusofonia, refletida na 1ª Conferência dos Países Lusófonos,

em São Luis do Maranhão. Na década de 1990, a projeção da economia brasileira na América Central levaria a uma segunda onda de abertura de CCBs na região. Do mesmo modo, a crescente presença da África do Sul em foros de concentração relevantes para o Brasil, como o BRICS e o IBAS, terá influenciado a decisão de abertura de um CCB em Pretória (2009). Na década seguinte, acompanhando o crescente interesse do país nas questões do Oriente Médio, a rede integraria centros culturais no Líbano (2011) e em Israel (2014). Visando a estabelecer uma estratégia de atuação colaborativa para a projeção do idioma em espaços de grande reverberação, foi aberto recentemente o núcleo de Nova York (2020).

O esforço brasileiro na abertura e manutenção da rede foi particularmente relevante em contextos onde se verificava escassa ou nula oferta de ensino do idioma. Em diversos países, os Centros Culturais Brasileiros foram a primeira escola de português criada, como na Guiana (1970) e no Suriname (1983). Em outros, como Argentina, Líbano e Peru, os CCBs permanecem como as maiores instituições de ensino de português, com centenas de alunos matriculados semestralmente. Em alguns casos, após um período seminal de atuação sob a égide do Estado brasileiro, os centros foram desvinculados do governo para estruturar importantes instituições locais privadas de ensino de português, como o pioneiro Instituto Cultural Uruguai-Brasil.

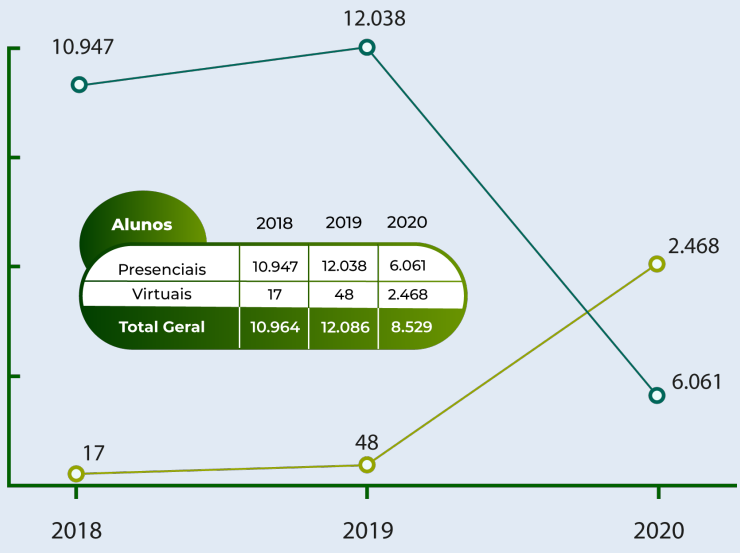
Data de fundação de cada CCB/NEB



O número de alunos atendidos pela rede conta-se aos milhares. Em 2019, 12.086 estudantes passaram pelos cursos dos Centros Culturais. Em 2020, a pandemia da COVID-19 trouxe dois impactos importantes na rede. Por um lado, ocasionou um decréscimo de quase 25% no número de alunos matriculados. Por outro, precipitou uma rápida migração dos estudantes para ambiente virtual. Se nos anos anteriores apenas se iniciavam experiências pontuais por meio de cursos à distância, em 2020 os CCBs rapidamente se adaptaram à nova realidade, passando a contar com quase 70% de seu público em ambiente virtual. Será interessante notar, após a pandemia, seus impactos sobre a quantidade e o perfil do público dos CCBs. As primeiras tendências parecem apontar para um crescimento do número agregado de alunos atendidos, mantendo-se em boa medida os números de estudantes presenciais pré-pandemia somados a um contingente expressivo de estudantes em ambiente virtual.

Atualmente, a rede conta com 123 professores e 89 funcionários administrativos. A grande maioria dos professores (83%) são brasileiros, dos quais metade conta com formação específica em licenciatura em português. Entraves legais e a baixa oferta de professores de português como língua estrangeira no exterior são desafios para o aumento da taxa de professores proveniente do campo do ensino de português. Para suprir essa carência, o Itamaraty investe fortemente na capacitação de seus docentes, por meio de cursos teóricos e oficinas temáticas. No âmbito do Programa de Formação Intensiva e Continuada (PROFIC) já foram realizadas dezenas de cursos de formação nos últimos anos, presenciais e virtuais. Mais recentemente, foi estabelecida parceria entre o Departamento Cultural e Educacional do MRE com o núcleo gestor do programa Idioma sem Fronteiras, com vistas a permitir que os professores da rede CCB possam ter acesso aos cursos de especialização ofertados de maneira colaborativa pelas universidades brasileiras pertencentes à Rede Andifes/ISF.

Número de alunos da rede



Alunos	2018	2019	2020
Presenciais	10.947	12.038	6.061
Virtuais	17	48	2.468
Total Geral	10.964	12.086	8.529

Algumas personalidades de relevo da cultura brasileira tiveram a oportunidade de dirigir alguns CCBs. É o caso, por exemplo, da romancista Maria Julieta Drummond de Andrade, filha do poeta Carlos Drummond de Andrade, que foi Diretora do Centro Cultural em Buenos Aires entre 1976 e 1983. Maria Julieta foi por décadas promotora da cultura brasileira e responsável, entre tantas outras atividades, pela doação de parte da biblioteca de seu pai ao Centro. No Paraguai, o artista plástico Lívio Abramo, que havia dirigido a Missão Cultural Brasileira naquele país, assumiria a direção do Centro em 1974. Outro exemplo é o do poeta Thiago de Mello, que dirigiu o Centro de Estudos Brasileiros no Chile por duas

ocasiões, em 1960 e 1993. Atualmente, o perfil dos diretores de CCBs é muito mais o de gestor educacional e cultural, em vista da atualização e profissionalização do modelo de difusão da diplomacia cultural brasileira.

Embora todos os centros compartilhem o objetivo precípuo de difundir a língua portuguesa, cada unidade tem diferentes propósitos para esse escopo. Diferentemente de uma escola de idiomas, um CCB é uma unidade vinculada a uma missão diplomática brasileira. Por esse motivo, o ensino da variante brasileira do português não constitui um fim em si mesmo, mas um meio operativo de que dispõe a diplomacia cultural brasileira para alcançar diferentes objetivos de sua política externa. As variadas motivações para o ensino de português em diferentes países pressupõem, dessa forma, diferentes estratégias de atuação. Em países de língua oficial portuguesa, por exemplo, o ensino da variante brasileira contribui para estabelecer trocas e diálogos interculturais com as variantes locais, fortalecendo o caráter pluricêntrico do idioma, agregando-lhe com isso valor cultural e econômico. Em alguns países da América do Sul, trata-se de um suporte para a mobilidade acadêmica e de integração transfronteiriça. Já em CCBs na Europa, o ensino do idioma serve, entre outras possibilidades, como vetor de promoção da sofisticação da economia criativa brasileira.

Como instrumento de projeção da língua portuguesa pelo Brasil no exterior, os CCBs também podem atuar indiretamente no campo do ensino da língua portuguesa nos países anfitriões, quase como reguladores do mercado. Além de contribuirem para elevar o patamar da qualidade do ensino, pelo grau de excelência de sua prática docente, podem também ajudar a democratizar o acesso ao ensino por meio de tarifas mais acessíveis Nessa perspectiva, a relação com outros centros de idioma locais não é competitiva, mas colaborativa, já que importa ao governo brasileiro fomentar a oferta de ensino de português no exterior. Desse modo, nota-se que muitos CCBs buscam estabelecer contatos com instituições congêneres para a troca de informações sobre boas práticas e avaliações sobre uso de materiais pedagógicos. O encontro de professores de português realizado anualmente pelo CCB-Peru é exemplo bem-sucedido dessa relação colaborativa.

A atuação dos CCBs é parametrizada pelas Diretrizes para a Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior, apresentadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 2019 (ZÉTOLA, 2019). Trata-se de documento normativo elaborado com o objetivo de estabelecer parâmetros e princípios de atuação para iniciativas de promoção da língua portuguesa. Esse exercício decorre do fato que a rede de CCBs foi-se constituindo de maneira pouco articulada ao longo das décadas, havendo escasso diálogo e interrelação entre as unidades. Se, por um lado, essa autonomia propiciou boa adaptação de cada unidade da rede ao contexto em que atua, por outro lado, diluiu a identificação de cada unidade com uma estrutura maior, gerando embaraços para estratégias mais amplas de difusão do português no exterior. Embora a necessidade do "reaparelhamento dos Centros e Institutos, assim como a unificação dos métodos e objetivos de ensino, para oferecer uma visão geral dos principais planos de nossa cultura, orientada por certas diretivas básicas" já houvesse sido identificada na década de 1960 por Guimarães Rosa, Celso Cunha

e outros integrantes de uma comissão formada para atualizar os serviços culturais brasileiros (MRE, 1967, p. 62), apenas recentemente foram dadas as condições para a sistematização dessas diretrizes.

A partir das Diretrizes desdobram-se Propostas Curriculares que orientam a atuação pedagógica de cada CCBs. A coleção contempla quatro propostas para o ensino da língua para diferentes contextos linguísticos: países de língua oficial espanhola, países de língua oficial portuguesa, países de língua oficial medianamente distantes e países de língua oficial mais distantes. Há também propostas para contextos específicos, como: língua de herança; o ensino de português para praticantes de capoeira; e o ensino de português em ambiente virtual e de literatura infanto-juvenil. O desenvolvimento de cada proposta é feito por especialistas reputados em seus campos de atuação, a partir de orientações fornecidas pelo Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty.

A partir das orientações de cada Proposta Curricular são desenvolvidas unidades didáticas pela equipe de professores dos CCBs, de modo a constituir-se um repositório de materiais didáticos colaborativos para uso da rede. Orientado por acadêmicos responsáveis pelas propostas curriculares, mas redigidos a partir da experiência de mais de oito décadas em sala de aula da rede de ensino do Itamaraty, o projeto de elaboração de material didático colaborativo consegue superar o não prosaico desafio de combinar harmonicamente teoria e prática pedagógica.

O avançado estágio de desenvolvimento dessas unidades didáticas aponta para dois desdobramentos no horizonte próximo. O primeiro é a virtualização do ensino de português, projeto acelerado no contexto da pandemia do COVID-19. A iniciativa contará com cursos tutoriados, auto-instrucionais e de ensino à distância, privilegiando plataforma usada com sucesso em projeto piloto do Centro Cultural Brasil-Finlândia. O segundo é a constituição de uma certificação comum à rede. Sem a pretensão de substituir o Celpe-Bras, o projeto busca construir parâmetros de equivalência avaliativa dos alunos da rede CCB, de modo a permitir melhor controle da formação desses estudantes. Ademais, a emissão de certificado comum permitirá sua franca utilização em diversos contextos acadêmicos e laborais dos estudantes da rede.

Em decorrência de sua missão precípua de ensinar português e divulgar a realidade brasileira expressa em língua portuguesa, os CCBs desenvolvem também atividades de difusão cultural, como exposições, concertos, seminários e palestras. Constituem, desse modo, o principal polo de irradiação cultural para as representações diplomáticas que dispõem dessa unidade adstrita ao seu Setor Cultural. Atualmente, orienta-se os CCBs para que desempenhem o papel sobretudo de articulador de estratégia de difusão cultural, mais do que o de produtor direto de atividades pontuais. Recomenda-se privilegiar a interação e parcerias com instituições locais e com setores da economia criativa brasileira, buscando, sempre que possível, interlocutores no meio local que possam agir como multiplicadores ou facilitadores. Ressalta-se, ainda, que devem priorizar as áreas de maior relevância e demanda local, cuidando, porém, para que esse exercício não redunde na apresentação de manifestações culturais brasileiras consolidadas e já conhecidas do público local.

Assim como na vertente pedagógica, o projeto de modernização da área cultural prevê a digitalização das atividades desenvolvidas pelos centros, bem como a capacitação das equipes para o trabalho em ambientes virtuais. Em relação a essa estratégia, elegeu-se as bibliotecas dos CCBs como base para a realização de atividades culturais em ambiente virtual, sobretudo em função da riqueza de alguns de seus acervos. A relativa facilidade e o baixo custo envolvidos na elaboração de atividades culturais virtuais a partir de acervos já constituídos parecem indicar ser esse um ponto de partida adequado em direção a projetos virtuais de maior escopo. A plataforma Tainacan, desenvolvida pela Universidade de Brasilia, de amplo uso por instituições culturais brasileiras, foi escolhida para gerenciar esse vasto repertório de atividades culturais.

Em diversos países, os Centros Culturais mantêm importantes bibliotecas em língua portuguesa, como na Nicarágua (3,8 mil títulos), Paraguai (8 mil títulos), Itália (9 mil títulos), Chile (10 mil títulos), México (14 mil títulos) e Argentina (16 mil títulos). Ao todo, as 29 unidades dispõem de mais de 100 mil exemplares de publicações literárias, técnicas e científicas de interesse brasileiro, sendo a grande maioria em língua portuguesa. Iniciativas de modernização da rede de CCBs incluem a renovação dos acervos, capacitação dos bibliotecários, digitalização e integração das bases de dados, constituição de ludotecas e elaboração de um manual de gestão das bibliotecas dos CCBs. Elemento pivotal para a dinamização das bibliotecas foi a publicação de proposta curricular para o uso de literatura pela rede de CCBs, que possibilitou não apenas diretrizes para os professores usarem a literatura em seus cursos de português, como também indicou possibilidades de uso das bibliotecas como verdadeiros vetores de difusão cultural (MRE, 2020a).

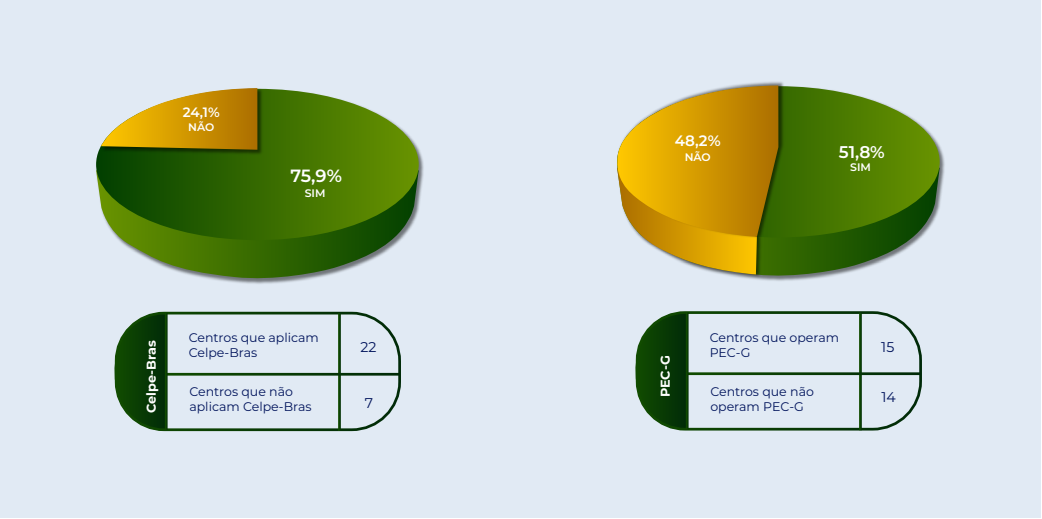
Em alguns CCBs, nota-se uma consistente trajetória editorial, que se desdobra em duas grandes áreas. A primeira é a da tradução de obras literárias, visando a suprir lacunas do mercado editorial local. É nessa vertente que se enquadram as séries de poesia bilíngue editadas pelos CCBs em Lima e Santiago, com forte impacto nos meios intelectuais locais. A segunda vertente é a de produções próprias dos CCBs, como, por exemplo, a série "Cadernos Brasileiros", editada por Thiago de Mello no Chile sob o lema "*Por la integración de la cultura latinoamericana*", ou a coleção de livretos de mediação literária para público infanto-juvenil "Passaporte Literário", produzida pelos professores do Centro Cultural Brasil-Cabo Verde e doada para todas as bibliotecas de escolas públicas do país.

Exercendo a função de janelas do Brasil no exterior, os CCBs, ao mesmo tempo em que permitem aos estrangeiros conhecer melhor a cultura e realidade brasileira, constituem também uma instituição do lugar em que estão sediados. Por conseguinte, trata-se de um espaço cultural a serviço da divulgação e da promoção da cultura não apenas do Brasil, mas também dos países anfitriões, conferindo uma dimensão concreta ao projeto de intercâmbio cultural. Em alguns lugares, rapidamente, ascenderam a uma posição de destaque na cena cultural local, sendo suas dependências requisitadas para atividades de grande repercussão. A esse respeito, é eloquente o relato da correspondente do *The New York Times* para África Oriental,

Jane Perlez, que em artigo de 24 de outubro de 1992, publicou suas impressões a respeito da concorrida agenda do Centro Cultural Brasil-Moçambique:

> *At a crowded, stylish art opening here guests could have been forgiven for thinking they were at a SoHo gallery in Manhattan in the go-go years. Patrons circulated around bold canvases and sophisticated sculptures in a split-level loft. […] "Every day, I have hundreds of people asking if they can use the center to show their art," Luiza Helena Bennett, the director of the Brazilian Center, said. "It's incredible, very impressive."* (PERLEZ, 1992, p. 4)

Além da difusão cultural, outro traço distintivo dos CCBs é a promoção da mobilidade acadêmica com o Brasil. Em muitos países, os centros culturais são os principais responsáveis pela divulgação e gestão dos Programas Estudante de Convênio de Graduação (PEC-G) e Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), por meio dos quais centenas de alunos de diferentes países têm acesso gratuito às melhores universidades brasileiras. Os CCBs situados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) são incumbidos, adicionalmente, da responsabilidade de aplicar localmente o exame da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab), constituindo-se vetores fundamentais para o êxito desse ambicioso projeto de integração acadêmica.



Os centros culturais têm sido instrumentais, também, para que estudantes estrangeiros possam obter o Celpe-Bras, único certificado de proficiência em língua portuguesa reconhecido pelo governo brasileiro. O exame permite a alunos estrangeiros beneficiar-se dos programas de mobilidade acadêmica brasileiros e pleitear cursar uma universidade pública brasileira. Por meio da rede de CCBs, o Itamaraty configura-se como o maior aplicador do exame Celpe-Bras. Os desafios e experiência observados pela rede de centros culturais serão, desse modo, subsídios valiosos para futura atualização do modelo de aplicação do exame Celpe-Bras. Em alguns contextos, especialmente onde o português é o idioma oficial mas não a língua franca, o Celpe-Bras também proporciona um efeito transformador no

ensino local do português. Professores registram que a abordagem interdisciplinar e o tipo de material utilizado no Celpe-Bras têm contribuído de forma significativa para a superação de dificuldades crônicas que os jovens costumam apresentar na relação de idiomas maternos com a língua portuguesa.

Favorece a atuação dos CCBs como vetores de projeção da imagem do Brasil no exterior o fato de que muitos estão abrigados em imóveis históricos e com alto nível de representação. Em alguns casos, os CCBs situam-se nos principais cartões postais da cidade, como o Palácio Pamphilj, em Roma, e a Casa Amátler, em Barcelona. Não raro estão hospedados em imóveis centenários, com estilos coloniais caribenhos bastante marcados como na Guiana, no Haiti e no Suriname. Na República Dominicana, o CCB funciona em casa que pertenceu ao poeta e político local Enrique Henriquez e na Bolívia na residência do ex-presidente Aniceto Arce. No caso do CCB na Guiné-Bissau, o projeto é de autoria de Elvin Dubugras, importante arquiteto brasileiro galardoado com o Prêmio Nacional de Arquitetura em 1987, concedido justamente por seu trabalho como consultor do Serviço de Arquitetura do Itamaraty. Reunindo valor estético, histórico e funcional, tais edifícios caracterizam-se por ser instrumentos eficazes de política externa e de promoção dos interesses do Brasil no exterior (LOEFLER, 2016).

Note-se, por conseguinte, que os CCBs atuam de maneira consistente nos quatro principais pilares que configuram a diplomacia cultural contemporânea – ensino do idioma, difusão cultural, cooperação educacional e patrimônio. Ademais dessas vertentes, e sem prescindir da tradição de ministrar aulas de português, os Centros Culturais têm encontrado novos segmentos em que sua atuação é oportuna. Com alguma frequência, nota-se que os centros culturais desenvolveram trabalho com impacto social imediato, como no ensino de português a integrantes da operação de paz da ONU que atuou, em Moçambique, entre 1992 e 1994. No momento em que o Brasil entrou na rota dos grandes eventos esportivos, o Centro Cultural na Finlândia passou a receber atletas daquele país, que iriam competir no Brasil. Na divisa entre o Brasil e o Uruguai, os Núcleos de Estudos Brasileiros contribuem para facilitar a convivência transfronteiriça, apoiando a formação de quadros bilíngues da burocracia local. Na sequência dos terremotos que afetaram El Salvador, em 2001, o CCBES organizou exposição e venda de quadros de pintores brasileiros e salvadorenhos, em prol das vítimas dos terremotos. Como serviço de utilidade pública para a comunidade brasileira em Georgetown, o CCBG oferece aulas de inglês para brasileiros em condições vulneráveis. Do mesmo modo, o CCB-Cabo Verde trabalha na alfabetização de jovens imigrantes da Guiné-Bissau, que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola em seu país de origem, e que, na chegada a Cabo Verde, costumam enfrentar dificuldades de inserção no já restrito mercado de trabalho local.

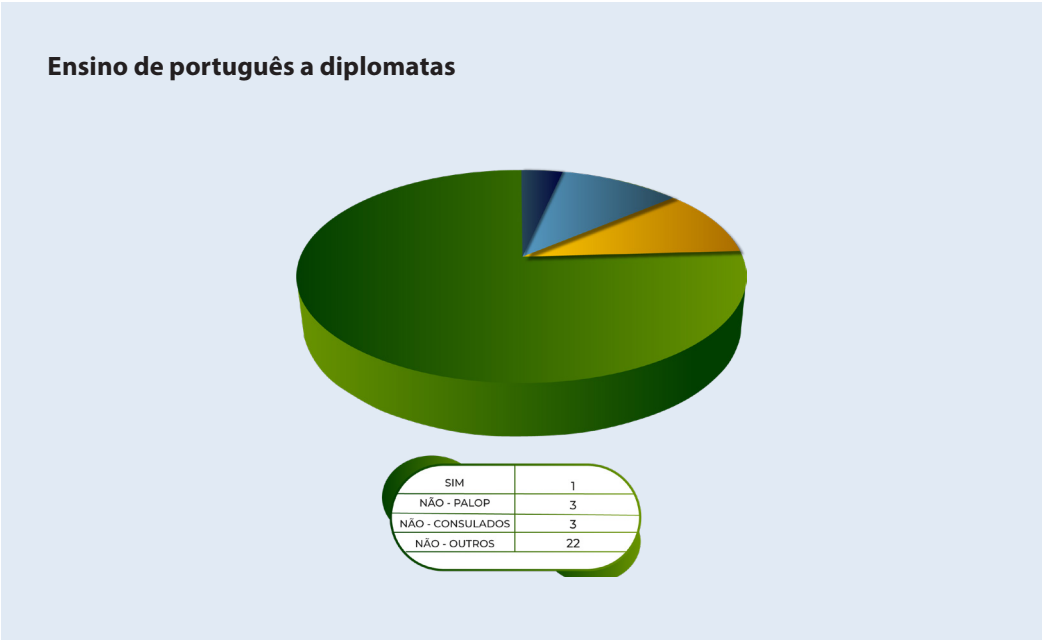
Em alguns casos, a atuação dos CCBs beira o heroísmo, como na Guiné-Bissau, onde o centro foi usado como local de refúgio por centenas de pessoas que fugiam dos horrores da guerra civil. Ao final do conflito, mesmo na situação de calamidade em que se viu mergulhado o país, o patrimônio brasileiro permaneceu resguardado e relativamente intacto, símbolo do respeito que ambos os lados da guerra tinham

para com o Brasil. O funcionário do centro Ozires Pinheiro assim relatou aquele dramático momento em que o Centro Cultural tornou-se *front* de batalha entre os contrincantes:

> A guerra foi aumentando de volume com as tropas de outros países no envolvimento e a Embaixada do Brasil, agora pela 2ª vez estava tomada por refugiados vindos de todos os lados, eram sempre as centenas; mulheres, crianças, jovens, velhos e quase toda a vizinhança. […] Este povo estava distribuído pela sala de máquina da piscina, na caixa d´água do CEB, na garagem da residência e no salão de conferências do CEB. […] Entretanto cai uma bomba na Embaixada, na parte do CEB, sorte a nossa, não explode, chamo agora o pessoal da Marinha para desativá-la e agradeço a Deus pois tinha mais ou menos umas 80 crianças conosco no momento em que caiu a bomba. Descrever um acontecimento já passado, tem-se a impressão que tudo é ou foi tão simples, quando na verdade houve uma drama[ti]cidade muito grande que não dá para descrever, com os vários aspectos sociais envolvidos, desde a alimentação, o dormir em meio aos estrondos de bombas e o metralhar de outra armas menores, às vezes longe, outras vezes tão perto, que parece mentira estarmos vivos. (EMBAIXADA DO BRASIL EM BISSAU, 1999)

Como instituições que gozam de alta credibilidade nos países anfitriões, os CCBs não raro são chamados a contrair parcerias com interlocutores relevantes da cena local. Em âmbito da iniciativa privada, destaca-se o interesse de câmaras de comércio, como na Argentina, e de companhias aéreas baseadas no Chile, Panamá e Suriname, que buscam os CCBs locais pra formar suas equipes que operam voos ao Brasil. Em âmbito acadêmico, quase a totalidade dos CCBs desenvolvem parceria com universidades locais para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa ou extensão. Por fim, no plano governamental, nota-se uma forte demanda de instituições públicas de países sul-americanos com vistas a incrementar o diálogo e a cooperação com o Brasil. No Peru, as instituições do governo local já beneficiadas pelo CCBP, incluem também a Polícia Nacional do Peru – abrangendo divisões de inteligência e de combate ao tráfico de drogas – e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENATI). Na Guiana, o ensino do idioma estende-se a entidades como as Forças de Defesa da Guiana e o Banco da República da Guiana, cujos membros e funcionários aprendem o idioma para melhor atender os brasileiros, em número crescente no país. No Suriname, os cursos têm contado com a presença de funcionários de pelo menos cinco ministérios.

Merece destaque o papel dos CCBs na formação de diplomatas locais. Ofício do diálogo e do entendimento, a diplomacia dos países anfitriões é beneficiária de atividades de quase toda a rede, incluindo mesmo alguns centros em PALOP e NEB, onde essa interlocução não é tão evidente quanto no caso de CCBs situados em capitais e em países que não possuem o português como idioma oficial.



Em âmbito acadêmico os CCBs são estimulados a estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior de referência na jurisdição do posto, particularmente nos casos em que coincidem com a existência de leitorados brasileiros. Embora tenham públicos e objetivos distintos, ambos são vetores de difusão da língua portuguesa do Brasil no exterior, de modo que há grandes sinergias decorrentes dessa aproximação. As missões diplomáticas que contam com essas duas vertentes de atuação sob sua responsabilidade soem desenvolver elaboradas estratégias para a promoção da língua e cultura do Brasil em diversos segmentos sociais do país anfitrião. A relação com o IILP é um recurso de que se beneficia o CCB-CV, de modo a apresentar-se, em certa medida, como um parceiro privilegiado e um "laboratório de ensaio" para os projetos do Instituto.

Embora o foco de atuação da diplomacia cultural brasileira seja o público formador de opinião no exterior, há algumas aproximações com a diáspora nacional particularmente relevantes, na medida em que a comunidade brasileira apresenta-se como um poderoso vetor de difusão da língua e cultura brasileira. Por esse motivo, recentemente registrou-se a criação de atividades voltadas para crianças, muitas delas descendentes de brasileiros, mas que, vivendo em entorno que não fala português, têm necessidade de ativamente buscar o aprendizado do idioma e de cultivar a brasilidade. Quase um terço da rede atua no ensino do PLH, contando, para essa dimensão, com proposta curricular específica desenvolvida para esse contexto (MRE, 2020b). Alguns CCBs também dispõem de cursos de aprimoramento de português para adultos, no contexto do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Ao longo de décadas, os CCBs receberam numerosos alunos que vieram a ocupar posições de destaque na economia, sociedade e política local. Os laços construídos pelos CCBs com essas personalidades de destaque em suas áreas de atuação são recursos valiosíssimos para a projeção de uma imagem favorável do Brasil nesses

países. Estudaram nos CCBs e NEBs desde autoridades nacionais, como a presidente do Chile e ministros de pastas relevantes de países sul-americanos, a autoridades do poder municipal como prefeitos e procuradores da região de fronteira com o Brasil, o que seguramente permite um melhor entendimento da realidade brasileira para o encaminhamento de assuntos de interesse binacional. O mesmo ocorre com empresários, gestores de companhias privadas, artistas e acadêmicos, de modo que não seria exagero dizer que a rede CCB representa um dos principais vetores de difusão da realidade do Brasil junto a público formador de opinião no exterior.

Após mais de sessenta anos de esforços do Itamaraty para a manutenção de Centros Culturais Brasileiros, as unidades consolidaram um variado repertório de divulgação do idioma no exterior. A rede de CCBs tem possibilitado ao Itamaraty contribuir para a formação de falantes da língua e para a capacitação de agentes multiplicadores. Constitui um laboratório vivo e dinâmico para instituições universitárias brasileiras desenvolverem pesquisas e formação de pessoal, por meio da oportunidade de observação e experimentação em ambientes únicos para o ensino do português. Permite também ao Itamaraty apoiar de maneira transversal uma série de políticas públicas brasileiras, como, por exemplo, o Celpe-Bras, os PEC-G e PEC-PG, o ENCEJJA, a UNILA, Unilab e o Programa de Tradução da Biblioteca Nacional. O projeto de manutenção e, sobretudo, de constante atualização de uma rede de ensino do idioma que alcança seis décadas de existência com 29 unidades, mais de 10 mil alunos por semestre e consistente demanda pelo ensino da língua portuguesa representa, possivelmente, a contribuição mais relevante do governo brasileiro para difusão do idioma.

A promoção do idioma no exterior é capaz de gerar benefícios tangíveis, como o consumo de produtos culturais, e tácitos, como a melhor compreensão da cultura brasileira. Os centros culturais, estejam onde estiverem, são um "gesto fraterno". Eles criam um espaço comum ao Brasil e à população do lugar onde está instalado, facilitando aproximações de toda ordem. São espaços permanentes de trabalho, de lazer e de encontro, de alto valor histórico agregado. São janelas entre o Brasil e os países anfitriões, de que fazem uso professores de idioma e diplomatas para atingir o objetivo maior de ambas as profissões – o diálogo e o entendimento entre dois interlocutores.

Referências

EMBAIXADA DO BRASIL EM BISSAU. Maço Pessoal de Ozires Pinheiro. Relatório de 27 jul. 1999.

LOEFLER, J. C. The State Department and the Politics of Preservation: Why. Few U.S. Embassies Are Landmarks. *Future Anterior*, v. 13, n. 1, 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – AHI. Documentos avulsos, 135.5.6, *Memorandum* da Chefe Substituta da DCl ao Chefe do Departamento Político e Cultural. "Relações Culturais Brasil-Bolívia. Proposta de Reabertura do Instituto Cultural Boliviano-Brasileiro", 15 abr. 1956.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relatório da Comissão Designada para Estudar a Organização dos Serviços Culturais. Brasília, 1967.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. História dos Centros Culturais Brasileiros. 2016. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Proposta curricular para cursos de literatura brasileira nas unidades da rede de ensino do Itamaraty no exterior*. Brasília: FUNAG, 2020a.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Proposta curricular para o ensino de português como língua de herança*. Brasília: FUNAG, 2020b.

PERLEZ, Jane. In the Midst of War, Art Is Thriving. *The New York Times*, October 24, 1992, section 1, p. 4.

ZÉTOLA, B. M. Arquitetura e diplomacia: residência oficial do Brasil em Cabo Verde.

ZÉTOLA, B. M. Brasil-Cabo Verde: tópicos de relações culturais. 1. ed. Praia: Embaixada do Brasil em Cabo Verde, 2018, p. 226-246.

ZÉTOLA, B. M. Diretrizes para difusão da língua portuguesa pelo Brasil no exterior. *Cadernos de Política Exterior*, v. 5, n. 8, p. 18-47, 2019.

Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)

O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é o exame oficial brasileiro para a comprovação de proficiência em língua portuguesa. Outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), desenvolvido e aplicado sob a responsabilidade do Inep, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Celpe-Bras é hoje um exame de alta relevância, uma vez que seus resultados fundamentam decisões que impactam a vida das pessoas que a ele se submetem. O exame é requisito para o ingresso em instituições de ensino superior brasileiras nos Programas de Estudantes--Convênio do MEC, é exigido para a validação de diplomas e para o registro profissional em algumas entidades de classe e é uma das possibilidades de comprovação de proficiência no processo de naturalização e na seleção de profissionais em empresas. Embora os editais mais recentes não estabeleçam idade ou escolarização mínima para a realização do exame, os temas e textos utilizados destinam-se a um público jovem e adulto escolarizado.

Atualmente, o exame é aplicado em 125 postos aplicadores credenciados, que reúnem universidades, institutos culturais, representações diplomáticas, missões consulares e outras instituições que oferecem programas de ensino de português. O sistema de avaliação Celpe-Bras envolve, além de profissionais do Inep e do MRE, uma instituição contratada para viabilizar os procedimentos necessários para a aplicação do exame, os coordenadores dos postos aplicadores e suas equipes de avaliadores, avaliadores contratados para a correção e uma comissão técnico-científica, designada por portaria, que assessora o Inep nas atividades de elaboração e avaliação do exame, assim como em seu aprimoramento e na formação de avaliadores.

A Comissão para a Elaboração do Exame de Proficiência de Português para Estrangeiros foi constituída pelo MEC, em junho de 1993, como resposta à demanda de um exame padronizado para ingresso de estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras. Em abril de 1994, foi constituída a Comissão Permanente, composta

por representantes de universidades das cinco regiões brasileiras, para concluir a elaboração do exame, administrar sua aplicação, credenciar e assessorar o MEC nas questões relativas ao ensino de português para estrangeiros. O trabalho da comissão envolveu a elaboração e a testagem de uma versão piloto, seguida de análise e tratamento estatísticos para uma validação inicial, e de sistematização de procedimentos necessários para a validade e a confiabilidade da avaliação. Deliberou-se também sobre as especificações do exame, as características das tarefas da Parte Escrita, os procedimentos de condução das interações da Parte Oral, os critérios de avaliação com seus descritores, o perfil e a formação dos avaliadores, os critérios para o credenciamento de postos aplicadores e a logística necessária para a aplicação no Brasil e no exterior.

Desde a concepção do sistema de avaliação Celpe-Bras, havia, por parte do MEC, a intenção de coordenar a iniciativa da elaboração e aplicação do exame com a criação de uma rede de ensino de português para estrangeiros que pudesse receber candidatos ao Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) para prepará-los para o ingresso nas universidades brasileiras. Por isso, desde o início, as reuniões da comissão foram realizadas nas universidades dos professores que a constituíram e em outras que ofereciam ou tinham interesse em oferecer ensino de português como língua estrangeira (PLE) e que seriam potenciais centros de referência de português para estrangeiros e postos aplicadores do exame. Nesse período, os profissionais que já atuavam na área e as iniciativas em várias partes do país começaram a se tornar mais visíveis e, aos poucos, as equipes foram se ampliando motivadas, em grande parte, pelos encontros sistemáticos promovidos pelo MEC em Brasília para a correção da Parte Escrita a cada nova edição do exame. Nesse sentido, o exame foi, desde o seu projeto inicial, uma ação de política linguística para o desenvolvimento da área de ensino de português para falantes de outras línguas.

Na linha do tempo do Celpe-Bras constam ações políticas, administrativas e pedagógicas referentes ao exame: algumas portarias relacionadas à sua institucionalização e à constituição da Comissão Técnica; a publicação do primeiro manual; algumas portarias que estabelecem a exigência do exame; e algumas mudanças relacionadas a certificações, tempo e nomenclatura de partes do exame. As outras figuras mostram a evolução do número de examinandos (inscritos e homologados) e os países onde o exame é aplicado.

Como mostra a linha do tempo, entre a instituição do exame, em 1994, e a primeira aplicação, em 1998, transcorreram-se três anos, durante os quais a Comissão Permanente buscou sensibilizar novas gestões do MEC para a implementação do exame. Daí a importância política da criação dessa Comissão, que instituiu o compromisso e o respaldo legal para essas negociações. Em 1996, o programa foi retomado pela Divisão de Cooperação e Intercâmbio/SESu/MEC, e o exame foi aplicado pela primeira vez em 1998, em oito postos credenciados, que incluíram, além das cinco universidades que tinham membros na Comissão – Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de Campinas, os então Centros e Institutos Culturais do Brasil da Argentina, Uruguai

1993

- Criação da Comissão Nacional para a elaboração do Celpe-Bras (Portaria nº 101, de 07/06/1993).

1994

- Criação da Comissão Permanente (Portaria nº 500, de 07/04/1994)
- Testagem piloto com estudantes estrangeiros e brasileiros para validação do desenho do exame
- Instituição do exame (Portaria nº 1787, de 26/12/1994)

1998

- Expedição do Celpe-Bras pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e sua validade em nível nacional, (Portaria nº 643, de 01/07/1998): Parte Coletiva (2 horas) e Parte Individual (20 minutos) e dois níveis de certificação (Primeiro Certificado e Segundo Certificado)
- Primeira aplicação oficial, em 5 universidades brasileiras e 3 países do Mercosul, para 127 examinandos.

1999

- Decisão SESu: aplicação do exame duas vezes por ano: abril e outubro
- Decisão MEC/MRE: Celpe-Bras passa a ser requisito para candidatos ao Programas PEC-G e PEC-PG
- Primeiras portarias de credenciamento de Postos Aplicadores (Portaria nº 657, de 20/05/1999 e Portaria nº 1.512 de 30/09/1999).

2001

- Exigência do Celpe-Bras para validação do diploma de medicina no Brasil, sem determinar o nível de proficiência (Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1620, de maio de 2001)
- Ampliação dos níveis de certificação: Avançado Superior, Avançado, Intermediário Superior, Intermediário.

2002

- Publicação do primeiro Manual do Candidato.

2004

- Ampliação do tempo da Parte Coletiva para 2 horas e 30 minutos
- Instituição dos quatro níveis de certificação (Portaria nº 4.195, de 16/12/2004).

2009

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) passa a ser responsável pelo certificado e assume a aplicação do exame (Portaria nº 856, de 04/09/2009).

2010

- Parte Coletiva e Parte Individual passam a ser denominadas, respectivamente, Parte Escrita e Parte Oral.

2011

- Ampliação do tempo da Parte Escrita para 3 horas.

2012

- I Encontro Internacional de Coordenadores de Postos Aplicadores do Celpe-Bras.
- Celpe-Bras é listado como um dos conhecimentos relevantes para a seleção no Programa Leitorado, CAPES (Edital DRI/CGCI nº 039/2012).

2013

- Normatização da exigência do nível Intermediário para candidatos ao PEC-G, sem ressalvas a candidatos oriundos dos países que têm português entre as línguas oficiais (Decreto nº 7.948, de 12/03/2013).

2018

- ENCCELPE - Encontro de Coordenadores de Postos Aplicadores do Celpe-Bras
- Após outras alterações anteriores, retomada da exigência do nível Intermediário para validação do diploma de medicina no Brasil (Resolução 2.216, de 27/09/2018), excetuando médicos oriundos dos PALOP ou aqueles que tenham concluído curso de graduação no Brasil
- Exigência do exame como requisito único para comprovação de proficiência em língua portuguesa para a naturalização brasileira (Portaria Interministerial nº 5, de 27/02/2018), alterada posteriormente para ser uma das comprovações possíveis (Portaria Interministerial nº 16, de 03/10/2018).

2020

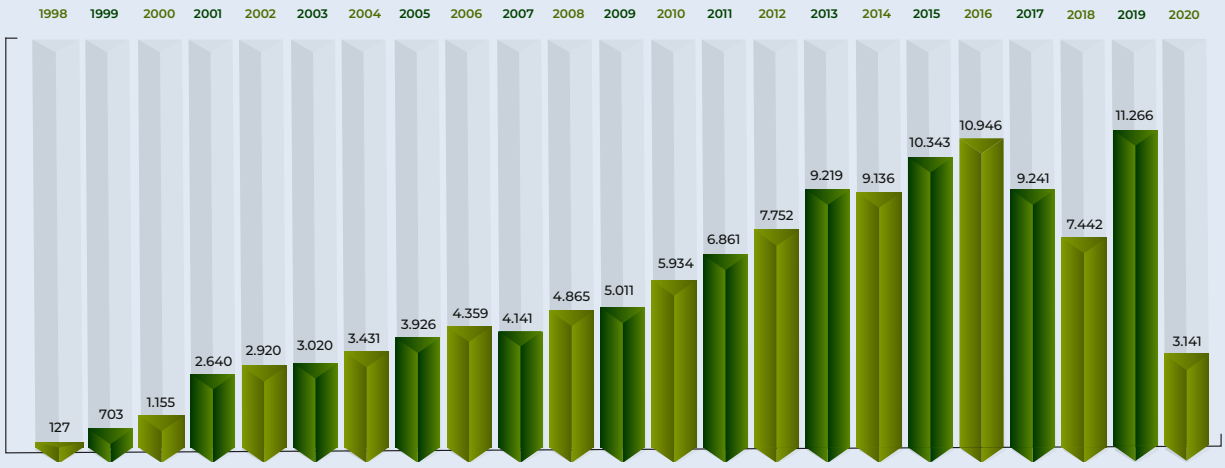
- Publicação do Documento Base do exame Celpe-Bras
- Regulamentação de procedimentos de credenciamento e realização do exame (Portaria nº 356, de 21/05/2020)
- Nova portaria relativa à naturalização brasileira, mantendo a exigência do exame como um dos requisitos para comprovação de proficiência em língua portuguesa (Portaria Interministerial nº 623, de 13/11/2020)
- Reformulação do curso a distância de capacitação de colaboradores, com inclusão de módulo exclusivo para avaliadores da Parte Oral.

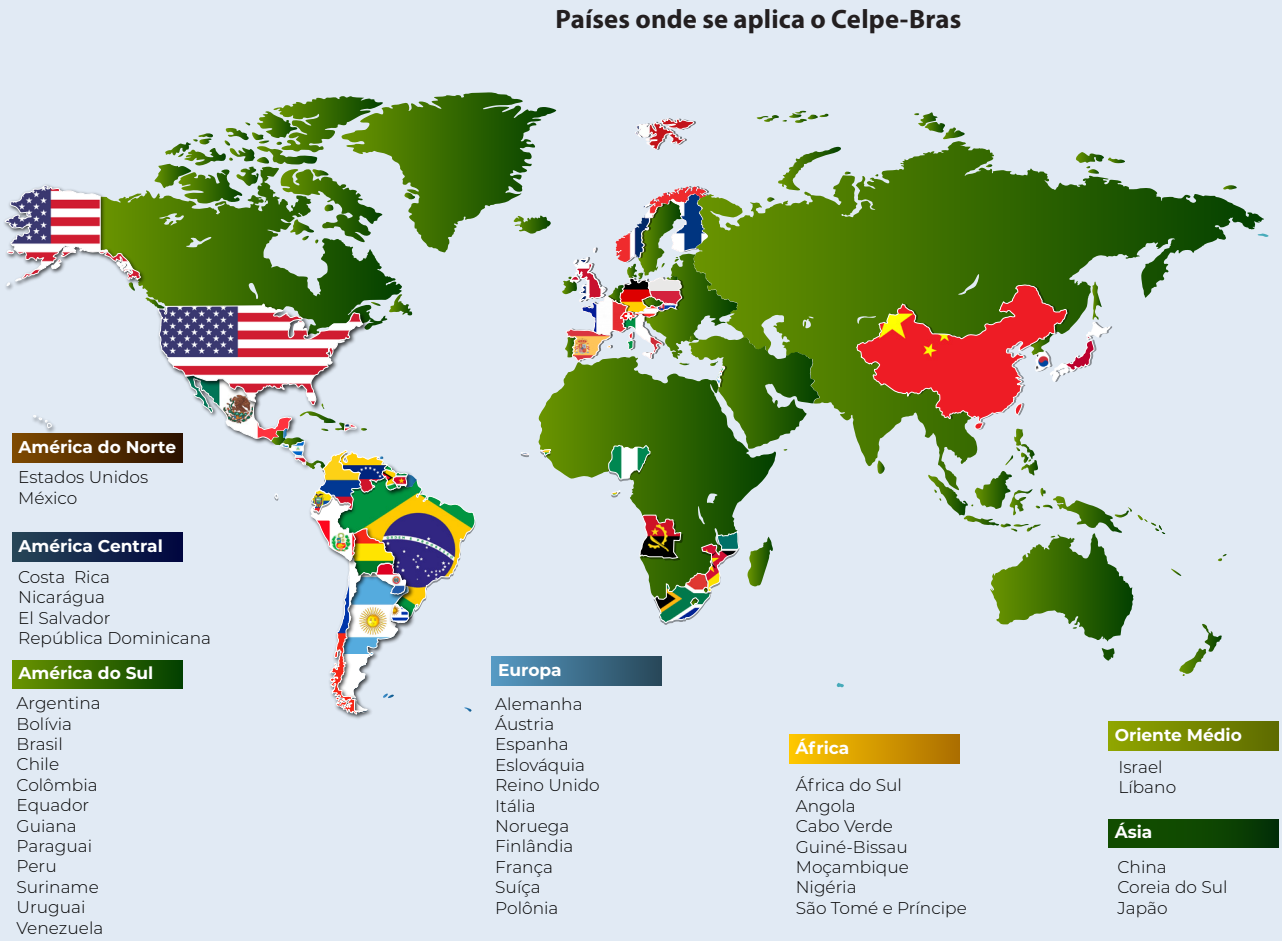
e Paraguai. A partir de 1999, o exame tornou-se obrigatório para os candidatos ao PEC-G, o que, conforme mostra o gráfico, teve um impacto no número de examinandos inscritos, que passou de 703 (1999) para 1.155 (2000). A exigência do Celpe-Bras para a revalidação do diploma de médicos em 2001 foi um dos fatores importantes para que o número de examinandos dobrasse para 2.640, no ano seguinte.

Como resultado de uma política de credenciamento das universidades brasileiras e dos centros e institutos culturais do Brasil no exterior, com o apoio das embaixadas brasileiras nos respectivos países, em 2002, o número de postos aplicadores somava 33 (15 no Brasil e 18 no exterior). Em 2003, eram 43 (18 no Brasil e 25 no exterior) e, em 2006, somavam 54 (19 no Brasil e 35 no exterior), já com já com o acréscimo, além dos centros e institutos brasileiros, de várias universidades que oferecem programas de português. Atualmente, o exame conta com 125 postos aplicadores credenciados, sendo 48 deles no Brasil e 77 no exterior: 45 em países do continente americano, 7 na África, 7 na Ásia e 18 na Europa. A extensão dessa rede demanda um esforço conjunto entre o Inep, o MRE, coordenadores dos postos e colaboradores para organizar o processo de aplicação do exame, desde a manutenção de um banco atualizado de tarefas até a logística de fazer chegar as provas aos países no exterior, com o apoio da rede do Itamaraty, a avaliação dos desempenhos e a divulgação dos resultados.

Entende-se por exame de proficiência uma avaliação que tem como objetivo aferir determinadas capacidades de indivíduos independentemente de como ou quando ou em que lugar essas capacidades foram desenvolvidas. A motivação principal do MEC para a elaboração de um exame de proficiência foi, como vimos, a demanda por uma avaliação única e padronizada para a seleção de estudantes PEC-G. Os intercâmbios culturais, científicos e econômicos entre o Brasil e outros países (do MERCOSUL, principalmente) na época também convocavam um exame que pudesse ser referência para professores de PLE e para estudantes que precisavam

Celpe-Bras número de examinados entre 1998 e 2020





comprovar sua proficiência. Um teste criado na Unicamp para esse fim serviu de ponto de partida para as discussões da Comissão. Por ser uma ação política que teria abrangência nacional e internacional, optou-se por um exame que, além de sua função primeira de comprovação de proficiência, pudesse produzir, no Brasil e no exterior, mudanças no ensino de português, propondo parâmetros de uso da língua, ao invés de conhecimentos sobre a língua. A proposta buscou, desse modo, operacionalizar uma visão de língua e de proficiência em um conjunto de conteúdos e métodos de avaliar que construíssem um perfil de proficiência como referência para o exame bem como para o ensino e a formação de professores de PLE.

Considerando o público-alvo principal – estudantes universitários –, o exame deveria envolver leitura, escrita, compreensão e produção oral em práticas da vida cotidiana e estudantil. Em consonância com os debates teóricos da época que propunham um ensino e uma avaliação que levassem em conta os usos da língua em situações de comunicação relevantes para os participantes, o exame foi desenhado para avaliar o desempenho em língua portuguesa a partir de tarefas que integrassem habilidades e conteúdos linguístico-discursivos e culturais, buscando aproximar-se, de modo mais fiel possível, de usos autênticos da língua. Com base nas necessidades do público-alvo, o exame tem como objetivo, portanto, avaliar: usos

da língua portuguesa relevantes e representativos em práticas sociais escolarizadas; usos da língua portuguesa que envolvem ações como expressar opiniões, fazer relatos, posicionar-se, entre outros, por meio de um repertório linguístico-discursivo e cultural que observe as convenções escolarizadas e as diferentes variedades do português; e relações de interlocução em usos públicos da linguagem, em detrimento dos usos privados.

A demanda por uma certificação a partir de um nível de proficiência que mostrasse potencial para desenvolver estudos na universidade contribuiu para a decisão por um exame único, realizado em duas etapas: uma parte coletiva, hoje denominada de Parte Escrita, e outra parte individual, hoje denominada de Parte Oral. O nível de desempenho do examinando em ambas as partes do exame possibilitaria a obtenção do Primeiro Certificado (atual nível Intermediário) ou do Segundo Certificado (atualmente, Avançado). A partir de 2001, o exame passa a avaliar seis níveis (Avançado Superior, Avançado, Intermediário Superior, Intermediário, Básico, Elementar), certificando os quatro primeiros. A proposta inicial de avaliar níveis de proficiência distintos por meio de um exame único é mantida, entendendo-se que a distinção entre níveis de proficiência nas práticas sociais em que as pessoas se envolvem pode ser feita a partir dos diferentes graus de desenvoltura do participante em interagir com os textos e os interlocutores que as constituem e da amplitude dos repertórios linguísticos e culturais que elas mobilizam para esse fim. Dessa forma, as tarefas e os textos do exame são iguais para todos, e é o desempenho do examinando na realização das tarefas da Parte Escrita e na interação face a face da Parte Oral que definirá o seu nível de proficiência.

Com base na visão de uso da linguagem como uma prática pela qual os participantes se engajam em interações sociais por meio do uso de códigos relativamente estruturados, historicamente construídos e compartilhados, ser proficiente, no Celpe-Bras, significa ser capaz de engajar-se em diferentes situações de uso escolarizado da língua portuguesa, lançando mão de recursos linguístico-discursivos e culturais pertinentes e adequados às demandas dos contextos em que participa. A visão de língua do exame se alinha, assim, à concepção bakhtiniana de gênero do discurso e, portanto, exige que o examinando leve em conta padrões sociais e historicamente construídos para participar satisfatoriamente dessas práticas. Desde essa perspectiva, a participação projetada – e, portanto, as orientações relativas à avaliação do desempenho dos examinandos – é construída com base em critérios que constituem e constroem o contexto discursivo apresentado nas tarefas da Parte Escrita e na interação da Parte Oral: domínio temático, propósitos de compreensão e de produção, posição enunciativa e interlocução, repertório linguístico e cultural.

Como as situações de uso da língua no exame são propostas a partir de textos orais, escritos e multimodais autênticos, pressupõe-se uma relação entre língua e cultura, entendida como as experiências de mundo e as práticas compartilhadas pelos membros de uma comunidade. Ao participar de práticas sociais, o indivíduo mobiliza repertórios de significados, conhecimentos, valores, comportamentos e visões de mundo construídos a partir de suas experiências prévias em interação com o contexto social e histórico que está vivenciando no momento. Interagir com

aspectos culturais no exame Celpe-Bras significa, portanto, estar atento a diferentes pontos de vista sobre como o mundo pode ser compreendido e atribuir sentidos considerando as ações dos participantes e seus usos da linguagem nas práticas sociais propostas.

Conforme dito acima, o exame é composto de duas partes, uma escrita e uma oral. A Parte Escrita, com três horas de duração e composta por quatro tarefas, tem por objetivo avaliar a compreensão oral e a leitura de modo integrado com a produção escrita: avalia-se, assim, a compreensão *para* a produção, sendo que os objetivos de escrita estabelecem objetivos de compreensão específicos para os textos que compõem cada tarefa. Para cumprir adequadamente a tarefa, é necessário, portanto, atentar ao enunciado, que explicita as condições de recepção do texto de insumo e de produção do texto a ser escrito. O enunciado circunscreve a situação de interação proposta, definindo um propósito de comunicação (escrever um texto para informar, solicitar, etc.), um enunciador (profissional de uma determinada empresa, morador de um determinado bairro, etc.), um ou mais interlocutores (leitores de um jornal, o prefeito da cidade, etc.) que, juntos, delimitam as informações do texto de insumo que podem ser úteis para a ação projetada. As relações de interlocução propostas são de usos públicos da linguagem. Na avaliação, são essas condições de produção que definem a adequação do texto escrito pelo examinando, isto é, em que medida ele consegue configurar a interlocução mobilizando as informações necessárias e os recursos linguístico-discursivos e culturais de acordo com o propósito de escrita e a interlocução propostos.

A Parte Oral do exame, com duração de 20 minutos, é uma interação face a face conduzida por um avaliador-interlocutor, na presença do outro avaliador (avaliador-observador). A interação é composta por duas etapas. Na primeira, o examinando interage com o avaliador-interlocutor sobre questões relativas à sua vida, família, profissão, atividades, interesses e percepções sobre o Brasil. A segunda trata de três temas diferentes apresentados ao examinando por meio de Elementos Provocadores, textos curtos com imagens. A interação face a face permite avaliar o desempenho do examinando em participar de uma interação oral sobre temas da atualidade; em mobilizar recursos interacionais, linguístico-discursivos e culturais pertinentes para sustentar uma interação oral sobre assuntos variados; e em interagir com outro participante, responsabilizando-se por tomar o turno e contribuir com seus pontos de vista, justificativas e argumentos para o desenvolvimento do tópico.

Os níveis gerais de proficiência do Celpe-Bras são descritos com características de desempenho que explicitam, para cada nível, o grau de alcance dos diferentes critérios que constroem a participação nas tarefas da Parte Escrita e a interação da Parte Oral (cf. BRASIL, 2020, p. 67-68). Níveis de proficiência em um exame dessa natureza são pontos de corte em um contínuo: todos os examinandos são proficientes em um determinado nível, e as descrições são usadas como referência para decidir sobre esse nível.

Conforme dito acima, desde sua concepção, o Celpe-Bras visou, além de avaliar a proficiência no uso de língua portuguesa, incentivar a criação de centros de referência de ensino e pesquisa e qualificar o ensino e a formação de professores.

Uma análise das realizações na área de PLE a partir da aplicação do exame pode atestar que esse objetivo foi plenamente alcançado.

Considerando que, para ser posto aplicador, é necessário comprovar oferta de cursos na instituição, o próprio crescimento do número de postos aplicadores ao longo dos anos mostra a ampliação da área e da rede de profissionais que hoje conecta iniciativas nos cinco continentes e têm um parâmetro de referência comum. Ressaltamos que, principalmente nos primeiros quinze anos, todos os credenciamentos foram acompanhados de uma formação pedagógica presencial que, em muitos casos, foram aprofundados em cursos adicionais para as equipes de professores das instituições credenciadas no Brasil e no exterior. Essa iniciativa coincidiu com o desenvolvimento sistemático de linhas de pesquisa na área de PLE e foi, consequentemente, responsável por um aumento considerável de investigações sobre avaliação (tarefas e grades de avaliação, desempenho oral e escrito dos falantes de diferentes línguas, preparação para o exame, entre outros), práticas de ensino, aprendizagem, formação de professores e políticas linguísticas. A disponibilização pública, em 2013, dos materiais do exame no Acervo Celpe-Bras deu novo incentivo à pesquisa e à sua divulgação atualizada (<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/acervo>).

Como resultado da própria aplicação do exame e de pesquisas desenvolvidas e orientadas pelos membros da Comissão Técnico-científica ao longo dos anos, as metodologias e os procedimentos de elaboração, aplicação e correção do exame foram aperfeiçoados e a formação de avaliadores foi ampliada, medidas que contribuem sobremaneira para a validade e a confiabilidade de exames de alta relevância como o Celpe-Bras. Soma-se a isso, o diálogo continuado em fóruns nacionais e internacionais (Association of Language Testers in Europe – ALTE e Latin American Association for Language Testing and Assessment – LAALTA) e com as equipes de outros sistemas de avaliação de alta relevância, como o Certificado de Español Lengua y Uso (CELU) e os exames do Centro de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira (CAPLE).

Como referência de avaliação de proficiência, o Celpe-Bras é hoje também um conhecimento valorizado na seleção de profissionais em instituições de ensino no Brasil e no exterior e está vinculado a outras políticas públicas brasileiras como o Programa Leitorado da CAPES; a participação em programas PEC-G e PEC-PG; os guias curriculares que visam harmonizar o ensino de português nos centros culturais e núcleos de estudos do Itamaraty no exterior; a inscrição de profissionais estrangeiros em conselhos de classe; a solicitação de naturalização brasileira; e a políticas de internacionalização e de sistemas de ingresso na graduação de pessoas em situação de refúgio em universidades brasileiras, conforme indicado na Figura 1.

Por último e talvez mais importante, considerando os objetivos iniciais do exame, cabe ressaltar os impactos que o Celpe-Bras tem gerado na qualificação do ensino e na formação de professores. O investimento continuado na formação de avaliadores e de professores, que abrange as reuniões para a correção do exame, cursos de capacitação e desenvolvimento de pesquisas, gerou mudanças em metodologias, materiais didáticos, currículos e programas de ensino e em concepções e práticas

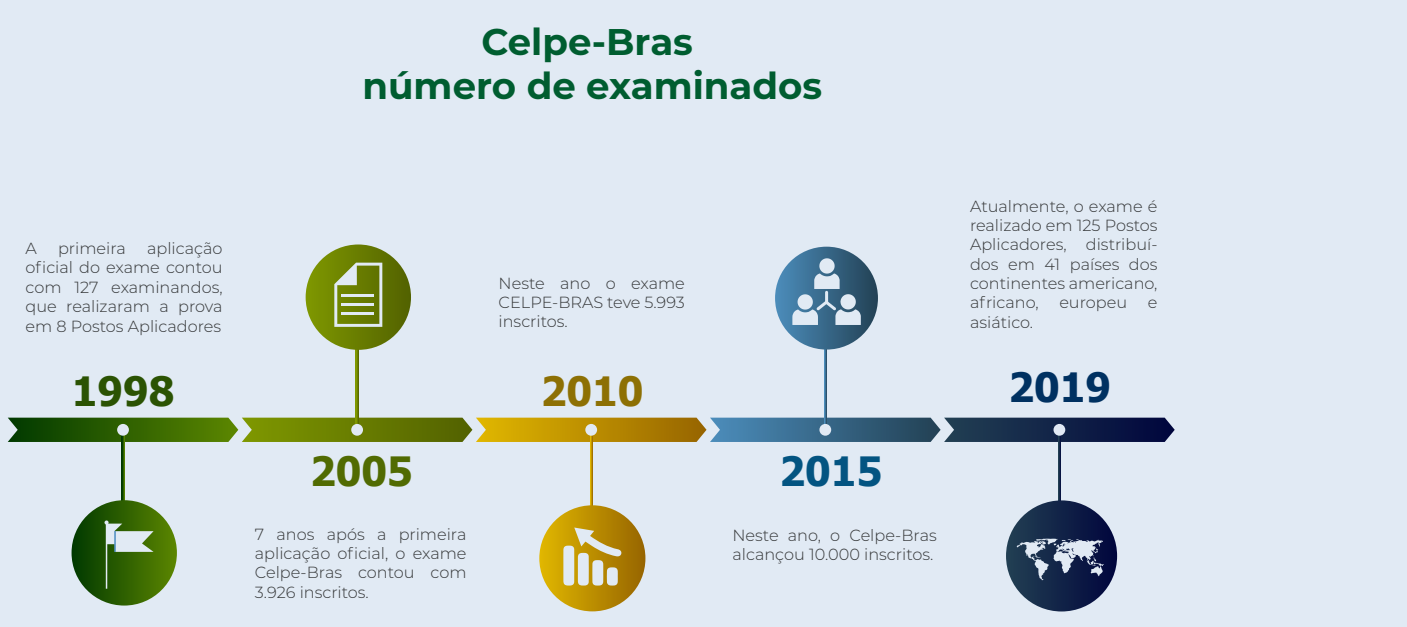
de aprender e ensinar. Nesse sentido, pode-se dizer que o exame contribui para fortalecer a autoria de profissionais de PLE, que geraram conhecimento na área e criaram novos recursos didáticos relacionando os princípios teórico-metodológicos do exame com as necessidades de seus alunos e as culturas de ensinar e de avaliar de seus locais de atuação. Além disso, a oferta de cursos preparatórios para o exame contribuiu para ampliar o número de alunos nas instituições que aplicam o exame e, ao mesmo tempo, possibilitou agregar valor ao trabalho realizado, na medida em que o desempenho dos alunos no exame passou a ser um índice de qualidade da instituição.

Após mais de 25 anos, o Celpe-Bras segue aperfeiçoando metodologias e procedimentos avaliativos para consolidar, na prática, as visões contemporâneas de língua e de avaliação que adota e, desse modo, continua promovendo debates importantes acerca da validação e confiabilidade em exames dessa natureza, dos usos de instrumentos de avaliação e de seus possíveis impactos no ensino e na formação de avaliadores e de professores. Participam dessas iniciativas a Comissão Técnica e uma rede de pesquisadores dedicados ao aprimoramento do exame. As discussões contemporâneas sobre fronteiras difusas e hibridismos linguísticos e perspectivas decoloniais no ensino, na formação de professores e na avaliação colocam novos desafios para reflexão e aperfeiçoamentos dos sistemas de avaliação de alto impacto.

Se, por um lado, a área de PLE é relativamente recente e há uma demanda por parte de seus profissionais por parâmetros claros como referência para a organização de programas de ensino e currículos, o planejamento de aulas e instrumentos de avaliação, por outro lado, cada vez mais, o atendimento a necessidades diversificadas e específicas se torna uma realidade possível com o avanço da tecnologia e desejável no intuito de valorizar os conhecimentos e valores de diferentes grupos. Se, de uma parte, há um número crescente de instituições que buscam comprovação de proficiência reconhecida oficialmente, de outra, é fundamental compreender o alcance dos instrumentos de avaliação que, em muitos casos, não poderá responder a demandas específicas, como é o caso, por exemplo, do uso do Celpe-Bras para fins de naturalização ou para a seleção de estudantes lusófonos para o programa PEC-G ou ainda para a comprovação de conhecimentos em língua portuguesa em áreas específicas. Lembramos que o Celpe-Bras foi elaborado para servir como um exame padronizado para ingresso de estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras. O exame pode cumprir parcialmente outros objetivos de avaliação, mas é necessário que se estude as implicações práticas e políticas dos resultados nesses campos para que se avalie a necessidade de construção de outros exames ou de alternativas de comprovação de proficiência, como ocorre hoje no processo de naturalização.

Em qualquer sistema de avaliação de qualidade, é fundamental que a pesquisa e a formação continuada de avaliadores sigam sendo investimentos fortes, pois são esses os vetores que, junto com procedimentos sistemáticos e monitorados dos exames de alta relevância, fornecem os subsídios para aperfeiçoar a validade e a confiabilidade do exame e para o planejamento de políticas linguísticas que respondam, com discernimento crítico e com ética, a necessidades locais e situadas,

como também aos desafios contemporâneos relacionados ao aperfeiçoamento de programas de ensino e formação de professores de línguas.



Referências

ACERVO CELPE-BRAS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervocelpe-bras>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. *Documento Base do exame Celpe-Bras* [recurso eletrônico]. Brasília: INEP, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SCARAMUCCI, Matilde; JUNIOR, Elysio Santos; DINIZ, Leandro. Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras): histórico, questões controversas e perspectivas. *Em Aberto*, v. 32, n. 104, 2019. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4200>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SCARAMUCCI, Matilde Virginia Ricardi. A avaliação de habilidades integradas na parte escrita do exame Celpe-Bras. *In*: ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz; GONÇALVES, Luis. *O mundo do português e o português no mundo afora*: especificidades, implicações e ações. Pontes Editores, 2016.

SCHLATTER, Margarete; BULLA, Gabriela da Silva; COSTA, Everton Vargas da. Português como Língua Adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter. *ReVEL*, v. 18, n. 35, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/3979a6ecf118d99835787c92b01de296.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

SCHLATTER, Margarete; SCARAMUCCI, Matilde Virginia Ricardi; PRATI, Silvia; ACUÑA, Leonor. Celpe-Bras e CELU: impactos da construção de parâmetros comuns de avaliação de proficiência em português e espanhol. *In*: ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela. (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas, SP: Editora RG, 2009. p. 95-122. 124p.

SCHOFFEN, Juliana Roquele; SCHLATTER, Margarete; KUNRATH, Simone Paula; NAGASAWA, Ellen Yurika; SIRIANNI, Gabrielle Rodrigues; MENDEL, Kaiane; TRUYLLIO, Luana Ramos; DIVINO, Luiza Sarmento. *Estudo descritivo das tarefas da Parte Escrita do exame Celpe-Bras*: edições de 1998 a 2017. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2018. 76p.

Diplomatas estrangeiros em Brasília

O domínio do idioma local é sempre um grande ativo para diplomatas estrangeiros. Ajuda-os a alcançar uma compreensão mais profunda da realidade do país onde estão, permitindo-lhes seguir com mais facilidade as notícias e ampliando o seu círculo de contatos no governo e na sociedade.

Ao mesmo tempo, o conhecimento da língua pelos agentes diplomáticos também é vantajoso para o país de acolhimento, que conseguirá transmitir com maior clareza e alcance suas posições e visões de mundo na medida em que funcionários estrangeiros entendam a cultura e se engajem com o governo local.

Se se tratar de um idioma falado em vários países e continentes, o domínio da língua terá efeito multiplicador, servindo ao diplomata em diversos postos e com vários interlocutores. É o caso da língua portuguesa, que, sendo o idioma oficial de nove países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), com cerca de 270 milhões de lusófonos, é a sexta língua mais falada no mundo.

Tendo em mente as vantagens para os funcionários estrangeiros e para a difusão cultural e a comunicação social do Brasil no mundo, o Ministério das Relações Exteriores desenvolveu um projeto para oferecer cursos de português para diplomatas africanos não lusófonos que sejam acreditados junto ao governo brasileiro e residentes em Brasília. A capital do Brasil concentra 34 embaixadas de países africanos.

Existente desde 2014, o Curso de Português para Diplomatas Africanos em Brasília tem por objetivo difundir a língua portuguesa entre diplomatas, facilitando sua inserção, socialização e bom desempenho profissional no Brasil e quando estiverem acreditados nos demais países de língua portuguesa. Considerando-se o público-alvo do curso, formado por agentes diplomáticos de todas as classes da carreira (desde iniciantes até embaixadores), a iniciativa também contribui positivamente para a concertação político-diplomática entre o Brasil e todos os países envolvidos.

Oferecido nos níveis básico, intermediário e intermediário superior, o curso é ministrado por profissionais vinculados ao Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE), do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. As aulas acontecem duas vezes por semana nas instalações do Instituto Rio Branco, a academia diplomática brasileira.

As seis edições do curso (2014-2019) atenderam a, aproximadamente, 235 diplomatas de 27 nacionalidades: África do Sul, Argélia, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Egito, Líbia, Malawi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, Senegal, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbábue.

A origem da iniciativa remonta a proposta apresentada pelo Grupo de Embaixadores Africanos em Brasília ao Ministério das Relações Exteriores, em 2014. Identificou-se, então, a oportunidade de materializá-la na forma de projeto de cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), financiado com recursos brasileiros. Desde então, graças ao vivo interesse gerado pelo projeto e a reiteradas avaliações positivas, novas edições vêm sendo aprovadas, ano após ano, pelas instâncias competentes da CPLP.

Considerando que a CPLP tem por objetivos centrais a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa, o Curso de Português para Diplomatas Africanos em Brasília atende, simultaneamente, a pelo menos dois desses objetivos, além de divulgar a própria CPLP entre a comunidade diplomática africana.

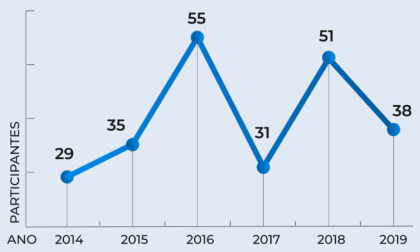
O material didático é elaborado pela equipe pedagógica do NEPPE, sob a supervisão e a orientação de especialista na área do ensino-aprendizagem de Português para Estrangeiros. Os conteúdos abrangem o emprego do português no Brasil, na linguagem falada e escrita, consoante os conteúdos gramaticais e lexicais próprios a cada nível, incluindo informações sobre a sociedade brasileira, a CPLP e cada um dos países que a compõem. Tendo em vista que o público-alvo é composto por diplomatas, o curso procura, ainda, desenvolver vocabulário relevante para a atividade diplomática. Com isso, o objetivo é que o aluno possa empregar o idioma em diferentes contextos do cotidiano e do trabalho.

A metodologia utilizada no ensino-aprendizagem ancora-se no enfoque comunicativo, com primazia do desenvolvimento da competência comunicativa do aprendiz em diversos gêneros da escrita e da oralidade. A competência intercultural, que toma língua e cultura por indissociáveis, é igualmente considerada. Desse modo, a abordagem de temas linguístico-culturais visa a possibilitar ao aprendiz desempenho e interação no processo de aquisição da língua e na sua imersão na cultura brasileira.

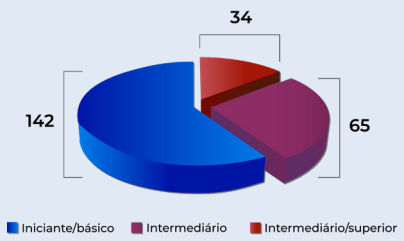
Entre os principais desafios enfrentados pelo projeto está o de conciliar os compromissos profissionais do alunado e a assiduidade às aulas. Ao longo dos anos, o NEPPE e o MRE buscaram formas de contornar o problema, oferecendo monitoria e recorrendo a ferramentas didáticas complementares à sala de aula, na área do ensino a distância.

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) levou à suspensão do projeto no ano de 2020 e à sua adaptação para a modalidade remota em 2021. Nesse mesmo ano, a ação foi ampliada, para abarcar o corpo diplomático da América Latina e do Caribe residente em Brasília, que dada a repercussão positiva da iniciativa junto aos agentes diplomáticos africanos, consultou o Itamaraty sobre a possibilidade de fazer jus a projeto semelhante.

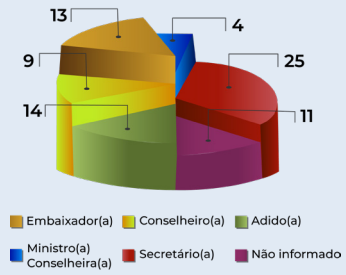
Total de participantes por ano



Matriculados por nível desde 2014



Participação por nível hierárquico desde 2017



Participantes por país desde 2014

Diplomatas africanos: depoimentos

Esses cursos me permitiram aprender português e melhorar minha vida no Brasil porque me ajudaram a ser capaz de comunicar, o que é essencial para viver em um novo país.

ABDOURAHMANE GUEYE
Embaixada do Senegal
Nível Básico, 2019

Tenho a honra de agradecer o Ministério, mais uma vez, pela oportunidade ofertada aos diplomatas africanos, de aprender mais facilmente e rapidamente, e de maneira gratuita, a língua portuguesa e a cultura brasileira.

PAULIN MARTIAL TCHENZETT
Embaixada do Cameroon
Nível intermediário, 2019

O curso no Instituto Rio Branco foi muito importante para mim. A professora é muito boa em suas habilidades de ensino e muito paciente e receptiva. Esperamos estar com ela em nossa próxima aula. Obrigado por oferecer essa oportunidade.

SHORAI SAMASUWO
Embaixada do Zimbábue
Nível Básico, 2019

Posso atestar que o curso de português para diplomatas do Instituto Rio Branco foi muito útil e de alta qualidade, com professores aptos e didáticos. As aulas certamente contribuíram para minha integração e socialização em Brasília. Permitiram uma grande evolução na minha interação interpessoal, tanto em situações cotidianas quanto no ambiente de trabalho. Recomendo o curso e espero que ele continue em atividade.

RAFII HAJJI
Embaixada da Tunísia
Nível intermediário, 2019

Escola Internacional das Nações Unidas (UNIS)

O ano de 2020 marcou o início de uma iniciativa inovadora de difusão da língua portuguesa e da cultura e literatura brasileiras nos Estados Unidos. Trata-se da contratação, pelo Consulado-Geral do Brasil em Nova York, de professora para ensino da língua portuguesa, na vertente brasileira, na renomada Escola das Nações Unidas (United Nations International School – UNIS), instituição que confere relevância ao ensino de línguas estrangeiras como forma de promoção da diversidade linguística e cultural.

A experiência articula criativa interação entre as dimensões multilateral, bilateral e unilateral da promoção do português no exterior. Promove a variante brasileira do idioma, ao mesmo tempo em que respeita o caráter pluricêntrico da língua portuguesa, em virtude de dar-se por meio de parceria com o Instituto Camões, de Portugal.

A UNIS foi fundada em 1947 por grupo de funcionários e delegados das Nações Unidas, interessados em dar a seus filhos uma educação internacional de qualidade e preservar suas heranças cultural e linguística. Hoje, a escola é instituição internacionalmente reconhecida, com cerca de 1.600 alunos de 109 nacionalidades e que falam 91 idiomas. Possui dois campi em Nova York, nos bairros de Manhattan e Queens. O corpo docente provém de 69 países, e a escola atende do pré-escolar até o final do *high school* americano (chamada 12ª série).

Sob os auspícios da ONU, a UNIS valoriza a inovação, a criatividade, a diversidade, o diálogo entre culturas e o ensino de alta qualidade. A escola oferece oportunidades para alunos conhecerem o trabalho e os valores das Nações Unidas, promovendo visitas a líderes e instalações da Organização. Entre os programas oferecidos pelo relacionamento com a ONU, os alunos podem participar do "UN-Day", da conferência "UNIS-UN", do clube de debates "Model UN", da iniciativa "UNIS Human Rights Committee", entre outros. Seria lícito afirmar, portanto, que a UNIS tem formado muitos dos diplomatas e dos funcionários que trabalham – e seguirão trabalhando – no sistema das Nações Unidas.

A escola oferece o aprendizado curricular de nove línguas: inglês, espanhol, francês, árabe, mandarim, alemão, italiano, japonês e russo. O currículo é montado de forma a que os alunos possam ser fluentes em pelo menos dois idiomas além do inglês, com base em modelo próprio de enriquecimento educacional de idiomas.

O ensino do português na UNIS consolida seu *status* como idioma presente em entidades vinculadas a organismos internacionais em geral, e às Nações Unidas em particular. Soma-se ainda aos esforços diplomáticos brasileiros e aos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de promover maior visibilidade e uso ao português na ONU, ao lado dos seis idiomas oficiais da instituição.

O desejo de Brasil e Portugal de continuarem a desenvolver conjuntamente projetos dirigidos ao ensino da língua portuguesa, bem como a consolidação do *status* do idioma como vetor de comunicação e trabalho em organizações internacionais, levou à assinatura, em 2020, de Memorando de Entendimento (MdE) entre o Itamaraty, o Instituto Camões e a UNIS, com objetivo de oferecer aulas extracurriculares de língua portuguesa aos alunos da escola.

O documento preserva o caráter pluricêntrico da língua, valorizado no âmbito do primeiro acordo trilateral, firmado em dezembro de 2018, que permitiu a elaboração de guia curricular contemplando as diferentes variantes do idioma e de programa-piloto para ensino na UNIS no ano escolar 2018-2019, com professor contratado pelo Instituto Camões (professor José Carlos Adão).

O MdE tem duração de cinco anos, correspondendo ao desenvolvimento de cursos extracurriculares de língua portuguesa nos anos letivos 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023 e 2023/2024. Ao fim desse período, serão analisados os termos da sua eventual renovação.

Nos termos do artigo 3º do MdE, o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil se compromete: a) a manter, pelo período de vigência do memorando, docente brasileiro na UNIS, contratado pelo Consulado-Geral em Nova York; e b) a arcar com a metade dos custos de aluguel da sala de aula na UNIS, para desenvolvimento do projeto.

Por sua vez, o Instituto Camões compromete-se: a) a garantir, pelo período de vigência do protocolo, o pagamento de um docente português na UNIS; e b) a arcar com a metade dos custos de aluguel da sala de aula na UNIS, para desenvolvimento do projeto.

A UNIS compromete-se: a) a oferecer cursos extracurriculares de português como língua estrangeira, assegurando as condições logísticas necessárias ao seu funcionamento; b) a promover a difusão da língua portuguesa através de atividades de sua iniciativa ou da participação em atividades desenvolvidas pelos parceiros cossignatários; c) a assegurar a visibilidade e divulgação dos apoios concedidos pelas instituições cossignatárias, autorizando ou efetuando a inserção de seus logotipos em material destinado à promoção, funcionamento ou apoio aos cursos de língua portuguesa. Há também o compromisso de que seja explorada a viabilidade e oportunidade de inclusão do português como língua curricular na UNIS.

Em seguimento à assinatura do MdE, o Consulado-Geral do Brasil em Nova York abriu processo seletivo inédito para a contratação de professor de língua

portuguesa na vertente brasileira em regime de meio período, com exercício parcial na UNIS. Ao final do concorrido processo, contratou-se, em 1º de setembro de 2020, a professora brasileira Maria Regina Pierantoni McCarthy.

Juntamente com o professor português José Carlos Adão, a professora McCarthy começou a ministrar aulas na UNIS no dia 28 de setembro de 2020. A existência de uma dupla de docentes de duas nacionalidades, representando variantes distintas da língua, atende ao objetivo de destacar para os alunos seu caráter pluricêntrico: idioma oficial de nove países lusófonos, nona língua mais falada do mundo (segunda dentre as línguas românicas) e principal meio de expressão de 252 milhões de pessoas.

Em virtude da pandemia de COVID-19, as aulas de português têm sido ministradas virtualmente, por meio de plataforma educacional adotada pela UNIS. Tão logo a pandemia seja controlada, as atividades passarão a ser presenciais.

Os alunos foram agrupados por série e grau de familiaridade com o português. Há turmas de iniciantes e turmas de falantes de língua de herança, conforme ilustra o quadro a seguir:

UNIS - NACIONALIDADE DOS ALUNOS

Turmas	Iniciantes	Língua de Herança
Junior School	—	2
Middle School	18	3
High School	7	5
Total	25	10

No momento, as turmas são relativamente pequenas, mas o grande interesse dos alunos torna, segundo McCarthy, gratificante a atividade docente.

Nas aulas, McCarthy utiliza o método comunicativo, por meio do qual aprende-se a língua sem artificialismos de pronúncia ou de construções sintáticas, e sim como prática social, inserida em um contexto. Conhecer uma língua implica conhecer a cultura do local onde a língua é falada. Nesse sentido, a riqueza da cultura brasileira é um grande apoio às atividades dos professores ("um verdadeiro oásis", segundo McCarthy).

O material didático é condizente com o método adotado pela professora brasileira. Pela Internet, utilizam-se vídeos e *sites*. Além disso, os alunos foram orientados a adquirir livros específicos.

Na primeira aula do curso para iniciantes, os alunos foram estimulados a conversar sobre países lusófonos ao redor do mundo, de maneira a permitir-lhes ter ideia do

alcance da língua portuguesa. Alguns foram até mesmo capazes de identificar outros países lusófonos além do Brasil e de Portugal (importante notar que esses alunos, em sua maioria, viajam internacionalmente com bastante frequência).

Nas primeiras aulas para falantes de língua de herança, organizou-se, além do diálogo sobre países lusófonos, uma "entrevista" com os alunos, na qual foi praticado vocabulário referente a nacionalidade, cumprimentos e apresentações.

Segundo McCarthy, os alunos são afáveis e seu interesse em aprender a língua provém de motivos variados: alguns visitaram um país lusófono e gostaram do idioma; outros têm amigos/pais/familiares que falam português ou planos de morar em um país lusófono. Alguns acham o português parecido com o italiano, o francês e o espanhol e, portanto, fácil de aprender. Há também os que simplesmente gostam de estudar idiomas e querem aproveitar a oportunidade oferecida pela UNIS.

Há seis turmas de português na UNIS, três a cargo da professora Regina McCarthy e três sob responsabilidade do professor José Carlos Adão. A cada dois meses, os docentes trocam de turma, compartilhando informações sobre unidades abordadas durante o bimestre. Assim, ao final do ano letivo, terão ensinado para todas as turmas, e os alunos, expostos a duas variantes da língua.

Com alunos iniciantes, McCarthy tem buscado ressaltar temas relevantes da rica cultura brasileira. Em uma das aulas para estudantes do ensino médio, por exemplo, tratou da Bossa Nova como estilo musical de grande renome. Embora os alunos não conhecessem o termo, alguns foram capazes de reconhecer a melodia de "Garota de Ipanema", resultando em aula bastante produtiva, na qual compartilharam-se conhecimentos sobre música brasileira e seu contexto histórico. Da mesma forma, em atividades junto a alunos mais jovens, apresentaram-se animais típicos do Brasil, como o lobo-guará, a onça-pintada, a sucuri e o jacaré, recordando que eram apenas alguns exemplos da nossa fauna e flora. Também mencionou-se nosso patrimônio arqueológico, como a serra da Capivara e suas pinturas rupestres.

McCarthy relata que a experiência de compartilhar a cultura brasileira com crianças e adolescentes proporciona-lhe "satisfação imensa". A professora destaca, em especial, o fato de alguns de seus alunos, falantes de língua de herança, já conhecerem e se divertirem com expressões culturais típicas do Brasil, como as revistas da Turma da Mônica e canções de festas juninas.

Além do ensino na UNIS, a iniciativa é inovadora, pois permite ao professor selecionado a participação em atividades de difusão e ensino do português e da literatura e cultura brasileiras organizadas pelo Consulado-Geral, que atende a uma comunidade brasileira da ordem de 450 mil pessoas. O ensino do Português como língua de herança deverá ser particularmente útil a essa expressiva, empreendedora e dinâmica comunidade, reforçando laços identitários de brasileiros e seus descendentes. Também há várias outras atividades e projetos em andamento: em janeiro de 2021, por exemplo, teve início o primeiro curso de português como língua de herança ministrado pelo Consulado em parceria com a MANTENA Global Care (associação comunitária beneficente que oferece serviços à comunidade brasileira residente em Newark, no estado de Nova Jersey).

Ao combinar diferentes princípios, vertentes e dimensões do ensino de português no exterior (como o ensino de português como língua estrangeira e como língua de herança), a experiência da contratação de professora pelo Consulado-Geral é inovadora e multifacetada. Na UNIS e em atividades do Consulado-Geral, atende aos princípios de promoção da variante brasileira do idioma e de respeito ao caráter pluricêntrico da língua portuguesa, contribuindo assim para sua democratização, enriquecimento e expansão.

No plano internacional, a difusão da língua portuguesa por essa iniciativa atende à dimensão multilateral, pelo envolvimento da UNIS, entidade ligada às Nações Unidas; bilateral, pela parceria bem-sucedida com Portugal; e unilateral, pelas atividades que o Consulado-Geral em Nova York desenvolve no ensino e promoção da língua portuguesa, da literatura brasileira e da cultura brasileira.

Os relatos da professora McCarthy, ressaltando o entusiasmo de alunos que – muitos deles – estudam pela primeira vez a língua portuguesa, atestam a importância do projeto, bem como a necessidade de dar-lhe seguimento. Diante dos bons resultados, espera-se, em parceria com o Instituto Camões, desenvolver o programa de ensino na UNIS, de maneira que o número de alunos nele inscritos aumente a cada ano, e que o idioma ocupe, de maneira crescente, lugar de destaque como língua de comunicação e de trabalho em organizações internacionais.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Diretrizes para a Difusão do Português pelo Brasil no Exterior*. 3. ed. Brasília: Secretaria de Comunicação e Cultura, Departamento Cultural e Educacional, 2019.

_____. *Proposta curricular para o ensino de português como língua de herança*. Brasília: FUNAG, 2020.

_____. *Proposta curricular para cursos de literatura brasileira nas unidades da rede de ensino do Itamaraty no exterior*. Brasília: FUNAG, 2020.

UNIS. *The United Nations International School*. Disponível em: <https://www.unis.org/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Fronteira

O ensino da língua portuguesa nos países vizinhos sempre foi prioridade para o Brasil desde o início da sua política para a implantação da rede de centros culturais brasileiros no exterior em meados do século XX. Entretanto, os centros estavam localizados, sem exceção, nas capitais dos países fronteiriços. Nas primeiras décadas de implantação da política de difusão da língua portuguesa, não houve preocupação especial com as áreas fronteiriças, onde o contato entre as línguas portuguesa e espanhola acontecia de forma espontânea. Na medida em que avançava a integração econômica do Brasil com os países limítrofes, estabeleceu-se, nas regiões de fronteira, situação de bilinguismo e interlíngua. Gradualmente, foram intensificados os contatos com o inglês, com o holandês, com o francês, com o guarani (falados em um país fronteiriço cada) e, sobretudo, com o espanhol (falado em sete países). Nesse último caso, o fenômeno do "portunhol" foi potencializado pela relativa proximidade entre os dois idiomas que, embora facilitasse a intercompreensão, gerava mal-entendidos no momento da fala.

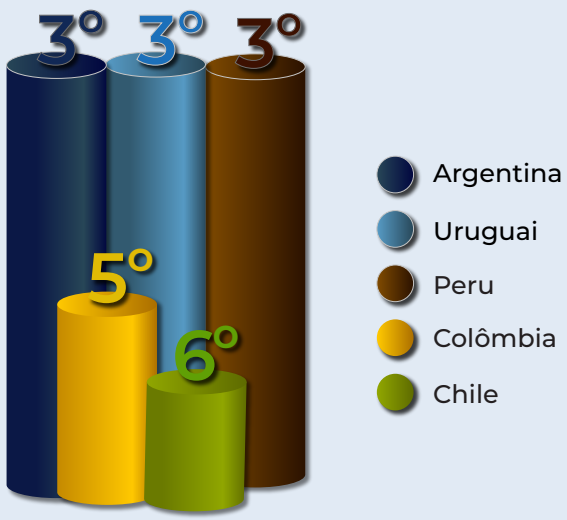
A presença da língua portuguesa varia entre as diversas regiões de fronteira. Assim, o português está presente desde o século XVII no Uruguai e, ainda mais, no século XIX, dando origem ao português uruguaio (OLIVEIRA; MORELLO, p. 56). Já no Paraguai, a presença do português é fenômeno do século XX, relacionado à expansão da fronteira agrícola e consequente aumento da população de "brasiguaios". Estimativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) apontam para uma diáspora de cerca de 500 mil brasileiros nos países fronteiriços ao Brasil, com grande destaque para o Paraguai, com aproximadamente metade desses cidadãos. O contato mais próximo entre brasileiros e estrangeiros nas regiões de fronteira predispõe essas populações para o ensino da língua portuguesa, da qual já são, em certa medida, conhecedoras, sobretudo no registro oral. Na Guiana Francesa, por exemplo, o ensino do português foi progressivamente implantado nas escolas diante da expressiva diáspora brasileira, sem necessidade

de incentivos diretos do Itamaraty. Marco nesse processo foi a criação, em 2013, de seção internacional voltada ao ensino da variante brasileira do português no Lycée Melkior-Garré de Caiena. De forma igualmente natural, parte substancial dos candidatos aos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) no Paraguai provêm historicamente de cidades fronteiriças.

Em 1991, o Itamaraty passou a atuar mais diretamente na fronteira com a implantação de curso de português (mais tarde renomeado como Núcleo de Estudos Brasileiros – NEB) em Rio Branco, cidade uruguaia que faz fronteira com Jaguarão (RS). Na época, existia no Uruguai apenas um Centro de Estudos Brasileiros (CEB) localizado em Montevidéu, que depois seria transformado no Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB). O curso estava vinculado ao Vice-Consulado brasileiro e funcionou por longo tempo em espaço cedido pela prefeitura e, a partir de 1997, na própria sede do Vice-Consulado (BRASIL, 2021a, p. 246). Um segundo núcleo de estudos brasileiros seria implantado em 2005, desta vez na cidade de Artigas, que faz fronteira com Quaraí (RS). Apesar do pequeno número de professores, os núcleos localizados no Uruguai ensinaram português desde sua fundação a mais de 3 mil alunos, entre os quais personalidades de destaque daquelas regiões.

Português: principais mercados de tradução entre os países fronteiriços

Posição relativa do português entre as línguas mais traduzidas nos países fronteiriços



Fonte: http://www.unesco.org/xtrans.

Foi também em 2005 que o Itamaraty passou a atuar de forma mais direta nas regiões fronteiriças entre o Brasil e a Colômbia, por meio do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (IBRACO). Entre 2005 e 2006, foi oferecido pelo IBRACO formação em língua portuguesa para os professores da Escola Normal de Letícia, cidade colombiana que faz fronteira com Tabatinga (AM). A realização do curso de formação eventualmente permitiria a abertura de posto aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) na cidade. Memorando de entendimento previa a realização de cursos de capacitação docente para futuros professores de língua espanhola e língua portuguesa. Novo ciclo de formação promovido pelo IBRACO e apoiado pela Embaixada do Brasil seria realizado em 2020 e beneficiaria 25 professoras de escolas públicas de Letícia. O curso acabou adiado em razão da pandemia de COVID-19 e teria previsão de retomada no segundo semestre de 2021. De forma semelhante, a Embaixada brasileira na Argentina realizou, em parceria com governos locais, cursos de capacitação de professores de português, entre 2009 e 2012, inclusive nas regiões de fronteira. Em especial, foi beneficiada pela iniciativa a província de Misiones. Já o Centro Cultural Brasil-Peru (CCBP) tem atuado desde 2012 no ensino da língua portuguesa a agentes da Polícia Nacional do Peru que trabalham nas áreas de fronteira. Até 2020, mais de 400 policiais haviam sido beneficiados pela iniciativa. Outra iniciativa que merece reconhecimento é o curso de capacitação realizado pelo Centro Cultural Brasil-Guiana (CCBG) para professores que atuavam em escola na vila de Saint Ignatius, localizada na fronteira com o estado de Roraima (EMBAIXADA DO BRASIL NA GUIANA, 2019).

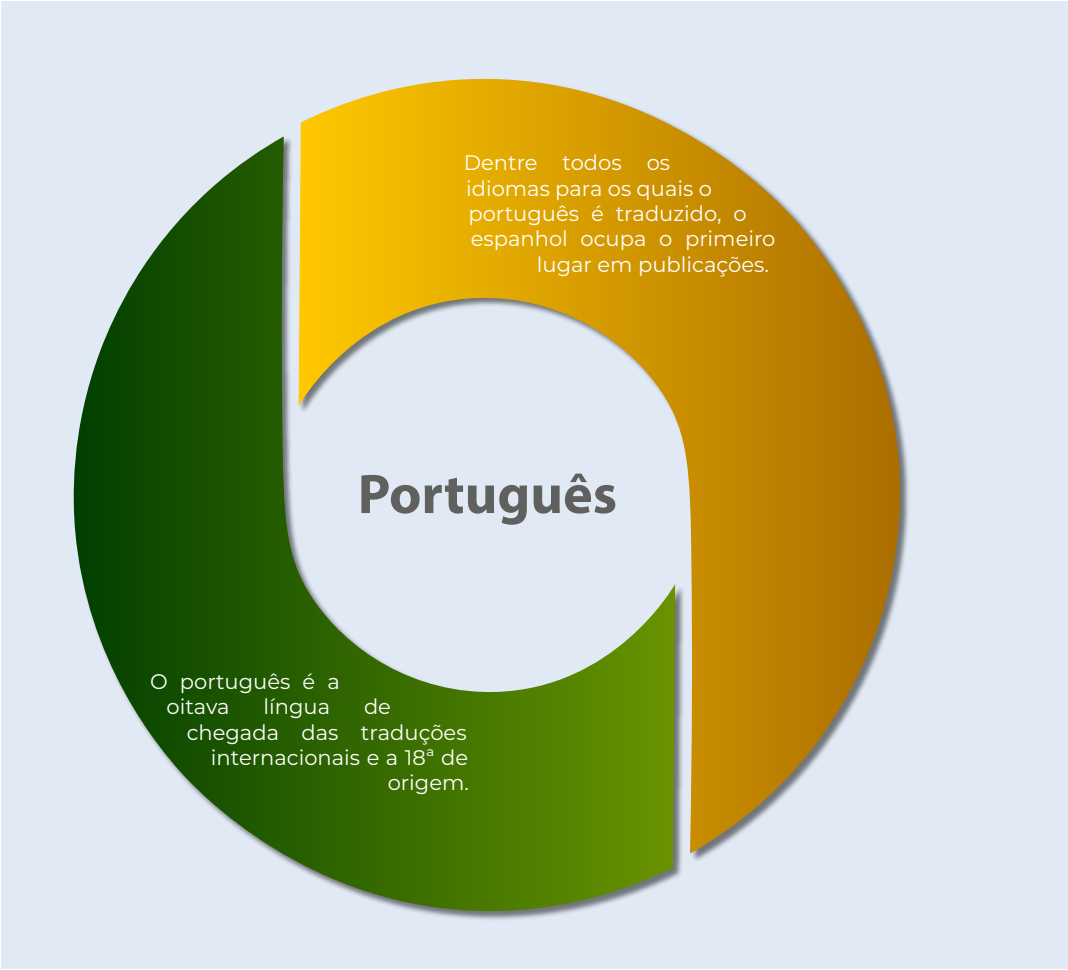
Além do apoio direto ao ensino de português na fronteira, as embaixadas brasileiras auspiciaram, ao longo dos anos, projetos que fortaleciam o bilinguismo de forma indireta. A Embaixada brasileira no Paraguai, por exemplo, auspiciou a publicação de exemplares de obras literárias escritas no chamado "portunhol selvagem" em 2008. Outra iniciativa apoiada pela mesma Embaixada foi projeto de publicação de dicionário trilíngue português, espanhol e guarani em 2011. O dicionário, desenvolvido em parceria com a Fundação Tape Aviru Paraguai e com o leitorado brasileiro junto à Universidade Católica de Assunção, contava com mais de 2.500 verbetes usuais e foi lançado no âmbito da programação oficial das comemorações do bicentenário da independência paraguaia.

A consolidação do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) a partir da década de 2000 seria fator impulsionador das políticas de fortalecimento do bilinguismo na fronteira. Foi nesse âmbito que primeiro foi considerada a possibilidade de criação de uma universidade do MERCOSUL. Embora nunca concretizada, a ideia inspiraria a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pelo governo brasileiro. À semelhança da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que estava voltada para os países de língua oficial portuguesa, a UNILA foi concebida como instituição bilíngue, visando à integração com países de fala espanhola. A Comissão de Implantação da UNILA estabeleceu como seu objetivo "a criação de universidade com vocação internacional, que contribuiria para a integração

latino-americana, com ênfase no MERCOSUL, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais" (UNILA, 2020). A Lei nº 12.189/2010 estabeleceu oficialmente a Universidade, que iniciou suas atividades em 2010 no campus tecnológico da usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR).

Tendo como princípios a interculturalidade e o bilinguismo, a Universidade permitia a seus alunos e professores a utilização tanto do português quanto do espanhol. Os alunos também receberiam formação em português ou em espanhol, conforme sua origem. Na prática, porém, verificou-se a utilização preferencial do português:

> *Las mencionadas relaciones asimétricas están presentes en el contexto de la UNILA y se reflejan principalmente en el uso preferente e, inclusive, en la imposición del portugués como lengua de comunicación privilegada en el contexto académico e institucional. En suma, al no ofrecer una política y un planeamiento lingüístico explícito y coherente, la responsabilidad del mantenimiento del bilingüismo institucional de la UNILA, la planificación y el uso lingüístico se ven delegados en los hablantes, de manera particular, en los profesores y estudiantes.* (OLMO; MUÑOZ, 2019. p. 125)



Apesar de tais especificidades, pode-se afirmar que a UNILA logrou consolidar--se, atendendo desde sua criação a mais de 6 mil estudantes de graduação e pós-graduação, e continua recebendo número expressivo de alunos provenientes dos países vizinhos hispanofalantes, de modo que seu caráter bilíngue foi preservado. A exemplo da UNILA, instituições de ensino superior brasileiras, notadamente na região sul, vêm oferecendo vagas para alunos estrangeiros provenientes das regiões de fronteira, como é o caso da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que ofertou 100 vagas em 2019 para candidatos de nacionalidade argentina e uruguaia.

Outra iniciativa concebida no âmbito do Setor Educacional do MERCOSUL foi a implantação do Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF). Em reunião de ministros da Educação do MERCOSUL, realizada em 2001, foi aprovado o Plano de Ação do SEM para 2001, que estabelecia como objetivo a integração cultural e linguística. A partir desse objetivo, o SEM passa a incentivar o ensino dos idiomas oficiais do MERCOSUL nos países-membros. Com base no Plano de Ação, foi firmada, em 2003, declaração conjunta entre Brasil e Argentina que previa o fortalecimento do ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina. A partir dessa declaração, equipes técnicas da Argentina começaram a elaborar as linhas gerais do projeto para a implantação do bilinguismo nas escolas, com base, principalmente, na experiência das escolas plurilíngues de Buenos Aires.

Implantado em 2001, o projeto das escolas plurilíngues é desenvolvido em 26 escolas primárias de jornada integral da capital argentina, nas quais é intensificado o ensino da segunda língua. Os alunos têm oito horas semanais de língua estrangeira a partir do primeiro ano. A partir do quarto ano incorpora-se carga horária de três a quatro horas semanais de uma segunda língua estrangeira. Em 2020, a cidade de Buenos Aires possuía escolas plurilíngues voltadas ao ensino do inglês, francês, italiano, chinês e português. Havia oito unidades voltadas ao ensino da língua portuguesa, que recebiam apoio da Embaixada do Brasil, principalmente por meio da formação continuada de professores oferecida pelo Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA).

Com base na experiência de Buenos Aires, foi elaborado plano de trabalho, referendado, em 2004, em reunião do SEM. Foram então iniciados contatos entre o Ministério da Educação (MEC) brasileiro e as Secretarias de Educação dos estados e municípios fronteiriços com a Argentina. Ao final desse processo, foram identificadas as primeiras escolas interessadas em participar do programa. Uruguaiana (Rio Grande do Sul), Paso de los Libres (Corrientes), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (Misiones) seriam os primeiros municípios a integrarem o PEIBF, com uma escola em cada cidade. Em 2006, foram incorporados ao projeto os municípios de Foz do Iguaçu (Paraná), Puerto Iguazú (Misiones), São Borja (Rio Grande do Sul) e Santo Tomé (Corrientes), Itaqui (Rio Grande do Sul) e La Cruz (Corrientes). Gradualmente, o programa foi estendido para regiões de fronteira do Brasil com o Paraguai, com o Uruguai e com a Venezuela, totalizando 26 escolas participantes (OLIVEIRA; MORELLO, 2019, p. 59):

Após os primeiros meses da implantação das escolas, os professores participantes identificaram realidades díspares. Enquanto do lado argentino já estava presente entre os alunos certa familiaridade com a língua portuguesa e uma abertura maior ao aprendizado do idioma, no Brasil o contato com o espanhol era mais limitado. Assim sendo, mostrou-se necessário sensibilizar as crianças brasileiras para a importância do aprendizado do espanhol (BRASIL, 2018, p. 13). O objetivo do programa, desde o princípio, foi o desenvolvimento de modelo de ensino comum, criando ambiente de bilinguismo nas escolas participantes. Embora as escolas continuassem seguindo as práticas curriculares e calendários de seus respectivos países, o objetivo final seria a adoção de calendário unificado e modelo curricular comum compartilhado. Nesse sentido, foi estabelecido quadro curricular de referência que previa a elaboração de plano político-pedagógico (PPP) e projeto educativo institucional (PEI), por cada escola participante. O objetivo não era meramente ensinar o outro idioma, mas propiciar aos alunos experiência de interculturalidade:

> *El español y el portugués funcionaban como vectores para la consecución de tales objetivos y como herramientas para la construcción de saberes disciplinarios. No se trataba sólo de enseñar español y portugués sino de enseñar en español y en portugués considerando el bagaje lingüístico y cultural del profesor y de los alumnos. En consecuencia, era necesario contemplar las variedades vernáculas practicadas por las poblaciones de frontera y la presencia del guaraní, que también es oficial en el Mercosur. Cabría también apuntar las variedades de italiano, de alemán y de polaco practicadas como lenguas heredadas en ese ámbito geográfico como otros componentes lingüísticos y culturales pasibles de valorización.* (OLMO; MUÑOZ, 2019, p. 120)

A exemplo do que ocorre nas escolas plurilíngues de Buenos Aires, a exposição dos alunos à segunda língua acontece já no início do ensino fundamental. Para tanto, o programa prevê o intercâmbio docente, a partir da ideia de "escolas-espelho", nas quais os docentes atuam de forma conjunta nas cidades fronteiriças. Essa prática permite que os próprios docentes vivenciem na sua rotina semanal o bilinguismo. A estratégia de ensino poderia variar de acordo com o modelo adotado por cada escola:

> 1) **Escola em Tempo Integral (Jornada Completa)**, com o ensino em L1 em um turno e o ensino em L2 noutro turno, a partir de projetos de trabalho binacionais, formulados de maneira conjunta, desenvolvidos pelas escolas-espelho concomitantemente, com tarefas específicas em cada língua. Nesse modelo há pelo menos dois dias semanais de trabalho em segunda língua e uma carga horária total de pelo menos 6 horas semanais, com possibilidade de ampliação, conforme a disponibilidade de espaços escolares adequados. Sendo uma escola de tempo integral, os alunos terão ademais das horas reservadas aos projetos em segunda língua, outras atividades e oficinas nos dias não destinados à educação bilíngue.

> 2) **Escola em Contra-Turno,** com um funcionamento semelhante à Escola em Tempo Integral, mas somente com as atividade de educação bilíngue intercultural no turno contrário.
> 3) **Escola em Turno Único**, com projetos de trabalho binacionais consensuados na escola, realizados de forma bilíngue, com tarefas específicas em cada uma das línguas. Em dois dias por semana o ensino, ao exemplo de uma das escolas, é realizado em segunda língua dentro do próprio turno, num total de, no mínimo, cinco horas semanais com possibilidade de expansão para seis horas semanais. (BRASIL, 2018, p. 23)

A contribuição das universidades na elaboração do programa correspondia essencialmente à formação docente e à assessoria pedagógica. O Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), com sede na cidade de Florianópolis, teve papel destacado no início do programa. A partir de 2012, ganharam importância universidades próximas à região de fronteira, como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana e o Instituto Misiones (Argentina). O objetivo das capacitações era preparar os docentes para a elaboração de projetos de ensino que contemplassem as relações históricas, econômicas e culturais das áreas de fronteira. A proposta também previa a organização de repositório das formações, designado "Centro de Memorias". "O PEIBF constituiu-se, portanto, desde seus fundamentos, como uma iniciativa de promoção do bilinguismo estabelecida como uma rede de formação e informação contínua, que possibilitava rapidez nos encaminhamentos e impulsionava o protagonismo de todos os envolvidos" (OLIVEIRA; MORELLO, 2019, p. 69).

Deve-se ter presente que o português e o espanhol são falados por mais 600 milhões de pessoas em 31 países como língua oficial e como segunda língua, e como língua de herança em diversos outros. Somados os dois idiomas têm mais de 2,5 milhões de verbetes na Wikipédia, colocando-se em segundo lugar depois do inglês. A integração entre ambos os espaços, portanto, tende a potencializar a importância internacional de ambos os idiomas. A fronteira mostrou-se historicamente como ambiente natural para esta integração, de modo que faz sentindo investir em projetos que a potencializem. O êxito dos núcleos de estudo implantados na região de fronteira do Brasil com o Uruguai é experiência que pode vir a ser replicada em outras cidades na fronteira que disponham de consulados ou de vice-consulados brasileiros. O PEIBF vem inspirando diversas escolas bilíngues, como serve de exemplo o Centro de Atendimento Integral à Criança, em Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia. Nada impede que o programa venha a ser eventualmente ampliado inclusive no interior dos estados fronteiriços. Na verdade, a integração é um processo espontâneo que nasce das próprias circunstâncias das populações da fronteira. Cabe ao governo, sobretudo, servir de agente facilitador desse processo.

Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira

O Brasil possui fronteiras com 10 dos 12 países da América do Sul, com extensão total de 16885.7 km. Somente Chile e Equador não possuem fronteiras com o Brasil.

Referências

ACTA de la XXI Reunión del Grupo de Trabajo de Escuelas Interculturales de Frontera (GTEIF). *Setor Educacional do MERCOSUL*, 24 abr. 2017. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/estatisticas/finish/1365-2017/888-mercosul-rme-ccr-crceb-gt-eif-xxi-02-17.html>. Acesso em: 31 jan. 2021.

COUTO, Karen. *Breve panorama do ensino do português na Guiana Francesa*. Disponível em: <https://dareic.ins.ac-guyane.fr/Partenaires-bresiliens-de-l-academie.html>. Acesso em: 31 jan. 2021.

INFORMAÇÃO sobre difusão da língua portuguesa. *Embaixada do Brasil na Colômbia*.

INFORMAÇÃO sobre visita à Escola Secundária Saint Ignatius, em Lethem, Guiana, em 30 de outubro de 2019. *Embaixada do Brasil na Guiana*.

JAIME, Cleber Santos. *CAIC* – A construção de uma escola na fronteira Brasil-Bolívia. Dissertação (Programa de pós-graduação em Estudos Fronteiriços). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1762>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MARTINS, Viviane Ferreira. Formación sociolingüística e intercultural para professores de ELE en contexto de diversidad lingüística: un estudio de caso en la frontera Brasil-Bolivia. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 81, n. 1, p. 189-210, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Escola de fronteira. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-fronteira/escola-de-fronteira>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. Mapa das cidades gêmeas. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/mapa_cidades.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Rede Brasil Cultural. A língua portuguesa como ponte entre Brasil e Uruguai, p. 246. 2021a. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/images/Arquivos_PDF/Historia_dos_Centros_Culturais.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Rede Brasil Cultural. Núcleo de Estudos Brasileiros em Rio Branco: integração fronteiriça com base no idioma, p. 242. 2021b. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/images/Arquivos_PDF/Historia_dos_Centros_Culturais.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

HISTÓRIA da UNILA. *Universidade Federal da Integração Latino-americana* (UNILA), 27 out. 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila>. Acesso em: 31 jan. 2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; MORELLO, Rosângela. A fronteira como recurso: o bilinguismo português-espanhol e o Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira do MERCOSUL (2005-2016). *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 81, n. 1, p. 53-74, 2019.

OLMO, Francisco Javier Calvo del, MUÑOZ, Angela María Erazo. La intercomprensión como herramienta para la integración educativa en el espacio sudamericano: posibilidades, dinámicas y límites a partir de las experiencias del programa PEIF y de la UNILA. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 81, n. 1, p. 115-134, 2019.

ROSA, Tamíris Centeno Pereira. Unipampa publica edital de processo seletivo para fronteiriços, 2019. Disponível em: <https://unipampa.edu.br/portal/unipampa-publica-edital-de-processo-seletivo-para-fronteiricos>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, Adriana Nascimento; REIS, Sirlei Pereira dos. Desafios do ensino de Língua Portuguesa na fronteira – Brasil/Paraguai. *Revista Mundo Livre*, v. 4, n. 2, p. 3-12, ago./dez. 2018.

SILVA, Lourdes Serafim da; BRESSANIN, Joelma Aparecida. O ensino de línguas na região de fronteira: processos de subjetivação do aluno imigrante. *Gragoatá*, v. 22, n. 42, p. 308-328, jan./abr. 2017.

STURZA, Eliana Rosa. Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 81 n. 1, p. 97-114, 2019.

Telegrama 137/2011. Brasil-Paraguai. Programa de Difusão Cultural dos Postos. Encaminhamento de propostas. Embaixada do Brasil no Paraguai.

Idiomas sem fronteiras

O programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) foi instituído com esse nome em 2014, quando as ações do programa passaram a propiciar a formação e a capacitação em sete idiomas, não apenas em inglês, como foi inicialmente criado em 2012. As ações do IsF foram geridas pelo Ministério da Educação (MEC) de 2012 a 2018.

Em 2019, as ações do programa passaram a ser de responsabilidade da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que criou a Rede Andifes IsF.

A Rede Andifes IsF tem como finalidade propiciar a formação inicial e continuada e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES) que aderirem à Rede, de professores de idiomas da rede pública de Educação Básica, bem como a formação e a capacitação linguística de estrangeiros em português, contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o Brasil. As ações empreendidas no âmbito da Rede Andifes IsF são complementares às atividades de internacionalização das IES e de outras políticas públicas de internacionalização da Educação Superior brasileira (ANDIFES, 2019). Em andamento estão também tratativas para ampliar o acesso de instituições estaduais e municipais, de modo que se crie uma rede organizada de ensino/pesquisa/extensão e de gestão para que as IES possam reconhecer o trabalho executado pelos especialistas vinculados à Rede.

Dessa forma, a Rede IsF passa a ser gerida pelos especialistas e pelas próprias IES brasileiras com o apoio de associações como a ANDIFES e outras para: promover a participação das IES junto à Rede IsF; auxiliar nos acordos estabelecidos com parceiros nacionais e internacionais da Rede; dar visibilidade às ações empreendidas pela Rede; acompanhar, avaliar e divulgar os resultados das ações realizadas, bem como nomear especialistas para compor o Núcleo Gestor da Rede.

O Núcleo Gestor é composto por um coordenador nacional da Rede, um coordenador de ensino de línguas e tecnologia e um coordenador para cada um dos idiomas

contemplados no IsF: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês e português para estrangeiros. É no contexto das iniciativas do Português para Estrangeiros que se concentram as mais relevantes contribuições do IsF para a difusão da língua portuguesa.

Foi em 2016 que o português, como língua estrangeira para falantes de outras línguas, começou a trilhar seu caminho de sucessos, avanços e desafios no âmbito do IsF. A Portaria nº 30/2016 ratificou, como um dos objetivos do IsF, o fortalecimento do ensino de língua portuguesa do Brasil e a cultura brasileira no exterior – e o Edital nº 29/2017 colocou as ações da área de Português para Estrangeiros como impulsionadoras de Núcleos de Línguas (NucLi-IsF), inclusive no que dizia respeito a aporte financeiro pelo MEC (Quadro 1).

Quadro 1. Valor de capital repassado por tipo de NucLi – MEC 2017

Tipo de NucLi-IsF	Idiomas	Percentual de Recursos de Capital
NucLi-IsF Tipo 1	Inglês	10% do valor de custeio a ser repassado para a universidade
NucLi-IsF Tipo 2	Inglês + Português como língua estrangeira	20% do valor de custeio a ser repassado para a universidade
NucLi-IsF Tipo 3	Inglês + Português língua estrangeira + outro(s) idioma(s)	30% do valor de custeio a ser repassado para a universidade

Fonte: Edital 29/2017 (Item 3.3.1.1)

Esta iniciativa aponta a importância do IsF na definição de políticas linguísticas nas IES para o fortalecimento do ensino de Português para Estrangeiros e de ações que promovem a língua portuguesa como língua de integração e de ciência, além de impulsionar o ensino de outros idiomas sob a perspectiva da diversidade e da pluralidade.

Atualmente, são mais de 90 IES que tiveram suas políticas linguísticas discutidas e aprovadas por conselhos superiores das instituições. Essas políticas, em sua maioria, indicam o fomento e a oferta de português para estrangeiros, além de apoiar ações formativas para os professores de idiomas.

É importante destacar que o português assume um papel articulador junto às outras línguas no âmbito da internacionalização. Considerando que a assinatura de acordos de cooperação econômica, científica e tecnológica com outros países têm impulsionado a expansão do mercado linguístico do português e que, do mesmo modo, favorecem o surgimento de novos acordos e projetos de cooperação (CARVALHO; SCHLATTER, 2011), é de extrema importância que os países de língua portuguesa invistam em ações que elevem o português em contextos plurilíngues e pluriculturais.

Enquanto avanços para o português no âmbito do IsF destaca-se também a ampliação de oferta de vagas para estrangeiros em cursos presenciais de português nas IES brasileiras, além do número de professores em formação (inicial ou continuada) participantes do programa nos anos de 2017 e 2018. O IsF chegou a

ofertar 8.254 vagas para estrangeiros nas IES brasileiras e oportunizou o contato de 100 professores com especificidades do ensino de PLE.

Tendo em vista que o português começou a ser ofertado de fato em 2017, o número de NucLi-IsF que incorporaram a oferta da língua portuguesa, juntamente com o inglês e/ou outros idiomas, aumentou significativamente (Tabela 1).

Tabela 1. Número de IES brasileiras por oferta de idiomas em 2019

IES brasileiras	Alemão	Francês	Espanhol	Italiano	Japonês	Português
Federais	19	44	41	13	5	48
Estaduais	2	4	8	3	1	12
Total	**21**	**48**	**49**	**16**	**6**	**60**

Fonte: Núcleo Gestor IsF

Com isso, a oferta de cursos de português nas IES foi ampliada, oportunizando que estrangeiros se integrem às comunidades interna e externa e às universidades. Merecem destaque também: a) a ampliação da oferta de cursos que se propunham a acompanhar os estrangeiros em mobilidade nas IES brasileiras, seja em nível de graduação, seja em nível de pós-graduação e b) o aumento de oferta de vagas para atender ao programa PEC-G (BRASIL, 2013). Para o ano de 2019, por exemplo, houve a criação de 60 vagas a mais e algumas IES (i.e., Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN e Universidade Federal de Goiás – UFG) iniciaram as tratativas para participação no referido programa. Dentre as IES apresentadas na Tabela 1, estão também várias que passaram a ofertar cursos de português pré-PEC-G e a aplicar o Exame Celpe-Bras, após credenciamento pelo Inep sob demanda do IsF. O IsF promoveu a ampliação dos postos aplicadores Celpe-Bras, pois conseguiu, junto à presidência do INEP, que as universidades federais pudessem ser credenciadas como postos aplicadores no momento do credenciamento ao edital do Programa IsF. Com isso, cerca de 37 novos polos foram autorizados no país, resolvendo solicitações de credenciamento que há muito tempo estavam aguardando autorização.

Além da oferta de cursos presenciais de Português, foi constatada a ampliação de espaços para formação de professores de Português para Estrangeiros, impulsionada por ações do IsF. Em 2018, a partir de um levantamento junto a 51 IES vinculadas ao Programa (total de 60), constatamos que 60,8% não ofertava espaços de formação de professores de Português Língua Estrangeira (PLE) antes da adesão ao IsF.

A ampliação de oferta de espaços para formação de professores também impactou nas discussões sobre a reformulação curricular dos cursos de Letras no Brasil, de modo a colocar a área de PLE como estratégica para a formação de futuros professores que atuarão no Brasil e também no exterior. No entanto, mudanças de currículo envolvem planejamento e mais políticas a médio prazo e, por isso, os

frutos desse impacto só poderão ser avaliados daqui a alguns anos nos cursos de Letras das IES brasileiras.

Em relação à formação de professores de PLE ainda, o IsF, em parceria com a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE), promoveu, no ano de 2019, quatro oficinas para coordenadores e instrutores de PLE das IES credenciadas ao IsF. As oficinas tiveram como objetivo criar espaços de aprendizagem acerca do ensino de PLE, uma vez que muitos coordenadores e instrutores IsF-Português começaram suas trajetórias nessa área a partir do momento que suas IES se credenciaram ao IsF e passaram a ofertar ações de PLE por demandas institucionais. Em 2018, foi constatado que 70,6% dos instrutores que estavam atuando com o ensino de Português não tinham formação específica em PLE. As oficinas foram realizadas em diferentes regiões do Brasil de modo a descentralizar e permitir maior intercâmbio entre os participantes, configurando-se como comunidades de prática (WENGER, 1998). Aconteceram no mês de maio, na Universidade de Londrina (UEL), no mês de julho, na Universidade Federal de Goiás (UFG); no mês setembro, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e no mês de novembro, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A coordenação nacional do português da Rede Andifes IsF e a presidência da SIPLE têm se articulado para retomar a realização das oficinas em 2021.

Ainda com relação ao impacto do IsF na área de PLE, o Programa recebeu, em 2017, um aporte financeiro da Embaixada dos Estados Unidos como resultado do prêmio Distinguished Humphrey Leadership Program (2016), ofertado pelo Departamento de Estado daquele país, que colocou o IsF entre os 10 programas mundiais com maior impacto nas comunidades locais. Esse recurso foi destinado para viabilizar um intercâmbio para dez estudantes brasileiros e dez estudantes estadunidenses de modo que cada grupo vivenciasse a IES do parceiro por um período de oito semanas. O Projeto Piloto Letras sem Fronteiras (LsF), como passou a ser chamado, começou a ser planejado em 2017 e foi executado em 2018. A parceria aconteceu entre o IsF e a American Association of State Colleges and Universities (AASCU). Como o objetivo era proporcionar aos professores, pré-serviço, a oportunidade de vivenciar a língua inglesa e a cultura americana, experimentar o estilo de vida acadêmica naquele país, inserindo cada vez mais os futuros professores no contexto da internacionalização da Educação Superior, bem como oportunizar aos estudantes brasileiros o contato com o ensino de português no exterior, os dez estudantes selecionados foram bolsistas IsF que já atuavam como professores de inglês nos NucLi-IsF em suas IES de origem. Desse modo, já na seleção desses estudantes, sua participação em atividades e/ou experiência na área de PLE foram pontuadas, e eles receberam uma capacitação em PLE ministrada pela equipe IsF, antes da ida para os Estados Unidos.

Quadro 2. Parcerias Projeto Piloto LsF: Brasil-Estados Unidos/2018

IES brasileiras participantes	IES estadunidenses participantes
Universidade Federal do Ceará (UFC)	University of South Alabama (USA)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Northern Arizona University (NAU)
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	New Jersey City University (NJCU)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Troy University
Universidade de Brasília (UnB)	Missouri State University (MSU)

Fonte: Relatório LsF – Núcleo Gestor

A parceria com os Estados Unidos mostrou-se uma iniciativa sustentável, de baixo custo e caráter bilateral, para promover mobilidade de curto prazo a estudantes tanto da graduação como da pós-graduação.

A avaliação e a divulgação dos resultados da parceria com os Estados Unidos levaram também o Canadá a propor uma parceria para o IsF. A segunda edição do Projeto LsF foi realizada com a Languages Canada, uma organização de instituições públicas e privadas de ensino de línguas no Canadá, reconhecida pelo governo canadense e pelas instituições de ensino superior internacionalmente. O intercâmbio foi oportunizado a seis estudantes brasileiros e seis estudantes canadenses, que passaram entre seis e oito semanas em uma IES brasileira, em 2019. Para a seleção dos estudantes brasileiros foram seguidos os mesmos critérios da edição anterior e a preparação para o ensino de PLE no Canadá também foi planejada e realizada pela equipe do IsF.

Quadro 3. Parcerias Projeto LsF: Brasil-Canadá/2019

IES brasileiras participantes	IES canadenses participantes
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	University of Ottawa
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Algonquin College
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Dalhousie University

Fonte: Relatório LsF – Núcleo Gestor

Os resultados da segunda parceria também apontaram sucessos, desafios e caminhos para futuras iniciativas da mesma natureza. Em ambas as edições do LsF foram geradas informações, que depois de compiladas e analisadas, subsidiaram publicações (no prelo).

Em 2020, já com o apoio da ANDIFES, foi realizada a terceira edição do LsF, naquele momento em parceria com a Embaixada da Espanha. O edital de seleção foi

publicado em abril de 2020 e 168 estudantes dos cursos de Letras Espanhol das IES credenciadas à Rede IsF concorreram a cinco vagas ofertadas pela Embaixada da Espanha para a atuação de brasileiros como assistentes de conversação na Espanha. A preparação de quinze estudantes selecionados se deu por meio de curso *on-line* elaborado e ministrado por docentes universitários de PLE credenciados ao IsF. A participação no curso *on-line* de formação, com carga de 60 horas, era obrigatória e requisito para a continuidade dos estudantes no processo de seleção para as cinco vagas ofertadas pela Embaixada da Espanha. A permanência dos brasileiros na Espanha foi prevista para um período de sete meses, de outubro de 2020 a maio de 2021. A coordenação nacional de português para estrangeiros ficou responsável também pelo acompanhamento das atividades realizadas por esses estudantes, que foram destinados ao Ensino Secundário de quatro comunidades autônomas na Espanha, a saber: Andaluzia, Castela e Leão, Estremadura e Galiza. Em meados de outubro de 2020, a Embaixada da Espanha anunciou a ampliação do número de vagas, permitindo que mais três selecionados tivessem a oportunidade de participar do intercâmbio, totalizando oito vagas. O período de intercâmbio dos três últimos estudantes ficou estabelecido entre janeiro e maio de 2021.

Como principal impacto das ações do LsF destaca-se o fortalecimento das relações de cooperação no campo das humanidades entre as instituições educacionais e culturais dos países envolvidos nas parcerias e o Brasil. Pelo viés da formação docente inicial, observa-se que, desde a criação dos NucLi-IsF, nas Instituições Federais de Ensino Superior em 2013, o IsF tem oferecido espaço para a formação docente a partir da participação de estudantes e licenciados em Letras.

Com isso, destaca-se o papel do IsF: na promoção de oportunidades de intercâmbio acadêmico-cultural para professores de línguas em formação inicial/continuada, nas quais eles divulgam a língua portuguesa e a diversidade cultural brasileira no exterior; na valorização das licenciaturas nas línguas ofertadas pelo IsF e no fortalecimento dos processos de internacionalização nas universidades brasileiras.

O ano de 2020 também foi marcado, no âmbito da Rede Andifes IsF, pelo planejamento de ações integradas de modo a promover formação de professores, proficiência linguística e internacionalização. Uma das ações já em estágio bastante avançado é o Curso de Especialização para o ensino de línguas estrangeiras para a internacionalização, que será ofertado na modalidade a distância. Essa é uma proposta que busca oferecer formação qualificada que incida na atuação de professores(as) de línguas em contextos de internacionalização. O curso será ofertado em trilhas de modo a oportunizar formação de professores dos sete idiomas envolvidos no IsF. Os cursistas que escolherem a trilha do Português para Estrangeiros serão certificados como "Especialistas em Língua Estrangeira para Internacionalização: Português". O curso será ofertado em rede, por cinco universidades federais, tendo 53 universidades federais como polo de estudos e aplicadores da parte prática das atividades curriculares.

O IsF, desde sua criação em 2012, sempre atuou em parceria com órgãos internacionais na promoção e divulgação dos idiomas do programa. Como relatado anteriormente, as ações do programa foram viabilizadas com parceiros como a

Embaixada Americana, a organização Languages Canada e a Embaixada da Espanha, bem como com a Fulbright, a Embaixada Britânica, o Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD), a Agence Universitaire de la Francophone, a Wallonie Bruxelles, o Grupo + Unidos, a Embaixada Italiana e a Fundação Japão.

Para o português, a articulação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem se mostrado exitosa. Em 2020, foi obtido apoio institucional e financeiro para a elaboração de parte do material didático para o Curso de Especialização da Rede Andifes IsF. A contribuição será dada por especialistas na área de PLE que atuam no exterior, identificados pelo núcleo gestor, os quais, em articulação com embaixadas e consulados brasileiros, aportarão conteúdos e reflexões sobre as especificidades do ensino de PLE dentro e fora do Brasil.

No entanto, é preciso considerar que a busca por parceiros ainda é um desafio para área de PLE no âmbito do IsF. Um outro desafio que se torna ainda mais premente no cenário atual é o de ofertar cursos de português para estrangeiras totalmente a distância.

Neste sentido, o ano de 2020 foi um laboratório para o ensino a distância no mundo todo, inclusive para o IsF-Português, já que a pandemia da COVID-19 criou a demanda e foi preciso aprender fazendo. Várias IES ofertaram cursos *on-line* nos NucLi-IsF e os relatos de experiências têm sido bastante encorajadores e promissores. As experiências de IES como a da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da Universidade Federal da Fronteira Sul/SC (UFFS), apenas para citar algumas IES que ofertaram cursos de português a distância no ano de 2020, pelo IsF, mostraram que a Rede IsF tem ferramentas, formação e capacidade de avançar no ensino de português a distância.

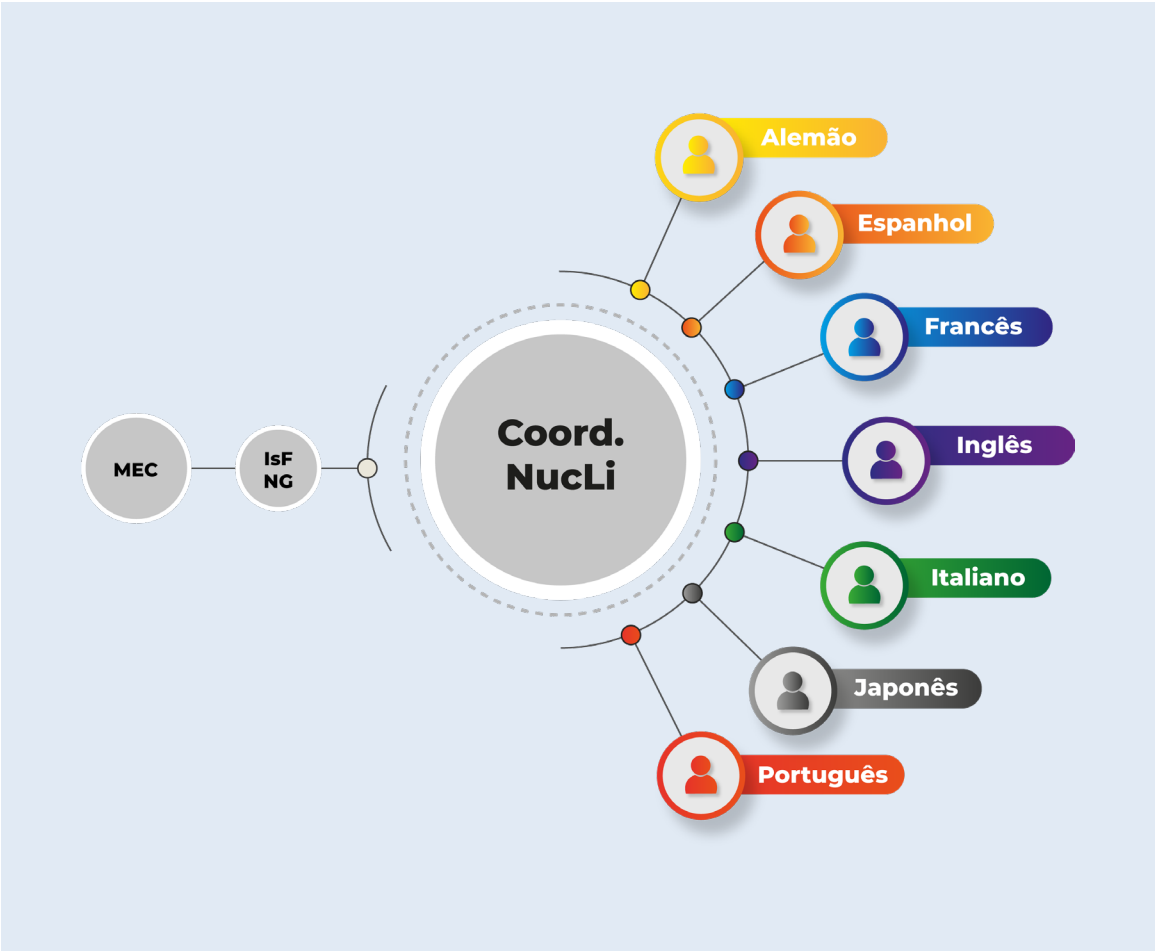
A projeção de ações para a oferta de cursos de português para além da sala de aula presencial, que no âmbito do IsF tem sido feita nas IES brasileiras, fortalece os espaços de promoção e divulgação da língua portuguesa no exterior, "uma língua pluricêntrica que tem mostrado nos últimos anos a sua importância como idioma de projeção global" (MENDES, 2016, p. 293).

O repertório de conhecimento construído pela Rede IsF, conjuntamente com tantas outras iniciativas brasileiras, coloca o país em lugar privilegiado para planejar, implementar e colaborar para que o português ocupe espaços ainda não preenchidos. Um dos horizontes que não se pode perder de vista é que o trabalho colaborativo e em parcerias tem maior potencial de elevar a língua portuguesa em sua perspectiva de língua pluricêntrica. Mendes e Furtoso (2018) acreditam que o trabalho na perspectiva do desenvolvimento de práticas de ensino e de formação de professores culturalmente sensíveis aos sujeitos nelas envolvidos seja "uma grande tendência contemporânea, justamente porque desloca o nosso interesse do conhecimento de línguas *stricto sensu*, para as relações que se desenvolvem na e com a língua a ser aprendida, e para os sujeitos que estão em interação" (p. 22).

Considerando a perspectiva do português como língua pluricêntrica, o IsF tem investido em seleção e produção de material didático para o ensino de português que

contemple a diversidade linguístico-cultural do Brasil, bem como dos demais países da CPLP. O material didático disponível no Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE), por exemplo, tem sido uma fonte tanto para o ensino de PLE como para a formação de professores culturalmente sensíveis. O Curso de Especialização da Rede IsF também prevê na trilha do Português espaços que: a) ampliem a visão da pluralidade do português, seja em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos; b) explorem o valor econômico da língua portuguesa, ações e perspectivas de colaboração no espaço da CPLP, passando pelos Direitos Linguísticos; c) promovam conhecimento e reflexão para o ensino de português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), passando pela relação do português com as línguas autóctones; d) expandam a perspectiva identitária e de pertencimento nas práticas de língua e de ensino do Português como Língua de Herança e e) oportunizem a sensibilização para a diversidade linguístico-cultural do português em diálogo com a diversidade dos países de origem dos aprendizes de PLE.

Dado o crescente interesse dos interlocutores do campo do PLE no Idiomas sem Fronteiras, em vista de seu caráter estruturante para políticas educacionais as mais diversas, projeta-se um alvissareiro futuro para o programa, com novas iniciativas, novas conquistas e novos desafios.



Professores e vagas ofertadas por idioma

ALEMÃO

2016 a 2018	
Professores	40
Vagas ofertadas	2.388

ESPANHOL

2016 a 2018	
Professores	88
Vagas ofertadas	6.240

FRANCÊS

2016 a 2018	
Professores	72
Vagas ofertadas	5.400

INGLÊS

2014 a 2018	
Professores	1.140
Vagas ofertadas	337.317

ITALIANO

2016 a 2018	
Professores	24
Vagas ofertadas	2.810

JAPONÊS

2014 a 2018	
Professores	32
Vagas ofertadas	2.110

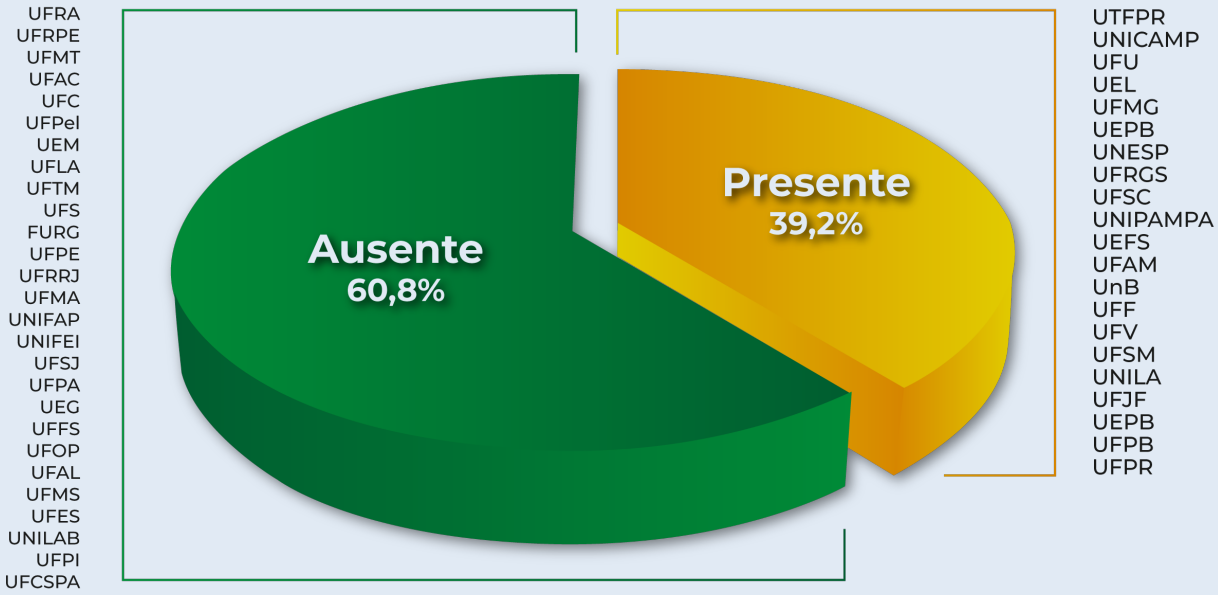
PORTUGUÊS

2017 a 2018	
Professores	100
Vagas ofertadas	8.254

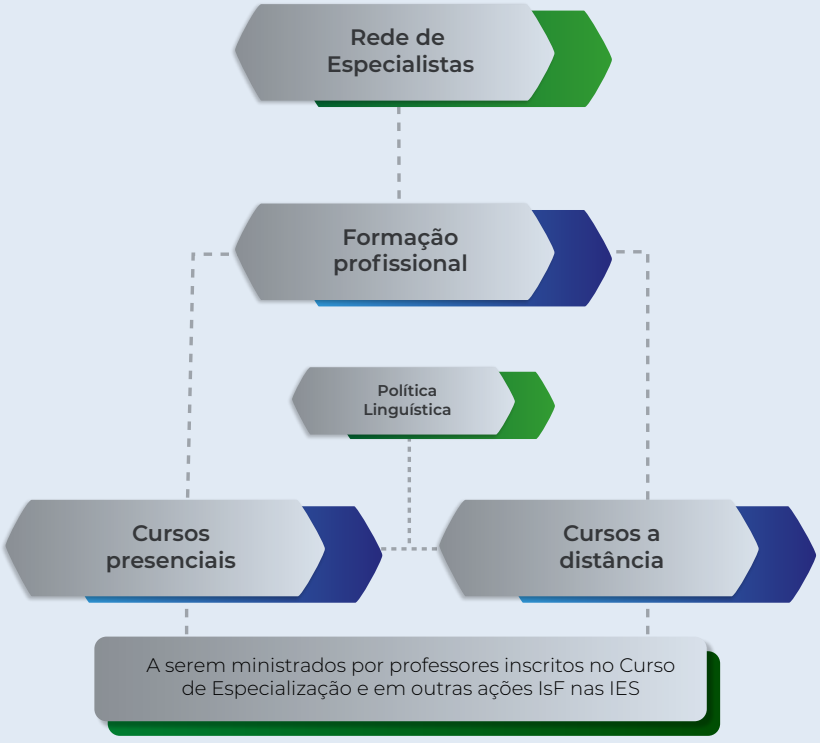
TOTAL	1.496 PROFESSORES	364.519 VAGAS OFERTADAS

Impacto do IsF para oferta de formação de professores de PLE/PLA

Oferta de formação professores de PLE/PLA antes da adesão ao IsF-Português



Conceito



Idiomas sem Fronteiras: evolução histórica

Propósito da rede IsF

Referências

ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES-FILHO, W. B. O Programa idiomas sem fronteiras. *In*: ABREU-E- LIMA, D. M.; MORAES-FILHO, W. B.; SARMENTO, S. (Org.). *Do Inglês sem fronteiras aos idiomas sem fronteiras*: a construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016, p. 293-308.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *Edital de chamada às instituições federais de ensino superior membros da Andifes para adesão à rede andifes nacional de especialistas em língua estrangeira – Idiomas sem Fronteiras*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/institucional/redeisf/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. *Relatório de credenciamento de especialistas – 1a adesão*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/institucional/redeisf/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. *Resolução do Conselho Pleno da Andifes Nº 01/2019*. Cria na estrutura da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) a Rede ANDIFES Nacional de Especialistas em Língua Estrangeira – Idiomas sem Fronteiras, denominada Rede Andifes IsF. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Portaria-de-Cria%C3%A7%C3%A3o-da-Rede-IsF-na-Andifes.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. *Resultado Credenciamento IFES-ANDIFES* à *Rede IsF*. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/institucional/redeisf/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital 29/2017. Edital de chamada pública para recredenciamento de universidades federais para atuação como Núcleo de Línguas (NucLi-IsF) no âmbito do programa Idiomas sem Fronteiras (IsF). Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_29_2017.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. *Idiomas sem Fronteiras. Pesquisas e relatórios*. Disponível em: < http://isf.mec.gov.br/pesquisas-e-relatorios>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. *Portal IsF*. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. Portaria MEC 30/2016. Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/images/2016/janeiro/Portaria_30_IdiomassemFronteiras_2016.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. Portaria MEC 973/2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. Portaria nº 1.466/2012. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/ingles/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 59/2017. Disponível em: <http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital59_ChamadaEstaduais.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

CARVALHO, S. C.; SCHLATTER, M. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 42, p. 260-284, jun. 2011.

COOPER, R. *Language planning and social change*. Avon: Cambridge University Press, 1989.

MENDES, Edleise. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE. *In*: ORTIZ ÁLVAREZ, Maria Luisa; GONÇALVES, Luis (Orgs.). *O mundo do português e o português no mundo afora:* especificidades, implicações e ações. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 293-310.

MENDES, Edleise.; FURTOSO, Viviane Bagio. Orientações do PPPLE para a produção de materiais e recursos didáticos: uma perspectiva plural para aprender, avaliar e ensinar em PLE/PLNM. *In:* MENDES, E; FURTOSO; V. B. (Orgs.). *Revista Plat*ô, v. 4, n. 7, 2018, p. 20-29.

PPPLE. *Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna*. Disponível em: <https://ppple.org/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SARMENTO, Simone; KIRSCH, William. Inglês sem fronteiras: uma mirada ao contexto de prática pelo prisma da formação de professores. *Ilha do Desterro,* v. 68, n. 1, p. 47-59, Florianópolis, jan./abr., 2015.

WENGER, Etienne. *Communities of practice*: learning, meaning, and identity. Cambridge University Press, 1998.

Instituições de ensino superior

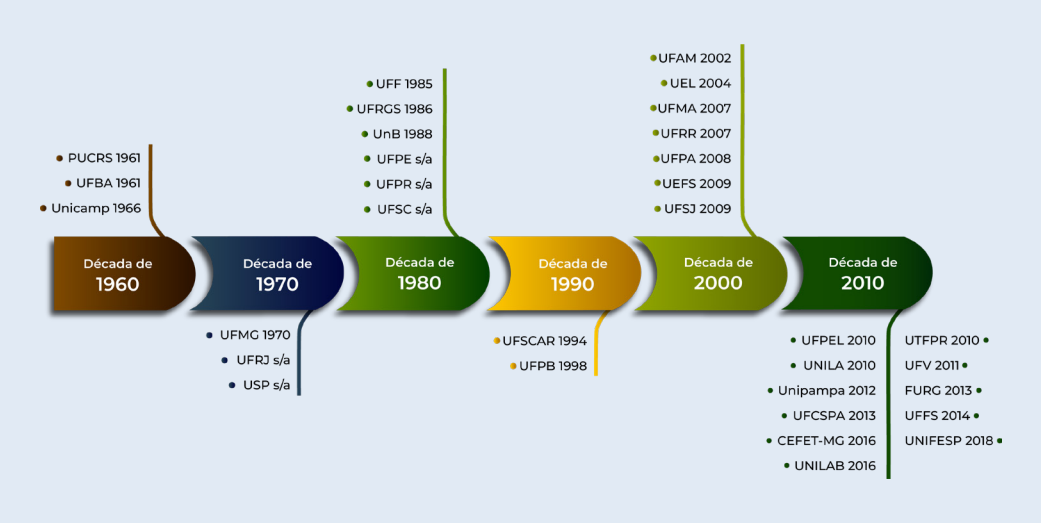
As universidades brasileiras concentram um complexo sistema de ações e atores que contribuem para a promoção e difusão do português no exterior. Nesse âmbito, destaca-se, especificamente, o protagonismo de instituições de ensino superior (IES) do país na área de português língua estrangeira/português língua adicional (PLE/PLA).

A extensão universitária pode ser considerada como elemento fundador da área de PLE/PLA nas IES brasileiras, sendo até hoje o espaço mais consolidado em termos de ensino de português para falantes de outras línguas. Considerando sua larga história, com início na década de 1960, pode-se mapear quando ocorreram os primeiros cursos de PLE/PLA em algumas IES do país. Para tal, faz-se necessário delimitar diferentes naturezas do que se poderia entender, na comunidade de professores e pesquisadores da área, por "início do PLE/PLA na sua universidade", chegando-se a alguns elementos distintos, os quais podem ser implementados como extensão, graduação ou pós-graduação, a saber: a) oferta de cursos de PLE/PLA; b) oferta de cursos de formação de professores de PLE/PLA; c) desenvolvimento de pesquisa em PLE/PLA e d) fundação de Institutos, Programas, Núcleos ou Grupos de PLE/PLA.

A Figura 1, a seguir, resume informações compiladas relativas ao item (a) especificamente e, por esta razão, apresenta algumas diferenças em termos de datas em comparação a outras publicações sobre o tema que consideraram como critério a noção ampla "início da área". Em alguns casos, como o da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), os primeiros cursos foram ofertados através da fundação do Instituto de Português para Estrangeiros, em 1961 (ANDRIGHETTI, 2020, p. 96), já no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os primeiros cursos foram ofertados em 1986, e a fundação do Programa de Português para Estrangeiros (PPE) ocorreu apenas em 1993 (SCHLATTER; BULLA; SCHOFFEN, 2019), assim como na Universidade de Brasília (UnB), na qual os cursos começaram em 1988 e somente em 1990 foi

criado o Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL).

Figura 1. Oferta de cursos de PLE/PLA



Como pode ser observado, a Figura 1 apresenta uma cronologia que acena para possíveis origens de programas de ensino de PLE/PLA e de cursos de graduação em PLE/PLA hoje consolidados nas IES brasileiras, bem como para um complexo emaranhado de relações entre universidades e ações governamentais para a promoção do português no mundo. Nas diferentes décadas, é recorrente a relação entre a oferta de cursos de PLE/PLA na extensão e o estabelecimento de protocolos de cooperação internacional entre universidades brasileiras e estrangeiras. Nas décadas de 1960 e 1970, pode se relacionar o surgimento da oferta de cursos de PLE/PLA nas universidades com a fundação dos primeiros Centros Culturais Brasileiros pelo MRE, com o início do Programa de Leitorado/MRE-CAPES, bem como com a grande quantidade de professores universitários que realizaram seus doutorados no exterior e se depararam com demandas de ensino de PLE/PLA e elaboração de materiais didáticos. Criado pelo governo brasileiro há mais de 50 anos (1960), o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) também pode ser entendido como outro marco promotor da área de PLA no Brasil.

A década de 1980 é reconhecida na comunidade acadêmica da área como o período de ampliação do ensino de PLE/PLA na extensão (ver diferentes perspectivas históricas da área em ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008; CARVALHO S.; SCHLATTER, 2011; ALMEIDA FILHO, 2012; FURTOSO, 2015; MENDES, 2018, 2019; SCARAMUCCI; BIZON, 2020; BULLA; KUHN, 2020; SCHLATTER; BULLA; COSTA, 2020b). Um dos principais motivos está relacionado ao Exame Celpe-Bras, criado na década de 1990, como símbolo de consolidação de PLE/PLA no Brasil. Para sua elaboração, foram convocados especialistas da área, provenientes de diferentes universidades brasileiras, para formar parte da Comissão Técnico-Científica do exame, através da Portaria nº 101 anunciada pela Secretaria

de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). Esses especialistas também foram convidados a criar programas de extensão para ensino de PLE/PLA nas instituições em que atuavam.

Outra ação política de extrema importância para a consolidação da área foi a fundação da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) no início da década de 1990, vinculada inicialmente à Unicamp. Já reconhecido como um importante espaço para formação de professores, intercâmbios científicos e estabelecimento de colaborações interinstitucionais, o 1º Seminário da SIPLE aconteceu em 1994, na mesma universidade fundadora, sendo que o primeiro evento no exterior aconteceu em Buenos Aires, Argentina (7° Congresso da SIPLE/CONSIPLE – 2009), quinze anos depois do primeiro evento nacional. De natureza semelhante e também fortemente relacionado a universidades, destaca-se o surgimento mais contemporâneo de associações regionais de professores de PLE/PLA, visando a aproximar profissionais do mesmo estado: Associação dos Professores de Português Língua Estrangeira do Estado do Rio de Janeiro (APLE-RJ), fundada em 2012, e Associação Mineira dos Professores de Português como Língua Estrangeira (AMPPLIE), fundada em 2014.

Ampliando a lista de eventos acadêmicos da área, em sua maioria protagonizados por IES brasileiras, destaca-se o *1º Seminário sobre o Ensino de Português para Estrangeiros no Brasil* realizado na Unicamp em 1979, o que revela a importância dessa instituição para a consolidação da área no país. Além desse evento pioneiro, devem ser destacados, apenas por questões de espaço, eventos que, em certa medida, possuem recorrência e periodicidade, embora tenham sido aqui indicadas somente as datas das primeiras edições. Evidenciando a relevância do ensino de PLA para hispanos, pode ser ressaltado o *Simpósio sobre Ensino de Português para Falantes de Espanhol* (SEPFE), com primeira edição realizada em 2003 na Universidade do Arizona. Outro evento agregador da comunidade acadêmica desde 2004 é o *Encontro de Português Língua Estrangeira do Rio de Janeiro* (PLE-RJ), organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), contando com a colaboração da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) desde 2014. Há também o *Simpósio Internacional sobre o Ensino de Português como Língua Adicional* (SINEPLA), cuja primeira edição ocorreu na UFRGS, em 2012, e que se tornou um evento global itinerante a congregar acadêmicos de diferentes partes do mundo. Desde 2013, ocorre o *Simpósio Internacional Celpe-Bras* (SINCELPE), realizado primeiramente na UFRJ, já referenciado como um importante encontro acadêmico para a qualificação da pesquisa em PLE/PLA, mais especificamente, porém não exclusivo, com foco no exame. Para finalizar a lista de eventos relevantes da área, na esteira da necessidade política de destaque para contextos minoritarizados, com possibilidade de conceder atenção às suas especificidades, destaca-se o *Encontro Nacional de Português Língua de Acolhimento* (EnPLAc), com primeira edição ocorrida em 2017, na UnB.

A década de 2010 marca a expansão da área de PLE/PLA nas universidades brasileiras, ampliando seu alcance no território nacional. Ademais das instituições citadas na Figura 1, anterior, as seguintes IES, no âmbito do sistema Federal,

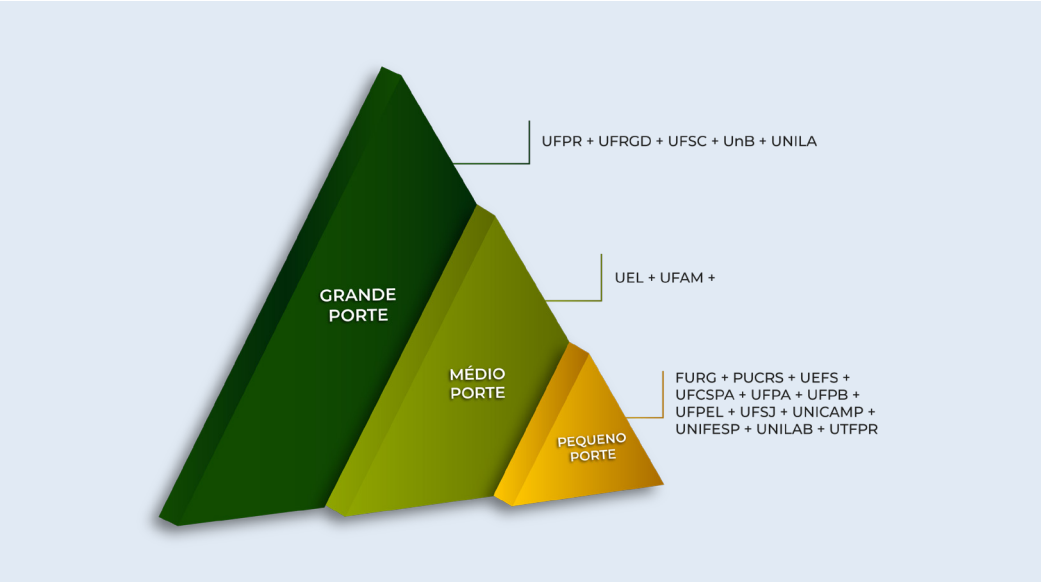
instituíram a área de PLE/PLA na década de 2010, segundo Marques e Schoffen (2020): Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Acre (Ufac), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Além do Programa Ciência sem Fronteiras, da consolidação do discurso acerca da necessidade de internacionalização das universidades, do aumento dos fluxos migratórios para o Brasil, bem como do lançamento do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE) do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), considera-se que a inclusão do PLE/PLA, em 2014, no programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) foi mais um importante movimento de promoção da área no Brasil. Apesar de várias universidades terem iniciado seu IsF-PLE/PLA entre 2010 e 2014 (Figura 1), cabe destacar o Edital nº 29/2017 de recredenciamento de universidades no IsF, no qual foi exigido que as universidades que estivessem interessadas em continuar no programa ofertando Língua Inglesa deveriam, obrigatoriamente, incluir também a oferta de PLE/PLA. Como o inglês era a vertente forte e disseminada do IsF no Brasil, com fomento destinado para coordenação, orientação pedagógica e professores bolsistas, a política de exigência de inclusão do PLE/PLA nos Núcleos IsF representou a formalização do IsF-PLE/PLA em quase toda a rede IsF do país. Para a coordenação do IsF-PLE/PLA na IES, era necessário designar um professor da área de Letras. Não havia financiamento do governo, porém era exigido que a própria universidade fornecesse, no mínimo, uma bolsa de graduação para o IsF-PLE/PLA.

Pode-se considerar que o IsF-PLE/PLA foi, portanto, um elemento contemporâneo de promoção da área. A oferta de cursos de formação de professores de PLE/PLA para coordenadores e professores de PLE/PLA foi um importante fator, especialmente ao se considerar que várias universidades brasileiras não contam com corpo docente especializado em PLE/PLA, e não há uma política pública para a realização de concursos efetivos para a área, apesar das atuais discussões sobre internacionalização das universidades. Em algumas raras IES, e fortemente vinculado ao trabalho local de sensibilização das reitorias por parte de professores conscientes da importância do PLE/PLA para a internacionalização e mobilidade, foram designadas vagas para a contratação efetiva de professores especialistas em PLE/PLA, como no caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Embora o IsF tenha sido reconfigurado e hoje faça parte da Rede Andifes, não mais administrado pelo governo federal, a rede de professores e pesquisadores em PLE/PLA formada nesse âmbito segue ativa.

É possível identificar diferenças de tamanho dos programas de ensino de PLE/PLA nas IES brasileiras. Considerando especificamente o número de alunos estrangeiros matriculados em cursos de PLE/PLA na extensão, na graduação e na pós-graduação, pode ser feita uma classificação das universidades que forneceram tais números (uma vez que várias não possuem ainda publicações com tais dados) como de pequeno porte (aquelas que possuem até 35 alunos estrangeiros estudando PLE/PLA por semestre), de médio porte (as que possuem entre 36 e 150 alunos estrangeiros por semestre) e de grande porte (mais de 200 alunos estrangeiros por semestre).

Figura 2: Dimensão dos programas de ensino de PLE/PLA em IES brasileiras considerando número de alunos estrangeiros



Independentemente dos portes acima resumidos, é importante destacar que todas as universidades atrelam o ensino de PLE/PLA à formação de professores, os quais, em geral, são alunos de graduação e pós-graduação. Em geral, também participam professores da comunidade externa, quando as formações são ofertadas como cursos de extensão. Porém, várias IES realizam a formação de professores através de disciplinas de graduação, não apenas como extensão (ver, por exemplo, ALMEIDA, 2015, e ALMEIDA et al., 2020, sobre a formação de professores realizada na UFRJ; RUANO; OLMO; ALMEIDA, 2020, sobre a UFPR; DINIZ; DELL'ISOLA, 2020, sobre a UFMG; MARINHO; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2020, sobre a UFAM; e SCHLATTER; BULLA; COSTA, 2020a, sobre a UFRGS). Recorrendo a dados do PPE/UFRGS para exemplificação, no mesmo período de 2009 a 2016, 423 bolsas de seis meses foram atribuídas a alunos de graduação e pós-graduação da UFRGS (da Letras ou áreas afins) para atuaram como professores bolsistas, ministrando aulas de PLE/PLA na extensão, e mais de 45 professores bolsistas egressos do PPE estiveram em 27 instituições em 16 países,

realizando estágios, leitorados e contratações em instituições de ensino no exterior (SCHLATTER; BULLA, SCHOFFEN, 2019, p. 35).

Considerando a formação de professores em nível de graduação em Letras, atualmente, além da pioneira Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) da UnB, instituída em 1998 (ver NIEDERAUER *et al.*, 2020), encontram-se a Licenciatura em Português Língua Estrangeira/Segunda Língua da Universidade Federal da Bahia (UFBA), iniciada em 2005 (ver MENDES, 2020), a Licenciatura e Bacharelado em Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instaurada em 2014 (ver CARVALHAL, 2020), e a Habilitação em Português Língua Segunda e Estrangeira no curso de Letras Língua Materna da Unicamp, criada em 2017 (ver BIZON; SCARAMUCCI, 2020). Embora a oferta dessas novas licenciaturas seja um passo importante para a institucionalização do PLE/PLA nas universidades, ainda será preciso o desenvolvimento de políticas públicas mais concretas para a consolidação da área em mais IES do território nacional, especificamente no que tange à abertura de vagas específicas para concursos, pois a demanda pelo ensino de PLE/PLA, formação de professores e pesquisa na área, atualmente, extrapola as configurações iniciais que consolidaram a área, conforme discutido em Bulla e Kuhn (2020). Assim, não são apenas os convênios com países interessados no intercâmbio de estudantes e pesquisadores universitários estrangeiros, os acordos de cooperação internacional, PEC-G, PEC-PG, parcerias com empresas e instituições governamentais estrangeiras etc. que justificam a ampliação do corpo docente especializado em PLE/PLA nas universidades brasileiras, mas também as comunidades de imigrantes e refugiados contemporâneos, as fronteiras multilíngues do Brasil, as comunidades indígenas e de imigração histórica, os filhos de brasileiros no exterior etc.

No âmbito da pesquisa em PLE/PLA, vale destacar a publicação do primeiro livro acadêmico da área, intitulado *O ensino do português para estrangeiros: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais* (ALMEIDA FILHO; LOMBELLO, 1989), o qual pode ser entendido como um chamado, no final da década de 1980, para a ampliação de pesquisas na área. As universidades brasileiras seguem publicando livros que contribuem para o avanço científico da área, com fortes implicações para a formação de professores, desenvolvimento de políticas linguísticas e educacionais, bem como projetos para a promoção do português no mundo. Para citar alguns: *Identidade e caminhos no ensino de português para estrangeiros* (ALMEIDA FILHO; LOMBELLO, 1992), *Parâmetros atuais para o ensino de português* língua *estrangeira* (ALMEIDA FILHO, 1997); *Ensino e pesquisa em português para estrangeiros* (CUNHA; SANTOS, 1999); *Português para estrangeiros: interface com o Espanhol* (ALMEIDA FILHO, 2001), *Tópicos em português* língua estrangeira (CUNHA; SANTOS, 2002); *Português para estrangeiros: perspectivas de quem ensina* (JÚDICE, 2002), *Ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros* (JÚDICE, 2005), *O português do Brasil como l*íngua *transnacional* (ZOPPI FONTANA, 2009), *Língua e cultura no contexto de português l*íngua *estrangeira* (SANTOS; ORTIZ ALVAREZ, 2010), *Práticas pedagógicas e materiais didáticos para o ensino de português como l*íngua *adicional* (BULLA; UFLACKER; SCHLATTER, 2019),

Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil (SCARAMUCCI; BIZON, 2020), entre outros.

É preciso também ressaltar a quantidade significativa de pesquisas da área de PLE/PLA publicadas como trabalhos de conclusão de curso (TCC) de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, assim como em trabalhos de Especialização e pesquisas em nível de pós-doutorado. Segundo levantamento realizado por Furtoso (2015), o qual foi, assim como o desenvolvido para a elaboração deste verbete, parcial e dependente da colaboração de diversos profissionais da área, uma vez que nem todos os trabalhos estão disponíveis nos acervos *on-line* das instituições, de 1985 até 2014, havia 185 dissertações e teses na área de PLE/PLA vinculadas a 31 IES brasileiras, sendo que 28 dissertações e teses haviam sido produzidas na Unicamp, 22 na PUC-RJ, 21 na UnB e 19 na UFF. Na Figura 5, a seguir, é apresentada uma atualização desses números até 2020, porém apenas considerando cinco universidades públicas brasileiras das quais foram obtidos dados atualizados. O total de 189 produções apenas nesta pequena amostra de instituições demonstra o crescimento contínuo da área em termos científicos e de formação de professores e pesquisadores.

Figura 5: Amostra da produção acadêmica em PLE/PLA em 5 IES brasileiras até 2020

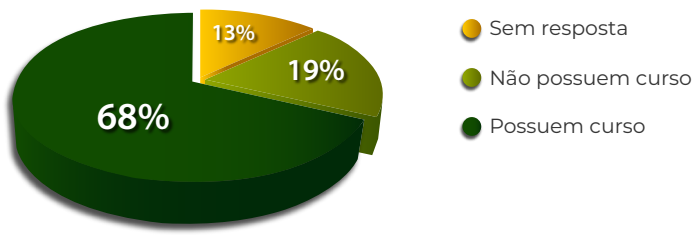
IES	TCC	Dissertações	Teses
UFF (desde 2001)	Ni	23	6
UFMG (desde 1999)	Ni	18	8
UFPA (desde 2008)	3	7	3
UFRGS (desde 1997)	57	33	11
USP (desde 2009)	Ni	12	8
TOTAL: 189	**60**	**93**	**36**

Nessa perspectiva, é importante retomar o conjunto de ações sugeridas ao final do *V Congresso Internacional da SIPLE*, realizado em Brasília, em 2004. Consideradas urgentes para a área de PLE/PLA na época, tais ações incluíam (i) o mapeamento dos locais de ensino de PLE/PLA no Brasil e no exterior, dos perfis implicados na área, das iniciativas de formação inicial e continuada de professores, bem como da produção de materiais didáticos, (ii) o assessoramento aos professores do Brasil e do exterior, e (iii) a necessidade de vagas de concurso para professores de PLE/PLA nas universidades brasileiras. Apesar dos avanços, as demandas seguem pertinentes, em especial a necessidade de mais vagas de docentes efetivos para PLE/PLA nas universidades, de modo a ampliar o número de instituições que ofereçam graduação em PLE/PLA (hoje são apenas quatro IES), reconhecendo, assim, a área como um dos eixos para a promoção da internacionalização e mobilidade acadêmica.

Ainda hoje é difícil coletar dados sobre o campo do português nas universidades, de modo a constituir um histórico da área nos diferentes estados e regiões do país, tarefa que deve ser feita a muitas mãos, com revisões históricas da área escritas por atores locais de cada IES. Desse modo, as particularidades e conquistas alcançadas pela

comunidade acadêmica ficariam mais evidentes do que as apresentadas neste texto, em que não constaram informações de diversas outras instituições que desenvolvem atividades em PLE/PLA. De todo modo, a pequena amostra referenciada é indicativo suficiente para registrar a importância da área e do trabalho coletivo realizado pelas IES brasileiras para a difusão do português no mundo.

Oferta de cursos de PLE/PLA nas universidades federais brasileiras que forneceram informações



Quadro 1 – Informações sobre a oferta de PLA nas universidades que responderam não possuir cursos na área:

INSTITUIÇÃO	RESPOSTA
UFMS, Univasf, Ufersa e UFRRJ	Planejam ofertar cursos de PLA, no âmbito do Idiomas sem Fronteiras (IsF).
UFGD	Foi cogitada a criação de cursos de PLA na universidade, mas a instituição não chegou a oferecer nenhum curso.
UFT	Já foram ofertadas turmas de português para estrangeiros no Centro de Idiomas da instituição, porém, segundo a informação obtida, nunca houve na universidade demanda suficiente para a criação e manutenção de um curso.
UFRA	Ainda não existe nenhum curso de português para estrangeiros ou curso de língua presencial. A instituição atua principalmente no campo das Ciências Agrárias e só recentemente está expandindo a sua atuação para outras áreas.
Ufopa e Unirio	Não oferecem cursos de PLA e não forneceram nenhuma informação adicional.
UFRB	Os cursos de idiomas na universidade são oferecidos pelo IsF, mas ainda não existem cursos de PLA na instituição.
Ufob	UFOB informou que tem apenas três anos de existência e ainda não possui núcleo de idiomas.
UFCA	A instituição informou que não possui cursos de português para falantes de outras línguas, mas está discutindo a possibilidade de ofertar cursos de PLA e cursos de português para alunos que possuem dificuldades com a língua portuguesa – sejam estrangeiros ou não.

Universidades do Brasil que dispõem de cursos de PLE/LA

INSTITUIÇÃO	UNIVERSIDADES	QUANTIDADE
Centro-Oeste	UFMT e UnB	2
Nordeste	Ufal, UFBA, UFC, UFPb, UFPE, UFPI, UFRN, UFS e Unilab	9
Norte	Ufac, Ufam, UFPA, UFRR, Unifap, Unifesspa e Unir	7
Sudeste	UFABC, Ufes, UFF, UFJF, Ufla, UFMG, Ufop, UFRJ, UFSCar, UFSJ, UFTM,UFV, Unifei e Unifesp	14
Sul	FURG, UFCSPA, UFFS, UFPel, UFPR, UFRGS, UFSC, UFSM, UNILA, Unipampa e UTFPR	11
TOTAL		43

Gráfico 2 – Número de universidades federais oferecendo cursos de PLA por década

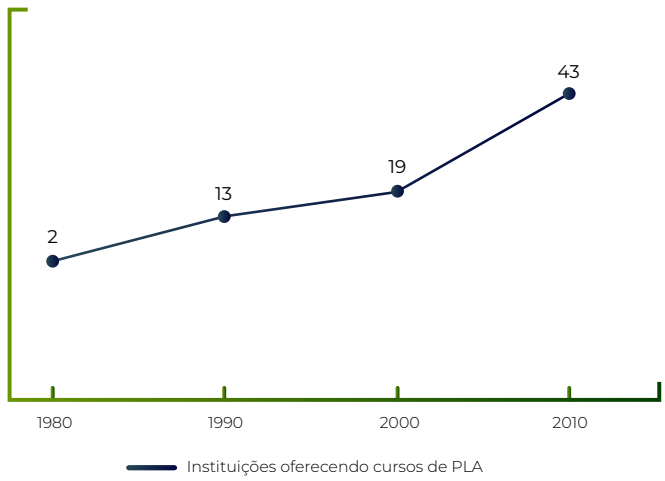


Gráfico 3 – Percentual das iniciativas para a criação dos cursos de PLA nas universidades

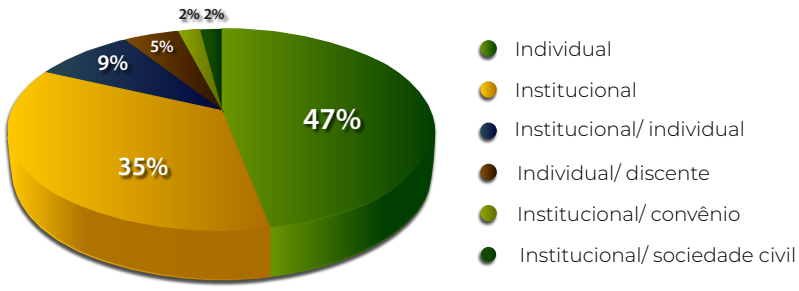


Tabela 4 – Oferta de PLA nas universidades federais em relação ao tipo de curso e público atendido

INSTITUIÇÃO	TIPO DE CURSO	PÚBLICO ATENDIDO
UFMT	Extensão (IsF e projeto com imigrantes haitianas)	Estudantes estrangeiros na universidade (IsF) e comunidade externa (projeto com imigrantes haitianas)
UnB	Licenciatura e Extensão (Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros - Neppe e Português como Língua de Acolhimento)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), estudantes intercambistas e comunidade externa (Neppe), imigrantes (Português como Língua de Acolhimento)
UFC, UFRN, UFPE, UFPb, UFS, Ufam,Ufes, UFABC, Ufop, UFSJ, UFF	Extensão	Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa
Unifap, Unifesspa, UFPI, Ufal, Unilab, UFPel, FURG	Extensão	Estudantes estrangeiros na universidade
UFBA	Licenciatura e Extensão (Programa de Proficiência em Língua Estrangeira para Estudantes e Servidores da UFBA - Profici/Proemple e Núcleo Permanente de Extensão em Letras - Nupel)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade (Profici/Proemple) e comunidade externa (Nupel)
UFPA	Extensão (Cursos para estudantes do convênio PEC-G - Curso Pré-PEC-G e Cursos Livres de Línguas Estrangeiras da Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas)	Estudantes estrangeiros na universidade (Pré-PEC-G) e comunidade externa (Cursos Livres de Línguas Estrangeiras da Faculdade de Letras Estrangeiras Modernas)
Unir	Extensão	Imigrantes
UFRR	Extensão	Estudantes estrangeiros na universidade, comunidade externa e imigrantes
Ufac	Extensão (IsF)	Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa
Unifei, UFJF, UFV	Disciplinas regulares	Estudantes estrangeiros na universidade
Ufla	Disciplinas regulares e Extensão (Aquarela Cultural /Núcleo de Estudos sobre PLE)	Estudantes estrangeiros na universidade (disciplinas regulares) e comunidade externa (Aquarela Cultural /Núcleo de Estudos sobre PLE)
UFRJ	Disciplinas no curso de Letras, Disciplinas regulares e Extensão (Curso de Línguas Aberto à Comunidade - Clac)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade (disciplinas regulares) e comunidade externa (Extensão)
UFMG	Disciplinas no curso de Letras, Disciplinas regulares e Extensão (Cenex/Fale, Português para Estrangeiros em Regime Especial de Permanência no Brasil - Centro Zanmi e Cenex/Fale e Pró-Imigrantes)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade (disciplinas regulares), comunidade externa (Cenex/Fale) e imigrantes (Centro Zanmi e Cenex/Fale e Pró-Imigrantes)

Tabela 4 (cont.) – Oferta de PLA nas universidades federais em relação ao tipo de curso e público atendido

INSTITUIÇÃO	TIPO DE CURSO	PÚBLICO ATENDIDO
UFTM	Extensão (IsF)	Estudantes estrangeiros na universidade, imigrantes deslocados forçados
Unifesp	Extensão (MemoRef)	Imigrantes
UFSCar	Disciplinas no curso de Letras e Extensão	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa (Extensão)
UFSCPA	Extensão (IsF)	Estudantes estrangeiros na universidade
UFSC	Disciplinas no curso de Letras e Extensão (Núcleo de Pesquisa e Ensino de PLE - Nuple e Português como Língua de Acolhimento para Imigrantes - Plam)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa (Nuple) e imigrantes em situação de vulnerabilidade e deslocados forçados (Plam)
Unipampa, UTFPR	Disciplinas no curso de Letras e Extensão (IsF e projeto com escolas parceiras)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade (IsF) e comuni- dade externa (projeto com escolas parceiras - Unipampa) e imigrantes (UTFPR)
UFRGS	Disciplinas no curso de Letras, Extensão (Curso de Espanhol- Português para Intercâmbio - Cepi/UFRGS, Programa de Português para Estrangeiros - PPE e oficinas audiovisuais e de letramento)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa (Cepi e PPE)32 e imigrantes (oficinas)
UFSM	Disciplinas no curso de Letras, Extensão (Projeto Entrelínguas)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa
UFFS	Extensão	Estudantes estrangeiros na universidade, comunidade externa e imigrantes
UFPR	Disciplinas no curso de Letras, Exten- são (Centro de Línguas e Interculturalidade - Celin e Português Brasileiro para Migração Humanitária - PBMIH)	Alunos do curso de Letras (disciplinas para formação de professores de PLA), Estudantes estrangeiros na universidade e comunidade externa (Celin) e imigrantes (PBMIH)
Unila	Disciplinas no curso de Letras, Licenciatura e Extensão (Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio – Cepi e Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade)	Alunos do curso de Letras, estudantes da insti- tuição (Cepi) e comunidade externa (Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade)

Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. Ensino de português língua estrangeira/EPLE: a emergência de uma especialidade no Brasil. *In*: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne; RIBEIRO, Silvana (Orgs.). *Rosae*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 723-728.

_____. *Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira*. Campinas: Pontes Editores, 1997.

_____. *Português para estrangeiros*: interface com o espanhol. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2001.

_____; LOMBELLO, Leonor (Orgs.). *Identidade e caminhos no ensino de português para estrangeiros*. Campinas: Pontes Editores, 1992.

_____; LOMBELLO, Leonor (Orgs.). *O ensino de português para estrangeiros*: pressupostos para o planejamento de cursos e elaboração de materiais. Campinas: Pontes, 1989.

ALMEIDA, Patricia M. C. Português língua estrangeira na UFRJ: o processo de consolidação de uma área. *In*: MEYER, Rosa Marina B.; ALBUQUERQUE, Adriana (Orgs.). *Português*: uma língua internacional. Rio de Janeiro: Ed. PUC--Rio, 2015. p. 47-57.

_____; TORRES DOS SANTOS, Danúsia; BELFORT-DUARTE, Andrea L.; NOBRE DE MELLO, Ana Catarina M. R. Ações de política de formação de professores em PLE na Universidade Federal do Rio de Janeiro. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 139-161.

ANDRIGHETTI, Graziela H. *O design pedagógico de um curso de português como língua adicional para fins acadêmicos*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2020.

BIZON, Ana Cecília C.; SCARAMUCCI, Matilde V. R. O PLE na Unicamp: da implantação da área à formação de professores. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 81-114.

BULLA, Gabriela S.; UFLACKER, Cristina M.; SCHLATTER, Margarete. (Orgs.). *Práticas pedagógicas e materiais didáticos para o ensino de português como língua adicional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

BULLA, Gabriela S.; KUHN, Tanara Z. ReVEL na Escola: português como língua adicional no Brasil – perfis e contextos implicados. *ReVEL*. v. 18, n. 35, p. 1-28, 2020.

CÂNDIDO, Marcela D. *Eu vejo o PEC-G como uma teia*: narrativas de professoras do curso de português como língua adicional para candidatos ao programa de estudantes-convênio de graduação. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

CARVALHAL, Tatiana. A licenciatura em PLE na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 65-80.

CARVALHO, Simone; SCHLATTER, Margarete. Ações de difusão internacional da Língua Portuguesa. *Cadernos do IL*, n. 42, p. 260-284, 2011.

CUNHA, Maria Jandyra; SANTOS, Percilia. *Ensino e pesquisa em português para estrangeiros*. Brasília: Editora UnB, 1999.

_____; SANTOS, Percilia. *Tópicos em português l*íngua *estrangeira*. Brasília: Editora UnB, 2002.

DINIZ, Leandro R. A.; DELL'ISOLA, Regina Lúcia P. Percursos da institucionalização da área de português como língua adicional na Universidade Federal de Minas Gerais. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 183-211.

FURTOSO, Viviane A. B. Onde estamos? Para onde vamos? A pesquisa em português para falantes de outras línguas nas universidades brasileiras. *In*: LUCAS, Patrícia O.; RODRIGUES, Rosana F. L. (Orgs.). *Temas e rumos nas pesquisas em Linguística (Aplicada)*: Questões empíricas, éticas e práticas. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 153-196.

JÚDICE, Norimar (Org.). *Ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros*. Niterói: Intertexto, 2005.

_____. *Português para estrangeiros*: perspectivas de quem ensina. Niterói: Intertexto, 2002.

MARINHO, Maria Regina; ARAÚJO, Valéria M.; TEIXEIRA, Wagner B. Ensino de PLE e formação de professores na Universidade Federal do Amazonas. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 213-230.

MARQUES, Aline A. M.; SCHOFFEN, Juliana R. Português como língua adicional nas universidades federais brasileiras: Um perfil da área. *Letras de Hoje*, v. 55, n. 4, p. 394-411, 2020.

MENDES, Edleise. A licenciatura em PLE/PL2 na Universidade Federal da Bahia: formando professores para a diversidade. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 41-64.

_____. A promoção do português como língua global no século XXI: um cenário a partir do Brasil. *Revista Linha da Água*, v. 32, n. 2, p. 37-64, mai.-ago. 2019.

_____. Políticas linguísticas do Brasil no exterior: entre o isolamento e a cooperação. *In*: FEYTOR PINTO, Paulo; MELO-PFEIFER, Sílvia (Orgs.). *Políticas linguísticas em português*. Lisboa: Lidel, 2018. p. 210-239.

NIEDERAUER, Márcia E.; RAMOS, Ana Adelina L.; MAIA-PIRES, Flávia; VINECKÝ, Verônica. A Licenciatura em PBSL e o Programa de PLE na UnB: histórico, desafios e perspectivas. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 19-40.

RUANO, Bruna P.; OLMO, Francisco J. C.; ALMEIDA, Mariza R. A implementação da formação de professores de PLE na UFPR: percursos e práticas nos eixos da extensão, da pesquisa e do ensino. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 163-182.

SANTOS, Percilia; ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. *Língua e cultura no contexto de português língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 2010.

SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecilia C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020.

SCHLATTER, Margarete; BULLA, Gabriela S.; COSTA, Everton V. A identidade de professor-autor em construção no diálogo entre profissionais mais e menos experientes. *In*: SCARAMUCCI, Matilde V. R.; BIZON, Ana Cecília C. (Orgs.). *Formação inicial e continuada de professores de português língua estrangeira/segunda língua no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2020a. p. 117-138.

_____; BULLA, Gabriela S.; COSTA, Everton V. Português como língua adicional: uma entrevista com Margarete Schlatter. *ReVEL*, v. 18, n. 35, p. 489-508, 2020b.

_____; BULLA, Gabriela S.; SCHOFFEN, Juliana R. O programa de Português para Estrangeiros da UFRGS: Uma retrospectiva histórica. *In*: BULLA, Gabriela S.; UFLACKER, Cristina M.; SCHLATTER, Margarete. (Orgs.). *Práticas pedagógicas e materiais didáticos para o ensino de português como língua adicional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 13-46.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. (Org.). *O português do brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

_____; DINIZ, Leandro R. A. *Declinando a língua pelas injunções do mercado*: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). *Estudos Linguísticos* (São Paulo), v. 37, p. 89-119, 2008.

Instituto Internacional da Língua Portuguesa

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na Cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde, foi criado em 1989, por proposta do Brasil, na primeira reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que se realizou em São Luís do Maranhão. O IILP foi, portanto, criado antes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mas foi, depois, incorporado a ela.

Apesar do caráter inovador de sua concepção – como se mostrará adiante – o Instituto permaneceu praticamente inerte até a I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Brasília em 2010.

Essa Conferência, copatrocinada pelo Brasil, foi a primeira iniciativa concreta da CPLP para definir diretrizes, metas e projetos com vistas ao cumprimento de um de seus três grandes objetivos, qual seja, a promoção e difusão da língua portuguesa.

Nessa I Conferência, foram acordadas várias metas tendo como referência alguns temas básicos, como, por exemplo, a ampliação da presença do português como língua de trabalho nos organismos internacionais com vistas a garantir uma utilização sua mais forte nas atividades político-diplomáticas. Acordaram-se também metas relativas a seu ensino como L-1, L-2, língua estrangeira e, também, como língua de herança para que as diversas diásporas falantes de português mundo afora não percam a língua e mantenham vínculos com seus países e suas culturas de origem.

Essas metas foram consolidadas no Plano de Ação de Brasília e muitas delas foram atribuídas, por proposta da delegação brasileira, diretamente ao IILP, sinalizando assim a vontade da Comunidade de reativar o Instituto e de dar a ele a centralidade na condução das ações da CPLP na consecução de seu terceiro grande objetivo.

Logo em seguida à I Conferência, coube ao Brasil, pelo critério rotativo da CPLP, indicar o Diretor Executivo do IILP para o biênio 2010-2012. O escolhido para o cargo pelas autoridades brasileiras foi o Prof. Dr. Gilvan

Mueller de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina. O Prof. Gilvan foi, posteriormente, reconduzido ao cargo, de acordo com os estatutos do IILP, para o biênio 2012-2014.

Nos quatro anos de sua gestão, muitas foram suas iniciativas seja para dar cumprimento às decisões da I Conferência (como, por exemplo, o projeto *Vocabulário Ortográfico Comum – VOC*), seja para estimular outras ações multilaterais (como, por exemplo, o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna – PPPLE).

O Brasil apoiou todas essas iniciativas. Já em 2011, o Prof. Evanildo Bechara, em nome da Academia Brasileira de Letras, entregou, durante a reunião ordinária do Conselho Científico do IILP, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) para ser integrado ao Vocabulário Ortográfico Comum. Da mesma forma, o Itamaraty financiou o primeiro bloco de unidades brasileiras para o PPPLE.

Em 2013, realizou-se, em Lisboa, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Seus principais eixos programáticos incluíram os temas da língua portuguesa nas ciências, na inovação e na chamada economia criativa, áreas em que reconhecidamente o português não tem ainda forte presença internacional. As decisões dessa II Conferência foram consolidadas no Plano de Ação de Lisboa.

Como parte da preparação da II Conferência, o IILP realizou, em 2011 e 2012, quatro Colóquios Internacionais. Um deles – o que tratou da língua portuguesa na Internet e no mundo digital – foi realizado no Brasil, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), tendo recebido apoio do Itamaraty e da Assessoria Internacional do Ministério da Educação.

Em 2016, realizou-se a III Conferência, desta vez em Díli, durante o período em que Timor-Leste exerceu a presidência temporária da CPLP. O Plano de Ação de Díli incluiu entre seus eixos a promoção do português como língua pluricêntrica e em contextos multilíngues. Ou seja, a Conferência de Díli deu ênfase a dois aspectos que deverão ocupar bastante a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no futuro imediato.

Primeiro, o reconhecimento do português como uma língua que, em seu dinamismo sócio-histórico atual, não tem um único, mas vários centros irradiadores de modelos de referência linguística e cultural, devendo essa diversidade estar cada vez mais explícita e transparente nas políticas de promoção e difusão da língua pela CPLP.

Por outro lado, ao destacar a questão do português em contextos multilíngues, que é a realidade de praticamente todos os países de língua oficial portuguesa, a Conferência de Díli acolheu uma preocupação política crescente na Comunidade, qual seja, a de que a expansão do português, em decorrência de seu caráter de língua oficial, de língua de Estado, não se faça glotofagicamente – ou seja, que tal expansão não implique a destruição da rica diversidade linguística das sociedades nas quais se falam, no total, aproximadamente 400 línguas – 200 só no Brasil.

Foram realizadas, portanto, nos últimos dez anos, três grandes conferências internacionais das quais emergiram três Planos de Ação que se somam e configuram um amplo quadro de políticas para a língua portuguesa no plano internacional e

que podem orientar as iniciativas de promoção multilateral da língua portuguesa pelos Estados membros da CPLP.

Considerando a importância desses Planos de Ação, o Brasil tem defendido sistematicamente, no Conselho Científico do IILP, a necessidade de avaliação contínua do que se tem feito para tirar os Planos do papel (apresentou, inclusive, em 2016, uma sugestão de matriz para esse fim); e, de outro, a importância de se identificar, constantemente, ações que unam os esforços dos Estados membros para a realização em conjunto das diversas metas dos três Planos.

O Brasil tem um claro entendimento de que as ações nacionais de promoção e difusão da língua, como as desenvolvidas pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e pela Rede Brasil Cultural, são de alta relevância até para que se reforce o caráter pluricêntrico do português.

No entanto, o Brasil considera que, com a criação da CPLP, os países de língua oficial portuguesa como um todo passaram a ter o desafio de viabilizar também políticas e ações conjuntas e multilaterais que, de forma alguma, conflitam com as políticas e ações nacionais nem pretendem substituí-las.

Nesse sentido, o Brasil entende que o IILP é o principal instrumento da CPLP para materializar seu terceiro grande objetivo, bem como para elaborar e coordenar as políticas e ações conjuntas e multilaterais de gestão e promoção da língua. O IILP não foi criado, portanto, para substituir ou se sobrepor ao Camões ou à Rede Brasil Cultural. Ele tem sua esfera própria de competências e atribuições.

É importante, então, que se diga que este modelo de gestão conjunta e multilateral da língua portuguesa consubstanciado no IILP é único no mundo.

Nenhuma outra das principais línguas internacionais tem um modelo semelhante de gestão, promoção e difusão. O inglês foi sempre gerido, promovido e difundido por iniciativas unilaterais da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos e hoje se promove quase espontaneamente em decorrência de ter se tornado a principal língua da ciência, da inovação tecnológica e dos negócios internacionais.

O francês e o espanhol, diferentemente do inglês, têm espaços coletivos de gestão, mas esses espaços funcionam sob uma perspectiva centralizada, na medida em que a França e a Espanha criaram, historicamente, instituições próprias de gestão das respectivas línguas que ainda prevalecem, não obstante iniciativas de cooperação multilateral que são desenvolvidas seja pela Organização Internacional da Francofonia, seja pela Associação de Academias da Língua Espanhola.

O português nunca teve uma gestão centralizada. Dessa forma, abriu-se a possibilidade única de geri-lo e promovê-lo descentralizada, coletiva e multilateralmente. E o IILP é, precisamente, o fórum político para essa gestão. Não há outro fórum na Comunidade capaz de articular as ações conjuntas de todos os países da CPLP em relação à língua.

Nesse sentido, é importante deixar claro que o IILP não é propriamente um órgão executivo, mas fundamentalmente estratégico. Ou seja, cabe a ele, por meio de seu Conselho Científico, em que todos os países estão representados em igualdade de condições, definir os projetos estratégicos para viabilizar as metas dos Planos de

Ação saídos das Conferências Internacionais e localizar instituições que, sob sua supervisão, possam executar tais projetos.

Foi assim que se realizou o projeto *Vocabulário Ortográfico Comum*, projeto esse que tem servido de modelo para todos os novos projetos do IILP.

O Vocabulário Ortográfico Comum, previsto no Acordo Ortográfico de 1990, foi incluído como meta no Plano de Ação de Brasília e atribuída sua realização ao IILP.

Na sequência, o IILP identificou o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), hoje agregado à Universidade de Coimbra, como a instituição técnica melhor preparada para executar o projeto, e se consorciou com ele.

Definiram-se, então, parâmetros técnicos tanto para agregar, numa só base, os vocabulários ortográficos portugueses e brasileiros já existentes e consolidados, quanto para estimular a produção de vocabulários ortográficos nos outros países que ainda não dispunham de um como os que já foram elaborados, seguindo uma mesma metodologia, em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Esse Vocabulário Ortográfico Comum tem um significado bastante especial na história da língua: é a primeira vez que temos, numa única base, um Vocabulário Ortográfico ecumênico. Ele servirá de referência tanto para a consolidação da ortografia, quanto para a elaboração futura de novos dicionários gerais muito mais abrangentes e representativos do que todos os dicionários atualmente existentes. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a valorização internacional da língua portuguesa.

Nenhuma língua se promove e se difunde no plano internacional se não dispuser de três instrumentos linguísticos essenciais: uma base ortográfica consolidada, um dicionário geral representativo de sua unidade e de sua diversidade e uma gramática comparativa igualmente representativa de sua unidade e diversidade.

O português, como bem sabemos, alcançou muito tardiamente a consolidação de uma base ortográfica e o Vocabulário Ortográfico Comum, lançado oficialmente em 2016, nos dá hoje essa importante e indispensável referência.

Precisamos agora, a partir dele, estimular a produção de um novo dicionário geral que supere as limitações dos dicionários tradicionais que se limitaram historicamente ao léxico corrente em Portugal e no Brasil. Será importante que cada país produza seu próprio dicionário e que cada um deles sirva, posteriormente, como base para um novo dicionário geral.

O Vocabulário Ortográfico Comum é, portanto, um ponto de partida para ampliarmos nossas referências lexicais, incorporando ao novo dicionário geral o que é corrente nos países africanos e no Timor-Leste.

Por fim, torna-se necessário também começar a discutir a elaboração de uma gramática comparativa das muitas variedades da língua que represente os usos cultos correntes nas diversas sociedades em que o português é falado.

É esse instrumento que, registrando a unidade e a diversidade de usos, nos permitirá envidar os necessários esforços para garantir que a diversidade e a pluricentralidade não redundem em quebra da unidade de base. Foi pensando nisso que a Comissão Nacional do Brasil propôs ao Conselho Científico, na reunião de maio de 2017, a incorporação desse projeto no planejamento do IILP.

Cabe aqui mencionar também que, em 2017, o IILP deu início a outro grande projeto – o das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC), para o qual já se consorciou com o mesmo ILTEC e com a Universidade Federal de São Carlos.

O projeto das Terminologias vai seguir a mesma metodologia de constituição de equipes de todos os países, aproveitando as competências existentes e, principalmente, formando novas competências para responder a um dos maiores desafios para o futuro da língua portuguesa.

Nunca houve esforços concretos para aproximar e harmonizar as terminologias científicas e técnicas em português. Ora, isso constitui um empecilho sério, seja para o desenvolvimento científico e tecnológico, seja para a cooperação multilateral.

O Plano de Ação de Brasília trouxe, então, o tema para o centro do palco e atribuiu ao IILP a tarefa de buscar caminhos que permitissem superar progressivamente a profunda fragmentação das terminologias científicas e técnicas em língua portuguesa. E é o que se começou a fazer em 2017.

Esses dois projetos – o do Vocabulário Ortográfico Comum e o das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns – exemplificam bem a forma como atua o IILP e dão a dimensão da sua importância para encaminhar ações de ampla repercussão para uma efetiva valorização internacional da língua portuguesa.

Apesar disso tudo, é perceptível que o IILP não está ainda plenamente incorporado à estrutura e ao funcionamento da CPLP. Ainda ocorrem iniciativas da Comunidade com foco na língua sem que elas passem pelo Instituto. Nesse sentido, e para superar essa situação, a Comissão Nacional do Brasil tem defendido, insistentemente, nas reuniões do Conselho Científico, a importância de não se dispersarem as iniciativas da CPLP e de se envolver o IILP sempre que a língua portuguesa é tema da Comunidade e na Comunidade.

Face à importância que o IILP tem para a concretização do terceiro grande objetivo da CPLP e considerando que é ele o único fórum da Comunidade com capacidade para articular as ações conjuntas de todos os países da CPLP em relação à língua, o Brasil inclui o apoio ao IILP como uma de suas diretrizes de política internacional no que diz respeito à promoção, difusão e gestão da língua portuguesa.

Diante disso, o Brasil tem feito esforços para que nenhum país da CPLP deixe de constituir sua Comissão Nacional. Só assim o Conselho Científico, órgão máximo do IILP, estará consolidado. Da mesma forma, o Brasil tem participado ativamente dos debates que visam garantir a viabilidade financeira do Instituto, sem a qual não se poderá sustentar sua infraestrutura e a realização de seus importantes projetos.

A Comissão Nacional do Brasil tem desenvolvido, também, ações internas para, de um lado, tornar o IILP mais conhecido da sociedade e do governo brasileiro; e, de outro, para articular e coordenar as atividades das diversas esferas governamentais que lidam com temas e iniciativas relacionadas à língua portuguesa, em especial as áreas da educação, da cultura e das relações exteriores.

Nesse sentido, a Comissão Nacional organizou, em 2015, uma vinda ao Brasil da Profa. Dra. Marisa Mendonça, então Diretora-Executiva do IILP. Ela foi, na ocasião, recebida por vários ministros de Estado e pôde também visitar a Academia Brasileira de Letras, o Museu da Língua Portuguesa, a Câmera Brasileira do Livro

e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

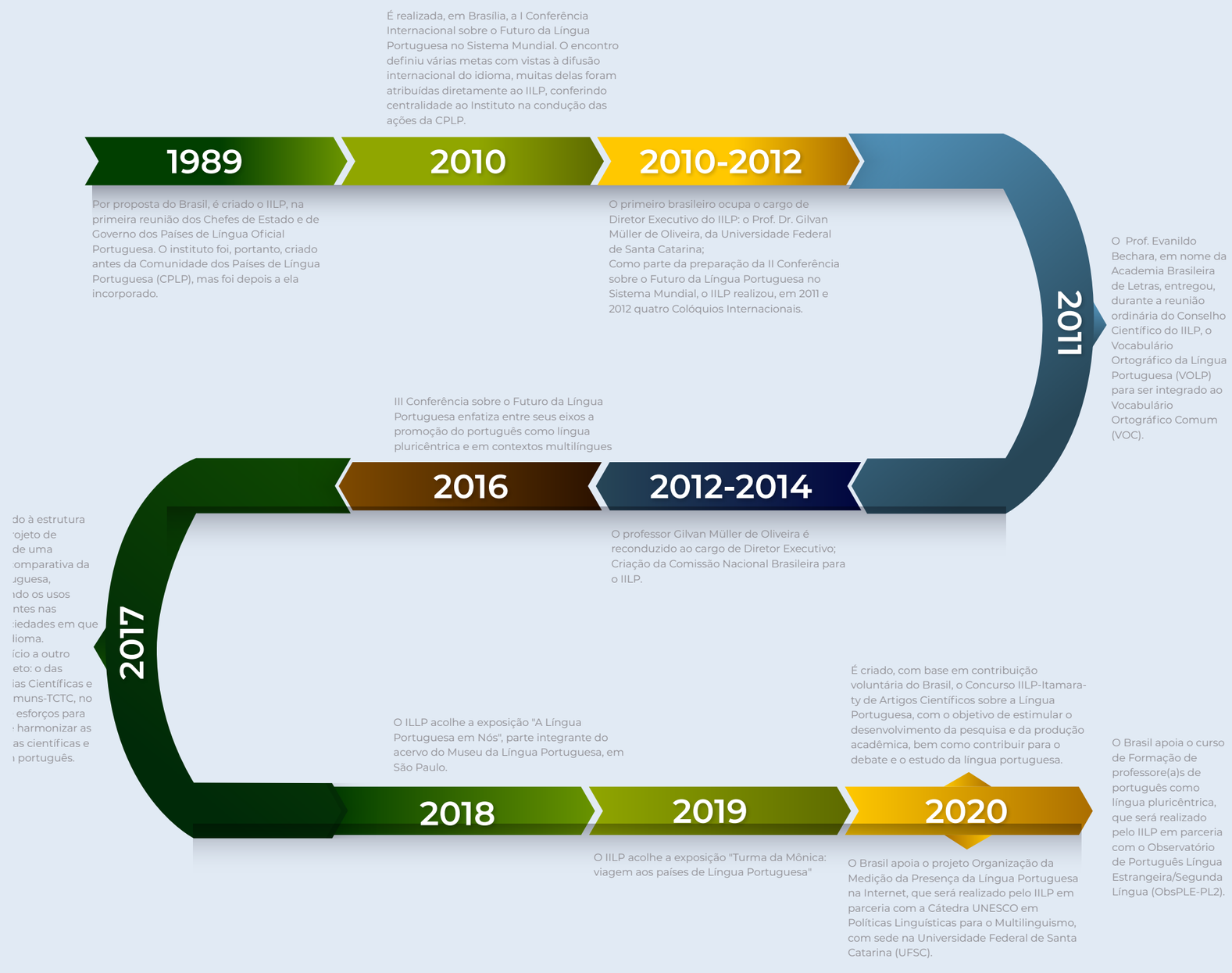
Naquele mesmo ano, a Comissão Nacional, considerando a relevância da questão para as políticas de promoção internacional da língua portuguesa, atuou junto a diversas instâncias do governo federal, buscando garantir a entrada definitiva em vigor das normas ortográficas definidas no Acordo de 1990. Era importante que se completasse, a partir de 1º de janeiro de 2016, o ciclo que tinha se iniciado em 2009 com o decreto presidencial que introduziu as normas do Acordo na ordem jurídica nacional e determinou um período de carência de três anos, posteriormente prorrogado por mais três, em que a nova ortografia conviveu com a antiga.

Ainda no tocante à gestão da questão ortográfica, a Comissão Nacional organizou, em 2016, no Rio de Janeiro, uma reunião de trabalho entre a equipe central do VOC e a Comissão de Lexicografia da Academia Brasileira de Letras com o objetivo de se fazerem os últimos ajustes para a incorporação do VOLP ao VOC.

Cabe lembrar ainda que, em 2020, foi criado, com base em contribuição voluntária do Brasil, o Concurso IILP-Itamaraty de Artigos Científicos sobre a Língua Portuguesa, com o objetivo de estimular o desenvolvimento da pesquisa e da produção acadêmica, bem como contribuir para o debate e o estudo da língua portuguesa. Os trabalhos selecionados e/ou premiados serão publicados em número especial da revista *PLATÔ*, periódico internacional do IILP.

Por fim, é importante destacar que o Brasil estará apoiando a realização, nos próximos anos, de várias importantes iniciativas vinculadas ao IILP. Assim, no âmbito do projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC), o país se propôs, na reunião do Conselho Científico, em novembro de 2020, a garantir a mobilidade de um representante de cada Estado Membro da CPLP para que, no contexto da reunião formativa sobre as TCTC, a ser realizada em Salvador (Bahia), no primeiro semestre de 2021, se possa redigir, em conjunto, um manual de recolha e estudo de terminologias em português para sistematizar normas e fluxos de trabalho para o projeto, cuja publicação contará com o apoio de Portugal.

A atuação brasileira no IILP



Da mesma forma, o Brasil vai apoiar o curso Línguas em Português – Formação de professore(a)s de português como língua pluricêntrica, que será realizado pelo IILP em parceria com o Observatório de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua (ObsPLE-PL2). Seu principal objetivo é promover a formação de professore(a)s de português como língua pluricêntrica, a partir de discussões e abordagens teóricas e pedagógicas contemporâneas para o ensino de língua estrangeira/segunda língua, considerando a grande diversidade da CPLP como ativo para a promoção da língua.

Trata-se de uma importante estratégia de política linguística que beneficiará professore(a)s de todos os países da CPLP. Além disso, representa um divisor de águas no campo da formação de professore(a)s de português como língua estrangeira/segunda língua, contribuindo para solidificar o papel do IILP como polo privilegiado de criação e inovação teórica e pedagógica, de modo multilateral e colaborativo.

O Brasil dará apoio, igualmente, ao projeto Organização da Medição da Presença da Língua Portuguesa na Internet, que será realizado pelo IILP em parceria com a Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, com sede na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Essa proposta pretende ser um primeiro passo para uma observação sistemática anual da evolução do português na Internet. O objetivo principal é superar a atual escassez de fontes de referência e de dados sobre a presença do português na Internet. Alcançar esse objetivo é fundamental, considerando que o volume de tal presença está se tornando mais e mais importante para medir o valor econômico da língua à medida que avança, em largos passos, a digitalização da economia.

Internet

A tecnologia matizou as barreiras físicas e possibilitou várias ações que contribuíram para a interação humana através da Internet em ambientes virtuais. Os *sites* e as redes sociais são exemplos desses ambientes que têm objetivos, públicos e lugares diversos e que vão sendo reconfigurados de acordo com as necessidades da sociedade, ao passar do tempo.

A interação em ambientes virtuais se dá, primordialmente, pela utilização de uma língua para estabelecer comunicação entre os usuários de determinada comunidade virtual ou entre indivíduos com interesses em comum sobre alguma temática. Nesse contexto, a língua portuguesa tem sido uma das línguas mais usadas na Internet e, consequentemente, uma das mais difundidas.

Seria, por conseguinte, relevante considerar as razões pelas quais o português se destaca no contexto virtual contemporâneo, bem como suas perspectivas. Para tanto, é necessário recorrer a fontes de pesquisadores, empresas ou instituições ligadas à temática e à Internet que possam ajudar a compreender o protagonismo da língua portuguesa no ambiente virtual e a contribuição do Brasil nesse contexto.

A Internet e as possibilidades do mundo virtual sempre atraíram os brasileiros desde a sua popularização, a partir das últimas décadas do século XX. Em um país de dimensões continentais, com expressiva migração interna e complexos fluxos de mercadorias, ideias e pessoas, a rápida popularização da Internet permitiu aproximar as pessoas, incrementar os negócios, aprofundar debates e contribuir para a coesão do país. Essa intensa circulação de comunicações em ambiente virtual ocorre, sobretudo, em língua portuguesa.

Compromisso forte do Brasil com o progresso da língua portuguesa em ambiente virtual foi firmado no Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, aprovado pela VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizada em Brasília, em 31 de março de 2010. Esse plano estabelece

as primeiras estratégias e linhas de ação concertadas para a internacionalização da língua portuguesa, entre as quais "atribuir ao IILP a tarefa de criar uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português, contendo, entre outros recursos: rede virtual de professores de português para a partilha de experiências pedagógicas e recursos didáticos; acesso a recursos didáticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação". Foi justamente por ocasião da presidência brasileira no IILP que se deu impulso a projetos fundamentais para a gestão e difusão da língua portuguesa em ambiente virtual, como o Portal do Vocabulário Ortográfico Comum e o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira – ambos com forte participação brasileira também no conteúdo.

A Internet já faz parte da sociedade mundial. Contudo, três aspectos básicos impactam no ranqueamento dos maiores países do mundo em números de usuários: o seu tamanho populacional, a capacidade tecnológica e o acesso populacional à tecnologia. Isso pode ser percebido pela análise de dois países orientais: China e Japão. A China está no topo do ranqueamento por ser a nação mais populosa do mundo e possuir uma boa bagagem tecnológica. O Japão é consideravelmente menor que a China, porém detém uma das melhores conectividades de Internet e um alto índice de acessibilidade da população à tecnologia, o que lhe permite situar-se entre os dez países com maior número de usuários de Internet.

O Brasil é o único país lusófono que também se encontra nesse ranque, ocupando a quinta posição em razão de uma combinação dos aspectos citados anteriormente. A perspectiva de manutenção do país nessa lista é positiva devido ao crescimento do número de usuários, ano a ano. Com base no último registro de Kemp (2020) no início de 2020, referente ao ano de 2019, a taxa de crescimento populacional foi de 6%, o equivalente a cerca de 8,5 milhões novos usuários para o ano de 2020. Nos dados apresentados no início de 2021, referentes ao ano de 2020, o crescimento de usuários foi de 6,4%, o que corresponde a 9,6 milhões.

Atualmente estima-se em 187.084 milhões o número de usuários lusófonos da Internet, equivalente a 4% da população mundial usuária da Rede, no período de 2020 e 2021 (KEMP, 2021). Desses, a maioria concentra-se no Brasil, que detém mais de 160 milhões de usuários. Isso significa que três em cada quatro usuários lusófonos são brasileiros. Por conseguinte, tanto por sua demografia quanto por sua elevada acessibilidade e seu alto grau de interatividade digital, as projeções indicam que o país seguirá sendo o principal responsável pela circulação de dados em língua portuguesa em ambiente virtual.

Sob a perspectiva de crescimento de usuários na Internet, os dados também são alvissareiros para a língua portuguesa como um todo, e para o Brasil em particular. Ao observar os dados do ano de 2020, nota-se forte crescimento percentual de usuários na Internet e nas redes sociais em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, apesar da quantidade de pessoas ser menor, em comparação com o Brasil, por exemplo.

Ter uma perspectiva geral sobre os dados da Internet, assim como sobre os dados específicos dos países lusófonos, estabelecendo uma relação entre eles, torna possível compreender a razão de a língua portuguesa estar entre as mais usadas

nos ambientes virtuais, impulsionada pela criação de conteúdos *on-line* direcionados para o público falante de português ou para aqueles que têm interesse na língua por qualquer outra razão, assim como pelo ingresso e interações em redes sociais.

Em 2020, foi registrado 1,3% dos conteúdos produzidos em língua portuguesa em sites na Internet. Em 2021, os registros indicam um mínimo de 3,9% de lusófonos nas redes sociais, o que equivale 164,888 milhões de pessoas.

As redes sociais são organizações de indivíduos, de forma específica ou não, na Internet ou fora dela, compostas por pessoas que se conectam a partir de interesses, identidades ou valores comuns, com o uso de uma língua. E, a exemplo de toda sociedade, algumas temáticas são instigantes, criando um novo padrão de valores para demonstrar o *status* de uma pessoa em determinada comunidade virtual, através de seguidores ou curtidas em mensagens, fotos, imagens ou vídeos postados, ou seja, quanto mais curtidas ou seguidores uma pessoa tiver, maior é o seu *status* naquele grupo social, podendo tornar-se uma influenciadora ou celebridade.

Nesse quesito, mais uma vez o Brasil se destaca por possuir celebridades ou influenciadores nas posições mais elevadas dos ranques das redes sociais. Isso é possível devido à sua sociedade ser muito atuante nesses ambientes sociais. Nas tabelas, é possível verificar como o país se destaca no contexto geral do uso das redes sociais e quais brasileiros têm ganhado destaque em alguns desses ambientes.

Do ponto de vista da veiculação da economia criativa brasileira em língua portuguesa, verifica-se que a Internet abre possibilidades, por meio de seus recursos específicos de comunicação, à ampliação da difusão dos autores da literatura brasileira ao redor do mundo. As redes sociais, por exemplo, cada vez mais têm se tornado vitrine para escritores de literatura brasileira e incrementado a repercussão da escrita literária em língua portuguesa a partir do Brasil. Exemplo da amplitude desse alcance é o escritor Paulo Coelho, brasileiro mais bem colocado entre os autores literários com mais seguidores em redes sociais no mundo. O autor de *O alquimista*, *best seller* de enorme repercussão internacional, empreende destacada interação nas redes sociais, registrando cerca de 15,4 milhões de seguidores no Twitter e 2,1 milhões no Instagram.

A repercussão da literatura brasileira na Internet é realizada também através de portais de referência no assunto, dos quais os mais antigos e estruturados registram já milhões de acessos do mundo inteiro. É o caso do Blog do Instituto Moreira Salles (IMS), que apesar de ter suas postagens atualmente descontinuadas, configura-se como um arquivo precioso, que, até o final de 2018, os posts publicados a partir de 13 de janeiro de 2011 atraíram 2.228.067 visitantes e geraram 3.668.022 visualizações de páginas. O site tem também muitos seguidores em suas contas no Facebook (mais de 141 mil) e no Twitter (mais de 37 mil).

Recentemente, as plataformas de *streaming* viraram palco destacado para a veiculação de *podcasts* de literatura. Atualmente, o Spotify possui mais de 130 séries de podcasts relacionados com a temática da literatura brasileira, com números significativos de ouvintes, atendendo a objetivos de difusão cultural, debate acadêmico e ferramenta didática. É digno de citação também o fluxo crescente das chamadas *lives* relacionadas à temática da literatura brasileira na Internet. A esse respeito,

merece destaque a emblemática realização da última edição da Festa Literária de Paraty (FLIP), entre 3 e 6 de dezembro de 2020, em formato totalmente remoto. O canal da FLIP no YouTube possui atualmente mais de 21,2 mil inscritos e a mesa do evento que atingiu maior número de visualizações foi a que reuniu o músico e compositor brasileiro Caetano Veloso e o filósofo espanhol Paul B. Preciado, em conversa mediada também por Ángel Gurría-Quintana. A mesa intitulada "Transições" teve 14.955 visualizações.

Por fim, vale ressaltar que a Internet favorece também a comercialização do livro brasileiro no exterior, como atesta a iniciativa recente da Buobooks, reforça a natureza global do alcance dos livros. A operação envolve uma complexa estrutura de tecnologia e logística. A Buobooks é uma plataforma de vendas *on-line* de livros que tem como proposta que os livros sejam impressos e entregues em mais de cem países. A plataforma abriu com cerca de mil livros, e segue aumentando seu catálogo a cada dia, com a chegada de novas editoras.

As redes sociais também contribuem para o desenvolvimento e a validação de registros do português em uma linguagem informal típica da Internet, com características peculiares e com perceptível criatividade conhecida como "internetês". Logo, ela possui aspectos próprios em que há abreviações de palavras, retirada ou substituição de acento por outro caractere, traços de oralidade e imagens. Um desses aspectos ou o conjunto deles podem estar carregados de sentidos para o usuário da Internet. Verifica-se que, a despeito de alguns símbolos universais, o "internetês" variará de acordo com a língua de cada país e mesmo entre as diferentes modalidades do mesmo idioma. Assim, em alguns casos haverá semelhança entre a linguagem de usuários brasileiros e de portugueses; em outros haverá diferenças devido ao contexto sociocultural. O conjunto de códigos do "internetês" impacta decisiva e irreversivelmente em diversas expressões da língua portuguesa. Mesmo ainda havendo pessoas com dificuldade ou sem interesse em relação à Era Digital, de alguma forma todos são impactados pelas mudanças por ela trazidas e, assim, devido ao seu peso demográfico e amplo acesso aos meios digitais, a contribuição do Brasil nesse processo é altamente significativa.

Cumpre observar que, para além da Internet ser um vetor de difusão da língua portuguesa por meio do expressivo tráfego de comunicações em língua portuguesa, ela também pode ser considerada um dos mais poderosos meios de ensino do português. Com base nessa perspectiva, diversos países têm investido na educação para promover o ensino do idioma através de acordos bilaterais governamentais, importando mão de obra especializada na área, entre outras ações. Assim, a modalidade de ensino híbrida ou a distância tem crescido e se tornado uma alternativa àqueles com problemas de horário ou falta de oportunidade de estudar com professores na modalidade presencial, por exemplo. Com essa demanda, cresceu exponencialmente o número de *sites* destinados ao ensino da língua portuguesa para estrangeiros no Brasil e no exterior, com produções de brasileiros ou estrangeiros, auxiliando na propagação da língua e da cultura brasileira. Assim, é possível perceber que há sites que promovem formação complementar aos profissionais da área do Português como Língua Estrangeira (PLE), disponibilizam documentos (propostas

curriculares para o ensino do Português no exterior, editais de bolsas de estudos e teste de proficiência, etc.), conteúdos e materiais didáticos através de órgãos oficiais, de universidades públicas e privadas, de escolas de idiomas públicas e privadas e, não menos importantes, alguns profissionais liberais atuantes na área. Além disso, *sites* de redes de comunicação brasileira permitem acesso a filmes, noticiários, documentários, *podcasts*, rádios e jogos eletrônicos através de *streaming*, uma tecnologia recente que permite alcançar um público massivo de outros países. Este é outro meio importante de contato para desenvolver estudos do português e se inserir na vida atual da sociedade de países lusófonos, como o Brasil. Consequência disso, por exemplo, são programas musicais e televisivos assistidos, ouvidos e comentados por brasileiros ou estrangeiros em outros países.

O fenômeno da disseminação dos *blogs* constitui importante ferramenta para a educação, principalmente por ser gratuito. Nos dias atuais, o *blog* incorporou em sua estrutura novos visuais e funcionalidades semelhantes ao site, tornando-a multifacetada e tais características incentivaram usuários a publicarem intensamente na Internet. No caso dos profissionais da área da educação, como profissionais do PLE, viram no *blog* um importante ambiente para: publicização de suas ações da área do PLE, no Brasil e no exterior; divulgação das experiências profissionais e pedagógicas; divulgação das manifestações culturais brasileiras; demonstração da relação estreita entre a promoção da língua portuguesa e a educação; compartilhamento de materiais autênticos para o seu ensino.

Atualmente, o português torna-se cada vez mais relevante no cenário virtual. Estima-se que mais de 290 milhões de pessoas falam essa língua em quatro continentes, tornando-a a sexta mais usada na Internet (STATISTA, 2020). Além disso, o português é a língua oficial em cinco blocos econômicos regionais e em 27 organizações internacionais (OLIVEIRA, 2013). No entanto, para além da presença em diferentes países, continentes e organizações internacionais, será cada vez mais por meio de um ambiente virtual que a relevância de uma língua será medida. Embora bastante presente na Internet, o português ainda tem muito espaço para crescer e ficar em uma posição mais de acordo com sua importância como língua internacional. É evidente, sob todos os aspectos, que o centro de gravidade desse esforço compete ao Brasil. A resiliência, criatividade e adaptabilidade da sociedade brasileira indicam que o país deverá seguir contribuindo de maneira decisiva para que a língua portuguesa esteja cada vez melhor posicionada em ambiente virtual.

Participação dos países da CPLP

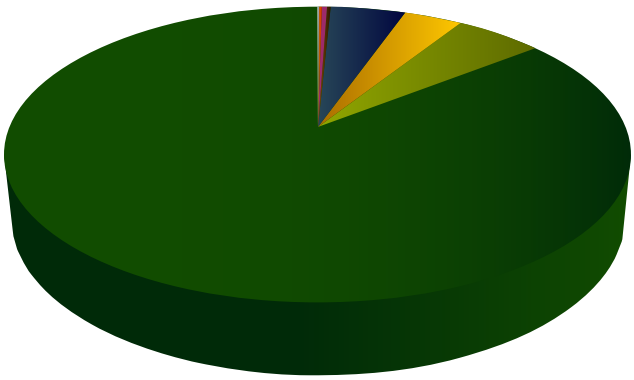
	População, em milhões
São Tomé e Príncipe	0,221
Cabo Verde	0,558
Timor Leste	1,33
Guiné-Bissau	1,99
Portugal	10,18
Moçambique	31,71
Angola	33,4
Brasil	213,3
Guiné Equatorial	--
Total	292,689

	Penetração na Internet
São Tomé e Príncipe	35,3%
Cabo Verde	61,9%
Timor Leste	45,1%
Guiné-Bissau	20,2%
Portugal	84,2%
Moçambique	21,2%
Angola	31%
Brasil	75%
Guiné Equatorial	--

	Penetração em redes sociais
São Tomé e Príncipe	31%
Cabo Verde	53,7%
Timor Leste	33%
Guiné-Bissau	14,1%
Portugal	76,6%
Moçambique	9,5%
Angola	9,0%
Brasil	70,3%
Guiné Equatorial	--

	Usuários ativos nas redes sociais, em milhões
São Tomé e Príncipe	0,068
Cabo Verde	0,300
Timor Leste	0,440
Guiné-Bissau	0,280
Portugal	7,80
Moçambique	3,00
Angola	3,00
Brasil	150,00
Guiné Equatorial	--
Total	164,888

Usuários de Internet, em milhões



São Tomé e Príncipe	0,078
Cabo Verde	0,346
Timor Leste	0,599
Guiné-Bissau	0,401
Portugal	8,58
Moçambique	6,72
Angola	10,36
Brasil	160,00
Guiné Equatorial	--
Total	**187,084**

	Evolução da Inclusão Digital	
	Usuários	%
São Tomé e Príncipe	+0,013	+20,1%
Cabo Verde	0,030	+9,4%
Portugal	+0,062	+0,7%
Timor Leste	+0,085	+16,4%
Guiné-Bissau	+0,153	+61,7%
Moçambique	+1,4	+25,5%
Angola	+1,5	+16,4%
Brasil	+9,6	+6,4%

	Evolução da aderência a redes	
Países	Usuários	%
São Tomé e Príncipe	+0,006	+9,7%
Cabo Verde	+0,030	+11,1%
Guiné-Bissau	+0,030	+12%
Timor Leste	+0,030	+7,3%
Moçambique	+0,500	+20%
Angola	+0,800	+36,4%
Portugal	+0,800	+11,4%
Brasil	+10	+7,1%

	Línguas mais usadas para comunidade
Outras línguas	23,1%
Alemão	2,0%
Russo	2,5%
Japonês	2,6%
Francês	3,3%
Português	3,7%
Indonésio/Malaio	4,3%
Árabe	5,2%
Espanhol	7,9%
Mandarim	19,4%
Inglês	25,9%

	Línguas mais usadas para comunicação na internet
Línguas	%
Português	1,3%
Madarin	1,4%
Vietnamita	1,7%
Japonês	2,1%
Alemão	2,4%
Francês	2,6%
Persa	3,0%
Turco	3,7%
Espanhol	4,0%
Russo	7,6%
Inglês	60,4%

Países	Países com maior número de usuários, em milhões
México	88
Bangladesh	94,20
Rússia	116,35
Japão	118,63
Nigéria	126,08
Brasil	149,06
Indonésia	171,26
EUA	313,32
Índia	560
China	854

Referências

BUSINESS INSIDER. *These are the 30 most popular YouTube stars in the world, from Pew- DiePie to Ryan Kaji.* 2021. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/most-popular-youtubers-with-most-subscribers-2018-2#1-pewdiepie-108-million- -subscribers-30>. Acessado em: 14 fev. 2021.

KEMP, Simon. Digital in 2021: new decade, new milestones. *In: The Global State of Digital in 2021*. We are Social e Hootsuit. Disponível em: <https://wearesocial. com/digital-2021>. Acessado em: 14 fev. 2021.

OFICINA DA NET. *10 perfis mais seguidos do Instagram no mundo*. 2021. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/19182-10-perfis-mais-seguidos-no-instagram-no-mundo>. Acessado em: 14 fev. 2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em Linguística Aplicada*.Campinas-SP, jul.-dez. 2013, p. 409-433.

_____. O sistema de normas e a evolução demolinguística da língua portuguesa. In: ORTIZ, Maria Luisa Álvarez; GONÇALVES, Luis (Orgs.) *O mundo do português e o português no mundo afora*: especificidades, implicações e ações. Campinas, Pontes, 2016, pp. 25-43.

SOCIAL TRAKER. *Top Twitter users most followers*. 2021. Disponível em: <https:// www.socialtracker.io/toplists/top-50-twitter-users-by-followers/>. Acessado em: 16 fev. 2021.

STATISTA. *Most common languages used on the internet as of January 2020, by share of internet users*. 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/>. Acessado em 18 jan. 2021.

_____. *Leading countries based on Facebook audience size as of January 2021*. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-facebook-users/>. Acessado em: 14 fev. 2021.

_____. *Leading countries based on Instagram audience size as of January 2021*. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/578364/countries-with-most-instagram-users/>. Acessado em: 14 fev. 2021.

Jogos eletrônicos

A avaliação do impacto internacional da indústria brasileira de jogos eletrônicos para a difusão da língua portuguesa pode desdobrar-se em várias direções interessantes que, a exemplo do próprio mercado, são ainda muito recentes e carecem de maiores informações e pesquisas.

A venda de jogos brasileiros ou a presença de personagens e ambientações brasileiras em jogos de circulação internacional é um caminho, ainda que de alcance variável, pois depende do interesse dos produtores internacionais pelo Brasil. Nesse sentido, é possível notar presenças com maior e menor potencial multiplicador do interesse com a cultura e a língua portuguesa em sua variante brasileira. Em um lado do espectro, pode-se recordar do icônico personagem Blanka, o que apareceu pela primeira vez em *Street Fighter II* (1991), que é brasileiro apenas para suprir uma necessidade narrativa do jogo, que preconizava que os lutadores deveriam ser de países considerados exóticos, agregando pouco para a promoção da lusofonia. No outro espectro, pode-se citar a parte três da franquia *Max Payne* (2012), que se passa no contexto da criminalidade paulistana. Neste segundo jogo, o protagonista utiliza a variante brasileira do português, incorpora gírias paulistanas e especificidades sobre a cultura periférica da maior cidade da lusofonia mundial.

Em outro horizonte potencial e, talvez mais apropriado para esta análise, ressalta-se a presença de empreendedores brasileiros em missões comerciais e feiras internacionais de referência (tanto no Brasil quanto no exterior), bem como a dimensão e profundidade dos mercados de produtos de entretenimento eletrônico em países de língua portuguesa podem ajudar a iluminar o caminho. Ressalta-se que estes dois horizontes serão centrais a esta análise.

Ainda na perspectiva de novos nichos de mercado em que o Brasil ou brasileiros disputam espaço está o segmento dos *e-sports*, onde novas celebridades brasileiras ganham projeção internacional como influenciadores digitais ainda que performando sobre jogos produzidos fora do Brasil. Num momento em que também ganham força as pressões

para que o jogo eletrônico ascenda à condição de modalidade olímpica, a projeção de brasileiros nesse contexto poderá eventualmente impulsionar o "jeitinho" ou a "ginga" brasileira numa mídia supostamente determinada por algoritmos e modelos de negócio fechados em si mesmos ou vinculados especificamente às matrizes empresariais dos países mais ricos.

Até os investimentos em localização de jogos eletrônicos para distribuição em países de língua portuguesa contribuem para a difusão do português, ainda que os jogos não sejam originalmente criados no Brasil. O mesmo viés vale para jogos brasileiros que ganham destaque em plataformas globais de distribuição ou no portfólio de investidores em *venture capital* e outras modalidades de incubação e aceleração de *start-ups*.

Além dessas vertentes de cunho mais comercial e com fins lucrativos, a repercussão internacional da cultura brasileira e da língua portuguesa também passa pela circulação acadêmica de pesquisadores brasileiros no campo dos *game studies*, assim como pela aferição do número de acessos a teses e dissertações produzidas com a palavra-chave *videogame* ou similares, a apresentação de trabalhos em eventos de viés científico ou educacional realizados no Brasil a exemplo da SBGames, REBEL, Games for Change ou Game Developers Conference, a venda de livros de autores brasileiros sobre *games* publicados em português e em outras línguas.

Outro *front* no mapeamento do potencial do setor de entretenimento digital e especificamente *games* é o das políticas públicas de fomento, subsídio ou apoio que ganharam tração tanto em nível federal quanto estadual e, mesmo, municipal nos últimos anos, com atenção redobrada ao segmento engajando equipes e novas diretrizes do BNDES à SPCine, além de governos estaduais e mesmo forças-tarefa em casas legislativas. Há, por fim, que se considerar tanto a difusão de jogos brasileiros e da produção acadêmica brasileira no campo do entretenimento digital quanto a própria relevância do mercado nacional como pauta na imprensa especializada ou de consumo em todo o mundo.

Seria possível, então, avaliar o impacto de mídia da produção brasileira de games para a difusão da língua portuguesa, mesmo que essas publicações ocorram em outras línguas (afinal, indiretamente estão ampliando o potencial de localização de jogos brasileiros no exterior ou mesmo o seu consumo por lusófonos em todo o mundo). A evidência que se apresenta a seguir não tem caráter exaustivo, mas apenas preliminar e, principalmente, ilustrativo de um horizonte de pesquisas que deve ganhar importância à medida que o entretenimento digital e a gamificação ocupam ainda mais o tempo em sociedades acuadas pela pandemia da COVID-19 e sujeitas a uma aceleração da digitalização em todas as esferas da vida pessoal, profissional e social.

Crescendo a uma taxa anual de 20% em 2020, a indústria global de *games* supera o valor das indústrias do cinema e dos esportes nos EUA combinadas, chegando ao valor de US$ 179,7 bilhões (WITKOWSKI, 2021). Segundo a consultoria CSA (2020), os fluxos globais de tradução associados a produtos tecnológicos (que em alguma medida seguem padrão semelhante na indústria de jogos eletrônicos de consumo em massa) colocam a língua portuguesa em quarto lugar entre os pares

linguísticos mais frequentes com 5,12% de traduções (do inglês para o português) e em 13º lugar com 1,29% do mercado (do português para o inglês). Nesse contexto, ressalta-se que a análise da *linguistic supply chain* (cadeia de suprimentos linguísticos) tornou-se uma frente importante no planejamento estratégico e no *marketing* de empresas em setores intensivos em tecnologia, informação e experiência do usuário na definição de produtos e serviços.

Espera-se que a própria expansão e amadurecimento dos setores vinculados ao entretenimento digital no Brasil venham a ensejar novos esforços de pesquisa (a última pesquisa de caráter mais amplo sobre o futuro da indústria de games no Brasil foi realizada pelo BNDES em 2014 (FLEURY *ET AL.*). Evidentemente houve mudanças qualitativas e quantitativas desde aquele censo que demandam uma atualização que está além dos propósitos e capacidade deste panorama, especialmente após a COVID-19.

Adicionalmente, é importante notar que os estudos de perfil marcadamente econômico ou metodológico ainda passam ao largo das questões especificamente culturais e linguísticas envolvidas, o que abriria terreno para a questão estratégica dos games brasileiros na perspectiva de um *soft power* tupiniquim. Nesse sentido, cabe notar que entre as empresas brasileiras de sucesso no mercado internacional seria necessário diferenciar entre produtos que são puras emulações de narrativas consagradas (como o *first-person shooter*) pelas marcas *Triple-A* daqueles que são propostas efetivamente comprometidas com a difusão internacional da cultura, da língua ou da realidade brasileira.

Estes são apenas alguns dos desafios ainda por serem enfrentados. É nesse sentido que este panorama, ainda que preliminar e muito distante de qualquer pretensão a ser exaustivo, apresenta-se. Buscar-se-á, nesse contexto, estabelecer análise organizada nas vertentes acima referidas: mercados, redes acadêmicas e impacto de mídia.

Observações críticas sobre a dimensão e a evolução do mercado brasileiro de games marcam a perspectiva apresentada por Gustavo Mello e Patrícia Zendron no *BNDES Setorial 42*, de setembro de 2015 (e portanto marcados pelos resultados da pesquisa realizada em 2014 pelo grupo liderado por Afonso Fleury no Núcleo de Pesquisa em Política e Gestão Tecnológica e da Inovação – PGT, da Faculdade de Economia e Adminstração da Universidade de São Paulo). Para Mello e Zendron (2015), a base produtiva brasileira de jogos digitais era majoritariamente formada por micro e pequenas empresas, quadro que não se alterou desde aquele momento em que a indústria de jogos digitais era da ordem de US$ 90 bilhões anuais, ou seja, metade do faturamento alcançado apenas cinco anos depois e que a indústria mundial do cinema viria a alcançar apenas recentemente. Ocorre que a base produtiva brasileira contrasta com o perfil empresarial setorial em escala global, que tem sido dominado por grandes corporações, particularmente nas cadeias produtivas de jogos digitais, para consoles e para PCs.

Ainda assim, o fenômeno mais marcante desse curto período tem sido justamente uma anunciada "morte dos consoles" em favor de dispositivos móveis (celulares 4G, *tablets*, interfaces de realidade aumentada, retomada de experiências 3D e cinema expandido e de modo geral uma "gamificação" apoiada em dispositivos móveis

e novos modelos de socialização paradoxalmente amparados por um crescente isolamento em que os indivíduos estão "juntos na solidão" (*Alone Together* é um clássico da literatura especializada, escrito pela pesquisadora em psicologia e tecnologia do MIT, Shelley Turkle, em 2011). Dessa perspectiva, o brasileiro tornou-se cada vez mais um usuário de dispositivos móveis em que o entretenimento está nas mídias e redes sociais como Facebook ou TikTok e não tanto no consumo de jogos para console ou celular.

A própria "gamificação" das redes sociais torna o horizonte da socialização totalmente novo em condições de aceleração das comunicações móveis e de baixo custo, num período em que a síndrome do pré-pago tem sido efetivamente superada. No mesmo diapasão, nota-se que o número de linhas pós-pagas superou pela primeira vez o de celulares pré-pagos no Brasil, segundo dados da série histórica da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), iniciada em fevereiro de 2005. Em setembro de 2020, havia 114,7 milhões de celulares pós-pagos, pouco mais de 1 milhão em relação às linhas pré-pagas, que chegaram a 113,5 milhões.

Entre os fatores explicativos da mudança está a necessidade de acesso à Internet por clientes em busca de preços melhores para os pacotes de banda larga móvel. Naturalmente a acessibilidade a *games* é uma motivação essencial. A Pesquisa Game Brasil 2020 confirma: os celulares foram a plataforma mais popular entre os *gamers* brasileiros, *smartphones* com sistemas operacionais Android e iPhone (iOS) foram usados por 86,7% dos entrevistados (81,4% usam Android). Os consoles, como PlayStation e Xbox alcançaram metade do público (43%) enquanto os PCs foram a opção de 40%. Os dados refletem a popularização da indústria de *games* e a acessibilidade proporcionada pelos celulares e jogos *mobile*. No entanto, nenhum dos jogos mais acessados pelos brasileiros (especialmente de baixa renda) é produzido por empresas brasileiras.

Quanto às plataformas favoritas, 52% dos entrevistados responderam preferir jogar em *smartphones*. Consoles de mesa seguem na segunda posição, com 19,9%, enquanto computadores têm 14,2% do público. Se comparados os números da edição de 2020 à de 2019, os *smartphones* cresceram em popularidade e na preferência dos usuários. Entre os jogadores de *smartphone*, 63% afirmam que nunca gastam dinheiro em jogos ou em microtransações. Outro dado importante é a liderança das mulheres quando o assunto é consumo de *games* no Brasil. A pesquisa indica que 53,8% das pessoas que jogam no Brasil são do sexo feminino, contra 46,2% do masculino. Essa proporção se mantém relativamente estável desde 2016. Já as informações sobre faixa etária revelam que pessoas entre 25 e 34 anos são o principal público, com 34,7%.

Ocorre que a pesquisa não aborda questões como presença de marcas, produtos e serviços brasileiros entre os hábitos de consumo dos brasileiros, assim como ignora o acesso a jogos de impacto social ou educacional (os chamados "jogos sérios") que nas pesquisas do BNDES eram apontados como nichos com alto potencial de expansão para as empresas brasileiras. Crescendo a uma taxa estimada em torno de 7% ao ano, o consumo de *games* brasileiros por brasileiros ainda está longe de garantir maior penetração para a produção de conteúdo nacional. Esse tipo de conteúdo,

produzido por estúdios, *start-ups* e empresas de menor porte, acaba sem fôlego para disputar mercados internacionais na medida em que a base de consumidores doméstica é limitada mesmo quando o mercado como um todo cresce.

Embora pareçam espetaculares, os dados indicativos do crescimento das exportações de jogos brasileiros são tímidos frente às dimensões do mercado mundial. Os dados mais recentes, relativos a 2018, indicam que as 114 empresas participantes do Projeto de Exportação Brazil Games, uma parceria da Associação Brasileira da Indústria de Games (Abragames) com a Apex-Brasil, geraram US$ 52,7 milhões de dólares em divisas para o país. O crescimento das exportações foi de 132,15% mas é um valor que reflete a produção de jogos próprios e a prestação de serviços, artes, *live opps*, co-produções, consultoria e *publishing*, entre outros. Se em 2017 essas receitas eram de ainda mais irrisórios US$ 22,7 milhões, o patamar alcançado em 2018 era de aproximadamente 0,04% do mercado mundial (a participação brasileira nas exportações globais é igualmente irrelevante, ficando em 1,2% em 2019). Ou seja, a pauta exportadora brasileira é quase trinta vezes mais expressiva que a exportação de games, mesmo sendo igualmente acanhada em termos do potencial do comércio mundial.

A explicitação desses números é relevante e como sempre é possível ver o copo meio vazio ou, em perspectiva otimista, pronto para ser preenchido com intensidade e vigor. De fato, o contraste entre as taxas de crescimento do mercado doméstico de *games*, especialmente em dispositivos móveis e as taxas de penetração das exportações mundiais de *games* brasileiros recomendam forte atenção ao setor, com políticas públicas vigorosas capazes de explorar o enorme potencial de vantagens competitivas do criador nacional. Evidente que isso exigiria políticas públicas mais robustas do que os ensaios realizados nos últimos anos, assim como uma integração acelerada de políticas industriais e tecnológicas a diretrizes nos campos de políticas culturais, educacionais e sociais. Voltaremos a esse ponto adiante. O fato é que o mercado brasileiro conta com um número crescente de empresas dispostas a participar do mercado internacional, já que o Projeto de Exportação Brazil Games registra que o número de empresas exportadoras cresceu 107%: de 2015 a 2018, de 55 para 114 participantes (em 2015, o valor exportado era de insignificantes US$ 11 milhões).

Ainda assim, há muito potencial para a itnernacionalização do setor. Em 2020, a Devcom Digital/Gamescom sediada na Alemanha recebeu apenas 32 empresas brasileiras no estande virtual do Projeto Brazil Games. Embora hospedando novos jogos autorais como o *PSG Football Freestyle*, jogo oficial do time francês Paris St. Germain desenvolvido pela Hermit Crab e a versão *premium* do Starlit Adventures Golden Stars, desenvolvido pela Rockhead Studios (ambos de Porto Alegre), a delegação brasileira incluía também empresas prestadoras de serviços como arte 2D e 3D, VR/AR, *live ops*, áudio, *game design*, além de *marketing* e *porting* – ou seja, sem necessariamente agregar conteúdo nacional ou jogos autorais em seus projetos (ABRAGAMES, 2020).

O esforço, entretanto, é notável. Um exemplo é o caso Sue the Real, apresentado no BIG Festival 2020 como um estúdio de jogos "focado em narrativas afro-brasileiras" que busca "aumentar a representatividade negra e periférica na indústria brasileira

de games". Para efeitos de comparação, note-se que o estúdio Hermit Crab tem uma equipe de 19 pessoas, a Sue the Real" conta com três integrantes (<https://en.suethereal.com/>).

Numa outra dimensão, de projeção internacional de talentos brasileiros por meio da indústria de games, os casos de sucesso são mais eloquentes. O jogador de futebol Neymar, por exemplo, chegou a participar de *lives* de games com 100 mil espectadores (OLIVEIRA, 2020). Naturalmente não é casual que a Hermit Crab Games tenha se associado ao Paris St. Germain, a imprensa chegou a noticiar o interesse do jogador em tornar-se investidor no segmento já em 2017. Outros jogadores de futebol como Ronaldo tornaram-se investidores em equipes de *e-sports* (TRASSKINI; LANCE, 2017).

O impacto de personalidades e influenciadores brasileiros no mundo dos *games*, especialmente na modalidade de *e-sports* e *streaming* com dezenas de milhares de espectadores, não se limita aos jogadores de futebol. O nicho de negócios já consagra personalidades como Felipe YoDa (celebrizado como jogador profissional de *League of Legends*).

A difusão da cultura brasileira e mesmo da língua portuguesa ou de influenciadores digitais brasileiros no mundo do entretenimento digital não ocorre necessariamente sem percalços na relação com jogadores de outras nacionalidades. A questão linguística já foi apontada como origem de problemas. Segundo Julio Vieitez, então diretor-geral no Brasil da Level Up! (empresa filipina com atuação na América Latina), "a cada ano, mais e mais brasileiros entram na internet e jogam *games* para multidões [...] mas a verdade é que poucos entendem inglês, por isso eles podem não seguir as instruções corretamente, ou mesmo entender o que as outras pessoas estão falando".

De acordo com *Know Your Meme*, *site* que reúne conceitos que se espalham na *web*, o "huehuehue" e o "gibe moni plox" ("me dá dinheiro, por favor") começaram a ser usados em 2003, no *role-playing game* (RPG) para multijogadores *Ragnarok Online*, quando houve um grande atrito entre jogadores brasileiros e estrangeiros. A reputação da imagem brasileira no mundo internacionalizado dos *games* foi objeto de pesquisa acadêmica (FRAGOSO, 2015) que revelou que os HUEHUEs "estão longe de serem os jogadores mais violentos no cenário internacional". Por outro lado, as singularidades de seu modo de agir diferenciam os brasileiros dos jogadores de outras nacionalidades e impõe interessantes perspectivas.

Um panorama do impacto social, cultural e econômico do universo *gamer* brasileiro seria enriquecido ainda por um levantamento mais detalhado dos resultados alcançados pelo Brazil Independent Game Festival (BIG). Trata-se do mais bem-sucedido evento comercial brasileiro voltado sobretudo aos atores no mercado de games, com apoios expressivos e patrocínio do BNDES, Sebrae, Brazil Games, Abragames, Google Play, Facebook Gaming, Xbox, Microsoft, Nintendo, Roblox, Steam e outras empresas e instituições, com um destacado *marketplace*.

Empresas brasileiras direta ou indiretamente voltadas a *games* somaram 168 entidades, incluídas as 62 empresas latino-americanas chega a 230 o número de entidades latino-americanas no evento ou 69,1% dos participantes. Os principais mercados globais seguem com escassa representação: América do Norte com

14,7%, União Européia com 10,5% e Ásia com 4,8%. o que indica um impacto ainda incipiente no exterior.

A área de *game studies* ou *game science* no Brasil é outra frente importante para avaliação do impacto da indústria nacional na circulação da língua portuguesa nesse campo assim como de valores e perfis culturais associados ao entretenimento digital. O Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames) realizará em 2021 a sua vigésima edição. É a mais importante iniciativa voltada à produção acadêmica no campo de *game studies* brasileiros, com história ancorada na iniciativa da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), uma sociedade científica sem fins lucrativos, fundada em 24 de julho de 1978, que reúne estudantes, professores, profissionais, pesquisadores e entusiastas da área de computação e informática de todo o Brasil. A SBC tem como função "fomentar o acesso à informação e cultura por meio da informática, promover a inclusão digital, incentivar a pesquisa e o ensino em computação no Brasil, e contribuir para a formação do profissional da computação com responsabilidade social". Ao longo dos anos, as dimensões culturais, empresariais, políticas e estéticas foram gradualmente incorporadas à agenda dos simpósios com protagonismo e produção circulando por todo o Brasil a partir de 2001. O *site* da entidade registra 12 anais e *links* para os *sites* de 18 eventos, com forte concentração nas regiões Sul e Sudeste, refletindo a força relativa das universidades e mercados localizados nessas regiões:

Quadro 01. Eventos sobre "game studies" em cidades brasileiras

Cidade (UF)	**Eventos**
Porto Alegre/São Leopoldo (RS)/Gramado (RS)	3
Florianópolis (SC)	1
Curitiba/Foz do Iguaçu (PR)	3
São Paulo	3
Rio de Janeiro	2
Recife	2
Belo Horizonte	1
Brasília	1
Teresina	1
Salvador	1

A Trilha Game & Cultura aborda o impacto de um jogo sobre as pessoas, as comunidades e a sociedade, assim como os usos, proibições e questões que são levantadas em torno do jogo, discussões sobre os conteúdos dos jogos relacionados a tópicos como educação, trabalho, política, linguagem, corpo, violência, metrópoles, jovens, mídias e aparatos cognitivos, subjetividades, motivação, publicidade, emoção e artes, entre outros.

Uma pesquisa mais detalhada poderia levantar a participação em todos os eventos, seus impactos locais, nacionais e internacionais, a distribuição temática nos anais, as redes de patrocínio e parcerias e a repercussão do evento nas trajetórias acadêmicas e profissionais de seus participantes, organizadores e promotores. Dado o histórico, a consistência e persistência do maior evento voltado à pesquisa e análise de jogos e da própria indústria de *games* no Brasil, seu impacto sobre a própria difusão de uma cultura sobre games em língua portuguesa não pode ser subestimada.Um esforço de pesquisa análogo poderia resultar em informações igualmente pertinentes em outros eventos de perfil mais acadêmico em áreas como artes, comunicação e semiótica, ciências sociais e design, assim como o mapeamento da participação de pesquisadores brasileiros em eventos dessas áreas em todo o mundo.

Outro caminho que propicia revelações em torno do impacto da pesquisa sobre games na difusão da cultura brasileira e da língua portuguesa é o Repositório de Produção da USP (<https://repositorio.usp.br/>). O termo *games* resulta em 87 registros a partir de 2011, alguns em inglês, em áreas que vão da medicina (pesquisas sobre *exergames* e uso de *games* na reabilitação de idosos) ao uso da música em *games*, uso de *games* no ensino de matemática e outras áreas da educação, *game design*, *e-marketplaces*, etc.

A pesquisa pelo termo "jogo" produz um resultado ainda mais expressivo: são 4.004 registros. É necessária uma pesquisa mais detalhada para explicitar a distribuição da produção entre dissertações e teses, artigos e reportagens, produção em português, inglês e outras línguas, áreas de conhecimento envolvidas e impacto de leitura (por exemplo, verificando para cada dissertação ou tese o número de "*downloads*" realizados no Portal de Teses da USP). É trabalho por realizar, mas que certamente trará importante contribuição para a compreensão da densidade, profundidade e impacto dos estudos e pesquisas sobre jogos publicados ou realizados na USP e em outras universidades brasileiras, seu impacto cultural e na formação em várias áreas de conhecimento, sua circulação nacional e internacional assim como seu potencial como fonte de informação e conhecimento para a ampliação ainda mais significativa do universo lúdico sobre a cultura brasileira e seu impacto internacional.

É também relevante notar a emergência de novos circuitos a partir da academia, destacando-se a rede internacional Games for Change (<www.gamesforchange.org>) desde 2010 associada ao Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes da USP na promoção de festivais anuais com foco em América Latina e ainda a Rede Brasileira de Estudos Lúdicos (REBEL), associação sem fins lucrativos sediada em São Paulo, um canal de divulgação de jogos brasileiros e do pensamento sobre o lúdico em português.

A G4C América Latina tem como foco prioritário complementar as iniciativas existentes seja no campo acadêmico (como a SBGames), seja no empresarial (como o BIG Festival), colocando em primeiro plano a internacionalização de conteúdos necessária e explicitamente inspirados em temas, problemas, desafios e hábitos brasileiros. Embora as primeiras edições tenham assumido um perfil predominantemente acadêmico, a partir de 2019 o Festival Games for Change

América Latina, em parceria com a G4C Accelerator de Nova York, realizou a primeira edição do *Pitch for Change*, voltado a *start-ups* brasileiras com perspectivas de conquista dos mercados internacionais.

As propostas vencedoras foram premiadas com apoio do Ministério das Relações Exteriores para uma missão de promoção comercial que viria a se realizar em fevereiro de 2020 na Inglaterra, França e Alemanha. A programação foi realizada na Inglaterra mas já na França foi interrompida em função da pandemia do COVID-19. Os jogos foram apresentados no Festival de Nova York, totalmente *on-line*, em julho de 2020.

Ainda em 2020, uma segunda rodada de seleção de projetos ocorreu no festival latino-americano também totalmente online. O fato é que a pandemia ao mesmo tempo dificultou e ampliou a perspectiva de internacionalização, de tal sorte que os festivais da franquia Games for Change passam a integrar uma agenda internacional única a partir de 2021. Buscando parcerias com SBGames, BIG Festival, Abragames e outras entidades, inclusive com o Consulado-Geral dos EUA em São Paulo, o Consulado da Alemanha, o Consulado de Luxemburgo e a representação comercial de Québec em São Paulo, a Games for Change surge com o propósito explícito de apoiar a divulgação não apenas de jogos brasileiros, mas sobretudo daqueles que refletem a realidade brasileira e que possam intensificar as trocas internacionais com países de língua portuguesa, assim como a localização de jogos brasileiros em outras culturas. Como decorrência direta desta ação, a USP deu início à formalização de um convênio de cooperação internacional com a MD.H na Alemanha, instituição de ensino superior que foi a primeira a sediar um curso voltado à criação de games na União Européia.

O uso do lúdico como ferramenta de difusão da língua portuguesa é emblemático na atuação da REBEL. Oficinas de poesia colaborativa, forma ludificada de desenvolver linguagem, foram oferecidas pela associação à comunidade inclusive durante comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa (<https://www.rebel.org.br/lingualudica>).

O "Manifesto pela Sinergia das Línguas em Português", lançado em 2020 no Festival Literário de Araxá, conta com as assinaturas dos associados Carlos Seabra, autor de jogos e livros como *O livro dos jogos das crianças indígenas e africanas* (Estrela Cultural, 2019) e Ernane Guimarães Neto, presidente da REBEL e autor de *Narrativas e personagens para jogos* (Ed. Érica, 2014).

Mais tangível do que essas contribuições simbólicas, a associação tem acumulado uma produção de estudos lúdicos que, ao longo dos anos, tem fortalecido a bibliografia sobre jogos e temas afins no idioma, tanto na forma escrita quanto em vídeos e encontros. A REBEL é responsável pelo Fórum Acadêmico de Estudos Lúdicos (FAEL), realizado anualmente desde 2014. O FAEL reúne pesquisadores, estudantes e profissionais de jogos e brinquedos em palestras, debates e espetáculos.

Embora o FAEL já tenha incluído comunicações em inglês e espanhol, a maior parte dos trabalhos apresenta-se em português. Uma das categorias mais frequentes nos artigos inscritos no FAEL são os relatos de desenvolvimento de projetos brasileiros de jogos, por isso o evento e seus anais são relevantes para a pesquisa em língua

portuguesa sobre jogos. Tópicos recorrentes são a ludificação em processos de ensino e aprendizagem e análises *post-mortem* de desenvolvimento de jogos digitais.

A REBEL publica, desde 2019, a *Revista de Estudos Lúdicos* (*REVEL*), reunindo artigos apresentados no FAEL e outros textos exclusivos sobre cultura lúdica. A revista está disponível gratuitamente em: <https://www.rebel.org.br/revel>. Contando-se apenas os artigos em formato acadêmico inscritos pelo público no FAEL e depois selecionados para publicação na REVEL, estão disponíveis à comunidade sete artigos em português no primeiro volume (*REVEL 1*, 2019), enquanto a *REVEL 2* (2020) tem seis artigos em português e um em inglês. Com as publicações em revistas parceiras, somam-se 31 artigos em Português apresentados no FAEL e depois publicados em revistas com International Standard Serial Number (ISSN).

Antes da criação da REVEL, a difusão dos textos apresentados no FAEL deu-se em parceria com três outras revistas, todas acessíveis gratuitamente na Internet. Trabalhos do FAEL foram publicados na *Revista Tecnológica da Fatec Americana* (v. 4, n. 2, 2016, três artigos em português e um em espanhol), na *Revista Sapere* (edição especial 3o FAEL, 2017, 12 textos em português, um em inglês) e *Mais Dados* (edição especial REBEL, 2019, três artigos em português).

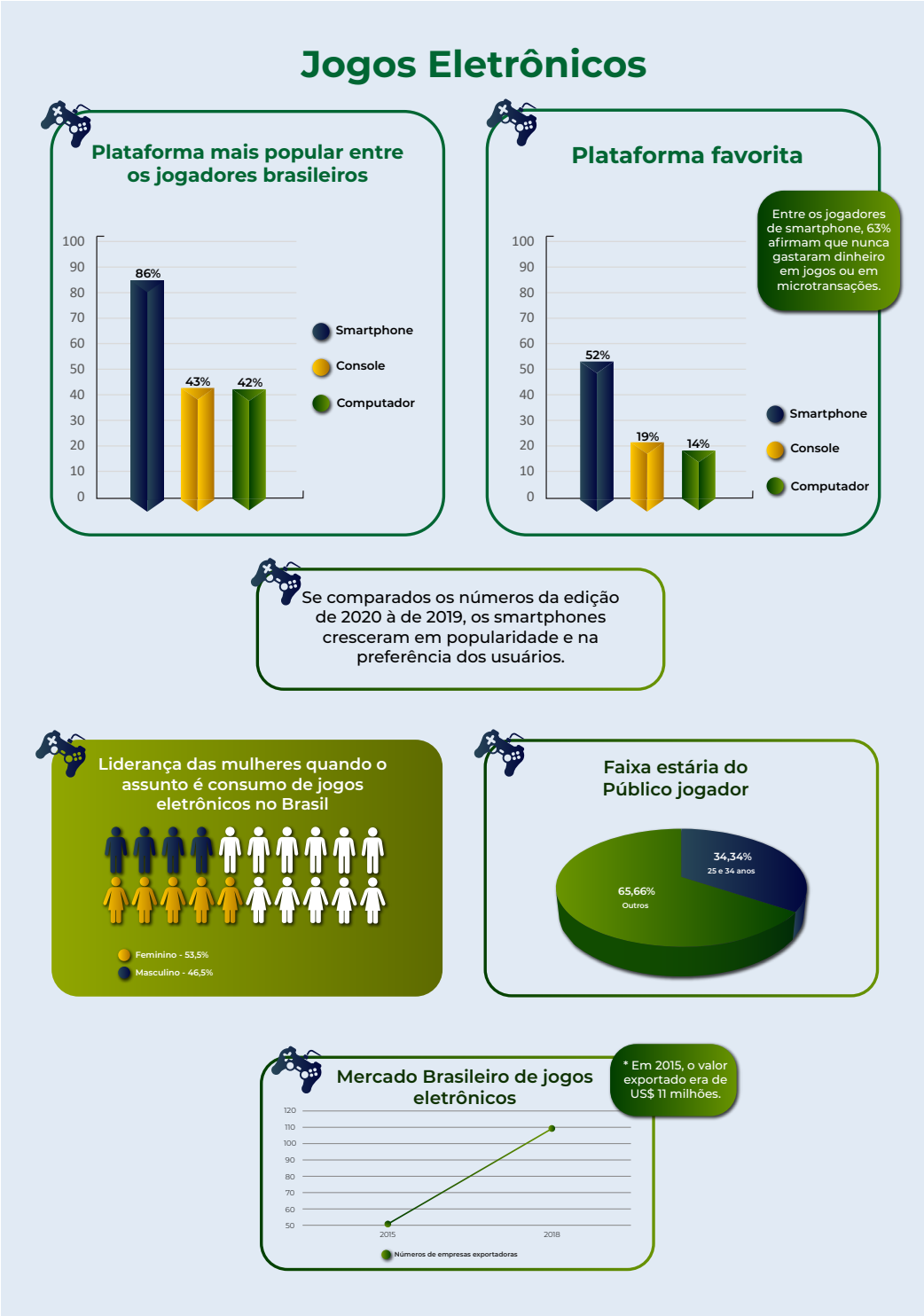
Eventos como o FAEL e publicações como a *REVEL* fortalecem uma teia de referências que tende a fortalecer a comunidade brasileira, associando-se aos eventos internacionais como os realizados pela Games for Change, pela Gen Con e pela Feira de Essen (eventos internacionais que tiveram, em 2020, maior presença brasileira em virtude da acessibilidade proporcionada pela sua realização em ambientes virtuais). Tanto a Games for Change América Latina quanto a REBEL passaram a publicar conteúdos em vídeo nos seus canais do YouTube e seguirão trabalhando juntas com o propósito de ampliar os espaços de apoio e distribuição de conteúdos em português.

É indispensável fazer o levantamento dos ciclos de produção e distribuição de conteúdo sobre a indústria brasileira de *games* em português, no Brasil e mesmo o seu impacto no exterior. O crescimento do mercado e a digitalização acelerada pela pandemia da COVID-19 também propiciaram uma expansão das audiências para esse nicho de conteúdo, destacando-se a criação de uma área editorial totalmente voltada ao tema pelo portal UOL (<https://start.uol.com.br/>) e o aumento na frequência de reportagens sobre o tema na *Folha de S.Paulo*.

Com forte investimento publicitário, a plataforma de conteúdo sobre *games* e *e-sports* do UOL lançou em 2019 a campanha "Somos Todos Gamers", com o objetivo de "quebrar o estereótipo do *gamer* tradicional", mostrando o aumento do percentual de "*players* utilizando plataformas *mobile*" e do "público feminino muito mais presente nas estatísticas de consumo de *games*" (SART, 2019).

Conforme aludido no início, são muitas e variadas as perspectivas por que se pode observar a difusão internacional dos jogos eletrônicos brasileiros. Se o campo como um todo carece ainda de mais sistematização, teorização e análises, o recorte específico da relevância do impacto dos *games* brasileiros para a projeção da língua portuguesa é percurso absolutamente inexplorado. Estas primeiras aproximações ao tema buscaram, desse modo, evidenciar a forte conexão desse setor da economia

criativa brasileira com a língua portuguesa, na perspectiva de que possam ser aprofundados os estudos sobre o jogos eletrônicos como vetores de difusão da língua portuguesa.



Referências

ABRAGAMES. Brazil Games Participa da Devcom Digital 2020 com 32 Empresas, 2020. Disponível em: <http://www.abragames.org/releases/brazil-games-participa-da-devcom-digital-2020-com-32-empresas consulta em 06/03/2021>.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE AMERICANA. *Revista Tecnológica da Fatec Americana*, v. 4, n. 2. Americana: FATEC-SP, 2016. Disponível em: <http://fatec.br/revista_ojs/index.php/RTecFatecAM/issue/view/8/showToc>.

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE TATUÍ. *Sapere*, Edição Especial – 3º FAEL. Tatuí: FATEC-SP, 2017. Disponível em: <http://www.revistasapere.inf.br/site2/edicaoEspecial.php>.

FRAGOSO, S. "HUEHUEHUE eu sou BR": *spam*, trollagem e *griefing* nos jogos *on-line*. *Revista FAMECOS, Mídia, Cultura e Tecnologia*, v. 22, n. 3, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/205439657.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

CELULARES pós-pagos superam os pré-pagos pela primeira vez no Brasil. *G1*, 05/11/2020. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/11/05/celulares-pos-pagos-superam-os-pre-pagos-pela-primeira-vez-no-brasil.ghtml consulta em 06/03/2021>.

LANCE. Vivendo "boom", mercado de e-Sports atrai de Ronaldo a Neymar. Por quê?, 2017. Disponível em: <https://www.lance.com.br/esports/vivendo-boom-mercado-sports-atrai-ronaldo-neymar-por-que.html>.

O TEMPO. Neymar é banido da plataforma de games Twitch após vazar número de Richarlison, 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/superfc/neymar-e-banido-da-plataforma-de-games-twitch-apos-vazar-numero-de-richarlison-1.2410703>. Acessado em: 6 mar. 2021.

OLIVEIRA, G. Neymar estreia lives de games com 100 mil espectadores e belas jogadas, *UOL Start*, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/start/ultimas-noticias/2020/10/01/neymar-estreia-lives-de-games-com-100-mil-espectadores-e-belas-jogadas.htm>. Acessado em: 6 mar. 2021.

ORRICO, A. Brasileiros ganham fama ruim praticando assaltos e arrastões em jogos on-line, Tec, *Folha de S.Paulo*, 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2013/05/1280744-brasileiros-ganham-fama-ruim-praticando-assalto-e-arrastao-em-jogos-on-line.shtml>. Acessado em: 6 mar. 2021.

PESQUISA Game Brasil 2020 Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/en/game-brazil-research-2020/>.

REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS LÚDICOS. *REVEL- Revista de Estudos Lúdicos*, v. 1, 2019. Disponível em: <https://www.rebel.org.br/revel-no1-2019/>.

REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS LÚDICOS. *REVEL- Revista de Estudos Lúdicos*, v. 2, 2020. Disponível em: <https://www.rebel.org.br/revel-2/>.

START. Start, plataforma de games do UOL, lança campanha "Somos Todos Gamers", 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/15/start-plataforma-de-esports-do-uol-lanca-campanha-somos-todos-gamers.htm>. Acessado em: 6 mar. 2021.

TRASKINI, E., Invasão Gamer (s.d.), UOL, Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/crescimento-dos-esports-no-mundo-do-futebol-transforma-ate-jogadores-em-ceos/#page2>.

TURKLE, S. *Alone Together*: why we expect more from technology and less from each other. Basic Books, Philadelphia, 2011.

WITKOWSKI, W. Videogames are a bigger industry than movies and North American sports combined, thanks to the pandemic. *MarketWatch*, 2021. Consulta em: 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.marketwatch.com/story/videogames-are-a-bigger-industry-than-sports-and-movies-combined-thanks-to-the-pandemic-116086>.

Leitorado

O Programa Leitorado, uma das mais tradicionais políticas públicas de difusão internacional da língua e da cultura brasileira, é uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para subsidiar a atuação de professores brasileiros nas principais universidades de mundo. Sua criação remonta a 1953, quando o filólogo Celso Cunha, que viria a ocupar uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras, em 1987, foi contratado para exercer a função junto à Universidade Sorbonne. Ao longo desses quase setenta anos, o Programa apresentou formatos, prioridades e rede geográfica variados, mantendo constante, todavia, seu objetivo primordial: o ensino do Português e a difusão da cultura brasileira.

O objetivo do presente verbete é apresentar a evolução do Programa Leitorado no que tange aos objetivos acima identificados, o legado e os limites identificados no âmbito da sua atuação ao longo dos anos, bem como apontar o recente desenvolvimento do Programa e perspectivas para seu aprimoramento. Existe considerável produção acadêmica sobre o assunto nos últimos anos, sobretudo dissertações e teses de pós-graduação, além de artigos de ex-leitores, que tratam de aspectos ou momentos históricos específicos do Programa, sem estabelecer, no entanto, visão de conjunto para as suas quase sete décadas de história. O presente estudo se distingue por lançar luz sobre a amplitude no tempo e no espaço, sobre a evolução institucional do Programa Leitorado, sem todavia constituir relação exaustiva dos dados quantitativos apresentados, principalmente em relação aos editais, número de leitores e universidades participantes no período anterior a 1999, pois a pesquisa em curso será prolongada para a conclusão de quantos profissionais, em quais instituições, foram subsidiados pelo MRE.

Segundo os dados mais recentes, tal número representa, para o período de 1953 a 2020, 373 profissionais, que atuaram em 164 universidades, localizadas em 68 países. A observação de tais números deve levar em conta o fato de que somente a partir de 1999, com o início da cooperação com a Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, particularmente, em 2001, com o lançamento do primeiro edital de seleção de leitores, foi estabelecido vigência comum de dois anos, prorrogáveis por igual período, para os contratos celebrados por esses profissionais com suas respectivas universidades. Anteriormente, como detalhado a seguir, era comum a manutenção de profissionais na função por muitos anos, inclusive décadas. Além do aperfeiçoamento do mecanismo de seleção, que permitiu à CAPES definir os leitores com base em parâmetros acadêmicos, foi a partir dos anos 2000 que passaram a ser estabelecidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), sede do MRE em Brasília, prioridades para a ampliação da rede de Leitorados, na esteira da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), conforme crescia a projeção internacional do Brasil e da variante brasileira do Português.

Foram bastante significativos o aperfeiçoamento e o vigor conferidos pelas medidas, pois representaram maior uniformidade e visibilidade ao Programa Leitorado, que alcançou número expressivo de países. Reforçaram também a atuação da SERE na gestão do programa, fator fundamental para o desenvolvimento seguinte. No entanto, à luz da experiência vivenciada em diversos leitorados, foram identificadas condicionantes e mesmo limites às possibilidades de atuação do MRE para a difusão do Português no exterior no âmbito do Programa. Tais constatações redundaram em amplo exercício de reflexão acerca da eficácia dos leitorados vigentes à época e na interrupção, durante os anos de 2016 e 2017, do lançamento de editais de seleção, tendo sido o seguinte apenas em novembro de 2018. A análise da evolução histórica do Programa, como se constituiu em sua forma atual e como poderá se aperfeiçoar, é fundamental para compreender os fatores de sucesso inerentes a essa singular política pública brasileira.

A origem do termo "leitor" remonta à Baixa Idade Média, na França, no contexto da criação das primeiras universidades, para identificar aqueles professores que eram responsáveis por ler e traduzir o latim para os estudantes, transmitindo-lhes a língua e a cultura de uma civilização. É na França, também, que se manifesta de modo pioneiro, com a criação da Aliança Francesa, em 1883, a preocupação com a difusão do idioma nacional para o exterior. A iniciativa foi seguida por diversas nações europeias, como Portugal, que criou em 1921 o primeiro leitorado na Universidade de Rennes e, posteriormente, em diversos outros países da região. No Brasil, a criação do Departamento Cultural do Itamaraty (DC), em 1938, representa o resultado da crescente atenção dada à imagem do país perante nações estrangeiras, o que viria a ser concretizado pela criação do primeiro Instituto Cultural Brasileiro, em 1940, no Uruguai.

A França constitui o principal parceiro histórico do Brasil no âmbito do Programa Leitorado, mas outros países foram também pioneiros no acolhimento de leitores, ainda na década de 60, como Reino Unido, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Senegal e Nigéria. Nos anos 70, começaria uma cooperação consistente com a Itália, que colocaria o país, no cômputo final, como um dos principais destinos de leitores brasileiros. Em suas primeiras cinco décadas, o Programa Leitorado esteve presente sobretudo nas universidades de maior renome de nações que já eram parceiros

tradicionais da cooperação educacional brasileira. Houve também leitorados na Áustria, Polônia, Portugal, Suécia e países africanos, como Costa do Marfim, que eventualmente representassem interesse comercial para o Brasil. Índia e México também receberam leitores na década de 80.

Nesse período, o leitorado era visto como uma das formas de ação cultural do Itamaraty, mas sua gestão era feita principalmente de modo descentralizado, pela rede de postos no exterior. Na maioria dos casos, eram identificados professores universitários que poderiam atuar na área do ensino do Português, os quais eram indicados para receber apoio no âmbito de um programa do ensino de idiomas e culturas estrangeiras em uma universidade local. Em alguns países, o leitorado representava o único professor brasileiro no departamento de línguas ou mesmo na rede universitária. Houve também situações em que, não existindo possibilidade de cooperação com instituição local, professores brasileiros eram subsidiados para dar aula nas próprias Embaixadas. Alguns contratados locais e mesmo servidores do quadro de funcionários do MRE atuaram como leitores. Outra modalidade de cooperação foi mantida entre algumas secretarias estaduais de educação, que cederam seus funcionários para ensinar em universidades estrangeiras, como a fluminense e a baiana. Mais recentemente, entre 1989 e 1992, o Programa Leitorado foi também mantido pela cooperação trilateral com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Adam Mickiewicz, em Varsóvia.

As ações empreendidas pelo governo brasileiro para a difusão do seu idioma e da sua cultura não tinham paralelo entre os países pertencentes ao mundo em desenvolvimento, revelando a sensibilidade do órgão a um tema que viria a ser de vital importância na agenda internacional. Com efeito, por meio da atuação em universidades de grande projeção, como aquelas de Londres, Nova York e Roma, ou Georgetown, em Washington, e Sophia, em Tóquio, ou em diversas cidades da França, Itália e Reino Unido, o Programa Leitorado pôde contribuir para a formação da imagem acerca do Brasil em um período marcado pela maior dificuldade de acesso à informação e maior distância cultural entre as nações. Por exemplo, o historiador Sérgio Buarque de Holanda exerceu a função na Universidade de Roma, na década de 50. Se não é possível determinar o grau de influência que a ação dos leitores teve sobre as impressões locais acerca do Brasil, é inegável que a presença desses profissionais em centros de formação de opinião dos principais países do mundo contribuiu para o maior conhecimento da realidade brasileira.

De fato, a cooperação mantida com universidades estrangeiras no âmbito do Programa Leitorado durante mais de quarenta anos, período que atravessou mudanças institucionais marcantes para a sociedade brasileira e marcou a consolidação do Estado em diversas áreas, foi fundamental para o reconhecimento da importância da difusão internacional da cultura brasileira por meio do seu idioma, lançando base para o seu desenvolvimento posterior.

No contexto do florescimento da cooperação internacional verificado após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a difusão internacional do idioma e da cultura brasileira ganhou novo significado, com a criação da CPLP e o estreitamento das relações com os países do mundo lusófono. A valorização

do Programa Leitorado ocorreu sob a ótica das mudanças institucionais recentes no governo federal, que propugnavam previsão legal para os atos realizados pela administração pública e coordenação com demais entes públicos para aprimoramento da sua eficácia.

Nesse sentido, foi editada em 1999 a Portaria nº 2 do MRE, que definia as características e atribuições próprias dos leitores brasileiros, bem como a seleção por meio de análise de currículo pelo Departamento Cultural em cooperação com a CAPES. Em 2006, o MRE e o Ministério da Educação editaram a Portaria Interministerial nº 1, que revogou a portaria de 1999 e estabeleceu o processo ainda vigente para a seleção de leitores, por meio de editais elaborados pelo Departamento Cultural e pela CAPES, bem como determinou direitos e condições para a atuação desses profissionais, além da participação das universidades estrangeiras na seleção final dos leitores que vierem a acolher.

A Portaria nº 1 reforça o caráter eminentemente colaborativo do Programa Leitorado, ao estabelecer a cooperação entre dois órgãos do governo brasileiro para a seleção dos leitores e do MRE com governos estrangeiros, por meio de suas universidades, para sua implantação, processo no qual desempenham papel significativo as representações diplomáticas e consulares brasileiras, que efetiva e cotidianamente acompanham os leitorados. A previsão de cofinanciamento e de apoio mútuo às atividades dos leitores está baseada na noção de que a cooperação e a cultura compartilhada são elementos de aproximação entre as nações e seus cidadãos, constituindo, portanto, um bem público a ser apoiado e protegido.

À luz de novas demandas internas para a difusão da língua e da cultura brasileira, bem como em resposta ao crescimento do interesse sobre o Brasil e seu idioma no exterior, o reconhecimento do Programa Leitorado como uma política pública eficaz implicou sua reestruturação para melhor atender às prioridades então vigentes da Política Externa Brasileira. Nesse sentido, tendo em conta que 26% dos leitores atuava há mais de 20 anos e 18%, há mais de 10 anos, a SERE iniciou, em 2002, processo de adequação da rede às novas diretrizes do programa, por meio da conclusão dos leitorados que tivessem ultrapassado o período de quatro anos, vigência máxima ainda em vigor para cada leitorado. Além de serem desligados os leitores que ocupavam a função por mais de dois biênios, foram avaliadas as contrapartidas e a relevância da inclusão de cada universidade nos próximos editais de seleção de leitores. As modificações que foram realizadas ao longo dos anos seguintes revelam a ampliação das relações de cooperação com a criação de leitorados inéditos, sobretudo em países da América do Sul, da África e da Ásia. Por outro lado, reduziu-se a ênfase, porém mantiveram-se parcerias tradicionais, na Europa e nos Estados Unidos.

A partir do edital 10/2002, com a previsão de vaga para a Argentina, mas principalmente entre os editais 24/2008 e 14/2015, foram lançados anualmente editais de seleção de leitores, em alguns casos, duas vezes no mesmo ano (como em 2009 e 2010), abrindo-se 97 vagas de leitorado no período. A distribuição geográfica das vagas ofertadas ilustra a ampliação da projeção internacional do Brasil a partir da segunda metade dos anos 2000: 29% na Europa; 28% na América

do Sul e Central; 19% na África; e 12% na Ásia, 2/3 dos quais na China. Foram estabelecidos leitorados em todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), com exceção da Guiné Equatorial; e da América do Sul, com exceção de Equador, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela, inclusive com mais de uma unidade e presença no interior de alguns países. Foi também ampliada a presença na Europa, com crescimento significativo na região central e leste do continente, além de previstos leitorados em todos os membros dos BRICS. Houve ainda no período expansão do Programa para países africanos, centro-americanos e caribenhos, como Botsuana, Ilhas Maurício, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, São Domingos e Trinidad e Tobago. Em 2010, alcançou-se a marca de 64 leitorados em atividade.

A gestão de rede tão ampla revelou-se problemática por diversas razões, que redundaram, ulteriormente, no fechamento precoce de considerável parte dos leitorados criados entre 2008 e 2012. Tendo em conta a natureza colaborativa do Programa, a coordenação entre os agentes encarregados da sua execução, sendo cada qual responsável por aspectos próprios da sua gestão, revela-se fundamental para o seu sucesso. Na maioria dos casos, o leitorado não foi concluído porque o profissional selecionado alegou que a universidade não havia cumprido as contrapartidas previamente acordadas (presentes no edital de seleção) ou que não havia, no âmbito do departamento em que foi acolhido, oferta de ensino de Português nos termos previstos para o seu funcionamento. Também não foram raros os casos de desistência decorrentes de alguma oportunidade profissional preferida pelo leitor ou necessidade de voltar ao Brasil por causa do encerramento da sua licença. Alguns leitorados, por outro lado, não foram renovados pela SERE por restrições orçamentárias ou mudanças de prioridade. Houve casos de retorno antecipado, também, por questões de saúde física ou mental.

A interrupção de uma ação de cooperação deve ser evitada ao máximo, dado o significativo trabalho prévio e a criação de expectativas entre as partes cooperantes. Mais ainda, os benefícios de relações de cooperação tendem a se manifestar a longo prazo, por meio do estabelecimento de relações de confiança e da criação de sinergias e soluções para problemas em comum. Em se tratando de iniciativa na área da educação e, particularmente no caso dos leitorados, o encerramento antecipado das atividades de docência pode gerar consequências significativas no processo de aprendizagem dos alunos e no interesse local para o estudo da variante brasileira do Português, visto que muitas vezes o leitor constitui o único profissional capacitado para o ensino do idioma.

Diversas lições puderam ser colhidas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa Leitorado. Do lado da SERE, além da definição de critérios de funcionamento e expansão do programa a médio e longo prazos, constitui medida fundamental a preparação dos profissionais selecionados, informando-os das suas atribuições e obrigações no âmbito do Programa, bem como dos principais desafios que deverão encontrar para o ensino da variante brasileira do português no exterior. A motivação dos leitores é um dos elementos mais significativos para a adesão, bom funcionamento e continuidade das atividades do leitorado. A representação diplomática ou consular a que o leitor está adstrito desempenha papel de suma importância para o sucesso do

Rede atual de leitorados pelo mundo

leitorado, pois não somente é responsável pela negociação com a universidade para o acolhimento do Programa, acordando as atribuições do leitor e as contrapartidas que lhe serão ofertadas, mas também realiza supervisão cotidiana das atividades do profissional, sendo seu interlocutor direto no MRE. Desse modo, um dos critérios para a escolha de universidades que receberão o Programa é a existência de Embaixada ou Consulado com pessoal suficiente, preferencialmente em setor cultural ou educacional, para supervisionar o leitorado.

No contexto das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil em 2016 e 2017, período em que não foram lançados editais de seleção, a reflexão sobre as prioridades do Programa Leitorado se colocou de modo premente. Para além da questão financeira, importava conferir sentido mais amplo às atividades dos leitores, integrando-as às demais atividades de difusão realizadas pelo Departamento Cultural, a fim de se alcançar a longo prazo o próprio fortalecimento do Programa. A primeira mudança consistiu no caráter central da língua portuguesa para o exercício do leitorado, o que se traduziu, inicialmente, na previsão de diploma de licenciatura em português como requisito para os profissionais que exercem a função, ao passo que anteriormente qualquer formação de nível superior era aceita. Tal condição está baseada na noção de que a cultura brasileira não pode ser desvinculada do seu idioma e que será melhor transmitida por profissionais com formação acadêmica para o ensino do português falado no Brasil. Nessa perspectiva, é a língua o primeiro símbolo da identidade nacional, tanto mais no caso do português, que, possuindo caráter pluricêntrico, apresenta formas de manifestação marcadamente distintas.

Com efeito, o idioma é a base das atividades das mais importantes agências de difusão cultural, como Aliança Francesa, British Council e os Institutos Camões, Cervantes e Goethe. O MRE revelava, assim, sensibilidade ao crescimento do interesse pelo ensino da variante brasileira do português no exterior, pois reforçava, por meio da atuação de profissionais qualificados, sua presença em universidades estrangeiras de renome.

Além de contribuir para a manutenção da perspectiva brasileira no ensino e pesquisa do idioma, muitas vezes em instituições com presença preponderante de profissionais formados em instituições portuguesas, os leitores podem desempenhar importante papel junto à cena local de ensino do português, contribuindo para o aperfeiçoamento e atualização dos profissionais que atuam na área. Por meio da cooperação com Embaixadas e Consulados, diversos cursos de capacitação de professores foram já ministrados por leitores brasileiros.

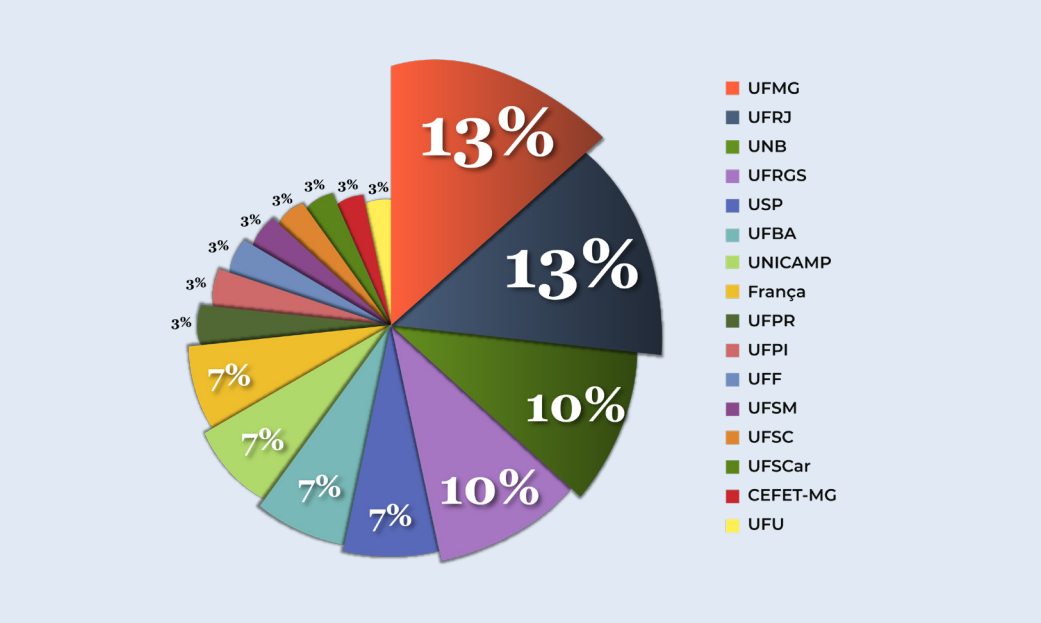
Conforme visto, o Programa Leitorado, cuja origem remonta a 1953, teve papel significativo na divulgação de informações e na formação da imagem do Brasil, durante período em que as comunicações entre governos e cidadãos eram ainda remotas. Assim, profissionais de diversas áreas acadêmicas, como Ciências Sociais, Geografia e História, entre outras, exerceram a função. Com a conclusão dos editais 37/2018 e 29/2019, reforçou-se a ênfase do Programa no idioma brasileiro e a previsão de novas possibilidades de atuação dos leitores, baseadas na integração com as outras unidades de ensino do português do MRE, como Centros Culturais

Brasileiros (CCBs) e Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs), e na complementação das suas atividades.

Nos países que possuem Centro Cultural, muitos dos quais criados há décadas, destaca-se a importante atuação dos leitores em atividades de atualização do corpo docente e, eventualmente, coordenação pedagógica das suas atividades. No contexto das medidas de isolamento social vigentes durante o ano de 2020, diversas atividades remotas foram desenvolvidas por leitores, individualmente ou em conjunto e frequentemente em associação com um ou mais CCB. Seja pela atuação em rede de leitores ou no âmbito das suas demais unidades de ensino de português, o MRE identifica a coordenação dos leitores com os demais agentes de difusão atuantes sob sua supervisão como uma das boas práticas para o exercício do leitorado.

Tal política busca obter ganhos de escala e ampliar a divulgação de atividades, além de diminuir a duplicidade de esforços e promover a utilização racional dos recursos no âmbito de toda a rede de ensino. Está baseada na concepção das atribuições específicas e complementares das unidades da rede, que atuam, em última instância, para o mesmo propósito, o ensino e a difusão do português, porém por modalidades distintas. Nesse sentido, os leitorados, localizados em universidades de excelência internacional, constituem ponto de referência para o MRE propor e executar conjuntamente atividades de pesquisa e extensão que estejam em linha com suas prioridades. Os leitores são, também, importantes atores para o crescimento da cooperação acadêmica entre as suas universidades de origem e aquelas em que atuam, contribuindo para a ampliação de programas bilaterais de pesquisa e a internacionalização da ciência brasileira.

Figura 1 - Universidade de origem dos leitores



Integrados à rede de ensino de português do MRE e em coordenação com as representações diplomáticas e consulares brasileiras, os leitorados são importantes

agentes nas políticas empreendidas pelo governo brasileiro para a difusão internacional do seu idioma e da sua cultura. Dado seu caráter dinâmico e capacidade de executar projetos relevantes, tanto de pesquisa e extensão no universo acadêmico como em colaboração com associações brasileiras no exterior, os leitorados são capazes de agregar valor e recursos às suas iniciativas, constituindo por vezes ciclos virtuosos de cooperação entre as universidades em que estão sediados e as representações diplomáticas que supervisionam suas atividades. Tendo em conta tal capacidade de interlocução nos países em que atuam, diversas possibilidades de ação podem ser exploradas pelos leitorados, algumas inclusive previstas pelo Departamento Cultural ou pelas universidades cooperantes, determinantes na seleção dos profissionais, do que resultam variados perfis dos leitorados brasileiros, embora o ensino do português seja atividade precípua a todos.

Com efeito, seja no âmbito de parcerias tradicionais, como França e Reino Unido ou na China (onde o ensino do português conhece crescimento exponencial), nos países da vizinhança sul-americana (em que o ensino do português é mais disseminado), ou nos PALOPS e Timor-Leste (em que as atividades de ensino e difusão promovidas pelo Brasil contribuem significativamente para a presença local do português); seja em cidades que mantém traços históricos do português, como Goa e Macau, ou países que mantém relações afetivas com a cultura brasileira, em razão de migrações históricas, como Coreia do Sul e Japão); seja ainda em países estratégicos para o Brasil, como Rússia, Índia e África do Sul, ou Finlândia, centro de excelência internacional para a pedagogia e o ensino de idiomas – em quaisquer desses países e cidades, os leitorados têm contribuição original a oferecer à difusão da língua e da cultura brasileira.

Os profissionais selecionados para atuar como leitores fazem parte de um projeto amplo, complexo e significativo, que lhes oferece oportunidade de crescimento profissional e pessoal, além de representar oportunidade para a atualização de áreas de estudo e pesquisa nas universidades brasileiras. Entre outros exemplos, destaca-se a professora e pesquisadora Suzana Cardoso, pioneira nos estudos geossociolinguísticos no Brasil, que foi leitora nos anos de 1961 e 1962 no Portugiesisch Brasilianisches Institut da Universität zu Köln, Alemanha. Após seu regresso ao Brasil, desenvolveu estudos de mestrado e doutorado na área, que redundaram na publicação das obras *A dialetologia no Brasil* (1994), *O léxico rural* (2000) e *Geolinguística: tradição e modernidade* (2010).

Por outro lado, a cooperação mantida por leitores com as universidades em que desempenham suas funções e com o governo brasileiro tende a se estender ao longo dos anos, inclusive para além dos dois biênios de exercício na função de leitor. Nesse sentido, são diversos os contatos e iniciativas realizadas pelo MRE com ex-leitores, mesmo que venham a ocupar posições em outras instituições universitárias ou associações de classe, tornando-se importantes interlocutores para as políticas de difusão da língua e cultura empreendidas pelo Ministério. Observa-se, assim, de outro modo ainda, os benefícios resultantes do investimento na formação e coordenação de uma rede de leitorados, que tendem a se manifestar não somente do ponto de vista institucional, isto é, enquanto os profissionais ocupam a função de leitor, mas

também pessoal, no sentido de que são estabelecidos laços de colaboração baseados em experiências prévias de trabalho conjunto.

A constatação de tão diverso e significativo potencial colocou para o MRE, após hiato na abertura de editais de seleção entre agosto de 2015 e novembro de 2018, o desafio de relançar o Programa em bases sustentáveis, de acordo com suas características intrínsecas e premissas para melhor funcionamento, indicadas anteriormente. Nesse processo, foram fundamentais o aprendizado colhido pela experiência, os relatos e os estudos realizados pelas equipes à frente da sua gestão ao longo das suas quase sete décadas de história, sobretudo nos últimos vinte anos, em que o Programa conheceu grande revigoramento e expansão. Do mesmo modo, procurou-se dialogar com a produção acadêmica sobre o tema, tanto de pesquisadores como de ex-leitores, com vistas ao arejamento do Programa e à eventual incorporação de subsídios para seu desenvolvimento.

Estudo pioneiro na análise do Programa Leitorado, a tese de Leandro Rodrigo Alves Diniz, defendida em 2012, ilustra bem o cenário da sua revalorização, no contexto da nova projeção internacional do Brasil nas duas primeiras décadas do presente século. É correto o paralelismo apontado entre os interesses da política externa do país e os rumos da sua política de promoção cultural no exterior, como observado na expansão de leitorados para países do mundo em desenvolvimento. Tal relação não é nova, como visto na análise do surgimento dos primeiros leitorados, nos anos 50 e 60, em países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, bem como quando da sua expansão para novos parceiros comerciais na África, nos anos 70, ou mesmo a ênfase em países membros dos BRICS, nas décadas seguintes. Assim, a abertura de um leitorado constitui efetivamente decisão política do MRE, como apontado pelo autor, inserindo-se na esfera de atuação discricionária do órgão público.

Deve ser analisada, portanto, sob prisma dos diversos matizes componentes da política externa brasileira, os quais, apesar de guardarem coerência histórica, apresentam variações ao longo dos anos. Nesse sentido, tendo em conta a complexidade do objeto de estudo, a análise do discurso pode revelar-se em muitos casos método limitado para a apreciação de decisão sob a qual atuam diversos fatores: tanto internos como externos, políticos como também burocráticos. Com efeito, conforme vimos anteriormente, a abertura de um leitorado é ação complexa, que resulta da cooperação entre órgãos públicos no Brasil (CAPES e MRE) e instituições no exterior (representações diplomáticas brasileiras e universidades). A sua consecução pode ser afetada por diversos fatores estranhos à decisão inicial de abertura, como restrições orçamentárias, ausência das contrapartidas acordadas com a IES, inadequação do projeto pedagógico da IES ou mudança superveniente nos critérios do MRE. A reação a tais efeitos, isto é, a decisão de abertura ou fechamento de uma vaga de leitorado, constitui, portanto, ato administrativo discricionário, pois realizado com base no juízo privativo de oportunidade e conveniência, aplicados pelo gestor para que alcance a solução mais adequada aos interesses públicos promovidos pelo Ministério.

Em novembro de 2017, uma segunda importante tese sobre o Programa foi defendida por Leilane Morais Oliveira, na qual são apresentadas contribuições pertinentes para o seu aprimoramento, particularmente uma proposta de curso de formação para leitores. Do mesmo modo, foram identificadas lacunas que minariam sua eficácia, como a ausência de

> [...] uma formação comum antes de [...] assumirem o posto, [...] uma plataforma para compartilhamento e acesso de informações, bem como [...] eventos que, em um curto espaço de tempo, pudessem reunir os vários leitores (ao menos os que estão localizados em um mesmo continente). (OLIVEIRA, 2017, p. 157)

Realizado por meio da análise de fontes primárias na sede do Itamaraty, em Brasília, e pela resposta de leitores a questionários formulados para a pesquisa, o estudo apresenta informações pessoais e relativas às atividades dos leitores, bem como relatos e vivências no exercício da função.

Também ex-leitores realizaram estudos que contribuíram para o aprimoramento do Programa. Um dos primeiros artigos a discutir perspectivas nesse sentido foi lançado, em 2009, por Daniel Serravale Sá, que aponta para a ausência de redes de integração das atividades dos leitores com os seus supervisores e com os demais profissionais que exercem a função no âmbito da rede brasileira, isolamento que o autor identifica como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento das suas atividades. Laura Márcia Luiza Ferreira, em 2014, e Alan Silvio Ribeiro Carneiro, em 2019, apontam para a falta de material didático como um dos elementos sensíveis para o desenvolvimento das atividades dos leitores, sobretudo no contexto do relacionamento com leitorados subsidiados pelo Instituto Camões. Tais profissionais representam geralmente presença mais longeva e quantitativamente mais expressiva nas universidades participantes do Programa que não estão situadas nas Américas, o que induz muitas vezes a pressões para uso de material didático centrado na realidade linguística e cultural de Portugal.

Em agosto de 2020, Leilane Morais Oliveira e Eugenia Magnólia da Silva Fernandes publicaram artigo em que são apresentados questionamentos acerca da continuidade das ações e prioridades no âmbito da condução do Programa, principalmente no contexto de interrupção por três anos do lançamento de editais de seleção, entre 2015 e 2018, e na falta de renovação em diversos países – o que traz à discussão a questão dos critérios utilizados pelo MRE para o estabelecimento da sua rede de leitorados. Diversos fatores concorrem para a tomada dessa decisão eminentemente política, conforme visto anteriormente, pois o Programa é um dos componentes da política cultural do Brasil e tem, portanto, particularidades que por sua vez integram e dialogam com a política externa brasileira, apresentando aspectos de natureza permanente e, outros, variáveis. Assim, tendem a se prolongar parcerias tradicionais, mas também frequentemente são exploradas novas, ou retomadas antigas, com novo vigor para a cooperação. Nesse processo, além de fatores políticos, econômicos e comerciais, atuam critérios referentes ao próprio desenvolvimento e à expansão do português, isto é, à sua consolidação como língua internacional e

pluricêntrica, incorporando elementos das suas diversas variantes. Dada a natureza colaborativa do Programa Leitorado, que discutimos anteriormente, um fator crucial para o seu sucesso e continuidade consiste na manutenção de contrapartidas e no apoio às atividades de cooperação pelas instituições parceiras. Nesse sentido, há tendência para a continuidade de boas experiências de cooperação.

Em março de 2021, Letícia Grubert dos Santos e Simone Sarmento publicaram artigo que analisa o Programa Leitorado à luz dos seus editais de seleção, entre 2007 e 2018, particularmente em relação aos seguintes aspectos: os países e as respectivas instituições de ensino de destino dos leitorados brasileiros; a formação acadêmica; e a experiência relacionada ao exame Celpe-Bras exigidas dos professores candidatos. Conforme apontado pelas autoras, há considerável diversidade entre os requisitos demandados dos candidatos às vagas oferecidas pelas diferentes universidades de cada edital. Tal fato, como a própria relação de universidades, é decorrente da natureza eminentemente colaborativa do Programa, no sentido de que a pertinência e funcionamento dos leitorados dependem necessariamente da adesão das universidades parceiras aos seus fundamentos, quais sejam, difusão da língua e da cultura brasileiras. Com efeito, além dos critérios próprios do MRE para expansão da rede de leitorados, são fundamentais para decisão quanto à oferta de vagas nos editais de seleção a existência de projeto pedagógico consistente e a oferta de contrapartidas que permitam boas condições de trabalho ao profissional selecionado.

Os demais critérios seguidos para a abertura de Leitorados, indicados a seguir, evidenciam a ampla dimensão dos diversos aspectos levados em conta nesse processo, que busca incluir, na medida das possibilidades orçamentárias disponíveis: PALOPs e Timor-Leste; países com presença histórica da língua portuguesa; países de maior expressão econômica e política da América do Sul; principais países da Diáspora brasileira; que possuam laços históricos de imigração com o Brasil; que sejam referência para desenvolvimento pedagógico do PLE e do PLH; que possuam Centro Cultural Brasileiro; e membros dos BRICS.

O relançamento do Programa Leitorado, realizado a partir do edital de 2018, procurou promover sua expansão em tais países e corrigir as ineficiências identificadas no seu funcionamento, por meio de medidas relacionadas à capacitação dos profissionais selecionados para a função de leitores e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação e coordenação das suas atividades com o MRE e entre si. A compreensão de muitos aspectos que vieram a ser aprimorados, como veremos a seguir, beneficiou-se das contribuições realizadas por reflexões de acadêmicos e ex-leitores, que conferiram novo olhar sobre as políticas de difusão empreendidas pelo MRE. A manutenção desse diálogo é fundamental para a expansão e eficiência de políticas públicas, como o Programa Leitorado, pois permite o compartilhamento de informações para a difusão internacional do Português, cujo objeto demanda conhecimento científico especializado próprio das universidades, mas que é uma atividade precipuamente sob responsabilidade do MRE.

Nesse sentido, foram realizados, os primeiros cursos de habilitação para o exercício dos leitorados em 2019 e 2020. Durante as palestras apresentadas por responsáveis

pelo Programa no MRE e na CAPES, além de ex-leitores e acadêmicos atuantes no âmbito do ensino e difusão internacional do português, foram prestadas informações sobre o Departamento Cultural e a rede de difusão da língua e da cultura que mantém no exterior. Foram apresentadas as atividades inerentes ao exercício do leitorado e as múltiplas possibilidades de difusão que possui, bem como, informações práticas e previsão de eventuais dificuldades típicas à docência no exterior, inclusive no âmbito das universidades em que vierem a atuar. A edição e atualização de um Manual de Boas Práticas do Leitorado Brasileiro, conforme realizado por ocasião dos referidos cursos de habilitação, busca consolidar esse conteúdo para apoiar as atividades realizadas pelos leitores.

Além de demonstrar aos novos leitores sua inclusão em rede ampla de ensino e difusão cultural, foi apresentado durante os cursos o novo formato do relatório semestral de atividades, por meio de formulário próprio digital, que permite comunicação direta e ágil com seus órgãos de supervisão, tanto nos postos como na SERE. Por meio de diversos eventos voltados à capacitação de professores e funcionários dos CCBs e NEBs, no segundo semestre de 2020, os leitores em atividade, selecionados pelos editais 37/2018 e 29/2019, foram apresentados e familiarizados com a atuação de tais unidades.

A consolidação dessas recentes inovações no âmbito do Programa Leitorado, que podem ser compreendidas como esforço do MRE para acompanhar mais proximamente as atividades dos leitores e integrá-las ao conjunto de ações culturais que realiza, conferindo-lhes mais organicidade e maior dimensão, é sem dúvida processo em evolução, desafio que ocupará diversas equipes à frente da sua gestão. Mas se a sua institucionalização deve ser ainda alcançada, por meio de mais investimentos nos mecanismos de gestão do Programa e na ampliação da sua rede, garantindo a presença da variante brasileira do português nas fronteiras de expansão do idioma no mundo; é certo que, apesar do pouco tempo, as mudanças empreendidas renderam frutos palpáveis.

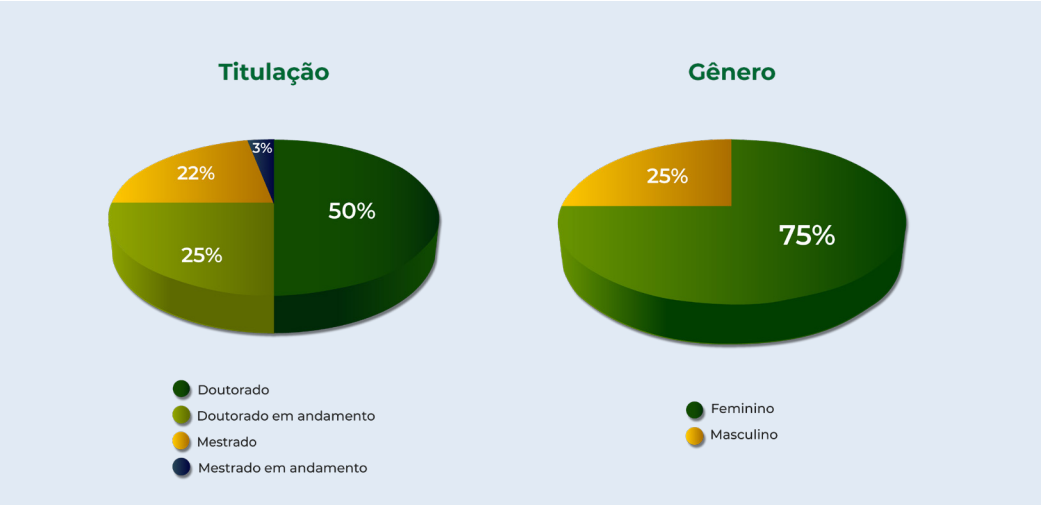
Um primeiro registro é a satisfação dos profissionais nos contatos mais frequentes mantidos com a SERE, as Embaixadas e os Consulados no exterior, redundando na maior divulgação das suas próprias atividades no âmbito universitário, na integração com as iniciativas realizadas pelas representações diplomáticas e em diversas atividades de divulgação, realizadas conjuntamente com leitores localizados em regiões próximas. Os gráficos a seguir, elaborados com base em dados fornecidos pelos relatórios de tais profissionais, referentes ao segundo de semestre de 2020, permitem avaliar sob diversos aspectos sua satisfação com o Programa, bem como sua integração com as iniciativas de difusão promovidas em cooperação com as universidades em que atuam e as representações diplomáticas que supervisionam suas atividades.

A maior motivação dos leitores pode ser também identificada na sua participação voluntária no projeto de elaboração de material didático realizado pelo Departamento Cultural. Como se sabe, um dos desafios para o ensino do português no exterior é a limitada oferta de material didático atualizado e adaptado às diferentes necessidades dos interessados em aprender o idioma, o que ensejou o lançamento de propostas

curriculares para os cursos prestados pela rede de ensino do Itamaraty no exterior e pelas associações com que coopera, sobretudo nos casos de português como língua de herança. A etapa seguinte de tal processo consiste na elaboração de material didático específico para cada proposta curricular, atividade que é realizada pela prestação de consultoria de especialistas comissionados especialmente para essa finalidade.

Nos últimos dois anos, foram selecionados 32 novos leitores, aos quais devem ser acrescentados, apesar das dificuldades impostas no cenário acadêmico internacional pelos efeitos da pandemia da COVID-19, mais 19 profissionais, com o lançamento de edital de seleção previsto para o segundo semestre de 2021. Tal contingente é formado majoritariamente por profissionais com titulação de mestrado e doutorado. Sem prejuízo das suas atividades docentes ou culturais, os profissionais selecionados, jovens professores de elevada capacitação, vêm participando e contribuindo significativamente para a produção de material didático e conteúdo para o ensino do português. Para os leitores que atuam em países que não dispõem de Centro Cultural do Brasil ou Núcleo de Estudos, a participação se reveste de importância singular, pois são responsáveis exclusivos pela observação das peculiaridades locais e adaptações necessárias para o ensino do idioma. Seus comentários são feitos à referida equipe de consultores.

Figura 2 - Titulação acadêmica e gênero dos atuais leitores



O caminho em direção à maior institucionalização do Programa Leitorado passa pelo reconhecimento da sua contribuição à difusão internacional do idioma e da cultura brasileira, além da importância da sua presença estratégica nas principais universidades do mundo, o que por sua vez pressupõe maior divulgação das suas atividades. Nesse sentido, tendo em conta a crescente demanda pelo ensino internacional do português, inclusive no contexto do crescimento das comunidades de imigrantes brasileiros, a comunicação e a participação da sociedade civil, por meio de associações, no Brasil ou no exterior, apresentam importância fundamental. Com efeito, a cooperação com associações civis para a promoção compartilhada

de temas e políticas se torna cada vez mais necessária para atuação dos órgãos públicos, tanto para a divulgação das iniciativas quanto para a eficiência das ações.

Sendo a difusão da língua e da cultura brasileira considerada bem público para o Brasil, pois elementos portadores da própria identidade nacional, e sua promoção, estratégia para a ampliação da inserção internacional do país; a percepção, pelos cidadãos brasileiros, no país e no exterior, do Programa Leitorado como política pública eficaz para o alcance de tais objetivos, ademais de conferir maior organicidade, adesão e atualização das suas iniciativas, contribuiria para sua institucionalização, ao lhe conferir maior visibilidade e relevância. Assim, a cooperação com a sociedade civil, que compartilha valores comuns com os órgãos públicos e possui possibilidades de atuação que lhe são complementares, deverá ser incorporada como valioso instrumento no processo de consolidação do Programa Leitorado.

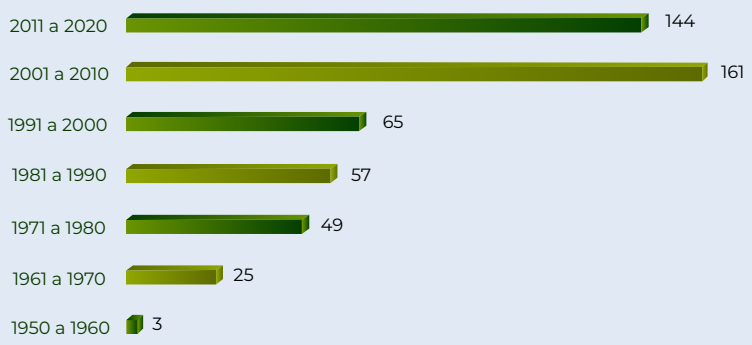
De fato, a utilização de comunidades de expatriados como um vetor de difusão da língua e cultura é uma das perspectivas mais promissoras na estratégia de difusão de idioma no âmbito da diplomacia cultural. Segundo recente estimativa, a comunidade brasileira no exterior alcança 2,5 milhões de cidadãos, metade da qual residente nos Estados Unidos e mais de um terço em países europeus. Há também forte presença no Paraguai, Japão e Canadá, bem como na Austrália. Apesar das diferentes origens da imigração, um traço comum dos brasileiros que habitam no exterior é integrar-se nas sociedades dos países que escolheram para viver.

Em razão da presença em centros de produção científica e cultural, além da coordenação com Embaixadas e Consulados brasileiros, os leitores possuem significativa capacidade de acesso e interlocução com representantes de diversos segmentos de tais comunidades. Nesse sentido, especial atenção tem sido dada ao apoio a iniciativas que promovam a articulação das atividades de leitores com aquelas de associações civis nos diversos países em que atuam, como grupos que promovam o ensino de Português como Língua de Herança (PLH) para crianças brasileiras. Na área de PLH foram realizados recentemente, por meio da atuação de leitores nas cidades de Paris, Roma e Los Angeles, entre outras, cursos de formação para educadores, elaboração de material didático e paradidático, palestras para famílias brasileiras e atividades para crianças. Iniciativas dessa natureza tem significativa capacidade de repercussão local, mas igualmente no Brasil, pois estabelecem conexões entre agentes de difusão de diferentes países para a promoção de interesses comuns.

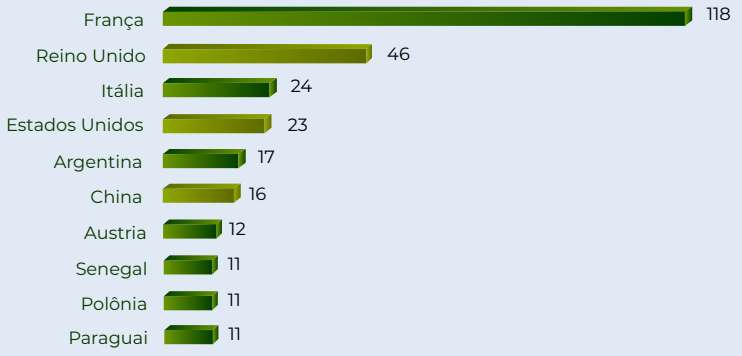
Também na área de Português como Língua Estrangeira (PLE), a localização estratégica dos leitores permite a realização de atividades de considerável significado e alcance, estabelecendo conexões sinérgicas com instituições brasileiras e locais, como palestras, eventos e oficinas sobre língua e literatura brasileiras realizados no âmbito dos leitorados em Córdoba, Díli, Maputo, Praia e São Tomé. Por outro lado, tais profissionais atuam na formação de estudantes estrangeiros que ingressam em instituições brasileiras, seja no âmbito do Programa PEC-G ou pela cooperação entre universidades, como nos leitorados de países africanos e sul-americanos, mas também de Cantão, na China. Nesses e em outros locais, os leitores são ponto focal para aplicação do exame Celpe-Bras, condição para participação nos mencionados programas de intercâmbio.

Tais atividades, bem como outras mencionadas anteriormente, realçam a função dos leitorados como importante eixo de articulação de diversas iniciativas de difusão da língua e da cultura brasileira, tanto no âmbito de políticas públicas como ações da sociedade civil. Mais do que isso, permitem vislumbrar o vasto potencial que possui o investimento no Programa Leitorado, sobretudo no contexto de maior integração entre instituições brasileiras e estrangeiras, bem como do crescimento da diáspora brasileira e da presença de acadêmicos brasileiros em universidades no exterior. A ampliação da rede de leitores, com base nas diretrizes apresentadas, criaria condições para a multiplicação de boas iniciativas já consolidadas e exploração das diversas possibilidades que pode ensejar. Iniciativas, por exemplo, como o convênio de cooperação assinado, em 2011, entre a Academia Brasileira de Letras e a Universidade Clermont Auvergne (anteriormente Blaise Pascal), em Clermont--Ferrand. A instituição francesa mantém um leitorado brasileiro desde 1999.

Número total de leitores por década



Número total de leitores por país - 1950 a 2020
(Os dez primeiros)



Bibliografia

AGUIAR, André Luiz Ramalho. O Programa de Leitorados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil: o ex-leitor José Maria Rodrigues relata suas experiências durante os quatro anos de leitorado no território paraguaio. *Periódicos UNIFAP*, v. 5, n. 2, p. 103-110, jul.-dez. 2015, Macapá. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1841>.

AXELROD, Robert e KEOHANE, Robert. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. *In*: *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993, p. 85-105.

CAPES, Programa Leitorado. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/pais/218-multinacional/10088-programa-leitorado>.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. O Programa Leitorado do Governo brasileiro: ideologias linguísticas e práticas de ensino em um contexto situado. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 43, 2019. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao43/d/artigod5.pdf>.

SILVA, Diego Barbosa da. O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior. *Cadernos do CNLF*, v. XIV, n. 4, t. 4, 2012. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/completo_tomo_4.pdf>.

DINIZ, Leandro Rodrigo Alves. *Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. 378 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000876149>.

DOS SANTOS, Letícia Grubert e SARMENTO, Simone. Programa Leitorado Brasileiro: um olha sobre os editais da CAPES. *Forum lingüístico*, Florianópolis, v.18, n.1, p.5653- 5674, jan./mar.2021

FERREIRA, Laura Márcia Luiza. O leitorado brasileiro na Tailândia: uma contribuição para o debate a respeito do papel do professor-leitor. *Revista do GEL*, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/17>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Arquivos da Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa. Itamaraty – Brasília.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Arquivo Histórico. Itamaraty – Brasília.

MOTA, Jacyra Andrade. Relembrando Suzana Alice Cardoso. *In*: *Revista da Anpoll*, v. 1, nº 50, p. 270-278, Florianópolis, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1335>.

OLIVEIRA, Leilane Morais. *Programa de Leitorado*: *diálogo entre política linguística externa e formação de professores de PFOL no Brasil*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua

Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 278f. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23052018-103602/publico/2017_LeilaneMoraisOliveira_VCorr.pdf>.

OLIVEIRA, Leilane Morais e FERNANDES, Eugenia Magnólia da Silva. Não perenidade como característica do Programa de Leitorado brasileiro. *Domínios da Linguagem*, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/52229>.

ROSA, Íris Vânia Santos. Poder discricionário. In: *Enciclopédia Jurídica da PUCSP*. Tomo Direito Tributário, 1. ed., maio de 2019. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/282/edicao-1/poder-discricionario>.

SÁ, Daniel Serravale. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e ensino de português como língua estrangeira. *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, 2009, p. 31-40. Disponível em: <https://silo.tips/download/cadernos-de-letras-da-uff-dossie-difusao-da-lingua-portuguesa-n-o-39-p--9>.

Literatura

A literatura brasileira é um dos vetores culturais mais significativos quando se considera a contribuição do Brasil para a difusão internacional da língua portuguesa. Representativa de aspectos sociais, históricos e de costumes, a literatura do Brasil é também reconhecida por leitores no mundo inteiro como uma forma privilegiada de tratamento estético da língua portuguesa, que acrescenta à experiência lusófona particularidades expressivas muito próprias, as quais resultam em ampla repercussão do idioma. A expressividade da contribuição brasileira para a difusão mundial do idioma fica muito evidente, por exemplo, quando se observam depoimentos de escritores de países de língua portuguesa, que sublinham a importância de poetas, prosadores e cancionistas brasileiros na formação de suas personalidades intelectuais (cf. a seção Depoimentos deste *Panorama*).

A reverberação da literatura brasileira torna, portanto, possível o encontro de universos sociais e de perspectivas particulares a partir do tratamento estético do idioma que, por sua vez, como fato material, deve sua repercussão ao longo da história à contribuição de vários personagens, mais ou menos anônimos, individuais ou coletivos. Nesses termos, a internacionalização da literatura brasileira pode ser abordada, de modo amplo, considerando-se especialmente:

(i) o papel ativo dos autores brasileiros que, por diversos motivos, fizeram-se presentes e empreenderam sua atividade literária em outros países;
(ii) as iniciativas da sociedade civil, tais como ações de editoras, livrarias, coletivos de autores, ou periódicos, que, junto com as universidades e a mídia funcionam como poderes externos ao sistema literário que garantem a permanência da literatura;
(iii) os projetos e ações da natureza institucional empreendidos pelo Estado brasileiro, através de iniciativas de universidades, centros de pesquisa, fundações e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

É evidente que essas três dimensões, decisivas para a repercussão internacional da literatura brasileira, não podem ser consideradas de modo estanque, pois é a sua dinâmica inter-relação, que, na prática, propicia o contato entre os autores e as obras literárias brasileiras e os leitores do mundo inteiro.

Vale ressaltar a esse respeito, que o diálogo de escritores brasileiros com autores e leitores de outras nações e a assimilação de influxos externos é condição estruturante do processo de formação da literatura brasileira, caracterizado pela articulação de tendências locais e cosmopolitas (CANDIDO, 2007). Nos chamados "momentos decisivos" de formação do sistema literário brasileiro será possível verificar, na estética literária nacional em desenvolvimento, o impacto da situação dilemática experimentada por autores que vivem e estudam fora do Brasil e a ele retornam com a missão de traduzir a experiência local em termos universais. São paradigmas dessa condição de "dupla fidelidade" o árcade Cláudio Manuel da Costa e o romântico Gonçalves Dias.

O primeiro, tendo nascido em 1729, em Mariana (MG), viaja à metrópole portuguesa para viver entre os anos de 1749 e 1753 em Coimbra, onde se formou em Cânones e viveu atmosfera literária privilegiada, publicando os seus primeiros poemas em opúsculos locais. Em sua obra, fica a marca da experiência cosmopolita, gravada literariamente, numa das suas mais emblemáticas criações, o *Soneto XCVIII*, reconhecido até hoje como exemplo de poética da "dupla fidelidade", que se converte em marca da formação da literatura brasileira. O primeiro quarteto do poema formula de modo excelente a dinâmica entre o local e o universal que marca a experiência literária brasileira que se forja no contato com o estrangeiro: "Destes penhascos fez a natureza/ O berço, em que nasci: oh quem cuidara,/ Que entre penhas tão duras se criara/ Uma alma terna, um peito sem dureza!". São versos que atestam, no dizer de Candido (2007, p. 90): "o relativo dilaceramento interior, causado pelo contraste entre o rústico berço mineiro e a experiência intelectual da metrópole, onde fez estudos superiores e se tornou escritor".

Gonçalves Dias, que nas letras brasileiras irá consolidar o romantismo, segue a trilha tão bem apontada por Cláudio Manuel da Costa e lega ao patrimônio cultural do Brasil um poema que revela a nacionalidade literária através da condição de exílio. Tendo nascido em 1823, em Caxias (MA), certamente é a experiência dos estudos na Universidade de Coimbra entre 1837 e 1845 o que dá a oportunidade ao autor da *Canção do exílio* de apreender os traços mais intensos da estética romântica e colocá-los a serviço de uma perspectiva inusitada do Brasil. Assim é que os brasileiros reconhecerão, como um dos fundamentos da nacionalidade literária, um poema que não apenas trata da questão do exílio, mas exprime uma visão de ângulo cosmopolita sobre a experiência nacional, que assim se enriquece e melhor se traduz. Os versos, escritos em Coimbra em 1843, estão entre os mais famosos da literatura brasileira: "Minha terra tem palmeiras/ Onde canta o Sabiá,/ As aves, que aqui gorjeiam,/ Não gorjeiam como lá." Como se pode perceber, as vivências de escritores brasileiros no exterior não são apenas fatos que interessam para a compreensão de seus percursos biográficos, mas têm impacto também na formulação de uma estética própria, que, desde os momentos decisivos de formação

do sistema literário, desenvolve um olhar peculiar sobre a condição brasileira. Para os autores do tempo, Gonçalves Dias seria, através dessa atitude especial de forjador de um olhar sobre o Brasil, "o verdadeiro criador da literatura nacional" (CANDIDO, 2007, p. 401).

Na história da literatura brasileira, são inúmeros os casos de autores importantes que vivenciaram experiências no exterior, as quais ficam registradas como capítulos emblemáticos de nossa literatura ao mesmo tempo em que contribuem para a difusão da literatura brasileira em terras estrangeiras. A esse respeito, recorde-se que o livro de poemas *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães, conhecido como obra inaugural do romantismo nacional, é lançado em Paris no ano de 1836. Entretanto, não se trata de evento isolado, uma vez que Magalhães, no mesmo ano funda, em Paris, a revista*Nitheroy, Revista Brasiliense* – Sciencias, Lettras e Artes, cujo lema era "Tudo pelo Brasil, e para o Brasil". A *Nihteroi*1 configura-se como um manifesto romântico, de temática nacionalista, realizado em conjunto com Araújo Porto-Alegre, Torres Homem e Pereira da Silva, que integravam o chamado Grupo de Paris.

Sob este aspecto, também vale recordar que outro emblema do nacionalismo literário brasileiro, o livro de poemas *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade, é lançado em Paris em 1925. Ao viajar para a Europa pela primeira vez em 1912, Oswald fizera contato intenso com as vanguardas europeias, que foram decisivas na formulação das estéticas exprimidas nos manifestos *Pau-Brasil* e *Antropofágico*. A segunda viagem de Oswald a Paris, em 1923, junto com Tarsila do Amaral resulta no encontro com o escritor suíço Blaise Cendrars e outros intelectuais europeus. Além disso, essa nova temporada europeia do autor culmina no lançamento, pela editora francesa Au Sans Pareil, do livro *Pau-Brasil* em 1925, com ilustrações de Tarsila.

Para ficar apenas na referência a poetas, registre-se também que a condição de exílio é capital para a existência de outra obra incontornável das letras brasileiras do século XX, o *Poema sujo*, de Ferreira Gullar. Lançado em 1976, o livro exprime uma visão sobre a vida íntima do poeta em correlação com a experiência nacional, tendo todos os poemas sido escritos no período do exílio do autor na Argentina, entre maio e outubro de 1975. A repercussão da obra foi tão impactante nos meios intelectuais brasileiros que acabou estimulando o retorno de Gullar ao Brasil. Trata-se, pois, de uma obra que marca uma época e acaba por contribuir para a reversão da condição de exilado do autor.

Tais casos pontuais são aqui rememorados apenas como forma de ilustração de uma componente importante da formação da literatura brasileira, que pode ser estudada a partir do ponto de vista da repercussão internacional do Brasil, promovida pela presença de autores brasileiros no exterior, contrastada com a contribuição que as vivências internacionais acabam gerando para suas obras, tornando-se fatos estéticos relevantes para a elaboração e a maturação de características estruturais da literatura nacional.

1 Versão digital da revista está disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700045/nitheroy.htm>.

Mais recentemente, ainda sob esse escopo, é relevante sublinhar o alcance e a repercussão da literatura produzida pelos escritores da diáspora brasileira. Tendo a migração brasileira adquirido alcance maior e contornos mais delineados a partir da década de 1990, tornou-se mais mensurável e catalogável a presença e o impacto de escritores brasileiros fora do Brasil. Nesses termos é que se pode falar de uma literatura brasileira feita fora do Brasil com especificidades temáticas e formais que têm sido objeto de estudo frequente por diversos pesquisadores, entre os quais destaca-se o trabalho precursor de Else Vieira (2013). É testemunha dessa literatura da diáspora brasileira o *Encontro Mundial de Escritores Brasileiros no Exterior*, cuja primeira edição ocorreu na Embaixada do Brasil em Londres em setembro de 2013, reunindo 43 escritores brasileiros residentes fora do país. De lá para cá ocorreram, até 2018, outras edições anuais do Encontro, com sedes no Brasil, Alemanha, Líbano, Estados Unidos e Portugal, e com a amplificação significativa do número de autores participantes. Além desses eventos, evidencia a dinâmica e a variedade de tendências e de abordagens da literatura produzida no contexto da diáspora brasileira a publicação do *Catálogo de escritores brasileiros no exterior* e do *Acervo de escritores brasileiros no exterior*[2]. Nesse escopo, também vale indicar a organização da antologia *Poetas à deriva: primeira antologia da diáspora brasileira*, edição bilíngue que reúne seis poetas brasileiros residentes no exterior e que produzem em português.

Em convergência com o trabalho de escritores brasileiros ao redor do mundo, nas últimas décadas, inúmeras outras iniciativas contribuem para a amplificação do alcance internacional da literatura do país. Nas primeiras décadas do século XXI, o mercado editorial lança mão, de modo cada vez mais frequente e intenso, da criação de espaços de difusão do livro em formato de festivais e de feiras do livro. Para além da sua importância econômica, as feiras e festivais de literatura, especialmente quando se considera aquelas de âmbito internacional, geram impacto de dinamização das trocas culturais entre países e contribuem para a disseminação das culturas e dos idiomas nacionais por meio de atividades que têm como centro a leitura, o livro e os autores. Em algumas dessas feiras e festivais, a literatura brasileira e seus autores encontraram palco especial e qualificado. A título de exemplo, pode-se citar a participação de autores brasileiros no *Festival Internacional de Literatura de Berlim*[3], que, no ano de 2020, chegou à sua 20ª edição. A participação do Brasil deu-se com maior ou menor intensidade nas diferentes edições do Festival e revela uma grande pluralidade de sotaques, gerações, gêneros e temáticas literárias, envolvendo nomes referenciais da nossa literatura contemporânea como Ricardo Aleixo, Marçal Aquino, Paulo Henriques Brito, Bernardo Carvalho, Marina Colasanti, Ana Maria Machado, Angélica Freitas, Ana Maria Gonçalvez, Milton Hatoum, Paulo Lins, Luiz Ruffato, Ferréz, entre outros. Tal participação brasileira constante no Festival Internacional de Berlim, dada a relevância e o alcance do evento, contribuiu sobremaneira para amplificar a presença da língua portuguesa no evento e para a difusão da literatura brasileira contemporânea em solo europeu.

2 Versão digital de ambos os materiais está disponível em: <http://pelomundobrasil.blogspot.com/p/autores-brasileiros-pelo-mundo.html?m=1>.

3 Disponível em: <https://www.literaturfestival.com/>.

Ainda considerando o cenário europeu para a difusão da literatura brasileira, outro exemplo de festival que sublinha o protagonismo da literatura do Brasil é a *Primavera Literária Brasileira*[4], organizada, a partir de Paris, por Leonardo Tonus desde 2014. Com o foco na difusão da língua portuguesa e da literatura lusófona, a *Primavera Literária* tem reunido autores brasileiros para debater temas da atualidade e difundir a sua obra em sessões de discussões, leituras literárias e participar de outras atividades de intercâmbio cultural. Nos últimos anos, a *Primavera Literária* ampliou o seu escopo para outros países contribuindo para que a literatura brasileira recebesse atenção em nações como Estados Unidos, Itália, Portugal e Bélgica, entre outras. A interlocução do público geral interessado em literatura com especialistas e acadêmicos é uma caraterística especial do evento que conta, em sua comissão organizadora, com diversos atores do mundo do livro (editores, escritores, professores, estudantes de letras). Desse modo, o foco do evento é a difusão da literatura brasileira contemporânea, na tentativa de ampliar a sua repercussão e estimular, no âmbito universitário internacional, o estudo, o debate crítico e a tradução da literatura brasileira.

Considerando o âmbito universitário, com o qual a *Primavera Literária* evidentemente dialoga, registram-se inúmeras outras iniciativas ao redor do mundo, em formato de simpósios, congressos e colóquios, centrados na difusão da pesquisa sobre temas relativos à literatura brasileira e dos autores do país. A importância dessas iniciativas está, certamente, na oportunidade que dão aos estudiosos estrangeiros de língua portuguesa e de literatura lusófona de conhecerem e debaterem com pesquisadores e autores brasileiros, amplificando assim o arco de repercussão da cultura literária do Brasil e o impacto internacional das suas universidades.

Ainda considerando o âmbito das feiras e festivais literários, vale ressaltar o papel importante que tem cumprido desde 2003 a promoção da *Festa Literária Internacional de Paraty* (Flip). Em suas 18 edições, a Flip tem contribuído enormemente para a ampliação do alcance internacional da literatura brasileira, de modo especial pelo intercâmbio entre autores brasileiros e estrangeiros que é sempre perseguido pela curadoria, que, a cada ano, homenageia um escritor brasileiro. A Flip contribui ainda para a difusão internacional do português pela capacidade crescente de atração de turistas estrangeiros para visitarem Paraty, que é patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

As ações de difusão internacional da literatura brasileira e consequentemente da língua portuguesa não se restringem, todavia, a ações de impacto amplo e de periodicidade regular como os festivais literários, publicações e congressos acadêmicos. Também o trabalho cotidiano que envolve a edição de revistas, venda de livros e organização de pequenos eventos em livrarias, por exemplo, contribui enormemente para que a literatura brasileira seja conhecida e admirada no exterior. No Reino Unido, por exemplo, pode-se destacar a revista *Capitolina*[5], agraciada com o Prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) de 2020. Tendo como editora-chefe a escritora Nara Vidal, vencedora do prêmio Oceanos por seu

4 Disponível em: <https://www.printempslitterairebresilien.com/>.

5 Disponível em: <https://www.capitolinabooks.com/revista-oblique>.

romance *Sorte* em 2019, a *Capitolina* é uma publicação destinada exclusivamente à literatura contemporânea em língua portuguesa. As dez edições já publicadas da revista, destacada pela qualidade literária e pelo apuro do *design* gráfico, estão disponíveis para *download* gratuito em formato PDF, o que tem contribuído para dar dimensão internacional à novíssima literatura brasileira. A escritora Nara Vidal ainda mantém, em associação com a revista *Capitolina*, a livraria Capitolina Books, que difunde a literatura brasileira, especialmente infantil e infantojuvenil e se configura como uma das mais destacadas vitrines da literatura brasileira no Reino Unido, onde a escritora vive desde 2001.

Iniciativas semelhantes a essas têm propiciado que autores literários brasileiros sejam reconhecidos internacionalmente e que a literatura brasileira alcance ainda mais leitores ao redor do mundo. As características dessa recepção têm sido apuradas por estudos e pesquisas que procuram delinear os contornos específicos da literatura brasileira lida no exterior. O projeto *Conexões*, do Itaú Cultural, iniciado em 2007, é exemplo desse esforço. O *Conexões* dedicou-se ao estabelecimento de um *corpus* dos autores mais mencionados por profissionais da literatura brasileira no exterior. Em 2017, ano em que o projeto completou dez anos, os resultados apuraram que os dez autores mais citados por um universo de cerca de 350 professores, pesquisadores e tradutores da literatura brasileira no exterior eram Machado de Assis, Clarice Lispector e Guimarães Rosa, todos com mais de cem menções. Em seguida, vinham Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos. Fechando a lista dos dez autores mais citados na pesquisa encontravam-se Chico Buarque (empatado com Mário de Andrade), Rubem Fonseca e Milton Hatoum. Os resultados apurados então são os seguintes: Machado de Assis, 161 (46,4%); Clarice Lispector, 144 (41,5%); Guimarães Rosa, 111 (32%); Jorge Amado, 94 (27,1%); Carlos Drummond de Andrade, 74 (21,32%); Graciliano Ramos, 72 (20,8%); Chico Buarque e Mário de Andrade, 70 (20,2%); Rubem Fonseca, 67 (19,31%); Milton Hatoum, 64 (18,44%) (CONEXÃO ITAÚ CULTURAL, 2021).

Como se pode ver pelos resultados da pesquisa do projeto *Conexões*, no exterior o resgate de clássicos da literatura associa-se à circulação de autores contemporâneos nos festivais, feiras e congressos, e estimula o fluxo de traduções e de recepção literária do Brasil no mundo. Em junho de 2020, o mercado editorial ficou impactado, por exemplo, com a intensa procura de leitores pela nova tradução em inglês de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. A tradução para a editora Penguin, a cargo de Flora Thomson-DeVeaux, teve os seus exemplares físicos esgotados no mesmo dia do lançamento nos *sites* da Amazon e da livraria Barnes & Noble. Não será demais lembrar que, nos Estados Unidos, a recepção de Machado de Assis é chancelada por grandes nomes como Woody Allen, que se confessou grande leitor de Machado; Allen Ginsberg, que o considerava uma espécie de Kafka; Harold Bloom, que o tomava como o maior escritor negro de todos os tempos; e também Susan Sontag, autora do prefácio da tradução de *Memórias póstumas* para o inglês publicada nos EUA nos anos 1950, que é um grande marco da recepção internacional do chamado "bruxo do Cosme Velho".

Caso recente e emblemático de um *boom* literário internacional é o da escritora Clarice Lispector, uma das mais importantes prosadoras brasileiras que hoje é reconhecida mundialmente graças à recente onda de traduções, estudos e iniciativas de resgate de sua obra para o leitor estrangeiro. Em 2020, em meio às comemorações de seu centenário, foi possível apurar de forma inconteste que Clarice é efetivamente um destacado fenômeno contemporâneo de internacionalização da literatura brasileira. A última década foi pródiga em lançamentos internacionais relacionados à obra da autora, cuja primeira obra traduzida, ainda em 1954, foi *Perto do coração selvagem* (1943), que conheceu a versão em francês *Près du Coeur Sauvage* pela editora Plon. Estudos apontam para a existência de mais de 300 edições de obras de Clarice Lispector no exterior, sendo que na última década testemunhou-se o lançamento de cem dessas edições. A qualidade da obra da autora e seu viés, por assim dizer, universalista contribuem muito para o interesse que tem surgido no exterior. Mas fatores externos à obra também contam nesse processo, tais como a passagem de Clarice pela Europa entre 1943 e 1959, quando, casada com o diplomata brasileiro Maury Gurgel Valente, viveu uma temporada em Nápoles, na Itália, além de morar em Berna, na Suíça, em Torquay, na Inglaterra, e em Washington, nos Estados Unidos. Mais recentemente, contribuiu para o interesse editorial internacional em torno da vida e da obra de Clarice Lispector a publicação, em 2009, de *Why This World: A Biography of Clarice Lispector*. De autoria do escritor e historiador americano Benjamin Moser, a obra, que também foi lançada no Brasil, tornou-se um marco do recente interesse internacional pela autora de *A hora da estrela*.

Outra vertente de difusão da literatura brasileira no exterior assenta-se no papel do Estado, por meio de diversas instituições e iniciativas. Nesse contexto, singulariza-se o reiterado apoio do Ministério das Relações Exteriores, beneficiado por contar, desde sempre, com escritores diplomatas em seus quadros. Historicamente, em diversos países, o exercício da atividade literária e a diplomática caminham lado a lado. E, no Brasil, a internacionalização de nossa literatura, bem como da variante brasileira do português, encontram constante apoio na *diplomacia cultural* do Itamaraty: um conjunto de ações que se modernizam e consolidam desde o início do século XX. Por isso, parece interessante recuperar alguns passos importantes de tal história.

Em 1897, a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) conta, entre seus membros fundadores, com dois conhecidos quadros do Ministério: o ensaísta Joaquim Nabuco e o romancista Graça Aranha. O primeiro, autor de textos hoje clássicos no pensamento social do Brasil, como *O abolicionismo* e *Minha formação*; o segundo, precursor do modernismo, com o romance *Canaã*, publicado em 1902. Mas se a figura do *diplomata-escritor* não constituía novidade na chancelaria brasileira ao longo do século XIX, é apenas com a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) no Ministério das Relações Exteriores que a literatura – e a consequente difusão da língua portuguesa – passam a ser pensadas como ferramenta de política externa.

Por *ferramenta*, não se pretende aqui dizer que a arte, no período, subordina-se e submete-se à razão de Estado. Ao contrário: por meio da arte, incorporando-a, dela se beneficiando, o Estado repensa, redefine sua identidade. Parafraseando Machado de Assis, que no conto *O Espelho* trata da alma interior e exterior do Alferes Jacobina,

o Estado, ao incorporar a literatura, confere nova densidade à sua *alma externa* – à imagem que dele fazem outros países e a comunidade internacional.

Pouco depois de assumir o cargo, o Barão do Rio Branco empreende ampla modernização no Ministério. No plano das políticas culturais, nomeia escritores para postos diplomáticos-chave. Convida intelectuais e formadores de opinião estrangeiros a visitarem o Brasil. Valoriza, sobretudo, a diplomacia cultural como instrumento de integração regional, de projeção da imagem de um novo Brasil, republicano, e que ambicionava ser moderno. Dentre as muitas inovações de Rio Branco, merece destaque a *Revista Americana.* Publicada entre 1909 e 1919, imbuída de ideais pan-americanistas, bem como da necessidade de consolidar um imaginário comum junto a países vizinhos, a revista propõe-se a promover o intercâmbio de ideias entre escritores e intelectuais latino-americanos (FERNANDES, 2018). Estabelece, já nos seus primeiros números, quase que um manifesto em prol de uma nova identidade para o continente:

> A América conhecemo-la aos fragmentos. O telégrafo desvenda-no-la em sua feição politica e econômica. Adivinhamos, mas ignoramos palmarmente, o seu aspecto estritamente intelectual. As dificuldades, geradas pelas distancias que separam os países americanos, engravecidas com a inópia quase absoluta de rápidos meios de comunicação, explicam e justificam a ignorância recíproca em que se encontram. Adite-se a tudo isto a convicção radicada em todos nós de que as ideias, para serem aceitáveis necessitam trazer a marca europeia e transpor os mares nos bojos dos transatlânticos; o descaso injustificável pelas coisas do nosso continente; a indiferença pela sua história; o desamor pelas suas tradições; o desprezo pelos incontáveis aspectos de sua natureza, e ter-se-á um quadro quase completo das várias causas porque as gentes americanas se desconhecem voluntariamente. (AMERICANA, 1909, p. 19 *apud* FERNANDES, 2018, p. 51)

Passam-se os anos, morre Rio Branco, embora sua presença siga tangível, palpável, nos corredores do Ministério. O país torna-se mais complexo. Surgem, ainda incipientes, camadas médias, sindicatos, um proletariado urbano. No melhor estilo *antropofágico*, o Brasil absorve correntes inovadoras de pensamento, adequando-as a uma nova roupagem. Assim é com o modernismo. Entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, *A Semana de Arte Moderna* busca romper com antigos cânones, renovar a língua. Fato pouco recordado hoje é o de que, entre suas lideranças, havia um *diplomata-escritor*: Graça Aranha. Ao lado de figuras como Heitor Villa-Lobos, Mário e Oswald de Andrade, bem como da corrente *verde-amarela* de Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, Aranha contribui para moldar um novo *imaginário de nação*, que não demoraria a ser incorporado pelo Estado nos anos seguintes.

Quase ao mesmo tempo, em 1920, nos Estados Unidos, o diplomata e historiador Manuel de Oliveira Lima inaugura – ainda que por iniciativa individual – nova etapa na parceria entre literatura, difusão da língua e política externa: doa à Universidade Católica da América seu acervo de 40 mil volumes nas áreas de história e cultura

colonial luso-brasileira, cobrindo vasta gama de assuntos e disponibilizando obras completas de vários escritores brasileiros e portugueses. Permanecendo como bibliotecário do acervo até sua morte, em 1928, Lima prestaria contribuição fundamental, estimulando a curiosidade sobre o Brasil no meio intelectual norte-americano, o que resultaria na fundação dos *estudos brasilianistas* nos Estados Unidos, Europa e América Latina.

Em 1930, ocorre nova redefinição da *alma interior e exterior* do Brasil. A Revolução de 1930, a ascensão de Getúlio Vargas e de seu grupo ao poder trazem não somente o rompimento com práticas e estruturas sociais da República Velha, mas também outra narrativa sobre a nacionalidade. Incorporam-se, na nova ideologia de Estado, teses inovadoras, a exemplo dos estudos de Gilberto Freyre valorizando a mestiçagem como elemento definidor de nossa formação (ao contrário de argumentos racistas, defensores do branqueamento da população, hegemônicos até aquele período). Buscam-se, como referência artística e intelectual, os escritos da *corrente verde-amarela* de 1922. Criam-se órgãos de Estado específicos para a área da cultura, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por fim, a celebração – ainda que pelo viés autoritário – desse novo Brasil mestiço encontra sua síntese no cuidadoso trabalho com a imagem de Machado de Assis, alçado, nas escolas, nos periódicos do regime, ao papel de grande escritor nacional: nossa nova face.

No Itamaraty, observa-se, pouco a pouco, um movimento de institucionalização de nossa diplomacia cultural, seguindo a tendência inaugurada por Rio Branco em 1909. Iniciativas individuais de quadros como Graça Aranha, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima cedem lugar à organização, à profissionalização de um núcleo dedicado à cultura no Ministério. Em 1934, é fundado o *Serviço de Expansão Intelectual*, que daria origem ao *Departamento Cultural*. Por meio dele, a diplomacia passa a estabelecer, de maneira orgânica, redes de contato com escritores e intelectuais estrangeiros, difundindo obras, fornecendo livros, estimulando estudos e matérias jornalísticas sobre o Brasil. Nas palavras de seu idealizador, o jovem diplomata e escritor Ribeiro Couto, o *serviço* teria como objetivo "fazer, discretamente, a propaganda dos valores literários do Brasil no estrangeiro, tirando-se, o mais possível, o caráter ostensivo de *propaganda oficial* dos trabalhos" (COUTO, 1934).

As contribuições de Couto para a internacionalização da literatura e da variante brasileira do português não parariam por aí. Ao atravessar o Atlântico, sua produção literária – fortemente calcada no modernismo – influenciaria toda uma geração de intelectuais de Cabo Verde, fundadores da inovadora revista *Claridade* (GOMES, 2008). Um deles, Jorge Barbosa, dedicaria a Couto o poema *Você, Brasil*:

> [...] Você, Brasil, é parecido com a minha terra,
> as secas do Ceará são as nossas estiagens,
> com a mesma intensidade de dramas e renúncias.
> Mas há uma diferença, no entanto: é que os seus retirantes
> têm léguas sem conta para fugir dos flagelos,
> ao passo que aqui nem chega a haver os que fogem
> porque seria para se afogarem no mar. [...]

Ao mesmo tempo, a diplomacia brasileira, aproveitando o ambiente favorável da Política de boa vizinhança de Roosevelt, organiza diversas missões de intelectuais e artistas aos Estados Unidos. A curiosidade gerada no ambiente intelectual e político norte-americano também faz com que o Bureau of Cultural Affairs do Departamento de Estado convide escritores brasileiros a realizarem viagens de estudos ao país: tal é o caso de Érico Veríssimo (cujo romance *O senhor embaixador*, ambientado parcialmente no meio diplomático de Washington, é reflexo desse período, entre 1943-1945). Por sua vez, Gilberto Freyre, a convite da Hispanic Foundation, ligada à Library of Congress, lecionará nas universidades de Harvard e Indiana entre 1943 e 1944. Para ambos os escritores, o período nos Estados Unidos resultará em contratos para tradução e publicação de obras, com a consequente difusão da literatura brasileira (NICODEMO, 2013).

A progressiva consolidação de uma *diplomacia cultural* tem seguimento nos anos 1950, com a criação de leitorados e cátedras de estudos brasileiros em diversas universidades de prestígio na América Latina, Europa e Estados Unidos. Nomes ilustres ocupam a posição de leitor ou catedrático, como Sérgio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, Cyro dos Anjos, Sérgio Milliet, entre outros. Da mesma forma, o fim dos anos 1950 e início dos 60 testemunham a efervescência de debates sobre temas como nacionalidade, arte e desenvolvimento em instituições como o recém-fundado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e os Centros Populares de Cultura (CPCs), da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em paralelo aos debates internos, e como reflexo deles (*alma interior*; *alma exterior*), a diplomacia brasileira amplia estratégias e parcerias internacionais. Em 1961, a Política Externa Independente de Jânio Quadros mira novas regiões, como o continente africano e os países socialistas. O Departamento Cultural apoia iniciativas como a concessão de bolsas de estudos a estudantes do Senegal, Gana e Nigéria por parte da então Universidade da Bahia. E, também em 1961, a escritora Carolina Maria de Jesus realiza, com suporte do Itamaraty, viagem a vários países sul-americanos, registrada posteriormente em seu livro *Meu estranho diário*.

No mesmo período, transcorrem as ações daquele que seria um dos maiores responsáveis pela institucionalização da diplomacia cultural brasileira: o Embaixador João Guimarães Rosa. Interessante notar que, até os dias de hoje, Rosa é mundialmente (e merecidamente) conhecido pelo caráter inventivo, revolucionário, metafísico de seus escritos; por personagens imortais como Riobaldo e Diadorim. Poucos, no entanto, conhecem a sua faceta de homem de Estado, diplomata e gestor cultural. Em 1965, no I Congresso dos Escritores Latino-Americanos, em Gênova, Rosa ajuda a estruturar a Sociedade dos Autores Latino-Americanos, ocupando, ao lado de Miguel Ángel Astúrias, o cargo de Vice-Presidente. Dois anos depois, representa o Brasil no II Congresso, na Cidade do México. Em 1967, chefia a Força tarefa cultural do Itamaraty, visando a uma nova rodada de modernização dos serviços culturais do Ministério. No relatório da Força tarefa, a literatura e a difusão da língua portuguesa ocupam papel de destaque, por meio de propostas de traduções e divulgação de obras de nossos escritores no exterior.

Entre 1967 e 1980, criam-se novas instituições culturais públicas, como o Ministério das Comunicações, a Embrafilme, o Conselho Federal de Cultura, o Instituto Nacional do Livro, a Funarte, dentre outras. Ao coordenar-se com esses órgãos, o Itamaraty começa a estabelecer *redes internas* que conferem densidade, no exterior, à sua *diplomacia da literatura e da língua*. Com a Revolução dos Cravos e o fim do império colonial português, o Brasil reconhece, em caráter pioneiro, as independências de Guiné-Bissau e Cabo Verde (a partir de 1974), de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe (em 1975). Consolidando laços históricos com esses países, contribui para estabelecer *polos pluricêntricos* de irradiação do idioma.

Nos anos seguintes, as nações africanas de língua portuguesa seriam um dos espaços prioritários para a difusão da literatura brasileira, para o rico intercâmbio cultural com escritores e demais artistas daquele continente. Tal tendência é intensificada a partir de 1° de novembro de 1989: por iniciativa do Brasil, Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reúnem-se em conferência de alto nível na cidade de São Luís do Maranhão. Naquela data, cria-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com futura sede em Cabo Verde, visando a constituir um instrumento para a gestão comum da língua. A criação do IILP seria o primeiro passo para o estabelecimento, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Também em 1996, o Mercado Comum do Sum (MERCOSUL), por meio de seu Protocolo de Integração Cultural, reconhece a importância da cultura como elemento de aproximação entre os países do bloco. No mesmo período, intensifica-se a já tradicional presença brasileira em feiras literárias no exterior. Com apoio do Itamaraty, escritores nacionais participam das feiras de Frankfurt (1994), do Salão do Livro de Paris (1998), do Livro de Madri (1997) e de Barcelona (1998), bem como da Feira do Livro de Guadalajara (2001). Em todas elas, o Brasil é o país homenageado, ou país-tema. O uso das feiras literárias como espaço de diplomacia cultural (PARDO, 2014), de internacionalização da variante brasileira do português, também ocorrerá nos seguintes eventos, em que o Brasil é homenageado: Feira Internacional do Livro de Bogotá (2012), Feira do Livro de Frankfurt (2013), Feira do Livro Infantil eJuvenil de Bolonha (2014), Feira do Livro de Buenos Aires (2014), Salão do Livro de Paris (2015) e Feira Internacional do Livro Infantil e Juvenil do México (2018). Evidência da projeção alcançada no período é o fato de a prestigiosa revista inglesa *Granta* lançar, em 2012, uma edição intitulada Os melhores jovens escritores brasileiros.

Os anos entre 1988 e 2019 também são férteis na criação de prêmios literários oficiais, homenageando escritores que contribuíram para o enriquecimento do patrimônio da língua portuguesa: em 1988, governos de Brasil e Portugal criam o Prêmio Camões; em 2019, o Prêmio Monteiro Lobato, voltado à literatura infanto-juvenil (Lobato que, por sinal, foi amplamente lido em países de língua portuguesa e na América Latina, inclusive por futuros Chefes de Estado, como Cristina Kirchner).

Em conjunto com instituições como o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (convertido posteriormente em Secretaria), a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Itamaraty segue, desde 2003

até os dias de hoje, apoiando ações estratégicas de internacionalização da literatura e da variante brasileira do português. Entre 2017 e 2020, o Departamento Cultural e Educacional (DCED) apoia 105 projetos nas áreas de literatura, tradução e difusão da língua, apresentados e desenvolvidos pela rede de embaixadas e consulados. E também merece destaque o suporte – como articulador, e não executor direto – ao bem-sucedido programa de bolsas de tradução da Biblioteca Nacional, bem como a parceria firmada em 2019 com a Câmara Brasileira do Livro para conferir maior uniformidade e profissionalização à nossa presença em feiras literárias no exterior (objeto, tanto a CBL quando a FBN, de verbetes específicos neste *Panorama*).

Como disse Henry James, a casa da ficção não possui apenas uma janela, mas múltiplas. Mapear – no espaço limitado de um verbete – o papel da Casa de Rio Branco para a internacionalização da literatura brasileira e da língua portuguesa implica, assim, apresentar apenas uma planta, um esboço, um andaime. Muitas outras janelas dessa grande casa poderiam ser aqui abertas e aprofundadas: a relevância e atualidade de textos literários de diplomatas-escritores canônicos, como Aluísio de Azevedo; a influência da obra de diplomatas como Euclides da Cunha em escritores estrangeiros, fundamental, por exemplo, para novelas do Nobel de literatura Mario Vargas Llosa; os aportes literários decorrentes da vivência em círculos diplomáticos, como os de Clarice Lispector, esposa de diplomata; a perspectiva de alteridades na condição de expatriado, como em Monteiro Lobato, adido comercial em Nova York; igualmente, há que se destacar os escritores e funcionários cuja relação com o Ministério foi marcada por arestas, mas que, pouco a pouco, "voltam para casa", uma vez que a figura do *diplomata-escritor* é indissociável de nomes como Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, Antonio Houaiss, Francisco Alvim; por fim, o papel pioneiro de diplomatas-escritoras como Dora Vasconcellos na difusão da poesia brasileira no exterior. Dora que, talvez, seja autora de um dos melhores poemas sobre o ofício diplomático:

> [...] No bar escuro
> O banjo procura
> A resposta do muro
> Mas eu assino
> Sobre carimbo e tinta
> O regulamento prescrito
>
> Não o teu nome querido
> Seria muito lirismo
> Assino o meu nome
> Oficial
> Formal
> Longitudinal

Ao unir o caráter *longitudinal* do trabalho em uma burocracia clássica de Estado com a *transversalidade*, à ousadia das formas literárias, Dora Vasconcellos e seus colegas contribuíram para a difusão internacional da língua portuguesa. A atividade

da poetisa, assim, enriquece o processo de difusão cultural do país e do idioma, que deve-se ao trabalho dos inúmeros autores da diáspora brasileira e daqueles em condição de exílio, à promoção de festivais e congressos literários, às publicações internacionais de obras brasileiras, às vitrines de livrarias estrangeiras dedicadas à literatura brasileira e às traduções, entre muitas outras iniciativas. O conjunto desses movimentos, individuais ou coletivos, tornou possível, ao longo da história, que Capitu, Bentinho, Riobaldo, Diadorim, Gabriela, Dona Flor, Clara dos Anjos e inúmeros outros falantes da língua portuguesa ganhassem o mundo.

O Itamaraty e a internacionalização da literatura brasileira

1897

Diplomatas como Joaquim Nabuco e Graça Aranha fazem parte do grupo de fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL).

1909-1912

Idealizada pelo Itamaraty, publica-se a Revista Americana, com objetivo de promover o intercâmbio de ideias entre escritores e intelectuais sul-americanos.

1909-1912

O Barão do Rio Branco empreende ampla modernização no Ministério, valorizando a diplomacia cultural como instrumento da integração sul-americana e projeção da imagem de um Brasil moderno e republicano. Nomeiam-se escritores para postos diplomáticos e convidam-se intelectuais europeus a visitarem o Brasil.

1922

A Semana de Arte Moderna redefine discussões sobre a identidade e cultura nacionais. Entre suas personalidades de destaque, está o diplomata e escritor Graça Aranha.

1923

Criação da Biblioteca Oliveira Lima, em Washington, a partir de acervo de 40 mil volumes doados pelo diplomata e historiador brasileiro Manoel de Oliveira Lima. A biblioteca cumpriria papel fundamental no estímulo a estudos brasilianistas nos EUA, Europa e América Latina.

1925

Diplomatas participam, em conjunto com escritores e membros da Academia Brasileira de Letras, da Comissão Nacional Brasileira de Cooperação Intelectual, que, por meio de sua Subcomissão de Letras e Artes, começa a promover a divulgação de obras literárias brasileiras no exterior, traduzidas para o francês. Com o passar dos anos, a gestão da Comissão passa, cada vez mais, a ser prerrogativa do Itamaraty.

1930

Com o Estado-Novo, cria-se uma nova narrativa da nacionalidade brasileira, baseada no nacionalismo e em elementos da cultura popular. Escritores, artistas, intelectuais e diplomatas passam a desempenhar papel central na projeção externa dessa imagem.

1934

Criação do Serviço de Expansão Intelectual do Itamaraty, que daria origem ao Departamento Cultural. Por meio dele, a diplomacia cultural brasileira passa a estabelecer, de maneira organizada, redes de contato com escritores e intelectuais europeus e sul-americanos, difundindo obras, fornecendo livros, estimulando estudos e matérias jornalísticas sobre o Brasil.

1939-1945

No contexto da Segunda Guerra Mundial e da Política de Boa Vizinhança de Roosevelt, o Brasil organiza diversas missões de artistas e intelectuais aos Estados Unidos.

1945

Cria-se o Departamento Político, Econômico e Cultural do Itamaraty, composto por quatro divisões, dentre elas a Divisão Cultural. Ao longo dos anos seguintes, a Divisão cresceria progressivamente em atribuições.

1950-1961

Intenso debate no meio intelectual brasileiro sobre os temas da nacionalidade e do desenvolvimento. Criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e dos Centros Populares de Cultura (CPC), ligados à União Nacional dos Estadantes.

1950

O Itamaraty inicia a política de criação sistemática de leitorados e cátedras em universidades de prestígio por todo mundo. Dela participam intelectuais de renome, como Sérgio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, Cyro dos Anjos, entre outros.

1961

Ampliação das parcerias e estratégias internacionais do Brasil. Inicia-se a diversificação dos destinatários das políticas culturais do país, mirando-se, entre outras regiões, o continente africano e os países socialistas. Sob chefia do diplomata e crítico literário Lauro Escorel, o Departamento Cultural apoia iniciativas como o oferecimento de bolsas de estudo a estudantes do Senegal, Gana e Nigéria.

1961

Com apoio do Itamaraty, a escritora Carolina Maria de Jesus realiza viagem por diversos países da América do Sul, registrada, posteriormente, no livro Meu estranho diário.

1965

O Embaixador João Guimarães Rosa participa do I Congresso de Escritores Latino Americanos, em Gênova. Nele, é constituída a primeira Sociedade de Escritores Latino A mericanos, da qual Guimarães Rosa e o guatemalteco Miguel Ángel Astúrias foram eleitos vice-presidentes.

1967

Guimarães Rosa representa o Brasil no II Congresso de Escritores Latino Americanos, no México.

1967

Chefiada por Guimarães Rosa, Força Tarefa Cultural elabora estudo detalhado, visando à modernização dos serviços culturais do Itamaraty. Nele, a literatura possui papel de destaque, por meio de propostas de traduções e divulgação de obras de autores brasileiros no exterior.

1967-1980

Criação de novas instituições culturais públicas, como Ministério das Comunicações, o Conselho Federal de Cultura, a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, a Funarte, dentre outras. No setor privado, desenvolvem-se as indústrias editorial e de entretenimento.

1988

Governos de Brasil e Portugal criam o Prêmio Camões, com objetivo de homenagear escritores que contribuíram para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua portuguesa.

1989

Chefes de Estado de Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau , Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reúnem-se em Conferência de Alto Nível, em São Luís do Maranhão. Na ocasião, cria-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Cabo Verde, visando a constituir instrumento para a gestão comum da Língua Portuguesa. A criação do IILP seria o primeiro passo para o estabelecimento, em 1996 da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

1991

Sob coordenação do diplomata e Secretário de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, a Lei Rouanet estabelece mecanismos de incentivos fiscais para ações na área da cultura.

1996

O Protocolo de Integração Cultural do Mercosul estabelece, pela primeira vez, a aproximação cultural como uma forma de integração regional.

1994-2001

Intensifica-se a já tradicional presença brasileira em Feiras Literárias no exterior. Com apoio do Itamaraty, escritores participam da feira de Frankfurt (1994), do Salão do Livro de Paris (1998), da Liber de Madri (1997) e de Barcelona (1998), e da Feira de Guadalajara (2001). Nesses eventos o Brasil é o país homenageado, ou país tema.

2003-2010

Em conjunto com o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e a Fundação Biblioteca Nacional, o Itamaraty leva adiante várias ações estratégicas de divulgação da literatura brasileira no exterior, como apoio a bolsas de tradução, particpação em Feiras Internacionais do Livro, dentre outras.

2012-2015

O Brasil amplia sua presença estratégica em feiras internacionais do livro, sendo o país homenageado nos seguintes eventos: Feira Internacional do Livro de Bogotá (2012); Feira do Livro de Frankfurt (2013); Feira do Livro Infanto-Juvenil de Bolonha (2014); Feira do Livro de Buenos Aires (2014); Salão do Livro de Paris (2015);

2018

O Brasil é o país homenageado na Feira Internacional do Livro Infantil e Juvenil, no México. Com o título Garotada do Brasil, o evento homanegeia o escritor Monteiro Lobato. Escritoras como Clarice Lispector e Marina Colasanti também recebem destaque.

2018

Feira Internacional do Livro de Coahuila, no México, homenageia o Brasil.

2019

O Senado brasileiro aprova a criação do Prêmio Monteiro Lobato, idealizado pelos governos de Brasil e Portugal com objetivo de homenagear escritores de literatura infanto juvenil.

2019

Itamaraty estabelece parceria com a Câmara Brasileira do Livro (CBL), com objetivo de conferir maior uniformidade e profissionalização à participação brasileira em feiras do livro no exterior.

2020

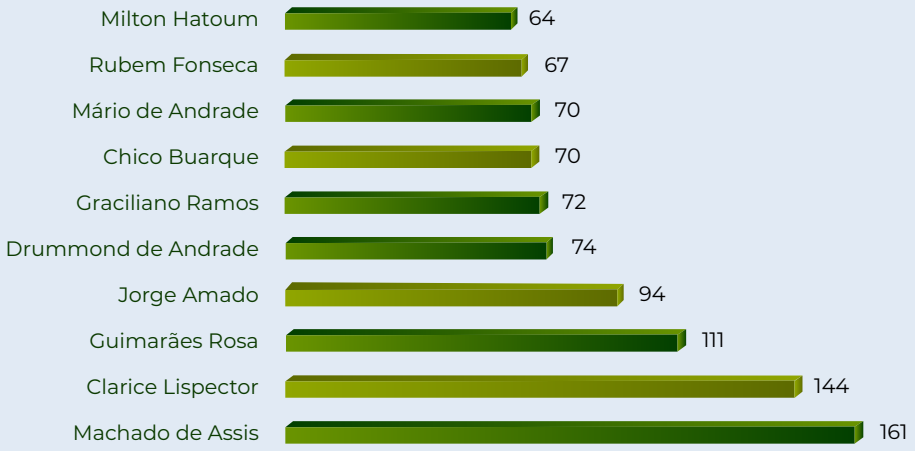
Com base na parceria criada em 2019, Itamaraty e CBL apoiam a participação de escritores brasileiros nas feiras de Londres, Bolonha, Bogotá, Buenos Aires, Gotemburgo, Frankfurt e Guadalajara.

2017-2020

O Departamento Cultural apoia 105 projetos nas áreas de literatura, tradução e difusão da língua portuguesa, propostos e desenvolvidos pela rede de embaixadas e consulados.

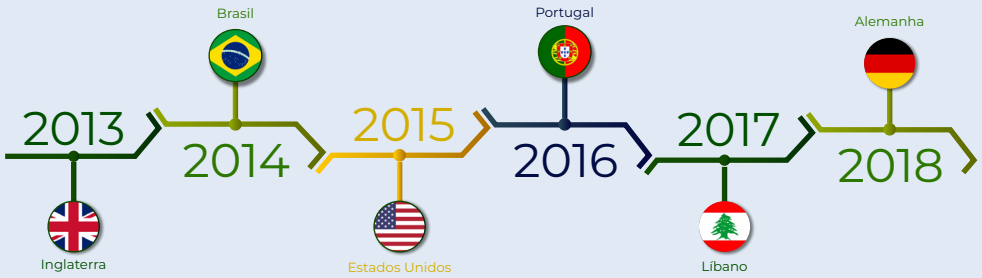
Autores brasileiros mais citados no exterior (em número de citações)

(levantamento realizado em 2017, pelo Projeto Conexões, do Itaú Cultural)



Encontro Mundial de Escritores Brasileiros no Exterior

Entre 2013 e 2018, ocorreram seis edições do Encontro Mundial de Escritores Brasileiros no Exterior, evidenciando o dinamismo da produção literária de nossa diáspora.



Referências

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* – momentos decisivos. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

COUTO, Ribeiro. Ministério das Relações Exteriores. Arquivo Histórico do Itamaraty. Memorando à Secretaria-Geral, 1934.

FERNANDES, Bruna Christine Broenstrup Corrêa. *Repensando o lugar do livro nas relações internacionais:* literatura e política externa brasileira na travessia de um país emergente. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2018.

GOMES, Simone Caputo. Cabo Verde e Brasil: um amor pleno e correspondido. *O Marrare*, n. 9, p. 62-73, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. *Dimensões*, v. 30, p. 110-132, 2013.

O QUE é o banco de dados on-line? *Conexões Itaú Cultural*, 2021. Disponível em: <https://conexoesitaucultural.org.br/banco-de-dados/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

VILLARINO-PARDO, Carmen. As feiras internacionais do livro como espaço de diplomacia cultural. *Brasil/Brazil – Revista de literatura brasileira/A Journal of Brazilian Literature*, n. 50, p. 134-154, 2014.

VIEIRA, Else R. P (Org.). *Poetas à deriva:* primeira antologia da poesia da diáspora brasileira/*Poets Adrif:* First Anthology of the Brazilian Diaspora. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2013.

Missão Naval na Namíbia

A fluidez e a intensidade de entendimentos colhidos no seio da cooperação naval representam o principal tópico da agenda bilateral entre o Brasil e a Namíbia. A Marinha do Brasil encontra-se na Namíbia desde 1994, representada por uma Missão Naval que presta assessoria na estruturação do sistema de defesa namibiano. A proximidade e a empatia do corpo naval namibiano com o Brasil foram forjadas, ao longo dos anos, por um amplo programa de cooperação técnica e pelo compartilhamento da língua portuguesa que adquire, nesse país anglófono, importância ainda maior, tendo em vista a expressiva diáspora de angolanos no país.

Desde 1994, quase mil oficiais e praças da Armada e dos Fuzileiros Navais da Namíbia foram formados por instrutores brasileiros, em boa parte nas escolas da Marinha situadas na cidade do Rio de Janeiro. Por esse motivo, a língua portuguesa é amplamente utilizada por quase toda a oficialidade e pessoal técnico da Marinha namibiana, na qual até mesmo comandos e instruções técnicas à tripulação a bordo das embarcações, como as relativas aos cabos de amarração e atracação, são expressos em português, idênticos àqueles empregados pela Marinha do Brasil.

Saliente-se que todos os postos de comando das forças navais da Namíbia, sem exceção, são atualmente ocupados por oficiais treinados no Brasil, o que faz do português língua franca naquela força. O atual ministro da Defesa, Peter Vilho, por exemplo, teve a oportunidade de seguir, em duas oportunidades, cursos de especialização no Brasil, sendo fluente em português. Na maioria dos atos solenes a cargo da Marinha do Brasil e de que participam oficiais da Marinha namibiana, o português é a língua de trabalho. Outra evidência da identidade entre as duas Marinhas foi a adoção, pelos militares namibianos, do uniforme brasileiro, tanto na Armada como nos Fuzileiros Navais.

A fluência dos namibianos em um segundo idioma gera oportunidades para que seus fuzileiros navais participem de operações com Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Um efeito colateral positivo

dessa facilidade de se expressar em uma segunda língua pode ser percebido pela adoção dos manuais do Corpo de Fuzileiros Navais brasileiros para as práticas militares dos fuzileiros navais namibianos.

O êxito da cooperação militar naval serviu de exemplo, ademais, para programa similar desenvolvido pelo Exército brasileiro, com vistas a aproximar as duas forças terrestres. Em 2013, após a 1ª Reunião Bilateral de Defesa, ocorrida em Windhoek, ficou estabelecida a Cooperação Militar entre os Exércitos do Brasil (EB) e da Namíbia. A partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de treinamento no Brasil. Aportou importante legado, que vai muito além da proficiência no português, incluindo a familiarização e o conhecimento das estruturas internas da Força de Defesa da Namíbia, a identificação de interlocutores em diferentes níveis e órgãos, e, não menos importante, a apresentação do Exército brasileiro como exemplo de boas práticas de gestão militar. Em 2020, realizou-se a 7ª Edição do "Curso Internacional de Língua Portuguesa para Militares das Forças Armadas da Namíbia", com duração de dez meses, conduzido por instrutores do Exército brasileiro, teve quinze alunos inscritos, entre oficiais e praças, para a preparação de candidatos a diversos outros programas de treinamento a serem ministrados no Brasil.

É interessante notar, desse modo, como os tradicionais conceitos de *soft power* e de *hard power* convergem naturalmente para uma presença marcante e positiva do Brasil na Namíbia. Embora seja evidente que o Brasil detém imenso patrimônio de *soft power* junto ao governo local, a fonte desta importante inserção, no entanto, não advinha das fontes tradicionais da cultura brasileira, mas de uma fonte sempre reconhecida como *hard power*, a significativa presença da Marinha do Brasil em território namibiano. Esta, por sua vez, ao propiciar a expressiva veiculação da língua portuguesa no país, terá reforçado os elementos brasileiros de *soft power*, permitindo uma diversificação natural da pauta da relação bilateral para temas da esfera cultural e educacional.

Infográfico 1 - Missão Naval: alunos de português formados ao longo dos anos

No total, 160 militares namibianos cursaram português ao abrigo da cooperação militar no período de 2014 e 2020, como a seguir detalhado.

Museu da Língua Portuguesa

O Museu da Língua Portuguesa é uma instituição dedicada a valorizar a diversidade da língua portuguesa, celebrá-la como elemento fundamental e fundador das culturas e das identidades dos falantes do idioma em todo o mundo. Nesse sentido, realiza iniciativas de difusão em diversos âmbitos, buscando alcançar distintos públicos e granjear novos interessados. Inaugurado em março de 2006, o Museu recebeu 3.931.040 visitantes em quase dez anos de funcionamento. Em dezembro de 2015 um incêndio de grandes proporções destruiu suas instalações. Mesmo fechado para reconstrução durante os últimos cinco anos, foram realizadas exposições itinerantes dentro e fora do país, e, também, foram promovidas ações culturais e educativas em festivais literários como a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) e em comemorações do Dia da Língua Portuguesa. Incrementando as ações nas redes sociais durante esses anos de reconstrução, tanto para divulgação de suas atividades quanto para difusão de conteúdos, a equipe do Museu viu seu público virtual crescer de 39.280, em março de 2017, para os atuais 183.776 seguidores, apenas nas suas principais redes – Facebook e Instagram –, segundo análise das ferramentas de ambas as redes coletados em fevereiro de 2021.

Primeiro museu do mundo totalmente dedicado a uma língua e um dos primeiros no Brasil a adotar o conceito de experiência imersiva do visitante, o Museu da Língua Portuguesa ocupa o histórico prédio da Estação da Luz, em São Paulo, e suas instalações expositivas abrangem uma área de 4.333,62 m². A Estação historicamente já foi um dos principais pontos de passagem dos imigrantes que chegavam ao país e, até hoje, é um espaço dinâmico de contato e convivência entre várias culturas e classes sociais, abrigando sotaques vindos de todas as partes do Brasil. Previstas para serem concluídas em 2021, as obras de reconstrução do Museu decorrem de convênio firmado entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, responsável pela instituição; o IDBrasil, Cultura, Educação e Esporte, Organização

Social (OS) de Cultura gestora do Museu; e a Fundação Roberto Marinho, responsável pelo projeto inicial e pelas obras de reconstrução.

Nos dez anos iniciais da instituição, ela recebeu visitantes de todas as partes do país e do mundo e tornou-se referência como museu inteiramente dedicado a um idioma, recebendo constantemente comitivas de diversos países interessados na criação de museus similares dedicados a seus respectivos idiomas. Embora tenha se projetado internacionalmente, o Museu realizou poucas iniciativas no exterior nesses primeiros anos, levando uma exposição sobre Fernando Pessoa para Portugal, onde esteve em cartaz na Fundação Calouste Gulbenkian, em 2012. Curiosamente, foi no tempo em que esteve fechado para reconstrução que as ações voltadas para fora do Brasil se intensificaram. Logo após o incêndio houve muita procura por exposições e conteúdo do Museu, em especial por parte das Embaixadas do Brasil nos países de língua portuguesa. A facilidade para transportar o acervo digital para outros ambientes já havia sido testada com o projeto Dengo, que levava o Museu

para hospitais com a utilização de *notebooks*. Com um acervo totalmente digital, que permite a exibição dos conteúdos em equipamentos locais de audiovisual, seria natural que o Museu viajasse amiúde. Porém, sempre se pensava em termos de grandes expografias, o que inviabilizava os projetos pelo alto custo, além de questões de direitos autorais relacionados aos vídeos e imagens.

A primeira parceria do Museu no período de sua reconstrução para difusão da língua portuguesa no exterior ocorreu em 2017, na 30ª Feira do Livro de Bogotá (FILBo), a convite da Embaixada do Brasil na Colômbia. O estande do Brasil teve como tema a celebração da língua portuguesa e o Museu participou com sua plataforma educativa na Internet – Estação Educativo MLP – e com as "Palavras Cruzadas", instalação que expõe as influências das principais línguas e povos que contribuíram para formar o português do Brasil e permite conhecer as palavras de diversos idiomas que foram incorporadas à língua portuguesa brasileira. As feiras de livro são um excelente meio de difusão do idioma, não apenas por meio do livro, mas também de uma extensa programação cultural, que costuma incluir mesas de debates, *shows*, apresentações de espetáculos teatrais, entre outras atividades. Segundo informa a Cámara Colombiana del Libro [Câmara Colombiana do livro], em um resumo da feira publicado em seu *site*, a FILBo de 2017 recebeu 550 mil visitantes em seus 14 dias de funcionamento, tendo sido um recorde histórico entre suas trinta edições (CÁMARA COLOMBIANA DEL LIBRO, 2017).

No mesmo ano, e coincidentemente na Colômbia, uma parceria entre o Museu da Língua Portuguesa e o Museu do Futebol permitiu aos visitantes da 11ª Festa do Livro e da Cultura de Medellín conhecerem as relações entre futebol e língua portuguesa. O convite para a participação foi feito pela Embaixada do Brasil na Colômbia ao Museu do Futebol, dado que estavam homenageando o clube Chapecoense, após o trágico acidente de aviação ocorrido em 2016, quando a delegação do time viajava para Medellín para a final da Copa Sul-Americana de Futebol. A direção do Museu do Futebol convidou o Museu da Língua Portuguesa para juntos exibirem vídeos de seus acervos, já que ambos são patrimônios culturais brasileiros e o futebol estava presente no MLP como expressão da cultura brasileira e fonte inspiradora para a criação literária. A participação de ambos se deu no Pavilhão do Brasil, produzido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Na ocasião, pela primeira vez a Festa teve um país homenageado, o Brasil. Segundo informações, na página da Fiesta del Libro y la Cultura no Facebook, o evento que aconteceu de 10 a 17 de setembro de 2017 recebeu 500 mil visitantes (FIESTA DEL LIBRO Y LA CULTURA, 2017).

Uma das grandes contribuições do Museu da Língua Portuguesa para a difusão internacional do idioma foi a exposição itinerante *A Língua Portuguesa em Nós*, realizada em 2018 nas capitais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. A mostra foi uma iniciativa do Itamaraty, no âmbito da presidência *pro tempore* do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em parceria com o Museu da Língua Portuguesa e a Fundação Roberto Marinho, na época responsável pela reconstrução do Museu, e com produção da Expomus. Com consultoria de conteúdo do compositor, escritor e professor de Literatura Brasileira José Miguel

Wisnik, a exposição abordou a presença da língua portuguesa no mundo, o contato com outros idiomas, sua participação na formação cultural brasileira e sua presença na música, nas expressões culinárias e na literatura. O conteúdo foi organizado a partir de quatro eixos temáticos: Nós da Língua Portuguesa no Mundo, História da Língua Portuguesa no Brasil, Poesia e Prosa e Diálogos. A equipe de concepção da exposição contou também com a participação de curadores locais: Gildaris Pandim, em Cabo Verde; José Luís Mendonça, em Angola e Nataniel Ngomane, em Moçambique; responsáveis pelos conteúdos relativos às variantes da língua portuguesa nos respectivos países. Sendo a língua e a cultura de um povo indissociáveis, levar uma exposição sobre língua portuguesa e cultura brasileira a outros países falantes do idioma era um grande desafio. Como manter a narrativa do Museu e falar a partir de seu acervo, mas incorporando características da língua portuguesa nos países da itinerância? Como fazer com que o visitante se reconhecesse na língua portuguesa apresentada na exposição? A participação de curadores locais veio ao encontro das questões postas. Além de atuarem na estruturação de uma breve linha do tempo do português em seus países, ficou a cargo deles o desenvolvimento de uma programação cultural local que dialogasse com a exposição, complementando seu conteúdo com expressões da cultura do país anfitrião.

No Centro Cultural Brasil Angola (CCBA), local da exposição em Luanda, por exemplo, a intensa programação cultural ligada ao evento contou com mostra de teatro, recitais de poesia e *slams*, sessões de cinema com debate ao final, clube do livro infantil, entre outras atividades. Programações semelhantes aconteceram no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na cidade de Praia, no Centro Cultural Brasil Moçambique (CCBM) em Maputo e no Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT) em Lisboa, algumas mais voltadas ao público infantil, outros aos jovens ou adultos, de acordo com as características dos visitantes de cada instituição. As programações culturais que acompanham as exposições do Museu da Língua Portuguesa, seja nas itinerâncias nacionais e internacionais ou em sua sede em São Paulo, sempre foram importantes para ampliar a conexão do público com a temática apresentada pela exposição e a difusão da língua portuguesa, bem como no incentivo à leitura, dado que todas essas programações contam com um espaço de leitura, muitas vezes no próprio local da exposição.

A exposição recebeu um total de 17.024 visitantes e teve grande repercussão de mídia, despertando especial interesse pelas redes sociais do Museu, principalmente em Angola e Moçambique. Durante o período da exposição os acessos ao *site* do Museu da Língua Portuguesa provenientes desses dois países e de Cabo Verde superaram os acessos de Portugal e Estados Unidos, países que normalmente mais visitam a página, depois do Brasil. A página da instituição no Facebook recebeu 48.979 novos seguidores no 3º trimestre de 2018, período em que a exposição esteve patente em Luanda e Maputo, um aumento de mais de 1.200%. Importante destacar a procura por cursos de português por parte de cidadãos angolanos no período, por meio de mensagens *inbox* enviadas às redes sociais do Museu.

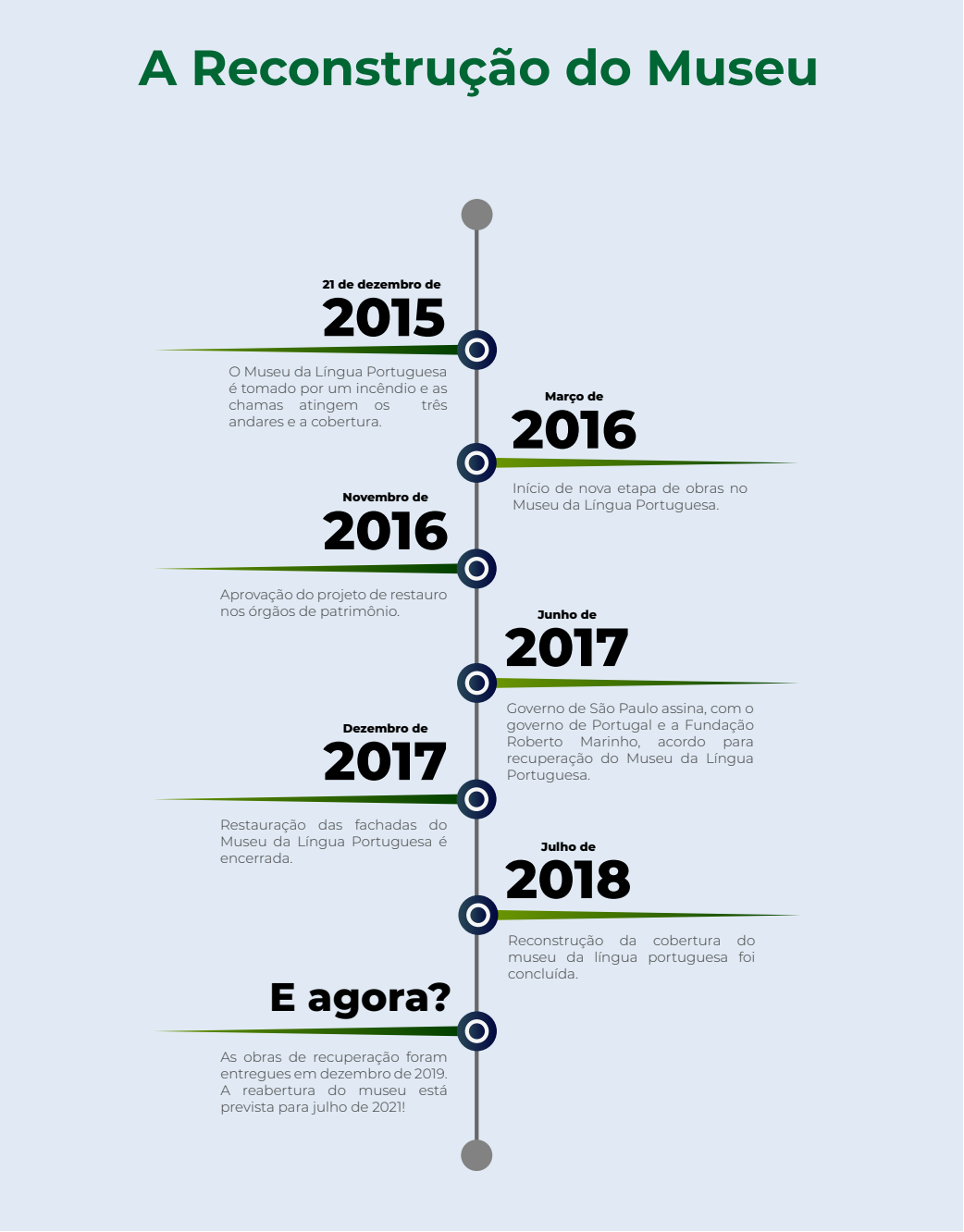
Talvez o maior legado da exposição *A Língua Portuguesa em Nós* tenha sido a formação de jovens multiplicadores pelos Centros Culturais do Brasil de Angola e

de Moçambique. Ambos investiram na capacitação de jovens universitários para as ações educativas e culturais, com a equipe brasileira da exposição. Trinta jovens angolanos e 40 moçambicanos tiveram uma formação em mediação, incluindo oficina de jogos sobre a língua portuguesa. Se em Angola essa formação permitiu uma continuidade de atendimento qualificado de ações educativas e culturais no CCBA, em Moçambique ela se desdobrou na criação do Clube do Livro de Maputo, por parte de alguns mediadores da exposição, juntamente com o curador local. A iniciativa surgiu logo ao final da exposição, do desejo dos jovens em continuar atuando na promoção da língua e da leitura e hoje já conta com sete clubes de leitura espalhados por Moçambique.

Cronologia dos Cadernos do Museu

CADERNO	ANO
O francês no Brasil em todos os sentidos	2009
Menos: o certo do errado e o errado do certo	2010
Oswaldo de Andrade: o culpado de tudo	2011
Pitadas de Jorge Amado	2012
Cazuza: mostra a tua cara	2013
Mundo Língua Palavra	2017

A repercussão internacional da exposição nas redes sociais, aliada à pandemia de COVID-19, encorajou o Museu a criar uma programação totalmente virtual para as comemorações do Dia da Língua Portuguesa em 2020. Durante três dias, de 3 a 5 de maio, foram ofertadas atrações que contemplaram públicos de todas as idades e que contaram com, aproximadamente, três horas de programação diária, unindo músicos, escritores, jovens e especialistas em diferentes países de língua portuguesa.



Dessa programação, destacam-se três atividades: i) um bate-papo entre adolescentes do Brasil, Portugal, Angola e Cabo Verde, falando de suas atividades e estudos durante a pandemia; ii) a mesa-redonda: Ortografia também é gente, em que a

Premiações

2006

- Destaques do Ano SMACNA
- Prêmios Priitzker para Paulo Mendes da Rocha
- Prêmio da Fundação Luso - Brasileira, na categoria Cultura e Ciência
- Troféu / Homenagem do Departamento de Museu e Centro Culturais do Iphan
- Diploma de reconhecimento da Unesco como melhor projeto na área de Comunicação e Informação.

2007

- Prêmio Novidade do Ano - Guia Brasil Quatro Rodas
- Lighting Awards - International Association of Lighting Designers de Nova York.

2011

- Prêmio Darcy Ribeiro, concedido a projetos de educação patrimonial (Dengo), pelo IBRAM - Ministério da Cultura.

2012

- Prêmio O Melhor do Brasil, na categoria Museu, concedido pela Revista Viagem e Turimo.

2013

- Prêmio "Melhor Escolha de Atração Cultural, "Traveller's Choice 2013"

2014

- Certificado de Excelência TripAdvisor e eleito, no site, como um dos melhores museus do Brasil e da América do Sul
- Terceiro Lugar no V Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus, pela Estação Educativo - Plataforma na WEB do Núcleo Educativo.

poetisa mineira Ana Elisa Ribeiro conversou com o escritor português Marco Neves, com a escritora e artista visual de Guiné-Bissau Gisela Casimiro, com o professor moçambicano Nataniel Ngomane e com a poetisa pernambucana Micheliny Verunschk, sobre a palavra como instrumento para dar conta do que estamos vivenciando hoje; e iii) as conexões musicais capitaneadas pelo pesquisador Rafael Galante, conversando com a musicista moçambicana Lenna Bahule, o músico cabo-verdiano Hélio Ramalho e com o músico e escritor angolano Kalaf Epalanga. De maneira geral, a programação contemplava, entre outros aspectos relevantes, a diversidade de sotaques e expressões da língua portuguesa.

De certo modo, a tragédia do fechamento do Museu permitiu sua maior abertura ao mundo. Ciente de seu papel como difusor do idioma e da potência das ações que desenvolveu nos últimos anos, o Museu da Língua Portuguesa reabre em 2021 com o olhar voltado para o território em que está inserido, no bairro da Luz, em São Paulo, e para a internacionalização, com uma rede de parcerias nos quatro cantos do mundo para o fortalecimento de suas ações de difusão e valorização da língua portuguesa.

Referências

RÉCORD histórico de la FILBO 2017: 550.000 visitantes y 7% en crecimiento en ventas. *Cámara Colombiana del Libro*, 12 maio 2017. Disponível em: <https://camlibro.com.co/record-historico-de-la-filbo-2017-550-000-visitantes-y-7-en-crecimiento-en-ventas/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

11ª FIESTA del Libro y la Cultura de Medellín. *Fiesta del libro y la Cultura*, 1 out. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/FiestaLibro/videos/10155969904422275>. Acesso em: 5 dez. 2020.

Portal do Professor de Português Língua Estrangeira

O *Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna* (PPPLE) é um dos projetos estratégicos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), responsável pela promoção, difusão e projeção do português no mundo, em uma perspectiva multilateral e com gestão participativa. Como destaca Oliveira (2019), o IILP tem hoje o papel de articular os recursos e esforços técnicos, científicos e financeiros dos Estados membros da CPLP em prol da língua portuguesa, funcionando como um órgão colegiado dos países e promovendo uma gestão da língua inovadora, internacional, intergovernamental e supranacional.

A ideia de construção de um portal para o ensino de português como língua estrangeira/língua não materna surgiu em decorrência dos grandes desafios e complexidades que envolvem a educação linguística no século XXI, especialmente no âmbito dos Estados membros da CPLP, que desempenham um papel fundamental na construção de políticas linguísticas para as suas línguas nacionais e, sobretudo, para a valorização do português como língua de expressão global.

Atendendo a esses desafios, a I Conferência Internacional para o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, promovida pelo Itamaraty, na cidade de Brasília, em março de 2010, deu início a um planejamento estratégico para a português, com a participação de governantes, especialistas e convidados dos países integrantes da CPLP e ainda de alguns países observadores associados, como a Guiné Equatorial, as Ilhas Maurício e o Senegal. Dessa iniciativa, surgiu o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa (2010), que demandou ao IILP a criação de uma plataforma para o ensino de português, gerida de modo compartilhado, que atendesse às demandas nacionais e internacionais para o ensino de português como língua estrangeira e segunda língua. A criação do PPPLE, portanto, decorreu de uma ação conjunta dos países da CPLP para a promoção do

português, a qual foi reafirmada posteriormente pelos Plano de Ação de Lisboa (PALIS, 2013) e Plano de Ação de Díli (PADILI, 2016).

A partir do que demandou o PAB (2010), a gestão brasileira do IILP, com a Direção-Executiva do Prof. Gilvan Müller de Oliveira (2010-2014), deu início, em 2011, ao planejamento e desenvolvimento do Portal. Para isso, o IILP contou com a parceria da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) que, juntamente com o IILP, foi responsável pela constituição da primeira equipe de trabalho, composta por integrantes de diferentes países da CPLP e sob a coordenação do Brasil. Desde a sua criação, o PPPLE tem sido um dos projetos de destaque do Instituto, sendo aprimorado, ao longo dos anos, por todas as diretorias que sucederam a gestão brasileira. Isso demonstra o reconhecimento inequívoco da importância do Portal para o ensino de português no mundo, suprindo uma grande carência que havia no oferecimento de materiais e recursos pedagógicos de qualidade, de modo aberto e gratuito, para professores que atuam em diferentes continentes

O PPPLE é uma plataforma digital que disponibiliza materiais e recursos didáticos para o ensino de português língua estrangeira/língua não materna, *on-line* e gratuitamente, reconhecendo-o como uma língua pluricêntrica, que inclui as diferentes normas em uso na grande comunidade dos países de língua oficial portuguesa, mas também fora dela, a exemplo da expressiva diáspora que vive em português em diferentes recantos do mundo. Por ter como princípio fundamental o pluricentrismo linguístico, o Portal subverte as visões essencialistas de língua e de norma linguística, superando a tradicional dualidade português europeu/português brasileiro, na medida em que inclui, de modo objetivo e representativo, outras normas nacionais do português, ainda que algumas delas estejam em estágios diferentes de desenvolvimento e de codificação.

Desse modo, como instrumento multilateral de cooperação linguística e cultural entre os Estados membros da CPLP, o PPPLE fortalece o português como língua de comunicação e expressão internacional, valorizando e promovendo não somente as normas linguísticas mais centrais e estabilizadas, a portuguesa e a brasileira, mas também as normas emergentes de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, países que já apresentam contribuições ao Portal. Nessa perspectiva, o ensino do português e a formação de professores assumem um caráter mais sensível culturalmente, porque têm como princípio orientador a valorização da diversidade linguística e cultural das diferentes comunidades que vivem em português, ao mesmo tempo em que reforçam os laços comuns que as unem em torno da mesma língua. O PPPLE inaugura, portanto, um novo modo de governança linguística, contribuindo para a promoção de uma educação linguística em português mais democrática, inclusiva e promotora do diálogo intercultural (MENDES, 2016).

Desde 2011, quando teve início o seu desenvolvimento, o PPPLE vem sendo aprimorado e ampliado, incorporando cada vez mais recursos didáticos, produzidos em regime de colaboração entre os países da CPLP, e novas funcionalidades, de modo a permitir uma melhor interação entre os utilizadores e a plataforma digital. A primeira versão oficial do Portal foi lançada em outubro de 2013, em Lisboa, na ocasião da II Conferência para o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema

Mundial (PALIS, 2013), e a partir daí vem alcançando notabilidade e relevância, em diferentes campos relacionados à promoção do português no mundo, como o ensino, a pesquisa e a formação de professores.

Atualmente, o PPPLE oferece um grande conjunto de recursos para professores que têm como objetivo o ensino de português como língua estrangeira/língua não materna, em variados contextos de uso e de atuação. Entre os recursos principais da plataforma estão as Unidades Didáticas produzidas pelas equipes nacionais dos países da CPLP e, também, pelo público participante dos cursos de formação para o desenvolvimento de materiais promovidos pelo IILP.

Para a criação das Unidades Didáticas e dos Roteiros Didáticos que estão integrados ao PPPLE, foram desenvolvidas duas metodologias diferentes e complementares. O primeiro processo de produção decorreu do trabalho das comissões nacionais constituídas por cada país participante (Angola, Brasil, Moçambique e Portugal). O segundo processo de produção, que se revelou bastante rico e mais sistemático, foi a realização de cursos de capacitação para o desenvolvimento desses materiais e recursos, em diferentes países da CPLP, e também em outros contextos e com propósitos didáticos diferenciados

Há, desse modo, Unidades Didáticas disponíveis produzidas pelas equipes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, com a expectativa de que até o final de 2021 também estejam à disposição do público as Unidades Didáticas produzidas pela Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Além dessas, há Unidades Didáticas voltadas ao ensino de português para grupos específicos, como português para falantes de língua de herança/português para crianças, português para falantes de chinês, português para falantes de espanhol e português como língua de acolhimento. Um terceiro conjunto de Unidades Didáticas foi produzido no contexto de ensino de português em países observadores associados da CPLP, como a Hungria, e que tem angariado o interesse de outros países para a sua breve integração ao Portal, como a Namíbia e o Senegal, por exemplo.

Outro importante recurso oferecido pelo PPPLE, além das Unidades Didáticas, são os Roteiros Didáticos, que representam a possibilidade de combinação de Unidades Didáticas já disponíveis no Portal para a criação de percursos pedagógicos e cursos, organizados a partir dos interesses e necessidades dos utilizadores e dos contextos de ensino nos quais se desenvolvem as práticas pedagógicas. Assim, é possível organizar percursos pedagógicos por interesses temáticos ou por expectativas de aprendizagem, entre outros aspectos.

Cada UD disponível no Portal prevê um tempo pedagógico de ensino de aproximadamente 2 horas-aula, de modo que, no total, há no momento 619 Unidades Didáticas disponíveis, contabilizando 1.238 horas-aula para o ensino de português (LE/LNM), totalmente gratuitas. Além de organizarem-se por contextos de ensino, as Unidades Didáticas estão distribuídas em três níveis de proficiência, Nível 1, Nível 2 e Nível 3, de acordo com os descritores disponíveis na página do PPPLE na Internet (www.ppple.org).

O processo de produção de novas Unidades Didáticas e Roteiros Didáticos é contínuo e parte integrante do aprimoramento do Portal. O Brasil destaca-se em

número de Unidades Didáticas produzidas, com o total de 152 até o momento, seguido por Cabo Verde (89), Portugal (76), Timor-Leste (54), Moçambique (36) e Angola (11). Para a produção das Unidades Didáticas brasileiras, a Equipe Assessora Central do PPPLE e as coordenadoras brasileiras das equipes de produção contaram com o investimento de recursos do Itamaraty, através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), especialmente na primeira fase do Portal (2013-2015).

Por oferecer materiais e recursos didáticos de modo gratuito e aberto, o PPPLE apresenta grande capacidade de alcance e de acesso, atingindo um público diversificado de professores, pesquisadores e interessados na aprendizagem do português, em diferentes partes do mundo. Isso se deve, sobretudo, ao potencial de uso das TICs, como acessibilidade, amplitude de atuação, baixo custo, circularidade, flexibilidade, atemporalidade, entre outros aspectos, favorecendo, de modo inovador, a promoção, a difusão e a projeção do português (MENDES; FURTOSO, 2018).

Passados pouco mais de sete anos de seu lançamento oficial, em 2013, o PPPLE assume um lugar de relevância como fonte de consulta e de fornecimento de materiais e recursos didáticos para professores e interessados no ensino e na aprendizagem do português (LE/LNM), agregando 15.585 utilizadores ativos e frequentes na plataforma e alcançando quase 1 milhão de visitas até o momento. Destaca-se, também, o fato de que o Portal já foi acessado por utilizadores de 176 países, em todos os continentes.

Dentre os dez primeiros em número de acessos, nota-se o Brasil à frente do *ranking*, seguido por Portugal, Argentina, Estados Unidos e Espanha, se considerarmos os cinco primeiros colocados. É relevante pontuar que entre os dez primeiros países, cinco são da Europa, quatro da América Latina e um da América do Norte. Entre os acessos oriundos de países da CPLP e Macau, destaca-se a liderança do Brasil, seguido por Portugal, Cabo Verde, Timor-Leste, Moçambique e Angola, justamente os que ofertam Unidades Didáticas no PPPLE. No entanto, também estão representados os países que ainda não disponibilizam Unidades Didáticas na plataforma, como Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, fortalecendo a presença de todos os Estados membros da CPLP no Portal. Ademais, merece destaque o alto número de acessos de Timor-Leste, o que reforça as análises preliminares realizadas pela Equipe Assessora Central do Portal de que as Unidades Didáticas produzidas por este país têm sido recursos importantes para o ensino de português como segunda língua nesse contexto.

Os utilizadores do PPPLE acessam a plataforma através de diferentes fontes de busca, destacando-se as pesquisas via buscador Google e o endereço direto do Portal.

Elemento que reforça a liderança do Brasil no uso do PPPLE é seu grande número de utilizadores, quase quatro vezes maior do que o segundo colocado, Portugal. Obviamente esses números estabelecem uma relação direta entre os dados populacionais do Brasil, muito superiores aos dos outros países da CPLP, o que terá reflexos no público que se integra ao Portal.

Ainda no âmbito do oferecimento de materiais e recursos didáticos, cabe ressaltar a relevante contribuição ao PPPLE dos próprios utilizadores, uma vez que além das Unidades Didáticas e Roteiros Didáticos oferecidos oficialmente pelo

Portal, há as Propostas Didáticas e os Roteiros Didáticos enviados por professores e professoras de todo o mundo. As primeiras são experiências didáticas bem sucedidas, que podem estar no formato das Unidades Didáticas, as quais são produzidas e compartilhadas em uma área especial do Portal destinada a esse fim. Os Roteiros Didáticos construídos pelos utilizadores também podem ficar disponíveis para que outras pessoas os aproveitem. Essa área de compartilhamento de experiências dos utilizadores, seja na forma de Propostas Didáticas ou de Roteiros Didáticos, reforça o caráter diverso, aberto e colaborativo do PPPLE.

O PPPLE, além de sua vocação direta para o oferecimento de materiais e recursos para o ensino de português (PLE/PLNM), também tem sido fonte de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que abordam variados aspectos sobre a sua constituição, funcionamento e potencial pedagógico, assim como sobre o seu impacto retroativo na formação de professores que atuam na área, em diferentes partes do mundo.

A partir de uma busca preliminar na plataforma Google Acadêmico e na página do IILP, pode-se observar alguns resultados de pesquisas desenvolvidas sobre o PPPLE ou que o utilizam como fonte de análise e produção de novos materiais, entre artigos e dissertações, produzidos no Brasil e no exterior. Entre essas produções, destaca-se o Número Especial da revista *Platô* (2018), do IILP, que teve como tema *O Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna: análises e projeções*.

Em outubro de 2021, o PPPLE completa oito anos de seu lançamento oficial. Nesses anos de funcionamento e de aprimoramento, o projeto fortaleceu-se como um relevante instrumento de política linguística dos Estados membros da CPLP, não apenas pelo seu caráter inovador e por sua grande capacidade de atingir um grande público, dentro e fora da comunidade lusófona, mas sobretudo porque ele inaugurou e pôs em prática um novo modo de gestão da língua portuguesa, participativo e supranacional.

Além disso, o PPPLE foi concebido e desenvolvido de acordo com princípios teóricos e metodológicos inovadores e ancorados em perspectivas contemporâneas para o ensino-aprendizagem de línguas. A partir de uma concepção de língua como prática social, indissociável da(s) cultura(s) que a abarca(m), e da experiência de aprendizagem centrada no uso, ensinar e aprender português deixa de ser apenas um meio de estudo da forma linguística e passa a significar oportunidades de vivências autênticas na língua, em variadas situações de interação. A língua portuguesa, nossa língua comum, manifesta-se no Portal em diferentes línguas-culturas em português, transformando as práticas pedagógicas em vivências linguísticas e inter(culturais).

Professores de diferentes países da CPLP, por meio do trabalho compartilhado e cooperativo, juntam-se para desenvolver materiais a muitas mãos, seja a partir das perspectivas linguísticas e culturais de suas normas de uso nacionais ou a partir dos contextos de ensino específicos que estejam em foco. O processo de produção das Unidades Didáticas e dos Roteiros Didáticos significam, portanto, ricas oportunidades de aprimoramento profissional e de formação pedagógica. De parte de seus utilizadores, professores de todo o mundo podem ter contato com outros modos de viver em português, ampliando as suas experiências formativas e

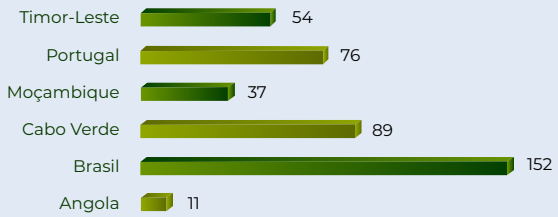
pedagógicas, à medida que dialogam com outros. Desse modo, o PPPLE também tem sido um ambiente que favorece o diálogo, o intercâmbio e a formação de professores de português (LE/LNM).

Finalmente, fortalecer a língua portuguesa como língua pluricêntrica requer a criação de políticas e ações conjuntas para a sua promoção, difusão e projeção no mundo, e o PPPLE tem se afirmado como um potente meio de se concretizar isso. É o reconhecimento e o trabalho conjuntos em favor da promoção do português, valorizando a sua diversidade, que o fará ocupar o lugar de uma das mais importantes línguas de comunicação global no século XXI.

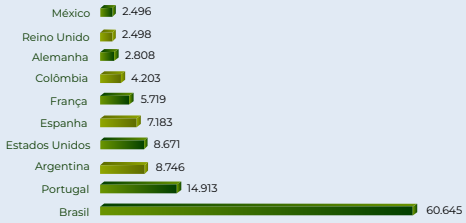
Quadro1 - Cursos de capacitação REALIZADOS PELO IILP/PPPLE

CURSO	LOCAL / DATA	Nº DE CURSISTAS	PROCEDÊNCIA DOS CURSISTAS
I Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna.	Díli, Timor-Leste. Fevereiro de 2014.	20	Timor-Leste
II Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português Língua de Herança / Português para Crianças.	Lisboa, Portugal. Maio de 2014.	19	Brasil, Portugal, Moçambique, Angola
III Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português Para Falantes de Chinês.	Macau-RAEM, China. Agosto de 2014.	15	Macau, China continental e Portugal
IV Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português Para Falantes de Espanhol.	Buenos Aires, Argentina. Outubro de 2014.	38	Argentina, Brasil, Portugal
V Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna.	Maputo, Moçambique. Março de 2015.	23	Moçambique
VI Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna.	Praia, Cabo Verde. Setembro de 2016	32	Brasil, Cabo Verde
VII Curso de Capacitação Para a Elaboração de Materiais: Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna.	Mindelo, Cabo Verde. Abril de 2017.	22	Cabo Verde
VIII Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português Como Língua de Acolhimento.	Lisboa, Portugal. Novembro de 2017.	31	Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Moçambique, Portugal, República Tcheca, Timor-Leste
IX Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português Língua de Herança / Português para Crianças.	Lisboa, Portugal. Abril de 2018.	23	Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Itália, Moçambique, Portugal
X Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português como Língua Estrangeira / Português Não Materna.	Budapeste, Hungria. Setembro de 2018.	14	Áustria, Brasil, Cabo Verde, Hungria, Moçambique, Romênia, Portugal
XI Curso de Capacitação: Elaboração de Roteiros Didáticos para o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna.	Lisboa, Portugal. Novembro de 2019.	23	Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Espanha, Holanda, Polônia, Portugal, Timor-Leste
Total de cursos		**11**	
Total de cursistas participantes		**260**	
Total de países participantes		**20**	

Unidades Didáticas produzidas por país

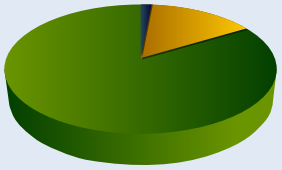


Os 10 países com maior número de acessos



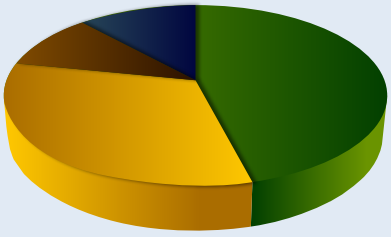
Materiais e recursos disponíveis no PPPLE (2021)

Países da CPLP que produziram Unidades Didáticas
(Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, Timor-Leste)



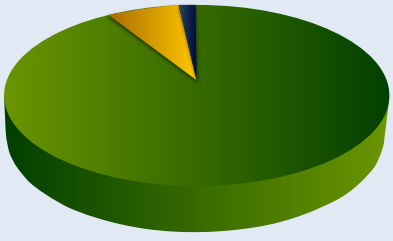
Quantidade de utilizadores ativos	15.585
Número de países que acederam ao PPPLE	176
Número de visitantes	97.805

Fontes de acesso ao PPPLE



Pesquisas no Google	**46%**
Endereço direto do Portal	**32%**
Redes sociais	**10%**
Outros sites de divulgação	**12%**

Produção científica sobre o PPPLE



Artigo acadêmico	**51**
Dissertação de mestrado	**4**
Dossiê de Revista	**1**
TOTAL	**56**

Referências

CPLP. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

IILP. Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em: <http://iilp.cplp.org/iilp.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.

MENDES, Edleise. A promoção do português como língua global no século XXI. *Linha D'Água*, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154926>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MENDES, Edleise. FURTOSO, Viviane. (Org.) Dossiê: O Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna: análises e projeções. *Plat*ô – Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, v. 4, n. 7, 2018.

MENDES, Edleise. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de português LE no PPPLE. *In*: ORTIZ ALVAREZ, M. L; GONÇALVES, L. *O mundo do português e o português no mundo afora*: especificidades, implicações, ações. São Paulo-Campinas: Pontes Editores, 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. *Linha D'Água*, v. 32, n. 2, p. 11-36, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154926>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PLANO de Ação de Brasília. Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 2010. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2011/06/15/plano-de-acao-de-brasilia-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa-2/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PLATÔ. Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://iilp.cplp.org/plato/numeros_publicados.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PPPLE. Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna. Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <www.ppple.org>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Português como língua de herança

O português como língua de herança é um dos mais recentes e promissores campos para políticas públicas para a difusão do idioma. Tanto pesquisadores acadêmicos quanto agentes governamentais entendem que a diáspora brasileira no exterior é um importante patrimônio com que conta o país para promover a articulação de temas nacionais junto a interlocutores estrangeiros. Com estimativas que ultrapassam os 2,5 milhões de pessoas em centenas de países, trata-se de uma diáspora numericamente expressiva e geograficamente abrangente. Apesar das diferentes origens da imigração, um traço comum aos brasileiros expatriados é a integração nas sociedades dos países que escolheram para viver, formando comunidades que se destacam, mas que também convivem em harmonia com os nacionais dos países anfitriões. Se em um passado não muito distante os brasileiros no exterior eram vistos sob a perspectiva de "fuga de cérebros" e de talentos do país, atualmente a apreciação sobre a diáspora mudou sensivelmente. Entende-se o brasileiro expatriado como um agente social tanto para promover o arejamento de temas relevantes para a ciência, economia e cultura nacionais a partir de contribuições estrangeiras, quanto, em sentido contrário, para fazer veicular no estrangeiro informações atuais e significativas sobre a cultura e a realidade brasileira.

Nesse sentido, alguns segmentos sociais começaram a ser entrelaçados abrangendo o contexto de partida (ambiente familiar), seguido pelo contexto de seu entorno (escola, cidade, país) e chegando depois ao acadêmico e ao governamental. Assim, as iniciativas que eram desenvolvidas apenas no ambiente doméstico, passaram ao nível de agrupamentos (associações), em geral impulsionadas por mães e/ou pais ou outros parentes e foram se institucionalizando. Para melhor compreensão da natureza das questões envolvidas no movimento, passa-se ao estudo sistemático de aspectos, variáveis e fatores que o constituem, e assim se inicia a inserção do tema no âmbito acadêmico, em concomitância com ou

seguido pelo âmbito governamental, pela percepção da necessidade de apoio da esfera pública e de políticas linguísticas.

De forma geral, verifica-se maior grau de institucionalização de iniciativas acadêmicas e governamentais na área a partir da década de 2010. A expansão expressiva desse campo pode ser verificada, principalmente se considerada a última década e em relação ao percurso histórico do conceito de língua de herança, cuja utilização é relativamente recente. Segundo Ortale (2016, p. 23 *apud* CUMMINS, 2005, p. 1), "o termo foi utilizado pela primeira vez no Canadá em 1977, com o surgimento dos Programas de Língua de Herança em Ontário e apenas no final da década de 1990 começou a ser usado nos Estados Unidos no âmbito de estudos sobre políticas linguísticas." Ainda segundo a autora "os estudos sobre o tema ganham maior relevância após a I Conferência sobre Línguas de Herança nos Estados Unidos, organizada pela Universidade da Califórnia, em 1999."

De maneira predominante, a expressão língua de herança se refere a contextos em que a língua falada em casa não é a língua majoritária do país (ORTALE, 2016). Como aponta Pereira (2020), de forma expandida,

> O ensino de lingua de herança (LH) refere-se às crianças filhos de imigrantes que nasceram em um país no qual a língua materna de seus pais [acrescente-se que essa referência pode ser a apenas um dos genitores] não é a língua de comunicação majoritária ou oficial daquele país, mas, em geral, é essa a língua de casa, de familiares distantes e, às vezes, a primeira língua de contato da criança. (PEREIRA, 2020, p. 23).

Trata-se de um conceito bastante complexo, dada a natureza igualmente complexa e multifacetada que caracteriza situações familiares específicas envolvendo entornos contextuais distintos. Discussões nesse sentido são encontradas, por exemplo, em Flores e Melo-Pfeifer (2014), Ortale (2016) e Moroni (2015). A reflexão sobre o tema envolve o reconhecimento da complexidade de (con)viver em mais de uma língua e em mais de uma pátria, bem como (ou portanto) o entrelaçamento com questões de afetividade, emoções, identidades híbridas e com noções de pertencimento e representações sociais, para nomear apenas alguns aspectos.

O português como língua de herança começa a ter registros sob essa denominação, de forma mais regular, no início da primeira década do século XXI e segundo Moroni (2015, p. 29), a expressão se "popularizou apenas na década de 2010". Essa posição é apontada também por outros autores e frequentemente retomada em eventos da área, quando se apresenta ou se discute o seu estabelecimento e seu processo de consolidação.

Como compreensão geral, afirma Moroni (2015, p. 29) que o português como língua de herança é entendido "como a língua portuguesa falada por famílias de brasileiros que moram fora do Brasil e transmitida aos filhos a partir de interações cotidianas." A autora explica, em nota de rodapé, que *famílias de brasileiros* se refere a contextos em que ambos os genitores podem ser brasileiros ou apenas um deles. A referência a *famílias de brasileiros* resulta também do fato de que Moroni no texto referido focaliza a emigração brasileira e questões relacionadas a aspectos linguísticos

do país. Já Pereira (2020) expande a discussão de português língua de herança para abarcar o caráter pluricêntrico do idioma e a importância de também se abordar o ensino a partir de uma perspectiva supranacional, considerando a possibilidade de contextos em que o público atendido conta com pessoas cujas raízes linguístico--culturais podem ser de distintos países de língua oficial portuguesa.

Tanto em âmbito geral (língua de herança) quanto específico (focalizando a língua portuguesa), verifica-se, de alguma forma, certa recentidade na caracterização do movimento com a utilização do termo "herança". Entretanto, há o reconhecimento de que situações de ensino e transmissão de idioma minoritário, em ambiente familiar em contexto de expatriados, correspondem a um fenômeno linguístico que remonta a épocas bem anteriores.

A denominação com o caracterizador "de herança" notadamente trouxe à área um processo de compreensão e de sistematização mais amplo das características gerais (e complexas) da questão de língua de herança e, consequentemente, do português como língua de herança.

Em apresentação durante evento realizado em Brasília, em 2017, Miriam Müller Vizentini, em breve histórico sobre o ensino de português língua de herança, na Suíça, no âmbito da Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC), informa que o início das atividades se deu em 1996, como o Centro Brasil Cultural (CEBRAC). Conforme registrado na referida apresentação, as atividades e ações tinham as seguintes características:

- Informalidade e muitas dúvidas quanto ao conteúdo a ser desenvolvido.
- Trabalho pioneiro, sem referências ou estudos que indicassem uma direção para a criação de um currículo específico.
- Metodologia e abordagens de ensino – trazidas tempos depois.
- *FORÇA MOTIVADORA*: a chance de manter vínculos afetivos com os familiares e o Brasil.
- Aulas pautadas pelas datas comemorativas (carnaval, dia do índio; dia do folclore, etc), com leituras de histórias, canções, conversas e jogos.
- Sem ligação entre uma aula e outra.

A apresentadora indicou também que o português língua-cultura de herança, da ABEC, até 2012 era denominado: língua e cultura de origem – Brasil.

Os apontamentos dessa apresentação podem ser considerados como uma perspectiva microcósmica em relação a iniciativas de natureza similar, desenvolvidas em outros contextos, em períodos cronológicos distintos, incluindo mais recentes.

Dessa forma, há indicativos de que as atividades de português língua de herança já se desenvolviam, principalmente em ambientes familiares, desde períodos anteriores, sem que fossem identificadas dessa maneira.

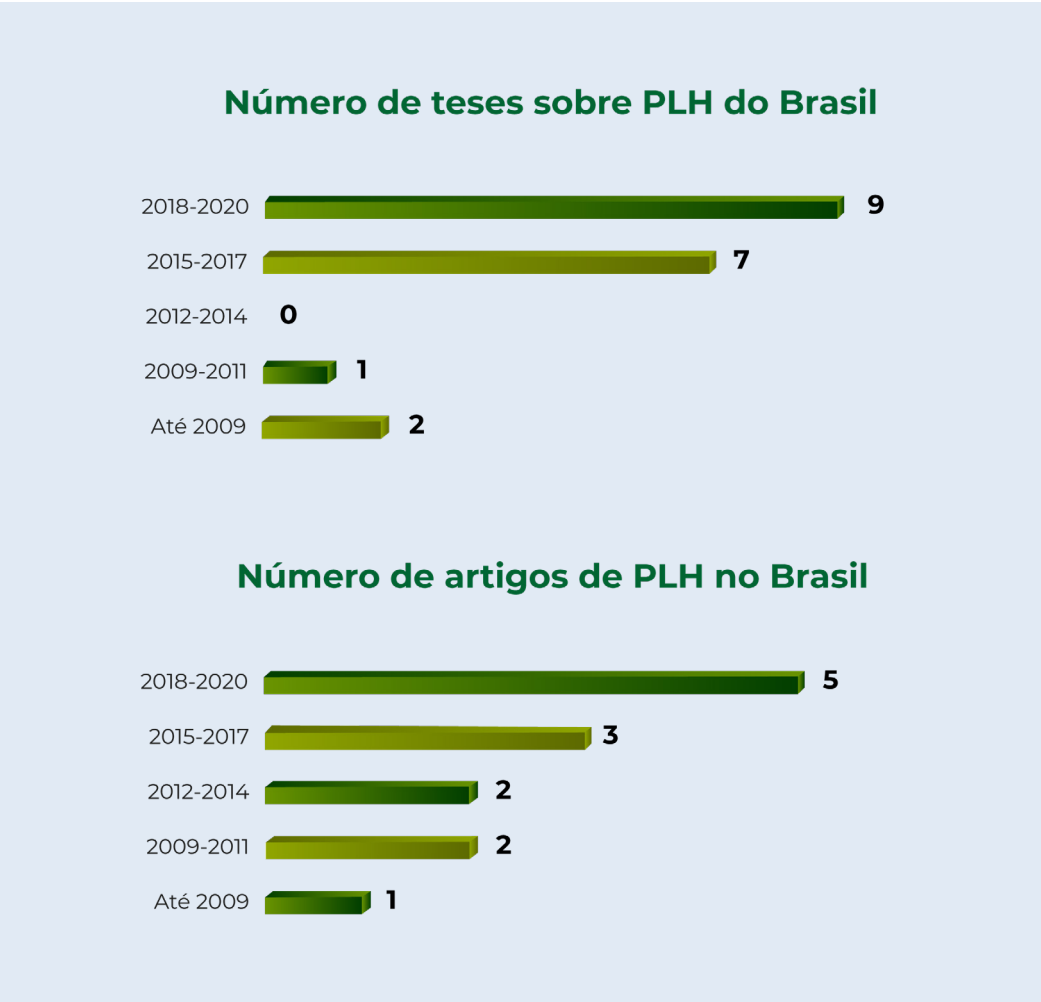
A transposição do ambiente familiar para o entorno social mais amplo, começa também a ganhar impulso a partir dos anos 2000. Como se verifica, nesta mesma publicação, no verbete *Associações comunitárias brasileiras*, nomeadamente as que se relacionam de forma mais direta à difusão do português como língua de herança, um levantamento realizado em 2020 indica que a maior parte foi implementada

na década de 2010. A Associação Brasileira de Cultura e Educação (ABRACE), nos Estados Unidos, uma das precursoras dessa fase de maior crescimento, resulta de atividades anteriores (a primeira em 2005), foi oficialmente registrada em 2009 e tornou-se organização sem fins lucrativos em 2010 (ABRACE, 2020).

A forma de organização dessas associações pode apresentar diferenças e, como apontado no referido verbete, as denominações podem igualmente apresentar diferença, podendo ser também centro, fundação, projeto, apontadas como mais comuns. Há ainda outras denominações, que buscam especificar atividades, a saber: *A Hora do Conto em Dubai, Contadores de Histórias, Mala de Herança, Projeto Sementeira*. Atualmente já é difícil quantificar e/ou indicar todas as iniciativas, que se estendem por diversos países, em virtude de rápida expansão da área de português língua de herança, gerada pela percepção de sua relevância que desperta grande interesse nos diversos segmentos sociais mencionados.

O desenvolvimento e a disponibilização de recursos tecnológicos que favorecem a interação virtual contribuiram significativamente para a expansão da área. Com o desdobramento das condições tecnológicas, os trabalhos realizados em diferentes partes, em todos os continentes, puderam ser divulgados e difundidos. A realização de eventos acadêmicos específicos, voltados para apresentação e discussão de aspectos teóricos, e práticas pedagógicas direcionadas ao atendimento das inúmeras especificidades da área, também passaram por crescimento exponencial, em anos mais recentes. O ano de 2020, por exemplo, foi de muitas atividades que contaram com agentes diversos, engajados em profícuas realizações e reflexões.

Acompanhando essa expansão, a dimensão acadêmica da área fortaleceu-se e um levantamento de base de dados de produção científica, com utilização de palavras-chave, indica também forte crescimento na década de 2010, com a produção de pesquisas e reflexões que resultaram em dissertações, teses, artigos e livros. Duas produções específicas, em um intervalo de cinco anos, constituídas por coletânea de artigos, podem servir como exemplificação: *Português como Língua de Herança: A filosofia do começo, meio e fim* e *Português como Língua de Herança: uma disciplina que se estabelece*. A propósito desses dois livros, os próprios subtítulos servem como indicadores do processo de consolidação da área.



Na esteira desse desenvolvimento, verifica-se a dimensão governamental, nomeadamente do Itamaraty, também intensificada na década de 2010. Indicativos do envolvimento do poder público na área são: a promoção de cursos no exterior, voltados para capacitação (formação contínua) ao ensino de português como língua de herança; realização de reuniões para discussão de necessidades e demandas; apoio à realização de eventos específicos e publicação da *Proposta Curricular para o Ensino de Português como Língua de Herança* (ver verbete *Propostas curriculares*, nesta publicação).

Cumpre observar que, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o interlocutor natural para o tema é o Departamento Cultural e Educacional (DCED). Embora o acompanhamento dos assuntos da diáspora brasileira no exterior esteja a cargo da área consular do Ministério, no que se refere especificamente à difusão do português como língua de herança, é o DCED a unidade competente. Evidencia-se, por conseguinte, a estratégia de considerar o enorme potencial da diáspora brasileira como vetor para ampla difusão do idioma. Trata-se de uma abordagem em que todos se beneficiam. Por um lado, os brasileiros no exterior ajudam a promover a língua portuguesa junto a pessoas de outras e distintas nacionalidades, pois constituem fonte de difusão adicional no seu aprendizado. Por outro lado, a manutenção do vínculo

linguístico da diáspora constitui elemento fundamental para a relação identitária de crianças e jovens brasileiros expatriados ou nascidos no exterior.

O acesso a esse vínculo, entretanto, pode ser um verdadeiro desafio, pois, não raramente, o idioma, mesmo que presente na rede escolar local, necessita de reforço específico para sua apropriação e naturalização. O Itamaraty está atento a esse desafio específico do campo da língua de herança e procura apoiar iniciativas que atendam às necessidades da diáspora da maneira mais abrangente e colaborativa possível. Essas iniciativas podem ser classificadas em três vertentes: na atuação direta relativa ao ensino de língua de herança, por meio de sua rede de ensino no exterior; no suporte ao ensino de língua de herança, por meio do apoio a outros vetores de difusão do idioma; e na valorização e divulgação do tema junto a interlocutores internos e externos.

Embora a atuação direta do Itamaraty no ensino de língua de herança seja ainda prática recente, já há algumas experiências bem-sucedidas. Boa parte dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), especialmente os que atuam em países com grande diáspora brasileira, como Espanha, Itália e Líbano, desenvolvem atividades de língua de herança em paralelo às suas atribuições de difundir o idioma para a população local. Em muitos casos, atuam de maneira colaborativa com associações comunitárias para atingir seu público-alvo. É o caso de Nova York que deu início, em janeiro de 2021, a seu primeiro curso de português como língua de herança, ministrado em parceria com a entidade beneficente Mantena Global Care, associação comunitária que oferece serviços à comunidade brasileira residente em Newark, no estado de Nova Jersey. Em virtude da pandemia de COVID-19, o curso assumiu formato virtual, atendendo a cerca de trinta alunos, neste primeiro momento.

Mais recentemente, nota-se também a realização de atividades de leitores brasileiros no exterior nessa direção. Trata-se, neste caso, sobretudo, de palestras, oficinas, seminários e demais atividades de reflexão e formação de educadores em colaboração com as universidades a que estão adstritos. Em Los Angeles, por exemplo, realizou-se em 2019 o evento *Aulinha Caçula*, oficinas mensais para crianças de 7 a 11 anos, que apresentou noções sobre a cultura e a geografia do Brasil, além de noções de escrita e leitura. Em Bolonha, a leitora brasileira ofertou, em 2020, curso de extensão a alunos de mestrado com o tema *Tradução e audiodescrição de livros infantojuvenis*. Nele, os alunos trabalharam textos escritos e imagéticos de escritora brasileira e deverão apresentar versão bilíngue do livro (escrita e em áudio) por ocasião da Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha (edição 2021), uma das principais do mundo. Em Cantão, a leitora está em contato com escola brasileira na cidade de Donghuan para promover atividades que estabeleçam aproximações da comunidade brasileira com o Departamento de Português em que atua. Em Paris, o leitorado estabeleceu parceria com a associação Herança Brasileira para desenvolver o *Curso de capacitação para a elaboração de materiais na Université Sorbonne--Nouvelle: ensino de português como língua de herança*. Em vista da rotatividade dos leitores, o desafio é dar mais estabilidade a essas parcerias, estimulando o fortalecimento dos vínculos da comunidade com os departamentos de letras das universidades em que o Brasil dispõe de leitorados.

A atuação indireta do Itamaraty, por meio do apoio ao ensino da língua de herança, é a vertente que mostra resultados mais eficientes e que permite estabelecer uma estratégia mais ambiciosa de impacto no exterior. Em vista não apenas da inelasticidade de recursos financeiros e humanos, mas, sobretudo, do entendimento de que ações de caráter colaborativo tendem a produzir resultados mais eficientes e estruturantes, cada vez mais o papel do Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty configura-se antes como articulador do que executor de ações de difusão do português. No campo do português língua de herança, a valorização das ações desenvolvidas por associações comunitárias sublinha a relevância e a confiança conferida pelo Itamaraty a iniciativas da numerosa e crescente comunidade brasileira no exterior. Busca-se ampliar a articulação com os representantes de associações e escolas brasileiras, que constituem efetivamente grande parte dos operadores do português língua de herança e mesmo do ensino formal do português. Espera-se também buscar uma necessária aproximação de tais agentes com as inovações mais recentes do Departamento Cultural e Educacional para a promoção do português, como a produção de guias curriculares e unidades didáticas específicas para usuários de português de diferentes realidades linguísticas. Almeja-se, em última instância, dada a rica experiência que tais associações possuem com suas atividades com o português língua de herança, integrá-los nesse processo de atualização dos materiais de ensino de português, a fim de capacitar e harmonizar sua atuação conforme as melhores experiências de postos da referida rede.

Embora se trate de uma perspectiva muito recente, a atuação do Departamento Cultural como articulador do campo do português língua de herança tem habilitado o desenvolvimento de algumas iniciativas com resultados alvissareiros com relação às duas metas traçadas para esse campo: construir atividades estruturantes, cujo apoio inicial do Itamaraty possa habilitar que pais e associações comunitárias desenvolvam atividades autônomas, sem a posterior dependência do apoio estatal; e promover a ação coordenada em rede, tanto dos postos da rede consular quanto das associações comunitárias em diferentes países.

O projeto mais relevante nessa direção é a *Proposta curricular para ensino de português como língua de herança*, publicada em 2020 após série de reuniões com a diáspora. A partir dessa proposta curricular, estão sendo desenvolvidas unidades didáticas de maneira colaborativa pela rede do Itamaraty, por meio de oficinas orientadas por especialistas. Essas unidades didáticas serão disponibilizadas ao público em geral no repositório do Ministério. Para o caso japonês, foi apoiada a iniciativa da comunidade em Hamamatsu, de desenvolvimento de material didático próprio para o contexto japonês.

Além de propostas curriculares e materiais didáticos, também oficinas de formação, capacitação e atualização são objeto de apoio do Itamaraty nessa vertente de suporte ao ensino na área. Mais de 70 iniciativas já foram apoiadas pelo Ministério nos últimos dez anos em dezenas de cidades. O direcionamento geográfico do apoio concedido a associações comunitárias reflete os tradicionais fluxos migratórios brasileiros, com forte ênfase na América do Norte e Europa, mas também com atividades relevantes na Ásia, América do Sul e Oriente Médio. Sempre que

possível, encoraja-se a coleta de registros textuais e audiovisuais dessas iniciativas para que possam beneficiar público mais amplo. O Ministério é também tradicional apoiador do *Seminário europeu de língua de herança* e de outras atividades acadêmicas cujas reflexões subsidiam as ações de diferentes interlocutores nesse campo.

Por fim, o terceiro pilar de atuação do Itamaraty no campo do português língua de herança desdobra-se no apoio à popularização do tema e sensibilização de sua importância. Embora não seja um campo exatamente novo, há ainda muitos contextos em que brasileiros e filhos de brasileiros no exterior desconhecem o potencial e as oportunidades de uma educação bilíngue. Sem a pretensão de querer orientar os pais a respeito da melhor forma de educação de seus filhos, busca-se desenvolver iniciativas para democratizar o acesso à informação sobre as perspectivas da manutenção do vínculo linguístico-identitário.

Um exemplo de iniciativa dessa natureza são as *Olimpíadas do português língua de herança*, que visam a estimular a autoestima linguística e identitária de crianças e adolescentes brasileiros no exterior. Inspirado no exemplo bem-sucedido do Consulado em Nagoia, a iniciativa de caráter pioneiro no âmbito da rede de postos busca integrar suas atividades de difusão do idioma e da cultura brasileira, bem como aquelas de associações que atuam com o mesmo objetivo em suas respectivas jurisdições. Em cooperação com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), foram identificados parceiros para a organização e divulgação de concurso de conhecimentos e redação para estudantes brasileiros, cujas etapas serão realizadas ao longo de 2021 e concluídas, em cada posto, com a entrega de prêmios por ocasião da celebração da festa de Sete de Setembro.

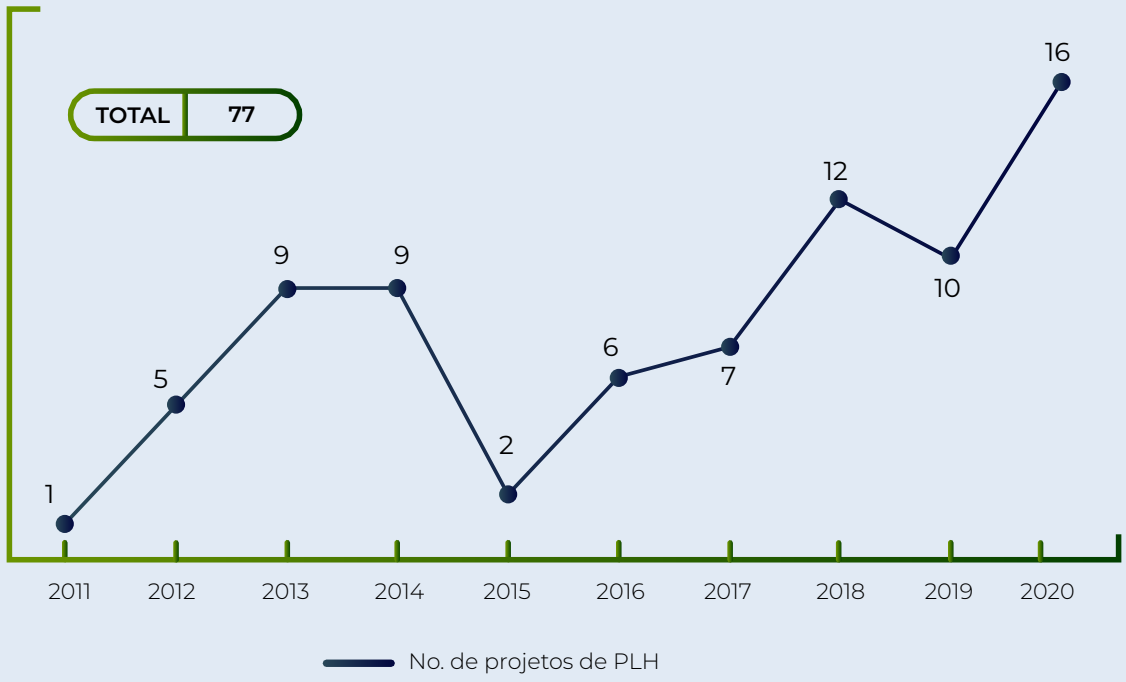
Nessa mesma direção, o Itamaraty já apoiou a produção de três breves documentários sobre o tema, realizados por associações comunitárias em Nova York, Londres e Houston. O objetivo nesse caso foi, novamente, aumentar a conscientização da comunidade brasileira/lusofalante sobre a importância da manutenção do português como língua de herança; valorizar laços históricos, culturais e linguísticos dessa comunidade com o Brasil; destacar a relevância do papel da família e da comunidade no processo de fortalecimento dessa vertente do idioma. Outro projeto em curso, no momento, é a elaboração de cartilha com perguntas frequentes sobre o bilinguismo e o ensino do português língua de herança no contexto ibero-americano.

A atuação governamental, concentrada no Ministério das Relações Exteriores, para o desenvolvimento desse campo do português possui interações óbvias com o desenvolvimento acadêmico do tema. Trata-se de um caso de sucesso em que academia e governo contribuem harmonicamente para a expansão do campo, tanto em termos epistemológicos quanto geográficos. O apoio a iniciativas da diáspora brasileira e a eventos acadêmicos sobre a área fortalece o desenvolvimento de documentos, reflexões, iniciativas e massa crítica a respeito do tema. Em contrapartida, essa reflexão, de base acadêmica e empírica, subsidia as políticas publicas do Ministério, permitindo seu ajuste e aprofundamento. Embora com enorme potencial ainda por desenvolver, se comparado com a trajetória de algumas outras línguas nessa

especificidade, a contribuição do Brasil para o campo de português como língua de herança é expressiva, dinâmica e exponencialmente crescente.

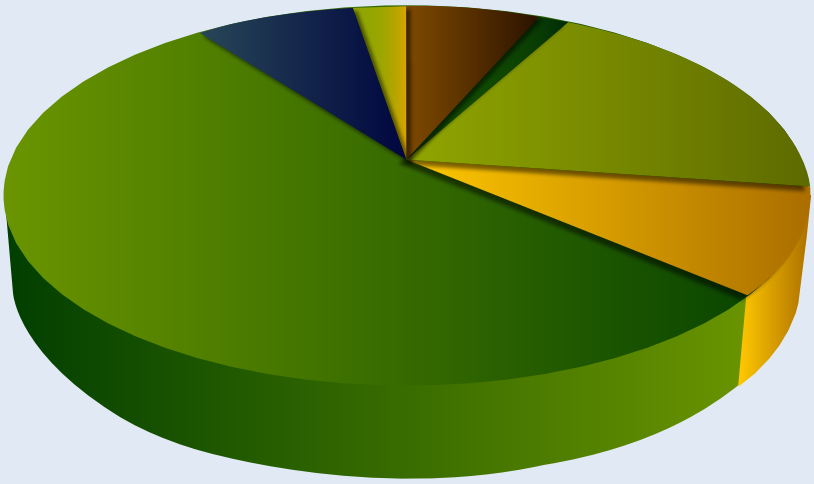
Nesse entrelaçamento dos distintos segmentos sociais, a área apresenta e desenvolve seu grande potencial. Considerada a estimativa de um número talvez superior a 3 milhões, referente à diáspora brasileira e o que esse expressivo conjunto de pessoas, em diferentes posições e funções, representa em relação ao uso do português nos mais diversos países, aponta-se para um alvissareiro horizonte, em que as contribuições de políticas públicas e de pesquisas acadêmicas para o alargamento do campo deverão se intensificar, concorrendo de maneira harmônica para fortalecer o português como língua de herança como modalidade privilegiada de difusão do idioma e da cultura no exterior.

Iniciativas de PLH apoiadas pelo Itamaraty



Fonte: os autores

Número de projetos por continente



América do Sul	5
América Central	1
América do Norte	15
Ásia	7
Europa	41
Oriente Médio	6
Oceania	2

Referências

ABRACE. *Nossa história*. Disponível em: <https://abracebrasil.org/nossa-historia/>. Acesso em: 17 mar. 2021

FLORES, Cristina; MELO-PFEIFER, Silvia. O conceito "língua de herança"; na perspetiva da linguística e da didática de línguas: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico das crianças lusodescendentes na Alemanha. *Domínios de Lingu@gem*, v. 8, n. 3, p. 16-45, 2014.

JENNINGS-WINTERLE, Felicia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia (Orgs.). *Português como língua de herança*: a filosofia do começo, meio e fim. Nova York: Brasil em Monte, 2015.

MORONI, Andreia Sanchez. *Português como língua de herança na Catalunha*: representações sobre identificação, proficiência e afetividade. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2017.

MORONI, Andreia Sanchez. Português como língua de herança: o começo de um movimento. *In*: JENNINGS-WINTERLE, Felicia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia (Orgs.). *Português como língua de herança:* a filosofia do começo, meio e fim. Nova York: Brasil em Mente, 2015.

ORTALE, Fernanda Landucci. *A formação de uma professora de italiano como língua de herança:* o pós-método como caminho para uma prática docente de autoria. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016.

PEREIRA, Marília Pinheiro. O ensino de português como língua pluricêntrica: perspectivas e desafios em um contexto de herança. *In*: SOUZA, Ana; ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa (Orgs.). *Português como língua de herança:* uma disciplina que se estabelece. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SOUZA, Ana; ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa (Orgs.). *Português como língua de herança:* uma disciplina que se estabelece. Campinas: Pontes Editores, 2020.

VIZENTINI, Miriam Müller. O ensino de português como língua de herança (POLH) na Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC) – Suíça. Apresentação oral (PPTs) no I Congresso Mundial de Bilinguismo e Línguas de Herança (CMBLH) e I Congresso Brasileiro de Português como Língua de Herança (CBPLH), Brasília, 15 a 17 de agosto de 2017.

Programa de apoio à tradução da Fundação Bilbioteca Nacional

Criado no começo dos anos 1990, o Programa de Apoio à Tradução da Fundação Biblioteca Nacional é um dos mais longevos instrumentos de promoção da cultura brasileira e língua portuguesa no exterior. Passadas quase três décadas, as bolsas concedidas a editoras estrangeiras para apoiar os custos envolvidos na tradução e publicação de obras de escritores brasileiros seguem desempenhando uma função fundamental no trabalho conjunto de ampliar o alcance das letras brasileiras.

Um trabalho compartilhado por autores, tradutores, editores, agentes literários, diplomatas, professores, críticos que, partindo de interesses nem sempre harmônicos, buscam demarcar um espaço para a literatura e o pensamento brasileiro no circuito global de bens e trocas simbólicas. Circuito que faz uma obra escrita em língua portuguesa no Brasil passar por filtros e barreiras linguísticas, estéticas, artísticas, comerciais e políticas até chegar ao leitor estrangeiro. Não é desnecessário afirmar, sempre que oportuno, que esse circuito está inserido em um ambiente de disputa assimétrica. As escolhas editoriais, as pautas jornalísticas, a concepção ou ideia prévia de um leitor sobre um livro estrangeiro, o gosto e a moda literária nascem em uma realidade que favorece a presença e difusão de livros em um idioma em detrimento de outros. Com isso, de forma alguma se quer dizer que o mérito literário e artístico tem menor importância. No entanto, é importante que se reconheça a desproporcionalidade do jogo.

Da perspectiva de uma instituição pública que, por missão, deve contribuir para a difusão do patrimônio intelectual do país, é fundamental afirmar as razões de se manter um programa como o Programa de Apoio à Tradução. Os motivos podem parecer evidentes. Um país deve promover sua cultura, deve apoiar a divulgação de seus autores no exterior. No entanto, nenhum programa de governo pode ser inabalável a ponto de sobreviver alheio a realidades orçamentárias desafiadoras e à necessária avaliação periódica de uma política pública. Um breve histórico do Programa de Tradução reflete essas

vicissitudes, o cotidiano suscetível a qualquer ação no campo da política cultural brasileira, quase sempre às voltas com o risco da descontinuidade.

Em 1990, a Biblioteca Nacional (BN) e o Instituto Nacional do Livro (INL) passaram a constituir a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Desde 1984, a BN já se encontrava associada ao INL sob a denominação de Fundação Pró-Leitura. O INL já há algum tempo deixara de deter a presença na vida cultural brasileira e a capacidade de realização que demonstrara durante grande parte de sua existência desde sua criação em 1937. No início da nova década, a mudança dava um protagonismo à BN na gestão da política do livro no país.

O Programa de Tradução surge nesse contexto de renovação institucional. No mesmo período, a FBN intensifica a participação no circuito de feiras do livro internacionais, espaços indispensáveis para a cadeia produtiva do livro, onde se negociam direitos autorais, apresentam-se as tendências do mercado e as inovações da indústria e onde os países, por meio de suas instituições culturais e por meio de agentes privados – editoras, agências literárias, fundações privadas, órgãos de classe – fazem-se presentes como vitrines simbólicas e vitrines, de fato, da criação literária e do produto livro.

Um marco dessa guinada na promoção da literatura brasileira a partir da constituição da FBN foi a participação do Brasil, em 1994, como convidado de honra na Feira do Livro de Frankfurt, o maior evento literário e do negócio do livro em âmbito mundial. A cada ano um país é convidado para ocupar um espaço de destaque na programação dos eventos culturais e de mercado. É uma oportunidade para que os países exibam a maior variedade de seus autores. Uma exposição que ativa a busca por direitos autorais do país tema.

Embora os esforços para a implementação do Programa de Tradução como política de Estado articulada a iniciativas como a participação em feiras internacionais tenham sido notáveis, deve-se notar também a fragilidade própria das políticas culturais no país ao longo das duas primeiras décadas do Programa. Entre 1990 e 2010, nota-se uma inconstância no número de apoios concedidos ano a ano, inclusive a ocorrência de anos sem registros de concessões.

Se a constituição da FBN, que coincidiu com a criação do Programa, marca a inauguração, outra restruturação institucional condiciona uma nova fase e a sua reafirmação. Ao incorporar-se à estrutura da Biblioteca Nacional, as atribuições que restavam do INL foram organizadas na forma do Departamento Nacional do Livro (DNL), uma das várias siglas pela qual a política do livro foi identificada ao longo das últimas décadas. De DNL passou a Secretaria do Livro e Leitura – SLL, desta vez ligada diretamente ao Ministério da Cultura. De pouca duração, o SLL foi logo extinto, mas as diretrizes da política do livro permaneceram na esfera ministerial, como Coordenadoria do Livro e Leitura e, posteriormente, Diretoria do Livro e Leitura (DLL).

Neste ponto já estamos em 2011, e os rearranjos trazem a mudança de maior consequência para o Programa de Tradução, quando a DLL e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foram transferidos para a FBN, que passou a centralizar a

política do livro do governo em todos os seus aspectos. Nesse contexto idealiza-se na FBN a criação do Centro Internacional do Livro – CIL, uma unidade dedicada a coordenar as ações de difusão da literatura brasileira no exterior. O CIL surge, então, do núcleo formado pelo Programa de Apoio à Tradução e pela ação organizada de participações em feiras internacionais.

Se Frankfurt 1994 foi um marco no início do Programa, a Feira foi desta vez um divisor de águas de maiores proporções. Em outubro de 2010, o governo brasileiro aceitava participar pela segunda vez como convidado de honra em Frankfurt, em outubro de 2013. Esses três anos foram transformadores. Todos os esforços foram destinados para que o país aproveitasse a ocasião para multiplicar o número de títulos brasileiros traduzidos. O investimento no Programa cresceu significativamente, em recursos financeiros e em estrutura. Na FBN, viu-se a oportunidade para a criação de instrumentos auxiliares com o mesmo objetivo de ampliar e aperfeiçoar a difusão da literatura brasileira, a saber: (1) edital de apoio ao intercâmbio de autores brasileiros, que concede bolsas a editoras ou instituições culturais estrangeiras (inclusive feiras, festivais literários, universidades e entidades afins) que tenham interesse em convidar autores brasileiros para leituras, palestras e debates em seus respectivos países; (2) edital de apoio à publicação de obras brasileiras em países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), destinado a editoras dos países de língua oficial portuguesa; (3) edital de apoio à residência de tradutores estrangeiros, que permite ao tradutor estrangeiro beneficiar-se de um período de residência no Brasil pesquisando, dialogando com autores e tradutores e trabalhando em seu projeto de tradução. O Programa de Apoio à Tradução transformara-se em um conjunto de instrumentos de difusão da literatura.

Ao final de 2013, passada a Feira de Frankfurt, o número de apoios à tradução – ou seja, obras traduzidas ou que viriam a ser traduzidas – chegava à marca de 1.113 apoios (bolsas de tradução), 35% concedidos entre 2011 e 2013. O salto não se justifica apenas pelo aumento no investimento financeiro. Os editais tornaram-se permanentes, com renovações a cada dois anos. Se compararmos os dois períodos, não podemos deixar de observar que a "institucionalização" do programa, sua previsibilidade, é também devedora da normatização e regulação de editais no âmbito do sistema MinC.

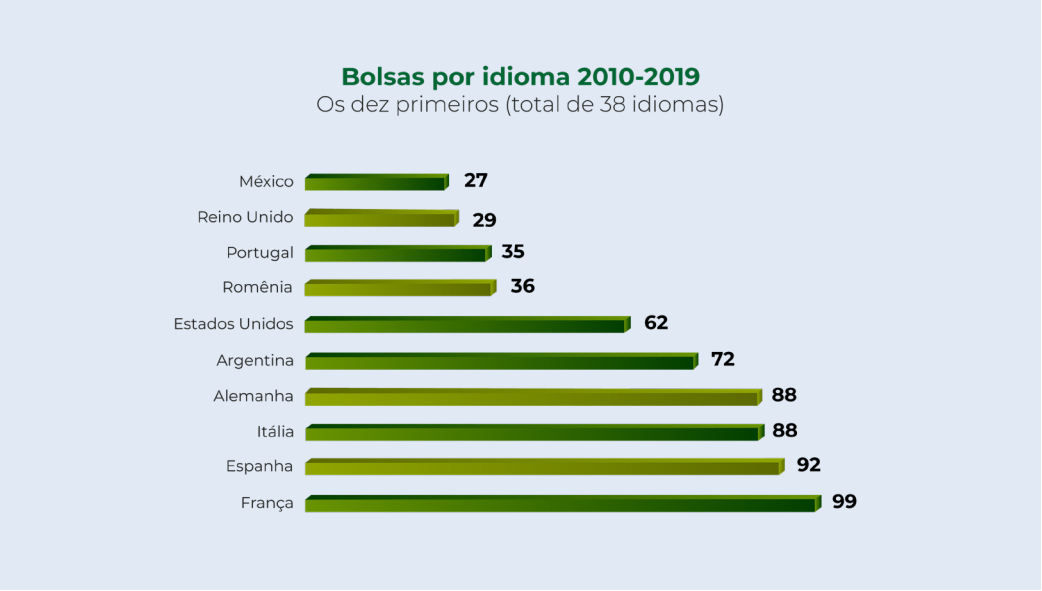
À diversificação dos instrumentos de difusão, somou-se uma reorientação da estratégia de participação em feiras literárias internacionais. Entre 2012 e 2015, o Brasil teve papel de destaque, na qualidade de convidado de honra, em uma sequência de eventos literários mundialmente reconhecidos: abril de 2012, Feira Internacional do Livro de Bogotá, Colômbia; outubro de 2013, Feira do Livro de Frankfurt, Alemanha; março de 2014, Feira Internacional do Livro Infantil de Bolonha, Itália; setembro de 2014, Feira do Livro de Gotemburgo, Suécia; março de 2015, Salão do Livro de Paris, França. Configurou-se uma janela para a exposição da produção literária brasileira. O resultado de um conjunto de órgãos do governo e de instituições privadas. De um lado, os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores, a FBN, bem como a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex Brasil); de outro, instituições como a Fundação Nacional

do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) e as entidades representativas do livro, como a Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), a Liga Brasileira de Editores (LIBRE), a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e a Liga de Editoras Universitárias (LEU).

Tomando a participação no Salão do Livro de Paris 2015 como o término desse ciclo, chegamos a um terceiro momento do Programa, mais próximo do atual, marcado por outra reorganização institucional. Ainda em 2013, a estrutura da Diretoria do Livro e Leitura voltara ao MinC. Em 2014, um novo estatuto da FBN extinguiu o Centro Internacional do Livro e a política de internacionalização da literatura brasileira começou a tomar um rumo mais discreto. O Programa de Tradução manteve-se consistente, mas, em 2015, no contexto de crise e de desvalorização do real, o investimento é afetado. De todo modo, nos anos seguintes, o orçamento manteve-se em nível superior aos anos 1990-2009. Os outros editais, no entanto, tiveram suas edições mais recentes em 2016[1], mas ainda constituem a identidade do Programa.

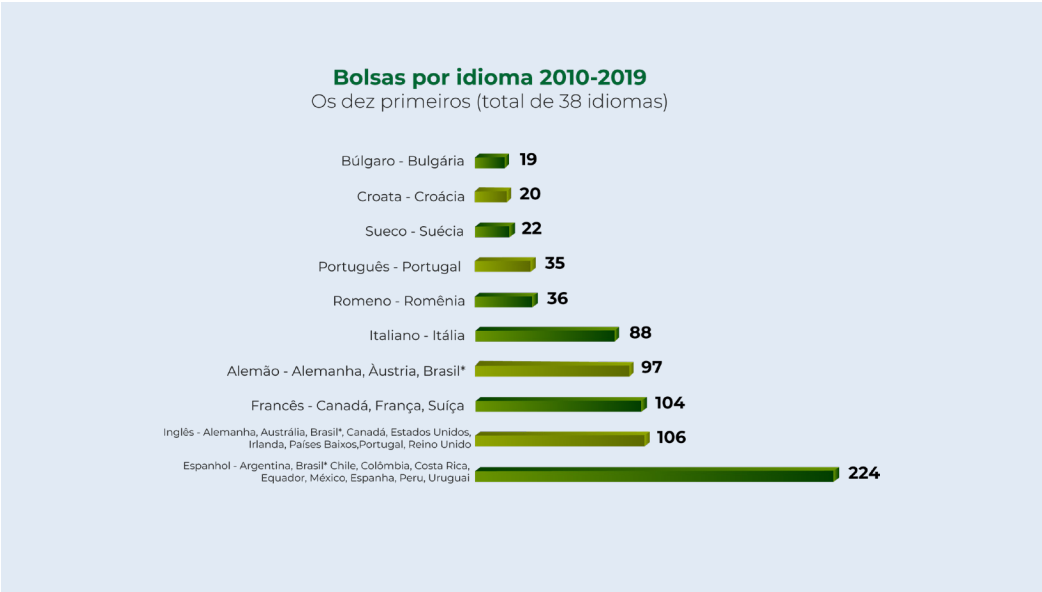
É com base no período 2010-2019 que seguirá um panorama da literatura brasileira traduzida atualmente, que não pode ser reduzida às obras apoiadas pelo Programa, pois uma série de traduções são viabilizadas sem o apoio da FBN. No entanto, os dados revelam um quadro representativo das tendências e do lugar da criação literária brasileira no mundo assim como da produção nacional na área de humanidades.

Entre 2010 e 2019[2], foram concedidos 959 apoios à tradução e à publicação de obras de autores brasileiros no exterior, divididos entre 58 países e 42 idiomas



1 O Edital de Intercâmbio teve edições anuais no período 2012-2016, o de Residência em 2012, 2014 e 2016. O de apoio à CPLP foi incorporado ao Edital de Apoio à Tradução e à Publicação, em 2015.

2 Em 2020 não foram concedidos apoios por consequência da pandemia.



Mais de 50% concentrados em seis países: Espanha, França, Itália, Alemanha, Argentina e Estados Unidos. No quadro dos dez primeiros países (Gráfico 1), verificam-se as primeiras posições ocupadas por países europeus, os três como laços já tradicionalmente estabelecidos de intercâmbio cultural com o Brasil. Com relação aos apoios concedidos a editoras alemães, é importante destacar que cerca de 60% do total devem-se aos anos 2011-2013 e ao contexto de preparação para a segunda participação como país convidado de honra. A Argentina como principal destino na América do Sul é um sinal da contínua relevância do país vizinho na recepção da literatura brasileira no continente. É interessante notar a presença dos Estados Unidos, levando-se em conta a importância – e também a hegemonia – da língua inglesa para a circulação mundial da criação literária.

No quadro geral, o alcance a países africanos e asiáticos é digno de nota. Na África: Cabo Verde, Egito e Etiópia. Na Ásia: Azerbaijão, China, Coreia do Sul, Israel, Líbano, Japão, Malásia, Tailândia e Vietnã. É inegável a importância do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e da rede de embaixadas brasileiras nas intermediações necessárias para que a literatura brasileira e o Programa cheguem a esses destinos. Com relação ao MRE, deve-se registrar a parceria estabelecida com a FBN desde os anos Frankfurt 2013, seja com o apoio institucional ou com o apoio financeiro, que, entre 2017 e 2019, garantiu a concessão de 62 bolsas.

O total de apoios concedidos envolve 349 autores, com obras de um ou mais autores – neste caso, cada um considerado individualmente – sem levar em conta antologias e coletâneas[3]. Os gêneros apoiados dividem-se em seis segmentos: ficção, não ficção, literatura infantil e juvenil, HQs e teatro (Gráfico 3).

No quadro dos autores mais apoiados (Gráfico 4), os que ocupam as dez primeiras posições, Clarice Lispector, Machado de Assis e Jorge Amado destacam-se com 50, 43 e 28 apoios, respectivamente. Tratam-se de autores canônicos, que

3 Nesse período, foram concedidos 37 apoios a antologias, coletâneas e revistas literárias.

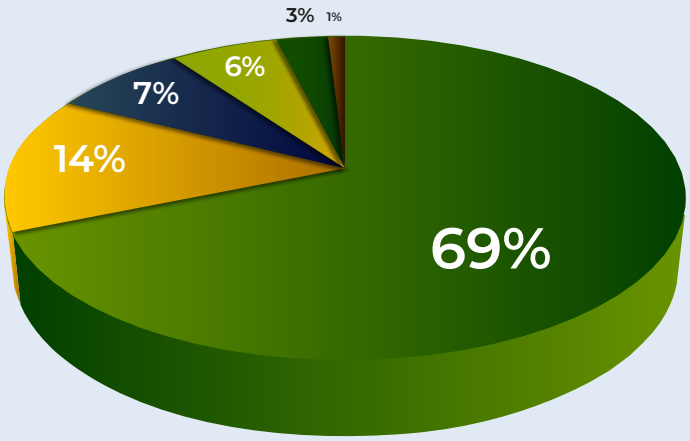
já detêm há muitos anos o reconhecimento internacional, – o grau e o alcance desse reconhecimento poderiam ser passíveis de discussão – cujos livros já foram vertidos para diferentes idiomas. No entanto, com o apoio do Programa, foi possível facilitar traduções inéditas, retraduções e, em poucos casos, a reedição de algumas obras.

Ainda com base nesse quadro, num conjunto de 25 autores, vemos uma maioria de autores vivos e atuantes, de diferentes gerações, o que demonstra a diversidade e a representatividade facilitadas pelo Programa. Entre os autores já falecidos, Hilda Hilst se destaca pelo interesse que vem despertando recentemente, passados mais de quinze anos de sua morte.

A diversidade fica mais clara quando relacionamos os autores com ao menos cinco bolsas no período em uma média de cinco e seis países diferentes, um grupo de 42 autores (Quadro 2). Dentre estes, um terço (Adriana Lisboa, Alberto Mussa, Ana Paula Maia, Andréa del Fuego, Bernardo Carvalho, Bernardo Kucinski, Carola Saavedra, Daniel Galera, João Anzanello Carrascoza, João Paulo Cuenca, Luiz Ruffato, Marcello Quintanilha, Michel Laub, Patrícia Melo, Ronaldo Wrobel) ganhou destaque na cena literária brasileira após Frankfurt 1994, a maioria na década de 2000.

Este verbete é uma das muitas entradas possíveis no universo da literatura brasileira traduzida. É um breve histórico e um enquadramento dos dados fornecidos pelo Programa de Apoio à Tradução da Biblioteca Nacional. Outras abordagens permitiriam diferentes perspectivas, todas necessárias para um amplo balanço dos caminhos da literatura brasileira no exterior, um levantamento profundo e abrangente que ainda está por ser feito.

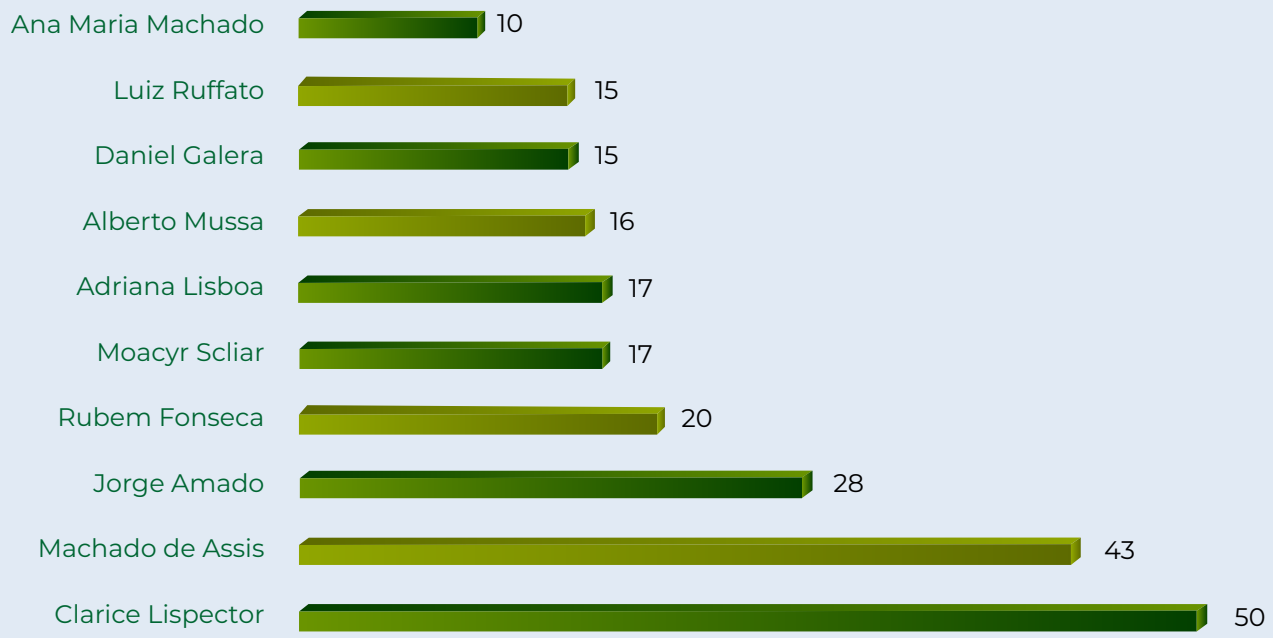
Gráfico 3 - Gêneros apoiados 2010 - 2019



Ficção	658
Não-Ficção*	132
Poesia	73
Literatura infantil e juvenil	58
HQs	29
Teatro	9

*Arquitetura, biografia, cinema, comunição, entrevista, história, reportagem, antropologia, crítica literária, crônica, correspondência, diário, memórias, música, pedagogia, sociologia, teoria teatral.

Gráfico 3 - Bolsas por autor 2010-2019 (Os dez primeiros - total de 42 aoutores)



Programas Estudantes--Convênio (PECs)

Diferentes governos apoiam ações de mobilidade internacional para estudantes e pesquisadores como forma de criar capital humano qualificado e internacionalizado mas, também, para construir relacionamentos positivos com sociedades e governos e estrangeiros. Programas de internacionalização ativa no ensino tomam como pressuposto, entre outras considerações, que seus egressos ocuparão posições em universidades, governos e empresas, muitas vezes estratégicas para interesses nacionais. No caso do Brasil, ações dessa natureza, que podem ser entendidas como componentes da diplomacia da educação, são historicamente vinculadas à diplomacia cultural e têm como um de seus carros-chefes os Programas Estudantes--Convênio (PECs).

Os PECs são programas governamentais brasileiros que permitem a estudantes e pesquisadores estrangeiros vir ao país para realizar cursos de graduação e/ou desenvolver pesquisas científicas em níveis de mestrado e doutorado. Atualmente, o Brasil implementa, por meio dos PECs, acordos de cooperação educacional, cultural ou de ciência e tecnologia com mais de 68 países.

O Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece vagas gratuitas para estudantes estrangeiros que queiram realizar seu curso de graduação no Brasil, com possibilidade de bolsas em casos de alto desempenho ou de necessidade imprevista. Já o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) oferece bolsas completas de mestrado e de doutorado a estudantes estrangeiros que tenham suas propostas de pesquisa aceitas por instituição de ensino superior (IES) brasileira credenciada.

Diferentemente dos programas de intercâmbio nos quais o estudante permanece de seis a 12 meses no país que o recebe, os participantes dos PECs passam todo o curso no Brasil. Isso significa que estudantes do PEC-G vivem, pelo menos, quatro a cinco anos no Brasil, enquanto os do PEC-PG, de dois a quatro anos. Trata-se de imersão de longo prazo nos sistemas de educação superior e de pesquisa brasileiros, mas também na sociedade e na

cultura. Trata-se, por conseguinte, de abrangente e longevo vetor de difusão da língua portuguesa junto a público formador de opinião no exterior.

Os PECs exigem, como critério de seleção dos participantes, a proficiência na língua portuguesa. Para tanto, os candidatos devem apresentar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras, vide o verbete para mais informações). Quando o exame não é aplicado no seu país de origem, o estudante pode fazê-lo no Brasil, caso selecionado para Curso de Português para Estrangeiros (Pré-PEC) em alguma das IES credenciadas, com duração de um ano.

O estímulo de cursar a graduação ou a pós-graduação no Brasil engaja, assim, nacionais de diversos países não lusófonos a aprender o português. O Pré-PEC introduz o idioma aos selecionados nesta modalidade. A esses e a todos os demais, porém, a experiência no país solidifica e amplia sobremaneira esse conhecimento. Os PECs não apenas proporcionam aos participantes oportunidades educacionais, mas também fomentam fortes laços emocionais e profissionais com as instituições brasileiras e com seus nacionais. Por isso, os egressos tornam-se potenciais vetores estratégicos da cultura, do idioma, e da política externa do Brasil em diferentes países.

O objetivo dos programas não é formar capital humano qualificado para absorvê-lo no Brasil. Ao contrário, os PECs preveem mecanismos para incentivar os estudantes a voltarem aos seus países de origem. No caso do PEC-G, o estudante-convênio deve comprovar que possui patrocinador público ou privado com recursos suficientes para custear sua passagem de ida e de volta, bem como para sua manutenção no Brasil durante o período de estudos. Ademais, seu diploma é entregue por intermédio da missão diplomática brasileira no local de origem. Em certos casos, o MRE concede também a passagem aérea de regresso. Já no caso do PEC-PG, a passagem de retorno está incluída nos benefícios da bolsa.

Por isso, mais que programas de cooperação internacional, os PECs são importantes instrumentos de diplomacia. Formam capital humano altamente qualificado enquanto permitem o estabelecimento de relações duradouras entre esses indivíduos e o Brasil, por intermédio de diversos vetores sociais e institucionais. Essa rede qualificada e multidisciplinar de profissionais formados pelo Brasil que atua em diversos países é ativo estratégico e diplomático em uma sociedade cada vez mais interconectada e focada no conhecimento.

Apesar de guardarem semelhanças em seus objetivos macro, os programas têm focos e modos de funcionamento específicos, pela própria diferença entre a graduação e pós-graduação. A graduação tem como objetivo formar profissionais em áreas específicas do conhecimento e, por isso, é primariamente focada na profissionalização para a atuação no mercado de trabalho. Já o mestrado e o doutorado têm como objetivo formar professores e pesquisadores que, durante o curso, necessariamente realizam pesquisas e produzem conhecimento científico como requisito necessário para a obtenção do diploma. Isso explica por que o PEC-G é um programa de vagas, com possibilidade de bolsa em casos específicos, enquanto o PEC-PG é um programa de bolsas integrais. A produção de conhecimento é requisito para obtenção do diploma de pós-graduação *stricto sensu*.

As bolsas do PEC-PG provêm de duas agências de fomento: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), que desempenha papel fundamental na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira com vistas a estimular a formação de recursos humanos de alto nível; e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa. No caso do PEC-G, mesmo que se trate de um programa de vagas, o MRE, o Ministério da Educação e as Instituições de Ensino Superior também oferecem quantidade significativa de bolsas e apoios aos estudantes, seja como estímulo ao mérito individual, seja por dificuldade financeira.

O Brasil tem uma longa história de cooperação internacional em cultura, educação, ciência e tecnologia por meio da assinatura de acordos e convênios bilaterais. Os primeiros acordos bilaterais que tratam desses temas foram assinados ainda na década de 1930 e eram denominados muitas vezes como acordos culturais (FERREIRA; OLIVEIRA, 2020).

A palavra "cultural" pode levar a uma interpretação equivocada dos objetivos dos documentos, criando a ideia de que ciência e educação não estavam diretamente em seu escopo. No entanto, nos textos dos acordos, as palavras "ciência" e "científica" eram expressamente utilizadas em conjunto com a ideia de cooperação entre "universidades" e "pesquisadores", como instrumentos para criar um terreno comum e gerar entendimento mútuo entre os países. Os acordos culturais, portanto, abarcavam explicitamente, além da cultura e da educação, a ciência e a tecnologia.

Essa perspectiva está de acordo com a noção francesa de cultura, a qual inclui a política universitária, a política científica e a difusão linguística (RUFFINI, 2018). Este fato torna importante salientar a grande influência francesa, especialmente por meio de sua diplomacia cultural, no sistema educacional brasileiro durante as décadas de 1920 e 1940 (SUPPO, 2000), que é contemporânea à assinatura dos primeiros acordos culturais – o que parece explicar a perspectiva adotada naqueles documentos.

Os primeiros acordos culturais brasileiros foram firmados com outros países latino-americanos e serviram como verdadeiros instrumentos a serviço da integração, da estabilização, e da busca de desenvolvimento na região, no início do século passado. A política de celebração de acordos culturais e de acolhimento de estudantes internacionais aparece de forma realmente consistente na década de 1960, quando também surge a preocupação de vinculá-los aos interesses políticos e econômicos do país. Em 1964, a Comissão Educacional do MRE passou a ressaltar, em comunicações internas, a orientação política desses acordos culturais e das bolsas, afirmando o Itamaraty como organismo político que se preocupa com a educação como *meio* de promoção da política externa e não como fim em si (FERREIRA, 2019).

A intensificação da assinatura de acordos dessa natureza fez crescer consideravelmente a quantidade de alunos estrangeiros que vinham estudar no Brasil. Por isso, na década de 1960, surgiu a ideia da criação de um programa que desse conta de regulamentar a situação dos alunos que chegavam por esses

convênios no Brasil, unificando suas condições e garantindo que as universidades lhes dessem tratamento semelhante. Com tais objetivos, o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) foi oficialmente instituído pelo Decreto nº 55.613 (1965), funcionando como um guarda-chuva legal para acordos culturais bilaterais. Importante observar que, mais que tratar de questões de gestão, o programa objetivava padronizar e integrar a política externa educacional aos interesses políticos e econômicos do país, em uma perspectiva estratégica.

Atualmente, o PEC-G é regido pelo Decreto nº 7.948 (2013), que revogou o diploma legal de 1965 e foi concebido para dar mais força jurídica à sua regulamentação. O Programa é atualmente administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DTED), e pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas de todo o país, que oferecem vagas (atualmente, 122 instituições).

Já o PEC-PG foi oficialmente instituído por um protocolo em 1981 e atualizado em 2006. No presente, é administrado por três órgãos: o MRE, por meio da DTED; o MEC, por meio da CAPES; e o MCTI, por meio do CNPq. Tradicionalmente, os PECs focam em países em desenvolvimento e servem de guarda-chuvas aos acordos bilaterais celebrados pelo Brasil – importante informação para entender o mecanismo dos programas. O decreto PEC-G, contudo, não restringe o envolvimento de outros países e, com isso, abre espaço à agenda de política externa na definição dos participantes, indicando que os programas funcionam como instrumentos políticos.

Em suma, ainda que os protocolos de detalhamento das regras dos PECs indiquem que seu principal objetivo é auxiliar na formação de recursos humanos de outros países, declarações, princípios da cooperação e documentos históricos do Itamaraty autorizam o entendimento do PEC-G e do PEC-PG como programas que não têm *apenas* objetivos assistenciais. Pelo contrário, são capazes de contribuir significativamente para o posicionamento do Brasil na arena externa através de seus egressos.

O fato de que os candidatos aos programas podem escolher entre todas as áreas do conhecimento e entre instituições de ensino superior de todos os estados brasileiros, somado ao mais de meio século de existência, garante aos PECs grande estabilidade institucional e resultados verdadeiramente impressionantes.

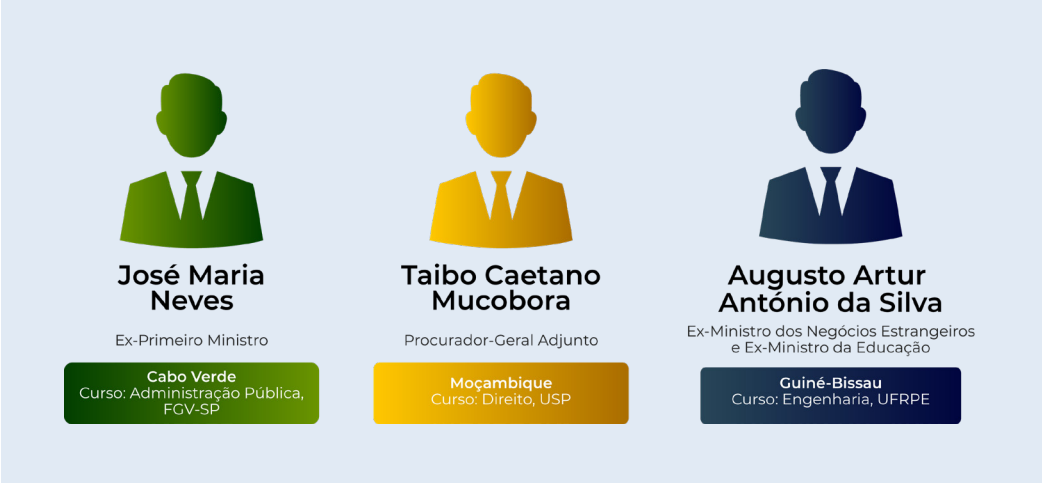
Os dados disponíveis compilados pelos ministérios diretamente envolvidos na administração dos programas são relativamente contemporâneos às atualizações dos respectivos marcos legais. Desde o ano 2000, o PEC-G já abriu 11.302 vagas para estudantes estrangeiros se profissionalizarem em cursos de graduação brasileiros, tendo concedido, entre todas as modalidades, 8.619 bolsas para estudantes-convênio; enquanto o PEC-PG concedeu 3.027 vagas com bolsas para pesquisadores graduados realizarem suas pesquisas em níveis de mestrado e doutorado em instituições brasileiras.

Os dados do MRE/DELP, MCTIC/CNPq e MEC/CAPES mostram que, de 2000 a 2021, aproximadamente 15 mil pessoas provenientes de diversos países da América Latina, África e Ásia se profissionalizaram e/ou realizaram suas pesquisas no Brasil por intermédio dos PECs.

Outro dado relevante é a diferença entre a concentração na distribuição geográfica de cada programa: enquanto 61,2% dos estudantes-convênio do PEC-G são provenientes do continente africano, no PEC-PG 68% dos estudantes-convênio são oriundos de países latino-americanos.

No caso do PEC-G, alguns países se destacam – como Cabo Verde, com 3.225 admissões, e Guiné-Bissau, com 1.446. Entre os dez países que ocupam o topo do *ranking*, sete são africanos e, entre esses, quatro são Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Ainda que não se possa afirmar, nesses casos, que o PEC cumpriu papel na difusão da língua, certamente contribuiu para reforçar a coesão entre os países lusófonos – o que, em si mesmo, é também aspecto determinante na construção do português como língua pluricêntrica.

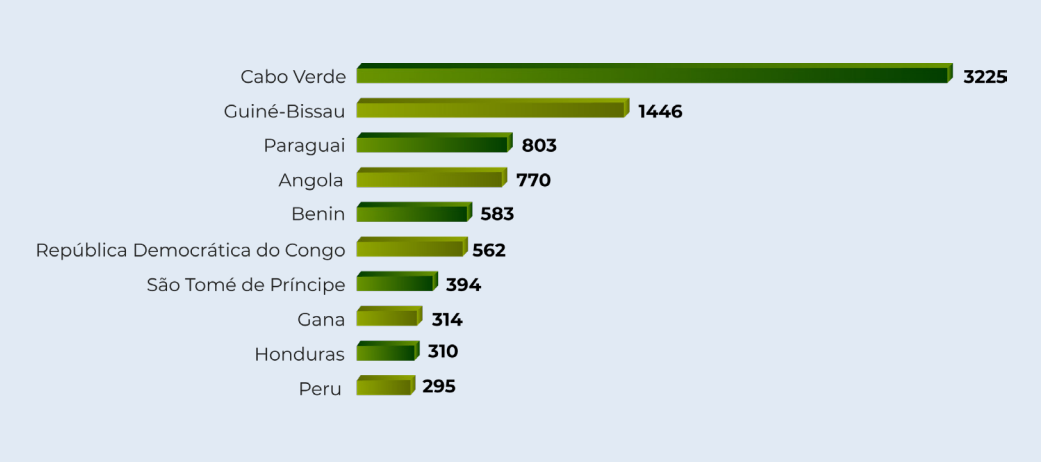
Exemplos de egressos ilustres dos PECs, oriundos de países lusófonos



Fonte: Adaptado pelos autores das *Diretrizes para a Cooperação Educacional Brasileira*

Excluindo-se os PALOPs e o Timor-Leste (países lusófonos), 5.051 estrangeiros oriundos de países em que a língua oficial não é o português puderam cursar graduação no Brasil por meio do PEC-G. Para isso, ou estudaram português no Brasil por intermédio do Pré-PEC, ou tiveram de confirmar, no momento do ingresso, suficiente nível de fluência. Ao regressar, levaram consigo, além do convívio em imersão com o idioma ao longo dos anos, o papel de vitrines da língua e das culturas a ela relacionadas. Destaque-se, neste caso, a participação de países da América Hispânica no Programa, como Paraguai, Honduras e Peru.

Gráfico 1 – Número de admissões em cursos de graduação brasileiros pelo PEC-G - por país (10 primeiros)

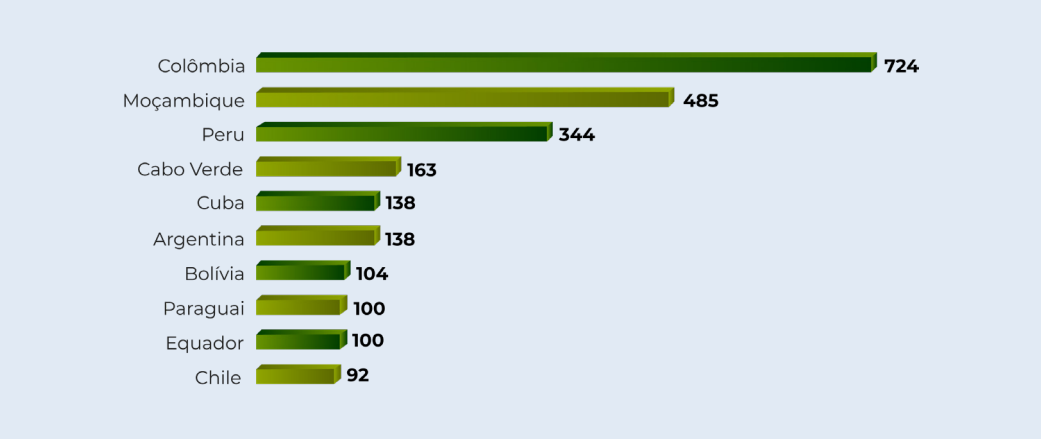


Fonte: Elaboração dos autores.

Por seu particular potencial multiplicador, os estudantes e formados em Letras merecem registro especial. Nos últimos dez anos, quase 100 estrangeiros concluíram este curso por meio do PEC-G; outros 33 estão cursando no momento em que este artigo é produzido. A origem dos selecionados para Letras distribui-se por 23 países, o que dá ideia da capilaridade do interesse. Anualmente, sobram vagas em cursos de Licenciatura em Letras-Português nos editais do PEC-G, o que sugere potencial para que, identificadas novas fontes financiadoras, a contribuição do programa na difusão da língua venha a ser ainda maior no futuro.

Na pós-graduação (Gráfico 2), o panorama numérico demonstra, de maneira igualmente clara, o papel dos PECs como difusor indireto da língua: entre os dez países com maior participação, apenas dois têm o português como língua oficial, Moçambique e Cabo Verde. Colômbia, com 724 bolsas outorgadas lidera o *ranking* do número de matrículas PEC-PG. Todos os demais países que se destacam em número de participantes no PEC-PG têm o espanhol como idioma principal.

Gráfico 2 –PEC-PG: Número de bolsas concedidas pelas agências de fomento brasileiras (CAPES/CNPq) - por país (10 primeiros)

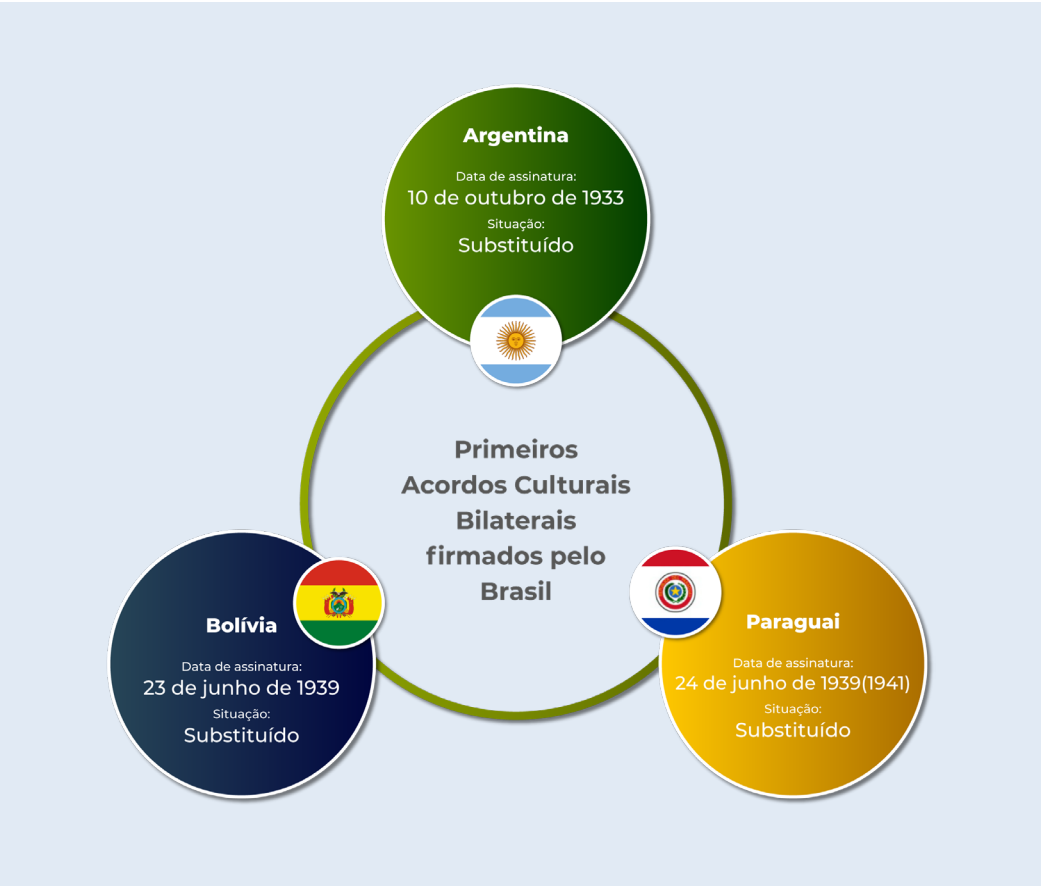


Fonte: Elaboração dos autores.

Os números mostram, igualmente, a significativa rede qualificada criada pelos PECs. Essa rede tem alto potencial de impacto estratégico a ser utilizado em favor da política externa. Os ex-alunos são, afinal, público-alvo e divulgadores potencialmente interessados em práticas culturais brasileiras no exterior, sejam elas realizadas ou não em instituições pertencentes à rede de ensino do Itamaraty. Ao menos em 15 países há registro da formação de associações de ex-alunos, por definição, falantes de português. Com isso, abrem-se canais com governos e sociedades locais e sai fortalecida a internacionalização do ensino superior brasileiro.

Ao longo dos anos, os PECs consolidaram-se como um instrumento de construção de redes qualificadas que possuem fortes laços com o Brasil e se tornam cada vez mais estratégicas em um mundo no qual a capacidade institucional e o capital humano qualificado são cruciais para o desenvolvimento. E o que torna o PEC *sui generis* é o fato de transitar entre a educação superior para a profissionalização dedicada ao mercado e a formação de pesquisadores mestres e doutores. Essa característica o transforma em um vetor não apenas para a diplomacia da cultura e da educação, mas também para a da ciência e a da inovação.

O alcance tanto territorial como temático dos PECs, demonstrado nos números impressionantes de participantes, de países de origem e de áreas cursadas, expressam a grande capacidade de difusão da cultura e do idioma para formadores de opinião estrangeiros que podem ocupar posições estratégicas no mundo, ao atuarem como vetores e multiplicadores. Essas características, somadas ao longo tempo de existência dos programas, coloca os PECs como instrumentos-chave da diplomacia brasileira na sociedade do conhecimento e da informação.


Argentina
Data de assinatura:
10 de outubro de 1933
Situação:
Substituído
Primeiros Acordos Culturais Bilaterais firmados pelo Brasil
Bolívia
Data de assinatura:
23 de junho de 1939
Situação:
Substituído
Paraguai
Data de assinatura:
24 de junho de 1939(1941)
Situação:
Substituído

Diplomacia Cultural
Diplomacia da Inovação
A Comple-mentaridade entre a Diplomacia da Cultura, da Educação, da Ciência e da Inovação no Brasil
Diplomacia Científica
Diplomacia da Educação PECs

Referências

BRASIL. Decreto n° 55.613, de 20 de janeiro de 1965.

BRASIL. Decreto n° 7.948, de 12 de março de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)*. Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/Protocolo_PECPG.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2019). *Diretrizes para a Cooperação Educacional*.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48 n. 1, p. 178-213, 2005.

FERREIRA, Gabriela Gomes Coelho. *Brazilian educational diplomacy: PEC-G and PEC-PG as foreign policy tools*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais – Universidade de São Paulo, 2019.

FERREIRA, Gabriela Gomes Coelho; OLIVEIRA, Amancio Jorge Nunes Silva de. (2020). Da Diplomacia da Ciência à Diplomacia da Educação: o caso brasileiro. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 54, p. 90 - 104, jun. 2020. ISSN 2178-8839. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/100750>. Acesso em: 19 dez. 2020.

GRANATO, Leonardo. As relações bilaterais argentino-brasileiras no quadro da integração regional: de um quadro de rivalidade ao despertar de uma efetiva cooperação. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 1, n. 2, p. 67-93, 2012.

INNSCIDSP (2019). *São Paulo framework of innovation diplomacy.* São Paulo: IRI-USP: IEA-USP: FAPESP. Disponível em: <www.innscid.com>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ONU (1978). *Buenos Aires Plan of Action for Promoting and Implementing Technical Co-operation among Developing Countries*. Documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Documento A/CONF.79/13/Rev.1. Disponível em: <https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/CONF.79/13/Rev.1>. Acesso em: 1 mar. 2021.

RUFFINI, Pierre-Bruno. *Science Diplomacy: a new dimension of international relations.* Cham, Switzerland: Springer, 2017.

S4D4D. *Madrid Declaration on Science Diplomacy.* Madrid: S4D4C, 2019.

SANTOS, Raquel Paz dos. Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 355-375, 2009.

SUPPO, Hugo Rogélio. *La Politique culturelle française au Brésil 1920-1930.* Tese de Doutorado em História – Université Paris III Sorbonne-Nouvelle, Paris, 2000.

THE ROYAL SOCIETY, & AAAS. (2010). *New frontiers in science diplomacy*. Disponível em: <https://royalsociety.org>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Propostas curriculares

Propostas curriculares são documentos, em geral de natureza oficial, por meio dos quais se estabelecem parâmetros ou referenciais na área de educação para os diversos campos do conhecimento., Podem ser, portanto, considerados documentos de política educacional, publicados por governos, em âmbitos distintos de poder, de acordo com cada país, podendo ser municipal, estadual ou federal, no caso do Brasil.

Podem apresentar variação na denominação, mas geralmente os termos que os designam operam em relação de sinonímia, mesmo que com alguma nuance de ordem semântica. Assim, podem ser caracterizados como proposta, referencial, guia, parâmetro, base, com acréscimo do descritor *curricular.*

Embora a relação de sinonímia permita o reconhecimento do aspecto orientador de tais documentos, a denominação *proposta* reforça em sua própria etimologia o caráter propositivo.

Na área de línguas, uma proposta curricular amplia a perspectiva de política educacional para abarcar o aspecto linguístico, alcançando assim o caráter de política linguística, essencial para orientação em relação à estruturação de objetivos, bases teóricas (incluindo concepções de língua e linguagem, bem como concepções de ensinar e aprender línguas), conteúdos e materiais didáticos, procedimentos pedagógicos e avaliação, oferecendo respostas a necessidades e demandas contextuais.

Sob essa perspectiva, a coleção "Propostas curriculares para o ensino de português no exterior" representa uma significativa contribuição do Brasil para a difusão do português. Iniciativa do Departamento Cultural e Educacional, do Ministério das Relações Exteriores, a coleção constitui um forte elemento de política linguística do governo brasileiro, de caráter estruturante, que inicialmente visa contribuir de forma direta para harmonizar e aprimorar o trabalho nas suas unidades de ensino do idioma, possibilitando o desenvolvimento de um

projeto teórico-metodológico arrojado, ancorado em pressupostos contemporâneos de ensino e aprendizagem de línguas.

As propostas foram elaboradas para possibilitar o desenvolvimento de harmonização da estrutura curricular, de conteúdos e materiais didáticos, bem como de práticas pedagógicas dos cursos de português oferecidos pela Rede de Ensino do Itamaraty, levando em consideração aspectos contextuais. Essa rede, criada há aproximadamente 80 anos, é constituída por centros culturais e núcleos de estudos (conferir verbete específico nesta publicação), além de leitorados (outro verbete específico) e atende elevado número de alunos anualmente, em distintos países, o que a posiciona como instituição de atuação direta e relevante na difusão do idioma em diferentes contextos geográficos, sociolinguísticos e educacionais.

Atualmente essa rede conta com 24 Centros Culturais, 4 Núcleos de Estudos, 1 Espaço Brasil e 32 leitores (o número de leitores passa por atualização a cada edital de seleção de novos profissionais). A atuação se dá em contextos linguísticos (países) que abrangem 15 idiomas oficiais distintos, além de outras línguas maternas em situações específicas, nem sempre alçadas à oficialidade. Considerando dados de 2020 foram atendidos 9.508 alunos. Em ambiente cronológico pré-pandêmico o número de alunos aproximou-se de 20 mil.

As propostas foram planejadas e desenvolvidas para atender de forma específica as necessidades, demandas e características do trabalho dos centros culturais e dos núcleos de estudos, mas poderão igualmente atender os contextos de leitorado, quando não houver programas previamente estabelecidos pelas instituições anfitriãs dessa modalidade de ação educacional relacionada à difusão do idioma e da cultura.

Dada a amplitude propositiva e teórico-reflexiva bem como o caráter de guia referencial dos documentos, eles não se restringem, entretanto, aos contextos da Rede de Ensino do Itamaraty, mas se adequam também a outros contextos. Portanto, eles poderão ser utilizados por profissionais e distintos agentes educacionais de outras instituições, em outros cenários e ambientes de ensino do português como língua estrangeira, constituindo contribuição para o fazer docente e para o desenvolvimento de pesquisas, principalmente aquelas voltadas ao aprimoramento da prática pedagógica e dos processos de ensino e aprendizagem na área.

Nessa perspectiva, o conjunto de propostas curriculares apresenta-se como um referencial estruturante, não somente em relação às características da oferta de cursos e, portanto, ao funcionamento logístico das unidades do Itamaraty no ensino do idioma, mas também como referencial teórico-metodológico para o trabalho de difusão do português em outros países, de maneira geral, e até mesmo para o ensino de português a estrangeiros em instituições no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa pioneira do Brasil, que atende necessidades de sua Rede de Ensino, mas que responde também a uma demanda educacional mais ampla da área de português como língua estrangeira.

Em pesquisa de doutorado com foco na formação de professores para esse campo profissional, Izaki Gómez (2018) evidencia essa demanda e aponta a falta de parâmetros curriculares como uma importante necessidade a ser suprida. Afirma a autora que "(...) o Brasil ainda não dispõe de parâmetros de orientação para o

ensino e aprendizagem de PLE/L2" e, conforme ela indica, no contexto brasileiro o Exame Celpe-Bras "tem adquirido *status* de expressivo orientador das práticas em PLE, dentre outros aspectos, por sua natureza comunicativa e por suas tarefas", mas ressalta ela que "*[s]e o país dispusesse também de parâmetros de orientações para o ensino de PLE/L2, a área se fortaleceria ainda mais e se firmaria como campo de pesquisa e de atuação profissional de/para PLE/L2.*" (IZAKI GÓMEZ, 2018, p. 48, ênfase acrescentada para este texto).

A percepção dessa pesquisadora corrobora posições acadêmicas apontadas também por outros autores e que são por ela retomadas, ao indicar que

> [d]e acordo com Schoffen e Martins (2016, p. 271-272), há um contraste entre a demanda pelo ensino e aprendizagem de PLE e *a falta de políticas linguísticas que estabeleçam parâmetros orientadores para esse ensino*. Embora haja documentos orientadores para o ensino de português língua materna, como os PCNs, a LDB e as OCEM (...), não há em nenhum deles orientações para o ensino de PLE. Para Schoffen e Martins (2016, p. 272), a ausência de parâmetros para essa especialidade de ensino faz crescer *a necessidade cada vez maior sentida pelos profissionais da área de orientações oficiais para o balizamento do ensino, o desenvolvimento de material didático e o estabelecimento de progressão curricular*. (IZAKI GÓMEZ, 2018, p. 75, grifo da autora).

Essas considerações reforçam a relevância do conjunto de Propostas Curriculares do Itamaraty, uma vez que elas podem ser utilizadas como parâmetros norteadores para contextos diversos, além daqueles correspondentes aos de sua rede de ensino. Nesse sentido, a coleção pode ser também caracterizada como instrumento de política linguística para o ensino de português língua estrangeira, contribuindo para evidenciar e reforçar a relevância da área e do trabalho central que ela representa na difusão do idioma e de culturalidades (ABDALLAH-PRETCEILLE, 2006) a ele relacionadas.

Alinhados às tendências contemporâneas de ensino-aprendizagem de línguas, os documentos trazem como pontos em comum, o fato de serem norteados por concepções que evidenciam a compreensão de língua(gem) sob uma perspectiva discursiva e como elemento de prática social. Em relação aos processos de ensino-aprendizagem, verifica-se uma perspectiva interativa, em que as ações linguageiras são concebidas como atividades sociais, tendo as experiências de uso como elementos favorecedores ao desenvolvimento de práticas interculturais.

A coleção é composta atualmente por seis documentos que buscam atender e responder às necessidades e especificidades contextuais e aos propósitos de ensino-aprendizagem. Em 2020 foram publicados cinco deles, a saber:

1) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de Língua Oficial Espanhola;
2) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de Língua Oficial Portuguesa;
3) Proposta Curricular para o Ensino de Português para Praticantes de Capoeira;

4) Proposta Curricular para Cursos de Literatura Brasileira nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty no Exterior; e
5) Proposta Curricular para o Ensino de Português como Língua de Herança.

Em 2021, há previsão de lançamento de mais quatro documentos (referidos a seguir), sendo que o primeiro deles já se encontra em versão de circulação interna e por essa razão já pode ser considerado integrante da coleção.

6) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Contextos de Línguas de Média Distância;
7) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Contextos de Línguas Distantes;
8) Proposta Curricular para o Ensino de Português em Ambiente Virtual nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty; e
9) Proposta Curricular para o Ensino de Literatura Infanto-Juvenil nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty.

Conforme suas denominações, as propostas estão relacionadas a contextos e/ou propósitos específicos do ensino de português no exterior.

Na sequencia serão apresentadas, de forma sucinta, as cinco propostas já publicadas e a que se encontra em fase de finalização.

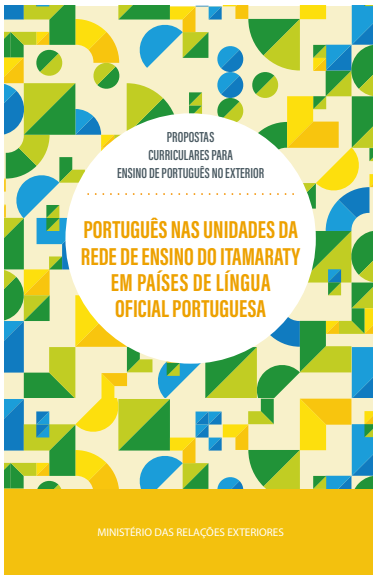
1) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de Língua Oficial Espanhola

A *Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de Língua Oficial Espanhola* configura-se como guia referencial de estruturação da oferta de cursos e também como recurso teórico-metodológico orientador do trabalho pedagógico na difusão do idioma nos contextos de interface com o espanhol.

Para sua elaboração foram analisados e considerados dados de natureza diversa relacionados à oferta de cursos e à atuação dos Centros Culturais Brasileiros sediados em onze países.

Levando em consideração a proximidade tipológica entre os dois idiomas, a proposta reveste-se também de caráter formativo para docentes que atuam nesses contextos, apresentando considerações teóricas embasadoras do referencial curricular e que são relevantes para o fazer pedagógico no ensino do português para hispanofalantes.

2) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de Língua Oficial Portuguesa



Na *Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de Língua Oficial Portuguesa*, partiu-se do reconhecimento do português como língua pluricêntrica e da compreensão do seu ensino nas unidades da rede nesses países, como uma experiência de interação entre variantes e variedades do idioma, em convivência com outra(s) língua(s) local(is).

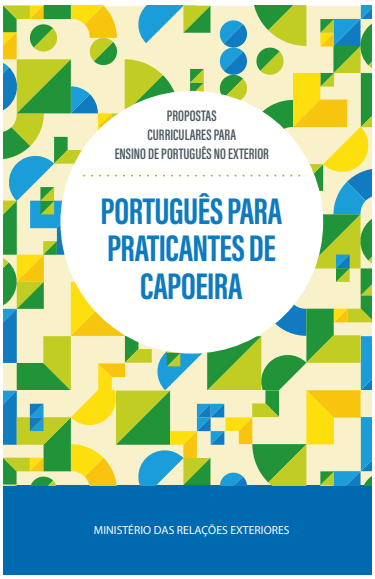
Fortemente apoiada na dimensão da interculturalidade, que também norteia as demais propostas, verificou-se como adequada, no caso dos contextos de países de língua oficial portuguesa, a utilização de "português como língua intercultural" para a denominação dos cursos, pelo reconhecimento de um contexto em que o termo intercultural vai além da compreensão que ele apresenta, de forma geral, na área de ensino, e alcança uma perspectiva diplomática, de diálogo intercultural no âmbito de uma mesma língua, pluricêntrica, que reúne um conjunto de países em uma Comunidade (CPLP). Nesse contexto, e de forma específica nos países aos quais a proposta se refere, a interface de contato linguístico se dá entre variantes e variedades do mesmo idioma, na convivência com outras línguas locais, e engloba questões de identidade manifestadas nas diferenças, mas também reconhecidas em percepções de pertencimento derivadas da aproximação que já se realiza por

meio da música, da literatura, das telenovelas, de histórias em quadrinhos, entre outras formas de interação, e que reverberam em várias instâncias sociais de usos do idioma e de atitudes de identificação em relação a ele, como apontam distintas vozes nos depoimentos que constituem este Panorama.

A expectativa é que essa perspectiva permita aos alunos o engajamento na reflexão e na discussão de questões históricas, sociais e políticas que cercam a constituição da língua e o processo educacional nela realizado, o que possibilitará o estabelecimento de conexão entre conhecimentos e contextos. Nesse sentido, a proposta contempla espaços e práticas que favorecem a reflexão sobre usos do idioma em sua diversidade social e geográfica geral e, de maneira particular, em relação às características específicas do português do Brasil e dos contextos dos aprendizes.

Para a construção da proposta, levou-se em consideração o resultado de encontro com professores e diretores de centros culturais e de núcleos de estudos brasileiros situados em países de língua oficial portuguesa, o que permitiu contar, portanto, com a participação desses profissionais no desenvolvimento do documento e considerar as variáveis e as características contextuais, que incluem uma rica paisagem multilíngue e a hibridização do português.

3) Proposta Curricular para o Ensino de Português para Praticantes de Capoeira



Essa proposta constitui material de apoio didático para fins específicos, que busca contemplar tanto aqueles que queiram apenas conhecer o vocabulário das cantigas como também os que desejam estabelecer uma comunicação básica em português, em contextos da capoeira ou em outros.

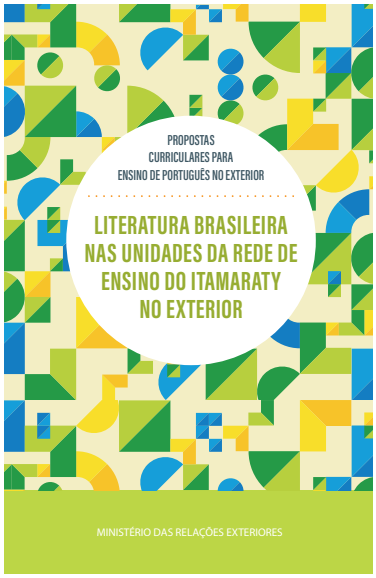
Praticada atualmente em mais de 160 países, a capoeira representa uma expressão cultural brasileira de forte reconhecimento no exterior constituindo, portanto, um elemento significativo de diplomacia cultural do país. A prática dessa manifestação cultural, por sua vez, está relacionada com a língua portuguesa, pois requer o uso do idioma, e especificamente com as características do português do Brasil. Devido

a essa relação entre a capoeira e o idioma, não é incomum encontrar, em outros países, grupos de capoeiristas praticando essa arte e manifestando-se em língua portuguesa das ladainhas, dos cantos e corridos. Nessa prática, o uso do português ocorre de maneira informal e muitos dos praticantes estrangeiros, em geral não compreendem o sentido dos cantos que estão entoando.

Ainda com relação ao idoima, cabe salientar, como afirmam diversos autores, entre os quais se destaca Andrade (2012), que o português veiculado na capoeira representa uma forma de expressão que se desenvolveu a partir de vozes periféricas e se vincula a uma atitude de resistênia construída socio-historicamente. Segundo esse autor, "[n]a sua performance, em jeito de brincadeira, são relembrados temas como a escravidão, as estratégias de resistência e negociação negras no Brasil e as peculiaridades de um jeito de jogar e expressar alegria" (ANDRADE, 2012, p.159). Conforme apontado no texto da própria proposta curricular (p. 14), "[a] capoeira carrega na sua memória cultural e linguística a história de resistência afro-brasileira."

Levando em conta, então, a sua projeção internacional e a consequente necessidade de uso do português em sua prática, foi desenvolvida essa proposta curricular, como um referencial para a oferta de cursos direcionados a essa especificidade, visando capacitar praticantes estrangeiros a usarem e compreenderem melhor o idioma durante a execução de atividades, além de explorar outros aspectos e conteúdos linguísticos que possibilitem capacitá-los, pelo menos em nível básico, para interações com mestres e demais praticantes de capoeira, ou ainda com outros interlocutores.

4) Proposta Curricular para Cursos de Literatura Brasileira nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty no Exterior



Essa proposta constitui um referencial sistematizado para o trabalho pedagógico com a literatura brasileira em cursos com foco específico no texto literário ou para sua exploração em cursos regulares do idioma, na área de português como língua estrangeira (PLE). Ela foi elaborada para professores envolvidos em atividades de

ensino vinculadas à Rede de Ensino do Itamaraty, mas assim como as demais, o seu alcance pode ser bem mais amplo. Por ser um documento de natureza abrangente, a proposta pode contribuir para o trabalho com a literatura também em outros contextos de ensino de PLE, permitindo uma exploração organizada de suas potencialidades.

O texto literário potencializa o contato com a língua estrangeira e a interação com aspectos sociais, temáticos e estéticos, representativos de suas culturas. Essa proposta contribui, portanto, de forma significativa para a exploração da literatura brasileira em contextos de ensino de português como língua estrangeira, o que possibilita aos aprendizes a interação com elementos da diversidade cultural brasileira.

O documento tem caráter formador no sentido de possibilitar a professores de português como língua estrangeira a ampliação de conhecimento sobre o potencial da literatura no ensino do idioma. No plano pedagógico, a proposta apresenta diretrizes metodológicas com descrição sistematizada e sugestão de atividades, respaldadas em aspectos teóricos e operacionais, com indicação de textos literários e classificação de obras de acordo com níveis de proficiência dos aprendizes, constituindo-se como um referencial orientado para a prática docente em relação à literatura brasileira, nos mais diversos contextos de ensino de PLE.

Leva-se em consideração nessa propsota, com foco especial, o projeto *Estante básica de literatura brasileira da Rede de Ensino do Itamaraty*, já implementado em alguns Centros Culturais e que consiste em um conjunto de cem obras literárias e de referência, consideradas representativas do patrimônio literário do país, abrangendo desde suas origens até o século XXI.

5) Proposta Curricular para o Ensino de Português como Língua de Herança

Tendo por objetivo contribuir para a sistematização de atividades no ensino de portugues como língua de herança, essa proposta apresenta uma estrutura de apoio que permite auxiliar nas diversas fases do trabalho, incluindo o planejamento

de atividades, a definição de conteúdos e a elaboração de materiais, bem como procedimentos metodológicos e processos de avaliação.

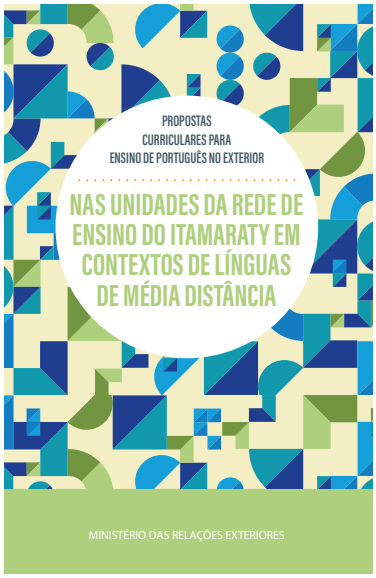
Dado o seu caráter de proposta, não se espera que o documento seja prescritivo, mas que ele possa servir como norteador para atender objetivos e especificidades, de acordo com necessidades e demandas contextuais.

Sua publicação leva em conta as complexidades e os desafios que a área representa e o reconhecimento do esforço expressivo e do trabalho construtivo e relevante que já vem sendo desenvolvido em diversos países, pelo empenho de vários agentes, atuando de forma individual ou em instituições, incluindo, portanto, associações, escolas, conselhos, grupos, pais, professores, educadores em geral, entre outros.

Tendo como base outros documentos referenciais, bem como a prática em desenvolvimento em diversos contextos e resultados de investigação sobre o tema, a proposta é adequada para uso por variadas instituições, além das unidades da Rede de Ensino do Itamaraty. A referida adequação é confirmada pelo fato de essa proposta ser a que apresenta o mais alto número de descarregamentos entre os volumes da coleção, de acordo com estatísticas da Biblioteca da FUNAG.

O objetivo final é que essa proposta possa contribuir para ampliar o desenvolvimento linguístico-comunicativo dos falantes de herança, os "herdeiros" (conforme sugestão terminológica feita por Bruno Miranda Zétola em 2019, em comunicação pessoal, para caracterizar os falantes de herança), tanto em relação à identidade cultural, quanto às competências na interação com o português e em português.

6) Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Contextos de Línguas de Média Distância



Entre os documentos com lançamento previsto para 2021, a *Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Contextos de Línguas de Média Distância* já se encontra em versão de circulação interna, o que permite descrever sua caracterização geral.

Uma parte das Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty localiza-se em países cujas línguas se caracterizam, aproximadamente, como de média distância tipológica em relação ao português, alcançando posições de maior ou menor grau em um espectro operacional básico, além de algumas especificidades contextuais complementares. Esses contextos abrangem os idiomas italiano, francês, crioulo haitiano, inglês, holandês, finlandês, árabe e hebraico, sendo que no caso destes três últimos, identifica-se a possibilidade de uso do inglês como idioma de mediação, quando necessário, nos ambientes de ensino de Centros Culturais ou em outros.

Com o objetivo de atender e responder às demandas e especificidades do ensino do idioma nesses contextos, foi desenvolvida esta proposta que também se caracteriza como um documento orientador para a estruturação dos cursos e como norteador para o desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Apresentando discussões contemporâneas a partir da noção de ensino comunicativo, são levadas em consideração decisões anteriores do conjunto de propostas do Itamaraty, destacando-se a percepção de unidade entre língua e cultura, a compreensão do português como língua de alcance internacional e de produção de literatura, cultura e ciência, bem como a necessidade de interoperabilidade no funcionamento estrutural das unidades de ensino quanto à oferta dos cursos regulares.

Pela natureza abrangente de seu conteúdo, esta proposta também poderá ser utilizada em outros contextos de ensino de português como língua estrangeira, em que a(s) língua(s) de interface pode(m) ser considerada(s) de média distância em relação à língua portuguesa.

Os arquivos referentes às propostas já publicadas podem ser baixados gratuitamente a partir do portal da Biblioteca da Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, conforme acesso indicado nas referências.

O conjunto, que atualmente conta, então, com seis propostas curriculares (além de outras três, em fase de elaboração e que visam atender às demandas e especificidades complementares), teve as cinco primeiras disponibilizadas em versão digital, no portal da FUNAG, em 15 de abril de 2020 e oficialmente publicadas em 05 de maio desse mesmo ano, coincidindo com a celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa. Esses cinco documentos foram disponibilizados também em outras plataformas e a versão impressa das publicações foi encaminhada a diversas instituições, incluindo os Centros Culturais, e a variados agentes e profissionais.

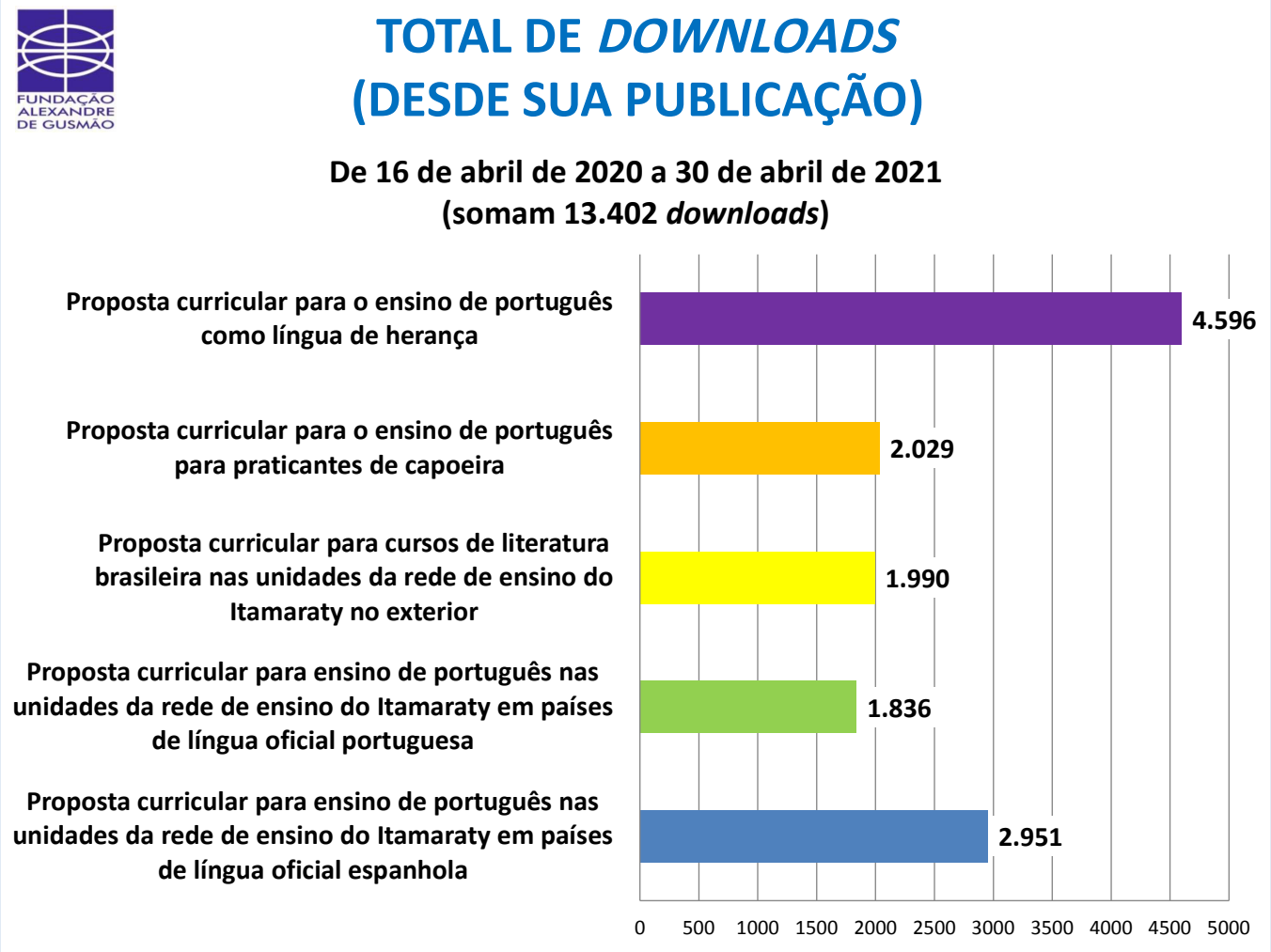
Considerando um período de nove meses (abril a dezembro) do ano de seu lançamento, verificou-se, conforme registro de acessos, um total preciso de 11 mil descarregamentos dos arquivos das propostas, perfazendo média mensal de 1.222. Se considerado o período até fevereiro de 2021, o total foi 12.141, contabilizando média mensal de 1.103 descarregamentos.

Esses dados indicam e confirmam a abrangência e a relevância das propostas como instrumentos e ação de política linguística do Brasil para a difusão do português, assim como referenciais curriculares para a área.

Essa coleção, que consiste em desdobramento das *Diretrizes para Difusão do Português pelo Brasil no Exterior* (documento de 2018, do Departamento Cultural e Educacional do Ministério das Relações Exteriores – com a terceira edição datada de 2019),

representa um esforço governamental e acadêmico com vários alcances, pois beneficia agentes diversos (professores, aprendizes, coordenadores pedagógicos, elaboradores de materiais, gestores educacionais, entre outros) envolvidos no ensino e aprendizagem de português em distintos contextos, e contribui, portanto, diretamente no sentido de aprimorar a institucionalização da área, em âmbito geral, além de favorecer processos e procedimentos para que o funcionamento das unidades do Itamaraty no exterior seja norteado pelo que indica sua denominação: uma rede de ensino.

Nesse sentido, reforça-se o caráter estruturante da coleção, que engloba como desdobramento do processo de harmonização curricular em suas unidades a elaboração de material didático (atividade em desenvolvimento e que já conta com graus específicos de sistematização e produção) e ações visando o desenvolvimento de certificação de proficiência (em fase de planejamento).



Referências

ABDALLAH-PRETCEILLE, Martine. Interculturalism as a paradigm for thinking about diversity, *Intercultural Education*, p. 475-483, 2006.

ANDRADE, B. A. Configurações lusófonas: uma peculiar lusofonia a partir da internacionalização da capoeira, do seu conteúdo cultural e da especificidade do uso da língua portuguesa. *Revista Angolana de Sociologia* [*On-line*], 10, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ras/282>. Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL. *Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Contextos de Línguas de Média Distância.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2021. (versão de circulação interna)

BRASIL. *Proposta Curricular para Cursos de Literatura Brasileira nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty no Exterior.* Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Cartilha%203-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. *Proposta Curricular para o Ensino de Português como Língua de Herança.* Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Cartilha%205-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. *Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de L*íngua Oficial Espanhola. Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Cartilha%201-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. *Proposta Curricular para o Ensino de Português nas Unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em Países de L*íngua Oficial Portuguesa. Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Cartilha%202-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. *Proposta Curricular para o Ensino de Português para Praticantes de Capoeira.* Brasília: FUNAG, 2020. Disponível em <http://funag.gov.br/biblioteca/download/Cartilha%204-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. *Diretrizes para Difusão do Português pelo Brasil no Exterior*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento Cultural e Educacional, 3ª edição, 2019.

IZAKI GÓMEZ, M. A. *Saberes docentes e desafios no ensino de português língua estrangeira na atuação de professores em formação.* Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos, 2018.

Quadrinhos

As aventuras de Nhô Quim ou impressões de uma viagem à Corte, do ítalo-brasileiro Angelo Agostini, é considerada a primeira história em quadrinhos brasileira. Por meio de senso de humor apurado, a publicação fazia crítica de costumes, expondo as mazelas do povo e a ambição das autoridades, além de satirizar o Imperador Dom Pedro II. Pouco mais de 150 anos desde seu lançamento, em 1869, na revista *Vida Fluminense*, pode-se afirmar que a produção nacional baseada na nona arte – título normalmente atribuído aos quadrinhos entre as artes tradicionais (PANZNER, 2008) – caminha a passos largos para atingir a maturidade. Embora prevaleçam diversos obstáculos que atrapalhem o pleno potencial de desenvolvimento dessa mídia, é notável que o quadrinho brasileiro vem se destacando cada vez mais no cenário mundial, especialmente nas duas últimas décadas. Dentre os principais atributos que caracterizam a cena brasileira podem ser mencionados sua diversidade, riqueza de narrativas, sofisticação estética e originalidade.

Assim, é natural que a produção brasileira venha recebendo maior atenção por parte de importantes editoras estrangeiras e dos responsáveis pelas principais premiações internacionais da área. Embora esse reconhecimento não seja algo recente, o fato é que nos últimos anos o quadrinho brasileiro tem obtido cada vez mais prestígio advindo da crítica especializada, a ponto de figurar, sem sentimento de inferioridade, ao lado de celebrados polos desse tipo de expressão artística, como a escola norte-americana, a franco-belga e a japonesa.

O crescimento da notoriedade das histórias em quadrinhos brasileiras não é fenômeno que ocorre exclusivamente além das fronteiras do país. No Brasil também é possível perceber crescente interesse em conhecer e premiar os principais autores que atuam no setor. Prova disso foi a recente inclusão (2017) da categoria "Histórias em Quadrinhos" no influente prêmio Jabuti. Outro sintoma emblemático é a mudança de status dos quadrinhos no mercado editorial. Antes relegados a formatos quase descartáveis, os quadrinhos brasileiros

hoje recebem roupagem mais luxuosa, com direito a papel de boa qualidade, capa dura e espaço de destaque nas principais livrarias das grandes cidades.

De forma espontânea, ou estimulada por iniciativas governamentais, a maior disseminação e conhecimento acerca do quadrinho nacional ensejou a difusão da língua portuguesa no exterior. Ainda que, em muitos casos, essa divulgação não tenha ocorrido de forma direta, já que as obras publicadas em outros países devem ser traduzidas para os idiomas locais, a exposição destes trabalhos retratou visões de mundo únicas, marcada por uma brasilidade multifacetada. Estes diferentes recortes surgem a partir das diversas vivências dos artistas, que abrangem experiências tão distintas como a análise histórica e o olhar do quadrinista brasileiro expatriado.

Assim, a difusão do idioma no campo dos quadrinhos ocorre por variadas camadas de transmissão de conhecimento que perpassam a dimensão linguística, em razão das características próprias deste meio, que privilegia a solidariedade icônica entre todos os elementos integrantes do quadro narrativo. A rica produção quadrinística nacional tem, cada vez mais, sido objeto do escrutínio internacional, de modo que a tendência contemporânea parece apontar para uma crescente relevância do quadrinho brasileiro e sua capacidade de promover um dos maiores patrimônios da cultura brasileira: a língua portuguesa.

Um dos grandes desafios de definir o que é o quadrinho brasileiro surge da dificuldade de determinar parâmetros para esse tipo de produção. Parece não haver dúvidas nesse sentido quando se fala do quadrinho produzido por autores brasileiros, no Brasil ou fora dele, que versem sobre personagens e temática eminentemente nacionais. Mas e quando a obra de um autor, como no caso de Luiz Eduardo Oliveira (mais conhecido pelo acrônimo LEO), sai no exterior em formato característico de outros países, como a *bande dessinée* franco-belga, tendo parcela mínima publicada no Brasil? Ela também pode ser considerada quadrinho brasileiro? Parece lícito acreditar que sim, dadas as marcas de autoralidade nessa produção específica. Diverso é o caso dos desenhistas brasileiros que trabalham para grandes editoras norte-americanas como Marvel e DC, contratados para trabalhar em histórias de personagens criados por outros autores. Por mais que exista liberdade autoral, estarão sempre adstritos a construir sobre base pré-formatada. O critério para definir, portanto, o que é quadrinho nacional será a capacidade que o autor possui de criar produto original, livre de quaisquer tipos de limitações. Não serão analisadas, portanto, as exitosas trajetórias de desenhistas brasileiros que atuaram nas histórias de super-heróis das supracitadas editoras. O foco será em quadrinistas que conseguiram registrar um olhar marcadamente pessoal em sua obra. Tais trabalhos evidenciaram – em maior ou menor medida – marcas indeléveis de brasilidade.

Conforme mencionado, o fato de o trabalho ter sido traduzido para outros idiomas não retira sua validade enquanto agente difusor da língua nacional. Afinal, a linguagem dos quadrinhos se caracteriza pela solidariedade icônica entre todos os componentes do quadro (Groensteen, 1999, p.21). Texto, imagem, balões, recordatórios e onomatopeias, por exemplo, são partes integrantes que desempenham funções específicas e individualizadas. Ao atuarem de forma conjunta geram interdependência, simbiose que permite a singularidade dos quadrinhos. A

retroalimentação compartilhada por todos estes elementos é a mistura que torna essa forma de comunicação tão especial. A maneira pela qual os autores decidiram representar todos esses elementos é bastante importante, ainda que – muitas vezes – tais escolhas tenham sido feitas de maneira inconsciente. O tipo de fonte, o formato do balão e a paleta de cores, por exemplo, são elementos gráfico-narrativos cujo valor não pode ser menosprezado. Dada a relevância dos diversos elementos integrantes da linguagem quadrinística, pode-se inferir certa mitigação do protagonismo aparente destinado à palavra. As opções de um autor por determinada representação gráfica-narrativa são decisões eminentemente pessoais e trazem o somatório de suas experiências, leituras e visão de mundo. As escolhas feitas pelos quadrinistas brasileiros não fogem desta regra. Dessa forma, mesmo quando traduzidos, os quadrinhos brasileiros carregam consigo incontornável DNA identitário.

Outro conceito importante nesta análise é o de artrologia, palavra advinda do grego *arthron*: articulação (GROENSTEEN, 1999, p.152):

> A artrologia permite entender que o significado de uma imagem é dado pela sua sequência, bem como pelo encadeamento dos balões de diálogo, que devem ser considerados em função de sua importância para a interpretação dos enunciados verbais. De modo que a artrologia gera três níveis de articulações: as duas primeiras, homogêneas, referem-se à cadeia de imagens, de um lado, e à cadeia de balões, de outro; a terceira, heterogênea, refere-se à articulação dessas duas sequências, uma icônica e a outra linguística.

Assim, pode-se inferir que o aspecto linguístico – embora importante – não é capaz de abarcar, por si só, todas as dimensões da comunicação quadrinística.

A admiração pelo quadrinho brasileiro não é fenômeno moderno. Grandes mestres nacionais já tiveram seu talento reconhecido internacionalmente. Dentre esses pioneiros em águas internacionais, merecem destaque Jayme Cortez e Flavio Colin. O primeiro, de origem luso-brasileira, foi importante quadrinista, ilustrador, publicitário e cartazista de cinema. Sua relevância no mundo dos quadrinhos foi lembrada no maior festival dedicado ao gênero em Lucca, na Itália. Em 1986, recebeu o prêmio Caran D'Ache, por "uma vida dedicada à ilustração" (COSULICH, 2020). Já Flavio Colin, dono de um traço marcado pelo expressionismo, teve sua obra traduzida para diversos idiomas. Seu trabalho mais famoso *Histórias gerais*, feito em parceria com Wellington Srbek, possui o grande mérito de transbordar brasilidade tanto na arte quanto no roteiro, que conta as desventuras de bandoleiros no sertão das Minas Gerais. É um exemplo bem-sucedido de disseminação de histórias e lendas de personagens tipicamente nacionais. É como afirma Rogério de Campos, da editora brasileira Veneta (ASSIS, 2020):

Nos anos 80, alguém falou que os jovens músicos brasileiros precisavam compreender que o mercado mundial não estava interessado em bandas de *rock* do Brasil. Isso já tinha muito nos Estados Unidos e Inglaterra. O mercado queria saber de música brasileira. Mais ou menos isso é o que acontece agora. O interesse é no quadrinho mais brasileiro, que fale de Brasil, que ofereça uma visão brasileira.

Outro título brasileiro que conseguiu conquistar importante espaço fora das fronteiras nacionais foi a Turma da Mônica. Seu criador, Maurício de Sousa, logrou transformar seus quadrinhos num negócio consolidado, verdadeiro império com produtos licenciados para aproximadamente cento e cinquenta empresas nacionais e internacionais. Em 2019, houve a abertura da subsidiária internacional do grupo, chamada Mauricio de Sousa Productions Japan. (Naliato, 2020). Esta empresa publicará material próprio em vários países asiáticos (MSP – MAURÍCIO DE SOUZA PRODUÇÕES, 2021). A entrada no mercado internacional teve início na década de 1970, quando seus quadrinhos foram publicados em outros países. Atualmente, a Turma da Mônica é usada como instrumento para difusão do português como língua de herança, especialmente no Japão. Ademais, tem papel relevante no estímulo à leitura infantil nos países africanos de língua oficial portuguesa. As criações de Maurício de Souza já foram traduzidas para cerca de cem idiomas (LUISA, 2020). O rol de tipos criados pelo autor é longo e diverso. O carisma dos personagens, aliado ao traço simples, continua conquistando crianças, jovens e adultos em várias partes do planeta, em ritmo inexorável.

O poder de penetração dos quadrinhos brasileiros tem na variedade de gêneros um dos seus pontos mais fortes. Para além do regionalismo quase xilográfico de Flavio Colin e do poder de atração dos personagens de Maurício de Sousa, o humor foi um campo no qual o quadrinho brasileiro também obteve bastante popularidade. Revistas como *Chiclete com banana*, de Angeli; *Circo*, de Laerte e Luiz Gê; e *Geraldão*, de Glauco; projetaram o nome de seus criadores inclusive no exterior, graças a sua mordacidade, inventividade e niilismo iconoclasta. Angeli, por exemplo, teve seus trabalhos publicados pelas revistas *Linus*, de Milão; *El vibora*, de Barcelona; *Humor*, de Buenos Aires, além do jornal *Diário de notícias*, de Lisboa (ANGELI, 2020).

A galeria de personagens que figurava nestas publicações é considerada antológica. Tipos como Bob Cuspe, Rê Bordosa e o próprio Geraldão inspiraram apelidos, gírias e os corações e mentes de toda uma geração de pessoas no Brasil e no além mar. Criadas na esteira do movimento de abertura política dos anos 1980, estas revistas conseguiram retratar de forma única o momento de transição que o país atravessava. O público estrangeiro que adquiria estas publicações pôde observar em primeira mão a transformação social de um povo que tateava entre moderação desconfiada e desejo de maior liberdade – de expressão, sexual ou política.

Capítulo inusitado da trajetória do quadrinho nacional em busca de um lugar ao sol foi a publicação da *Sexy Comix Magazine*, da editora curitibana Grafipar em 1982. Seu proprietário, Faruk El Khatib, obteve licenciamento para lançar publicações eróticas internacionais, como a revista *Penthouse* e investia fortemente nos quadrinhos – também com forte apelo sexual – como forma de diversificar a renda da empresa. A Grafipar tornou-se um fenômeno de vendas, mas sua duração foi efêmera (1978-1983). Faruk tornou-se figura lendária no mercado especializado por tentar aposta no mínimo ousada. Procurou os editores da famosa revista norte-americana de quadrinhos *Heavy Metal*, célebre por publicar histórias curtas de autores consagrados e jovens talentos promissores. Sua proposta era: a Grafipar publicaria material da *Heavy Metal* no Brasil e, em contrapartida, teria material

brasileiro lançado nos EUA. Já que Maomé não vinha até a montanha, Faruk a levaria para a terra do Tio Sam.

A *Heavy Metal* solicitou amostra do material brasileiro, colecionado num álbum de cem páginas que contou com os grandes artistas da editora brasileira. Entre os escolhidos estavam quadrinistas renomados, como Julio Shimamoto, Flavio Colin e Mozart Couto. Os norte-americanos desistiram do projeto por avaliar que a linha editorial da revista brasileira era incompatível com a de sua homóloga, mais direcionada para a ficção científica. Propuseram, entretanto, que a publicação fosse lançada em inglês para testar a aprovação junto ao público estadunidense. A Grafipar aceitou o desafio e imprimiu vinte e cinco mil exemplares da *Sexy Comix* no Brasil para, em seguida, enviá-los aos EUA. Toda a tiragem foi vendida. Entretanto, o aparente sucesso da operação não convenceu Faruk. A complexidade logística envolvida – todo o transporte do material foi feito por meio de navio – revelou-se contraproducente e a aventura da *Sexy Comix* encerrou-se ali (Júnior, 2010, p. 439-441).

Um dos pontos de virada para o quadrinho brasileiro foi o ano de 2008, quando os quadrinistas e irmãos gêmeos paulistanos – Gabriel Bá e Fábio Moon – começaram a vencer os prêmios mais famosos do quadrinho norte-americano, como Eisner e Harvey, por publicações como *Sugarshock*, *Umbrella Academy*, (ASSIS, 2020), *Daytripper* e *Dois irmãos* (G1, 2021). A dupla logo seria acompanhada pelo conterrâneo Marcelo D'Salete, ganhador do Prêmio Eisner em 2018 pela obra *Cumbe*, traduzida para sete idiomas (ASSIS, 2020). Também no Velho Continente o quadrinho brasileiro passou a ser celebrado. Em 2016, o niteroiense Marcello Quintanilha sagrou-se vencedor no Festival de Angoulême, principal evento de quadrinhos do poderoso mercado franco-belga, com a obra *Tungstênio*. Em 2019 foi a vez de Sirlene Barbosa e João Pinheiro serem premiados no mesmo evento, com *Carolina* (JORNAL INFOCRUZEIRO, 2021).

Além de terem recebido prestígio e reconhecimento oriundos de concorridas premiações internacionais, os gêmeos Fábio Moon e Gabriel Bá, junto com Marcello Quintanilha, foram responsáveis por realizarem boas adaptações de clássicos da literatura nacional. Obras como *Dois irmãos* (Milton Hatoum), *O alienista* (Machado de Assis) e *O Ateneu* (de Raul Pompeia) foram transmigradas para os quadrinhos e publicadas no exterior, projetando duplamente o talento nacional, ao lançar os holofotes para o trabalho de grandes escritores reimaginados por quadrinistas em ascensão.

Ademais dos prêmios em festivais importantes, outros vetores relevantes para a difusão do quadrinho nacional foram iniciativas governamentais como o apoio à divulgação de obras brasileiras no exterior, promovido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Quem corrobora essa afirmação é Alessandra Sternfeld, agente italiana responsável por lançar diversos títulos brasileiros no exterior (ASSIS, 2020): "Tem mercados que são ótimos porque oferecem bolsas de tradução de quadrinhos, o que ajuda na hora de convencer editoras estrangeiras a comprar".

Já são pelo menos quatorze editoras de nove países da América do Sul e Europa que receberam recursos públicos para publicar histórias em quadrinhos brasileiras, como a portuguesa Polvo. Tradicional reduto da produção *made in Brazil*, a editora

já conta com nada menos que trinta obras de quadrinistas brasileiros que, somadas, respondem por cerca de 20% de seu catálogo. Sinal emblemático da importância desses produtos é o fato de terem sido colecionados num selo específico, denominado "Romance Gráfico Brasileiro" (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Outro exemplo importante oriundo do Velho Continente é a editora polonesa Mandioca, dedicada exclusivamente à publicação de histórias em quadrinhos sul--americanas. Embora tenha começado com foco no quadrinho argentino, o profícuo momento de qualidade e sofisticação que o quadrinho brasileiro atravessa fez com que a editora dedicasse especial atenção para a produção do gigante sul-americano, que hoje perfaz quase metade de seu catálogo. Segundo o editor e proprietário Bartek Rabij, ademais dos aspectos gráficos, o quadrinho brasileiro tem como diferencial a qualidade dos roteiros (NAVEGA, 2020). Ainda conforme Bartek, a visibilidade do quadrinho brasileiro na Polônia e em outros países esbarra em desafios logísticos, como os altos custos para financiar a ida dos artistas para a Europa nas campanhas de divulgação (PAPO ZINE, 2020). Tendo por base as declarações do editor, não é de se estranhar que quadrinistas nacionais que despontam no mercado editorial internacional, como Marcello Quintanilha e André Diniz, estejam radicados em países como Espanha e Portugal, respectivamente.

Mais uma iniciativa governamental de relevo para a divulgação da HQ brasileira é o programa "Brasil em Quadrinhos", do Departamento Cultural e Educacional Ministério das Relações Exteriores (MRE), que tem por objetivo estimular a propagação dessa vertente da economia criativa nacional em colaboração com agentes relevantes do campo, como a Bienal de Quadrinhos de Curitiba. A ação seminal do programa foi o lançamento do Catálogo HQ Brasil, que compilou – com o objetivo de apresentar ao público internacional – cem títulos de Histórias em Quadrinhos de destaque publicadas no último decênio (2009-2019) (REVISTA O GRITO!, 2021). A publicação – disponível em português, francês e inglês – organizada pelo crítico e tradutor de quadrinhos Érico Assis, teve por mérito incluir, sem abrir mão da qualidade, quadrinhos bastante diversos e representativos das várias regiões do Brasil e serve como um catálogo para agentes e operadores internacionais difundirem as novas vertentes do quadrinho nacional. O programa também busca atuar em países não tradicionalmente associados à produção quadrinística, particularmente naqueles de língua oficial portuguesa, onde há evidentes perspectivas de sinergias entre suas economias criativas. Em Cabo Verde, por exemplo, patrocinou oficina ministrada por Marcello Quintanilha (INFORPRESS, 2021) e o lançamento de revista em quadrinhos sobre herói local, intitulada *Simão, o intrépido marinheiro*. Outra iniciativa de sucesso foi a itinerância da exposição *Angola Janga* de Marcelo D` Salete, apresentada nos Centros Culturais das Embaixadas do Brasil em Luanda e Moçambique, cuja qualidade lhe valeu o prêmio HQMIX de melhor exposição do ano de 2020. Entre as futuras ações de fomento à produção brasileira do programa "Brasil em Quadrinhos" destaca-se projeto de "Catálogo de quadrinhos Brasil--mundo árabe", que trará obras de seis artistas brasileiros e seis artistas árabes; e o apoio à coprodução de quadrinho luso-brasileiro a respeito do bicentenário da independência do Brasil. Este último projeto, que conta igualmente com apoio do

Instituto Camões, visa a explorar a exequibilidade para o campo dos quadrinhos de estratégia bem sucedida no campo do audiovisual - aproximar mercados consumidores de dois ou mais países por meio de coproduções comerciais.

Um dos grandes trunfos que contribuem para o gradual e consistente reconhecimento do quadrinho brasileiro no exterior é a maturidade no tratamento de uma multiplicidade de temas. Marcelo Quintanilha, por exemplo, embora residente no exterior há quase vinte anos, é elogiado por sua capacidade de mostrar os dramas quotidianos de personagens ficcionais brasileiros. A brasilidade evocada durante a leitura das obras de Quintanilha é realçada por diálogos marcados pela oralidade, com especial atenção para detalhes como gírias e sotaques regionais. O olhar altamente pessoal de Quintanilha sobre o mundo apresenta sua percepção – por vezes melancólica – sobre classe média, subúrbio e relações étnico-raciais de vários Brasis, alguns situados no presente e outros provenientes das décadas de 1940 e 1950. Outro autor que tem conquistado espaço em razão de sua refinada capacidade de análise é Marcelo D'Salete. As histórias do quadrinista, frequentemente focadas em discutir o regime escravocrata brasileiro por meio da perspectiva dos povos oprimidos, agradam por fornecer retrato histórico detalhado, fruto de ampla pesquisa. Seu mais recente trabalho, *Angola janga*, já traduzido para seis idiomas, que conta a trajetória do Quilombo dos Palmares, levou onze anos para ser produzido.

A projeção das histórias em quadrinhos brasileiras no exterior é instrumento poderoso para aumentar o alcance da língua portuguesa no mundo. Ao evidenciarem traços significativos de brasilidade, iniciativas neste sentido estimulam a dinamização de um círculo virtuoso que aumenta a visibilidade desta expressão artística e difunde positivamente a imagem do Brasil. Ademais, fomenta-se o interesse de editores e leitores estrangeiros em melhor conhecer a realidade nacional, atraindo o olhar do público para setores criativos que fogem dos estereótipos normalmente associados ao Brasil. Finalmente, movimenta-se o mercado de profissionais de tradução especializados na língua portuguesa, o que amplia a busca pelo estudo e aprimoramento do idioma.

A produção de quadrinhos é relativamente mais simples e menos dispendiosa quando comparada a outras formas de arte, como o cinema e a música. O número de pessoas envolvidas é bastante reduzido e – não raro – concentrado num único artista, que pode desempenhar o papel de escritor, desenhista, colorista, letrista, entre outros. A natureza desta atividade muitas vezes obriga o quadrinista a se multiplicar em outras funções, como a de divulgador, distribuidor e empresário de si mesmo. Essa postura *do it yourself*, vital para o sucesso de artistas iniciantes, foi facilitada com o advento da internet, que hoje disponibiliza diversos tipos de canais para conexão com o público consumidor. A revolução dos meios de comunicação permitiu, assim, o encontro de pessoas com interesses semelhantes, o que enseja a divisão do mercado para a criação de produtos muito específicos, que visam satisfazer as expectativas de públicos variados, por mais exóticas que sejam.

Esse fenômeno contribui para a disseminação pulverizada de diversos tipos de quadrinhos brasileiros pelo mundo. O quadrinista paraense Fábio Vermelho, por exemplo, publica suas revistas em quadrinhos – recheados de música, terror e

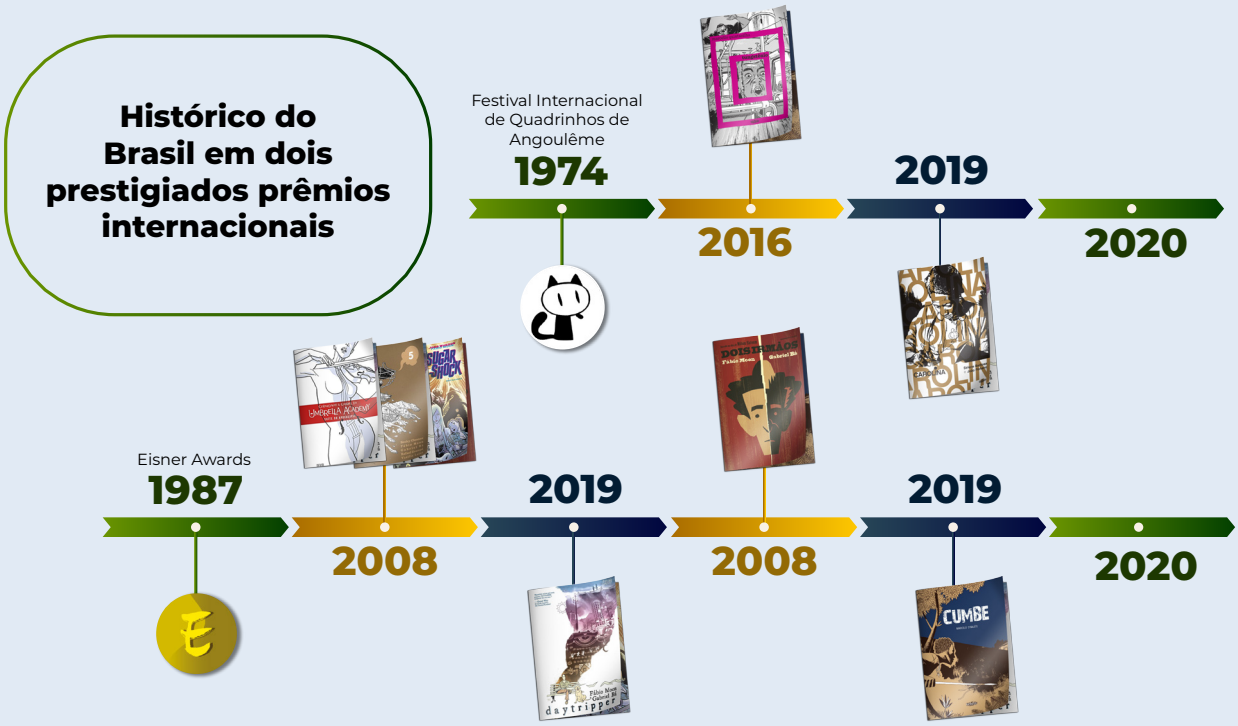
violência – de forma independente e os envia pelo correio para leitores nos Estados Unidos e Reino Unido. Caso semelhante neste sentido é o quadrinista brasiliense Pedro D'Apremont, residente no Canadá. Seu mais recente trabalho, *Notas do underground* (2019), colecionou suas histórias curtas – sempre envolvendo um olhar sarcástico sobre o universo da música *heavy metal* – publicadas entre 2017 e 2018 na revista canadense/estadunidense *Vice*. Tais exemplos mostram que o mercado de quadrinhos autorais brasileiros tem bastante potencial para se desenvolver, em razão das possibilidades abertas pela internet, capaz de favorecer o contato entre pessoas com vontades coincidentes, ainda que particulares.

Finalmente, não se pode deixar de destacar o crescente papel de destaque das mulheres quadrinistas brasileiras. Se antes a cena era formada majoritariamente por homens, hoje elas estão cada vez mais presentes no meio, que se torna, gradualmente, mais emblemático dos vários grupos sociais nacionais (HOJE EM DIA, 2016). A contribuição de artistas como Érika Awano, Bianca Pinheiro e Jéssica Groke confere maior representatividade e pluralidade para as diversas maneiras pelas quais o Brasil é apresentado ao mundo. Paulatinamente, o talento feminino brasileiro já começa a ser notado no exterior, como evidenciado pela indicação da gaúcha Cris Peter ao prêmio Eisner, pela colorização de *Casanova* (ROSA, 2012).

A trajetória do quadrinho nacional vive momento único. A originalidade, sofisticação narrativa e multiplicidade de temas abordados têm gradualmente atraído os olhares de crítica e público mundo afora. Diferentemente de momentos anteriores, em que bebia na fonte norte-americana ou europeia como forma de se legitimar, o quadrinho nacional adquiriu voz e identidades próprias. Tal maturidade faz com que várias editoras internacionais se interessem em lançar quadrinhos brasileiros. A maior visibilidade desta produção revela-se ferramenta indispensável na promoção e difusão do português no exterior. Conforme observado, ainda que as obras sejam em sua maioria traduzidas, a singularidade da nona arte vai além do primado da palavra, transmitindo visões de mundo a partir do Brasil de uma forma que somente a linguagem dos quadrinhos é capaz de oferecer.

Este potencial de disseminação da realidade brasileira, em muito facilitada pela profusão de gêneros e estilos que os quadrinhos representam, é um trunfo de *soft power* nacional cujo valor não pode ser negligenciado. O apoio governamental tem sido fundamental para a difusão desta mídia. Iniciativas como o estímulo ao lançamento e apresentação de obras no exterior – promovido pela FBN e pelo MRE – são essenciais para aumentar a visibilidade desse material e dinamizar o mercado dos profissionais envolvidos nessa indústria criativa.

O custo relativamente baixo de produção somado aos diversos recursos de divulgação e localização de potenciais interessados – ensejados pela Internet – permitem que, embora pulverizada, a produção brasileira ganhe terreno também para público específico. Num mercado já fortemente segmentado, os quadrinhos brasileiros conseguem atingir o nicho do nicho. Além disso, estrelas ascendentes como Marcello Quintanilha e Marcelo D'Salete têm levado os quadrinhos brasileiros para outro patamar, graças a um apuro estético sofisticado, baseado ora num contundente



Fonte: o autor

realismo quotidiano ou em pesquisa histórica aprofundada. Tal evolução não tem passado despercebida pela crítica especializada.

Embora a trajetória tenha sido longa e o reconhecimento tenha vindo ainda que tardiamente, desde sua estreia em *As aventuras de Nhô Quim ou impressões de uma viagem à Corte*, pode-se dizer que o quadrinho brasileiro tem conseguido honrar a tradição criativa de sua obra inaugural. Com características únicas e contando com ampla diversidade de narrativas, o quadrinho brasileiro não pode ser facilmente definido, pois desafia generalizações. Esta originalidade latente tem atraído leitores em várias partes do mundo. Mais de cinco séculos depois da chegada de Pedro Álvares Cabral, agora é a vez do quadrinho brasileiro levar a língua portuguesa a mares nunca dantes navegados.

Fonte: o autor

Referências

GROENSTEEN, Thierry. *Système de la bande dessinée*. Paris: PUF, 1999.

JÚNIOR, Gonçalo. *A guerra dos gibis 2*: Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar, 1964-1985. São Paulo: Editoractiva Produções Artísticas, 2010.

JÚNIOR, Márcio Mário da Paixão. *O retrato do mal e as adaptações de histórias em quadrinhos em terror brasileiras para animação*: investigação teórica e produção poética. Dissertação para qualificação de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MENDES, Toninho (org.). *Humor paulistano*: A Experiência da Circo Editorial. São Paulo: Sesi-SP, 2014.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. *Rock e quadrinhos nas páginas da revista Chiclete com Banana (1985-1990)*. Dissertação de doutorado. (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

Notícias e *sites*

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/dezoito-titulos-brasileiros-sao-traduzidos-para-nove-paises-161518/>. Acesso em: 12 nov. 20.

ANGELI. Disponível em: <https://www.angelimatador.com/sobre-full>. Acesso em: 10 nov. 20.

ASSIS, Diego. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Quadrinhos/0,,MUL701940-9662,00-VITORIA+DE+BRASILEIROS+NO+EISNER+AWARDS+E+FEITO+INEDITO.html>. Acesso em: 12 nov. 20.

ASSIS, Érico. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/enquanto-isso-nos-quadrinhos-a-italiana-que-leva-a-hq-brasileira-ao-mundo#14>. Acesso em: 13 nov. 20.

COSULICH, Oscar. Disponível em: <https://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/1986 nov. 04/comics-lucca-20-anni-di-storia.html>. Acesso em: 09/12/20.

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2016/07/brasileiros-levam-oscar-dos-quadrinhos-com-obra-dois-irmaos.html>. Acesso em: 17 fev. 2021.

HOJE EM DIA. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/lady-s-comics-promove-encontro-internacional-e-fortalece-o-cen%C3%A1rio-para-a-produ%C3%A7%C3%A3o-feminina-nas-hq-s-1.400828>. Acesso em: 29 nov. 20.

INFORPRESS. Disponível em: <https://inforpress.cv/embaixada-do-brasil-em-cabo-verde-promove-oficina-de-banda-desenhada/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

JORNAL INFOCRUZEIRO. Disponível em: <https://jornalinfocruzeiro.com.br/2019 jan. 05/hq-brasileira-carolina-e-premiada-no-festival-de-angouleme/>. Acesso em: 27 jan. 21.

LUISA, Ingrid. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/o-plano-realmente-infalivel-de-mauricio-de-sousa/>. Acesso em: 10 nov. 20.

MSP – MAURÍCIO DE SOUZA PRODUÇÕES. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=54s8P9vzYTk>. Acesso em: 30 jan. 21.

NALIATO, Samir. Disponível em: <http://universohq.com/noticias/mauricio-de-sousa-completa-85-anos-e-universo-hq-exibe-exposicao-virtual-da-acb/>. Acesso em: 10 nov. 20.

NAVEGA, Télio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/quadrinhos-brasileiros-viram-hit-na-polonia-24254727>. Acesso em: 12 nov. 20.

PANZNER, Christopher. Disponível em: <http://artseditor.com/site/the-ninth-art/>. Acesso em: 28 nov. 20.

PAPO ZINE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xi26D2SD7SM>. Acesso em: 12 nov. 20.

REVISTA O GRITO!. Disponível em: <https://www.revistaogrito.com/catalogo-destaca-diversidade-do-quadrinho-no-exterior/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ROSA, Guilherme. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT301433-17770,00.html>. Acesso em: 29 nov. 20.

Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE)

Fundada em setembro de 1992 na ocasião do III Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) é entidade civil sem fins lucrativos, com sede itinerante de acordo com a cidade que acolher a presidência da entidade no Brasil. Congrega professores, pesquisadores e estudantes do campo do português como língua estrangeira em todo o território nacional, assim como do exterior.

De acordo com o Estatuto em vigor, a SIPLE tem a missão de:

> Incentivar o ensino e a pesquisa na área de Português como Língua Estrangeira (PLE) e como Segunda Língua (PL2); promover a divulgação e o intercâmbio da produção científica em PLE e PL2; implementar a troca de informações e contatos profissionais com outras associações interessadas em PLE e PL2; promover intercâmbio cooperativo entre cursos de pós-graduação e pesquisa no que se refere à atuação docente e discente; e apoiar a criação e a melhoria de cursos de graduação e pós-graduação em PLE e PL2.

A Assembleia Geral realizada no XII Congresso Internacional da SIPLE (CONSIPLE 2019) instituiu um reordenamento jurídico, estabelecendo a mudança do nome da sociedade para Associação Internacional de Português Língua Estrangeira (ASSIPLE). Na mesma ocasião, incumbiu-se a Diretoria de promover a internacionalização mais sistemática da Associação, seja apoiando a promoção unilateral brasileira, através da já consagrada parceria com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), seja pela promoção multilateral da língua portuguesa, através da cooperação com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com outras associações de PLE/PL2 e demais instituições e universidades estrangeiras.

Registre-se, a esse respeito, que desde 1994 membros ligados à Diretoria da SIPLE têm atuado no Programa de Atualização de Professores de Português para Estrangeiros nos Centros de Estudos Brasileiros (CCBs) no exterior, ligados ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Do mesmo modo, desde 1993, têm sido realizados eventos acadêmicos com o objetivo de difundir pesquisas sobre o campo de ensino de português para estrangeiros. Os eventos da SIPLE publicam, através de chamada de trabalhos e seleção a partir de uma comissão científica, os cadernos de resumos (publicados pouco antes dos eventos) e os anais (publicados algum tempo após os eventos), valiosos subsídios para se registrar a evolução do conhecimento brasileiro no campo através da história.

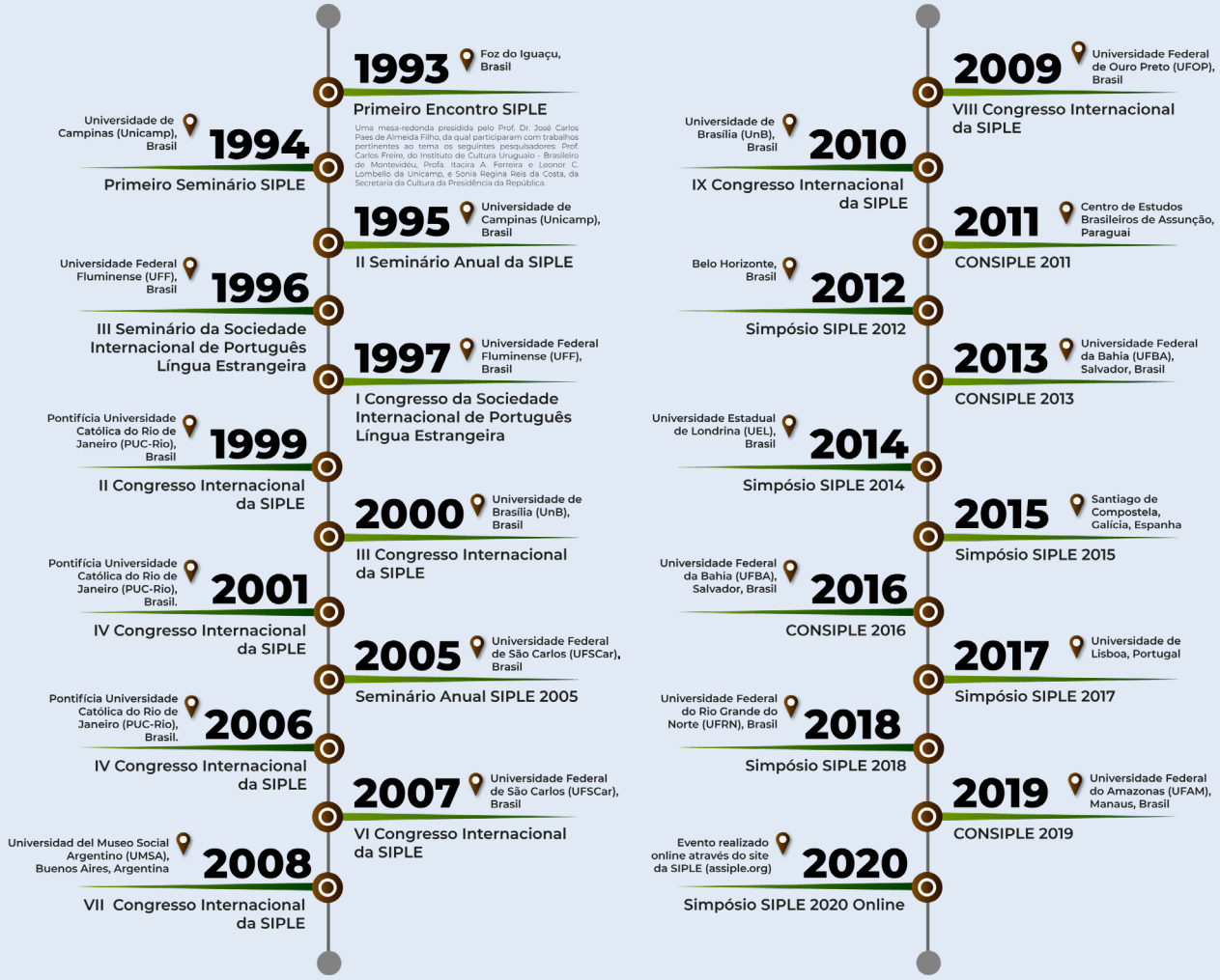
Apesar de não ser uma lista exaustiva, pode-se visualizar o abrangente alcance das ações da SIPLE ao longo dos anos, com a realização de eventos de maior ou menor porte em universidades públicas e privadas brasileiras. A denominação dos eventos seguirá um padrão mais rígido a partir de 2011, com as denominações Simpósio e Congresso Internacional da SIPLE (CONSIPLE) seguidas do ano de realização.

A SIPLE começou a internacionalizar suas ações institucionais a partir de 2008, quando se realizou o VII Congresso da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, em Buenos Aires. Outros eventos internacionais seriam realizados em Assunção, Santiago de Compostela e Lisboa. Para além da realização de eventos no exterior, a SIPLE tem buscado estabelecer parcerias com interlocutores estrangeiros de relevo no campo do PLE, como universidades e associações em diversos países. Vale também assinalar a reiterada colaboração com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa em eventos e ações de capacitação de professores para a produção das unidades didáticas que vieram a fazer parte do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE) do IILP.

Com vistas a cumprir a missão de aproximar os atores e promover a troca de experiências entre os professores da área, inicialmente criou-se o *Boletim SIPLE*, com publicação de pequenas notícias sobre os eventos do ano anterior, bem como uma agenda dos novos eventos nacionais e internacionais. Também se publicaram notícias sobre livros e materiais didáticos, resenhas de dissertações e teses, de modo a dar uma visão panorâmica do movimento contínuo em termos de pesquisa e ensino na área de PLE/PL2. A partir de 1999 o *Boletim SIPLE* deu lugar ao *Jornal da SIPLE*. Além disso, a *Revista SIPLE*, publicou uma série de artigos de especialistas brasileiros e estrangeiros sobre temas de relevância para a área de PLE/PL2[1]. Atualmente a SIPLE está organizando uma nova revista, com viés mais profissional do que acadêmico, para dar conta das novas necessidades dos professores de PLE/PL2 que atuam, sobretudo, no exterior.

Em 2020, a SIPLE realizou, pela primeira vez, um Simpósio totalmente *on-line*, devido ao cenário de pandemia instaurado no início do mesmo ano. O evento foi realizado nos dias 19 e 20 de novembro, e contou com mesas-redondas de especialistas brasileiros e de outras nacionalidades, incluindo o Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Dr. Incanha Intumbo, sinal forte do respeito

1 Números da revista disponíveis em: <https://assiple.org/index.php/revista-siple/>.



Fonte: o autor

e seriedade angariados pela Sociedade. A bem-sucedida experiência parece indicar ser a virtualização de um promissor caminho para promover a capilaridade das ações da SIPLE.

A partir da credibilidade angariada pelo trabalho árduo e dedicado de gerações de professores de português como língua estrangeira, a SIPLE goza hoje de uma posição de destaque como importante interlocutor no campo do PLE. Dialoga com o governo, com a sociedade civil e com instituições estrangeiras para promover o diálogo e a cooperação nesse campo. Às vésperas de cumprir três décadas de existência, a SIPLE representa um emblemático vetor de difusão da língua portuguesa da sociedade civil brasileira, demonstrando que o associativismo em torno de um ideal comum pode trazer benefícios para toda a coletividade.

Fonte: o autor

Teletandem

Teletandem, termo cunhado por Telles e Vassallo em 2006 (VASSALLO; TELLES, 2006), se refere a um contexto telecolaborativo de aprendizagem de línguas estrangeiras mediado por tecnologia VOIP (*Voice over Internet Protocol*), unindo recursos de áudio e vídeo aos recursos para comunicação escrita, no qual um indivíduo proficiente em uma determinada língua interage com outro, proficiente em uma língua distinta, para que ambos se auxiliem na aprendizagem de uma língua estrangeira.

O Teletandem surgiu da experiência dos pesquisadores com o tandem presencial, abordagem desenvolvida na Europa desde os anos 60, cujos princípios norteadores são a separação de línguas, a reciprocidade e a autonomia (BRAMMERTS, 1996). O primeiro diz respeito à relevância de se dedicar o mesmo período de tempo à prática de cada língua, e à orientação de não se misturarem as duas línguas durante a interação, o que pode garantir que cada participante busque estratégias de comunicação que superem possíveis lacunas no conhecimento linguístico de itens específicos. O segundo princípio, o de reciprocidade, coloca os participantes em uma relação equânime e colaborativa, pois ambos são aprendizes em momentos distintos da interação e essa ausência de hierarquia pode aumentar a autoestima e a confiança dos participantes para poderem trocar conhecimentos sobre língua e cultura. O terceiro princípio, o da autonomia, permite que cada participante tome decisões sobre "o que" gostaria de aprender, negociando com o parceiro as estratégias e recursos que serão usados para atingir suas metas.

Os pesquisadores descrevem sua experiência com o tandem presencial (VASSALLO; TELLES, 2006) realizado enquanto Maria Luísa Vassallo, italiana, era leitora de italiano, e João Antônio Telles, brasileiro, era professor de didática no *campus* de Assis da Universidade Estadual Paulista (UNESP), uma universidade pública constituída de 34 *campi* localizados em 24 cidades do estado de São Paulo. A primeira tinha necessidade de aperfeiçoar suas habilidades em português e o segundo era motivado pelo fato de que o italiano é a língua de seus antepassados.

Por meio da prática do tandem presencial por cerca de um ano, ambos puderam atingir seus objetivos. Entretanto, a volta da pesquisadora para a Itália os levou a buscarem recursos e *softwares* que permitissem o contato e a interação oral virtual, já que o tandem face a face não poderia mais ocorrer. A necessidade os alertou para a possibilidade de se expandir a prática virtual no contexto de aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil. Devido à extensão territorial do país, à localização geográfica e aos altos custos de viagens para o exterior, havia poucas oportunidades de interação entre brasileiros e estrangeiros.

A experiência bem-sucedida, o contexto sócio-histórico brasileiro e o espírito empreendedor dos pesquisadores levaram à criação do Teletandem (TELLES; VASSALLO, 2006), uma abordagem de aprendizagem mediada por tecnologias de informação e comunicação que seria a base para o projeto temático "Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos",financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de 2007 à 2010: "um projeto cujo objetivo principal é oferecer a alunos universitários brasileiros e estrangeiros acesso livre e democrático a processos colaborativos de aprender e ensinar línguas" (TELLES E VASSALO, 2006, p. 195).

A prática de (tele)tandem, portanto, funciona por meio de encontros entre falantes de línguas distintas que interagem oralmente a fim de que um possa aprender a língua do outro de forma autônoma e colaborativa. Essa prática permite interação autêntica entre falantes nativos ou proficientes de línguas diferentes e possibilita a realização de pesquisas por se tratar de um ambiente de aprendizagem virtual, porque mediado por tecnologia VOIP, e multimodal, porque lança mão de áudio, vídeo e comunicação escrita, no qual um indivíduo colabora com o outro para que ambos aprendam uma nova língua. É uma atividade centrada na interação por meio da colaboração, "tornando as dimensões sociais da aprendizagem a questão essencial da proposta" (TELLES; VASSALLO, 2006, p. 93).

Segundo os autores, o (tele)tandem pode ser descrito como um contexto de aprendizagem que (a) oferece oportunidade tanto para a socialização quanto para a individualização; (b) é baseado na autonomia, entendida aqui como responsabilidade por tomada de decisões, não isoladamente, mas "com" ou "em relação ao" outro parceiro; (c) implica compartilhar papéis relacionados ao poder do conhecimento; e (d) desafia a posição do professor no processo de aprendizagem – uma posição que requer que o professor assuma novos papéis, como o de mediador. O professor--mediador é aquele que apoia a aprendizagem por meio de reuniões de orientação individuais ou em grupo, em que se discutem questões trazidas pelos próprios alunos em relação à língua, à cultura, à interação, e a eventuais problemas que possam vivenciar.

Resumindo a proposta de Telles e Vassallo (2006), pode-se dizer que:

1) o Teletandem é uma abordagem inovadora de aprendizagem de línguas estrangeiras surgida no Brasil, um contexto mediado por computador, que permite produções orais e escritas, leitura, compreensão oral e imagens de câmera;

2) os procedimentos para a prática de Teletandem pressupõem princípios compartilhados e previamente concordados de reciprocidade e autonomia;
3) os participantes do Teletandem são falantes nativos ou proficientes de determinada língua. Eles não são professores, embora possam atuar como tal em alguns momentos das interações;
4) as sessões orais são seguidas de mediação, ou seja, sessões de orientação com um professor a respeito do processo de aprendizagem, de relações interculturais e de quaisquer outras questões que sejam relevantes para os participantes.

Atualmente, o Teletandem é desenvolvido nas modalidades institucional integrada, semi-integrada, e livre ou não integrada (ARANHA; CAVALARI, 2014). Na primeira, segundo as autoras, o Teletandem é reconhecido pelas instituições de ensino e a prática é integrada ao currículo do curso. Isso significa que (i) os grupos de alunos são pareados e participam das sessões de Teletandem durante o horário regular de aula, em ambientes apropriados para as interações; (ii) os professores organizam calendário de interações e sugerem temas relacionados aos programas das disciplinas sobre os quais os alunos poderão discutir; (iii) as atividades de Teletandem podem ser utilizadas como instrumento de avaliação, uma vez que se relacionam de alguma maneira com o conteúdo desenvolvido durante as aulas.

Ainda segundo as autoras, na modalidade institucional semi-integrada, a prática de Teletandem é integrada às aulas de língua estrangeira somente em uma das instituições e, na modalidade não integrada, o Teletandem é realizado de forma independente e a organização da prática é de responsabilidade da dupla de participantes. Isso implica que a operacionalização dos três princípios e a negociação de como será a prática envolve as concepções de língua e de ensino-aprendizagem de cada um dos interagentes, assim como a habilidade de tomar decisões sobre o que e como ensinar-aprender com alguém que vive em outro contexto cultural e não é um professor de línguas.

Essa complexa organização, que envolve diferentes agentes, em diferentes países, gera e fomenta dois vetores de divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira: (i) educação linguística e intercultural; (ii) pesquisa nas áreas de estudos linguísticos e de educação.

Para discutir o primeiro vetor, é preciso destacar que o Teletandem vem sendo implementado (em suas diferentes modalidades) na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campi* de São José do Rio Preto, Assis e Araraquara, desde 2006 e, mais recentemente, em outras instituições de ensino brasileiras (FIGUEIREDO, 2018; KLEN-ALVES; TIRABOSHI, 2018; ARAUJO SILVA; DE SOUZA, 2019; BOTELHO, 2020). A experiência e os resultados de investigações (ARANHA; CAVALARI, 2014; CAVALARI; ARANHA, 2016; CARVALHO; RAMOS; MESSIAS, 2017; DA COSTA, SALOMÃO; ZAKIR; 2018) revelam que é necessário ajustar a prática a cada contexto a fim de que se possa atender necessidades específicas das parcerias estabelecidas. Observa-se, no entanto, que as diferenças motivadas pelas especificidades contextuais são "alinhavadas" pela presença dos seguintes aspectos comuns:

(i) propósito: aprendizagem de uma língua e uma cultura estrangeiras por meio da interação entre pessoas que falam línguas distintas e se encontram em lugares distantes;
(ii) princípios norteadores: autonomia, reciprocidade e separação de línguas;
(iii) gratuidade: de acordo com Telles (2015), diferentemente de iniciativas privadas que comercializam metodologias e projetos telecolaborativos, o Teletandem é uma abordagem de domínio público.

Essas características conferem identidade e democratizam a prática de Teletandem, permitindo, com o passar do tempo, que milhares de participantes ao redor do mundo se beneficiem da aprendizagem linguística e intercultural nesse contexto. Dados coletados por meio de questionário enviado a professores-pesquisadores de diferentes instituições de ensino brasileiras revelaram que 8.544 estudantes (tanto brasileiros quanto estrangeiros) participaram do Teletandem entre 2010 e 2020. Os dados também mostraram que os principais países parceiros do Brasil no Teletandem são Alemanha, Argentina, Austrália, Colômbia, EUA, França, Inglaterra, Itália, México e Peru. De maneira específica, portanto, em 10 anos, 4.272 estrangeiros oriundos desses países tiveram oportunidade de aprender o português falado no Brasil e a cultura brasileira por meio de interações no Teletandem e a partir do trabalho realizado por professores-pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

O questionário foi respondido por nove professores das seguintes instituições de ensino: Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campi* de Assis, de Araraquara e de São José do Rio Preto; Faculdade de Tecnologia (FATEC) de São José do Rio Preto; Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), *campus* Avançado de Ilha Solteira; e Instituto Federal do Sul de Minas, *campus* Machado. Foi o trabalho desses profissionais (em parceria com colegas brasileiros e estrangeiros) que permitiu o atendimento de número tão expressivo de aprendizes. Ressalta-se o número significativamente maior de alunos atendidos pelo grupo de pesquisadores da UNESP nesse período, o que se explica pelo pioneirismo do projeto e pelo histórico de implantação. Esse percurso abre caminho para que outras instituições possam atender mais indivíduos interessados em aprender língua e cultura brasileiras.

Tabela 1. Alunos atendidos por Instituições de Ensino Superior (2009-2020)

IES	Período	Alunos atendidos
Universidade Estadual Paulista (UNESP), campi de Assis, de Araraquara e de São José do Rio Preto	2009-2020	7.860
Faculdade de Tecnologia (FATEC) de São José do Rio Preto	2017-2020	70
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2017-2020	400
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	2017-2020	84
Universidade de São Paulo (USP)	2020	40
Universidade Estadual da Paraíb (UEPB)a	2014-2020	80
Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Machado	2020	32
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Avançado Ilha Solteira		

Além dos números significativos, é possível verificar a relevância da experiência de aprendizagem em Teletandem para os participantes estrangeiros por meio de relatos, como o que segue:

> Para mim, a experiência de Teletandem realmente foi minha parte favorita da aula. Eu gostei muito de poder falar com uma falante nativa do português que teve a mesma idade e os mesmos interesses que eu. Foi como ter uma amiga a distança [*sic*] para ajudar melhorar [*sic*] meu português e para aprender sobre o Brasil desde a perspectiva dela. Eu também gostei de falar sobre os Estados Unidos e a ajudar ela [*sic*] com o inglês [*sic*]. Foi interessante ouvir suas perguntas sobre a nossa cultura e poder confirmar ou desmentir [*sic*]. Eu aprendi sobre as eleições brasileiras: como o povo brasileiro é obrigado a votar até uma certa idade, e também sobre a opinião pública respeito ao [*sic*] Bolsonaro e o PT. Eu sinceramente sinto que ajudou meu português em alguns aspectos e que eu sei agora falar mais informalmente para não falar como uma gringa.

O relato de um participante brasileiro também revela suas descobertas sobre a própria cultura em relação a uma estrangeira:

> [...] em português, conversamos sobre nossas universidades. Expliquei a minha parceira que morava em outra cidade, mas quando iniciei a graduação, passei a dividir um apartamento com outros estudantes. Disse a ela que nós chamávamos essa configuração de "República", e expliquei o outro significado do termo, causando-lhe interesse. Ela respondeu, explicando que grande parte de seus amigos fazem o mesmo, o que me fez refletir sobre a proximidade dessas duas realidades e das realidades dos estudantes no Brasil

Esses relatos evidenciam que a prática de Teletandem, ao mesmo tempo em que dá voz a brasileiros e brasileiras para apresentarem suas perspectivas sobre a

língua e a cultura, permite troca de informações e (re)construção de significados, promovendo maior compreensão da realidade brasileira por parte dos participantes.

O segundo vetor de difusão do português e da cultura do Brasil é impulsionado pela pesquisa realizada no Teletandem, que promove o avanço do conhecimento nas áreas de linguística, linguística aplicada e educação. No que concerne à língua portuguesa (como língua estrangeira ou adicional), especificamente, encontram-se 63 trabalhos publicados em que se abordam questões de ensino e aprendizagem no escopo do Teletandem.

Esses dados foram obtidos a partir de busca realizada no site do Projeto Teletandem Brasil (<www.teletandembrasil.org>), em repositórios institucionais, e em três bases de dados (Web of Science, Scopus, Scholar Google). Os termos buscados foram "Teletandem" e "português" ou "língua portuguesa".

Além disso, deve-se destacar a atuação do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq desde 2006, cujo título atual é "InviTe – Intercâmbio Virtual e Teletandem: Línguas Estrangeiras para Todos" (gp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2209139477462677). O grupo congrega professores-pesquisadores dos três *campi* da UNESP, ou que nela tiveram sua formação e hoje atuam em outras instituições. Consultando as citações do Google Acadêmico, verifica-se que as publicações dos pesquisadores principais têm reconhecimento da comunidade acadêmica, pois são 1.728 citações apenas nos últimos cinco anos.

É importante destacar que o grupo vem ampliando sua atuação internacional por meio da participação de seus membros em (i) programas institucionais de fomento à internacionalização, como o BRAVE (Brazilian Virtual Exchange) (<https://www2.unesp.br/portal#!/arex/mais-informacoes/programa-brave/>), e (ii) projetos institucionais financiados, tais como o PrInt (Programa Institucional de Internacionalização), financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), além de projetos individuais de pesquisa financiados por outras agências de fomento, como a FAPESP. Nesse quesito, destacam-se projetos cujo objetivo foi a criação de um *corpus* de aprendizes de língua estrangeira: o MulTeC (Multimodal Teletandem Corpus) (ARANHA; LOPES, 2019), que contém dados orais e escritos de 282 aprendizes de línguas estrangeiras (inglês e português), gerados entre 2012 e 2015 no contexto Teletandem. Trata-se de dados digitais de acesso livre para que qualquer pesquisador interessado possa usar em suas investigações (Open Knowledge, 2013).

O grupo ainda possui três *websites* em que disponibiliza informações sobre o Teletandem e os resultados de suas ações: (i) *website* principal, ativo desde 2006, vinculado ao *campus* de Assis (<www.Teletandembrasil.org>), que reúne informações de todos os membros do grupo, (ii) dois *websites* específicos para informações do Teletandem nos *campi* de São José do Rio Preto (<https://Teletandemriopreto.wixsite.com/ibilce>) e de Araraquara (<https://Teletandem.wixsite.com/fclar>). Em conjunto, esses websites recebem número expressivo de visitas únicas (pessoas conectadas a IPs diferentes que acessaram o *site*) no período de um ano, como nos gráficos a seguir apresentados:

As pesquisas realizadas pelo grupo, a ampliação da proposta para outras instituições, e o número de participantes que se beneficiaram ratificam o objetivo inicial do projeto que é oferecer "línguas estrangeiras para todos". Levar a língua portuguesa falada no Brasil a milhares de estudantes de diferentes países representa uma contribuição do Teletandem para além da difusão do português e da cultura do Brasil, uma vez que abre espaços de diálogo, promove a interculturalidade e desvela a riqueza multifacetada do país.

Teletandem
(Número de atendimentos por instituição)

Instituição	Período	Número de atendimentos
UNESP – Campi Assis, Araraquara, SJRio Preto	(2009 – 2020)	7.860
FATEC – São José do Rio Preto	(2017 – 2020)	70
Universidade Federal de Ouro Preto	(2017 – 2020)	400
Universidade Estadual do Norte do Paraná	(2017 – 2020)	84
Universidade de São Paulo	2020	40
Universidade Estadual da Paraíba	(2014 – 2020)	80
IFSULDEMINAS - Campus Machado	2020	32
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Avançado Ilha Solteira	2020	28

Referências

ARANHA, Solange; CAVALARI, Suzi Marques Spatti. A trajetória do projeto Teletandem Brasil: da modalidade institucional não-integrada à institucional integrada. *The Especialist*, v. 35, n. 2, 2014.

ARANHA, Solange; LOPES, Queila Barbosa. Moving from an internal databank to a sharable multimodal corpus: the MulTeC case. *The Especialist*, v. 40, n. 1, 2019.

ARAÚJO SILVA, Rickison Cristiano; DE SOUZA, Fábio Marques. O Teletandem como espaço para aprendizagem e formação de professores de línguas. *Fólio Revista de Letras,* v.11, n.1, p. 983-1001, 2019.

BOTELHO, Gabriela Rodrigues. Teletandem: desafios, sucessos e reflexões sobre a expressão oral em espanhol como língua estrangeira na UNS. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)*, v. 6, p. e097020-e097020, 2020.

BRAMMERTS, Helmut. Language Learning In Tandem Using. *In*: WARSCHAUER, M. (ed.) *Telecollaboration in foreign language learning*: Proceedings of the Hawaii Symposium. Honolulu: University of Hawaii Press, 1996. p. 121.

CARVALHO, Kelly Cristiane Henschel Pobbe; RAMOS, Karin Adriane Henschel Pobbe; MESSIAS, Rozana Aparecida Lopes. Haciendo caminos: histórias de Teletandem na formação de professores de espanhol. *Caracol*, n. 13, p. 78-101, 2017.

CAVALARI, Suzi Marques Spatti; ARANHA, Solange. Teletandem: integrating e-learning into the foreign language classroom. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 38, n. 4, p. 327-336, 2016.

DA COSTA, Leila Martins Gonçalves; SALOMÃO, Ana Cristina Biondo; ZAKIR, Maisa. Transcultural and Transcontinental Telecollaboration for Foreign Language Learning: proposals and challenges. *Revista do GEL*, v. 15, n. 3, p. 26-41, 2018.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma. Aprendizagem colaborativa de línguas estrangeiras: foco em interações face a face e mediadas pelo computador. *Polifonia*, v. 25, n. 39.1, p. 165-182, 2018.

KLEN-ALVES, Viviane; TIRABOSCHI, Fernanda Franco. Experiencing Teletandem: A collaborative project to encourage students in tandem interactions. *Revista do GEL*, v. 15, n. 3, p. 109-130, 2018.

TELLES, João A.; VASSALLO, Maria Luisa. Aprendizagem de línguas in-tandem: Teletandem como uma proposta alternativa em CALLT. *The Especialist*, v. 27, n. 2, p. 189-212, 2006.

Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTCs)

A palavra "terminologia" pode ter dois significados distintos. O primeiro refere-se ao conjunto de termos próprios de uma ciência, técnica, arte, segmento industrial ou atividade profissional. Como exemplos, podem-se citar as terminologias da nanotecnologia, da instrumentação cirúrgica, da música, da indústria automotiva, da enfermagem, etc. O segundo significado refere-se não só ao conjunto de práticas e métodos utilizados na compilação, descrição, gestão e apresentação dos termos de uma determinada linguagem de especialidade (*i.e.*, terminologia como atividade) (SAGER, 1993), como também ao conjunto de postulados teóricos necessários para dar suporte à análise de fenômenos linguísticos concernentes à comunicação especializada, incluídos aí os termos, evidentemente (*i.e.*, terminologia como teoria) (ALMEIDA; CORREIA, 2008). Para efeito de clareza, emprega-se normalmente "terminologia", com inicial minúscula, para designar vocabulário ou repertório vocabular; para terminologia enquanto atividade e teoria, emprega-se "Terminologia", mas com a inicial maiúscula.

Já as "terminologias", no plural, referem-se aos conjuntos das palavras e expressões específicas (*i.e.*, os termos) empregados num dado domínio especializado. Quando o termo é utilizado numa situação comunicativa (escrita ou falada) especializada, a precisão terminológica é fundamental. Daí a relevância de haver uma disciplina (Terminologia) que se ocupa da tarefa de sistematizar os vocabulários especializados.

A prática de recopilar termos de uma dada área de conhecimento é muito mais antiga do que se pode imaginar, haja vista que o ato de nomear o mundo e as coisas sempre foi uma necessidade do homem. Segundo Barros (2004), tem-se registro dos primeiros repertórios terminológicos a partir de 2600 a.C., "feitos pelos sumérios em forma de tijolos de argila" (p. 29), nos quais havia palavras relacionadas "a profissões, gado, objetos comuns e divindades" (VAN HOOF, 1998, *apud* BARROS, 2004, p. 29). A partir daí, várias iniciativas de construir repertórios terminológicos afluíram em distintos locais, mas é no

século XVIII que vai ocorrer uma expressiva contribuição de recopilação de termos, notadamente nos domínios da Química, por intermédio de Lavoisier e Berthold, e da Botânica e Zoologia, graças ao incansável trabalho de Linné (CABRÉ, 1993).

O estabelecimento da Terminologia como disciplina científica que estuda os termos de uma área de especialidade vai se dar a partir da publicação da tese de doutorado de Eugen Wüster (1899-1977), em 1931, cujo título é *A normalização internacional da terminologia técnica* (CABRÉ, 1996; BARROS, 2004). Com sua tese, Wüster inaugura a Teoria Geral da Terminologia (TGT), concebida como disciplina autônoma e definida como um campo próprio de relação entre as ciências das coisas e outras disciplinas como a linguística, a lógica, a ontologia e a informática (CABRÉ, 1996). A teoria iniciada por Wüster é considerada o desenvolvimento teórico mais sistemático e coerente já realizado sobre os termos (CABRÉ, 1996). Depois da publicação da tese de Wüster, novas teorias e/ou abordagens terminológicas foram propostas por distintos pesquisadores em diferentes países, o que confirma o caráter da Terminologia enquanto disciplina autônoma.

É com esse respaldo teórico que está sendo desenvolvido o projeto *Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa* (TCTC). Trata-se de um projeto que tem como objetivo global a criação e disponibilização pública, na plataforma do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC), de terminologias científicas e técnicas para os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com estrutura comum, geridas conjuntamente, no âmbito do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), gratuitas e de livre acesso. Como resultado, prevê-se a criação de recursos terminológicos conjuntos para todos os países de língua oficial portuguesa que fazem parte da CPLP.

O projeto foi submetido pelo IILP ao Fundo Especial da CPLP em junho de 2015. Passou então por adequações para atender as demandas do Conselho Científico do Instituto e tornar-se exequível, entrando em vigor efetivamente em julho de 2016.

As TCTC, projeto ainda em curso, têm origem no artigo 2º do Tratado do Acordo Ortográfico de 1990 (AO/90), assinado em Lisboa, em 16 de dezembro deste mesmo ano, por todos os Estados membros na época. O artigo 2º do AO/90 determina que:

> Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, no que se refere às terminologias científicas e técnicas. (PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA)

Ressalte-se que é nas terminologias que existem algumas das maiores diferenças entre os países da CPLP; ao mesmo tempo, é na terminologia que mais facilmente é possível coordenar políticas linguísticas entre os países, especialmente para a definição conjunta de termos para novos conceitos e realidades no domínio da ciência, da tecnologia e da indústria. Para isso, no entanto, é necessário criar instrumentos comuns que reúnam o material já existente, alinhem esse material, tornando-o compatível, e que se publique o resultado numa plataforma comum, tornando-o acessível ao público interessado: usuários da língua em geral, terminológos, tradutores,

documentalistas, especialistas de domínio, por fim, instituições e/ou organizações dos Estados membros e internacionais, com ou sem fins lucrativos, nomeadamente políticas, industriais, técnicas e científicas, de gestão de informação, de tradução e interpretação e de desenvolvimento computacional.

A plataforma comum referida acima já existe e está disponível *on-line*, em: <https://voc.iilp.cplp.org/> (acesso em: 24 fev. 2021). Trata-se do sítio onde já está armazenado o VOC.

A relevância do projeto TCTC diz respeito ao fato de que todo o conhecimento técnico/científico só pode ser ensinado, intercambiado, compartilhado e divulgado por meio de palavras. Essas palavras, adequadamente repertoriadas, vão constituir as terminologias de cada domínio das ciências e das técnicas. Assim, por meio do projeto TCTC, será possível sistematizar e disponibilizar publicamente, na plataforma do VOC, terminologias dos países da CPLP. Com isso, a língua portuguesa disporá de bases de dados terminológicos capazes de colocá-la a par das línguas com mais recursos, especialmente para a tradução e a interpretação e para o emprego em organizações internacionais. Assim, a língua portuguesa poderá se confirmar também como uma língua das ciências e das técnicas.

No que se refere à contribuição do Brasil para as TCTC, tema deste verbete, há que se destacar alguns fatores que colaboram direta e indiretamente para a profusão de terminologias na sociedade brasileira.

Dentre a contribuição direta, podem ser citados a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), a Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ministério da Saúde e a ação das universidades. Todas essas instituições serão detalhadas a seguir.

Um dos primeiros organismos a dar impulso às terminologias brasileiras é a ABNT, criada em 28 de setembro de 1940. Antes mesmo de a Terminologia constituir-se como disciplina da área da Linguística, da Tradução e/ou da Ciência da Informação, o Brasil, por intermédio da ABNT, já desenvolvia repertórios terminológicos.

Mesmo sendo uma associação reconhecida pelo governo federal por meio de diversos instrumentos legais, a ABNT é uma entidade privada e sem fins lucrativos. A ABNT se organiza em 10 macrossetores e estes, por sua vez, se desdobram em 331 subcategorias, denominadas Comitês Brasileiros ou Comissões Especiais responsáveis pela normalização do setor correspondente. Na Figura 1, a título de exemplo, apresentam-se os 10 macrossetores e as 24 subcategorias de apenas um deles: o macrossetor de agricultura e tecnologia de alimentos.

Fonte: elaborado pela autora.

Os 17 primeiros Comitês Brasileiros foram criados em 1968 e, a partir de então, passaram a ser identificados pela sigla ABNT/CB seguida de um número, que identifica o setor de atuação. Embora a data da criação dos primeiros comitês tenha sido 1968, a primeira norma, a NB 01, que trata do *Projeto e execução de obras de concreto armado*, foi publicada em 1940 e depois rebatizada de ABNT NBR 6118:2014 – *Projeto de estruturas de concreto – procedimento*.

Tanto os comitês como as comissões especiais têm grande importância para as terminologias brasileiras, porque, entre outras especificidades, eles se ocupam de normalizar a terminologia do setor, os requisitos, os métodos de ensaio e demais generalidades.

Para além de desenvolver terminologias técnico-científicas de distintos domínios do conhecimento, a ABNT também foi pioneira no Brasil em normalizar o próprio saber-fazer terminológico. Em abril de 1996, a associação publicou o Projeto de Norma 00:02.023-003, elaborado pela Comissão de Estudos Especial Temporária de Terminologia, baseando-se na norma ISO/DIS 860/95. Esse Projeto de Norma fornecia os princípios básicos e os procedimentos para a harmonização de conceitos e termos em uma ou em várias línguas. Depois disso, veio a público a NBR 13789 – *Terminologia – Princípios e métodos – Elaboração e apresentação de normas de terminologia* – publicada pela primeira vez em março de 1997. Essa norma trata dos seguintes

assuntos: terminologia, glossário, apresentação. A mesma norma traz, ainda, as seguintes normas complementares: a) NBR13790 – *Terminologia – Princípios e métodos – Harmonização de conceitos e termos*, que trata dos respectivos assuntos: terminologia, harmonização de conceitos e termos; harmonização de conceito; harmonização de termo; b) NBR13791 – *Terminologia – Indicativo de línguas – Simbologia*, que trata de terminologia, código, símbolo e código para língua.

Outro organismo fundamental foi IBICT, criado no início da década de 1950. O Instituto, desde a sua criação, tem como missão "promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico" (IBICT). A partir da década de 1970, o IBICT consolidou-se como órgão que coordena as atividades de informação em ciência e tecnologia (C&T).

Dentre as iniciativas marcantes do Instituto nos anos de 1990 a 1995, destacam-se, segundo Leal (1998, p. 32-33): a) a organização do 2º Simpósio Latino-Americano de Terminologia e o 1º Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica; b) a recomendação para a "criação de um Banco de Termos em Ciência e Tecnologia, cuja alimentação deveria dar-se de forma cooperativa;" c) "apresentação sucinta do Projeto Integrado para Implantação e Difusão de Terminologia Científica e Técnica no Brasil;" d) "formulação de uma política comunitária em terminologia para o Brasil;" e) "curso de formação em terminologia;" f) "Comissão de Estudo Especial Temporária de Terminologia (CEET) da ABNT."

Ainda de acordo com o IBICT, na época:

> Normalizar a terminologia na indústria se faz necessário para refletir sempre o consenso de técnicos especialistas em todas as áreas de atuação, tanto no nível de desenvolvimento de projetos de engenharia, manutenção, ou ainda no departamento de compras, vendas e marketing. (LEAL, 1998, p. 32)

Outra instituição relevante para a produção terminológica brasileira é a Embrapa, criada em 26 de abril de 1973 e que tem como desafio desenvolver, em conjunto com os "parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no país" (EMBRAPA). Trata-se de uma "empresa de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para a agropecuária brasileira" (EMBRAPA). A atuação da Embrapa, por meio de suas atuais 43 unidades espalhadas por todo o território nacional, ajudou a transformar a agropecuária brasileira numa "das mais eficientes e sustentáveis do planeta" (EMBRAPA). A oferta de carne bovina e suína foi quadruplicada e a oferta de frango foi ampliada em 22 vezes. "Essas são algumas das conquistas que tiraram o país de uma condição de importador de alimentos básicos para a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais" (EMBRAPA). Juntamente com todo esse avanço, há uma vasta produção de terminologias, glossários, dicionários e *thesauri*, já que a necessidade de indexar todo o conhecimento produzido pela Embrapa é permanente.

Ainda no segmento da agropecuária, é preciso citar a Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO, integrante do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), criada em 19 de agosto de 2015 e oficializada na estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Um dos grandes feitos da ENAGRO, no que se refere à terminologia, foi o desenvolvimento do *Thesaurus Agrícola Nacional* (THESAGRO), "um vocabulário especializado em agricultura e utilizado para o controle terminológico nos processos de indexação e recuperação dos documentos" (ENAGRO). Sua primeira publicação foi em junho de 1979. Em 1989, foi publicada uma nova edição com seu repertório bastante ampliado. Atualmente, o THESAGRO conta com 9.351 termos (BINAGRI).

Outra iniciativa relevante para o enriquecimento das terminologias brasileiras se deu no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, fundado em 1937 e vinculado ao Ministério da Educação. Em 2000, o Inep lançou

a primeira versão do *Thesaurus Brasileiro da Educação – Brased*. Esta versão, depois de melhorada e adaptada a uma nova plataforma computacional, foi relançada em 2009, contando com mais de 12.000 termos (disponível em: <http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>. Acesso em: 16 dezembro 2020).

Também como contributo às terminologias em língua portuguesa, destaca-se o *Glossário do Ministério da Saúde*, publicado em 2004. Trata-se de uma iniciativa do Ministério da Saúde, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Documentação e Informação do mesmo Ministério, constituindo o

> primeiro produto do Projeto de Terminologia em Saúde, que tem por objetivos sistematizar a atualização da Categoria de Saúde Pública dos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS) e estruturar a indexação e a recuperação da informação do Ministério da Saúde. (BRASIL-MS, p. 11)

O *Glossário* conta com 672 termos e um conjunto significativo de siglas e acrônimos empregados no âmbito do Ministério da Saúde e entidades vinculadas. (BRASIL--MS, p. 14)

Outro segmento que vem colaborando com o desenvolvimento de terminologias em português desde a década de 1980 são as universidades, por meio do desenvolvimento de pesquisas e da inserção dessa disciplina, inicialmente nos cursos de pós-graduação e, posteriormente, nos cursos de graduação.

Nesse segmento, destaca-se a criação do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) em 1992.

Além disso, a Terminologia se tornou objeto de diversas pesquisas. Uma busca realizada na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir do último censo realizado, correspondendo ao ano de 2010, gerou uma quantidade significativa de resultados. Para empreender a busca no referido diretório, utilizou-se a palavra "terminologia" nos seguintes campos: nome do grupo de pesquisa e/ou nome da linha de pesquisa em que o grupo atua e/ou palavra-chave da linha de pesquisa.

Essa busca retornou 22 grupos. Constatou-se que todos esses grupos pertencem às áreas de Letras e Linguística, o que pode causar alguma surpresa, já que a Terminologia é também disciplina da área da Ciência da Informação. Em vista da preponderância das áreas de Letras e Linguística, efetuou-se outra busca no sítio do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Selecionou-se, então, cada um dos 49 membros participantes para, a partir daí, empreender outra busca no currículo Lattes de cada pesquisador. Por meio desse currículo, é possível acessar o grupo de pesquisa ao qual o/a docente pertence (ou lidera). Essa pesquisa retornou nove grupos.

Somando-se, então, a busca no diretório do CNPq à busca no Grupo de Trabalho da ANPOLL, chegou-se a 31 grupos de pesquisa no Brasil, envolvendo Terminologia, com a distribuição geográfica apresentada na Figura 3.

Dentre a contribuição indireta, podem ser citados os setores da indústria – tanto do ponto de vista da produção quanto da formação –, do varejo e da prestação de serviços. Todos eles têm um relevante papel na constituição dos saberes especializados e, consequentemente, dos termos que nomeiam esses saberes.

Em ordem cronológica de fundação, pode-se citar a Confederação Nacional da Indústria (CNI), criada em 1938, que reúne atualmente 27 federações estaduais, totalizando 1.250 sindicatos e quase 1,3 milhão de estabelecimentos no país. "A CNI é a principal representante da indústria brasileira na defesa e na promoção de políticas públicas que favoreçam o empreendedorismo e a produção industrial" (CNI).

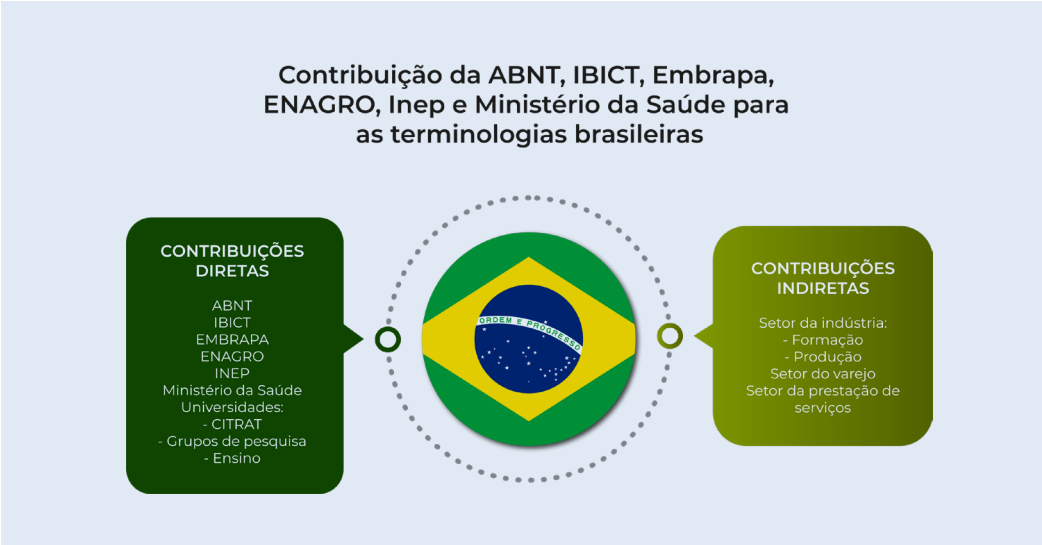
Em seguida, é preciso chamar a atenção para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942. Trata-se de "um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina." (SENAI). Desde a sua criação, o SENAI já formou mais de 73 milhões de trabalhadores em 28 áreas da indústria, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica.

Outro organismo digno de nota é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), fundado em 1946, e que atua na educação profissional voltada para o comércio de bens, serviços e turismo.

Além do Senac, há o Serviço Social da Indústria (SESI), criado também em 1946 e que "atende indústrias e trabalhadores em gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e na promoção da saúde e educação dos trabalhadores, seus dependentes e comunidade" (SESI).

Há ainda a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), fundada em 1960, e que persegue o seguinte objetivo: obter "os meios que permitam o fortalecimento da livre iniciativa, a diminuição da burocracia, a redução da carga tributária e a defesa das reivindicações de interesse dos lojistas" (CNDL).

Apresentam-se, na Figura 2, as contribuições diretas e indiretas de todos esses agentes, responsáveis pela construção do conhecimento no Brasil.

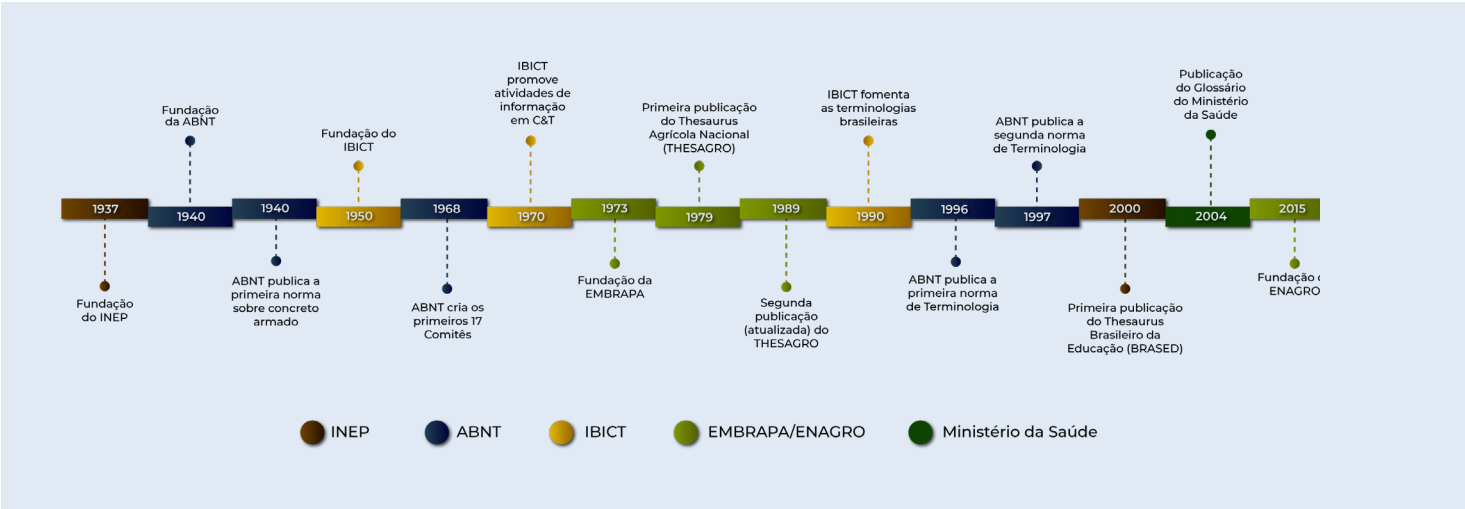


Fonte: elaborado pela autora.

Paralelamente à plena efervescência do desenvolvimento técnico-científico da sociedade brasileira, há a profusão de terminologias, pois é preponderante a nomeação de novos referentes (técnicas, métodos, processos, produtos etc.). Observa-se, pois, a grande contribuição do Brasil às terminologias científicas e técnicas, haja vista a enorme quantidade de repertórios em língua portuguesa já construídos e consolidados nos organismos e/ou instituições citados: ABNT, IBICT, Embrapa, ENAGRO, Inep, Ministério da Saúde, universidades, CNI, SENAI, Senac, SESI e CNDL.

Além das contribuições terminológicas propriamente ditas, pode-se citar a coordenação do projeto TCTC que, desde a sua proposição, esteve a cargo de duas pesquisadoras brasileiras: Gladis Maria de Barcellos Almeida (2016 a 2019) e Tanara Zingano Kuhn (2020). Nesses quatro anos de atividades, houve significativos avanços que podem ser observados, a seguir, na lista de tarefas já realizadas.

1) tarefas executadas entre julho/2016 e dezembro/2019: produção de documentação para as equipes nacionais, isto é, redação de protocolos e demais materiais necessários, especificando todas as tarefas; recolha e disponibilização às equipes nacionais de bibliografia de base para a produção de trabalho terminológico; adoção de um sistema de classificação de rubricas; identificação dos eventuais termos, de distintos campos do saber, já presentes no VOC, e atribuição de uma rubrica indicativa da área e/ou atividade em cada um deles; curso de formação para as equipes nacionais; desenvolvimento de um projeto-piloto envolvendo os domínios do petróleo e informática para validar a metodologia; extração de terminologias de fontes lexicográficas, cotejamento com as palavras do VOC e tratamento ortográfico.



2) tarefas executadas em 2020: criação de uma estrutura de base de dados, garantindo a interoperabilidade com o VOC; identificação de domínio técnico e científico que tenha terminologia oficialmente adotada nos diferentes Estados membros; obtenção dessa terminologia, alinhamento, tratamento dos dados e sua inserção na estrutura da base de dados; criação de suporte para unidades multipalavras que interaja com o sistema de bases de dados do VOC; criação de uma plataforma própria de indexação e validação dos termos; desenvolvimento de uma metodologia para alinhamento de termos; avanço nas questões pendentes acerca do sistema de classificação do conhecimento, dado que cada termo inserido no VOC terá uma rubrica que lhe atribuirá a(s) área(s) de conhecimento à(s) qual(quais) ele pertence; desenvolvimento do protótipo computacional; elaboração de um vídeo curto sobre o TCTC, para ser publicado no canal do IILP no Youtube, a fim de divulgar o projeto e o instituto (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KjcG7WryBFQ&t=1s>. Acesso em: 20 fev. 2021).

É importante destacar que o sucesso do projeto TCTC depende do engajamento dos Estados membros, pois são eles que elegem os domínios relevantes e seus especialistas, identificam e validam suas terminologias, sem as quais, não há dados para serem trabalhados. Acredita-se que, a partir do segundo semestre de 2021, haverá um cenário mais promissor no que se refere ao arrefecimento da pandemia de COVID-19, o que promoverá a retomada dos trabalhos pelos Estados membros e o desenvolvimento do projeto como um todo, iniciando-se pela realização, no Brasil, da reunião formativa presencial sobre as TCTC. Tal evento, proposto e apoiado pelo governo brasileiro, foi acolhido pelos conselheiros durante a IV Reunião Extraordinária do Conselho Científico do IILP, ocorrida em novembro de 2020 (O IILP).

Vale destacar, ainda, a intervenção do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, por ocasião da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em nove de dezembro de 2020, na qual ele destaca a importância do referido

projeto para a projeção da língua portuguesa no mundo das ciências e das técnicas (BRASIL-MRE).

Como se pôde constatar, as linguagens especializadas, com o suporte prático e teórico da Terminologia, são peças-chave para legitimar a função real de uma língua como veículo de comunicação também em situações especializadas, o que reforça, evidentemente, a importância do projeto TCTC no cenário da CPLP.

Referências

ALMEIDA, Gladis M. B.; CORREIA, Margarita. Terminologia e *corpus*: relações, métodos e recursos. *In:* TAGNLN, Stella E. O. e VALE, Oto A. (orgs.) *Avanços da linguística de corpus no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Humanitas/FPLCH/USP, v. 1, p. 67-94.

BARROS, Lídia A. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

BINAGRI – Biblioteca Nacional de Agricultura. *Thesaurus Agrícola Nacional*. Disponível em: <http://sistemas.agricultura.gov.br/tematres/vocab/index.php>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Discursos*. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/intervencao-do-ministro-ernesto-araujo-na-xxv-reuniao-ordinaria-do-conselho-de-ministros-da-cplp-2013-09-12-2020>. Acesso em 19 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Glossário do Ministério da Saúde*: projeto de terminologia em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvs-ms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_ms.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CABRÉ, Maria T. *La terminología*: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona, Editorial Antárdida/Empúries, 1993.

CABRÉ, Maria T. Presentación. *In:* CABRÉ, Maria T. (org.) *Terminologia*: selección de textos d'E. Wüster (trad. catalã de Anna C. i Galera e Teresa G. i Morell). Barcelona: Servei de Llengua Catalana – Universitat de Barcelona, 1996, p. 5-7.

CNDL. *Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas.* Disponível em: <https://site.cndl.org.br/institucional/historico/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CNI. *Confederação Nacional da Indústria.* Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

EMBRAPA. *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.* Disponível em: <https://www.embrapa.br/quem-somos>. Acesso em: 16 dez. 2020.

ENAGRO. *Escola Nacional de Gestão Agropecuária*. Disponível em: <http://enagro.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

IBICT. *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*. <https://www.ibict.br/sobre-o-ibict-1>. Acesso em 16 dez. 2020.

LEAL, Joice J. Terminologia na indústria. *Terminômetro. Terminologia no Brasil*, n. esp. 3, União Latina, 1998, p. 31-32.

O IILP realiza a IV Reunião Extraordinária do Conselho Científico. *Blogue do IILP*. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2020/11/20/iilp-realiza-a-iv-reuniao-extraordinaria-do-conselho-cientifico/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo&version=1990>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SAGER, Juan C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología.* Madrid: Fundación German Sanchez Ruipérez/Pirámide, 1993. Trad. castelhana de Laura C. Moya

SENAI. *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

SESI. *Serviço Social da Indústria*. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A existência, no Brasil, de uma instituição de ensino superior promotora de conhecimentos partilhados entre países de povos de língua oficial portuguesa permite perceber a relevância de efetivar aquilo que, anteriormente, muitas vezes ficava no plano de um discurso sem práxis nas sociedades que a compõem. Ou seja, a criação de um espaço institucional que trouxesse um muito de vontade e de disposição para reavaliar ensinos, reaver os campos multifacetados dos saberes, ponderar criticamente sobre histórias, (re)elaborando narrativas em um processo que requeria não apenas a escuta atenta e necessária de vozes, mas de ações concretas. Foi pensado, assim, tal espaço advindo do imagético e tornado realidade: uma universidade inteira, federal, instalada no interior do Brasil, mas integrada a um projeto internacional.

Com tais percepções dos trânsitos multifacetados no escopo intercultural internacionalizado, e sem perder de vista os sentidos de uma instituição pública, democrática, gratuita e de qualidade, surge a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. As diversas áreas do saber nela presentes possuem como fulcro a parceria entre países parceiros falantes da Língua Portuguesa, com ênfase nos africanos (PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Todos integrados no sentido de reelaborar condições de reflexão sobre um passado já bastante conhecido, e ainda com ressonâncias várias e desdobramentos na contemporaneidade, das marcas dos processos de silenciamento advindas do veio do sistema colonial.

Estava presente no nascedouro da Unilab, há 10 anos, uma proposta inovadora de cooperação solidária sul-sul com África e Ásia (UNILAB, 2010). Deste modo, podemos assinalar os países parceiros: América Latina (Brasil); África (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau); Ásia (Timor-Leste); Europa (Portugal). Devido ao âmbito do levantamento de necessidades, o último país não possui muita ênfase nas diretrizes gerais da Unilab. Quanto a Macau, embora estivesse no plano inicial de inserção como ponto estratégico daquele espaço

da China com ações de difusão da língua portuguesa, ainda não foi possível firmar parceria concreta. Guiné-Equatorial, incorporada depois como Estado membro, indicou na V Reunião do Conselho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP/2015) em Cabo Verde, o anseio no trabalho de formação envolvendo a promoção da língua portuguesa.

Assim, houve a ausculta das demandas dos países possíveis para parceria, em um itinerário nada impositivo de mapeamento e levantamento das necessidades, dialogando e respeitando as particularidades de cada um referente às áreas do conhecimento para a elaboração dos projetos políticos-pedagógicos dos cursos a serem instalados (UNILAB, 2013).

A Unilab foi implantada no Nordeste brasileiro e alguns de seus *campi* situam-se no estado do Ceará, na microrregião do Maciço do Baturité, que dista 60 km da capital cearense. Redenção foi pensada como sede da instituição, escolhida por ser historicamente datada como o primeiro munícipio brasileiro a libertar os escravizados, fixando-se, assim, a pedra angular montada em uma justicativa possível para avaliar diretrizes centradas nos estudos afro-brasileiros integrados pelo idioma em comum na internacionalização. Há também *campus* em espaço limítrofe entre Redenção e o município de Acarape. Logo após, em 2013, houve a implantação de um *campus* em outro estado, Bahia, na cidade de São Francisco do Conde. As escolhas, por exemplo, dos nomes dos *campi* da Unilab (Liberdade, Palmares, Auroras, Malês) indicam propósitos reveladores do direcionamento contrahegemônico que se requer em seu projeto. Homi Bhabha (1998) afirmara sobre os deslocamentos dos discursos eurocêntricos que em si já são montados contraditoriamente. A "retroversão histórica" seria, assim, plausível apenas para entendimento, análise crítica e desmonte de um discurso hegemônico.

A inserção universitária, com palestras e ações de acolhimento aos estudantes estrangeiros, e o mergulho inicial dos ingressantes em componentes curriculares do núcleo comum ofertados a todos os cursos da Unilab, como leitura e produção de textos, sociedade, história e culturas lusófonas e tópicos interculturais nos espaços lusófonos foram pontos de partida, em 2011, no então recém processo de integração desta amálgama chamada Unilab. Um ano após o ato de criação da mesma, também foi elaborada a grande área de Humanidades e Letras, nos dois estados, depois dividido em dois Institutos no Ceará: o de Humanidades (IH) e o de Linguagens e Literaturas (ILL).

Os seus projetos político-pedagógicos traçam um profícuo caminho de diálogo entre as produções dos países no campo estratégico humanístico, histórico-sociológico, bem como na produção de discursos mediante análise dos trânsitos linguísticos e literários e das políticas linguísticas. A criação do curso de Letras-Língua Portuguesa possibilitou o sentido geral de uma universidade desse porte, com a proposição de cursos de Português Língua Materna, Português como Segunda Língua e Língua Adicional na recepção formativa de estudantes oriundos dos países parceiros (PPC, julho/ 2013).

Entre ações no manancial de caminhos estratégicos em diversos setores do conhecimento, a Unilab cria o curso de Letras-Língua Portuguesa de presença

essencial nos trâmites pluriculturais, uma vez que está envolto em políticas linguísticas, trânsitos literários e também vincado na promoção da referida língua junto aos países parceiros que tenham uma das línguas oficiais a portuguesa. Vale ressaltar, nesse processo, a lei de obrigatoriedade do ensino de história, culturas e literaturas africanas e afro-brasileiras no ensino; relevante para o entendimento da concretização do projeto que visibiliza elementos essenciais das narrativas da história do Brasil distintas de discursos outrora forjados sobre tais questões.

A internacionalização que já integra o nome da universidade representa *per si* um laboratório vivo, pulsante onde o plurilinguismo se observa na prática, não somente no curso de Letras, mas em todos os outros da Unilab, tendo em seus espaços de convivência a diversidade, com o crioulo, o tétum e outras línguas nativas ao lado da vertente do denominado português brasileiro.

O contato dos discentes internacionais com a referida vertente, nos processos de interação, expõe o traço do pluricentrismo, observados mediante análises lexicais e semânticas e demais nuances aproximativas ou diferenciadoras do português de Portugal que aprenderam em seus países. Assim, a variação intralinguística é perceptível nos processos de ensino-aprendizagem de componentes do curso de Letras-Língua Portuguesa e que alicerçam como núcleo comum para outras áreas, bem como nos de interação significativa no cotidiano intra e extramuros de estudantes internacionais.

> Podemos ver que um ensino do português para falantes de outras línguas que parta do pressuposto de que o idioma está inserido em muitas culturas de nações tão diferentes entre si é um ensino rico e inclusivo, que proporciona aos aprendizes, além do conhecimento sistemático do português, a possibilidade de entrar em contato com as culturas da lusofonia. (OLIVEIRA; JESUS, 2018)

Mediante o elemento em comum, o idioma que alinha e traça os espectros da identidade linguística, há matizes do multilateral (JESUS, 2012), com a coexistência dos intercâmbios possibilitadores da compreensão das variantes de registros e dos elementos distintivos quanto às normas. A língua portuguesa entraria neste escopo não tanto como submissão àquilo denominado de *herança* subjacente do outrora colonizador, mas como possibilidade de mentalizar e efetivar mudanças no presente e no futuro combinando saberes entre os países parceiros. Tal assertiva aqui se faz necessária para indicar algo não coadunado às ingenuidades propositalmente reverberadas ou aos aligeiramentos interpretativos da recorrente alusão parafraseada à frase pessoana sobre a nossa pátria ser a língua portuguesa. O que subjaz na interlocução entre os países, no entanto, é a (re)apropriação da língua em comum para transformar sentidos, imprimir discursos dialógicos e construir parcerias eficazes.

O fomento de pólos ou de núcleos de ensino da língua portuguesa emerge como indicativo do papel da Unilab na promoção da língua portuguesa, inclusive com necessárias ações da universidade na imersão dos próprios estudantes advindos dos países parceiros, além dos estudos do português como língua adicional. Os estudantes mais jovens do Tmor-Leste, por exemplo, notoriamente pouco familiarizados com a língua portuguesa diante do histórico de pulverização advindo das ações proibitivas

da Indonésia naquele espaço, registrariam o papel de aprendizado da referida língua como elemento importante de resistência dos timorenses ao longo controle político indonésio. Há também um enfoque no aprofundamento de aprendizagem da mesma língua entre discentes oriundos de alguns países africanos, como Guiné-Bissau.

Por esse motivo, além das ressonâncias dos trânsitos possibilitados pela língua em comum, a Unilab propicia em suas várias atividades implementadas as particularidades da formação de cada um dos povos vinculadas a ela e às variáveis de outras línguas coadunadas que indicam repositórios identitários e de diversidade dos estudantes. No cotidiano dos tratos e nos caminhos sempre necessários do estatuto do oral entre os discentes das várias nacionalidades, percebe-se, desde o início da Unilab, o uso do tétum, dos crioulos ou outras línguas maternas de seus espaços específicos para a comunicação. Com o recém-criado núcleo de línguas (NUCLI, 2020) da Unilab, vinculado ao ILL vislumbra-se o leque de horizontes para a inserção das línguas outras faladas nos espaços lusófonos, respeitando-se a diversidade e a troca intercultural, a saber o projeto extensionista de crioulo já existente e com participação ativa dos alunos no papel do ensino-aprendizado do mesmo.

Os cursos de graduação e pós-graduação estão vincados na flexibilidade, no multiculturalismo, nas ressonâncias de trocas entre os países parceiros, das análises regionais e nas ações tecnológicas e científicas. Ou seja, formar estudantes com excelência científica e tecnológica, mas também buscar ser local de estudo e de difusão das culturas dos países parceiros, respeitando e valorizando suas identidades e diversidades por meio de práticas e vivências sociais, culturais, esportivas e artísticas. Assim, seja qual for a área do conhecimento, o entendimento do histórico processo da reterritorialização dos povos que integram academicamente a feição da Unilab deve perpassar o debate sempre profícuo sobre a(s) língua(s).

Além de se pensar a difusão da língua levando-se em conta o relevo também da oralidade nas análises dessas trocas interculturais e dos trânsitos linguísticos, é imperativa a destituição, por exemplo, nesse processo, de discursos e imagens eivados de estereotipias conservadoras de e sobre negros, afro-brasileiros e africanos. A Unilab, nesse sentido, inaugura uma forma dissonante daquele processo, ou seja, distinta dos *status* que cristalizam aquilo que nela se sonha móvel e livre: um ensino libertador, que seja partilha no sentido de ser e sentir, tal como citado por Lourenço (2001), os modos de trocas intra, inter e ultramares. Por isso, tendo como fulcro, como já explicitado, as ações mediante aquilo que une a todos, a língua portuguesa, a referida universidade possui uma política de relações institucionais e internacionais que abre espaço para o livre e amplo intercâmbio de conhecimento e cultura entre o Brasil e os países de expressão portuguesa com inclusão social.

A Unilab prima por efetivar tal inclusão e integração. Isto não poderia ser diferente, frente aos próprios aspectos inseridos em sua linha diretriz: a luta e os trabalhos realizados na instituição Unilab de políticas de ações afirmativas tanto no acesso (para estudantes do ensino público dos municípios do Maciço do Baturité e do Recôncavo Baiano, afrodescendentes brasileiros, indígenas, LGBTQi), quanto nos processos educativos, discutindo aspectos socioculturais envolvidos em atitudes de preconceito, racismo e xenofobia e desenvolvendo mecanismos de sensibilizar a

comunidade acadêmica e da região para o problema das desigualdades e da aulscuta e respeito à diversidade.

A Unilab imprime-se, assim, como uma instituição de debates construtores e como espaço de potencial agregador e promotor da difusão da língua portuguesa com participações, desde a origem, em encontros dos Pontos Focais, AULP, missões, conferências e organismos internacionais vinculados ao estatuto de Observador Consultivo da CPLP. Potencial esse reconhecido, por exemplo, em portaria interministerial que a indicava como uma das representações institucionais à Comissão Nacional brasileira para o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CN-IILP/BR).

Neste sentido, a representação institucional da Unilab nas reuniões IILP em Brasília e Cabo Verde, por exemplo, permitiu reverberar as bases de construção concernentes ao futuro da língua portuguesa mentalizada pelos especialistas membros dos Conselhos Nacionais dos países parceiros, como a da plataforma do vocabulário ortográfico comum (VOC) e ao acordo ortográfico. Possibilitou também a operacionalização de planos estratégicos para as relações de caráter transversal nos eixos da educação, cultura, ciência e tecnologia e as ampliações do português como segunda língua e língua adicional.

Portanto, tais participações da Unilab neste processo de divulgação e promoção do escopo da língua portuguesa (LP) são indicativos de que a universidade está em sinergia com programas comuns de investigação, inovação e formação avançada para a internacionalização da LP proposta pela CPLP. Isto porque a universidade implementa ações necessárias na melhoria de sistemas educativos e formativos observados nas interlocuções, elaborações e execução de propostas com os países parceiros, sendo a mais relevante receber uma gama de discentes e docentes propiciadora direta em tais ações.

Aliar, portanto, a uma língua comum, seja como materna, seja como adicional, a possibilidade de conhecer a si e ao outro sem as máscaras do apaziguamento acrítico, bem como reconhecer-se na história dos espaços parceiros por intermédio de um passado muitas vezes comum, sem desprezar as marcas de si próprio no reconhecimento e reelaboração de identidades, caracteriza o cerne necessário para um *constructo* ou reordenamento de elementos de um momento ímpar. Ou seja, a capacidade de realizar o resgate das características formadoras dos *locus* pensados, com a perspectiva de cooperar solidariamente, ampliando-se a relação sul-sul e as trocas sem o signo subordinado.

A Unilab inaugura, assim, aquela nova diáspora de estudantes e de professores africanos e de outros países parceiros, pela via acadêmica, integrando a esta amálgama a afrobrasilidade. Um defluir entre países falantes da língua portuguesa sem a navegação em caravelas do sofrimento, porque sim, agora libertária, movimento destituído da força cerceadora ocorrida ao longo de séculos. Por meio da Unilab, o Brasil e os países parceiros, inseridos em um passado e em uma história com matrizes e memórias culturais em comum, possuem aquilo que os une, que serve para a difusão e trocas de conhecimento: a língua.

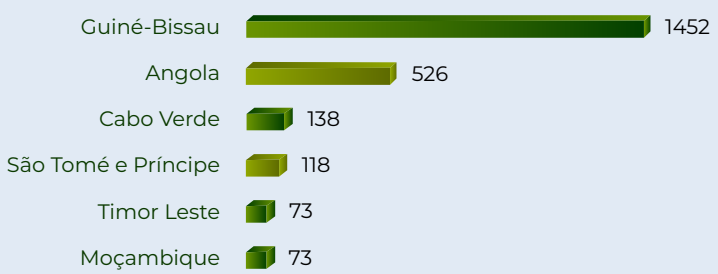
Estudantes dos PALOP em cursos de Letras

Campus	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Estrangeiros
Ceará	24	1	38	63
Bahia	9	0	26	35
Total	**33**	**1**	**64**	**98**

Pós-graduação

País	Ativos	Graduados	Total (por país)
Angola	2		2
Cabo Verde	2		2
Guiné-Bissau	11	2	13
Moçambique	1		1
Total	16	2	18

Estudantes da CPLP graduados/matriculados na UNILAB



Referências

ABDALA JR, Benjamin. *Literatura, história e política.* São Paulo: Ática, 1981.

BHABHA, Homi. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. (PDF). Disponível em: <https://teoliteraria.files.wordpress.com/2013/02/bhabha-homi-k-o-local-da-cultura.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cci-vil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

_____. Portaria Interministerial nº 12, de 12 de agosto de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15501-port-12&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 dez. 2020.

COUTO, Mia. Luso-Afonias – A lusofonia entre viagens e crimes. In: *Oração de sapiência*. Universidade de Faro, 2001.

FERREIRA, Murilo da Costa. De coração em África: a negritude poética de Francisco Tenreiro. In: *Nau literária:* crítica e teoria de literaturas. ISSN 1981-4526. PPG-LET UFRGS. Porto Alegre, v. 7, n. 01, jan/jul 2011, p.1-19 [Dossiê: literaturas africanas de LP]

GERALDI, Wanderlei. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JESUS, Diego Santos Vieira de. *Uma flor chamada desejo: o Brasil e o poder na Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200008>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LOURENÇO, Eduardo. Imagem e miragem da lusofonia. *In*: *Nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de; JESUS, Paula Clarice Santos Grazziotin de. Ensinando línguas em uma perspectiva pluricêntrica: o Portal de Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna. *Domínios de Lingu@gem*, v. 12, n. 2, p. 1043-1070, 29 jun. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/40367/22378>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO UNILAB. Coordenação de Planejamento, Coordenação de Infraestrutura. Redenção, 2012.

PROJETO PEDAGÓGICO (PPC). Graduação em Letras – Língua Portuguesa. Redenção, 2013.

REVISTA BRADO NEGRO. Entrevista com Ana Flauzina. Disponível em: <http://bradonegro.com/reflexoes.asp?NoticiaID=144>. Acesso em: 16 dez. 2020.

UNILAB. Diretrizes Gerais. Redenção, 2010.

_____. Unilab: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul-sul. (Org. DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, Unilab, 2013.

_____. PDI Unilab. Disponível em: <http://unilab.edu.br>. Acesso em: 10 dez. 2020.

_____. NUCLI. Disponível em: <http://nucli.unilab.edu.br>. Acesso em: 17 dez. 2020.

VALENTE, Monalisa. Entre o Ceará à África, as imagens, os trânsitos literários e os universos linguísticos: um exame crítico da prática de ensino. In: *Pibid-Unilab:* o local e a integração internacional na formação inicial. FREIRE, Jacquelie (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2016. ISBN: 978-85-7282-714-0, p. 59-72.

Universidade Federal da Integração Latino--Americana (UNILA)

Na fronteira do território brasileiro, às margens do rio Paraná, está sediada a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – a UNILA. Universidade pública brasileira, situada na região da tríplice fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil, em Foz do Iguaçu, a UNILA foi criada em 2010 com uma missão específica: "contribuir para a integração solidária da América Latina e do Caribe, mediante a construção e a socialização da diversidade de conhecimentos necessários para a consolidação de sociedades mais justas no contexto latino-americano e caribenho" (UNILA, 2013a, p. 8).

As propostas de criação de um espaço essencialmente latino-americano não são novas e já estavam explicitadas nas ideias de muitos personagens da história da América Latina. No plano educacional e científico, a ideia de criação de uma universidade que atuasse como elemento integrador remonta aos debates sobre o panamericanismo, no século XIX. Pode-se dizer que uma das últimas facetas desses ideais unificadores começa a se materializar com a idealização de uma universidade brasileira cujo princípio básico orientador é "promover a integração pelo conhecimento e pela cultura, para subsidiar a aspiração histórica de uma América Latina solidária e integrada em seus objetivos comuns" (IMEA, 2009, p. 8). Com esse mote, Hélgio Trindade, presidente da comissão de implantação, apresentou à comunidade internacional a proposta de criação da UNILA, sob forma de consulta, solicitando contribuições de saberes e ideias de intelectuais de diferentes lugares não só da América como de outras partes do mundo. Além da proposta de criação, foram enviados alguns questionamentos sobre os quais os especialistas eram convidados a discorrer. Um dos questionamentos referia-se à tendência de inter e transdisciplinaridade e suas implicações para a estrutura acadêmica. Sobre esse tema, o professor Luis Yarzábal, da Universidade da República, no Uruguai, fez o seguinte comentário:

> *Las sociedades latinoamericanas enfrentan hoy, de forma aislada y a veces confrontacional, diversos desafíos*

> *que podrían ser abordados por UNILA. Destacamos entre otros la sostenibilidad económica (competitividad, empleo e ingresos, eficiencia energética, transformación productiva); la sostenibilidad social (pobreza y exclusión, conflictividad, falta de cohesión, violencia); la sostenibilidad ambiental (cambio climatológico global, biodiversidad, manejo de ecosistemas). Es importante abordarlos de forma interdisciplinaria pero también intercultural, promoviendo estudios comparados del saber científico y humanístico y los distintos saberes (populares, tradicionales, urbanos, campesinos, indígenas). La estructura académica y el proyecto de la Universidad deberían tener en cuenta la importancia del enfoque científico-humanístico con el necesario desarrollo de la interculturalidad* (IMEA, 2009, p. 234).

O resultado dessa consulta, reunindo contribuições de mais de 40 especialistas de instituições da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, França, Itália, México, Nicarágua, Portugal, Uruguai e Venezuela, foi publicado no livro *UNILA: consulta internacional: contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA,* publicado em 2009.

Da mesma forma, na publicação *UNILA: uma universidade necessária*, Dias (2020) explica que a instituição também é tributária de discussões no âmbito do MERCOSUL Educacional por volta de 2007, sobre a necessidade de se criar uma universidade na e para a América Latina e Caribe. Muitos foram os professores, políticos e intelectuais que contribuíram com o desenho do projeto político-pedagógico institucional, a saber: Alessandro Warley Candeias, Axel Didrikson Takayanagui, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Carlos Tunnerman Bernheim, Célio Cunha, Eunice Ribeiro Durham, Fernando Haddad, Hélgio Trindade, Ingrid Sarti, Jorge Brovetto, Juan Carlos Gottifreedi, Lincoln Bizzozero, Luis E. Aragón, Luis Yarzábal, Luiz Enrique Orozco Silva Márcia Rivera, Miguel Rojas Mix, Norberto Fernández, Rodrigo Arocena, Stela Meneghel e Sylvie Didou dentre outros (DIAS, 2020).

Na concepção desse projeto institucional universitário inovador estava a preocupação em fundar uma instituição de ensino superior alinhada aos princípios básicos acordados na UNESCO em 1995, dentre os quais a ideia de uma universidade comprometida com a sociedade. Um dos documentos elaborados por essa importante comissão internacional foi o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os anos iniciais de operação da UNILA. No documento, define-se que os egressos da UNILA deveriam ter "sólida formação humana e técnico-científica, devendo ser capazes de refletir criticamente e selecionar informações importantes em suas áreas de trabalho, cultura e exercício da cidadania" (UNILA, 2013a, p.18).

Em janeiro de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.189/2010, que criou a Universidade. O local escolhido para sua sede foi a terra das grandes águas, onde pássaros, pedras, seres divinos, ventos e pessoas cantam. E com esse *grito en la voz*, iniciaram-se os chamados e os deslocamentos de docentes e discentes de diferentes partes do mundo. Vieram para Foz do Iguaçu estudantes dos três países fronteiriços: Argentina, Paraguai e Uruguai e, depois de dez anos, extrapolaram-se fronteiras físicas, econômicas, políticas: com a abertura de editais específicos para ingresso de indígenas, refugiados e portadores de visto humanitário, hoje, 32 nações estão presentes nos 29 cursos oferecidos pela UNILA.

Para contribuir com essa missão, da mesma forma, atenderam ao chamado docentes que estavam em diferentes partes. Para atuar na área de línguas, português, foram se incorporando docentes que estavam trabalhando com divulgação e ensino de português na Alemanha, na China, na França, no Brasil e em muitos outros lugares. No início, eram poucos os professores, porém dispostos a enfrentar os desafios que a universidade apresentava para promover "a redução de assimetrias sociais e a construção de modelos éticos de desenvolvimento capazes de permitir o advento de sociedades mais sustentáveis, conciliando crescimento econômico com equidade e equilíbrio ambiental" (IMEA, 2009, p. 9). Hoje, fazem parte do quadro da universidade professores de 14 países, além do Brasil: Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal e Senegal que representam menos de 15% de todos os docentes, o que ainda está distante da composição ideal que é de 50% de brasileiros e 50% de outros países.

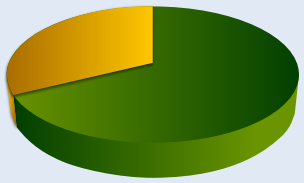
Aos "unileiros", ou seja, estudantes regularmente matriculados na UNILA, são oferecidas variadas oportunidades de engajamento em projetos de pesquisa e extensão ao longo de sua trajetória na graduação ou na pós-graduação. As experiências pedagógicas às quais têm acesso estão fundamentadas nos princípios basilares do projeto UNILA, a saber: a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e multilinguismo, a integração solidária e a gestão democrática. O princípio da interdisciplinaridade está relacionado ao objetivo institucional da promoção do diálogo entre saberes, com participação social, para a construção de conhecimento e de soluções relacionados à América Latina e ao Caribe. A interculturalidade, o bilinguismo e o multiculturalismo mediam as interações entre professores, discentes e servidores, uma vez que fazem parte da comunidade unileira representantes de diversas línguas e culturas. A integração solidária e a gestão democrática refletem-se principalmente na maneira de acesso à universidade e à garantia de espaços de representação discentes em órgãos superiores.

A forma de ingresso de estudantes brasileiros se dá como em outras universidades federais, via Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em que a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é usada para alocar os estudantes nas vagas disponíveis nos cursos de graduação da UNILA. Quanto à seleção de estudantes internacionais, um dos grandes desafios da UNILA é levar a cabo uma política de internacionalização universitária pela via solidária. O relato dos servidores da Pró-Reitora de Relações Institucionais e Internacionais publicado no livro *O caso da UNILA* narra a experiência de oito anos trabalhando junto ao Processo Seletivo Internacional. Eles afirmam que o ingresso dos estudantes internacionais é a pedra basilar do projeto UNILA, e que já no primeiro ano da instituição, além de brasileiros, formaram parte da primeira turma também paraguaios, argentinos e uruguaios. Nos primeiros anos de funcionamento da UNILA, o processo de seleção dos unileiros internacionais ocorria em diálogo com os Ministérios da Educação dos países dos estudantes. Em 2014, a seleção previa tanto a participação de órgãos de educação internacionais quanto pela própria UNILA, que avaliava os inscritos previamente nos seus países.

Em 2016, o processo de seleção dos estudantes internacionais passou a ser totalmente *on-line* e realizado pela UNILA. Ainda sobre a forma de ingresso desses

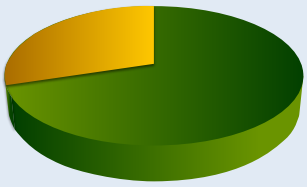
estudantes, é importante pontuar alguns aspectos que elucidam o compromisso institucional com os princípios da cooperação solidária. Editais como o Pró-Haiti, específico para cidadãos e cidadãs haitianos(as), e como os editais para ingresso de indígenas aldeados residentes dentro e fora do Brasil, são importantes mecanismos que garantem o acesso de diferentes perfis de estudantes à uma instituição de ensino superior como a UNILA. Variadas instituições internacionais continuam colaborando com o projeto, a exemplo do convênio entre a UNILA e o Parque Tecnológico da Itaipu-Paraguai (PTI-PY), que viabilizou o estudo de estudantes paraguaios da região do Alto Paraná, Canindeyú e Caaguazú, uma vez que esses discentes receberam bolsas financiadas com recursos paraguaios da hidroelétrica. Outro importante acordo foi o firmado entre a Associacíon Colombiana de Universidades (ASCUN) e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, que tornou possível a vinda de graduandos e unileiros da Colômbia. Outros importantes organismos com os quais a UNILA tem convênio de natureza educacional, cultural e de pesquisa é o Parlamento do MERCOSUL e as Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI). Com relação à instituição de ensino superior, dos 48 acordos de cooperação, 40 são entre a UNILA e universidades e faculdades da América Latina e Caribe.

UNILA - nacionalidade dos alunos de mestrado interdisciplinar em estudos latino-americanos (computando-se alunos com estudos ativos, concluídos, defendidos e trancados)



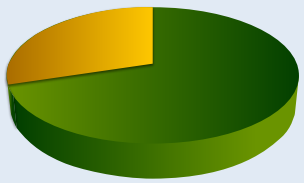
Brasileira	93
Estrangeira	45

UNILA - nacionalidade dos alunos de mestrado em literatura comparada (ativos, concluídos e defendidos)



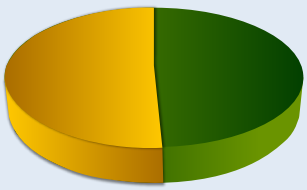
Brasileira	68
Estrangeira	17

UNILA - nacionalidade dos alunos de especialização em ensino-aprendizagem de línguas adicionais (ativos, trancados e concluídos)



Brasileira	14
Estrangeira	6

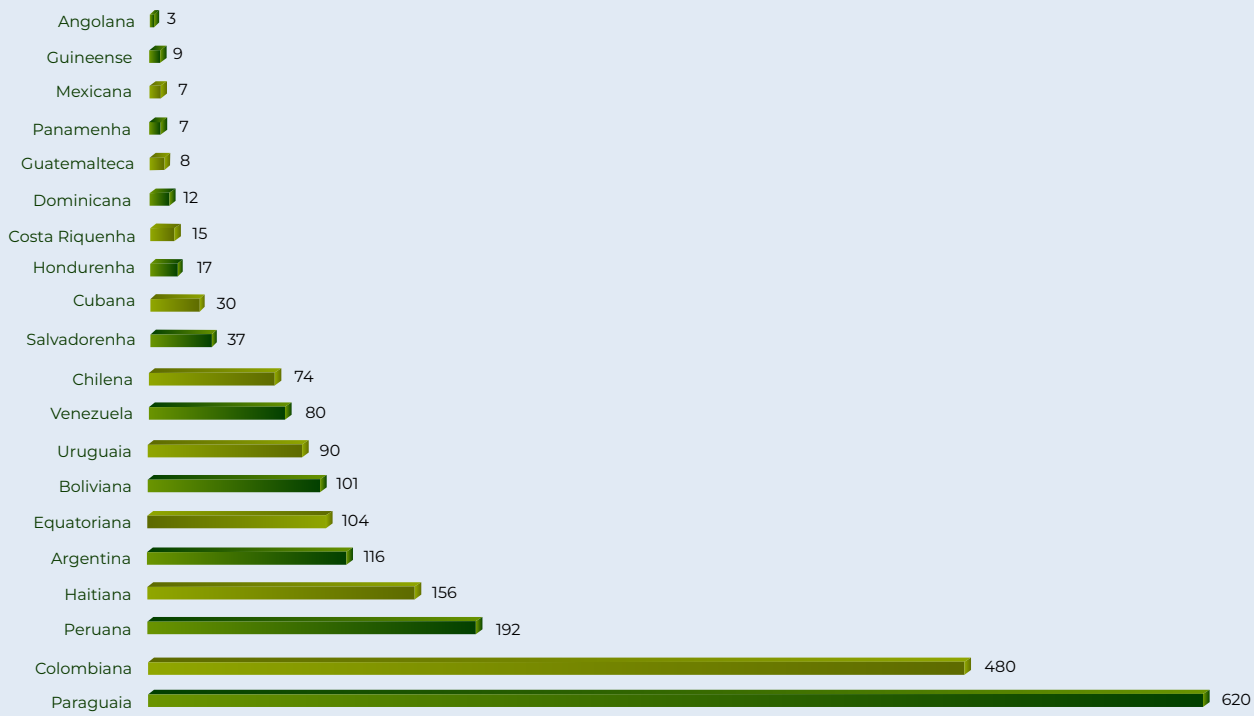
UNILA: GÊNERO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO



Masculino	49,2%
Feminino	50,8%

De acordo com os *Resultados da 5ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais*, coordenada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil em 2018, o número de estudantes internacionais matriculados nestas instituições representava 0,8% dos 424.128 estudantes participantes da pesquisa. Na UNILA, este percentual é de 32,7% do total de 6.588 matriculados na graduação. No infográfico abaixo podemos ver que o resultado dos esforços institucionais para realização de uma universidade solitária, internacional, intercultural e plurilíngue têm dado resultados, uma vez que é expressivo o número de estudantes internacionais em nossos cursos de graduação e pós-graduação.

UNILA - NACIONALIDADE DOS ALUNOS ESTRANGEIROS DE GRADUAÇÃO (CONCLUÍDOS E ATIVOS)



No âmbito do ensino, o Ciclo Comum de Estudos é um dos aspectos que se destacam no projeto pedagógico da UNILA por refletir o esforço em materializar alguns princípios basilares institucionais como interdisciplinaridade, interculturalidade, bilinguismo e multilinguismo. O Ciclo Comum é um conjunto de disciplinas obrigatórias presentes na matriz curricular de todos os cursos de graduação. Três eixos formam o Ciclo Comum: Estudo compreensivo sobre a América Latina e o Caribe, Epistemologia e Metodologia e Línguas Portuguesa e Espanhola. As disciplinas do primeiro eixo têm como objetivo promover uma compreensão sobre nosso continente ao "compartilhar conhecimentos de caráter interdisciplinar sobre o desenvolvimento da região latino-americana, começando com estudos que introduzem

as condições históricas de seu desenvolvimento para, ao final, alcançar um debate que consiga sustentar um olhar crítico sobre os problemas atuais." (UNILA, 2013b). Epistemologia e metodologia agregam à formação dos unileiros na medida em que promovem o debate acerca do processo de construção do conhecimento, do pensamento científico, contribuindo para a formação crítica de profissionais e futuros pesquisadores. As disciplinas de Línguas Portuguesa e Espanhola fundamentam-se no princípio do bilinguismo, multiculturalismo e interculturalidade.

O Ciclo Comum de Estudos também é o espaço em que a diversidade, o diálogo intercultural, a troca de saberes e a construção do conhecimento se materializam de forma contundente, o que pode ser observado nas características de estudantes que formam as turmas dessas disciplinas. No segundo semestre de 2020, no Período de Ensino Emergencial Remoto, foi ofertada a disciplina de Português Adicional Básico, para a qual se inscreveram estudantes de 14 nacionalidades e de 22 cursos diferentes. Estudantes de Medicina do Haiti estudando português enquanto aprendem sobre Medicina em Cuba, sob o olhar de uma cubana; estudantes de Cinema aprendendo português enquanto descobrem as belezas existentes no interior do Amazonas pela visão de um indígena tikuna. São muitos exemplos de contatos entre os estudantes, que de maneira muito sutil e despretensiosa contribuem para vencer preconceitos e promover a conscientização do que temos em comum e mais importante: o reconhecimento de uma história na qual todos se identificam como latino-americanos. Nesse encontro efetivo de diferentes países, além do português e do espanhol, outros idiomas fazem parte desse amálgama cultural: o guarani, o quéchua, o aimará entre outras línguas originárias, além das línguas de imigração, como francês, inglês, árabe, mandarim, etc.

Ao abordar o papel das línguas no projeto UNILA, a professora Vieira-Rocha, que fez parte das discussões sobre o tema, defendeu que o desenho curricular para o ensino de língua portuguesa e espanhola se voltasse para a interdisciplinaridade e multiculturalidade e em cooperação com as demais áreas contempladas pela instituição. O bilinguismo está relacionado com a escolha do português e do espanhol como línguas de trabalho, de forma a garantir que falantes dessas línguas possam usá-las para mediar a comunicação nos âmbitos administrativos, científicos e pedagógicos da instituição. O bilinguismo é estratégico para a defesa e preservação das diversas formas de expressão cultural e linguística. Outra estratégia de promoção do nosso patrimônio linguístico e cultural é a realização de projetos de ensino, extensão e pesquisa que promovem as línguas de imigração, de sinais e as indígenas pela instituição.

A estrutura curricular da instituição prevê as disciplinas de Línguas Portuguesa (para estudantes internacionais) e Espanhola (para os brasileiros) de maneira a fomentar o bilinguismo, no par espanhol-português, entre os unileiros. Na prática, os recém-ingressantes na graduação cursam disciplinas de espanhol ou português como língua adicional durante os primeiros semestres, com uma carga horária aproximada de 120 horas-aula, suficiente para dar um pontapé inicial no estudo destas línguas. Ao longo da graduação, essa base pode ser aprimorada em cursos eletivos de línguas, por meio da participação dos estudantes em intercâmbios

para os países de língua oficial espanhola, no caso dos brasileiros, dentre outras oportunidades. Para exemplificar como é possível aos estudantes internacionais se comunicarem em situações cada vez mais complexas, merece destaque o caso do estudante Benjamín Cuevas, que fez a opção de escrever seu Trabalho de Conclusão do Curso Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, em língua portuguesa, abordando o tema da trajetória fiscal na Argentina. Exemplos como esse ilustram o potencial de promoção e difusão da língua portuguesa no mundo, ao lado, claro, da língua espanhola.

Podemos citar, ainda, o caso do estudante paraguaio Derlis Sandoval Troche, que ao chegar à UNILA para cursar Letras – Expressões Linguística e Literárias, declarou ser professor de língua guarani, e durante seu período na instituição atuou nos cursos oferecidos pelo projeto de extensão *Culturas guaraní: diversidad linguística e transmisión de saberes,* ensinando essa língua para a comunidade de Foz do Iguaçu e região. Ao finalizar o curso, assumiu o cargo de tradutor intérprete de português--guarani no Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL).

Como o terceiro entre vários exemplos, merece destaque o caso de Silvana Maria Mamani, de origem argentina, que ingressou originalmente no curso de Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade. Entretanto, ao conhecer o projeto linguístico da universidade, solicitou transferência para o curso de Letras e iniciou sua ativa participação em projeto de pesquisa e de extensão relacionados ao ensino e aprendizagem de línguas. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019), atualmente é professora substituta na Universidade Federal de Goiás (UFG), também atua na área de português para estrangeiros e em cursos preparatórios para candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Desenvolveu pesquisas sobre políticas linguísticas e formação de professores de Português Língua Adicional (PLA) na Argentina, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); é membro do grupo de pesquisa Indisciplinar: Português como Língua Adicional em uma perspectiva indisciplinar da Universidade de Campinas e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Unicamp-CNPq); entre 2017 e 2018, atuou como bolsista do Programa de Incentivo à Formação Docente (PIFD/UFMG) nas disciplinas regulares e cursos pré-semestrais de Português Língua Adicional (PLA) da Universidade Federal d Minas Gerais (UFMG). Desde 2014, participa na aplicação da Parte Escrita e avaliação da Parte Oral do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras); entre 2016 e 2019, realizou atividades didático-pedagógicas em cursos de espanhol e português para fins específicos e em Módulos de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil; de 2012 a 2014, foi professora bolsista do curso preparatório para o Celpe-Bras (PROEX/UNILA) e professora voluntária do mesmo projeto, entre 2015 e 2016. Além de atuar na produção de Materiais Didáticos de PLA/PLAc.

Os exemplos descritos acima evidenciam os impactos positivos do projeto UNILA na vida de muitos estudantes. Da mesma forma, para além do ensino de português e espanhol para todos os alunos, o *Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História* (*ILAACH*) oferece diversas oportunidades de formação especializada em línguas

e culturas do Brasil, em estreito diálogo com o patrimônio linguístico e cultural da América Latina e Caribe. No âmbito da graduação, o bacharelado em Letras – Artes e Mediação Cultural oferece formação interdisciplinar de mediadores culturais. Sonia Inés Varela, por exemplo, é uma estudante argentina egressa do bacharelado em Letras, e que hoje cursa doutorado na Universidad Nacional de Tucumán (Argentina), com bolsa do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), e é professora universitária.

Outra importante formação, em grau de licenciatura, é o curso de Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras, que vem formando professores de espanhol e português como línguas adicionais e de literaturas latino-americanas. Esse é o curso de licenciatura com o maior número de estudantes internacionais

UNILA CURSOS DE GRADUAÇÃO
Distribuição de cursos de graduação por institutos em 2021

Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH)

Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana;
Cinema e Audiovisual;
História – Licenciatura;
História - América Latina;
Letras, Artes e Mediação Cultural;
Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras;
Música.

Instituto Latino Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN)

Biotecnologia;
Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade;
Ciências da Natureza – Biologia,
Física e Química;
Engenharia Física;
Matemática;
Medicina;
Química – Licenciatura;
Saúde Coletiva.

inscritos na UNILA. Pelas matrículas de 2021, prevemos que mais de 150 estudantes se formarão como professores de português e espanhol aptos a difundir nossas línguas-culturas e literaturas pelo mundo afora. Desses estudantes, um terço são cidadãos e cidadãs: argentinos(as), barbadianos(as), chilenos(as), colombianos(as), cubanos(as), equatorianos(as), haitianos(as), panamenhos(as), paraguaios(as), peruanos(as), venezuelanos(as).

O uruguaio Mariano Lanza, desde o primeiro semestre de licenciatura em Letras, decidiu que aproveitaria todas as oportunidades da graduação para fazer uma imersão na língua portuguesa em sua rotina universitária e no dia a dia em

Foz do Iguaçu. Segundo Mariano, "aproximar da língua do outro é aproximar-se do outro" e foi exatamente o que fez durante os quatro anos de graduação entre uma aula e outra com colegas, professores e suas horas de lazer em Foz do Iguaçu ou passeando pelo Brasil. A imersão na língua foi uma escolha acertada e hoje garante a qualidade das suas aulas de português e literatura no ensino médio em uma escola privada no Uruguai e em cursos livres de idiomas. A formação que o Professor Mariano fez na UNILA tem uma relação direta com seu trabalho atual, especialmente com relação ao ensino do português que valoriza diversos sotaques e expressões culturais. Na graduação apoiava a ênfase da formação literária voltada

UNILA CURSOS DE GRADUAÇÃO
Distribuição de cursos de graduação por institutos em 2021

Instituto Latino Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP)

Administração Pública e Políticas Públicas;
Ciência Política e Sociologia;
Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento;
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar;
Filosofia;
Relações Internacionais e Integração;
Serviço Social.

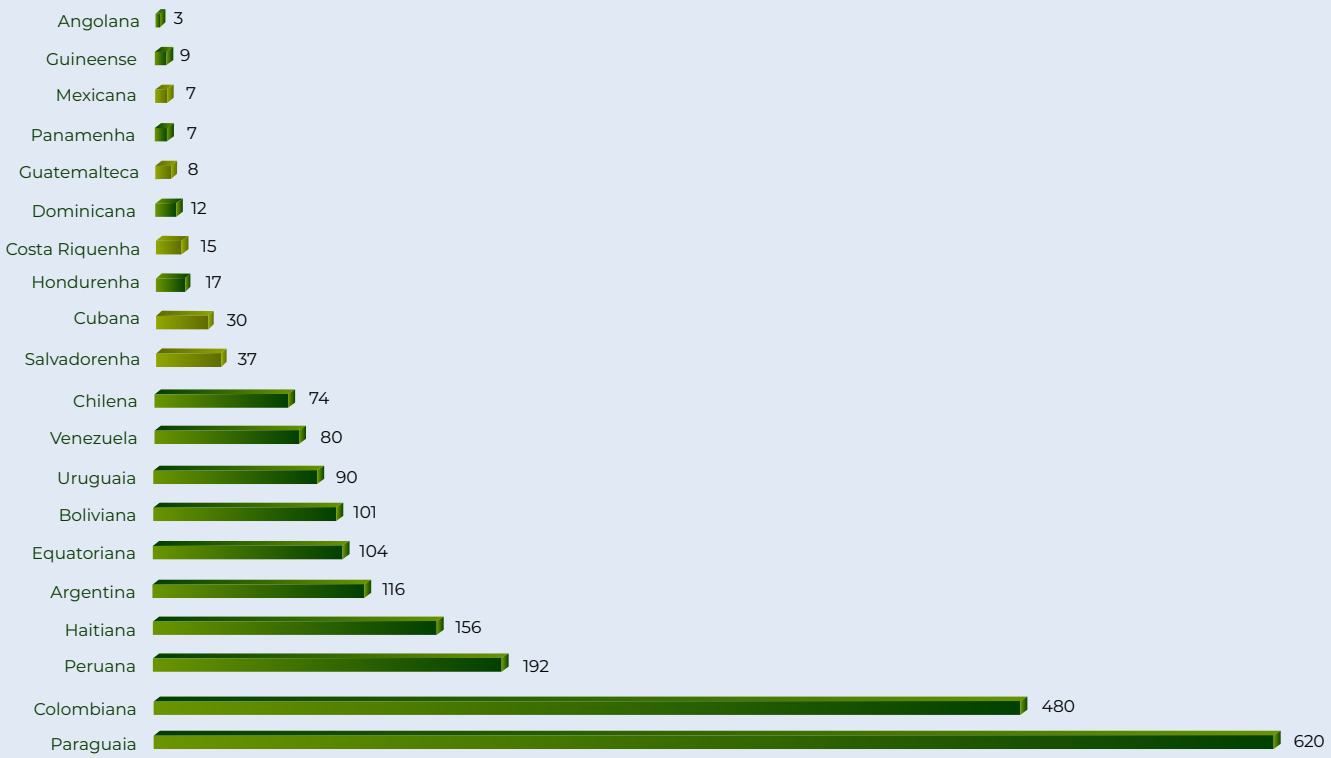
Instituto Latino Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT)

Arquitetura e Urbanismo,
Engenharia Civil de Infraestrutura,
Engenharia de Energia,
Engenharia de Materiais,
Engenharia Química,
Geografia (licenciatura)
Geografia (bacharelado).

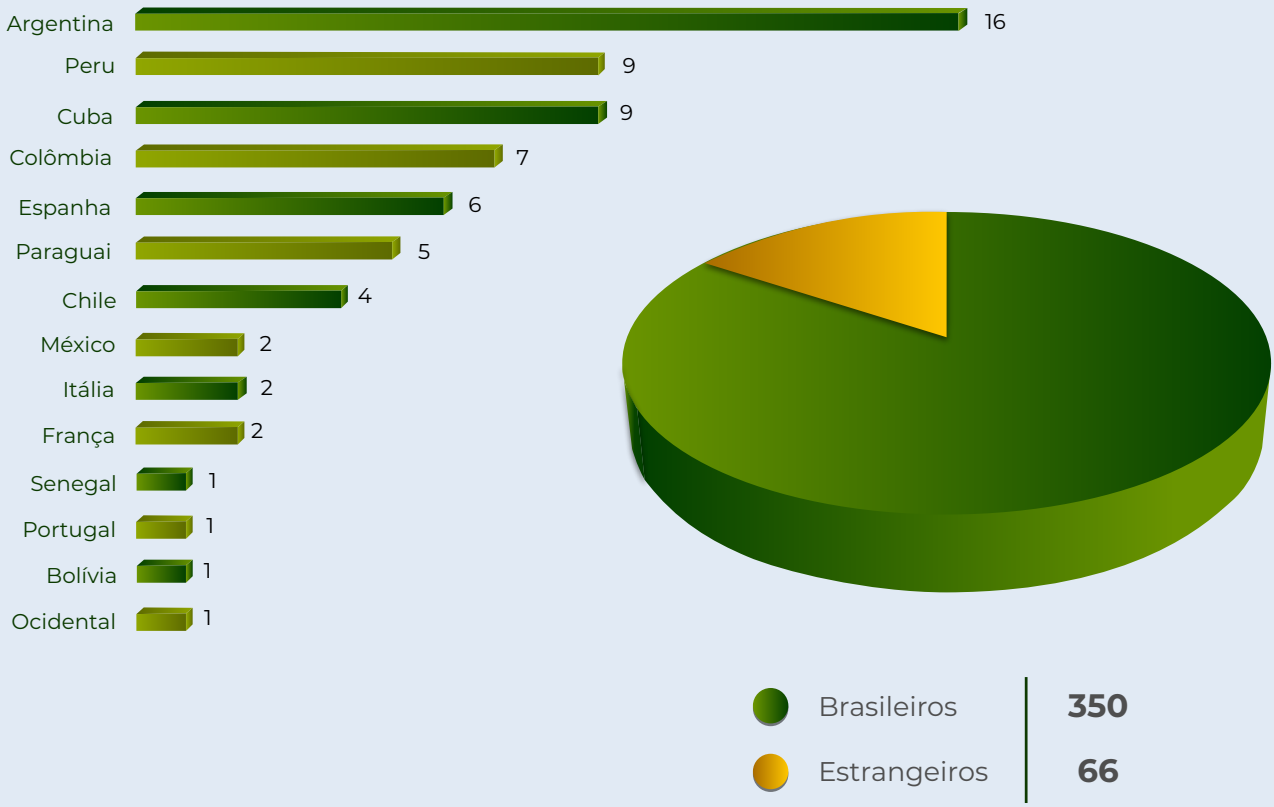
para o estudo de obras de diversos autores latino-americanos e coloniais. Agora, como professor, embora tenha as ferramentas para análise de qualquer texto, tem enfrentado algumas dificuldades para se adaptar às exigências de leitura e análise de obras de outros continentes. Outro desafio tanto para Mariano, quanto para outros uruguaios e estudantes internacionais, é a revalidação do diploma brasileiro em seu país.

No âmbito da pós-graduação em cursos relacionados à área de letras e linguística, diferentes cursos e programas oferecem formação continuada a professores e pesquisadores das línguas e culturas latino-americanas. A especialização em Ensino--Aprendizagem de Línguas Adicionais *lato sensu* volta-se ao público de professores de línguas já graduados que almejem aperfeiçoar sua didática. No âmbito dos estudos culturais e literários, dois programas de pós-graduação *stricto sensu* contribuem para formar pesquisadores, fomentar publicações acadêmicas e culturais sobre nossas línguas e culturas. São eles: o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em

UNILA - NACIONALIDADE DOS ALUNOS ESTRANGEIROS DE GRADUAÇÃO (CONCLUÍDOS E ATIVOS)



UNILA: NACIONALIDADE DOS DOCENTES



Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) e o Programa de Pós-Graduação em *Literatura Comparada* – PPGLC.

Os projetos de extensão levados a cabo pelos docentes da área de letras e linguística potencializam ainda mais a divulgação da internacional da língua portuguesa, espanhola e suas literaturas e culturas. Tais projetos atendem a profissionais, estudantes e, especialmente, a professores atuantes no ensino dessas línguas nas redes de educação básica e em cursos livres residentes em Ciudad del Este e região paraguaia do Alto Paraná; Puerto Iguazú e outras cidades da Província de Misiones, na Argentina; e, claro, Foz do Iguaçu e região do oeste do Paraná, especialmente.

Da mesma forma, merecem destaque projetos que prevêem a aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), bem como cursos preparatórios associados ao exame, constituindo ações de grande impacto junto à comunidade internacional da Tríplice Fronteira. A UNILA se credenciou junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como posto aplicador do Celpe-Bras em 2014 e, desde então, ofereceu gratuitamente uma média de 200 vagas anuais para interessados de dentro e de fora da comunidade acadêmica em ter a sua certificação de forma gratuita. Entre 2017 e 2019, 380 pessoas puderam fazer o exame Celpe-Bras de forma gratuita. Além de aplicar o exame, ações de extensão com objetivo de preparar futuros examinandos para o exame são oferecidas na UNILA desde 2011. Entre 2016 e 2020, aproximadamente 160 futuros examinandos foram preparados em nossos cursos preparatórios. Os cursos preparatórios são também importantes contextos de formação de futuros professores que estão cursando licenciatura em Letras, especialmente. De 2011 a 2021, mais de 30 futuros professores participaram da ação como professores-bolsistas, voluntários ou cumprindo carga horária de estágio. Em 2020, o Curso Preparatório teve sua primeira edição totalmente *on-line*, e fez parte do público atendido não apenas os residentes da Tríplice Fronteira, mas estudantes e profissionais que residem em diversas partes do Brasil e do mundo.

Ainda na área de extensão, cursos livres de língua portuguesa são oferecidos no âmbito do projeto de extensão *Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade,* atendendo anualmente mais de 100 interessados da comunidade interna e externa em desenvolver proficiência em língua portuguesa. Merece destaque, ainda, a intensa cooperação com a comunidade árabe residente na região, que cede espaço na Mesquita de Foz do Iguaçu para realização das aulas. Outra necessária ação são os cursos de português como língua de acolhimento que atende migrantes e refugiados residentes na região. Além desse curso, quatro edições do Curso Espanhol-Português para Intercâmbio (CEPI) promoveu a recepção linguístico-cultural em português como língua adicional para mais de 200 unileiros antes de chegarem ao Brasil. Outra iniciativa de promoção solidária e gratuita do ensino de línguas é o Projeto Tandem. Desde 2014, já foram mais de 600 pessoas, do Brasil e de mais de 17 países da América Latina, que complementaram seus estudos tradicionais de língua portuguesa ou espanhola nas sessões de tandem. A ideia do projeto é reunir em duplas brasileiros(as) da graduação ou ensino básico que queiram cooperar com o processo de ensino e aprendizagem do português de

estudantes internacionais que, em troca, aprendem espanhol ou outras línguas. O projeto é parceiro de diversas instituições federais e escolas da rede pública de Foz do Iguaçu. Por fim, destacamos o lindo trabalho junto a bibliotecas escolares urbanas, rurais, e também, comunitárias no âmbito do Projeto "Vivendo livros latino-americanos na Tríplice Fronteira". Por meio da difusão da literatura infantil em português, espanhol e guarani, bibliotecas da rede pública de ensino de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú são transformadas em espaços interculturais que, por meio de conversas literárias, permite conhecer o outro e reconhecer-se. A partir de 2019, o projeto ampliou suas atividades e vem implementando, em convênio de cooperação técnica com a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, a Biblioteca para a Infância e Juventude Iguaçuense (BIJI), no bairro periférico Vila C, na região de fronteira. O projeto já angariou apoio e financiamento do CNPq, do programa Ayudas 2020 (Iberbiblioteca – CERLALC-UNESCO), Programa de Extensão "Universidade Sem Fronteiras" – USF/SETI – Estado do Paraná e por meio da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).

Referências

CUEVAS, Benjamín. *Trajetória fiscal e fortalecimento do Estado argentino a partir do século XX.* 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento – Universidade Federal da Integração Latino--Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

DIAS, M. A. R. Prefácio. *In*: LIMA. M. C.; RICOBOM, G.; PROLO, I. *UNILA*: uma universidade necessária. Buenos Aires: CLACSO: 2020.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil. Resultados da 5ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais (video). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Iaz413vYvq8https://www.youtube.com/watch?v=Iaz413vYvq8>. Acesso em: 27 fev. 2021.

IMEA. INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS AVANÇADOS. *UNILA, Consulta Iinternacional*: contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA. Foz do Iguaçu, Publicações IMEA, 2009.

STRUCKES, C. D., BAUMGRATZ, D.; ALMEIDA, F. C.; HONORIO, K. S.; YATIM, L. Desafios da UNILA em seu projeto de internacionalização e no processo de integração regional: reflexões sobre o Processo Seletivo Internacional (PSI). *In*: LIMA, M. C.; ASSUMPÇÃO, S. R. B.; PROLO, I., VIEIRA, R. C. (Orgs.). *O caso da UNILA:* narrando experiências formativas que valorizam pessoas, culturas e projetos no ambiente universitário. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p. 63-78.

UNILA. Projeto de Desenvolvimento Institucional 2013-2017. UNILA: Foz do Iguaçu, 2013a. Disponível em: <http://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/PDI%20UNILA%202013-2017.pdf> Acesso em: 5 fev. 2021.

UNILA. Projeto Pedagógico do Ciclo Comum de Estudos. UNILA: Foz do Iguaçu, 2013b. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Ciclo%20Comum%20-%20ap%C3%B3s%20altera%C3%A7%C3%A3o%20(17).pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino Americana. Pró-Reitoria de Relações Internacionais. *Relatório sobre exame Celpe-Bras em 2017, 2018 e 2019*. Foz do Iguaçu, 2019.

VIEIRA-ROCHA, Eliane-Terezinha. Metodologia adotada para a construção do projeto universitario da UNILA, *In*: *Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)*, México, UNAM-IISUE/Universia, vol. II, n. 5, 2011. Disponível em: <http://ries.universia.net/index.php/ries/article/view/143>. Acesso em: 5 fev. 2021.

Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC)

O Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) [FERREIRA; CORREIA; ALMEIDA (org.), 2017] é uma plataforma digital com mais de 300 mil palavras e mais de dois milhões de formas ortográficas que contempla palavras de uso comum nos países de língua oficial portuguesa e léxico específico de cada variedade. Desenvolvido e gerenciado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) responsável pela difusão do português, o VOC aplica a reforma ortográfica estabelecida pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AO90). É considerado um projeto aberto (*work in progress*) (CORREIA, 2016, p. 132), podendo ser constantemente aperfeiçoado e aumentado, com a inclusão dos vocabulários ortográficos nacionais atualizados.

Desde maio de 2017, o VOC pode ser consultado gratuitamente em <https://voc.cplp.org>. O usuário tem acesso às informações constantes na plataforma de duas formas: por meio de buscas em todo o conjunto do vocabulário, ao selecionar, no lado esquerdo da tela, a bandeira com o símbolo do IILP, ou por consulta direta em um dos cinco Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON) atualmente disponíveis, ao clicar na bandeira do país correspondente, quais sejam:

- VOLP: Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (BECHARA (coord.), 2017) – Brasil;
- VOCALP: Vocabulário Cabo-verdiano da Língua Portuguesa (MONTEIRO (coord.), 2017) – Cabo Verde;
- VONMoz: Vocabulário Ortográfico Nacional de Moçambique (MACHUNGO (coord.), 2017) – Moçambique;
- VOP: Vocabulário Ortográfico do Português (CORREIA; FERREIRA (coord.), 2017) – Portugal;
- VO-TL: Vocabulário Ortográfico de Timor-Leste (COSTA (coord.), 2017) – Timor Leste.

A entrega do Vocabulário Ortográfico São-Tomense da Língua Portuguesa (São Tomé e Príncipe) foi realizada pela

Equipe Nacional aquando da IV Reunião Extraordinária do Conselho Científico do IILP (18 a 20 de novembro de 2020) e será incluído também ao VOC (disponível em: <https://iilp.files.wordpress.com/2020/11/comunicado-final-iv-recc-iilp.pdf>, acesso em: 27 fev. 2021).

Ao acessar a plataforma do VOC, o usuário poderá obter informações não apenas sobre a ortografia de determinada palavra conforme o AO90, mas também sobre sua categoria, seu paradigma flexional completo, a divisão silábica para efeitos de translineação e, quando disponível, sua frequência. Estão disponíveis também para consulta um vocabulário toponímico, que informa a ortografia de nomes de lugares (países, cidades, estados, etc.) e suas relações hierárquicas (região, país, etc.), e um dicionário de formas não adaptadas, que apresenta palavras em outras línguas encontradas em textos escritos em português e, quando existentes, suas adaptações para o português, as áreas de domínio em que ocorrem e equivalentes.

A elaboração do VOC foi assente na assunção de que a língua portuguesa é **pluricêntrica**. Segundo Clyne, "o termo pluricêntrico foi empregado por Kloss (1978 II, p. 66-67) para descrever línguas com vários centros em interação, cada um fornecendo uma variedade nacional com pelo menos algumas de suas próprias normas (codificadas)" (CLYNE, 1992, p. 1, tradução nossa). Isso significa que não se trata mais de considerar a língua portuguesa como constituída por duas ou mais normas, mas sim como uma língua composta por diversas variedades, em diferentes fases de normalização, referentes a diferentes centros, sendo estes responsáveis pela gestão de questões linguísticas próprias, e tendo todos igual voz na tomada de decisões a respeito de questões linguísticas em nível supranacional.

Sem dúvida, o caráter pluricêntrico da língua portuguesa fundamenta o VOC e se vê, explicitamente, em sua forma de disponibilização pública, isto é, em uma plataforma que abriga todos os vocabulários ortográficos nacionais. Contudo, o que não se vê, mas que deve ser referido, é a metodologia de execução desse projeto, que consistiu em uma verdadeira gestão pluricêntrica das questões linguísticas do português.

Como se sabe, o português é língua oficial de nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Durante muitos anos, as regras oficiais de ortografia da língua portuguesa não eram comuns a todos os países. No Brasil adotava-se um conjunto de regras, o Formulário Ortográfico (1943), enquanto nos restantes países, seguia-se o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1945). Essa coexistência de duas regras para reger a ortografia oficial do português traduzia, em última análise, a existência de dois centros normalizadores, Brasil e Portugal, o que implicava, por sua vez, não apenas desconsideração pela emergência de normas de variedades usadas nos outros países, como também gestão de questões de política linguística de forma independente.

A vontade de superar essa cisão ortográfica levou à elaboração do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO90), que determina a unificação das regras ortográficas do português em todos os países sem, contudo, extinguir variações em nível nacional decorrentes da tradição lexicográfica (por exemplo, a

escrita de *húmido* no Brasil e úmido nos outros países) ou da pronúncia (por exemplo, *econômico* no Brasil e *económico* nos outros países). Para a implementação dessa reforma ortográfica, foi prevista a elaboração de um recurso que contivesse as palavras da língua portuguesa escritas segundo a aplicação das novas regras ortográficas, isto é, um vocabulário ortográfico comum.

Foi nesse contexto de franca mobilização para a implementação da reforma ortográfica que o projeto para a elaboração do VOC teve início, sob coordenação do IILP, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, e com o Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC), pelo Brasil, e com o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) (desde 2015, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra - CELGA-ILTEC), por Portugal. Em 2014, o VOC foi assumido como instrumento da CPLP durante a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Díli.

O Brasil, enquanto país-membro da CPLP, entende que o VOC é a plataforma que permite a gestão linguística e a promoção da língua portuguesa. O país tem apoiado, desde a concepção do projeto até sua efetiva difusão, ações que sublimem a importância da existência de um vocabulário comum congregador das diversidades sociolinguísticas próprias do idioma. Merecem destaque três vertentes de contribuições brasileiras: (1) técnica, posto que o Brasil colaborou ativamente com a equipe central do VOC, com a cessão e a integração do VOLP, bem como a disponibilização de *corpora* de referência; (2) acadêmica, com uma produção científica expressiva no campo da lexicografia, motivada pela longa tradição dicionarística do país; e (3) de sensibilização ao tema, apoiando projetos de vulgarização do vocabulário para públicos não especializados.

Com relação à primeira vertente, cumpre recordar que o VOC foi constituído a partir de duas grandes fontes: **dicionários** e ***corpora***. Os dicionários correspondem à memória lexicográfica do português; e os *corpora* representam o léxico efetivamente em uso em todos os países da CPLP (FERREIRA; ALMEIDA; CORREIA, 2013, p. 48). Tanto a memória lexicográfica quanto os *corpora* constituem recursos linguísticos fundamentais para a elaboração dos Vocabulários Nacionais.

A memória lexicográfica do português inclui, fundamentalmente, os Vocabulários Ortográficos oficiais já existentes no Brasil e em Portugal. No caso do Brasil, uma das grandes contribuições ofertadas ao VOC foi seu Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), 5.ª ed., por intermédio da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Ainda no âmbito da memória lexicográfica, outra importante contribuição foi a cessão do Léxico do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC) (PINHEIRO; ALUÍSIO, 2003), núcleo sediado no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo, *campus* de São Carlos (SP), Brasil.

O NILC elaborou seu primeiro e grande léxico no início da década de 1990, com o objetivo de subsidiar as pesquisas para a construção de corretores ortográfico e gramatical que passaram a operar acoplados ao processador de textos Microsoft Word. (NUNES; ALUÍSIO; PARDO, 2010).

Entende-se por léxico, neste contexto, um conjunto bastante abrangente de entradas, seguidas de uma série de informações gramaticais. Cada entrada do léxico é constituída de uma palavra, ou palavras compostas hifenizadas, ou ainda lexias complexas (compostas sem hífen).

No momento de sua cessão ao VOC (julho de 2011), o léxico do NILC contava com cerca de 1,2 milhão de lexias geradas a partir de aproximadamente cem mil lemas (NUNES, *et al.*, 1996). Foram incluídas as seguintes classes de palavras: substantivo, artigo, preposição, numeral, pronome, verbo, adjetivo, conjunção e advérbio. Também foram inseridos prefixos; locuções adverbiais, prepositivas, conjuntivas, pronominais, denotadores expressivos e expressões e locuções latinas; siglas, abreviaturas, acrônimos; nomes próprios; estrangeirismos (anglicismos, galicismos, germanismos, italianismos, helenismos e latinismos) e palavras grafadas com apóstrofo. As informações que acompanham cada classe morfológica são as seguintes:

- substantivos – gênero, número, grau e regência nominal acompanhadas da forma canônica da palavra;
- artigos – gênero, número, tipo (definido ou indefinido) e a forma canônica;
- preposições – possuem uma informação chamada "contração" na qual se identifica se a preposição é simples ou combinada, seguida de forma canônica;
- numerais – gênero, número, tipo (cardinal, ordinal, multiplicativo, fracionário), seguidas da forma canônica.
- pronomes – gênero, número, tipo (reto, oblíquo átono, oblíquo tônico, possessivo, demonstrativo, indefinido, interrogativo, relativo, reflexivo, de tratamento), pessoa gramatical (1ª, 2ª, 3ª do singular e do plural), seguida de contração e da forma canônica;
- verbos – predicação (intransitivo, transitivo direto, transitivo indireto, bitransitivo, verbo de ligação, verbo auxiliar, pronominal), forma nominal (infinitivo, gerúndio, particípio), tempo (futuro do presente, futuro do pretérito, futuro do subjuntivo, imperativo afirmativo, infinitivo pessoal, presente do indicativo, presente do subjuntivo, pretérito imperfeito, pretérito imperfeito do subjuntivo, pretérito mais-que-perfeito, pretérito perfeito), pessoas possíveis (eu, tu, ele, nós, vós, eles), colocação pronominal (próclise, ênclise, mesóclise), regência, e a forma canônica.
- verbos no particípio passado – gênero e número;
- adjetivos – gênero, número, grau, regência nominal e a forma canônica;
- conjunções – classificadas segundo a tipologia sugerida pelos manuais de gramática: conjunções coordenadas (aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva e explicativa) e conjunções subordinadas (integrante, causal, comparativa, concessiva, condicional, consecutiva, final, temporal, proporcional e conformativa);
- advérbios – assim como as conjunções, tomaram-se como referência os manuais de gramática para a seguinte classificação: advérbio de afirmação, negação, dúvida, intensidade, circunstância de lugar, circunstância de

tempo, circunstância de modo, interrogativo de lugar, interrogativo de causa, interrogativo de tempo, interrogativo de modo.

No que se refere a *corpus*, a grande contribuição do Brasil foi o *Corpus* Brasileiro versão 1 (CEPRIL/PUCSP/FAPESP) (BERBER SARDINHA *et al.*, 2009). Trata-se do maior *corpus* já elaborado para o português brasileiro, com cerca de um bilhão de palavras, contemplando diversos gêneros textuais, como também as modalidades escrita e falada da língua portuguesa, variedade brasileira (CORPUS BRASILEIRO). Esse *corpus*, disponível para consulta *on-line* (<corpusbrasileiro.pucsp.br/>, acesso em 6 mar. 2021), é resultado de um extenso projeto de pesquisa desenvolvido no Centro de Pesquisas, Recursos e Informação de Linguagem (CEPRIL), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (LAEL) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Brasil.

A respeito da memória lexicográfica e do *corpus*, é importante destacar que a integração do VOLP à plataforma do VOC exigiu uma série de pré-processamentos dos dados de forma a homogeneizá-los com o sistema de destino. Em seguida, a nomenclatura desse vocabulário foi cruzada com a do VOP, sendo automaticamente validadas as palavras que ali constassem. Por fim, as palavras restantes foram submetidas a um processo de atestação: primeiro, foram cruzadas com o Léxico do NILC (PINHEIRO; ALUÍSIO, 2003), depois, com o *Corpus* Brasileiro versão 1 (CEPRIL/PUCSP/FAPESP) (BERBER SARDINHA *et al.*, 2009), sendo consideradas

atestadas aquelas que estivessem presentes em ambos (ALMEIDA *et al.*, 2013, p. 206-207).

De forma a permitir o trabalho simultâneo de lexicógrafos em diferentes países e a criação dos diversos recursos apresentados acima, o VOC foi implementado em uma plataforma de gestão lexicográfica com base em servidores alojados na web, o OSLIN (*Open Source Lexical Information Network*) (JANSSEN, 2005), que já havia sido utilizado, com sucesso, para a primeira edição do VOP. O OSLIN é uma base de dados relacional, com tabelas para noções básicas lexicográficas e as relações entre elas (JANSSEN; FERREIRA, 2018). É essa sua configuração que permite relacionar as variantes entre si, o que se trata de uma função crucial em um projeto pluricêntrico.

Ademais, de modo a buscar uma interpretação comum das regras estabelecidas no AO90, foi constituído um Corpo Internacional de Consultores (disponível em <https://voc.cplp.org/index.php?action=ficha>, acesso em 10 fev. 2021), composto por dois especialistas em ortografia de cada país, nomeados pelos seus governos (CORREIA, 2016, p. 129). No caso do Brasil, os representantes foram os professores Carlos Alberto Faraco (Universidade Federal do Paraná, Brasil) e Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras, Brasil). Dessa forma, a sistematização e a aplicação das regras do acordo, isto é, a ortografia hoje presente no VOC, são o resultado

de um entendimento consensuado sobre o texto do AO90 entre os diversos países (CORREIA, 2016, p.130).

Importa acrescentar que a estrutura executiva do projeto contou com uma Equipe Central, apoiada por bolsistas, e de membros das Equipes Nacionais (disponível em <https://voc.cplp.org/index.php?action=ficha>, acesso em: 10 fev. 2021), com coordenadores nomeados pelo governo de cada país. A Equipe Central ficou responsável pela gestão de todo o trabalho, formação e apoio ao trabalho das Equipes Nacionais, desenvolvimento, publicação e manutenção da plataforma computacional e tratamento computacional dos dados. As Equipes Nacionais, por sua vez, trabalharam em seus países e ficaram a cargo da seleção e recolha de textos para a criação dos *corpora* e da elaboração do Vocabulários Ortográficos Nacionais para suas variedades.

A segunda vertente de contribuições brasileiras engloba o cenário acadêmico do país que favorece a formação de pesquisadores nas áreas do léxico. É de se destacar que esse cenário se alimenta da longa tradição dicionarística do Brasil – 199 anos de independência (o país se tornou independente em 1822) e 132 de república (o Brasil deixa de ser uma monarquia em 1889) – datas emblemáticas, porque determinam o início de uma identidade linguístico-cultural efetivamente brasileira.

Assume-se que o fazer lexicográfico monolíngue inicia-se, de fato, no século XIX, já que foi nessa época que começaram a aparecer os primeiros dicionários monolíngues brasileiros, cuja elaboração foi motivada por determinados fatores históricos. Segundo Nunes (2006):

> De início, com a Independência e os movimentos separatistas que a acompanharam, ganharam relevância as diferenciações entre a língua portuguesa e a língua brasileira. Houve então uma produção de pequenos vocabulários que identificavam essas diferenças. Em seguida, em contextos diversos, há uma produção de pequenos dicionários monolíngues: de complemento à língua portuguesa, de regionalismos, glossários apensos a obras literárias e dicionários de termos técnicos (NUNES, 2006, p. 205).

Os grandes dicionários da língua portuguesa que registram o português do Brasil vão aparecer efetivamente na primeira metade do século XX, período considerado o "marco histórico da lexicografia brasileira" (KRIEGER *et al.*, 2006, p. 173). Ainda de acordo com as autoras:

> O século XX permite identificar algo em torno de 70 dicionários de língua portuguesa publicados no Brasil, variando entre obras de grande porte, do tipo padrão ou enciclopédico, dicionários ilustrados, escolares, minidicionários, entre outras tipologias que pretendem cobrir o léxico do português falado no Brasil, incluindo os dicionários de regionalismos (KRIEGER *et al.*, 2006, p. 175).

A pujança da lexicografia no Brasil foi fortemente impulsionada pelas universidades, sobretudo a partir dos anos 1980, por meio dos cursos de pós-graduação nas áreas de

Letras e Linguística, os quais promovem a formação de pesquisadores nas áreas do léxico. Digno de nota é o número expressivo desses cursos (avaliados e reconhecidos) no país: 262 (CAPES). A título de ilustração, realizou-se uma busca na base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir do último censo realizado (2010), com os seguintes parâmetros: termo "lexicografia" nos campos nome do grupo de pesquisa e/ou nome da linha de pesquisa em que o grupo atua e/ou palavra-chave da linha de pesquisa. Essa busca retornou 58 grupos e 63 linhas de pesquisa.

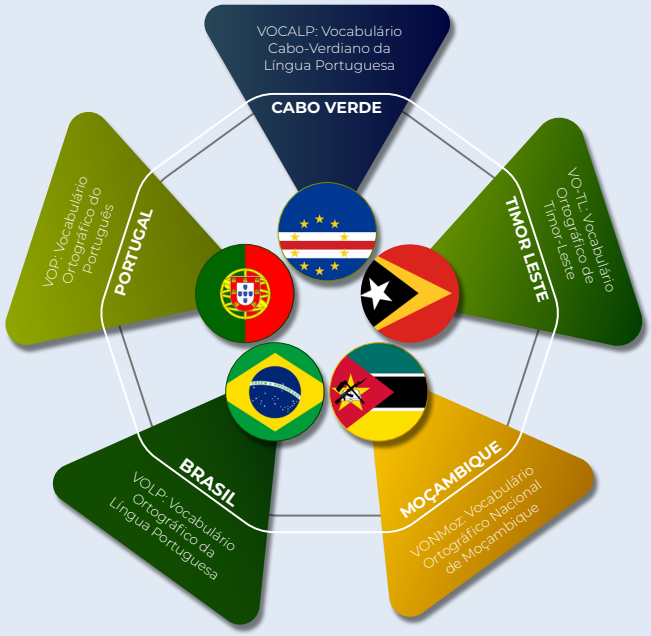
É preciso destacar, ainda, a criação do Grupo de Trabalho em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, criado em 1986, no âmbito da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL). Ressalte-se, também, o aporte que a lexicografia brasileira tem no ensino. Na última edição (2012) do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – programa que distribui, em escala nacional, obras didáticas às escolas públicas – "foram adquiridos 8,74 milhões de dicionários", segundo dados da FNDE de 2017 (KUHN, 2019, p. 99) para os alunos dessas escolas. No escopo dessa edição PNLD-2012, está o manual desenvolvido para auxiliar professores a trabalhar com o dicionário em sala de aula, incentivando, sobremaneira, o uso desse instrumento linguístico nas escolas públicas brasileiras (KUHN, 2019, p. 107).

Por fim, com relação à vertente da popularização do VOC, o Brasil entende que o VOC consiste num recurso lexicográfico veiculador e depositário de riquezas lexicais, pois faz jus e enaltece o caráter pluricêntrico do português, e ainda, que a plataforma digital possibilita colocar à disposição dos especialistas e do público em geral um conjunto lexical que resta a explorar em termos de investigação, conhecimento e difusão. Nesse sentido, tem apoiado projetos que promovam a vulgarização de termos próprios das realidades onde o português é uma das línguas oficiais. Levar ao conhecimento dos falantes jovens conjuntos lexicais como uma maneira de entretenimento reforça o aprendizado em língua portuguesa e contribui para alimentar a curiosidade na aquisição de competências no idioma.

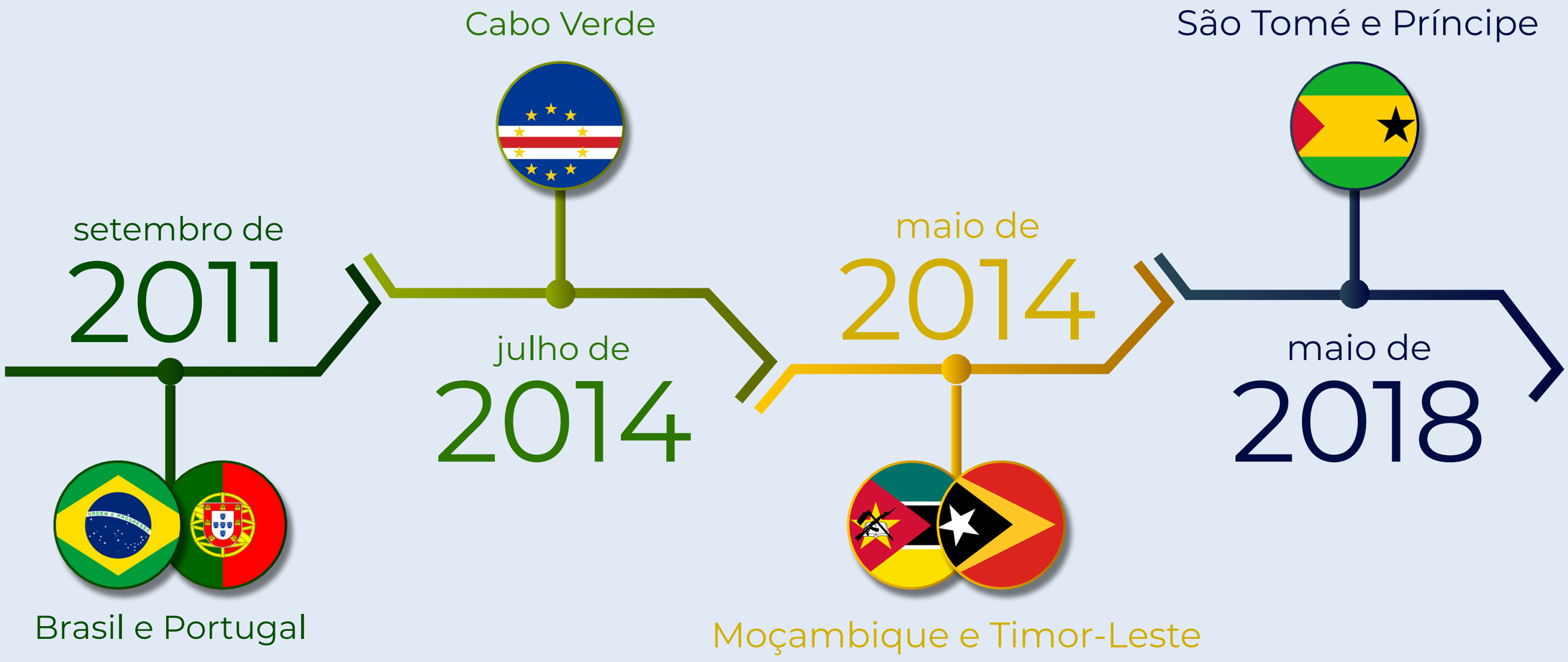
Dessa forma, o Brasil apoiou atividades de extensão com o objetivo de explorar as potencialidades do VOC, posto que a produção de materiais apelativos visualmente torna-se necessária neste contexto, sobretudo se elaborados com o intuito de serem adaptados e pensados de acordo com a situação sociogeográfica. Projetos com fins de produção de materiais paradidáticos que integrem as unidades lexicais presentes no VOC, usando de recursos gráficos, audiovisuais ou textuais viabilizam a vulgarização para o público em geral desse vocabulário.

Uma das contribuições diz respeito a um projeto realizado no âmbito das atividades extracurriculares do Leitorado Brasileiro em Cabo Verde, um programa do MRE em parceria com a Universidade de Cabo Verde, acolhido na Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Arte, junto ao departamento de Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, que resultou no desenvolvimento de quatro jogos educativos eletrônicos (PALERMO; PANDIM, 2018), tendo como cerne: (i) as variantes do português nos diversos países da CPLP; (ii) os topônimos e os gentílicos; (iii) a ortografia; e (iv) os empréstimos linguísticos, em especial palavras de origem africana ou árabe. A concepção dos jogos foi uma iniciativa do IILP, sob direção de Marisa Mendonça, sua produção deve-se ao apoio da Embaixada do Brasil em Cabo Verde e do Centro Cultural Brasil-Cabo Verde, e seu lançamento ocorreu no âmbito da Exposição Itinerante do Museu da Língua Portuguesa em Cabo Verde, intitulada "A Língua Portuguesa em nós" (maio a julho de 2018). Tendo como propósito contemplar atividades lúdicas que evidenciassem o português enquanto língua pluricêntrica, os quatro jogos foram apresentados como produto final em dispositivos *tablet* num dos módulos da referida exposição.

Vocabulários ortográficos que atualmente compõem o VOC



Datas de entrega dos VONs ao VOC



Outra contribuição enquadra-se na publicação de *Turma da Mônica: viagem aos países de língua portuguesa* (SANTOS, 2019). Nesta feita, o Brasil, por intermédio do MRE, e a Editora IMEPH produziram um livro direcionado ao público infanto-juvenil. Composto de nove textos, um para cada país-membro da CPLP, a narrativa se constrói com a ajuda de palavras que mostram as diversidades culturais dos países que compartilham a mesma língua. Foram escolhidas assim 211 palavras dos campos lexicais do folclore, das cerimônias, das danças, das músicas, das brincadeiras e dos jogos, da culinária, da fauna e da flora, e ainda integraram alguns topônimos, expressões idiomáticas e interjeições. A publicação inclusive foi objeto de exposição temporária (maio a julho de 2019) no IILP, na cidade da Praia (Cabo Verde), por iniciativa da Embaixada do Brasil em Cabo Verde.

O grandioso empreendimento de construir o VOC – e fazer dele um projeto pluricêntrico e descentralizado – não se concretiza sem a colaboração dos países integrantes da CPLP, nesse sentido, parece claro que o Brasil ofertou ao VOC importantes contribuições: i) a tradição lexicográfica brasileira, que construiu as bases da sociedade científica para fundamentar toda a reflexão lexicológica e lexicográfica em torno do VOC; ii) o aporte técnico, por meio do Léxico do NILC, do *Corpus* Brasileiro e do VOLP; iii) o apoio às atividades de extensão, que evidenciam as potencialidades do VOC para uso no ensino, em diferentes níveis. Essas contribuições somente foram possíveis por meio do cabedal oferecido pelos pesquisadores, pelas universidades e pelas instituições de fomento à pesquisa, condições estas que se foram solidificando no Brasil ao longo de muitas décadas.

Sendo o léxico o espelho da cultura, espera-se que o VOC possa refletir a cultura plural que constitui a comunidade lusófona, razão pela qual o Brasil está *pari passu* com o seu desenvolvimento.

Referências

ALMEIDA, Gladis M, B.; FERREIRA, José P.; CORREIA, Margarita; OLIVEIRA, Gilvan M. Vocabulário Ortográfico Comum (VOC): constituição de uma base lexical para a língua portuguesa. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, 2013, p. 204-215.

BERBER SARDINHA, Tony (coord.). *Corpus brasileiro*. Disponível em: <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BERBER SARDINHA, Tony; MOREIRA FILHO, José L.; ALAMBERT, Eliane. The Brazilian *Corpus*: A one-billion word online resource. *In*: MAHLBERG, Michaela *et al*. (ed.). *Proceedings of the Fifth Corpus Linguistics Conference*, CL2009. Liverpool: Universidade de Liverpool, 20-23 julho 2009.

CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=41>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CLYNE, Michael. Pluricentric languages – introduction. *In*: CLYNE, Michael (ed.). *Pluricentric languages: Differing norms in different nations*. Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1992, p. 1-9.

CORREIA, Margarita. Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa – conceção, estrutura, realização e resultados. *In*: FRÉJAVILLE, Rosa M. *et al. Diálogos Ibéricos – Jornadas internacionais sobre a importância da língua portuguesa e da língua espanhola.* Faro: Universidade do Algarve Editora, formato digital, janeiro e setembro 2016.

FERREIRA, José P.; ALMEIDA, Gladis M. B.; CORREIA, Margarita. O uso de *corpora* para constituição de recursos lexicográficos de referência: o caso do VOC. *PLATÔ*, v. 2, n. 3, 2013, p. 38-54. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/62885044/plato-vol-2-n-3-2013-a-lingua-portuguesa-na--internet-e-no-mundo-digital>. Acesso em: 27 fev. 2021.

FERREIRA, José Pedro; CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis (org.). *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*. Praia: Instituto Internacional da Língua Portuguesa / Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2017.

JANSSEN, Maarten; FERREIRA, José P. Technical Implementation of the Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa. *In*: *VILLAVICENCIO, Aline (Ed.). Computational Processing of the Portuguese Language PROPOR 2018*. Cham: Springer, 2018.

JANSSEN, Maarten. Open-Source Lexical Information Network. *In*: BOUILLON, Pierrette; KANZAKI, Kyoko (ed.). *Proceedings of the Third International Workshop on Generative Approaches to the Lexicon*. Genebra: École de Traduction et d'Interprétation – Universidade de Genebra, maio 2005, p. 79-106.

KUHN, Tanara Z. State-of-the-art on monolingual Lexicography for Brazil (Brazilian Portuguese). *Slovenščina 2.0*: Empirical, Applied and Interdisciplinary Research, 7(1), 2019, 98-112. Disponível em: <https://revije.ff.uni-lj.si/slovenscina2/article/view/8210/8719>. Acesso em: 27 fev. 2021.

NUNES, José H. *Dicionários no Brasil*: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: Fapesp – São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

NUNES, Maria das Graças V.; ALUÍSIO, Sandra M.; PARDO, Thiago A. S. Um panorama do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional às vésperas de sua maioridade. *Linguamática*, 2(2), 2010, 13-27. Disponível em: <https://www.linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/66>. Acesso em: 27 fev. 2021.

NUNES, Maria das Graças V.; VIEIRA, Fabiano M. C.; ZAVAGLIA, Cláudia; SOSSOLOTE, Cássia R. C.; HERNANDEZ, Josélia. A construção de um léxico da língua portuguesa do Brasil para suporte à correção automática de textos. *Relatórios Técnicos do ICMC-USP*, 42, 1996.

PALERMO, Bruno; PANDIM, Gildaris F. *Jogos educativos eletrônicos em língua portuguesa.* 1ª ed. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2018.

PINHEIRO, Gisele M.; ALUÍSIO, Sandra M. *Corpus NILC: descrição e análise crítica com vistas ao projeto Lacio-Web.* NILC-TR-03-03, 2003. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/downloads/NILC-TR-03-03.zip>. Acesso em: 8 set. 2012.

SANTOS, José. *Turma da Mônica: viagem aos países de língua portuguesa*. Ilustrações de Mauricio de Sousa. Fortaleza: Editora IMEPH, 2019.

DEPOIMENTOS

No coração da baleia

Carlos Quiroga

Anda na *web* um perigoso jogo que relaciona baleia--azul e suicídio de adolescentes. Nada que ver e ao contrário, isto vai de sobrevivência e maturidade milenar. Vai do fascínio geral que existe a propósito de animais tipo baleia-azul, dinossauro. Porque o Brasil, em termos de língua, terá sido para mim baleia--azul, dinossauro. Porque quando eu acordei para a consciência dela, a língua, ele já estava aí, o Brasil. E, quando falo em consciência, falo em militância e escrita, que implicam deitar mão desse fascínio geral não só para realizações, escassas, como escritor, pelas que apesar de tudo sou agora convocado, mas ainda para realizações vitais mais entranhadas – para a minha afirmação no mundo.

A outras pessoas terá até acontecido o mesmo aqui, na Galiza. Qualquer delas começaria seguramente por confessar duplo sentimento prévio, antes de dar resposta com argumentos de experiência: 1) ficará enternecida, como eu fico, por um apelo de baleia/dinossauro para cágado/lagartixa, por um chamado ao panorama e celebração da língua em representação e notícia do ninho medieval dela e 2) explicará que o chamado enternece por existir aquele fascínio geral antigo, que temos usado aqui para estimular os rescaldos da tal, a qual ainda neste pequeno cantinho da península ibérica se resiste à extinção. Comove-nos e revigora-nos em termos identitários de língua, em termos coincidentes de espécie, apesar da assimetria de tamanhos. Isso tem sempre acontecido nos contatos Galiza-Brasil. Por isso os procuramos, mimamos, eis alguns exemplos, gerais, pessoais, no tom informal e afetivo que se sugere, mais marcantes quanto mais antigos.

Primavera de 86, sexta-feira. Caetano arranca o seu concerto na Corunha e milhares de pessoa começam a beber aquelas letras que brilham mais, na simplicidade complexa do pouco acompanhamento instrumental da época. Caetano canta uma, duas, e

as pessoas enternecem, reconhecendo a própria fala que na terra anda esmagada. Mas, de repente, entre canção e canção, Caetano também fala, e não se cala, para que entre os milhares de pessoas haja até quem derreta. Fala das galerias da cidade à vista do mar, que ele viu a vista de avião. E fala da língua... *Disseram-me que a minha língua nasceu aqui... E escutei o galego que ainda se fala, e é liiindo, minha nossa...!*

Poucos dias depois um programa de RNE na Galiza da altura, Rádio 4, começa a emitir um especial sobre o Brasil, no que entra a história do grupo de teatro brasileiro Arte Livre, aqui radicado e trabalhando no seu registo natural, e breves entrevistas e cortes dos concertos recentes de Toquinho e Caetano na cidade. Ficamos a saber que a visita deste último foi um pestanejar, mas as suas breves confidências, arrancadas entre provas de som, um portento. Adivinha-se ao princípio a sua cara de perplexidade, talvez desconfiança, ao ouvir o entrevistador falar galego, e depois até *do galego*. Adivinha-se que Caetano gosta. Mais quando ele se lembra da comunidade galega na sua Bahia, *que lá costumam chamar de espanhóis*, que tem o time Galícia, e a sua torcida, com tantos negros que são como galegos... Caetano pergunta, tornado entrevistador, quanto se fala, quem fala, aqui... Ninguém teria tempo de explicar que falam galegos, que são como negros. Mas de qualquer modo ele já teria entendido bastante, naquela primavera de 35 anos atrás, para subir a palco e deixar que o eco da conversa prévia entrasse por dentro do concerto. Entre canção e canção, e até dentro delas, para enternecer e estimular rescaldos.

Esse entender, esse nos olhar nos olhos enternece. Mas mesmo que não nos olhasse teríamos deitado mão do seu talento de assoprar brasas. Quando se organizou em Santiago de Compostela o último evento ao amparo da Capital Europeia da Cultura, finais de 2000, vencendo várias adversidades, Caetano foi deitado mão. Chamou-se "O galego no mundo: latim em pó", com áreas de música, cinema, teatro, meios de comunicação, comunidades e literatura. Coordenando esta última, foi com maior proximidade que conheci José Miguel Wisnik, Bernardo Carvalho, Cristóvão Tezza, Bernardo Ajzenberg, Márcia Denser, Jean-Claude Bernardet. Entre muitas outras papilas gustativas do mesmo e mais poderoso músculo esquelético, que outra vez alargaram meu fascínio e o de milhares de pessoas. Poucas teriam reconhecido no raro título do Festival o estribilho do verdadeiro hino que o mesmo Caetano tinha gravado em 84 no álbum *Velô*, chamado precisamente "Língua", hino. Mas todos teriam gostado, sim, e se reconhecido no espírito dessa canção. Gostado de sentir a sua língua roçar a língua de Luís de Camões, gostar de ser e de estar, ter ali aquele som. E de talvez poder ainda sonhar mais um bocado embalados nesses cantos de baleia, dinossauro.

Eu tenho usado e aplicado, em primeiro lugar e toda a vida, a recomendação que encerra aquele hino: "Livros, discos, vídeos à mancheia / E deixa que digam, que pensem, que falem". Tenho procurado material preferentemente do Brasil, que era difícil achar até em Portugal, e usado como professor e até como pai. A paternidade, no final do século passado, me enfrentou com a vertigem de conseguir que nos meus filhos ainda sobrevivesse mais uma geração o galego, esmagado na escola, na mídia, na rua. O material audiovisual de origem brasileira era mais útil que o lusitano, nesta guerra de sobrevivência, por causa do vocalismo átono

mais aberto e próximo do galego. Livros, discos, vídeos à mancheia, e centenas de fitas de cassete em que gravava tudo quanto amigos tinham. Quando chegou o nosso primeiro leitor brasileiro à universidade em 97, o saudoso Júlio Barreto Rocha, a sua cara de perplexidade ao ver tanta tralha em cassete ficou em poucos meses esclarecida. Ele, que acabaria fazendo e voltando depois defender tese de doutoramento aqui, escreveu o emblemático artigo "O Brasil fala galego", que anda ainda na *web*. Na Universidade de Santiago, com docência especializada de Língua, Literatura e Cultura do Brasil desde essa altura, há a única vaga de Titular de Universidade com perfil Literatura Brasileira no ensino superior espanhol, que ocupa a Profa. Carmen Villarino. E com ela nos temo esforçado por manter canal permanentemente aberto ao canto de baleia. Durante um tempinho até fomos das poucas universidades no mundo em contar com três leitores de países de língua oficial portuguesa, variedades lusitana, africana e brasileira. Na crise de apertar cinto acabou caindo o africano. Sobrevive o mais antigo lusitano, financiado pelo Instituto Camões, mas é a própria Universidade de Santiago de Compostela (USC) que continua a financiar um leitorado brasileiro. Para além do Júlio Rocha, seguiram Yara Frateschi Vieira, Márcio Coelho Muniz, Mônica Heloane, Luciano M. de Paula, Ulisses Infante, Vivian Rangel, Marcus Salgado, Márlio Barcellos...

E simpósios, colóquios, encontros, *workshops*, ciclos de cinema, palestras, aulas abertas, toda a atividade que por essa via e pela da Cátedra UNESCO da Cultura Luso-Brasileira – no meio da crise também caída –, assopraram as brasas durante anos. Um convênio com a Fundação Universidade de Passo Fundo e a prefeitura dessa cidade, para que a pessoa ganhadora do "Concurso Nacional de Contos Josué Guimarães" tivesse como parte do prêmio uma estadia na USC, deu-nos o privilégio de ter aqui a Lúcia Bettencourt, em 2007, grande descoberta. E seguiram Éder Rodrigues (2009), João Goulart de Souza Gomes (2011), Olavo Amaral (2013), alguns deles ainda em contato. O fluxo de alunos brasileiros da graduação que vêm à USC através de convênios bilaterais de intercâmbio e de galegos que vão para universidades brasileiras, além de alunos Erasmus que frequentam aulas de conteúdo português/brasileiro, e ainda doutorandos e pós-doutorandos, é outra via de roçamentos mútuos de língua de baleia. À continuada atividade acadêmica tentamos acrescentar variantes culturais diversas para projetar o Brasil na Galiza e divulgar ainda relações de todo o tipo entre ambas terras. A página *web BrasilGaliza* (https://brasilgaliza.wixsite.com), lançada em 2018, mostra algumas dessas iniciativas que desde a Faculdade de Filologia da USC se batem na vocação.

Seria interminável enumerar todos os grandes cetáceos que por aqui passaram, mas deve ficar em manchete o Luiz Ruffato. Encontrei-o em 2005, quando o VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas a celebrar em Santiago me pediu organizar uma mesa de escritores ao encerramento. Para além de amigos de Portugal, Timor e África que já apreciava, conheci do Brasil e ao vivo Adriana Lisboa, Tatiana Salem Levy e o Luiz. Foi admirável como o Ruffato entendeu tudo nessa semana, mas muito mais que continuasse a entender e se tornasse, para além de amigo eterno, militante da causa galega para a posteridade. Voltou várias vezes,

até ser designado Escritor Galego Universal pelos seus pares aqui, e também fui encontrá-lo eu várias vezes aí. Para enternecer e estimular rescaldos.

Para além do Ruffato e de alguns nomes já citados, lembro-me com algum detalhe das passagens, mesas, jantares e histórias partilhadas de antigo com Francisco Alvim, Zuca Saldanha, Nélida Piñon, Samuel Leon, Tata Amaral, Roberto Lazarini, Cíntia Moscovich, Marçal Aquino, Márcio Souza, Marco Lucchesi, Regina Dalcastagnè, Ferreira Gullar, João Gilberto Noll, Evanildo Bechara, Gilberto Mendonça Telles, Gladstone Chaves de Melo, Gilda Santos, Jorge Schwarz, Júlio Diniz, Juracy Ashman Saraiva, Leodegário de Azevedo Filho, Luiz Felipe Ribeiro, Maria do Amparo Tavares Maleval, Márcio André, Márcio Souza, Marlyse Meyer, Massaud Moisés, Miguel Rettenmeier, Michel Yakini, Raquel Illescas Bueno, Raul Antelo, Reginaldo Pujol Filho, Regina Zilberman, Rejane Pivetta, Renato Janine, Sílvio Elia, Suzana Vargas, Tania Rösing, Vilma Arêas... e outro tanto deve faltar.

E já agora, para que no depoimento entrassem reflexões pessoais, intensas, produzidas no contato físico desse lado do oceano, necessitaria o espaço de vários livros. Alguns realmente já escritos. Os essenciais ao tema até publicados no Brasil. O romance *Periferias*, aparecido aí em 2006, algo deve explicar, pois o maestro Luiz Fernando Malheiro, diretor do Festival da Ópera de Manaus, veio aqui em 2009 com ideia de realizar versão operística sobre ele, em paralelo com *Dois Irmãos* do Milton Hatoum. O coitado também veio pedir apoio para o projeto ao governo galego, e eu não soube explicar a espécie de apestado dissidente da norma ortográfica espanhola, chamada oficial e estabelecida para o galego, que eu era. Mas considerar que existiu vagamente hipótese de andar em algo ao lado do grande Hatoum, com quem cruzei no Festival Literário Internacional da Floresta (Flifloresta), em novembro de 2008, bastará como sonho para *as minhas realizações como escritor* nunca realizadas. Por certo que em coincidência desse cruzamento em Manaus, tão desconcertado pela estima geral, achei a estar ser confundido à chegada com um Agualusa ou assim. Enfim, muitas comoções/reflexões que aqui não cabem andam também por aí, desse lado do mar, no *Império do ar: cavalgadas de Daniel em Ilha Brasil*, de 2013, algo como diários das viagens, romance de cavalaria e outras coisas híbridas.

Só a língua de baleia-azul pode pesar em torno de 2,7 toneladas, como um elefante. E o seu canto atingir 188 decibéis, mais forte que avião a jato, audível a 800 quilômetros. Mais, porque deste lado do mar cágado/lagartixa ouvem. Resistem aniquilamento ouvindo. Mas já sabemos que tal magnífico animal pode ser caçado e levado à beira da extinção. Do dinossauro já nem se fala. O coração concreto de baleia, em torno de 600 quilos e a maior parte de corpo conhecida de todos os animais, também é um ente abstrato que até cágado/lagartixa, juntando o seu bombar, podem mais magnificar. Eternizar. Porque no coração andam os afetos. E com eles até um bombar pequeno nutre em polimento todo canto de língua. Este experto em resistências.

Uma certa ideia do Brasil

Conceição Lima

As minhas memórias mais antigas da relação entre o Brasil e a língua portuguesa entrelaçam-se com a voz do meu pai. Professor, comunicador apaixonado, Poeta apreciador de Manuel Bandeira e Músico amador, meu pai era um grande amante das canções, dos ritmos, das sonoridades que, então, atravessavam o Atlântico para ecoarem e ressoarem nas bocas dos habitantes das ilhas do meio do mundo e nos seus salões de dança.

> Não posso ficar nem mais um minuto com você
> Sinto muito amor, mas não pode ser
> Moro em Jaçanã
> Se eu perder esse trem
> Que sai agora às onze horas
> Só amanhã de manhã
> [...]
> Além disso, mulher, tem outra coisa
> Minha mçae não dorme enquanto eu não chegar
> Sou filho único, tenho minha casa pra olhar
> [...]

E minha mãe, que cantava muitas vezes em crioulo, e meus irmãos e eu, embalados no refrão:

> Sou filho único, tenho minha casa pra olhar
> *Quaiscalingudum, quaiscalingudum, quaiscalingudum*

Muitos anos depois, em outros países, a canção iria reemergir, com uma réstia de nostalgia, no repertório de algumas tertúlias juntando amigas e amigos de diferentes espaços da língua oficial portuguesa que descobriam, na convocação da lembrança dessa e de outras canções brasileiras, um traço de aproximação e uma referência comum que me remetiam para aqueles serões da infância, em São Tomé. Meu pai e o seu violão. Meu pai e o baião. Ele e a bossa nova. E o samba, claro. E Martinho da Vila, claro, e sua longa carreira acompanhando as nossas vidas.

[...]
Tomara que tu apanhes!
Não tornes a fazer isso,
Tirar amores dos outros
Depois fazer teu feitiço!

Meu pai não só cantava o que chegava do Brasil, também compunha nesses géneros, composições que eram depois difundidas em bailes, fundões, salões de dança. Em pleno regime colonial, além da influência do meu pai, a então Emissora Regional de São Tomé e Príncipe, através do diário programa *Discos Pedidos*, transmitia incessantemente música brasileira por solicitação dos ouvintes de todos os cantos do país. Roberto Carlos comandava a tabela a grande distância de todos os outros. Já então um pouco mais crescida, era-me difícil escapar à impressão de que, para os santomenses, as canções de amor em português, para serem realmente canções de amor, tinham de ser brasileiras.

As letras eram conhecidas tim-tim por tim-tim. O amor, sobretudo para os jovens, cantava-se no português do Brasil.

O encontro com a onda da Música Popular Brasileira (MPB) viria depois: Elis Regina, Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Maria Bethânia, Gal Costa, Milton Nascimento, entre outros, e, com ela, o mergulho da minha geração em novas propostas estéticas, outros modos de ofertar a frutificação musical da língua, entrelaçando-os, amiúde, com a assumida verticalidade dos ideais que tornam o mundo mais humano.

Na Inglaterra, no King's College of London, minha turma dos Estudos Africanos, Portugueses e Brasileiros, composta por estudantes de várias nacionalidades, adentraria um pouco mais a criatividade e a complexidade do gigante brasileiro por via, também, da sensibilidade, da vitalidade dessas vozes, firmes, aprumadas vozes, embaixadoras, em tantos palcos do mundo, do seu país e de uma língua falada, com as respetivas particularidades, em quatro continentes.

Quando se trata de referir as manifestações da língua portuguesa audíveis em São Tomé e Príncipe através dos órgãos de comunicação social, no caso da televisão, é impossível não se falar das telenovelas brasileiras. Esse gênero capturou, há décadas, a fiel e concentrada atenção da esmagadora maioria do país de uma forma tal que torna inimaginável a sua desaparição da grelha de programação. Hoje, mais do que a música, o maior vínculo do grande público santomense a certa ideia do Brasil é o universo das telenovelas, com algumas expressões a serem adotadas por elementos das camadas mais jovens. Por exemplo, "Minha nossa!", até há relativamente pouco tempo completamente estranha, tende a vulgarizar-se.

O primeiro poeta brasileiro a entrar no meu imaginário foi Manuel Bandeira, muito apreciado por meu pai. Um dos seus poemas preferidos era *Vou-me embora pra Pasárgada*.

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero

Na cama que escolherei
[...]

Creio mesmo que tentou musicar esse poema. Já no ciclo preparatório, teria eu uns 11, 12 anos, o nosso livro de língua portuguesa incluía, para além de Manuel Bandeira, poemas de Cecília Meireles e de Olavo Bilac. Assim, posso dizer que o Brasil cedo começou a estar associado ao meu processo de educação e formação literária. No domínio da prosa, seguindo as pegadas de gerações anteriores, Jorge Amado tornar-se-ia um membro fundamental da minha adolescente família geracional, a qual se congregava em torno de um círculo de leitura. *Jubiabá* provocou um autêntico alvoroço. Memorizámos as falas de Antônio Balduíno, de Rosenda Rosedá, Zé Camarão, com um sotaque mais ou menos conhecido, mais ou menos intuído. Muitos anos depois, em 1985, a crítica haveria de identificar ecos do escritor baiano no mais divulgado livro do nosso conhecido prosador, Albertino Bragança, *Rosa do Riboque e outros contos*. O conto *Solidão*, que reflete bem essa influência transatlântica, integra, desde 2008, o Programa Nacional do Livro e do Material Didáctico (PNLD), no Brasil. Entretanto, pela voz do cantor Ruy Mingas, o *Poema da Farra*, de Mário António de Oliveira, trazia-nos reverberações da influência de Jorge Amado sobre escritores angolanos de uma geração mais recuada:

Quando li Jubuibá
Me cri António Balduíno
Meu primo, que nunca o leu
Ficou Zeca Camarão
[...]

E nós cantávamos com alegria, estávamos num território conhecido.

Machado de Assis, Graciliano Ramos e a saga dos retirantes em *Vidas Secas*, Guimarães Rosa e seu *Grande sertão: veredas* viriam a marcar uma outra fase, uma fase de diferente entranhamento, de maior aprofundamento e diversificação do conhecimento da riqueza da literatura brasileira. Também Lima Barreto e seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Também Solano Trindade indagando:

Quem tá gemendo
Negro ou carro de boi?

Carro de boi geme quando quer
Negro não
Negro geme porque apanha
Apanha pra não gemer
Gemido de negro é cantiga
Gemido de negro é poema

Geme na min'halma,
A alma do Congo,
Da Niger, da Guiné,

De toda África enfim
A alma da América
A alma Universal
[...]

O Poeta Francisco José Tenreiro, precursor da negritude na poesia africana de língua portuguesa e considerado o mais proeminente nome da literatura santomense, no seu icónico *Ilha de nome santo* (1942), haveria, igualmente, de revelar a apropriação de expressões populares do português falado no Brasil.

Já de há um bom tempo a esta parte, instituições brasileiras têm vindo a promover eventos literários, englobando autores da língua portuguesa e não só, ao mesmo tempo em que académicos se têm empenhado em profícuos estudos das literaturas de língua portuguesa, com destaque para as africanas, permitindo uma maior expansão e conhecimento de autores que, em alguns casos, seriam, de outro modo, menos conhecidos. Trata-se, pois, de um contributo muito importante para as correntes da língua e para a visibilidade dos seus artífices.

Como Poetisa, sinto-me ligada ao Brasil por laços especiais. É o país onde a minha poesia tem suscitado mais estudos e, em 2014, o meu segundo livro, *A dolorosa raiz do Micondó*, publicado pela Geração Editorial, foi o primeiro classificado no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), entre mais de 400 títulos concorrentes, tendo tido uma tiragem de 35.500 exemplares. Enquanto autora, o fato encerrou um significado muito particular para mim e foi motivo de grande satisfação, conhecido que é o grau de exigência do referido programa e porque permitiu maior divulgação da obra entre a população estudantil brasileira.

Aqui, em São Tomé, a Embaixada do Brasil tem desenvolvido um trabalho muito reconhecido, ministrando cursos de língua portuguesa a nacionais e estrangeiros, para além do *Café com Letras*, sessões de apresentação e debate de livros de autores dos vários países de língua portuguesa. Foi ainda a Embaixada do Brasil que, a pensar nos estudantes santomenses, publicou, 25 anos depois da última edição, o livro *Versos*, de Caetano da Costa Alegre, referência fundacional da literatura de São Tomé e Príncipe (século XIX) e, segundo o Professor Manuel Ferreira, o primeiro africano de língua portuguesa a fixar na sua poesia a questão da cor da pele.

Estive quatro vezes no Brasil, em eventos literários. Em 2007, no Rio de Janeiro, para o III Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Fundação Biblioteca Nacional. A referências da comunidade académica e literária do Brasil juntaram-se nomes das literaturas africanas e do estudo destas, como Luandino Vieira, Luís Carlos Patraquim, Paula Tavares, Ondjaki, Vera Duarte, Zetho Gonçalves, Inocência Mata, Pires Laranjeira, entre outros. A segunda, na Bienal Internacional do Livro do Ceará, que teve como convidado de honra o Prêmio Nobel nigeriano, Wole Soyinka, que proferiu uma memorável conferência sobre a resistência e a adaptabilidade da cultura e das religiões dos africanos escravizados transportados para as Américas. Momentos inesquecíveis de partilha da língua e da criação literária com os poetas Filinto

Elísio, de Cabo Verde, Maria Odete da Costa Semedo, da Guiné-Bissau, Márcia Souto, do Brasil, e repentistas brasileiros com os quais mantivemos um diálogo rico e frutuoso. Outra dessas estadas levou-me a Teresina, como convidada especial do V Encontro Internacional África-Brasil. Aquando da II Edição da Feira do Livro de Brasília, na qual participei a convite da minha então editora brasileira, Geração Editorial, estiveram, entre vários convidados de várias nacionalidades, o escritor e então Presidente do Gana, John Dramani Mahama e o Poeta cabo-verdiano José Luiz Tavares. Neste certame, aconteceu um momento de entrevista a escritores latino-americanos e africanos, seguido de recital. Quando me perguntaram qual o Poeta brasileiro que mais me havia marcado ou com o qual mais me identificava, saudei, mentalmente, João Cabral de Melo Neto e respondi: "Carlos Drummond de Andrade. Carlos Drummond de Andrade. Carlos Drummond de Andrade." Estalou uma nutrida salva de palmas. *A rosa do povo* está entre os meus livros elementares.

Mais do que a língua…

Crisódio Araujo

Relembro com ternura os tempos da minha meninice repartida por pedaços remotos da terra que me acolheu para a aventura da vida. Timor-Leste é mais do que um espaço de lembranças ternas ou o berço da minha pátria. É, acima de tudo, a alma da minha alma, a encruzilhada da minha humanidade e representa o ponto de partida que me levou a divagar pelo mundo.

Foi em Ataúro, ilha ancorada no mar profundo de Timor, de frente ou de costas voltadas, conforme as oportunidades, para a praça – era como se tratava na altura a capital Díli – é que descobri Brasil no fulgor da sua música, na altura, a ensaiar provavelmente os primeiros passos da globalização. Tinha seis anos quando engracei com o Teixeirinha e o seu "jacaré sai do caminho", repetido tantas vezes durante a "música ao seu gosto", um programa de românticos militantes e imprevisíveis da Rádio Difusão Portuguesa (RDP), Voz da Oceania. Era uma doçura o rasgar da primeira hora das noites assustadoramente escuras da colónia, sobretudo para uma criança carregada de interrogações e temores... Já em Hatu-Udo, um posto administrativo colonial, plantado no cimo de uma montanha, com uma vista que se perdia no mar e no horizonte, em férias escolares e pouco antes de ingressar no colégio de Ainaro, reencontro o Brasil através do seu embaixador cantante, Roberto Carlos, com a sua música "só vou gostar de quem gosta de mim", tocada repetidamente num gravador, sempre com o volume máximo, por um tio deslumbrado por tiros aos veados e pelas músicas de Roberto Carlos em alta voz.

Entretanto, ao desenrolar agora a "fita do tempo", em setembro de 75, dou por mim em Atambua, Indonésia, como refugiado de guerra. Num tempo em que se preferia o silêncio, tinha a estranha sensação de ter acumulado durante um ano a dor de uma vida toda, a que já tinha vivido e a que estava para vir. Num registo quase vazio de memória, permanece a lembrança da fé, como último recurso da fuga ao limite humano. Tantas e tantas vezes

que repetíamos "estou pensando em Deus", imitando o timbre forte e convicto do padre Zezinho. Após tantas décadas, penso que compreendo agora a força do sotaque aberto para intensificar e fortalecer a mensagem e consolidar a guarda da memória.

Num regresso impossível à terra natal, rumei a Portugal pouco preparado para enfrentar uma realidade diferente daquela a que me estava a habituar. Sempre com o verso e o reverso da medalha, mais o lado bom do que o mau, fui construindo uma vida dupla, dividida entre o compromisso com a sobrevivência e a dedicação à luta de libertação. Num longo processo que consumiu mais de duas décadas, entre estudos e trabalho, recorri à escrita como instrumento de indignação e protesto pelo que estavam a fazer a Timor e, nesta longa jornada, descobri que não estávamos sozinhos na luta. Todos os países que falavam e falam a língua portuguesa puseram-se ao nosso lado e Brasil teve para mim um significado especial, sobretudo pelo apoio expresso de D. Hélder Câmara à causa timorense. Recordo o encontro conosco, nos finais dos anos 80, no Vale de Jamor, e da firmeza do seu apoio. Antes de tê-lo conhecido pessoalmente, tinha visitado o seu pensamento e já tinha registado como lição de vida o seu raciocínio traduzido nesta mensagem intemporal: "diante do novo edifício que surge, contempla, é claro, a obra que nasce, mas não te esqueças nunca do andaime que, na hora da festa, será retirado como entulho".

Brasil marcou e marca o meu quotidiano de leitura e lazer. Guimarães Rosa, Machado de Assis ou José de Alencar misturam-se com Skank, Daniela Mercury, Martinho da Vila ou Tom Jobim... São mais do que influências… É cumplicidade, é convívio e familiaridade a qualquer momento. Recentemente, Isabella Bretz com as "canções para abreviar distâncias", aproximou-me ainda mais do Brasil e o ter musicado o meu "poema ancestral" tornou-se um ato impagável, sobretudo pela inscrição da ancestralidade timorense no globo, via língua portuguesa.

Não há dor nem risos nestas lembranças diluídas em momentos muito doces. Existe percurso, solidariedade e compaixão num desígnio comum, abraçado de diversas formas. Sobrevive agora neste tempo de difícil leitura um sabor intenso de pertença a uma língua que atravessou oceanos, mesclou sangue e raças, uniu culturas, encurtou distâncias e ajudou a projetar um mundo novo alicerçado na tolerância e na diferença.

Como é hábito dizer quando se toma a palava, neste cantinho no fim do mundo, que também fala português, "obrigado pela oportunidade", quero repetir como os meus conterrâneos "obrigado pela oportunidade", obrigado Panorama e obrigado língua portuguesa, pela oportunidade de partilha!

Feliz Dia Mundial da Língua Portuguesa!

Díli, 5 de maio de 2021

Brasiles

Fabián Severo

A primeira vez que nasci foi na fronteira do Uruguay con Brasil. Por eso, na minha familia, con mis amigo e meus vizinho, falamos misturando as palavra do português con el español. El portunhol é a minha língua materna. Cuando eu istava na barriga de minha mãe, já iscutava el mundo intreverado. ¡Os sons y silencios da frontera na barriga da minha mãe!

Cuando era pequeno, eu me atirava en el pasto e olhava pra cima, abría los ojo e no veía nenhuma linha dividindo los país. Eu observava e era todo liso azul. ¿Qué azul es Uruguay y qué azul é Brasil? Yo mirava los pássaro y me perguntava: ¿Se darán cuenta que están cambiando de país, ou pra eles el aire es todo blando? En ese cielo de dos país, mis palabra aprendieron a volar.

A segunda vez que nací foi cuando leí "Grande sertão: Veredas" de João Guimarães Rosa. Mis oído se abrieron a una forma de decir, a una poesía fantásticamente real, que el mundo, a partir del portugués de Guimarães Rosa, me pareció más grande.

Y despós, fui naciendo muchas vez, gracias a la música, los sabor, los color de Brasil, de los Brasiles.

El portugués me dio una entonación, un cantito, un ritmo en los latido del corazón, una forma de parar mis palabra. La poesía de Caetano Veloso, de Tom Zé, de João do Vale, Rita Lee, Chico Buarque, el asfalto de Ferreira Gullar, la sencillez de Aldyr García Schlee, el verso de João Cabral de Melo Neto, la dulce tristeza de Graciliano Ramos…, entre tanto creadores brasileros que me enseñaron a caminar.

Mis palavra tienen el sabor del feijão com arroz branco, el color de las serras catarinenses, y el ritmo de un samba de roda do recôncavo baiano.

Gracias a los sonidos del Brasil, al portugués, a los Brasiles, soy el Fabián que anda bien lejos, desnortiado entre grandes avenida, lembrando el buraco de las muerte, tarariando us sonido de meu barrio. Catando restos de arcoiris, iscoliendo pedazos de palabra que la gente vai

deslembrando. Soy el Fabián que istudió los idioma de papel y aprendió a contar las costilla de los verbo, eu sei cómo gotean los sustantivo, y en qué adjetivo el perfume es demasiado.

Mas elegí, fabianamente, us canto que mi madre colgó nu patio da minha infancia, las oración de feijao com arroz blanco, la saudade de tierra y rapadura, a língua du corazón. Y esa lengua, el fabianés, es la mistura de los idioma de mis dos país.

Uma língua, infinitas línguas

Gonçalo M. Tavares

A língua portuguesa é riquíssima. Não apenas a que transita em Portugal e no Brasil, mas também nas Áfricas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O português é uma língua constantemente "acrescentada"; aumenta de acordo com os países em que é falado, e essa é sua grande riqueza. Somos muitos povos, muitos continentes a aumentar a potência da língua.

A literatura e a cultura brasileiras foram e são muito importantes para mim. Quando miúdo, assistíamos às telenovelas como quem assiste a um acontecimento determinante, relevante: desde *Gabriela, cravo e canela* a muitas outras. As telenovelas brasileiras tratavam o português com uma liberdade que nós, em Portugal – mais formais na utilização da língua – não possuíamos. Com elas, ocorreu a entrada em Portugal de um outro português do Brasil: não o literário, mas uma língua livre, marcada por expressões populares, divertidas, que remetiam para animais, frutas; uma experiência muito rica e bela.

Também contribuíram para isso o intercâmbio com outras expressões culturais brasileiras como a capoeira e, especialmente, a música popular. Chico Buarque, Caetano Veloso, Tom Zé: tantos nomes que é impossível falar de todos. Chico Buarque, em especial, um artista fabuloso e que admiro muito, marcou a minha adolescência e juventude – período em que as marcas são mais fortes, permanecem.

Minha literatura foi assim se cruzando com essas influências culturais do português do Brasil. E, claro, com as experiências propriamente literárias: Guimarães Rosa, nesse sentido, é uma referência essencial.

Grande sertão: veredas marca um espaço da maior importância, até mesmo em contraponto aos *Lusíadas*, de Camões. Ambas são duas de nossas grandes obras em termos de linguagem, de plasticidade da língua. Por um lado, Camões, de uma forma clássica, mas com

uma riqueza absolutamente extraordinária, sonora. Por outro, Guimarães Rosa, trazendo uma riqueza que não tem a ver exatamente com o som, mas sim com uma espécie de "voragem", um apetite gigantesco em relação a novas palavras, novos entendimentos. Guimarães Rosa sacudiu a sintaxe, elevou nossa língua portuguesa a um patamar extraordinário.

É uma pena que esses nomes não sejam tão conhecidos de lado a lado: Guimarães Rosa, em Portugal, e Camões, no Brasil. Ambos deveriam ser dois autores populares, no bom sentido da palavra; que chegam a todas as pessoas. Infelizmente, ficam muitas vezes restritos a pessoas ligadas à produção cultural.

E, claro, há também outros autores brasileiros a serem recordados como Clarice Lispector, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Mello Neto, apenas para citar os clássicos. Clarice Lispector me marcou muito e foi fundamental. Juntamente com Agustina Bessa-Luís – uma grandíssima escritora portuguesa que faleceu há poucos anos – está no "topo" da língua portuguesa, cada uma delas em seu campo: Bessa-Luís é uma escritora do plano das ideias, enquanto Lispector tem mais a ver com uma espécie de possessão instintiva.

Sinto um amor enorme pelo Brasil. Estive várias vezes no país, em diversos sítios, desde a Amazônia, no extremo Norte, até Passo Fundo, no Sul. É sempre uma alegria viajar, entrar em um avião e, depois de dez, doze horas, chegar ao outro lado e sentir a presença, o elo comum da língua. Agora, em tempos de pandemia, sinto uma nostalgia ainda maior desse reencontro; de estar presente em festivais literários, de sentir a presença sempre atenta do público, dos grandes leitores que há no Brasil. Os festivais de literatura têm cumprido um grande papel no país, no combate à "fuga à leitura".

Nós – escritores, artistas dos países de língua portuguesa –estamos a criar algo comum. Precisamos ter consciência disso. Em termos de Portugal e Brasil, é essencial pensar-se em uma política comum da língua: um instituto que possa agregar interesses de ambos os países e demais povos falantes do português. Poderíamos pensar, também, em traduções conjuntas de grandes clássicos, que circulariam em todos os nossos países e não apenas em um espaço isolado: a extraordinária tradução feita por Pedro Tamen de *Em busca do tempo perdido* é exemplo disso, assim como várias outras obras. E não podemos esquecer do papel desempenhado por nossos escritores que, vertidos para outras línguas, contribuem para a expansão de nossa cultura. Precisamos pensar em uma política comum da língua também presente em nossas escolas, fazendo com que o português tenha força e alcance semelhantes às do espanhol (língua que tem sido objeto de um grande trabalho de difusão).

O português, assim, deve afirmar-se como o que é: um dos idiomas essenciais. Há muito a ser feito, mas a língua que falamos possui força invulgar. E, nela, Brasil e Portugal são duas grandes referências.

Como me tornei brasileiro

José Eduardo Agualusa

O Brasil entrou muito cedo em minha vida. Tenho família brasileira tanto do lado de meu pai quanto do de minha mãe. Do lado paterno, meu avô era carioca, assim como meus tios mais velhos. Tios que nasceram no Rio de Janeiro, viveram em Portugal, depois foram para Angola e, mais tarde, regressaram ao Brasil. Mas seguiram nos visitando em Angola, e sendo responsáveis, a cada chegada, com seu modo de "falar diferente", por minha primeira impressão daquele país do outro lado do Atlântico.

Logo depois, muito cedo, veio o teatro. Minha mãe era professora de português e dirigia um pequeno grupo teatral. Eu era criança, e uma de suas montagens me impressionou muito: *Morte e vida severina,* de João Cabral de Melo Neto, acompanhada de canções de Chico Buarque. Foi também nessa época que comecei a ler literatura brasileira e a ouvir sua música popular, que chegava a Angola com muita força.

A literatura brasileira – não só a ficção, mas também a crônica – influenciou gerações de escritores em meu país. Os primeiros cronistas que se notabilizaram em Angola, como Ernesto Lara Filho, tinham como referência cronistas brasileiros. O mesmo fenômeno ocorreu na ficção: José Luandino Vieira, um grande escritor detido por lutar contra o colonialismo português, descobriu a literatura de Guimarães Rosa na prisão, em Cabo Verde. Essa descoberta alterou por completo sua forma de escrever. Luandino possui duas fases, muito distintas: a anterior e a posterior a Guimarães Rosa. Esta última é marcada pelo uso de neologismos, pela profunda reinvenção da língua. O curioso que a influência de Guimarães Rosa não cessou aí. Seguiu sua viagem até Moçambique, até Mia Couto, que, ao ler o Luandino da segunda fase, também inicia o processo de reinvenção de sua obra e linguagem.

E também houve Jorge Amado, que li muito cedo, a partir dos doze anos. Foi um deslumbramento. Amado teve grande impacto não só em Angola, mas também

em outros países da costa ocidental da África, por conta da evocação da mitologia africana em seu universo ficcional. Para um autor africano, ler Jorge Amado é revisitar seu próprio território; não estranhar-se, mas encantar-se com pontos de contato, a proximidade cultural com o Brasil.

Assim como a literatura, a música brasileira teve grande influência não só em minha vida, mas na de gerações de angolanos urbanos. Minha relação com a música brasileira também começou desde a juventude e, ao longo do tempo, acompanhei o que era produzido no país. O que terminou também por influenciar meu trabalho como escritor – muito ligado, curiosamente, à música.

Mais tarde, na década de 1990, vivi no Brasil. Decidi mudar-me em uma época em que Angola vivia uma situação de intensa ditadura e eu começava a ter problemas por conta de meu trabalho como jornalista. Vivi dois anos e meio em Olinda e no Rio de Janeiro. Foi um período curto, mas intenso e importante para minha formação. Parti do Rio rumo a Berlim, com uma bolsa de criação literária. Na Alemanha, escrevi um livro – *O ano em que Zumbi tomou o Rio* – cuja ação centra-se sobretudo no Rio de Janeiro, abordando a questão racial no Brasil. Ou seja: se eu não tivesse vivido no Brasil, não teria conseguido escrever esse livro.

Meu período no Brasil também serviu para que eu refletisse sobre a língua portuguesa. De que língua eu desejava fazer uso, como escritor? Nessa época, ficou muito claro que me interessava a língua portuguesa *total*, em sua globalidade, em todas as suas variantes – a que se fala no Brasil, em Portugal e no resto do mundo –, e não apenas a de Angola. *O ano em que Zumbi tomou o Rio* foi o livro em que comecei a levar adiante esse projeto, mobilizando, por meio de vários personagens, não somente a língua falada pelas classes médias do Rio, mas também a dos morros, a dos angolanos, falando como angolanos, a dos portugueses, falando como portugueses. Foi uma verdadeira redescoberta da língua portuguesa, ocorrida graças à minha estadia no Brasil.

O português de Angola, em termos de vocabulário, tem muito a ver com o brasileiro. Ou o contrário: é o português do Brasil que foi buscar em Angola um sem-número de palavras de origem africana, sobretudo do quimbundo e do quicongo. Ao viver como angolano no Brasil, percebi essa proximidade, não só na língua, mas também em outros aspectos da cultura. Tive a impressão de que, ao subir os morros do Rio de Janeiro, ao caminhar por Olinda, por Salvador, me aproximava cada vez mais de Angola, encontrava muitos elementos angolanos na vida cotidiana das pessoas, na culinária, nos gestos, na expressão corporal. Uma ligação muito mais profunda do que se imagina.

Acho interessante a forma como o Brasil, nos últimos anos, vem tentando reaproximar-se da África. Não de uma África ancestral, mítica. Mas de uma África contemporânea, produtora de cultura. Esse "refazer de laços" é algo fundamental para o Brasil, para que boa parte de sua população – cuja origem é africana – possa recuperar por inteiro sua dignidade. E também para Angola e todos os outros países africanos de língua portuguesa.

O valor afectivo do português do Brasil em Angola

José Luís Mendonça

Quando saiu a notícia da publicação do romance *Blecaute*, de Marcelo Rubens Paiva, em 1986, o leitor angolano pouco atento ao processo persistente e já avançado das metamorfoses linguísticas do português do Brasil ficou um tanto ou quanto perplexo com o título. Para outro leitor mais abalizado no assunto e, quiçá, viajado, como o escritor angolano Manuel Rui, o título dado pelo autor de *Feliz ano velho*, não suscitou perplexidade. Pelo contrário, era mais um a juntar à já longa lista de anglicismos que permeiam o dicionário de língua portuguesa editado no país de Santos Dumont e do Grande Otelo. Foi até o próprio Manuel Rui que pugnou pela adopção na comunicação social angolana da palavra "mídia", em vez de "média".

Se há uma palavra para ilustrar com perfeição o papel do Brasil na evolução semântica da língua portuguesa, ela é "mídia". Na verdade, vistas bem as coisas pelo prisma da autonomia linguística dos povos que herdaram a língua do colonizador, "mídia" representa um ato de posse e transmutação ou recriação livre dessa herança. Este processo evolutivo da língua portuguesa no Brasil representa uma espécie de compromisso do povo daquele país para com a utilidade prática da língua.

Obviamente que nem tudo correu, na esfera da língua oficial de Angola, de maré mansa, em termos de materialização da proposta do escritor angolano Manuel Rui. Outros contributos foram introduzidos neste país da África Austral, não pela via oficial, mas, como acontece com todas as línguas na sua secular pulsação intraplanetária, por via da alma sempre atenta do povo que nunca leu os romances de Marcelo Rubens Paiva ou de Manuel Rui.

Para melhor ilustrar, ainda que de forma meramente exemplificativa, esse construto brasileiro de posse e transmutação ou recriação livre da herança linguística, façamos uma evasão pelos fundamentos da anglofonização e da africanização do dicionário de português brasileiro.

Essa ilustração permitir-nos-á, não só compreender as razões desse fenómeno cultural, como também a facilidade como ele penetrou em Angola.

Como consequência da invasão napoleónica à Península Ibérica, em finais de novembro de 1807 a Família Real portuguesa navega de Lisboa para o Brasil onde vai ficar até 1821. Por via dessa transferência ultramarina, o Rio de Janeiro transforma-se em capital do Império Colonial Português. Esta hegemonia brasileira sobre a totalidade do reino, que incluía Angola, parece ter ampliado um precedente histórico, que se iniciou com a "libertação" da colônia de Angola do jugo holandês, em 1647, por Salvador Correia de Sá e Benevides, oriundo do Brasil. Com o passar dos séculos, criou-se entre Angola e o Brasil uma relação de estreita cooperação, sempre tendo, até 1826, Portugal como potência legitimadora. Depois da independência do Brasil, as trocas comerciais, até à Lei Áurea marcadas pela ignomínia do tráfico negreiro, continuam, mesmo numa base tripartida com Portugal de permeio. Só com a Independência de Angola, essas relações se fincam numa base bilateral, com o Brasil a marcar-se como o primeiro país fora de África a reconhecer a soberania de Angola. Ora, este longo percurso histórico dos países que se dão a cara no Atlântico Sul não podia deixar de plantar uma árvore cultural que os diferenciaria da matriz linguística colonial.

O Brasil foi o país que mais recebeu população de Angola em toda a sua história, principalmente na condição de escravos, entre os séculos XVI e XIX. Desta imigração forçada resultaria a consagração de um dos maiores géneros musicais e dançantes do Brasil: o samba. Este termo tem o seu étimo fundacional no verbo quimbundo de Angola "*kusamba*", que significa rezar, orar, adorar, venerar. Há um bairro na orla marítima de Luanda com o nome de Samba. Hoje em dia, não há festa com dança de salão em Luanda que não intercale o samba brasileiro no rol das músicas de roda.

"*Ku*" é um prefixo verbal das línguas bantu, tal como a língua inglesa utiliza "*to*". Portanto, neste caso da música que hoje é o ícone do Carnaval brasileiro, tratou-se de uma transposição pura e simples, enraizada na alma do povo brasileiro de todos os estratos socio-econômicos, por muitos séculos de presença africana.

Em troca, o Brasil traz, até hoje, para Angola, a terminologia recriada do mundo industrializado e da tecnologia cibernética. Sabemos que a comunicação no mundo das tecnologias tem como língua dominante o inglês. Porventura, alguém discordará da tese de que a localização geográfica do Brasil no continente americano o tornaria, por uma questão de afinidade e gigantismo territorial, um país absorvente do léxico norte-americano?

O Brasil é actualmente um dos países mais industrializados do mundo e pertence ao grupo global do BRICS, formado por cinco grandes países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, os quais perfazem cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. Esse agrupamento desenvolve cooperação sectorial em diferentes áreas, como ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transnacionais.

Portanto, não foi inócua a adopção de termos da língua mais utilizada no mundo para a contratação e para os manuais de utilização de *softwares* e *hardwares*. Pelo processo de simplificação ditada pela urgência médica em dar resposta a uma pandemia global, o Brasil cunhou o termo "aidético" (de aids). A aglutinação fonética veio provar que "blecaute" é mais romântico e mais sintético que "apagão". Uma adopção paternalista de termos ingleses recriou novas palavras portuguesas, os anglicismos empoderamento; mídia; escanear; goleiro; time; acessar.

Portanto, o fenômeno da neologia, na vertente dos anglicismos, permite-nos aferir sobre o nível de progresso cultural e socio-econômico do Brasil.

A esse propósito, interessa reproduzir as previsões de Luís Reto, coordenador do primeiro estudo sobre o potencial econômico da língua portuguesa, apresentado em 2012, e reproduzidas na revista *Visão*, de 3 de maio de 2020, relacionando diretamente o "valor econômico" da língua portuguesa ao peso geopolítico do Brasil e de seus 200 milhões de habitantes.

Essa análise do valor econômico da língua portuguesa a nível global não se aplica ao contexto da cooperação bilateral entre Angola e o Brasil. Pois, no caso dos dois povos, tal valoração não está ligada somente a aspectos geopolíticos, mas sim a laços afetivos, ao secular contacto humano que se continua a reforçar através de meios não oficiais.

No século XXI, o mapa do continente africano é composto de regiões linguísticas de matriz europeia, sendo essas línguas eurocêntricas que determinam a comunicação internacional dos Estados, entre si, e com o resto do mundo.

Por força da primazia no reconhecimento internacional, logo a seguir à independência de Angola, o Brasil ganhou uma vantagem cultural sobre as outras nações, inclusive sobre os vizinhos africanos de Angola e até mesmo sobre o conjunto dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Os dois países operam vários níveis de discursos transgênicos na sua História Universal comum, que possibilitaram afectos forjados através do elemento mais disseminador da nossa época: a comunicação social – novelas (indústria do entretenimento); TV; redes sociais e a exportação da fé religiosa.

Nesse contexto, o português do Brasil transpira sobre a pele do batuque da língua portuguesa em Angola, e esse suor dulcifica a profunda transformação da língua portuguesa falada e escrita em Angola, com um gostinho de samba-pito. Esta transmutação obedece a vários mecanismos de evolução da língua, dentre os quais se destacam o deslumbramento auditivo, a erosão sintáctica e fonética e a simplificação morfológica, pela lei do menor esforço.

Os modos da fala e da escrita do Brasil penetraram desde o início da transmissão das novelas como *O bem-amado* e *Gabriela, cravo e canela* e das séries *Os Trapalhões* e a *Escolinha do Professor Raimundo*, nos anos 80 do século XX até a data e exercem uma tremenda influência nos modos de escrita e de conversas do nosso povo. Há uma expressão que ficou bem colada à língua da maioria dos angolanos: "é pra *mim* levar", originada pelos pregadores das igrejas pentecostais brasileiras. Centenas de estudantes beneficiam de bolsas e outras oportunidades de formação superior e pós-graduação no Brasil. Estes cidadãos regressam a Angola, não só com as suas

teses, mas também com uma nova forma de escrever, segundo o novo Acordo Ortográfico. E uma mudança do paradigma sintáctico do português copiado do Brasil é a supressão definitiva do determinante, a seguir ao pronome indefinido "todo".

As novelas deixaram uma marca indelével na economia popular de Luanda. Nomes de heróis das novelas viraram nomes de mercados: Roque Santeiro, no Sambizanga (já extinto, embora o nome continue a servir de referência geográfica); mercado dos Trapalhões, na Ilha de Luanda; praça do Beato Salu, no bairro Operário; e mercado da Asa Branca, no Cazenga. Acrescente-se a atribuição de antropónimos brasileiros aquando do registo civil dos menores.

A Internet abunda de estudos académicos sobre os mais diferentes temas e assuntos científicos, de modo que os nossos estudantes, num clic, chegam a essas fontes. E essas fontes estão escritas no português do Brasil. E é essa forma de redação da língua portuguesa que os nossos jovens estudantes reproduzem fielmente na universidade. Já se publicam artigos com a grafia de certos vocábulos com acento tônico aberto nas vogais, com o uso do acento circunflexo, como são os casos de "econômico", "acadêmico", "gênero".

Não é verdade que, em Angola, a próclise dos pronomes átonos (me, te, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes) seja uma derivação da influência das línguas nacionais bantu. Talvez já o tenha sido. Hoje, é apenas o resultado do poder da linguagem brasileira na nossa sociedade. Pois que, e isto é que é o mais curioso e revelador, os jovens falantes do português colocam (e o mesmo se lê nos rodapés da transmissão televisiva pública), o pronome depois do verbo, quando a gramática impõe precisamente o contrário. Ora, se, como dizem muitos entendidos na matéria, a próclise é a regra do linguajar por influência das línguas nacionais, então, não seria mais fácil e mais lógico utilizá-la já ali onde a regra da gramática a impõe?

O português falado e escrito em Angola acumulou cerca de 42 anos de omissão pedagógica no ensino da língua portuguesa, a começar pelo nível básico. Esta omissão determinou o estado atual de plurimorfose do uso do português em Angola. Trata-se de um estado irreversível e incontornável, dado o ciclo de duas gerações já ocorrido. Hoje, a posição do Estado angolano contrária à ratificação do Acordo Ortográfico de 1990 é anacrônica em relação à dinâmica e às necessidades urgentes da comunicação do povo que já o adoptou pelas vias da comunicação social e da forte ondulação migratória, sendo que o Brasil, devido à afinidade linguística e aos laços históricos seculares, é o principal educador linguístico, por via do afecto.

Bibliografia

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2, 2005, p. 24-28. Acessível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015&lng=en&nrm=iso>.

MENDONÇA, José Luís A síndrome do isolamento cultural entre as nações da África Austral. *NovÁfrica*, jan. 2020. Acessível em <https://www.novafrica.co.ao/mais/cultura/a-sindrome-do-isolamento-cultural-entre-as-nacoes-da-africa-austral>.

PORTUGUÊS cresceu como língua, mas perdeu valor económico — investigador. *Visão*, 3 maio 2020. Acessível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/cultura/2020-05-03-portugues-cresceu-como-lingua-mas-perdeu-valor-economico-investigador>.

Brasil, pátria do coração

Margarita Correia

A minha ligação afetiva com o Brasil existe desde que nasci. A minha madrinha, Maria de Jesus, era na altura uma jovem brasileira, natural do Ceará, que vivia em Valencia, na Venezuela; com ela aprendi a alegria, a generosidade, o gosto pela vida e tantas outras coisas. Ao colo do meu padrinho, Manuel, seu marido, português, aprendi a ler nos títulos dos jornais que falavam de Brasília, a cidade inventada, inaugurada no ano em que nasci, e pasmei com aquelas fotos desfocadas, a preto e branco, de edifícios do futuro.

A primeira vez que estive no Brasil foi em 1994, em Araraquara (SP), a convite de Maria Tereza Biderman, professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que se tornou minha mestre, meu modelo e minha amiga. Fui falar de lexicografia computacional, tema então praticamente desconhecido no Brasil. Foi a primeira vez que fui convidada para um evento internacional e foi nessa altura que começou a minha ligação académica ao Brasil, ligação que ainda hoje perdura.

Durante os anos 1990 e 2000 participei ativamente em duas redes de terminologia, a Realiter (Rede Panlatina de Terminologia) e a RITerm (Rede Ibero-Americana de Terminologia), da qual fui Vice-Presidente, entre 2004 e 2006 (Maria da Graça Krieger era presidente), e Presidente, entre 2006 e 2008. A participação nestas redes permitiu-me estreitar relações com colegas brasileiros e conhecer os trabalhos em terminologia que se faziam no Brasil.

Em 1992, a então miúda de 31 anos foi convidada por Maria Helena Mira Mateus (Portugal) para coordenar a *Revista Internacional da Língua Portuguesa* (RILP), da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, entre os números 12 e 17 da 1ª série. Nessa qualidade, tive oportunidade de contactar, na altura apenas por carta e depois por *e-mail*, uma longa lista de professores e investigadores brasileiros que faziam parte da enorme comunidade de amigos da Maria Helena. Essa circunstância abriu-me

as portas para outras facetas da produção científica brasileira em linguística e em literatura e fez-me despertar para a sociolinguística.

Como sempre me pareceu estranho que Portugal e Brasil estivessem de costas viradas no que respeita à investigação sobre a língua portuguesa e à construção de recursos linguísticos comuns, em 1998, expressei essa estranheza em artigo publicado no número especial da revista *Terminometro,* dedicado à terminologia no Brasil, e formulei o desejo de uma cooperação estreita entre os dois países.

Em 2006, permaneci durante um mês no Brasil numa missão de trabalho (e muito prazer), graças ao empenho dos colegas brasileiros, proferindo palestras e sessões de seminário em seis cidades – São Paulo, São Carlos (SP), Araraquara (SP), São José do Rio Preto (SP), Uberlândia (MG) e Londrina (PR). No decurso dessa missão conheci a Gladis de Barcellos Almeida, num encontro de irmãs há muito vaticinado pela nossa mestre comum, a Maria Tereza Biderman, e que marcou o início de uma relação de trabalho, amizade e fraternidade que nos faz estar sempre juntas, mesmo em hemisférios diferentes e com um oceano a separar-nos. No ano seguinte permaneci durante seis meses na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com uma bolsa de licença sabática da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal), onde consolidei os meus laços académicos com o Brasil e ganhei uma nova família para a vida. Durante um semestre, entre 2007 e 2008, tive oportunidade de visitar outras universidades brasileiras (Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS), dando cursos e palestras, assim como de, pela primeira vez, ministrar seminários sobre o meu tema de doutoramento (concluído em 2000) e aprofundar o meu conhecimento sobre a vida e a sociedade do Brasil.

Durante a minha estada em São Carlos, senti a honra de me tornar membro convidado do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), condição que mantenho até hoje, apesar de, com muita pena, não ter podido colaborar nos trabalhos do Grupo de Trabalho com a frequência que seria desejável.

Em dezembro de 2010, fui convidada para participar na Reunião Extraordinária do Conselho Científico do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), por sugestão do seu então Diretor-Executivo, Gilvan Müller de Oliveira, que durante o seu mandato teve a inteligência de estreitar laços e tecer redes de cooperação entre especialistas dos vários países de língua portuguesa, transformando definitivamente o perfil do IILP e da sua ação. Nessa reunião, no Itamaraty, tive a honra de apresentar ao Conselho Científico do IILP o projeto que, com José Pedro Ferreira (Portugal), havia concebido, já em 2009, de um *Vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa* (VOC), pluricêntrico e no âmbito do qual cada país fosse responsável pela produção e validação dos dados lexicais que o representassem. O VOC e o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), concebido com a mesma filosofia e desenvolvido sob coordenação de Edleise Mendes, inauguraram toda uma geração de projetos de produção de recursos linguísticos alicerçados numa visão pluricêntrica do português, consolidando a gestão partilhada e supranacional

da política linguística da língua portuguesa, dando corpo ao meu desejo expresso em 1998.

Os resultados da referida reunião do Conselho Científico do IILP possibilitaram a cessão, pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC, Portugal), com o beneplácito do governo português, do *Vocabulário ortográfico do português* (VOP), instrumento oficial de aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no país, bem como da sua infraestrutura computacional para a construção do VOC.

Em 2011, numa formação dirigida por Gilvan Oliveira e por mim própria, na sede do IILP (Praia, Cabo Verde), pude enfim conhecer pessoalmente e conversar com Evanildo Bechara, linguista que durante tantos anos li e ouvi. Nesse momento, por ocasião da cessão da 5ª edição do *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (VOLP), da Academia Brasileira de Letras (ABL), para ser integrado no VOC. Lamento muito que o discurso proferido na ocasião por Evanildo Bechara não tivesse sido gravado, porque tenho a certeza de que esse documento constituiria um texto basilar para a história da língua portuguesa no século XXI. Já em dezembro de 2016, a ponto de concluir o VOC, participei numa missão do IILP à ABL, com José Pedro Ferreira, Maarten Janssen (holandês, o nosso especialista em linguística computacional e inteligência artificial), Gladis de Barcellos Almeida e Marisa Mendonça (moçambicana, então Diretora-Executiva do IILP). Os objetivos da missão foram dirimir alguns pontos de discordância remanescentes na aplicação da norma ortográfica comum, de 1990, e apoiar o trabalho de validação dos dados do VOLP integrados no VOC. Escasseiam-me as palavras para expressar a minha gratidão pela calorosa recepção e apoio concedidos pela ABL e, em particular, pelo carinho e generosidade de Evanildo Bechara.

O VOC, assumido como património da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2014 e apresentado publicamente em 2017, deu origem ao projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC), gizado e coordenado por Gladis de Barcellos Almeida, de cuja Equipa Central tive o gosto de participar, com José Pedro Ferreira, durante a sua primeira fase de execução (2015-2017). O projeto recebeu segundo financiamento do Fundo Especial da CPLP, em 2018, e foi retomado, em 2020, com a coordenação, competente e frutífera, durante esse ano, de Tanara Zingano Kuhn, ao abrigo de uma Bolsa de Cientista Convidado do IILP (programa financiado pelo governo português) e com a colaboração de José Pedro Ferreira e Carla Maciel (Moçambique) na Equipa Central. Gladis de Barcellos Almeida retomou, no início de 2021, o projeto TCTC, que, acredito, permitirá a criação de um dos mais importantes recursos para a internacionalização do português e para a consolidação do seu estatuto de língua de ciência. Neste ponto, não posso deixar de mencionar o trabalho de Andressa Gomide, jovem linguista computacional brasileira, com enormes capacidades, que felizmente incorporou o ideal de construção de recursos para uma língua verdadeiramente pluricêntrica.

Em outubro de 1994, quando pisei pela primeira vez solo brasileiro, estava longe de imaginar o vigor da relação académica que viria a desenvolver com o Brasil e o prazer que retiraria dessa relação. Durante vinte anos, pude ver de perto esta "pátria

de coração" crescer, desenvolver-se e tornar-se um país reconhecido e respeitado internacionalmente, a nível político e também a nível académico e científico.

Esta relação permitiu-me também ganhar amigos que para sempre farão parte da minha vida e da minha memória. Correndo o risco de esquecer algum deles (que espero me perdoe), ouso citar, neste contexto, Maria Tereza Biderman, Gladis de Barcellos Almeida, Tanara Zingano Kuhn, Nelson Viana, Carlos Alberto Faraco, Oto Vale, Flávia Hirata Vale, Edleise Mendes, Viviane Bagio Furtoso, e ainda Ieda Maria Alves, Enilde Faulstich, Graça Maria Krieger, Paula Alves de Souza e Bruno Zétola. A todos agradeço estarem presentes.

Do *falazar* ao *novelês*

Mario Lucio

O Brasil era tão longe que nós, na minha aldeia, só o descobrimos quando os discos de Teixeirinha foram trazidos por um emigrante da França. Teixeirinha, gaúcho, se bem me lembro, cantava a dor da perda da mãe do mesmo jeito que os cabo-verdianos a choram. Também trouxe uma canção para os aniversariantes muito mais tropical e parecida com as cantigas de roda da nossa infância. E, principalmente, Teixeirinha uniu o gigante e distante Brasil ao tocador de sanfona da minha aldeia. Depois, descobrimos que, afinal, Luiz Gonzaga não era cabo-verdiano, mas, sim, nordestino.

Ainda não existiam para nós as novelas. E ainda não tínhamos ido à escola. Quando alguns da minha aldeia, eu incluído, trocaram Tarrafal pela Cidade da Praia, para continuarmos os estudos no liceu, outro descobrimento nos surpreendeu: a literatura de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos e de Jorge Amado. Era a escrita da nossa realidade seca, da fome, dos sacrifícios, e das travessuras de crianças parecidas conosco. Então, o reflexo não foi na língua, mas na sociologia da língua; não foi na escrita, mas na literatura; não foi na redação, mas no tema.

Muito mais tarde, o que o Brasil permitiu a Cabo Verde foi trocar o *falazar* português pelo *novelês* nos campos, nas pessoas que tinham vergonha de falar mal, os analfabetos que só tinham contato com a língua portuguesa na escola. Esta parte já constitui um legado.

Na minha vida de escritor, ou nas nossas vidas de escritores africanos com a língua portuguesa, o que seria de nós sem o Guimarães Rosa? Tenho nele a maior revolução linguística que aconteceu em África que usa o português. Deu-nos o amor para lidar com as nossas fraquezas e, logo, transformando-as em riquezas por si só.

Língua portuguesa: uma imensa onda que nos cobre

Marisa Mendonça

A língua protuguesa é hoje uma língua global, não só pelo número de falantes que tem, mas, sobretudo, pela expansão que realizou, cobrindo os quatro cantos do mundo. Assiste-se, nas últimas décadas, a movimentos intensos do nosso idioma para além das fronteiras da nossa comunidade, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), instalando-se com motivações diferenciadas, em países diversos. O Brasil pelo seu potencial em geral, pelo seu nível de desenvolvimento, pela sua posição geoestratégica, pela pluralidade da sua diáspora em outros contextos geográficos e por se constituir também como uma diáspora de milhões de cidadãos que lá são acolhidos, pela robustez das instituições que gerem e trabalham em assuntos inerentes à língua portuguesa, mas, acima de tudo, pelo seu compromisso com a língua, tem contribuído, de formas diversificadas, para este agigantar da difusão e da presença do português no mundo.

O compromisso com a língua, referido anteriormente, é um dado incontornável. Como Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP--CPLP), de 2014 a 2018, testemunhei esse fato, concretizado nos variados apoios em recursos diversos, humanos e financeiros, destinados ao desenvolvimento de vários projetos desenvolvidos pela referida instituição, concebidos e geridos numa perspetiva multilateral.

A educação e o ensino têm constituído uma das áreas pela qual o Brasil tem promovido, de forma sublinhada, a difusão da língua. Os cenários de mobilidade de e para o Brasil, de estudantes e de docentes ao nível de graduação e de pós-graduação, são ambientes privilegiados da divulgação da língua portuguesa. Importa referir que a este nível, os movimentos que se desenham e que se concretizam são reconhecidamente significativos, pelo número de estudantes brasileiros que cumpre programas de formação de mobilidade em outros países e, no sentido inverso, pelos estudantes das mais diversas nacionalidades

e proveniências que vão estudar no Brasil. Tive, pessoalmente, o benefício de frequentar um doutorado numa instutição brasileira e impõe-se-me referir, com justeza, o respeito que senti/sentimos (como grupo de moçambicanos) pela nossa variedade, pelo nosso falar muito próprio. Sentimo-nos sempre bem; sentimo-nos sempre respeitados nas nossas diferenças, nas nossas semelhanças.

A intensa atividade inserida em programas bilingues de fornteira, além de serem inovadores e já notoriamente consolidados no Brasil são um veículo de difusão e de expansão da língua.

Ainda nesta perspectiva da educação e do ensino, a vasta produção e divulgação científica é um elemento que, naturalmente, acresce aos meios de difusão do português. O Brasil disponibiliza bibliografia, localmente produzida ou traduzida, atualizada e relevante para estudos em várias áreas de conhecimento. Ao nível da Internet, a presença de estudos científicos e não só, é uma marca a considerar. O Brasil é um contribuinte de eleição para os níveis de presença da língua portuguesa na Internet.

Importa destacar, neste propósito da difusão da língua, a intensa atividade desenvolvida pelos centros brasileiros integrados na Rede Brasil Cultural, espalhados pelo mundo, os quais promovem um conjunto diversificado de atividades.

Pensar no Brasil é, obrigatoriamente, pensar todo o seu potencial cultural, imensamente diversificado. Assalta-nos, de imediato, Machado de Assis, João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector e tantos outros, nomes marcantes da literatura, de valor internacionalmente reconhecido, que se passearam e passeiam por todos os cantos do mundo, uma língua nossa e, no caso, com os sabores e as cores de um país multicultural. A indústria das novelas é um dado com expressão. Elas que entram, recorrente e "religiosamente" em tantas casas por este mundo afora, levam consigo a língua portuguesa, vestida pela tão grande pluralidade brasileira, pelos seus múltiplos falares.

As redes televisivas são, inegavelmente, outro veículo pelo qual o português chega a milhões de pessoas, espalhadas por todo o mundo. Os canais brasileiros transmitem, invariavelmente, programas em língua portuguesa. Importa referir que, em muitos países os programas desses mesmos canais são didaticamente utilizados, como suporte para o ensino-aprendizagem da língua.

Drummond, Martinho da Vila, Roberto Carlos, Bethânia e tantos outros componentes de um harmonioso arco-íris de tons e de sons, transportam o Brasil, por inteiro, nas ondas migratórias da língua portuguesa. A música tem essa impressionante capacidade de voar e, com ela, a língua, a cultura de um país, no seu sentido mais lato.

Na senda económica, o Brasil é uma potência e foi construindo redes comerciais cada vez mais robustas. Os negócios podem ser também uma "montra", para a língua e, certamente, o são. Este é um outro vetor pelo qual se faz, no Brasil, a difusão do seu/nosso idioma multicolor.

O Brasil é um país imenso, que transporta nos seus movimentos e possibilidades plurais, a língua portuguesa para além das suas fronteiras, vestida das suas particularidades, espelhando a identidade de um povo e de uma nação. O alcance dessa projeção da língua é reconhecidamente elevada, atinge os países da CPLP,

aqueles que se situam mais próximos geograficamente e integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), mas, também, uma pluralidade de outros países situados nos mais variados cantos do mundo.

Se fosse falado, seria em português brasileiro

Mayra Andrade

Se este depoimento fosse falado, e não escrito, certamente o seria com sotaque brasileiro. Pois, apesar de nascida em Cabo Verde e falante do português tradicional de meu país, o Brasil me marcou a tal ponto que sou capaz de falar como se brasileira fosse.

O Brasil me impregnou – assim como a muitos em meu país – com sua vertente da língua portuguesa, sua produção audiovisual, parte do imaginário cabo-verdiano. Ao longo de minha infância, fui várias personagens de novelas brasileiras: fui Sinhá Moça, fui Tieta do Agreste, fui Porcina – todas mulheres fortes, que me inspiraram muito. Até hoje tenho vontade de assistir novamente a essas novelas brasileiras da minha infância, de reviver aqueles momentos mágicos, suas paisagens literárias, clássicas, vindas do outro lado do oceano. Às vezes faço isso: entro no YouTube, empreendo essa viagem no tempo. Revivo histórias de uma realidade longínqua, mas que também foram minhas.

Através das novelas, veio a música. Minha sensibilidade musical foi em parte esculpida pela MPB. Lembro até hoje do primeiro disco que comprei. Estava em Roterdã, Holanda, entrei em uma loja, encontrei gravações de Maria Betânia. E depois, à medida que crescia, também ouvi Chico Buarque, Caetano, Elis Regina, Djavan, Marisa Monte (estes dois últimos muito importantes em minha adolescência).

Que mais posso dizer? Criança, brinquei muito Carnaval sozinha, vestida e inspirada nas personagens de novelas. Depois cresci, fiz capoeira, esse lado mais africano da cultura do Brasil, que despertou meu interesse pelo candomblé, pela música dos terreiros.

Também fui presenteada com uma rede de amizades no país, que me conectou com mulheres incríveis – não só mulheres, mas sobretudo mulheres – amigas, irmãs, com percursos humanos inspiradores, interessantes, muitas delas cantoras, mas, sobretudo, seres humanos que admiro. Em nossa jornada coletiva, em nosso circuito ao mesmo

tempo fechado e permeável, em nossa estrutura de apoio, uma alimenta a outra; ajuda a outra; parte de mim existe nelas; parte delas, em mim. Nossas trocas são profundas, e essas companheiras acompanham minha música desde o começo.

Se este depoimento fosse falado, e não escrito, eu agora mudaria de sotaque, falaria como cabo-verdiana. Lembraria de uma amiga brasileira, chamada Ive, residente em Lisboa. Sempre que conversamos, ela esquece que não sou brasileira e diz: "Mayra, mas para que essa mudança de sotaque, que coisa tão sem personalidade!" Ela esquece que o sotaque não é o meu – é o brasileiro. É minha homenagem a essa vertente da língua portuguesa, que tanto me inspira; a uma janela poética, aberta para a quarta dimensão, para outras possibilidades, temáticas, ângulos, oportunidades. Respondo à minha amiga que, por meio dessa janela, pude descobrir um universo rico, uma cultura em permanente transformação; vi várias coisas que não encontrava em casa, e que marcaram minha sensibilidade. E, por isso, seguirei com a janela aberta; jogando com sotaques – e palavras.

As infinitas margens do oceano

Mia Couto

Em março de 2008 aconteceu em São Paulo uma sessão de relançamento da obra de Jorge Amado. A Companhia das Letras organizou no SESC Pinheiros um evento em que eu, Chico Buarque, Caetano Veloso, Milton Hatoum e Alberto Costa e Silva deveríamos ler excertos dos livros do escritor baiano. Nas longas horas que durou o meu voo de Maputo para São Paulo, fui.me interrogando sobre a incumbência que me foi dada. E decidi que iria desobedecer. Ocorreu-me que, em lugar de simplesmente servir de leitor, talvez fosse mais produtivo que falasse da importância que Jorge Amado teve no outro lado do Atlântico. Eu trazia comigo depoimentos dos mais conceituados escritores de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. E todos eles eram unânimes: não teriam sido quem foram, se não tivessem descoberto os livros de Amado. E mais do que isso: eles descobriram na escrita do brasileiro um modo mais africano de se expressarem.

Posso adiantar que essa opção de substituir no evento do SESC uma leitura por um depoimento resultou: constatei que os brasileiros desconheciam o quanto o Brasil participara da génese de outras literaturas na outra margem do mundo. Recordo-me de que, nesse evento, Caetano Veloso se deveria apresentar a seguir à minha fala. E Caetano demorou a surgir no camarim. O mestre de cerimónias procurava freneticamente pelo cantor. E veio então a mensagem: Caetano tinha-se comovido com a minha fala. E eu que era e que sou um fã incondicional do genial compositor do Sampa imaginei inscrever como ponto áureo do meu currículo: "um dia fez chorar Caetano Veloso". Relembro este episódio porque sei que pouco ou nenhum mérito pessoal posso invocar. É o oposto: o que esse momento revela é profundo desconhecimento das dimensões de um parentesco que nos pode, ao mesmo tempo, surpreender e orgulhar.

Volto aos preparativos da intervenção sobre Jorge Amado. Enquanto cruzava os céus do oceano e lia esses

depoimentos dos escritores e tornava-se para mim: o autor baiano não foi apenas o mais lido dos escritores estrangeiros nos territórios africanos de língua portuguesa. Ele foi o escritor que maior influência teve na gestação das nossas literaturas. A pergunta poderia ser: de onde vinha essa enorme e declarada influência?

E havia várias respostas, a primeira, é o próprio Amado, a sua inigualável arte de contar histórias. Mas havia outras razões. E uma delas residia no nosso comum idioma que nos tornou ao mesmo tempo estranhos e familiares. Na verdade, esta é uma língua onde coabitam vários idiomas. Há muitas línguas na língua portuguesa. Para dar voz e rosto a culturas e religiosidades tão díspares e distantes, esse idioma passou a existir dentro e fora do seu próprio corpo. Nós, brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, guineenses, são tomenses falamos e somos falados por uma língua que foi moldada para traduzir identidades que são profundamente diversas e plurais.

Vivemos na mesma casa linguística, mas fazemos dela uma habitação cujas paredes são como as margens dos oceanos. São linhas de costa, fluídas, porosas, feitas de areia e não de cimento. Em cada uma das divisórias dessa comum residência mora um mesmo modo de habitar o tempo, um mesmo sentimento do mundo (nas palavras do poeta Drummond). Essa língua é feita mais de alma do que gramática. A língua não é uma ferramenta. É uma entidade viva. Com esse idioma construímos e trocamos diversas noções do tempo, e diferentes relações entre o profano e o sagrado.

Jorge Amado atravessou o oceano num momento em que as colónias portuguesas em África se preparavam para luta pela independência. Na década de cinquenta intelectuais e artistas africanos estavam ocupados em procurar a sua própria identidade individual e colectiva. Nessa altura, era clara a necessidade de rupturas com os modelos europeus. Escritores de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe procuravam caminhos para uma escrita mais ligada à sua terra e à sua gente. Carecíamos de uma escrita que nos tomasse como não apenas autores de estórias, mas sujeito da sua própria História. Precisávamos de uma narrativa que nos escrevesse a nós mesmos.

Nas décadas de 50, 60 e 70 desembarcaram no outro lado do oceano vários autores: Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Raquel de Queiroz, Lins do Rego, Erico Verissimo, Drummond de Andrade, João Cabral Mello e Neto e tantos outros.

Junto com os livros chegou uma revista chamada "O Cruzeiro" com personagens marcantes como o Amigo da Onça, com o humor de Millôr Fernandes, as crónicas de Raquel de Queiroz. Na minha família, a paixão brasileira repartia-se entre Graciliano Ramos e Jorge Amado. Mas não havia disputa: Graciliano revelava o osso e a pedra da nação brasileira. Amado exaltava a sensualidade e a festa desse mesmo Brasil.

Com Jorge Amado não era apenas um autor que chegava. Era um Brasil todo inteiro que regressava a África. Havia uma outra nação que era fisicamente longínqua, mas não nos era exterior. E nós precisávamos desse Brasil como quem carece de um sonho que nunca antes soubéramos ter. Podia ser um Brasil tipificado e mistificado, mas era um espaço mágico onde nos renascíamos criadores de histórias e produtores de felicidade.

Descobríamos essa nação num momento histórico em que nos faltava ser nação. O Brasil – tão cheio de África, tão cheio da nossa língua e da nossa religiosidade – nos entregava essa outra margem que nos faltava.

Na altura, nós carecíamos de um português sem Portugal, de um idioma que, sendo do Outro, nos ajudasse a encontrar uma identidade própria. Até se dar o encontro com o português brasileiro, nós falávamos uma língua que não nos falava por inteiro. E ter uma língua assim, apenas por metade, é um outro modo de viver calado. Jorge Amado e os brasileiros nos devolviam a nossa própria fala, num outro português, mais açucarado, mais dançável, mais a jeito de ser nosso.

Foi isso que o escritor baiano nos deu. E foi isso que fez Amado ser nosso, africano, e nos fez, a nós, sermos também brasileiros.

No meu caso pessoal, antes de desembarcar na forma de livros, o Brasil já me tinha chegado por outros caminhos. Chegou por via da voz rouca de um baiano chamado Dorival Caymmi. Eu tinha cinco anos de idade, e esse homem cantava e era como se uma saudade infinita me invadisse, uma saudade de um lugar onde nascera uma parte oculta de mim. Só daí podia vir essa estranha doçura de morrer no mar. É doce morrer no mar, cantava Dorival. O mar de Jorge Amado e de Caymmi não é da ordem da geografia. É o mar vivo das nossas vidas.

No fundo, os livros de Jorge Amado sintetizam aquilo que foi sendo vivido durante séculos de histórias de trocas, de agressões e amores, de violência e de afecto. Aos poucos, a língua portuguesa foi deixando de ser portuguesa. E transformou-se numa língua em viagem, num barco em busca de um destino a que uns quiseram atribuir uma épica particular: que seria a de costurar as infinitas margens do oceano.

Todos sabemos como e onde nasceu essa proximidade vivencial. Primeiro, a África viajou forçada em porões de navios. Os escravos africanos não apenas ajudaram a construir o Brasil, mas ajudaram a construir os brasileiros e a alma brasileira. Enquanto os livros e as canções viajavam do Brasil para a África, ia deixando de haver um «cá» e um «lá». O que estava sucedendo era uma viagem em dois sentidos. Regressava a África um património refabricado que, sendo já brasileiro, vinha timbrado com uma clara marca de origem. E agora, de um e de outro lado, somos cais de partida e destino de uma mesma viagem. Não é apenas um idioma que nos une. Rimo-nos com o mesmo riso. Calamo-nos no mesmo silêncio.

Todas estas considerações sobre Jorge Amado serviram para dizer o seguinte: nós não falamos apenas uma mesma língua. Nós sentimos de modo semelhante aquilo que não pode ser dito em língua nenhuma: o peso do tempo, o sentido da existência, uma certa ideia da eternidade. Partilhamos o mesmo engano da alma: a saudade do que aconteceu, a lamentação do que podia ter acontecido e o lançar de culpas sobre o que não chegou a suceder.

Muito se especula sobre as semelhanças entre as nações africanas e o Brasil. Essas comparações resultam muitas vezes de simplificações, mistificações e romantizações. A maior parte das vezes, essas analogias são fundadas em estereótipos que pouco têm a ver com uma realidade que é composta por dinâmicas e complexidades que desconhecemos.

O que é mais africano no Brasil e mais brasileiro em África não é o candomblé, não são as danças nem os tipos físicos das pessoas. O que nos torna tão próximos é o modo como, de um e de outro lado do Atlântico, aprendemos a costurar culturas e criar hibridizações. A presença africana não mora hoje apenas nos descendentes dos escravos. Essa presença permeia todo o Brasil. Dito de outra maneira: a semelhança não está no pano. Está na costura. Está no costureiro. E esse costureiro é a história. E é a língua que partilhamos. Essa língua é, ao mesmo tempo linha, pano e mãos tecedeiras.

Língua portuguesa: línguas de falas insubmissas

Odete Costa Semedo

A história da humanidade nos ensina que a palavra veiculada pelas línguas faladas pelos povos traduziu e traduz a vida desses povos, através da palavra. Amadou Hampâté Bâ fala do poder destruidor da palavra imprudente, comparando-o a um grande incêndio, porém mostra que a fala, a palavra é mágica, cria a paz e a harmonia. Essas falas têm poder porque as línguas existem e nas suas viagens as linguagens ajudam a recriar mundos, a reinventar momentos, a flexibilizar locais e suas gentes, emprestando poder às línguas. Essas recriações e reinvenções fizeram da língua portuguesa várias línguas em uma só, como se a língua portuguesa fosse uma pessoa com as suas várias outras pessoas por dentro, podendo cada uma sair quando bem entender, dançar ao som que lhe aprouver, reinventando trânsitos e, por vezes, descartando margens.

A língua portuguesa, neste caso, traz-me à memória a figura dos invasores que chegaram ao continente africano, à Ásia e às Américas e que com eles levaram essa língua num falar de antigamente e nesses lugares essa fala se diversificou com o tempo, no estar e no sentir dos povos. Ela vai, caminha, é sentida no seu afeto; deixou e deixa fragrâncias com que os povos aromatizaram e vão aromatizando o seu linguajar, quando nas belas letras a dispõem no papel, alimentando-a e lhe dando vida.

Como qualquer língua, essa língua portuguesa está lá, lá e nos 'aqui' de cada país. Ela está aqui como se fosse uma maré batendo em pedras e calhaus, que precisa de quem lhe dê vida, tonalidade e força. E vão ser o falar brasileiro, angolano e moçambicano, o *papiar* guineense e cabo-verdiano, a fala gingada são-tomense que transportaram elementos transformadores duma língua que se queria conservada e conservadora, com polícias de ar severo à solta, a montear o primeiro corruptor ou portador de corruptelas para aplicar sanções.

Mesmo diante desses agentes, a língua portuguesa não resistiu, *largou o corpo* e caiu na tentação do gingar

africano e brasileiro que a materializam de acordo com o seu local, a sua cultura, as suas vestes, os alimentos que consomem e de acordo com a forma como a natureza moldou as suas cordas vocais. Seja qual for a língua, ela vive da vida e de vibrações que os seus falantes lhe emprestam. Assim, que fazer, senão deixar a língua portuguesa tal como a queremos: livre, sujeitando-se às dinâmicas dos seus falantes, a gerar ritmo, ação, enfim, a gerar vida, com uma história diferente em cada paragem, em cada trânsito.

Que língua portuguesa é essa, que no seu percurso atravessou fronteiras, suportada por tradições, culturas indomadas e resistentes; sustida por cantos, canções *nharambanas*, tina, kussundé, djambadon, batuque e morna, semba e samba, merengue, Xingombela, Marrabenta? Tal como pessoas, as línguas portuguesas da língua portuguesa são diversas e múltiplas, numa só. Aqui, a nossa tentação empurra-nos para saber quem influenciou quem, quando, na verdade, o relevante é o uso, a liberdade de recriar, a capacidade de reinventar a língua, isso porque nos navios negreiros quantos homens livres escravizados não levaram consigo o seu linguajar, a culinária do seu povo para vários pontos do Brasil e do mundo?

Na culinária maranhense, por exemplo, lembro-me do arroz de cuxá-maranhense feito com as folhas da azeda, planta conhecida na Guiné-Bissau como kutchá, na língua mandinga, e baguitchi em crioulo guineense. Na Guiné-Bissau kutchá é consumido como esparregado que leva quiabo à mistura e come-se com arroz e molho, no Maranhão essa verdura é misturada diretamente ao arroz na cozedura.

Quem já viu a capoeira e já assistiu a dança *tchin-tchin* dos rapazes à saída do *fanado* (cerimónia tradicional de circuncisão) e a dança dos Tanda, uma das etnias da Guiné-Bissau, ao som do tradicional bombo? Há passos de umas que lembram os das outras. E questiono, qual a origem desses passos, desses gingados acompanhados dos tantãs e palmas? Quem já viu a dança de tina, com as mulheres vestidas de *ropon* e saia rodada a três *pancadas*, e a dança das mães do candomblé? Há similitudes! Existem parecenças, sim, mas quem nasceu primeiro? Será que importa?

No meu passeio pelo "Grande Sertão Veredas" de Guimarães Rosa, o pacto que Riobaldo faz com o diabo lembra-me o 'fica-boca' que, resumidamente é um pacto que se faz com o Iran[1], pedindo, desde riqueza, protecção, filhos à fama. Quem faz o pacto, faz o pedido e diz, no momento, o que deverá pagar ao Iran como compensação, após ver realizado o seu pedido. No meio de tudo isso, existem dúvidas, também, quanto à existência dessas divindades, porém, todos os que se sentem aflitos, enfraquecidos na realização de um propósito, recorrem ao pacto ou 'fica-boca'. Aqui é a fala que conta, é a palavra dada que, no final, deverá ser resgatada com o cumprimento da promessa, sob pena de se ser punido pelo Iran. Todas essas culturas, identidades, modos de ser, de estar e de viver, vivificam a língua portuguesa e fazem dela o lugar de cada um, o lugar de trânsito, de deslocamentos, de estranhamentos e de reencontros, por isso, o lugar de diálogos. Esses diálogos podem encontrar dinâmicas em cada um ou em cada uma de nós na sua relação com outras culturas de países onde a língua portuguesa é falada.

1 Iran – divindade tradicional.

No meu tecer literário, o Brasil é o lugar de um dos meus teares que, ao ser ali fincado por mim obrigou-me a apenas um pequeno exercício, o de fazer do 'aqui' de lá, o meu aqui: tornar-me baiana, mergulhar-me no mundo dos Orixás e encontrar em Iansã vestígios de Okuri[2], em Oxóssi pisadas de Mecau[3]; Transformar-me em mineira e nas suas vestes deixar o meu olhar perder-se no vale de Jequitinhonha, e reescrever, a duas mãos, a história das lavadeiras do vale e as das lavadeiras da fonte de Ntatcha[4], em Bolama. Fincado o tear, com linhas multicolores ou multicoloridas, insubmissamente desarmonizadas, será a hora do tecer da palavra mágica, a que desagua, numa língua portuguesa prenhe de tantas outras: as línguas da língua portuguesa, as línguas da gente, as nossas línguas!

2 Okuri – Divindade protetora da linhagem Djukumon da etnia papel.

3 Mecau ou Mcau – Divindade pai, protetora da linhagem Djukumon da etnia papel que trouxe Okuri de Quínara a Bissau.

4 Fonte de Ntatcha – fontenário sito no bairro de Ntatcha em Bolama, usado pelas lavadeiras.

O outro lado da língua

Paulo José Miranda

Que a língua portuguesa deve muito ao Brasil, isso é inquestionável e do conhecimento universal. Mas o desafio que recebi foi não o de escrever acerca deste conhecimento universal, mas, antes, o de escrever de um ponto de vista pessoal. No fundo dar uma resposta a esta pergunta colocada com muita clareza: como artífice da língua portuguesa, que influência teve o Brasil em sua relação criativa com o idioma?

A minha relação com a língua portuguesa na variante brasileira começou do mesmo modo que com todas as crianças da minha geração, através do livro de José Mauro de Vasconcelos, *Meu Pé de Laranja Lima*, uma série televisiva *Sítio do Picapau Amarelo*, baseada na obra homónima em 23 volumes de Monteiro Lobato, e a telenovela *Gabriela, Cravo e Canela*, baseada no romance homónimo de Jorge Amado.

E ainda antes de ter sido influenciado pelas letras brasileiras, com os poetas Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado, João Cabral de Melo Neto, Manoel de Barros ou Paulo Leminski, tão diferentes entre si, ou as prosas de Raduan Nassar, de João Guimarães Rosa e de Adyr Garcia Schlee, também elas com tantos mundos portugueses diferentes nessas páginas, as letras brasileiras começaram a marcar-me na adolescência com os discos que escutava. Como estudante de música que era nessa altura, lembro bem de ter gostado muito dos arranjos do disco de Caetano Veloso *Cores, Nomes*, de 1982, que escutei em 1983. Devido aos arranjos, e a ter escutado tantas vezes o disco, as letras passaram a fazer parte de mim (ainda hoje sei algumas canções desse disco de cor, principalmente as duas primeiras: *Queixa* e *Ele me deu um beijo na boca*). Outro dos autores de canções que me marca nessa altura é Chico Buarque com o disco *Meus Caros Amigos*, de 1976, mas que escuto apenas em 1981, ainda antes de Caetano. *O Que Será* (*À Flor da Terra*), *Mulheres de Atenas*, *Basta Um Dia* e *Meu Caro Amigo* nunca deixaram de estar entre as minhas canções preferidas. Não

apenas a voz, a música com uma harmonia tão diferente da que escutávamos nos melhores músicos portugueses, mas as letras. As letras desse disco de Chico Buarque (não apenas, mas lembro que falo do ponto de vista pessoal) são incontornáveis. Inesquecíveis. Foi por aqui que as letras brasileiras começaram a influenciar-me antes de mais. Depois, e ainda não saindo da música, veio o apreço pelas letras dos grandes sambistas, especialmente Noel Rosa, Cartola e Adoniran Barbosa. Não é possível sair-se igual depois da primeira audição que se faz de *O Mundo É Um Moinho*. Havia dois lados muito distintos e muito intensos em cada um destes autores: o lado existencial e o lado político. É muito curioso que tenham sido estes autores brasileiros a conduzirem-me à apreciação das letras de Sérgio Godinho e de Zeca Afonso. Se ainda antes do contato com a música brasileira eu lia os poetas portugueses, contrariamente aos brasileiros, a verdade é que eu não prestava muita atenção à música portuguesa, às letras das canções, entenda-se. É com Chico e com Caetano que isso acontece, que começo a prestar atenção às "nossas" próprias letras, as que os músicos portugueses cantavam.

Passou o tempo, como sempre acontece sobre a Terra, deitando poetas, cantores e árvores abaixo, e um dia parti para o Brasil, onde vivi por dez anos. Aí, e só aí, pude entender que também essa era a minha língua. Pude entender o quão criativo é o modo como os brasileiros "tocam" as palavras no seu dia a dia. Na verdade, não foi entender esse ver intelectualmente, mas sentir, que é ver começarem a florir os Ipês brancos em setembro. Por isso, e contrariamente ao que algumas pessoas no Brasil pensam (felizmente poucos), que a língua portuguesa de expressão brasileira é outra língua, devendo por isso chamar-se língua brasileira e não língua portuguesa. Eu escuto e leio no Brasil, em muitos momentos, a língua portuguesa mais antiga, e em outros uma grande inovação da língua, não apenas porque o povo brasileiro é muito criativo – veja-se a título de exemplo a maravilha do uso da língua por parte de Adoniran Barbosa nas suas canções –, mas porque a própria língua portuguesa soube receber muito bem as línguas espanhola, italiana e polaca que chegaram ao Brasil. Soube agregá-las, fazer com que muitas palavras dessas línguas se sentissem em casa. Como disse Paulo Leminski numa aula, "a linguagem é o maior barato!" E este "maior barato", em língua portuguesa, tornou-se muito mais enriquecido com o povo brasileiro, com o modo criativo como lidam com a língua.

Quem queira ver as influências concretas da minha experiência com a língua, com o povo e a geografia brasileiras, basta ler os meus mais recentes livros de poesia – *Exercícios de Humano* e *Auto-Retratos* (ambos escritos em Fazenda Rio Grande (PR)) ou os romances, *Filhas*, escrito em e sobre Florianópolis, *A Doença da Felicidade*, escrito no Rio de Janeiro, e *A Máquina do Mundo*, escrito na metrópole de São Paulo.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021.

O firmamento do sul no coração do meu norte

Sara Figueiredo Costa

Havia de soar muito erudito dizer que descobri o português do Brasil com a prosa sublime de Machado de Assis, mas a verdade é que foram os livrinhos da *Turma da Mônica* e a revista do *Alegria* a trazer-me esse outro modo de conhecer a minha língua. As publicações chegavam às bancas portuguesas com algum atraso relativamente ao Brasil, mas vinham muito a tempo de preencher o meu imaginário infantil com histórias em banda desenhada, passatempos, curiosidades sobre a cultura ou a paisagem brasileira e alguns contos breves de autores que mais tarde vim a reconhecer. Eu teria entre seis e dez anos e ficava fascinada com as descrições da selva amazónica, com as imagens de uma celebração chamada Bumba Meu Boi, com palavras que em Portugal não se diziam, como cachumba, bala ou concreto (deste lado, papeira, rebuçado e cimento).

Vieram depois Jorge Amado, Erico Verissimo e José Mauro de Vasconcelos – e lágrimas sem fim a molharem as páginas de *O meu pé de laranja lima*. Ainda nessa fase da infância, já com um passo na adolescência, havia as telenovelas da Globo que os portugueses viam religiosamente, todas as noites, e comentavam no dia seguinte. Lembro-me de algumas imagens dessas telenovelas e de ouvir a história de como a Assembleia que inaugurou a democracia em Portugal, depois de quase meio século de fascismo, suspendia os seus trabalhos à hora em que a RTP emitia a *Gabriela*. Mais tarde, a única telenovela que me conquistou foi o *Roque Santeiro* e talvez tenha sido aí que descobri que aquilo a que chamávamos português do Brasil era uma multiplicidade de formas de falar, traços fonéticos, usos lexicais. Não poderia ser de outro modo, tendo em conta a dimensão do país, mas para uma criança portuguesa, escutar o Toninho Giló, o cego Jeremias ou o Sinhozinho Malta foi uma autêntica descoberta. Aquele modo de falar não era o que eu conhecia e começava a suspeitar que haveria outros, muitos outros. E a ter a certeza de que o Brasil era muito

mais do que a festa carnavalesca que parecia ser a única coisa que os portugueses identificavam quando se falava nesse enorme país. Queria muito ir ao Brasil, mas cedo aprendi como passar por lá, mesmo estando aqui.

Isso vim a descobrir quando a música brasileira entrou na minha vida e mudou para sempre o modo como ouço e penso em português. Os discos de Caetano Veloso, Chico Buarque e Maria Bethânia abriram as portas para esse maravilhoso mundo, para mim novo, de onde chegaram também Elis Regina, Nara Leão, Ney Matogrosso, João Gilberto, um infinito mapa que me fez querer conhecer o Brasil e me ajudou a conhecer-me a mim mesma. E a saber que o Brasil não era só Carnaval, mas a aprender que o Carnaval era coisa para se conhecer de perto, nem que fosse para ver a Mangueira que Caetano saudava em certas canções, e que eu aprendia a saudar também. Já na faculdade, estudando literatura e linguística, descobri os mistérios de Clarice, o imenso *Macunaíma*, a genialidade de Machado de Assis, o grande *Grande sertão*. E nunca mais os descolei da minha pele. Pausa. Podia continuar esta lista e não acabaria tão cedo. Prefiro trocar a ideia de lista arrumada pela da avalanche, a mistura de coisas que sempre foram chegando a este lado do mar, cruzando-se desordenadas e compondo um firmamento. O meu próprio firmamento, com constelações e nebulosas partilhadas com tantas outras pessoas e lugares.

Houve um acarajé que provei em noite de Santo António, festa rija lisboeta a durar até o sol nascer. Era uma baiana que vivia em Portugal há alguns anos e tinha decidido juntar a especialidade gastronómica da sua infância às sardinhas e ao chouriço assado de que a festa não prescindia. Nos altifalantes, escutavam-se marchas de Lisboa, mas na minha boca o que se ouvia era "todo mundo gosta de acarajé/ o trabalho que dá pra fazer é que é". E lembro-me logo de "Faroeste Caboclo", a canção sublime de Renato Russo, cantada pela Legião Urbana, que cheguei a saber de cor e a cantar também, com a guitarra a acompanhar, sem vergonha do falso sotaque carioca que me saía. O tal João do Santo Cristo e a sua épica jornada do Nordeste para Brasília guardam a *Odisseia* homérica, as narrativas cantadas de Woody Guthrie, os romances tradicionais do interior de Portugal e a *Morte e vida severina* de João Cabral. Quis muito atravessar parte do Brasil assim, num autocarro, entre o Nordeste e Brasília, mas nunca cheguei a vestir a pele desse anti-herói com vocação para a desgraça. A verdade é que nunca estive no Brasil, mas passo por lá muitas vezes, lendo, escutando, comendo.

Os cachorros soltos de Adélia Prado. A revolução da Tropicália. As palavras-quase-poemas do tupi-guarani. Os livrinhos de cordel com gravuras que contam histórias do cangaço. Maria Bonita e Lampião. Quilombolas mudando cabeças e o mundo. Os versos imprescindíveis de Carlos Drummond de Andrade. Fernanda Montenegro, no palco ou no ecrã. O mistério de Raduan Nassar. Glauber Rocha a virar-me o cérebro de pernas para o ar. Nelson Rodrigues, o mais aprazível dos reacionários geniais. Gal Costa no Cinema Olímpia. Prometi que não faria uma lista. Mas acrescento: Salve, João Cândido.

Não sei quando ouvi pela primeira vez "Mestre-Sala dos Mares", a canção de João Bosco e Aldir Blanc, mas sei que era Elis Regina quem cantava e não esqueço

o impacto da escuta. Só muito mais tarde soube da Revolta da Chibata e de João Cândido, mas a letra era suficientemente explícita para perceber um contexto e identificar-me com aqueles que lutavam. Contudo, sempre ouvi a canção com o verso "salve o navegante negro/ que tem por monumento/ as pedras pisadas do cais". Até ao dia em que assisti a um momento chamado *Samba de guerrilha*, protagonizado por Luca Argel, um brasileiro que agora é também portuense e que canta o samba com laivos de melancolia e o braço pronto para a luta. Foi na Fundação José Saramago, em Lisboa, que Luca Argel contou a história da censura dessa canção, interpretando-a em seguida com a letra original. E foi aí que descobri que o "navegante" era, afinal, um "almirante". Passei a ter João Cândido na minha constelação de heróis e nunca mais lhe retirarei a patente, salve, valoroso Almirante. *Samba de guerrilha* é agora um disco, acabado de lançar em Portugal, acompanhado de um poster-jornal com ilustrações de José Feitor e muita informação sobre essas outras histórias do samba que a televisão portuguesa não conta. Por cá, sempre nos venderam a ideia do Brasil como o país do Carnaval, e do samba como coisa arrumada nos desfiles televisivos da Sapucaí... E eu nem gosto de Carnaval.

Na escola, estudamos o período da expansão marítima, dizem-nos que Portugal descobriu lugares (como se esses lugares não existissem antes), entre eles o Brasil, falam-nos de produtos trazidos e levados para vários pontos do mundo e entre esse produtos incluem os escravos. Vergonha alheia, vergonha própria. Há alguns anos, em meio a leituras e conversas com amigos brasileiros, comecei a escutar a palavra "escravizados" em vez de "escravos". Havia quem dissesse que era apenas mais uma escolha do politicamente correto, mas as palavras têm sentidos e é bom que tenhamos consciência deles. Nunca mais consegui dizer "escravos" sem sentir que falhava o verdadeiro sentido do que queria dizer. E foi o português falado no Brasil que resolveu de modo certeiro esse problema semântico que andávamos a arrastar há séculos: aquelas pessoas não eram escravas, mas foram obrigadas a viver como tal. Portanto, aquelas pessoas eram escravizadas, houve um agente que as fez passar de um estado ao outro. Claro como água.

Houve um momento em que a língua que falo – este dialecto lisboeta de vogais fechadas e erres agressivos – tornou-se conscientemente outra coisa, um poço cheio de ecos onde as vogais continuam tímidas, mas onde sei e sinto a existência de outras falas, e de outros tempos e mundos nessas falas. Aconteceu quando ouvi pela primeira vez a canção "Língua", de Caetano Veloso. "Quero sentir a minha língua roçando a língua de Luís de Camões", a heresia maravilhosa, o incitamento dos antropofágicos misturando Caetano com Camões. Deste lado, não se pode tocar em Camões com tais desvelos sensuais, só admirar, recitar e manter no pedestal. Do outro lado, voaram os pedestais e chegou aquele verso, "Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó", tudo junto, misturado, cruzado, porque não há outra forma de sermos humanos a sério, fintando o tempo que se esgota em direção ao futuro que é sempre mais tarde e talvez também esteja algures no passado.

Nunca estive no Brasil, mas passo por lá muitas vezes. E mesmo não gostando de Carnaval, sei que choraria, agradecida, se visse desfilar a Mangueira.

O meu suficiente maravilhoso

Vera Duarte

Eu *bebi* o Brasil, desde a mais tenra infância, de forma lúdica e encantatória, primeiro na folia carnavalesca que todos os anos pelo mês de fevereiro tomava conta da minha cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente. Durante três dias sucediam-se sem parar, os blocos, os grupos e os personagens mascarados que, vestidos das mais diversas e mirabolantes fantasias, desfilavam pelas ruas da cidade ao som de modinhas, sambas e marchas, cantadas no delicioso português brasileiro. Era sempre uma apoteose de luz e som que maravilhava o nosso pequeno mundo enquanto durava a festa do Rei Momo. A seguir chegavam as revistas policromadas, sobretudo a *Manchete*, plenas de fotos de mulheres com corpo de sereia e homens fantasiados, que nos enchiam os olhos com a sua beleza singular.

Depois vieram os filmes e, sobre todos, *Aviso aos navegantes* e *Orfeu negro,* a que assisti várias vezes e ficaram longamente enriquecendo o meu imaginário e de todos os mindelenses com suas belas estórias de amor e suas músicas fantásticas.

Ainda nos anos sessenta do século passado, o vinil brasileiro encheu nossas rádios, gira-discos e festinhas de aniversário, com as vozes inconfundíveis de Roberto Carlos e Luiz Gonzaga entre tantos outros.

Finalmente chegaram os livros.

Mas antes, como que a preparar o terreno, já tinha havido os quadrinhos todos, desde o *Bolinha* do clube "menina não entra" até a *Mônica* e a *Mafalda* (traduzida, juntamente com o *Bolinha,* de sua língua original para o português); as fotonovelas que os nossos pais proibiam e nós adorávamos; delas evoluímos para as radionovelas e para as telenovelas que conquistaram o mundo e foram sempre o lazer preferido das mulheres nos lugares onde habitei.

Contudo, o grande alumbramento com a cultura brasileira estava reservado aos romances que passei a devorar a partir do momento em que chegaram às

minhas mãos. Antes de mais, Jorge Amado de *Gabriela cravo e canela* e *Dona Flor e seus dois maridos* e depois os *Subterrâneos da liberdade* e *Tenda dos milagres* que ajudaram a abrir os meus olhos para um mundo maior e mais complexo, com discriminações, preconceitos e racismos, mas à procura da igualdade, liberdade e fraternidade. Também vieram Machado Assis com Capitu e Lima Barreto com *Clara dos Anjos*. E chegou Manuel Bandeira com a sua Pasárgada e sua Estrela da Manhã e outros que não posso nomear por limitações de espaço-tempo. Como nenhuma a poética de Manuel Bandeira circulou e circula pela lusofonia, desde uma CPLP ainda inexistente, mas já pressentida no mundo a que o navegador português chegou, com as suas dramáticas vicissitudes, mas onde, da estreita janela do colonialismo e do esclavagismo, uma pequena réstia de luz se abriu, e dela fluíram relações outras que não apenas as doloridas. Essa força agregadora era a Língua Portuguesa que emergia magnífica, em prosa e verso, das duas margens do Atlântico e se estendia pelo Índico adentro.

E, por falar em CPLP, não posso deixar de abraçar, num *in memoriam* sentido, o meu saudoso amigo José Aparecido de Oliveira, obreiro maior dessa grande aventura que veio relançar a Língua Portuguesa no mundo. Por isso posso afirmar, sem hesitações, que o Brasil tem sido o veículo mais privilegiado de expansão e penetração do português, pois, para além da óbvia questão numérica, há toda uma influência cultural e de entretenimento absolutamente espantosa, onde se releva a música.

E eu, uma mulher africana oriunda de um *petit pays* com cerca de meio milhão de habitantes, que venho sendo editada, estudada e cortejada nas terras de Vera Cruz, só posso sentir-me profundamente honrada e feliz por merecer tal atenção desse imenso país, que tanto amo. Fruto das minhas muitas idas ao Brasil e do convívio que, ao longo dos tempos, venho mantendo com escritores, estudiosos, professores, estudantes, editores e, sobretudo amigos, o meu sentir poroso em relação ao português de uma Clarice Lispector ou uma Conceição Evaristo faz com que muitas vezes a minha escrita se encontre eivada de expressões e construções brasileiras.

Não é, aliás, por acaso, que as minhas amigas brasileiras me chamam a-garota--propaganda-do-Cabo-Verde e meus confrades cabo-verdianos entendam que sou uma privilegiada interlocutora com a academia brasileira.

E, desde que me tornei avó, ouvir as minhas netas a brincarem é a perfeita demonstração do papel profundamente disseminador que a cultura brasileira continua a ter na expansão da Língua Portuguesa no mundo. Elas, tal como milhares de outras crianças do espaço da CPLP, quando estão brincando utilizam sempre a variedade brasileira por força das plataformas de entretenimento que frequentam. E quando me abraçam ternamente e sussurram baixinho ao meu ouvido "que legal, te amo, vovó" é o encantamento que continua…

Praia, janeiro de 2021.

Minha experiência de contato com o Brasil

Vicente Paulino

Meu primeiro contato com o Brasil ocorreu por meio da música. No final dos anos 1990, as canções favoritas em Timor-Leste eram as de Roberto Carlos, Leandro e Leonardo, Zezé de Camargo e Luciano, Paula Fernandes: músicas de letras simples, mas sensíveis, e que representavam para nós a essência do povo brasileiro, notadamente do nordeste do país. A palavra diz muitas coisas; a frase, mais coisas; e, nesse sentido, o som da música brasileira, ao englobar a palavra e a frase, ao transmitir mensagens singelas sobre as relações humanas e dos homens com a natureza, abriu-nos a mente para uma compreensão peculiar do "paraíso real" do mundo.

Quanto à importância de meu contato com o Brasil associado à minha formação literária, artística, penso que qualquer contato que seja, com qualquer povo, sempre traz consigo uma história rica. No caso do Brasil, decorreu do fato de ser esse país um dos que divulgam e promovem a língua portuguesa. É um país com um "caráter" próprio, multicultural. Com enorme experiência artística. Um país de literatura, de Machado de Assis, de Jorge Amado, de Clarice Lispector, de Carlos Drummond de Andrade, obras lidas e estudadas em todo o mundo. Em Timor-Leste, o livro mais famoso de Machado de Assis, *Dom Casmurro*, é parte integrante da disciplina de literatura comparada. *Dom Casmurro* é um romance que fala sobre questões centrais: a questão de vida, do ciúme, e, sobretudo, da ambiguidade. Um romance que retrata e reflete a vida moral de uma época em que os brasileiros viam-se cercados pela incerteza psicológica (que se traduz em seu personagem principal). Um romance com influência dialógica sobre a realidade daquele tempo, e que permanece extremamente atual, continuando a lançar luzes sobre a sociedade brasileira de hoje.

E há os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade – um autor genial do modernismo brasileiro –, sempre lidos em nossos eventos culturais. E há Jorge Amado, com importância e relevância inquestionáveis nas sociedades

lusofônicas e em Timor-Leste (fui marcado especialmente por *A descoberta da América pelos Turcos*). Gosto, de igual maneira, dos poemas de Clarice Lispector, que abordam a forma como compreendemos a essência, o sentido da vida.

Também aprecio muito os filmes e telenovelas brasileiras, que divulgam a cultura do país nas nações-irmãs da CPLP. Lembro-me de uma delas, *Alma Gêmea,* que tratava de questões sobre a vida após a morte, a reencarnação, conduzindo-nos a uma percepção relacional sobre nossa própria existência.

Meu diálogo com o Brasil no plano intelectual, acadêmico, também é rico. Estive no país em três oportunidades, em 2011, 2017 e 2018. Na primeira, fui convidado a participar de um encontro Luso-Afro-Brasileiro na Universidade Federal de Bahia, no qual apresentei uma comunicação sobre a tradição e a imprensa de Timor na época colonial. Junto a colegas brasileiros, pude debater formas de estreitar o conhecimento mútuo entre o Brasil e o Timor nos planos científico e cultural. Encontrei brasileiros que já haviam estado em meu país e que desejavam voltar. Conversamos, em ambiente multicultural, fraterno, sobre estratégias em prol da consolidação da língua portuguesa em meu país.

Em 2017, estive em São Paulo, em um evento específico sobre o Timor-Leste. Acompanhado de colegas brasileiros das Universidades de São Paulo e Mackenzie, visitei o Museu de Arte Contemporânea (MASP) e a Câmara Brasileira do Livro (CBL). Debatemos estratégias para estreitar a cooperação entre aquelas universidades e a Universidade Nacional do Timor. Finalmente, em 2018, na capital Brasília, pude partilhar minhas pesquisas sobre a relação Brasil, Timor e Portugal dentro da CPLP.

Em termos de política, promoção e divulgação da língua portuguesa pelo mundo, o Brasil é um dos países mais atuantes. O Brasil está na Índia, na Coreia do Sul, no Japão, na China, na África, na Europa, no Médio Oriente, sempre a trabalhar para a consolidação, a promoção, a difusão da língua portuguesa naqueles espaços diferenciados. No Timor-Leste, o Brasil tem um papel importante porque também contribuiu na construção do Estado em uma época dramática para nós, sempre ao lado de nossa luta pela independência. A prova disso é Sérgio Vieira de Melo, administrador de transição da ONU, homem determinado a fazer com que o Timor pertencesse, verdadeiramente, aos timorenses: o que ocorreu em 2002, com a restauração da independência.

Mas, para além da consolidação do Estado, o Brasil nos ajudou a consolidar a língua portuguesa por meio de vários programas coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), como o *Alfabetização Solidária*, entre outros. Colegas brasileiros que para cá vieram deram o seu melhor: criaram atividades artísticas e culturais; formaram professores, capacitando-os para que também pudessem transmitir a língua; estabeleceram programas de roteiro fílmico nas escolas; treinaram jornalistas; treinaram funcionários do Arquivo Nacional do Timor, entre vários outros programas, cuja continuidade é necessária, fundamental. Afirmaram, por meio de seus atos, sempre com uma perspectiva positiva e construtiva, que o Brasil estava em Timor-Leste; o Brasil estava no mundo; o Brasil está em todo lado.

SOBRE OS VERBETES

ABC

Rosana Tomazini possui graduação em Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília (1991), mestrado em Economia Internacional, pela Universidade de Lisboa (2000), e doutorado em Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília (2009). De 2004 até 2014, trabalhou na Delegação da União Europeia (UE) no Brasil, de 2006 a 2014 como gestora de projetos de cooperação internacional, sendo responsável pelo Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos. Foi coordenadora do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, de 2014 a 2019. Atualmente, é analista de cooperação técnica na Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, responsável pela pauta de cooperação técnica bilateral do Brasil com Timor-Leste.

O verbete foi redigido a partir de casos de cooperação técnica no domínio da língua portuguesa levadas a cabo pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), entre os anos de 2000 a 2020, particularmente no Timor-Leste. Recorreu-se a documentos oficiais produzidos pela ABC, como relatórios de monitoramento e avaliação de projetos, planos de trabalho da Agência, documentos de projetos, e relatórios de missões, além de documentos oficiais produzidos pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Adicionalmente, foram utilizados dados primários obtidos por meio do Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAP) da ABC, e, por fim, artigos acadêmicos produzidos no âmbito da agenda da cooperação internacional para a promoção da difusão da língua portuguesa pelo Brasil.

Ruy Pereira, diplomata de carreira e embaixador, ingressou no Itamaraty em 1975. É Diretor da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, do Ministério das Relações Exteriores, desde setembro de 2018. Serviu no Consulado-Geral em Marselha, na Embaixada em Madri, na Embaixada em Paris, na Embaixada em Lomé, foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lima, e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires. Foi Cônsul-Geral do Brasil em Montevidéu, Delegado Permanente do Brasil junto à ALADI e do MERCOSUL, também em Montevidéu e, Embaixador em Caracas, de 2013 a 2018. Em Brasília, foi Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, de 2003 a 2006, e exerceu as funções de Assessor do Ministro das Relações Exteriores e Assessor Especial do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo; Secretário-Executivo das Comissões Nacionais de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas e à Associação Latino-Americana de Integração, ambas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores; e Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda. Representou o Ministério das Relações Exteriores no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG). Foi Assessor do Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) da Presidência da República. Coordenou o grupo de trabalho interministerial, que organizou a Reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em Sauipe, na Bahia, em 2008; e o grupo de trabalho

que preparou a Reunião de Cúpula Brasil - CARICOM, em Brasília, em 2010. Participou de reuniões do Conselho do Mercado Comum (CMC), do Grupo Mercado Comum (GMC) e de outras instâncias do MERCOSUL, entre as quais, a Comissão de Representantes Permanentes do bloco (CRPM), em Montevidéu, responsável pela gestão do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL-FOCEM. É membro titular do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional, como representante do Ministério das Relações Exteriores.

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Ana Lucia Lico é cofundadora do grupo Mães Brasileiras da Virginia (MBV), da Associação Brasileira de Cultura e Educação (ABRACE) e da *Coalition for Community-Based Heritage Language Schools*, todos com sede na região da capital dos Estados Unidos. Estuda sobre bilinguismo e trabalha com português como língua de herança desde 2005, é participante ativa do Conselho dos Representantes dos Brasileiros no Exterior (CRBE) desde 2008 e integra a equipe que realiza anualmente a *Community-Based Heritage Language Schools Conference*, na American University (EUA) desde 2014.

Gláucia Silva tem mestrado em Linguística e doutorado em Linguística Hispânica pela Universidade de Iowa (EUA). É professora no Departamento de Português da Universidade de Massachusetts Dartmouth (EUA), onde leciona na graduação e na pós-graduação, além de coordenar os cursos de níveis iniciante e intermediário e supervisionar os professores assistentes. A sua pesquisa atual centra-se no ensino e aprendizado de português como língua de herança, inclusive percepção e produção de aspectos linguísticos, a visão do aprendiz sobre o ensino, avaliação em escolas comunitárias e oportunidades de desenvolvimento profissional.

Os dados apresentados no verbete foram obtidos de duas maneiras: pesquisa em sites da internet e mapeamento de iniciativas comunitárias da área de educação. A pesquisa incluiu websites da Europa, da América do Norte e do Brasil, com destaque para a base de dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O mapeamento, feito para obter dados concretos e atuais sobre o trabalho das associações comunitárias, foi realizado em dezembro de 2020, na forma de questionário online. O questionário foi enviado a associações e profissionais de países em todos os continentes, e contamos com o apoio da Divisão de Temas Internacionais Culturais e Língua Portuguesa (DCLP) do MRE, que o distribuiu para a rede de postos consulares repassar às comunidades locais. Consideramos associações comunitárias aquelas que nascem em meio à grupos de brasileiros no exterior para servir a comunidade brasileira local, e que sejam sem fins lucrativos. Para fins deste verbete, concentramos nas associações atuantes na área de educação.

As autoras agradecem, pelo levantamento de dados incluídos no verbete, ao grupo de trabalho de educação do CRBE, composto por Adenilson Pereira, Andreia Moroni e Selma Ferreira com contribuição especial de Victor Barros. Agradecem também ao Elo Europeu e à AOTP (EUA) pelas informações compartilhadas, e a Joy Peyton pelo incentivo constante. Agradecemos ainda à Associações que participaram do mapeamento para a construção do verbete: A Hora do Conto, Emirados Árabes Unidos; A.S.D. Bambinópolis, Itália; ABCD – Association for Brazilian Bilingual Children's Development Inc, Austrália; ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura, Suíça; ABRACE – Associação Brasileira de Cultura e Educação, Estados Unidos; ACB – Associazione comunità brasiliana Raizes do Brasil FVG-Aps, Itália; Associação Cultural Brasil Vivo, Itália; Associação de Pais de Brasileirinhos na Catalunha, Espanha; Associação Raiz Mirim, Bélgica;

Associação Raízes para a Língua e a Cultura Brasileira, Suíça; Associazione Luanda, Itália; Bambalalão - Português como língua de herança, Itália; Brasil na Puglia Associazione, Itália; Brasileirinho NZ, Nova Zelândia; Brasileirinhos em Köln, Alemanha; Brasileirinhos em Stuttgart - Mala de Herança, Alemanha; Brasilidade - Famílias com filhos plurilíngues, Itália; Breacc (Brazilian Educational Cultural centre), Reino Unido; Casa do Brasil em Florença, Itália; Casa do Brasil La Spezia, Itália; Ciranda Brasileira na Calabria, Itália; Clube dos Brasileirinhos, Reino Unido; Curtindo a Língua Portuguesa, Suécia; Föreningen Brasil Sverige, Suécia; Fundação Vamos Falar Português, Estados Unidos; Herança Brasileira, França; Jönköpings kommun, Suécia; Linguarte, Alemanha; Mala de Herança, Mala de Herança em Viena, Áustria; Mala de Herança Leipzig, Alemanha; Nosso Canto, Estados Unidos; NPO ABC Japan, Japão; Oca Brasil - Espaço da Língua Portuguesa, Reino Unido; OCA Lusófona asbl, Bélgica; Oficina Curumim Parents Society, Canadá; Oncinhas na Catalunha - Polh em Tarragona, Espanha; POLH Semente, Países Baixos; Português de Herança, Reino Unido; Portuguese for Kids, Estados Unidos; Projeto Balão Mágico – Friuli, Itália; Projeto Brasil, Estados Unidos; Projeto Construir ARTEL, Japão; Projeto Cultural Brasileirinhos na Flórida, Estados Unidos; Projeto Identidade, Palestina; Projeto Minininños - Casa do Brasil Valencia, Espanha; Projeto Pedemoleque, Itália; Projeto Pirulito - Português como Língua de Herança, Itália; Projeto Sementeira e Mala de Herança, Eslovênia; Projeto Sementinha, Itália; Turma dos Brasileirinhos, Reino Unido; Unidade de Língua de Herança, Suécia.

AUDIOVISUAL

Bruno Palazon Imparato é cineasta e diplomata, formado em Comunicação Social com Habilitação em Cinema (FAAP) e Relações Internacionais (USP). Dirigiu curtas-metragens e trabalhou como assistente de finalização na Gullane Entretenimento. Hoje é Chefe de Gabinete do Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty, bem como responsável pelos temas ligados à internacionalização do audiovisual brasileiro.

Tendo em conta a percepção proporcionada pelo ofício diplomático, recorreu-se a três fontes principais que pudessem complementar a análise. Fontes históricas que pudessem preencher as lacunas dos primórdios da divulgação do português em sua variante nacional, por meio de recursos audiovisuais, foram essenciais para a percepção, por exemplo, de que o processo não inicia-se de forma consciente, mas, sim, consequente da presença de Carmem Miranda nos filmes hollywoodianos. Dados estatísticos, advindos de estudos propostos pela ANCINE e do acervo da Rede Globo, por sua vez, foram utilizados para caracterizar a crescente participação dos serviços audiovisuais brasileiros no mercado internacional. Por fim, buscou-se compilar e contrapor à análise os relatos sobre a influência direta de obras nacionais sobre culturas estrangeiras, propiciando tanto um imbricamento do português em outras línguas quanto um aprofundamento da influência da variante brasileira em outras culturas lusófonas. O cruzamento dessas fontes com a experiência diplomática empírica possibilitou a elaboração de uma análise preliminar que, embora incipiente, buscou apresentar um primeiro olhar acadêmico para o tema.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

Vitor Tavares é Presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL). Sua trajetória começou aos 17 anos na Editora Vozes de São Paulo, onde fez carreira, e nos anos seguintes se formou Bacharel em Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1992, junto com um grupo de empresários do setor e com o apoio da direção da Edições Loyola, inaugurou a Distribuidora e Livraria Loyola. Em sua carreira, também já atuou como Diretor e Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL) por dois mandatos. Na CBL, foi Diretor e Vice-Presidente por cinco gestões. Além disso, Vitor foi conferencista em encontros organizados pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina (Cerlalc) sobre livros e livrarias em São Paulo, Bogotá (Colômbia) e México.

Os dados apresentados no verbete foram retirados de pesquisas de mercado, como é o caso da pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro; de sistemas de monitoramento de comércio exterior, como, por exemplo, o da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e da Trade Map; além de informações provenientes e relatórios de parceiros da Câmara Brasileira do Livro. Um exemplo do último são os dados sobre as editoras participantes do Brazilian Publishers, o projeto da CBL com a Apex-Brasil, coletados por meio de pesquisas realizadas pelo time do Programa.

O autor agradece à Comissão para a Promoção de Conteúdo em Língua Portuguesa e todos os seus membros, além dos seguintes parceiros: Sesc-SP, Instituto Camões, Universidade de São Paulo, Universidade Mackenzie, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Museu da Língua Portuguesa, Prêmio Oceanos, Buobooks, projeto Mala de Herança e a Organização das Nações Unidas, bem como à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, por tornar o possível o projeto de internacionalização da Câmara Brasileira do Livro (*Brazilian Publishers*).

CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTRANGEIROS (CELPE-BRAS)

Luís Augusto Fischer é professor titular de Literatura Brasileira no Instituto de Letras, da UFRGS e foi responsável pela criação da disciplina "Canção Popular Brasileira" para os alunos de Letras e de outras áreas, ainda nos anos 1990. É autor de vários livros, entre os quais *Literatura Brasileira - Modos de Usar*, da L&PM.

Verbete elaborado com base em depoimentos colhidos pelo autor acerca da recepção da música brasileira no exterior, bem como junto a estudantes argentinos, por ocasião de curso ministrado em Buenos Aires. Também utilizou-se, como referência, a biografia clássica na área de história cultural do Brasil.

O autor agradece pelos depoimentos de amigos e conhecidos que, indagados, ofereceram relatos sobre a recepção da canção brasileira fora do país: Andrei Cunha, Gabrielle Toson, Johnny Lorenz, Felipe Fortuna, Luciano Mello, Mario Gonzalez, Nataniel Ngomane, Michel Thierry Le Grand, Carlos Cortez-Minchillo, Alexsandro Menez, Luciano Dutra, Alexis Sanchez, Pere Comellas, Carlos Villalba, Violeta Weichelbaum, Ian Alexander, Denise Sales e Suellen Medina. Agradece também à leitura crítica de Arthur de Faria, Guto Leite e Marcos Lacerda.

CAPOEIRA

Arizangela Oliveira Figueiredo é mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia e pesquisadora na área de letras, com ênfase em ensino de língua portuguesa como língua não-materna. Foi professora cooperante do *Programa de Qualificação de Professores e Ensino de língua portuguesa-Timor-Leste* (2013-2015). Atualmente é leitora de língua portuguesa, cultura e literatura brasileira, na Universidade Jawaharlal Nehru (JNU), Índia, pelo Ministério das Relações Exteriores. Em 2018, organizou o Colóquio Internacional *Diálogos em comum: o que podem a literatura e Culturas entre Brasil e Índia?* no Centre of Spanish, Portuguese, Italian and Latin American Studies (CSPILAS) da JNU, em Nova Delhi. Foi consultora e colaboradora, ao lado do professor Nelson Viana, da *Proposta curricular para o ensino de português para praticantes de capoeira* (MRE, FUNAG, 2020).

A elaboração do verbete *A capoeira e a internacionalização do português* envolveu três perspectivas de pesquisa: historiográfica, quantitativa e teórica. Quanto aos aspectos históricos dessa arte e o ofício dos mestres, empreendeu-se pesquisa junto aos documentos oficiais, registros e dossiês do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A fim de coletar fontes orais sobre o saber dos mestres, recorreu-se à consulta a documentários como: *Mestre Pastinha, rei da capoeira* (TVE-Bahia) e *Mestre Bimba, a capoeira iluminada* (ANCINE). Na pesquisa quantitativa sobre a difusão da capoeira internacionalmente, foram consultados os Portais *Capoeira-IPHAN* e *Brasileiros no mundo*, por empreenderem uma tentativa de registro das associações no exterior. Quanto à fundamentação teórica relativa à participação negro-africana na constituição do português brasileiro, realizou-se o estudo de autores de notório saber na área como: Renato Mendonça, Yeda Pessoa de Castro, Muniz Sodré, Leda Martins e José Henrique de Freitas Santos. Além destes, consultou-se os estudos de Edleise Mendes sobre o termo *língua-cultura* e o ensino de português para estrangeiro.

A autora agradece à Embaixada do Brasil na Índia, especialmente aos Embaixadores André Aranha Correa do Lago e Tovar da Silva Nunes, atualmente Embaixador na Rússia, pelo constante empenho em divulgar a cultura brasileira na Índia e ao Centre for capoeira Índia, em especial ao professor Reza "Baba" e ao Monitor Shiva, pelas parcerias realizadas junto ao leitorado em Jawaharlal Nehru University.

CELPE-BRAS

Margarete Schlatter é Doutora em Letras e atua no Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fundadora do Programa de Português para Estrangeiros (PPE/UFRGS), lidera o grupo de pesquisa Português/Língua Adicional, especializado em práticas de ensino, materiais didáticos, avaliação e formação de professores. É coautora do exame Celpe-Bras e de cursos online de português como língua adicional (CEPI, PORTOS, CAPI), de formação de professores (Leitura vai, escrita vem: práticas em sala de aula) e de formação de avaliadores da Parte Oral do Celpe-Bras.

Matilde V. R. Scaramucci é professora titular do Departamento de Linguística Aplicada (1982-2018); pesquisadora colaboradora voluntária, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (2018 – atual); diretora do Instituto de Estudos da Linguagem (2011-2015); editora-chefe da revista *Trabalhos em Linguística Aplicada* (2006-2014) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coautora do exame Celpe-Bras e do curso de formação de avaliadores da Parte Oral do exame. Membro da Comissão Técnico-Científica do Celpe-Bras (1993-2006; 2012-atual) e coordenadora do Posto Aplicador do exame na Unicamp (1998-atual). Atua especialmente na área de avaliação em contextos de línguas.

Os dados que embasam a perspectiva histórica do Celpe-Bras foram compilados em documentos oficiais (portarias, manuais, guias e provas) disponíveis no site do Inep e no Acervo Celpe-Bras. As fontes teóricas são nossas pesquisas em avaliação e no desenvolvimento do exame, assim como os resultados de estudos acadêmicos produzidos ao longo dos mais de 20 anos de sua história e que podem ser acessados no Acervo Celpe-Bras (<http://www.ufrgs.br/acervocelpebras>).

As autoras agradecem ao MEC, MRE, Inep e aos professores que têm participado da Comissão Técnico-Científica do exame, por darem continuidade à realização e ao aperfeiçoamento do sistema Celpe-Bras; aos professores de português e examinadores que, ao longo dos anos, têm participado na aplicação e correção do exame; à Juliana R. Schoffen, por organizar o Acervo Celpe-Bras, contribuindo para preservar a memória dessa iniciativa.

CENTROS CULTURAIS BRASILEIROS

Bruno Miranda Zétola é diplomata e doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Foi chefe do Setor Cultural das representações brasileiras em Lima (Peru), Nova York (Estados Unidos) e Praia (Cabo Verde). Na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, atuou na Coordenação de Divulgação da Realidade Brasileira no Exterior, na Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, no Departamento Cultural e na Secretaria de Comunicação e Cultura. Atualmente chefia a Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa do Itamaraty.

As bases de dados para o verbete dividem-se em duas vertentes: as que permitem traçar uma perspectiva histórico e as que apresentam um retrato atual. Do ponto de vista histórico, recorreu-se a fontes documentais disponíveis no Arquivo Histórico do Itamaraty, especialmente troca de expedientes telegráficos e relatórios de gestão do Departamento Cultural, e a fontes orais, tendo em vista ser significativo o número de diretores e professores de Centros Culturais Brasileiros que, por estarem há décadas, quando não desde a inauguração do CCB, são testemunhas privilegiadas de sua evolução institucional. As bases de dados atuais são obtidas por meio da consolidação de relatórios anuais que os CCBs remetem à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, complementadas com consultas pontuais realizadas exclusivamente para subsidiar o verbete.

O autor agradece aos diretores de CCBs e ao historiador Rogério Farias pelo apoio na obtenção de dados para a pesquisa

DIPLOMATAS ESTRANGEIROS EM BRASÍLIA

Rodrigo d'Araujo Gabsch é diplomata de carreira (ministro de segunda -classe). Nascido em 1969, na cidade do Rio de Janeiro, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1992. Ingressou no Curso de Admissão à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1993. Como diplomata, serviu nas embaixadas em Budapeste e Assunção e no Consulado-Geral em Nova York. Em 2010 publicou, pela Fundação Alexandre de Gusmão, a obra Aprovação interna de tratados internacionais pelo Brasil, que resultou de tese apresentada ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Desde outubro de 2018 é Diretor do Departamento de África do Ministério das Relações Exteriores.

Para a elaboração do verbete, utilizaram-se fontes constantes dos arquivos do Departamento de África do Itamaraty; do Instituto Rio Branco (IRBr); e do NEPPE (Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros, da Universidade de Brasília - UnB). Os infográficos foram elaborados pela equipe da FUNAG, com base em informações encaminhadas pelo autor. Por fim, os depoimentos foram colhidos diretamente junto aos alunos e ex-alunos.

ESCOLA INTERNACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS (UNIS)

Fernando de Oliveira Sena é diplomata de carrreira e atualmente exerce a função de cônsul-geral adjunto do Brasil em Nova York. Em sua carreira, chefiou divisões no Ministério das Relações Exteriores em Brasília, como a Divisão das Nações Unidas (2011-2012), Divisão de Paz e Segurança Internacional (2013-2015) e Divisão dos Direitos Humanos (2018-2019). No exterior, serviu na Missão junto às Nações Unidas e na Embaixada do Brasil em Pretória. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da UERJ.

Regina Pierantoni McCarthy é licenciada em português e inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bacharel em Direito pela PUC-RJ. Além de lecionar português e inglês, trabalha como tradutora e intérprete na mídia televisiva há 27 anos. Na TNT Brasil é intérprete simultânea das premiações do canal, tais como o Oscar e o Emmy. Suas atividades profissionais também incluem tradução, legendagem de vídeos, voice-over, edição e revisão de texto e leitorado na The Ohio State University em Columbus, Ohio. É coautora do livro infantil *Um Amigo para Guigo*, publicado em 1984. Desde setembro de 2020, trabalha para o Consulado--Geral do Brasil em Nova York lecionando português na Escola Internacional da Nações Unidas.

Para a elaboração do verbete, utilizaram-se dados fornecidos pela própria UNIS (referentes às nacionalidades dos alunos), além daqueles constantes no *website* da instituição (<www.unis.org>). Da mesma forma, fez-se uso dos arquivos do Consulado Geral do Brasil em Nova York para busca de acordos e instrumentos de cooperação, além de documentos elaborados pelo Itamaraty (disponíveis no *site* da FUNAG), referentes a diretrizes e propostas curriculares para ensino de português no exterior e como língua de herança. Os infográficos foram elaborados pela equipe da FUNAG, com base em informações encaminhadas pelos autores.

FRONTEIRA

Jorge Luiz Vieira Tavares é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Ingressou na carreira diplomática em 2004. Após trabalhar nas áreas administrativa e política do Itamaraty, inicia sua atuação na área de difusão da língua portuguesa em 2009, com a lotação como chefe do setor de cooperação cultural e educacional da Embaixada do Brasil no Paraguai. A partir de 2012, assume, em Brasília, a chefia da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, encarregada da gestão da rede de centros culturais e leitorados brasileiros no exterior. Desde 2019, acumula os cargos de chefe setor educacional da Embaixada do Brasil na Argentina e diretor do Centro Cultural Brasil-Argentina.

As bases de dados para o verbete dividem-se em duas vertentes: as que permitem traçar uma perspectiva histórica e as que apresentam um retrato atual. Do ponto de vista histórico, recorreu-se a fontes documentais disponíveis no Ministério das Relações Exteriores, no Ministério da Educação do Brasil e no Ministério de Ciências e Tecnologia da Argentina, e fontes disponíveis nas Embaixadas do Brasil no Paraguai, Colômbia e Guiana, nos vice consulados do Brasil em Artigas e a Núcleo de Estudos Brasileiros em Rio Branco, no Uruguai. Trabalhos específicos de referentes acadêmicos da área também subsidiaram a perspectiva histórica da base de dados para o verbete. As bases de dados atuais foram obtidas por meio das atas da XXIX Reunião do Grupo de Trabalho de Escolas Interculturais de Fronteira (GTEIF) do setor educacional do MERCOSUL.

O autor agradece ao CCBA e em especial à coordenadora pedagógica Neucilene Silva Teixeira pelo apoio na pesquisa e seleção de fontes bibliográficas.

IDIOMAS SEM FRONTEIRAS

Viviane Bagio Furtoso é graduada em Letras Anglo-Portuguesas e Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), e Doutora em Estudos Linguísticos pela UNESP. Em 2015, realizou estágio pós-doutoral na *Georgetown University*, nos Estados Unidos, em 2015. É professora adjunta do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da UEL desde 2002. Atua nos programas de Pós--Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) e Mestrado Profissional em Letras Estrangeiras Modernas (MEPLEM). É membro da Comissão Técnico Científica do Exame Celpe-Bras (MEC/Brasil) e Coordenadora Nacional do Português na Rede Andifes IsF. Tem atuado como membro da Equipe Assessora Central do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna (PPPLE) desde 2012 e, mais, recentemente, tem atuado como Consultora do MRE para Materiais Didáticos. Esteve na presidência da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE) na gestão 2017-2019.

As informações selecionadas para a escrita do verbete permitiram apresentar o Programa Idiomas sem Fronteiras (Rede IsF) em sua dimensão mais macro, bem como localizar, temporalmente, a inserção do português no âmbito do programa e as ações desde então realizadas para a promoção do português de forma integrada aos outros idiomas. Documentos como Portarias, Editais, Planilhas e Relatórios do programa serviram de base para a organização do verbete em uma linha do tempo, de modo a refletir a descrição e o registro das ações e dos respectivos resultados ao longo da história do português na Rede IsF. Esses dados históricos foram sendo complementados e ampliados pelos registros e memórias advindos da participação da autora no processo de proposição e acompanhamento dessas ações, bem como pontuados pela Coordenação Nacional sob consulta durante a escrita do verbete.

A autora agradece aos membros do Núcleo Gestor da Rede Andifes de Idiomas sem Fronteiras (Rede IsF) e, em especial, à Profa. Dra. Denise Abreu e Lima, Coordenadora Nacional da Rede Andifes IsF, pelo trabalho colaborativo na promoção do português e de outros idiomas sob uma perspectiva plurilíngue e pluricultural para agência social.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Gabriela da Silva Bulla é professora adjunta de Português como Língua Adicional (PLA) na UFRGS desde 2012, atuando na graduação como formadora de professores e orientadora de estágio em PLA, e na pós-graduação com pesquisa sobre ensino e aprendizagem de PLA presencial e online, interação social, formação de professores e migração. Foi coordenadora do Programa de Português para Estrangeiros da UFRGS de 2015/2 a 2019/2 e coordenadora adjunta de 2012/2 a 2015/1. É responsável pelo acolhimento linguístico-acadêmico de refugiados na UFRGS e pelo curso online de PLA CEPI. É membro da Comissão Técnica do Celpe-Bras. Realizou estágio pós-doutoral no King's College London e na Universidade de Barcelona. É líder do grupo de pesquisa *Tecnologias, interdisciplinaridade e multiletramentos na educação*.

O verbete sobre ensino de PLE/PLA em instituições de ensino superior no Brasil foi produzido, em parte, através de consulta à literatura publicada por professores e pesquisadores sobre as universidades onde atuam ou atuaram. Ademais das referências citadas no verbete, também foram consultadas outras bibliografias que atestam a consistência dos estudos recentes no campo. A maior parte das informações coletadas para a análise panorâmica foi conseguida através de consultas a colegas das instituições abordadas no texto, que gentilmente realizaram buscas locais de dados atualizados. Embora nem todos tenham conseguido compilar dados atualizados, limitação fortemente justificada pela pandemia, que não permitiu o acesso às instalações das instituições, as autoras agradecem a presteza e a colaboração dos inúmeros colegas que se disponibilizaram para tal tarefa

Maria Luisa Ortiz Alvarez é Professora Titular do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da Universidade de Brasília. Licenciada em Língua e Literatura russas e mestrado em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Superior Pedagógico de Moscou. Licenciada em PLE pela Universidade de Havana. Doutorado em Linguística Aplicada pela Unicamp. Pós-doutorado pela UFBA, Pós-doutorado pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha e Pós-doutorado pela Universidade de Macau e pela Universitat G. d'Annue Unzio Chieti, Pescara, Itália. Durante 22 anos foi professora da Licenciatura em língua russa e 10 anos como formadora de professores de PLE, na Universidade de Havana. Há 20 anos trabalha na Universidade de Brasília. Atua no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da UFBA e no Programa de pós-graduação em Linguística (UnB). Foi da Diretoria da SIPLE, Presidente da ALAB e atualmente Presidente da Associação Brasileira de Fraseologia. Vice - coordenadora do Projeto *Português como Língua de Herança* (POLH), em parceria com a DPLP do MRE e a UFBA. Ministrou vários cursos de formação de professores de PLE e POLH em países (Cuba, México, Estados Unidos, Uruguai, Paraguai, Suíça, Espanha, Equador e Colômbia). Tem livros publicados na área de formação de professores de línguas, de estudos fraseológicos e na área de Português língua estrangeira e Português Língua de Herança. Bolsista de Produtividade de CNPq

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Alberto Faraco é professor titular (aposentado) de linguística e língua portuguesa da Universidade Federal do Paraná. Fez mestrado em linguística na Unicamp e doutorou-se em linguística românica na Inglaterra, tendo feito um estágio de pós-doutorado em linguística na University of California. Foi presidente da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) de 1985 a 1987. Foi reitor da UFPR de 1990 a 1994. Foi coordenador da Comissão Nacional do Brasil junto ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa de 2014 a 2018. Publicou vários livros, entre os quais *História sociopolítica da língua portuguesa*, que recebeu, em 2016, o Prêmio Antenor Nascentes, da Academia Brasileira de Filologia.

As contribuições brasileiras ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa foram compiladas de documentos oficiais publicados pelo Instituto, como as Atas e Comunicados exarados por ocasião das reuniões de seu Conselho Científico. Tendo sido presidente da Comissão Nacional brasileira para o IILP de 2014 a 2018, o autor valeu-se, igualmente, de documentos e subsídios produzidos no âmbito da CN brasileira, assim como de informações partilhadas por CNs de outros países.

INTERNET

Marílio Salgado Nogueira é graduado em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual do Ceará (2007), especialização em "Docência em EaD" pela Universidade de Fortaleza (2011), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2014) e doutorando na Universidade Federal do Pará (UFPA) no Programa de Pós-Graduação em Letras (2020 - Atual). Trabalhou como professor pela Secretaria da Educação Básica do Ceará - SEDUC (2010 - 2016) e como professor-tutor do Instituto UFC Virtual em disciplinas da graduação dos Cursos de Letras Português e Letras Inglês. Atualmente, é professor efetivo da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA - do Curso de Letras Português, onde coordena o Idiomas sem Fronteiras (IsF) da UFRA e o Português como Língua Estrangeira do PEC-G/UFRA e o Programa de Ensino de Línguas - PROELI/UFRA. Ademais, é vice-presidente da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira – SIPLE (2020 - Atual)

As informações inseridas no texto são as mais recentes, na sua maioria recolhidas entre janeiro e fevereiro de 2021, tendo sido disponibilizadas por pesquisadores ou instituições da área do ensino de português, da Internet ou da estatística, como *We are Social* e *Hootsuit*, *Social Tracker*, Oficina da Net, *STATISTA* ou *Business Insider*.

Contudo, esses dados poderão aterar-se rapidamente, pois a temática deste capítulo trata de tecnologia, que naturalmente se renova constantemente. Abordando especificamente da Internet, a evolução e as mudanças são mais intensas e frequentes devido à dinâmica social, principalmente quando se referem a redes sociais, *blogs* ou *sites* de compras, por exemplo.

JOGOS ELETRÔNICOS

Gilson Schwartz é professor Livre-Docente do Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Presidente da Games for Change América Latina, *Chair* da Trilha de Cultura da SBGames (2021) e autor de *Brinco, logo aprendo: educação, videogames e moralidades pós-modernas* (Editora Paulus, 2004).

As informações necessárias à elaboração do verbete sobre o impacto dos jogos eletrônicos brasileiros tiveram como fontes privilegiadas as publicações da ABRAGAMES, BNDES, SBGames, Games for Change América Latina e REBEL, assim como consulta às bibliotecas digitais da Universidade de São Paulo e a informações jornalísticas disponíveis abertamente e online.

LEITORADO

Paolo Alves Dantas Torrecuso é Oficial de Chancelaria e mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Ingressou em 2002 no MRE, onde atuou durante quatro anos na Agência Brasileira de Cooperação. Nas Embaixadas do Brasil em Berlim e Seul, ocupou-se de temas relacionados à cooperação técnica e cultural. A partir de 2013, em Paris, foi responsável pela área de difusão do Português no setor educacional e pela supervisão das atividades dos leitores atuantes na França. Desde 2018, é o ponto focal para o Programa Leitorado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Foram necessárias diversas fontes de pesquisa para a elaboração do verbete. Por meio de arquivos físicos e eletrônicos do Ministério das Relações Exteriores, obteve-se acesso a expedientes telegráficos, cartas, e-mails e documentos internos, como relatórios de acompanhento. Relevantes também foram os contatos mantidos com leitores e ex-leitores, além de responsáveis pelo tema em Embaixadas e Consulados, bem como análise dos seus relatórios. Diálogos importantes foram mantidos, igualmente, com a equipe responsável pela gestão do tema em Brasília, que contribuíram para a projeção de perspectivas para o desenvolvimento do Programa Leitorado.

O autor agradece ao estagiário Diego Lobato, pelo trabalho de levantamento dos dados e elaboração de infográficos. Também agradece a Bruno Zétola pela leitura atenta do texto e pelas sugestões para aprofundamento e ampliação de aspectos da pesquisa que contribuíram para um resultado mais qualificado e pertinente

LITERATURA

Alexandre Pilati é professor associado do departamento de Teoria Literária e Literaturas (TEL) e do Programa de Pós-graduação em Literatura (POSLIT) da Universidade de Brasília. Desde 2008, atua nos cursos de graduação em Letras--Português e Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL). Tem como temas de pesquisa centrais a formação da literatura brasileira, a poesia e o ensino de literatura. Realizou estágio pós-doutoral na Universidad de Buenos Aires (Argentina) e foi *visiting professor* na Università degli Studi di Perugia (Itália). Atuou como consultor técnico responsável pela elaboração da *Proposta curricular para cursos de literatura brasileira da rede de ensino do Itamaraty no exterior* (FUNAG, 2020). É autor, entre outros, de *A nação drummondiana* (7Letras, 2009) e *Poesia na sala de aula* (Pontes, 2017).

Krishna Monteiro nasceu em 1973. Formou-se em ciências econômicas e fez mestrado em ciências políticas na Unicamp. Em 2008, ingressou na carreira diplomática, servindo no Sudão, Reino Unido, Índia e Tanzânia. Atualmente é assessor da Divisão de Temas Internacionais Culturais e Língua Portuguesa (DCLP) do Itamaraty. É autor do livro de contos *O que não existe mais* (Tordesilhas Livros, finalista do Prêmio Jabuti e lançado na França) e do romance *O mal de Lázaro* (Tordesilhas Livros). Possui contos traduzidos e publicados em revistas do México, Reino Unido e França.

O verbete foi construído com base em pesquisa bibliográfica em obras de referência da historiografia e da crítica literária brasileira e em plataformas disponíveis na Internet com informações sobre eventos e ações da literatura brasileira no exterior. Foram também consultados especialistas na temática e a base de dados do Itamaraty.

Os autores agradecem a Leonardo Tonus e Valéria Martins, pelo fornecimento de informações e bases de dados que subsidiaram a construção do verbete.

MISSÃO NAVAL NA NAMÍBIA

Diego Cunha Kullmann nasceu em 1980. Graduou-se em Direito pela Universidade Estácio de Sá, em 2004. Ingressou no Itamaraty em 2008, dentro do qual exerceu funções na Divisão da Europa I, de 2009 a 2011. No exterior, já serviu em Assunção e Zurique. Atualmente, encontra-se lotado na Embaixada do Brasil em Windhoek.

O verbete foi resultado de consulta a duas fontes: documental e oral. Além de pesquisa sobre os expedientes telegráficos, colheram-se, em depoimentos de militares a serviço do Brasil na Namíbia, os subsídios factuais que nortearam a apresentação do argumento textual.

Os autores agradecem o Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico junto à Namíbia, Capitão de Mar e Guerra Alexander Neves de Assumpção, e o Tenente-Coronel Felipe Pereira Barros, do Exército brasileiro, que chefiou a missão de instrução para ensino do português no ano 2020.

José Augusto Silveira de Andrade Filho nasceu em 1958. Formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília no ano de 1980. Após concluir o VI Curso de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial (CITRE), realizado em Argel, em 1982, ingressou no Itamaraty em 1985, onde cursou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) – IRBr. Em sua carreira diplomática no Brasil, exerceu funções, por exemplo, junto ao Departamento do Meio Ambiente (DMA), em 1989, e ao Cerimonial da Presidência da República (C-PR), em 1998. No exterior, serviu em Bonn, La Paz, Washington, Montevidéu, Pretória, entre outros. Assumiu o cargo de cônsul-geral do Brasil em Santa Cruz de la Sierra, entre 2015 e 2019. Atualmente, é o embaixador do Brasil em Windhoek.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

Marina Sartori de Toledo é mestre em Artes/Teatro pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e licenciada em Artes pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Atua na área de exposições e museus desde 2004, coordenando projetos educativos e formação de mediadores e professores em exposições temporárias e itinerantes. Desde 2007 coordena o Núcleo Educativo do Museu da Língua Portuguesa. Na área da Educação foi professora de Artes, Teatro e História da Arte em diversos colégios de São Paulo. Na área de Teatro atuou com pesquisa e produção de figurinos.

Durante o período de reconstrução do Museu da Língua Portuguesa, a maior parte da interação com os públicos da instituição se deu por meio das redes sociais. Desta forma, os dados que basearam a escrita do verbete foram coletados dos relatórios da plataforma *mLabs*, ferramenta de gerenciamento de redes, bem como do Facebook Analytics, referente à página do Museu da Língua Portuguesa. São as mesmas bases de dados utilizadas para os relatórios oficiais do Museu da Língua Portuguesa para a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, à qual a instituição pertence. Recorreu-se, ainda, ao arquivo de mensagens *inbox* – Messenger – da referida página do Museu no Facebook para o levantamento de pedidos e informações sobre a língua portuguesa e cursos de português feitos pelo público, por meio desse recurso de mensagens das redes sociais.

PORTAL DO PROFESSOR DE PORTUGUÊ DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Edleise Mendes é mestre em Estudos Linguísticos (Universidade Federal da Bahia-UFBA, 1996), doutora em Linguística Aplicada (Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, 2004) e Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais – CES, na Universidade de Coimbra, Portugal (2014) e pela Universidade Estatal das Humanidades de Moscou (RGGU), em Moscou, Rússia (2019/2020). Atualmente é professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Foi professora visitante na Universidade de Georgetown, Virgínia, Estados Unidos (2014), na Universidade de Hyderabad, em Telangana, Índia (2017) e na Universidade Negeri Malang, em Malang, Indonésia (2018). Dedica-se a estudos sobre a língua portuguesa, materna e estrangeira (em seus variados contextos) e à área da educação linguística de modo geral, com enfoque na formação de professores de línguas, avaliação e produção de materiais didáticos, abordagens interculturais e críticas para o ensino de línguas políticas linguísticas, com livros, capítulos e artigos publicados no Brasil e no exterior. Em parceria com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP/CPLP), coordenou o desenvolvimento do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira / Língua Não Materna (PPPLE). Foi presidente da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira – SIPLE (2011-2013 / 2014-2016). Atualmente é Coordenadora do Observatório de Português Língua Estrangeira / Segunda Língua (ObsPLE-PL2) e do Núcleo de Estudos em Língua, Cultura e Ensino (LINCE / CNPQ). É a coordenadora institucional da UFBA como membro integrante da Cátedra UNESCO em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo e membro da Comissão Técnico-Científica do Exame Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros).

As informações necessárias à elaboração do breve histórico sobre a criação e o desenvolvimento do Portal tiveram como fontes privilegiadas a documentação disponível no arquivo da Equipe Assessora Central do PPPLE e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), bem como os trabalhos científicos, especialmente artigos acadêmicos, produzidos sobre o projeto. Para os dados quantitativos relativos aos materiais e recursos disponíveis, às equipes de trabalho e países, aos utilizadores e a outras informações de acesso, utilizou-se como fonte principal o banco de dados do PPPLE

A autora agradece às colaborações da Equipe Assessora Central do PPPLE, integrada pelas professoras Edleise Mendes e Vivane Bagio Furtoso, e da secretaria do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), na pessoa da assessora Denise Fonseca.

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA

Bruno Miranda Zétola é diplomata e doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Foi chefe do Setor Cultural das representações brasileiras em Lima (Peru), Nova York (Estados Unidos) e Praia (Cabo Verde). Na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, atuou na Coordenação de Divulgação da Realidade Brasileira no Exterior, na Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, no Departamento Cultural e na Secretaria de Comunicação e Cultura. Atualmente chefia a Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa do Itamaraty.

Nelson Viana é professor associado do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos desde 1998. É graduado em Letras (PUC-Campinas), mestre (Unicamp) e doutor (UFMG) em Linguística Aplicada. Atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da UFSCar, em atividades com ênfase no ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Coordena, desde 1999, o programa de extensão "Linguística Aplicada: Português para Estrangeiros" e desde 2010 o posto aplicador UFSCar do Exame Celpe-Bras. Foi presidente da SIPLE, no período de 2005 a 2007. É membro da Comissão Nacional do Brasil para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e representante da UFSCar junto ao Núcleo Disciplinar PELSE (Português e Espanhol Língua Segunda e Estrangeira), da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM). É coordenador acadêmico do conjunto de Propostas curriculares para ensino de português no exterior, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Tem participado de diversos eventos e atuado como professor formador na área de português língua estrangeira, em disciplinas e cursos de atualização, no Brasil e no exterior.

A obtenção de dados para a identificação de projetos de Português como Língua de Herança apoiados pelo Ministério das Relações Exteriores ao longo do tempo decorreu de pesquisa em dois conjuntos de fontes: relatórios anuais de gestão do Departamento Cultural e Educacional e registros de comunicações sobre o tema na série telegráfica. O cruzamento das duas fontes permitiu traçar com precisão o número de iniciativas e a identificação dos postos no exterior responsáveis pelo apoio a associações comunitárias. Já os dados utilizados para mapear a emergência do campo acadêmico do Português como Língua de Herança foram obtidos das seguintes bases: Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Linguistics and Language Behavior Abstracts (LLBA). Informações referentes ao processo de estabelecimento e expansão da área foram extraídas de textos científicos que compõem as referências bibliográficas do verbete e também de dados constantes no verbete Associações Comunitárias, desta mesma publicação.

Os autores agradecem a colaboração de Tábata Quintana Yonaha, pelo mapeamento de informações referentes à produção acadêmica acadêmica nas referidas bases de dados.

PROGRAMAS ESTUDANTES-CONVÊNIOS (PECS)

Francisco Figueiredo de Souza é graduado em Comunicação Social e em Relações Internacionais, Mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco e doutorando em Ciência Política e Estudos Internacionais pela Universidade de Birmingham, no Reino Unido. Serviu em Timor-Leste como diplomata encarregado de temas relativos à ONU, à CPLP e à cooperação educacional. Atuou também na Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, em Genebra, como responsável por Organização Internacional do Trabalho e por CPLP, e na Embaixada do Brasil em Manila, nas Filipinas, como responsável pelos setores político e cultural. É ex-professor da Universidade Nacional de Timor-Leste, da Universidade Católica de Brasília e de cursinhos populares. Atualmente, trabalha como Primeiro-Secretário na Divisão de Temas Educacionais, em Brasília. As opiniões por ele manifestadas em verbete desta publicação são de responsabilidade pessoal e não refletem necessariamente as posições oficiais do MRE ou do Brasil a respeito dos temas tratados.

Gabriela Ferreira possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e pelo King's College London (duplo diploma), mestrado em Economia da Mundialização pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, mestrado em Educação e Ciências Sociais, e graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI/IRI-USP) e membro do Comitê Executivo da InnSciD-SP. Tem experiência em Relações Internacionais com ênfase em Internacionalização da Educação e da Ciência, atuando principalmente com os seguintes temas: política externa, diplomacia da educação, diplomacia da ciência e diplomacia da inovação.

As informações quantitativas utilizadas neste verbete originaram-se de arquivos de dados mantidos pela Divisão de Temas Educacionais (DTED) do MRE; pela Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior do Ministério da Educação (CGAI/Sesu/MEC); pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os números referentes a 2021 foram compilados com base em resultados preliminares, únicos disponíveis no momento de elaboração do texto. Os autores agradecem à Conselheira Beatriz Góes e a toda a equipe da DTED, particularmente a Patrícia Ramos dos Passos e a Rolmes Jorge da Silva Júnior, sem os quais os levantamentos não teriam sido possíveis.

PREFÁCIO

Antonio Carlos Secchin nasceu no Rio de Janeiro em 1952. É poeta, ensaísta e crítico literário. Doutor em letras, é professor emérito da UFRJ e, em 2004, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras - ABL. Com o livro *João Cabral: A poesia do menos*, conquistou dois prêmios relevantes: o do Instituto Nacional do Livro (MEC) e o Sílvio Romero (ABL). Em 2002 o seu livro de poemas *Todos os ventos* foi premiado também pela ABL.

O texto aqui apresentado como prefácio é uma versão adaptada especialmente para o *Panorama* de uma palestra proferida pelo autor.

PROGRAMA DE APOIO À TRADUÇÃO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Fabio Lima é servidor da Fundação Biblioteca Nacional, onde trabalhou nas ações de promoção e difusão da literatura brasileira, em especial, o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, o Prêmio Camões e o Prêmio Literário Biblioteca Nacional. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, atualmente, integra a equipe da Biblioteca Nacional Digital.

Para a elaboração do verbete, utilizaram-se fontes constantes do acervo da FBN, relativas à história do programa de traduções, bem como a seus editais. No mesmo acervo, coligiram-se informações a respeito da participação da FBN em feiras do livro no exterior.

PROPOSTAS CURRICULARES

Nelson Viana é professor associado do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos desde 1998. É graduado em Letras (PUC-Campinas), mestre (Unicamp) e doutor (UFMG) em Linguística Aplicada. Atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da UFSCar, em atividades com ênfase no ensino-aprendizagem de língua estrangeira. Coordena, desde 1999, o programa de extensão "Linguística Aplicada: Português para Estrangeiros" e desde 2010 o posto aplicador UFSCar do Exame Celpe-Bras. Foi presidente da SIPLE, no período de 2005 a 2007. É membro da Comissão Nacional do Brasil para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e representante da UFSCar junto ao Núcleo Disciplinar PELSE (Português e Espanhol Língua Segunda e Estrangeira), da Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM). É coordenador acadêmico do conjunto de Propostas curriculares para ensino de português no exterior, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Tem participado de diversos eventos e atuado como professor formador na área de português língua estrangeira, em disciplinas e cursos de atualização, no Brasil e no exterior.

Os dados referentes a propostas curriculares em desenvolvimento, bem como os referentes à Rede de Ensino do Itamaraty no Exterior, de maneira geral, incluindo o número de alunos atendidos, foram obtidos junto ao Departamento Cultural e Educacional do Ministério das Relações Exteriores. Os dados relacionados ao número de acesso das propostas curriculares já publicadas foram extraídos de controle estatístico produzido mensalmente pela editora da FUNAG.

QUADRINHOS

Marcos Maciel de Almeida é oficial de chancelaria lotado na Embaixada do Brasil em Roma, onde atua como diretor do Centro Cultural Brasil-Itália, desde 2018. Foi sócio-fundador da Kingdom Comics, a mais longeva loja (1996-2018) de revistas em quadrinhos de Brasília. Desde 2015, é colaborador fixo do *blog* especializado em *HQs Raio Laser* (<www.raiolaser.net>). Em maio de 2020, o site transformou-se, também, no programa de difusão digital *Lasercast*, disponível nos principais tocadores da podosfera mundial.

As fontes utilizadas para elaboração do verbete foram livros teóricos e históricos, além de teses de doutorado na área de Histórias em Quadrinhos. Foram também utilizadas informações obtidas a partir de notícias de internet oriundas de canais renomados, veiculadas tanto em texto como em vídeo.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA (SIPLE)

Fleide Daniel Santos de Albuquerque é Professor da área de Português como Língua Estrangeira do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2014. Exerce as funções de Presidente da Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE), período de 2020 a 2022. É Doutorando em Didática das Línguas/Português Língua Estrangeira pela Universidade Nova de Lisboa; Mestre em Língua Portuguesa e Bacharel em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atuou como Professor Substituto de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de 2005 a 2006, e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 2007 a 2008. Participou do Programa Leitorados (MRE) na Universidade de Comunicação da China e na Embaixada do Brasil em Pequim de 2008 a 2011. Foi Professor Visitante de Português Língua Estrangeira na Universidade Federal da Integração Latino--Americana (UNILA) de 2011 a 2013. Coordenou projetos de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua/Língua de Herança em universidades do Brasil, China, Argentina e Paraguai. É pesquisador do Grupo de Pesquisa Descrição e Ensino de Língua: Pressupostos e Práticas, ligado ao CNPq.

As bases de dados para o verbete se subdividem em (i) documentos eletrônicos, disponíveis no site oficial da SIPLE e outros sites construídos anteriormente, referentes aos eventos de 2005, 2006 e 2007, e (ii) documentos impressos, fornecidos por membros de Diretorias anteriores diretamente pelo correio, datados de uma época em que a impressão ainda era a principal forma de armazenamento de dados. A redação deste verbete coincidiu com a busca, ainda em andamento, dos dados referentes aos 29 anos da SIPLE, a serem hospedados no novo site da associação (<assiple.org>).

TELETANDEM

Solange Aranha é livre-docente em Língua Inglesa pela UNESP, doutora em Linguística e Língua Portuguesa, pela UNESP/Araraquara (2004) e mestra em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, pela PUC-SP (1996). É professora do Departamento de Letras Modernas, da Unesp/São José do Rio Preto, onde atua em nível de Graduação (Licenciatura em Letras e Bacharelado em Tradução) e de Pós-Graduação (Programa de Estudos Linguísticos). É líder do grupo de pesquisa "InviTe - Intercâmbio Virtual e Teletandem: Línguas Estrangeiras para Todos" (cadastrado no CNPq) e membro do Grupo de Trabalho Gêneros Textuais e Discursivos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Ensino e Aprendizagem de Línguas, atuando principalmente, nos seguintes temas: linguística aplicada; gêneros textuais/discursivos; telecolaboração; ensino e aprendizagem.

O conjunto de dados utilizados para a escrita do verbete são oriundos de duas bases distintas: (i) o repositório organizado por cada professor-pesquisador nas respectivas instituições em que atuam e a que só obtivemos acesso por meio de solicitação feita individualmente, e (ii) bases de dados e repositórios de acesso aberto disponíveis para consulta na *web*.

As autoras agradecem aos pesquisadores do Grupo InviTe – Intercâmbio Virtual e Teletandem: Línguas Estrangeiras para Todos (<gp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2209139477462677>) e aos colegas de outras universidades pelo envio de informações referentes à implementação do Teletandem em seus contextos de atuação. Além disso, agradecem às alunas do curso de Licenciatura em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Unesp – São José do Rio Preto que participaram do processo de coleta e organização dos dados utilizados.

Suzi Marques Spatti Cavalari é professora assistente doutora na Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde ministra disciplinas para graduação (Licenciatura em Letras e Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor) e pós-graduação (Programa em Estudos Linguísticos). Fez mestrado (2005) e doutorado (2009) em Estudos Linguísticos na UNESP. É coordenadora do Laboratório Teletandem, da UNESP, campus de São José do Rio Preto. É membro do grupo de pesquisa "InviTe – Intercâmbio Virtual e Teletandem: Línguas Estrangeiras para Todos" (cadastrado no CNPq) e do Grupo de Trabalho Linguagens e Tecnologias da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Tem pesquisado, publicado e orientado sobre os seguintes temas: aprendizagem telecolaborativa de línguas, teletandem, (auto)avaliação, autonomia.

TERMINOLOGIAS CIENTÍFICAS E TÉCNICAS COMUNS DA LÍNGUA PORTUGUESA (TCTC)

Gladis Maria de Barcellos Almeida concluiu o doutorado em Letras/Linguística pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 2000. Realizou, entre 2008 e 2009, seu estágio pós-doutoral (CAPES) na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, Espanha. É professora doutora associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde ingressou em 1998. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm) e coordena o projeto internacional intitulado "Terminologias Científicas e Técnicas Comuns" (TCTC) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Atua na área de Linguística, com ênfase em Terminologia, Lexicologia, Lexicografia e Linguística de Corpus.

As fontes de dados a partir dos quais o verbete foi redigido contaram com consultas em *sites* de instituições e/ou organismos responsáveis pelas contribuições brasileiras, diretas e indiretas, para as terminologias científicas e técnicas comuns da língua portuguesa. No que se refere às contribuições diretas, foram consultados os seguintes *sites*: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Saúde, Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT), Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Para as contribuições indiretas, foram consultados: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI) e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

A autora agradece a Ana Paula de Barcellos Almeida e a Tanara Kuhn pela leitura criteriosa e pelos pertinentes comentários.

UNILA

Laura Ferreira é professora de Português como Língua Adicional na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, Paraná. Doutora em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-graduação do Cefet--MG, mestre em linguística aplicada pela UFMG e licenciada em Letras (Português/ Francês) pela mesma instituição. Foi Professora-Leitora de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira junto ao Programa de Leitorado do Ministério das Relações Exteriores na Universidade de Chulalongkorn, na Tailândia. Lecionou Língua Portuguesa Instrumental em Timor-Leste no âmbito do programa brasileiro de cooperação educacional. Participou de aplicações, correções e eventos de elaborações de itens do exame Celpe-Bras.

Maria Eta Vieira é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa Linguagem e Educação (2010), possui Mestrado em História Social (2001), Bacharelado (1993) e Licenciatura (2007) em Letras também pela USP. Líder do Grupo de Pesquisa Ensino e Aprendizagem de Espanhol UNILA/ CNPq. Atua com ensino e aprendizagem de espanhol e de português como línguas estrangeiras e maternas e com formação de professores. Atualmente, é docente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Tem experiência nas áreas de Letras, Educação e História, com ênfase em línguas estrangeiras modernas, atuando principalmente nos temas: história oral, linguística aplicada, ensino e aprendizagem de espanhol e de português como línguas adicionais e estrangeiras, culturas e ensino de línguas indígenas e educação intercultural.

Para subsidiar a escrita do verbete, consultamos documentos oficiais da Universidade Federal da Integração Latino- Americana, bem como artigos científicos sobre o tema do projeto desta instituição. As pró-reitorias da universidade nos brindaram com o envio de planilhas atualizadas que subsidiou, especialmente, a elaboração dos infográficos que compõem o verbete. Fontes orais também foram consultadas, uma vez que os estudantes egressos oferecem um valioso testemunho sobre o impacto da formação universitária oferecida pela UNILA em suas vidas profissionais.

As autoras agradecem às Pró-reitorias da UNILA pelo envio dos dados publicizados no texto, bem como aos egressos, pelo envio dos relatos.

UNILAB

Monalisa Valente Ferreira é professora Associada II da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Atua no Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL). Doutora em Teoria e História Literária pela Unicamp, mestre em Literatura e outras Produções Culturais pela mesma Instituição. Graduação em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Realizou pós-doutoramento em Literaturas Africanas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP-UP) e vinculada entre 2016-18 ao Centro de Estudos Africanos da UP (CEAUP). Possui experiência nas áreas de Literaturas de Expressão Portuguesa, Literaturas e Culturas Afro-brasileiras, Literaturas Comparadas e Leitura e Produção de Textos. Atuou no Conselho Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CN-IILP/BR) como representante institucional da Unilab.

Para a redação do verbete foram consultadas as diretrizes gerais da Instituição, documentos de planos de implantação e diretor da Unilab, projetos pedagógicos e de núcleos de línguas, Diário Oficial da União e arquivos internos. Para estabelecer a dimensão teórico-crítica entre a esfera da promoção da língua portuguesa com a recepção de estudantes internacionais de África e Ásia na Unilab, bem como para as especificações dos dados numéricos por países parceiros, o verbete foi alimentado com obras correntes de especialistas da área e com relatórios de ação, levantamentos divulgados no *site* da Instituição, além de informes fornecidos diretamente por setores da Unilab responsáveis pela organização quantitativa de tais dados.

A autora agradece à coordenação do Curso de Letras-Língua Portuguesa da Unilab, que forneceu, via PROGRAD, acesso a dados estatísticos de estudantes internacionais.

VOC

Gildaris Pandim é doutora em Estudos Linguísticos pelas Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2014 - em cotutela). Tem experiência profissional no ensino de português língua estrangeira (PLE) e português língua segunda, francês língua estrangeira (FLE), tradução francês-português, terminologia e em estudos linguísticos. Está vinculada à Universidade de Cabo Verde desde setembro 2015, onde atuou no programa de Leitorado Brasileiro em Cabo Verde até julho 2019. Trabalha como pesquisadora em Linguística, nos subdomínios Terminologia, Terminografia, Estudos da Tradução e Lexicologia.

Tanara Zingano Kuhn é doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Lisboa (Capes processo nº 0973/13-0). É membro da Direção Executiva do Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra (CELGA-ILTEC) e da Associação Europeia de Lexicografia (EURALEX). É líder do projeto Crowdsourcing corpus filtering for pedagogical purposes (enetCollect COST Action 16105). É cocoordenadora do projeto Plataforma Multilíngue de Colocações Acadêmicas (UNESP). Foi Bolseira Cientista Convidada do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP – CPLP), tendo coordenado o projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC). Foi professora de português na Universidade Hankuk de Estudos Estrangeiros (Coreia do Sul), Universidade de Leiden (Holanda) e no PPE/UFRGS.

Para a elaboração do verbete, recorreu-se a artigos científicos publicados por especialistas do tema a respeito da constituição, formação e consolidação do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), bem como a informações oficiais divulgadas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) por intermédio de sua revista eletrônica e da plataforma do VOC. A coordenação da Equipe Central do projeto Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC-IILP) subsidiou a reflexão teórica. As experiências obtidas no âmbito do exercício do programa de Leitorado Brasileiro em Cabo Verde sustentaram o relato a propósito de projetos cujo resultado consistiu na publicação de materiais paradidáticos com fins de divulgação de palavras constantes no VOC.

As autoras agradecem a Gladis Maria de Barcellos Almeida pelas informações técnicas detalhadas e pelo apoio na redação do verbete, bem como a Margarita Correia, pela revisão acurada do texto.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão

Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil

Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português é uma obra de referência que resulta do esforço de pesquisadores e profissionais brasileiros para mapear, em suas áreas de especialidade, ações que caracterizam, ao longo da história e contemporaneamente, o papel do país na repercussão internacional do idioma. O ano de 2022 marca o Centenário da Semana de Arte Moderna e o Bicentenário da Independência do Brasil, referências relevantes das contribuições brasileiras ao concerto das nações. Convergem os dois momentos como pontos históricos em que o país observa a si mesmo e pode melhor reconhecer-se e, assim, também imaginar melhor o que almeja para o futuro. Integrado a esse movimento, o *Panorama* pretende colaborar modestamente para a constituição de um espelho do país, considerando-se o que ele pode, de modo especial, repercutir para outros povos. A língua é matéria-prima essencial desse espelho, por meio do qual o Brasil projeta internacionalmente uma imagem de si, que estimula, cativa, encanta, ao mesmo tempo em que convida o mundo a pensar e agir em português.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
50 ANOS 1971 - 2021

ISBN 978-65-87083-02-5

Internacionais. No Itamaraty, entre outras lotações, trabalhou na Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, nas divisões de Temas Sociais e de Direitos Humanos e nas embaixadas em Havana, Roma e Windhoek (Namíbia). Conselheiro, atualmente chefia a Divisão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Maria Lima Kallás ingressou na carreira diplomática em 2013, após obter os títulos de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Janeiro e de mestre em Ciência Política pela Universidade Paris 8 (Vincennes-Saint-Denis), com dissertação sobre a transição democrática na Guiné-Bissau. Terceira-secretária, exerce no Itamaraty a subchefia da Divisão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde trabalha desde 2015. Participou de missões eventuais à sede da CPLP, em Lisboa; a Cabo Verde, como integrante da delegação brasileira à XII Cúpula da CPLP; e a São Tomé e Príncipe, como integrante de missão de Observação Eleitoral da CPLP àquele país.

Este volume apresenta textos referentes à presidência de turno brasileira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, exercida de novembro de 2016 a julho de 2018. São aqui publicados o relatório oficial das ações brasileiras em diferentes campos, além das declarações e comunicados finais emanados das 13 reuniões ministeriais então ocorridas em território brasileiro. São documentos exarados após centenas de horas de negociações e diálogo, que envolveram todos os estados membros da CPLP. Acham-se igualmente presentes nesta coletânea pronunciamentos de diferentes autoridades brasileiras e de países de língua oficial portuguesa, como o presidente Michel Temer, a secretária executiva da Comunidade, Maria do Carmo Silveira, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres e o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Com isso, permite-se uma visão geral não apenas das realizações da CPLP em sua trajetória de 22 anos, mas também dos desafios que hoje se impõem a essa Comunidade que, não obstante, se firma no cenário internacional. Trata-se, em suma, de volume que pretende não apenas contribuir para a memória da presidência de turno brasileira, mas também proporcionar a pesquisadores, a agentes públicos e à sociedade civil instrumentos que permitam uma constante apreciação da Comunidade.

ISBN 8576317838-4

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br

coleção Relações Internacionais 829

Luís Henrique Sobreira Lopes | Fernando Figueira de Mello
Maria Lima Kallás (organizadores)

A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

coleção Relações Internacionais

Luís Henrique Sobreira Lopes
Fernando Figueira de Mello
Maria Lima Kallás
(organizadores)

A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018)

Textos e Documentos

CPLP
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Fundação Alexandre de Gusmão

Luís Henrique Sobreira Lopes ingressou na carreira diplomática em 1979; atualmente, é embaixador na Coreia do Sul. No Itamaraty, nos primeiros anos de sua carreira, trabalhou na Divisão de África I, no Departamento de Oriente Próximo, no Cerimonial e na Divisão da América Meridional I. Posteriormente, exerceu os cargos de coordenador-geral de Protocolo, de vice-diretor do Instituto Rio Branco e, mais recentemente, de diretor do Departamento da África. Ao longo da carreira, serviu nas embaixadas em Londres, Ottawa, Washington, Montevidéu e La Paz. Já como ministro-conselheiro, serviu na embaixada em Roma e na missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Fernando Figueira de Mello ingressou na carreira diplomática em 1996. Bacharel e mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursou história afro-americana em Bennington College (EUA). Além de pesquisador do Centro de Memória da Unicamp, foi professor da Universidade Federal de Ouro Preto, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e da Universidade Estácio de Sá (RJ), onde exerceu o cargo de diretor do curso de Relações

coleção | Relações Internacionais

Luís Henrique Sobreira Lopes
Fernando Figueira de Mello
Maria Lima Kallás
(organizadores)

A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018)

Textos e Documentos

CPLP
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Fundação Alexandre de Gusmão

coleção Relações Internacionais

A presidência brasileira da CPLP (2016-2018)

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Embaixador Paulo Roberto de Almeida

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Embaixador Paulo Roberto de Almeida
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Luís Henrique Sobreira Lopes
Fernando Figueira de Mello
Maria Lima Kallás
(organizadores)

A presidência brasileira da CPLP (2016-2018)

Textos e Documentos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília – 2018

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
André Luiz Ventura Ferreira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Apoio:

Estagiários da Divisão da CPLP:
Laíssa da Cruz Costa
Ítalo Mariano Araujo Rodrigues

Projeto Gráfico e Capa:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P933 A presidência brasileira da CPLP (2016-2018) : textos e documentos / Luís Henrique Sobreira Lopes, Fernando Figueira de Mello e Maria Lima Kallás (organizadores). – Brasília : FUNAG, 2018.

262 p. : il. – (Coleções relações internacionais)
ISBN 978-85-7631-783-8

1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - congresso. 2. Diplomacia - Países de língua portuguesa - discursos etc. 3. Organização internacional. 4. Relações internacionais - Países de língua portuguesa. I. Lopes, Luís Henrique Sobreira. II. Mello, Fernando Figueira de. III. Kallás, Maria Lima. IV. Série.

CDD 327.81

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.
Bibliotecária responsável: Kathryn Cardim Araujo, CRB-1/2952

NOTA PRELIMINAR

O objetivo deste volume é apresentar uma coleção de textos que reflita os esforços da presidência brasileira de turno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ao longo do mandato exercido de novembro de 2016 a julho de 2018. Nesse contexto, privilegiou-se a publicação de documentos de natureza abrangente e panorâmica, como o relatório de atividades que o ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, apresentou a seus pares por ocasião da XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada na Ilha do Sal, Cabo Verde, em 16 de julho de 2018. O relatório sintetiza as ações da presidência de turno brasileira em diferentes campos, sempre em conformidade com os objetivos estatutários da Comunidade, com o documento da Nova Visão Estratégica da CPLP e com a temática da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Além disso, o volume traz declarações e comunicados finais emanados das 13 reuniões ministeriais ocorridas em território brasileiro. São documentos exarados após centenas de horas de negociações e diálogo, que envolveram todos os estados membros da CPLP. Sendo a tomada de decisões por via do consenso uma característica basilar e imperativa do funcionamento da Comunidade, as declarações, resoluções e decisões da CPLP

referem-se exclusivamente a compromissos cuja assunção terá sido possível à totalidade dos estados membros; no ordenamento da organização dos países de língua portuguesa, inexiste a adoção parcial de documentos por meio do instituto de reserva, ao contrário do que ocorre na maioria dos organismos internacionais.

Acham-se igualmente presentes nesta coletânea pronunciamentos de diferentes autoridades, como o presidente Michel Temer, a secretária executiva da Comunidade, Maria do Carmo Silveira, e o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres. Com isso, permite-se uma visão geral não apenas das realizações da CPLP em sua trajetória de 22 anos, mas também dos desafios que hoje se impõem a essa Comunidade que, não obstante, se firma no cenário internacional. A inclusão, ademais, de ata da XXXV Reunião de Pontos Focais de Cooperação permitirá aos leitores visualizar o universo de projetos de cooperação técnica que hoje fortalecem a integração entre os estados membros.

Este compêndio longe está de exprimir à exaustão o que a CPLP de fato é. Inúmeras são as instâncias da Comunidade que mereceriam antologias específicas, capazes de revelar o mundo da língua portuguesa em sua imensidão. Pretende-se, aqui, contribuir para a memória da presidência de turno brasileira, esforço partilhado em seus acertos por todos os estados membros e pelo Secretariado Executivo da Comunidade. Nesse sentido, almeja-se um maior conhecimento da CPLP por parte da sociedade e das diferentes instâncias estatais brasileiras.

Com efeito, as páginas seguintes desnudam um trabalho coletivo, o qual envolveu centenas de autoridades, funcionários públicos e representantes da sociedade civil dos estados membros da Comunidade. Se ainda desconhecida de tantas populações dos países de língua portuguesa, a CPLP já é capaz de revelar

sua vitalidade, em meio à tamanha diversidade de seu espaço humano e geográfico.

Registre-se, por fim, a gratidão dos organizadores ao Secretariado Executivo da CPLP, às embaixadas dos países da CPLP em Brasília, aos colegas do Ministério das Relações Exteriores e aos parceiros dos diversos órgãos do governo brasileiro, que empenharam esforços extraordinários para organizar reuniões setoriais e ministeriais, a despeito do cenário economicamente desfavorável que o país vivenciou nos últimos dois anos. Sem esses parceiros, nenhum dos documentos e textos aqui coligidos existiria.

Gratidão que, na mesma grandeza, se estende à Fundação Alexandre de Gusmão, hoje observadora consultiva da CPLP, que nos brinda com esta publicação.

Os organizadores

SUMÁRIO

Apresentação.....13
Michel Temer

A presidência brasileira da CPLP (2016-2018) 17
Aloysio Nunes Ferreira

Documentos Finais

XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo
da CPLP.....67
Brasília, 31 de outubro e 1º de novembro de 2016

X Reunião de Ministros da Cultura.....85
Salvador, 5 de maio de 2017

II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança
Alimentar e Nutricional.....95
Brasília, 8 de junho de 2017

XV Conferência de Ministros da Justiça 105
Brasília, 29 de junho de 2017

IX Reunião dos Ministros do Turismo.....123

Foz do Iguaçu, 29 de junho de 2017

XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros.....129

Brasília, 20 de julho de 2017

IV Reunião de Ministros da Saúde 147

Brasília, 26 de outubro de 2017

V Reunião das Ministras e Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero 153

Brasília, 31 de outubro de 2017

II Reunião de Ministros de Energia.....159

Foz do Iguaçu, 22 de novembro de 2017

III Reunião dos Ministros de Comércio 165

Brasília, 13 de março de 2018

X Reunião dos Ministros da Educação 169

Salvador, 16 de março de 2018

VII Reunião dos Ministros do Ambiente 177

Brasília, 21 de março de 2018

Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP 185

Brasília, 21 de março de 2018

VIII Reunião de Ministros da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.....195

Brasília, 21 de junho de 2018

Discursos, palestras, artigo

Discurso do secretário-geral, eleito, das Nações Unidas,
António Guterres, na sessão de abertura da XI Conferência
de Chefes de Estado e de Governo da CPLP 207

Brasília, 31 de outubro de 2016

Discurso do presidente da República Federativa do Brasil,
Michel Temer, na sessão de abertura da XI Conferência de
Chefes de Estado e de Governo da CPLP.....213

Brasília, 31 de outubro de 2016

Intervenção da secretária executiva da CPLP, Maria do
Carmo Silveira, no II Curso da Fundação Alexandre de
Gusmão para diplomatas dos Estados-Membros da CPLP 217

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018

Intervenção do subsecretário-geral da África e do Oriente
Médio do Ministério das Relações Exteriores, embaixador
Fernando José Marroni de Abreu, no II Curso da Fundação
Alexandre de Gusmão para diplomatas dos Estados-
Membros da CPLP.....233

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2018

O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....243

Gonçalo Mello Mourão

Relatório da XXXV Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP

XXXV Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação 249

Brasília, 17 e 18 de julho de 2017

Caderno de Fotos 267

APRESENTAÇÃO

Coube ao Brasil o privilégio de exercer, pela segunda vez, a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O mandato para o período 2016-2018 foi-nos confiado na XI Cúpula da Comunidade, da qual tive a honra de ser anfitrião, em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2016.

Neste volume, publica-se o relatório do chanceler Aloysio Nunes Ferreira sobre nossa presidência de turno, além de diferentes documentos do período. Cumprimento a Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, pela oportuna iniciativa. Além de registro histórico, de que se beneficiarão todos os interessados em política externa, a publicação constitui salutar exercício de prestação de contas.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é formada por nove países de quatro continentes, que congregam população total de mais de 260 milhões de pessoas. Funda-se em valor que nos é especialmente caro no Brasil: a diversidade cultural e humana – diversidade que, na CPLP, revela e reforça o caráter universal da língua portuguesa.

Ao longo de mais de duas décadas de existência, a Comunidade tem encontrado, nas conquistas de cada membro, a fonte de

sua vitalidade. Cada um de nossos países, naturalmente, tem sua história, suas circunstâncias, suas prioridades. Mas compartilhamos importantes desafios de desenvolvimento. E temos todos, a unir-nos, o mesmo ímpeto de construir sociedades mais prósperas e mais justas.

Através dos anos, temos avançado na promoção da paz, no aprimoramento institucional, no enfrentamento das desigualdades. É a partir de tantas e tão valiosas experiências nacionais que se forja o patrimônio da CPLP, do qual podemos ter justificado orgulho. Comprometida com o primado da democracia e do desenvolvimento, nossa Comunidade multiplica frentes de cooperação, faz-se ouvir em foros internacionais e, o que é muito significativo, atrai novos parceiros.

De fato, é numeroso o grupo de países que têm pleiteado o estatuto de Observador Associado na CPLP. Estaremos sempre abertos a esses países e a quantos mais queiram caminhar conosco. Juntos, continuaremos aproximando nossa gente, e em particular nossos jovens, com projetos voltados para a formação de cidadãos e profissionais. Juntos, seguiremos difundindo a língua portuguesa – em nome de seu constante fortalecimento como a língua de herança de nossas diásporas, como a língua de cultura que é.

No intuito de realçar que a CPLP deve servir, cada vez mais, ao bem-estar de nossos povos, o Brasil propôs, como eixo de sua presidência, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Valendo-nos do consistente legado da presidência de Timor-Leste, a que sucedemos, privilegiamos questões como educação, energia, agricultura, segurança alimentar. Criamos, entre nós, valiosa rede de compartilhamento de experiências e saberes. Com isso, buscamos contribuir para melhor estruturar os trabalhos

da Comunidade em torno de objetivos concretos, que fazem a diferença no dia a dia das pessoas.

E é para fazer a diferença que nos empenhamos, na CPLP, em temas tão fundamentais como a mobilidade dos indivíduos – e dos estudantes em primeiro lugar. Em um mundo em que se exacerbam tendências isolacionistas, nossa Comunidade reafirma-se como espaço de abertura e integração. Além de estreitar os vínculos fraternais no seio da Comunidade, a circulação mais ágil no universo da lusofonia é exigência do desenvolvimento: para a produção de conhecimento e riqueza, são cruciais os contatos entre acadêmicos, cientistas, empresários.

O diálogo foi o grande instrumento para os avanços que alcançamos. No decorrer da presidência brasileira, tive a satisfação de reunir-me com líderes de todos os países de língua oficial portuguesa. Além da Cúpula de Brasília, em 2016, organizamos reunião de coordenação de mandatários da CPLP em Nova York, em 2017, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ademais, pude dirigir-me a algumas das diversas reuniões ministeriais que realizamos, no Brasil, sobre temas de nossa agenda comum. Sempre no decorrer da presidência brasileira, pude, também, receber expressiva delegação de mulheres parlamentares dos países lusófonos.

Deixo, aqui, os agradecimentos do Brasil a todos os que apoiaram a presidência brasileira da CPLP. Em particular, registro nosso reconhecimento aos chefes de estado e de governo dos países membros; à secretária executiva da Comunidade, Maria do Carmo Silveira; e ao secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que nos distinguiu com sua presença, em Brasília, na inauguração de nossa presidência.

Estou seguro de que, agora sob a liderança de Cabo Verde, a CPLP progredirá ainda mais, sempre fiel a sua vocação para o entendimento, a cooperação e o fomento da língua portuguesa.

Michel Temer
Presidente da República Federativa do Brasil

A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA DA CPLP (2016-2018)[1]

Aloysio Nunes Ferreira

O Brasil assumiu a presidência de turno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1º de novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília. Com o apoio de todos os estados membros, o Brasil elegeu para sua presidência o tema "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". A escolha formalizava o entendimento de que a discussão em torno da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) permitiria aproximar a agenda de trabalho da CPLP da agenda global, além de fortalecer a presença da Comunidade da língua portuguesa junto a outros organismos internacionais, notadamente no sistema da ONU.

A Agenda 2030, adotada pelas Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, integrados e indivisíveis, conciliam as dimensões econômica, social e ambiental. Definiu-se, dessa forma, uma estratégia global de desenvolvimento, com metas a serem atingidas até 2030. A fim de compartilhar estratégias para a implementação

1 Relatório apresentado pelo ministro das Relações Exteriores, senador Aloysio Nunes Ferreira, à XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Santa Maria, Cabo Verde, 16 de julho de 2018).

daqueles Objetivos no espaço da CPLP, os estados membros pronunciaram-se sobre o tema tanto naquela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, como no encontro informal daquelas autoridades em setembro de 2017, ocorrido em Nova York, à margem do debate geral da 72ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, durante a presidência brasileira a temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como se verá à frente, permeou as discussões das diferentes reuniões ministeriais e técnicas realizadas bem como orientou as decisões nelas tomadas.

Na referida cúpula de Brasília, o presidente Michel Temer recebeu dignitários de todos estados membros. Deslocaram-se ao Brasil o presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca; o presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo; o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa; o presidente de São Tomé e Príncipe, Evaristo do Espírito Santo Carvalho; o então presidente de Timor-Leste, Taur Matan Ruak; o então vice-presidente de Angola, Manuel Domingos Vicente; o então primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Baciro Djá; o primeiro-ministro de Portugal, António Luís Santos da Costa; o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Balói. A XI Cúpula da CPLP contou, ainda, com a participação do engenheiro António Guterres, então secretário-geral eleito da Organização das Nações Unidas (ONU), do então secretário executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, e da ex-primeira-ministra de São Tomé e Príncipe, Maria do Carmo Silveira, que na mesma ocasião viria a ser eleita secretária executiva da Comunidade, mandato que hoje desempenha.

Os chefes de estado e de governo aprovaram, na ocasião, o Relatório da Nova Visão Estratégica, documento que indica rumos a serem priorizados pela CPLP nos próximos anos, notadamente: a facilitação da circulação de pessoas no espaço comunitário, a interação cultural, educacional e científica com os

países Observadores Associados, além do incentivo ao incremento dos fluxos econômicos entre os países de língua portuguesa. No mesmo contexto, Hungria, República Tcheca, República Eslovaca e Uruguai acederam ao estatuto de países Observadores Associados da CPLP, somando-se a Turquia, Senegal, Maurício, Namíbia, Geórgia e Japão. Ao fim da Cúpula de Brasília, eram dez os países que detinham o *status* de Observador Associado, em indicação do crescente interesse internacional pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que completara vinte anos de existência.

A Cúpula de Brasília marcou também a estreia da Guiné Equatorial em conferências de chefes de estado e de governo da CPLP. Membro efetivo da Comunidade desde 2014, a Guiné Equatorial anunciou a conclusão dos procedimentos internos de ratificação dos Estatutos da CPLP e solicitou apoio técnico dos demais estados membros à harmonização legislativa interna, com vistas a converter a moratória da pena capital em abolição, conforme o compromisso que o país assumiu para o ingresso pleno na Comunidade.

Note-se que, na véspera da cúpula, realizara-se a XXI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, cujos trabalhos foram abertos pelo ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Hernâni Coelho, que apresentou o relatório de gestão da presidência cessante, tendo sido unanimemente saudado pelas autoridades presentes, em virtude do robusto trabalho desenvolvido pelo governo timorense à frente da Comunidade. Transmitida formalmente a presidência do Conselho de Ministros da CPLP ao Brasil, assumiu a coordenação daquela XXI Reunião o então ministro das Relações Exteriores, José Serra, com o propósito de ultimar os documentos que viriam a ser aprovados no dia seguinte pelos mandatários dos estados membros.

Posteriormente, em Nova York, em 19 de setembro de 2017, os chefes de estado e de governo da CPLP uma vez mais se avistaram. A convite do presidente Michel Temer, reuniram-se na sede da Missão do Brasil junto à ONU, à margem do debate geral da 72ªAssembleia Geral das Nações Unidas, os presidentes da Guiné--Equatorial, Teodoro Obiang, e de São Tomé e Príncipe, Evaristo do Espírito Santo Carvalho; os primeiros-ministros de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva e de Portugal, António Luís Santos da Costa; o então primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló; o ministro de Estado Conselheiro de Segurança Nacional do Timor-Leste, José Ramos-Horta, prêmio Nobel da Paz de 1996; o representante permanente de Moçambique junto à ONU, embaixador António Gumende; e a diretora de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Margarida Izata. O encontro contou também com a participação da secretária executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira.

A ocasião permitiu que os estados membros intercambiassem relatos dos esforços nacionais em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de acordo com as respectivas prioridades. O presidente Michel Temer ressaltou, a propósito, que a diversidade de experiências dos países da CPLP conforma valioso patrimônio de soluções e propostas para a implementação da Agenda 2030. O Brasil apresentou, ainda, um primeiro balanço de atividades da presidência brasileira na CPLP. Apresentou-se às altas autoridades, igualmente, o relatório brasileiro endereçado à ONU dois meses antes sobre o estado da Agenda 2030 no Brasil. Enfatizou-se o funcionamento da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como mecanismo inovador de governança, com participação não só do governo, mas também da sociedade civil.

Ao fim da presidência de turno do Brasil, em julho de 2018, além de inúmeras reuniões técnicas e preparatórias, foram realizadas 13 reuniões ministeriais da CPLP em território brasileiro, inspiradas pela Agenda 2030. A X Reunião de Ministros da Cultura (5 de maio de 2017, em Salvador) foi a primeira delas. A ela seguiram-se a II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSAN (8 de junho de 2017, em Brasília), a XV Conferência de Ministros da Justiça (29 de junho de 2017, em Brasília), a IX Reunião dos Ministros do Turismo (29 de junho de 2017, em Foz do Iguaçu), a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que reuniu os chanceleres da CPLP (20 de julho de 2017, em Brasília), a IV Reunião de Ministros da Saúde (26 de outubro de 2017, em Brasília), a V Reunião das/os Ministras/os Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (31 de outubro de 2017, em Brasília), a II Reunião de Ministros de Energia (22 de novembro de 2017, em Foz do Iguaçu), a III Reunião dos Ministros do Comércio (13 de março de 2018, em Brasília), a X Reunião dos Ministros da Educação (16 de março de 2018, em Salvador), a VII Reunião dos Ministros do Ambiente e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (ambas em 21 de março de 2018, em Brasília) e, finalmente, a VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21 de junho de 2018, em Brasília). A despeito de vivenciar severas limitações orçamentárias, o Brasil conseguiu viabilizar a participação de diversas delegações dos estados membros em várias dessas reuniões.

Marca CPLP

O Brasil procurou fortalecer a marca institucional da CPLP. A presidência de turno brasileira incentivou tanto a regulamentação do uso dos símbolos e do nome da CPLP, quanto a proteção internacional da marca CPLP. Como resultado, a Comunidade aprovou, em dezembro de 2017, as "Diretrizes para

a Concessão de Apoio institucional da CPLP", a serem observadas por entidades interessadas em utilizar os símbolos da organização. O Brasil promoveu, ademais, discussões em torno da proteção internacional da marca CPLP, que culminaram no pedido, pelo Secretariado Executivo, com o apoio da delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra, de proteção da marca junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), através de mecanismo para a proteção de símbolos de organismos internacionais previsto pela Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial. A solicitação da CPLP foi publicada pela OMPI em março de 2018, para conhecimento e eventuais comentários dos estados membros daquela organização.

Grupos CPLP

O Brasil procurou intensificar as reuniões periódicas dos Grupos CPLP, que são formados pelas representações diplomáticas dos países da Comunidade; tais grupos têm se revelado fundamentais para o êxito do Dia Internacional da Língua Portuguesa em dezenas de países, o que se verá adiante. Recorrente também durante o mandato brasileiro foi a articulação de posições e de pronunciamentos conjuntos da CPLP no âmbito de organismos e instâncias temáticas, como a Comissão sobre a Situação da Mulher, o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde. Em decorrência desse empenho, a CPLP tem sido alvo de crescente visibilidade dentro do sistema ONU. No Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, a primeira iniciativa conjunta dos países da CPLP resultou na aprovação da resolução 36/8, intitulada *O pleno usufruto dos direitos humanos por todas as mulheres e meninas e a transversalidade sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável*. A resolução foca na inter-relação entre respeito, proteção e realização

dos direitos humanos de mulheres e meninas e o cumprimento da Agenda 2030.

Língua Portuguesa e Cultura

Primeira reunião setorial de alto nível da CPLP sediada pelo Brasil durante seu mandato à frente do organismo, a X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP realizou-se em Salvador no dia 5 de maio de 2017. Pela primeira vez, os nove estados membros do bloco fizeram-se representar em reunião de ministros da Cultura da Comunidade.

A reunião resultou na reafirmação de compromissos de atuação concertada no plano multilateral, especialmente na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de modo a favorecer candidaturas comunitárias à lista do patrimônio mundial. Os ministros saudaram a tradução para língua portuguesa do *Manual de Referência do Patrimônio Mundial: preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*, publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por meio do Centro Lúcio Costa, em parceria com a Representação da UNESCO no Brasil. Adotaram, além disso, o projeto de Resolução sobre a "Criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP". Já o tema da mobilidade se fez presente por meio da demanda de maior facilidade para a circulação de agentes culturais de países da CPLP.

Além disso, foram aprovadas na reunião as seguintes iniciativas para o biênio 2017-2018: (i) realização da segunda edição do Programa CPLP Audiovisual; (ii) criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP; (iii) criação da Rede de Museus da CPLP; (iv) criação do Portal da Cultura da CPLP; e (v) realização do 9º Festival Internacional de Teatro da Língua Portuguesa.

À margem da X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, os governos do Brasil e de Portugal implantaram o "Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude". A premiação tem paralelo com o Prêmio Camões de Literatura, mas será destinada exclusivamente a escritores e ilustradores que publiquem livros voltados ao público formado por crianças e adolescentes. Assim como no Prêmio Camões, a comissão julgadora será composta por representantes do Brasil, de Portugal e de países africanos de língua oficial portuguesa. A premiação vai consagrar, a cada dois anos, um escritor e um ilustrador de livros de língua portuguesa para a infância e a juventude.

Posteriormente, durante a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Brasília no dia 20 de julho de 2017, o Brasil comprometeu-se a organizar, em sua presidência de turno da CPLP, exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa, situado em São Paulo. A mostra foi inaugurada em Praia, na sequência das celebrações do Dia Internacional da Língua Portuguesa (10 de maio), e em Luanda (12 de junho), tendo seguido, em agosto para Maputo. Com parceria do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), do governo do estado de São Paulo e da Fundação Roberto Marinho, o projeto tem o objetivo de criar pontes entre o Brasil e seus pares falantes de língua portuguesa, unindo a exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa a uma programação local, a incluir mesas redondas, eventos literários e apresentações culturais. Ademais, não apenas o acervo do Museu será levado aos países participantes, mas também o Museu receberá contribuições que servirão para enriquecer seu conteúdo. Assim, uma estrutura basicamente concebida e dedicada à variante brasileira do português incorporará a diversidade e a riqueza do idioma conforme falado nos outros países da CPLP.

Sempre com o intuito de promover a língua portuguesa no exterior, e em conformidade com os objetivos de sua presidência

de turno, o Brasil manteve expressiva rede de Centros Culturais e de Leitorados, denominada Rede Brasil Cultural, que contava, ao fim de 2017, com 52 unidades (23 leitorados, 24 Centros Culturais e 5 Núcleos de Estudos Brasileiros) em 37 países, as quais somavam 8.685 matrículas, além de 163 docentes. Os leitores, especificamente, são professores brasileiros que atuam em universidades estrangeiras ministrando aulas de língua portuguesa e cultura brasileira por um período de até quatro anos. A rede de leitorados, cuja criação remonta ao ano de 1965, contava, em dezembro de 2017, com 23 professores atuando em universidades de renome ou em instituições onde o ensino da língua portuguesa dá seus primeiros passos. Os leitorados brasileiros no exterior respondem, atualmente, por um público aproximado de 1,3 mil alunos.

O Brasil tem buscado, ademais, fortalecer a difusão da língua portuguesa para a diáspora brasileira, estimada em 3,5 milhões de pessoas. Os projetos em curso pretendem formar educadores de Português como Língua de Herança ou promover o contato das crianças com a língua e a cultura brasileiras. Os Centros Culturais brasileiros têm sido instados a oferecer cursos de português voltados aos filhos de brasileiros residentes no exterior, além daqueles tradicionalmente oferecidos a estrangeiros.

Além disso, ao longo de 2016 e 2017, foram realizados dez cursos de capacitação de professores de centros ou institutos culturais brasileiros. Os cursos, voltados à preparação de professores de português como língua estrangeira, são gratuitos e abertos a todos os profissionais interessados, que atuem nos Centros Culturais ou em instituições privadas.

Em 2017 e 2018, o Dia Internacional da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, 5 de maio, foi amplamente celebrado no âmbito de organismos internacionais em eventos organizados

pelos Grupos CPLP. O 5 de maio foi igualmente celebrado nas embaixadas dos estados membros da CPLP mundo afora, bem como na sede da CPLP em Lisboa. Em 2017, 32 representações brasileiras no exterior realizaram atividades alusivas ao Dia da Língua, em geral em parceria com os Grupos CPLP locais. Em 2018, de novo, as representações brasileiras organizaram celebrações, em coordenação com parceiros da Comunidade, em cidades como Ancara, Assunção, Astana, Atenas, Berlim, Bissau, Boston, Budapeste, Cidade do Cabo, Díli, Doha, Hanói, Havana, Jacarta, Kiev, Kinshasa, Lomé, Londres, Lusaca, México, Nova Délhi, Paris, Pretória, Rabat, Santiago, São Francisco, Túnis, Varsóvia e Zagreb, entre outras.

Já em Nova York, na própria sede da Organização das Nações Unidas, as celebrações do 5 de maio têm-se consolidado como tradição. A edição de 2017, animada por atrações musicais e culinárias, atraíra público estimado em 300 pessoas, o dobro do ano anterior. A edição de 2018, realizada nos jardins do edifício-sede do organismo, contou, por sua vez, com a inédita participação de um secretário-geral das Nações Unidas. O português António Guterres, em alocução proferida na presença da secretária executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, sublinhou a importância da Comunidade tanto no fortalecimento do multilinguismo no âmbito da ONU, quanto no exemplo de respeito que os estados membros têm por sua diversidade cultural, um dos maiores bens da CPLP. Nesse sentido, o SGNU valorizou a riqueza linguística e cultural da Comunidade, realidade que, ressaltou, contrasta com um mundo que se uniformiza crescentemente.

Em Genebra, em maio de 2017 e maio de 2018, o Brasil promoveu a segunda e terceira edições do Festival de Cinema da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em parceria com os demais países da CPLP que contam com missões permanentes

junto às Nações Unidas, naquela cidade. A iniciativa buscou a promoção da língua portuguesa bem como dar visibilidade à riqueza da produção cinematográfica dos países da Comunidade. A representante permanente do Brasil em Genebra, embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, pronunciou-se em nome da CPLP na abertura do festival, destacando a produção cultural dos estados membros. Michael Moller, diretor-geral do Escritório das Nações Unidas em Genebra esteve presente na abertura da segunda edição do festival, durante a qual saudou o evento como parte dos esforços de se aprofundar o multilinguismo nas Nações Unidas. Contando com público expressivo, as sessões foram precedidas de degustação de aperitivos e comidas típicas de cada país.

Segurança alimentar e nutricional

A II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN) ocorreu em 8 de junho de 2017, em Brasília. Em conformidade com a natureza constitutiva do Conselho, reuniram-se em Brasília não apenas delegações oficiais, mas também representantes dos mecanismos de facilitação da participação da sociedade civil, das universidades, do setor privado bem como dos parlamentares de todos estados membros da CPLP. Ao fim da reunião aprovou-se a Declaração de Brasília, que congratula Cabo Verde, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe por terem criado conselhos nacionais de segurança alimentar e nutricional; recomenda aos ministérios da Educação e de Ciência e Tecnologia dos estados membros maior aporte de recursos para atividades de pesquisa científica em segurança alimentar e nutricional; ratifica a aprovação das Diretrizes para Apoio à Agricultura Familiar pelo Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar (GTAF); reconhece a centralidade do papel das mulheres rurais; e afirma a pertinência da implementação de um "Observatório para a Monitorização da Implementação das

Diretrizes Voluntárias sobre Governança da Terra", entre outras decisões.

Também no âmbito da presidência de turno da CPLP, o Brasil promoveu a IV Reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar, a V Reunião do Secretariado Técnico Permanente do CONSAN, além de sessões do Grupo de Trabalho de Nutrição e Sistemas Alimentares.

A IV Reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar realizou-se em 6 de junho de 2017, em Brasília, e contou com a presença de governos, de representantes da sociedade civil e de observadores dos estados membros. Ademais de aprovar Plano de Trabalho, a reunião chancelou o documento "Diretrizes para Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados Membros da CPLP". Também se acordou pedir a atenção do CONSAN para a "Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Camponeses", aprovada no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

No mesmo 6 de junho teve lugar na capital federal sessão de trabalho sobre a formação do Grupo de Trabalho de Nutrição e Sistemas Alimentares da CPLP (GTNSA). Fruto de proposta moçambicana que remonta a 2012, retomada pela presidência de turno brasileira, o GTNSA tem por objetivo desenvolver iniciativas de cooperação, nas quais a nutrição atue como motivadora de processos de produção, abastecimento e comercialização de alimentos, consideradas as necessidades e possibilidades dos países quanto à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Atendendo-se a demanda da sociedade civil, definiu-se, além disso, que as temáticas referentes a gênero, mudanças climáticas, retrocessos e conflitos de interesse sejam incorporadas às discussões do GTNSA, o qual deverá também dedicar atenção aos programas de alimentação e saúde escolar dos estados membros. Posteriormente à realização da referida II Reunião Extraordinária

do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, o GTNSA reuniu-se em Roma, em outubro de 2017, à margem da 45ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial.

Já o Secretariado Técnico Permanente do CONSAN, instância que tem por função a coordenação técnica e administrativa das atividades de segurança alimentar e nutricional no âmbito da CPLP, reuniu-se pela quinta vez em 7 de junho de 2017, em Brasília.Compareceram membros dos governos e representantes da sociedade civil, das universidades, dos parlamentos e do setor privado. Na ocasião, discutiu-se a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN), além de terem sido revisadas e aprovadas as Diretrizes para a constituição do Mecanismo de Facilitação da Participação dos Parlamentares. Mereceram a atenção do encontro o tema do financiamento para a realização das atividades da ESAN e as discussões em torno do Plano Indicativo de Trabalho de 2017-2018, preparado pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Justiça

A XV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa realizou-se em 29 de junho de 2017, em Brasília. "A consolidação da cooperação jurídica internacional no espaço CPLP" foi o tema central sugerido pela presidência brasileira da Conferência; sem prejuízo, porém, de se ter feito presente na diversificada pauta o debate sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Enfatizou-se, em especial, a implementação do Objetivo 16 da Agenda, que reza "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis".

Como de praxe nos trabalhos da CPLP, a instância ministerial foi precedida de rodadas técnicas, realizadas nos dias 27 e 28 de junho, a saber: Reunião de Correspondentes Nacionais; Comissões Técnicas sobre Tráfico de Seres Humanos, Combate à Corrupção e Proteção Internacional a Crianças; Grupo de Trabalho sobre Transferência de Pessoas Condenadas; e reunião do Conselho de Diretores Prisionais. Já no Seminário Internacional sobre Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, proposto pelo Brasil e também realizado no contexto da Conferência de Ministros, ressaltou-se a importância de aprimorar a cooperação intracomunitária em prol do rastreamento dos fluxos financeiros ilícitos e do aperfeiçoamento dos mecanismos de recuperação de ativos.

A partir de proposta brasileira, os ministros da justiça da CPLP, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, decidiram aderir coletivamente à Campanha *Coração Azul*, iniciativa da ONU que tem como propósito adensar o combate internacional ao tráfico de pessoas. Ainda, decidiu-se pela elaboração de manual sobre procedimentos relativos à extradição nos países da CPLP bem como pela elaboração de novo manual sobre cooperação em matéria penal.

Por fim, foram assinadas na XV Conferência a *Declaração de Brasília sobre a Propriedade da Terra como Fator de Desenvolvimento* e o *Protocolo Adicional nº 3 ao Acordo de Cooperação que estabelece o Regimento da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Este instrumento permitiu não apenas a adoção do nome Conferência de Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CMJCPLP), mas também a adesão da República da Guiné Equatorial como membro de pleno direito à referida Conferência.

Em cumprimento ao plano de trabalho da presidência brasileira da CPLP, o Ministério da Justiça do Brasil ofereceu vagas para cursos na plataforma de ensino à distância da então Secretaria Nacional de Segurança Pública para um representante de cada instituição de segurança pública dos estados membros da CPLP, iniciativa que permitiu o compartilhamento de material didático em português, integralmente voltado à capacitação na área. Houve certificação nas temáticas "Violência, criminalidade e prevenção", "Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial" e "Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".

Turismo

O Brasil sediou a IX Reunião de Ministros de Turismo da CPLP, em 29 de junho de 2017, em Foz do Iguaçu. Antecedida pela V Reunião dos Pontos Focais de Turismo, a reunião ministerial resultou na elaboração do Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP (2016-2026) e do Plano de Ação (2017-2018).

Firmou-se na IX Reunião a Declaração de Foz do Iguaçu, que identifica a CPLP como plataforma de partilha de modelos e políticas nacionais de turismo. A Declaração ressalta a importância de pleitear-se a inserção da língua portuguesa entre os idiomas da Organização Mundial do Turismo (OMT) e reconhece o impacto direto do turismo na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, as autoridades signatárias comprometem-se a adotar políticas públicas e boas práticas de participação social, que promovam o turismo sustentável, criem trabalho digno e incentivem a cultura e os produtos locais. O incentivo à criação de pequenas e médias empresas, por meio de iniciativas de microcrédito em áreas com alto potencial para o ecoturismo, e o estímulo ao uso de novas tecnologias no setor de turismo são igualmente contemplados pela Declaração.

Como desdobramento do Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP, o Brasil prepara documentos a serem compartilhados com todos os estados membros da Comunidade, como a tradução para o português do Código de Ética da OMT, em edição especial para a CPLP, e o Guia de Acessibilidade no Turismo.

XXII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP

Em 20 de julho de 2017, o Brasil sediou a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (RCOM), ocasião em que estiveram presentes chanceleres e autoridades diplomáticas de todos os estados membros da Comunidade. Entre os documentos de maior relevo aprovados na XXII RCOM acham-se o "Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica (2016-2026)", a "Resolução sobre o Reforço da Cooperação entre a CPLP e os Observadores Associados" e o Plano de Ação de Díli, voltado à difusão estratégica da língua portuguesa.

O referido Documento de Operacionalização volta-se à implementação, até 2026, das orientações e diretrizes constantes do Relatório da Nova Visão Estratégica. Nesse contexto, prevê ações concretas e iniciativas de longo prazo nos três objetivos estatutários da CPLP, a saber: Concertação Política e Diplomática; Cooperação; e, finalmente, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa. Tais ações pretendem-se de caráter estruturante, como a diversificação de fontes de financiamento de projetos de cooperação, a proteção internacional da logomarca da CPLP, o fortalecimento de mecanismos de articulação entre os distintos órgãos da CPLP, além da intensificação da cooperação com os países observadores associados. A resolução em torno do reforço da cooperação da CPLP com os países observadores associados indica áreas com maior potencial para o estabelecimento de parcerias e projetos. As áreas educacional, cultural e científica, notadamente as oportunidades de ensino universitário para estudantes da CPLP,

a formação de professores de português e o fomento do ensino do idioma nos países observadores, o intercâmbio entre instituições científicas e a realização de mostras culturais são apresentadas como prioritárias.

Finalmente, o Plano de Ação de Díli (PADíli), documento de iniciativa da presidência de Timor-Leste, voltado à difusão estratégica da língua portuguesa, foi adotado na XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros em Brasília. O PADíli derivou da III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Timor-Leste, 2016), que debateu, entre outros temas, a natureza policêntrica e o potencial econômico da Língua Portuguesa. O Plano de Ação de Díli complementa os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa , respectivamente adotados em 2010 e 2014, com o propósito da concertação de políticas públicas para a difusão e o fortalecimento da língua portuguesa.

Defesa

Em 24 e 25 de maio de 2017, o Brasil fez-se representar na XVIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, organizada pelo governo da Guiné Equatorial, em Malabo. Na ocasião, foram aprovados o regulamento do Colégio de Defesa da CPLP e os princípios e orientações de base para o estabelecimento de mecanismo de resposta da CPLP em casos de catástrofes, conforme proposta brasileira. Conforme exarado da referida Reunião, o Brasil comprometeu-se a preparar documento de operacionalização de mecanismo de resposta a situações de catástrofe da CPLP, o qual deverá integrar o delineamento estratégico, o modelo da requisição de apoio, o fluxograma de solicitação de ajuda e um mapa de capacidades para cada tipo de catástrofe.

Em sua presidência de turno, o Brasil acolheu, entre outros eventos, a edição de 2017 do Exercício Felino, que reúne

anualmente tropas das Forças Armadas dos países da CPLP, no âmbito da cooperação em Defesa. A edição de 2017 realizou-se entre 18 e 28 de setembro, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, estado do Rio de Janeiro, na modalidade de Forças no Terreno.

O Brasil, além disso, organizou a primeira edição do Colégio de Defesa da CPLP, com a oferta de curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, transcorrido entre 5 de fevereiro e 2 de março de 2018, na modalidade à distância, e de 5 a 16 de março, na modalidade presencial. Esta transcorreu na Escola Superior de Guerra, em Brasília. Já em Salvador, realizou-se, em 24 de abril de 2018, a 20ª Reunião dos Chefes de Estado Maior Geral das Forças Armadas da CPLP. Na ocasião, os estados membros tiveram a oportunidade de debater temas, como a situação político-militar dos países da CPLP e de seu entorno geográfico, além dos princípios gerais e orientações de base para a criação de eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofe na CPLP. O Brasil apresentou proposta consolidada para atualização das normas para a realização de exercícios militares no âmbito da CPLP. Aprovada, a proposta brasileira resultou na assinatura da Carta de Promulgação das Normas de Atualização. Ainda durante a 20ª Reunião dos Chefes de Estado Maior, o Brasil apresentou proposta de logotipo para o Exercício Felino, que foi aprovada pelos estados membros.

Por fim, acordou-se a realização, na Escola Naval do Rio de Janeiro, da Conferência de Marinhas da CPLP, no período de 7 a 9 de agosto de 2018.

Governo eletrônico

No âmbito do tema da governança eletrônica, realizaram-se as seguintes atividades durante a presidência de turno brasileira: a) participação no livro *15 anos de EGOV na CPLP*, com capítulo

brasileiro sobre o tema de governo digital; b) VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrônica da CPLP, no dia 16 de outubro de 2017, em Brasília; c) V Conferência da CPLP para Governação Eletrônica, juntamente com a Semana de Inovação, entre os dias 17 a 19 de outubro, também na capital federal; e, finalmente, d) preparação do curso de segurança da informação para os países da CPLP.

Capítulo brasileiro sobre governo digital integra o livro *15 anos de EGOV na CPLP.* O documento brasileiro aborda o período que vai do ano 2000, início do Programa de Governo Eletrônico (PGE) no Brasil, até o momento da publicação da Estratégia de Governança Digital (EGD), em 2016, que implantou novos paradigmas de gestão pública, em que se destacam aspectos da desburocratização, da modernização do estado, da simplificação de processos, da melhoria no acesso à informação pública, da transparência e da melhoria nos atendimentos e da racionalização de gastos públicos como alguns dos avanços proporcionados pelo PGE. Além disso, evidenciam-se os avanços do Brasil em relação à utilização das novas tecnologias da informação e comunicação nas relações entre o estado e a sociedade. Dentre as principais ações, destacam-se o Portal de Compras Governamentais, o Portal de Convênios, a Infovia Brasília, o Plano Nacional de Banda Larga, a definição de padrões de governo eletrônico, o Decreto Cidadão, a Lei de Acesso à Informação e o Marco Civil da Internet.

Organizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil, a VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrônica da CPLP e a V Conferência da CPLP para Governação Eletrônica realizaram-se em Brasília, nos dias 16 e 17 de outubro de 2017, respectivamente. Os encontros contaram com a participação de representantes de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, que intercambiaram

relatos de avanços recentes no campo de governo digital nos respectivos países. Aos estados membros foram apresentadas a estrutura e o arcabouço legal da segurança da informação no âmbito do Governo Federal do Brasil. Em seguimento, identificou-se potencial de cooperação em segurança da informação a partir da possibilidade de compartilhamento da experiência brasileira no campo da política nacional de segurança da informação e na implantação dos Centros de Tratamento de Incidentes Cibernéticos.

Além disso, entre os dias 17 e 19 de outubro, realizou-se a 3ª Semana de Inovação em Gestão Pública. Note-se que esta iniciativa foi agendada de modo a viabilizar a participação dos representantes da CPLP presentes à Conferência da Governação Eletrônica mencionada acima. Debateram-se, nas instalações da Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília, as principais tendências de transformação digital mundo afora. Foram três dias de evento, com dezenas de atividades como palestras, oficinas, laboratórios, mesas-redondas e o compartilhamento de experiências. Com palestrantes de 16 países que são referência nas políticas de governo digital, o evento contou com a mesa-redonda "Governo Digital nos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", ocasião em que se debateram desafios enfrentados pelos estados membros em face do objetivo de oferecerem serviços públicos digitais de qualidade para seus cidadãos.

Atualmente, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão trabalha em parceria com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República com vistas à criação do Curso de Gestão da Segurança da Informação de Estado para os países da CPLP. O projeto terá por finalidade trocar conhecimentos e experiências nas áreas afetas ao espaço cibernético. Buscar-se-á, ademais, oferecer qualificação em segurança da informação

para servidores públicos dos países da CPLP bem como fortalecer os laços da cooperação intracomunitária na área de segurança cibernética.

Saúde

O Ministério da Saúde do Brasil estabeleceu o seguinte plano de trabalho para a presidência de turno brasileira:

a) incentivar o lançamento da Rede de Bancos de Leite Humano;

b) retomar o projeto da rede ePORTUGUÊSe, que tem o importante papel de disseminar informação e apoiar o desenvolvimento de recursos humanos para a saúde nos países da Comunidade, por meio da partilha, em formato digital, de documentos dos ministérios da Saúde dos Estados membros da CPLP, tais como protocolos, guias e cursos à distância em temas de saúde;

c) reestruturar o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP);

d) dinamizar o trabalho da Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), Rede de Escolas Técnicas de Saúde e das Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde (RIDES Tuberculose, Malária e HIV/AIDS), já estabelecidas no âmbito do PECS-CPLP;

e) incentivar o lançamento do Roteiro Estratégico de Implantação de Telessaúde nos países da CPLP;

f) promover o estabelecimento de um Grupo de Trabalho sobre Saúde no contexto da Agenda do Desenvolvimento 2030, voltado à cooperação para implementação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 3: "assegurar

uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades".

A presidência de turno brasileira na área da Saúde foi inaugurada com a I Oficina de Monitoramento Terapêutico e Vigilância de Resistência aos Antimaláricos e com a VII Reunião da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP: Malária (RIDES Malária). Os eventos realizaram-se entre 21 e 24 de março de 2017, em Petrópolis. O encontro abordou a avaliação de eficácia de antimaláricos, a importância de métodos moleculares e *in vitro* na vigilância de resistência, farmacocinética e farmacodinâmica de antimaláricos, farmacovigilância e monitoramento de eventos adversos e estratégias baseadas em medicamentos para eliminação da malária. As delegações elegeram o diagnóstico da malária como área prioritária para o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e formação.

Em 22 de maio de 2017, o Brasil promoveu reunião de trabalho dos ministros da Saúde dos países da CPLP, à margem da 70ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra. No encontro, reiterou-se a importância para a CPLP da discussão de temas de saúde, com o propósito de resolver desafios comuns e fortalecer os sistemas de saúde, garantindo o acesso à saúde de qualidade para as populações de seus estados membros. Além disso, enfatizou-se a necessidade de fortalecer o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP, por meio do reforço da cooperação técnica e da execução de ações concretas que, alinhadas aos ODS, sejam voltadas para o intercâmbio de boas práticas e para o aperfeiçoamento dos sistemas de saúde dos estados membros. Durante o evento foi anunciada a proposta de lançamento da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP, tendo por base a experiência brasileira, cujo modelo conjuga baixa tecnologia e alta qualidade, o que tem possibilitado avanços na saúde materno-infantil.

Organizada pela presidência de turno brasileira, a I Reunião de Telemedicina e Telessaúde da CPLP teve lugar na cidade da Praia, Cabo Verde, entre os dias 13 e 15 de setembro de 2017. Sob o tema Saúde Digital em Língua Portuguesa, especialistas puderam dividir experiências e debater a atualização do Roteiro de Telemedicina da CPLP. No encontro, foram identificados pontos estratégicos comuns e feitas recomendações, das quais se destacam: a inclusão da telemedicina e da telessaúde como prioridades nas políticas públicas dos estados membros; a aposta na formação de recursos humanos nos estados membros; além da inserção de disciplinas de gestão da informação e informática nos cursos da área da saúde. Note-se que tal iniciativa foi viabilizada por uma parceria entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Ministério da Saúde de Cabo Verde e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.

Organizado pela FIOCRUZ, nos dias 2 a 6 de outubro de 2017, no Rio de Janeiro, o Seminário-Oficina Conjunta UNASUL/CPLP teve por objetivo fortalecer a capacidade dos Institutos Nacionais de Saúde de ambas as redes e dos seus respectivos Ministérios da Saúde para a prestação de serviços, geração de conhecimentos e formação de recursos humanos necessários à prevenção e controle de emergências sanitárias, com particular referência à febre amarela e outras arboviroses.

Entre os dias 24 e 26 de outubro de 2017, realizaram-se, em Brasília, a Reunião Extraordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP), a Reunião do Grupo de Trabalho em Saúde da CPLP (GTS-CPLP), e a IV Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde da CPLP.

A reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP, em 24 de outubro, foi conduzida pelo Secretariado Executivo da rede, sob a responsabilidade da FIOCRUZ. Participaram como convidados o Diretor da Rede Universitária de Telemedicina e representantes das Redes de Desenvolvimento e Investigação em Saúde da CPLP (RIDES Tuberculose, RIDES Malária e RIDES HIV/AIDS). Os participantes do encontro destacaram, entre os principais resultados então obtidos, o apoio à criação e à capacitação do Instituto Nacional de Saúde Pública em Guiné-Bissau, a inauguração próxima do novo prédio do Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e o auxílio à criação do Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde (INSP). Além disso, definiu-se como prioridade para os próximos anos o apoio à constituição dos institutos nacionais de saúde de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste. Constatou-se, ainda, que os países com maior nível de capacitação vêm colaborando de forma intensa com os demais, aproximando as fronteiras técnicas e científicas entre os Institutos que compõem a Rede. Ganhou destaque nas discussões a questão da mobilização e garantia de recursos financeiros, de modo a permitir a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito da RINSP-CPLP.

Justamente nessa ocasião, a parte brasileira apresentou a proposta de retomada da plataforma ePORTUGUÊSe, com objetivo de promover a capacitação e a disseminação de informações técnico-científicas em saúde na língua portuguesa, além de promover o multilinguismo para além das seis línguas oficiais do sistema ONU. Ressaltou-se a importância de reforçar a institucionalidade do ePORTUGUÊSe por meio da instalação da ferramenta no portal de Saúde da CPLP. A disseminação de conhecimento técnico-científico em português, a formação de recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico são os três pilares a guiar a reestruturação do ePORTUGUÊSe.

Em 25 de outubro de 2017, a Reunião do Grupo de Trabalho em Saúde da CPLP reuniu altos funcionários dos países da Comunidade, em preparação à IV Reunião de Ministros da Saúde da CPLP. No encontro, houve balanço da execução do PECS-CPLP e apresentação da proposta de sua reformulação para 2018-2021. Discutiram-se, ainda, os projetos de resolução que seriam submetidos à análise e apreciação dos ministros da Saúde. No mesmo dia, realizou-se simpósio "Saúde Global e Diplomacia da Saúde", organizado pela FIOCRUZ e pela Agência Brasileira de Cooperação. A programação do simpósio incluiu a conferência "Cooperação Técnica Internacional Brasileira", a mesa-redonda "Diplomacia da Saúde e Saúde Global" e o lançamento do livro *Diplomacia da saúde e saúde global: perspectivas latino-americanas*.

A IV Reunião Ordinária de Ministros da Saúde da CPLP, realizada em Brasília em 26 de outubro de 2017, além das autoridades de saúde dos estados membros da Comunidade, acolheu representantes da FIOCRUZ, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, da Organização Pan-Americana da Saúde, da Organização Mundial da Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, da Rede Nacional de Pesquisa, das Redes tanto da CPLP como de países Observadores Associados da organização. No encontro, foram apresentados os principais avanços da cooperação em saúde entre os países da CPLP, aprovadas resoluções referentes ao Banco de Leite Humano, à retomada da Rede ePORTUGUÊSe, à formação de recursos humanos em saúde, à criação de Grupo de Trabalho sobre a Agenda 2030, às estratégias de Telemedicina e Telessaúde e à iniciativa Fortalecimento de Capacidades em Vigilância e Resposta a Emergências em Saúde Pública.

Já em 2018, nos dias 5 e 6 de abril, realizou-se, também em Brasília, a Reunião Conjunta das Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP dedicadas à Malária, à Tuberculose e às Infecções Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Participaram representantes das instituições assessoras do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP, como a FIOCRUZ e o Instituto de Medicina Tropical de Portugal, além da Rede de Institutos de Saúde Pública da Comunidade. O evento suscitou a importância da articulação do trabalho daquelas três Redes com as demais da CPLP, de modo a potencializar os avanços em temas prioritários para o bloco, por meio da investigação em saúde e da partilha de boas práticas para o aperfeiçoamento de políticas públicas, visando ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, os estados firmaram compromisso de promover o diálogo e intercâmbio entre os pontos focais dos países membros, e de desenvolver atividades em comum, como a elaboração de boletins epidemiológicos, o compartilhamento de publicações, protocolos terapêuticos, legislações, materiais instrucionais e, ainda, a alocação de vagas em programas de capacitação e formação.

Por fim, com o propósito de iniciar a transição da presidência de turno do Brasil para Cabo Verde no campo da saúde, o Brasil promoveu novo encontro dos ministros da Saúde da Comunidade à margem da 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, no dia 22 de maio de 2018. Na ocasião, foi repassado o atual estado da cooperação em saúde, com destaque para o banco de leite humano. Acordou-se examinar a possibilidade de realizar compras conjuntas de medicamentos, reagentes e vacinas. Além disso, Portugal dispôs-se a compartilhar sua bem-sucedida experiência no tratamento de pacientes com hepatite C, a qual se tornou referência internacional na matéria.

Igualdade de gênero

A presidência de turno brasileira inaugurou suas atividades no tema da igualdade de gênero em 15 de março de 2017, com a organização de reunião de trabalho entre as ministras responsáveis pela matéria nos estados membros da CPLP, então presentes em Nova York para a 61ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher (CSW). As ministras da CPLP reuniram-se na sede da Missão do Brasil junto à ONU. Na ocasião, o Brasil apresentou propostas para o tema, a saber: compartilhar legislações e normas relativas à atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual e ao enfrentamento da violência contra as mulheres, realizar campanhas voltadas à conscientização das sociedades da CPLP quanto ao fenômeno da violência contra as mulheres, e, tornar a CPLP uma plataforma relevante para a implementação da Agenda 2030 em seus estados membros, em especial do ODS 5, nomeadamente: "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas".

Já a V Reunião das/os Ministras/os Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP ocorreu em 31 de outubro de 2017, em Brasília, antecedida pela reunião de pontos focais de Gênero. As ministras aprovaram o Plano de Ação para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres da CPLP (2017-2020), ao fim das discussões em torno dos desafios para a implementação da legislação para igualdade de gênero; da educação para a prevenção da violência sexista; e do empoderamento das mulheres e meninas do campo, das águas e da floresta.

A Reunião também testemunhou a assinatura de Memorando de Entendimento entre a CPLP e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Concertado pela presidência brasileira da CPLP em coordenação com o Escritório no Brasil da ONU Mulheres

e assinado pela secretária executiva da CPLP, o instrumento formaliza a cooperação entre os dois entes, facilitando a parceria em favor da promoção da igualdade de gênero e da concretização de compromissos já existentes entre os países da CPLP.

A V Reunião inscreveu em sua declaração final que 2018 é o "Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas", o qual foi oficialmente lançado pelo Brasil durante a 62ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher, em 15 de março de 2018. A Declaração de Brasília decidiu, ainda, tornar permanente a reunião das ministras da CPLP à margem das sessões anuais da CSW bem como articular o apoio, como bloco, a candidaturas das mulheres dos estados membros a cargos de chefia de organizações internacionais. Também ao longo da 62ª sessão da CSW, novo encontro de trabalho das ministras responsáveis pela igualdade de gênero da CPLP foi organizado na sede da Missão do Brasil em Nova York. A parte brasileira prestou contas das ações da presidência de turno e apresentou às demais ministras a candidatura da deputada Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas. Por fim, o Brasil promoveu evento paralelo à CSW sobre o tema "Empoderamento Econômico da Mulher Rural", em parceria com a CPLP e a ONG *Women for Water,* também em português.

Note-se que, em conformidade com decisão derivada da Reunião, a CPLP realizou inédita intervenção conjunta durante a abertura da 62ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher. O discurso, em português, foi proferido pela secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes.

Energia

Realizou-se em Foz do Iguaçu, na sede de Itaipu Binacional, em 22 de novembro de 2017, a II Reunião de Ministros de

Energia da CPLP, precedida pela Reunião Técnica de Energia. Ambas as reuniões, de que participaram representantes de oito estados membros da CPLP, inspiraram-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, especialmente no ODS 7, que busca "assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos". As reuniões resultaram na aprovação de três documentos, a saber:

a) "Plano Estratégico de Cooperação em Energia 2018-2023". O documento contextualiza a cooperação na área de energia da CPLP e define princípios, objetivos, áreas prioritárias e eixos estratégicos para atuação futura no marco do agrupamento. Trata-se do primeiro plano estratégico da CPLP na área da energia, em alinhamento com os esforços da Comunidade para aprovar planos estratégicos capazes de conferir continuidade e coerência à cooperação nas diferentes áreas temáticas.

b) "Plano de Ação 2018-2019". Com orientação de curto prazo, o plano define duas iniciativas prioritárias para o biênio: (i) a criação do portal de energia e (ii) a realização de oficina dedicada à identificação de fontes de financiamento.

c) "Declaração de Foz do Iguaçu". Reafirma a importância da cooperação na área de energia na CPLP com vistas a alcançar o desenvolvimento energético sustentável nos estados membros, e decide constituir, no contexto da Comunidade, um grupo de trabalho para a troca de experiências no acesso à energia para todos, a preços acessíveis, como meio de combate à pobreza energética.

As delegações presentes em Foz do Iguaçu realizaram visitas técnicas à usina de Itaipu, ao projeto de geração de biometano e ao Centro de Inovação em Mobilidade Elétrica Sustentável;

participaram, ainda, de cerimônia alusiva à marca de 2,5 bilhões de MWh de energia produzida pela usina.

Comércio

No dia 13 de março de 2018, realizou-se em Brasília a III Reunião de Ministros do Comércio da CPLP. O evento contou com a participação de sete estados membros da Comunidade. Precedeu-a, na véspera, a III Reunião Técnica dos Pontos Focais do Comércio.

A reunião ministerial constituiu oportunidade para os ministros intercambiarem impressões sobre assuntos tão diversos quanto o fluxo comercial entre os países da CPLP; a relação da CPLP com a Ásia; o funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs); metrologia e qualidade; e o registro de indicações geográficas. A declaração final então firmada reconhece "os esforços no sentido de incrementar os fluxos de comércio e de investimentos" entre os países da CPLP e apoia a realização de seminário sobre as ZPEs e regimes congêneres dos países da CPLP. Os ministros acordaram construir uma página eletrônica para a divulgação das ZPEs; incentivar a cooperação técnica, no âmbito da CPLP, nas áreas de infraestrutura da qualidade, metrologia, avaliação da conformidade, acreditação e superação de barreiras técnicas ao comércio, além de apoiar o diálogo sobre indicações geográficas, inclusive no âmbito do III Seminário Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, que contará com Reunião Técnica específica para a CPLP, prevista para 10 de agosto de 2018, em Belo Horizonte.

Educação

Língua Portuguesa, Ensino Técnico e Profissional, Alimentação Escolar e Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos constituíram os quatro temas prioritários elencados pelo Brasil

para a presidência de turno da CPLP na área da Educação. Buscou-se também avançar em relação ao intercâmbio de conhecimentos sobre as respectivas legislações, privilegiando-se a partilha de boas práticas, com vistas ao estabelecimento de uma agenda concreta de cooperação multilateral. Nesse contexto, no decorrer da presidência de turno foram realizados os seguintes eventos, que resultaram em recomendações específicas à X Reunião de Ministros da Educação:

a) A "Reunião Técnica CPLP: Desafios no Ensino Profissional e Agenda de Cooperação Técnica" teve lugar em Brasília, de 30 de agosto a 1º de setembro de 2017. O evento não só marcou o início das atividades da presidência de turno brasileira no domínio da educação, mas também inaugurou as atividades de Brasília como Capital da Educação e Formação da CPLP. Na ocasião, foi lançado o edital do concurso "Educação Profissional e Tecnológica: ideias inovadoras sobre educação e trabalho", estendido a todos os países de língua portuguesa. Foram convidados a participar do evento dois representantes por estado membro, além do Secretariado Executivo da CPLP. Do lado brasileiro, contou-se com a presença de profissionais do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de dirigentes dos Institutos Federais do Sul de Minas, do Espírito Santo, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Brasília, de Mato Grosso, Catarinense e Fluminense. Compareceram, ainda, representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste e Portugal. Os painéis que compuseram o evento intitularam-se: "Empreendedorismo (incubadoras e *startups)*: apresentação de casos de sucesso"; "Ferramentas de Gestão: uso de tecnologias que melhoram

a eficácia de gestão da EPT"; "Educação Profissional e Tecnológica e a Relação de Gênero". As discussões havidas no âmbito de cada um deles ensejou a aprovação de "Recomendações para o fortalecimento da cooperação técnica no domínio da Educação Profissional e Tecnológica".

b) O "Curso de Aperfeiçoamento para Docentes da Educação Básica" ocorreu em Brasília, de 19 de fevereiro a 2 de março de 2018. A partir de parceria com a UNESCO, o curso teve por finalidade reunir docentes que atuam na Educação Básica para aperfeiçoar práticas pedagógicas. Além de representantes dos estados membros, esteve presente a diretora executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Dra. Marisa Mendonça.

c) A "I Oficina sobre Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos" transcorreu em Brasília, em 12 e 13 de março de 2018. A atividade propiciou o intercâmbio de boas práticas sobre políticas educacionais voltadas para a alfabetização e educação de jovens e adultos e resultou na aprovação, pelas delegações presentes, de recomendações posteriormente submetidas à X Reunião de Ministros da Educação da CPLP.

d) O seminário "Sustentabilidade dos Programas de Alimentação Escolar nos Países da CPLP" teve lugar em Salvador, em 14 e 15 de março de 2018. Foi organizado pelo Ministério da Educação do Brasil em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação, o Centro de Excelência Contra a Fome, ligado ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), e o Ministério do Desenvolvimento Social.

Em 16 de março de 2017 realizou-se, em Salvador, a X Reunião de Ministros da Educação da CPLP, precedida, na véspera, pela VI Reunião de Pontos Focais de Educação. Em sua declaração

final, os ministros mandataram os pontos focais e o Secretariado Executivo da CPLP a elaborar agenda de projetos de cooperação multilateral para o biênio 2018-2020, relacionados aos temas debatidos ao longo da presidência *pro tempore* brasileira, acrescidos do tema transversal da igualdade de gênero. O Secretariado Técnico Permanente, por sua vez, foi mandatado a buscar recursos junto a organismos internacionais para a implementação das referidas ações. Com isso, o governo brasileiro avalia ter cumprido plenamente o mandato emanado do Plano de Ação de Díli durante sua presidência de turno.

Note-se que, consideradas todas as atividades da presidência de turno no campo da educação, o governo brasileiro custeou a vinda ao Brasil de 84 técnicos dos estados membros.

Meio ambiente

Entre 19 e 23 de março de 2018, pela primeira vez um país do hemisfério sul sediou o evento mundial mais importante sobre recursos hídricos. Onze chefes de estado e de governo e aproximadamente 60 ministros de estado compareceram ao 8º Fórum Mundial da Água (FMA), realizado em Brasília. Da CPLP, participaram os presidentes de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, o vice-presidente da Guiné Equatorial, ministros de Meio Ambiente e Recursos Hídricos dos estados membros, bem como a secretária executiva da CPLP.

À margem do 8º FMA, realizaram-se, em 21 de março, a VII Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP. Como resultado desses encontros, foram adotadas, respectivamente, a Declaração de Brasília e a Declaração dos Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP. A Declaração de Brasília ressalta a fundamental importância da

água para a vida humana e para a biodiversidade bem como a relação entre a água, a produção de alimentos e a produção de energia. Já a Declaração dos Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP salienta a importância do reconhecimento, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua resolução 64/292, de julho de 2010, do acesso à água e ao saneamento como um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos.

No contexto de preparação da participação dos estados membros da CPLP para o 8º Fórum Mundial da Água, o Brasil viabilizou duas reuniões em nível técnico, em julho, em Lisboa e em dezembro, em Brasília. Em ambas as ocasiões, foram debatidas questões sobre a gestão de recursos hídricos nos países da CPLP, e trocadas experiências a partir das realidades nacionais. Como resultado, a primeira oficina propiciou espaço dedicado à apresentação do panorama da implementação do ODS 6, que visa a "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, valorizando o aspecto social desse recurso e a sua importância para a vida". Já a segunda oficina elaborou o pronunciamento conjunto da CPLP que viria a ser apresentado ao FMA. Em ambas as reuniões, foram realizadas discussões para a atualização do documento de projeto "Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP".

Além disso, em junho de 2017, o governo brasileiro lançara o Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência, em conjunto com a CPLP, com os governos de Portugal e Bélgica, e com as organizações Parceria para Transparência, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A iniciativa tem o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades dos países de língua portuguesa para o cumprimento

das obrigações de comunicação e transparência assumidas no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Desde então, realizou-se oficina específica e traduziu-se para o português manual elaborado pelo Secretariado da UNFCCC. Nova oficina está prevista para outubro de 2018.

Ciência, tecnologia e ensino superior

Em 27 e 28 de março de 2017, realizou-se, na sede da CPLP, em Lisboa, a V Reunião dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. Na ocasião, representantes dos estados membros centraram sua atenção nos avanços e na operacionalização do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020), que inclui, entre outras ações, o Repositório Científico da CPLP e o Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da Comunidade.

Em cumprimento a compromisso assumido naquela reunião técnica, o Brasil apresentou proposta de envolvimento dos países da CPLP na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), evento anual que visa a mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), valorizando a criatividade e a atitude científica. A SNCT estende-se por todo o território nacional e conta com um evento-sede em Brasília. Sua 14ª edição realizou-se entre 23 e 29 de outubro de 2017 e teve como tema "A matemática está em tudo!".

Para viabilizar a participação dos estados membros e do Secretariado Executivo da CPLP na SNCT, o Brasil ofereceu espaço físico de 100 m² no evento-sede, com projeto arquitetônico, montagem de estande, sala de reuniões e espaço de exposição, caracterizado com a identidade visual da CPLP. Os países foram convidados a expor, ali, projetos e iniciativas nacionais e internacionais de CT&I. Disponibilizaram-se, também, cinco mil

cópias de folder de divulgação institucional da CPLP. Nos últimos anos, o evento-sede da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Brasília tem recebido, em seus sete dias de realização, entre 70 e 100 mil visitantes – uma média de 10 mil visitantes por dia. Desses, cerca de 70% são estudantes da educação básica, sendo os demais professores, estudantes universitários e o público geral.

O tema do estande da CPLP seguiu o mote da presidência de turno brasileira: "a CPLP e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". Além do Brasil e do Secretariado Executivo da CPLP, participaram das atividades de divulgação e popularização da ciência o PNUD e embaixadas de países de língua portuguesa em Brasília. Pelo governo brasileiro, tiveram participação no espaço a Secretaria de Governo, o Ministério da Educação, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Brasileira de Cooperação, por meio de palestras, reuniões e oferta de publicações e materiais informativos.

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2017, o Brasil promoveu, no mesmo espaço, a oficina "Ciência e Tecnologia Aplicadas às Ações de Mitigação e Monitoramento, Relato e Verificação de Emissões de Gases de Efeito Estufa", realizada no âmbito das atividades de treinamento e capacitação do projeto "Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil". Tal projeto, de iniciativa brasileira, conta com recursos do *Global Environment Facility* (GEF) e com a parceria do PNUMA. Sua finalidade é auxiliar a tomada de decisão sobre ações que potencialmente reduzam emissões de gases de efeito estufa nos setores-chave da economia brasileira. Um componente importante do projeto é a transferência de conhecimento técnico sobre ações de mitigação por meio de atividades de disseminação e capacitação, como a realização de cursos para pessoal técnico de instituições governamentais e não governamentais.

A oficina ministrada durante a SNCT contou com representantes de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e do Secretariado Executivo da CPLP. Além disso, participaram como convidados representantes brasileiros do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do PNUD no Brasil e da Secretaria Nacional de Articulação Social, órgão da Secretaria de Governo da Presidência da República. Também representantes da sociedade civil acompanharam as apresentações e participaram das discussões.

Além dos diálogos técnicos realizados, foram proferidas duas palestras envolvendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. No primeiro dia a palestra "Agenda 2030 – Perspectiva Brasil" foi proferida pelo secretário nacional de Articulação Social, sr. Henrique Villa Ferreira. No segundo dia, o representante do PNUD no Brasil, sr. Haroldo Machado Filho, proferiu a palestra sobre a "Plataforma Agenda 2030". A atividade proporcionou a troca de informações e experiências entre os membros da CPLP sobre ações de combate às emissões de gases de efeito estufa, além de permitir aos demais países conhecer os arranjos institucionais e ferramentas desenvolvidas pelo Brasil para monitorar e traçar estratégias para redução das emissões domésticas.

No dia 19 de junho de 2018, em Brasília, os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal participaram da I Oficina do projeto do Repositório Científico da CPLP, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Brasil, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de Portugal. Os participantes ressaltaram que a ciência aberta e o acesso aberto são fundamentais para fortalecer e divulgar a produção científica dos estados membros da CPLP e consideraram que o projeto do Repositório Científico da CPLP dará o impulso necessário para que os princípios do acesso aberto sejam

adotados pelos países da Comunidade. A oficina sobre o projeto do Repositório Científico da CPLP cumpriu seus objetivos de disseminar e intercambiar informações técnicas entre os peritos nacionais e mobilizar os estados membros a aderir e dar início à implementação do projeto.

Ao fim de sua presidência de turno, o Brasil organizou, em Brasília, em 21 de junho de 2018, a VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, antecedida, na véspera, pela VI Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A reunião ministerial contou com a participação dos nove países da CPLP e buscou avaliar o grau de implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP.

Cooperação técnica

A cooperação técnica durante a presidência brasileira da CPLP foi marcada pelos esforços em prol da melhoria dos índices de desenvolvimento sustentável dos países da Comunidade, por meio do compartilhamento de conhecimentos, boas práticas e recursos. Buscou-se o desenvolvimento de capacidades que possam contribuir para o alcance dos objetivos da Agenda 2030. Com vistas a otimizar aqueles esforços, criou-se na estrutura da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Coordenação-Geral de Cooperação com a CPLP (CGCCPLP), voltada não somente às ações de cooperação técnica, mas também à tarefa de assessorar os diferentes órgãos federais em suas parcerias com a CPLP. Com esse reforço institucional, a ABC pode hoje orientar instituições brasileiras, tanto governamentais como da sociedade civil, quanto às possibilidades de engajamento com a CPLP, de modo a identificar nichos de atuação e intensificar a implementação dos Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais.

Como parte das responsabilidades da presidência de turno brasileira, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) assumiu a coordenação da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC), um dos principais órgãos da CPLP[2]. Nesse contexto, realizaram-se quatro Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação: a XXXIII RPFC (Brasília, 26 e 27 de outubro de 2016), a XXXIV RPFC (Lisboa, 28--30 de março de 2017), a XXXV RPFC (Brasília, 17 e 18 de julho de 2017) e a XXXVI RPFC (Lisboa, 1 e 2 de março de 2018).

Essas reuniões possibilitaram o intercâmbio de práticas adotadas pelos estados membros no que diz respeito ao acompanhamento e à articulação com as áreas setoriais, ao monitoramento dos projetos em curso e às decisões sobre a alocação de recursos; além disso, as reuniões aprovaram diversificada gama de projetos, nomeadamente: *i)* Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP (2016/2017); *ii)* Plataforma "Sharing Knowledge Agrifood Networks" (SKAN/CPLP) – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os estados membros da CPLP para o desenvolvimento do setor agroalimentar; *iii)* II Semana da Juventude da CPLP (São Tomé e Príncipe); *iv)* Plano de Ética no Desporto na CPLP; *v)* IV Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa; *vi)* CPLP por um Mar Limpo; *vii)* Formação para a Inclusão Feminina: projeto "É Hora"; *viii)* Campanha Juntos contra a Fome: projeto "Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agropecuários e empreendedorismo"; *ix)* Campanha Juntos contra a Fome: Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu (Guiné--Bissau); *x)* Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE); *xi)* Ação de Formação em Direito

2 A coordenação brasileira da RPFC foi exercida, durante todo o período da presidência brasileira, pela senhora Alessandra Ambrósio, coordenadora-geral de cooperação com a CPLP da Agência Brasileira de Cooperação e ponto focal de cooperação do Brasil junto à CPLP.

Internacional Humanitário; *xii)* Projeto Meninos de Rua: inclusão e inserção; *xiii*) Projeto de Rede de Jornalismo Jovem Digital "Conexão Lusófona"; *xiv)* V Congresso de Educação Ambiental.

O Brasil acredita que, para o êxito de ações de cooperação técnica alinhadas às prioridades nacionais de desenvolvimento, é necessário haver, nos países, pontos focais com capacidade de planejar, acompanhar e avaliar os projetos de cooperação. Por ocasião da referida XXXIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, a ABC, na qualidade de ponto focal brasileiro, patrocinou seminário de reflexão em torno das atribuições daqueles pontos focais. A iniciativa buscou promover um espaço interativo, em que o diálogo entre os participantes se conduzisse a partir de facilitação externa, com o emprego de metodologia participativa; a atividade, além disso, permitiu a visualização das responsabilidades dos pontos focais e a percepção dos desafios que envolvem o cumprimento de suas atribuições.

Em seguimento, realizaram-se novas atividades destinadas ao aprimoramento dos processos de gestão e governança da cooperação na CPLP e ao fortalecimento dos pontos focais de cooperação da comunidade. O Brasil, em articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, deu continuidade ao processo de reflexão iniciado em outubro de 2016, por meio de mais duas oficinas, realizadas à margem das XXXV e XXXVI RPFCs (Lisboa, março de 2017 e março de 2018, respectivamente), que resultaram no mapeamento dos interlocutores governamentais e não governamentais, de seus processos de interação e de propostas para aprimorar o planejamento das ações de cooperação comunitária. O esforço culminou na decisão de elaborar o *Manual de Governança e Gestão da Cooperação na CPLP*, cuja conclusão está prevista ainda para 2018.

Resultados importantes das referidas reflexões foram, igualmente, as propostas de elaboração do Plano Estratégico de Cooperação (2018-2024) e do Plano Bienal de Cooperação (2018--2020). Esses instrumentos promoverão maior diálogo entre as reuniões ministeriais, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e o Comitê de Concertação Permanente da CPLP (CCP). Almeja-se, dessa forma, evitar a dispersão e a duplicação de esforços bem como promover maior sinergia entre os diversos foros da cooperação intracomunitária. Derivaram daquelas reflexões, igualmente, as decisões sobre a elaboração de regimento interno da RPFC, de proposta para a revisão do Quadro Orientador das Reuniões Ministeriais da CPLP e da revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP.

Concomitantemente ao propósito de impulsionar a atualização de documentos programáticos e normativos das RPFCs, a ABC buscou mobilizar instituições nacionais, visando a engajá-las não apenas nas ações de cooperação, mas também na identificação de fontes de financiamento, sempre em favor da pauta de projetos comunitários e à luz dos desafios impostos aos estados membros pela Agenda 2030. Foram prospectadas fontes de financiamento junto ao PNUD, à Comissão Europeia, ao *Global Environment Fund* (GEF), ao Fundo Global para o Clima e ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS); do mesmo modo, exploraram-se novos instrumentos de parceria com organismos internacionais, como o Memorando de Entendimento entre a CPLP e a ONU Mulheres, firmado em outubro de 2017.

Adicionalmente, a ABC, ainda no contexto da presidência de turno da CPLP, deu continuidade aos seguintes projetos, financiados com recursos brasileiros aportados ao Fundo Especial da CPLP desde 2012, os quais atingiram a cifra de 22 milhões de reais (cerca de 4,5 milhões de euros):

a) "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)", executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa busca implementar ações de promoção do intercâmbio de conhecimento, da mobilidade acadêmica com qualidade e da formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos estados membros da Comunidade. Estudantes, docentes, coordenadores de cursos, gestores e técnicos das instituições públicas de ensino superior dos estados membros serão os beneficiários diretos deste projeto;

b) "Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP", executado pela Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério de Direitos Humanos. Até o momento, foram realizadas em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde visitas de intercâmbio e ações de capacitação de agentes responsáveis pela implementação das políticas voltadas a pessoas com deficiência, o que beneficiou mais de 100 multiplicadores nesses países;

c) "Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP". O projeto terá como atribuição apoiar os governos dos estados membros da Comunidade na gestão dos recursos hídricos locais, por meio da transferência de tecnologia de redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; da capacitação de quadros de funcionários locais; e também da promoção de intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais;

d) "Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe". Esse projeto deverá, em nova fase, enfatizar o aperfeiçoamento técnico e o fortalecimento do eixo de marketing da cooperativa de artesãos criada no âmbito do projeto;

e) "Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania". Projeto realizado em São Tomé e Príncipe. Tratativas estão em curso para a replicação do projeto na Guiné-Bissau;

f) "CPLP Rumo a Brasília: participação de instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos nos estados membros da CPLP em ações preparatórias e no 8° Fórum Mundial da Água de 2018". O projeto alcançou os seguintes objetivos: participação efetiva das instituições de gestão de recursos hídricos dos países da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água; ação de intercâmbio na área de gestão de recursos hídricos, com ênfase em Governança da Água; presença de técnicos de todos os países da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água.

Como desdobramento da presidência brasileira da CPLP, prevê-se, ainda, o apoio do Brasil às seguintes iniciativas: "Participação de Especialistas do Banco Central do Brasil em Reuniões Temáticas dos Bancos Centrais de Países de Língua Portuguesa"; "Promoção da Igualdade de Gênero nos Países da CPLP"; "promoção das ações voltadas à implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde", além de ações destinadas à juventude, por meio de projeto relacionado com o fortalecimento de jovens lideranças da CPLP. Tais iniciativas integram, na verdade, o Plano de Trabalho 2018 da Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, o Brasil organizou reuniões com o propósito específico de incentivar diálogo aprofundado com os estados membros em torno dos ODS. A primeira delas realizou-se em Lisboa, nos dias 27 e

28 de março de 2017, para discutir a viabilidade do estabelecimento de rede de pontos focais responsáveis pelo acompanhamento e pela implementação dos ODS em cada estado membro. Como resultado dessa reunião, o Brasil formulou perguntas orientadoras que serviram de base para a coleta de informações sobre a implementação dos ODS no espaço da Comunidade, de modo a assegurar certo grau de padronização e de comparabilidade entre as informações prestadas pelos países à CPLP. Em 18 de julho de 2017, teve lugar em Brasília reunião de seguimento, à margem da XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Formação de diplomatas

O Brasil deu continuidade ao Programa de Apoio à Realização do Curso de Formação de Diplomatas dos Países em Desenvolvimento da CPLP no Instituto Rio Branco. Por meio desse projeto, financiado com recursos brasileiros depositados no Fundo Especial da CPLP, o Brasil apoia a vinda e estada de três diplomatas de países da CPLP, na condição de intercambistas do Instituto Rio Branco, pelo período de um ano. A iniciativa tem por objetivo contribuir para a formação profissional de agentes diplomáticos de países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, bem como propiciar maior proximidade desses com a política externa brasileira. No ano de 2017, estudaram em Brasília diplomatas da Guiné-Bissau, da Guiné Equatorial e de São Tomé e Príncipe; em 2018, o projeto financiou a vinda de diplomatas da Guiné-Bissau, de Moçambique e de Timor-Leste.

O Brasil também deu continuidade ao projeto do Curso de Português para Diplomatas Africanos, iniciado em 2014 e que em 2018 chegou à quinta edição. Viabilizado com recursos do Brasil no Fundo Especial da CPLP, o Curso propõe-se à difusão do idioma português entre os agentes diplomáticos de países africanos residentes em Brasília, para o que se buscou a parceria do Núcleo

de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) da Universidade de Brasília (UnB). Na presente edição de 2018, inscreveram-se 52 agentes diplomáticos, repartidos em quatro turmas, sendo duas de nível básico, uma de nível intermediário e uma de nível avançado. Como nas edições anteriores, as aulas são ministradas no Instituto Rio Branco, a academia diplomática brasileira. Ao final da presente edição, o projeto terá atendido um total de 192 diplomatas africanos. Ao favorecer a difusão da língua portuguesa entre funcionários estrangeiros, a presente ação incentiva uma melhor inserção desses profissionais nos diversos países da CPLP. Além do fomento ao português como língua internacional, o curso tem contribuído para divulgar a Comunidade junto aos países africanos.

Já a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, organizou inédito Curso para Diplomatas da CPLP. A iniciativa congregou representantes de todas as chancelarias da CPLP, em espaço inédito de debates e diálogo. Com atividades em Brasília e no Rio de Janeiro, diplomatas de todos os estados membros dedicaram-se, durante 10 dias, em outubro de 2017, a palestras e discussões em torno de diferentes temas, como política externa, defesa, multilateralismo, infraestrutura, patrimônio histórico, gestão pública, institucionalização da Comunidade e a valorização internacional da língua. Além disso, realizaram visitas à Agência Brasileira de Cooperação, à Fundação Oswaldo Cruz e ao Cais do Valongo. Na ABC, por exemplo, os participantes testemunharam a extensão de projetos voltados à geração de renda, ao empoderamento de populações vulneráveis, à merenda escolar, à segurança alimentar, à gestão de recursos florestais e hídricos e à agricultura familiar, áreas sensíveis a vários estados membros da CPLP.

Dado o êxito do curso, a FUNAG prepara uma segunda edição, prevista para o segundo semestre de 2018, para a qual trará, uma vez mais, diplomatas do todos os estados membros da CPLP. O Brasil conta com que, no momento da realização do II Curso para Diplomatas da CPLP, a FUNAG já o realize na condição de observadora consultiva CPLP, estatuto a que legitimamente aspira.

Oferecendo aos estudiosos e profissionais das relações internacionais sua plataforma online, com acesso gratuito a cerca de 600 (seiscentas) obras clássicas e acadêmicas, a FUNAG tem-se esforçado por garantir o acesso de maior público dos países da CPLP ao seu acervo digital. A Fundação mantém parceria formal com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa desde 2015, quando as partes firmaram memorando de entendimento.

*

Fica evidente, ao fim, que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se fortalece, em que pesem limitações orçamentárias dos estados membros. São 22 anos de trajetória; quiçá pouco mais, se com justiça nos estendermos ao primeiro encontro dos chefes de estado de língua portuguesa em São Luís, em 1989, quando o então presidente José Sarney, em companhia de seus homólogos, sugeriu a criação de um instituto internacional para a língua portuguesa. Naquele momento, foi possível identificar condições favoráveis para que nossos países se congregassem em bases de diálogo, de consenso e de respeito à soberania. Os países africanos de língua oficial portuguesa tinham se libertado do colonialismo; Brasil e Portugal, por sua vez, tinham se libertado de ditaduras longevas. Era outra página da história que começava a ser escrita, a página que viria a se chamar CPLP.

Hoje, nossos países trabalham em diversas frentes em prol do idioma comum: formam-se professores para atender às várias

realidades linguísticas nos diversos estados membros, valoriza-se a língua de herança junto a nossas diásporas, desenvolvem-se a partir do Instituto Internacional da Língua Portuguesa metodologias de ensino do português como língua estrangeira, busca-se harmonizar o vocabulário técnico e científico de modo a situar o português na rota da inovação científica e tecnológica. Por ser o português idioma ecumênico, com variada inserção, seja política, literária, técnica, científica, econômica ou diplomática, o Brasil considera positivo que se avance na adoção do Acordo Ortográfico e em sua ratificação pelos estados membros.

Fato é que temos uma língua rejuvenescida e vitalizada pela realidade multicultural de nossos países. O português de hoje é língua policêntrica e global, o que nos impõe renovadas responsabilidades quanto à sua valorização internacional, inclusive nos organismos internacionais. Ao concertarmos no ambiente diplomático multilateral, por meio de candidaturas ou de pronunciamentos conjuntos que revelam a coesão de nossos países, trazemos como alavanca do esforço de desenvolvimento de nossos países e sociedades uma identidade que se consolida a partir do idioma comum, em ambiente de pleno respeito à diversidade cultural da Comunidade bem como às soberanias nacionais.

Ainda no âmbito da concertação política, é possível perceber quão longeva é a contribuição da CPLP para o aprimoramento democrático de nossos países. Desde 1999, a CPLP realizou mais de 20 missões de observação eleitoral, sempre a pedido dos países membros. Note-se que a primeira delas foi o referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, realizado em agosto daquele ano, quando a CPLP teve o privilégio de testemunhar a inequívoca vontade dos timorenses de viver em liberdade. Com vistas a assegurar a permanência deste contributo da CPLP ao aperfeiçoamento institucional dos estados membros, logrou-se,

por iniciativa brasileira, criar rubrica orçamentária específica na CPLP, que doravante contará com recursos anuais destinados à realização de missões de observação eleitoral da Comunidade.

Com efeito, os 20 meses de exercício da presidência de turno pelo Brasil configuraram uma oportunidade concreta para a ampliação do diálogo entre os estados membros, em inúmeros setores. Persistem, contudo, circunstâncias a serem superadas. Desafio real da CPLP é a consolidação de sua presença junto aos cidadãos de nossos países, o que demandará um permanente esforço de construção. Se a utilização da língua portuguesa se acha em estágio de crescimento em alguns estados membros, também a CPLP precisa ser mais visível e conhecida no interior de nossas sociedades e de nossos aparatos estatais.

Consciente desse desafio, o Brasil buscou a promoção de reuniões ministeriais e técnicas também como forma de a CPLP ter sua visibilidade amplificada já no interior da administração pública brasileira, a partir do compartilhamento de experiências de gestão com técnicos, funcionários e autoridades de todos os parceiros da Comunidade. Ao longo de sua presidência de turno, enfim, o Brasil empenhou-se para incentivar os cidadãos, as sociedades e os governos que dão vida à CPLP a se aproximarem e melhor se conhecerem; encerrada sua presidência, o Brasil insistirá nesse propósito.

Brasília, 16 de julho de 2018

DOCUMENTOS FINAIS

XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Brasília, 31 de outubro e 1º de novembro de 2016

Declaração de Brasília

1. Os Chefes de Estado e de Governo da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, ou seus representantes, reuniram-se na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2016.

2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

3. Celebraram os 20 anos de constituição da CPLP, que logrou consolidar-se como foro privilegiado de diálogo e de colaboração entre os países de Língua Portuguesa, bem como plataforma para a

projeção do idioma que os une, tendo-se tornado uma organização internacional reconhecida pela comunidade internacional.

4. Reafirmaram a plena validade do compromisso histórico consagrado na Declaração Constitutiva da CPLP, com a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Estados-Membros, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum e pelos primados da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social.

5. Aprovaram as orientações constantes no relatório sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) e renovaram a sua determinação em prosseguir aprofundando a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo, de modo a fortalecer a organização e a sua presença junto aos cidadãos dos Estados--Membros e junto à comunidade internacional.

6. Congratularam-se com a escolha do Senhor Eng. António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, o primeiro cidadão de um Estado-Membro da CPLP a ocupar tão elevada posição. Saudaram ainda as Nações Unidas pela forma transparente e consensual como foi conduzido o processo de designação.

7. Congratularam-se também com a exitosa realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em agosto e setembro de 2016, tendo sido a primeira vez que as Olimpíadas e as Paraolimpíadas foram celebradas em um país de Língua Portuguesa.

8. Tomaram nota, com satisfação, das medidas e atividades levadas a cabo e dos encontros celebrados desde a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Díli, a

23 de julho de 2014 (listados em anexo a esta Declaração), para a concretização dos objetivos da Comunidade.

9. Saudaram a escolha de "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" como tema da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo e comprometeram-se em promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação com vista a apoiar, no âmbito da CPLP, a implementação da Agenda 2030 e de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas associadas.

10. Congratularam-se com a proclamação de 2016 como o "Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil" e assumiram o compromisso de prosseguir cooperando com vista à prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil no âmbito da Comunidade.

11. Reafirmaram o interesse dos Estados-Membros em estimular o crescimento dos fluxos comerciais e de investimento entre os integrantes da CPLP, por meio do fortalecimento da coordenação entre os Estados. Destacaram, nesse sentido, a realização do Fórum Económico Global, numa iniciativa inovadora, que aliando o esforço governamental às iniciativas empresariais da Comunidade, busca atrair investimentos para o desenvolvimento socioeconómico no espaço da Comunidade, em consentâneo com o objetivo 17 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

12. Aprovaram a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP à Hungria, à República Checa, à República Eslovaca e à República Oriental do Uruguai, cuja adesão à Organização muito a prestigia pela visibilidade política internacional que lhe acresce.

13. Ressaltaram o relevante papel que os Observadores Associados podem desempenhar nas atividades da CPLP e instaram o Secretariado Executivo, em coordenação com os Estados-Membros, a propor estratégias para intensificar o envolvimento dos Observadores Associados com a Organização.

14. Saudaram a realização da VI sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, em Brasília, entre 5 e 7 de abril de 2016, e assinalaram a importância dos trabalhos da Assembleia Parlamentar para a Comunidade e os seus cidadãos.

15. Tomaram boa nota do pedido dos Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de que seus Encontros, de caráter anual, possam ser integrados na estrutura institucional da CPLP.

16. Reafirmaram a importância do envolvimento da sociedade civil nas atividades da CPLP e recomendaram a continuidade do processo de crescente institucionalização da sua participação na Comunidade, por meio da articulação com os Observadores Consultivos e com outros mecanismos de organização da sociedade civil, como o Fórum da Sociedade Civil, com vista à construção de um mecanismo integrado de diálogo e colaboração entre a sociedade civil e a CPLP.

Concertação política e diplomática

17. Destacaram a realização de eleições regulares nos Estados--Membros e a legitimidade democrática que daí decorre, elementos essenciais de afirmação dos direitos do homem e do cidadão, e da preservação de instituições democráticas e representativas, bem como do reforço do Estado de direito democrático.

18. Saudaram o papel da CPLP e dos seus Estados-Membros na observação de eleições em São Tomé e Príncipe (outubro de 2014) e em Moçambique (outubro de 2014), bem como no acompanhamento da eleição na Guiné Equatorial (abril de 2016).

19. Regozijaram-se pelo importante papel desempenhado pelo fórum P5 – integrado pelas Nações Unidas, União Africana, CEDEAO, União Europeia e CPLP – e pela Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, na configuração

específica para a Guiné-Bissau, no acompanhamento da situação política guineense e na promoção de um diálogo construtivo entre os atores políticos guineenses, bem como na facilitação do diálogo com os parceiros internacionais, essencial para a implementação de um roteiro para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento económico e social que o povo guineense tanto almeja;

Mandataram o Secretário Executivo da CPLP a continuar a acompanhar a situação política na Guiné-Bissau e a manter um quadro de concertação e interação com os atores políticos guineenses e os parceiros internacionais e regionais.

20. Congratularam-se com o anúncio da conclusão dos procedimentos internos de ratificação dos Estatutos da CPLP e com a entrega simbólica da respetiva carta ao Secretário Executivo da CPLP, que consolida a integração da Guiné Equatorial na CPLP e abre caminho à adoção do acervo comunitário;

Registaram com agrado a solicitação da Guiné Equatorial de apoio técnico à harmonização legislativa interna, decorrente da moratória à pena de morte em vigor, no sentido de a converter em abolição, em conformidade com os princípios fundamentais e valores universais comungados por todos os Estados-Membros;

Reconheceram os esforços empreendidos pela Guiné Equatorial na adoção plena da Língua Portuguesa, designadamente através dos órgãos de comunicação social, com destaque para a Televisão Nacional e Rádio Asonga, bem como a integração da Língua Portuguesa no currículo dos Centros Educativos;

Reiteraram o empenho em apoiar os esforços da Guiné Equatorial na sua plena integração na CPLP, em aspetos que possam vir a ser identificados junto dos órgãos da CPLP;

Felicitaram a iniciativa da Guiné Equatorial em instituir o Prémio UNESCO/Guiné Equatorial em Ciências da Vida, que em 2015 foi atribuído a um cidadão de um Estado-Membro da CPLP.

21. Tomaram nota dos esforços realizados por Timor-Leste para delimitar definitivamente, em harmonia com o Direito Internacional, as fronteiras marítimas com ambos os vizinhos, a Austrália e a Indonésia, e expressaram solidariedade à causa timorense em assegurar o exercício dos direitos soberanos e de jurisdição sobre o seu território marítimo, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e garantir assim um futuro melhor para o povo de Timor-Leste;

Saudaram o início das discussões preparatórias entre Timor--Leste e a Indonésia com vista a delimitar as fronteiras marítimas entre os dois países, num espírito de amizade e no âmbito do direito internacional, e reconheceram a iniciativa de Timor-Leste em iniciar um processo de conciliação obrigatória com a Austrália, um mecanismo de resolução de disputas no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que está a ser posto em prática pela primeira vez, com o objetivo de alcançar uma solução justa e aceitável para ambas as partes.

22. Registraram, com satisfação, a adoção, em 6 de julho de 2015, pela 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução 69/311 "Cooperação entre as Nações Unidas e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", e reiteraram a importância de estreitar a colaboração entre a CPLP e as Nações Unidas, suas agências, entidades e programas, bem como outros organismos internacionais, regionais e sub-regionais.

23. Reafirmaram a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, em particular de seu Conselho de Segurança, com vistas a reforçar sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão;

Reiteraram seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé e Príncipe (2004), da Declaração de Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008), da Declaração de Luanda (2010), da Declaração de Maputo (2012) e da Declaração de Díli (2014). Reiteraram, igualmente, nesse âmbito, o apoio à pretensão da África de estar representada na categoria de membro permanente do Conselho de Segurança.

24. Assinalaram que a mobilidade e a circulação no espaço da CPLP constituem um instrumento essencial para o aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma cidadania da CPLP, e reconheceram a necessidade de que sejam retomadas as discussões sobre o tema, levando em conta as diferentes realidades de cada Estado-Membro. Ao mesmo tempo, reconheceram que a aplicação dos Acordos de Brasília, de forma gradual e diferenciada pelos Estados-Membros, deverá contribuir para uma maior circulação dos cidadãos no espaço CPLP. Neste sentido, saudaram a decisão das Autoridades de São Tomé e Príncipe em isentar de vistos todos os cidadãos dos Estados-Membros para estadas de um período de até 15 dias.

25. Reafirmaram o compromisso de reforçar o direito humano à alimentação adequada nas políticas nacionais e comunitária, reconhecendo o seu papel na erradicação da fome e da pobreza nos países da Comunidade, bem como a prioridade dada ao tema da segurança alimentar e nutricional na agenda da CPLP. Destacaram, nesse sentido, a necessidade de implementar as ações previstas no plano de atividades da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) e de consolidar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP).

26. Reiteraram a importância do tema dos oceanos para os Estados-Membros da CPLP e, nesse sentido, reafirmaram o compromisso com a negociação de novo acordo internacional juridicamente vinculante, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além das jurisdições nacionais. Reafirmaram, ainda, o compromisso de, até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, fomentando, para tanto, a cooperação entre os países membros da CPLP. Asseveraram a vontade política comum de assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e de seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na CNUDM, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos.

27. Instaram os Estados que ainda não o fizeram a assinar e ratificar o Acordo sobre Medidas do Estado do Porto para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, negociado no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

28. Sublinharam a vontade política comum de promover a imagem da CPLP através do endosso de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações internacionais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

a) Candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia, do Brasil, à reeleição como membro da Comissão de Direito Internacional, para o mandato 2017-2021, nas eleições que ocorrerão durante a 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2016;

b) Candidatura do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, do Brasil, à reeleição como Juiz da Corte Internacional de Justiça, para o mandato 2018-2027, nas eleições que ocorrerão durante a 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2017;

c) Candidatura do Brasil à reeleição como membro do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias das Nações Unidas, para o mandato 2018--2020, nas eleições que ocorrerão durante a 72ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2017;

d) Candidatura do Juiz José Luís de Jesus, de Cabo Verde, à reeleição no cargo de Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, para o mandato 2017-2020;

e) Candidaturas do Professor Doutor Aldino Santos de Campos, de Portugal, e do Almirante Ribas Marques, do Brasil, à Comissão de Limites da Plataforma Continental, para o mandato 2017-2022;

f) Candidatura da Professora Doutora Patrícia Galvão Teles, de Portugal, à Comissão do Direito Internacional, para o mandato 2017 a 2021.

29. Assinalaram a importância do diálogo e da colaboração mantidos pelos Grupos CPLP nas diversas capitais e cidades--sede de organismos internacionais e recomendaram que as suas atividades sejam estimuladas e aprofundadas, tendo em conta o seu potencial.

Cooperação

30. Reiteraram a relevância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e para a consolidação e a projeção internacional da Comunidade.

31. Destacaram, nesse sentido, o potencial que a cooperação da CPLP oferece, numa lógica de cooperação horizontal e triangular, para a partilha de conhecimento e de experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul e com outros contextos e atores internacionais.

32. Reafirmaram a necessidade de fortalecer a ação dos Pontos Focais de Cooperação, de acordo com suas atribuições, promovendo designadamente a sua capacitação e a sua crescente articulação com os pontos focais setoriais, de modo a consolidar uma perspectiva integrada da cooperação na CPLP, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no quadro da Agenda 2030;

Reiteraram a relevância e a necessidade de um amplo compromisso e parceria para a promoção e concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos Estados-Membros, num espírito de solidariedade reforçado e focado nas necessidades daqueles em maior situação de pobreza e vulnerabilidade.

33. Ressaltaram a necessidade de desenvolver estratégias e mecanismos para o financiamento das atividades de cooperação da CPLP.

34. Registraram a importância de fortalecer a execução técnica e operacional do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) e dos planos estratégicos setoriais, estimulando e promovendo a capacitação dos agentes responsáveis por sua implementação.

35. Reafirmaram o seu compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos, enquanto pilares da dignidade humana

e do bem-estar das populações dos Estados-Membros da CPLP, objetivos centrais de todos os esforços de cooperação intracomunitária. Nesse sentido, destacaram a importância de aprofundar a discussão sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, inclusive, mas não exclusivamente, por meio do intercâmbio de boas práticas em direitos humanos e pelo estímulo à educação em matéria de direitos humanos.

36. Evidenciaram a assinatura, no âmbito da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Díli, em julho de 2015, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, instando a que todos os Estados-Membros a ratifiquem.

37. Enalteceram os avanços registados no domínio da energia, com a realização, em junho de 2015, em Cascais, da I Reunião de Ministros da Energia da CPLP e da I Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP e em outubro de 2016, em Malabo, da I Reunião Técnica da Energia, que evidenciaram o potencial da CPLP enquanto ator global na diplomacia da energia, lançando as bases para uma cooperação que poderá assegurar a segurança e sustentabilidade energética e garantir o acesso universal à energia, nas suas diversas tipologias, no espaço comunitário.

Ação cultural, promoção e difusão da língua portuguesa

38. Destacaram a importância de desenvolver projetos conjuntos com o objetivo de difundir e fortalecer a Língua Portuguesa, incentivando a realização de iniciativas comuns e o contato entre as redes de institutos, de centros culturais e de leitorados dos Estados-Membros, no entendimento de que a realização de ações conjuntas contribui para marcar o caráter internacional da Língua Portuguesa e a pluralidade cultural que lhe é intrínseca.

39. Reafirmaram a importância da circulação e da difusão de bens culturais entre os Estados-Membros na disseminação dos produtos

culturais contemporâneos em Língua Portuguesa, reconhecendo que esta permitirá o fortalecimento das potencialidades económicas desse setor e representa um importante passo na difusão da diversidade cultural em Língua Portuguesa em todo o mundo.

40. Congratularam-se pelos resultados alcançados até agora pelo Programa CPLP Audiovisual, que tem logrado estimular a produção e a veiculação da produção audiovisual dos Estados-Membros, através da rede das emissoras de televisão públicas nestes países.

41. Saudaram Timor-Leste por organizar a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Díli, de 15 a 17 de junho de 2016, que marcou o caráter contínuo e regular da reflexão alimentada pelas Conferências, bem como ressaltou o escopo global da Língua Portuguesa, discutida em conferências na América, na Europa e, agora, na Ásia. Registaram, ainda, de forma positiva, o contributo do IILP para a realização de Colóquios Preparatórios para a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Díli e Praia);

Recomendaram que se calendarizem, para o primeiro trimestre de 2017, as reuniões necessárias dos segmentos técnico-científico e político-diplomático para a configuração final do Plano de Ação de Díli.

42. Enfatizaram o papel central do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na coordenação em temas relativos ao idioma, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela CPLP. Concordam, por isso, na necessidade do fortalecimento do IILP, com meios humanos e financeiros de modo a cumprir cabalmente o seu mandato.

43. Congratularam-se com o desenvolvimento dos principais projetos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa

(Plataforma Vocabulário Ortográfico Comum e Portal do Professor Língua Estrangeira/Língua Não Materna) e com a criação de novos projetos (Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa e Plano de Leitura CPLP).

44. Saudaram a assinatura do Memorando de Cooperação entre a República da Namíbia, País Observador Associado da CPLP, e o IILP com o objetivo de promover o idioma, com ênfase na formação de professores de Língua Portuguesa para os diferentes níveis do sistema educativo.

45. Regozijaram-se com o fato de a comemoração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP se vir afirmando nos Estados-Membros e noutros países, bem como em diferentes comunidades da diáspora, como manifestação de que "a Língua Portuguesa é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista".

46. Congratularam-se com a atribuição do "Prêmio José Aparecido de Oliveira" em *ex aequo* ao Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio, antigo Presidente da República Portuguesa, ao Professor Doutor Carlos Lopes, ex-Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África, e ao Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira, Diplomata de carreira do Brasil e primeiro Representante Permanente junto da CPLP, pelo elevado mérito, e pelo extenso contributo para a difusão dos valores da CPLP e a visibilidade da Comunidade, demonstrados por estas ilustres individualidades.

47. Elegeram a Dr.ª Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira, indicada pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, para o cargo de Secretária Executiva da CPLP, para um

mandato de dois anos, de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

48. Concordaram que o(a) Secretário(a) Executivo(a) que sucederá a Drª Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira será indicado(a) pela República Portuguesa e exercerá o seu mandato por dois anos, de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.

49. Decidiram que os mandatos dos Secretários Executivos passam a ter início no dia 1 de janeiro do primeiro ano de mandato, e término no dia 31 de dezembro do ano subsequente.

50. Congratularam-se com a renovação do mandato da Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP, Drª Georgina Benrós de Mello.

51. Saudaram, com satisfação, a recondução da Diretora Executiva do IILP, Professora Doutora Marisa Guião de Mendonça, para o segundo mandato.

52. Tomaram nota da adoção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções sobre:

i. A IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil;

ii. A Declaração do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP);

iii. O Fórum Económico Global;

iv. A Mobilidade na CPLP;

v. O Repositório Científico da CPLP;

vi. A Representatividade dos Estados-Membros no Secretariado Executivo da CPLP;

vii. A Alteração do Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP (supressão do *numerus clausus*);

viii. A Alteração do Regulamento do Prémio "José Aparecido de Oliveira";

ix. O Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Conteúdos Audiovisuais da CPLP – Programa CPLP Audiovisual;

x. A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;

xi. As Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa;

xii. O Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Secretariado Executivo da CPLP no ano de 2014;

xiii. O Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras do IILP no ano de 2014;

xiv. O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2017;

xv. O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2017.

53. Aprovaram as seguintes declarações:

i. Declaração sobre "A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)";

ii. Declaração sobre os 20 anos da CPLP;

iii. Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

iv. Declaração sobre a Situação Política na Guiné-Bissau;

v. Declaração sobre as Disputas das Fronteiras Marítimas.

54. Aprovaram a Declaração de Apreço ao Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak.

55. Aprovaram a Declaração de Apreço ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Isaac Murargy, pela qual expressam um voto de louvor pela dedicação, elevada competência e determinação com que serviu a CPLP, durante os seus mandatos.

56. Prestaram homenagem ao antigo Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro.

57. Prestaram homenagem ao Padre Leão da Costa, da República Democrática de Timor-Leste.

58. Saudaram, com satisfação, a disponibilidade da República de Cabo Verde para acolher a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2018.

59. Felicitaram as autoridades brasileiras pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Brasília, a 1 de novembro de 2016

Pela República de Angola
MANUEL DOMINGOS VICENTE
Vice-Presidente da República de Angola

Pela República Federativa do Brasil
MICHEL TEMER
Presidente da República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde
JORGE CARLOS FONSECA
Presidenteda República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau
BACIRO DJÁ
Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau

Pela República da Guiné Equatorial
OBIANG NGUEMA MBASOGO
Presidente da República da Guiné Equatorial

Pela República de Moçambique
OLDEMIRO JÚLIO MARQUES BALÓI
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique

Pela República Portuguesa
MARCELO REBELO DE SOUSA
Presidente da República Portuguesa

Pela República Portuguesa
ANTÓNIO COSTA
Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
EVARISTO DO ESPÍRITO SANTO CARVALHO
Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste
TAUR MATAN RUAK
Presidente da República Democrática de Timor-Leste

X REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA

Salvador, 5 de maio de 2017

Declaração final

Os Ministros da Cultura, ou seus Representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, reunidos na cidade de Salvador, no dia 5 de maio de 2017, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP,

Reiterando a importância da avaliação periódica do grau de implementação das deliberações das anteriores Reuniões Ministeriais para o acompanhamento do seu seguimento e para a recomendação de ações de cooperação multilateral futuras;

Relembrando que o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e seu respectivo Plano de Ação foram aprovados na IX Reunião de Ministros da Cultura, em Maputo, em 2014, e se encontram em fase de implementação;

Reafirmando o compromisso de fortalecer a cooperação multilateral no domínio da cultura, para o conhecimento mútuo e a aproximação entre os povos da CPLP, a defesa, preservação e promoção da cultura da paz;

Destacando que a cultura constitui elemento fundador e congregador da Comunidade, uma vez que permite identificar o patrimônio histórico e cultural que reforça a memória coletiva e a construção de uma identidade histórica que desperta interesse em países terceiros;

Reiterando que os Povos representados na CPLP partilham de uma herança histórica, cultural e linguística que os une, feita de um percurso comum de vários séculos que originou um patrimônio material e imaterial que urge preservar, valorizar e difundir;

Cientes de que a cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre identidade, coesão social e respeito pela diversidade, assumindo crescente importância nas relações de cooperação e intercâmbio, na criação de riqueza e na dinamização de atividades econômicas capazes de garantir a produção de bens e serviços no quadro do mercado mundial;

Conscientes de que a diversidade cultural dos Estados-Membros da CPLP constitui uma riqueza a ser partilhada e divulgada no espaço intra e extracomunitário;

Tendo presente a necessidade de incrementar o intercâmbio cultural e a mobilidade entre os agentes da cultura, para reforçar os laços históricos e a promoção da diversidade cultural e da Língua Portuguesa;

Reafirmando que o investimento na cultura e na educação, assim como a qualificação de jovens e adultos nas áreas culturais e artísticas, contribuem para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável nos Estados-Membros da CPLP, em coerência com o lema "A CPLP e a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável", definido pelo Brasil no exercício da presidência pro tempore da Comunidade;

Cientes de que o teor das deliberações ministeriais é relevante para a concretização do objetivo de implementar ações de cooperação no domínio da cultura;

Tendo em conta que o aprofundamento do diálogo e a partilha de informação e boas práticas sobre atividades, projetos e programas culturais reforçarão a identificação de ações conjuntas a implementar pelos Estados-Membros da CPLP;

Reiterando que o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, vigente até 2020, constitui o instrumento de orientação para a implementação de ações concertadas, integradoras e sinérgicas de cooperação no setor da cultura;

Empenhados em reforçar a implementação do Plano Estratégico por meio de projetos, atividades e ações de cooperação multilateral intracomunitária no domínio da cultura, em alinhamento com as prioridades e interesses nacionais dos Estados-Membros da CPLP.

Decidem:

1. Reiterar os conteúdos das propostas constantes nas Declarações Finais das Reuniões Ministeriais da Cultura da CPLP, realizadas entre 2000, no Estoril, e 2014, em Maputo;

2. Congratular-se pela realização, à margem da presente Reunião dos Ministros da Cultura, do debate sobre "Políticas Culturais e Indústrias Criativas na CPLP", que permitiu partilhar informações sobre políticas nacionais, regionais e multilaterais voltadas para as indústrias culturais e criativas nos Estados-Membros da CPLP, convidando os Estados-Membros a promover atividades relacionadas ao tema;

3. Congratular o Brasil, no exercício da Presidência *pro tempore* e em cumprimento do Plano Estratégico de Cooperação Cultural

Multilateral da CPLP, pela concretização da "Capital da Cultura da CPLP", à margem da presente reunião ministerial, em Salvador, destacando a realização de extensa programação cultural que contemplou exposições fotográficas, apresentações musicais, visitas a monumentos históricos e alusivos ao contato entre o Brasil e diversos Estados-Membros da CPLP, entre outros;

4. Incentivar a promoção da mobilidade dos agentes culturais da CPLP, com vistas a incrementar o intercâmbio de conhecimento entre os fazedores de cultura, entre os quais artistas, escritores, compositores, pesquisadores, gestores e organizações da sociedade civil;

5. Recomendar aos Estados-Membros que identifiquem ações a implementar no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, numa perspectiva contínua, para apreciação nas próximas Reuniões dos Pontos Focais da Cultura da CPLP, tendo em vista o horizonte temporal estabelecido para o término da vigência daquele Plano, em 2020;

6. Ressaltar o interesse na identificação contínua e progressiva de projetos culturais bilaterais dos Estados-Membros que tenham potencial de adaptação para o âmbito da cooperação multilateral, no espaço da CPLP;

7. Registrar, com satisfação, o sucesso na implementação da primeira edição do Programa CPLP Audiovisual, bem como apoiar a implementação da sua segunda edição, conclamando todos os Estados-Membros da CPLP a envidar esforços no sentido de disponibilizar recursos financeiros ou outros meios necessários à realização da segunda edição do Programa. Tomar ainda boa nota pela manifestação de disponibilidade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

8. Recomendar aos Estados-Membros a permanente partilha de informações sobre projetos culturais que alcançaram sucesso

nos âmbitos nacional, bilateral, regional ou multilateral, como exemplo de boas-práticas a serem adotadas no âmbito da CPLP;

9. Mandatar a Reunião Técnica dos Pontos Focais da Cultura, em articulação com o Secretariado Executivo, a fazer o balanço e a avaliação dos projetos apresentados para implementação do Plano Estratégico e propor a sua continuidade ou interrupção;

10. Estabelecer os seguintes projetos a implementar ao longo da Presidência pro tempore brasileira, em alinhamento com o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP:

a) Programa CPLP Audiovisual – segunda edição;

b) Capital da Cultura da CPLP;

c) Criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP;

d) Criação da Rede de Museus da CPLP;

e) Programas de formação de gestores, técnicos e funcionários de distintas áreas da cultura;

f) Partilha de boas práticas em matéria de digitalização de acervos documentais e bibliográficos;

g) Criação do Portal da Cultura da CPLP, para sistematização, partilha e divulgação de informações sobre atividades, projetos e programas culturais dos Estados-Membros;

h) Disponibilização aos países da CPLP da versão em língua portuguesa do Manual de Referência do Patrimônio Mundial – Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial da Unesco;

i) Realização da 9ª edição do Festival Internacional de Teatro em Língua Portuguesa.

11. Mandatar o Secretariado Executivo a apresentar, num prazo de até 90 dias, os termos de referência do Portal da Cultura da CPLP, para apreciação e aprovação dos Estados-Membros;

12. Recomendar aos Estados-Membros que identifiquem, num prazo de até 90 dias, interlocutores nacionais para articulação com o Secretariado Executivo e o envio de conteúdos para o Portal da Cultura da CPLP;

13. Reiterar aos Estados-Membros a responsabilidade de identificarem recursos técnicos e financeiros com vistas à viabilização dos projetos culturais da CPLP;

14. Adotar o projeto de Declaração sobre Capital da Cultura da CPLP, a ser submetida à próxima Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em anexo;

15. Adotar o projeto de Resolução sobre a "Criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP", a ser submetida à próxima Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em anexo;

16. Adotar o projeto de Resolução sobre o apoio à candidatura do Centro Histórico de Mbanza Kongo a Patrimônio Mundial da Unesco;

17. Saudar a primeira participação da República da Guiné Equatorial na Reunião dos Pontos Focais da Cultura e na Reunião de Ministros da Cultura da CPLP;

18. Recomendar a atualização dos documentos normativos da Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, com vistas à sua adequação aos documentos orientadores da CPLP e à inclusão da República da Guiné Equatorial;

19. Tomar boa nota da tradução para língua portuguesa do Manual de Referência do Patrimônio Mundial – Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial, publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil por meio do Centro Lúcio Costa, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, por meio da Representação da Unesco no Brasil;

20. Registrar com satisfação o Festival Internacional de Teatro em Língua Portuguesa – FESTLIP, como mecanismo de integração cultural dos países da CPLP e de promoção da dramaturgia em língua portuguesa;

21. Saudar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa pela apresentação de iniciativas culturais desenvolvidas e a desenvolver durante a Presidência pro tempore brasileira da CPLP, destacando o seu importante papel na promoção da Língua Portuguesa;

22. Congratular a participação da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura na X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, para identificação de ações conjuntas a serem implementadas durante a Presidência pro tempore brasileira, ao abrigo do Convênio Quadro celebrado com a CPLP em julho de 2015, em Lisboa;

23. Saudar a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e República Portuguesa, que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e Juventude, destinado a escritores e ilustradores dos Estados-Membros da CPLP;

24. Saudar a assinatura do Programa Conjunto entre o Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Cultura de Angola que propiciará o aprofundamento das relações culturais entre os dois países;

25. Reafirmar a importância da ratificação das convenções culturais da UNESCO, com particular destaque para a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, pelas entidades nacionais competentes de cada Estado-Membro;

26. Registrar, com agrado, o avanço na articulação entre a Reunião Técnica dos Pontos Focais da Cultura e a Reunião Técnica dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

Os Ministros manifestam a sua satisfação pelas excelentes condições de trabalho criadas pelo Ministério da Cultura do Brasil e o acolhimento hospitaleiro pela Prefeitura Municipal de Salvador, pelo alto nível dos debates, o que permitiu a produção dos documentos aprovados pela presente Reunião Ministerial.

Salvador, 5 de maio de 2017

Pela República de Angola
CAROLINA CERQUEIRA
Ministra da Cultura da República de Angola

Pela República Federativa do Brasil
ROBERTO FREIRE
Ministro da Cultura da República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde
ABRAÃO VICENTE
Ministro da Cultura e Indústrias Criativas da República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau
JOÃO CORNÉLIO GOMES CORREIA
Ponto Focal da Cultura, Diretor-Geral da Cultura, em representação do Ministro da Cultura da República da Guiné-Bissau

Pela República da Guiné Equatorial
LORENZO ALVARO BIKORO NKUA AYETEBE
Diretor Nacional do Património Cultural e Artístico, em representação do Ministro da Cultura e Promoção Artesanal

Pela República de Moçambique
ROMULANDO LODINO DO CARMO JOHNAM
Conselheiro Econômico para Assuntos de Cultura e Turismo da Embaixada da República de Moçambique em Brasília, em representação do Ministro da Cultura da República de Moçambique

Pela República Portuguesa
LUÍS FILIPE CASTRO MENDES
Ministro da Cultura da República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
OLINTO DA SILVA E SOUSA DAIO
Ministro da Educação, Ciência e Cultura da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste
ANTONITO ARAÚJO
Embaixador de Timor-Leste junto da CPLP, em representação do Ministro da Cultura

II REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA CPLP

Brasília, 8 de junho de 2017

Declaração de Brasília

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), plataforma ministerial e multi-atores para a coordenação das ações desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e assessoria aos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido extraordinariamente, em Brasília, no dia 8 de junho de 2017;

Reafirmando a vontade política e o compromisso da Comunidade com a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), cujo princípio fundamental assenta no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);

Considerando o contributo relevante da ESAN-CPLP para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, reforçando a capacidade de diálogo e alinhamento da CPLP com diferentes parceiros internacionais de desenvolvimento;

Reiterando a responsabilidade inalienável do Estado na garantia da concretização efetiva do Direito Humano à Alimentação

Adequada, por meio da implementação de políticas públicas de combate à fome, à má nutrição e a todas as formas de desigualdade que impeçam o exercício do DHAA;

Reconhecendo que a realização progressiva deste Direito implica o reconhecimento da centralidade da concertação entre os diferentes atores que integram os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e o CONSAN-CPLP, de modo a construir uma nova governança para o sistema alimentar sustentável, nomeadamente no desenvolvimento de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção da alimentação adequada e saudável no contexto da CPLP;

Considerando ainda, a necessidade de que os estados membros da CPLP assegurem a sua plena representatividade nos trabalhos e estruturas do CONSAN-CPLP;

Considerando a necessidade de alinhamento dos Estados-Membros com o trabalho desenvolvido a nível comunitário, como forma de assegurar, com carácter regular e permanente, uma alimentação segura e nutritiva a todos os cidadãos da CPLP, respeitando a soberania alimentar, as culturas e preferências de cada povo;

Agradecendo ao Governo da República Federativa do Brasil pela convocação e apoio na organização desta II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP;

DECIDE:

1. *Recomendar* aos Chefes de Estado e de Governo que os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, existentes ou em constituição em cada país, promovam de forma efetiva a coordenação intersectorial e a participação social na implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

2. *Apelar* aos Estados-Membros que ainda não constituíram os respetivos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, que envidem esforços com vista à sua constituição, em linha com o previsto na ESAN-CPLP;

3. *Congratular* Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste pela criação dos seus Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e a Guiné-Bissau pelo processo em curso;

4. *Saudar* Angola pelo estabelecimento de um Grupo de Trabalho Multisectorial como plataforma de coordenação para a Segurança Alimentar e Nutricional; Moçambique pelo processo em curso de elaboração do decreto de criação do futuro Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; e Portugal pela intenção manifestada para a construção institucional de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

5. *Ratificar* a aprovação das Diretrizes para o Apoio à Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP pelo Grupo de Trabalho em Agricultura Familiar (GTAF) e conferir a mais alta prioridade política à sua implementação imediata;

6. *Prosseguir* esforços na mobilização internacional para a proclamação, pelas Nações Unidas, da década para a Agricultura Familiar (AIAF +10 - 2014+10), promovendo, junto dessa Organização, uma ação conjunta com outras regiões para a promoção deste objetivo; *Ressaltar* a importância do acompanhamento, pelos Estados membros, das discussões acerca da aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Camponeses no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em consonância com o expresso nas "Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP";

7. *Saudar* a iniciativa de constituição de um Pacto multiatores da CPLP para a governança sustentável da terra consonante com os

eixos da ESAN-CPLP e em articulação com as diretrizes de apoio e promoção da agricultura familiar na CPLP;

8. *Afirmar* a pertinência de implementação de um "Observatório para a Monitorização da Implementação das Diretrizes Voluntárias sobre Governança da Terra" nos países da CPLP, no quadro do GTAF, como um passo fundamental para a implementação do pacto supracitado;

9. *Reconhecer* a importância de tomar ciência das discussões feitas no âmbito da Comissão de Trabalho sobre o tema "A propriedade da terra como fator de desenvolvimento", criada no âmbito da Conferência de Ministros da Justiça da CPLP, e de buscar interlocução para que este debate esteja em consonância com as diretrizes para apoio e promoção da agricultura familiar na CPLP;

10. *Reconhecer* a centralidade do papel das mulheres rurais em assegurar a segurança alimentar e nutricional no espaço da CPLP, incluindo a sua maior participação nos mecanismos de governança da ESAN–CPLP, através da Rede das Margaridas da CPLP;

11. *Saudar* a iniciativa do Mecanismo do Setor Privado para o desenvolvimento de um estudo que possa levar a uma proposta de acordo de comércio de produtos de qualidade diferenciada na CPLP, tendo em mente a sua importância para dinamização das trocas comerciais entre os Países e para o acesso aos mercados pelos agricultores familiares;

12. *Recomendar* aos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior dos Estados membros da Comunidade o fortalecimento da disponibilização de recursos para atividades de pesquisa científica, da promoção de atividades em rede e mobilidade de docentes e discentes, associadas à temática da Segurança Alimentar e Nutricional;

13. *Recomendar* que as prioridades a serem adotadas no CONSAN--CPLP, em especial no GT de Nutrição e Sistemas Alimentares, estejam alinhadas à Década de Ação em Nutrição (2016-2025), proclamada em abril de 2016, através da Resolução 70/259, da Assembleia Geral das Nações Unidas, face à necessidade de coordenar melhor os esforços globais para o enfrentamento de todas as formas de má nutrição no mundo;

14. *Apelar* à mobilização de recursos financeiros junto dos Estados--Membros, doadores e parceiros de desenvolvimento para a implementação da ESAN-CPLP, com base no Plano de Atividades Indicativo e Proposta de Ações para Financiamento, aprovados nesta reunião;

15. *Aconselhar* aos Estados-Membros da CPLP a realização de acordos fiduciários com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), visando a sua participação nas atividades da ESAN-CPLP e reuniões do CONSAN-CPLP;

16. *Recomendar* ao Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) e ao Comité de Concertação Permanente da CPLP o diálogo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) visando reforçar o apoio coordenado à implementação da ESAN-CPLP;

17. *Recomendar* que o SECPLP apresente, perante o Conselho de Ministros da CPLP, uma proposta de incorporação do orçamento do CONSAN-CPLP no Orçamento de funcionamento do SECPLP;

18. *Recomendar*, ainda, que até à formalização do disposto na alínea anterior, se identifiquem, no quadro dos ordenamentos jurídicos dos Estados-Membros, mecanismos de contribuições voluntárias para o financiamento do Plano de Atividades da ESAN-CPLP e do funcionamento do CONSAN-CPLP;

19. *Mandatar* o SECPLP que inicie um processo de revisão dos Estatutos do CONSAN-CPLP, permitindo a sua adequação às realidades mais recentes de funcionamento da CPLP, tais como a adesão da Guiné Equatorial à CPLP e a incorporação dos mecanismos de representação no CONSAN-CPLP como participantes do Secretariado Técnico da ESAN-CPLP, sem prejuízo de outras matérias que venham a ser consideradas como pertinentes;

20. *Ratificar* o Plano de Trabalho Indicativo aprovado na V Reunião do Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP e mandatar o STP CONSAN e o SECPLP para a sua finalização, orçamentação e implementação, com o apoio técnico da FAO;

21. *Recomendar* que as novas atividades que se relacionem com a ESAN-CPLP sejam atempadamente comunicadas e debatidas com o STP CONSAN com vista à sua eventual aprovação e/ou concessão de apoio institucional;

22. *Ratificar* a proposta de Diretrizes para Constituição do Mecanismo de Facilitação da Participação dos Parlamentares no CONSAN-CPLP bem como do respetivo Plano de Atividades;

23. *Afirmar* a pertinência da construção de políticas locais de segurança alimentar e nutricional nos Estados membros da CPLP e a consolidação da participação do poder local no CONSAN-CPLP;

24. *Saudar* a iniciativa para a criação de um "Grupo de Trabalho de Nutrição e Sistemas Alimentares" e elaboração de um documento base explicitando o entendimento comum dos Estados membros sobre a relação entre sistemas alimentares e nutrição;

25. *Renovar* o mandato do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar no CONSAN-CPLP, por um período de dois anos, e a sua coordenação até à próxima reunião do CONSAN-CPLP;

Por último, considerando o seu carácter propositivo e o seu papel de assessoria à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da

CPLP, a II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP decidiu que as decisões acima apresentadas sejam transmitidas aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, reiterando a conveniência da realização da Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP em momento prévio às Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Brasília, 8 de junho de 2017

Pelos Membros do CONSAN-CPLP

Pela República de Angola
JOSÉ AMARO TATI
Secretário de Estado para a Agricultura
Em representação do Ministro da Agricultura

Pela República Federativa do Brasil
EVANDRO DE BARROS ARAÚJO
Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento Social
Em representação do Ministro do Desenvolvimento Social

Pela República de Cabo Verde
DOMINGOS MASCARENHAS
Embaixador de Cabo Verde em Brasília
Em representação do Ministro da Agricultura e Ambiente

Pela República da Guiné-Bissau
CARLOS MATEUS TAVARES DE AMARANTE
Diretor Geral da Agricultura
Em representação do Ministro da Agricultura, Floresta e Pecuária

Pela República da Guiné Equatorial
TITO MBA ADA
Embaixador da Guiné Equatorial junto da CPLP

Pela República de Moçambique
MANUEL TOMÁS LUBISSE
Embaixador da República de Moçambique em Brasília
Em representação do Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar

Pela República Portuguesa
ANTÓNIO CÊRCA MIGUEL
Adjunto do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Em representação do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
TEODORICO DE CAMPOS
Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Pela República Democrática de Timor-Leste
MARCOS DA CRUZ
Vice-Ministro da Agricultura e Pescas

Pelos Participantes do CONSAN-CPLP

Mecanismo de Facilitação de Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP

Mecanismo de Facilitação de Participação das Universidades no CONSAN-CPLP

Mecanismo de Facilitação de Participação do Setor Privado no CONSAN-CPLP

15ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Brasília, 29 de junho de 2017

Ata final

A 15ª Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa teve lugar na cidade de Brasília, na República Federativa do Brasil, em 29 de junho de 2017. Os trabalhos transcorreram conforme a agenda proposta.

Participaram os seguintes Representantes Oficiais: pela República de Angola, Maria Isabel Tormenta dos Santos, Secretária de Estado para a Justiça; pela República Federativa do Brasil, Torquato Jardim, Ministro da Justiça e Segurança Pública; pela República de Cabo Verde, Janine Tatiana Santos Lelis, Ministra da Justiça e Trabalho; pela República da Guiné-Bissau, Rui Sanhá, Ministro da Justiça; pela República de Moçambique, Manuel Tomás Lubisse, Embaixador junto à República Federativa do Brasil; pela República Portuguesa, Jorge Cabral, Embaixador junto à República Federativa do Brasil; pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ilza Maria Amado Vaz, Ministra da Justiça, da Administração Pública e dos Direitos Humanos; e pela República Democrática de Timor-Leste, Ivo Valente, Ministro da Justiça.

Participou, ainda, como convidado especial, o Senhor Wilfredo Obama Ela Mangue, Embaixador da Guiné Equatorial junto à República Federativa do Brasil.

Estiveram ainda presentes os Senhores Nelinho Vital, Secretário-Geral da Conferência na Presidência Timorense; Márcia Loureiro, Secretária-Geral da Conferência na Presidência Brasileira; João Arsénio de Oliveira, Secretário-Geral Adjunto da Conferência; Mario Mendão, em representação da Secretária Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Iracema Naiol de Azevedo, Secretária-Geral da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; equipe de assistência técnica do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOPS e em Timor--Leste (PACED), Maria Teresa Santos, Nuno Coelho e José Mouraz Lopes, em representação do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, além de diversas autoridades dos Estados-Membros da CPLP. Como convidado especial, participou o Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em Brasília, Rafael Franzini.

A sessão de abertura da 15ª CMJ foi presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, que deu as boas-vindas aos Representantes Oficiais e delegações e ressaltou os laços históricos e culturais que unem a comunidade lusófona. Recordou que o Brasil sediou, em 2016, a 11ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ocasião em que o Brasil assumiu a presidência rotativa da CPLP. Expressou grande satisfação por haver mantido, naquela oportunidade, reuniões bilaterais com os líderes de todos os países participantes.

Considerou muito oportuno o alinhamento da Conferência dos Ministros da Justiça à CPLP e parabenizou o Ministro da

Justiça de Timor-Leste pela eficiente condução desse processo durante sua presidência e pela prioridade conferida à matéria. Felicitou a Presidência Timorense da CMJ, ainda, pela introdução, na agenda da Conferência, do tema da propriedade da terra como fator de desenvolvimento.

No tocante à Presidência Brasileira que se inicia, comentou positivamente o tema central selecionado, a saber, "A consolidação da cooperação jurídica internacional no espaço CPLP".

Valorizou a mensagem política dos Ministros da Justiça sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas, mediante a adesão da Conferência à Campanha Coração Azul da ONU, em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e, recordando a recente entrada em vigor, no Brasil, de legislação específica para o combate a esse crime, conclamou os Representantes Oficiais a não medir esforços para debelar esse flagelo, de grande custo social e humano.

Recordou a escolha de "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" como tema da 11ª Cúpula da Comunidade e o compromisso então assumido, no mais alto nível, de apoio à implementação da Agenda 2030, de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas associadas. Saudou, assim, o trabalho desenvolvido na CMJ, em plena convergência com a consecução dos ODS. Por fim, desejou a todos uma jornada proveitosa, pautada pelos objetivos delineados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e, sobretudo, pelos princípios e valores comuns da Comunidade.

O Ministro da Justiça de Timor-Leste, na qualidade de Presidência cessante, apresentou seus agradecimentos ao Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil pela acolhida e desejou sucesso à Presidência Brasileira. Afirmou que a Conferência continua a se fortalecer no papel fundamental que cumpre no

âmbito da proteção e da promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento de relações de cooperação jurídica e judiciária entre os países que têm como língua oficial o português, partilhando a mesma matriz cultural.

Em seguida, procedeu a um balanço das atividades da Presidência Timorense da Conferência, assinalando os esforços desenvolvidos em favor da aproximação da Conferência à CPLP, formalizada no Protocolo Adicional n° 3 ao Acordo de Cooperação que estabelece o Regimento da Conferência, pelo qual se processou a redenominação da Conferência, que passa a designar-se Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, permitindo a adesão da Guiné Equatorial e procedendo a alterações consonantes com a deliberação dos Ministros da Justiça na Conferência de Díli (2015).

Foi ainda destacado o aperfeiçoamento dos princípios orientadores da ação da Conferência, fazendo-se constar em sua matriz os valores do respeito pela dignidade da pessoa humana, da liberdade, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos. Fez também referência à continuidade dos trabalhos da instância técnica, designadamente das Comissões de Trabalho sobre a Proteção Internacional das Crianças, Transferência de Pessoas Condenadas, Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Combate à Corrupção de Agentes Públicos nas transações comerciais internacionais, além do Conselho de Diretores de Serviços Prisionais e Penitenciários.

Reiterou também o reforço da imagem e da visibilidade da CMJ junto às sociedades de seus países e a organizações internacionais de relevo, como a OCDE, a COMJIB e a ASEAN. Em nota final, expressou profunda satisfação, considerando ter dado cumprimento a todas as metas assumidas em Díli, contribuindo para a importância crescente da Conferência como espaço único de

partilha e cooperação na área da justiça e do direito, no momento em que se comemoram 26 anos desde a celebração da primeira Conferência, em Lisboa, em 1991.

Ressaltou, ainda, a conclusão das negociações da Declaração de Brasília sobre a Propriedade da Terra como Fator de Desenvolvimento, instrumento onde se reitera a importância da concretização de ações estratégicas de âmbito nacional e internacional para promoção e proteção do direito à propriedade na perspectiva dos direitos humanos, encarregando a respectiva Comissão de Trabalho de continuar a discussão com vista à elaboração futura de um Plano de Ação, no seguimento dos trabalhos já desenvolvidos, durante a Presidência Timorense.

Passou a palavra ao Secretário-Geral da Conferência, que efetuou a prestação de contas da Presidência Timorense e informou sobre o saldo atual da conta da Conferência e sobre o conjunto de despesas realizadas nos últimos dois anos e que se destinaram, sobretudo, ao desenvolvimento das atividades e trabalhos técnicos da Conferência, da manutenção do seu site oficial, à edição do Boletim e custear a representação da Conferência. Foi, ainda, apresentado o ponto de situação das obrigações contributivas e do grau de cumprimento dos países, tendo sido feito um apelo à sua regularização.

A seguir, a representante do Ministério da Justiça de Timor-Leste, Cidália da Cruz, ofereceu às delegações um relato consolidado dos trabalhos das Comissões de Trabalho sobre a Proteção Internacional de Crianças no espaço da CPLP, a Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, a Propriedade da terra e o Conselho dos Diretores dos Serviços Prisionais dos Países da CPLP. O relato incluiu o Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos, realizado em Brasília em 27 de junho,

já como atividade preparatória aos trabalhos sobre cooperação jurídica a serem desenvolvidos pela próxima presidência.

Registrou também a conclusão dos trabalhos da Comissão encarregada da elaboração do Manual sobre Transferência de Pessoas Condenadas e a recomendação dos Correspondentes Nacionais de que seja elevada à apreciação dos Ministros da Justiça a proposta de criação de uma Comissão de Trabalho que se encarregará da elaboração de manuais sobre procedimentos relativos à extradição e sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal.

Em seguida, os Ministros da Justiça e Representantes Oficiais procederam à assinatura da Declaração sobre a Propriedade da Terra como Fator de Desenvolvimento, pela qual manifestam a intenção de dar continuidade às discussões no âmbito da correspondente Comissão de Trabalho, a fim de elaborar Plano de Ação na matéria.

O Protocolo Adicional n. 3 ao Acordo de Cooperação que estabelece o Regimento da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa foi assinado pelos Representantes do Brasil, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, permanecendo aberto à assinatura dos demais Estados-Membros e à adesão da Guiné Equatorial. Angola, Guiné-Bissau e Moçambique reiteraram o seu compromisso para com o Protocolo, tendo referido a necessidade de submeter o instrumento, previamente à sua assinatura, às formalidades de direito interno dos seus países.

Em seguida, foi realizado o ato de passagem da Presidência da 15ª Conferência dos Ministros da Justiça para o Brasil.

Após reiterar as boas-vindas a todas as delegações e os cumprimentos ao Ministro da Justiça de Timor-Leste pelos avanços logrados, o Ministro da Justiça e Segurança Pública do

Brasil expressou a solidariedade do povo brasileiro à nação irmã de Portugal pelo recente momento doloroso.

Em seguida, passou a apresentar o Plano de Trabalho que a Presidência Brasileira pretende desenvolver no período 2017-2018.

Elencou, de início, as iniciativas a serem desenvolvidas na área da cooperação jurídica internacional em matéria penal e civil, inclusive mediante a utilização de meios eletrônicos, e o estímulo à utilização da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária da CPLP, a partir do esforço desenvolvido pela Presidência Timorense, que culminou na nomeação da nova Secretária-Geral da RCJJ.

Informou que, na área de acesso à justiça, a Presidência Brasileira pretende estimular o intercâmbio de informações e experiências sobre meios como negociação, mediação e conciliação, valorizando a cultura da não judicialização da solução de conflitos.

No tocante à proteção internacional das crianças no espaço CPLP, a Presidência Brasileira acompanhará a execução do Plano de Ação aprovado em Díli, ao mesmo tempo em que encoraja os demais Estados-Membros da CPLP a aderir, ratificar e implementar as Convenções da Haia que tratam do tema.

Ressaltou a importância de aprimorar o combate à corrupção, o rastreamento dos fluxos financeiros ilícitos e o aperfeiçoamento dos mecanismos de recuperação de ativos, tema tratado no Seminário Internacional sobre Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro realizado em 27 de junho.

Na área do combate ao tráfico de seres humanos, encorajou a adoção, pelos países participantes, de legislação específica que contemple os eixos da prevenção, repressão, responsabilização e assistência às vítimas. Agradeceu a acolhida dada pelos Senhores Ministros à proposta brasileira de adesão da CMJ à Campanha Coração Azul da ONU, a ser formalizada no decorrer dos trabalhos,

em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Informou que a Presidência Brasileira pretende dar ênfase, na Comissão de Trabalho, à promoção de medidas de proteção e assistência às vítimas, nas esferas legal, de saúde, laboral e outras.

Manifestou, em seguida, intenção de dar continuidade às discussões com vistas à elaboração de um Plano de Ação sobre a Propriedade da Terra como Fator de Desenvolvimento, tarefa que contará com o concurso da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

Quanto ao futuro Plano de Ação do Conselho dos Diretores de Serviços Prisionais e Penitenciários, propôs que esse documento tome por base as Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Prisioneiros, de 2015 (Regras de Mandela).

No que se refere à Comissão de Trabalho sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, uma vez que foi levada a cabo sua tarefa de redação do Manual e definido o procedimento para a atualização permanente daquele produto, disponível no sítio eletrônico da Conferência, considerou concluído com êxito o trabalho daquela Comissão.

De outra parte, apresentou à consideração dos Representantes Oficiais a proposta de criação de nova Comissão de Trabalho, destinada à elaboração de manual sobre procedimentos relativos à extradição existentes nos países da CPLP, bem como, se assim decidido conjuntamente, um segundo manual sobre cooperação em matéria penal. A proposta foi aprovada pelos Representantes Oficiais.

Ressaltou, ademais, que a Presidência Brasileira procurará aprofundar o alinhamento da Conferência com a CPLP, seus valores, princípios e objetivos; aproximar a Conferência das sociedades dos

Estados-Membros; e ampliar o reconhecimento da Conferência junto a países extra-CPLP e organismos internacionais.

Por fim, designou, como Secretária-Geral da Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP durante a Presidência Brasileira, a Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Embaixadora Márcia Loureiro.

Ao agradecer a confiança e a honrosa designação, a nova Secretária-Geral da Conferência expressou a intenção de dar prosseguimento ao excelente trabalho desempenhado por seu antecessor e a expectativa de poder contar com sua experiência e aconselhamento e, ainda, com o valioso apoio do Secretário-Geral Adjunto da Conferencia, João Arsênio de Oliveira.

Em seguida, tiveram lugar as alocuções dos Representantes Oficiais dos demais Estados-Membros da CPLP, os quais fizeram comentários sobre as conquistas e avanços da Presidência Timorense e as linhas de ação apresentadas pela Presidência Brasileira, oferecendo valiosas sugestões e contribuições.

A Secretária de Estado para a Justiça de Angola apresentou cumprimentos em nome do Ministro da Justiça, Rui Jorge Carneiro Mangueira, e teceu considerações sobre os temas da agenda. Ressaltou que o Estado angolano promove a proteção da propriedade da terra na perspectiva dos direitos humanos e compromete-se a implementar a Declaração hoje aprovada.

Observou que, a despeito dos vários acordos existentes no âmbito da CPLP em matéria de transferência de pessoas condenadas, extradição e auxílio jurídico mútuo em matéria penal, verifica-se a necessidade de aumentar o grau de implementação desses instrumentos. Para fazer frente a essa dificuldade, propôs uma maior aposta na formação dos recursos humanos e maior engajamento dos governos na disponibilização de meios técnicos.

Quanto ao Protocolo Adicional n° 3, ao esclarecer que não se encontrava em condições de assiná-lo na presente data, em virtude do seu envio tardio, reafirmou o compromisso de fazê-lo tão logo estejam criadas as condições para tanto.

Seguiu-se a intervenção da Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde que saudou os avanços ocorridos ao longo da existência da Conferência, dando ênfase à assinatura do Protocolo Adicional nº 3, que demonstra que continuamos investindo na nossa Comunidade e encontrando, na cooperação, respostas aos desafios do fortalecimento da democracia do Estado de Direito e das instituições da Justiça. Ressaltou a pertinência e a oportunidade dos temas tratados face à atualidade da política interna de Cabo Verde, destacando o aspecto positivo de partilha dos planos de combate ao tráfico humano com os outros Estados-Membros.

Mencionou também projeto em curso em Cabo Verde para o cadastramento dos bens imóveis e sua titularidade, de modo a construir na base de dados que reforce a segurança jurídica, fundamental para o ambiente de negócios.

Por fim, relatou avanços nacionais na área de proteção internacional de crianças e no combate à violência sexual contra crianças.

O Ministro da Justiça de Guiné-Bissau, Rui Sanhá, assinalou a complexidade dos desafios contemporâneos, como o tráfico de drogas, o branqueamento de capitais, a corrupção e a segurança pública, cenário em que a cooperação internacional assume posição de destaque, uma vez que nenhum país consegue, isoladamente, combater a criminalidade organizada transnacional. Referiu-se ao papel do Estado como garantidor da paz e da organização de toda a sociedade.

Enfatizou que um novo paradigma para enfrentar os desafios mundiais não deve estar centrado apenas nas ações penais, mas

tornar-se mais inclusivo no plano da sociedade e da cultura. Igualmente enfatizou a pertinência dos temas tratados.

O Embaixador de Moçambique em Brasília, Manuel Tomás Lubisse, em representação do Senhor Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, transmitiu os cumprimentos do Ministro Isaque Chande, impossibilitado de comparecer à Conferência.

Expressou também sentimentos de pesar ao povo português pela tragédia recente.

Considerou importantes os avanços ocorridos durante a Presidência Timorense, em particular a assinatura da Declaração de Brasília sobre a Propriedade da Terra, o estabelecimento do Conselho dos Diretores dos Serviços Prisionais e Penitenciários e a dinamização das Comissões de Trabalho, ao tempo em que manifestou expectativa de novos avanços no contexto do tema central, escolhido pela Presidência Brasileira.

Referiu ainda, que Moçambique reforçou as medidas de combate ao tráfico de pessoas com a aprovação do novo Código Penal, em 2014 e a ratificação do Protocolo Adicional à Convençãode Palermo relativo ao Combate ao Tráfico de Pessoas.

O Embaixador de Portugal em Brasília, em representação da Senhora Ministra da Justiça de Portugal, agradeceu o caloroso acolhimento da delegação portuguesa pelas autoridades brasileiras e felicitou o Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil e a sua equipe pela excelente organização desta Conferência. Congratulou também, a Presidência Timorense pelo árduo trabalho que desenvolveu neste biênio e o especial empenho no reforço dos laços de cooperação existentes.

Ainda, reiterou a importância da dinamização dos trabalhos junto das várias Comissões da Conferência, salientando a dedicação

dos membros que as integram, cuja contribuição tem sido decisiva para a obtenção dos resultados alcançados em cada uma delas. Nesse sentido, expressou satisfação pela proposta da Presidência Brasileira sobre a criação de uma nova Comissão de Trabalho sobre Extradição.

Saudou ainda, a assinatura do Protocolo Adicional nº 3, que assinala uma nova fase para a Conferência, a qual, embora mantenha a sua identidade própria, o seu Secretariado Permanente e as suas autonomias administrativa e financeira, passará a denominar-se por Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que simboliza o desígnio comum de união e de uma cooperação cada vez mais estreita na área da Justiça.

Assinalou também que, assim o desejando, a Guiné Equatorial poderia vir a aderir.

Enfatizou a necessidade de reforçar a cooperação judiciária bilateral e multilateral, no contexto do tema central escolhido pelo Brasil para sua presidência.

Agradeceu ainda pela solidariedade manifestada por vários Estados, relativa à recente tragédia ocorrida em Portugal.

A Ministra da Justiça de São Tomé e Príncipe apresentou cumprimentos e agradecimentos pela qualidade de organização deste magno evento, e o acolhimento das delegações. Também manifestou o seu pesar e solidariedade com o povo português.

Reiterou a importância da Conferência enquanto espaço ímpar no qual os Estados-Membros da têm o privilégio de abordar e partilhar temas essenciais relacionados com a Justiça e Direito.

Referiu-se aos resultados da Presidência Timorense que refletem a contribuição, o profissionalismo e o empenho da Presidência, do Secretariado-Geral, dos correspondentes nacionais,

e dos peritos das Comissões na realização de todas as atividades programadas para o biênio.

Referiu ainda que, no âmbito da cooperação jurídica e judiciária devem ser criados mecanismos

Expressou satisfação pela adesão da Conferência à Campanha Coração Azul, tendo parabenizado a Presidência Brasileira pelo Plano de Trabalho proposto, que para além de dar continuidade aos trabalhos em curso, se foca em ações na consolidação da cooperação jurídica na área penal e civil.

O Ministro da Justiça do Timor-Leste tomou novamente a palavra para demonstrar apreço pela escolha do tema da Presidência Brasileira, tendo referido que a consolidação da cooperação jurídica no espaço CPLP servirá de alavanca em uma nova e necessária fase da cooperação entre os Estados-Membros.

Ainda, destacou a importância da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária enquanto mecanismo de aperfeiçoamento do contato entre os Estados-Membros da Conferência, zelando pela aplicação das três Convenções celebradas no âmbito da CPLP, destinadas a reforçar a cooperação jurídica e judiciária.

A sessão foi concluída com a alocução do Embaixador da Guiné Equatorial em Brasília, em representação da Ministra da Justiça, Assuntos Religiosos e Instituições Penitenciárias daquele país, e como convidado especial, o qual lamentou a impossibilidade de comparecimento daquela Ministra, tendo reafirmado o compromisso da Guiné Equatorial com a CPLP e seu interesse em aderir proximamente à Conferência, avaliando como de grande interesse para o país o conjunto de temas que compõem a pauta, entre as quais a consolidação da cooperação jurídica internacional, essencial para o combate à criminalidade transnacional.

Em seguida, foi exibida mensagem de vídeo, em que a Secretária Executiva da CPLP, impossibilitada de comparecer pessoalmente, agradeceu ao Ministro Presidente pelo convite, reconheceu o mérito e oportunidade da agenda, em especial da possibilidade de adesão à Campanha Coração Azul, referindo ainda à atenção dos Ministros as Convenções Judiciárias da CPLP e o desafio da Mobilidade na Comunidade, e terminando com votos de sucesso à Conferência.

Após o intervalo para a foto oficial e o almoço no Palácio Itamaraty, oferecido pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Aloysio Nunes, teve lugar o ato de adesão da Conferência dos Ministros da Justiça à Campanha Coração Azul da ONU contra o Tráfico de Pessoas. O Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em Brasília, Rafael Franzini, fez alocução em que referiu que o objetivo da campanha é convocar a opinião pública mundial contra o tráfico de seres humanos, mobilizar o apoio, e incentivar as pessoas a agirem contra esse crime, educar e criar conscientização sobre o problema e inspirar aqueles que detêm poder de decisão, a promover as mudanças necessárias para combater o tráfico de pessoas.

A campanha Coração Azul, além de estar alinhada com a "Declaração de Lisboa sobre Medidas Comuns de Prevenção e de Combate ao Tráfico de Seres Humanos", pode se tornar um mecanismo importante de apoio a ela, e à implementação do respectivo Plano da Ação.

Por fim, com a adesão da Conferência à Campanha Coração Azul, espera-se que os países possam ter uma nova ferramenta para lutar contra esse crime.

Em sequência, o Representante da Secretária Executiva da CPLP, Mário Mendão, dirigiu-se aos Ministros da Justiça e

Chefes de Delegação dos Estados-Membros, referindo os avanços no processo de integração da Conferencia como Ministerial Setorial da Justiça da CPLP. Mais referiu, em desenvolvimento da mensagem vídeo da Senhora Secretária Executiva, e sobre as Convenções Judiciárias, que o repto se prende com a identificação, pelos Estados-Membros, das respectivas autoridades centrais para processamento dos pedidos e, sobre a Mobilidade, informou do mandato do Secretariado Executivo em convocar uma Reunião Conjunta sobre Mobilidade, onde as delegações dos Estados--Membros devem incluir representante dos Ministérios da Justiça.

Tomou a palavra a Secretária-Geral da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária da CPLP, Iracema Naiol de Azevedo, que se referiu à necessidade de dinamização da Rede, de modo a delinear estratégias para o futuro Plano de Ação da Rede.

Apontou também o financiamento da Rede como questão central para a sua dinamização e implementação dos projetos a que se propõe. Ressaltou ainda, a importância da formação dos pontos focais, magistrados e operadores de justiça.

A Secretária-Geral da Rede propôs que a Presidência Brasileira organize o encontro dos Pontos Focais da Rede, tendo em conta a coincidência das presidências da Conferencia e da CPLP.

Por fim, propôs a criação de uma plataforma interativa, com vários níveis de utilização a ser acessada tanto pelos pontos focais quanto pelos magistrados.

Dirigiu-se também à Conferência, equipe de assistência técnica do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED), Maria Teresa Santos, Nuno Coelho e José Mouraz Lopes, em representação do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, que assinalaram a relevância que as atividades do Projeto podem representar para os sistemas de justiça de toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A apresentação centrou-se em torno de três pontos: i) resumo das atividades e resultados alcançados; ii) importância da harmonização legislativa nas áreas estratégicas do projeto (lavagem de capitais, corrupção, tráfico de estupefacientes, proteção de testemunhas e recuperação de ativos); e iii) proposta de uma plataforma para a cooperação jurídica e judiciária no espaço CPLP. Neste último ponto a equipe do projeto fez referência a dois cenários de plataforma: um mais centrado na formação jurídica e judiciária e outro que acrescenta níveis mais intensos de cooperação judiciária.

As delegações registraram o excelente trabalho realizado pela Senhora Patrícia Coutinho ao longo do processo preparatório da Conferencia, essencial para os bons resultados alcançados.

Teve lugar, por fim, a assinatura da presente Ata e a cerimônia de encerramento da 15ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Brasília, 29 de junho de 2017,
feita em 1 (um) original em língua portuguesa.

MARIA ISABEL TORMENTA DOS SANTOS
Secretária de Estado para a Justiça
República de Angola

TORQUATO JARDIM
Ministro da Justiça e Segurança Pública
República Federativa do Brasil

JANINE TATIANA SANTOS LELIS
Ministra da Justiça e Trabalho
República de Cabo Verde

RUI SANHÁ
Ministro da Justiça
República da Guiné-Bissau

MANUEL TOMÁS LUBISSE
Embaixador junto à República Federativa do Brasil
República de Moçambique

JORGE CABRAL
Embaixador junto à República Federativa do Brasil
República Portuguesa

ILZA MARIA AMADO VAZ
Ministra da Justiça, da Administração Pública e dos Direitos Humanos
República Democrática de São Tomé e Príncipe

IVO VALENTE
Ministro da Justiça
República Democrática de Timor-Leste

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TURISMO

Foz do Iguaçu, 29 de junho de 2017

Declaração de Foz do Iguaçu

Os Ministros do Turismo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou seus representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Equatorial, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos por ocasião da IX Reunião de Ministros do Turismo da CPLP, em Foz do Iguaçu, Brasil, no dia 29 de junho de 2017;

Tendo presentes os objetivos que nortearam a criação da CPLP, nomeadamente o compromisso de "reforçar os laços de solidariedade e cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus Povos";

Reconhecendo o papel da CPLP como plataforma sólida de concertação política e diplomática na defesa de uma agenda harmonizada, particularmente na promoção do espaço turístico comum e na coordenação entre os Estados-Membros, nomeadamente ao nível da partilha de metodologias e modelos de governança e políticas nacionais de turismo;

Reafirmando que os Povos representados na CPLP partilham de uma herança histórica, cultural e linguística, que originou patrimônio material e imaterial que urge preservar, valorizar e difundir;

Reconhecendo que a diversidade cultural dos Estados-Membros da CPLP constitui uma riqueza que deve ser partilhada e divulgada nos espaços intra e extracomunitário;

Louvando a proclamação pelas Nações Unidas de 2017 – Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, reconhecendo assim o importante potencial do turismo para o fortalecimento da economia mundial, a redução da pobreza, a compreensão mútua e o diálogo intercultural;

Saudando a adoção pela Presidência pro tempore brasileira da CPLP da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, como lema do seu exercício, cientes de que esta estabelece a visão global e o quadro institucional para a concertação política e a congregação de esforços em torno de questões sistêmicas essenciais à concretização do desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza;

Reconhecendo e salientando o impacto direto do turismo na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente nos ODS:

- nº 8 "Promover crescimento econômico, sustentável e inclusivo, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos";
- nº 12 "Consumo e produção sustentável"; e
- nº 14 "Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e fontes marinhas para o desenvolvimento sustentável";

Reconhecendo a importância da conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e fontes marinhas para o desenvolvimento sustentável, por meio de práticas sustentáveis de turismo;

Ressaltando a importância de pleitear a inserção da Língua Portuguesa entre os idiomas de trabalho da Organização Mundial do Turismo;

Ressaltando a importância de serem adotadas medidas para a prevenção da exploração econômica de crianças e adolescentes em atividades turísticas, em conformidade com a posição conjunta sobre a temática da erradicação do Trabalho Infantil na CPLP, a ser ratificada na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a ter lugar de 14 a 16 de novembro de 2017, em Buenos Aires, Argentina;

Realçando a adoção da Declaração da III Reunião de Ministros dos Assuntos dos Mares da CPLP, realizada em 18 de maio de 2016, em Díli, Timor-Leste, que destaca o Lixo Marinho como um dos mais preocupantes aspectos da poluição dos mares e oceanos, com graves impactos econômicos, especificamente no setor do turismo;

Tomando nota da Resolução da X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, realizada em 5 de maio de 2017, em Salvador, Brasil, que exorta a criação da Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP;

DECIDEM:

• Reiterar o compromisso dos Estados-Membros da CPLP com a Agenda 2030 e a implementação dos ODS, em particular com os números 8, 12 e 14.

• Partilhar e implementar políticas públicas e boas práticas de participação social, transparência e integridade que promovam o turismo sustentável, criem trabalho digno e incentivem a cultura e os produtos locais;

• Estimular a promoção de investimentos no turismo sustentável, incluindo o ecoturismo e o turismo cultural;

• Promover o desenvolvimento, a aplicação e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação no setor do turismo;

• Incentivar um ambiente favorável à criação de pequenas e médias empresas, facilitando o acesso ao financiamento por meio de iniciativas de microcrédito para a população mais pobre, os povos indígenas e as comunidades locais em áreas com alto potencial de ecoturismo.

• Promover o intercâmbio de ações e diálogo articulado e estruturado com as Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP cujas agendas contribuam para a implementação das resoluções desta Reunião Ministerial;

• Envidar esforços para aprovar o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo na CPLP, que será levado à ratificação ad referendum na XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, a realizar-se em Brasília, Brasil, em 20 de julho de 2017.

• Envidar esforços para aprovar o Plano de Ação da Reunião de Ministros do Turismo da CPLP para o biênio 2017-2019.

Pela República de Angola
PAULINO DOMINGOS BAPTISTA
Ministro da Hotelaria e Turismo

Pela República Federativa do Brasil
MARX BELTRÃO
Ministro do Turismo

Pela República de Cabo Verde
CARLOS JORGE DOS ANJOS
Diretor Geral do Turismo e Transportes

Pela República da Guiné Equatorial
PRUDÊNCIO BOTEY SOBOLE
Vice-Ministro do Turismo

Pela República de Moçambique
ROMUALDO LODINO DO CARMO JOHNAN
Conselheiro Econômico da Embaixada de Moçambique no Brasil

Pela República Portuguesa
ANA MENDES GODINHO
Secretária de Estado do Turismo

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
MIRIAN SOLANGE DA COSTA BARROSO DAIO
Diretora Geral do Turismo e Hotelaria

Pela República Democrática de Timor-Leste
GREGÓRIO DE SOUSA
Embaixador de Timor Leste no Brasil

XXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Brasília, 20 de julho de 2017

Comunicado final

1. A XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa teve lugar em Brasília, no dia 20 de julho de 2017, e contou com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, ou seus representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe, da República Democrática de Timor-Leste, e da Secretária Executiva da CPLP.

2. O Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Michel Temer, na condição de presidente pro tempore da CPLP, abriu a sessão, quando proferiu palavras de boas-vindas aos Ministros e demais Chefes de Delegação.

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Senador Aloysio Nunes Ferreira, conduziu os trabalhos na

condição de presidente pro tempore do Conselho de Ministros e anfitrião da Reunião.

3. Os Ministros passaram em revista o estado da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos Estados-Membros da CPLP, no cenário da Agenda 2030, e debateram a operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP e as prioridades de ação dela derivadas, tendo como horizonte temporal o decênio que se encerra em 2026.

4. Os Ministros aplaudiram o relatório intercalar referente ao primeiro semestre de 2017, apresentado pela Secretária Executiva da CPLP, bem como o relatório apresentado pela Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e saudaram o empenho de ambas as autoridades no exercício dos seus mandatos.

5. Os Ministros reiteraram o compromisso de promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação, com vistas a apoiar, no âmbito da CPLP, a implementação da Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas associadas.

6. Recomendaram ênfase aos temas da Agenda na ocasião da seleção de projetos a serem contemplados com recursos do Fundo Especial da Comunidade.

Parabenizaram Brasil e Portugal pela apresentação dos seus Relatórios Nacionais Voluntários, no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável de 2017, em Nova Iorque, o que favorece a contínua implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

7. Recordando a aprovação da Declaração sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) pela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 1 de novembro de 2016, os Ministros decidiram adotar o Documento de Operacionalização

da Nova Visão Estratégica (2016-2026), que cria condições para a efetiva implementação das diretrizes da CPLP na próxima década, com ações concretas e iniciativas de longo prazo, nos três objetivos estatutários da CPLP: concertação político-diplomática; cooperação; promoção e difusão da Língua Portuguesa.

8. Os Ministros reconheceram o crescente interesse internacional pela CPLP, prova do reconhecimento e da credibilidade internacionais alcançados pela Comunidade, e reiteraram o compromisso de obter maior envolvimento dos Observadores Associados nas atividades da organização, em especial naquelas relacionadas com a concertação política, a cooperação, e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Acolheram com satisfação o pronunciamento do Embaixador da República Oriental do Uruguai, em Brasília, em nome dos seguintes Observadores Associados da CPLP presentes na reunião: República Eslovaca, Geórgia, Hungria, Japão, República da Namíbia, República do Senegal, República Tcheca, República da Turquia, e República Oriental do Uruguai.

Decidiram adotar o documento "Reforço da Cooperação com os Observadores Associados", recomendando sua pronta implementação.

Decidiram acolher a proposta do Comité de Concertação Permanente para a realização de reunião extraordinária daquele Comité com os embaixadores dos países Observadores Associados da CPLP acreditados junto à Comunidade, no segundo semestre de 2017, em Lisboa.

Congratularam-se com o encaminhamento da manifestação de interesse da República da Costa do Marfim e da República da Sérvia na obtenção da categoria de Observador Associado.

Manifestaram satisfação com a apresentação pela República Argentina do seu propósito de candidatar-se à categoria de Observador Associado da CPLP.

9. Os Ministros decidiram aprovar a concessão da categoria de Observador Consultivo às seguintes entidades: "Parceria Portuguesa para a Água", "Fundação Getúlio Vargas", "Academia Galega da Língua Portuguesa", "Universidade de São José de Macau" e "Sociedade Portuguesa de Hipertensão".

10. No âmbito da concertação político-diplomática, os Ministros:

i. Acolheram com satisfação a realização da Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP, de 3 a 5 de abril de 2017, em Brasília; da 19ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP, entre 19 e 20 de abril, em Lisboa; da X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, em 5 de maio de 2017, em Salvador; da XVIII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, em 25 de maio de 2017, em Malabo; da II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), em 8 de junho de 2017, em Brasília; da IX Reunião dos Ministros do Turismo da CPLP, em 29 de junho de 2017, em Foz do Iguaçu; e da XV Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJ-PLOP), em 29 de junho de 2017, em Brasília.

ii. Enalteceram a assinatura da Declaração de Brasília sobre a Propriedade da Terra como Fator de Desenvolvimento, no âmbito da CMJ-PLOP.

iii. Tomaram nota, com satisfação, da perspectiva de realização da VIII Bienal de Jovens Criadores da CPLP (Vila Nova de Cerveira, Portugal, de 22 a 30 de julho de 2017); da X Conferência de Ministros da Juventude e Desporto (Caminha, Portugal, 28 a 30 de julho de 2017); da IV Reunião de Ministros da Saúde (Brasília, 24 a 26 de outubro de 2017); da V Reunião de Ministras da Igualdade de

Género (Brasil, 30 e 31 de outubro de 2017); e da II Reunião de Ministros da Energia (Foz do Iguaçu, Brasil, 21 e 22 de novembro de 2017).

iv. Tomaram nota dos esforços de coordenação político--diplomática entre os Estados-Membros da CPLP em organismos internacionais, sublinhando a realização de reunião de trabalho das Ministras da Igualdade de Gênero da CPLP em 15 de março de 2017, em Nova Iorque, à margem da 61ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas, e de reunião de trabalho dos Ministros da Saúde da CPLP em 22 de maio de 2017, em Genebra, à margem da 70ª Assembleia Mundial da Saúde.

v. Reiteraram a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com vistas a reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão.

Reafirmaram seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé e Príncipe (2004), da Declaração de Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008), da Declaração de Luanda (2010), da Declaração de Maputo (2012), da Declaração de Díli (2014) e da Declaração de Brasília (2016).

Renovaram o apoio à aspiração do continente africano de estar representado, com a categoria de membro permanente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Congratularam-se com o governo e o povo da República da Guiné Equatorial pela eleição do país a assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2018-2019.

vi. Sublinharam a vontade política comum de promover a imagem da CPLP através da apresentação de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações internacionais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

- Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, do Brasil, candidato à reeleição à Corte Internacional de Justiça, mandato 2018-2027;

- Conselheiro Fernando de Oliveira Sena, do Brasil, candidato à reeleição como membro do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) da Assembleia Geral das Nações Unidas, mandato 2018-2020;

- De Portugal, ao Conselho Executivo da UNESCO, para o mandato 2017-2021.

vii. Saudaram a eleição do Embaixador Sílvio José Albuquerque e Silva, do Brasil, como perito independente do Comité para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas, com mandato 2018-2021.

viii. Saudaram também a reeleição do Embaixador José Luís Jesus, de Cabo Verde, ao cargo de Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, na 27ª Sessão da Assembleia dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a 14 de junho de 2017, em Nova Iorque.

ix. Congratularam-se com a cooperação entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, inclusive nas áreas de desporto, de

desenvolvimento sustentável, de engajamento da sociedade civil, da igualdade de gênero e da consolidação da paz.

Sublinharam a importância do relacionamento da CPLP com a ONU e da Língua Portuguesa na cooperação com as organizações internacionais, regionais e agências da ONU.

x. Assinalaram a importância do diálogo e da colaboração mantidos pelos Grupos CPLP nas diversas capitais e cidades--sede de organismos internacionais, e recomendaram que suas atividades sejam estimuladas e aprofundadas.

xi. Recordaram que a mobilidade e a circulação no espaço da CPLP constituem um instrumento essencial para o aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma cidadania da CPLP, e reiteraram a necessidade de que sejam retomadas as discussões sobre o tema, levando em conta as diferentes realidades de cada Estado-Membro.

xii. Enalteceram a forma pacífica como decorreram as eleições presidenciais em Timor-Leste, em 20 de março de 2017, e concordaram que a capacidade demonstrada pelo país de conduzir o processo eleitoral sem contar com ajuda externa, em ambiente seguro e estável, representa importante sinal de amadurecimento da jovem democracia timorense.

xiii. Os Ministros reiteraram o pleno respeito pela autonomia da Guiné-Bissau para conduzir sua política interna, livre de interferências exógenas, bem como a responsabilidade primária dos atores políticos bissau-guineenses na superação do impasse político.

xiv. Tomaram boa nota da realização da 23ª Conferência de Montreal do Fórum Económico Internacional das Américas, entre os dias 12 e 15 de junho de 2017, em Montreal, no

Canadá, subordinado ao tema geral "Um novo mundo: gerindo a mudança", que contou com a participação da Secretária Executiva da CPLP.

11. No âmbito da cooperação:

    i. Reiteraram a relevância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros, e para a consolidação e a projeção internacional da Comunidade.

    ii. Saudaram a determinação da CPLP em associar-se à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da adoção da mesma como tema da presidência pro tempore brasileira, e o estabelecimento da CPLP como importante plataforma para a troca de experiências e cooperação, com vistas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Estados--Membros.

    Nesse âmbito, saudaram a realização da reunião técnica sobre a Agenda 2030, em 18 de julho de 2017, em Brasília, antecedida pela reunião para estabelecimento de uma rede de pontos focais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na CPLP, em 27 de março de 2017, em Lisboa.

    iii. Congratularam-se com as XXXIV e XXXV Reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, realizadas em março e julho de 2017, que propiciaram o avanço da reflexão sobre as suas atribuições.

Nesse sentido, tomaram nota da decisão da XXXIV Reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP de realizar seminário sobre a governança e gestão da cooperação na CPLP, etapa final do processo de reflexão em curso, com vistas ao aprimoramento

da atuação do órgão como assessor das instâncias da Comunidade nos assuntos afetos à cooperação.

iv) Ratificaram o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo na CPLP (2016-2026), encaminhado pela IX Reunião dos Ministros do Turismo da CPLP, recordando que a atividade é um importante vetor de desenvolvimento socioeconómico dos países membros, e que foi apontada como área prioritária de aprofundamento da cooperação, de acordo com a Nova Visão Estratégica da CPLP.

v) Tomaram nota da realização da VII Reunião dos Pontos Focais do Governo Eletrónico, de 13 e 14 de dezembro de 2016, em Malabo; da 31ª Reunião do Secretariado Permanente dos Assuntos da Defesa (SPAD) da CPLP, de 7 e 8 de março de 2017 em Lisboa; da IX Reunião dos Pontos Focais de Turismo da CPLP, de 14 de março de 2017, na Sede da CPLP, em Lisboa; do I Encontro dos Peritos em Estatísticas da Educação da CPLP, de 22 de março de 2017, na Sede da CPLP, em Lisboa; da V Reunião Técnica de Pontos Focais da Educação, em 22 de março de 2017, na Sede da CPLP, em Lisboa; da V Reunião Técnica de Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 27 e 28 de março de 2017, na Sede da CPLP, em Lisboa; da III Reunião de Pontos Focais do Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão da Proteção Social (CIPS), de 28 e 29 de março de 2017, na Sede da CPLP, em Lisboa; da IV Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RINSP-CPLP), de 22 de abril de 2017, em Lisboa; da IX Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional, em 18 de maio, em Malabo; da VII Conferência de Estatística da CPLP e Reunião dos Presidentes e Diretores dos Institutos Nacionais de Estatísticas da CPLP, de 12 a 14 de junho de 2017, em São Tomé e Príncipe; da 1ª Oficina de Monitoramento Terapêutico de Antimaláricos e Vigilância de Resistência a Antimaláricos e VIII Reunião da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde

da CPLP (RIDES-Malária), de 21 a 24 de março de 2017, em Petrópolis; da Primeira Oficina do Núcleo Lusófono da Parceria MRV ("Measurement, Reporting and Verification"), de 19 a 21 de junho de 2017, em Lisboa; do encontro de planeamento final do Exercício Felino 2017, entre 26 a 30 de junho de 2017, no Rio de Janeiro; da Reunião Conjunta de Pontos Focais Agenda Digital para a CPLP e Pontos Focais da Governação Eletrónica, de 29 e 30 de junho de 2017, em Guimarães.

vi) Congratularam-se com o impacto das atividades de cariz cultural, desportivo, e outras, que têm sido desenvolvidas nos Estados-Membros no âmbito da campanha "Juntos contra a fome", que permitiram um incremento de visibilidade e notoriedade do tema, regozijando-se com a aprovação do financiamento destinado às iniciativas: "Projeto de Desenvolvimento de Boas Práticas Agroecológicas e Educação Nutricional em Zandamela" (Moçambique); "Técnicas de Produção de Transformação e Conservação de Produtos Agropecuários e Empreendedorismo" (Cabo Verde).

Manifestaram a sua satisfação com a realização da 4ª edição da Corrida Juntos contra a fome, de 16 de julho de 2017, em Cascais.

vii) Congratularam-se com a adoção pela II Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP do Plano Indicativo de Trabalho da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional – ESAN CPLP (2017-2018), que consolida linhas de ação mais eficazes para o aumento da segurança alimentar no seio da Comunidade.

viii) Congratularam-se com o 30º aniversário da Agência Brasileira de Cooperação, instituição que tem desempenhado papel relevante na área de cooperação técnica junto aos Estados-Membros da CPLP.

ix) Reafirmaram o seu compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos, enquanto pilares da dignidade humana

e do bem-estar das populações dos Estados-Membros da CPLP, objetivo central de todos os esforços de cooperação intracomunitária. Nesse sentido, destacaram a importância de aprofundar a discussão sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, inclusive, por meio do intercâmbio de boas práticas e pelo estímulo à cooperação em formação e educação em matéria de direitos humanos.

x) Reafirmaram a cooperação económica e empresarial como fator essencial para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento dos Estados-Membros, para o fortalecimento dos laços entre povos e para a progressiva afirmação internacional da CPLP.

Instaram as entidades governamentais responsáveis a prosseguir esforços para a concertação de um quadro articulado de ações que garantam uma maior inclusão e interação dos agentes económicos e das economias dos Estados-Membros, através do incremento do comércio, do investimento e da melhoria do ambiente de negócios no espaço da CPLP.

12. No âmbito da ação cultural, promoção e difusão da língua portuguesa, os Ministros:

i) Saudaram a realização da X Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, em Salvador, no dia 5 de maio de 2017, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, e nesse âmbito:

Enalteceram a Declaração sobre Capital da Cultura da CPLP, regozijando-se com a escolha da cidade de Salvador como a Capital da Cultura da CPLP até o final da presidência *pro tempore* brasileira;

Saudaram a adoção da Resolução sobre a Criação da "Comissão de Patrimônio Cultural da CPLP", que reunirá as instituições públicas dos Estados-Membros incumbidas da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural;

Regozijaram-se com o apoio dos Ministros da Cultura da CPLP à candidatura do Centro Histórico de Mbanza Congo a Patrimônio Mundial da UNESCO e com a inclusão dos sítios Centro Histórico de Mbanza Congo, em Angola, e Cais do Valongo, no Brasil, na Lista do Patrimônio Mundial, durante a 41ª sessão do Comité do Património Mundial (Polónia, julho de 2017), destacando a relação histórica e simbólica entre ambos;

Congratularam-se com a assinatura de Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, criando o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e Juventude, destinado a escritores e ilustradores dos Estados-Membros da CPLP; e

Tomaram nota, com apreço, da assinatura do Programa Conjunto entre o Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério da Cultura de Angola, que propiciará o aprofundamento das relações culturais entre os dois países.

ii) Notaram com agrado, o relevante número de eventos alusivos ao Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP em todo o mundo, em 2017, e encorajaram Estados-Membros e Observadores Associados a seguirem honrando a efeméride com ações de difusão e promoção da Língua Portuguesa, junto às respectivas comunidades nacionais, suas diásporas, e ao público em geral.

iii) Congratularam-se com a aprovação, pelo Comité de Concertação Permanente, do módulo I do Programa CPLP Audiovisual – segunda edição, recordando o sucesso na implementação da sua primeira edição.

iv) Aprovaram, mediante proposta do Comité de Concertação Permanente, por recomendação do Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que o próximo Diretor Executivo do IILP tomará posse a 1 de janeiro de

2019, de modo a que o seu mandato e o dos Diretores subsequentes se ajustem ao mandato de Secretário Executivo da CPLP.

Aprovaram, ainda, que o mandato da atual Diretora Executiva seja estendido até 31 de dezembro de 2018.

v) Tomaram nota do projeto de "Ensino e Formação em Língua Portuguesa", submetido ao Comité de Concertação Permanente pela Guiné Equatorial, e recomendaram que tenha os seus termos desenvolvidos pelo Secretariado Executivo, para eventual aprovação pelo CCP.

vi) Aprovaram a Resolução sobre o Plano de Ação de Díli (2016), o qual, em conjunto com os Planos de Ação de Brasília (2010) e de Lisboa (2013), define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa, e recomendaram sua adoção pela XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

vii) Reiteraram as recomendações da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Maputo, 2012) e da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 2011), para que se envidem esforços voltados à adoção da língua portuguesa como língua de trabalho ou língua oficial das organizações multilaterais de que os Estados-Membros da CPLP fazem parte.

viii) Expressaram sua expectativa de que o IILP possa consolidar-se no âmbito da CPLP, como o principal fórum de planejamento de ações e de identificação e articulação das instituições encarregadas da realização de projetos de difusão e promoção da língua portuguesa.

ix) Tomaram nota das seguintes propostas da presidência *pro tempore* brasileira referentes a atividades do IILP:

Coordenar o desenvolvimento de um dicionário das diferentes variantes da língua portuguesa e de gramática comparativa da

língua portuguesa, a partir do trabalho desenvolvido no Vocabulário Ortográfico Comum;

Incorporar no projeto "Portal do Professor Português Língua Estrangeira" material digital referente à difusão da língua portuguesa junto às diásporas;

Sugerir o desenvolvimento de ações conjuntas dos Estados-Membros no sentido de promover a Língua Portuguesa entre os estrangeiros e entre as diásporas, a partir da avaliação dos Planos de Ação resultantes das Conferências sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

x) Cumprimentaram o IILP pelo início do projeto de Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC), iniciativa fundamental para o reforço da Língua Portuguesa na área da Ciência e Inovação.

Indicaram sua expectativa de que a primeira fase do projeto seja finalizada em 2018.

xi) Expressaram a sua expectativa de que a discussão iniciada pelo Conselho Científico do IILP, sobre os sistemas de certificação de português para estrangeiros, possa avançar no sentido do reconhecimento recíproco entre os certificados de proficiência existentes nos Estados-Membros.

xii) Manifestaram sua satisfação com o anúncio de que o Governo do Brasil coordenará em parceria com o Museu da Língua Portuguesa, exposições do seu acervo nos Estados-Membros da CPLP, que serão iniciadas, preferencialmente, durante a presidência *pro tempore* brasileira.

xiii) Tomaram nota, com satisfação, da proposta da Fundação Alexandre de Gusmão, do Brasil, de promover uma publicação dedicada às perspectivas da CPLP, com contributos de todos os Estados-Membros.

13. Os Ministros aprovaram os seguintes documentos:

(i) Resolução sobre o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica (2016-2026);

(ii) Resolução sobre o Reforço da Cooperação com os Observadores Associados;

(iii) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo;

(iv) Resolução sobre o Plano de Ação de Díli;

(v) Resolução sobre a Auditoria Conjunta às Contas de 2015 do Secretariado Executivo;

(vi) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para 2018;

(vii) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do IILP para o ano de 2018;

(viii) Resolução sobre a Revisão dos Estatutos de 2012;

(ix) Resolução sobre o Reforço da Capacidade de Atuação dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

14. Os Ministros agradeceram e aceitaram o oferecimento da República de Cabo Verde para acolher, em 2018, a XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

15. Os Ministros congratularam o governo da República Federativa do Brasil, na figura do Ministro Aloysio Nunes Ferreira, pela organização da XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, e expressaram agradecimento pela hospitalidade e pelo acolhimento dispensado a todos os participantes.

Feito e assinado em Brasília, em 20 de julho de 2017.

Pela República de Angola
NELSON MANUEL COSME
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Federativa do Brasil

Pela República Federativa do Brasil
MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO
Secretário-geral das Relações Exteriores

Pela República de Cabo Verde
LUÍS FILIPE LOPES TAVARES
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministro da Defesa

Pela República da Guiné-Bissau
HÉLDER VAZ LOPES
Representante Permanente junto da CPLP

Pela República da Guiné Equatorial
DOMINGO MITUY EDJANG
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Pela República de Moçambique
FERNANDA LICHALE
Representante Permanente junto da CPLP

Pela República Portuguesa
AUGUSTO SANTOS SILVA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
URBINO JOSÉ GONÇALVES BOTELHO
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

Pela República Democrática de Timor-Leste
ROBERTO SOARES
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

IV REUNIÃO DE MINISTROS DA SAÚDE

Brasília, 26 de outubro de 2017

Declaração de Brasília

As Ministras e os Ministros da Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou seus representantes, reunidos em Brasília, Brasil, de 24 a 26 de Outubro de 2017, por ocasião de sua IV Reunião Ordinária, com o objetivo de discutir a reestruturação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a rede de Bancos de Leite Humano da CPLP, o Grupo de Trabalho permanente da CPLP em Telemedicina e Telessaúde e a retomada da estratégia ePORTUGUÊSe, entre outros temas;

Reafirmando seu compromisso com a plena concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Considerando os trabalhos e as recomendações do Grupo Técnico da Saúde da CPLP (GTS-CPLP) para a reestruturação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), visando à sua continuidade, sustentabilidade e exequibilidade;

Atendendo à necessidade de os Estados-Membros desenvolverem ações concertadas de promoção e implementação dos seus planos nacionais de saúde e identificarem mecanismos de harmonização e articulação com o PECS-CPLP;

Reconhecendo a importância da formalização do trabalho que tem sido desenvolvido pelos mecanismos de colaboração em educação médica, regulação do setor da saúde, bibliotecas de saúde, Centros Técnicos de Instalação e Manutenção de Equipamentos (CTIME) e fortalecimento de cuidados primários de saúde no âmbito do PECS-CPLP;

Reconhecendo que o projeto da rede ePORTUGUÊSe tem o importante papel de fortalecer a cooperação entre os Estados-Membros nas áreas da informação, da comunicação e da capacitação dos recursos humanos em língua portuguesa, promover as interações e sinergias com o sistema de ensino e introduzir a cooperação do sistema científico e tecnológico, sendo agora necessário identificar um adequado modelo de governação;

Recordando a Declaração Conjunta de Genebra, de 22 de maio de 2017, por ocasião do Almoço de Trabalho dos Ministros da Saúde da CPLP às margens da 70ª Assembleia Mundial da Saúde, em que os Ministros receberam com satisfação a proposta de criação da Rede de Bancos de Leite da CPLP, com inegável impacto positivo na área de saúde infantil;

Considerando as recomendações da Carta da Cidade da Praia, assinada em 15 de setembro de 2017, por ocasião da I Reunião de Telemedicina e Telessaúde da CPLP, em especial de estabelecer o Grupo de Trabalho permanente da CPLP em Telemedicina e Telessaúde;

Reafirmando seu compromisso com as decisões emanadas das Reuniões Ministeriais na área da Saúde (Praia em 2008, Estoril em 2009 e Maputo em 2014), que reforçaram o comprometimento

da CPLP quanto à concertação entre os Estados-Membros no que respeita ao desenvolvimento e estruturação dos respectivos sistemas de saúde pública;

DECIDEM:

1. Aprovar as seguintes resoluções, que fazem parte integrante da presente Declaração:

- Resolução sobre a Revisão do PECS-CPLP 2018-2021,
- Resolução sobre o estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,
- Resolução sobre a criação da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP,
- Resolução sobre o estabelecimento do Grupo de Trabalho permanente da CPLP em Telemedicina e Telessaúde,
- Resolução sobre a criação de rede de pontos focais para reestruturação da Rede ePORTUGUÊSe,
- Resolução sobre o Fortalecimento de Capacidades em Vigilância e Resposta a Emergências em Saúde Pública,
- Resolução sobre a criação de um GARD da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,
- Resolução sobre a adoção dos princípios da Iniciativa de Equidade em Investigação,
- Resolução sobre o reforço da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP).

2. Incentivar o lançamento do Roteiro Estratégico de Implantação de Telessaúde nos Estados-Membros da CPLP;

3. Sublinhar os esforços dos Estados-Membros na adoção de políticas públicas tendentes à estruturação e consolidação de sistemas nacionais de saúde universais e à sua sustentabilidade;

4. Afirmar o compromisso de fomentar a introdução de novas tecnologias da saúde como garantia de acesso universal a cuidados de saúde de qualidade, a custos sustentáveis;

5. Promover a troca contínua de experiências e conhecimentos, inclusive por meio de visitas de estudos, redes de cooperação e plataformas digitais, bem como o incremento de ações de formação e capacitação com o propósito de aumentar o conhecimento e a proficiência de seus recursos humanos em saúde;

6. Apoiar e saudar o reforço da concertação entre as Ministras e os Ministros da Saúde da CPLP, nomeadamente no âmbito das Conferências Internacionais das quais tomem parte, procurando acolher a manifestação de uma posição comum da CPLP e a coordenação das suas atividades com outras áreas setoriais da CPLP, em uma lógica de transversalidade e complementaridade;

7. Continuar observando a participação articulada dos Estados--Membros nas sessões da Assembleia Mundial de Saúde, bem como trabalhar pelo fortalecimento da língua portuguesa no âmbito da organização;

8. Acolher, com satisfação, a disponibilidade da República de Cabo Verde para receber a V Reunião de Ministros da Saúde da CPLP.

Feita e assinada em Brasília, aos 26 de outubro de 2017.

Pela República de Angola
VALENTIM ALTINO CHANTAL MATIAS
Vice Ministro da Saúde

Pela República Federativa do Brasil
RICARDO BARROS
Ministro da Saúde

Pela República de Cabo Verde
ARLINDO NASCIMENTO DO ROSÁRIO
Ministro da Saúde

Pela República da Guiné-Bissau
JORGE LUIS MENDES
Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné-Bissau em Brasília

Pela República de Moçambique
MANOEL TOMÁS LUBISSE
Embaixador de Moçambique em Brasília

Pela República Portuguesa
FERNANDO JOSÉ RAMOS LOPES DE ALMEIDA
Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA)

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
MARIA DE JESUS TROVOADA DOS SANTOS
Ministra da Saúde

Pela República Democrática de Timor-Leste
GREGÓRIO DE SOUSA
Embaixador de Timor-Leste em Brasília

V REUNIÃO DE MINISTRAS E MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Brasília, 31 de outubro de 2017

Declaração de Brasília

As/os Ministras/os Responsáveis pela Igualdade de Gênero da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ou suas/seus representantes, de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidas/os em Brasília, Brasil, no dia 31 de outubro de 2017;

Reconhecendo que a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas são essenciais para a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para os Objetivos nela definidos;

Reafirmando que a realização do direito à educação e à saúde, a participação plena e igualitária no mercado de trabalho, no acesso a recursos e no processo político e/ou económico de tomada de decisão, são essenciais para a erradicação de todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres, incluindo as múltiplas e inter-relacionadas formas de discriminação;

Reafirmando a importância da realização do direito à educação como meio essencial para a erradicação de todas as formas de

violência e discriminação contra mulheres e meninas. Para tal, a educação deverá promover a desconstrução dos estereótipos de gênero que estão na base das relações desiguais de poder e que perpetuam representações, comportamentos, organizações e estruturas sociais discriminatórias;

Reiterando o papel vital que as mulheres desempenham enquanto agentes de desenvolvimento, incluindo as mulheres do campo, das águas e das florestas;

Reconhecendo que a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas são prioridades transversais que devem estar presentes nas estratégias, nos programas, planos de ação, atividades e na previsão orçamentária dos Estados--Membros da CPLP como condição essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável, na realização plena da dignidade da pessoa humana;

Reafirmando que homens e meninos também são beneficiários da igualdade de gênero, além de aliados e parceiros estratégicos na promoção desta, devendo ser envolvidos e assumir o seu papel nesse processo;

Constatando a importância da desagregação dos dados por sexo, entre outros indicadores, e da existência de indicadores que permitam realizar avaliações de impacto de gênero nas diferentes áreas, para sustentar o desenvolvimento de políticas de promoção da igualdade de gênero e de empoderamento de todas as mulheres e meninas;

Congratulando-se pela assinatura de Memorando de Entendimento entre a ONU Mulheres e a CPLP, reconhecendo a importância de a Comunidade estabelecer e fomentar parcerias internacionais com entidades relevantes, de modo a alcançar o empoderamento de todas as mulheres e meninas;

Saudando Angola pela sua eleição como membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, pelo período 2018-2020, e por ter inscrito na agenda do seu mandato a defesa dos direitos humanos das mulheres e meninas;

Enaltecendo os governos de Angola, do Brasil da Guiné-Bissau e de Timor-Leste pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Ação sobre a agenda de Mulheres, Paz e Segurança, resultado da implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

Saudando o Governo de Cabo Verde pela transversalização da abordagem de gênero no Plano de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021;

Congratulando o Governo de Timor-Leste pelo trabalho precursor que permitiu dar seguimento as atividades nesta área temática;

Agradecendo ao Governo da República Federativa do Brasil pela convocação e organização da V Reunião das Ministras/os responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP;

DECIDEM:

• Aprovar o Plano de Ação da CPLP 2017-2020 para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres e promover o intercâmbio de boas práticas para implementá-lo e monitorá-lo;

• Testemunhar a assinatura do Memorando de Entendimento entre a ONU Mulheres e a CPLP, reafirmando a vontade política de mantê-lo ativo, com o objetivo de promover a cooperação multilateral para promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres;

• Aperfeiçoar o quadro normativo dos Estados-Membros e sua implementação, incluindo no diálogo a Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP), como forma de promover e garantir a igualdade de oportunidades e direitos entre mulheres e homens;

• Envidar esforços para identificar fontes de financiamento e para captar e mobilizar recursos orçamentários, de modo a viabilizar a promoção de ações sustentáveis e contínuas em matéria de empoderamento de todas as mulheres e meninas;

• Reforçar a presença e a visibilidade da CPLP nos fora internacionais, multilaterais e/ou regionais, por meio da articulação de posicionamentos conjuntos e promoção de eventos paralelos;

• Instar a organização de atividades paralelas às sessões da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas (*Commissiononthe Status ofWomen* - CSW), sobre tema a ser acordado entre os Estados-Membros, e proferir discurso, em língua portuguesa, em nome da CPLP, durante o Debate Geral da CSW;

• Conjugar esforços para apoiar candidaturas das mulheres dos Estados-Membros a cargos de chefia de organizações internacionais e demais instâncias internacionais ou regionais;

• Declarar 2018 como o Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas, por ocasião do 25º aniversário da adoção da primeira Decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre eliminação da violência contra as mulheres;

Feito e assinado na cidade de Brasília,
no dia 31 de outubro de 2017.

Pela República de Angola
VICTÓRIA FRANCISCO CORREIA DA CONCEIÇÃO
Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher

Pela República Federativa do Brasil
FÁTIMA LUCIA PELAES

Secretária de Políticas para as Mulheres

Pela República de Cabo Verde
MARITZA ROSABAL PEÑA
Ministra da Família e Inclusão Social

Pela República da Guiné-Bissau
CARLOS ALBERTO KENEDY DE BARROS
Ministro da Mulher, Família e Solidariedade Social

Pela República da Guine Equatorial
ESPERANZA GERTRUDIS
Vice-Ministra de Assuntos Sociais e Igualdade de Gênero

Pela República de Moçambique
CIDÁLIA MANUEL CHAUQUE DE OLIVEIRA
Ministra do Género, Criança e Acção Social

Pela República Portuguesa
ROSA LOPES MONTEIRO
Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Pela República Democrática de São Tome e Príncipe
ERNESTINA MARIA PONTES MENEZES NEVES
Diretora Executiva do Instituto Nacional para a Promoção e Equidade de Género

Pela República Democrática de Timor-Leste
GREGÓRIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE SOUSA
Embaixador de Timor-Leste no Brasil

II REUNIÃO DE MINISTROS DE ENERGIA

Foz do Iguaçu, 22 de novembro de 2017

Declaração de Foz do Iguaçu

Os Ministros responsáveis pelo setor de energia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ou seus representantes, de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos em Foz do Iguaçu, em 22 de novembro de 2017, por ocasião da II Reunião de Ministros de Energia da CPLP,

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa com base no respeito pelos princípios da igualdade soberana dos Estados, do primado da democracia, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da justiça social.

Reconhecendo o papel que a CPLP tem assumido no seio da Comunidade Internacional como plataforma de concertação política e diplomática na defesa de uma sólida agenda de interesses comuns em escala global.

Conscientes da importância crescente que o tema da energia tem na agenda internacional e da capacidade da CPLP de se afirmar como ator relevante no mapa energético mundial.

Considerando que a segurança energética é pré-requisito para a busca do desenvolvimento sustentável que contemple uma visão equilibrada das dimensões ambiental, social e econômica.

Reconhecendo que o acesso à energia é condição básica para o desenvolvimento social e econômico, e passo fundamental para a erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida dos nossos Povos.

Tendo presente os efeitos potenciais da mudança do clima e o relevante papel das fontes de energia renovável e da eficiência energética nos países da CPLP visando à redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

Tendo em conta os compromissos assumidos por ocasião da I Reunião de Ministros de Energia da CPLP, realizada em Cascais, em 23 de junho de 2015.

Considerando que a Declaração de Cascais insta a Reunião Técnica da Energia da CPLP a desenvolver mecanismos de coordenação para a criação da Rede de Energia da CPLP para cooperação institucional entre organizações dos Estados-Membros da CPLP responsáveis pela concepção e implementação de políticas, programas e medidas, nos domínios da eficiência energética, das energias renováveis e do ambiente.

Recordando que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP reiteraram, na Declaração de Brasília (2016), a relevância e a necessidade de um amplo compromisso e parceria para a promoção e concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e evidenciaram o potencial da CPLP enquanto ator global na diplomacia da energia, lançando as bases para uma cooperação que poderá assegurar a segurança e sustentabilidade energética e garantir o acesso universal à energia.

Tendo presente que a "Nova Visão Estratégica (2016-2026)" da CPLP instrui o alinhamento das prioridades estratégicas no

domínio da cooperação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular com o Objetivo nº7 e suas respectivas metas.

Tendo presente que na I Conferência da Energia para o Desenvolvimento da CPLP, realizada nos dias 24 e 25 de junho de 2015, foi lançada a "Década da Energia Sustentável para todos (2014-2024) na CPLP", reconhecendo a importância de se concertarem esforços para a implementação de ações concretas que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos recursos energéticos e a consequente geração de riqueza e bem-estar dos povos.

Agradecendo a hospitalidade do Governo da República Federativa do Brasil na organização da II Reunião de Ministros da Energia da CPLP.

DECIDEM:

• Reafirmar a importância da cooperação na área de energia entre os Estados-Membros da CPLP com vistas à superação dos desafios ao desenvolvimento energético sustentável e à transição para um mundo de baixo carbono, respeitando a soberania nacional e tendo presente as necessidades e circunstâncias únicas de cada Estado membro da CPLP.

• Reiterar o compromisso de assegurar o acesso a serviços energéticos modernos, confiáveis e sustentáveis, a preços acessíveis.

• Promover o uso crescente das fontes renováveis de energia e da eficiência energética a fim de lograr a diversificação da matriz energética, o uso racional da energia e a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

• Aprovar o Plano Estratégico de Cooperação em Energia 2018-2023 da CPLP e o Plano de Ação para o biênio 2018–2019,

documentos que contêm as diretrizes para a cooperação futura da CPLP na área energética.

• Constituir, no contexto da CPLP, um grupo de trabalho para a troca de experiências no acesso a energia para todos a preços acessíveis, como meio de combate à pobreza energética.

Feito e assinado na cidade de Foz de Iguaçu,
no dia 22 de novembro de 2017.

Pela República de Angola
JOÃO DE PAULA VENTURA NETO
Primeiro Secretário da Embaixada de Angola em Brasília

Pela República Federativa do Brasil
EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia

Pela República de Cabo Verde
RITO MANUEL MONTEIRO ÉVORA
Diretor dos Serviços de Energia

Pela República da Guiné Equatorial
EUGENIO EDU NDONG OBONO
Ministro de Indústria e Energia

Pela República de Moçambique
MANUEL TOMÁS LUBISSE
Embaixador de Moçambique no Brasil

Pela República Portuguesa
JORGE SEGURO SANCHES
Secretário de Estado da Energia do Ministério da Economia

Pela República Democrática de Timor-Leste
HERNÂNI COELHO
Ministro do Petróleo

III REUNIÃO DE MINISTROS DE COMÉRCIO

Brasília, 13 de março de 2018

Declaração

Nós, os Ministros de Comércio da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de Timor Leste, reunidos em Brasília, no dia 13 de março de 2018;

Recordando os princípios orientadores da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa refletidos na Declaração Constitutiva de 17 de julho de 1996, particularmente o "compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus Povos";

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa na base do respeito pelos princípios da igualdade soberana dos Estados, da integridade nacional, do primado da democracia, do Estado de Direito, do respeito pelos direitos humanos e da justiça social;

Reconhecendo a importância da criação de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico, industrial e social, bem como à inovação e ao empreendedorismo em nossos países;

Cientes da necessidade de continuidade dos trabalhos existentes e referenciados nos documentos elaborados na I e na II Reunião de Ministros de Comércio da CPLP, realizadas em Luanda e em Díli, respectivamente;

DECIDIMOS:

1. Congratular o governo da República Federativa do Brasil pelos esforços direcionados à realização da III Reunião de Ministros de Comércio da CPLP, precedida pelo encontro de pontos focais no dia 12 de março do ano corrente, somando esforços direcionados ao fortalecimento da cooperação econômico-comercial neste foro;

2. Registrar a satisfação quanto aos resultados alcançados, reforçando o papel dinamizador da reunião de pontos focais de comércio, ocorrida no dia 12 de março de 2018 e da III Reunião de Ministros de Comércio da CPLP;

3. Apoiar a iniciativa de seminário sobre as Zonas de Processamento de Exportação e regimes congêneres dos países da CPLP, a fim de compartilhar experiência sobre o tema e de estimular a atração de investimentos para a implantação de projetos industriais, bem como convergir esforços para a construção de um website para a divulgação das Zonas de Processamento de Exportação dos países da CPLP;

4. Apoiar as iniciativas relativas ao diálogo sobre Indicações Geográficas, no âmbito da CPLP, e estimular a participação dos Estados-Membros no III Seminário Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, a realizar-se no segundo semestre de 2018, no Brasil;

5. Incentivar a cooperação técnica, no âmbito da CPLP, nas áreas de infraestrutura da qualidade, metrologia, avaliação da conformidade, acreditação, bem como na superação de barreiras técnicas ao comércio;

6. Exortar o Secretariado Executivo da CPLP a identificar mecanismos de suporte financeiro junto a organismos internacionais para a consecução dos objetivos e ações propostas na presente reunião;

7. Consolidar os esforços no sentido de incrementar os fluxos de comércio e de investimento entre os Estados-Membros da CPLP;

8. Encorajar os Estados-Membros a fornecer as informações que permitam ao Secretariado Executivo finalizar o trabalho de levantamento de eixos estruturais para a cooperação econômica na CPLP, por meio do Quadro de Implementação de Medidas para o Comércio e Investimento;

9. Registrar com satisfação a realização da Reunião das Autoridades das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP, em maio de 2016, e suas conclusões, nomeadamente a criação do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP, em observância ao disposto na Declaração de Díli de fevereiro de 2016; e

10. Tomar nota dos avanços registrados ao nível do Fórum das Inspeções de Segurança Alimentar e Atividades Econômicas da CPLP, nomeadamente, para a criação do Sistema de Alerta Rápido de promoção de entreajuda para acudir a situações de crise nos mercados.

Assinada em Brasília, em 13 de março de 2018

JOFFRE VAN DUNEM JÚNIOR
Ministro do Comércio da República de Angola

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços da República Federativa do Brasil

ALEXANDRE DIAS MONTEIRO
Ministro da Indústria, Comércio e Energia da República de Cabo Verde

PASTOR MICHA ONDO BILE
Ministro do Comércio e Promoção de Pequenas e Médias Empresas República da Guiné Equatorial

MANUEL TOMÁS LUBISSE
Embaixador da República de Moçambique,
representando o Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique

PAULO FERREIRA,
Secretário de Estado Adjunto e do Comércio,
Representando o Ministro da Economia da República Portuguesa

MIGUEL JACOB VILA NOVA DA SILVA
Encarregado de Negócios da Embaixada de Timor Leste,
Representando o Ministro do Comércio e Indústria de Timor Leste

X REUNIÃO DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO

Salvador, 16 de março de 2018

Declaração final

Os Ministros da Educação, ou seus Representantes, da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, reunidos na cidade de Salvador, no dia 16 de março de 2018, com o objetivo de debater assuntos relacionados à educação;

Tendo em conta que a IX Reunião de Ministros da Educação da CPLP, que teve lugar em Díli, em 2016, aprovou o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP, para o período de 2016 a 2020;

Empenhados em reforçar a implementação do Plano de Ação por meio de atividades, projetos e programas de cooperação multilateral nos domínios da educação e do Ensino Técnico e Profissional;

Considerando que a alfabetização e o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis e tipos de ensino são fundamentais para garantir o bem-estar físico, mental e social,

em alinhamento com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, da "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", das Nações Unidas;

Reafirmando o compromisso de fortalecer a cooperação multilateral no domínio da educação, para assegurar a inclusão, a equidade social e o desenvolvimento, por meio do reforço da capacitação das instituições de educação, particularmente do Ensino Técnico e Profissional, nos Estados-Membros da CPLP;

Destacando a importância da promoção contínua e engajada de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para as gerações presentes e futuras da CPLP;

Reconhecendo que a Educação Técnica e Profissional ajuda a superar o desafio de integrar os jovens ao mercado de trabalho e desempenha um papel fundamental na formação de recursos humanos qualificados de que o mundo moderno necessita;

Reconhecendo a necessidade de aprimorar a capacitação de professores para reforço de uma política de difusão e promoção da Língua Portuguesa condizente com sua magnitude;

Realçando a importância da alimentação escolar, como incentivo ao consumo de alimentos saudáveis que possa contribuir para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem dos alunos de nossos países;

Tomando nota de que, em sua Presidência *Pro Tempore*, o Brasil buscou enfatizar o intercâmbio de boas práticas, com vista à construção de uma agenda concreta de ações no marco da CPLP, no domínio da Língua Portuguesa; do Ensino Técnico e Profissional; da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; e da Alimentação Escolar.

DECIDEM:

1. Recordar as deliberações constantes nas Declarações Finais das Reuniões de Ministros da Educação (Luanda, 2012, Maputo, 2014, Díli, 2015, Díli, 2016);

2. Saudar a realização, durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira, em conformidade com a definição de temas prioritários para seu mandato, dos seguintes eventos:

i. "Reunião Técnica CPLP: Desafios no Ensino Profissional e Agenda de Cooperação Técnica", que teve lugar em Brasília, de 30 de agosto a 1 de setembro 2017, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe;

ii. "Curso de Aperfeiçoamento para Docentes da Educação Básica – CPLP em Língua Portuguesa", que teve lugar em Brasília, de 19 de fevereiro a 2 de março de 2018, em parceria com a UNESCO, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

iii. "I Oficina sobre Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos", que teve lugar em Brasília, 12 e 13 de março de 2018, com a participação de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;

iv. "Seminário Internacional Sustentabilidade dos Programas de Alimentação Escolar nos Países da CPLP" (Salvador, 14 e 15 de março de 2018), organizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, Centro de Excelência Contra a Fome

do Programa Mundial de Alimentos, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/BR) e do Ministério de Desenvolvimento Social com a participação de representantes técnicos de todos os Estados-Membros da CPLP;

3. Reconhecer o excelente trabalho desenvolvido em todos esses fóruns e tomar boa nota das Recomendações anexas a esta Declaração;

4. Registrar, com agrado, os avanços do Grupo de Trabalho "Produção de Estatísticas da Educação da CPLP" e a dinamização do Portal da Educação da CPLP e recomendar a continuação dos trabalhos de elaboração do Glossário Técnico da Educação e Formação da CPLP e da Brochura CPLP Educação, no âmbito da implementação do Plano de Ação no primeiro biênio (2016-2018);

5. Recomendar a transversalização da promoção da Igualdade de Género na agenda de trabalho dos Ministros da Educação da CPLP;

6. Mandatar a próxima Reunião Técnica Extraordinária dos Pontos Focais da Educação, a ter lugar na Sede da CPLP, em Lisboa, no final do mês outubro de 2018, em articulação com o Secretariado Executivo, a elaborar um cronograma de trabalho de ações concretas para o biênio 2018-2020, relacionadas ao Ensino Técnico e Profissional, à promoção da Igualdade de Género, à promoção da Língua Portuguesa, à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e à Alimentação Escolar, a saber:

a. Estruturação de curso / oficina de capacitação / qualificação para professores, formadores e gestores em Ensino Técnico e Profissional, com módulos ofertados pelos Estados membros, de acordo com as suas expertises;

b. Realização anual de cursos de capacitação para docentes sobre aperfeiçoamento das práticas pedagógicas no ensino

de e em Língua Portuguesa de acordo com as especificidades dos contextos nacionais dos Estados membros;

c. Criação e implementação de mecanismos de incentivo e apoio à participação e permanência de mulheres, jovens e adultas, em programas de alfabetização e educação;

d. Desenvolvimento de ações de formação, inicial e contínua, específicas para alfabetizadores, educadores e professores de jovens e adultos;

e. Realização de seminários para a troca de experiências e a identificação de boas práticas, com a finalidade de elaborar diretrizes e um plano de ação para a sustentabilidade dos Programas de Alimentação Escolar dos Estados membros;

7. Mandatar o Secretariado Técnico Permanente a buscar, junto a organismos internacionais, tais como a União Europeia, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Cultura e Ciência (OEI), a UNESCO, o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, recursos para a implementação das ações concretas indicadas no parágrafo acima.

8. Registar o depósito dos estudos realizados por Angola, relativos à implementação do Acordo Ortográfico de 1990, e recomendar que os mesmos sejam remetidos para parecer da próxima reunião do Conselho Científico do IILP e posterior submissão deste ao Conselho de Ministros.

9. Congratular a realização das reuniões técnicas, oficinas e seminários, o alto nível dos debates realizados, bem como as condições de trabalho proporcionadas pela Presidência *Pro Tempore* do Brasil.

10. Os Ministros manifestam, de igual modo, o seu apoio à próxima Presidência Pro Tempore da República de Cabo Verde, desejando que a mesma seja coroada de êxito.

Salvador, 16 de março de 2018

Pela República de Angola
MARIA CÂNDIDA PEREIRA TEIXEIRA
Ministra da Educação

Pela República Federativa do Brasil
SILVIO DE SOUSA PINHEIRO
Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Pela República de Cabo Verde
MARITZA ROSABAL
Ministra da Educação

Pela República da Guiné-Bissau
SANDJI FATI
Ministro da Educação e do Ensino Superior

Pela República da Guiné Equatorial
JESÚS ENGONGA NDONG EYONO
Ministro da Educação, Ensino Superior e Desporto

Pela República de Moçambique
CONCEITA ERNESTO XAVIER SORTANE
Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano

Pela República Portuguesa
JOSÉ CORREIA FONTES COUTO
Representante do Ministro da Educação

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
OLINTO DA SILVA E SOUSA DAIO
Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação

Pela República Democrática de Timor-Leste
MARIA DE LURDES MARTINS DE SOUSA BESSA
Vice-ministra da Educação e Cultura

VII REUNIÃO DOS MINISTROS DO AMBIENTE

Brasília, 21 de março de 2018

Declaração de Brasília

Os Ministros do Ambiente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, ou seus legítimos representantes, na presença de Ministros e autoridades responsáveis pela água nos Estados Membros da Comunidade, reunidos em Brasília, Brasil, em 21 de Março de 2018, durante a sua Sétima Reunião Ordinária, celebrada à margem do 8º Fórum Mundial da Água, inspirados pela vontade de fortalecer a concertação política e a cooperação no domínio do ambiente:

1. Reconhecendo a crescente necessidade de incrementar a cooperação internacional para enfrentar os desafios da proteção ao ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável;

2. Reafirmando os Princípios consagrados na Declaração do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e o Desenvolvimento;

3. Celebrando a diversidade entre os Estados Membros da CPLP, como fator a explorar na identificação de boas práticas de mútuo interesse, políticas públicas e novas áreas e modos de cooperação;

4. Reafirmando a importância da Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP para a definição de ações de interesse comum

que contribuam para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, no contexto do desenvolvimento sustentável;

5. Tendo presente as iniciativas e decisões tomadas pela CPLP nas áreas ambiental, de água e de promoção do desenvolvimento sustentável;

6. Animados pela orientação transmitida pela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, celebrada em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1º de Novembro de 2016, de aprofundar a cooperação no âmbito da Comunidade com vistas a apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015;

7. Reafirmando que a erradicação da pobreza constitui o maior desafio global e uma exigência indispensável para a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme destacado pela comunidade internacional no documento "O Futuro que Queremos", adotado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, "Rio+20", celebrada entre 20 e 22 de junho de 2012;

8. Reconhecendo, com séria preocupação, que os efeitos adversos da mudança do clima representam uma grave ameaça às próprias condições biofísicas que suportam e sustentam a existência dos ecossistemas e o bem-estar das populações que neles habitam, e que afetam de forma particularmente severa os segmentos mais desfavorecidos das nossas sociedades;

9. Ressaltando a fundamental importância da água para a vida humana e para a biodiversidade, e o nexo indissociável entre água e o ambiente, bem como a relação entre a água, a produção de alimentos e a produção de energia;

10. Tendo presente a necessidade de se preservar os limitados recursos hídricos, por meio da gestão integrada e participativa,

para garantir a consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as suas respectivas metas;

11. Considerando a importância de reforçar a capacitação, a formação, a investigação e o intercâmbio técnico e científico no espaço da CPLP com vistas à proteção do ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável;

DECIDEM:

12. Dar continuidade ao reforço dos laços de cooperação entre os Países de Língua Portuguesa como instrumento para melhorar a gestão, a proteção e a conservação do ambiente e alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – social, econômica e ambiental;

13. Envidar esforços para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as suas respectivas Metas, procurando integrá-los e adequá-los às realidades e políticas nacionais e locais e nas agendas nacionais em matéria de ambiente;

14. Intercambiar informações sobre os indicadores ambientais utilizados para monitorar a implementação da Agenda 2030 no contexto do empenho para reforçar as capacidades estatísticas em cada país da Comunidade;

15. Dar continuidade e aprofundar o intercâmbio iniciado durante a presidência brasileira da CPLP, de informações sobre os seus respectivos planos de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com particular atenção para a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável;

16. Saudar a realização da Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos de 5 a 9 de Junho de 2017 e a atenção concedida pelo Fórum Político de Alto Nível à implementação do ODS 6, em razão da especial importância para os Estados Membros da CPLP das

ações em favor da conservação e uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros;

17. Promover o intercâmbio e a concertação de posições entre os Estados Membros da CPLP nas negociações e debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável, em particular no Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e na Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA) do Programa das Nações Unidas sobre Ambiente, que celebrou a sua Terceira Reunião em Nairóbi, Quênia, de 4 a 6 de Dezembro de 2017, tendo como tema central a busca por um planeta livre de poluição;

18. Cumprimentar o governo brasileiro pela realização, em Brasília, no período de 18 a 23 de março de 2018, do 8º Fórum Mundial da Água, cujo tema principal é "Compartilhando Água", com o propósito de reunir decisores políticos, especialistas, gestores, acadêmicos, autoridades públicas e representantes de todos os setores interessados das nossas sociedades para debater e encontrar soluções para a conservação e o uso sustentável desse precioso recurso;

19. Salientar que a realização deste evento, pela primeira vez, num país de expressão oficial portuguesa, é uma oportunidade chave para a afirmação da CPLP enquanto organização regional de cooperação na cena internacional, nomeadamente afirmando o trabalho de seus Estados Membros na gestão da água e na prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

20. Reconhecer o sucesso das Oficinas Preparatórias da Participação da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, realizadas de 26 a 28 de julho de 2017 em Lisboa, Portugal, e de 5 a 7 de Dezembro de 2017 em Brasília, Brasil, que discutiram as bases para uma Declaração Conjunta da CPLP ao Fórum;

21. Envidar esforços para iniciar, com a brevidade possível, a implementação do Projeto "Apoio à Gestão e Monitorização dos

Recursos Hídricos nos países da CPLP", que tem por objetivo apoiar as instituições do setor das águas dos países da CPLP em ações de gestão e de monitorização dos recursos hídricos, de acordo com as necessidades de cada país, ocasião em que será dada ênfase às ações de capacitação em temas como dados hidrológicos, cadastro de informações hidrológicas, eventos hidrológicos críticos, implantação de Plataforma de Coleta de Dados (PCD), qualidade da água, planejamento de redes de monitorização, entre outras;

22. Reafirmar o compromisso dos países membros da CPLP com a implementação do Acordo de Paris, passo irreversível e determinante para o esforço global de manter a elevação da temperatura global abaixo de dois graus centígrados e de procurar que tal aumento não supere um grau centigrado e meio;

23. Reiterar o compromisso de cada Estado Membro da CPLP com o cumprimento da sua Contribuição Nacionalmente Determinada apresentada no âmbito do Acordo de Paris, bem como promover o intercâmbio sobre as respectivas experiências na implementação do dito Acordo;

24. Incentivar os Estados Partes ao Acordo de Paris a avançar de maneira decidida para uma fase de plena implementação desse instrumento, mediante o entendimento voltado para a sua operacionalização e desenvolvimento até 2018 do "livro de regras";

25. Reconhecer o sucesso do I Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para a Transparência, realizado entre os dias 19 e 21 de Junho de 2017, em Lisboa, Portugal, que promoveu o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades entre Estados Membros da CPLP para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência assumidas no âmbito da Convenção--Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o seu Acordo de Paris;

26. Apoiar a implementação do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o cumprimento das Metas de Aichi e saudar a adoção, em Dezembro de 2016, pela 13ª Conferência das Partes daquela Convenção, da Declaração de Cancún sobre a Integração da Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade para o Bem-Estar, que reconhece a importância de integrar a proteção e conservação dos recursos biológicos nas políticas públicas, em particular nos setores da floresta, da pesca, do turismo e da agricultura;

27. Manifestar satisfação com os resultados logrados na 13ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), ocorrida em Ordos, China, em Setembro de 2017, em especial no que se refere à dimensão humana dos processos de desertificação, degradação da terra e seca, bem como à importância da gestão sustentável das terras;

28. Reiterar que à margem dos encontros das três Convenções do Rio, demais Convenções ambientais, bem como do Fórum Mundial da Água, se realizem reuniões dos pontos focais da CPLP para articulação do posicionamento político comunitário e identificação de oportunidades de cooperação alinhadas com as respectivas agendas;

29. Reiterar o interesse em avançar no desenvolvimento de iniciativas de cooperação em matéria de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e manifestar apreço pelas ações levadas a cabo pelo Secretariado Executivo da UNCCD em colaboração com os Estados Membros para promover a cooperação em matéria ambiental;

30. Acolher com beneplácito a colaboração da academia, da sociedade civil organizada e do setor privado para os esforços desenvolvidos pela CPLP a favor da proteção do ambiente e da promoção do desenvolvimento sustentável;

31. Congratular com o lançamento da Rede CPLP Ambiente como ferramenta de promoção do diálogo permanente entre os Estados Membros da CPLP com vistas à partilha de informação e boas práticas ambientais;

32. Reconhecer o interesse na institucionalização de uma reunião de ministros responsáveis pela água, recomendando ao Secretariado Executivo da CPLP que promova as consultas necessárias junto às competentes autoridades dos Estados Membros relativas à sua autonomização em consonância com o quadro orientador para as reuniões ministeriais setoriais da CPLP;

33. Redobrar esforços para a implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP na área ambiental como importante instrumento para executar as iniciativas de interesse comum e promover a troca de experiências, ações e projetos de sucesso;

34. Acolher, com satisfação, a disponibilidade manifestada pela República de Cabo Verde para receber a VIII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP.

Brasília, 21 de março de 2018.

Os Ministros do Ambiente da CPLP ou seus representantes:

PAULA CRISTINA FRANCISCO COELHO
Ministra do Ambiente da República de Angola

JOSÉ SARNEY FILHO
Ministro do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil

GILBERTO SILVA
Ministro da Agricultura e Ambiente da República de Cabo Verde

BARROS BACAR BANJAI
Ministro dos Recursos Naturais da República da Guiné-Bissau

NICOLAS AKAPO UNTONDJI
Ministro da Agricultura, Pecuária, Bosques e Meio Ambiente da República da Guiné Equatorial

CARLOS BONETE MARTINHO
Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique

JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES
Ministro do Ambiente da República Portuguesa

CARLOS MANUEL VILA NOVA
Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

JOSÉ MARIA DO REIS
Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Assuntos de Governação da República Democrática de Timor-Leste

REUNIÃO DE MINISTROS E AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELA ÁGUA NOS PAÍSES DA CPLP

Brasília, 21 de março de 2018

Declaração

Os Ministros responsáveis pela água da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, reunidos na cidade de Brasília, no dia 21 de março de 2018, com o objetivo de debater assuntos relacionados com a Gestão de Recursos Hídricos e Serviços da Água nos Estados Membros:

Tendo presentes os objetivos que nortearam a criação da CPLP, nomeadamente o compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo na Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de julho de 1996, "de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos";

Tendo em consideração a adoção, em setembro de 2015, da Agenda 2030 e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

que cobrem uma vasta gama de temas inter-relacionados com a temática da água, designadamente o ODS 6 "Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos";

Salientando o reconhecimento pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 28 de julho de 2010, por intermédio da Resolução A/RES/64/292, sobre o acesso à água e ao saneamento como um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos;

Constatando que o acesso à água potável segura e ao saneamento adequado é fundamental para a redução da pobreza com ênfase na relação entre água, alimentação e energia, que contribui para a prossecução de todos e cada um dos ODS;

Conscientes do desafio que a implementação da Agenda 2030 constitui e reiterando seu empenho no seu cumprimento, em particular o seu compromisso para com o ODS 6;

Relembrando a adoção, também em 2015, do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, que estabelece como objetivo global o aumento da capacidade de adaptação, o reforço da resiliência e a redução da vulnerabilidade à mudança do clima, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo que os fenômenos de escassez de água, secas e inundações vitimam de forma particular os grupos mais vulneráveis, com singular destaque para as mulheres, idosos e crianças;

Tendo presente que as questões ambientais globais ultrapassam as fronteiras físicas e temporais, exigindo, por isso, uma postura pautada pela ética e respeito pelas presentes e futuras gerações e uma atuação concertada no campo político e diplomático;

Reconhecendo ainda que a heterogeneidade da CPLP constitui um ativo que deve ser explorado, ajudando a concertar as posições

das diferentes organizações regionais a que os Estados Membros pertencem;

Destacando os avanços já alcançados pelos Estados Membros da CPLP na melhoria do acesso a água potável e ao saneamento, bem como na gestão integrada dos recursos hídricos nos seus países;

Reafirmando o compromisso da CPLP em desempenhar um papel ativo no debate e no seguimento das recomendações do 8º Fórum Mundial da Água, renovando o seu compromisso político e projetando uma visão ambiciosa e universal para a gestão sustentável e uso eficiente da água na Comunidade;

Notando o papel de relevo que a cooperação no seio da CPLP poderá ter no cumprimento da Agenda 2030 e da implementação do Acordo de Paris, no domínio da Água, nomeadamente a importância de reforçar a capacitação, a investigação, o intercâmbio técnico e cientifico e as parcerias entre vários atores, com vistas à materialização dos compromissos assumidos;

Reiterando o entendimento de que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável; e os desafios inerentes à gestão sustentável da água só poderão ser alcançados com lideranças e decisões políticas fortes, pelo que farão esforços para elevar o tema da água nas agendas políticas nacionais e comunitária;

Reiterando ainda o compromisso de, até 2030, garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos os cidadãos dos paísesde língua oficial portuguesa;

Reafirmando também a importância de fomentar cooperação entre instituições, facilitando a transferência de tecnologias, conhecimentos e boas práticas para gestão, preservação e uso eficiente da água, de forma a reduzir a pressão sobre os recursos naturais;

Notando ainda que o 8º Fórum Mundial da Água, que tem os ODS como referência e uma matriz temática abrangente, e que pela primeira vez é realizado em país de Língua Oficial Portuguesa, constitui uma oportunidade crucial para a CPLP participar construtivamente no debate sobre uma nova agenda para a água, tendo em vista assegurar o acesso universal à água e ao saneamento;

DECIDEM:

No domínio da água e da mudança do clima:

1. Incentivar a utilização de energias renováveis nos sistemas de serviços de águas como forma de reduzir a emissão de gases de efeito estufa;

2. Promover a melhoria do conhecimento técnico-científico sobre modelos e cenários globais de clima, para a definição de cenários nacionais;

3. Desenvolver metodologias inovadoras para um sistema de alerta e aviso prévio para fenômenos extremos;

4. Identificar áreas críticas e populações vulneráveis à mudança do clima nos países da CPLP e a definição das medidas de adaptação;

5. Desenvolver esforços de melhoria da resiliência das populações, através de ações de adaptação e mitigação à mudança do clima com foco nas populações mais vulneráveis;

6. Desenvolver medidas que promovam o acesso à energia sustentável nas zonas rurais como forma de reduzir a demanda de carvão vegetal e o desmatamento;

No domínio do desenvolvimento e do ODS 6:

7. Estabelecer como ações prioritárias da cooperação no setor da água as que contribuam para cumprimento do ODS 6, acautelando as suas inter-relações com os demais ODS;

8. Apelar ao reconhecimento das tendências de agravamento dos fenômenos de seca e crise hídrica e a necessidade de fortalecer o debate sobre o combate à desertificação e à erosão dos solos;

9. Incentivar as ações de intercâmbio e de cooperação técnica que estimulem a gestão sustentável dos recursos hídricos, a qualidade dos serviços e fortaleçam a regulação do setor da água;

10. Recomendar as abordagens participativas e inclusivas na implementação dos ODS;

No domínio dos ecossistemas aquáticos:

11. Incentivar o aprofundamento do conhecimento relativo aos serviços ambientais para a melhor gestão dos recursos hídricos e contribuir para a preservação dos ecossistemas aquáticos;

12. Promover ações de educação ambiental direcionadas para a conservação dos ecossistemas aquáticos;

13. Implementar normas e regulamentos para rejeição/lançamento de efluentes e a reutilização da água sempre que se justifique;

14. Adotar medidas para o estabelecimento de regimes de caudais ecológicos nos cursos de água;

No domínio da governança da água:

15. Reafirmar a decisão tomada na IV Conferência de Ministros do Ambiente da CPLP, realizada em Luanda, República de Angola, em 2008, da criação de uma estrutura de coordenação e

acompanhamento das políticas de água no âmbito da CPLP, com pontos focais em cada país;

16. Incentivar a integração das populações vulneráveis no processo de decisão e governança da água;

17. Garantir a igualdade de gênero na gestão dos recursos hídricos;

18. Incentivar o apoio à participação dos jovens profissionais da água, reconhecendo o seu papel como líderes emergentes e tendo em vista a criação de uma comunidade de jovens da CPLP para a água;

19. Adotar medidas tendentes a garantir a segurança hídrica, a prevenção e a gestão de conflitos no uso da água;

20. Estimular a troca de experiências e boas práticas sobre gestão e negociação de conflitos em águas transfronteiriças;

21. Promover a sensibilização das comunidades para a gestão dos recursos hídricos, em particular com o envolvimento da comunicação social, grupos culturais e sociais, adequando as mensagens aos diferentes públicos;

22. Promover a participação das comunidades locais na criação e no funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas;

23. Apoiar processos de capacitação técnica e institucional, visando a formulação de políticas e sua implementação nos países membros da CPLP;

No domínio da gestão integrada dos recursos hídricos:

24. Aprofundar o conhecimento do potencial e da disponibilidade hídrica dos países da CPLP, com vistas à elaboração de planos de gestão integrada dos recursos hídricos por bacias hidrográficas, com a identificação de cenários de desenvolvimento e necessidade de investimentos;

25. Promover a identificação das ações prioritárias de cooperação na CPLP, no domínio da água;

26. Fomentar a participação aberta e democrática de um amplo conjunto de atores da sociedade civil e comunidades locais, incluindo as mulheres, nos debates e tomadas de decisão relacionados às águas, a nível nacional e regional;

27. Promover a utilização racional da água baseada na disponibilidade dos recursos hídricos disponíveis;

28. Apelar ao combate à desertificação e à perda e degradação de solos;

29. Incentivar o aprofundamento do conhecimento hídrico das vulnerabilidades e riscos de poluição e demais pressões nas zonas costeiras;

30. Apelar à melhoria da comunicação intra e intersetorial em cada país, para garantir a gestão integrada dos recursos hídricos;

No domínio do financiamento das políticas da água:

31. Promover e reforçar a adoção do princípio do utilizador-pagador e do poluidor-pagador e da recuperação sustentável dos custos nos serviços;

32. Recomendar o desenvolvimento de ações de sensibilização dos consumidores para a importância de contribuírem para a sustentabilidade financeira dos serviços;

33. Incentivar a adoção de medidas de eficiência na gestão dos recursos hídricos e dos serviços, na lógica de baixar os custos e a utilização do recurso;

34. Estimular a criação de mecanismos de financiamento permanente de apoio à melhoria e sustentabilidade das infraestruturas e serviços;

35. Criar condições institucionais que permitam a atração de mais investimento ao setor da água.

Os Ministros felicitam a República Federativa do Brasil pela excelente organização do 8º Fórum Mundial da Água, o primeiro que se realiza no hemisfério sul e em país de língua oficial portuguesa.

Brasília, 21 de março de 2018.

Os Ministros e autoridades responsáveis pela água ou seus representantes:

JOÃO BATISTA BORGES
Ministro de Energia e Água da República de Angola

JOSÉ SARNEY FILHO
Ministro do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil

GILBERTO SILVA
Ministro da Agricultura e Ambiente da República de Cabo Verde

BARROS BACAR BANJAI
Ministro dos Recursos Naturais da República da Guiné-Bissau

ANDRÉS NDONG MICHA
Vice-ministro de Pesca e Recursos Hídricos da República da Guiné Equatorial

CARLOS BONETE MARTINHO
Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique

JOÃO PEDRO MATOS FERNANDES
Ministro do Ambiente da República Portuguesa

CARLOS MANUEL VILA NOVA
Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

JOSÉ MARIA DO REIS
Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Assuntos de Governação da
República Democrática de Timor-Leste

VIII REUNIÃO DE MINISTROS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Brasília, 21 de junho de 2018

Declaração final

Os Ministros responsáveis pelas áreas de ciência, tecnologia e ensino superior da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, ou seus representantes, reuniram-se em Brasília, no dia 21 de junho de 2018;

Buscando avaliar o grau de implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, propor novas atividades conjuntas e debater assuntos relacionados à cooperação nos setores que dirigem;

Reiterando a importância da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tema da presidência de turno brasileira da CPLP, para gerar benefícios significativos aos países da CPLP em suas dimensões social, econômica e ambiental;

Reconhecendo que as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são estratégicas para o alcance dos 17 objetivos e 169 metas da Agenda 2030;

Reafirmando o compromisso de fortalecer a cooperação multilateral em ciência, tecnologia e ensino superior para a promoção do desenvolvimento, por meio da capacitação científica e tecnológica das instituições, pesquisadores e estudantes de ensino superior dos estados membros da CPLP;

Reiterando que os investimentos em ciência, tecnologia e ensino superior são fundamentais para a formação de recursos humanos qualificados que contribuirão para o uso sustentável dos recursos naturais, o crescimento econômico e o desenvolvimento social com vistas à melhoria das condições de vida e do bem-estar dos seus cidadãos;

Tendo presente a necessidade de ampliar o conhecimento científico e tecnológico por meio do intercâmbio de conteúdos na língua portuguesa, como indutor da aproximação entre os estados membros;

Considerando que a VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada em Maputo, em 15 de abril de 2014, aprovou o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, com horizonte temporal 2014-2020, e a VII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada em Díli, em 25 de maio de 2016, o reconheceu como instrumento norteador da implementação de ações concertadas integradoras e sinérgicas de cooperação nesses setores;

Comprometidos com a implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, por meio de projetos e programas de cooperação;

DECIDEM:

1. Reiterar os conteúdos das propostas constantes nas Declarações Finais da VII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Díli, 2016), da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Maputo, 2014), da II Reunião Extraordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Maputo, 2013) e da V Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Luanda, 2012);

2. Saudar o início das atividades do projeto do Repositório Científico da CPLP, que realizou sua primeira oficina no dia 19 de junho de 2018, em Brasília, e eleger como prioritária sua execução no âmbito da cooperação em C&T dos países da CPLP;

3. Congratular Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal por reiterarem seu compromisso em participar do projeto-piloto do Repositório Científico da CPLP e confirmar a instalação da rede de peritos nacionais, incluindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe;

4. Garantir o apoio à rede de peritos nacionais referida acima e o financiamento do projeto do Repositório Científico da CPLP, que será iniciado com o aporte financeiro de pelo menos três estados membros;

5. Saudar a realização do evento "Brasília, Capital da Ciência e Tecnologia da CPLP 2016/2018: - Ações de divulgação e popularização da ciência", realizada durante a 14ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do Brasil, entre 23 e 29 de outubro de 2017, com destaque para a realização da oficina "Ciência e Tecnologia Aplicadas às Ações de Mitigação e Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) de Emissões de Gases de Efeito Estufa";

6. Apoiar as iniciativas apresentadas na oficina "Ciência e Tecnologia Aplicadas às Ações de Mitigação e MRV de Emissões

de Gases de Efeito Estufa": (i) capacitação técnica no desenvolvimento de plataforma de dados sobre emissões de gases de efeito estufa; (ii) formação e capacitação de recursos humanos em mudanças climáticas, por meio de mobilidade acadêmica e científica; (iii) capacitação de recursos humanos em elaboração de inventários nacionais de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa; (iv) compartilhamento de informações e documentos por meio do Portal da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e; (v) intercâmbio de boas práticas e experiências sobre o tema;

7. Registrar a realização da 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do Brasil, em outubro de 2018, cujo tema será "Ciência para a redução das desigualdades" (Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS 10 da Agenda 2030), e envidar esforços para a participação ativa de representantes dos países da CPLP no evento. Saudar o Brasil pelo financiamento a projetos de estímulo a ações cooperadas de popularização da ciência com países de língua portuguesa no âmbito da SNCT 2018;

8. Tomar nota do progresso da Rede de Investigação Agroalimentar da CPLP, cujo projeto de fortalecimento do Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (MU-CONSAN--CPLP) encontra-se em fase de execução;

9. Informar ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) que a Rede de Investigação Agroalimentar da CPLP tem realizado as seguintes iniciativas: (i) reuniões virtuais mensais com apoio da plataforma NutriSSAN/RNP, (ii) encontro presencial (escola de verão), em maio de 2018, no Brasil, e que está previsto novo encontro em Moçambique, em novembro de 2018; (iii) discussão sobre processos de formação em nível de pós-graduação stricto e lato sensu; e (iv) pesquisa,

em andamento, que deverá mapear instituições e especialistas atuantes na área nos estados membros da CPLP e levantar as prioridades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária;

10. Saudar o progresso do Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP enquanto instrumento de edificação do "espaço de ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP", por meio de boletins informativos, bases de dados para divulgação de bolsas de estudos e programas de mobilidade, agenda anual da ciência e tecnologia da CPLP e espaço reservado aos pontos focais e grupos de trabalho;

11. Registrar o desenvolvimento das atividades do projeto RIPES – Rede de Instituições Públicas de Educação Superior, implementado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e com o Secretariado Executivo da CPLP;

12. Recomendar a identificação contínua e progressiva de projetos bilaterais em curso nos estados membros que podem assumir o formato de cooperação multilateral no espaço da CPLP; Congratular e apoiar o processo em curso de instalação do Centro Internacional de Investigação do Atlântico – AIR Centre ("Atlantic International Research Centre"), e convidar os países da CPLP que ainda não fazem parte do projeto a designar pontos focais e identificar instituições, projetos e iniciativas em estreita associação com o AIR Centre nos termos acordados na Declaração da Praia, assinada a 7 de maio de 2018 na Cidade da Praia, Cabo Verde. O AIR Centre, organização científica distribuída internacionalmente em rede, promove a cooperação entre governos, instituições científicas e acadêmicas e empresas na abordagem holística, integrada e sistêmica ao conhecimento do Espaço, Oceanos, Mudanças do Clima, Energia e Ciência de

Dados, a par do estímulo a uma perspectiva inclusiva da ciência, da inovação e do desenvolvimento social e econômico, nas seguintes áreas críticas: i) recursos marinhos e biodiversidade; ii) saúde e limpeza dos oceanos; iii) integração de sensores e sistemas robotizados, do mar profundo ao Espaço; iv) mitigação de processos associados a mudanças climáticas; v) sistemas sustentáveis de energia; e vi) promoção da ciência dos dados;

13. Louvar a "Iniciativa Conhecimento para o Desenvolvimento" ("IKfD – Initiative Knowledge for Development") lançada por Portugal, a qual tem atraído financiamento público e privado para actividades científicas, designadamente através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT) e a Rede Agá Khan para o Desenvolvimento ("AKDN - Aga Khan Development Network"), para o reforço da investigação científica e a capacitação local em países africanos de língua portuguesa;

14. Tomar nota do Programa Pessoa – Mobilidade, Ciência e Desenvolvimento, proposto pela deliberação nº 3/2017, aprovada pela 7ª Assembleia Parlamentar da CPLP (Lisboa, 2017).

15. Reiterar todo o apoio para estender e aprofundar as iniciativas referidas acima de modo a garantir a dinamização futura do "Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais de Cientistas oriundos dos Países de Língua Portuguesa", sob os auspícios da UNESCO;

16. Tomar nota, com interesse, dos esforços para que as negociações no âmbito do próximo Programa-Quadro Horizonte Europa contemplem o reforço da cooperação científico-tecnológica entre Europa e os vários países de língua portuguesa.

17. Tomar boa nota da realização das Conferências sobre Mobilidade Académica organizadas pela Comissão da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, bem como das iniciativas desenvolvidas pelos

Observadores Consultivos: Bolsas Grupo Lusófona-CPLP, da Universidade Lusófona, Prémio Fernão Mendes Pinto e Programa de Mobilidade AULP, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa; criação da "Cátedra da Gestão de Organizações Públicas e Privadas dos Países de Língua Portuguesa", pelo Núcleo de Cooperação com África e Portugal da Diretoria Internacional da Fundação Getúlio Vargas; e do livro "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A Afirmação Global das Culturas de Expressão Portuguesa", do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP);

18. Saudar o início da aproximação entre instituições de ensino superior dos estados membros e da República Checa, Observador Associado da CPLP, no âmbito da implementação do "Programa de Mobilidade Académica entre a República Checa e os Estados Membros da CPLP", na primeira fase englobando Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe;

19. Registrar com satisfação a constituição da Associação de Educação à Distância dos Países de Língua Portuguesa, que integra instituições representativas dos países da Comunidade, e que visa se constituir como um espaço de trabalho colaborativo suportado nas tecnologias de informação e comunicação;

20. Reconhecer os trabalhos da REALP – Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa, que visa promover à cooperação científica na área do ambiente e do desenvolvimento sustentável entre instituições de ensino e investigação dos países da CPLP;

21. Congratular os avanços dos trabalhos desenvolvidos na quinta e sexta reuniões técnicas dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, realizadas em Lisboa, em 27 de março de 2017, e em Brasília, em 20 de junho de 2018, respectivamente;

Os Ministros e seus representantes manifestam sua satisfação pelas condições de trabalho criadas pelo Governo do Brasil, pelo alto nível dos debates, o que permitiu a produção dos documentos aprovados pela Reunião Ministerial.

Os Ministros e seus representantes manifestam, ainda, seu apoio à Presidência *pro tempore* de Cabo Verde cujo tema será "Pessoas, Cultura e Oceanos", desejando que seja coroada de êxito, e tomam boa nota das propostas de ações de cooperação no domínio da ciência, tecnologia e ensino superior apresentadas para o próximo biénio.

Brasília, 21 de junho de 2018.

Pela República de Angola
NELSON MANUEL COSME
Embaixador de Angola no Brasil

Pela República Federativa do Brasil
GILBERTO KASSAB
Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Pela República de Cabo Verde
AMADEU JOÃO DA CRUZ
Secretário de Estado para a Educação

Pela República da Guiné-Bissau
RUI BARAI
Encarregado de Negócios da Embaixada da Guiné-Biassau no Brasil

Pela República da Guiné Equatorial
EMBAIXADOR TITO MBA ADA
Representante Permanente da Guiné Equatorial junto à CPLP

Pela República de Moçambique
SULEMANE CARIMO HAJE
Encarregado de Negócios da Embaixada de Moçambique no Brasil

Pela República Portuguesa
MANUEL HEITOR
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe
GLÓRIA DO ROSÁRIO
Diretor-Geral de Ensino Superior de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste
(a ser firmado *a posteriori*)

DISCURSOS, PALESTRAS, ARTIGO

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL, ELEITO, DAS NAÇÕES UNIDAS, ANTÓNIO GUTERRES, NA SESSÃO DE ABERTURA DA XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

Brasília, 31 de outubro de 2016

Foi com grande emoção que recebi o convite do senhor presidente Temer, que muito agradeço, para estar aqui presente. Não posso esquecer que há 20 anos participei da Cimeira fundadora da CPLP e não posso calcular com que alegria verifico que, vinte anos depois, a CPLP está forte: É uma plataforma de cooperação essencial entre todos os países de língua portuguesa, e, ao mesmo tempo, é capaz de alargar sua influência internacional, como vimos com os novos países observadores, e de ter uma presença cada vez mais ativa em relação às questões globais. A aprovação da Nova Visão Estratégica é, aliás, a prova da capacidade da CPLP de aumentar a sua influência nas relações da comunidade internacional no futuro próximo.

Não posso deixar de agradecer aos governos, e eu diria mesmo aos povos da CPLP, a enorme solidariedade que senti na minha candidatura a secretário-geral das Nações Unidas. Aliás, todos os países da CPLP participaram desse momento inesquecível para mim, em que a Assembleia Geral decidiu por aclamação a minha

eleição, mas permitam uma palavra de especial agradecimento ao país membro da CPLP que, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, pôde ser um pilar essencial da minha candidatura: peço ao senhor vice-presidente da Angola que transmita ao presidente Eduardo dos Santos o meu profundo reconhecimento pela solidariedade que Angola sempre testemunhou e que foi, eu diria, decisiva em relação à minha eleição.

É, também, para mim, profundamente gratificante verificar que o ponto central da agenda desta Cimeira é, simultaneamente, um ponto que une os países da CPLP e uma questão decisiva na agenda das Nações Unidas: trata-se da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Penso que a CPLP está particularmente bem apetrechada para desempenhar um papel decisivo no êxito daquilo que foi aprovado pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em relação a estes Objetivos. A CPLP tem países de todos os cantos do mundo com níveis diferentes de desenvolvimento, com estratégias de desenvolvimento diversas, mas que podem estabelecer uma plataforma de troca de experiências e de boas práticas, de entreajuda e, simultaneamente, uma plataforma de afirmação no quadro internacional desses mesmos Objetivos da Agenda. E permitam que sublinhe um deles, porventura o que vai ter mais dificuldades de concretização, porque é mais difícil de apropriar pelos estados membros ou por um conjunto de estados membros, mas que é um Objetivo que nos une, particularmente: trata-se do Objetivo dos oceanos.

Todos nós somos países com vocação marítima, todos nós estamos unidos pelo mar e todos nós temos interesse vital em que o Objetivo dos oceanos conduza ao mesmo tipo de viés que desejamos para todos os outros Objetivos da Agenda 2030. E se é verdade que a Agenda 2030, por um lado, e os Acordos de Paris sobre as Alterações Climáticas representaram duas grandes

vitórias do multilateralismo no último ano, não podemos deixar de reconhecer que, em matéria de paz e segurança, temos muitas razões para sentir uma profunda preocupação, diria mesmo uma profunda frustração. Estamos a assistir nos últimos anos uma multiplicação de novos conflitos e os velhos conflitos persistem; tivemos apenas uma boa notícia nos últimos meses, foi em relação à Colômbia e mesmo essa com as complexidades que são conhecidas. É verdade que, se muitos desses conflitos têm apenas um caráter local ou regional, embora com consequências trágicas para a vida das pessoas e para a estabilidade das regiões (República Democrática do Congo é um bom exemplo desses conflitos de impacto mais localizado, embora com um âmbito regional indiscutível), é também verdade que um grupo cada vez mais significativo de guerras começa a estar interligada. Se nós olharmos para Nigéria, Mali e Líbia, depois para a questão israelo-palestina, Síria, Iêmen, Somália, Iraque e Afeganistão, nós verificamos que todos esses conflitos aumentam em complexidade, todos eles estão cada vez mais interligados e todos eles estão também cada vez mais ligados a uma ameaça global de terrorismo que hoje se faz sentir em relação a toda humanidade.

Há que reconhecer que, nesse quadro, a comunidade internacional perdeu grande parte das suas capacidades em matéria de prevenção de conflitos e de resolução de conflitos e uma das razões para isso, para mim, tem a ver com o fato de as relações de poder serem cada vez menos claras e, portanto, ser mais difícil criar uma ordem interacional organizada. Mas uma segunda razão tem a ver com a dificuldade crescente dos principais atores na cena internacional de se compreenderem mutualmente. As apreciações são por vezes ainda mais distintas do que as realidades.

A minha primeira mulher, há muito falecida, era psicanalista e me ensinou uma coisa que me marcou por toda vida. Ela me ensinou que quando duas pessoas estão juntas não há duas,

há seis: o que cada uma é, o que cada pensa que é e o que cada pensa que a outra é. E o problema das relações humanas é muito o problema da disfunção entre essas seis pessoas. O mesmo é verdade para os países e o mesmo é verdade para os grupos de países. Neste momento é para mim particularmente evidente que as apreciações das grandes potências umas sobre as outras e as apreciações de grupos importantes de países uns em relação aos outros são apreciações profundamente disfuncionais. E aí é que eu penso que a CPLP pode ter um papel decisivo, por ter países de todos os continentes e que fazem parte de todos os grupos regionais. A CPLP tem países também de todos os grupos ligados por razões de natureza política ou estratégica: tem um membro da NATO e tem vários membros do Movimento dos Não Alinhados. A CPLP pode ser um traço de união fundamental na comunidade internacional porque, felizmente, nas nossas relações, não há seis, há só dois; nós não só nos compreendemos como também nos entendemos.

Penso que é muito importante que possamos ser uma ponte para que os outros sejam também sejam capazes de se compreender e de se entender. É como se a CPLP pudesse também significar a "Comunidade das Pontes de Língua Portuguesa". A língua portuguesa é, aliás, ela própria, por seu caráter multicultural e por seu caráter universal, com componentes provindas de todas as partes do mundo, um traço de união fundamental para esse efeito.

E não apenas em relação às questões de paz e segurança, mas na capacidade de juntar a agenda dos Direitos Humanos e com a agenda da Soberania Nacional, que têm estado tantas vezes em confronto uma com a outra, quando poderiam ser complementares; na capacidade de encontrar entendimentos para a reforma das Nações Unidas, que ainda hoje tem profundas ineficácias que deveriam ser suplantadas e que por vezes não o são precisamente à custa dessas diferentes apreciações que cada grupo tem em relação

às intenções dos outros grupos, em relação a medidas que, em condições normais, poderiam ser aceitas e apoiadas por todos os estados membros.

Há aqui um enorme papel, o de ser um traço de união da vida internacional que a CPLP pode desempenhar e eu gostaria de dizer que, a esse respeito, a CPLP pode contar inteiramente com o futuro secretário-geral das Nações Unidas, mas também quero dizer que as Nações Unidas contam com a CPLP para que esse papel possa ser exercido com grande empenho e com grande eficácia.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MICHEL TEMER, NA SESSÃO DE ABERTURA DA XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP

Brasília, 31 de outubro de 2016

Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral designado.

Reitero que é para cada um dos países lusófonos, e para a CPLP, motivo de justificado orgulho que o secretário-geral da ONU fale português. Na voz do secretário-geral, a língua portuguesa – "a última flor do Lácio", como a chamou Olavo Bilac – encontrará, simbolicamente, aquele que, sabemos, é seu patamar universal.

Reitero, igualmente, que, para o Brasil e para a CPLP, é uma honra contar com a participação de António Guterres nesta nossa Cúpula. Suas palavras conciliam o necessário realismo com o imperativo de promover transformações num mundo de continuadas incertezas e de prolongados conflitos. Mais do que nunca, precisamos desse equilíbrio – como afirmei nas Nações Unidas, precisamos de uma diplomacia com pés no chão, mas com sede de mudança.

Precisamos, também, da abertura ao diálogo e da vocação de liderança que são sua marca, meu caro Guterres. Sem essas virtudes, não daremos cabo dos focos de tensão e violência que

afligem diferentes quadrantes. Não poremos fim às inaceitáveis violações de direitos humanos que persistem mundo afora. Não venceremos as carências econômicas e sociais que continuam a afetar tantos homens, mulheres e crianças. Com sua experiência e sua sensibilidade, renova-se nossa esperança na capacidade da ONU de ajudar-nos a superar os desafios do nosso tempo.

Uma vez mais, estimado amigo, desejo-lhe êxito à frente da ONU. Seu êxito será o de todos nós. Conte sempre conosco.

Senhores Chefes de Estado e de Governo, Senhores parlamentares, Senhores Ministros, demais chefes de delegação, Senhor Secretário Executivo da CPLP, Senhoras e Senhores,

É com imensa satisfação que o Brasil sedia esta Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A CPLP congrega 260 milhões de pessoas. Pessoas que, unidas por fortes laços culturais, trazem, ao mesmo tempo, o signo da diversidade. Pessoas que, irmanadas por matrizes linguísticas e históricas, habitam quatro continentes, encarnam diferentes etnias e vivem realidades sociais variadas. Esta é a força da CPLP: a pluralidade na unidade, a unidade na pluralidade.

Assim é também o Brasil, país construído por indígenas, africanos, europeus, asiáticos. Ao longo dos séculos, aprendemos a extrair, da multiplicidade de almas que nos define como nação, o vigor que nos move rumo a destinos comuns. Esse é o espírito com que o Brasil progride. E esse é o espírito que, acreditamos, deve animar a CPLP.

Cabe-nos, aqui, mobilizar esse espírito em favor dos anseios de nossos povos. Tenho dito que, sobretudo em democracias, a política externa deve estar a serviço dos valores e dos interesses da sociedade. Pois nossa visão sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

não poderia apontar em outra direção: defendemos uma CPLP que responda às demandas de nossas populações.

Daí a proposta da presidência brasileira da Comunidade, que começa hoje, de concentrar-se na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento pleno, em suas vertentes econômica, social e ambiental, é uma exigência e uma necessidade da cidadania em cada um de nossos países. Nossa gente, legitimamente, quer prosperidade e empregos, quer acesso a serviços públicos de qualidade, quer legar um planeta viável a seus filhos e netos. É por esses objetivos que devemos trabalhar na CPLP.

Não se trata de reinventar a roda. A CPLP já tem avançado em domínios tão diversos quanto saúde, educação, previdência social, cultura, turismo, defesa, justiça. Ao trazer a Agenda 2030 para a CPLP, o que queremos é assegurar coerência ao conjunto de nossos esforços. E fazê-lo a partir de moldura conceitual que, negociada nas Nações Unidas, orienta nossa forma coletiva de compreender e promover o desenvolvimento.

O propósito da presidência brasileira, em síntese, é o de contribuir para uma CPLP moderna e afinada com nossas reais necessidades. É para essa jornada que convidamos os demais membros. E é para essa jornada que convidamos os países observadores – os que já nos acompanham desde antes e os que acabam de juntar-se a nós. Sua confiança na nossa capacidade conjunta de produzir resultados nos estimula a seguir adiante.

Ao agradecer ao Secretário Executivo seu empenho e dedicação, e ao reconhecer o valioso concurso da presidência do Timor-Leste, reafirmo que a presidência do Brasil espera contar com o respaldo de todos.

Novamente, sejam bem-vindos a Brasília.

Muito obrigado.

INTERVENÇÃO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CPLP, MARIA DO CARMO SILVEIRA, NO II CURSO DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO PARA DIPLOMATAS DOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018

Senhor Embaixador Gelson Fonseca,

Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática da FUNAG,

Senhora Conselheira Marise Ribeiro Nogueira

Senhor Conselheiro Fernando Figueira de Mello,

Senhores e Senhoras

Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP,

Senhoras e Senhores,

Permitam-me, em primeiro lugar, agradecer à Fundação Alexandre de Gusmão o convite que me foi formulado para dirigir-me a esta plateia. Para mim, pessoalmente, constitui uma grande honra estar aqui e poder partilhar com esta ilustre audiência algumas reflexões sobre a Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa, organização cujo Secretariado Executivo eu tenho a honra de dirigir neste momento.

O tema geral proposto para este painel é "Multilateralismo e Concertação na CPLP".

Assim, permitam-me começar com uma breve abordagem sobre o multilateralismo, enquanto sistema de relações internacionais para, em seguida, trazer alguns elementos de reflexão que permitem situar a CPLP dentro do tema proposto.

Na abordagem sobre o multilateralismo, permitam-me iniciar parafraseando um excerto tirado do livro "A Diplomacia Multilateral do Brasil" do nosso ilustre Senhor Embaixador Gelson Fonseca que diz: "O multilateralismo moderno responde à longa história de criação utópica, reflexo da permanente disposição humana de desenhar condições ideais de vida que superem, pelo imaginário, as limitações e as dificuldades do cotidiano".

Com efeito, o multilateralismo será, provavelmente na atualidade, a face mais visível das Relações Internacionais, em especial da diplomacia e das práticas diplomáticas. É um fenómeno inevitável nas relações entre Estados no sistema internacional actual, num contexto em que o fenómeno da globalização provocou uma fragmentação das economias nacionais, que por sua vez acentuou gradualmente a falta de capacidade dos Estados para, individualmente, dar resposta a problemáticas diversas, impelindo-os a cooperar com vista a encontrar respostas coletivas para problemáticas comuns.

Numa definição simplista, o multilateralismo é uma forma de condução de relações entre três ou mais Estados. Mas, gostaria de partilhar convosco duas definições do multilateralismo de estudiosos da diplomacia. A primeira, a de John Ruggie, que define o multilateralismo como "a coordenação entre três ou mais Estados na base de princípios generalizados de conduta". Esta definição de

Ruggie é reforçada por Peteleville, outro estudioso da renovação da diplomacia para quem "o multilateralismo não é apenas uma questão de números", que não basta ser mais do que dois Estados ou atores para qualificar a discussão como multilateral. O multilateralismo tem uma dimensão qualitativa e normativa visando "estabelecer uma ordem cooperativa internacional que governe as interdependências internacionais".

Implica, portanto, um projeto político baseado nos princípios da igualdade, inclusão, indivisibilidade e reciprocidade.

Referindo-me as vantagens e desvantagens do multilateralismo, cabe destacar entre as vantagens, uma melhor representatividade dos interesses das partes, favorecendo a inclusão dos menores atores na tomada de decisões. Entre as desvantagens destacam-se, desde logo, a complexidade dos processos de tomada de decisão, a duração dos debates e bem assim os custos de consultas em grande escala. O multilateralismo também pode levar a uma falha nas negociações, dado o grande número de atores envolvidos.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um exemplo de institucionalização do multilateralismo.

Criada em 17 de Julho de 1996, a CPLP é uma organização intergovernamental, que conta hoje com nove Estados-Membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A sua atuação assenta em três objetivos primordiais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa.

Os estatutos da Comunidade definem também os princípios que a regem: a igualdade soberana entre os seus Estados-Membros; a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado-Membro; o respeito pelas identidades nacionais; a reciprocidade de tratamento;

o primado da paz, da democracia, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da justiça social; o respeito pela integridade territorial dos seus Estados-Membros; a promoção do desenvolvimento; e a promoção da cooperação mutuamente vantajosa. Os aspectos acima mencionados evidenciam o carater intergovernamental (e não supranacional) da CPLP.

A CPLP conta com três órgãos políticos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que se reúne a cada dois anos; o Conselho de Ministros, que congrega os Ministros dos Negócios e Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Estados--Membros, que se reúne uma vez por ano, em caráter ordinário, e sempre que estimado necessário, em caráter extraordinário; e o Comité de Concertação Permanente, formado pelos Representantes Permanentes junto da CPLP designados pelos Estados-Membros, que se reúne pelo menos uma vez por mês na sede da Organização, em Lisboa. As decisões no âmbito da CPLP são tomadas por consenso.

A mais recente Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP ocorreu na Ilha do Sal, em Cabo Verde, no passado mês de julho. Na ocasião, a República de Cabo Verde assumiu a Presidência rotativa da Organização para o biénio 2018-2020, sucedendo à República Federativa do Brasil, que exerceu essa função entre 2016 e 2018, e antecedendo a República de Angola, que asssumirá a Presidência a partir de 2020.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da Organização e tem como funções principais implementar as decisões emanadas das reuniões dos órgãos deliberativos e demais instâncias intergovernamentais da CPLP, tais como a Reunião de Pontos Focais de Cooperação e as reuniões ministeriais setoriais da Comunidade, que também integram a estrutura da Organização.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A categoria de Observador Consultivo dirige-se a entidades da sociedade civil identificadas com os princípios e propósitos da Comunidade. Cerca de setenta organizações contam com esse estatuto, entre elas, desde julho passado, a Fundação Alexandre de Gusmão.

A categoria de Observador Associado é facultada a países terceiros ou organizações internacionais ou regionais. Nos últimos anos, o interesse manifestado por países de diversas regiões do mundo em adquirir o estatuto de Observador Associado da CPLP tem crescido exponencialmente. Desde 2014, 16 novos Estados tornaram-se Observadores Associados da CPLP.

Além destes Estados, este ano, a Organização Ibero-Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) tornou-se a primeira organização internacional a adquirir o estatuto de Observador Associado da CPLP, que conta hoje com um total de 19 Observadores desta categoria – além dos países já mencionados e da OEI, Maurício e Senegal integram também a lista.

A estrutura institucional da CPLP engloba ainda a Assembleia Parlamentar, que congrega membros dos parlamentos nacionais de todos os Estados-Membros.

Devo, finalmente, destacar o trabalho realizado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com sede na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Embora goze de autonomia jurídica e financeira, o IILP compõe também o arcabouço institucional da CPLP. O seu trabalho tem sido essencial para impulsionar o pilar da promoção e difusão da língua portuguesa.

Senhoras e Senhores,

A concertação político-diplomática tem sido o pilar onde a atuação da CPLP tem sido mais visível tendo, ao longo da sua trajetória, vindo a atuar de modo bastante positivo e construtivo.

Cabe recordar que, ainda nos primórdios da sua institucionalização, a CPLP desempenhou um papel muito importante ao desenvolver uma ação conjunta no movimento internacional que culminou na independência de Timor-Leste, em 2002.

No plano interno, a Organização tem procurado, também, apoiar o fortalecimento das instituições democráticas nos Estados-Membros, mediante, entre outros, a realização regular de missões de observação eleitoral nos Estados-Membros que assim o solicitam.

Na esfera da cooperação, a CPLP tem-se dedicado à constituição de um espaço de trocas de experiências e de boas práticas, de capacitação em diversas áreas e da elaboração e implementação conjuntas de planos estratégicos em diversos setores, como saúde, trabalho e proteção social, igualdade de género, educação, cultura, ensino superior, ciência e tecnologia.

Mais recentemente, temos trabalhado para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas nas nossas estratégias e programas de cooperação, de modo a fazê-los convergir com a agenda global de cooperação. A iniciativa da presidência rotativa do Brasil de eleger a Agenda 2030 como tema central do seu programa de trabalho deu um impulso decisivo a esse esforço.

Na vertente externa, a CPLP tem fomentado a troca de informações e a construção de posições comuns em foros internacionais, com especial destaque para as áreas do trabalho, da saúde e da segurança alimentar.

No que se refere à língua portuguesa, o esforço de constituição de uma política comum para a promoção, difusão e internacionalização da língua portuguesa ganhou impulso decisivo em 2008, quando os Chefes de Estado e de Governo da CPLP, reunidos em Lisboa, adotaram uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, na qual reiteram os seus compromissos nessa área. À Conferência de Lisboa, seguiram-se outras três (Brasília em 2010, Lisboa em 2013 e Díli em 2016), todas elas dedicadas à reflexão sobre o futuro da língua portuguesa no sistema mundial.

De cada uma destas conferências resultou um plano de ação que, combinados, definem estratégias globais e comuns para a promoção e difusão da língua portuguesa. Entre os principais elementos constituintes destes planos, é possível destacar temas como a pluricentralidade da língua portuguesa, o ensino e a formação em língua portuguesa em contextos multilíngues, o potencial económico da língua portuguesa e a cultura, a ciência e a inovação em língua portuguesa.

Além disso, a ideia de que o português venha a ser eventualmente adotado como língua oficial no sistema das Nações Unidas é uma bandeira permanente da CPLP.

Senhor Embaixador,

Senhoras e Senhores,

Aquando da constituição da CPLP, em 1996, os Estados-Membros enfrentavam desafios internos muito diversos, aos mais variados níveis, seja político, económico ou social. Alguns estavam ainda no rescaldo de conflitos internos. Outros deparavam-se com complexos desafios económicos, de profundas repercussões económicas e sociais.

Esta situação alterou-se em profundidade ao longo das últimas duas décadas.

Atualmente, no espaço da CPLP, encontram-se países com democracias consolidadas ou em consolidação, implementando políticas de desenvolvimento que, nuns casos mais do que noutros, permitiu-lhes apresentar expressivas dinâmicas de crescimento económico e de progresso social, que se caraterizam pela melhoria dos indicadores de crescimento em diversos setores e pelo incremento da capacidade por parte do Estado em setores tão importantes como a saúde e a educação.

O progressivo fortalecimento institucional, aliado ao crescimento económico, favoreceu maior projeção internacional dos Estados-Membros, seja no âmbito global, seja no seu contexto regional ou sub-regional. Adicionalmente, a profusão de foros internacionais nos quais os Estados devem defender e afirmar os respetivos interesses nacionais faz com que cada organismo multilateral se veja compelido a definir com mais clareza a sua missão e que "valor agregado" tem a oferecer aos seus membros.

É nesta perspetiva que se procedeu a um profundo esforço de reflexão e debates que culminaram com a adoção, pela XI Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, realizada em Brasília, em 2016, de uma Nova Visão Estratégica da Comunidade para o decénio de 2016 a 2026.

A Nova Visão Estratégica tem como ponto de partida o reconhecimento das conquistas alcançadas pela CPLP nas duas primeiras décadas da sua existência. Ela também reafirma a presença de uma herança histórica, cultural e linguística comum, sem deixar de tomar em conta a existência de diferenças e assimetrias profundas entre os nove Estados-Membros da Organização.

Em termos perspetivos, a Nova Visão Estratégica salienta a particularidade e a originalidade da CPLP enquanto organismo internacional, por representar cerca de 300 milhões de cidadãos de nove Estados, distribuídos por quatro continentes e inseridos em

diferentes contextos regionais. Trata-se, assim, de uma organização com enorme potencial estratégico, político e económico.

Com o objetivo de alcançar a plena realização deste potencial, a Nova Visão Estratégica orienta para o reforço da atuação da Comunidade nos seus três pilares, mediante uma maior aposta em áreas específicas, entre elas, a mobilidade dos cidadãos, o reforço da cooperação económica e empresarial e a cooperação no domínio dos mares e plataformas continentais, da energia, para citar apenas algumas que me parecem especialmente relevantes.

Este potencial tem sido identificado por um número crescente de países, que, como já tive a oportunidade de mencionar, tem manifestado de forma inequívoca o seu interesse em aproximar-se da CPLP e a ela associar-se por meio da obtenção do estatuto de Observador Associado.

Senhoras e Senhores,

Ao refletirmos sobre o multilateralismo nas relações internacionais, não podemos descurar a existência de uma tensão permanente e sempre dinâmica existente entre os distintos interesses nacionais dos Estados que compõem os organismos multilaterais, por um lado, e, por outro, os diferentes valores agregados oferecidos, por cada organização, para satisfazer esses interesses nacionais.

De forma mais concreta, esta tensão traduz-se, na prática, na procura do equilíbrio entre a necessidade de encontrar soluções coletivas num mundo globalizado e interdependente e a defesa de valores e princípios como a soberania estatal e a não ingerência em assuntos internos que são princípios e valores caros ao sistema internacional que herdamos da época moderna.

Numa perspetiva idealista, esta tensão dilui-se quando vista à luz de algo que a transcende, que é o interesse comum e a melhoria

da qualidade de vida de cada cidadão. Garantir a paz e os direitos fundamentais de todos e assegurar o desenvolvimento sustentável na esfera coletiva e individual seriam, assim, princípios e objetivos maiores que se sobrepõem aos conflitos de interesse na esfera internacional e que devem guiar a sua resolução pacífica.

Sabemos, no entanto, que o mundo da *real politik* é mais complexo do que isso. Cada Estado define o seu interesse nacional e a sua consequente projeção internacional em função de circunstâncias históricas e de conjunturas políticas, sociais, culturais e económicas sempre singulares e que devem ser levadas em conta e respeitadas. Dessa forma, o dilema permanece, ficando evidente que o multilateralismo, também, tem limitações como por exemplo as dificuldades de se evitar questões hegemónicas.

A CPLP, como qualquer organismo intergovernamental, reflete na sua atuação a convergência possível dos diferentes interesses nacionais que nela se projetam. Os Estados-Membros encontram-se em níveis de desenvolvimento diferenciados e a situação interna de cada um condicionará sempre o respetivo envolvimento e nível de engajamento na Organização.

Assim, estou convencida de que a força da CPLP reside na sua singularidade e na sua heterogeneidade, que tornam a relação entre os Estados-Membros complementar, e não concorrente, em relação aos laços bilaterais estabelecidos entre si, bem como às demais organizações internacionais. Tal como afirmam alguns estudiosos da temática das relações internacionais (como Vigevani), apesar das diferenças entre os Estados-Membros, ao compartilharem caraterísticas e interesses comuns e estarem situados em regiões distantes, os respetivos interesses não são diretamente competitivos e, assim, há condições para a construção de projetos políticos comuns.

Além de ser singular na sua configuração geográfica, a CPLP carateriza-se, também, por uma enorme diversidade interna. Os Estados que a integram apresentam níveis muito distintos de desenvolvimento económico.

E, no entanto, apesar destas assimetrias que nos poderiam separar, a CPLP conseguiu consolidar-se, ao longo dos seus 22 anos de existência, como uma organização capaz de construir consensos internos e de afirmar a sua presença no cenário internacional.

O idioma comum e os laços históricos e culturais que unem os nossos países são, sem sombra de dúvida, fatores que fornecem uma base sólida sobre a qual construir um projeto coletivo. Mas, creio, também, que o fermento que permitiu que esses fatores facilitadores iniciais florescessem e dessem frutos foi a vontade política dos idealizadores e criadores da Comunidade, e alimentada pelos seus sucessores, de constituir um organismo horizontal e democrático, onde todas as vozes fossem igualmente ouvidas e as decisões tomadas coletivamente. Um organismo – que não por acaso foi designado de "comunidade" – onde as assimetrias não se traduzissem automaticamente em hegemonias.

Esta vontade política que privilegia as afinidades em detrimento das diferenças, sem ignorá-las ou desrespeitá-las, permitiu avanços substantivos e que se refletem em acções concretas de cooperação *lato sensu* para o fortalecimento das instituições políticas, para a formação de agentes públicos melhor preparados e políticas públicas mais eficientes e, mais recentemente, a adoção de medidas que poderão a médio prazo impulsionar a difusão da língua portuguesa.

Na dimensão política e diplomática tem permitido a formulação de posições comuns em foros internacionais.

Alguns exemplos mais recentes destes posicionamentos comuns foram as Declarações Conjuntas da CPLP à IV Conferência

Global sobre a Erradicação Sustentada do Trabalho Infantil e ao 8º Fórum Mundial da Água; as manifestações da Presidência então exercida pelo Brasil em nome da CPLP na 44ª sessão do Comité de Segurança Alimentar Mundial (CSA) e na 62ª Sessão da Comissão da Situação da Mulher das Nações Unidas (CSW).

Ao mesmo tempo, de uma forma bastante prática e, talvez, um tanto prosaica, o apoio recíproco a candidaturas apresentadas por Estados-Membros a posições ou vagas em organismos internacionais tem contribuido para aumentar a presença e a representatividade dos países da CPLP no sistema multilateral.

Além disso, a CPLP tem procurado intensificar a sua colaboração com outros organismos internacionais. Em outubro de 2017, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a CPLP e a ONU Mulheres, reafirmando a vontade política de promover a cooperação multilateral para a promoção da igualdade de género e empoderamento das mulheres.

Por sua vez, a admissão da OEI (Organização Ibero-americana para a educação, a ciência e a cultura) como Observador Associado da CPLP abre caminho para o fortalecimento de uma parceria já existente entre as duas organizações.

Devo mencionar, ainda, a colaboração que vem sendo estabelecida entre a CPLP e as suas congéneres, a Organização Internacional da Francofonia, a Secretaria-Geral Ibero-americana e a Commonwealth. Tive a honra de lançar, em junho de 2017, em Montreal, em conjunto com as Secretárias-Gerais destas três organizações, o Apelo por um Humanismo Universal que chama a atenção para os grandes desafios da atualidade (mudanças climáticas, desemprego jovem, terrorismo, migração, ataques ao multilateralismo, entre outros) e apela à ação a favor de uma globalização da economia justa e sustentável e de uma democracia

mundial, solidária e inclusiva, garante dos valores universais e respeitadora da diversidade.

No seguimento do Apelo de Montreal, foi elaborado um plano de ação conjunto com foco nos jovens e nas mulheres, que lancei novamente em conjunto com a Secretária-Geral da OIF na Conferência de Paris do Fórum Económico Internacional das Américas, realizado na sede da OCDE, em Paris, em dezembro do ano passado.

Ainda neste contexto, participei, também na companhia das Secretárias-Gerais da OIF e da SEGIB, do Diálogo com a Juventude, evento organizado pelo Presidente da 72ª Assembleia Geral da ONU, Miroslac Lajcák, em Nova Iorque, a 30 de maio de 2018, com jovens oriundos dos nossos três espaços linguísticos. A CPLP foi representada pelo Fórum da Juventude da CPLP.

Essas ações e iniciativas conjuntas, embora possam parecer isoladas, têm uma grande relevância política. A cada vez que logramos atuar em conjunto, em temas de interesse comum, confirmamos e demonstramos a nossa capacidade de concertação e de diálogo. Saímos fortalecidos coletivamente, como organização, e amplificamos a voz e a projeção dos interesses de cada Estado-Membro na cena internacional.

Creio ser esse o grande potencial da CPLP no que se refere ao multilateralismo e à concertação: servir como uma plataforma para a projeção coletiva de interesses comuns. A essa dimensão externa soma-se, na minha perspetiva, a capacidade da CPLP de constituir-se num instrumento do desenvolvimento interno dos nossos Estados-Membros, por meio de iniciativas focadas em resultados concretos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

Como já tive a oportunidade de referir, esse potencial tem sido reconhecido por um número crescente de países, que tem

manifestado de forma inequívoca seu interesse em aproximar-se da CPLP e a ela associar-se.

Naturalmente, refiro-me aqui à CPLP no seu melhor. Na prática, infelizmente, os avanços concretos são, muitas vezes, obtidos lentamente e com dificuldades. Algumas temáticas consideradas fundamentais para a nossa comunidade como a mobilidade dos cidadãos ou a cooperação económica e empresarial têm tido avanços muito modestos.

Permitam-me, com base na minha experiência à frente da Organização, trazer um olhar crítico sobre os procedimentos de tomada de decisão na CPLP.

Na CPLP, todas as decisões são tomadas por consenso. Isto significa que, sempre que houver uma reserva, por parte de um Estado membro relativamente a uma determinada matéria, não haverá decisão. Trata-se, na minha perspetiva, de um sistema inclusivo, pois permite maior equilíbrio no processo de tomada de decisão e a contenção de eventuais tendências hegemónicas no seio de qualquer organização.

Porém, na prática, a regra do consenso significa um país, um direito de veto. Qualquer país membro, independentemente do seu tamanho, pode bloquear uma decisão. Portanto, não se trata, realmente, de uma voz / um voto por país. Não se trata de uma regra da maioria em que todos os países têm voz. Trata-se, sim, de um direito de veto que assiste a cada um dos nove países membros da CPLP.

Penso que, para algumas matérias, a adoção do princípio de "geometria variável" (ou seja, um sistema em que o grupo de Estados que estiverem prontos para avançar sobre determinada temática poderem fazê-lo e os restantes poderem aderir posteriormente), seria uma solução para se avançar mais rapidamente.

Contudo, apesar das limitações constatadas, a capacidade de concertação na CPLP tem sido, inquestionavelmente, reconhecida, o que tem reforçado o potencial de atratividade da nossa organização.

Termino, renovando os agradecimentos pelo convite e pela oportunidade de estar aqui.

Muito obrigada pela vossa atenção.

INTERVENÇÃO DO SUBSECRETÁRIO-GERAL DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, NO II CURSO DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO PARA DIPLOMATAS DOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2018

Excelentíssima senhora secretária executiva, Dra. Maria do Carmo Silveira;

Excelentíssimo senhor embaixador Gelson Fonseca, diretor do Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão;

Excelentíssimo senhor embaixador João Almino, diretor da Agência Brasileira de Cooperação;

Ilustríssima senhora ministra Paula Alves de Sousa, diretora do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores;

Senhora(s) e senhores diplomatas dos Estados membros da CPLP;

Senhoras e senhores;

Inicialmente, ao agradecer o convite para participar deste primeiro painel, que versa sobre a presidência brasileira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, gostaria de aplaudir a iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão de realizar esta segunda edição do Curso para Diplomatas da CPLP, a cujos participantes reitero as boas-vindas. Estou convicto de que ao fim das atividades do curso, teremos dado mais um passo em favor de melhor nos conhecermos, o que certamente compensará os desconfortos da longa viagem que os trouxe ao Rio de Janeiro.

Quero também dizer que é um privilégio poder integrar esta mesa ao lado de meus colegas, os embaixadores João Almino e Gelson Fonseca e a ministra Paula Alves de Sousa, e com a presença ilustre da secretária executiva da CPLP, Dra. Maria do Carmo Silveira, que uma vez mais nos honra com sua presença no Brasil.

Como é do conhecimento dos senhores, a CPLP desenvolve sua atuação a partir dos três eixos inscritos em seu estatuto: a concertação político-diplomática, pela qual é responsável, da parte brasileira, a Subsecretaria de África e de Oriente Médio, que chefio; a cooperação técnica, cujas ações são coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, aqui representada por seu diretor e; a promoção e divulgação da língua portuguesa, eixo que está sob a responsabilidade do Departamento Cultural do Itamaraty, como denominamos o nosso ministério das Relações Exteriores. Esta mesa, em suma, reúne os responsáveis, na diplomacia brasileira, pelas ações vinculadas aos três eixos de atuação formalmente previstos no estatuto da CPLP.

Mas, ao dirigir-me aos senhores, preciso advertir que os temas da CPLP alcançam, na verdade, inúmeras áreas do governo brasileiro, em virtude, naturalmente, do crescimento da Comunidade desde sua fundação, em 1996. Esse fato ficará visível ao longo do

nosso diálogo de hoje, que permitirá uma visão panorâmica das ações da presidência de turno brasileira durante o mandato que exercemos de novembro de 2016, quando da realização da XI Conferência de Chefes de estado da CPLP em Brasília, até julho passado, quando transmitimos a Cabo Verde a presidência da organização, por ocasião da XII Cúpula da Comunidade, realizada na ilha do Sal.

Senhoras e senhores,

O Brasil elegeu para sua presidência o tema "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Nosso objetivo com essa decisão foi justamente aproximar a pauta de atuação da CPLP, sem prejuízo de nossas especificidades, da agenda multilateral global. Ao priorizar a discussão dos desafios e das experiências nacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tivemos também em mente a maior visibilidade da Comunidade da língua portuguesa no cenário de outros organismos internacionais, notadamente no sistema da ONU. Num único movimento, reforçamos o multilateralismo e o multilinguismo como valores de interesse comum de nossos países.

Sabemos que Agenda 2030, adotada pelas Nações Unidas em 2015, estabeleceu 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que definem uma estratégia global de desenvolvimento, com metas a serem atingidas até 2030. Tais metas procuram conciliar dimensões aparentemente díspares, como aquelas do desenvolvimento social e econômico, do trabalho, do meio ambiente, da qualificação dos recursos humanos dos países, da qualidade de vida das populações do planeta. Conciliar tais dimensões significa justamente aderir a uma percepção holística do desenvolvimento, necessariamente sustentável, em desfavor de modelos historicamente predatórios ou produtores de desequilíbrios. Durante a presidência brasileira, a temática

dos ODS inspirou os debates e as decisões de todas as reuniões ministeriais e técnicas organizadas pelo Brasil.

Ao longo do curso, vocês terão a oportunidade de discutir com autoridades de diferentes áreas do governo brasileiro e com nomes do meio acadêmico os esforços empreendidos pelo Brasil em seu mandato à frente da CPLP. Além de o presidente Michel Temer ter recebido, como já mencionei, os chefes de Estado e de governo dos países da CPLP por ocasião da XI Cúpula da Comunidade, ocorrida em novembro de 2016, em Brasília, foram desde então organizadas 13 reuniões ministeriais da CPLP em território brasileiro, todas elas inspiradas pela Agenda 2030.

Refiro-me à X Reunião de Ministros da Cultura; à II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; à XV Conferência de Ministros da Justiça; à IX Reunião dos Ministros do Turismo; à XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros; à IV Reunião de Ministros da Saúde; à V Reunião das Ministras e Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP; à II Reunião de Ministros de Energia; à III Reunião dos Ministros do Comércio; à X Reunião dos Ministros da Educação; à VII Reunião dos Ministros do Ambiente; à Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP; e, finalmente, à VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A essas reuniões ministeriais, adicionem-se tantas outras, de caráter técnico ou preparatório, que sediaram jornadas exaustivas de negociação de resoluções, de declarações, de termos aditivos e de memorandos de entendimento. Enfim, instrumentos de natureza diversa que hoje compõem o acervo doutrinário e normativo da Comunidade. Um arrolamento exaustivo dessas reuniões consta do relatório de atividades da presidência de turno, que o Brasil

apresentou à XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em julho passado, em Cabo Verde.

Sinto-me à vontade para afirmar que, a despeito de severas limitações orçamentárias que teve de enfrentar, o Brasil conseguiu viabilizar a participação em várias dessas reuniões de diversas delegações dos Estados membros, tanto técnicas, como governamentais; manteve-se adimplente com sua contribuição anual à CPLP, hoje em torno de 768 mil euros; manteve a regularidade de transferências voluntárias para o Fundo Especial da CPLP. Não se duvide do compromisso brasileiro com o avanço da CPLP, compromisso que permanecerá ao longo da corrente presidência de turno cabo-verdiana. Este curso, aliás, bem poderia ilustrar esse compromisso.

Colegas,

Somos nove países espalhados por quatro continentes. Temos uma agenda comum a todos os países. Mas é natural que de imediato percebamos o fato de seis de nossos parceiros serem africanos; a esses países, juntam-se outros três do continente africano que desfrutam do status de observadores associados da CPLP. Tenha-se também em conta o fato de 53% da população brasileira ter se declarado de origem africana no recenseamento oficial de 2010, levado a cabo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em universo que supera os 200 milhões de habitantes, mais de 100 milhões de cidadãos brasileiros se identificam como afrodescendentes.

Com isso, a política brasileira para a África acaba por conformar oportunidade adicional para a construção de sinergias em favor do peso internacional da Comunidade. A CPLP, dada a presença africana em sua trajetória, é parceira natural de mecanismos regionais importantes, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade de Desenvolvimento

da África Austral (SADC). Tampouco deve ser ignorado o fato de o português, por força de nossos parceiros, perfilar-se entre as línguas de trabalho da União Africana.

Não sem razões, o Brasil mantém relações diplomáticas com os 54 países da África, para o que conta com uma estrutura de 37 embaixadas e dois consulados-gerais no continente africano. Por outro lado, os países africanos têm 35 embaixadas em Brasília, o que torna a capital federal a cidade sul-americana com maior número de representações diplomáticas africanas.

O elevado número de representações africanas e a presença histórica e cultural da África no Brasil espelham o constante interesse dos países africanos em adensar o intercâmbio e a cooperação com nosso país, nas mais diversas áreas. O Brasil é almejado como parceiro em demandas de cooperação, em virtude de ter desenvolvido soluções para desafios sensíveis e que abrem oportunidades de parceria.

O diretor da ABC, meu amigo João Almino, irá decerto detalhar essa realidade, que é o fato de o Brasil desenvolver, ao lado dos países africanos, projetos de vulto em agricultura e pecuária, formação profissional, educação superior, saúde, desenvolvimento social e governança, inclusive por meio do Fundo Especial da CPLP.

Senhoras e senhores,

A fortalecer a sinergia que poderá resultar do envolvimento entre a CPLP e a África, há que se ter em mente o fato de, na última década, o continente africano ter atingido expressivas taxas de crescimento econômico, em torno de 5% a 6% anuais, além de estar avançando, inequivocamente, no rumo da estabilidade política e da governança democrática.

Nesse contexto, promover a dimensão econômica das relações com a África é meta permanente do governo brasileiro. No plano de

nossas relações bilaterais com os países do continente, a negociação dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) tem contribuído para criar ambiente propício para a ampliação de investimentos brasileiros em parceiros africanos. Os ACFIs têm tido boa resposta dos parceiros africanos, tendo sido esse instrumento já assinado com Angola, Moçambique e Malawi. A matéria acha-se na pauta das conversas com outros países do continente, como Cabo Verde, Namíbia, Senegal, Sudão e Tunísia. Notem que os primeiros ACFIs foram firmados justamente com parceiros da CPLP.

Ainda em relação à África, nosso ministro de estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou diferentes visitas de natureza bilateral ou multilateral ao continente africano. Esteve em Botsuana, Namíbia, Malawi, Moçambique, África do Sul, São Tomé e Príncipe, Gana, Nigéria, Côte d'Ivoire, Benim, Angola, Tunísia, Argélia e, mais recentemente, Cabo Verde, para participar justamente da XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP. Em 17 meses de gestão, o ministro Aloysio Nunes esteve em 14 países do continente, dos quais quatro são estados membros da CPLP e um deles, a Namíbia, é membro Observador Associado.

Fato é que a política externa brasileira para a África é hoje uma política de Estado; da mesma forma, a CPLP integra o rol de nossos interesses permanentes.

Senhoras e senhores,

Nosso compromisso com a África não torna menores, no âmbito da CPLP, nossas parcerias em relação a Portugal e ao Timor-Leste.

O Timor-Leste é muito caro ao Brasil. Nosso saudoso compatriota e colega, Sérgio Vieira de Mello acompanhou *in loco* a transição do país para a independência plena. Se a CPLP tem nas mais de 20 missões de observação eleitoral que realizou

um dos esforços mais visíveis no esforço de fortalecimento da institucionalidade democrática dos estados membros, só podemos nos orgulhar de ter-se realizado justamente no Timor a primeira missão de observação eleitoral da Comunidade. Refiro-me ao plebiscito sobre a autodeterminação do país, realizado em agosto de 1999, quando a CPLP teve o privilégio de testemunhar a inequívoca vontade dos timorenses de viver em liberdade.

Desde então, o Timor-Leste tem sido parceiro da cooperação brasileira, tanto bilateral como por meio da CPLP. Uma vez mais, o diretor da ABC poderá entrar em detalhes. Mas gostaria de mencionar, em especial, a cooperação na capacitação e formação de recursos humanos, tanto no cenário do ensino da língua portuguesa para funcionários públicos timorenses, como na formação em universidades brasileiras e em nossa academia diplomática, o Instituto Rio Branco.

Com Portugal temos histórica fraternidade, a qual se conformou como uma das matrizes principais da nacionalidade brasileira. Brasileiros e portugueses bem se mesclam no interior das famílias. Hoje sabemos que a comunidade brasileira em Portugal ultrapassa os 80 mil indivíduos, maior comunidade estrangeira (se é que podemos usar essa palavra entre nós) no país-irmão. Sem dúvida, são realidades que, ao fim, fazem evoluir os padrões de circulação intracomunitária de nossos cidadãos, padrões cada vez mais abertos, reclamando a positiva atenção de nossas autoridades.

Quanto a esse tema da mobilidade, que será matéria de sessão específica neste curso, além de ser um dos pilares da presidência de turno de Cabo Verde, recordo que o Presidente Michel Temer promulgou, no ano passado, o *Acordo sobre concessão de vistos a estudantes nacionais dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,* cujos termos, aliás, já vínhamos unilateralmente aplicando. Ainda no ano passado, o presidente

Temer promulgou a nova Lei de Migração, originada de projeto da autoria de nosso ministro das Relações Exteriores, senador Aloysio Nunes Ferreira, que entendeu a premência de nosso ordenamento jurídico extirpar velhas desconfianças sobre os estrangeiros, herdadas de tempos autoritários e que dissonavam da formação plural do Brasil.

Em relação aos oceanos, também tema da atual presidência e que merecerá sessão específica neste curso, não podemos, da parte brasileira, negligenciar o Atlântico, terreno por onde passam 95% do fluxo comercial brasileiro, volume que justifica o interesse do Brasil em desenvolver com seus parceiros africanos mecanismos de cooperação no âmbito da defesa e na prevenção à pirataria, em crescimento nos últimos anos. O Brasil procura cooperar com os países africanos da região para que possam exercer plenamente o patrulhamento e a defesa de suas águas jurisdicionais. O patrulhamento marítimo e aéreo é fundamental para nossos países, não somente para o combate ao narcotráfico, mas também para a preservação do ambiente marinho, combatendo, por exemplo, a pesca ilegal, e ainda para garantir segurança na exploração de petróleo.

Temos hoje três missões navais instaladas no continente africano: em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia; dois estados membros da CPLP e um observador associado. No caso da Namíbia, o Brasil há mais de 10 anos tem oferecido treinamento tanto nas escolas da Marinha do Brasil, como na base naval de WalvisBay, tendo atingido universo que chega a cerca de 1.100 militares da marinha namibiana. O português tornou-se com isso língua difundida em todos os escalões da marinha daquele país.

Senhoras e senhores,

Estou convicto de que a CPLP persistirá crescendo com base nos pilares da concertação político-diplomática, da cooperação e da promoção e difusão da língua portuguesa, idioma cada vez

mais valorizado no sistema internacional. Não há como não nos remetermos ao fato ímpar de a CPLP hoje contar com 19 Observadores Associados, sem que cessem as manifestações de interesse de novos países.

Estimo, por fim, aos participantes deste curso um produtivo diálogo, de que, tenho convicção, resultarão benefícios para todas as nossas chancelarias. E, uma vez mais, congratulo os organizadores por esta iniciativa. Dessa vez, a FUNAG realiza este curso já na condição de Observadora Consultiva da CPLP, estatuto que obteve por ocasião da última cúpula da Comunidade, realizada em Cabo Verde, no mês passado.

Meus parabéns à FUNAG e meu muito obrigado a todos!

O BRASIL E A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Gonçalo Mello Mourão[1]

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma organização intergovernamental que integra os nove países de língua portuguesa: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Criada em 1996, por impulso de um grande brasileiro, José Aparecido de Oliveira, e com sede em Lisboa, a CPLP é gerida por um secretário-executivo e coordenada por uma presidência *pro tempore* de dois anos, a cargo de um dos países membros. Durante o biênio 2016/2018, coube ao Brasil presidir a CPLP, função reservada a Cabo Verde a partir da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar naquele país nos próximos dias 17 e 18.

A CPLP, nos seus 22 anos de existência, tem representado avanços significativos para os países membros nos três principais objetivos estabelecidos quando de sua criação: a concertação político-diplomática, a promoção da língua portuguesa e da

1 O autor é embaixador e representante permanente do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Texto originariamente publicado na Folha de São Paulo e no Diário de Notícias (Portugal), em 13 e 17 de julho de 2018, respectivamente.

cultura dos países membros e a intensificação da cooperação para o desenvolvimento.

A concertação político-diplomática assegura um aumento consistente na adoção de posições comuns em organismos multilaterais sobre as mais diversas matérias, reforçando a presença da CPLP e de seus membros no cenário internacional. A recente eleição da deputada Mara Gabrilli para o Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, por exemplo, contou com o apoio unânime dos países da Comunidade.

Os esforços de promoção da língua têm levado a um crescimento significativo do ensino do português no mundo. O Dia da Língua e da Cultura da CPLP foi celebrado em mais de 40 países, e hoje são mais de 8.500 os alunos estrangeiros inscritos nos Centros Culturais e Leitorados brasileiros.

A cooperação para o desenvolvimento promove a implementação de projetos comuns e uma maior aproximação entre os países membros, desenvolvendo nossa capacidade de estreitar vínculos nos variados campos do conhecimento e da tecnologia.

Durante a presidência brasileira foram realizadas 13 reuniões ministeriais e inúmeras reuniões técnicas e simpósios em torno do tema "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", para o acerto de políticas comuns, a troca de experiências e práticas e a adoção de acordos sobre amplos aspectos de nossas relações, como turismo, energia e políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

No seio das várias organizações multilaterais, a CPLP é hoje um bloco que se posiciona conjuntamente sobre diversos temas da agenda internacional. Em demonstração do respeito que desperta, a CPLP contará, a partir da Cimeira de Cabo Verde, com 19 países observadores: a Geórgia, Hungria, Japão, Maurício, Namíbia, República Tcheca, Eslováquia, Senegal, Turquia e Uruguai, somar-

-se-ão Andorra, Argentina, Chile, Costa do Marfim, França, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Sérvia.

A CPLP vem se firmando como espaço único de entendimento e cooperação, e seu fortalecimento é, para o Brasil, motivo de justo orgulho. Por meio dela se manifestam os princípios de convivência internacional pelos quais se empenha a diplomacia brasileira e que estão consagrados na Constituição: não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, prevalência dos direitos humanos, repúdio ao racismo e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

RELATÓRIO DA XXXV REUNIÃO DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO

XXXV REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO

Brasília, 17 e 18 de julho de 2017

1. Sessão de Abertura

As saudações de boas-vindas foram transmitidas pela Ministra Andrea Saldanha da Gama Watson, Diretora Adjunta da ABC, dando início à XXXV Reunião de Pontos Focais de Pontos de Cooperação, realizada no âmbito da XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Na sua intervenção, a Ministra Watson fez referência ao 21º aniversário da CPLP, e à necessidade da Comunidade, recém-chegada à maturidade, requerer uma reflexão profunda e criativa quanto ao seu futuro, sobretudo no quadro da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Seguidamente usou da palavra a Drª Georgina Benrós de Mello, Diretora Geral da CPLP (DG), que agradeceu a presença de todos e destacou a importância de se trabalhar em conjunto para se alcançarem os referidos ODS.

Posteriormente, fez-se uma ronda de apresentações dos delegados dos Estados- membros e da equipa do Secretariado Executivo da CPLP ali presente.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa

A proposta da Agenda foi colocada à consideração dos PFC e foi aprovada na generalidade.

3. Programa Acompanhamento dos Projetos, Programa Indicativo de Cooperação e Execução Financeira

3.1. Execução Financeira em 2017

3.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O Diretor de Cooperação (DC), Manuel Clarote Lapão, resumiu a informação contida no Quadro de Execução do PIC, previamente circulada, identificando as entidades executoras e o grau de implementação de cada Projecto ou Ação Pontual.

Na análise da execução financeira do Fundo Especial, destacou as Atividades com muito baixa execução, referindo a importância de ser feita a reavaliação da sua pertinência.

A Ponto Focal de Cooperação(PFC) de Portugal considerou que relatório financeiro apresentado não ilustrava, de forma clara, a realidade de cada Projeto e as verbas já consignadas. O DC esclareceu que o relatório apresentava uma visão anual sobre cada projeto, e não a suadimensão cabal. Mencionou ainda que os quadros apresentados permitiam fazer uma leitura dos recursos comprometidos e que a execução é actualizada com base na informação enviada pelas entidades executoras. Por último, indicou que a leitura cruzada da informação disponibilizada pela Direção de Cooperação com a documentação remetida semestralmente aos Estados-Membros pela Direção de Administração e Finanças (DAF) possibilita aferir de forma global e fiel o nível de execução técnica e financeira das atividades em curso.

Após a exposição do DC, os PFC desenvolveram intervenções complementares com o objetivo de complementar a informação apresentada.

Assim, a PFC de Portugal teceu ainda um conjunto de considerações sobre os projectos financiados por Portugal, nomeadamente:

- [Pr53/MAP/12] Base de Dados Jurídica da CPLP (Legis--PALOP) – Fase IV Indicando que nesta nova fase importa assegurar o encerramento das fases anteriores de consolidação da Legis-PALOP através de um novo modelo de sustentabilidade do projeto, que passará por dois eixos principais: a) diversificação das fontes de financiamento da Legis-PALOP, para além dos PALOP, com particular destaque para Timor-Leste e b) apropriação efetiva do Legis-PALOP pela CPLP.
- [Pr62/DIL/14] Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 3 (2014-2015) - termina em dezembro de 2017. O novo projecto integrará novos parceiros e deverá ser apresentado na XXXVI RPFC, prevista para fevereiro de 2018.
- [Pr75/BRA/16] Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – a Fase VI apresenta 80% de execução, com um elevado grau de apropriação em Cabo Verde e Moçambique.
- [Pr73/BRA/16] PLATAFORMA SKAN CPLP - a II Fase arrancouem Fevereiro de 2017 e, até à data, tiveram reuniões com parceiros de Cabo Verde e Moçambique para preparação das próximas atividades: Workshop no dia 29 de Agosto, em Moçambique e Workshop em Cabo Verde, em Setembro.

Pegando na palavra, a PFC[1] do Brasil referiu-se sucintamente aos projectos financiados pelo Brasil:

- [Pr41/LB/11] Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III - está na fase final de prestação de contas desse projecto para apuramento de saldo para o arranque da 2ª fase do plano de trabalho previsto em São Tomé e Príncipe;
- [Pr49/LIS/12] Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – foi feita uma solicitação pela Guiné-Bissau, à qual se seguiu de correspondência do Ministério da tutela, com a indicação das instituições nacionais que possam garantir a sustentabilidade do projecto no terreno.
- [Pr52/MAP/12] RIPES - em Março de 2017 teve lugar uma reunião de Pontos focais do Projeto em Lisboa. Aguarda-se o relatório da UNILAB, referente a essa reunião, para se avançar com o desenvolvimento da 2ª fase, tendo por base nos contributos dos PF dos países.
- [Pr56/LIS/13] Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP - apesar da conclusão de 3 das atividades, estão ainda em falta as missões a Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste. A dificuldade de execução prende-se, além das mudanças institucionais havidas na Secretaria responsável pela execução técnica do projeto, com limitações do atual Secretário de DHPD, que necessita de condições logísticas específicas. A próxima missão está prevista a ter lugar em Angola ou TL

1 A coordenação da RPFC foi exercida, durante todo o período da presidência brasileira, pela senhora Alessandra Ambrósio, coordenadora-geral de Cooperação com a CPLP da Agência Brasileira de Cooperação.

(14 a 18 de agosto) mas é necessário assegurar as questões logísticas relacionadas com a deslocação do Secretário. Neste ensejo, o PFC de Angola confirmou que irá contactar o sector para saber se estão reunidas as condições para receber o Secretário.

A ABC indicou, ainda, que, à data, não tinha conseguido ainda qualquer resposta por parte do Ministério do Desporto, para validação do arranque do projeto Pr76/LIS/17 - Plano de Ética no Desporto na CPLP. O projecto deve iniciar as suas atividades, processo previsto para novembro de 2017, aguardando a resposta do Brasil que apenas será contemplado numa 2ª fase, juntamente com Moçambique e Portugal.

A PFC do Brasil indagou ainda se a 2ª Semana da Juventude da CPLP se iria realizar em São Tomé e Príncipe ou em Cabo Verde, conforme havia sido falado na XXXIV RPFC, e pediu que se esclarecesse a proposta do Fórum da Juventude, que propunha a utilização dos recursos aprovados na AP para uma actividade a ter lugar no dia 25 de julho, em Lisboa.

O DC esclareceu que a proposta do Fórum da Juventude para o evento do dia 25 de julho previa que a mesma se realizasse no quadro da Reunião dos Ministros da Juventude e do Desporto. Esta proposta foi favoravelmente acolhida pela Reunião.

Questionado sobre a alocação de recursos ao Pr71/DIL/15 - TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa, o DC confirmou que houve contribuições por parte de alguns EM que se acrescem ao valor solicitado ao FE e aprovado pela XXXIV RPFC.

O representante de Guiné-Bissau indicou que levaria as questões referentes ao projeto Capoeira à consideração do Ministério da Educação de STP.

Neste âmbito, manifestou o grande interesse da Guiné-Bissau em desenvolver o Projeto Capoeira, indicando que haveria condições para garantir a sua sustentabilidade através do Ministério da Educação e da Escola de Educação Física.

A PFC do Brasil indicou que, considerando o teor da comunicação recebida do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação Cinetífica de Guiné-Bissau, a demanda é de que eventual projeto se deverá dedicar ao ensino formal de Professores de Educação Física, fazendo uso dos recursos remanescentes no projeto original. Para tal, precisam de conhecer melhor o parceiro local para desenharem esse projecto e reavaliar a capacidade técnica da Associação Raízes do Brasil para implementar o projeto, dada a característica da demanda apresentada.

O representante de GB reafirmou, ainda, o interesse da Guiné--Bissau em que fosse aprovado o Pr77/LIS/17 Projeto "É Hora", solicitando o compromisso dos EM para o apoio deste projecto. O DC recordou que a GB deverá proceder a reformulação do projecto à luz das recomendações da XXXIV RPFC.

No âmbito do projeto Pr70/DIL/15 - Relançamento do INEP, o representante da GB confirmou que o Ministério das Finanças irá colocar recursos para assegurar a renovação das infra-estruturas. A DG confirmou este entendimento e indicou que o protocolo já foi remetido à Guiné-Bissau mas ainda não estava firmado.

DELIBERAÇÃO Nº 1:

- Foi decidido que os recursos alocados para o projeto PR74/BRA/16 - 2ª Semana da Juventude da CPLP, aquando da XXXII RPFC, poderiam ser reafectados para o evento previsto para dia 25 de julho, à margem da Reunião de Ministros da Juventude e do Desporto.

4. Apresentação do Relatório Parcial – Reflexão sobre a efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP

A PFC do Brasil fez um enquadramento do processo de reflexão que estava a ser levado a cabo desde a XXXIII RPFC. Recordou que, até ao momento, o exercício tinha recaído sobre as seguintes questões:

a) Propósito da RPFC;

b) Estabelecimento de prioridades

c) Natureza da cooperação

d) Tipologia de projectos

e) Fluxo de comunicação

f) Relação com o âmbito externo

Passou posteriormente a palavra a Joana Amaral, consultora responsável pelo exercício de reflexão, que, apresentou uma Visão Geral do Processo que vem sendo seguido e uma visão sistémica dos atores da cooperação e as suas interações (Anexo 4). Recordou os pontos centrais das discussões que haviam sido tidas e resumiu a sua proposta para a realização do Seminário e do Manual Governança e Gestão da Cooperação na CPLP, para se concluir este Exercício.

Em ronda de comentários, o PFC do Brasil agradeceu a clareza e sistematização da apresentação e comentou que os resultados positivos da reflexão iniciada em 2016 extrapolaram as expectativas.

A representante de Cabo Verde ressaltou o facto da comunicação entre sectoriais e PFC ser um problema vivido também no seu país e que a apresentação de projectos depende também dessa articulação.

A PFC da Guiné Equatorial indicou que o documento não reflecte observações já efectuadas no passado mas que, no cômpito geral, reflete bem a discussão e as preocupações da RPF.

A PFC de Portugal referiu que Portugal tem estado a reflectir internamente sobre este exercício e identificou 3 tipos de dificuldades: (1) a articulação interna de cada país; (2) o não relacionamento entre as atividades aprovadas nas sectoriais, muitas vezes não realizadas, e o trabalho efectuado ao nível das RPFC; (3) a aprovação de projetos sem que haja aprovação da alocação de financiamento que permita cobrir o orçamento.

Questionou ainda se serão tidos em consideração as novas dinâmicas de cooperação da CPLP, nomeadamente a Nova Visão Estratégica, a questões relacionadas com a eficácia da ajuda e novas fontes de financiamento. Confirmou o apoio de Portugal à elaboração do Manual conforme proposto pela consultora.

O PFC de Timor-Leste congratulou o trabalho da consultora mas indagou sobre a meta que se pretende alcançar com este processo daqui a 10 anos. Concordou ainda com a PFC de Portugal, dizendo que terá que haver um alinhamento com a visão estratégica da CPLP, para que a meta definida, seja ela qual for, seja alcançada. Considerou ainda que deve ser gerado maior debate na CPLP e que a RPFC é um dos poucos órgãos da Organização que faz esse exercício de debater e reflectir.

O PFC de Angola agradeceu o trabalho concordou com o alinhamento com a Visão Estratégica. Indicou ainda que é fundamental definir as balizas e os limites do trabalho e que, para Angola, o resultado é mais importante do que o tempo.

O PFC de STP confirmou que as atribuições dos PFC são claras e que no seu país foi criado o Gabinete de Apoio à CPLP para lhes dar resposta. Esse gabinete inclui todos os pontos focais sectoriais e um coordenador, que faz a articulação com todas asáreas sectoriais.

O representante de Moçambique lamentou que esta reflexão não tenha sido feita a tempo da elaboração da Nova Visão Estratégica e o facto de os PFC não terem sido envolvidos na discussão daquele documento nem no documento da sua operacionalização. Indicou que a CPLP se deveria concentrar nos seus fundamentos e que os PFC deveriam refletir sobre as prioridades, tipologias de projectos e meios para os implementar. Indicou ainda que, no que toca aos problemas de comunicação identificados, os EM têm visões distintas e não se entendem da mesma forma.

O representante da Guiné-Bissau concordou com a necessidade de maior articulação dos PFC e de reflectir sobre a nova visão, para que esta se torne mais sólida.

A DG instou a que a segunda ronda de comentários fosse menos politicamente correta e instou a que os Pontos Focais colocassem as suas dúvidas muito abertamente. Indicou ainda a pertinência de se promover uma melhor integração das redes nacionais de Pontos Focais e a RPFC.

O DC concluiu sobre o aparente consenso relativo à necessidade de (1) se investir tempo para terminar a reflexão começada, tendo em conta o resultado que se quer alcançar; (2) promover a integração da RPFC com os restantes instrumentos existentes e com as áreas sectoriais; (3) regressar à Resolução de 2010/Luanda, que fala do reforço do papel político da RPFC.

Instou a que se procurasse identificar recursos financeiros nas Reuniões Ministeriais para a implementação das suas actividades e que se estimulasse a que, nos momentos de apresentação dos orçamentos nacionais ao Plano ou às Finanças, fosse relembrada esta necessidade aos sectores.

A consultora usou da palavra para dizer que é fundamental que se tenha a percepção clara sobre o que as instâncias políticas

querem da RPFC. Isto pode ser obtido através de um processo de consultas políticas internas, sendo um passo essencial para dar corpo às questões que vêm sendo debatidas.

DELIBERAÇÃO Nº 2:

- Foi aprovado o Relatório apresentado pela Consultora sobre o Apoio Metodológico e Facilitação da Reflexão sobre a Efetividade das atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP" (Anexo 5).

Questionados sobre a concordância com a realização de um Seminário e de um Manual de Governança e Gestão da Cooperação na CPLP, a PFC de Portugal concluiu que estaria de acordo, na condição do Seminário ser o momento de conclusão do processo e de se definir uma posição sobre o que se pretende com a Cooperação na CPLP para os próximos 10 anos.

A PFC de Portugal indagou sobre possibilidade do Seminário produzir um Plano de Ação da RPFC, que contribua para a sua institucionalização, e questionou sobre o reconhecimento, interno e externo, dessa institucionalização.

Indicou ainda que a mudança necessitaria de uma operacionalização, num processo contínuo de monitorização. Estas mudanças têm que ser concretizadas num momento relevante para a CPLP, como uma reunião do CCP ou de Conselho de Ministros.

A PFC do Brasil concordou que será oportuno a produção de um roteiro que estabeleça, de forma padronizada, os pontos de reflexão relevantes para cada PF, antes do Seminário.

Os PFC de Timor Leste, Angola e Guiné Equatorial relevaram a possível dificuldade na obtenção de algumas respostas políticas, dado o período eleitoral que se vivia nos respetivos contextos.

O representante de Moçambique mostrou preocupação quanto à visão mais geral da Cooperação, considerando que muitas das questões levantadas são políticas.

5. Apresentação e discussão dos Termos de Referência do Seminário sobre a governança e gestão da Cooperação na CPLP

Foi apresentada a proposta de termos de Referência para a realização de um Seminário Governança e Gestão da Cooperação na CPLP, indicando que este terá como principal fruto a produção de um Manual de Governança e Gestão da Cooperação na CPLP. Houve um acordo geral sobre o tema.

Reflectiu-se ainda sobre a necessidade de elaboração de um Regimento da RPFC e da revisão do Acordo Geral de Cooperação, que existe desde 1998, mas que apenas ratificado por Portugal e pelo Brasil.

O representante de Moçambique questionou se o Manual seria para os Pontos Focais nacionais ou RPFC, tendo a consultora esclarecido que a ideia seria elaborar um documento para a RPFC, que seja robusto, que dê conta de todos os acordos e da Nova Visão Estratégica.

O DC pediu a palavra para referir que, no que toca ao processo de revisão do Acordo Geral de Cooperação, o processo de ratificação é hoje mais simples e que este pretendia ser um documento enquadrador e lato. Indicou ainda que todos os EM assinaram, uma vez que foi aprovado durante o Conselho de Ministros realizado previamente à II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Cabo Verde.

A PFC de Portugal concordou que seria uma excelente oportunidade de se olhar para o documento, de forma a alinhar o seu conteúdo com os compromissos da agenda internacional e os ODS.

A representante de Cabo Verde considerou que o exercício de actualização do Acordo deve limar o documento no que se refere às questões que levou à não ratificação.

O representante da Guiné-Bissau considerou ainda que não valeria a pena regressar ao Acordo Geral de Cooperação, uma vez que ele, na prática, não existe para quem não o ratificou.

O Assessor jurídico do SECPLP, Mário Mendão, esclareceu que o documento existe a partir do momento em que foi assinado pelos EM. Desde aí, ele ficou aberto para ratificação. Tendo sido ratificado apenas por 2 EM, ele apenas é vinculativo para esses 2 EM, pelo que não se pode exigir a reciprocidade daqueles que não ratificaram.

DELIBERAÇÃO Nº 3:

- Os Termos de Referência apresentados (Anexo 6) foram aprovados na generalidade, devendo apenas ser revistos para incluir as conclusões da RPFC, prevendo-se a elaboração de um Manual de Governança da Cooperação na CPLP como seu principal resultado;
- O Secretariado Executivo deverá proceder à contratação da Consultora Joana Amaral para preparação do referido Manual, preparação e facilitação do Seminário.
- O Seminário deverá incluir um espaço para revisão do Acordo Geral de Cooperação e discussao sobre um eventual Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, tendo em conta o exercício de reflexão em curso e deverá ajustar o texto com a Agenda 2030 /ODS e compromissos de outros fora internacionais.

6. Apreciação dos documentos "Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)" e "Propostas para o Reforço da Cooperação com os Observadores Associados

Os documentos correspondentes à Operacionalização da Nova Visão Estratégica da CPLP – 2016-2626 e às "Propostas para o Reforço da Cooperação com os Observadores Associados" foram apresentados à RPFC pelo Assessor Político-diplomático, Paulo Lima, em nome do Secretariado Executivo da CPLP.

A PFC do Brasil questionou sobre como os PFC poderão contribuir para reforçar essa interlocução e a representante de Cabo Verde ponderou sobre o formato de participação da RPFC para a reflexão sobre documento.

O Assessor Paulo Lima mencionou que, quando refere os EM, estão automaticamente contemplados todos os órgãos, nomeadamente a RPFC.

No que toca ao segundo documento, o Assessor indicou ainda que este pretende sero quadro operacional que vem dar corpo ao que já está previsto no Regulamento dos Observadores Associados.

7. Elaboração conjunta de Resolução a ser submetida ao Conselho de Ministros

Foi revista a versão inicial da Resolução, mediante propostas e discussão dos Estados-Membros. O Anexo 9 inclui a Resolução revista, que foi posteriormente remetida à 204ª Reunião do Comité de Concertação Permanente.

DELIBERAÇÃO Nº 4:

- Foi decidido apresentar à 204ª Reunião do Comité de Concertação Permanente o texto revisto da Resolução sobre a RPFC

8. Pontos de Informação:

8.1 Reuniões Ministeriais Setoriais – 2017/2018

Foi feita a revisão conjunta do Quadro das Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para o biénio 2017/2018. Foi dado um especial destaque às reuniões do segundo semestre de 2017, nomeadamente:

- IV Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, 24-26 de outubro, Brasília
- V Reunião de Ministros e responsáveis pela Igualdade de Género, 30-31 de outubro, Brasília
- II Reunião de Ministros de Energia, 21-22 de novembro, Foz de Iguaçu.

8.2 Segurança Alimentar e Nutricional

8.2.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

O DC apresentou os resultados e deliberações da II Reunião Ordinária do CONSAN- CPLP, realizada em Brasília, entre 6 e 8 de junho de 2017, tendo sido destacados como principais resultados a aprovação das "Diretrizes para o Apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP" e o novo Plano de Plano de Trabalho 2017-2018.

8.2.2 Campanha da CPLP "Juntos contra a Fome"

No âmbito da Campanha "Juntos contra a Fome", o SECPLP informou que, a 16 de julho, se realizou a IV Corrida "Juntos contra a Fome", com uma participação muito significativa, embora inferior ao ano anterior, e que gerou cerca de 8.000€ para os projectos da Campanha.

A representante de Cabo Verde confirmou o sucesso da iniciativa e realçou a necessidade de haver um maior envolvimento do SECPLP e das Missões dos Estados-Membros junto da CPLP na divulgação do evento, à semelhança do que aconteceu em edições anteriores.

Ainda no âmbito da Campanha JcF, o DC indicou que se encontrava prevista mais uma Exposição do Acervo "Artistas Unidos Contra a Fome", bem como a possível realização de um Leilão das obras doadas, que deveria ter lugar em Setembro de 2017, na sede da UCCLA, em Lisboa.

Indicou ainda que, no segundo semestre de 2017, se realizaria mais uma reunião de avaliação da Campanha, para concluir sobre o formato das atividades propostas e a pertinência da sua manutenção.

8.3 IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, 14-16 novembro 2017, Argentina

O DC informou que a CPLP foi convidada a participar na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que terá lugar em Buenos Aires, entre 14 e 16 de novembro 2017, e que, por indigitação da Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais, o SECPLP está a trabalhar numa posição conjunta da CPLP que possa serapresentada. A informação sobre este assunto foi transmitida aos EM por Nota Verbal, para que pudessem submeter os seus

contributos e comentários. A proposta final deverá ser levada ao CCP de Outubro para validação.

8.4 VIII Fórum Mundial da Água, Brasília, 2018

O Eng. Luiz Amore, representante da Agência Nacional das Águas (ANA – Brasil), apresentou o processo de para a participação da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, através da elaboração de uma posição conjunta.

Num primeiro momento, em julho de 2017, seria realizado, em Lisboa, um primeiro encontro de reflexão. Posteriormente, em Novembro, deverá realizar-se um encontro em Brasília para fechar o documento, para que, em Março, possa ser apresentado no Fórum Mundial das Águas, a realizar-se em Brasília.

Indicou que seria importante que houvesse participação dos países da CPLP ao longo de todo o processo e que o projecto elaborado com a ABC permite a participação dos Estados-Membros no processo, que se pretende que seja apropriado por todos.

Referiu ainda que foi contratada uma consultora para facilitar as reuniões e o processo de elaboração dos documentos.

O PFC de Portugal indicou que o evento seria uma excelente oportunidade para concertar agendas dos parceiros.

8.5 Seminário do Segmento Lusófono da Parceria para o MRV, 19-21 junho, Sede CPLP

O DC indicou que o Seminário, realizado entre os dias 19 de 21 de junho de 2017, na sede da CPLP, em Lisboa, foi organizado com apoio dos governos de Brasil, Portugal, Alemanha e Bélgica, bem como da Parceria para Transparência, PNUD, PNUMA e CPLP, tendo contado com a participação de representantes de todos os 9 Estados-Membros.

Em seguida, Patricia Soares Leite, Subchefe da Divisão da Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, explicou que o seminário marcou o lançamento do Núcleo Lusófono da "Parceria para Transparência no Acordo de Paris", dando continuidade aos entendimentos alcançados na reunião de representantes de países de língua portuguesa, à margem da 22ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada em Marraquexe (COP22).

Mencionou que a iniciativa teve como objetivos promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades entre os Estados-Membros para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência, assumidas no âmbito da Convecção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e seu Acordo de Paris.

Explicou, ainda, que Seminário reunião os representantes da CPLP e outros parceiros para uma troca de experiências sobre os desafios e lições apreendidas no estabelecimento e operação de sistemas de mensuração, relato e verificação (MRV) no âmbito da matéria em apreço.

8.6 V Conferência da CPLP sobre Governo Eletrónico, II Semestre 2017

O DC indicou que estavam a ser identificadas condições para a realização, no 2º semestre de 2017, da V Conferência da CPLP sobre Governo Eletrónico bem como da VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrónica da CPLP, com o propósito de se gerarem articulações e consensos que permitam a organização e institucionalização da Reunião Interministerial de Governação Eletrónica da CPLP, o reforço da partilha de modelos de governação eletrónica entre os Estados-Membros da CPLP e a conclusão do

trabalho editorial do livro "Quinze Anos da Governação Eletrónica da CPLP" tendo em vista a sua posterior publicação.

A VII Reunião dos Pontos Focais da Governação Eletrónica da CPLP seria realizada em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), à margem da "3ª Semana de Inovação: Transformação Digital como Ferramenta de Inovação", que o Brasil acolher entre 16 a 19 de outubro de 2017.

Neste contexto, a PFC de Portugal fez ainda referência à nova edição do Programa da RINAPE – Rede dos Institutos Nacionais de Administração Pública Equivalentes. Informou que Portugal iria circular eletronicamente uma proposta de Ação Pontual para reativar Rede RINAPE, através da realização da 6ª Reunião da Rede, que se encontra inactiva desde 2014.

Sessão de Encerramento

O Embaixador João Almino, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), manifestou a sua satisfação em acolher, uma vez mais, a RPFC no Palácio do Itamaraty, referindo que a cooperação é um dos mais sólidos pilares da Comunidade. Indicou que a Cooperação Sul-Sul e triangular com PALOP e TL compõem a maior parte das ações de cooperação do Governo brasileiro.

Congratulando todos pelos resultados alcançados na XXXV RPFC e enaltecendo os importantes passos dados em relação à reflexão e ao fortalecimento da cooperação comunitária e dos próprios PFC, deu por encerrada a XXXV RPFC.

*

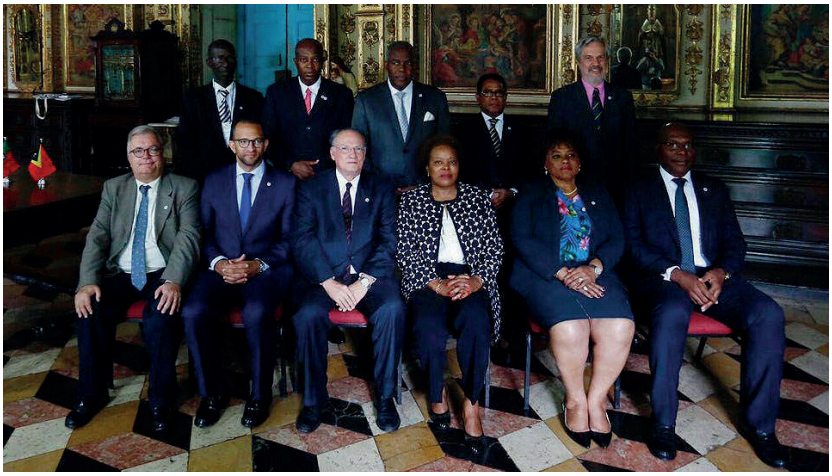
* *

CADERNO DE FOTOS

1- XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (31 de outubro e 1º de novembro de 2016)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4803&M=NewsV2&PID=10872>

2 - X Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP (5 de maio de 2017)



Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/34341682151>

3 - Exposição Itinerante do Museu da Língua Portuguesa

Fonte: Disponível em: <http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalhe/cultura/embarque-na-estacao-da-lingua-portuguesa-que-chega-a-santos/?cHash=312325bfbc25123af8b3e54d4c68f184>

4 - II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (8 de junho de 2017)

Fonte: Disponível em: <http://www.cna.pt/noticias.php?id=12&sel=601#x73>

5 - XV Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (29 de junho de 2017)

Fonte: Disponível em: <https://www.cmjplop.org/pt-PT/CMJPLOP/Assinatura-do-Protocolo-Adicional-ao-Acordo-de-Cooperacao-que-estabelece-o-Regimento-da-CMJPLOP.aspx>

6 - IX Conferência dos Ministros do Turismo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (29 de junho de 2017)

Fonte: Disponível em: <http://interlusofona.info/ministros-de-paises-de-lingua-portuguesa-assinam-acordo-para-fortalecimento-do-turismo/tut/>

7 - XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (20 de julho de 2017)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5193&M=NewsV2&PID=10872>

8 - IV Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (26 de outubro de 2017)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5428&M=NewsV2&PID=10872>

9 - 20ª Reunião dos Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (24 de abril de 2018)

Fonte: Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/42226-brasil-%C3%A9-sede-da-reuni%C3%A3o-de-chefes-de-estado-maior-general-das-for%C3%A7as-armadas-da-cplp>

10 - V Reunião de Ministras/os Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP (31 de outubro de 2017)

Fonte: Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2017/10/v-reuniao-ministerial-da-igualdade-genero-da-cplp-31-out-brasilia/>

11 - II Reunião de Ministros de Energia da CPLP (22 de novembro de 2017)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5499&M=NewsV2&PID=10872>

12 - III Reunião de Ministros de Comércio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Brasília (13 de março de 2018)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5658&M=NewsV2&PID=10872>

13 - X Conferência de Ministros da Educação da CPLP (16 de março de 2018)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5669&M=NewsV2&PID=10872>

14 - 8º Fórum Mundial da Água (19 a 23 de março de 2018)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4192.aspx?PID=10009&M=NewsV2&Action=1&NewsId=5675>

15 - VII Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (21 de março de 2018)

Fonte: Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/comunidadepaiseslinguaportuguesa/39150944740/in/album-72157693983926254/>

16 - VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (21 de junho de 2018)

Fonte: Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4616.aspx?Action=1&NewsId=5975&M=NewsV2&PID=11402>

17 - XXXV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (17 e 18 de julho de 2017)

Fonte: Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/18451-xxxv-reuniao-ordinaria-de-pontos-focais-de-cooperacao-da-cplp-em-brasilia>

Formato	**15,5 x 22,5 cm**
Mancha gráfica	**10,9 x 17cm**
Papel	**pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)**
Fontes	**AaronBecker 16/22, Warnock Pro 12 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)**

Este volume apresenta textos referentes à presidência de turno brasileira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, exercida de novembro de 2016 a julho de 2018. São aqui publicados o relatório oficial das ações brasileiras em diferentes campos, além das declarações e comunicados finais emanados das 13 reuniões ministeriais então ocorridas em território brasileiro. São documentos exarados após centenas de horas de negociações e diálogo, que envolveram todos os estados membros da CPLP. Acham-se igualmente presentes nesta coletânea pronunciamentos de diferentes autoridades brasileiras e de países de língua oficial portuguesa, como o presidente Michel Temer, a secretária executiva da Comunidade, Maria do Carmo Silveira, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres e o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Com isso, permite-se uma visão geral não apenas das realizações da CPLP em sua trajetória de 22 anos, mas também dos desafios que hoje se impõem a essa Comunidade que, não obstante, se firma no cenário internacional. Trata-se, em suma, de volume que pretende não apenas contribuir para a memória da presidência de turno brasileira, mas também proporcionar a pesquisadores, a agentes públicos e à sociedade civil instrumentos que permitam uma constante apreciação da Comunidade.

ISBN 857631783-4
9 788576 317838

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
www.funag.gov.br

Vinte e um anos da CPLP

Publicado em 17/07/2017 13h48 Atualizado em 18/07/2017 13h02

O governo brasileiro celebra com os governos e os povos dos demais Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) o vigésimo primeiro aniversário da nossa Comunidade.

O Brasil, que ocupa a presidência de turno do organismo pelo biênio 2016-2018, reitera seu compromisso de contribuir para que a Comunidade continue cumprindo seu importante mandato de concertação política, cooperação multissetorial e promoção e difusão da língua portuguesa.

A data de hoje marca também o início das reuniões preparatórias para a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, a realizar-se no próximo dia 20, no Palácio Itamaraty, em Brasília.

No encontro, os chanceleres da CPLP discutirão a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em seus países e aprovarão resolução sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP, documento que sistematiza as prioridades a guiarem a ação da Comunidade pelos próximos dez anos. Os chanceleres discutirão também o aprofundamento da cooperação com os Observadores Associados da CPLP.

credibilidade junto à comunidade internacional. Para o Brasil, a CPLP é valioso espaço de diálogo político e oferece oportunidades para o desenvolvimento da cooperação sul-sul e para a contínua valorização de nossa língua comum no cenário mundial.

SOBRE A CPLP E A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

Estabelecida em 17 de julho de 1996, a CPLP conta hoje com nove Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A população de seus países membros soma aproximadamente 270 milhões de pessoas.

A CPLP conta com dez Observadores Associados em quatro continentes: Geórgia, Hungria, Japão, Maurício, Namíbia, República Eslovaca, República Tcheca, Senegal, Turquia e Uruguai. O crescente número de países observadores é reflexo positivo do amadurecimento da CPLP.

O Brasil ocupa a presidência de turno da CPLP desde a XI cúpula da organização, realizada em Brasília em 31 de outubro e 1º de novembro de 2016. O tema da presidência brasileira é "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Compartilhe:

Diplomacia Cultural e Educacional

Publicado em 09/11/2020 18h44 Atualizado em 17/03/2021 23h20

A diplomacia cultural e educacional é instrumental para a aproximação entre os povos, contribuindo para ab mercados para as indústrias criativas e culturais, bem como para o estabelecimento de vínculos culturais e linguísticos. Permeando os diálogos políticos e econômicos, a diplomacia cultural e educacional é uma atividade de estado que cria bases sólidas sobre as quais se erguem o entendimento mútuo e os laços de confiança, interesse e respeito entre as nações.

A diplomacia brasileira promove não somente a divulgação da cultura nacional, em suas múltiplas dimensões, e da variante brasileira da língua portuguesa, mas também o desenvolvimento de nossas indústrias criativas e culturais. Se, por um lado, ressalta a singularidade de nossa cultura, por outro, revela as afinidades que a unem a outros povos – particularmente significativas, já que nosso país acolheu fluxos migratórios das mais diversas origens.

No exterior, a difusão da cultura brasileira é executada por meio dos setores culturais das embaixadas e consulados. Cabe-lhes coordenar-se com instituições culturais estrangeiras, entre as quais universidades, museus, festivais de cinema, salas de concerto e teatros. Para a consecução dos objetivos culturais, o Ministério vale-se do Programa Anual do Departamento Cultural, das Comissões Mistas Culturais e dos Programas Executivos Culturais. Na esfera pública, são tradicionais parceiros do Itamaraty o Ministério da Cultura, a Fundação Biblioteca Nacional, as Universidades federais e estaduais e as Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios.

O **Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty**, responsável pela difusão da cultura brasileira no exterior, está organizado em três unidades:

• A **Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa (DCLP)** promove a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil, bem como coordena a gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, MERCOSUL, UNASUL, OEA, CELAC e OEI.

• A **Divisão de Temas Educacionais (DTED)** é responsável pelos temas ligados à cooperação educacional oferecida pelo Brasil e recebida de outros países, organismos internacionais ou agências estrangeiras; participa da negociação e acompanha a execução de acordos referentes à cooperação educacional; divulga oportunidade de bolsas

cooperação cultural.

Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa (DCLP)

Compete à Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa (DCLP) promover a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil, bem como coordenar a gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, MERCOSUL, UNASUL, OEA, CELAC e OEI. Ambos os objetivos coadunam-se no sentido de que a educação, seja por meio de programas de mobilidade estudantil, seja por meio do ensino do idioma no exterior, é um instrumento de projeção da imagem do Brasil por meio de sua língua e de sua cultura.

Rede Brasil Cultural

A promoção da língua portuguesa em sua variante brasileira no exterior é executada por meio da Rede Brasil Cultural (RBC), que congrega, atualmente, 24 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), 4 Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) e cerca de 25 Leitorados.

REDE BRASIL CULTURAL

Os **Centros Culturais Brasileiros** são extensões de embaixadas em que se oferecem cursos de língua portuguesa, bem como atividades relacionadas à cultura brasileira. Os primeiros centros resultaram de missões culturais enviadas pelo Itamaraty, nos anos 1940, a embaixadas na América do Sul. As atividades dos Centros Culturais concentram-se no ensino da língua portuguesa, em sua vertente brasileira. Além de cursos regulares do idioma, os Centros Culturais oferecem módulos temáticos – como idioma para diplomatas, para militares e para funções jurídicas – e preparatórios para o CELPE-Bras, exame de proficiência em língua portuguesa.

Os **Núcleos de Estudos Brasileiros** também estão vinculados a embaixadas do Brasil no exterior. Os Núcleos dedicam-se ao ensino da língua portuguesa e à promoção da cultura brasileira, mas têm estruturas menores que os Centros Culturais. Atualmente, estão localizados na Guiné Equatorial (Malabo), Guatemala (Cidade da Guatemala) e Uruguai (Artigas e Rio Branco).

Os Leitorados são formados por professores universitários brasileiros selecionados por concurso público para atuar em universidades estrangeiras de excelência. Durante seu período no exterior, os Leitores, como são chamados, ministram aulas da vertente brasileira da língua portuguesa, bem como trabalham temas relacionados às manifestações culturais do Brasil.

Temas Internacionais Culturais

Compete à DCLP negociar o conteúdo e a forma dos acordos multilaterais culturais, além de acompanhar sua tramitação até a ratificação. Também coordena a participação do Brasil nos programas relacionados à Convenção do Patrimônio Mundial e nas demais Convenções culturais no âmbito da UNESCO, como a de Diversidade Cultural e Economia da Cultura e as de Patrimônio Material e Imaterial.

No que se refere aos organismos multilaterais, cabe à DCLP estabelecer as linhas de atuação junto à UNESCO, em todas as áreas de atuação da Organização, ou seja, Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas, Cultura e Informação, em coordenação com as demais unidades pertinentes do MRE. Na Organização, o Brasil defende o fortalecimento do mandato na defesa da cultura e da diversidade cultural, entendida como elemento essencial do desenvolvimento sustentável, posição alinhada à do documento final da Conferência Rio+20, "O Futuro que Queremos"

O Brasil apoia, ademais, o fortalecimento da atuação da UNESCO no campo da ética e da privacida
cibere a sua

Ainda, a DCLP atende às demandas de natureza cultural surgidas nos demais organismos multilaterais, incluindo os regionais, como: i) Conselho Sul-Americano de Cultura; ii) MERCOSUL Cultural; iii) UNASUL, iv) Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI); v) Organização dos Estados Americanos (OEA); e vi) Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC).

Divisão de Temas Educacionais

A **Divisão de Temas Educacionais (DTED)** é responsável pelos temas ligados à cooperação educacional oferecida pelo Brasil e recebida de outros países, organismos internacionais ou agências estrangeiras; participa da negociação e acompanha a execução de acordos referentes à cooperação educacional; divulga oportunidades de bolsas de estudos oferecidas a brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil.

Cooperação educacional

A cooperação em temas educacionais é um instrumento político para promover a aproximação entre os Estados por meio de suas sociedades. Além disso, a internacionalização é entendida como uma ferramenta importante para a melhoria da qualidade da educação e para a formação de cidadãos preparados para os desafios do século XXI. A DTED atua nesse objetivo por meio de contatos bilaterais e multilaterais voltados à atração de estudantes estrangeiros para o Brasil e ao apoio aos estudantes brasileiros no exterior.

Programas de Estudantes-Convênio (PEC)

Os Programas de Estudantes-Convênio (PECs) são o principal instrumento de cooperação educacional oferecido pelo Brasil, há mais de 50 anos. Abarcam 62 países com os quais o Brasil mantém acordos de cooperação educacional, e incluem modalidades para graduação e pós graduação.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965, oferece vagas gratuitas de graduação completa no Brasil. Participam do programa 118 Instituições de Ensino Superior (IES), entre públicas e privadas. Uma vez no Brasil, os estudantes do PEC podem concorrer a bolsas de estudo, condicionadas ao mérito acadêmico ou à necessidade financeira extrema, mas todos os participantes devem, necessariamente, contar com responsável financeiro ao longo de toda sua estadia no Brasil. Para mais informações sobre o PEC-G, **clique aqui**.

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado em 1981, oferece bolsas de mestrado (no valor

informações sobre o PEC-PG, **clique aqui**.

Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (DCULT)

Cabe à Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (DCULT) promover e difundir, no exterior, a cultura brasileira em seus mais diversos aspectos, como as artes visuais, as artes cênicas, a música, o audiovisual e a literatura.

Os principais instrumentos utilizados pela DCULT para alcançar tais objetivos são os Programa de Ação Cultural e Educacional dos Postos (PACP); a instrumentalização dos acordos bilaterais de cooperação cultural; as publicações e material de divulgação voltadas para a difusão da cultura brasileira.

Programa de Ação Cultural e Educacional dos Postos (PACP)

O PACP é a programação executada com periodicidade anual pelos postos (embaixadas e consulados), sob a coordenação do Departamento Cultural e Educacional. A DCULT é responsável pela difusão de todas as formas de manifestações culturais brasileiras, menos o ensino da língua portuguesa na sua vertente brasileira.

Os postos avaliam quais manifestações culturais podem despertar maior curiosidade no país em que estão sediados e submetem proposta de programação cultural à avaliação da DCULT. Esta, então, analisa as propostas, as aprova e administra, seguindo critérios pré-determinados, tais como disponibilidade orçamentária; excelência artística; inovação; diversidade de manifestações culturais; interesse local; potencial formador de mercado; repercussão na imprensa e fortalecimento das relações culturais bilaterais.

A DCULT também estabelece diretrizes de atuação aos postos, de modo a garantir maior coerência à difusão cultural brasileira, bem como pode sugerir áreas de atuação de acordo com tendências observadas na cena cultural brasileira.

Cada projeto executado é novamente avaliado com base nos relatórios elaborados pelo posto responsável e pelos artistas envolvidos e na intensidade da repercussão nas imprensas local e brasileira.

Acordos Bilaterais de Cooperação Cultural

Compete também à DCULT coordenar a negociação e a implementação dos instrumentos jurídicos bilaterais que têm o objetivo de aproximar a cultura do Brasil daquelas de outros países. A assinatura de acordos bilaterais culturais tem por desdobramento a criação e realização periódica de reuniões das chamadas Comissões Mistas (Comi

períodos pré-definidos.

Publicações e material de divulgação

A DCULT é responsável por elaborar material de divulgação que será distribuído à rede de representações do Brasil no exterior para o público local. O material de divulgação abrange publicações e arquivos multimídia voltados para o público estrangeiro.

Compartilhe:

História dos Centros Culturais Brasileiros

Sumário

Cronologia
Página 4

Apresentação da obra
Página 6

Prefácio
Página 8

Centro Cultural Brasil-Argentina: o papel da instituição no ensino do português e na difusão cultural na Argentina
Página 14

Centro Cultural Brasil-Bolívia: facilitador do diálogo cultural entre vizinhos
Página 28

Centro Cultural Brasil-Itália: ponto de encontro dos que querem conhecer a língua e a cultura do Brasil
Página 36

Centro Cultural Brasil-Chile: porta de entrada para a cultura brasileira de grandes nomes da sociedade chilena
Página 48

Centro Cultural Brasil-Peru: meio século de um dos maiores centros de ensino da língua portuguesa no exterior
Página 66

Centro Cultural do Brasil em Barcelona: uma nova visão para o Brasil na Catalunha
Página 74

Centro Cultural Brasil-Guiana: promoção da língua portuguesa no único país anglófono da América do Sul
Página 82

Centro de Estudos Brasileiros no Paraguai: influência do Brasil na formação de artistas e de intelectuais paraguaios
Página 88

O Centro Cultural Brasil-México: quarenta anos de promoção do idioma e da cultura brasileira
Página 96

Centro Cultural Brasil-Suriname: entidade difusora da língua portuguesa e da cultura brasileira no Suriname
Página 102

Centro Cultural Brasil-El Salvador: instituição de prestígio na sociedade local ao longo de quase três décadas de atuação
Página 112

Centro Cultural Brasil-Cabo Verde: referência da cultura brasileira no arquipélago
Página 118

Centro Cultural Brasil-Nicarágua: um marco na difusão da língua e da cultura
Página 132

Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau: testemunha da história e símbolo da amizade entre os países
Página 138

Centro Cultural Brasil-Moçambique: entre saravás e sia-vumas - 25 anos do Centro Cultural "José Aparecido de Oliveira"
Página 150

Centro Cultural Brasil-Finlândia: interação e multiculturalidade são paradigmas na atuação do CCBF
Página 166

Centro Cultural Brasil-Angola: valorização da cultura brasileira na África
Página 174

Centro Cultural Brasil-Haiti: facilitador do crescente intercâmbio cultural
Página 180

Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe: divulgação da cultura brasileira e compromisso com causas sociais
Página 190

Centro Cultural Brasil-República Dominicana: oportunidades de cooperação com base na língua portuguesa
Página 198

Centro Cultural Brasil-África do Sul: agente de aproximação de culturas e de aprofundamento do intercâmbio linguístico
Página 206

Centro Cultural Brasil-Líbano: instrumento da diplomacia cultural brasileira no país dos cedros
Página 214

Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv: uma nova etapa na promoção da cultura do Brasil em Israel
Página 224

Núcleo de Estudos Brasileiros no Panamá: aprendizado da língua portuguesa como ponte para bons negócios
Página 236

Núcleo de Estudos Brasileiros em Rio Branco: integração fronteiriça com base no idioma
Página 242

Núcleo de Estudos em Artigas: a língua portuguesa como ponte entre Brasil e Uruguai
Página 246

Núcleo de Estudos Brasileiros em Islamabade: idioma e capoeira dão tom da promoção cultural no Paquistão
Página 252

Núcleo de Estudos Brasileiros na Cidade da Guatemala: o maior país centro-americano aprende um novo idioma
Página 258

Núcleo de Estudos Brasileiros na Guiné Equatorial: português ganha espaço no país
Página 264

Autoria dos textos
Página 268

Créditos
Página 270

Cronologia

País-sede do Centro Cultural ou Núcleo de Estudos Brasileiros	Ano de criação
Argentina	1954
Bolívia	1958
Chile	1960
Itália	1961
Peru	1962
Barcelona	1963
Guiana	1970
Paraguai	1974
México	1975
Suriname	1983
El Salvador	1986
Cabo Verde	1986
Nicarágua	1987
Guiné-Bissau	1988
Moçambique	1989

País-sede do Centro Cultural ou Núcleo de Estudos Brasileiros	Ano de criação
Uruguai (Rio Branco)	1991
Finlândia	2001
Angola	2003
Uruguai (Artigas)	2005
Haiti	2006
Panamá	2008
São Tomé e Príncipe	2008
República Dominicana	2009
África do Sul	2009
Paquistão	2011
Líbano	2011
Guatemala	2012
Guiné Equatorial	2012
Israel	2014

Apresentação da obra

O Ministério das Relações Exteriores, por meio do Departamento Cultural, lança a presente publicação com o objetivo de resgatar a história dos Centros Culturais Brasileiros e dos Núcleos de Estudos Brasileiros, alguns dos quais estabelecidos em meados do século XX, e que, atualmente, estão espalhados por 28 países.

Os Centros Culturais Brasileiros são unidades de ensino da língua portuguesa e de difusão da cultura brasileira que, apesar de terem uma sede e um corpo de funcionários, funcionam como extensões de Embaixadas e Consulados. Já os Núcleos de Estudos Brasileiros são cursos de português ofertados por Representações Diplomáticas brasileiras no exterior. As unidades funcionam como janelas para o mundo, na medida em que expõem ao público estrangeiro os valores, crenças e comportamentos dos brasileiros, e fundamentam o sentido de brasilidade, perpetuado por meio da língua.

A inspiração para este livro surgiu do desejo de divulgar informações relevantes sobre o papel das unidades como parte das políticas culturais do Brasil no exterior, para disseminar a língua portuguesa e fortalecer a cultura brasileira.

Este livro também se propõe a ser uma celebração entusiasmada da valorização da cultura local, especialmente sob a ótica da arquitetura dos edifícios que abrigam os Centros Culturais e Núcleos de Estudos, por meio da descrição de detalhes históricos, igualmente documentados nas fotos que ilustram toda a publicação.

Embora a ênfase dos artigos reunidos neste livro esteja nos aspectos históricos das unidades, há muito, também, acerca da repercussão de inúmeras atividades ali desenvolvidas, que fascinaram e enriqueceram culturalmente várias gerações de alunos de português, em sua variante brasileira.

As páginas deste livro formam um conjunto de informações que levará o leitor a perceber quão influente vem tornando-se a cultura brasileira no mundo e conhecer os esforços do governo brasileiro na sua difusão.

Prefácio

Os esforços do Governo brasileiro para a promoção da língua portuguesa no exterior remontam à década de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas, em visita à Argentina, propôs ao presidente Augustín Justo o ensino do idioma no país vizinho. Nos anos seguintes, o Itamaraty promoveu a presença de artistas e de intelectuais brasileiros em diversos países da América do Sul. Ao constatar o crescente interesse pelo Brasil, decidiu pela criação de unidades vinculadas às Embaixadas brasileiras com o propósito de promover o idioma e a cultura nacionais. Em 1954, inaugurou-se o Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil em Buenos Aires. Logo, seguiu-se a criação de unidades junto às Embaixadas em La Paz (1958), Santiago (1960) e Lima (1962). Ainda nos anos 1960, foram criados os primeiros centros culturais na Europa: em Barcelona e em Roma.

Não raro, centros culturais estiveram sob a direção de expoentes da cultura brasileira. No Paraguai, em 1956, o artista plástico Lívio Abramo havia ministrado oficina de gravação em madeira que impulsionaria significativa renovação das artes plásticas paraguaias. Em 1962, o artista foi convidado para dirigir a Missão Cultural Brasileira naquele país, que, em 1974, se tornaria o Centro de Estudos Brasileiros. Outros exemplos incluem o poeta Thiago de Mello, que, em 1960, chegou a Santiago para dirigir o Centro de Estudos Brasileiros no Chile. Afastado do posto durante o regime militar, o poeta amazonense voltou à instituição em 1993, época em que desenvolveu intensa produção cultural juntamente com nomes de peso da cultura chilena. Na Argentina, entre 1976 e 1983, o Centro de Estudos foi dirigido por Maria Julieta Drummond de Andrade, que aproximou a instituição de intelectuais como Jorge Luiz Borges.

A criação de centros culturais mantém estreita relação com as estratégias de política externa do país. Em 1986, paralelamente à participação do Brasil no Grupo de Apoio a Contadora – voltado para a estabilização política da América Central – foram abertos os primeiros centros culturais na região, em El Salvador (1986) e Nicarágua (1987). Recentemente, a rede, na América Central e no Caribe, foi complementada por unidades no Haiti (2008), no Panamá (2008), na República Dominicana (2009) e na Guatemala (2012). Nos primeiros anos após a redemocratização do Brasil, época em que foi realizada a 1ª Conferência dos Países Lusófonos, em São Luis do Maranhão, abrem-se os primeiros Centros Culturais na África, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. As unidades nos demais países lusófonos, e também na África do Sul, seriam abertas nos anos 2000. Na mais recente onda de expansão, a rede chegou ao Oriente Médio, com a abertura dos Centros Culturais no Líbano (2011) e em Israel (2014).

Após mais de sessenta anos de esforços do Itamaraty para a manutenção de Centros Culturais, as unidades consolidaram um variado repertório de divulgação do idioma no exterior. Em diversos países, os Centros Culturais foram a primeira escola de português criada, como na Guiana (1970) e no Suriname (1983). A formação dos primeiros quadros fluentes em português abriu caminho para a existência de professores e tradutores de português. No Peru e na Argentina, por exemplo, os Centros Culturais permanecem como as maiores

instituições de ensino de português, com centenas de alunos matriculados semestralmente. Em grande parte das unidades, passaram pelo corpo discente nomes que se tornariam relevantes nos órgãos governamentais, nos meios empresariais e culturais. Não raro, os Centros Culturais desenvolveram trabalho com impacto social imediato, como no ensino de português a 80 integrantes da operação de paz da ONU que atuou, em Moçambique, entre 1992 e 1994. No momento em que o Brasil entrou na rota dos grandes eventos esportivos, o Centro Cultural na Finlândia passou a receber atletas daquele país, que iriam competir no Brasil, em seus cursos de português. Na divisa entre o Brasil e o Uruguai, dois Núcleos de Estudos Brasileiros contribuem para facilitar a convivência transfronteiriça.

Sem prescindir da tradição de ministrar aulas de português, os Centros Culturais têm encontrado novos nichos em que sua atuação é necessária. Recentemente, assiste-se à criação de atividades voltadas para crianças, muitas delas descendentes de brasileiros, mas que, vivendo em entorno que não fala português, têm necessidade de ativamente buscar o aprendizado do idioma e de cultivar a brasilidade. Os Centros Culturais têm sido instrumentais, também, para que estudantes estrangeiros possam obter o CELPE-Bras, único certificado de proficiência em língua portuguesa reconhecido pelo Governo brasileiro. Um terço dos estabelecimentos que aplicam o exame no exterior são unidades do Itamaraty, que possibilitam a alunos de países como São Tomé e Príncipe e Angola sonhar em frequentar uma universidade pública no Brasil.

Em paralelo ao ensino da língua portuguesa, as unidades deram importante contribuição na seara cultural. Em diversos países, os Centros Culturais mantêm importantes bibliotecas em língua portuguesa, como na Nicarágua (3,8 mil títulos), Paraguai (8 mil títulos), Itália (9 mil títulos), Chile (10 mil títulos) e México (14 mil títulos). Do mesmo modo, todos os Centros Culturais e Núcleos de Estudos realizam exibições de filmes brasileiros periodicamente.

A promoção do idioma no exterior é capaz de gerar benefícios tangíveis, como o consumo de produtos culturais, e tácitos, como a melhor compreensão da cultura brasileira. A rede de Centros Culturais tem possibilitado ao Itamaraty contribuir para a formação de falantes da língua e para a capacitação de agentes multiplicadores. O projeto de manutenção de uma rede de ensino do idioma alcança seis décadas de existência com 29 unidades, mais de 9 mil alunos por semestre (2015) e consistente demanda pelo ensino da língua portuguesa.

Centros Culturais Brasileiros

Brasil/Argentina

Centro Cultural Brasil-Argentina

Centro Cultural Brasil-Argentina: o papel da instituição no ensino do português e na difusão cultural na Argentina

O ensino do português na Argentina: breve histórico

O ensino do idioma português na Argentina, em sua vertente brasileira, acompanhou historicamente os movimentos políticos e econômicos de aproximação entre os dois países, até o atual momento de estreita vinculação e conformação de uma aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina.

A década de 1930 assistiu aos primeiros esforços de implementação do ensino do português na Argentina, nos anos da visita do Presidente Agustín P. Justo ao Brasil, em outubro de 1933, e da visita do Presidente Getúlio Vargas à Argentina, de 22 a 29 de maio de 1935 – ocasião histórica que completou 80 anos em 2015.

Em 1935, foi criado o "Curso para Profesores de Portugués y Literatura Brasileña" no "Instituto Superior del Profesorado Secundario" de Buenos Aires[1]. A introdução do português como idioma escolar na Argentina ganhou mais força, a partir de 1937, com a tradução e edição, pelo Ministério da Justiça e Instrução Pública,

1 CANTEROS, Ádrián e SOSA, Nélida. "La formación de Profesores de Portugués como Lengua Extranjera en la Argentina: Orígenes, evolución y situación actual". Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL (CIPLOM). Foz do Iguaçu, 19-22/10/2010. Disponível em: http://www.apeesp.com.br/web/ciplom/Arquivos/artigos/pdf/nelida-sosa-adrian-canteros.pdf. Acesso em 10 de maio de 2015.

da "Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano"[2].

Em 1942, a Lei Nº 12.766 aprovou o ensino do português para escolas que ensinassem idiomas estrangeiros, em caráter opcional, e estabeleceu a criação da cátedra de idioma português, nos institutos de formação de professores[3]. De 1958 a 1968, foram assinados convênios bilaterais que mencionavam o ensino do português na Argentina e do espanhol no Brasil. Foi em 1971, porém, que, de fato, o português passou a ser oferecido como segunda língua estrangeira opcional em quatro escolas da Capital Federal[4].

Em 1985, a Resolução Ministerial Nº 2.617 autorizou o início progressivo do ensino do português como segundo idioma estrangeiro nos "bachirellatos" regular e de Letras (equivalentes ao ensino médio com especialização) e, a partir de 1988, em outras duas instituições da Capital Federal. A oferta de português restringia-se, contudo, a cursos opcionais em escolas de ensino médio e centros universitários. Em 1992, surgiu o primeiro "Professorado Universitário" de Português, oferecido de forma permanente, na Faculdade de Humanidades e Artes da Universidade Nacional de Rosário (UNR).

Foi com o estabelecimento dos chamados "Ciclos Básicos Comunes (CBC)", pela Lei Federal de Educação de 1993 (Nº 23.695), que surgiu claramente a determinação de se oferecer, além do inglês, historicamente privilegiado, o português como segunda língua estrangeira, por ser, ademais de idioma de um país limítrofe, língua oficial do MERCOSUL[5]. A partir da citada reforma educacional de 1993, o Governo argentino decidiu substituir o francês pelo português como segunda língua estrangeira. As influências culturais do francês distanciavam-se no tempo, ao passo que o português ganhava força com o processo de integração regional iniciado com o Tratado de Assunção de 1991[6].

Em 10/11/1997, foram assinados dois importantes documentos normativos para o ensino do português e do espanhol em ambos os países: o "Convênio de Cooperação Educacional" e o "Acordo de Integração Cultural Brasil-Argentina". Neste se menciona especificamente o apoio a ser concedido a atividades de difusão do idioma e de expressões culturais e artísticas recíprocas. Também naquele ano é criada a "Asociación Argentina de Profesores de Portugués (AAPP)" e é estabelecido o "Setor Educacional do MERCOSUL (SEM)",

2 CONTURSI, María Eugenia. "Política y planificación lingüística en los primeros 10 años del Mercosur: el portugués en Argentina", Revista SIGNOS ELE, Nº 6, 2012. Disponível em: http://www.salvador.edu.ar/sitio/signosele/ , [PDF, pp. 1-26]. Acesso em 04 de maio de 2015.

3 Idem.

4 FRANZONI, Patricia Hilda. "La enseñanza del portugués. Situación actual". In I Reunión de la Universidad de Buenos Aires sobre Políticas Lingüísticas. Buenos Aires: Instituto de Lingüística, UBA, 1999.

5 CONTURSI, María Eugenia. Op. cit., p.10.

6 POZZO, María Isabel. "La enseñanza de lenguas extranjeras en Argentina". Diálogos Latinoamericanos 2009. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16220868002. Acesso em 05 de maio de 2015.

que anos depois viria a incorporar um "Grupo de Trabalho de Professores de Português e Espanhol (GTFPPE)"[7].

No caso da Cidade Autônoma de Buenos Aires, em 2001 teve início o "Programa de Escolas Plurilíngues", das quais nove ensinam o português como idioma estrangeiro, sendo que em quatro delas como primeira língua. Em levantamento de 2010, calculou-se em 1.200 o número de alunos que assistiam a aulas de português nas escolas portenhas. A Embaixada do Brasil costuma realizar anualmente doação de livros didáticos em português para essas importantes instituições, além de promover visitas de seus alunos ao Palácio Pereda, sede da Residência Oficial da Embaixada do Brasil na Argentina.

É, ademais, importante citar a experiência das "Escolas Bilíngues de Fronteira", que resultaram da "Declaração Conjunta de 2004 dos Ministros da Educação de Brasil-Argentina". Em 2005, o projeto teve início em duas escolas no Brasil e duas na Argentina, localizadas em Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (Misiones) e em Uruguaiana (RS) e Paso de los Libres (Corrientes), sendo ampliado, nos anos seguintes, para outros países do MERCOSUL.

Cabe destacar que, atualmente, Brasil e Argentina possuem Leis Nacionais que determinam o ensino do espanhol e do português, respectivamente. No Brasil, a Lei Nº 11.161, de 05/08/2005, tornou obrigatória a oferta da língua espanhola nas escolas de nível médio. Na Argentina, a Lei Nº 26.468, de 16/01/2009, adotou medida similar em relação ao português, estendendo-o às escolas primárias no caso das cidades limítrofes com o Brasil.

Nos dois países, a oferta de docentes dos idiomas vizinhos não consegue atender à demanda. Segundo dados recentes, existem atualmente dezoito cursos de formação de professores de português na Argentina, 35,3% em universidades e 64,7% em instituições não universitárias. Entre 1995 e 2012, formaram-se 739 novos professores de português (67,29% em universidades e 32,71% em institutos)[8].

7 CASTRO NETO, Francisco Tomé de; GONZÁLZA, Verónica Andrea; ALARCÓN, Yeris G. Láscar; e CURADELLI, Alicia. "As Línguas do ABC: o antes e o depois do Mercosul na história do ensino de PLE na Argentina e no Chile e de ELE no Brasil". Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=291:as-linguas-do-abc-o-antes-e-o-depois-do-mercosul-na-historia-do-ensino--de-ple-na-argentina-e-no-chile-e-de-ele-no-brasil&catid=69:edicao-6&Itemid=112. Acesso em 10 de maio de 2015.

8 Dados do Ministério da Educação da Argentina, apresentados durante a "Jornada sobre la Enseñanza del Portugués en la Formación Docente en Argentina", promovida em Buenos Aires, em 26/02/2015, pelo Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul (PASEM).

Os institutos culturais brasileiros em Buenos Aires

No âmbito das ações tomadas em meados da década de 1930, no esteio das visitas presidenciais citadas, foi estabelecido, em 1936, o Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura[9].

No ano de 1954, dando sequência às ações de fortalecimento do ensino do português na Argentina, o Governo do Presidente Vargas decidiu criar o "Centro de Estudos Brasileiros (CEB)" como órgão dependente do Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Buenos Aires[10].

Como parte da estrutura da antiga Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro, foi criado, em 1967, o Instituto Cultural Brasil-Argentina (ICBA), pioneiro no ensino do espanhol na cidade. O ICBA funciona atualmente como parte do Consulado-Geral da República Argentina no Rio.

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) na capital argentina, cujas primeiras sedes funcionaram na Calle Arroyo e depois na Calle Ayacucho, transformou-se, em quatro décadas, em um ponto de referência para a difusão da cultura brasileira e do idioma português na capital argentina.

É importante mencionar como referência indissociável da história do CEB em Buenos Aires o nome da romancista Maria Julieta Drummond de Andrade, filha do poeta Carlos Drummond de Andrade, que foi sua Diretora entre 1976 e 1983. Morando em Buenos

9 PASERO, Carlos. "Una extraña mutación. Lengua portuguesa, educación y literatura en la Argentina 1932-1942", Buenos Aires: Tese de Mestrado "Instituto de Altos Estudios Sociales, UNGSM, 2004; e SANTOS, Raquel Paz dos. "Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional". Estudos Históricos, vol. 22, n 44, Rio de Janeiro, julho-dezembro 2009. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de maio de 2015.

10 FRANZONI, Patricia Hilda. Op. cit.

Aires a partir de 1949, ao se casar com o escritor e advogado portenho Manuel Graña Etcheverry, Maria Julieta foi por décadas promotora da cultura brasileira e responsável, entre tantas outras atividades, pela organização da mítica conferência de Jorge Luis Borges no CEB, "Destino e Obra de Camões", no dia 19/06/1972. Borges voltaria a visitar o Centro em 1980, também a convite de Maria Julieta.

O compromisso de Maria Julieta, que doou parte da biblioteca de seu pai ao Centro, com a divulgação da literatura e cultura brasileiras rendeu-lhe a homenagem de "Personalidade do Ano" em 1980, pela Universidade de Buenos Aires (UBA); e, no mesmo ano, o "Prêmio de Melhor Divulgação da Literatura Brasileira na Argentina", concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).

O CEB foi extinto em março de 1996. Foi, então, constituída a "Fundación Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB)", instituição privada local, conveniada com o Governo brasileiro, do qual recebia subsídios. A FUNCEB firmou-se no cenário portenho não apenas pela excelência das aulas de português ali ministradas, como também por eventos artísticos, tais como exposições de Di Cavalcanti, Carlos Scliar e Hélio Oiticica, além de importantes ciclos de cinema brasileiro.

O edifício da Calle Esmeralda 965, onde funcionaram tanto o CEB como a FUNCEB, tornou-se referência junto à opinião pública local para o ensino do português. O prédio é de propriedade do Governo brasileiro desde 1984. Após o encerramento do convênio da Fundação com a Embaixada do Brasil, em 30/06/2013, o imóvel foi devolvido ao Governo brasileiro.

O objetivo de que a Fundação pudesse se estabelecer como entidade autônoma e financeiramente viável não foi alcançado. O Governo brasileiro tomou a decisão, no início de 2013, de não dar seguimento ao convênio de subsídios financeiros que mantinha com a FUNCEB. Optou por criar o seu próprio Centro Cultural, como parte da estrutura da Embaixada em Buenos Aires.

O Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) está instalado em imóvel situado à Avenida Belgrano 552, no centro de Buenos Aires.

"É referência indissociável da história do CEB em Buenos Aires o nome da romancista Maria Julieta Drummond de Andrade, filha do poeta Carlos Drummond de Andrade, que foi sua Diretora entre 1976 e 1983. (...) Maria Julieta foi por décadas promotora da cultura brasileira e responsável, entre tantas outras atividades, pela organização da mítica conferência de Jorge Luis Borges no CEB, 'Destino e Obra de Camões', no dia 19/06/1972".

O Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) e a Área de Patrimônio Histórico (APH)

A localização do Centro Cultural Brasil-Argentina apresenta caráter especial, por se encontrar em uma Área de Patrimônio Histórico (APH) da Cidade de Buenos Aires. Situado entre os bairros de Montserrat e San Telmo, foi declarado "Lugar Histórico" o espaço compreendido entre as ruas Moreno, Perú, Alsina e Bolívar, quadrilátero do edifício do CCBA.

A poucas quadras de distância do CCBA, encontra-se a famosa "Plaza de Mayo", espaço de manifestações históricas da população argentina, e a Casa Rosada, sede do Governo da Nação, outro dos cartões postais de Buenos Aires. Na mesma área, encontram-se a Catedral de Buenos Aires e o "Cabildo" histórico da cidade.

O edifício da Avenida Belgrano 552 insere-se na chamada "Manzana de las Luces", cujas primeiras construções datam do século XVII. No "Quarteirão das luzes", assim batizado pelo jornal "Argos", em 01/09/1821, pelos debates intelectuais ali engendrados, encontram-se o Colégio Nacional de Buenos Aires, a Igreja de San Ignacio de Loyola (a mais antiga da cidade, erguida em 1675 pelos Jesuítas), e o antigo edifício da Universidade de Buenos Aires. Nas proximidades, é também possível visitar a histórica Basílica de Nossa Senhora do Rosário e o Convento de Santo Domingo.

Em frente ao edifício do CCBA, pode-se observar em toda a sua beleza o edifício "Otto Wulff", de estilo "Jugendstil", versão germânica do art-noveau, construído de 1912 a 1914 e onde se instalou a delegação diplomática do Império Austro-Húngaro. Foi uma das poucas obras realizadas na Argentina pelo arquiteto dinamarquês Morten F. Rönnow, com materiais trazidos da Europa, formando parte atualmente do "Catálogo de Edifícios de Valor Patrimonial" de Buenos Aires.

Também diante do CCBA é possível tomar um suco no Café "El Colonial", onde foram filmadas cenas do filme "Nueve Reinas", de Fabián Bielinsky, de 2000, estrelado pelo ator argentino Ricardo Darín. Esse é um registro a mais de que o Centro Cultural encontra-se às portas do boêmio bairro de San Telmo, com seus inúmeros cafés literários e galerias de arte e antiguidades.

O CCBA como centro de ensino do português

A criação do Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA), diretamente vinculado à Embaixada em Buenos Aires, constitui parte de uma política do Brasil para promoção do seu idioma e da sua cultura junto ao seu vizinho estratégico. O ensino do português é atualmente objeto de grande procura na Argentina, seja por motivos pessoais, mas, sobretudo por imperativos profissionais. Tal fenômeno acompanha o crescente intercâmbio econômico-comercial entre as empresas brasileiras e argentinas. O CCBA tem visto crescer semestralmente o seu número de alunos.

O pleno funcionamento do Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) teve início em agosto de 2013. Os cursos de português atualmente oferecidos pelo CCBA são: Nível Básico I e II; Nível Intermediário I e II; Nível Avançado I e II; Nível Superior I e II; e Cursos Especiais ("Produção Escrita", "Conversação", Fonética", "Gramática"). Além disso, com grande sucesso entre os alunos, as docentes têm preparado e oferecido cursos ad hoc, como "Conversação sobre o Cinema Brasileiro" e "Oficinas de Teatro".

Em 2014, o CCBA apresentava quadro total de 452 alunos. No ano seguinte, já eram 600 alunos, incluindo os cursos intensivos, ministrados nas férias de fevereiro; os cursos para o "Instituto del Servicio Exterior de la Nación – ISEN" da Chancelaria argentina, o Congresso Nacional, o Ministério da Defesa e o Ministério da Saúde; os cursos regulares acima citados; e os cursos especiais para empresas que têm vínculos com o Brasil. Além disso, o CCBA é um dos Postos Aplicadores na Argentina do exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

No caso das aulas para os jovens diplomatas argentinos, foi assinado, no dia 11/02/2015, durante a reunião de trabalho do Chanceler brasileiro Mauro Vieira com o Chanceler argentino Héctor Timerman, o "Memorando de Entendimento para Cooperação Acadêmica entre o Ministério das Relações Exteriores e Culto – Instituto do Serviço Exterior da Nação (ISEN) - e a Embaixada da República Federativa do Brasil – Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA)".

O CCBA mantém o "Professorado de Português, incorporado a la enseñanza oficial A-1380", curso superior de nível terciário de formação de docentes de português. O curso cumpre com o objetivo estratégico de se promover a formação de professores do idioma português, em sua vertente brasileira, habilitados a ensinar em escolas de ensino fundamental e médio de toda Argentina.

Finalmente, cabe destacar que o Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) promoveu, em 2014, o II Concurso de Redação da Rede Brasil Cultural – "A Bahia de Dorival Caymmi". A vencedora da etapa argentina, a estudante Cristina Elisabet Moriondo Torres, aluna do nível de aperfeiçoamento de português, figurou entre as vencedoras na competição entre todos os Centros Culturais Brasileiros no exterior.

Eventos e atividades culturais no CCBA

O CCBA procura consolidar-se, desde a sua criação, como instituição de referência não apenas no ensino do idioma português, mas igualmente como espaço de difusão da cultura brasileira na capital argentina, a qual, por si só, já traz uma miríade de atrações culturais de alto nível.

Em 2014, o CCBA recebeu duas mostras fotográficas integrantes dos chamados "Encuentros Abiertos – Festival de la Luz", eventos bienais que reúnem diversas atividades relacionadas à fotografia artística internacional em mais de trinta cidades da Argentina.

Na área acadêmica, foi realizada, em abril daquele ano, a Mesa de Debates "Campo Intelectual no Brasil e na Argentina", com professores do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), e docentes da Universidade Nacional de Quilmes. Cabe mencionar também a organização, em novembro, do seminário "O Pensamento Social Brasileiro", em parceria com o "Programa Lectura Mundi", da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), e que reuniu acadêmicos da USP, da UNIFESP e UNICAMP.

O Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) recebeu a visita do escritor e cartunista Ziraldo, que participava da 40ª edição da Feira Internacional do Livro de Buenos Aires. Ao final da visita, o cartunista preparou um desenho do personagem "Menino Maluquinho" fazendo uma saudação às professoras do CCBA.

No mês seguinte, a Professora Susana Rangel Vieira da Cunha, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que participava do "7º Encontro Internacional de Educação Infantil da OMEP", também realizou palestra aberta no auditório do CCBA.

No plano musical, o CCBA tem abrigado shows acústicos de cantores jovens, como foi o caso da cantora brasileira Tiê e do grupo instrumental pernambucano "Saracotia".

Na esfera literária, foi organizada, em setembro de 2014, a conferência "Clarice Lispector: Una Mirada sobre sus Libros Infantiles". O evento teve como foco o lançamento, na Argentina, pela V&R Editoras, de três livros infantis de Clarice Lispector traduzidos para o espanhol: "Cómo nacieron las estrellas", "La vida íntima de Laura" e "Casi de verdad".

Em novembro, a sede do CCBA recebeu o evento de lançamento, pela Editora Manatial, dos livros da Coleção "Nomadismos", com o objetivo principal de divulgar obras de artistas e escritores brasileiros até então inéditas em espanhol, como "Materialismos", de Hélio Oiticica; "Esboços/Bocetos", de Oscar Niemeyer; e "El Método Documental", de Ana Cristina César.

O CCBA participou, no contexto da "8ª Mostra DOCA – Documentalistas de Argentina", de uma atividade especial de "Homenagem a Eduardo Coutinho", com a realização de debates sobre o documentarista brasileiro e a apresentação do livro "Eduardo Coutinho – Cine de conversación y antropología salvaje".

Em 20/11/2014, realizou-se, no auditório do CCBA, uma série de atividades do Projeto "Orucum: Noviembre Afro", com o objetivo de enfatizar e promover o debate sobre a cultura africana na América Latina e, especialmente, na Argentina, bem como reforçar a importância da cultura afrodescendente na região.

O CCBA lançou a primeira "Oficina Lúdica de Português como Língua de Herança (PLH)", com a participação de filhos e netos de integrantes da comunidade brasileira, acompanhados por seus responsáveis, com brincadeiras, leitura de livros e realização de jogos infantis. Já foram realizadas quatro edições da Oficina de PLH.

O Centro Cultural Brasil-Argentina realizou, em 2014, três cursos de capacitação na área de Português como Língua Estrangeira (PLE). Os dois primeiros cursos, "Didáticas das segundas línguas e estrangeiras" e "Avaliação das aprendiza-

gens", deram ênfase à compreensão, análise e discussão do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (Marco Europeu). Em seguida, foi realizado o "Curso de Formação de Avaliadores do Exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - CELPE-Bras", ministrado pela Professora Doutora Matilde Scaramucci, docente da UNICAMP e uma das idealizadoras do exame brasileiro.

Em abril de 2015, foi realizada, no auditório do Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA), a primeira sessão pública de cinema brasileiro, em um ciclo gratuito que exibe mensalmente filmes brasileiros, com legenda em espanhol.

O CCBA recebeu, na mesma época, o jornalista e escritor Lira Neto, autor de premiadas biografias, como as do Presidente Getúlio Vargas, do Padre Cícero, de Maysa, entre outros. O escritor, que participava da 41ª edição da Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, participou de uma conversa aberta com o público presente.

Ainda em 2015, o CCBA recebeu um evento de grande repercussão: o encontro entre o cartunista brasileiro Mauricio de Sousa e o cartunista argentino Quino, em 21/04/2015. Na ocasião, foi realizada cerimônia oficial de doação ao Centro do desenho que o artista brasileiro fez em homenagem aos 50 anos da personagem "Mafalda", criada por Quino.

A repercussão alcançada pelo histórico encontro entre Mauricio de Sousa e Quino e pelas demais atividades culturais teve o mérito de consolidar o Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) como espaço privilegiado para a realização de atividades de difusão da cultura brasileira e de seu diálogo com a cultura argentina.

Essa consolidação do CCBA permitirá intensificar a difusão do idioma português e das manifestações culturais como uma importante ferramenta da política externa brasileira voltada para a integração regional, cuja pedra angular é a relação Brasil-Argentina.

BIBLIOGRAFIA

BALLESTEROS, Luis Alejandro. "Variedades del portugués brasileño y enseñanza de PLE en Argentina". Universidad Naciona de Córdoba. Disponível em: http://www.celu.edu.ar/sites/www.celu.edu.ar/files/images/stories/pdf/coloquios/5_coloquio/Variedades_del_portugues_brasileno_y_ensenanza_de_PLE_en_la_Argentina_Ballesteros.pdf. Acesso em 10 de maio de 2015.

BEIN, Roberto. "La situación de las lenguas extranjeras en Argentina". 2012. Disponível em:http://www.linguasur.org.ar/panel/archivos/f9227e-f50db3de732e1d3f897de85aa8Bein%20lenguas%20extranjeras.pdf .

CANTEROS, Ádrián e SOSA, Nélida. "La formación de Profesores de Portugués como Lengua Extranjera en la Argentina: Orígenes, evolución y situación actual". Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficias do MERCOSUL (CIPLOM). Foz do Iguaçu, 19-22/10/2010. Disponível em: http://www.apeesp.com.br/web/ciplom/Arquivos/artigos/pdf/nelida-sosa-adrian-canteros.pdf. Acesso em 10 de maio de 2015.

CASTRO NETO, Francisco Tomé de; GONZÁLZA, Verónica Andrea; ALARCÓN, Yeris G. Láscar; e CURADELLI, Alicia. "As Línguas do ABC: o antes e o depois do Mercosul na história do ensino de PLE na Argentina e no Chile e de ELE no Brasil". Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=291:as-linguas-do-abc-o-antes-e-o-depois--do-mercosul-na-historia-do-ensino-de-ple-na--argentina-e-no-chile-e-de-ele-no-brasil&catid=69:edicao-6&Itemid=112. Acesso em 10 de maio de 2015.

CONTURSI, María Eugenia. "Política y planificación lingüística en los primeros 10 años del Mercosur: el portugués en Argentina", Revista SIGNOS ELE, Nº 6, 2012. Disponível em: http://www.salvador.edu.ar/sitio/signosele/ , [PDF, pp. 1-26]. Acesso em 04 de maio de 2015.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. Políticas de línguas estrangeiras na educação básica, Brasil e Argentina entre avanços e percalços, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26479/000759309.pdf?sequence=1.

FANJUL, Adrián Pablo. "Português e espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo". São Carlos - SP: Claraluz Editora, 2002.

FRANZONI, Patricia Hilda. La enseñanza del portugués. Situación actual. In I Reunión de la Universidad de Buenos Aires sobre Políticas Lingüísticas. Buenos Aires: Instituto de Lingüística, UBA, 1999.

KLETT, Estela (org.). "Didáctica de las lenguas extranjeras: una agenda actual". Buenos Aires: Araucaria editores, 2005.

PARAQUETT, Marcia. "O diálogo intercultural entre o português e o espanhol na América Latina" in MENDES, Edleise (org.). "Diálogos interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira". Campinas - SP: Pontes Editores, 2011.

PASERO, Carlos. "Una extraña mutación. Lengua portuguesa, educación y literatura en la Argentina 1932-1942", Buenos Aires: Tese de Mestrado Instituto de Altos Estudios Sociales, UNGSM, 2004.

POZZO, María Isabel. "La enseñanza de lenguas extranjeras en Argentina". Diálogos Latinoamericanos 2009. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16220868002. Acesso em 05 de mayo de 2015.

SANTOS, Raquel Paz dos. "Relações Brasil-Argentina: a cooperação cultural como instrumento de integração regional". Estudos Históricos, vol. 22, n 44, Rio de Janeiro, julho-dezembro 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de maio de 2015.

VANDRESEN, Paulino. A expansão do português na América Latina. In: Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa Nº39, p. 185-195, 2009.

Brasil / Bolívia

Centro Cultural Brasil-Bolívia

Centro Cultural Brasil-Bolívia: facilitador do diálogo cultural entre vizinhos

O Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) foi criado em 1958, com o objetivo de difundir o idioma e a cultura do Brasil em La Paz. Além dos tradicionais cursos regulares e intensivos de língua portuguesa, o CCBB oferece aos públicos locais atividades culturais e sociais que visam não apenas a apresentar a cultura e os valores do país, mas também a criar pontes de integração entre Brasil e Bolívia, ao explorar referências de diálogo entre as sociedades dos dois vizinhos. Desde 2013, o CCBB está instalado em prédio imponente, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal, no centro de La Paz.

Tendo sido a residência do ex-presidente Aniceto Arce (1888-1892) em La Paz, a atual sede do CCBB é um prédio de estilo neoclássico muito bem conservado e situado em local privilegiado no centro da cidade, em uma região onde poucos prédios do século XIX ainda sobrevivem em boas condições. Apesar de fazer parte do patrimônio histórico de La Paz, o edifício de dois andares foi parcialmente reformado no seu interior, de maneira a estar perfeitamente adaptado ao funcionamento de um centro de ensino de idiomas. Além de localizar-se a meio caminho entre a Residência e a Chancelaria da Embaixada do Brasil, em local de grande concentração de públicos, o CCBB encontra-se a um quarteirão de importante centro comercial da região, que possui praça de alimentação e amplo estacionamento. Tais características fazem do CCBB hoje um destino muito confortável para quem quer manter contato com a cultura brasileira.

As principais atividades do CCBB giram em torno do ensino da língua portuguesa. O curso regular compreende seis níveis, cada um dos quais com 40 horas de aula por bimestre. O curso intensivo, que corresponde aos quatro primeiros níveis da opção regular, tem duração de três meses e meio e carga horária de 140 horas.

Além dessas atividades tradicionais, o Centro Cultural oferece cursos temáticos para diplomatas, militares e grupos de profissionais liberais. O CCBB é também uma das instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a aplicar o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras). O exame vem sendo aplicado no CCBB desde 1999 e constitui importante atrativo para os cursos do Centro Cultural, que servem de preparação para os estudantes bolivianos.

Ao longo de 2014 e 2015, o corpo docente do CCBB, composto por oito professoras, desenvolveu material próprio de ensino da língua portuguesa com foco no público boliviano. Nos últimos anos, o CCBB vinha utilizando material didático produzido na Argentina, para públicos daquele país. Além de datado, pois já levava alguns decênios no prelo, tal material possuiva tênue identidade com os jovens bolivianos – principal público do CCBB –, o que concorria para a redução do interesse dos estudantes. O novo material, desenvolvido com o objetivo de aproximar o estudante boliviano da cultura brasileira e do idioma português, baseia-se nas referências culturais da Bolívia e nas suas conexões com o Brasil.

Objetivamente, o número de matrículas no CCBB cresceu moderadamente entre 2006 e 2014, de 1.129 a 1.561. No intervalo, atingiu um mínimo de 658 inscrições, em 2007, e um máximo de 1.821, em 2012, e 1.770, em 2013. Em parte, atribui-se o crescimento sensível de matrículas nos anos anteriores à Copa do Mundo no Brasil ao interesse dos bolivianos pelo futebol e à perspectiva de assistir às competições no Brasil ou, ao menos, em língua portuguesa, pelos meios de comunicação.

Naturalmente, não se pode atribuir apenas aos megaeventos as oscilações na procura pelo curso de português do CCBB, pois parte preponderante dos que procuram o português como língua de estudo na Bolívia o faz com o objetivo de trabalhar ou estudar no Brasil.

O Centro Cultural Brasil-Bolívia possui outro viés importante de divulgação da cultura brasileira no país vizinho. Projetos como o "Miércoles de Cine Brasileño" e o "Jueves de Tertulias" (ou "Quintas de Sarau") têm promovido o diálogo entre a cultura brasileira e os públicos locais. No segundo semestre de 2015, o projeto "Martes de Literatura" juntou-se às outras duas atividades, ao oferecer aos públicos de La Paz contato com a literatura brasileira e, por meio dela, com a sociedade e os valores brasileiros.

Em 2015, na sua sétima edição anual, o "Miércoles de Cine Brasileño" realizou-se nas dependências do CCBB pelo segundo ano consecutivo. O projeto trouxe aos públicos bolivianos o melhor da cinematografia brasileira, graças à extensa coleção de títulos, geralmente legendados, provida pela Divisão de Audiovisual do Itamaraty. Inicialmente, os filmes eram exibidos em sala da Cinemateca Boliviana, mas, em função de restrições orçamentárias, passou-se a utilizar as dependências do CCBB. Tal mudança acabou se mostrando estratégica, pois concorreu para reforçar a imagem do Centro como promotor da cultura brasileira em La Paz. Trouxe para dentro de suas dependências cinéfilos, entusiastas das artes e apaixonados pelo Brasil. Em anos anteriores, a Cinemateca fazia também a intermediação com salas de exibição em outras cidades que participavam do projeto. Em 2015, o próprio Centro passou a coordenar a realização, todas as quartas-feiras, dos "Miércoles de Cine Brasileño"

em Santa Cruz, Sucre, Cobija e Tarija. Além de reduzir custos, tal iniciativa ajudou a estreitar as relações com centros culturais naquelas cidades e a criar condições para a cooperação em torno da promoção da cultura dos dois países.

Desde novembro de 2014, na primeira quinta-feira do mês, os "Jueves de Tertulias" têm ajudado a promover o diálogo cultural entre Brasil e Bolívia. A proposta do projeto é oferecer condições para que artistas amadores brasileiros e bolivianos expressem sua arte. O único requisito ao artista é que sua apresentação brinde a audiência com referências culturais brasileiras ou bolivianas. Nesse cenário, cantores, escritores, instrumentistas, grupos folclóricos, bandas, artistas gráficos, grupos de capoeira e até uma escola de origami, entre outros, têm enriquecido a cena artística "paceña". Apoiado pela imprensa local, o projeto tem-se mostrado muito bem sucedido e já há fila para apresentar-se a uma audiência de cerca de 60 pessoas, na área social do prédio do CCBB.

"Em 2015, na sua sétima edição anual, o "Miércoles de Cine Brasileño" foi realizado nas dependências do CCBB pelo segundo ano consecutivo. A atividade trouxe para dentro do Centro Cultural cinéfilos, entusiastas das artes e apaixonados pelo Brasil."

Com o sucesso das iniciativas de cinema e sarau, o CCBB lançou projeto de estudo da literatura brasileira. A proposta é incentivar a criação de grupo de discussão literária não apenas entre os alunos do Centro Cultural, mas também com a contribuição de estudantes de literatura e entusiastas da cultura brasileira. Além de incentivar o contato com obras de autores brasileiros, o objetivo do projeto é utilizar tais obras para aproximar públicos paceños da cultura brasileira em geral. O "Martes de Literatura" começou com o estudo de obras de Machado de Assis.

Além dessa agenda programática de divulgação cultural, o CCBB tem procurado atrair variadas atividades culturais para seus espaços privilegiados. Assim, apenas no primeiro semestre de 2015, algumas exposições atraíram para o CCBB número considerável de visitantes: artistas gráficos de quadrinhos bolivianos, mostras fotográficas de

países latino-americanos, origamis, artistas plásticos, entre outros. Sempre que possível, o Centro Cultural tem franqueado suas salas para que artistas e intelectuais brasileiros e bolivianos, com projetos vinculados ao Brasil, realizem palestras ou oficinas de trabalho. Além disso, o CCBB hoje faz parte da tradicional "Larga Noche de Museos" de La Paz, em cuja ultima edição, em maio de 2015, foi responsável por uma das mais festejadas atividades do programa, segundo a imprensa local.

Tanto em sua vertente do ensino do português como na de divulgação cultural e atividades sociais, o Centro Cultural Brasil-Bolívia desempenha papel relevante como vetor da diplomacia cultural do Brasil na Bolívia. Isso ocorre, em larga medida, porque a cultura brasileira – principalmente sua música e outras artes – encontram grande receptividade entre os públicos bolivianos. Ademais, o peso regional do Brasil, comparativamente mais desenvolvido e possuidor de economia diversificada, exerce, há muito, grande interesse entre os bolivianos. As intensas relações econômicas, praticamente concentradas no comércio do gás, de importância estratégica para os dois países, associadas a uma fronteira de quase 3,5 mil quilômetros ensejam uma inevitabilidade de interações que facilitam o fomento do diálogo entre as sociedades dos dois países.

O Centro Cultural Brasil-Bolívia reúne hoje as condições mais positivas para servir à diplomacia cultural do Itamaraty. Situado em prédio aprazível e bem localizado, conta com corpo docente experiente e dedicado, desenvolve inúmeras atividades tradicionais e conjunturais, que visam a valorizar a promoção da cultura e do idioma do Brasil na Bolívia.

Bibliografia

CULL, Nicholas J. (2009a). Public Diplomacy: Lessons from the Past. CPD Perspective on Public Diplomacy. Los Angeles: Figueroa Press.

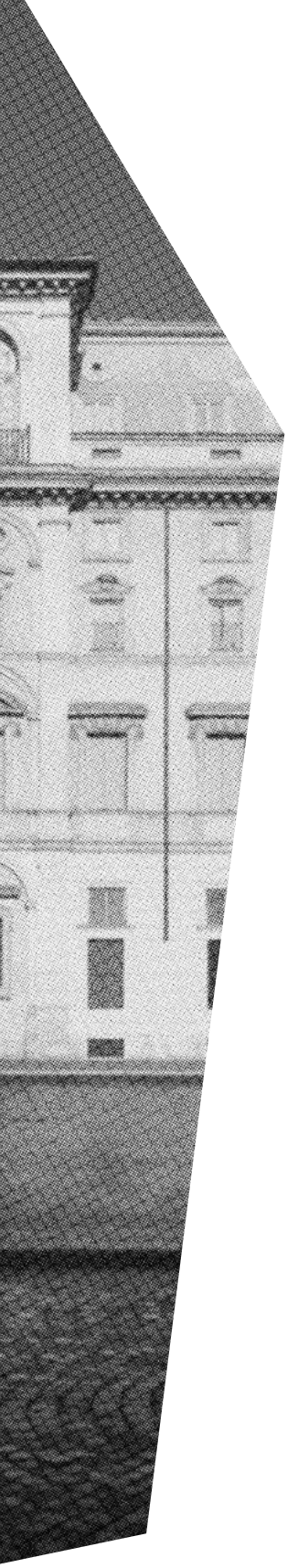
_____ (2009b). Designing Out the Mess: A Historically Literate Approach to Re-Booting US Public Diplomacy. Public Diplomacy Magazine, vol. 1, pp 15-20.

MADEIRA FILHO, Acir Pimenta (2012). Institutos de Cultura como Instrumentos de Diplomacia Cultural: oportunidades para o Brasil. Curso de Altos Estudos – IRBr.

VILLANOVA, Carlos Luís Duarte (2015). A Construção da Imagem do Brasil no Século XXI – Um Estudo da Diplomacia Pública do Governo Lula. Curso de Altos Estudos – IRBr.

Brasil / Itália

Centro Cultural Brasil-Itália



Centro Cultural Brasil-Itália: ponto de encontro dos que querem conhecer a língua e a cultura do Brasil

Histórico

O Centro Cultural Brasil-Itália (CCBI) foi fundado na década de 1960, vinculado à Embaixada do Brasil em Roma, com o objetivo de ensino da língua portuguesa e de promoção da cultura brasileira na Itália. O CCBI, ao longo dos anos, tem organizado variados eventos, tais como palestras, lançamentos de livros e encontros com escritores, seminários, mostras de cinema e de arte em geral, cursos de dança e de língua portuguesa. O CCBI tornou-se ponto de referência para todos os que desejam aprender português em Roma e conhecer a cultura brasileira. O Centro Cultural ocupa o andar térreo e o subsolo da ala nordeste do Palácio Pamphilj - que também abriga a Embaixada do Brasil em Roma -, com entrada pela prestigiosa Praça Navona, ponto central da capital italiana, próximo a edifícios governamentais e outras instituições culturais estrangeiras, como o Instituto Cervantes e o Instituto Francês.

Quando foi instituído, nos anos 60, o CCBI era conhecido como Instituto de Cultura Ítalo-Brasileiro (ICIB), promovendo vasta programação cultural e cursos de língua, literatura, dança e cultura brasileira. No início da década de 1970, apenas três cursos de língua eram oferecidos ao público italiano - primeiro e segundo anos e curso de conversação. Em 1978, o ICIB mudou o seu nome para Centro de Estudos Brasileiros (CEB). No mesmo período, foram reformadas e ampliadas as instalações abertas ao público, que incluíam salas de aula e auditório, o que possibilitou o incremento das atividades do Centro Cultural.

Em 1985, as melhorias estruturais foram retomadas com a reforma e a ativação de grande sala no subsolo do Palácio, o que possibilitou ao CCBI oferecer, além de quatro salas de aula, uma sala de dança. Anos depois, nova reforma e ampliação no subsolo possibilitou a ativação de outros dois espaços adicionais: uma sala de reunião para os professores e uma sala de atividades infantis.

Em outubro de 2008, o CEB passou a ter o nome de Centro Cultural Brasil-Itália. Atualmente, o Centro conta com quatro salas de aula, auditório e sala de cinema, sala de dança e espaço para atividades voltadas ao público infantil, além dos ambientes utilizados pela direção e pelos professores. Os alunos dispõem também do acervo da Biblioteca Tullio Ascarelli, inaugurada em 1962 pelo Embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, em homenagem ao advogado e jurista italiano. Tullio Ascarelli (1903-1956) foi perseguido durante o fascismo por ser judeu e se refugiou no Brasil com a família. Foi docente de Direito na Universidade de São Paulo (USP) e publicou várias obras sobre o País. Em 1952, ao regressar a Roma, doou sua biblioteca particular à USP. O seu acervo constitui-se de 9.523 volumes, a maioria dos quais em língua portuguesa e de autores brasileiros.

Aspectos histórico-arquitetônicos

O Palácio Pamphilj, sede da Embaixada do Brasil em Roma e do Centro Cultural Brasil-Itália, constitui um dos mais importantes patrimônios do Estado brasileiro no exterior. Adquirido em 1960, durante a gestão do Embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, o Palácio já abrigava a representação diplomática brasileira, que alugava parte do imóvel desde a década de 1920. Possui localização privilegiada no centro histórico de Roma e grande valor artístico e arquitetônico.

A construção do Palácio teve início em 1630 pela família Pamphilj, que era então proprietária de apenas metade da área atualmente ocupada. A partir de 1644, ano em que o Cardeal Giovanni Battista Pamphilj tornou-se o Papa Inocêncio X, importantes arquitetos e artistas da época como Girolamo Rainaldi, Francesco Borromini, Andrea Camassei e Gaspar Dughet foram chamados a conceber a expansão e o embelezamento do Palácio. O resultado constitui obra emblemática da transição entre o Renascimento tardio e o Barroco. Na parte interna do Palácio, destacam-se os afrescos nas paredes e nos tetos das salas que fazem parte da Residência Oficial, ala de representação da Embaixada, localizada no primeiro andar. Dentre os afrescos, merece destaque a pintura do teto da Galeria Cortona, finalizado por Pietro da Cortona em 1654. Sempre iluminado, o teto da Galeria pode ser visto por quem passa pela Praça Navona.

A primeira proposta de venda do Palácio Pamphilj ao Estado brasileiro foi

feita em fins de 1959 pela Princesa Orietta Doria Pamphilj ao então Embaixador Adolpho de Alencastro Guimarães. No início de 1960, o novo Embaixador do Brasil na Itália, Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, sugeriu ao Governo brasileiro a criação de uma "Casa do Brasil", para a qual se aventou a possibilidade de construção de edifício destinado a abrigar as diversas repartições brasileiras sediadas na capital italiana, a ser projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Evidenciou-se, todavia, que somente seria possível obter, para tanto, terreno situado em bairro distante do centro da cidade. Em vista disso, o Palácio Pamphilj passou a ser considerado como a melhor opção.

Em suas dependências, foram realizadas nos últimos anos importantes mostras de arte contemporânea brasileira, com artistas como Vik Muniz, os irmãos Campana, Ernesto Neto e André Komatsu. Somente a mostra de Ernesto Neto, realizada em meados de 2013, recebeu mais de 5 mil visitantes. No Palácio, são também realizados seminários, reuniões e conferências sobre variados temas: da política internacional ao desenvolvimento sustentável, da cooperação acadêmica à divulgação da literatura brasileira, entre tantos outros.

Principais realizações nas áreas educacional e cultural

Desde sua criação, o CCBI realiza diversos cursos e atividades para estrangeiros e brasileiros. O primeiro diretor do Centro Cultural foi Wagner Novaes, que esteve no cargo de 1976 a 1983. Nesse período, foi elaborado material didático próprio, chamado "Meta Brasil", que veio a sanar a limitada disponibilidade de livros de português como língua estrangeira. Novaes pesquisou intensamente, produzindo apostilas com conteúdo orientado para alunos de língua materna italiana, que viriam a ser utilizadas por vários anos como base dos cursos de língua portuguesa. Além disso, os cursos, que tinham duração de um ano, foram fragmentados em módulos quadrimestrais, sendo desenvolvidos dois cursos a cada ano (sistema que permanece atualmente), o que favoreceu alunos e professores. A gama de cursos oferecidos incluía culinária e história do Brasil, além do primeiro curso para crianças do Centro Cultural. Outra realização importante foi a tradução da obra "O Alienista", de Machado de Assis, por grupo de 18 alunos do CCBI, com revisão de Novaes e de Rita Desti, e ilustrações do artista plástico brasileiro Danilo de S'Acre. O trabalho foi publicado em edição bilíngue pela editora Bulzoni.

Na gestão da Oficial de Chancelaria Benedita Damaceno, de 1984 a 1990, foram oferecidos cursos complementares aos programas básicos de língua portuguesa, como culinária, violão, história do cinema, candomblé, literatura de cordel e tradução. Destacaram-se os cursos relacionados à cultura afro-brasileira, elaborados com a colaboração da Professora Tereza Pinto - docente do Centro Cultural e leitora na Universidade "La Sapienza". Em 1984, foi iniciado o curso de samba, realizado em um primeiro momento fora do Palácio. Desde 1985, o curso foi transferido para as dependências do Centro Cultural e é ministrado pelo Professor Jean Rosa. Dividido em 3 níveis (principiante, intermediário e avançado), com duração de 16 horas, o curso teve grande repercussão e foi noticiado pelo jornal O Globo em junho de 1988, que ressaltou sua importância: "o CEB oferece vários cursos sobre o Brasil para os italianos, mas o que de longe faz mais sucesso é o curso de samba", que registrou 99 inscritos naquele ano.

"Muitos artistas passaram pelo CCBI. Em junho de 1997, Elza Soares fez espetáculo no auditório. Na década seguinte, em 2006, Fafá de Belém fez no Centro Cultural a coletiva de imprensa que antecedeu sua apresentação em grande auditório de Roma. Importante acontecimento foi também a palestra e apresentação musical de Gilberto Gil, quando era Ministro da Cultura".

Na gestão da Oficial de Chancelaria Maria Lúcia Verdi, de 1991 a 1995, novos cursos enriqueceram a oferta do Centro Cultural, a exemplo de curso de dança, capoeira e violão brasileiro. Merece destaque nessa gestão o curso de atualização infantil. Criado para proporcionar maior contato das crianças com a língua e a cultura de seu país, o curso era realizado aos sábados, com duração de 3 horas por aula, e foi iniciado com turma composta de 8 alunos. Em 1996, passou a ser oferecido também o curso especial de recitação teatral.

Entre 1995 e 2005, o Centro Cultural permaneceu sob coordenação e supervisão do Setor Cultural da Embaixada do Brasil. Nesse período, destaca-se o cadastramento do Centro Cultural como posto aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), em 2003.

O CCBI retomou sua efervescência cultural a partir de 2006, sob a direção do Oficial de Chancelaria Roberto Vivian Mascareñas, que permaneceu no cargo até 2009, com aumento expressivo dos cursos de língua portuguesa, e outros cursos de história e cultura do Brasil. Destaca-se o incremento de alunos matriculados semestralmente nos diversos cursos, que atingiu o patamar de 700 estudantes. Na seara cultural, estiveram em projetos do Centro Cultural nomes de peso da MPB, como Adriana Calcanhoto, Fafá de Belém e Miúcha. Destaca-se, ainda, a criação da mostra permanente de filmes intitulada "Cinema Brasileiro na Piazza Navona" que exibia um filme brasileiro a cada semana, além de um filme infantil nas tardes do último sábado de cada mês.

Durante a permanência da Oficial de Chancelaria Inajara Tainá Lessa Gomes como diretora do Centro, de 2010 a 2012, a carga horária dos cursos regulares foi ampliada e passou de 40 para 45 horas totais. A estrutura curricular foi adaptada ao Quadro Comum Europeu, ou seja, os cursos regulares passaram a ser desenvolvidos em seis níveis, e não mais em cinco. Marco desse período foi a efetivação dos professores de língua portuguesa, alguns dos quais com mais de 20 anos de serviços prestados ao Centro Cultural. Em seguida, durante oito meses, de 2012 a 2013, o CCBI ficou sob a responsabilidade do Assistente de Chancelaria Wagner Humberto Durães de Oliveira. A gestão, ainda que breve, deu início à readequação de procedimentos internos do Centro Cultural.

A partir de 2013, assumiu a diretora Daniela Dornelas Cavalcanti, que conduziu importante reorganização estrutural, principalmente em termos de registro documental e de procedimentos. Em 2013, houve a instalação de equipamentos modernos nas salas de aula, o que possibilitou o emprego de novos métodos didáticos e melhoria qualitativa dos cursos. Além disso, foi aberto novo meio de comunicação com os alunos, com a criação da página do CCBI no "Facebook". Em 2014, o CCBI retomou a oferta de cursos para crianças brasileiras, com novo modelo, que possibilita não apenas o aperfeiçoamento das habilidades de comunicação e redação em língua portuguesa, mas também o reconhecimento do valor simbólico da cultura nacional em suas diversas manifestações, como a literatura, a música e a história. O curso "Português como Língua de Herança" passou a ser ministrado pela professora Eliana Miura e pelo professor de dança e cultura brasileira Jean Rosa. Os bons resultados do curso, entre outubro de 2014 e janeiro de 2015, foram compilados em material didático comentado pela professora e compartilhado no portal da Rede Brasil Cultural. Além disso, foram instituídos o Clube da Literatura e do Cinema, bem como o primeiro curso preparatório para o exame CELPE-Bras.

Atualmente, o CCBI oferece cursos regulares de língua portuguesa do nível principiante ao avançado, estruturados em seis módulos, de acordo com o Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas. Cada módulo dos cursos regulares possui 45 horas e pode ser feito com duas aulas semanais ou de modo intensivo, com uma aula por semana, com duração de 3 horas. Além dos cursos regulares, o CCBI oferece cursos de aprofundamento voltados a estudantes que já possuem conhecimentos básicos de comunicação em português. Os cursos abordam temas ligados à língua portuguesa e à cultura brasileira, como história do Brasil, cinema, música e literatura, e são renovados semestralmente. O CCBI conta com oito professores brasileiros, formados no Brasil e com grande experiência na área de ensino de português para estrangeiros.

Eventos culturais de grande repercussão

O CCBI promove eventos culturais e científicos desde sua criação, com temáticas e perspectivas diversas diante do vasto potencial brasileiro. O primeiro grande evento, promovido na década de 1970 pelo diretor Wagner Novaes, foi um importante espetáculo por ocasião da morte de Vinícius de Moraes. Reuniu músicos como Írio de Paola, Tico da Costa, Sergio Bardotti e Sergio Endrigo. O enorme sucesso levou à reedição do evento no Instituto Ítalo-Latino Americano (IILA). Anos depois, teve significativa repercussão a exposição de pinturas de "arte primitiva" do compositor, cantor e pintor autodidata carioca Heitor dos Prazeres, realizada em julho de 1984, paralelamente a concerto de Heitor dos Prazeres Filho. O músico apresentou-se também em programa televisivo da RAI, com patrocínio do Centro Cultural. Muitos outros artistas passaram pelo CCBI. Em junho de 1997, Elza Soares fez espetáculo no auditório. Na década seguinte, em 2006, Fafá de Belém fez no Centro Cultural a coletiva de imprensa que antecedeu sua apresentação em grande auditório de Roma. Importante acontecimento foi também a palestra e apresentação musical de Gilberto Gil, quando era Ministro da Cultura.

No âmbito literário e acadêmico, foram realizados inúmeros lançamentos de livros e encontros com estudiosos e artistas. Os primeiros seminários, organizados pelo diretor Wagner Novaes, abordavam temas como teoria da tradução literária, prosa e poesia, com a presença da renomada estudiosa Luciana Stegagno Picchio. Outro seminário de grande sucesso tratou das histórias dos povos que formaram o país antes do descobrimento, ministrado pelo então Ministro-Conselheiro Alberto da Costa e Silva.

Na década de 1990, a palestra de Jorge Amado foi um dos destaques. O período, a propósito, foi marcado por intensa programação de seminários abertos ao público, organizados pela então diretora Maria Lúcia Verdi. Um desses relevantes eventos foi a Semana do Pensamento Brasileiro, realizada em maio e junho de 1994, com a participação de grandes nomes da comunidade intelectual brasileira e italiana, reunidos para discussão da realidade do país.

Em 2004, o cartunista Maurício de Souza visitou o CCBI e, durante diálogo com os professores do Centro Cultural, desenhou ilustração em apostila do 1º nível do curso de língua portuguesa, adotada posteriormente como imagem de capa do material didático do CCBI. Tratava-se de desenho do personagem Bidu, acompanhado de assinatura.

Em 2009, evento de relevância foi o Seminário de Literatura Brasileira, voltado para as obras de Machado de Assis e Guimarães Rosa, com a participação dos Acadêmicos Ana Maria Machado, Marcos Vinícios Vilaça, Moacyr Scliar e Ivan Junqueira. Recentemente, o Centro Cultural abrigou lançamentos de traduções de obras para a língua italiana, como "Per vivere con poesia", de Mario Quintana; "Tutameia", de Guimarães Rosa, e "Il dono della menzogna", de Ronaldo Correia de Brito.

O CCBI também promoveu eventos sobre a produção cinematográfica brasileira. São exemplos a conferência de imprensa com o diretor Bruno Saglia, na ocasião do lançamento de seu filme "Diminuta", em 2013, e, no início de 2015, a apresentação do filme "A Estrada 47", coprodução ítalo-brasileira que celebra a participação do Brasil na II Guerra Mundial.

As tradições e festas populares não foram deixadas de lado na programação de eventos do Centro Cultural. Na década de 1990, no âmbito do primeiro curso infantil do CCBI, foram realizadas festas típicas, como a junina, no pátio interno da Embaixada, e a carnavalesca, sempre a caráter. Mais recentemente, a apresentação da gaúcha Caravana Chamamecera ilustrou a riqueza e a variedade da cultura popular nacional.

Dentre todos os eventos realizados no Centro Cultural, despertaram particular entusiasmo e satisfação aqueles organizados por professores e alunos. Em maio de 2010, o aluno Pietro Ruffolo organizou seminário em homenagem aos soldados brasileiros que lutaram na Itália durante a II Guerra Mundial. O evento contou com apresentação do Coronel Orlando Roque de Simone, então Adido do Exército, e projeção do documentário "La sottile linea brasiliana", com a presença da diretora Marilia Cioni. Em 2014, o aluno Vincenzo Fratta lançou no CCBI o livro "Palestra Italia – quando gli italiani insegnavano il calcio in Brasile", de sua autoria, que trata da história do Palmeiras. Ainda sobre o tema futebol, em maio de 2015 foi lançado no auditório do Centro Cultural o livro "Il passerotto di Magé", sobre o jogador Garrincha, do autor italiano Antonio Lombardo.

Cabe salientar, ainda, as cerimônias de encerramento de semestre letivo, quando são entregues os diplomas aos formandos. Sempre com apresentações musicais e teatrais de alunos, declamação de textos e poesias, exibição de vídeos e outras atividades, o evento conta também com a participação do coro Aquarela, formado por professores, alunos e outros participantes. Dentre as atividades organizadas, destaca-se a realização de sarau em que vários alunos fazem apresentações com poemas, textos teatrais e músicas de autores brasileiros, de acordo com o nível de proficiência.

Fora das dependências do CCBI, mas em estreita coordenação, o Setor Cultural da Embaixada realiza diversos eventos culturais, como mostras de arte contemporânea brasileira, que normalmente ocorrem na Galeria Cândido Portinari, e concertos musicais, sobretudo de música erudita e popular brasileira, na Sala Palestrina ou no pátio principal do Palácio Pamphilj. Além disso, os alunos do CCBI são constantemente convidados para participar de iniciativas desenvolvidas pelo Setor Cultural em colaboração com instituições de relevo da capital italiana, como foi o caso do Festival Brasil, em 2013, no Auditório Parco della Musica, e de mostra e seminário em comemoração ao centenário de Lina Bo Bardi, realizados no início de 2015 no museu MAXXI.

Personalidades que estudaram no CCBI

O CCBI, instituição de ensino prestigiosa em Roma, não poderia deixar de contar com alunos ilustres. Diversas personalidades italianas estudaram língua portuguesa no Centro Cultural, a exemplo do político Fabio Porta, deputado italiano, desde 2008, pelo Partido Democrático, eleito pelos italianos residentes na América do Sul.

Entre os estudiosos contemporâneos, foi aluno do CCBI o filósofo Mario Perniola, professor de Estética e autor de vários livros e publicações, entre os quais "Miracoli e traumi della comunicazione", que recebeu o Prêmio de Sanctis. Ademais, o CCBI contribuiu para a formação do Professor Vincenzo Arsillo, catedrático em Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade Ca' Foscari, de Veneza, com doutorado sobre o poeta Manuel Bandeira. Outro acadêmico que estudou no Centro Cultural foi Massimo Canevacci, antropólogo, etnógrafo e escritor italiano, que foi professor de Antropologia na faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade "la Sapienza", de Roma, e integra o Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, onde vive atualmente.

Na área de jornalismo e crítica musical, estudaram no CCBI, entre outros, Gino Castaldo e Paolo Scarnecchia. Castaldo é jornalista, com coluna no "La Repubblica", apresenta programa na Radio3 Rai e é autor de diversos livros. Scarnecchia é músico, professor de história da música e autor de publicações como "Musica e politica", "Musica popolare brasiliana" e "Heitor Villa-Lobos". Antonella Rita Roscilli, biógrafa de Zélia Gattai, também frequentou os cursos do CCBI na década de 1990. Roscilli é jornalista, escritora e tradutora, dedicada à divulgação de temas sobre a cultura e atualidades do Brasil e de países de África lusófona.

Por fim, alguns artistas também foram alunos do CCBI, como os atores Roberto Ciufoli, Lucio Caizzi e Rita Charbonnier, e o diretor Gian Paolo Vallati. Caizzi integrou o elenco do filme "La casa del sorriso", dirigido por Marco Ferreri, e vencedor do Urso de Ouro no Festival de Cinema de Berlim em 1991. Rita Charbonnier, além de atriz, é autora do romance "La sorella di Mozart", traduzido para diversos idiomas. Gian Paolo Vallati é diretor e roteirista cinematográfico, premiado pelo documentário "Concerto in Onde Corte" e o longametragem "Cara, ti amo..." , além de colaborar para as redes televisivas Rai e Mediaset.

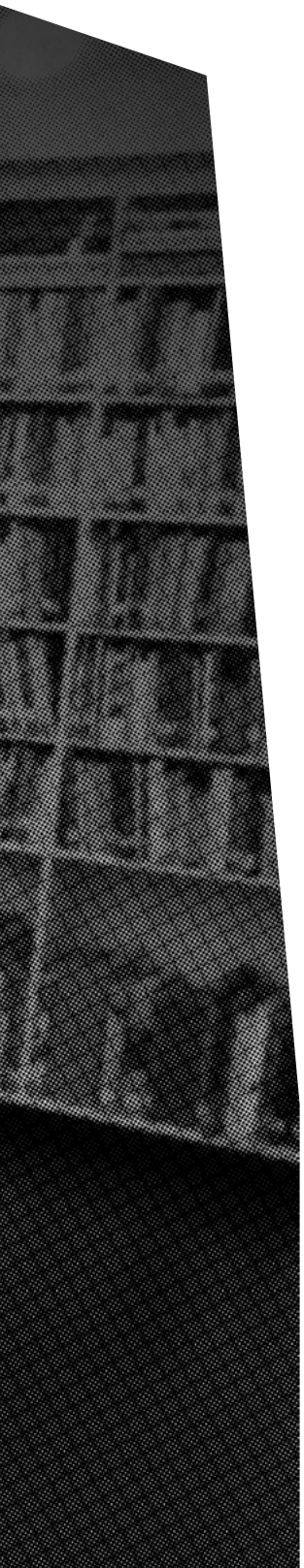
Conclusão

Ao longo dos anos, o Centro Cultural Brasil-Itália tem sido instrumento fundamental de promoção do relacionamento entre os dois países. Constitui a mais importante instituição de ensino da língua portuguesa na Itália e é reconhecido pela qualidade de seus professores e das atividades que desenvolve. Na última década, a projeção internacional do Brasil, aliada ao crescimento econômico do país, fez crescer a demanda pelo ensino de português na Itália. De acordo com dados do primeiro semestre de 2015, estudam no Centro Cultural mais de 300 alunos, entre os quais diplomatas e outros funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Itália, com o qual a Embaixada mantém acordo para o ensino de português. Além do tradicional interesse pela cultura brasileira, atualmente os italianos identificam no português também uma ferramenta profissional, em vista das oportunidades existentes no mercado brasileiro, o que amplia ainda mais as possibilidades de atuação do CCBI neste país.

Brasil/Chile

Centro Cultural Brasil-Chile

Centro Cultural Brasil-Chile: porta de entrada para a cultura brasileira de grandes nomes da sociedade chilena



Histórico da instituição no país

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) em Santiago foi fundado no ano de 1960, durante a gestão do Embaixador Rubens Ferreira de Mello. Anteriormente à sua fundação, existiu o Instituto Chileno-Brasileiro de Cultura, criado em 1939, o qual, entretanto, carecia de sede própria e de recursos permanentes.

O primeiro diretor da instituição foi o poeta e tradutor amazonense Thiago de Mello, que foi a Santiago com o propósito de inaugurar e dar início às atividades do CEB. Imediatamente, teve início intensa vida cultural, com ênfase na realização de cursos de português, concertos, palestras e exposições de artistas brasileiros e locais, além de prolífica e importante produção literária própria.

Em 1964, com o início do governo militar no Brasil, Thiago de Mello foi afastado de suas funções. Sucederam-no diversos diretores, com diferentes trajetórias nas áreas das artes, cultura e educação, cada um dos quais imprimiu seu próprio estilo de gestão ao Centro e contribuiu, assim, para diversificar as atividades da instituição. Thiago de Mello retornaria à direção do CEB nos anos de 1993 e 1994, indicado pelo então Chanceler Fernando Henrique Cardoso, em período breve, porém marcado por intensa produção cultural em parceria com os intelectuais locais.

Em 2008, respondendo a uma nova visão do MRE, que visava a ampliar o escopo de trabalho dos CEBs, estes passaram a se chamar Centros Culturais Brasileiros (CCBs), constituindo-se em polos ainda mais dinâmicos de promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa. O Centro Cultural Brasil-Chile passou, então, a ser conhecido pela nomenclatura CCBRACH.

Os diretores que passaram pelo CEB–Santiago e Centro Cultural Brasil–Chile foram os seguintes:

- Thiago de Mello, poeta e tradutor. Desde a fundação, 1960—1964;
- Paulo de Carvalho Neto, folclorista. 1965—1967;
- José Simeão Leal, poeta. 1967—1968;
- Nísia Nóbrega, poetisa e escritora. 1968—1975;
- Pedro Moacir Maia, professor e historiador da arte. 1976—1980;
- Doraci Girrulat, artista plástica. 1981—1983;
- Paulo César Puls, professor. 1983—1989;
- Rosa Veloso Dias Gianaccini, professora de literatura. 1989—1993;
- Thiago de Mello, poeta e tradutor. 1993—1994;
- Rosa Veloso Dias Gianaccini, professora de literatura. 1994—1996;
- Ana Elisa Moellmann, musicista e professora. 1996—2003;
- Antônio Carlos Gomes Lima, escritor. 2003—2005;
- Elisa Cristina Moraes Rodrigues Lopes, linguista e professora. 2005—2010;
- Anna Magdalena Machado Bracher, linguista e professora. 2010—presente.

Aspectos histórico-arquitetônicos da sede onde está instalado o CCBRACH

Até julho de 2015, o Centro Cultural Brasil-Chile estava instalado em edifício, na Avenida Libertador Bernardo O'Higgins, mais conhecida como Alameda, número 1650. Tal edifício é um anexo do Palácio Errázuriz, o qual abriga a sede da Embaixada do Brasil em Santiago desde 1941. O Palácio Errázuriz foi construído em 1872 pelo arquiteto italiano Eusebio Chelli a pedido de Maximiano Errázuriz Valdivieso —empresário do cobre, político e diplomata de uma das famílias mais prestigiosas da elite chilena.

A construção deslumbrou a sociedade da época, chegando a ser catalogada como a melhor e mais luxuosa casa de Santiago. [11]

De aspecto sóbrio e imponente, o Palácio Errázuriz atende às características formais do estilo neoclássico, com clara influência italiana. Sua fachada principal possui três volumes, sendo um central de dois pisos e dois laterais de um piso, que avançam formando um extenso terraço, originalmente decorado com esculturas. Em seu interior, os espaços estão ordenados em torno de grandioso "hall" de pé direito duplo, onde se destaca o elaborado piso com diferentes tipos de mármore. A construção contava, originalmente, com um total de 12 salões no primeiro

11 Embajada del Brasil. Palacio Errázuriz, p. 3.

piso, todos revestidos com parquetes de finas madeiras, e ao menos 10 dormitórios no segundo andar[12]. O Palácio Errázuriz também possuía um grande parque, reduzido com o passar dos anos, em razão da abertura da Rua Alonso de Ovalle, que cortou a parte sul do terreno, e posterior construção dos anexos mais modernos, onde funciona a Chancelaria da Embaixada.

Durante a década de 1980, o governo chileno chegou a contemplar a desapropriação do palácio para abrir caminho para a rodovia Panamericana. Felizmente, os esforços da Embaixada do Brasil permitiram a mudança da rota da estrada e, com ela, a preservação do Palácio Errázuriz. Não foi possível evitar, no entanto, que mais uma parcela do jardim fosse perdida na construção da rodovia[13].

O edifício anexo ao Palácio Errázuriz, passou, em 1960, a sediar o CEB Santiago, que lá funcionou até o ano de 2015.

Este edifício, de estilo mais simples que o edifício principal do palácio[14], mas integrante do projeto original, a construção possui dois andares e um subsolo. Durante algumas décadas, o edifício também contou com um terceiro piso que não fazia parte do projeto original, havendo sido acrescentado algumas décadas após a construção original. A fim de não diminuir o protagonismo do edifício principal, esse piso adicional foi posteriormente removido durante reforma realizada em todo o palácio por Agustin Edwards MacClure, último proprietário antes da aquisição do edifício pelo Estado brasileiro[15].

"O primeiro diretor do CEB foi o poeta amazonense Thiago de Mello. Imediatamente, teve início intensa vida cultural, com ênfase na realização de cursos de português, concertos, palestras e exposições de artistas brasileiros e locais, além de prolífica e importante produção literária própria".

A parte posterior da construção desse anexo, de nítida influência neoclássica, integra a "loggia" do pátio de honra que dá acesso ao Palácio, com uma parede em semicírculo na qual estão instaladas duas portas em forma de arco pelo lado do edifício do CCBRACH e duas pelo lado da antiga cavalariça, que posteriormente se converteria no anexo que abrigava o Setor Cultural da Embaixada. A curva deste pátio foi determinada em função do giro das carruagens usadas na época[16].

No andar térreo do edifício do CCBRACH, funcionavam três salas de aula, a recepção e a administração; no segundo piso, um pequeno auditório para eventos culturais, o setor audiovisual e a direção. O subsolo abrigava a biblioteca Cecília Meirelles, que possui o maior

12 Restauración del Palacio Errázuriz: El renacer de un pasado de esplendor.

13 Embajada de Brasil en Santiago de Chile. Restauración del Palacio Errázuriz: Embajada de Brasil revivirá la majestuosidad de su sede en Chile. Revista Sin Límites. Santiago de Chile, n. 1, p. 14-18, setembro de 2012..

14 "La fachada del departamento anexo se separa nítidamente del palacio, pareciendo que fuera otra casa". (FOGARTY HERRERA, página 97).

15 FOGARTY HERRERA, página 71.

16 FOGARTY HERRERA, página 79

acervo de obras brasileiras e de língua portuguesa no Chile, com aproximadamente 10 mil volumes sobre literatura, artes, humanidades e turismo, entre outros tópicos relacionados ao Brasil.

Ao longo dos anos, fizeram-se necessárias algumas reformas no edifício do Centro Cultural, com o propósito de torná-lo mais adequado ao uso para atividades educacionais e culturais. Há registros de intervenção em 1976-1977 e outra grande reforma em 2004-2005 que, além de modernizar os materiais, alterou o uso dos espaços no segundo piso.

Todo o complexo do Palácio Errázuriz passou por grande renovação iniciada em 2013. As empresas Ossa Arquitectura e Ipiña+-Nieto Arquitectos[17] desenvolveram projeto de restauração do Palácio, que incluiu a reparação dos danos provocados pelo terremoto de 2010, além da pintura de fachadas e interiores e a instalação de novos sistemas de aquecimento e comunicações, modernizando, assim, os espaços sem perder a aparência original do edifício do século XIX. A chancelaria também foi reformada, assim como o edifício até então ocupado pelo CCBRACH, que foi transformado em moderno espaço para exposições[18].

Como consequência da reforma no Palácio Errázuriz, o Centro Cultural – depois de funcionar por 55 anos junto à residência e à chancelaria da Embaixada – se transfere, em meados de 2015, para o 15º andar da Rua Mac Iver, 225, instalando-se no imóvel anteriormente ocupado pelo Consulado-Geral do Brasil. A mudança de sede foi precedida de intervenção arquitetônica para adaptar o novo espaço às necessidades do CCBRACH, em projeto da firma Ipiña+Nieto, também responsável pela reforma da residência e da chancelaria. O projeto do novo Centro Cultural se articula ao redor de biblioteca, que constitui o coração da nova sede. Circundando essa biblioteca, projeta-se um anel de móveis de madeira pintada de branco, que absorvem os espaços privados e separam a área de leitura das salas de aula e da zona de administração e direção.

17 CASTRO, Fernanda. Rehabilitación y Ampliación De La Embajada De Brasil En Chile.

18 Embajada de Brasil en Santiago de Chile. Restauración del Palacio Errázuriz: Embajada de Brasil revivirá la majestuosidad de su sede en Chile. Revista Sin Límites. Santiago de Chile, n. 1, p. 14-18, setembro de 2012.

Principais realizações do CCBRACH nas áreas educacional e cultural

Durante os 55 anos de história do CEB Santiago e do CCBRACH, várias iniciativas importantes nas áreas educacional e cultural foram desenvolvidas, e o detalhamento de todas excederia a viabilidade deste capítulo. Entretanto, algumas atividades merecem especial destaque, sendo descritas a seguir.

Cumpre recordar que a principal missão da instituição é a divulgação da língua portuguesa no Chile, por meio de cursos realizados em sua sede desde sua fundação. O CCBRACH ocupa posição de destaque entre as instituições educacionais no Chile, com corpo docente sólido e preparado para o ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE). Deve-se mencionar que há vários anos a instituição produz seu próprio material didático, elaborado por seus professores.

Na área acadêmica, destacam-se as Jornadas Brasileiras, realizadas em parceria entre o Centro de Estudios Culturales Latinoamericanos (CECLA) da Universidad de Chile e o CCBRACH. As últimas edições têm tido, ainda, o apoio do Instituto de Estudios Avanzados (IDEA) da Universidad de Santiago de Chile e do Departamento de Lengua y Literatura da Universidad Alberto Hurtado, além do Instituto Camões. As Jornadas Brasileiras foram iniciadas em 2006 e, desde 2009, são acompanhadas pelas Jornadas de Culturas de Língua Portuguesa no Mundo. Trata-se do mais destacado espaço, no Chile, para reflexão acadêmica acerca da literatura e da cultura brasileira e de língua portuguesa, com a apresentação de trabalhos acadêmicos, mesas coordenadas e palestras, além de uma ou mais conferências magistrais proferidas por pesquisadores brasileiros convidados. O evento está intimamente ligado ao trabalho desenvolvido pelas universidades parceiras, que possuem cursos de pós-graduação Stricto Sensu nas áreas de Literatura e Cultura Brasileira.

Ao longo da história do CEB Santiago e do CCBRACH, houve uma intensa e importante produção literária, que, posteriormente, teve continuidade nas publicações bilíngues de poesia e prosa editadas pela Embaixada do Brasil em Santiago; dentre estas últimas, muitas integram a série de poesia bilíngue realizada em conjunto com a Academia Brasileira de Letras e a Academia Chilena de la Lengua. Entre as publicações do CEB Santiago propriamente ditas, destaca-se a série “Cadernos Brasileiros”, editada nos primeiros anos da instituição, sob a direção de Thiago de Mello, sob o lema “Por la integración de la cultura latinoamericana”.

Lista de temas e convidados das dez edições já realizadas das "Jornadas Brasileiras":

- I Jornadas Brasileiras (2006): "Brasil: Culturas Migrantes", com a presença de Marcos Piason Natali (USP) e Jorge de Almeida (USP);
- II Jornadas Brasileiras (2007): "Encuentro con Escritores y Poetas Brasileños", com a presença dos escritores brasileiros Carlos Nejar, Ivan Junqueira e Marcos Vinícios Vilaça, presidente da Academia Brasileña de Letras, e do professor Roberto Zular (USP);
- III Jornadas Brasileiras (2008): "Machado de Assis a Cien Años de su Muerte", com Maria Augusta Fonseca (USP) e Markus Lasch (UNICAMP);
- IV Jornadas Brasileiras (2009): "Las Culturas de Lengua Portuguesa en el Mundo", com a participação de Sérgio Costa (Universidade Livre de Berlim);
- V Jornadas Brasileiras (2010): "Historia compartida: Brasil – Chile", com a participação de Wander Melo Miranda (UFMG);
- VI Jornadas Brasileiras (2011): "Brasil: Travesías atlânticas", com a presença de Dain Borges (Universidad de Chicago);
- VII Jornadas Brasileiras (2012): "Cultura popular, cultura de masas e industria cultural", com a presença de Liv Solvik (UFRJ) e Carlinda Nuñez (UERJ);
- VIII Jornadas Brasileiras (2013): "De la Semana de Arte de São Paulo a Brasília. Modernismo, modernidad y modernización", com Victor Hugo Adler Pereira (UERJ);
- IX Jornadas Brasileiras (2014): "A cincuenta años del golpe: La cultura brasileña en dictadura", com a participação de José Miguel Wisnik (USP);
- X Jornadas Brasileiras (2015): "Memorias y medios visuales en las culturas de lengua portuguesa".

Ao longo da história do CEB Santiago e do CCBRACH, houve uma intensa e importante produção literária, que, posteriormente, teve continuidade nas publicações bilíngues de poesia e prosa editadas pela Embaixada do Brasil em Santiago; dentre estas últimas, muitas integram a série de poesia bilíngue realizada em conjunto com a Academia Brasileira de Letras e a Academia Chilena de la Lengua. Entre as publicações do CEB Santiago propriamente ditas, destaca-se a série "Cadernos Brasileiros", editada nos primeiros anos da instituição, sob a direção de Thiago de Mello, sob o lema "Por la integración de la cultura latinoamericana".

Constam da série "Cadernos Brasileiros" os seguintes volumes:

- BANDEIRA, Manuel. **La Estrella de la Mañana**. [tradução Thiago de Mello]. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- BANDEIRA, Manuel. **Castro Alves**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. **Unos brazos**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- COSTA, Lúcio. **Arquitectura brasileña**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- ROMERA, Antonio. **Diálogo en torno a Candido Portinari**. Con un poema de Carlos Drummond de Andrade. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- LOPES NETO, Simões. **El negrito del pastoreo**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- NOGUEIRA, Armando. Nilton Santos. **Cadernos Brasileiros**. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- TEATRO brasileño contemporáneo. **Cadernos Brasileiros**. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1962.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia**. [tradução Thiago de Mello e Armando Uribe Arce]. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1963.
- NERUDA, Pablo. **Farewell**. [tradução Thiago de Mello]. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1963.
- URIBE ARCE, Armando. **La humanidad de Roser Bru**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1963.
- PENA FILHO, Carlos. **Memorias del buey Serapián**. [tradução Thiago de Mello]. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1963. Capa com gravura de Eduardo Vilches.
- MISTRAL, Gabriela. **Gabriela Mistral y el Brasil**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1963.
- ARCE, Homero. **Os Íntimos Metais**. (Edição bilíngue). [tradução Thiago de Mello; Ilustrado por Pablo Neruda]. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1964.
- LARRAÍN, Sergio. **El Rectángulo en la Mano**. Cadernos Brasileiros. Santiago do Chile: Centro de Estudos Brasileiros, 1963.

Destaca-se o volume "El Rectángulo en la Mano" da série Cadernos Brasileiros por seu valor histórico. Este foto-livro, publicado em sequência a uma exposição dos trabalhos de Sergio Larraín, é o primeiro livro do hoje mundialmente renomado fotógrafo chileno. A obra, constituída de 12 páginas com uma simples encadernação grampeada, apresenta 17 fotografias em fac-símile retratando crianças de rua[19]. Devido à raridade do livro, os poucos exemplares existentes chegam a ser vendidos por milhares de euros em sítios eletrônicos especializados na venda de livros antigos[20].

19 http://marcelocaballero-fotografia.blogspot.com/2013/11/el-rectangulo-en-la-mano-una-rareza_15.html

20 http://5b4.blogspot.com/2007/05/books-of-sergio-larrain.html

Outras publicações que levam a chancela do CEB Santiago e que não integram a série Cadernos Brasileiros são:

- MELLO, Thiago de (Org.). **Panorama de la Poesia Brasileña**. [tradução Thiago de Mello; e Adán Méndez]. Santiago de Chile: Embaixada do Brasil, 1993.
- MELLO, Thiago de. **Los Estatutos del Hombre**. [tradução Pablo Neruda]. Buenos Aires: Vergara & Riba Editores, 2001. Edição especial em 2004, com tiragem de 500 exemplares, como homenagem a Thiago de Mello por ocasião do centenário de Pablo Neruda.
- CENTRO DE ESTUDOS BRASILEIROS. **Sousândrade: Un canto brasileño de amor a Chile**. Santiago: Editorial Universidad de Santiago de Chile, 2005.

Desde o ano de 2007, com a criação de um Leitorado Brasileiro junto à Faculdade de Letras da Pontificia Universidad Católica de Chile, as leitoras a cargo do programa têm trabalhado conjuntamente com o CCBRACH na realização de palestras, cursos de capacitação, difusão de atividades culturais e aplicação do exame CELPE-Bras.

O CCBRACH é, ainda, o responsável no Chile pela divulgação e inscrições do Programa Estudante Convênio (PEC) do Governo brasileiro. O Centro Cultural é, ainda, o único posto credenciado no Chile para a aplicação do exame de certificação em Língua Portuguesa CELPE-Bras, necessário para que os estudantes participem do PEC.

Com o propósito de capacitar o próprio corpo docente e os vários professores de português residentes em todo o Chile, o CCBRACH realiza, periodicamente, congressos e cursos de capacitação para professores de PLE, geralmente em parceria com a Universidad de Santiago de Chile.

De 2007 a 2012, o CCBRACH também organizou o concurso Chile Traduz Brasil, dirigido a estudantes de português e estudantes de tradução, que, em suas diferentes edições, homenageou aos autores brasileiros Lima Barreto, Moacyr Scliar, Machado de Assis, Euclides da Cunha e Jorge Amado.

Também têm sido desenvolvidas ações dirigidas ao público infantil. Desde 2005, o CCBRACH promove o projeto "Conta Contos", em que se apresentam contos infantis brasileiros narrados em espanhol para crianças chilenas de todas as idades, a fim de aproximá-las da leitura e de divulgar a literatura infanto-juvenil brasileira. Esta atividade é coordenada pela biblioteca Cecília Meirelles do CCBRACH e é desenvolvida, principalmente, em escolas rurais ou urbanas, sejam tais escolas patrocinadas ou não pelo Brasil. O "Conta Contos" também é apresentado em espaços como a Festa dos Idiomas, a Feira do Livro de Santiago e os Cafés Literários do município de Providencia, que sempre apoiaram a atividade.

Outro programa cultural dirigido às crianças é o projeto "Contadores de Histórias e Língua de Herança", cujo piloto foi iniciado em 2014 e que tem como público alvo os jovens brasileirinhos e as crianças descendentes de brasileiros residentes no Chile. Este projeto faz parte de uma política mais ampla do MRE que visa à preservação do Português como Língua de Herança. Como o objetivo deste projeto é a manutenção da língua portuguesa e da cultura brasileira, decidiu-se realizá-lo em formato que inclui, além das histórias ligadas ao folclore brasileiro, as cantigas tradicionais em português.

"O CCBRACH também se dedicou à realização de eventos de grande repercussão (...), como o concurso "Chile Canta Brasil", destinado a cantores chilenos amadores, que deveriam interpretar canções brasileiras conhecidas. (...) A última edição do "Chile Canta Brasil" foi realizada em dezembro de 2012, em conjunto com uma apresentação gratuita do grupo Paralamas do Sucesso – cuja vinda ao Chile foi patrocinada pela Embratur. O evento contou com a presença de mais de 5 mil pessoas".

Vários projetos também têm sido desenvolvidos nas escolas patrocinadas pelo Brasil - escolas públicas que levam o nome do Brasil ou da cidade de Brasília, muitas das quais oferecem aos alunos atividades didáticas ligadas ao país. A Embaixada do Brasil e o CCBRACH têm proposto ou apoiado, ao longo dos anos, vários projetos dentro de seu plano anual de atividades culturais. Tais projetos incluem aulas de português, concursos de redação ou desenho, capacitação de professores, entre outros.

As ações do CCBRACH nas áreas educacional e cultural incluem, ainda, a constante realização de seminários e cursos sobre literatura e cultura brasileira; concertos gratuitos de música brasileira e latino-americana, dos mais variados estilos; exposições de artes plásticas; cursos de canto, teatro e capoeira; seleção e fornecimento de material audiovisual para mostras de cinema brasileiro; formação de grupos corais, com destaque para o grupo Ponto de Vista, criado nos anos 1980, período em que também se formou um grupo de dança e um grupo teatral, e o Coro Boa Mixtura, formado em 2012 e ainda em atividade, composto por alunos do CCBRACH e membros da comunidade local.

Eventos culturais de grande repercussão organizados pelo CCBRACH

Diversos projetos desenvolvidos pelo CEB Santiago/CCBRACH durante sua história tiveram grande repercussão no que diz respeito não apenas ao público diretamente alcançado, mas também à apreciação pela qualidade das iniciativas culturais.

Desde sua fundação, a instituição tem sido palco de importantes atividades nas mais diversas áreas da cultura. No CCBRACH foram realizados concertos de conhecidos cantores brasileiros, e por suas salas passaram nomes destacados da literatura brasileira e latino-americana de todas as décadas. É notório, por exemplo, o intenso intercâmbio de poemas, traduções e publicações entre seu primeiro diretor, Thiago de Mello, e o poeta e prêmio Nobel chileno de literatura Pablo Neruda. O fruto dessa amizade entre os dois poetas está presente até hoje em publicações da biblioteca do CCBRACH.

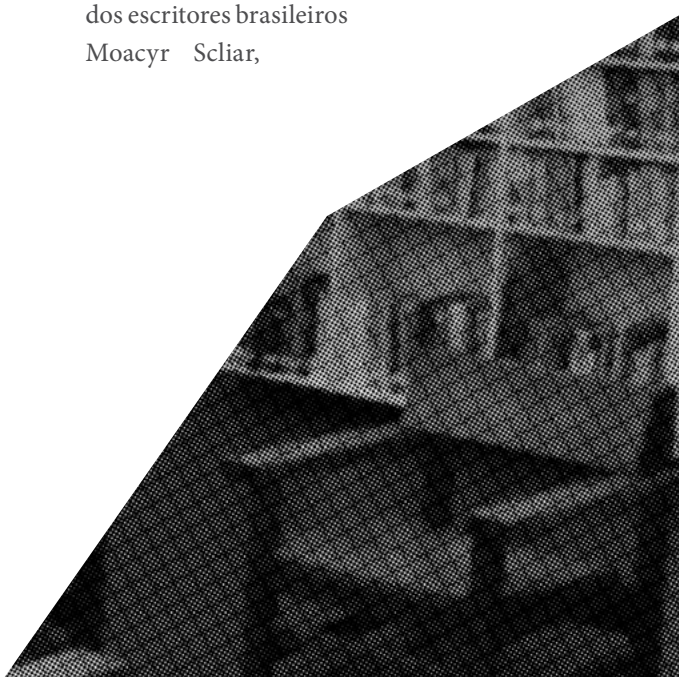
Durante os anos 80, época em que o Chile ainda se encontrava sob o governo militar, as atividades culturais de caráter mais ousado causavam grande impacto no público. Foi um período de grande efervescência cultural, no qual – apesar do medo – se buscava participar de alguma forma do lugar e do momento histórico que se vivia. Além das aulas de língua portuguesa, forte atrativo do então CEB Santiago, havia um grupo avançado que estudava cultura e literatura brasileiras, com a análise dos principais autores e movimentos literários do Brasil. Nesse período, eram frequentes os saraus culturais na instituição. Foi especialmente marcante a apresentação da obra "A perseguição ou o longo caminho que vai de zero a n", de Timochenco Wehbi, por uma companhia teatral de Porto Alegre. A apresentação da peça atraiu alunos e professores de diversas escolas de teatro chilenas e chegou a chamar a atenção dos canais de televisão locais.

Em 1986, o centenário do poeta Manuel Bandeira foi comemorado no CEB Santiago com uma semana completa dedicada a ele. Foram realizadas diversas palestras, uma delas proferida pelo compositor Luis Advis, ex-aluno da instituição, além de apresentações musicais e exposições. Uma noite foi dedicada às canções que Luis Advis compôs sobre poesias de Manuel Bandeira, apresentadas pelo coro "Ponto de Vista" (então existente na instituição) sob o nome "Canções Brasileiras".

No ano de 2007, causou grande repercussão a participação do Brasil como país convidado na FILSA – Feria Internacional del Libro de Santiago, de 23/10 a 04/11/07, com um público total estimado de 250 mil visitantes. O evento contou, em sua abertura, com a presença da presidente Michelle Bachelet, da ministra de Educação e Cultura do Chile, Yasna Provoste, do Embaixador do Brasil à época, Mário Vilalva, e do então Secretário-Executivo do MinC, Juca Ferreira. O Brasil, primeiro país não hispano a ser homenageado nesta Feira, ocupou o maior estande do evento em área útil, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional e pela Câmara Brasileira do Livro.

A participação brasileira, a cargo da Embaixada do Brasil, com o apoio do então CEB Santiago, contou com dezessete mesas-redondas e palestras com escritores, dois lançamentos de livros inéditos, duas sessões de leituras de obras, duas oficinas de teatro, cinco concertos, dezoito exibições de filmes e duas exposições de artes plásticas, na maior promoção cultural do Brasil no Chile a um só tempo .

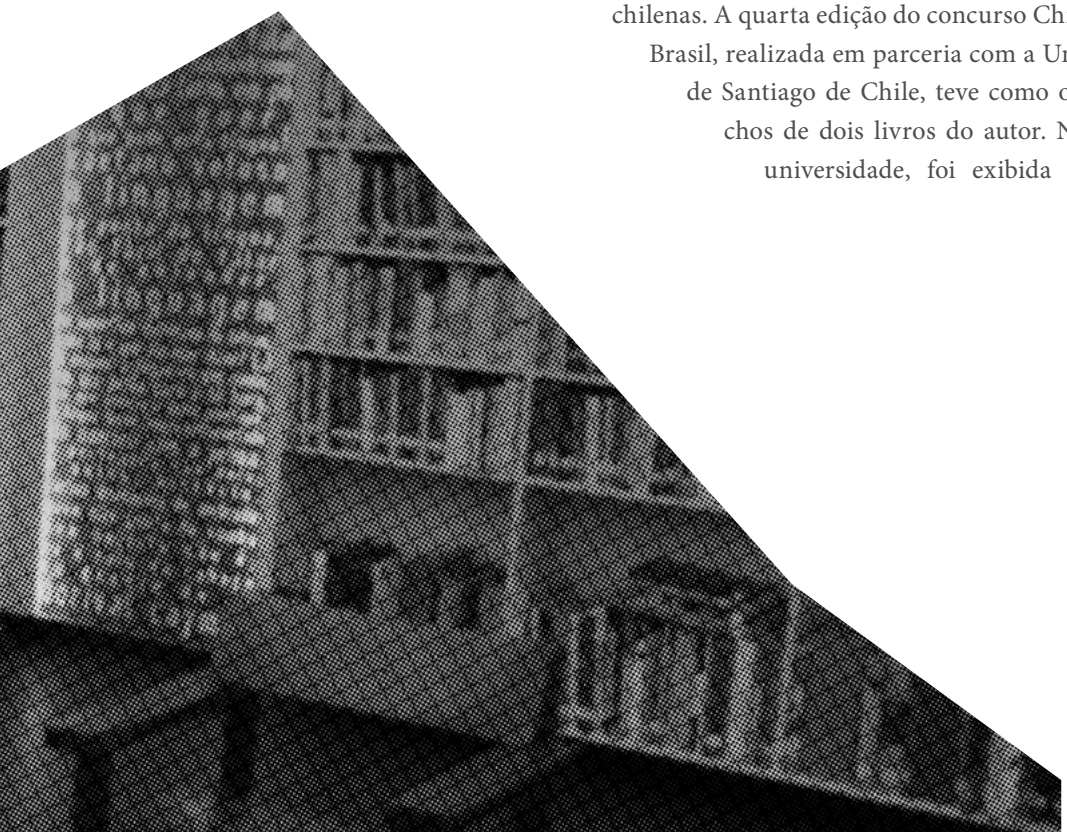
Entre os pontos de destaque da programação incluem-se palestras dos escritores brasileiros Moacyr Scliar,



Vicente Cecim, Bernardo Carvalho, Augusto Boal, Affonso Romano de Sant'Anna, Thiago de Mello, Paulo Betancur, Ivan Junqueira, Márcio Souza e Heloísa Buarque de Hollanda, além dos cartunistas Lourenço Mutarelli e Allan Sieber, entre outras mesas-redondas; lançamento de livros dos escritores Paulo Elias Farah e Marcelo Carneiro da Cunha, além das publicações "O último baile do Império" e o livro bilíngue de poesias "Vicente Huidobro e Manuel Bandeira", financiado pela Academia Brasileira de Letras e a Academia Chilena de la Lengua, com o apoio da Embaixada do Brasil em Santiago.

Adicionalmente, ocorreram oficinas de teatro, palestras sobre a obra de Oscar Niemeyer (a cargo de Rafael Pino) e sobre literatura de cordel (com a presença de J. Borges e Jeová Franklin, os quais também realizaram exposição de gravuras dessa forma de arte). Na parte musical, houve concertos de Elza Soares, Mundo Livre S/A, Rabo de Lagartixa e duo Luciana Silva e Flávio Augusto. Além disso, o CEB Santiago ofereceu aulas de português express, sessões de conta-contos para crianças, além de apoiar, por meio de seu setor audiovisual, a mostra de cinema que exibiu nove filmes brasileiros.

Em 2012, a exemplo do ocorrido com Manuel Bandeira, o centenário do escritor baiano Jorge Amado foi celebrado com várias atividades no CCBRACH. Realizou-se, durante todo o mês de agosto, o curso "Salve, Jorge!", que analisou as tendências e a projeção literária da novelística de Jorge Amado. Também ocorreu um seminário acadêmico na instituição, com a presença de professores e pesquisadores das principais universidades chilenas. A quarta edição do concurso Chile Traduz Brasil, realizada em parceria com a Universidad de Santiago de Chile, teve como objeto trechos de dois livros do autor. Na mesma universidade, foi exibida exposição



de painéis retratando a amizade de Jorge Amado e Pablo Neruda. Finalmente, uma importante livraria local se uniu às celebrações, destinando, durante o mês de seu aniversário, um espaço para livros do autor, em português e espanhol, além de objetos alusivos ao Brasil e à Bahia.

O CCBRACH também se dedicou à realização de eventos anuais de grande repercussão, dos quais podemos destacar dois, ambos com diversas edições. O primeiro deles é o concurso Chile Canta Brasil, criado em 2005 e destinado a cantores chilenos amadores, que deveriam interpretar canções brasileiras conhecidas. O concurso, realizado a cada ano em parceria com a Faculdade de Música de diferentes universidades locais, consistia em uma seleção prévia das gravações dos candidatos, a cargo de músicos e professores, seguida por uma semifinal, no auditório da universidade escolhida, com 20 participantes selecionados. A final do Chile Canta Brasil, com os músicos vencedores, era realizada no auditório da universidade parceira ou nos jardins do Palácio Errázuriz. O júri da grande final era sempre constituído por professores das universidades parceiras, músicos chilenos e brasileiros e críticos de música, que gentilmente apoiavam o que se tornou um tradicional e aguardado evento cultural no país.

O alcance do concurso Chile Canta Brasil sempre foi elevado, tanto na quantidade de candidatos inscritos – que superaram os duzentos em algumas edições – quanto no número de público presente à semifinal e final de cada edição do evento. O prêmio para o vencedor de cada edição consistia em viagem ao Brasil com acompanhante – patrocinada por hotéis e companhias aéreas –, além de instrumentos musicais e outros prêmios – entregues aos demais vencedores por empresas brasileiras ou locais – e bolsas para cursos de português no CCBRACH. A última edição do Chile Canta Brasil foi realizada em dezembro de 2012, em conjunto com uma apresentação gratuita do grupo Paralamas do Sucesso – cuja vinda ao Chile foi patrocinada pela Embratur no âmbito da divulgação das sedes da Copa do Mundo de 2014. O evento, realizado no Parque das Esculturas do Município de Providencia, em Santiago, contou com a presença de mais de 5 mil pessoas.

O outro evento realizado anualmente com grande afluência de público é a Festa dos Idiomas, cuja primeira edição ocorreu em 2006. Essa festa, que ocorre tradicionalmente no Café Literário Parque Balmaceda, é organizada pelo Centro Cultural Brasil-Chile em conjunto com outros nove institutos binacionais no Chile, todos ligados às embaixadas de seus países: Centro Cultural da Espanha no Chile, Centro Russo, Goethe-Institut, Instituto Camões, Instituto Chileno-Britânico de Cultura, Instituto Chileno-Israelita de Cultu-

ra, Instituto Cultural Chileno-Japonês, Instituto Francês do Chile e Instituto Italiano de Cultura. Na décima edição, realizada em 2015, os institutos culturais da Índia e da China deverão participar como convidados especiais.

No evento, que dura um sábado inteiro e é realizado com o apoio do próprio município de Providencia, são desenvolvidas aulas express de idiomas, leitura de poemas, conta-contos, apresentações musicais e artísticas, degustação de pratos típicos e exibição de filmes, constituindo um espaço para que os institutos binacionais divulguem seus cursos e atividades culturais. O público presente sempre supera as duas mil pessoas. O Centro Cultural Brasil-Chile se faz presente por meio de um estande em que distribui material promocional do próprio CCBRACH e da Embratur, além de oferecer aulas express de português em diferentes horários para adultos e crianças, apresentação musical ou de capoeira e de conta-contos.

Personalidades locais que estudaram no CCBRACH

Durante os cinquenta e cinco anos de história do CCBRACH, várias personalidades locais chilenas passaram por suas salas de aula, entre as quais se destacam:

- Michelle Bachelet Jería, presidente do Chile nos mandatos 2006-2010 e 2014-2018; estudou no então CEB Santiago quando adolescente.
- Claudia Acuña, cantora de jazz de fama internacional, a mais importante intérprete chilena deste estilo musical, atualmente residente nos Estados Unidos.
- Luis Advis, filósofo e compositor, assessor cultural no Governo do presidente Ricardo Lagos. Entre suas obras destacadas está a Cantata de Santa María de Iquique.
- Francisco Mouat, escritor e jornalista. Autor de vários livros, colunista do mais importante jornal do Chile, “El Mercurio”, e comentarista esportivo.

Além das personalidades acima mencionadas, inúmeros diplomatas e empresários chilenos também integraram, em diferentes épocas, o corpo discente da instituição.

O levantamento de informações para a redação deste capítulo enfrentou múltiplas dificuldades, em razão, sobretudo, do recente incêndio que destruiu o depósito onde estavam custodiados os arquivos da Embaixada do Brasil em Santiago. Em vista desse fato, muitas das informações aqui contidas carecem de maior precisão ou detalhamento, principalmente no que diz respeito aos nomes, datas e eventos do período mais antigo de existência do CEB Santiago. A redação deste capítulo só foi possível devido a exaustiva pesquisa e à realização de entrevistas com antigos alunos, professores e funcionários da instituição. Registra-se, assim, o agradecimento, por sua inestimável colaboração, a Thiago de Mello, Violeta Romero, Paulo César Puls, Jorge Castellanos, Jorge Nieto, Jorge Atria, Lúcia Salinas, Oswaldo Lopes, Horst Nitschack, Wanira Grande, Maria Eugenia Llosa e Martin Elorrieta.

Bibliografia

CABALLERO, Marcelo. El rectángulo en la mano, una rareza mágica. Disponível em: http://marcelocaballero-fotografia.blogspot.com/2013/11/el-rectangulo-en-la-mano-una-rareza_15.html. Acesso em 15 de abril de 2015.

CASTRO, Fernanda. Rehabilitación y Ampliación De La Embajada De Brasil En Chile. / Ipiña+Nieto Arquitectos + Ossa Arquitectura y Asociados. Disponível em: http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-202233/rehabilitacion-y-ampliacion-de-la-embajada-de-brasil-en-chile-ipina-nieto-arquitectos-ossa-arquitectura-y-asociados . Acesso em 22 de abril de 2015.

Embaixada em Santiago. Setor Cultural. **Relatório das Atividades Culturais.** 2007.

Embaixada em Santiago. Setor Cultural. **Atividades Culturais da Embaixada em Santiago**. 2008.

Embajada de Brasil en Santiago de Chile. Restauración del Palacio Errázuriz: Embajada de Brasil revivirá la majestuosidad de su sede em Chile. **Revista Sin Límites**. Santiago de Chile, n. 1, p. 14-18, setembro de 2012. Disponível para consulta em: http://revistasinlimitesbrasil.blogspot.com/

Embajada del Brasil. **Palacio Errázuriz.** Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2002. Disponível para download em: http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-9406.html

ETCHEPARE, Miguel/ LABORDE, Miguel. **Palacio Errázuriz. Una historia personal**. Santiago de Chile: Cochrane, 1999. Disponível para download em: http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0055790.pdf

FOGARTY HERRERA, Rodolfo; Zentilli, Aquiles; Waisberg, Myriam (orientadores). **Palacio de Don Maximiano Errazuriz Valdivieso.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura). Universidad de Chile. Escuela de Arquitectura. Santiago de Chile, 1959.

Restauración del Palacio Errázuriz: El renacer de un pasado de esplendor. **El Mercurio.** Santiago. 7 de setembro de 2012. Ediciones Especiales. Disponível em: http://www.edicionesespeciales.elmercurio.com/hoy/detalle/index.asp?idnoticia=201209071090026&idcuerpo=639 . Acesso em 23 de abril de 2015.

WHISKETS, M. The books of Sergio Larraín. Disponível em: http://5b4.blogspot.com/2007/05/books-of-sergio-larrain.html . Acesso em 15 de abril de 2015.

Brasil / Peru

Centro Cultural Brasil-Peru

Centro Cultural Brasil-Peru: meio século de um dos maiores centros de ensino da língua portuguesa no exterior

Habrá ocasiones en que los distinguidos miembros del Instituto puedan extenderse en el estudio minucioso y erudito de la poesía, el arte y las letras del Brasil que tienen a Capistrano de Abreu y a Gilberto Freyre entre sus símbolos más representativos y que poseen como picacho de gloria la figura majestuosa de Machado de Assis.

Carlos Miró Quesada Laos, ex-Embaixador peruano no Rio de Janeiro.

A criação do Instituto Cultural Peruano-Brasileiro ocorreu em 15 de novembro de 1956, data comemorativa do ingresso do Brasil no período republicano. Miró Quesada, presidente da instituição, se dirigiu, naquela ocasião, ao Presidente da República do Peru, ao Prefeito de Lima, ao Embaixador Orlando Leite Ribeiro, presidente honorário, e a diversas autoridades, que viam surgir um novo mecanismo de aproximação com o Brasil.

O Instituto era uma criação voltada a peruanos, como Carlos Miró Quesada, aficionados pela cultura e pela literatura brasileira. Participaram de sua composição nomes importantes do quadro intelectual do Peru, como o político e diplomata Victor Andrés Belaunde. Oferecia aulas de português e premiava os melhores estudantes com viagens ao Brasil por meio de voo regular da Força Área Brasileira. Sua principal contribuição, contudo, foi inspirar a incorporação, pela Embaixada em Lima, por meio do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), da tarefa de difundir a cultura brasileira e a língua portuguesa no país.

Oficialmente inaugurado em 1962, já na gestão do Embaixador Raul Bopp, o CEB era dirigido por Miguel Alves de Lima e situava-se no coração de Lima, a apenas 200 metros do Palácio de Governo. A estreita relação entre o ensino da língua portuguesa e a divulga-

ção da cultura brasileira em suas diversas vertentes foi explorada desde a primeira sede. O CEB contava com a galeria Candido Portinari, que albergou diversos trabalhos que evocavam a cultura do país e sua relação com o Peru. Em 1965, recebeu uma de suas mais ilustres visitantes: Elis Regina, que passaria algumas semanas em apresentações na televisão local e no Gran Hotel Bolivar. Aos 20 anos, a "Pimentinha" já apresentava em sua forte personalidade musical o furor de uma nova música popular brasileira.

O desenvolvimento da cidade de Lima, atualmente uma metrópole com mais de 9 milhões de habitantes, empurrou para fora do centro histórico as novas construções e bairros residenciais. Acompanhando esse movimento, o CEB também migrou por diferentes bairros até chegar a Miraflores. O edifício de esquina na Av. Hipolito Unane, bairro de Lince, era uma "casona", tradicional elemento da arquitetura limenha, que pouco a pouco dá lugar a edifícios de vários pavimentos. O então CEB foi dirigido por Miguel Alves de Lima (1962-1968), Abelardo de Paula Gomes (1968-1974), Jesus Belo Galvão (1974-1978), José de Sousa Rodrigues (1978-1984), Lúcia Velloso da Silveira de Pantigoso (1984-1988 e 1990-2010) e Evangelina Tubino (1988-1990). A eles coube a difícil tarefa de ensinar a língua portuguesa ao público peruano e ao mesmo tempo manter o contato com o Brasil, evitando a perda de laços e a fluência no vocabulário. Em tempos anteriores às facilidades da internet, tal tarefa se via ainda mais complicada.

"Em 1965, o CEB recebeu uma de suas mais ilustres visitantes: Elis Regina, que passaria algumas semanas, no Peru, em apresentações na televisão local e no Gran Hotel Bolivar".

A contribuição dos diretores e professores do CEB à difusão da cultura brasileira incluiu diversas publicações próprias. Jesus Belo Galvão, antes de assumir suas funções no Peru, publicou ao menos dois livros no Brasil: "Leituras Brasileiras", pela Companhia Editora Nacional, São Paulo; e "Língua e Expressão Artística - Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa", pela Editora Civilização Brasileira, em 1967. Lúcia Velloso escreveu sobre cordel e cultura popular.

Entre 1978 e 1986, o CEB implementou iniciativa até hoje presente na memória coletiva dos entusiastas da cultura e da literatura brasileira no Peru: a publicação de livretos de poesia brasileira, em edições bilíngues de poemas selecionados. Dessa maneira, escritores como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Ferreira Gullar, Murilo Mendes, Mario Quintana, Ribeiro Couto e Vinicius de Morais – e outros 20 grandes poetas - foram trazidos para o contato

com os leitores peruanos. Essa coleção, complementada recentemente com livretos de Ledo Ivo, Affonso Romano de Sant`Anna e Paulo Leminski, foi relançada em 2013, como parte das comemorações dos cinquenta anos da instituição.

O CEB de Lima foi um dos pioneiros na aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) no exterior, a partir de 1998. A realização do exame na instituição permitiu que centenas de jovens peruanos participassem dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). Visando a aperfeiçoar a prova, que estimula o aprendizado de uma língua viva, moderna, em diversas ocasiões professores envolvidos na elaboração do exame foram convidados a Lima para apresentar as bases em que se assentam os critérios de conhecimento do idioma, bem como ouvir relatos e experiências dos professores.

Uma nova etapa de avanços institucionais iniciou-se em 2009, quando foi alterada a denominação de CEB para Centro Cultural Brasil-Peru (CCBP). Em 2010 iniciou-se a gestão da atual Diretora, Rozenilda Falcão, e, em 2012, inaugurou-se o novo espaço. Em sua sétima sede, o agora Centro Cultural Brasil-Peru voltou a ter galeria, em ambiente privilegiado para exposições e apresentações musicais. O edifício abrigava uma escola de arte, vocação aproveitada pelo CCBP para manter o apreço e o estímulo ao contato com as artes. A reaproximação com as atividades do Setor Cultural e de Cooperação Educacional da Embaixada, muitas delas realizadas nas instalações do CCBP, permitiu o melhor aproveitamento de ferramentas de difusão cultural e a ampliação de seus efeitos. Debates à margem de semanas de cinema brasileiro, visitas de artistas e escritores e a divulgação de oportunidades de estudo no Brasil são exemplos de atividades que se têm beneficiado desse contato estreito.

"Em 2012, a comemoração dos 50 anos do Centro Cultural (...) esteve à altura: o diálogo público entre Mario Vargas Llosa, prêmio Nobel de literatura e principal escritor do país, e Nélida Piñon, imortal da Academia Brasileira de Letras e primeira mulher a presidir a instituição, foi motivo de orgulho para a equipe e uma marca perene na história do Centro Cultural".

Em 2012, a comemoração dos 50 anos do Centro Cultural buscou homenagear a instituição e sua história na costura dos laços que aproximam brasileiros e peruanos pela linguagem e pela cultura. Esteve à altura: o diálogo público entre Mario Vargas Llosa, prêmio Nobel de literatura e principal escritor do país, e Nélida Piñon, imortal da Academia Brasileira de Letras e primeira mulher a presidir a instituição, foi motivo de orgulho para a equipe e uma marca perene na história do Centro Cultural. O relançamento da coletânea de livretos de poesia brasileira, organizados no "Box 50 anos Brasil-Peru", e apresentações musicais e literárias completaram a celebração.

Outro marco em sua trajetória, o CCBP recebeu, em 2014, a exposição fotográfica "Amazônia-Andes", no âmbito da Bienal de Fotografia de Lima. Maior e mais complexa montagem feita na Galeria Tarsila do Amaral, relatava em imagens o caminho que une as paisagens humanas e naturais do Brasil e do Peru.

O ofício do ensino da língua portuguesa já foi exercido por mais de 80 professores, brasileiros e peruanos. Muitos dos ex-alunos atendidos seguiram para o Brasil em seus estudos universitários, trabalharam no país ou em algumas das mais de 60 empresas brasileiras que atuam no Peru. As instituições do governo peruano que já receberam aulas dos professores do CCBP, por meio de acordos institucionais, incluem o Ministério das Relações Exteriores, a Polícia Nacional do Peru - abrangendo divisões de inteligência e de combate ao tráfico de drogas - e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENATI). Fortalece-se, dessa maneira, o apoio entre entidades governamentais, facilitando a compreensão de aspectos da realidade brasileira por meio do contato com o idioma e a cultura. Nos últimos anos, em parte graças à criação da função específica de Coordenador Pedagógico, o CCBP vive a melhora contínua na qualidade do ensino.

A adoção de metodologia moderna, a elaboração de planos de aula, a capacitação continuada e a avaliação do ensino pelos alunos fortalecem a instituição e ajudam a identificar pontos que necessitam melhora. Aproveita-se esse quadro para trabalhar na relação com outros centros de idioma em Lima, que, em vários

casos, ensinam número de estudantes muitas vezes superior ao do CCBP. Parte-se de uma postura não competitiva, em que a troca de informações sobre boas práticas e avaliações sobre uso de materiais pedagógicos são estimuladas. É o que se vê no âmbito do Encontro de Professores de PLE (Português Língua Estrangeira), já realizado em três edições. Completa-se a experiência estimulando a criação de oficinas paradidáticas, em que a comunidade, além dos próprios alunos do CCBP, é convidada a permanecer em contato com o idioma por meios como a produção de programas de rádio pela internet, capoeira, dança, canto e em passeios de aprendizado pela cidade.

Mantendo-se essas condições e a correta valorização dos recursos humanos disponíveis na instituição, o Centro Cultural poderá contribuir de maneira ainda mais consistente para a qualidade da oferta de cursos de língua portuguesa no Peru, a começar pela própria metodologia praticada entre professores e alunos do CCBP. O aprendizado já não é apenas "minucioso e erudito", como mencionara o fundador do Instituto em 1956, e sim amplo e popular, aberto a diferentes formas de se viver e aprender o idioma, por quem quer que deseje conhecer e vivenciar o Brasil.

Brasil / Espanha

Centro Cultural do Brasil em Barcelona

Centro Cultural do Brasil em Barcelona: uma nova visão para o Brasil na Catalunha

O Centro Cultural do Brasil em Barcelona é o desdobramento de um núcleo inicial de estudos brasileiros que remonta a 1963, quando foi instalado na biblioteca da sede do Consulado-Geral do Brasil, com atividade única de ensino da língua portuguesa.

Em 1975, essa atividade passou a ser desenvolvida em um imóvel alugado na Casa Amatller, um dos edifícios mais representativos do modernismo catalão, sede do Instituto Amatller de Arte Hispânica, no Paseo de Gracia, nº 41. Desde sua criação, o Centro Cultural está diretamente vinculado ao Consulado-Geral do Brasil.

Difusão local da cultura brasileira

Os meios de comunicação na Espanha, em particular a imprensa escrita, cobrem com bastante equilíbrio a situação política e social do Brasil. A imprensa e a televisão, em Barcelona, cobrem curiosidades nossas, como a espontaneidade, a afetividade incontida, o sincretismo das festas brasileiras, o Carnaval, a paixão pelo futebol, o desflorestamento da Amazônia, o turismo nas favelas cariocas e a violência criminal urbana.

Quando formadores de opinião, estudiosos mais aprofundados, pessoas de famílias com vínculos no Brasil ou o público geral buscam uma fonte diretamente brasileira, procuram o Centro Cultural do Brasil em Barcelona, onde podem dispor de todo tipo de informação: livros, revistas, filmes, documentários, recortes de jornais e acervo fotográfico.

O Centro Cultural do Brasil em Barcelona (CCBBcn) oferece fontes de consulta para os alunos da Faculdade de Filologia da Universidade de Barcelona, onde há cursos e seminários de Literatura Brasileira e Língua Portuguesa, e da Faculdade de Tradução da Universidade Autônoma de Barcelona. A “mediateca” do Centro Cultural do Brasil

em Barcelona, com centenas de títulos (filmes, documentários, séries de televisão, musicais, programas infantis) é também fonte importante de informação para a grande quantidade de brasileiros residentes na cidade, entre os quais se incluem dezenas de bolsistas que frequentam cursos de pós-graduação em universidades locais.

Atividades

O Centro Cultural do Brasil em Barcelona atua, grosso modo, em três áreas: cursos de língua e cultura do Brasil, promoção de eventos culturais e prestação de informações.

Cursos de Língua e Cultura do Brasil

Os cursos do CCBBcn estão organizados em seis níveis, que compreendem básico, intermediário e avançado. Entre os meses de junho e julho há, anualmente, cursos intensivos de língua portuguesa. Entre 2000 e 2015, o total de alunos matriculados foi superior a 2,2 mil. Desde outubro de 2003, o Centro Cultural do Brasil em Barcelona é uma das instituições credenciadas para a aplicação do certificado de proficiência em língua portuguesa, o CELPE-Bras.

Em 2012-2013, com o apoio de bolsitas brasileiros, o Centro Cultural do Brasil em Barcelona manteve um curso de preparação para o ENCCEJA. Havia aulas todas as sextas-feiras, das diferentes matérias do exame que, finalmente, foi aplicado em Barcelona em 2013. Das provas participaram candidatos de Barcelona e provenientes de Portugal, França, Suíça e Inglaterra.

O CCBBcn foi também o espaço inicial de instalação para os cursos destinados a descendentes de brasileiros, promovidos pela Associação de Pais de Brasileirinhos na Catalunha e pelo Projeto Brasileirinhos. Atualmente essas duas instituições mantêm seus cursos em espaços próprios.

Eventos culturais

O Centro Cultural do Brasil em Barcelona tem realizado, nos seus mais de 40 anos, muitas atividades de difusão da cultura do Brasil, seja como eventos de iniciativa própria, seja participando em eventos promovidos por entidades locais: exposições de artes plásticas, conferências, edição ou lançamento de obras de autores brasileiros,

projeção regular de filmes brasileiros, etc. A título de exemplo, no ano 2000, o CCBBcn promoveu, com apoio da Prefeitura de Barcelona, o "Karaokê dos 500 anos", evento comemorativo dos 500 anos do descobrimento do Brasil, quando, numa praça central da cidade, algumas centenas de brasileiros, sob o comando de um grupo musical da Associação Amigos do Brasil, puderam cantar grandes sucessos da música popular brasileira.

Em outubro de 2000 foi lançado, no auditório do Consulado-Geral, na forma de livro, "O Alienista", de Machado de Assis, em tradução para o espanhol realizada por alunos da cadeira de Literatura Brasileira da Universidade de Barcelona. cinco mil exemplares foram distribuídos gratuitamente.

"O Centro Cultural do Brasil em Barcelona é o desdobramento de um núcleo inicial de estudos brasileiros que remonta a 1963, quando foi instalado na biblioteca da sede do Consulado-Geral do Brasil, com atividade única de ensino da língua portuguesa".

Entre 17 de dezembro de 2000 e 7 de janeiro de 2001, o pintor Pierre Chalita expôs doze grandes painéis cujos temas são fatos e personagens da História do Brasil, também como evento comemorativo dos 500 anos do Descobrimento, inaugurando um espaço de arte no andar térreo da Casa Amatller. Milhares de pessoas viram a mostra.

Em 2006, para comemorar os 50 anos do lançamento de "Grande Sertão: Veredas", o centro cultural promoveu um seminário na Universidade de Barcelona, constituído de seis conferências. Desse seminário, entre outros, participou o Prof. Francis Uteza, um dos nomes mais importantes nos estudos da obra de Guimarães Rosa. Foi editado um volume de atas do seminário, com os textos de todas as conferências.

Em 2007, foi a vez de um seminário, também na Universidade de Barcelona, sobre Clarice Lispector, em comemoração aos 30 anos do lançamento de "A hora da estrela". O evento contou com especialistas em Clarice Lispector, incluindo suas principais tradutoras na Espanha (Elena Losada) e na Itália (Adelina Aletti).

Em 2008, com o apoio da Prefeitura de Barcelona, o Centro Cultural do Brasil em Barcelona promoveu o citado karaokê em praça pública, que reuniu centenas de pessoas, para festejar os 50 anos da bossa nova.

Em 2013, o CCBBcn colaborou na realização de um ciclo de literatura brasileira na Universidade de Barcelona, que constou de conferências sobre os escritores Rubem Fonseca, Paulo Leminsky, Patrícia Melo e Jorge Amado. Em 2014, houve o apoio do CCBBcn para outro ciclo literário, realizado na mesma universidade com o título "Não só Clarice", com conferências sobre as escritoras Patrícia Melo, Ana Paula Maia, Clarice Lispector, Nélida Piñon e Marilene Ribeiro.

Entre 1990 e 1996, o Governo da Catalunha promoveu "Encontros internacionais de cultura", de cuja programação participavam os diretores de institutos estrangeiros (o então Centro de Estudos Brasileiros, British Institute, Instituto Italiano de Cultura, Instituto Norte-Americano, Goethe Institute) e intelectuais locais. Graças a essa iniciativa, o então CEB intermediou a vinda a Barcelona, em diferentes anos, de representantes da cultura brasileira: Celso Furtado, Artur da Távola, Arnaldo Jabor, Susana Amaral, Doc Comparato.

Prestação de informações

Pessoalmente, por telefone, por meio eletrônico, são muitas as solicitações de informação do Centro Cultural do Brasil em Barcelona. Há pedidos de todo tipo: quem quer um "nome bonito indígena" para dar ao filho recém-nascido; quem quer saber, porque viu na televisão uma reportagem, o "nome de um tipo de feijão que cresce muito no Cerrado brasileiro"; quem quer endereços de universidades; quem busca contatos com escolas de cinema do Brasil. Ou seja, o Centro Cultural do Brasil em Barcelona é solicitado a dar informação desde aquela destinada a criança de escola primária que faz "uma pesquisa sobre o Brasil" até a indicação, para especialistas, de bibliografia sobre a arquitetura barroca brasileira.

Informar sobre o Brasil é, pelos exemplos dados, uma atividade fundamental para a difusão da cultura brasileira. Para tanto, é importante destacar que a "mediateca" do CCBBcn – com cerca de 4 mil livros, cerca de 1.000 DVDs, em sua maioria, de filmes brasileiros, centenas de CDs e cassetes – é amplamente utilizada por seus alunos, por estudantes de todos os níveis, pelo público em geral, especialmente por expatriados brasileiros, em número cada vez maior, interessados em manter algum tipo de contato cultural com o Brasil.

O Centro Cultural no coração de Barcelona

O Centro Cultural do Brasil em Barcelona está instalado, desde 1975, em um imóvel na Casa Amatller, um dos edifícios mais representativos do modernismo arquitetônico catalão. Projetado pelo arquiteto Josep Puig i Cadafalch, o edifício situa-se na chamada "quadra da discórdia", nome relacionado à disputa arquitetônica dos maiores gênios catalães dessa arte: Antoni Gaudí, que construiu a vizinha Casa Battlò, e Lluís Domènech i Montaner, arquiteto da Casa Lleó Morera. As três construções situam-se no Paseo de Gracia. O espaço atual é importantíssimo para os interesses brasileiros, tanto pela "tradição do endereço", no ponto mais central de Barcelona, quanto pelo prestígio do edifício, visitado anualmente por centenas de milhares de turistas. Pela placa aposta na entrada, todos os visitantes ficam sabendo da existência de um centro brasileiro em Barcelona, dando ao Brasil uma visibilidade de valor incalculável.

O Centro dispõe de duas salas de aula com equipamento completo de som e vídeo/dvd, além de laboratório linguístico sem fio. A sala da "mediateca" pode ser consultada em http://www.mediateca--centroculturaldobrasil.com. Além dessas divisões, existe uma pequena sala de leitura para os alunos e o público em geral. As instalações do Centro Cultural do Brasil em Barcelona funcionam também como sede da APEC - Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Catalunha -, entidade formada há mais de vinte anos.

Conclusões

Os centros culturais do Brasil, estejam onde estiverem, são um "gesto fraterno" do Brasil. Eles criam um espaço comum ao Brasil e à população do lugar onde está instalado, facilitando aproximações de toda ordem. Quem frequenta um de nossos centros não se sente, ou não se deve sentir, em território estrangeiro. E um centro brasileiro não se deve sentir um "instituto estrangeiro": ele se torna também, pela natureza de suas atividades, uma instituição do lugar em que está. Mais: um centro cultural não é o local de um evento passageiro. É um espaço permanente de trabalho e de encontro, com experiência acumulada. Essa perspectiva deve ser sempre considerada, para que se possa incrementar uma presença cultural brasileira eficaz no exterior. Nessas condições, apesar das limitações de espaço, compensadas pela excelente localização, e tendo em conta as acentuadas particularidades regionais de um país tão culturalmente diverso como a Espanha, o Centro Cultural do Brasil em Barcelona é elemento indispensável à promoção do Brasil.

Brasil/Guiana

Centro Cultural Brasil-Guiana

Centro Cultural Brasil-Guiana: promoção da língua portuguesa no único país anglófono da América do Sul

O Centro Cultural Brasil-Guiana (CCBG) foi criado em 15 de março de 1970, ano em que entrou em vigor o Convênio Cultural Brasil-Guiana, principal instrumento de difusão da cultura brasileira na República Cooperativista da Guiana. Localizado em área que foi, na época colonial, uma plantação, o CCBG encontra-se em tradicional bairro denominado "Queenstown", criado em 1887, em homenagem à rainha Vitória, que celebrava seu jubileu naquele ano.

Apesar da proximidade geográfica com o Brasil, as raízes histórico-culturais da Guiana anglófona a aproximam mais do Caribe do que da América do Sul, o que torna ainda mais importante o papel do Centro Cultural na divulgação de nossa cultura e da língua portuguesa.

Ocupando terreno adjacente ao da Chancelaria, o prédio que abriga o Centro Cultural Brasil-Guiana situa-se na Church Street, uma das principais avenidas da cidade de Georgetown, capital da Guiana, único país anglófono da América do Sul. Chamada de "Cidade Jardim do Caribe", em Georgetown se encontram algumas das mais exuberantes obras da arquitetura vitoriana nos trópicos.

Todo construído em madeira no estilo vernacular do final do século XIX, o prédio sede do CCBG segue o estilo arquitetônico dos países anglófonos do Caribe, à semelhança de outras construções da época que ainda podem ser encontradas nas imediações, como o "Georgetown Cricket Club", a Catedral Anglicana de São Jorge e a residência oficial do Embaixador do Brasil. O seu telhado exibe uma ponteira. Algumas de suas janelas ainda possuem persianas que abrem em ângulo – as chamadas "Demerara windows", propiciando ventilação e obscurecendo o interior ao mesmo tempo. Antes de abrigar o CCBG, a casa fez parte de um conjunto residencial denominado "Foulton Court".

O prédio que abriga o CCBG constitui-se de três andares, com um amplo salão no térreo – frequentemente utilizado para exposições,

projeção de filmes e oficinas de dança – onde também se encontram a cozinha, a biblioteca e a sala dos professores, além de espaço reservado para a exibição de programas de TV brasileiros, captados por antena parabólica. No segundo andar, encontram-se quatro salas de aula, a secretaria e a sala do diretor, além de mais duas salas de aula, no terceiro andar. Cada uma das salas foi nomeada em homenagem a uma personalidade da literatura, arquitetura, música ou artes plásticas do Brasil, a saber: Machado de Assis, Clarice Lispector, Tarsila do Amaral, Oscar Niemeyer, Heitor Villa-Lobos e Carlos Gomes.

A parte externa do prédio conta com ampla varanda, gramado e pátio, espaços utilizados para a realização de comemorações como festas juninas, feiras, carnaval, aulas de capoeira e outras atividades afins, com capacidade para receber até 500 pessoas.

Principais realizações da instituição nas áreas educacional e cultural

Dentre as principais atividades do CCBG destaca-se o ensino da língua portuguesa, que se estende tanto ao público em geral como a entidades governamentais e privadas, como, por exemplo, as Forças de Defesa da Guiana e o Banco da República da Guiana, cujos membros e funcionários aprendem nosso idioma para melhor atender aos nacionais brasileiros, em número que tem aumentado no país. Além das aulas, o programa inclui também atividades multidisciplinares como literatura, música, cinema e gastronomia do Brasil.

O Centro Cultural Brasil-Guiana oferece cursos do nível básico ao avançado e é, atualmente, o único centro credenciado, na Guiana, para a aplicação do exame de certificação de proficiência em língua portuguesa, o CELPE-Bras. O Centro Cultural oferece curso preparatório para o exame, com aulas que abordam temas de interesse geral, com vistas à proficiência na comunicação oral e escrita.

Além do ensino do idioma, o Centro Cultural Brasil-Guiana também proporciona a seus alunos contato com a cultura brasileira através de sua cinematografia, com a "Noite do Cinema Brasileiro", evento mensal realizado no saguão do prédio, onde não pode faltar a tradicional pipoca.

Em 2007, o antigo Centro de Estudos Brasileiros introduziu a capoeira em Georgetown com a realização de oficinas. Em virtude da iniciativa, os participantes, apaixonados pela experiência, criaram a Associação Internacional de Capoeira Mestiçagem, hoje com representação no Suriname e na França. Atualmente, o CCBG oferece cursos desse esporte como atividade extracurricular. Recentemente, o CCBG também incluiu nas suas atividades extracurriculares aulas de samba, ministradas por professora que estuda no Centro Cultural.

O CCBG é também chamado a participar de eventos locais feiras e festas que envolvam elementos internacionais, com as quais colabora quer assessorando

os organizadores, quer fazendo parte direta do evento, como, por exemplo, na feira promovida pela escola pública "North Georgetown Secondary School", chamada "Culture Day", para a qual o Centro Cultural contribuiu com estande com amostras da culinária brasileira, publicações e projeção de vídeos turísticos.

Desde a adoção, em 2014, do português como língua estrangeira a ser ensinada nas escolas públicas de Georgetown, o CCBG também tem sido chamado a assessorar os professores do ensino público que irão lecionar a nova matéria.

A festa junina organizada pelo Centro Cultural Brasil-Guiana, com seus quitutes, música ao vivo e danças típicas apresentadas pelos alunos do Centro Cultural, já se tornou evento tradicional em Georgetown, ansiosamente esperado pelos brasileiros e pelo público local, que comparece em grande número. Evento aglutinador, conta com a colaboração da Embaixada do Brasil e de empresários da comunidade brasileira na cidade.

"Desde a adoção, em 2014, do português como língua estrangeira a ser ensinada nas escolas públicas de Georgetown, o CCBG também tem sido chamado a assessorar os professores do ensino público que irão lecionar a nova matéria".

Durante a Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, o CCBG proporcionou ao corpo diplomático, autoridades locais e ao público em geral a possibilidade de assistir ao jogo inaugural, projetado em tela gigante armada no gramado do Centro Cultural, com direito a música ao vivo, comida e bebida brasileira nos intervalos e após o jogo. O evento foi prestigiado pelo então Primeiro-Ministro Samuel Hinds, e contou com uma multidão que vibrou com a vitória do Brasil.

Como serviço de utilidade pública para a comunidade brasileira em Georgetown, o CCBG oferece, ainda, aulas de inglês para brasileiros.

Diversas personalidades locais já estudaram no Centro Cultural Brasil-Guiana, entre elas a primeira-dama do país, Sangra Granger, e Enrique Couchman, conhecido radialista da Guiana. Couchman, inclusive, possui programa de rádio no qual apresenta música brasileira e dá dicas de português.

Brasil / Paraguai

Centro de Estudos Brasileiros no Paraguai

Centro de Estudos Brasileiros no Paraguai: influência do Brasil na formação de artistas e de intelectuais paraguaios

A necessidade de conhecimento mútuo entre Brasil e Paraguai

A criação do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), fundado em setembro de 1974, resultou do processo de cooperação e intercâmbio cultural e educacional entre o Brasil e o Paraguai, cujo início data da celebração do Convênio de Intercâmbio Cultural, assinado em agosto de 1941, pelos Presidentes Getúlio Vargas e Higino Morínigo, durante a primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro ao Paraguai. Segundo esse acordo, deveriam estabelecer-se centros permanentes para a promoção do conhecimento mútuo entre o Brasil e o Paraguai.

Já em fevereiro de 1942, fundou-se no Rio de Janeiro o Instituto Brasil-Paraguai e, em maio do ano seguinte, foi criado o Instituto Paraguai-Brasil na cidade de Assunção. Desde sua inauguração, o Instituto Paraguai-Brasil recebeu apoio do governo brasileiro, que enviou à capital paraguaia o historiador Guy de Hollanda e sua esposa, Hortensia Hurpia de Hollanda, para ensinar português, história, literatura e puericultura. Em 1943, Lourenço Filho contribui na elaboração de plano de organização do Ministério da Educação paraguaio. Posteriormente, Guy de Hollanda, juntamente com os professores paraguaios Hermógenes Rojas Silva, Mariano Morínigo, Juan Vicente Ramírez, Hugo Rodríguez Alcalá e Osvaldo Chávez, fundou a Escola de Humanidades, a qual, em 1948, se tornaria a Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção. Essa instituição contaria, aliás, desde seu início com a colaboração do Brasil, que permitiu a vinda de professores como Álvaro Vieira Pinto, que sistematizou o ensino de filosofia; Walter Wey, autor de livro sobre literatura paraguaia; ou Paulo Carvalho Neto, cuja contribuição constitui marco de referência nos estudos folclóricos no Paraguai.

No começo dá década de 1950, o leque de atividades desenvolvidas pelo Instituto Paraguai-Brasil havia se ampliado consideravelmente, de forma que se constatou a necessidade de um novo acordo sobre o tema. Foi, então, assinado o Acordo Cultural de 1952, pelo qual se previa o desenvolvimento das atividades de cooperação Brasil-Paraguai na área cultural e se instituía a Missão Cultural Brasileira como foco coordenador. No marco desse Acordo, foram enviados a Assunção professores brasileiros para ensinar na Faculdade de Filosofia as cátedras de Psicologia, Didática Geral, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Data dos anos 50, igualmente, a cooperação de pesquisadores da USP - em particular do professor Egon Schaden - para a criação e valorização do registro culto do guarani, hoje ensinado em toda a rede escolar paraguaia. Essa década marca, ademais, o início do fluxo de estudantes paraguaios em busca de formação universitária no Brasil, como alternativa a Buenos Aires e Montevidéu, transformando-nos, ao longo das décadas seguintes, em um dos principais destinos dos paraguaios que buscam formação superior no exterior.

A instituição, também em 1952, da Missão Cultural Brasileira deu origem a outras iniciativas: na música, com o trabalho da Professora Helena Lorenzo Fernandez em canto coral; na didática, com os seminários dos Professores Luís Alves de Mattos e Irene de Mello Carvalho; nas artes, com a organização da primeira mostra do barroco missioneiro no Brasil; em psicologia, com o seminário de Noemi Rudolfer; na restauração de obras de arte, com o seminário do Professor Edson Motta, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do qual decorreria, entre outras iniciativas, a elaboração da "Ley de Protección del Patrimônio Histórico y Cultural del Paraguay"; na arquitetura, com a construção do edifício da Faculdade de Filosofia e do Colégio Experimental Paraguai-Brasil (CEPB) pelo arquiteto Afonso Reidy, primeiro exemplo, no Paraguai, do modernismo.

Ademais, a Missão Cultural ofereceu oficinas e cursos de artes plásticas, os quais deixaram profunda marca no meio cultural local. Em 1956, o gravador, desenhista e pintor brasileiro Lívio Abramo realizou, em Assunção, uma mostra das suas obras e apresentou curso sobre a técnica do gravado sobre madeira. Diante da excelente acolhida do público e dos meios artísticos, Abramo fundou, juntamente com artistas paraguaios, a Oficina de Gravado "Julián de la Herrería", que impulsionaria uma significativa renovação das artes plásticas paraguaias, com base na rica tradição local da xilogravura, e formaria importantes artistas, como Edith Jiménez, Olga Blinder, Jacinto Rivero y Lotte Schultz.

Em 1959, a convite da Missão Cultural, Augusto Rodrigues, renomado artista e educador, levou a Assunção uma exposição de trabalhos realizados pelos alunos da sua "Escolinha de Arte" no Rio de Janeiro. A receptividade que tiveram aqueles desenhos motivou a Missão Cultural a fundar sua própria "Escolinha de Arte". Com o tempo, a Escolinha se tornaria um centro para o desenvolvimento da criatividade das crianças, de onde sairiam alguns dos mais ilustres representantes das artes plásticas do Paraguai. Em 1962, Lívio Abramo retornou ao Paraguai a convite do governo brasileiro para chefiar o Setor de Artes Plásticas e Visuais da Missão Cultural, o qual dirigiu até 1992, ano de sua morte. Não se pode subestimar a influência que a atua-

ção do brasileiro teve nos meios artísticos locais e, tampouco, o modo pelo qual a cultura paraguaia influenciou a produção de Lívio Abramo. Ademais, exerceu a função de eixo de articulação cultural entre as comunidades artísticas dos dois países por meio da realização de exposições de artistas brasileiros no Paraguai e de artistas paraguaios no Brasil.

Ao início dos anos 60, a Missão Cultural oferecia cursos de português e de artes plásticas, além da "Escolinha de Arte" para crianças e dos programas oferecidos na Faculdade de Filosofia. Em 7 de setembro de 1964, contando com a presença do Ministro da Educação brasileiro Flávio Suplicy de Lacerda, foi realizada a cerimônia de inauguração do "Colégio Experimental Paraguai-Brasil" (CEPB) cujo prédio foi construído pelo Governo brasileiro em terreno da Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção. O colégio introduziu novo modelo de ensino no Paraguai, sendo reconhecido, até hoje, como um dos principais de Assunção.

Em 1973, é assinado o Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural, atualmente em vigor. Ambicioso em seus objetivos e prático nos procedimentos que previa para alcançá-los, esse acordo também implicou a extinção da Missão Cultural Brasileira, substituída pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB), inaugurado no ano seguinte. Apontava, assim, para uma nova fase da cooperação bilateral, cujo objetivo seria o de consolidar e institucionalizar os resultados do período de intensa cooperação cultural das três décadas anteriores. Durante a década de 1970, o CEB, além de oferecer aulas de português, se tornou um centro de efervescência artística (com destaque para as artes plásticas, o teatro e a música), pois proporcionava um espaço a artistas paraguaios e brasileiros para o livre intercâmbio de ideias, para a experimentação estética e para a criação durante um período de repressão política.

Ao longo de mais de 40 anos de atividade, o CEB foi dirigido pelo Prof. Abelardo de Paula Gomes entre 1973 e 1990, e pelo Prof. José de Sousa Rodrigues, de 1990 até 2010, e, interinamente, pelo Prof. Aldo Solalinde desde então. Em 1998, o CEB foi uma das primeiras instituições de ensino de português como língua estrangeira a aplicar o exame Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), único certificado de proficiência em português reconhecido oficialmente pelo Brasil.

"Em 1962, Lívio Abramo retornou ao Paraguai a convite do Governo brasileiro para chefiar o Setor de Artes Plásticas e Visuais da Missão Cultural, o qual dirigiu até 1992, ano de sua morte. Não se pode subestimar a influência que a atuação do brasileiro teve nos meios artísticos locais e, tampouco, o modo pelo qual a cultura paraguaia influenciou a produção de Lívio Abramo."

A arquitetura ao longo da história do CEB

A Quinta Heyn, situada no cruzamento das avenidas Mariscal López e República do Peru, foi erguida no início do século XX pelo construtor sueco Carlos Rehnfeldt (que também foi responsável pelo edifício que abriga o Arquivo Nacional e o Museu de Belas Artes de Assunção) para servir de casa de campo para Hugo Heyn, brasileiro de origem alemã radicado no Paraguai. Foi o lar da célebre Anselmita Heyn, a primeira "Miss Paraguai" e inspiradora do poema "Endoso Lírico" de Manuel Ortíz Guerrero. O edifício foi construído em um só andar e organiza-se em torno de um espaço central, com galeria perimetral que serve de nexo entre este pátio e os cômodos interiores, constituindo o tipo denominado "casa de patios". Há elementos interiores típicos das casas coloniais do período hispânico-paraguaio, como um grande saguão central, flanqueado por dois grupos de cômodos. O sistema de construção também é típico da época, com alvenaria de tijolos portantes e tetos de chapas de zinco. O Governo brasileiro adquiriu a propriedade em 1973 e ali instalou a Missão Cultural Brasileira, logo convertida em Centro de Estudos Brasileiros. No edifício também funcionou a Escolinha de Arte, que influenciou a formação de toda uma geração de artistas plásticos. Para esse fim, a edificação foi adaptada, alterando-se o desenho original.

Entre 1994 e 1996, a quinta foi restaurada pelo Governo brasileiro com base nos desenhos originais. Apesar de haver sido mantida a cobertura do pátio central, que não constava no projeto original do edifício, a transparência do material usado conserva a sensação de um espaço aberto. A área interior foi recondicionada para criar espaços culturais e salas multiuso. Construiu-se ao lado um teatro moderno com capacidade para 300 pessoas - o Teatro Tom Jobim. Atualmente, o edifício é a sede do Centro Cultural da Embaixada do Brasil, espaço voltado para atividades artísticas, que se distingue do Centro de Estudos Brasileiros. Em 1997, foi aberta ali a Galeria Livio Abramo, onde estão expostas obras, ferramentas e fotografias do artista. Em 2010, foi inaugurada mostra permanente das obras da artista paraguaia Edith Jiménez, discípula de Lívio Abramo.

Na época da restauração da Quinta Heyn, foi erguido, no lado do terreno de frente para a rua Coronel Irrazábal, um edifício moderno para onde se transferiu a Chancelaria (escritórios) da Embaixada. O novo edifício foi inaugurado em 26 de junho de 1996, com a presença dos Presidentes de Brasil e Paraguai. De meados da década de 1970 até 1996, a Chancelaria da Embaixada funcionou em prédio localizado na rua 25 de Maio, esquina com General Aquino, adquirido em 1976 pelo Governo brasileiro. À época da compra, o edifício pertencia à família de Arturo Schaerer, proprietário do jornal "La Tribuna". Com a transferência da Chancelaria para o moderno edifício erguido ao lado da Quinta Heyn, foram instalados, no prédio da rua 25 de Maio, o Consulado-Geral do Brasil em Assunção e o Centro de Estudos Brasileiros. Em janeiro de 2010, foram iniciadas obras de reforma no edifício do CEB, concluídas na primeira quinzena de julho. O prédio atualmente conta com sete salas de aula, com tamanho médio de 30 m2, que são identificadas pelo nome dos principais

escritores brasileiros (Machado de Assis, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, etc.). Conta, também, com uma sala de professores, uma sala da direção, uma de contabilidade e administração e uma de secretariado. Ao lado da biblioteca Euclides da Cunha, que possui acervo de aproximadamente 8 mil volumes, os alunos e visitantes podem usufruir de amplo salão de leitura. Também foi inaugurada a cafeteria Vinícius de Moraes, com capacidade para quarenta pessoas sentadas.

O CEB e suas realizações

O Centro de Estudos Brasileiros é, atualmente, o principal centro de ensino de português como língua estrangeira em Assunção. Após a reestruturação curricular implementada entre 2010 e 2011, o programa de ensino foi estruturado em três ciclos - básico, intermediário e avançado -, cada um com dois níveis, e apoia-se em métodos audiovisuais e no acesso à internet. Utiliza a metodologia moderna e incorpora tópicos amplos (artes, temas da atualidade, etc.), em que se busca ressaltar não apenas o Brasil e suas características, mas também a inserção do país no mundo.

A nova estrutura curricular prevê oficinas de apoio para o aprimoramento do ensino da língua e do conhecimento da cultura brasileira. Estão em funcionamento os cursos de Historia da Arte Brasileira, Gravura, Linha e Cor, além de serem ocasionalmente oferecidos cursos de Teatro, Oficina da Fala e Oficina de Música. O número atual de alunos orbita em torno de 650, porém há uma demanda não atendida, especialmente para o curso intensivo ministrado aos sábados. Ademais, foram realizados esforços para consolidação do CEB como um espaço privilegiado da cultura brasileira em Assunção.

A organização de eventos culturais no Centro de Estudos, como o lançamento de quatro livros no âmbito das comemorações do Bicentenário (em 2012), contribui para a mudança de percepção do CEB como apenas uma escola de idiomas. A diversificação dos cursos e oficinas oferecidos também cumpre um papel salutar neste sentido.

Bibliografia

EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO. Edifícios da Embaixada. Disponível em <http://assuncao.itamaraty.gov.br/pt-br/edificios_da_e mbaixada.xml>. Acesso em 10 de abril de 2015.

FARINA, Bernardo Neri. El último Supremo - La crónica de Alfredo Stroessner. 4ª Edição. Assunção, Paraguai: El Lector, [2003]. 428 p. (Colección Líderes de La História del Paraguay, vol. 5)

NEPOMUCENO, Margarida. Lívio Abramo en Paraguay - Entretejiendo culturas. Assunção, Paraguai: Embaixada do Brasil em Assunção, 2013. 343 p.

Brasil / México

Centro Cultural Brasil-México

O Centro Cultural Brasil-México: quarenta anos de promoção do idioma e da cultura brasileira

O Centro-Cultural Brasil-México (CCBM) foi fundado em 1975, ainda como Centro de Estudos Brasileiros (CEB), sob os auspícios da Embaixada do Brasil no México. Suas primeiras instalações eram localizadas no antigo prédio da Embaixada localizado à Avenida "Paseo de la Reforma", a mais emblemática da Cidade do México. Mesmo após o terremoto de 1985, que comprometeu parte das salas e obrigou a mudança da Embaixada para outro endereço, o CCBM permaneceu na área ainda aproveitável do prédio até o ano de 2012, quando, em razão do comprometimento definitivo do edifício, foi transferido para sua sede atual, na Colônia Del Valle.

Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à coedição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; e à divulgação da cinematografia brasileira, além de outras formas de expressão cultural brasileira, como palestras, seminários e outros.

Desde sua fundação, há 40 anos, passaram pelos bancos do CCBM centenas de alunos de língua portuguesa e amantes da cultura brasileira. Hoje, cerca de 100 alunos frequentam o curso a cada trimestre.

O curso de língua portuguesa ofertado pelo CCBM é orientado a hispano-falantes, composto de 6 seis níveis de 72 horas cada um, com doze semanas por nível e seis horas por semana. O ciclo de estudos tem duração total de 432 horas ao longo de 2 dois anos. O curso contempla o desenvolvimento de códigos verbais, não verbais e culturais e tem objetivo de que os estudantes, ao terminar o programa, sejam capazes de interagir com falantes nativos nos domínios privado, público, profissional e educativo. O CCBM conta atualmente com 5 professores e 2 coordenadores-pedagógicos, também aptos a dar aula.

O plano de estudos do CCBM foi elaborado a partir das diretrizes estabelecidas pela Rede Brasil Cultural, a qual coordena o desempenho dos centros culturais do Brasil no mundo, por meio do Ministério das Relações Exteriores. Este plano de estudos se distancia dos modelos baseados no binômio língua-nação, ao reconhecer o português como uma língua pluricêntrica, e contempla os estudos das falas regionais, valoriza as expressões populares e as diferentes variantes da língua portuguesa.

O material usado em sala de aula é resultado de um projeto desenvolvido especificamente para o plano de estudos do CCBM, em colaboração com o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), uma iniciativa do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Trata-se de material próprio, que gira em torno da análise de eventos comunicativos autênticos, combinados com temas da História do Brasil e da Formação do Povo Brasileiro.

O desenho prevê um aluno ativo, em constante interação, capaz de capitalizar os recursos que lhe são oferecidos e a instituição em sua totalidade. O currículo leva em conta a existência da biblioteca especializada em português do Brasil, com 14 mil volumes, e agenda atividades culturais do Centro em correlação com o desenho curricular.

A biblioteca do CCBM é a maior do México especializada em autores brasileiros. Além de servir às necessidades dos alunos inscritos no curso de português da instituição, a biblioteca também é aberta ao público em geral, bastando o registro para que seja possível o empréstimo de livros e outros materiais, como filmes em formato DVD.

Detentor de um auditório com capacidade para 50 pessoas, além de salas contíguas capazes de abrigar exposições de artes plásticas e interativas, o CCBM vem promovendo agenda de eventos culturais que inclui enfoques sobre a literatura, o cinema, os grandes eventos esportivos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos 2016), além de temas acadêmicos, com especial destaque para a divulgação da antropologia brasileira, tema de especial repercussão no México em razão da tradição da antropologia mexicana e de seu interesse em conhecer o que se desenvolve na área nos outros países latino-americanos.

Nos últimos anos, o Centro Cultural Brasil-México tem desenvolvido uma série de projetos especiais para a divulgação da cultura brasileira. Realizado em 2012, 2013 e 2014, o Curso de Introdução aos Estudos Brasileiros transmite a dezenas de alunos aspectos sobre a História, o pensamento social, as artes plásticas, o cinema e a música do Brasil. Um Curso de Literatura Brasileira foi realizado em 2012, com módulos dedicados à poesia e à narrativa, em que se estudaram obras de autores brasileiros do porte de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Uma Oficina de Tradução, em 2013, dirigida por Paula Abramo, reuniu 20 participantes em sessões sobre tradução de prosa literária e de poesia. Nessa mesma área, o tradutor Alejandro García conduziu o evento “Exercícios de Tradução”, com base em textos de Vinicius de Moraes. O escritor brasileiro também foi homenageado, em 2013, com uma “maratona de leitura” de 4 horas, quando

alunos do CCBM leram, em português e em espanhol, e cantaram canções da obra de Vinicius de Moraes. Em 2012, obras brasileiras foram discutidas no Seminário de Tradução da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

Curso sobre "Aspectos históricos da Cachaça", realizado em 2012, ministrado pelo presidente da Academia Brasileira da Cachaça à época, Paulo Magoulas, reuniu mais de 30 interessados em conhecer mais sobre a aguardente típica do Brasil.

Palestras integraram, de modo frequente, a agenda de atividades do CCBM. Em 2013, o Centro Cultural recebeu o professor Marcelo Marinho, da UNILA, para proferir a palestra "Guimarães Rosa e a "autobiografia irracional": o enigma das Letras em Grande Sertão Veredas". Naquele mesmo ano, foi promovido evento sobre "Futebol e Sociedade no Brasil", com Fernando Segura, do Centro de Investigaciones Económicas de México.

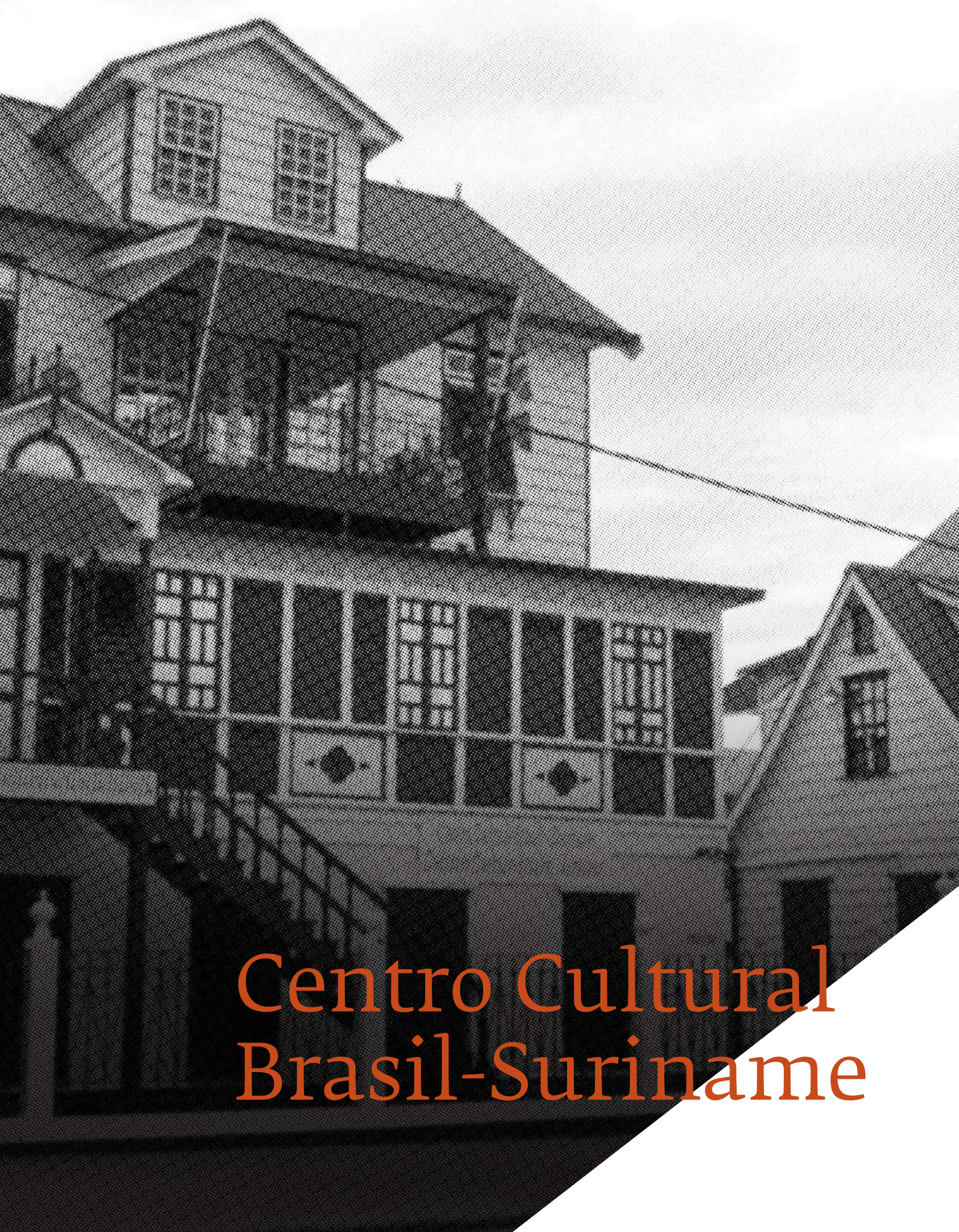
Na área do cinema, diversas atividades têm sido realizadas nos últimos anos, como o Curso de Cinema Brasileiro "Brasil en tiempo de Cine", de 2013, ministrado por Nelson Carro Rodriguez, diretor de programação da Cineteca Nacional do México. Naquele mesmo ano, foi promovido o Ciclo de Cinema "Brasil Mambembe" direcionado para alunos da Universidade Nacional Autónoma do México. Em 2014, o Ciclo de Cinema "O Brasil é uma Bola" exibiu produções brasileiras contemporâneas centradas em torno do futebol. Naquele mesmo ano, foi realizado ciclo em homenagem póstuma a José Wilker na Casa del Cine México, com mais de 120 participantes. O CCBM recebeu ainda o diretor de cinema Pedro Asberg para a exibição do documentário "Democracia em preto e branco", em 2014.

Atividades em outras áreas da cultura também estiveram presentes na agenda recente do Centro Cultural Brasil-México, tais como a Maratona de Desenho do Projeto "Loteria Mexicana y Brasileira", que estimulou designers a criar desenhos a partir de uma seleção de ícones da cultura brasileira.

Em 2013, acervo do CCBM foi levado para o Centro Cultural México Bicentenário, na cidade de Texcoco, a fim de integrar a exposição "El Brasil de Debret". No mesmo ano, a Exposição "Vinícius 100 anos: uma chama imortal", completou as homenagens ao poeta no Centro Cultural Brasil-México.

O CCBM também tem participado, com frequência, em feiras na Cidade do México, com a montagem de estande de divulgação de suas atividades e da cultura brasileira. A "Feria de las Culturas Amigas", pela qual passaram 1,3 milhão de pessoas, contou com a presença do CCBM em 2013, 2014 e 2015.

Brasil / Suriname



Centro Cultural Brasil-Suriname

Centro Cultural Brasil-Suriname: entidade difusora da língua portuguesa e da cultura brasileira no Suriname

Histórico do Centro Cultural Brasil-Suriname

O Centro Cultural Brasil-Suriname (CCBS), possibilitado pelo Acordo Cultural Brasil-Suriname de 22 de junho de 1976, foi inaugurado no dia 10 de outubro de 1983. A cerimônia de abertura foi realizada no Clube Ons Erf e contou com a presença do então Embaixador do Brasil no Suriname, Luiz Felipe Palmeira Lampreia, do Diretor do CCBS, o senhor José Carlos Araújo Lopes, além de alunos, professores e convidados. Em seu discurso, o Embaixador do Brasil exaltou a crescente amizade entre os dois países, fazendo menção específica à importância da criação de curso de português no país para aprimorar o entendimento entre o brasileiro e o surinamês.

Desde sua inauguração, o Centro Cultural tem contado com a simpatia da sociedade surinamesa, que passou a ter no CCBS nova fonte de oportunidades culturais. A participação da comunidade local nas atividades do CCBS comprova esse fato. O CCBS passou a ser entidade difusora da língua portuguesa e da cultura brasileira no Suriname, reforçando a relação bilateral.

Em abril de 2002, foi inaugurada nova sede do CCBS. O Centro Cultural passou a funcionar em complexo arquitetônico tombado como patrimônio histórico do Suriname, que foi devidamente reformado para atender às necessidades da instituição. O evento de inauguração contou com a presença do Secretário-Geral do Itamaraty, o Embaixador Osmar Chohfi, e do então representante do Brasil no Suriname, o Embaixador Ricardo Luiz Viana de Carvalho.

Ao longo dos últimos anos, as atividades de ensino da língua portuguesa foram expandidas e passaram a incluir a divulgação da cultura brasileira junto aos alunos. Essa evolução vai ao encontro da mudança conceitual ocorrida em 2008, quando os Centros de Estudos do Brasil no exterior passaram a ser oficialmente denominados Centros Culturais Brasileiros.

Estrutura do Centro Cultural

O CCBS localiza-se no centro de Paramaribo, em prédio com arquitetura tradicional, numa área que faz parte do patrimônio histórico da cidade. A localização é privilegiada, o que facilita o acesso de visitantes. As instalações físicas do CCBS incluem dois prédios e um terreno, que é útil para atividades externas. Há um salão no térreo do prédio principal, que é utilizado para realizar variados eventos, três amplas salas de aula, duas salas administrativas e uma copa.

O centro de informações e pesquisa à disposição do público inclui videoteca, discoteca e biblioteca com acervo variado de títulos.

Os dois edifícios do CCBS foram construídos entre o fim do século XIX e o início do século XX. O complexo foi tombado como Patrimônio Monumental do Suriname e registrado na lista oficial de Monumentos Nacionais. O conjunto tem características arquitetônicas coloniais inglesas e holandesas. Ambos os estilos coloniais caracterizam-se por apresentar formas simétricas e pelo uso predominante da madeira de lei, pintada nas cores branca nas paredes e na cor verde nas janelas, nas portas e nos ornamentos. Estilo arquitetônico semelhante pode ser encontrado em edificações de ex-colônias inglesas.

Atividades didático-pedagógicas

O CCBS oferece cursos regulares de língua portuguesa, em cindo níveis, cada qual com duração trimestral, o que se adapta ao ano escolar do Suriname. O Centro Cultural oferece, também, o curso preparatório para o exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-Bras).

Além dos cursos regulares, o CCBS oferece cursos especiais e intensivos gratuitos para servidores governamentais e militares. Promove, também, cursos para funcionários de empresas locais, técnicos e grupos diversos que, por força de programas de cooperação, devem frequentar cursos no Brasil ou mantêm contatos com brasileiros que se encontram no Suriname por ocasião da implementação de projetos.

Os cursos têm contado com a presença de funcionários dos Ministérios da Defesa (Exército e Marinha), Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca, Ministério dos Recursos Naturais, Corpo de Polícia, aeroporto, Assembleia Nacional, Departamento de Saúde Pública, Central de Inteligência e Segurança, Universidade do Suriname, Empresa Aérea do Suriname, SuriBraz (rede de acadêmicos que promove a cooperação científica e acadêmica entre Brasil e Suriname).

Dentro do curso regular, a média de matrículas varia de 150 a 250 nos cinco níveis por trimestre. Os cursos intensivos, ministrados sempre em abril/maio e agosto/setembro, tem a média de 30 a 50 matrículas. As aulas incluem a exibição de filmes e músicas brasileiras, para diversificar as formas de aprendizado e difundir a cultura brasileira.

O Centro Cultural conta, atualmente, com cinco professores com adequada formação e experiência para conduzir as atividades.

O Suriname é um país multicultural, onde convivem etnias distintas em harmonia. Essa característica local é refletida no corpo de alunos.

O número de alunos matriculados foi influenciado pela situação econômica do Suriname. Foi possível perceber, por exemplo, aumento do interesse pela língua portuguesa pela quantidade de estudantes que receberam bolsas de estudos do governo surinamês e, principalmente, pelo afluxo de turistas surinameses visitando o Brasil em período de desvalorização da moeda brasileira.

Outro elemento que contribuiu para o aumento desse interesse foi o início da transmissão de canais brasileiros no Suriname.

O crescimento da comunidade brasileira no Suriname, sobretudo a partir dos anos 1990, também contribuiu para aumentar a importância do idioma português no país. Verifica-se maior interesse pela compreensão oral da língua por parte dos alunos, uma vez que praticamente todos os inscritos têm, por diferentes motivos, contato regular com brasileiros radicados no Suriname.

Estudar no CCBS significa ter contato com elementos da cultura brasileira. O programa dos cursos inclui, além do estudo da gramática e do vocabulário, exercícios de cultura e história do Brasil, adaptados aos interesses específicos de cada turma.

Principais realizações na área cultural

No âmbito das atividades culturais desenvolvidas pelo CCBS, o cinema brasileiro teve destaque. Em 2014, por exemplo, foram realizadas sessões de cinema para os alunos com filmes como “O Palhaço”, “Central do Brasil” e o documentário “Quebradeiras de Coco”. Em 2013, foi realizado o “Festival do Cinema Brasileiro no CCBS”, com exibição de filmes nacionais legendados em inglês. Ainda em 2013, a exibição de filmes nacionais no cinema TBL, um dos principais de Paramaribo, contou com a participação de mais de 400 visitantes.

Em 2002, a mostra “Cinema Brasil”, realizada no Suriname, contou com a presença do consagrado diretor, documentarista e cineasta Walter Lima Jr., que proferiu palestra sobre o filme de sua autoria “A Ostra e o vento”, de 1997. As sessões de filmes apresentados - “A Ostra e o Vento, A Vida como Ela é, Bicho de Sete Cabeças e o Auto da Compadecida” - foram assistidas por expressivo número de convidados.

A área teatral também foi apoiada pelo CCBS, com a realização de eventos como “Contador de estória - Contos Tradicionais Brasileiros ou Estórias dos Tempos da Janambura”, em 2012, espetáculo de teatro com

fantoches, jogos de sombras e música, teve por objetivo aproximar as crianças brasileiras residentes no Suriname com a língua e a cultura nacionais. Naquele mesmo ano, foi apresentada a peça brasileira "Quarto de Estudante", pela Companhia Primeiro Ato Sociedade Artística de São Luis/MA, com público de 120 espectadores, entre alunos do CCBS e outros membros da comunidade local. Em 2010, uma "Oficina de Teatro, Música e Poesia no Aprendizado da Língua Portuguesa" contou com a participação do diretor de teatro Daniel Almeida.

O Centro Cultural Brasil-Suriname prestou relevante apoio à realização de eventos relacionados ao Brasil naquele país. Em 2013, apoiou o Carifesta XI – Festival de Artes do Caribe – realizado desde 1972 em diferentes países. Em 2012, organizou uma grande Festa Junina com participação ativa de cerca de 130 alunos da instituição. Naquele ano, participou, ainda, da "Feira dos Estudantes no Suriname", em que um estande do CCBS buscou divulgar a realidade brasileira, oportunidades de estudo e capacitação no Brasil, bem como as atividades letivas e culturais do CCBS.

O CCBS promoveu eventos relacionados a artistas brasileiros no Suriname. Em 2010, o Centro organizou a Exposição Fotográfica "Quilombolas" - Tradições e Cultura da Resistência, do fotógrafo André Cypriano, sobre as comunidades negras remanescentes dos quilombos no Brasil. As fotografias foram expostas no Museu do Fort Zeelandia, um dos principais pontos turísticos de Paramaribo.

As atividades musicais também marcaram presença no âmbito dos eventos organizados pelo CCBS. Em 2006, foi realizada a palestra musicada "Veredas da música brasileira e Show do Quinteto Violado e Nelson Latif in Concert", que contou a história de cem anos da música brasileira, traçando um paralelo entre o devir do povo brasileiro e o desenvolvimento de sua cultura. O evento incluiu reflexão sobre a situação da produção cultural brasileira no contexto internacional, e as várias outras tendências mundiais, da "tecno music" ao latin-jazz. O concerto apresentou uma viagem musical em um mosaico de composições das diversas regiões do Brasil.

Em 2012, o CCBS promoveu a participação do grupo "Choro Livre", de Brasília, na décima edição do Festival de Jazz do Suriname". Em 2009, o CCBS organizou o "Recital de música clássica em homenagem aos 50 anos do falecimento da morte de Heitor Villas Lobos", que contou com o solista de renome internacional, André Simão, especialista na obra do maestro, e mestrando em performance instrumental na Hochschule Für Musik, Nürenberg, Alemanha. O músico recebeu convite do diretor da Escola de Música do Suriname para ministrar workshop e recital para os alunos e professores. O evento ocorreu no âmbito das comemorações da Independência do Brasil.

Outros eventos musicais que foram apoiados pelo CCBS e que merecem destaque, em razão da repercussão que ocorreu no país: em 2009, show: "Tributo a Luiz Gonzaga", apresentado pelo Grupo Baião A7; também em 2009, "Show Marabeau: Brasil sem fronteiras", da cantora brasiliense Marabeau, que apresentou show com clássicos do jazz e blues americanos ao estilo MPB; em 2007, show "Batuque no quintal", workshop de violão e percussão organizado pelo Trio Raiz, formado pelos músicos Marcelo Godoy, Nelson Latif e Edson Gomes; em 2005, "Show Bossas Nossas", com Gil Rodriguez, professora de técnica de expressão vocal e piano suplementar na Universidade de Brasília e na Faculdade Dulcina de Moraes; em 2003, show "Trio Violonístico" com Nelson Latif, Fernando Corbal e Bosco Oliveira, com apresentação de chorinho com violão e cavaquinho.

Em 2004, para celebrar o encerramento do ano letivo do CCBS, foi realizado um concerto com o coral de meninos "Harmonie Boys Choir", coordenado pela renomada cavaquinista surinamesa Julia Boomsma. O concerto contou com a participação especial dos instrumentistas surinameses Robby Buth e Ernest Blijert, e do brasileiro Nelson Latif. Naquele mesmo ano, o show "Sentimientos Latinos en Suriname", organizado pela Fundação Latino-Surinamesa (Latinsur), foi realizado nas instalações do CCBS. Crianças de diferentes faixas etárias apresentaram danças e músicas latinoamericanas para mais de 200 pessoas presentes.

O Centro Cultural Brasil-Suriname realizou, também, diversas oficinas ao longo de sua história. Em 2004, artistas locais, após participarem de curso coordenado pelo artista plástico Dolino, ministraram uma oficina de criação de cartões para 25 crianças de orfanatos em Paramaribo. A decoração minuciosamente idealizada pelas crianças foi apreciada por muitos visitantes na exposição "Kresneti Karta", no Centro Cultural. Naquele mesmo ano, o "Curso de dança brasileira", ministrado por Moira Morroy, formada em dança pela Universidade Federal da Bahia, ensinou os primeiros passos do samba, com suas ramificações, e o movimento do axé aos surinameses.

Em 2013, o CCBS organizou oficina gastronômica de produtos amazônicos, que contou com a presença do chef Thiago Castanho, considerado um dos jovens expoentes da gastronomia brasileira, em especial da região amazônica. Além da oficina, o brasileiro preparou jantar exclusivo para sessenta convidados, dentre os quais, o então Vice-Presidente do Suriname, Robert Robert Ameerali. Também em 2013, o CCBS organizou o Segundo Evento Internacional de Capoeira no Suriname, ministrado por Fernando Baena (Mestre Banjo) e pelo Mestrando Luciano Rodrigues da Associação Internacional Mestiçagem de Capoeira, de Macapá. A interculturalidade se fez presente com representantes do Brasil, Suriname e Guiana Francesa na roda de capoeira. Além da oficina de capoeira, foi realizado o batizado com a troca de cordas.

Merece destaque a organização, em 2005, do "Workshop e Exposição de fotografia com Ricardo Chaves", conduzido pelo renomado fotógrafo brasileiro Ricardo Chaves, conhecido como "Kadão", no meio fotográfico, editor de Fotografia do Jornal Zero Hora em Porto Alegre.

O CCBS também auxiliou a realização de cursos voltados para a comunidade, a exemplo do "Curso de Culinária brasileira", ministrado em 2007 por Maria do Socorro, proprietária do "Restaurante da Socorro", que transmitiu, além das aulas práticas de cozinha, conhecimento histórico e geográfico sobre a origem de cada prato e suas particularidades regionais.

O CCBS foi palco de alguns encontros políticos importantes, a exemplo do encontro do então Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Amorim, com líderes e com membros da comunidade brasileira radicada no Suriname, em 2004. Além disso, em 2005, foi na sede do CCBS que ocorreram as Negociações do Grupo Consular Bilateral com a finalização dos acordos iniciados em fevereiro de 2004. No mesmo ano de 2005, o Presidente Lula utilizou o espaço físico do CCBS como escritório de apoio durante visita ao Suriname, para participar da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade Caribenha (CARICOM).

"Ao longo de mais de 30 anos de história, o CCBS recebeu numerosos alunos que vieram a ocupar posições de destaque na sociedade local. (...) Estudaram no CCBS Marcia Burleson, primeira mulher a ser eleita Secretária da Assembleia Nacional do Suriname, e Otto Ezechiels, que foi aluno premiado no CCBS e veio a tornar-se diretor do Banco Central do Suriname em 2010".

Personalidades locais que estudaram no CCBS

Ao longo de mais de 30 anos de história, o CCBS recebeu numerosos alunos que vieram a ocupar posições de destaque na sociedade local. Pelos cursos do Centro Cultural passaram os professores da Universidade Anton de Kom, Johannes (Hans) Breeveld e Samuel Polanen, este último também ex-Secretário-Geral do Banco Central do Suriname. Também estudaram no CCBS os diplomatas Ike Antonius, que, além de primeiro Embaixador do Suriname em Cuba, foi também Presidente do Conselho de Delegados da UNASUL, e Pearl Antonius Jr, que veio a fundar empresa de serviços de tradução e consultoria em diferentes idiomas, entre eles o português.

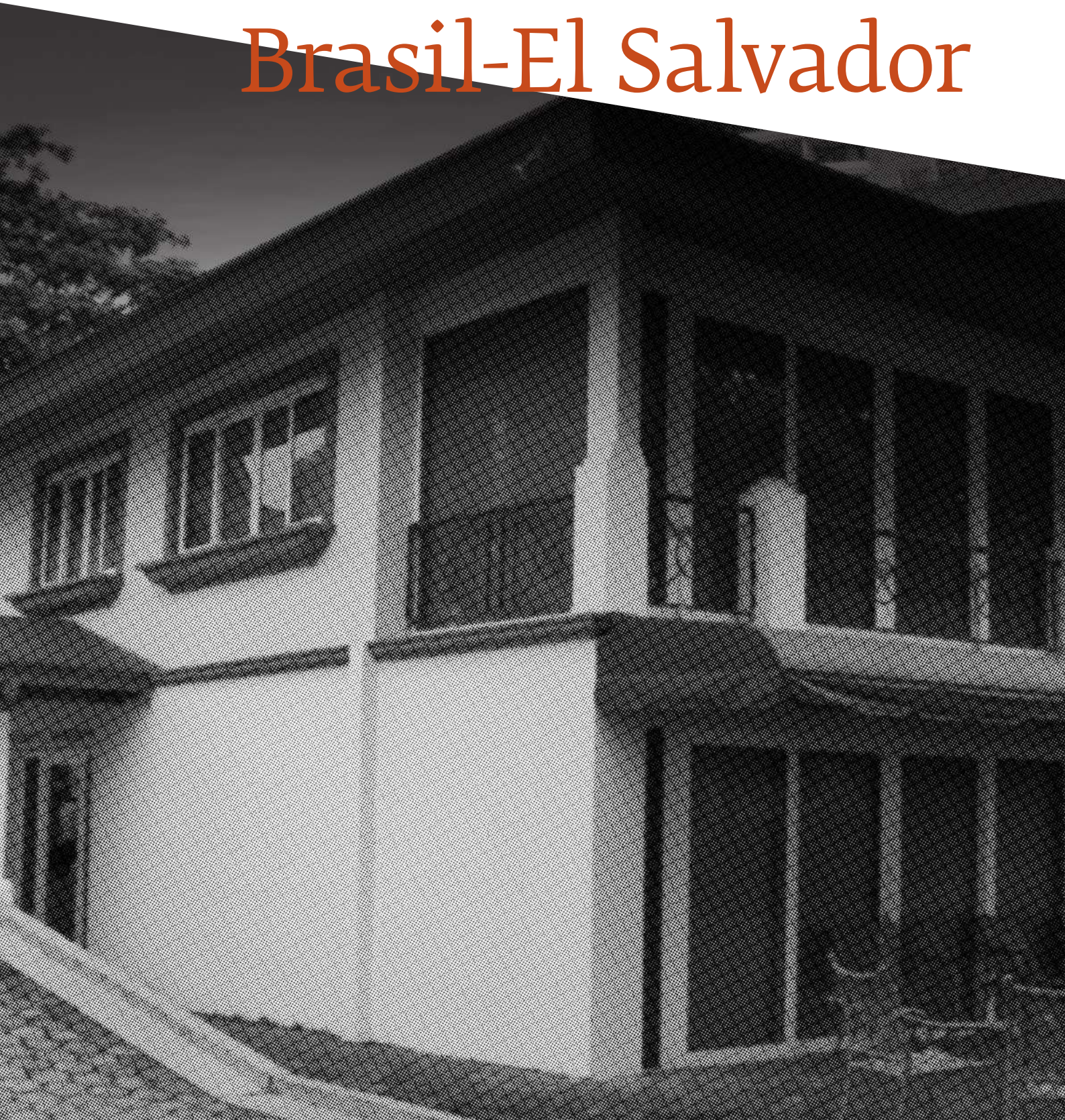
Importantes personalidades da política também passaram pelas salas do CCBS. A aluna Shirley Sitaldien foi Ministra da Educação do Suriname em 2012 e 2013. Miriam Naarendorp, participante assídua das atividades desenvolvidas pelo CCBS e aluna entre 2009 e 2012, é Chefe de Inspeção Farmacêutica do Ministério da Saúde do Suriname e representante na UNASUL nessa área. Estudaram no CCBS, ainda, Marcia Burleson, primeira mulher a ser eleita Secretária da Assembleia Nacional do Suriname, e Otto Ezechiels, que foi aluno premiado no CCBS e veio a tornar-se diretor do Banco Central do Suriname em 2010.

O grupo de alunos que ocuparam altos cargos públicos inclui, ainda, Joyce Dorothy Amarello-Williams, que foi Ministra do Trabalho, Desenvolvimento Tecnológico e Meio Ambiente do Suriname de 2006 a 2010; Otto Spong, ex-Chefe do Gabinete do Presidente da República do Suriname; Lothar Boksteen, que estudou no CCBS logo após a inauguração e ocupou cargos de Ministro da Saúde e do Trabalho do Suriname.

Também estudaram no CCBS Lilian Ferrier, defensora dos direitos da criança e do adolescente que desenvolve inúmeros projetos para implementar políticas de desenvolvimento social para gestantes, primeira infância, paternidade e violência doméstica; e Georgina Ineke de Miranda, conselheira jurídica da Organização para a Justiça e Paz, organização de direitos humanos do Suriname. O ator Borger Breeveld, aluno do CCBS em 2008, comanda programa na TV surinamesa e, em 1976, foi o protagonista do renomado filme WanPipel, de produção surinamês-holandesa.

Brasil / El Salvador

Centro Cultural Brasil-El Salvador



Centro Cultural Brasil-El Salvador: instituição de prestígio na sociedade local ao longo de quase três décadas de atuação

O Centro Cultural Brasil-El Salvador (CCBES), outrora denominado Centro de Estudos Brasileiros (CEB), foi criado em 1986, em plena Guerra Civil salvadorenha (1980-1992), com o objetivo de difundir o idioma português falado no Brasil, promover a cultura brasileira e estreitar os laços de amizade e de cooperação cultural entre os dois países.

A criação do Centro Cultural se deu na gestão do Embaixador Mário Dias Costa como representante brasileiro em El Salvador. Inicialmente, o CCBES funcionava nas dependências da antiga Chancelaria da Embaixada do Brasil, no velho Edifício La Centroamericana, situado na Alameda Roosevelt, na zona central de São Salvador. A sala tinha capacidade para apenas 10 alunos e somente havia uma turma e uma professora. No decorrer dos anos, a instituição funcionou em quatro locais diferentes, antes de fixar-se, em 2004, na sua sede atual, junto à Chancelaria da Embaixada, situada no Boulevard Sérgio Vieira de Mello, 132, antigo Boulevard del Hipódromo.

A atual sede do CCBES conta com cinco salas de aula. Três delas têm capacidade para 24 alunos, uma comporta 18 e, outra, que também funciona como sala de leitura, pode ser utilizada para 15 alunos. Além das cinco salas de aula, o CCBES conta com as seguintes divisões: recepção, sala de professores, biblioteca, contabilidade, direção, cozinha e cinco banheiros. O ambiente é climatizado, e todas as salas de aula estão equipadas com projetor, televisão, aparelho de DVD, som e laptop com internet. O corpo docente do CCBES está constituído por seis professoras, escolhidas por meio de processo seletivo, e que já receberam, pelo menos, uma capacitação do ensino de PLE.

A partir de 2012, percebeu-se aumento do interesse dos salvadorenhos pelo idioma português, e o número de estudantes, que oscilava entre 150 e 200 alunos, cresceu significativamente, havendo chegado, em 2014 e 2015, a 600 alunos. O corpo discente está formado por grupos heterogêneos, de diferentes faixas etárias, oscilando entre

15 e 65 anos. São universitários, profissionais, empresários, artistas, apresentadores de televisão e diplomatas locais ou de outros países.

Além dos cursos regulares de português, orientados para necessidades específicas do uso do idioma, o Centro Cultural realiza, há mais de quinze anos, a aplicação do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras). O Certificado tem influência significativa na construção de uma imagem internacional do Brasil e possibilita o intercâmbio cultural por meio da circulação de estrangeiros no país, sua eventual absorção no mercado de trabalho e nas universidades brasileiras. É crescente o número de estrangeiros interessados em obter a certificação de proficiência em língua portuguesa.

Ao longo dos 29 anos de sua existência, o CCBES vem mantendo e ampliando a sua presença no cenário cultural da capital salvadorenha, com o ensino sistemático da língua portuguesa variante brasileira, além da difusão da literatura e da cultura brasileiras. A instituição já promoveu exposições de artes plásticas, espetáculos musicais e teatrais, a distribuição de material informativo sobre o Brasil, a difusão da música erudita e popular, além de palestras e seminários sobre temas relacionados à cultura e atualidade brasileiras.

"Na sequência dos terremotos que afetaram El Salvador, em 2001, o CCBES organizou exposição e venda de quadros de pintores brasileiros e salvadorenhos, em prol das vítimas dos terremotos".

Entre 1995 e 2007, o CCBES estendeu suas aulas à "Escuela República de Brasil", atendendo a crianças de escassos recursos. A iniciativa foi suspensa devido à localização da escola em uma zona perigosa da capital, com alta incidência da delinquência oriunda da guerra entre gangues organizadas.

Em 1998, foi realizado ato cultural nas dependências do CCBES por ocasião da visita do então Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel, a El Salvador. Na mesma visita, o Vice-Presidente brasileiro inaugurou a Praça Brasília desta capital, onde foi erigido, sem qualquer ônus para o Tesouro Nacional, monumento de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. Naquele mesmo ano, foi inaugurada a Praça Paulo Freire, que foi projetada em parceria com a Escola de Escultura da Universidade de El Salvador.

Na sequência dos terremotos que afetaram El Salvador, em 2001, o CCBES organizou exposição e venda de quadros de pintores brasileiros e salvadorenhos, em prol das vítimas dos terremotos. O evento foi organizado em parceria com o Conselho Nacional para a Cultura e Arte (CONCULTURA).

Em 2003, foi realizada a exposição de máscaras salvadorenhas e carrancas brasileiras, evento organizado em parceria com a Iniciativa Pró-Arte Popular, conjugada com exposição de fotografias intitulada

"Una mirada a la Ciudad Amazónica de Belém", no "Museo Nacional de Antropología, Dr. David J. Guzmán - MUNA". No ano seguinte, houve apresentação da Escola de Samba "Rosas de Ouro", de São Paulo, no Estádio Cuscatlán, evento ao qual compareceram aproximadamente 100 mil pessoas. A Escola de Samba também se apresentou na cidade de São Miguel para um público de 60 mil pessoas, com a presença do Presidente Elias Antonio Saca. Entre outras apresentações, 5 mil pessoas conferiram o som da "Rosas de Ouro" na "Escuela República de Brasil".

Com o sucesso da iniciativa, em 2006, houve apresentação compacta da Escola de Samba "Mocidade Independente de Padre Miguel" pelas ruas do centro de São Salvador, durante os festejos do padroeiro da capital salvadorenha. Também foi realizada exposição de adornos de carnaval, "Alegoria Brasileira Carnaval do Rio", em parceria com a Escola de Samba da Portela e a Universidade Don Bosco, durante as comemorações da Semana de Ciência e Cultura", dedicada "Al Diálogo de las Culturas por la Convivência y la Inclusión".

Em 2010, teve lugar o "Projeto Alma Brasileira", que consistiu na realização de espetáculo do Trio Baru, composto pelos músicos brasileiros Nelson Latif, João Bosco e Rafael dos Santos, nos auditório da "Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, UCA", além de uma oficina de três dias nas instalações do CCBES.

Em conferência realizada pelo arquiteto salvadorenho Mauricio Arrieta Gálvez, em 2011, foi discutido o tema "Oscar Niemeyer, el Poeta de las Curvas", sobre a vida e obra do famoso arquiteto brasileiro, nas instalações do Centro Cultural. Em 2012, houve o Primeiro Ciclo de Palestras sobre Literatura Brasileira aos alunos do Centro Cultural, ministrado pela professora brasileira Junia Bernardes da Silva Schaefers.

A semana cultural brasileira, organizada em 2013, teve a participação dos alunos de todos os níveis do CCBES, que organizaram exposições e apresentações de dança, música, literatura, teatro, gastronomia e esportes das diferentes regiões brasileiras. No mesmo ano, foi significativa a realização da formatura dos alunos do CCBES nas instalações do Ministério de Relações Exteriores de El Salvador, por iniciativa da Chancelaria salvadorenha, em reconhecimento a convênio de ensino de português a alunos da academia diplomática deste país.

As quase três décadas de atividades de ensino e divulgação do Centro Cultural Brasil-El Salvador consolidaram a instituição não somente como instrumento valioso para a projeção do Brasil em El Salvador, mas também como marco expressivo da vida cultural e acadêmica da capital do país. Ao longo desse período, o CCBES passou a gozar de extraordinário prestígio em todas as camadas da sociedade salvadorenha, tanto na vertente do ensino do nosso idioma quanto nos esforços de divulgação da cultura brasileira em geral.

Brasil / Cabo Verde

Centro Cultural Brasil-Cabo Verde

Centro Cultural Brasil-Cabo Verde: referência da cultura brasileira no arquipélago

Origens (1986-1995)

O Centro Cultural Brasil – Cabo Verde, com sede na Cidade da Praia, foi oficialmente inaugurado em 27 de junho de 2008. Instalado em ampla casa no bairro residencial do Palmarejo, o CCB-CV tornou-se instituição de referência em Cabo Verde, tanto para a promoção da língua portuguesa quanto para a divulgação da cultura brasileira.

Não é possível contar a história do CCB-CV sem referir o Centro de Estudos Brasileiros (CEB), que, entre os anos de 1986 e 1995, funcionou nas dependências da Embaixada do Brasil em Cabo Verde, tendo desempenhado papel fundamental na promoção da cultura brasileira no país, poucos anos após a independência.

Em termos de instalações, o CEB não passava de duas salas no andar térreo da Embaixada. Na maior delas, uma pequena biblioteca oferecia ao público cabo-verdiano o contato com uma ampla gama de autores brasileiros, clássicos e modernos. Além da biblioteca, o CEB contava, também, no térreo da casa que ainda hoje abriga a Chancelaria brasileira em Cabo Verde, com um espaço onde se davam as sessões de cinema brasileiro, alimentadas por acervo enviado regularmente pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

A primeira Diretora do CEB foi a pprofessora brasileira Rosa Veloso, que, à frente do Centro entre os anos de 1986 e 1989, realizou um trabalho até hoje reconhecido e lembrado por antigos frequentadores. Segundo relato do bibliotecário Daniel Pires, que trabalhou sob a direção da professora por três anos, sua contribuição para o aprofundamento das relações Brasil – Cabo Verde foi inestimável. Além de todo o trabalho realizado no CEB – a exemplo da orientação dada a dezenas de jovens estudantes cabo-verdianos que, aprovados no Programa de Estudante-Convênio de Graduação, o PEC-G, viajavam pela pri-

meira vez para cursar o ensino superior no Brasil –, a professora Rosa Veloso deu aulas de literatura brasileira na então recém-criada Escola de Formação de professores do Ensino Secundário, na Praia.

O segundo Diretor do CEB foi o professor Carlos Moura, intelectual brasileiro com vasta experiência na cultura afro-brasileira. Entre 1990 e 1995, o professor deu continuidade ao trabalho iniciado pela professora Rosa Veloso, mas teve a dura tarefa de encerrar as atividades do Centro no segundo semestre de 1995. Naquela altura, todo o espólio do CEB foi doado à Biblioteca Nacional de Cabo Verde, em cujas estantes, ainda hoje, é possível encontrar exemplares de grandes obras da literatura brasileira.

Hiato produtivo (1995-2008)

No intervalo de 13 anos entre o encerramento do CEB e a inauguração do CCBCV, de 1995 a 2008, portanto, a Embaixada continuou trabalhando pela divulgação e pela promoção da cultura brasileira. Embora, em geral, não houvesse recursos para a realização de grandes eventos, a política cultural da Embaixada beneficiava-se do amplo interesse que os cabo-verdianos nutriam pelo Brasil desde muito antes de sua independência. Tal interesse refletia-se em convites a personalidades brasileiras para visitarem o país, por ocasião de festivais de música, literatura, cinema etc. Foi assim, por exemplo, que, em 1995, no auge de sua carreira, o rapper carioca Gabriel o Pensador visitou o arquipélago pela primeira vez. Em 1996, a coprodução "O Testamento do Senhor Napomuceno" foi rodada em Cabo Verde, com elenco misto (da parte brasileira, Nelson Xavier, Maria Ceiça, Chico Diaz, entre outros), a partir da obra homônima do escritor cabo-verdiano Germano Almeida. Naquele mesmo ano, a poeta capixaba Elisa Lucinda apresentou na Praia o espetáculo "O semelhante".

"É longa a lista de importantes quadros do Governo e da sociedade civil cabo-verdianos formados no Brasil. Desde a independência até os dias atuais, cerca de quatro mil estudantes de Cabo Verde foram formados em instituições de ensino brasileiras".

Outro marco importante nas relações culturais contemporâneas entre os dois países foi o começo da transmissão, pela Televisão de Cabo Verde – canal público criado em 1984 –, das telenovelas brasileiras, cujo impacto sobre o público cabo-verdiano tem sido objeto de diversos estudos acadêmicos. A exemplo de Luanda, onde o maior mercado popular se chamava "Roque Santeiro", em alusão ao personagem da novela de 1985, o maior mercado comercial de Cabo Verde, localizado na Cidade da Praia, foi batizado de Sucupira, em clara referência à cidade fictícia da novela "O Bem Amado" (1973).

Durante o período de "entressafra" – depois do CEB e antes do CCB-CV –, centenas de jovens cabo-verdianos continuaram seguindo anualmente para o Brasil, no âmbito dos Programas de Estudante-Convênio de Graduação e de Pós- Graduação, para dar continuidade à sua formação acadêmica. Antes do embarque para o Brasil, os estudantes tinham de fazer parada obrigatória na Embaixada, para obtenção do visto de entrada no país. Nessa ocasião, esclareciam dúvidas e recebiam as primeiras orientações dos funcionários do Setor Educacional.

Das primeiras "levas" de estudantes, ainda na década de 1980, sairia o ex-Primeiro-Ministro do País, José Maria Neves, formado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Sairia também uma das mais importantes cientistas políticas de Cabo Verde, Roselma Évora, que fez toda sua formação superior na Universidade de Brasília. É longa a lista de importantes quadros do Governo e da sociedade civil cabo-verdianos formados no Brasil. Desde a independência até os dias atuais, cerca de quatro mil estudantes de Cabo Verde foram formados em instituições de ensino brasileiras.

Os primeiros anos do CCB-CV (2008-2013)

Voltemos ao Centro Cultural Brasil – Cabo Verde propriamente dito. Sua criação insere-se no contexto mais amplo da política africanista dos Governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), durante os quais a política externa brasileira empreendeu grandes esforços visando o adensamento das relações com o continente africano. A inauguração do CCB-CV contou com as presenças do então Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Amorim, e da então Embaixadora do Brasil em Cabo Verde, Maria Dulce Barros. A Direção do Centro foi confiada à professora Marilene Pereira, que ainda desempenha essa função, com devoção e entusiasmo.

Ao definir o local de instalação do Centro Cultural, foi preciso proceder a algumas adaptações. A obra mais importante foi a transformação da área da piscina numa excelente sala de cinema, com todo o equipamento necessário para a realização das sessões semanais de cinema brasileiro, que logo se transformariam numa das mais importantes atividades regulares do CCB-CV. De 2008 a 2014, foram quase 200 projeções, que contaram com público variado – de personalidades políticas a grupos de ex-estudantes no Brasil; dos alunos regulares do CCB-CV a estrangeiros curiosos em acompanhar os últimos lançamentos em matéria de cinema brasileiro.

Em Cabo Verde, ainda é grande a carência de salas de cinema. Atualmente, na capital, há somente duas, mas, na época em que o CCB-CV abriu as portas, a única sala então existente encontrava-se desativada. Apenas o Instituto Cultural Francês e o Centro Cultural Português promoviam, ocasionalmente, sessões de filmes. Nessa perspectiva, foi bastante grande o impacto que a oferta das sessões semanais pelo CCB-CV representou para o cenário cultural da Praia.

O bairro do Palmarejo, onde se localiza o Centro Cultural, testemunhou rápido crescimento nos últimos dez anos, tendo se tornado uma área importante da cidade, onde está instalado, por exemplo, o principal campus da Universidade de Cabo Verde, a Uni-CV. As vias de acesso ao Palmarejo, no entanto, não são propriamente acessíveis a amplas camadas da população, o que levou a Direção do CCB-CV a lançar, em 2012, o projeto "Cinema na rua", que desde então tem levado literalmente, e com ampla receptividade do público, o cinema brasileiro para os bairros periféricos da capital.

Outra iniciativa que se destacou logo no primeiro ano de funcionamento do Centro Cultural foi a organização das chamadas "oficinas de verão". Todos os anos, durante o período de férias escolares, nos meses de julho e agosto, o Centro Cultural tem aberto as portas para que centenas de crianças e adolescentes se entretenham com oficinas de reciclagem, decoração, hip hop, percussão, samba, escrita criativa, culinária brasileira, entre outras. A procura pelas oficinas é tamanha, que houve anos em que a equipe do Centro precisou estendê-las por mais uma quinzena.

"Artistas do mundo do circo também encontram as portas do CCB-CV sempre abertas. Não poderia ser diferente, uma vez que as próprias Diretora e Coordenadora do Centro Cultural – Marilene Pereira e Maria Aparecida Varela – formaram, no início da década de 1990, a primeira dupla de palhaços de Cabo Verde."

No campo da música, além das aulas regulares de piano, violão e canto, o CCB-CV vem apoiando a vinda de dezenas de músicos brasileiros a Cabo Verde. Desde 2008, numa lista não exaustiva, podemos citar as apresentações de Adriana Calcanhotto, Alcione, Diogo Nogueira, Fafá de Belém, Paula Fernandes, João Bosco, Giana Viscardi e Renata Jambeiro. No âmbito do Kriol Jazz Festival – um dos mais importantes eventos do calendário cultural do país, considerado, por revistas especializadas, um dos melhores festivais de jazz do mundo –, o CCB-CV vem prestando apoio tanto financeiro quanto de curadoria, na indicação de músicos como Lenine, Yamandú Costa, Chico César, Leo Gandelman e Céu.

Em 2009, a Cidade Velha da Ribeira Grande de Santiago, antiga capital, considerada o "berço da cabo-verdianidade", recebeu o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Era a primeira vez que Cabo Verde conquistava esse título. Em 2010, ocupava a Presidência rotativa do Conselho do Patrimônio da UNESCO o então Ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira. Coube a ele, no mês de junho daquele ano, em viagem oficial a Cabo Verde, entregar ao Governo o diploma de Patrimônio Mundial da Humanidade. Na ocasião, a fim de celebrar os 550 anos da descoberta de Cabo Verde e os 35 anos de sua independência, o Ministério da Cultura brasileiro, em parceria com o CCB-CV, realizou uma grande festa na Praia da Gamboa, cujo ponto alto foi a apresentação da cantora Daniela Mercury, para público estimado de 35 mil pessoas, em show classificado

como "histórico" pela imprensa local. Nos dias prévios ao espetáculo, funcionários do Centro Cultural trabalharam dia e noite com a equipe de produção vinda do Brasil. Naquela altura, com apenas dois anos de vida, o CCB-CV já era identificado como "a casa da cultura brasileira em Cabo Verde" – o primeiro lugar procurado por artistas, amadores ou profissionais, produtores e membros do Governo e da sociedade civil, nacionais ou estrangeiros, em busca de parceria para a realização dos mais variados projetos culturais.

No ano seguinte, o grande acontecimento ficaria a cargo do grupo de teatro mineiro Maria Cutia, que iniciava por Cabo Verde, no mês de março, uma turnê pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), patrocinada pelo Departamento Cultural do Itamaraty. Um grupo de palhaços roqueiros que, ao longo de 30 dias, fizeram cantar e dançar um público estimado em 12 mil crianças nesses cinco países. Em Cabo Verde, coube ao CCBCV, mais uma vez, ocupar-se da agenda e da produção do grupo: desde a organização dos espetáculos (foram quatro no total, para cerca de 5 mil crianças), até o oferecimento de uma oficina brincante nas instalações do Centro Cultural, além de entrevistas para a TV e rádios locais.

Já se falou em cinema, música e teatro, mas não é só. Moda e artesanato também têm tido espaço no Centro Cultural. Por três anos seguidos, foram organizadas oficinas de artesanato voltadas especialmente para mulheres cabo-verdianas que tiram seu sustento dessa atividade. Em 2012, por exemplo, dezenas de artesãs de diferentes Conselhos da ilha de Santiago receberam capacitação do grupo Retalhos Cariocas, do Rio de Janeiro. O trabalho consistiu em ensinar-lhes técnicas para a produção de bijuterias com base em materiais como tampas de garrafa, pedaços de pano, cordões de metais, entre outros. Frequentadora dessas oficinas, a artesã Maria Ivonilde, especialista em patchwork, conseguiu, graças à profissionalização do trabalho, abrir seu próprio ateliê, tendo se tornado uma das referências em produção de artesanato de qualidade em Cabo Verde.

Artistas do mundo do circo também encontram as portas do CCB-CV sempre abertas. Não poderia ser diferente, uma vez que as próprias Diretora e Coordena-

dora do Centro Cultural – Marilene Pereira e Maria Aparecida Varela, ambas mineiras de Belo Horizonte, radicadas há décadas no país – formaram, no início da década de 1990, a primeira dupla de palhaços de Cabo Verde. Durante anos, Torresminho e Pipoca percorreram as ilhas levando a arte circense para milhares de crianças cabo-verdianas. Em 2012, o ator brasileiro Luiz Carlos Vasconcelos, interpretando o "Palhaço Xuxu", realizou duas apresentações do espetáculo "Silêncio Total", na Cidade da Praia e no Mindelo, no contexto do Festival Mindelact, tradicional evento internacional de teatro de Cabo Verde, cuja primeira edição data do ano de 1995. Ainda na ilha de São Vicente, sempre com apoio do Centro Cultural, o artista realizou oficina de interpretação de palhaços para atores, colaborando com o compromisso do CCB-CV de buscar estender ao máximo possível suas atividades para além da capital, geralmente mais bem servida de ofertas culturais.

"Vale mencionar o projeto 'Mala Literária'. Uma equipe de professores do Centro Cultural viaja pelo interior da ilha de Santiago realizando sessões de contação de histórias, inspiradas na técnica transmitida pelo grupo "Costurando Histórias", em visita que fez a Cabo Verde, em 2011. Após as sessões, cada criança é estimulada a retirar um livro da Mala Literária, para ler e recontar a história escolhida."

No campo da literatura, o Centro Cultural abriga uma biblioteca com catálogo sortido, que vem sendo ampliado ao longo do tempo, seja por meio de material enviado pelo Departamento Cultural, seja por meio de doações institucionais e de pessoas físicas. Universidades, editoras, escritores – são muitos os parceiros do CCB-CV nessa tarefa. Entre as atividades regulares de promoção da leitura e do livro, vale mencionar o projeto "Mala Literária", que consiste no empréstimo de centenas de livros infantis e infanto-juvenis para crianças de escolas básicas de Santiago. Uma equipe de professores do Centro Cultural viaja pelo interior da ilha realizando sessões de contação de histórias, inspiradas na técnica transmitida pelo grupo "Costurando Histórias", em visita que fez a Cabo Verde, em 2011. Após as sessões, cada criança é estimulada a retirar um livro da Mala Literária, para ler e recontar a história escolhida.

Por ocasião do centenário de nascimento de Jorge Amado, em maio de 2012, o Centro Cultural programou uma série de iniciativas em homenagem a esse que é, talvez, o mais conhecido e admirado escritor brasileiro em Cabo Verde. Em parceria com a Câmara Municipal da Praia, foram apostos sinais

com a inscrição "Jorge Amado esteve aqui" nos locais da cidade visitados pelo escritor, por ocasião de sua visita ao país, em 1986. Hoje, passados três anos dessa iniciativa, esses sinais continuam intactos, como a imortalizar os passos percorridos pelo escritor brasileiro, em sua memorável visita a Cabo Verde. O "Ciclo de Cinema Jorge Amado" exibiu cinco filmes baseados em seus romances, enquanto a conferência "Vida e obra de Jorge Amado" atraiu, para o auditório do CCB-CV, importantes personalidades do meio acadêmico e cultural de Cabo Verde.

Logo nos primeiros anos, o CCB-CV firmou-se como equipamento cultural dinâmico, precisando de pouco tempo para se tornar amplamente conhecido pelos cabo-verdianos. Além de cursos regulares de música, dança e pintura, o Centro Cultural oferece ao público um telecentro com sete computadores conectados à Internet banda larga ilimitada. Embora em Cabo Verde a Internet e as telecomunicações em geral sejam de boa qualidade, ainda é significativo o número de pessoas que não dispõe de computadores ou smartphones com acesso à rede. Assim, o telecentro do CCB-CV veio a contribuir com os esforços empreendidos pelo Governo cabo-verdiano para a inclusão digital.

O ensino da língua portuguesa

Como se sabe, entre os principais objetivos da rede de Centros Culturais Brasileiros no exterior, destaca-se o ensino da língua portuguesa em sua variante brasileira. Em Cabo Verde, como nos demais PALOPs, contudo, o caminho trilhado pelos CCBs nessa matéria seria um pouco diferente. Afinal, é de se imaginar que, em países lusófonos, onde o idioma é ensinado nas escolas, o público interessado em aulas de língua portuguesa se restringisse à comunidade internacional residente.

De fato, nos primeiros anos do CCB-CV, o recorte foi este: de um lado, os cursos de português atraíam os estrangeiros residentes em Cabo Verde, que precisavam aprender o idioma para o pleno desempenho de suas funções no país; de outro lado, as demais atividades organizadas pelo Centro Cultural tinham público-alvo mais amplo, formado por crianças, jovens e adultos, de todas as nacionalidades.

Em 2008, ano em que o CCB-CV abria suas portas, Cabo Verde foi graduado como "País de Rendimento Médio". O fato acarretaria muitas consequências ao arquipélago, e uma delas teria impacto sobre a comunidade internacional residente no país. Houve uma redução significativa no número de estrangeiros à procura dos cursos

regulares de língua portuguesa, na mesma proporção em que se via diminuída a intensidade dos projetos de cooperação internacional em Cabo Verde.

Coube à equipe do Centro Cultural, sob a direção criativa da professora Marilene Pereira, a tarefa de prospectar outros grupos – quem sabe menos "ao alcance da vista" – que pudessem se interessar pela aprendizagem da língua portuguesa em Cabo Verde. Não foi preciso muito tempo para que dois projetos deslanchassem, ambos com grande êxito.

O primeiro, "Projeto de Integração em Língua Portuguesa", fruto de parceria com a Fundação Donana, levou a equipe de professores do CCB-CV à prisão de São Martinho, maior centro penitenciário de Cabo Verde, para ensinar a língua portuguesa a dezenas de presidiários estrangeiros, em sua maioria oriundos de países africanos francófonos ou anglófonos, além de cabo-verdianos que cresceram nos Estados Unidos, sem familiaridade com a língua. Ao longo de quase dois anos, entre 2013 e 2014, dezenas de detentos aprenderam a falar, ler e escrever em português.

O segundo projeto consistiu na alfabetização de jovens imigrantes da Guiné-Bissau, que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola em seu país de origem, e que, na chegada a Cabo Verde, costumam enfrentar dificuldades de inserção no já restrito mercado de trabalho local, além de constrangimentos dos mais diversos tipos. Com apenas três meses de curso regular de língua portuguesa, em 2013, mais de 50 imigrantes guineenses se despediram do CCB-CV sendo capazes de se comunicar, ler e escrever em português.

CELPE-Bras: uma guinada

Em março de 2014, caberia ao Centro Cultural Brasil – Cabo Verde a tarefa de sediar curso de capacitação oferecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para o credenciamento de todos os Centros Culturais brasileiros na África como Postos Aplicadores do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, o CELPE-Bras. Para compreender a dimensão das mudanças que estavam por vir, é preciso primeiro esclarecer o que é o CELPE-Bras e qual a importância de sua aplicação em Cabo Verde.

O CELPE-Bras é conferido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em teste padronizado de português, desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil. Desde 1998, o exame é aplicado no Brasil e em outros países, com o apoio do Itamaraty. Internacionalmente, é aceito em firmas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa e, no Brasil, exigido pelas universidades para ingresso de estrangeiros em cursos de graduação e em programas de pós-graduação.

Com a publicação, em março de 2013, do novo Decreto que passaria a regular o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), os estudantes provenientes dos PALOPs já não estavam mais isentos da obrigatoriedade de apresentação do Certificado de Proficiência em língua portuguesa. A partir de 2015, todos os candidatos a uma vaga em Insti-

tuição de Ensino Superior no Brasil teriam de apresentar o CELPE-Bras por ocasião da inscrição no PEC-G. Em Cabo Verde, país que ocupa há anos o primeiro lugar em número de candidatos inscritos e aprovados no âmbito do Programa, tal novidade não passaria despercebida.

O curso de capacitação promovido pelo INEP, em parceria com o Departamento Cultural do MRE, veio, portanto, atender a demandas feitas primeiro pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, a DPLP, seguida pelos próprios CCBs, cientes que estavam da repercussão que a publicação do novo Decreto do PEC-G teria em seus respectivos países. Se o CELPE-Bras se tornava obrigatório, era fundamental que os CCBs pudessem aplicar a prova, garantindo, assim, a continuidade dos excelentes números de inscritos no PEC-G todos os anos.

O curso de março de 2014 permitiu também a reunião, pela primeira vez, dos diretores dos seis Centros Culturais Brasileiros no continente africano: os cinco instalados nos PALOPs (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), mais a África do Sul. Ao longo de uma semana, os diretores puderam trocar experiências, impressões e perspectivas sobre o trabalho a ser desenvolvido, à luz da novidade que a aplicação do exame significava.

Para o CCB-CV, o credenciamento como Posto Aplicador do CELPE-Bras representou uma verdadeira guinada em sua orientação pedagógica. A partir daquele momento, os cabo-verdianos se tornavam o público-alvo também em matéria de ensino da língua portuguesa. As centenas de jovens que buscavam o Centro Cultural – seja por telefone ou por Internet, no caso daqueles residentes em outras ilhas, seja presencialmente – para o esclarecimento das mais variadas dúvidas relativas ao PEC-G, à matrícula nas universidades e à instalação no Brasil, passariam, agora, a

buscar o CCBCV também para aulas de português, com vistas a garantir um bom desempenho no CELPE-Bras.

Os cursos regulares seriam mantidos, mas a eles seriam acrescidos cursos intensivos – aplicados na capital e no Mindelo –, voltados especificamente para os candidatos ao CELPE-Bras. Vencidas as primeiras resistências, a metodologia desenvolvida pelos formuladores do exame viria a calhar em Cabo Verde, onde a convivência da língua portuguesa com a língua materna, o crioulo cabo-verdiano, não tem se dado sem tropeços e tensões. Os professores do Centro Cultural têm sido unânimes na avaliação de que a abordagem interdisciplinar e o tipo de material utilizado no CELPE-Bras têm contribuído de forma significativa para a superação de dificuldades crônicas que os jovens cabo-verdianos costumam apresentar em sua relação com a língua portuguesa.

A primeira aplicação do exame se deu ainda em abril de 2014, em caráter experimental, poucos dias após ocredenciamento. A partir de outubro daquele ano, o Centro Cultural conseguiu garantir junto à DPLP recursos para aplicação da prova em dois pólos: um na Praia, na ilha de Santiago, outro no Mindelo, na ilha de São Vicente, evitando, assim, que a região Norte do arquipélago ficasse "descoberta", tendo em conta as dificuldades de mobilidade interilhas.

Se é verdade que o credenciamento como Posto Aplicador do CELPE-Bras tem representado, nesses primeiros anos, um enorme desafio para o Centro Cultural Brasil – Cabo Verde – tanto ao nível logístico, quanto ao nível de formação e contínua capacitação de seus quadros –, é igualmente verdadeiro que este fato constituiu-se como marco para uma redefinição pedagógica que deverá garantir ao CCB-CV um lugar de destaque no âmbito do ensino da língua portuguesa em Cabo Verde.

Perspectivas contemporâneas

As relações culturais entre Brasil e Cabo Verde existem antes mesmo de ambos os países existirem como nações independentes. Trata-se de um vínculo histórico tão profundo, com desdobramentos tão vastos, que naturalmente escapam ao escopo do presente trabalho. Considerando essas relações, no entanto, não seria exagerado supor que os cabo-verdianos estão entre os povos do mundo que mais e melhor conhecem a cultura brasileira e por ela mantêm o interesse mais duradouro. Desse modo, a abertura do CCB-CV em 2008 veio atender a uma demanda em relação ao Brasil que, nesse pequeno país arquipelágico africano, é permanente.

Nos primeiros anos de funcionamento, o CCB-CV tornou-se instituição de referência no campo da cultura em Cabo Verde. Intelectuais, artistas e produtores cabo-verdianos têm no Centro Cultural um parceiro preferencial. Também por órgãos do Governo – de Ministérios a Fundações, passando pelos canais de rádio e televisão públicos –, o CCBCV éconstantemente procurado. Da mesma maneira, do Brasil são frequentes as consultas e os pedidos de apoio: artistas que querem apresentar seus trabalhos em Cabo Verde; produtores que tencionam filmar no país ou mesmo localizar parceiros cabo-verdianos para determinados projetos; além, é claro, dos estudantes que pleiteiam uma vaga em instituição de ensino superior no Brasil.

O Centro Cultural já contabiliza mais de oito anos de vida, tendo sido os cinco primeiros voltados, sobretudo, à produção, organização e realização de atividades culturais dos mais variados tipos (cursos, oficinas, espetáculos etc.). Embora o ensino da língua portuguesa tenha estado sempre entre as prioridades do CCB-CV, o período de instalação do Centro Cultural coincidiu com um momento de "retirada" de muitos projetos de cooperação internacional de Cabo Verde, e, consequentemente, do público estrangeiro potencialmente interessado nos cursos de língua portuguesa ali ofertados.

Outra coincidência, no entanto, promoveria uma espécie de "correção de rumos" do ensino da língua portuguesa no Centro Cultural Brasil – Cabo Verde: o seu credenciamento, em 2014, como Posto Aplicador do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros. A partir daí, o CCB-CV passaria a trilhar um novo caminho no campo do ensino da língua portuguesa em Cabo Verde.

Nesse sentido, será essencial o aprofundamento das relações do CCB-CV com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado na cidade da Praia. Criado em 2002, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Instituto é um instrumento para a gestão comum da Língua Portuguesa, responsável por promover um contato mais estreito entre os países e suas equipas técnicas, permitindo a a execução de uma política linguística consensuada. A relação com o IILP é um elemento que diferencia o CCB-CV de seus demais congêneres, pois apenas em Cabo Verde poderá um Centro Cultural beneficiar-se de maneira tão automática das atividades, discussões e programas realizados pelo IILP. O CCB-CV tem colaborado intensamente com atividades acadêmicas e culturais com o IILP, de modo a apresentar-se, em certa medida, como um parceiro privilegiado e um "laboratório de ensaio" para os projetos a serem organizados pelo IILP.

Do mesmo modo, o CCB-CV tem atuado em parceria com a Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), principal instituição de ensino superior, por intermédio do Leitorado brasileiro na Universidade. Desse modo, a leitora brasileira pode beneficiar-se da estrutura do CCB-CV para atividades de extensão universitária voltadas à divulgação da língua e cultura brasileiras. Em conjunto com o Leitorado, já foram organizados ciclos de cinema temáticos, palestras especializadas e atividades culturais para a a comunidade acadêmica. Para além disso, vislumbra-se uma aproximação entre o copro docente do CCB-CV e o Departamento de Línguas da UNI-CV, de modo a permitir trocas de informações e experiências em domínios como formação de professores, linguística e tradução.

Ressalta-se, desse modo, que apesar de já haver percorrido um profícuo caminho na promoção da cultura brasileira em Cabo Verde, o CCB-CV tem ainda um belo trabalho no campo do idioma pela frente. Nos próximos anos, sem descuidar das atividades culturais que constituem parte importante de sua atuação, o Centro Cultural deverá priorizar ações voltadas para o ensino e promoção da língua portuguesa em sua variante brasileira. Por meio de parcerias e de projetos próprios, o CCB-CV buscará estabelecer-se também como espaço de referência para o debate, ensino e o aperfeiçoamento do idioma, cumprindo, assim, plenamente seu propósito de promover e difundir a língua portuguesa e a cultura brasileira em Cabo Verde.

Brasil / Nicarágua

Centro Cultural Brasil-Nicarágua

Centro Cultural Brasil-Nicarágua: um marco na difusão da língua e da cultura

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) de Manágua foi criado em 1987/88. Teve o funcionamento interrompido por um certo período e, em 1992, foi reaberto com novo nome - Centro Cultural Brasil-Nicarágua (CCBN) -, com objetivos de difundir o idioma português falado no Brasil e de promover a cultura brasileira no exterior.

A primeira diretora do CCBM foi a professora Carmen Vargas. Na reabertura, em 1992, o cargo de direção foi assumido pelo professor José Antônio Carlos David Chagas. Já nessa ocasião, o CCBN tinha prestígio junto a autoridades, intelectuais, artistas, imprensa, meios de comunicação em geral, formadores de opinião, marcando forte presença no cenário cultural e artístico nicaraguense.

A partir de 1995, o CCBN passou a se responsabilizar pelos programas de intercâmbio de estudantes (PEC-G e PEC-PG), servindo de elo com a comunidade universitária e estudantil, realizando eventos culturais de relevância, não só na capital, mas em outras cidades do país. Como consequência de seu papel na operação dos programas de intercâmbio, em 1998 foi aplicado o primeiro exame para obtenção do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS) em Manágua.

No período de 2004 a 2005, o CCBN teve como diretora a professora Giovanna Carranza. De 2008 a 2011, o Secretário Hugo Lorenzetti Neto, da Embaixada do Brasil, assumiu as funções de Diretor. De 2011 a 2013, o Secretário Carlos Henrique Pissardo assumiu a responsabilidade. A partir de julho de 2014, a professora Aline Lund foi nomeada diretora.

O Centro Cultural realiza atividades semestrais com apresentação de música brasileira, shows, espetáculos de dança, bailes de carnaval, festas juninas, exposições de artes plásticas e de artesanato, além de festivais de filmes brasileiros. Houve, no passado, interação com a Universidade Centroamericana (UCA), Universidade Nacional de Ingenieria (UNI) e Universidade Nacional Agrônoma (UNA) para o estabelecimento de programas de cooperação bilateral na área educativa.

O CCBN está instalado no edifício contíguo ao da Embaixada do Brasil em Manágua, na estrada "Panamericana Sur" Km 7 ¾, na Quinta Los Pinos. O CCBN possui uma sala ampla para atendimento de estudantes e uma biblioteca com 3,8 mil títulos e 604 vídeos, que foi reorganizada em 2007, com a catalogação das obras dentro dos critérios internacionais. A biblioteca está aberta para consultas pela comunidade brasileira, estudantes de português como língua estrangeira e ao público em geral, de segunda a sexta-feira. Após ampla reforma no auditório do CCBN, esse passou a funcionar como sala de audiovisual. Há, ainda, uma sala de professores, três salas de aula, banheiros e cozinha. Com a ampliação da demanda pelo ensino da língua portuguesa, desde 2009, o CCBN utiliza o auditório e a área destinada à Galeria de Arte também passaram a ser utilizados como salas de aula.

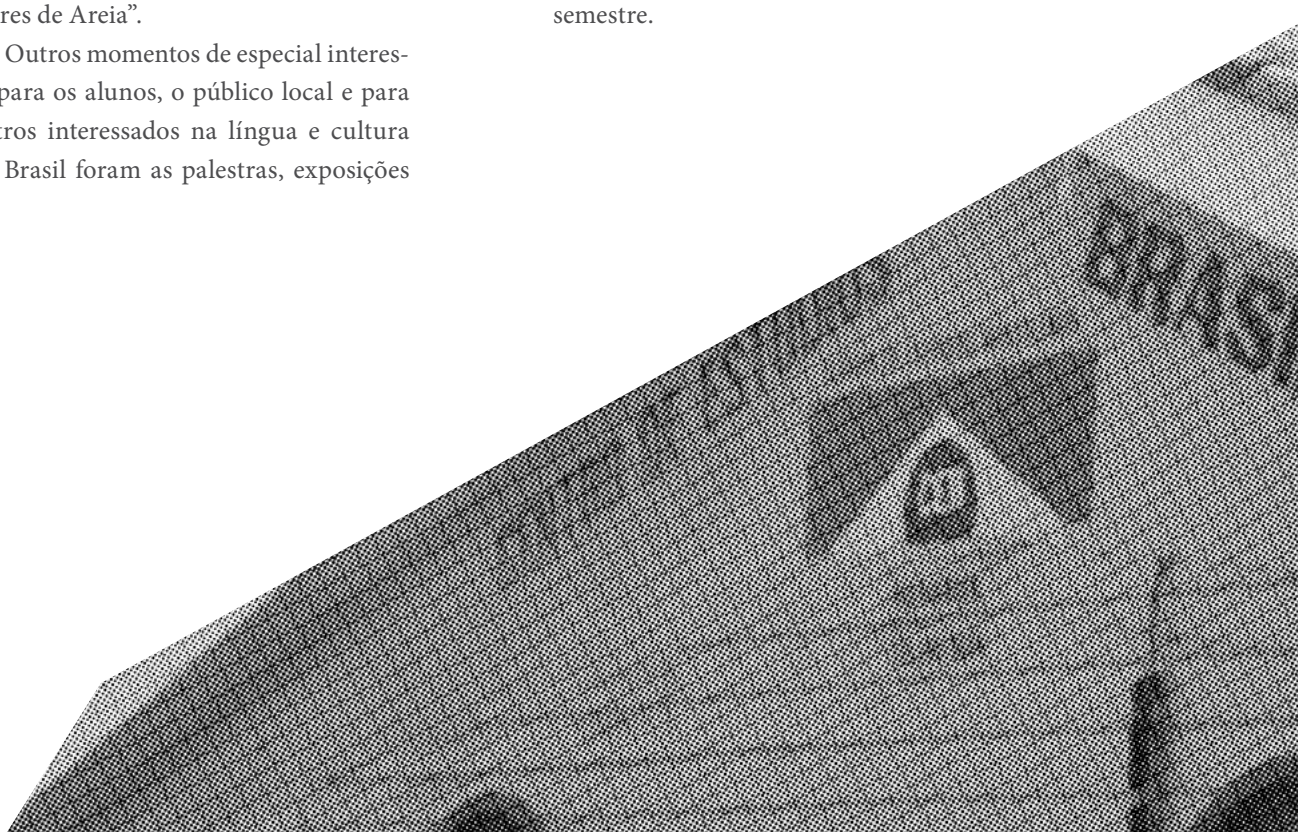
Foram muitas as atividades realizadas ao longo desses mais de 25 anos de presença do CCBN no país, nas áreas cultural e educacional, tais como a organização de exposições de artes visuais, recitais de poesia, espetáculos teatrais e participação em feiras de livros; distribuição de material informativo sobre o Brasil; difusão da música erudita e popular brasileira; divulgação cinematográfica brasileira; organização de palestras e seminários sobre temas diversos envolvendo o Brasil, sua produção literária, história e atualidades - todas com ampla repercussão nos meios culturais nicaraguenses.

Uma das principais realizações nas áreas educacional e cultural foi a reativação da Galeria de Arte da Embaixada do Brasil, reinaugurada com importante exposição de gravuras brasileiras, com obras de Renina Katz, Carybé, Volpi, Fayga Ostrower, Burle Marx, dentre outros. Outra atividade de notável sucesso foi a realização do Primeiro Grande Baile de Carnaval Brasileiro, promovido pela Embaixada do Brasil e organizado pelo CCBN, no Hotel Inter-Continental, com o conjunto Som Brasil.

Muitas outras atividades foram realizadas pelo CCBN, tais como a exibição do filme "Dois filhos de Francisco", no Terceiro Festival Cinematográfico do Grupo Latino-americano e do Caribe (GRULAC). Na quarta edição do mesmo Festival, houve a exibição do filme "Mulheres de Areia".

Outros momentos de especial interesse para os alunos, o público local e para outros interessados na língua e cultura do Brasil foram as palestras, exposições de artesanato - uma delas do artista plástico Fernando Botega -, as festas juninas, além da participação do CCBN e de representantes do setor comercial da Embaixada do Brasil em Feiras nacionais e internacionais ocorridas na Nicarágua - oportunidades nas quais o Brasil divulga sua produção industrial, acadêmica e cultural. Outra ocasião importante foi a seleção de Leitor Brasileiro para atuar na Nicarágua durante quatro anos, oportunidade em que a professora Patricia Nakagome ocupou a função.

Em 2015 e 2016, o CCBN tem recebido, em média, cerca de 300 alunos por semestre.



Brasil / Guiné-Bissau

Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau

Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau: testemunha da história e símbolo da amizade entre os países

O Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau (CCBGB) foi fundado numa época em que as unidades da Rede Brasil Cultural eram conhecidas como Centros de Estudos Brasileiros (CEBs). O CEB em Bissau começou a funcionar em período experimental em abril de 1987 e foi oficialmente inaugurado em 29 de junho de 1988. Sempre funcionou no imóvel próprio nacional que também abriga as edificações da Residência Oficial e da Chancelaria.

No período experimental, ocupou o espaço deixado livre pela transferência da Residência para casa nova, concluída havia pouco. Já a inauguração oficial ocorreu nas novas instalações, construídas especialmente para o Centro Cultural, ao lado das instalações anteriores, que passaram a abrigar a Chancelaria da Embaixada. O referido imóvel situa-se em local nobre da cidade, onde a Av. Francisco Mendes, defronte à Residência e ao Centro Cultural, conflui com a Av. dos Combatentes da Liberdade da Pátria, a mais importante da capital, e forma a praça da Assembleia Nacional Popular, cenário, ontem e hoje, de importantes acontecimentos da história do país, que o Centro Cultural tem acompanhado diretamente.

A criação do Centro deu-se no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a Guiné-Bissau em 18 de maio de 1978. O então Centro de Estudos tinha como objetivos precípuos a promoção da língua portuguesa, a divulgação da cultura brasileira e o fortalecimento do intercâmbio educacional e cultural entre as partes. Para alcançá-los, o CEB promovia cursos de língua portuguesa e literatura brasileira, a divulgação do cinema e do teatro brasileiros e a orientação e inscrição dos candidatos guineenses aos Programas PEG-G e PEC-PG.

Há poucos registros detalhados e completos dos primeiros anos de atividade do então CEB Bissau. A Guerra Civil que assolou a capital guineense de junho de 1998 a maio de 1999 impôs a evacuação da Embaixada e a completa incineração dos arquivos, à exceção dos

maços pessoais dos funcionários contratados localmente. Graças a esses maços remanescentes foi possível resgatar um pouco da história da primeira década de existência do CEB, marcada, desde o início, por uma relação intensa e frutífera com o país, e com a capital em particular, e pela vivência de momentos dramáticos que amalgamaram a história do Centro Cultural à da cidade.

Sabemos que o então CEB, situado, como referimos, defronte a uma das principais praças de Bissau, dispunha de bom espaço físico e contava, então, com duas salas de aula, auditório para até cem pessoas, biblioteca, cantina e banheiros. O primeiro Diretor foi o professor Arnaldo Lima, que era coadjuvado pela Senhora Elisa Lima, secretária e, posteriormente, também professora, e ainda pelo auxiliar administrativo Ozires Pinheiro, responsável pela Biblioteca e pelo Centro Audio Visual (CAV), como era chamado o auditório. Além dos cursos de língua portuguesa, ministrados pelo professor Arnaldo, o CEB oferecia também atividades ligadas à alfabetização infantil, a cargo da professora Elisa.

Sabemos também que, desde sua abertura ao público, tanto a Biblioteca quanto o CAV foram sempre muito frequentados, demonstrando o acerto da iniciativa brasileira em criar o Centro. A Biblioteca, de acesso gratuito, era uma das poucas existentes no país, e embora com acervo inicial modesto, de menos de mil títulos, conquistou público fiel. Os dados disponíveis registram então um público médio diário de 50 leitores, o que perfaz a média mensal de mil atendimentos. Também o CAV afirmou-se entre o público local, e mantém-se, desde a inauguração, e com breves interrupções, como a única sala de cinema do país com programação semanal regular. Nos referidos maços pessoais, resgatamos as informações de que por volta de três mil espectadores de cinema eram mensalmente aguardados, o que demandava grande cuidado na supervisão da logística e segurança das numerosas sessões.

O Programa PEC-G também desempenhou, desde o início, importante elo entre o Centro Cultural e a sociedade guineense. A primeira turma de alunos guineenses selecionados pelo programa partiu para o Brasil logo no início dos anos 80.

Artur Silva, ex-Ministro da Educação, e, até 24 de agosto de 2015, Conselheiro Especial do então Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, fez parte dela e relembra com alegria os anos passados no Brasil. Além dele, muitas outras figuras de destaque na sociedade local formaram-se no Brasil. No Governo que exerceu funções entre julho de 2014 e agosto de 2015, havia sete Ministros ou Secretários de Estado "brasileiros", ou seja, que estudaram no Brasil ao abrigo dos programas PEC-G ou PEC-PG, entre os quais a então Ministra da Educação Nacional, Maria Odete Semedo. Não há dados compilados dos anos anteriores a 1998, mas a partir de 1999 e até 2012, aproximadamente mil guineenses formaram-se no Brasil ao amparo do Programa. Pode-se dizer que o PEC-G é a atividade de cooperação mais duradoura e profícua estabelecida entre os dois países.

Em 1991, foi criado o Prêmio Literário José Carlos Shwartz, como forma de promover jovens escritores guineenses. Idealizado em homenagem ao cantor e poeta guineense José Carlos Shwartz, o referido prêmio literário é sabidamente o

único concedido até hoje na Guiné-Bissau. Foi oferecido anualmente desde sua criação até 1997. A guerra civil de 1997/98 causou a descontinuidade da premiação, que viria a ser retomada em 2009.

Em março de 1998, o CEB-Bissau, possuía: a) Curso de Alfabetização em Português, com 25 crianças guineenses matriculadas; b) Curso de Português para adultos com cerca de 50 alunos, em sua maioria médicos, enfermeiros e funcionários do Hospital de Pneumologia Raoul Fallereau-Comunitá de San Egidio, c) Curso de História da Literatura Brasileira, com 76 estudantes, em sua maioria bissau-guineenses; e d) a Biblioteca, cuja frequência havia subido para a média de 140 pessoas por dia e que era constituída, em geral, de professores e estudantes que ali iam em busca de livros didáticos e científicos (inexistentes nas demais bibliotecas e escolas de Bissau).

Guerra Civil

Com a eclosão da guerra civil, em junho de 1998, a Embaixada e, consequentemente, o Centro Cultural interromperam as atividades. Em agosto, com o acirramento dos combates, o Embaixador Residente, os funcionários do Quadro do Serviço Exterior e os contratados locais brasileiros tiveram que ser evacuados e o "compound" permaneceu fechado até julho de 1999. A guarda dos bens móveis e imóveis da Embaixada foi entregue ao auxiliar administrativo Ozires Pinheiro, que, como já referido acima, trabalhava no CEB havia alguns anos. De nacionalidade brasileira, o Senhor Ozires havia-se radicado em Bissau após contrair núpcias com cidadã guineense. Durante a guerra, tendo permanecido em Bissau com a família, demonstrou grande espírito público ao enfrentar situações dramáticas para resguardar o patrimônio brasileiro. Deixou um breve relato escrito das situações que vivenciou na Embaixada durante os meses em que perdurou o conflito, cujo valor simbólico é importante resgatar, e, por sua bravura, foi condecorado com a Ordem do Rio Branco.

"Ao final do conflito, mesmo na situação de calamidade em que se viu mergulhado o país, o patrimônio brasileiro permaneceu resguardado e relativamente intacto, como símbolo do respeito que ambos os lados da guerra tinham para com o Brasil. Apesar das circunstâncias, a guerra civil serviria para sedimentar, de forma indelével, as relações de abertura, amizade e cooperação que, desde o início, caracterizaram a interação do Centro Cultural e da Embaixada com o povo da Guiné-Bissau."

É preciso lembrar que Bissau foi o principal campo de batalha da guerra, que opôs o então Presidente Nino Vieira à Junta Militar comandada pelo General Ansumane Mané. O Presidente Nino manteve posições dentro da área urbana da cidade - o Quartel-General da Fortaleza da Amura, o Palácio Presidencial e demais estruturas de Segurança e Defesa, enquanto os militares da

Junta dominaram posições que se confirmariam como estrategicamente mais importantes: a saída Leste, pela colina do Cumerê, onde há um quartel, e a saída Norte, que dá acesso ao aeroporto e aos quartéis do resto do país. Com isso, a cidade de Bissau ficou no meio das linhas de tiro das forças rebeldes, que buscavam as posições governistas aí situadas. Quem pôde, evadiu-se da cidade, a grande maioria para o interior do país e outra parcela, para o exterior. Os que tiveram que ficar, procuravam refúgio onde era possível.

A Embaixada, embora fechada, acabou por ser refúgio e abrigo para centenas de cidadãos da cidade que não tiveram meios de fugir. Mesmo se os muros e portões tivessem podido oferecer grande resistência, o afluxo de refugiados teria sido inevitável. O CEB e a Embaixada já se tinham tornado referência para os cidadãos de Bissau e os brasileiros que viviam no país. Seus muros baixos e seus portões, tantas vezes abertos, sinalizavam, ainda que involuntariamente, possibilidade de acolhimento, que o Senhor Ozires proporcionou com os meios disponíveis. Havia água e combustível, artigos raros naquelas circunstâncias. Nos momentos em que se desencadeavam os combates, as pessoas se abrigavam na casa de máquinas da piscina, sob a estrutura da caixa d'água do CEB, no seu auditório, ou ainda na garagem da Residência, apesar da pouca proteção que essas instalações ofereciam. Quando os combates cessavam, algumas pessoas voltavam para suas casas, mas a maioria permanecia.

Há muitas passagens emocionantes no relato do Senhor Ozires Pinheiro, que a Embaixada pôde corroborar mediante testemunhos de contratados locais que vivenciaram a guerra e que continuam trabalhando na Embaixada. Dois deles, Santo Ialá, copeiro da Residência desde 1976, e o motorista José Mariano Gomes Có levaram as famílias para o interior, mas, em demonstração de grande amizade pelo Brasil, regressaram ao compound, onde permaneceram durante toda a guerra. A solidariedade desses guineenses propiciou ao Senhor Ozires inestimável apoio no trato com aqueles que buscavam abrigo e respaldo nas tensas entrevistas que foram mantidas com militares de ambos os lados, quando estes invadiam o perímetro do próprio nacional. A presença dos funcionários e demais civis guineenses dentro do compound, mesmo sob intenso fogo cruzado, foi fundamental para que a Embaixada pudesse atravessar relativamente incólume os meses de combate. Outro fator foi mesmo a sorte, pois foram imensos os riscos incorridos. Muitas representações diplomáticas, como as dos Estados Unidos, Rússia, China e França, situadas em área ainda nova da cidade, a caminho do aeroporto, não escaparam à violência dos combates e dos saques que se seguiam.

O Senhor Ozires registrou, por exemplo, que "o povo corria de um lado para outro, os refugiados também e era um fluxo de idas e vindas. O povo, sem rumo, não tinha para onde ir e era um Deus nos acuda." Ele narra que muita gente procurava a Embaixada para obter informações e ajuda. No final de setembro de 1998, a falta de medicamentos, alimentação e a própria tensão da guerra foram aumentando o número de mortos; os combates recrudesceram e os refugiados voltaram à Embaixada: "peço ajuda à Cruz Vermelha, que atende, mas a ajuda foi roubada, o PAM nos atendeu, fico só com centenas de pessoas; outra vez em pânico, novamente em desespero por tudo - a piscina está entupida, tenho medo de epidemia - chamo o corpo de Bombeiros Humanitários. Entretanto cai uma bomba na Embaixada, na parte do CEB, sorte nossa não explode, chamo agora o pessoal da Marinha para desativá-la e agradeço a Deus, pois havia mais ou menos 80 crianças conosco no momento em que caiu esta bomba."

Mais adiante, ele narra as dificuldades com as tropas senegalesas trazidas pelo Presidente Nino, que ficaram aquarteladas na escola municipal vizinha à Embaixada: "Em dado momento, era uma afronta manterem-se os geradores e fornecer luz para a Embaixada com a cidade praticamente às escuras, fui ameaçado, por negar luz aos soldados aquartelados em uma escola pública, bem ao lado da Embaixada. Depois disto, resolvi desligar os geradores." E conta que "canhões montados na praça em frente à Embaixada eram um alvo para a resposta, para as bombas lançadas, e nós aqui mesmo! Todo o edifício tremia ao lançamento e ao retorno das bombas." Recordando esses fatos, os funcionários Santo Ialá e José Mariano Có contaram que todos precisavam estar constantemente atentos ao sibilar produzido pelas bombas antes de atingirem o solo, para tapar os ouvidos e evitar ter os tímpanos rompidos pelos estrondos, como havia acontecido com muitos.

No final do ano de 1998 os combates amainaram e o Embaixador brasileiro, residente em Dacar, pôde fazer rápida visita a Bissau para atualizar os pagamentos e dar algumas orientações. O Senhor Ozires relata também a visita de delegados da CPLP e uma visita que fez ao então Primeiro-Ministro guineense, a convite deste. Os refugiados começaram a se retirar, a Embaixada ensaiou um retorno à normalidade, com limpeza e corte de fios elétricos danificados. Mas, "de repente, outro acordo é violado, e novamente a guerra reacende, com bombas a cair por todo lado, somadas à pilhagem, roubos, um horror. Assalto às casas comerciais e residenciais. Era o dia 31 de janeiro de 1999, se não houver falha de memória. O tempo vai passando e o desespero e a aflição e o mal-estar se instalam de novo".

Em maio, verificam-se os últimos combates, com a Junta Militar rebelde na ofensiva, avançando na direção do Palácio da Presidência: "Novamente, centenas de refugiados em busca da Embaixada do Brasil à procura de abrigo e proteção, mas, desta vez, foi muito mais dramático, pois a guerra passou por aqui, com tropas do Governo mantendo cinco canhões aí mesmo na praça, e soldados da Junta fazendo o cerco. Alguns soldados do Governo invadiram as áreas da Embaixada, fugindo da intensidade dos combates, ficamos então acuados entre dois fogos, vi quando soldados do Governo pularam o portão principal e forçaram os carros da Embaixada a ligar para a arrancada de fuga rápida, mas não deu certo, os carros não pegavam. Temi pela vida, pois, se fosse visto, por certo estaria morto. Nesta altura, a Junta também estava aqui dentro metralhando os governamentais, o portão é testemunha viva pois marcas não lhe faltam, este foi o pior momento, o metralhar por todos os lados. Um dos soldados avisou os refugiados que deviam sair para a rua de baixo, e foi uma correria sem fim, com um jovem cego no meio disto tudo. A Embaixada foi atingida em vários pontos, foi assim durante o dia e a noite, nesses momentos a frente de batalha era mesmo aqui." A Senhora Odete Lacerda, auxiliar administrativa que continua a trabalhar na Embaixada, conta que, várias vezes, se abrigou sob a caixa d'água do CEB com os três filhos, hoje adultos e todos formados no Brasil. Ela conta também que, após o conflito, ajudou a recolher a grande quantidade de cápsulas de balas e projéteis, de variados calibres, que caíram no perímetro da Embaixada, suficientes para encher um galão de tinta de 25 litros.

Mas, depois, "veio o dia seguinte, o pipocar já era menos intenso, a onda havia passado, com seu rastro de sangue e morte, principalmente ali na praça. Fizemos uma avaliação do prejuízo - vidros das janelas e portas, tudo arrebentado, e constatamos serem poucos, em relação ao que se passou." Ao final do conflito, mesmo na situação de calamidade em que se viu mergulhado o país, o patrimônio brasileiro permaneceu resguardado e relativamente intacto, como símbolo do respeito que ambos os lados da guerra tinham para com o Brasil. Foi o prestígio que aqui goza nosso país, que fez com que, apesar de invadirem o perímetro da Embaixada, tanto as Forças Armadas de Nino Vieira, quanto as de Ansumane Mané deixassem intocado o patrimônio nacional. Desse modo, apesar das circunstâncias, a guerra civil serviria para sedimentar, de forma indelével, as relações de abertura, amizade e cooperação que, desde o início, caracterizaram a interação do Centro Cultural e da Embaixada com o povo da Guiné-Bissau.

Desativação e Retomada

Com o fim da guerra e a reativação da Embaixada, as atividades do CEB foram paulatinamente retomadas. Mas já então suas estruturas - salas de aula, biblioteca e salão de leitura, banheiros e copa/cozinha, telhado e calhas de escoamento de águas pluviais - apresentavam-se degradadas, não só pela ação do tempo, mas também pelos estragos causados pela guerra. Em 2005, o CEB foi parcialmente desativado, mantendo-se apenas algumas sessões de cinema, sob o comando do devotado servidor Ozires da Silva, e o acolhimento e encaminhamento dos candidatos dos Programas PEG-G e PEC-PG.

Em 2008, sob a tutela do então Chefe do Posto, Embaixador Jorge Geraldo Kadri, foi elaborado um cronograma de atividades para o último quadrimestre do ano, tendo como ponto de partida as informações disponíveis sobre eventos realizados pelo Centro Cultural datadas de 1997, e, ainda naquele ano, concluiu-se a reforma das instalações. Deu-se, assim, a retomada das atividades da unidade, que coincidiu com a mudança do nome do Centro, que passou a chamar-se Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau (CCBGB). A nova designação ocorreu de forma simultânea em todos os Centros Culturais mantidos pelo Departamento Cultural do Itamaraty e tinha o objetivo de enfatizar o papel ampliado que tais centros vinham ocupando no cenário cultural de suas respectivas cidades, ao passarem a acolher igualmente manifestações culturais do país anfitrião, em acréscimo às atividades tradicionais de ensino da língua portuguesa e divulgação da cultura brasileira.

O Centro Cultural conta, desde então, com uma agenda repleta de atividades culturais, lançamentos de projetos e atividades de formação, ateliês, entre outras atividades formativas. Entre as principais atividades nessa nova fase que se seguiu à inauguração do CCBGB, vale destacar o festival "Bissau Canta Brasil" e o Prêmio Literário José Carlos Shwartz de Conto e Poesia, que presta homenagem ao grande artista nacional e é conferido pela Embaixada desde o ano de 1991. O objetivo deste projeto, no âmbito da Promoção da Língua Portuguesa, é premiar textos inéditos, escritos por guineenses em língua portuguesa, residentes na Guiné-Bissau ou no exterior. Além de prêmios em dinheiro, os vencedores são agraciados com a publicação de seus textos. No ano de 2014, o Prêmio contou com a participação de 70 integrantes, num recorde de inscrições. Outra atividade realizada pelo CCBGB é o programa de rádio "Momento Brasileiro", que vinha sendo transmitido todas as sextas-feiras, na Rádio Sol Mansi. O "Momento Brasileiro" veicula músicas brasileiras e notícias sobre o Brasil.

Com a reinauguração em 2008, ao lado das atividades de cunho marcadamente cultural, houve também a retomada das atividades de ensino da língua portuguesa. O primeiro passo foi a abertura de edital de seleção para contratação de professores, preferencialmente com graduação no Brasil. Como resultado, foram contratadas inicialmente duas professoras. Hoje, o CCBGB conta com sete professores. A cada novo ano letivo são ministrados cursos gratuitos de Língua Portuguesa e de Literatura e Cultura Brasileira, que atendem cerca de 900 alunos.

O CCBGB dispõe de amplo espaço físico e conta com auditório, telecentro de inclusão digital, biblioteca, salas de ensino de português e uma arena para concerto ao ar livre. O Auditório, com uma capacidade para cem lugares, abriga exibições semanais de filmes brasileiros, constituindo também um espaço para reuniões, seminários, lançamentos de livros. A Biblioteca conta hoje com um acervo de cerca de 8.500 títulos, entre livros técnicos, dicionários, gramáticas e literaturas brasileira, lusófona e universal.

Além de ser o principal veículo das atividades de cooperação bilateral no campo da educação e da cultura, as reformas e investimentos feitos a partir de 2008 sedimentaram a importância do CCBGB no dia-a-dia da sociedade local.

Bibliografia

Maço pessoal: Ozires Pinheiro
Telegrama nº 068 de 14/06/1988
Maço pessoal: Arnaldo Lima
Maço pessoal: Elisa Lima
Maço pessoal: Claudiany Pereira
Dossiê: Centro Cultural Brasil Guiné Bissau/SIGPLAN/Centros Culturais Brasileiros.
Relatório de atividades do CCBGB - 2008

Testemunhos dos funcionários do Posto:
Glória Maria dos Reis Fortes (Auxiliar Administrativa)
Claudiany Pereira (Ex-Diretora)
Odete Lacerda (Auxiliar Administrativa e Secretária do Chefe do Posto)
José Mariano Có (motorista)
Santo Ialá (copeiro)

Brasil / Moçambique

Centro Cultural Brasil-Moçambique

Centro Cultural Brasil-Moçambique: entre saravás e sia-vumas

"E um círculo de braços
Negros, amarelos, castanhos e brancos
Aos uivos da quizumba lançada ao mar
Num amplexo a electrogéneo
Apertará o imbondeiro sagrado de Moçambique
À música das timbilas
Violas transístores e xipendanas
SIA-VUMA!"

(José Craveirinha, em Sia Vuma[22])

Na primavera africana de 1992, a então correspondente na África Oriental do renomado jornal norte-americano New York Times, Jane Perlez, deixou seu escritório em Nairobi com a missão de presenciar no terreno a realidade de um país que acabara de formalizar o fim de um conflito interno que durara 16 anos. Em Roma, no dia 4 de outubro daquele mesmo ano, o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o líder da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), Afonso Dhlakama, haviam assinado o Acordo Geral de Paz e puseram fim à guerra em Moçambique.

Em outubro de 1992, com a provável intenção de retratar as consequências mais imediatas do final do conflito, Perlez produziu quatro artigos sobre Moçambique para o Times[23]. Um deles, contudo, não tratava das brutais consequências da guerra ou da chegada de tropas da ONU no país. Seu tema era arte, mais precisamente, o cenário artístico de Maputo, a capital moçambicana. O artigo, intitulado "In the Midst of War, Art Is Thriving"[24], descreveu a efervescência da produção ar-

22 CRAVEIRINHA, Jose. Sia-Vuma. In: **Karigana ua Karigana**, Lourenço Marques: Acadêmica, 1974. Pp 138-141. A expressão "sia vuma", corresponde a "assim há de ser", "Amém".

23 Os artigos publicados por Jane Perlez sobre Moçambique em outubro de 1992 estão disponíveis no arquivo digital do jornal **New York Times** (http://query.nytimes.com/search/sitesearch/)

24 PEREZ, Jane. Maputo Journal; In the Midst of War, Art Is Thriving. In: New York Times, 24 de Outubro de 1992, Disponível em http://www.nytimes.com/1992/10/24/world/maputo-journal-in-the-midst-of-war-art-is-thriving.html (acessado em 30/6/2015).

tística em Moçambique no início dos anos noventa. Na avaliação do mais célebre pintor moçambicano, Malangatana Valente Nqwenya, entrevistado pela jornalista, no campo da produção artística Moçambique estava, naquele momento, "na vanguarda, certamente na zona austral africana, e provavelmente na África como um todo". Segundo Perlez, Malangatana atribuiu à criatividade da cultura tradicional moçambicana e ao contato construtivo com parte da comunidade portuguesa como razões para surgimento de uma importante e criativa geração de artistas no país.

Em meio àquele estimulante cenário artístico, o então Centro de Estudos Brasileiros (CEB) destacava-se como principal ponto de encontro das artes e letras em Moçambique. Nas palavras de Jane Perlez, ao descrever abertura de exposição no CEB que, naquele dia, contou com a presença e as obras de nomes como Malangatana e Reinata Sadimba, "em uma inauguração de exposição cheia e com estilo, os convidados poderiam ter sido perdoados por pensarem que estavam numa galeria do So-Ho em Manhattan nos anos 60"[25]. Além de ponto de encontro, o Centro brasileiro atraía grande parte da produção artística do período. A Diretora do Centro à época, Luiza Bennet, declarou à jornalista que recebia enorme quantidade de pedidos para exposições e eventos no CEB. "É incrível, muito impressionante", assinalou Bennet na ocasião.

Inauguração

Hoje chamado de Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCMB), o Centro de Estudos Brasileiros em Maputo foi inaugurado em 27 de novembro de 1989 pelo então Ministro da Cultura do Brasil, José Aparecido de Oliveira. A concorrida cerimônia de abertura deu o tom do que se tornaria o CEB: um espaço privilegiado de divulgação das artes e culturas brasileira e moçambicana e também um lugar de encontros informais entre autoridades, personalidades da cena moçambicana e membros da comunidade brasileira no país. A inauguração contou com a presença do Presidente da Assembleia Popular de Moçambique e herói nacional, Marcelino dos Santos, e dos Ministros moçambicanos da Cultura, da Cooperação, da Educação, dos Recursos Minerais e da Justiça. Durante a inauguração, o Ministro da Cultura abriu a exposição "Pintores do Brasil Central", remetida do Brasil especialmente para a ocasião, que contou com pintores como Antonio Poteiro, Cléber Gouvea e Omar Souto, entre outros.

Naquela mesma cerimônia, o Presidente da Assembleia Popular e os Ministros presentes foram condecorados pelo Governo brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante comenda do Governo brasileiro. Foram também

25 Idem 3. "At a crowded, stylish art opening here guests could have been forgiven for thinking they were at a SoHo gallery in Manhattan in the go-go years (…)"

condecorados o então Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, o escultor Alberto Chissano, o poeta José Craveirinha e o Irmão Justino Hartman, educador marista brasileiro. No dia seguinte à cerimônia, o Primeiro-Ministro de Moçambique, Mario da Graça Machungo vistou o CEB, acompanhado do Ministro da Cultura e do Embaixador do Brasil, Luis Fernando Nazareth.

Com o propósito de marcar o fortalecimento da presença brasileira no campo da cultura em Moçambique, a Embaixada do Brasil promoveu uma série de eventos culturais nos dias que se seguiram à inauguração do CEB: no dia 28, a inauguração da Semana do Cinema Brasileiro, no Cine África, celebrada naquela mesma noite com a Noite "Brasileira", evento promovido em casa noturna da cidade com música, comidas e trajes típicos do Brasil; a inauguração da "Exposição do Livro Brasileiro", no CEB, no dia 29; e, no dia 30, inaguração de exposição sobre arte Makonde também no Centro Cultural.

"O então Centro de Estudos Brasileiros (CEB) destacava-se como principal ponto de encontro das artes e letras em Moçambique. Nas palavras de Jane Perlez, do New York Times, ao descrever abertura de exposição no CEB, "em uma inauguração de exposição cheia e com estilo, os convidados poderiam ter sido perdoados por pensarem que estavam numa galeria do So-Ho em Manhattan nos anos 60".

O Centro de Estudos Brasileiros instalou-se em área de aproximadamente 1.400m² de um edifício histórico localizado na atualmente denominada "Zona Protegida da Baixa da Cidade de Maputo". O edifício está situado na movimentada esquina da Avenida 25 de Setembro com a Avenida Karl Marx, duas das mais importantes vias de circulação da capital moçambicana. Nessa mesma região, encontram-se edifícios de importante valor histórico e arquitetônico para Moçambique como, por exemplo, o Mercado Central, a Fortaleza da Nossa Senhora da Conceição, o Museu Nacional da Moeda e a Biblioteca Nacional. Ainda na "Zona Protegida", um pouco mais distantes do CCBM, estão localizados o Conselho Municipal, a Casa de Ferro, o Jardim de Tunduro, a Sé Catedral, entre outros edifícios relevantes. A construção do prédio data do início do século XX e, por sua localização privilegiada, suas instalações foram comumente utilizadas como estabelecimento comercial. Ainda hoje, o Centro Cultural convive com a intensa dinâmica daquela região.

Poucos meses após a cerimônia, o Centro de Estudos Brasileiros já detinha estrutura bastante similar àquela em que opera atualmente: duas galerias de arte, duas salas de aula, um pequeno auditório, uma Biblioteca, e um pátio aberto, além de salas que se destinam à Direção e a seus serviços de administração. Segundo avaliação do então Embaixador do Brasil em Maputo, tratava-se de instituição com estrutura física que não encontrava paralelo em Moçambique.

Espaço de difusão da arte moçambicana e africana

O Centro de Estudos Brasileiros foi concebido como espaço cultural a serviço da divulgação e da promoção da cultura não apenas do Brasil, mas também de Moçambique e dos demais países africanos. Nesse sentido, o CEB conferiu uma dimensão concreta ao projeto de integração cultural afro-brasileira. Rapidamente, o CEB ascendeu a uma posição destaque na cena cultural moçambicana e atraiu os principais artistas do país, interessados em expor suas obras no privilegiado espaço do Centro. Contribuiu para a projeção do CEB o fato de que, à época, Moçambique possuía limitado número de galerias e centros culturais.

Não é exagero afirmar que, ao longo de seus 25 anos, praticamente todos os principais artistas plásticos moçambicanos participaram de exposições individuais ou coletivas no Centro. Desde artistas mais tradicionais como Alberto Chissano, Malangatana, Reinata Sadimba, Naguib, Eugênio Lemos, Noel Langa, Samate, Francisco Conde, até nomes de gerações mais recentes como Silva Dunduro (atual Ministro da Cultura e Turismo de Moçambique), Gemuce e Jorge Dias, entre tantos outros, dezenas de artistas visitaram o Centro Cultural e lá expuseram suas obras, em eventos que receberam ampla cobertura da mídia local.

Em junho de 1990, o então CEB inaugurou exposição de individual de Alberto Chissano, considerado o maior escultor moçambicano, em evento que contou com grande de público, entre autoridades, intelectuais, artistas e membros da comunidade brasileira[26]. O pintor Malangatana, talvez um dos artistas africanos de maior renome internacional, foi acolhido no Centro Cultural em duas exposições individuais, em 1994 e em 2005, além de ter participado de exposições coletivas nas galerias da instituição. A exposição de 1994, considerada a primeira exposição de pinturas do artista em Moçambique após a independência, foi especialmente celebrada e recebeu grande destaque no país[27]. A exposição de 2005, intitulada "Renascimento", foi a última exposição individual do artista em Moçambique[28]. Na ocasião, o renomado artista africano exibiu um inédito mural de 5 metros de comprimento, intitulado "Grito à liberdade".

Em março de 1995, confirmando a profundidade de sua inserção na vida cultural de Moçambique, o Centro de Estudos Brasileiros promoveu um dos eventos mais marcantes dos seus 25 anos. Em cerimônia de homenagem póstuma ao artista Eugênio Lemos, com a presença de familiares do artista, o então CEB congregou artistas plásticos, poetas, músicos, acadêmicos e autoridades moçambicanas em ambiente de saudação e exaltação à

26 "Individual de Chissano inaugurada em Maputo". **Jornal Notícias**. Em 6/7/1990

27 Vários jornais moçambicanos noticiaram a exposição de Malangatana no CEB, e.g. "Abre hoje na Capital, Primeira Individual de Malangatana". **Jornal Notícias**. Em/12/1994,

28 Biobigrafia do artista disponível em: ABELÁRD, Luis (org.). **Com as Mãos: 24 artistas moçambicanos**. Maputo: Babel, 2010. pp.215-216.

memória do pintor. O ponto mais alto da homenagem foi a elaboração conjunta, por onze celebrados artistas plásticos, à vista dos presentes, no pátio interno do Centro de Estudos, de pintura a óleo em tela de 3x3 metros. Malangatana, Naguib, Victor Sousa, Francisco Conde, Gemuce, Fernando Rosa, Shikani, Carlos Martins, Sylvia Bragança, a ceramista Reinata Sadimba e o pintor brasileiro Miguel Pachá compuseram a obra, doada em seguida à viúva do artista. O evento foi coberto pelas redes de televisão moçambicanas e mereceu notícia de primeira página no principal jornal do país.

O apoio aos artistas e à promoção da arte produzida em Moçambique não se restringia a nomes consagrados. Entre 1995 e 2007, o CEB promoveu, em parceria com a Casa de Cultura do Alto Maé, o concurso "Descobertas", direcionado para a revelação de novos talentos das artes moçambicanas. Em todas as suas edições, o concurso mobilizou artistas de todas as regiões do país e a inauguração da exposição das obras selecionadas no Centro recebeu ampla divulgação da imprensa local. Entre 1995 e 1997, os vencedores do concurso na categoria "pintura" foram agraciados com bolsas de estudo de Belas Artes em universidades brasileiras.

A efervescência da cena artísitica moçambicana no início dos anos noventa foi determinante para construção da identidade do Centro Cultural Brasil-Moçambique. Em anos recentes, o Centro Cultural tem dado continuidade à sua tradição e tem recebido diversos artistas moçambicanos como a Reinata Sadimba, Filipa Castigo, Teresa Rosa de Oliveira e Chica Salles, entre outros.

Promoção da língua portuguesa e da literatura dos países da CPLP

No início da década de noventa, as tratativas para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) contribuíram para criar positivo pano de fundo político para a atuação do CEB e para a presença cultural do Brasil em Moçambique. Amplamente coberta pela mídia moçambicana, a perspectiva de criação da CPLP também direcionava a atenção da imprensa para as atividades culturais promovidas pelo Brasil no então CEB, sobretudo àquelas vinculadas à língua ou literatura portuguesa. Como exemplo, em 1993, a Embaixada do Brasil e o Centro de Estudos promoveram dois dias de debate sobre o idioma, sob o lema "Cenários da Língua Portuguesa - A Vitalidade do Idioma". O evento reuniu personalidades da literatura e da academia moçambicana, além do público em geral, em

torno de produtivo debate sobre o futuro da língua portuguesa. Entre acadêmicos brasileiros, moçambicanos e portugueses, o evento contou com a participação dos escritores José Craveirinha, Mia Couto e Raul Calane da Silva[29].

A atuação decisiva do Embaixador José Aparecido de Oliveira para a criação da CPLP contribuiu sobremaneira para vincular o Centro de Estudos àquele importante momento político. Nas visitas do Embaixador a Moçambique, o CEB despontava como local ideal para a promoção dos princípios que norteariam a Comunidade. Como exemplo, em 1994, quando as tratativas para a criação da CPLP avançavam para um possível desfecho positivo, o Embaixador José Aparecido realizou conferência de imprensa no auditório do CEB sobre a criação e institucionalização da CPLP e promoveu evento com intelectuais moçambicanos sobre o uso do português nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS). A vinculação entre a criação CPLP e Centro Cultural está, assim, também refletida na decisão do ex-Presidente Lula, durante sua primeira visita a Moçambique em 2003, de render justa homenagem ao Embaixador e batizar o Centro com o nome de José Aparecido de Oliveira.

"A Operação das Nações Unidas em Moçambique, presente no país entre 1992 e 1994, enviou 80 voluntários para aprender português com as seis professoras que ministravam cursos no Centro Cultural. Em seus 25 anos, a oferta de cursos de português no Centro jamais sofreu interrupção".

Nesse contexto, a literatura de língua portuguesa tem sido um dos pilares da atuação do CCBM. Entre seminários, palestras, cursos e lançamento de livros, diversas atividades relacionadas ao tema são organizadas anualmente pelo Centro. Além disso, o Centro Cultural tradicionalmente apoia a organização de Feiras e Bienais do livro em Maputo e contribui, assim, para dinamizar as atividades relacionadas à literatura em língua portuguesa em Moçambique.

Além de Mia Couto, que tem contribuído amiúde para as iniciativas do Centro Cultural desde a sua inauguração, escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, João Paulo Borges Coelho e Raul Calane da Silva, para citar alguns nomes, marcaram presença no CCBM ao longo dos últimos 25 anos. Calane da Silva, Presidente do Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) entre 2015-2017, tornou ainda mais evidente os laços do Centro da literatura ao assumir, em 2006, a Direção do CCBM, função que exerceu até 2012.

Ademais da literatura, o Centro Cultural tem promovido, em parceria com as principais universidades do país, diversos seminários, mesas redondas e debates sobre os mais diversos temas. Grandes intelectuais moçambicanos, como o Professor Brazão Mazula, ex-Reitor da UEM; Professor José Luis Cabaço, ex-Ministro de Samora Machel e ex-Reitor da Universidade Técnica de Moçambique; e o Professor Lourenço do Rosário, Reitor da Universidade A Politécnica participaram de eventos no CCBM em mais de uma oportunidade.

Desde sua criação, em atenção a umas das prioridades da Rede Brasil Cultural, o Centro Cultural Brasil-Moçambique tem oferecidos cursos de português para estrangeiros. Em país de lingua portuguesa, tais cursos têm como principal objetivo oferecer oportunidade de aprendizado do idioma em sua variante brasileira. Nos primeiros anos de funcionamento do

29 "Língua Portuguesa no CEB, um debate sem preconceitos". **Jornal O Tempo**. Em 12/12/1993.

Centro Cultural, além de contribuir para a difusão do idioma, os cursos de português permitiram ao então CEB dar contribuição direta para o processo de paz em Moçambique. A Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), presente no país entre dezembro de 1992 e dezembro de 1994, enviou à época 80 voluntários para aprender português com as seis professoras que ministravam cursos na instituição. Em seus 25 anos, a oferta de cursos de português no Centro jamais sofreu interrupção.

Como instituição voltada para a promoção do português e da literatura em língua portuguesa, o Centro Cultural Brasil-Moçambique possui, ademais, uma biblioteca com aproximadamente 8.000 exemplares. Especializada em literatura e cultura brasileira, a Biblioteca possui fluxo constante de visitantes e tornou-se uma referência na região central da cidade de Maputo. Em 1993, a biblioteca do Centro ofereceu os primeiros cursos de Biblioteconomia para moçambicanos, promovidos por especialista brasileira[30].

Em 2014, o CCBM foi credenciado como posto aplicador do CELPE-BRAS (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, outorgado pelo Ministério da Educação do Brasil).

Visita de autoridades brasileiras e moçambicanas

Por seu papel na cena cultural moçambicana, bem como por sua relevância nas relações bilaterais, o Centro Cultural Brasil-Moçambique recebeu, ao longo de seus 25 anos, diversas visitas de autoridadade dos dois países. Tais visitas reforçaram a importância do CCBM como espaço de interação e diálogo entre Brasil e Moçambique.

Do lado brasileiro, o Presidente Fernando Collor e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitaram as instalaçãoes do Centro Cultural, acompanhados de seus respectivos Ministros das Relações Exteriores, Fransico Rezek e Embaixador Celso Amorim. O Presidente Collor, em visita a Moçambique em setembro de 1991, inaugurou no então CEB a exposição "Arte e Artesanato dos Índios do Brasil".

O Presidente Lula esteve em duas oportunidades no Centro Cultural. Em novembro de 2003, inaugurou mostra coletiva de artistas plásticos moçambicanos, bem como a exposição de fotografias "Imagens

30 "Biblioteconomia. A (1ª) experiência que veio do CEB". **Jornal O Tempo** .Em 22/08/1993

Fiéis". Acompanhou, igualmente, o lançamento do livro "Brasil-África: como se o mar fosse mentira", das Professoras Rita Chaves e Tania Macêdo, da Universidade de São Paulo, e aproveitou a oportunidade para dirigir-se à numerosa comunidade brasileira presente. Em 2008, o ex-Presidente Lula elevou o antigo Centro de Estudos Brasileiros à categoria de centro cultural, rebatizando-o com o nome de Centro Cultural Brasil-Moçambique. Em fevereiro de 2005, o Vice-Presidente do Brasil, José de Alencar Gomes da Silva, em Maputo para a posse do primeiro mandato do Presidente de Moçambique Armando Guebuza, inagurou exposição de Malangatana no Centro, acompanhado do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Além das visitas presidenciais, o CCBM recebeu diversos Ministros e outras autoridades brasileiros em seus 25 anos, entre os quais os Ministros da Cultura Gilberto Gil e Francisco Weffort. Em 2015, os Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e a Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial, Nilma Gomes, visitaram as instalações do Centro Cultural.

Desde sua inauguração, um número expressivo de autoridades moçambicanas visitou o CCBM. O constante fluxo de autoridades e demais personalidades do país nas mais diversas atividades transformou o Centro Cultural em espaço para encontros informais entre autoridades moçambicanas, brasileiras e o corpo diplomático. Em seus primeiros três anos de funcionamento, o então Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, já havia visitado o Centro em três ocasiões. Em um desses eventos, a inauguração da exposição individual de Francisco Conde, o então CEB logrou reunir em suas galerias, em apenas uma noite, quase 500 pessoas.

O Presidente Chissano voltaria ao Centro Cultural em outras oportunidades durante seu mandato. Duas delas são dignas de nota. Em março de 1995, durante a exposição retrospectiva do pintor Eugênio Lemos, o CEB promoveu leilão de diversas obras, com o propósito de reverter a renda para fundo destinado a jovens artistas. Duas obras de Lemos foram leiloadas, tendo sido o primeiro arrematador o próprio Presidente Chissano, que, acompanhado de outros integrantes do primeiro escalão do Governo, participou de todos os eventos da noite, amplamente documentados pela televisão. Cinco anos depois, em outubro de 2000, o Presidente Joaquim Chissano inaugurou, no Centro Cultural, exposição fotográfica organizada pela Embaixada sob o título de "Governando Nampula". A exposição retratou a inciativa inédita do Presidente de transferir a sede do Governo de Moçambique para o norte do país, na cidade de Nampula, por uma semana.

Não há exagero em afirmar que dezenas de autoridades moçambicanas visitaram as instalações do Centro Cultural Brasil-Moçambique, com destaque para a reiterada presença dos titulares da Pasta da Cultura em Moçambique. O atual Ministro, o pintor Silva Dunduro, que, em 1995, exibiu suas obras no Centro em exposição individual[31], visitou recentemente o CCBM, já na condição de Ministro, acompanhado pela Embaixadora do Brasil, em evento da Associação de Médicos Escritores de Moçambique.

31 Biobigrafia do artista disponível em: ABELÁRD, Luis (org.). **Com as Mãos: 24 artistas moçambicanos**. Maputo: Babel, 2010. pp.212.

Projeção do Brasil

Em seus 25 anos de funcionamento, o Centro Cultural Brasil-Moçambique converteu-se em uma marca da presença brasileira na capital moçambicana e contribuiu para fortalecer os laços entre Brasil e Moçambique. A percepção de que a cultura possui enorme potencial de aproximação entre os dois países foi sempre percebida pelo Brasil e, assim, também sempre cultivada. Em maio de 1989, na Segunda Comista Brasil-Moçambique, o Governo brasileiro reconheceu que o aprofundamento dos laços culturais entre Brasil e Moçambique poderia constituir relevante vetor das relações bilaterais. Naquele ano, o Ministério das Relações Exteriores mobilizou-se para reunir os recursos necessários para a criação do CEB em Maputo. O Chefe do Departamento Cultural do Itamaraty à época, o então Ministro Celso Amorim, entusiasta da ideia, viabilizou a criação do Centro.

Ao longo de sua trajetória, o CCBM promoveu inúmeras atividades direcionadas para promover a cultura brasileira em Moçambique. Em novembro de 1990, a exposição de gravuras de grandes artistas brasileiros como Volpi, Renina Kartz, Nardin e Caribé registrou mais de mil visitantes no Centro Cultural. Os artistas plásticos brasileiros Luiz Alphonsus, Julynia Vidigal, Miguel Pachá e Nauer Spíndola, entre outros, expuseram suas obras no CCBM. A música brasileira fez-se igualmente presente na trajetória do Centro. O instrumentista Roberto Corrêa, o conjunto brasileiro Trio Baru, os músicos José Paulo Becker e Beto Cazes, para citar alguns exemplos, apresentaram-se e promoveram oficinas nas instalações do CEB.

A literatura brasileira, que reconhecidamente contribuiu para a constituição de uma literatura moçambicana, sempre apareceu com destaque na programação do Centro Cultural. Em 1995, a I Bienal do Livro, Cultura e Língua Portuguesa, promovida pelo Fundo Bibliográico da Língua Portuguesa, com o apoio do CEB, trouxe o escritor Affonso Romano de Sant'Anna. Em 1999, em comemoração dos 10 anos de atividades do Centro, o aclamado poeta e escritor brasileiro Gerardo de Mello Mourão lançou a obra "Invenção do Mar", em solenidade que contou com a presença do Embaixador José Aparecido de Oliveira.

Em 2002, Moacyr Scliar e Mia Couto promoveram, no CEB, o lançamento do livro "Pensando Igual", de autoria dos dois escritores e do Embaixador Alberto da Costa e Silva. O evento, que mais uma vez reuniu personalidade e autoridades moçambicanas, como os Ministros da Educação, Cultura e Agricultura, o herói nacional Marcelino dos Santos e o Professor José Luis Cabaço, traçou paralelos entre as culturas e os povos brasileiro e moçambicano, bem como seus pontos de interseção.

Inúmeras foram as atividades relacionadas à literatura promovidas pelo Centro Cultural, entre as quais os já tradicionais cursos de literatura brasileira. A VIII edição do curso, em 2014, contou com Mia Couto, Raul Calane da Silva, o Professor Nataniel Ngomane - atual Presidente do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa -, o Professor Agostinho Goenha, da Universidade Eduardo Mondlane, e a poeta Tânia Tomé entre os palestrantes.

"Vaticinou Mia Couto, em carta dirigida ao primeiro Diretor do CEB, Professor José Antonio Carlos David Chagas, em 1991, por ocasião do segundo aniversário Centro Cultural: "(...) o CEB ascendeu da condição de instituição para a de um corpo vivo, lugar onde a cultura acontece e duas comunidades irmãs fecundam laços que a história foi tecendo".

Entre as diversas manifestações artísticas e os vários elementos de convergência entre Brasil e Moçambique, o cinema tem lugar especial na relação entre os dois países. Técnicos e cineastas brasileiros participaram da fundação, no início dos anos 80, do Instituto Nacional de Cinema de Moçambique e da KANEMO, primeira produtora auidiovisual do país, liderada pelo cineasta brasileiro Ruy Guerra, nascido em Moçambique. Cineastas brasileiros produziram obras que tratam do processo de construção da nação moçambicana como José Celso Martinez Correia e Celso Cunha ("Vinte e Cinco"), Murilo Salles ("Estas são as armas"), Ruy Guerra ("Mueda – Memória e Massacre") e Mario Borgneth ("Fronteiras de Sangue"). O Brasil possui, assim, reconhecida importância na gênese do cinema moderno moçambicano e o Centro Cultural tem buscado valorizar essa história e a relação entre os dois países no campo da cinematografia.

Em seus 25 anos, o CCBM promoveu vários ciclos e festivais de cinema brasileiro. Em 1991, o entao CEB promoveu o lançamento mundial do filme "Marracuene" do cineasta brasileiro radicado em Moçambique Licínio Azevedo. Licínio Azevedo é autor do livro "Relatos do Povo Armado", utilizado como base para o roteiro do primeiro longa-metragem moçambicano, "O Tempo dos Leo-

pardos" e contribuiu em diversas outras oportunidades para os trabalhos do Centro. Em 2002, o então CEB exibiu o filme "Os Promesseiros" do cineasta e fotógrafo brasileiro Chico Carneiro, também radicado no país, e inaugurou exposição de fotografias de Carneiro. Em 2007, em comemoração ao Dia da África, o Centro Cultural exibiu documentário do brasileiro Mario Borgneth sobre José Craveirinha, em evento que contou com a presença do filho do poeta, Zeca Craverinha.

O CCBM apoiou, ainda, a realização de diversas edições do Festival de documetários "Dockanema", realizado entre 2006 e 2011 em Maputo. Em 2010, o CCBM acolheu o escritório dos organizadores e funcionou como centro principal de exibição. Em 2011, o Festival homenageou o cineasta Ruy Guerra, que veio a Maputo e participou dos principais eventos da programação. A presença do cineasta multiplicou a atenção do público e da imprensa e deu forte conteúdo emocional ao evento. Na ocasião, Ruy Guerra proferiu concorrida palestra no Centro Cultural e sustentou a importância da cooperação entre Brasil e Moçambique na área cinematográfica.

A trajetória Centro Cultural Brasil-Moçambique o credencia como polo de atração da cultura brasileira em Moçambique. Assim, ademais das atividades diretamente promovidas pela instituição, o CCBM é frequentemente procurado por artistas e intelectuais brasileiros interessados em divulgar seus trabalhos. Entre março e abril de 1993, o cartunista Ziraldo passou aproximadamente um mês em Moçambique, patrocinado pela UNICEF. Entre diversos compromissos e atividades, o escritor acompanhou a encenação de peça infantil em teatro local baseada em sua obra "FLICTS". Em evento paralelo, no pátio interno do Centro Cultural, proferiu palestra, em parceria com a Associação dos Escriotres Moçambicanos, sobre literatura e realidade brasileira, que contou com a presença do então Presidente da Assembléia da República e do Ministro da Cultura, além de ampla cobertura da mídia local.

Em julho de 1994, a atriz brasileira Maitê Proença, em Maputo para gravar a primeira série de televisão produzida em Moçambique, "Não é Preciso Empurrar", foi recebida no Centro Cultural para uma conferência de imprensa, seguida de tarde de autógrafos. Acompanhada de Sol Carvalho, cineasta moçambicano que dirigiu a série, Maitê Proença recebeu, segundo a imprensa local, milhares de pessoas nas instalações do Centro Cultural[32].

O Centro Cultural Brasil-Moçambique é também tradicional ponto de encontro da comunidade brasileira em Moçambique. Desde 1994, durante as Copas do Mundo de futebol, o CCBM foi o principal centro de exibição dos jogos da seleção nacional e local de reunião da torcida brasileira. Nas edições de 1994 e 2002, o Centro Cultural atraiu centenas de pessoas para assistir a final e comemorar os títulos mundiais. Festas e datas tradicionais brasileiras, como o carnaval e a festa junina, também fazem parte do calendário anual do Centro.

O CCBM oferece, ainda, cursos regulares de capoeira, ministrado por mestre brasileiro, como medida adicional de promoção da cultura brasileira. Já se tornou tradição do Centro Cultural promover, anualmente, no Dia Nacional da Consciência Negra, celebração em torno da data com batizados e rodas de capoeira, da qual participam grupos locais e capoeiristas brasileiros.

Continuidade

Nos últimos anos, o CCBM tem preservado a sua identidade como espaço de divulgação da cultura brasileira e moçambicana e lugar de encontro entre as manifestações culturais dos dois países. Em 2014, durante da Semana Cultural Brasil-Moçambique, o renomado músico moçambicano Stewart Sukuma apresentou-se no pátio interno do CCBM, acompanhado da Banda Nkuvu, em show com repertório de músicas brasileiras e canções de sua autoria. Em novembro do mesmo ano, o Centro promoveu o Ciclo de Debates "Moçambiques Lá e Cá", em parceria com o Núcleo de Estudos de África da Universidade de São Paulo. O evento reuniu acadêmicos e artistas dos dois países, entre os quais os Professores José Luís Cabaço e Lourenço do Rosário.

Em consonância com seu objetivo de incentivar a aprendizagem da língua portuguesa e ciente da importância de renovar suas atividades, o Centro Cultural inaugurou, em março de 2015, uma Biblioteca Infantil, que tem recebido alunos de escolas das redes pública e privada em Moçambique no novo espaço. Ainda em 2015, a Embaixada do Brasil e o CCBM apoiaram a organização da I Feira Internacional do Livro de Maputo, que contou com a participação da escritora brasileira Ana Paula Maia. Ana Paula e a escritora portuguesa Patrícia Reis participaram de mesa de diálogo com jovens escritores moçambicanos no Centro, promovida em parceria com o Movimento Literário Kuphaluxa.

32 "Maitê assinou milhares de autógrafos". **Jornal Notícias**. Em 23/7/1994.

Herança

A atuação do Centro Cultural Brasil-Moçambique em seus 25 anos de funcionamento é um retrato das similaridades históricas, da convergência de objetivos e dos profundos laços que unem Brasil e Moçambique. A breve história do Centro é rica em momentos únicos de celebração e aproximação entre os povos e as culturas dos dois países. É assim, um legado a ser preservado e cultivado.

Ao recontar a história de 25 anos do CCBM fica evidente que o caminho que seria trilhado pelo Centro Cultural Brasil-Moçambique foi traçado já em seus primeiros anos de funcionamento. Conforme vaticinou Mia Couto, em carta dirigida ao primeiro Diretor do CEB, Professor José Antonio Carlos David Chagas, em 1991, por ocasião do segundo aniversário Centro Cultual: "(...) o CEB ascendeu da condição de instituição para a de um corpo vivo, lugar onde a cultura acontece e duas comunidades irmãs fecundam laços que a história foi tecendo".

Bibliografia

ABELÁRD, Luis (org.). **Com as Mãos: 24 artistas moçambicanos.** Maputo: Babel, 2010.

CRAVEIRINHA, Jose. Sia-Vuma. In: **Karigana ua Karigana**, Lourenço Marques: Acadêmica, 1974.

PEREZ, Jane. Maputo Journal; In the Midst of War, Art Is Thriving. In: **New York Times**, 24 de Outubro de 1992, Disponível em http://www.nytimes.com/1992/10/24/world/maputo-journal-in-the--midst-of-war-art-is-thriving.html (acessado em 30/6/2015).

Brasil / Finlândia

Centro Cultural Brasil-Finlândia

Centro Cultural Brasil-Finlândia: interação e multiculturalidade são paradigmas na atuação do CCBF

O Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF) foi fundado no dia 15 de outubro de 2001 e funciona nas premissas da Embaixada do Brasil em Helsinque, localizada nos arredores do centro da cidade e em posição privilegiada: próximo ao parque "Kaivopuisto", um dos mais antigos da capital, que recebe intensa visitação tanto de turistas quanto de residentes.

Criado por iniciativa do Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, titular da Embaixada do Brasil em Helsinque à época, e da Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Diretora do Departamento Cultural do Itamaraty naquele período, o CCBF vem mantendo, desde sua inauguração, uma atuação marcada pela diversidade de métodos de promoção da língua portuguesa de vertente brasileira, com o objetivo de atender os diferentes níveis de interesse pelo Brasil por parte do público local.

O CCBF desenvolveu um amplo número de parcerias com instituições locais, de forma a estender sua atuação para além da organização de eventos para o corpo discente. Participa, ademais, com o mesmo afinco, na execução de cooperações bilaterais no âmbito artístico-educacional, procurando inclusive atuar de maneira multidisciplinar, em conjunto com ações políticas e comerciais desenvolvidas pela Embaixada do Brasil. Esta atuação diversificada, e em diferentes níveis, oferece a base necessária para que o CCBF se projete na direção de um futuro no qual sejam atendidos, de maneira cada vez mais personalizada, os vários - e continuamente crescentes - interesses do público finlandês em relação ao Brasil.

A imersão no contexto cultural brasileiro como forma de proporcionar aprimoramento constante da proficiência em língua portuguesa muito contribuiu para firmar os cursos regulares oferecidos pelo CCBF no cenário socioeducativo local. A grade curricular proporciona aos discentes a oportunidade de dispor de um plano continuado de estudos do idioma, tendo como base as mais importantes e atualizadas gramáticas de português de vertente brasileira, assim como materiais didáticos produzidos pelo próprio corpo docente do Centro Cultural. Além disso, o modelo curricular do CCBF é enquadrado às premissas do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECRL).

A dinâmica de ensino da língua portuguesa, no CCBF, está intimamente associada à vivência prática no cenário linguístico-cultural brasileiro, por exemplo, com a participação de alunos em eventos artísticos apresentados ao público. Ao longo dos seus quase 15 anos de atividade, o Centro Cultural organizou diferentes recitais de poesias protagonizados pelos alunos dos cursos mais avançados, os quais já declamaram uma extensa lista de poemas que compõem o universo lírico nacional, desde o período clássico à contemporaneidade. Tal vivência é complementada pelo permanente contato com a manifestação cultural brasileira e sua inerente diversidade, explorando sobretudo a interdisciplinariedade entre diferentes vertentes artísticas. A título de exemplo, pode-se mencionar o tributo a Chico Buarque de Hollanda, realizado em 2008, no qual foi explorado o binômio música/cinema: foram apresentados os maiores sucessos da obra buarquiana e, em seguida, foi exibido o filme "A Ópera do Malandro", de Rui Guerra. A relação entre teatro e literatura foi constantemente experimentada na série de eventos intitulada "Palco Cultural", organizada durante muitos anos pelo CCBF. Os alunos e professores do Centro Cultural já realizaram adaptações de vários clássicos da literatura brasileira, tais como "O Alienista" e "Memórias Póstumas de Bras Cubas", de Machado de Assis; "O Auto da Compadecida", de Ariano Suassuna; "O Bem-Amado", de Dias Gomes e "A Morte e a Morte de Quincas Berro D'Água", de Jorge Amado, entre outros.

"O Centro Cultural Brasil-Finlândia tem atuado em parceria com a Universidade de Helsinque. Desde 2013 são ministradas palestras sobre Literatura Brasileira, História do Brasil e Língua Portuguesa - vertente brasileira, conduzidas pelas professoras do CCBF no âmbito dos cursos de graduação e mestrado da universidade. Esse acordo de cooperação possibilitou que o currículo de uma instituição acadêmica do nórdica contasse com disciplinas referentes especificamente ao português de vertente brasileira".

Outra estratégia utilizada foi a de estreitar relações com a cultura finlandesa, prestigiando ícones artísticos locais, além dos brasileiros. Também no ano de 2008, foi realizado, em "Temppeliaukion Kirkko" ("Igreja de Pedra"), em Helsinque, o concerto do pianista Flavio Augusto e do violista Savio Santoro. A apresentação do dueto foi prestigiada por mais de 700 pessoas. Durante cerca de uma hora, foram apresentadas grandes peças, tais como: "O Canto do Cisne Negro" e "Floresta do Amazonas", de Heitor Villa-Lobos; "Sonata", "Allegro", "Adagio" e "Con spirito", de Radamés Gnatalli; "Romanza", de Carlos Gomes; "Três Valsas Brasileiras", de Francisco Mignone; "Luíza", de Tom Jobim e "Atrahente", "Lua Branca" e "Gaúcho", de Chiquinha Gonzaga. Para o "bis", os músicos haviam preparado uma surpresa: a execução da obra "Valsa Triste", composta por Jean Sibelius, o renomado compositor finlandês de música erudita.

Uma característica perene das ações de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Centro Cultural é o sólido engajamento nas atividades que compõem o calendário local de eventos culturais, com o objetivo principal de promover os cursos regulares e extraordinários de língua portuguesa junto àqueles que

são atraídos pela cultura brasileira e suas diferentes manifestações. Os cursos extraordinários são oferecidos mediante demanda específica, e são voltados para os alunos que já possuem algumas competências correspondentes aos níveis B1, B2, C1 e C2 do QECRL. Os temas são variados, fundamentados nas preferências dos interessados.

O Centro Cultural participou, durante oito anos, do desfile de carnaval da cidade de Helsinque, organizando um bloco carnavalesco com a participação de alunos e convidados. No ano de 2011, por exemplo, o bloco contou com a presença de cerca de 90 componentes e com a apresentação da Banda Madrugada, grupo musical finlandês pioneiro na difusão de variados ritmos brasileiros no país. Mais de trinta mil pessoas assistiram ao desfile naquele ano. Da mesma forma, o CCBF já organizou diversas celebrações juninas, no âmbito das comemorações desta festividade em toda a Finlândia, culminando na realização, em 2013, da "Semana Cultural Junina". Na ocasião, foram ministradas palestras acerca das principais características do São João brasileiro, bem como sobre as similaridades entre essa festividade no Brasil e a respectiva celebração finlandesa, intitulada "Juhannus". No ensejo, inclusive, foi entregue aos alunos a primeira edição do catálogo de descontos do CCBF, resultado de parcerias firmadas entre o Centro Cultural e empresas que comercializam bens e serviços brasileiros, ou que sejam de propriedade de co-nacionais residentes em Helsinque.

No âmbito de eventos similares, envolvendo alunos e o grande público, sempre são servidos aos participantes produtos brasileiros comercializados na Finlândia, com vistas a oferecer oportunidades diferenciadas de divulgação de iguarias nacionais junto a potenciais clientes.

Os exemplos de métodos de promoção da língua portuguesa até agora citados – vivência prática e imersão no contexto linguístico-cultural brasileiro, estreitamento de relações com a cultura e o público local, bem como a integração com o calendário local e eventos – propiciaram ao CCBF natural reconhecimento pela sua consistente atuação, centrada na estreita interação com o público e na multiculturalidade.

O Centro Cultural Brasil-Finlândia tem atuado, em diversas oportunidades, em parceria com a Universidade de Helsinque. No âmbito dessa parceria, desde 2013 são ministradas palestras sobre Literatura Brasileira, História do Brasil e Língua Portuguesa - vertente brasileira, conduzidas pelas professoras do CCBF no âmbito dos cursos de graduação e mestrado na referida instituição de ensino. Tais palestras e simpósios são considerados matérias "eletivas", integrando a grade curricular e, por isso, contam como créditos. Esse acordo de cooperação possibilitou que, como raramente ocorre, o currículo de uma instituição acadêmica do nórdica contasse com disciplinas referentes especificamente ao português de vertente brasileira. Essa iniciativa tem gerado aumento significativo na demanda de alunos interessados nos estudos de diferentes temáticas relacionadas ao Brasil, indicando terreno fértil para o oferecimento de outras matérias no domínio dos estudos brasileiros naquela instituição.

A parceria com a Universidade de Helsinque também inclui a organização de eventos para capacitação de professores de língua portuguesa na Finlândia, com vistas a solidificar a presença do

português de vertente brasileira no país, bem como consolidar uma rede de trabalho e de troca de informações entre os profissionais do ramo. Desde 2013, o CCBF organiza, na universidade, o "Seminário sobre a Pluralidade da Língua Portuguesa", sempre com a presença de palestrantes especialistas em diversos temas de interesse geral para o estudo e o ensino do idioma. Em 2014, a segunda edição do Seminário, conduzida pelo professor Marcos Bagno, debateu o tema "O Potencial do Português Brasileiro como Língua Internacional". O evento contou com a participação de alunos e de professores do curso de Letras da Universidade de Helsinque, além de profissionais das áreas de tradução e interpretação. Os presentes elogiaram a iniciativa do CCBF em promover um evento de aprimoramento profissional desse tipo, considerando-a inédita no país.

O CCBF também apoiou a realização do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na Finlândia. Além de estar em contato com estudantes e instituições de ensino locais, o Centro Cultural prestou apoio aos estudantes brasileiros que estiveram no país e os auxiliou na busca por oportunidades de estágios. O Centro Cultural elaborou o "Guia para alunos e pesquisadores do Programa Ciência sem Fronteiras", disponibilizado aos estudantes, via internet. Com relação ao apoio aos estágios, foram enviadas correspondências aos Presidentes e Diretores Executivos de empresas finlandesas, que atuam ou possuem interesses comerciais ou de investimentos no mercado brasileiro, com vistas a solicitar que fossem oferecidos estágios para os alunos do Programa Ciência sem Fronteiras.

"Uma das mais recentes iniciativas promovidas pelo CCBF foi a elaboração de cursos especiais de língua portuguesa, voltados especificamente para delegações finlandesas programadas para visitar o Brasil. O primeiro curso teve início em janeiro de 2015, ministrado para o Comitê Paraolímpico Finlandês, com o intuito de atender necessidades específicas de funcionários e atletas no tocante a uma melhor aclimatação antes da realização dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016".

Paralelamente à atuação mais aprofundada no contexto das cooperações educacionais, o CCBF busca continuamente novas parcerias com instituições e eventos culturais na Finlândia, com o intuito de manter a estreita interação com o público local. Em 2014, o Centro Cultural participou do maior festival multicultural da Finlândia, o "Maailma Kylässä" ("Vila Mundial"), evento com duração de dois dias, que é realizado no centro da cidade de Helsinque, e conta com a participação média de cerca de 85 mil visitantes. Com o tema "América Latina", o festival ofereceu nesse ano um vasto programa com centenas de expositores e atrações culturais diversas. Representando o Brasil na tenda literária, o CCBF apresentou tributo a Vinícius de Moraes, no âmbito do qual foram apresentadas algumas de suas famosas canções e poesias. A fim de promover os cursos de língua portuguesa e suas atividades culturais, o Centro

também manteve um estande na referida tenda, durante todo o festival.

Uma das mais recentes iniciativas promovidas pelo CCBF foi a elaboração de cursos especiais de língua portuguesa, voltados especificamente para delegações finlandesas programadas para visitar o Brasil. O primeiro curso teve início em janeiro de 2015, ministrado para o Comitê Paraolímpico Finlandês, com o intuito de atender necessidades específicas de funcionários e atletas no tocante a uma melhor aclimatação antes da realização dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016. Trata-se de um modelo de curso que compreende aulas de língua portuguesa e de cultura brasileira, voltadas para situações que serão vivenciadas pelo grupo no âmbito do evento em questão. Curso especial semelhante foi ministrado para outra Delegação, ligada à associação sem fins lucrativos Skills Finland, que participou da "WorldSkills", a maior competição de educação profissional do mundo, realizada em agosto de 2015, em São Paulo, sob a organização do SENAI.

O corpo discente do CCBF conta, atualmente, com a participação de pessoas que são referência nos meios esportivo, empresarial e educacional da Finlândia, além diplomatas finlandeses e estrangeiros, entre outras autoridades do Governo da Finlândia.

A esse público, somam-se, ainda, alunos muito especiais: os filhos de pais brasileiros e finlandeses que fazem parte da Oficina para Crianças. Desde 2008, o Centro tem organizado essa oficina, para crianças de 5 a 10 anos que falam a língua portuguesa com pelo menos um dos pais. As aulas são ministradas no âmbito do ensino do português como Língua de Herança, envolvendo atividades artísticas que remetem as crianças aos aspectos fundamentais da cultura brasileira, como forma de criar ou manter na criança o vínculo afetivo com o Brasil.

A história e o presente momento apontam as chaves para o futuro do CCBF: ao longo do tempo, o Centro Cultural seguirá se reinventando, ressignificando as estratégias de interação e o conceito de multiculturalidade como forma de atender as necessidades mais específicas do público local – em consonância com o crescente interesse da Finlândia no Brasil – e de divulgar cada vez mais a vertente brasileira da língua portuguesa no país.

Brasil / Angola

Centro Cultural Brasil-Angola

Centro Cultural Brasil-Angola: valorização da cultura brasileira na África

Em 03 de novembro de 2003, durante a visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola, pouco mais de um ano após o fim da guerra civil angolana, foi inaugurada a "Casa de Cultura Brasil-Angola e Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo", em instalações provisórias, no bairro operário de Luanda. O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, também prestigiaram a inauguração da Casa, ocasião em que foi aberta a exposição fotográfica "Brasil e África - Similaridades".

Não obstante suas dimensões modestas, a primeira Casa de Cultura Brasil-Angola desenvolveu importantes atividades, como cursos de língua portuguesa e literatura brasileira, além de eventos culturais variados. Ao longo de 2014, quase 400 alunos frequentaram os cursos regulares de língua portuguesa, ministrados por dois professores orientados por uma coordenadora pedagógica. O público é formado, em sua maioria, por jovens estudantes de escolas públicas que buscam aperfeiçoar suas habilidades linguísticas e conhecer melhor a cultura brasileira. Uma das prioridades da Casa é o incentivo à leitura. Nesse sentido, a instituição zela por seu acervo bibliográfico, atualmente com mais de 7.000 títulos. Mais de 1.300 empréstimos são realizados por semestre.

Constam entre as atividades culturais realizadas pela Casa de Cultura Brasil-Angola exposições de artes plásticas, ciclos de palestras, cursos de introdução à literatura brasileira, bem como oficinas de teatro, de "contação" de histórias e de brincadeiras infantis. As Mostras de Cinema Brasileiro, promovidas anualmente desde 2011, também marcaram a cena cultural de Luanda, capital que conta com poucas salas de cinema.

Um dos principais projetos desenvolvidos pela Casa é o Café Literário, momento de conversa com um especialista ou convidado de notório saber literário, que expõe um tema e responde perguntas do

público. Ao final, conferencista e público confraternizam, saboreando um café e prosseguindo o debate. Silviano Santiago, Ieda de Oliveira, Celestina Fernandes, António Fonseca e Luis Mendonça são alguns dos palestrantes que já participaram do Café Literário.

A Casa sempre dedicou especial atenção ao público infantil. No que tange à promoção da leitura entre os mais jovens, uma das atividades de destaque é o projeto "Sopa de Letrinhas", que consiste em sessões de "contação" de histórias, das quais participam a equipe da Casa e, por vezes, convidados. O projeto, criado em 2009, já beneficiou milhares de crianças, entre alunos de escolas públicas, moradores de comunidades adjacentes à antiga sede e jovens assistidos por instituições beneficentes. O projeto, sempre acolhido com entusiasmo pelo público, conta com o reconhecimento de educadores e familiares das crianças.

"Além de um pólo cultural para a cidade de Luanda, é certo que, com a nova sede, o CCBA será um espaço de grande visibilidade para a cultura brasileira e um marco na atualização das históricas relações entre Brasil e Angola"

A história da Casa de Cultura foi pontuada por eventos de grande repercussão junto a amplo público, como as exposições "Agudás", do fotógrafo brasileiro Milton Guran (2004) e "Espírito", do artista plástico angolano Hildebrando de Melo (2006), bem como por atividades mais voltadas para artistas, educadores e formadores. Entre estas, destacam-se a Oficina Teatral de Língua Portuguesa, com a atriz e diretora brasileira Tânia Pires (2009); a Oficina Brincante (2011); e a oficina literária com a escritora Ieda de Oliveira.

Por seu apoio à promoção das artes e em reconhecimento ao dinamismo e à qualidade de sua programação, a Casa de Cultura Brasil-Angola foi distinguida em 2014 com o Diploma de Honra do Ministério da Cultura de Angola.

Desde o primeiro semestre de 2015, a instituição tornou-se aplicadora do CELPE-Bras, certificado de proficiência em língua portuguesa e requisito para estudantes estrangeiros que desejam ingressar em universidades públicas brasileiras.

Nova sede

Em 2009, Brasil e Angola assinaram acordo para a criação de novos centros culturais dos dois lados do Atlântico. Angola recebeu a Casa de Angola no Brasil, em prédio histórico na região central de Salvador, doado pelo Governo baiano. Em contrapartida, o Brasil foi presenteado pelo Governo angolano, por intermédio da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), com uma nova sede para o agora denominado Centro Cultural Brasil-Angola, localizada onde outrora funcionou o Grande Hotel Luanda, edifício tombado pelo patrimônio histórico da cidade.

Na época em que foi construído, no início do século XX, o Grande Hotel Luanda representava o máximo de conforto e sofisticação. Mais tarde entrou em decadência, tendo sido fechado no final do governo colonial português, na década de 1970. Desde o dia 7 de setembro de 2015, quase um século depois de seu apogeu, o edifício, totalmente restaurado, acolhe o Centro Cultural brasileiro.

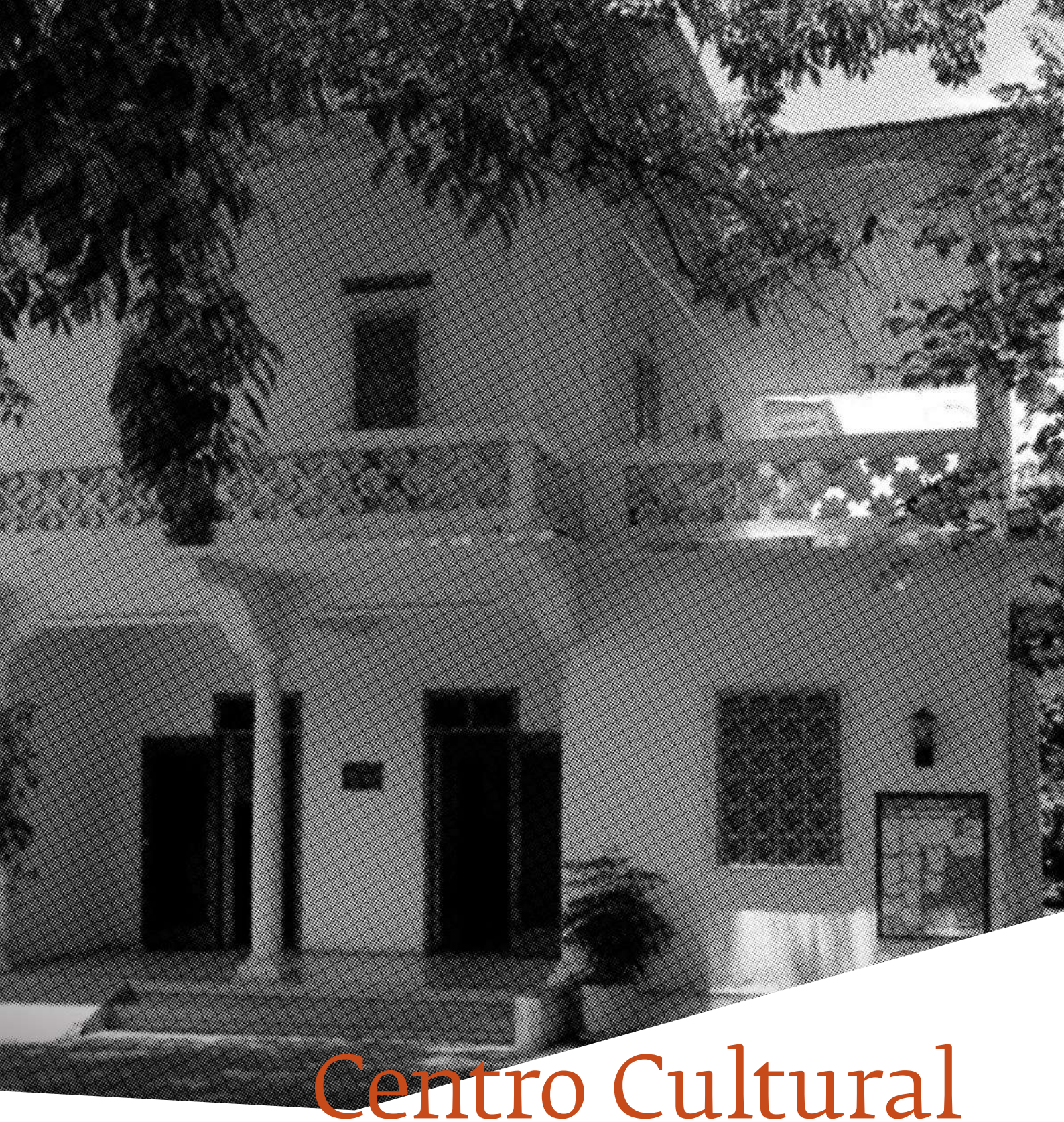
O projeto de adaptação procurou preservar as características principais da edificação original. Além da fachada, manteve-se o pátio voltado para a Rua Friedrich Engels, coberto por um zenital de vidro. O pátio central foi transformado em um teatro com capacidade para 175 lugares, sendo cinco para cadeirantes. Trata-se da mais confortável sala do país e que acolherá, sem dúvida, grandes espetáculos teatrais e musicais, a começar pelo concerto Kalunga II, reedição do lendário evento de 1980, protagonizado em Angola por grandes nomes da música brasileira. Digna de nota também é biblioteca, onde o acervo formado ao longo dos anos de existência da antiga Casa está agora plenamente acessível aos leitores, que contam também com mobiliário convidativo e iluminação adequada.

A nova sede do Centro Cultural Brasil-Angola dispõe ainda de quatro salas de aulas, seis salas para oficinas, salão para exposições, espaço para leitura de revistas e periódicos, sala de leitura infantil e um Café-Livraria, além das salas da administração e de local para a recepção de visitantes. No total, são 1.600 m² de área construída. Em vista das excelentes instalações, estima-se que o dinamismo da programação da antiga Casa seja potencializado no novo Centro, atraindo cada vez mais artistas talentosos para seus projetos. Dispondo de numerosos espaços, o CCBA pode inclusive acolher eventos simultâneos.

Em suas novas instalações, o Centro tem seu escopo ampliado e está aberto a eventos relevantes para as relações Brasil-Angola, ainda que não estritamente artísticos. Conferências sobre economia e comércio bilateral, cerimônias de outorga de títulos e entrega de diplomas, coletivas de imprensa de interesse brasileiro são apenas algumas das atividades que poderão vir a ser realizadas no novo espaço.

O Centro Cultural Brasil-Angola, com sua apresentação impecável, é desde já uma referência no cenário cultural de Luanda, muito carente de espaços culturais adequados e bem-equipados. Sabe-se, porém, que uma boa infraestrutura não basta para a concretização de eventos memoráveis. Nesse sentido, está sendo elaborada uma programação com vistas a ocupar todo o potencial de suas instalações. Além de um pólo cultural para a cidade de Luanda, é certo que, com a nova sede, o CCBA será um espaço de grande visibilidade para a cultura brasileira e um marco na atualização das históricas relações entre Brasil e Angola.

Brasil/Haiti



Centro Cultural Brasil-Haiti

Centro Cultural Brasil-Haiti: facilitador do crescente intercâmbio cultural

Histórico e infraestrutura

O Centro Cultural Brasil-Haiti (CCBH) foi fundado em 2006 e deu início às suas atividades em 2008. A unidade tem como objetivo promover a cultura brasileira no Haiti, por meio de atividades culturais e da difusão da língua portuguesa, em constante diálogo com a cultura local.

O CCBH está localizado em Pétion-Ville, área metropolitana de Porto Príncipe, capital do Haiti. Trata-se de uma região estratégica: maior centro comercial e área de grande circulação de pessoas. O CCBH está localizado em frente à Place Boyer, uma das pricipais e mais belas praças do país. É uma casa centenária em estilo caribenho, bem preservada, tendo passado por algumas remodelações nas décadas de 1950 e de 2000 – um patrimônio histórico relevante, sobretudo se considerarmos que tantas outras casas, igualmente com valor histórico, ruíram durante o terremoto que atingiu o país em 2010.

A propriedade conta com uma área construída de aproximadamente 600 m², com recepção, secretaria, biblioteca, sala dos professores, entre outros ambientes. O prédio onde são ministrados os cursos conta com três salas de aula e sala de informática. No terreno da propriedade, com três mil m², há um pequeno estacionamento, mini-campo de futebol, dois espaços para atividades culturais – um aberto e outro coberto –, um jardim muito arborizado, além de uma tenda para o ateliê de artes.

Um dos pontos altos do CCBH é o seu espaço amplo e agradável, aspectos bem conhecidos do público local, em especial em região carente de espaços públicos adequados para atividades culturais e educacionais. O Centro Cultural Brasil-Haiti criou, nesta infraestrutura, uma atmosfera dinâmica e acolhedora.

O CCBH no contexto da proximidade cultural entre o Brasil e o Haiti

O Brasil é considerado importante referência para o Haiti em diversas searas: política, econômica, esportiva e, cada vez mais, cultural e linguística. Existem muitos pontos culturais em comum entre o Brasil e o Haiti, para além da latinoamericanidade, especialmente quando pensamos em três grandes grupos étnicos africanos que participaram da formação desses dois povos. Como herança dessa formação étnica, tem-se um país crioulófono com parcelas da população francófonas, em níveis bem variados de domínio da língua. Ademais, verificam-se certa oralidade e certa musicalidade, na dimensão cultural-linguística, traços marcantes no Haiti.

Assim como em outras regiões de influência africana no mundo, a riqueza das expressões artísticas haitianas salta aos olhos, com grande potencial criativo em áreas como a pintura e a escultura, as danças, a literatura e o artesanato. Dessa forma, o CCBH se sente impulsionado a ter, dentro de suas possibilidades, uma agenda de atividades a cada mês, mesmo contando apenas com uma equipe de cinco funcionários, que realizam todo o conjunto de atividades administrativas, pedagógicas e culturais.

Com exceção do futebol - os haitianos têm uma relação profunda com a seleção brasileira, não se conhece a fundo a cultura brasileira no Haiti. Ainda assim, os haitianos têm uma visão extremamente positiva do Brasil, o que se evidencia na notável receptividade para com os brasileiros.

Em função da carência de espaços públicos como teatros, cinemas, bibliotecas, espaços de sociabilização e educativos a preços compatíveis com a economia local, o CCBH tem se tornado uma instituição referência. Com suas atividades, o Centro Cultural atrai cerca de 500 pessoas por mês às suas dependências, alcança milhares através de publicações em sua página no Facebook (/CentreCulturelBresilHaiti) e armazena mais de três mil contatos de e-mails em seu banco de dados. O público do CCBH é variado, com pessoas de diferentes idades e diversos níveis de escolaridade. O Centro Cultural é muito procurado também por estrangeiros que residem no Haiti. A boa reputação e a excelente localização têm rendido ao Centro convites interessantes de artistas e organizações culturais parceiras, a exemplo do Institut Français d'Haïti, Fokal, Nuit Blanche, Festival Iberoamericano de Cinema, entre outros.

Processo de consolidação do CCBH

Desde 2008, quando efetivamente inicou suas atividades, o CCBH desenvolveu quase ininterruptamente atividades educacionais e culturais. Semestralmente, dezenas de estudantes ingressam dispostos a uma formação de três anos em Língua Portuguesa e Cultura Brasileira. Com relação às atividades culturais, o CCBH ofereceu inicialmente curso de música brasileira, informática e capoeira, este presente até hoje. Posteriormente, sessões regulares de cinema e exposições entraram para a programação do Centro Cultural.

Um dos desafios que sempre atravessava o CCBH era o de encontrar profissionais brasileiros no país. Em seguida, vinha a dificuldade de permanência destes no Centro Cultural, no longo prazo, o que fez com o que o CCBH tivesse alta rotatividade de professores.

Nesse contexto, buscou-se selecionar profissionais interessados em permanecer um período maior no Centro Cultural, inclusive com a contratação de professores haitianos. A maior estabilidade do corpo docente possibilitou a consolidação do programa pedagógico e também cultural do CCBH. Com o tempo, também houve melhor compreensão da dinâmica local, em que existem circuitos culturais específicos, níveis variados de alfabetização na língua materna, certo bilinguismo por parte de parcelas da população, dificuldades de acesso às bibliotecas e a suprimento constante de eletricidade.

Entre 2008 e 2012, um Leitor Brasileiro em Porto Príncipe exercia funções de coordenação do Centro Cultural. Desde então, foi contratado um diretor específico para o CCBH, que pode levar adiante a consolidação da unidade. Houve reestruturação de vários espaços da unidade, modernização de equipamentos e realização de pequenas reformas na sede centenária da unidade, que “sobreviveu” a um terremoto. O espaço usado para atividades pedagógicas e culturais foi reconstruído, a sala de informática recebeu novos computadores, foi feita aquisição de projetor e de tela móvel para o cinema, entre outras melhorias.

O Centro Cultural passou a estabelecer contato mais dinâmico com seu público, com a produção de panfletos com sua programação mensal, com a criação de página no Facebook e com o envio periódico de notícias por e-mail. Com o oferecimento regular de atividades, o público tornou-se mais assíduo e mais numeroso.

Os cursos de língua portuguesa do Centro Cultural Brasil-Haiti

O ensino de Língua Portuguesa de variante brasileira é o carro-chefe das atividades do Centro Cultural desde sua fundação.

Atualmente, o "Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira" orienta-se pelos padrões do CELPE-Bras e divide-se nos níveis: Básico I e II; Intermediário I e II; Avançado I e II.

Até 2012, o CCBH ofertava 120 vagas até o 4º nível do curso. Desde então, passou-se a oferecer 200 vagas por semestre, melhor distribuídas entre os seis níveis da programação. Ainda assim, a lista de espera para o curso Básico I costuma ultrapassar cem pessoas.

Nos últimos anos, o Centro Cultural passou a trabalhar com Testes de Nivelamento, que permitem aos alunos entrar em nívei mais avançados, com redução da demanda pelo nível básico. A fim de diminuir a evasão e a repetência, foram criados Plantões de Dúvidas em sessões individuais ou em pequenos grupos. Também passaram a existir Grupos de Conversação, com oportunidade de imersão para os alunos que têm objetivo de ampliar o aprendizado da língua portuguesa. A fim de valorizar o esforço dos alunos, é realizada cerimônia de entrega de certificados ao fim de cada bloco do curso.

"Como resultado de diversos recitais de poesia que foram realizados no Centro Cultural, foi desenvolvido um curso de tradução poética e fundado um grupo de trabalho sobre o tema, o qual se debruçou sobre a tradução de obras poéticas dos dois países, as haitianas para português, e as brasileiras para francês e crioulo. O trabalho resultou em uma antologia inédita de autores contemporâneos".

Além dos cursos regulares, nos últimos anos, o CCBH realizou diversos cursos de língua portuguesa em caráter especial, para policiais haitianos integrantes de projeto de cooperação da Embaixada em Porto Príncipe, que foram ao Brasil aperfeiçoar sua formação profissional, e para turma de diplomatas do Ministério de Relações Exteriores haitiano. Além disso, a unidade apoiou, com a realização de minicursos ou com suporte administrativo (difusão, recebimento de inscrições etc) os programas de intercâmbio PEC-G e Pró-Haiti, entre outros. Além disso, o CCBH também contribui para ensinar português aos funcionários locais da Embaixada do Brasil.

O CCBH já teve, entre seus alunos, profissionais das mais diversas áreas e com as mais variadas repercussões de seus trabalhos na sociedade: professores, escritores, pintores, músicos, jornalistas e cantores, diretor de hospital, funcionários do governo haitiano, diversos pastores e padres, diversos alunos das universidades públicas do Haiti, empresários da área de esportes, de turismo, artesanato, da empresa Brana, maior produtora nacional de bebidas, entre outros.

Atividades educacionais especiais do CCBH

O CCBH criou uma série de projetos culturais e educacionais que servem como apoio didático e estão em consonância com sua missão de divulgar a cultura brasileira no Haiti.

O Centro Cultural mantém a Biblioteca Milton Santos, que conta atualmente com cerca de 6 mil livros e realiza mais de cem empréstimos mensais. A biblioteca já realizou exposições de obras de Monteiro Lobato, Dorival Caymmi e de Jorge Amado, não raro com a apresentação de palestras sobre esses assuntos e abordagem da obra desses autores nos cursos de português.

Desde 2013, o CCBH mantém uma videoteca, a qual oferece ao público a possibilidade de ver filmes brasileiros do acervo da unidade. Atualmente, cerca de 70 espectadores utilizam os materiais a cada mês – os mais ávidos já assistiram a todos os filmes da coleção.

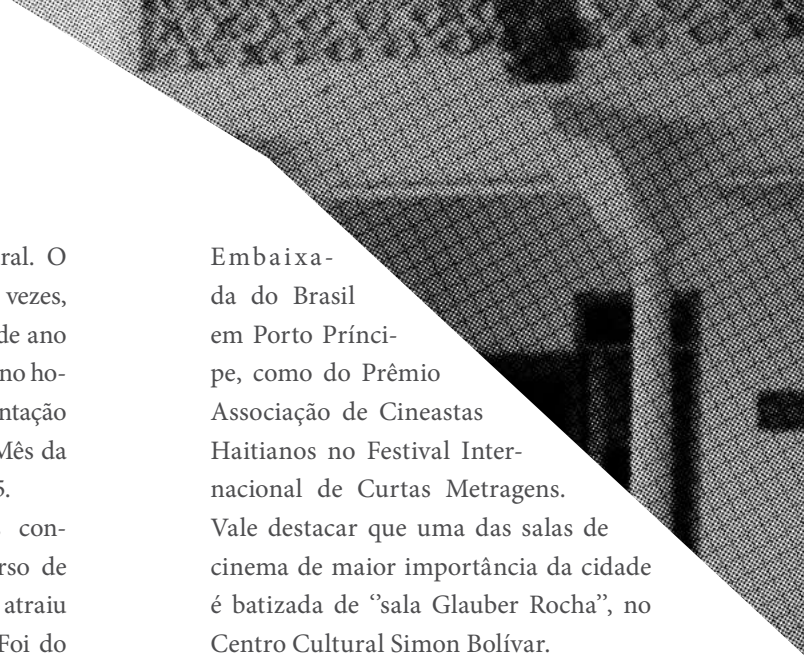
Em 2014, foi criado um Centro de Estudos no CCBH, como é chamado o grupo de interessados em realizar pesquisas sobre a realidade brasileira, com o apoio da equipe do Centro Cultural. Pesquisas sobre meio ambiente e sobre o ensino da língua portuguesa para estrangeiros resultaram em publicações que podem ser encontradas na biblioteca do CCBH.

Atividades culturais promovidas pelo CCBH

Na área de literatura, o CCBH organizou um grupo de tradução e interpretação. Como resultado de diversos recitais de poesia que foram realizados no Centro Cultural, foi desenvolvido um curso de tradução poética e fundado um grupo de trabalho sobre o tema, o qual se debruçou sobre a tradução de obras poéticas dos dois países, as haitianas para português, e as brasileiras para francês e crioulo. O trabalho resultou em uma antologia inédita. Foram escolhidos autores contemporâneos, mantendo assim a prioridade de revelar artistas vivos. Com apoio do MRE, esse trabalho aguarda apenas os direitos autorais da família de dois autores que faleceram durante esse período para sua publicação. O grupo pretende, futuramente, trabalhar na criação do primeiro dicionário de português brasileiro/crioulo haitiano.

Em 2014, o CCBH recebeu uma das raras exposições de histórias em quadrinhos realizadas no Haiti, com foco em criadores contemporâneos brasileiros. O artista e representante da Associação de Quadrinistas de São Paulo André Alonso trouxe mais de 30 quadros para exposição, intermediou a doação de 45 obras de histórias em quadrinhos para o CCBH e proferiu palestra para os interessados.

Na área da música, o CCBH, desde seus primórdios oferece cursos de música brasileira, com grande procura local, em especial junto aos músicos profissionais da região. Além do Festival Internacional de Jazz, que o Brasil patrocinou e que contou com a colaboração do CCBH, a atividade musical de maior repercussão nos últimos anos é o coral do CCBH, além de outros



corais de alunos do Centro Cultural. O grupo coral apresentou-se diversas vezes, como nas Festas Juninas e de final de ano do CCBH, no 7 de Setembro de 2011 no hotel Karibe, na MINUSTAH, e, apresentação de maior repercussão, na Festa do Mês da Independência, em setembro de 2015.

O CCBH promoveu diversos concursos em sua história. O Concurso de Redação da Rede Brasil Cultural atraiu constante interesse dos haitianos. Foi do CCBH um dos ganhadores da edição 2015 e uma das menções honrosas de 2013. Em 2014, o Centro Cultural realizou concurso de fotografia panorâmica durante a Nuit Blanche, um evento cultural tradicional no Haiti, e o concurso de fotografia comemorativo da Copa do Mundo de 2014, ''Cenas de futebol'', em parceria com instituições locais.

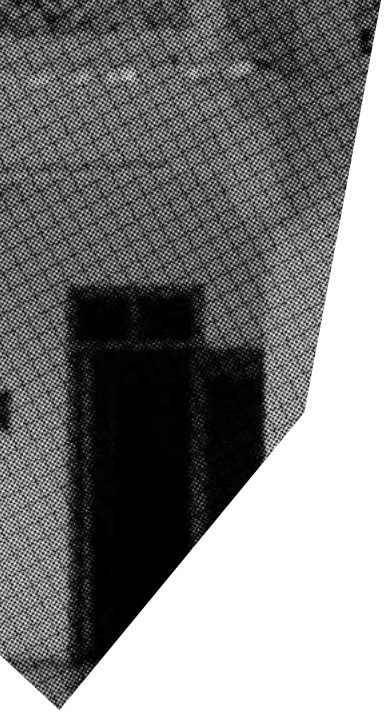
O Centro Cultural reserva um espaço em sua programação para conferências com personalidades das mais variadas áreas. Já foram promovidas mais de 35 conferências, algumas com notável repercussão no meio acadêmico. As mais recentes tiveram temas como a música brasileira, a gastronomia do Brasil e até mesmo a obra de Jorge Amado, que foi apresentada pelo jornalista e historiador haitiano Michel Soukar.

A realização de sessões de cinema é uma das atividades mais tradicionais do CCBH. Tem como marca registrada um público fiel – já que o país sofre com a carência de salas de cinema – e a realização de debates após as projeções, formando assim um cineclube. Em sete anos de atividades, foram projetados mais de cem filmes, muitos deles reunidos em ciclos temáticos sobre documentários brasileiros, música e temas indígenas. Além disso, o CCBH participou de projetos da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, como do Prêmio Associação de Cineastas Haitianos no Festival Internacional de Curtas Metragens. Vale destacar que uma das salas de cinema de maior importância da cidade é batizada de ''sala Glauber Rocha'', no Centro Cultural Simon Bolívar.

O Brasil é um dos oito países participantes do Festival Iberoamericano de Cinema, que teve três edições realizadas até 2015. A cada ano, o CCBH sedia a abertura do evento, além de acolher a projeção de outros filmes iberoamericanos.

O I Festival de Cinema Brasileiro e da Cultura do Brasil aconteceu na ocasião da fundação da cinemateca do CCBH. Participaram do festival personalidades importantes da vida social e cultural haitiana, como o ex-presidente René Preval, o diretor da Escola Nacional de Artes (ENARTS), Phillipe Dodard, o colecionador Jacques Bartoli (responsável pela coleção de arte vodu exposta no museu Afro-Brasil em 2011, em São Paulo), o coletivo literário Tanbou Literè, o proprietário da maior livraria do país, Paulo Dubois, o professor e ativista Camille Chalmers, a pesquisadora haitiana radicada no méxico, Suzie Castor, entre diversos outros. O Festival teve degustação de caipirinha, música brasileira e debate sobre o filme de Jorge Amado na companhia de Michel Soukar, historiador haitiano e grande conhecedor da obra do brasileiro.

As artes plásticas tiveram presença marcante na história do CCBH. Mais de 50 artistas já expuseram no Centro Cultural, tanto esculturas quanto pinturas. Evans Magloire, Saurel Adrien, Arcanje



Déliscar, Charlot Odson e Rénold Laurent foram alguns dos artistas que realizaram exposições individuais. A associação de pintores Rayon de Soleil e o Atelier Internacional de Arte foram alguns que exibiram obras de artistas variados, sempre com notável repercussão na mídia haitiana.

Foram realizados, também, seis ateliês de pintura com diversos artistas haitianos, brasileiros e internacionais. Há 4 anos o CCBH participa do Atelier Internacional de Arte, que congrega artistas e público em oficinas de pintura tanto tradicionais quanto em formatos inusitados, como pintura em roupas e no muro (stencil e graffiti). A oficina de graffiti, na qual mais de 40 participantes acompanharam fala do artista urbano brasileiro Ricardo Tattoo, resultou na pintura coletiva dos muros do CCBH con referências culturais do Brasil e do Haiti.

Na área da fotografia, o CCBH recebeu exposições do brasileiro Cristian Cravo, que exibiu imagens registradas no Haiti, do francês Pierre Verger (2012), também de fotos feitas no Haiti, com a projeção, em caráter complementar, do filme "Pierre Verger, mensageiro entre dois mundos". Em 2011, foi o fotografo haitiano Josué Azor que expôs imagens sobre o Brasil. O artista iltaliano Roberto Sthepenson exibiu seus registros de Porto Príncipe; e, por fim, passou pelo CCBH a exposição ''Scénes du foot'', resultante de um prestigioso concurso de fotografia que premiou vários fotógrafos haitianos.

As danças brasileiras também têm destaque no CCBH. É ofertado curso de danças em parceria com professores brasileiros e haitianos de ritmos como samba, axé, forró e ciranda desde 2008. Complementam o curso de danças as aulas de percussão, em parceria com professor haitiano. O Centro Cultural também oferta curso de capoeira desde sua inauguração, com cerca de 30 alunos. Também são frequentes as apresentações, discussões e projeções de filmes sobre a luta brasileira.

A Festa Junina do CCBH é um evento tradicional, com diversas edições realizadas, com participação de até 300 participantes e quadrilha com 40 dançarinos. Nessas ocasiões, foram oferecidas aulas de danças juninas, durante preparação para o grande evento.

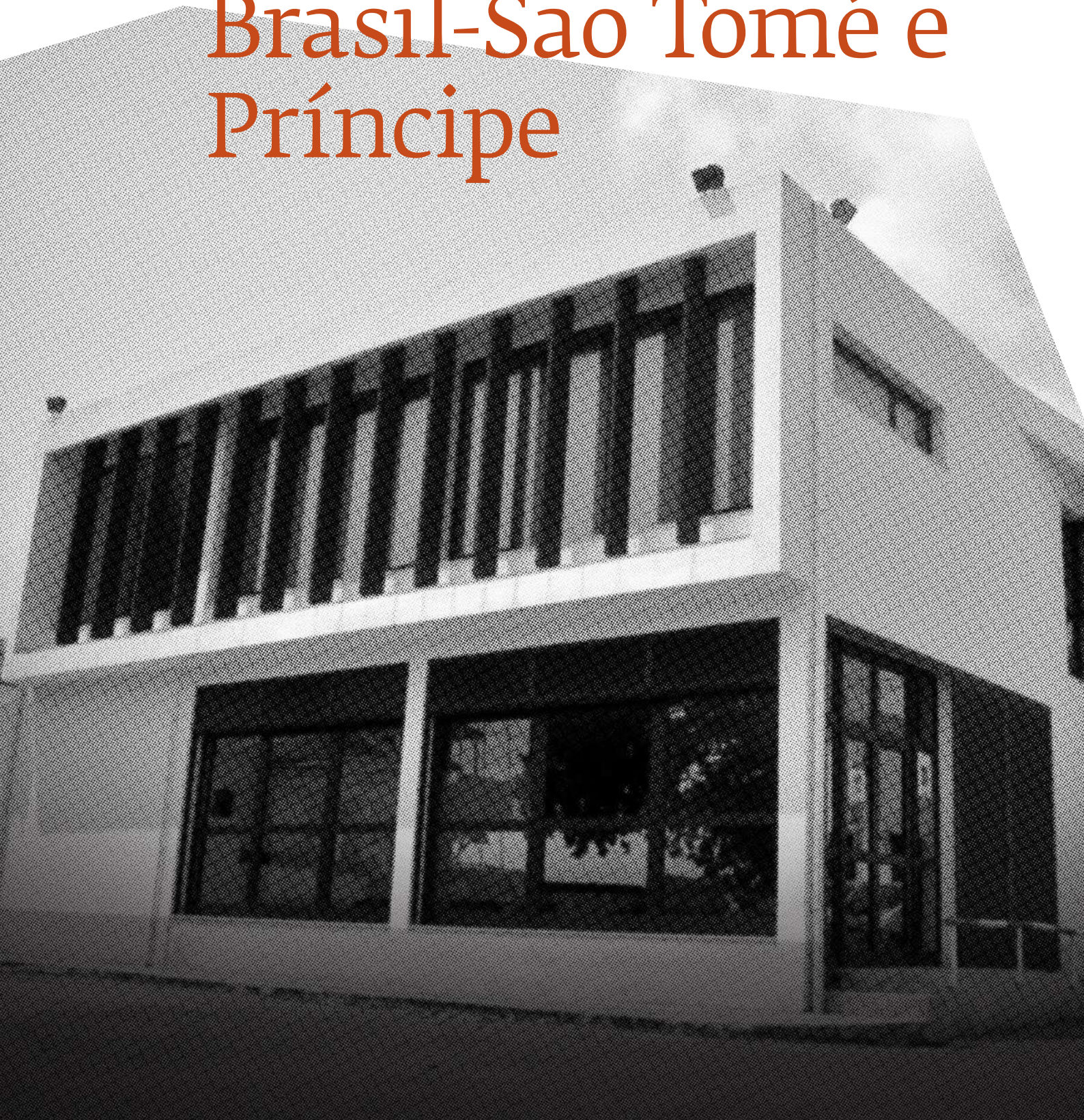
O Centro Cultural Brasil-Haiti marcou presença em importantes eventos culturais no país caribenho. Em 2013 e 2014, esteve no "Festival Nacional de Poesia de Jéremie"; em 2014, no "Festival de Letras e Artes de Port de Paix" e na "Nuit blanche"; em 2013, no "Livres en folie"; em 2012 e 2013 no "Festival Internacional de Dança".

O Centro Cultural Brasil-Haiti acolheu o lançamento de diversos livros, entre eles do ''Regwoupman ekriven kreyòl'', grupo de escritores apoiadores da recém fundada Academia Crioula de Letras, e do livro "Fulano Fulano/Jepyepyeje", de poesia bilíngue (português e crioulo) escrito por estudantes haitianos no Brasil.

Apesar de atuar em contexto marcado por desafios, o CCBH tem-se firmado como uma das principais instituições culturais estrangeiras no Haiti e plantado sementes da cultura brasileira em solo haitiano, que a ela tem-se mostrado extremamente receptivo. A impressão que fica é que o intercâmbio cultural tão particular promovido pelo CCBH ainda muito frutificará.

Brasil / São Tomé e Príncipe

Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe



Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe: divulgação da cultura brasileira e compromisso com causas sociais

O Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (CCBSTP), inaugurado em 20 de março de 2008, faz parte da estrutura da Embaixada do Brasil em São Tomé e tem o objetivo de desenvolver atividades relacionadas ao ensino da Língua Portuguesa, em sua vertente brasileira. Promove, também, exposições, sessões de cinema, concertos, seminários, palestras, entre outras iniciativas voltadas à difusão da cultura brasileira.

As instalações do Centro Cultural são recentes, tendo sido o edifício que o abriga construído nos anos de 2007 e 2008, como parte do projeto de ampliação da Embaixada brasileira, localizada no Largo de Santo Antônio, à margem esquerda da Baía de Ana Chaves. O moderno prédio contém sala de exposições e auditório com capacidade para 80 pessoas, os quais se comunicam com o subsolo do prédio principal da Chancelaria - este de traços arquitetônicos luso-coloniais, onde estão localizadas as salas de leitura e de acesso à Internet.

A despeito de o edifício do Centro Cultural ter apenas 8 anos, sua importância como espaço de difusão cultural é amplamente reconhecida pelo Governo e pela sociedade santomenses, seja pelos recorrentes pedidos de uso do espaço para atividades oficiais de cunho cultural, seja pelo constante fluxo de jovens e adolescentes que frequentam a biblioteca e a sala de exibições do Centro Cultural.

A divulgação da cultura brasileira em São Tomé e Príncipe tem tomado, como particularidade, o compromisso com a questão social. Tal diretriz permite que o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe se constitua num espaço à disposição de todas as camadas sociais da população no que diz respeito ao oferecimento de cursos, além de atividades tanto culturais quanto educativas.

O CCBSTP promove, regularmente, diversos cursos de língua portuguesa, exibições de filmes brasileiros, exposições de artes plásticas, eventos gastronômicos, oficinas e apresentações teatrais. Na área da educação, divulga os programas de cooperação para o ensino superior como os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG) e o processo seletivo da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Desde sua inauguração, o CCBSTP vem desenvolvendo, de forma pioneira no país, o ensino da língua portuguesa para estrangeiros, tendo como base a variante brasileira, modalidade ainda pouco aplicada nos cursos de graduação em Letras da Universidade de São Tomé e Príncipe. Gradualmente, a grade de cursos foi diversificada, com a abertura de oficinas e cursos de aprimoramento de conhecimentos sobre o uso do idioma e da competência comunicativa.

Entre os cursos ofertados pelo Centro Cultural, em 2015, está o "Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros", com foco no uso da língua portuguesa como ferramenta de trabalho, utilizando uma abordagem comunicativa, em cinco módulos de 36 horas-aula. Outra oferta é a do "Curso de Redação e Produção Textual", que apresenta os diferentes tipos de textos e as características que marcam cada um, com ênfase à redação de textos dissertativos-argumentativos. O público participante deste curso, em sua grande maioria, é composto por estudantes do 12º ano do ensino secundário com interesse em concorrer a vagas de graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Os "Cursos e oficinas de Língua Portuguesa Infantil" têm por objetivo motivar o interesse da criança pela aprendizagem da língua portuguesa, por meio do incentivo à leitura. Para isso, as aulas trabalham gêneros literários como contos, poesias, fábulas, parlendas e adivinhas, de forma contextualizada com o cotidiano santomense, permitindo, assim, acesso ao mundo da escrita, das suas funções, formas, expressões e diversidades.

Há, ainda, um "Curso Preparatório ao CELPE-Bras", que decorre do credenciamento do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, em março de 2014, como posto aplicador do exame e da obrigatoriedade de apresentação do mencionado certificado nas inscrições aos programas educacionais Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). O "preparatório" objetiva possibilitar aos alunos a aquisição do idioma português, por meio do conhecimento dos valores culturais do povo brasileiro, veiculados linguisticamente em situações e contextos relevantes e diversificados de uso e, com isso, prepará-los ao exame de certificação do CELPE-Bras.

O Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe conta com a Sala de leitura Cecília Meireles, inaugurada em 2 de dezembro de 2010, com objetivo de proporcionar incentivo à leitura e promoção da língua portuguesa. A sala oferece rico acervo bibliográfico, passível de empréstimo, sobre diversos temas, como literatura de referência, didáticos em geral, história, política, relações internacionais, arte, entre outros. A sala dispõe, ainda, de espaço para leitura, consulta, bem como acesso gratuito à Internet, para os leitores cadastrados, servindo de meio de inclusão digital. Em 2014, a Sala de Leitura Cecília Meireles teve o registro de 2,7 mil visitas, a maior parte delas de estudantes do ensino secundário de São Tomé e Príncipe.

"O Centro Cultural também apoia a realização do Workshop de Investigação Científica de São Tomé e Príncipe, o principal evento acadêmico de cunho científico do país, que divulga resultados de pesquisas realizadas nas ilhas e no exterior, principalmente pelos estudantes santomenses, no âmbito dos programas como o PEC-G e PEC-PG".

O Centro Cultural mantém, também, o projeto "Leitura na Praça", com intuito de promover o acesso e o incentivo à leitura, possibilitando que tanto crianças quanto adolescentes e adultos possam entrar em contato mais ativo com a literatura, em suas diferentes formas de expressão, fora do espaço físico do CCBSTP. No evento, são expostos cerca de 250 exemplares do acervo da sala de leitura do CCBSTP em um varal de livro, integrados com uma programação lúdica baseada na narração de história, pintura facial, jogos de adivinhação, leitura dinamizada pelo público e exibição de episódios do Programa "Livros Animados", do acervo da TV Escola.

Em diferentes oportunidades, o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe apoia a realização de projetos culturais no país. Um dos mais importantes foi a publicação de "Versos", do poeta santomense Caetano Costa Alegre, disponibilizada e distribuída pela Embaixada do Brasil em São Tomé. Na ocasião do lançamento, mais de mil exemplares foram oferecidos gratuitamente para a sociedade santomense, bem como para instituições brasileiras.

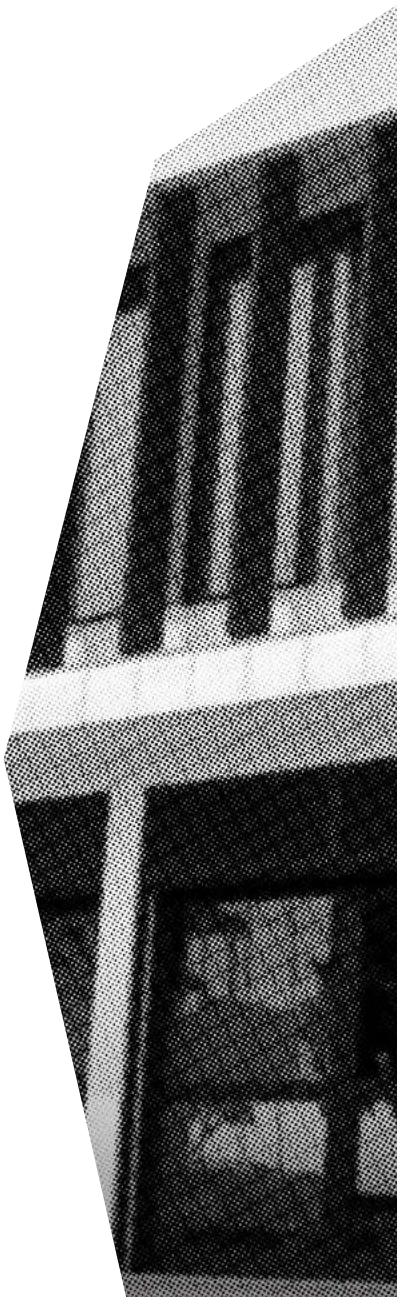
Entre as atividades culturais promovidas pelo Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, a música brasileira tem papel de destaque. Nesta vertente cultural, destaca-se a apresentação da cantora Renata Jambeiro, que, em 2009, promoveu show inspirado em pesquisa sobre a musicalidade africana e suas vertentes. Outro exemplo foi a apresentação da intérprete Tereza Gama, em 2012, que, por sua vez, produziu espetáculo com ênfase no samba de partido-alto.

Um dos exemplos de grande repercussão e inserção cultural brasileira é a Festa Junina de São Tomé e Príncipe, que entrou no calendário oficial santomense como referência de atração cultural, com média de público de 800 pessoas. O evento, realizado no Largo do Bom Despacho, bem ao lado do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, constitui hoje uma das maiores festas populares de São Tomé e Príncipe, com apresentação da tradicional dança da quadrilha, comidas típicas (mingau de milho, bolos de fubá, milho cozido, maçã do amor, quentão, entre outros), de grupos musicais de forró, sempre com o apoio da Associação dos Ex-Alunos Santomenses Formados no Brasil.

A respeito da Festa Junina, deve ser ressaltado o fato de que o ingresso no evento se dá por meio da doação de alimento não perecível. Após a Festa, os alimentos arrecadados são doados para instituições de caridade e casas de abrigo, criteriosamente selecionadas, dentre as que realizam notáveis trabalhos de assistência em São Tomé e Príncipe. Dessa forma, pode-se afirmar que a Festa Junina permite não somente a divulgação da cultura do Brasil, mas também representa um gesto de apoio amigo do povo brasileiro àquele país.

Anualmente, o Centro Cultural também apoia a realização do "Workshop de Investigação Científica de São Tomé e Príncipe", o principal evento acadêmico de cunho científico do país, com a proposta de divulgar os resultados de pesquisas realizadas nas ilhas e no exterior, principalmente pelos estudantes santomenses, no âmbito dos programas educacionais como o PEC-G e PEC-PG.

Além disso, no programa radiofônico "Estação Brasil", que vai ao ar todas as sextas-feiras, das 15 às 17h, pela Rádio Jubilar de São Tomé e Príncipe (90,9 FM), divulga-se a cultura brasileira e os programas de cooperação da Embaixada brasileira e de seu Centro Cultural.

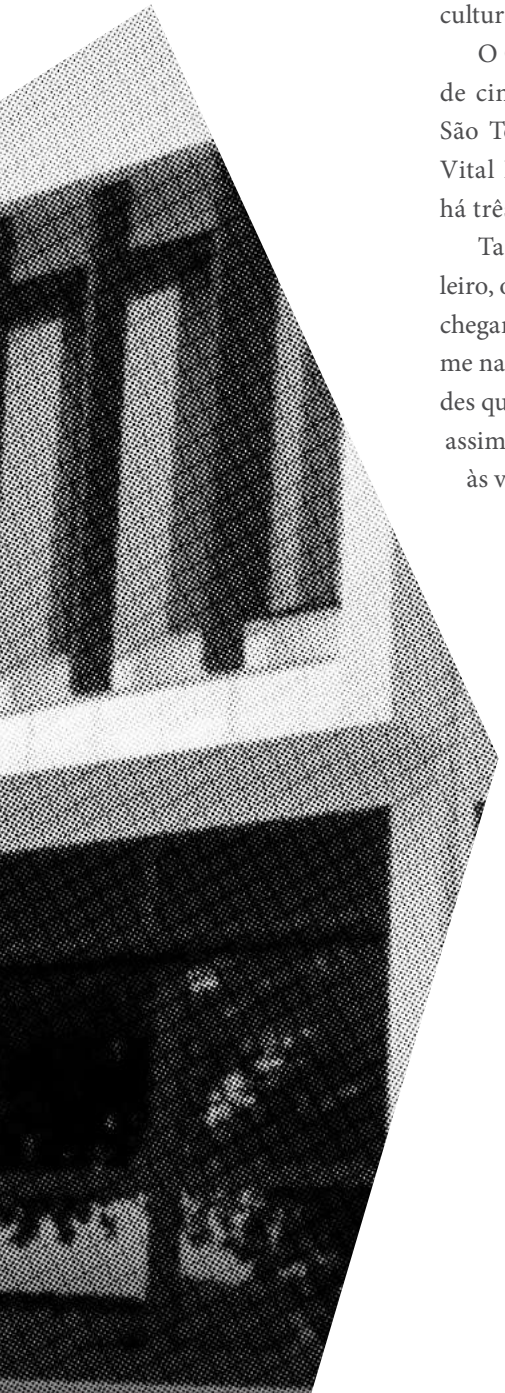


No âmbito da promoção da cinematografia brasileira, o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe realiza exibições, gratuitas, todas as sextas-feiras, das sessões do "Cine Brasileirinho" e do "Cine Brasil", que trazem ao público produções brasileiras ou que tenham marcas da cultura e participação brasileiras.

O Centro Cultural apoiou a realização de mostras de cinema, como a "Mostra Riofilme de Cinema de São Tomé e Príncipe", sob a curadoria do produtor Vital Filho, que divulga o cinema brasileiro no país há três edições.

Também com o objetivo divulgar do cinema brasileiro, o "Cine Brasil Itinerante" tem o propósito de fazer chegar a localidades distantes da capital santomense filme nacional selecionado. É dada preferência a localidades que não tenham acesso a bens culturais, realizando assim uma inclusão sociocultural das populações, que às vezes têm até carência de energia elétrica.

Dessa forma, o CCBSTP tem buscado ser não só um espaço de difusão das culturas brasileira e santomense, mas também local de oferta de atividades culturais para a população santomense e a comunidade estrangeira residente em São Tomé e Príncipe.



Brasil / República Dominicana

Centro Cultural Brasil-República Dominicana

Centro Cultural Brasil-República Dominicana: oportunidades de cooperação com base na língua portuguesa

No dia 23 de março de 2009, foi inaugurado, durante a gestão do Embaixador Ronaldo Dunlop, o Centro Cultural Brasil-República Dominicana (CCB-RD) para atender os interessados em conhecer o Brasil mais de perto e em aprender a língua portuguesa.

Nos dois primeiros anos, o CCB-RD foi dirigido pela Professora Doutora Cristiane Grando. Desde novembro de 2011, o Diretor é o Professor Gregorio Manuel Rivas Guigni.

O CCB-RD está localizado em São Domingos, no Setor de Gazcue, à rua Hermanos Deligne, 52, numa casa histórica - patrimônio da cidade de São Domingos, antiga residência do advogado, poeta, político e diplomata dominicano Enrique Henríquez (1859 – 1940) - que foi restaurada para acolher o Centro Cultural. A instituição possui um total de cinco salas de aula, uma biblioteca, uma cozinha e uma sala de projeção de filmes e eventos.

Além de aulas regulares de língua portuguesa, o Centro Cultural realiza eventos relacionados às culturas brasileira e dominicana. Nas sextas-feiras, são realizados os "Sextartes", série de eventos que abrange ciclos de cinema brasileiro, palestras com personalidades dominicanas e brasileiras, entre outros. Entre os convidados que já passaram pelo Centro Cultural, destacam-se o folclorista dominicano Dagoberto Tejada, o Vice-ministro de Cooperação Internacional, Inocêncio Garcia, a professora Josefina Zaiter, o ex-Vice-ministro de Economia e Planejamento, Rolando Pérez, e o sacerdote José Navarro, Diretor da Pastoral da Criança na República Dominicana.

O CCB-RD realiza, frequentemente, eventos alusivos à cultura brasileira. A cada ano, a festa carnavalesca é comemorada ao estilo particular de uma região brasileira. Nos últimos anos, foram realizadas festas de carnaval típicas da Bahia, de Pernambuco e de Ouro Preto/Minas Gerais. Por sua vez, as festas juninas têm contado com público superior a 400 pessoas, entre alunos, ex-alunos e membros da comunidade brasileira.

Outra série de eventos de muito sucesso são os saraus, realizados para celebrar o aniversário do Centro Cultural (23 de março). Os saraus têm como objetivo expor os talentos artísticos e literários dos alunos e ex-alunos do CCB-RD. Neles são demostradas suas capacidades artísticas, como o canto, a dança, a poesia e a execução de instrumentos como tambores brasileiros, o violino e o violão.

Para realizar as referidas atividades, o CCB-RD tem recebido a valiosa colaboração do grupo "Os Amigos do CCB", formado por estudantes que completaram os cursos de português oferecidos pelo Centro e que procuram manter contato direto com a instituição. Eles se reúnem duas vezes por mês no Centro Cultural com o objetivo de manter vivos os conhecimentos da Língua Portuguesa, bem como participar ativamente de todas as atividades promovidas no Centro.

No tocante às atividades educacionais do CCB-RD, são ofertados cursos de Língua Portuguesa e de Cultura Brasileira em seis níveis, cada nível com duração de três meses, que se completa em dois anos. Além disso, é oferecido curso de Proficiência em Língua Portuguesa, que consta de três níveis e se completa em um ano.

Os cursos de verão têm sido um grande sucesso no Centro Cultural. No mês de agosto, foram apresentadas oficinas de samba, capoeira, percussão, literatura brasileira, fonética, e os cursos de culinária brasileira, este último o mais esperado pelos alunos. Em 2014, o curso de culinária contou com a participação de diversos chefs dominicanos, que procuravam ampliar as ofertas dos restaurantes para os quais trabalham.

Em abril de 2015, um reconhecido restaurante da cidade histórica de São Domingos realizou uma noite dedicada ao Brasil, quando a chef brasileira Denise de Paula preparou diversos pratos brasileiros para a atividade.

Em novembro 2014, iniciou-se o projeto "Brasil 360º", com o objetivo de realizar atividades relacionadas a um estado brasileiro, aprofundar a cultural local, as personalidades destacadas na música e literatura, além de um estudo da história do estado. O projeto finaliza com uma celebração que recolhe os pontos principais da região, inclusive a culinária. A primeira edição do projeto celebrou o "Rio 360º". Para vivenciar a atmosfera carioca, foi criado um ambiente típico de um boteco, com música ao vivo, como os sambas da Lapa e a bossa nova.

Desde 2010, o CCB-RD tem um convênio com o Ministério de Educação Superior Ciência e Tecnologia (MESCyT), através do qual, anualmente, um grupo de jovens profissionais realiza um curso de português intensivo, que os habilita para, posteriormente, realizar cursos de mestrado e doutorado em áreas variadas de conhecimento, no Brasil. Em 2015, 36 jovens participam do curso divididos em dois grupos. Até o momento, 209 profissionais participaram dos cursos de português através desse convênio.

Até abril de 2015, o CCB-RD recebeu 2.562 estudantes, dos quais 327 se formaram no curso regular - 153 dos grupos do MESCyT e 39 dos cursos de proficiência - perfazendo um total de 519 pessoas.

Em setembro de 2011, iniciou-se o acordo do CCB-RD com o Ministério de Relações Exteriores da República Dominicana (MIREX), o qual permite que, a cada trimestre, duas professoras do Centro Cultural ministrem aulas de português no Centro de Idiomas do MIREX. Até o momento, 80 pessoas receberam aulas de português por meio desse convênio.

Em abril de 2012, o CCB-RD foi credenciado como Centro Aplicador do CELPE-Bras. A equipe docente foi treinada por técnicos do INEP e, a partir daquela data, já ocorreram sete aplicações do CELPE-Bras. Nas primeiras seis aplicações 145 pessoas foram aprovadas no exame, o que representa um nível de aprovação de 91%.

A partir de agosto de 2012, foi iniciado o programa de rádio "Brasil Cultural", transmitido pela Radio Educativa Dominicana (95.3 FM), do Ministério de Educação da República Dominicana (MINERD). O programa é realizado pela equipe docente do CCB-RD. Até o momento, já foram produzidos 70 programas sobre diversos temas da cultura brasileira. Em 2014, os primeiros 32 programas foram reunidos em um DVD.

Desde finais de 2012, o CCB-RD vem promovendo a realização de três concursos de redação. O primeiro, sobre "Tiradentes", teve como vencedora a jovem Erielba Gil. O segundo, "O Português como Língua de Comunicação Intercontinental", apontou como vencedora a jovem porto-riquenha Irmarelis Ortiz; o terceiro concurso, cuja temática foi "É o Brasil um País Caribenho?", indicou o jovem Enmanuel Acevedo de la Cruz como primeiro colocado.

"O CCB-RD tem recebido a valiosa colaboração do grupo "Os Amigos do CCB", formado por estudantes que completaram os cursos de português oferecidos pelo Centro e que procuram manter contato direto com a instituição. Eles se reúnem duas vezes por mês no Centro Cultural com o objetivo de manter vivos os conhecimentos da Língua Portuguesa, bem como participar ativamente de todas as atividades promovidas no Centro Cultural".

Em julho de 2013, o CCB-RD iniciou um processo de cooperação com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), através do qual o Centro Cultural tem sido interlocutor para que o CEFET-MG no desenvolvimento de convênios com universidades dominicanas e o MESCyT. Concretamente, já foram estabelecidos convênios com a Universidade Ibero-americana (UNIBE), Universidade APEC e o Instituto Especializado de Educação Superior Loyola (IEESL).

Além disso, o Centro Cultural tem sido ponto focal para que profissionais dominicanos realizem os processos prévios para a matrícula no Mestrado em Engenharia Civil do CEFET-MG, na República Dominicana. O Centro Cultural recebe a documentação, aplica a prova de admissão e o CEFET-MG envia dois professores para realizar as entrevistas finais de seleção. No primeiro processo, seis jovens foram selecionados e, no segundo, três. Todos realizam seu Mestrado com bolsas concedidas pelo CEFET-MG.

No período de 18 de março a 18 de junho de 2015, uma estudante do mestrado em letras e outra do curso de graduação em letras do CEFET-MG realizaram um estágio no CCB-RD. Nesse período, ministraram curso e oficinas de produção textual, fonética, conversação, preparatório ao CELPE-Bras, que permitiram enriquecer a oferta acadêmica do Centro Cultural.

A mais recente parceria entre o CCB-RD e o CEFET-MG é o curso de imersão de português, que foi realizado durante três semanas em Belo Horizonte. Os estudantes ficaram hospedados em casas de família e receberam um curso com uma carga horária de 75 horas, o que permitiu aprimorar o português dos alunos participantes.

Desde agosto de 2013, o CCB-RD tem seu grupo de teatro "Tinta no Palco", que é dirigido pelo jovem ator Tomás Pérez, funcionário do CCB, responsável pela biblioteca e pelos eventos do Centro Cultural. O grupo fez sua primeira apresentação e levou ao palco um fragmento de "Toda nudez será castigada", do dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues. A última apresentação foi realizada em abril de 2015, com a apresentação de "Álbum de família", também de Nelson Rodríguez.

No dia 29 de abril de 2015, foi realizado o "Primeiro Seminário sobre o Ensino do Português na República Dominicana". No evento, pela primeira vez se tentou recolher um pouco da história do ensino de português no país, iniciado há mais de 50 anos, com as professoras de português Celene Brandão Portorreal e Eleny Tabacow, no final da década dos 60.

Para celebrar o dia Internacional do Meio Ambiente, em parceria com o Grupo Ecobasura, foi realizada em junho de 2015, a atividade "Convite à reciclagem". No âmbito do projeto, foram realizadas oficinas para ensinar a classificar, reciclar e aprender a realizar artes manuais com material reciclado. Também foram realizadas palestras, destacando-se a ministrada por um técnico brasileiro de Itaipu, que se encontrava na República Dominicana como parte de um projeto intitulado "Cultivando água boa".

Atualmente, o Centro Cultural Brasil República Dominicana conta com uma equipe de cinco professoras brasileiras, um diretor e também professor, dois auxiliares administrativos e uma auxiliar de limpeza. O CCB-RD teve 411 estudantes inscritos no segundo trimestre de 2015, distribuídos em 31 cursos realizados.

Brasil / África do Sul

Centro Cultural Brasil-África do Sul

Centro Cultural Brasil-África do Sul: agente de aproximação de culturas e de aprofundamento do intercâmbio linguístico

O Centro Cultural Brasil-África do Sul (CCBAS) iniciou suas atividades em outubro de 2009, no contexto de política de expansão das unidades que hoje compõem a Rede Brasil Cultural.

Inaugurado na Chancelaria da Embaixada do Brasil em Pretória, em sala única, que a um só tempo servia de secretaria, administração e sala de aula, o CCBAS mudou-se, em maio de 2011, para instalações autônomas, mais amplas e adequadas, no mesmo edifício da Embaixada, o que permitiu que se desincumbisse melhor de suas funções como agente da diplomacia cultural brasileira.

A decisão da abertura do CCBAS refletia, entre outros fatores, a demanda local pelo ensino da língua portuguesa e o interesse crescente neste país pela cultura brasileira. Em particular, recorde-se que a África do Sul tem, entre seus vizinhos na África Austral, dois países lusófonos - Angola e Moçambique - com os quais mantém intensas relações comerciais, políticas, culturais e populacionais. O intercâmbio regional constitui, pois, estímulo natural ao aprendizado da língua portuguesa.

Igualmente, o adensamento das relações com o Brasil – seja no âmbito bilateral ou multilateral, com destaque para as agendas de grupos como o IBAS, o BASIC, o BRICS e o G-20 – impulsionou a demanda local pelo idioma e, em especial, o interesse pelo Brasil.

Esse cenário ensejou a criação do CCBAS, que ora oferece seis níveis de turmas de português, na vertente brasileira.

Os cursos atraem não somente alunos de nacionalidade sul-africana, mas, frequentemente, também de outros países do continente, da Europa, da América do Norte e da Ásia, haja vista a realidade cosmopolita de Pretória e Joanesburgo.

Em maioria, os estudantes do CCBAS são profissionais interessados em relações comerciais com o Brasil ou em estabelecer-se no país. Há, ademais, aqueles que buscam o português como instrumento para estreitar os laços de suas instituições com interlocutores brasileiros.

A título de exemplo, o CCBAS tem, entre seus estudantes, membros do corpo docente da Universidade de Pretória, que se têm engajado na realização de atividades com o Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) em geral, e particularmente com o Brasil. Nessa linha, tais interlocutores negociaram e firmaram, no primeiro semestre de 2015, memorando de entendimento entre a Universidade de Pretória e a Universidade de Brasília (UnB), que incrementará o intercâmbio acadêmico entre aquelas instituições.

Um dos principais fatores que limita a ampliação de vagas é o reduzido quadro de funcionários do CCBAS. Os esforços de expansão da equipe são dificultados pela restrita oferta, no mercado de trabalho local, de profissionais que a um só tempo tenham formação adequada e, no caso de estrangeiros (como sói ser a origem de professores de português na África do Sul), que comprovem situação regular de residência e de permissão legal para o exercício de atividade remunerada – exigência que também se estende à Embaixada quando da contratação de funcionários.

Assim, de sua fundação, em 2009, até agosto de 2015, a instituição contava com a colaboração de apenas uma professora, que sempre acumulou funções de Diretora. O cargo é ocupado, desde março de 2011, pela brasileira Daniela Malheiros Mendonça com competência e desenvoltura.

Em setembro de 2015, o CCBAS concluiu processo seletivo e agregou a seus quadros nova professora, a brasileira Maria Aparecida dos Santos Oliveira. As professoras são assistidas pela Auxiliar Administrativa Michelle Simão.

A abertura de mais turmas soma-se a outras iniciativas do CCBAS já implementadas, voltadas para a expansão do ensino do português e para a ampliação do público-alvo, tais como: o credenciamento do CCBAS como aplicador do exame para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras); a abertura de turmas específicas para os interessados em realizar o CELPE-Bras; cursos intensivos; divulgação dos programas de bolsa de estudos do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG); turmas para empresas sul-africanas e brasileiras estabelecidas na África do Sul; ou ainda cursos para filhos de brasileiros residentes na África do Sul.

O CCBAS procura ainda incluir em sua programação cursos que respondam a necessidades e demandas conjunturais. Tal foi o caso de curso especial preparatório oferecido a estrangeiros que pretendiam viajar ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014. Ainda nessa linha, na esteira do estreitamento das relações bilaterais na área de defesa, o intercâmbio com o Brasil (como as operações marítimas dos países do IBAS – IBSAMAR, a promoção de cursos de treinamento em instituições militares brasileiras, entre outros) motivou a abertura de turma especial para oficiais sul-africanos.

O CCBAS procura ofertar cursos que respondam a demandas conjunturais (...). Na esteira do estreitamento das relações bilaterais na área de defesa, o intercâmbio com o Brasil - como as operações marítimas dos países do IBAS – IBSAMAR, a promoção de cursos de treinamento em instituições militares brasileiras, entre outros - motivou a abertura de turma especial para oficiais sul-africanos.

A atuação do CCBAS não se restringe ao ensino de português em sala de aula, em sua sede. O Centro Cultural envida esforços para, sempre que há oportunidade, interagir com instituições locais, com vistas a promover o diálogo cultural e educacional.

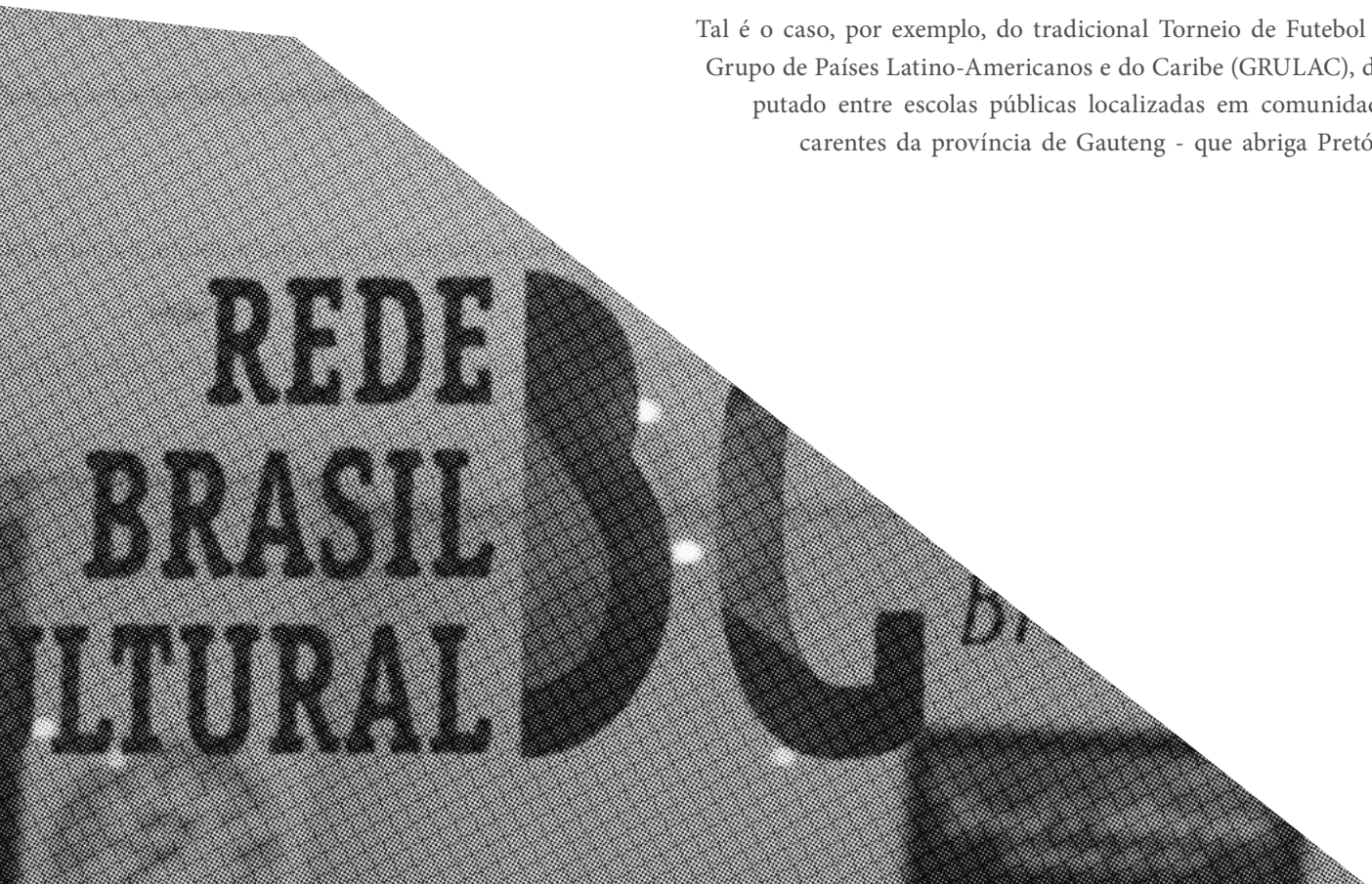
Nesse contexto, a criação, em 2015, do Leitorado de Português na Universidade de Pretória (UP), desdobrou-se em contatos mais frequentes entre o CCBAS e aquela instituição acadêmica, particularmente por meio da Leitora brasileira designada no âmbito do programa. O Centro Cultural tem então trabalhado para desenvolver atividades conjuntas com o Departamento de Línguas Modernas da UP e exortar os alunos de português da

universidade a envolverem-se em programas culturais promovidos pela Embaixada do Brasil, seja na sede do CCBAS, seja em outras instalações.

São ainda exemplos de atividades culturais extracurriculares promovidas pelo CCBAS ou que contam com apoio da instituição: aulas de culinária brasileira; exibição de filmes e documentários, a fim de divulgar a produção audiovisual brasileira; palestras sobre aspectos da cultura nacional; eventos temáticos sobre festas populares (festas juninas, Carnaval); concursos gastronômicos, em que os participantes apresentam em português receitas da culinária brasileira ou de outras origens; concursos de talentos, em que os participantes interpretam peças do cancioneiro popular.

O CCBAS envolve-se, ademais, na organização de eventos promovidos pelo Setor Cultural, Educacional e de Imprensa da Embaixada do Brasil em Pretória.

Tal é o caso, por exemplo, do tradicional Torneio de Futebol do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC), disputado entre escolas públicas localizadas em comunidades carentes da província de Gauteng - que abriga Pretória



e Joanesburgo, entre outras municipalidades. Por ocasião do campeonato, cada time escolar defende as cores de um país do GRULAC e então recebe o apoio da Embaixada ou do Alto Comissariado correspondente. Assim, em parceria com empresas brasileiras, a Embaixada tem providenciado, já há vários anos, uniformes, alimentação e transporte para time da "BudMbelle Primary School", de Atteridgeville. O apoio à escola tem despertado admiração e curiosidade crescente dos alunos pela cultura brasileira, em experiência que transcende o dia do torneio e promove valores caros à cultura brasileira, como o amor pelo futebol, o espírito esportivo e a inclusão social.

O persistente esforço do CCBAS em tantas frentes tem contribuído significativamente para encorajar a interlocução entre o Brasil e a África do Sul na esfera cotidiana, uma vez que seus cursos e eventos têm o condão de aproximar pessoas, aprofundar o intercâmbio linguístico, social e cultural, e assim favorecer o entendimento, a confiança, o interesse e o respeito mútuos.

Nesse sentido, a instituição tem-se revelado um importante agente de diplomacia cultural. Ao celebrar a cultura brasileira e a língua portuguesa sem perder de vista o diálogo com a realidade local, o CCBAS estende a mão à cultura sul-africana e reforça os laços de amizade e fraternidade que nos unem, em ambiente propício ao congraçamento entre o Brasil e a África do Sul.

Brasil / Líbano

Centro Cultural Brasil-Líbano

Centro Cultural Brasil-Líbano: instrumento da diplomacia cultural brasileira no país dos cedros

A abertura do Centro Cultural Brasil-Líbano, oficialmente inaugurado em Beirute em 18 de novembro de 2011 pelo então Vice-Presidente Michel Temer, de origem libanesa, marca não somente a criação de um instituto de ensino da língua portuguesa no país dos cedros, mas a instrumentalização da diplomacia cultural brasileira no Líbano e, em certa medida, no Oriente Médio, haja vista ter sido o primeiro Centro Cultural brasileiro instituído na região.

Por que um Centro Cultural brasileiro no Líbano? Um rápido raciocínio poderia pressupor distâncias entre os dois países além da dimensão geográfica. Mas a realidade mostra que Líbano e Brasil mantêm conexões históricas consideráveis. Do ponto de vista mais simbólico, essa ligação começou com a expedição do Imperador Dom Pedro II ao Oriente Médio, tendo chegado ao atual território libanês em 1876. Durante a visita, Pedro II teria instado os libaneses a migrarem para o Brasil, onde seriam bem-recebidos e prosperariam. Houve, de fato, em seguida, grandes correntes migratórias da região em direção ao país. De difícil precisão, estima-se que o número atual de descendentes de libaneses no Brasil ultrapasse seis milhões de indivíduos. Essa estatística se torna ainda mais interessante quando analisada da perspectiva libanesa. Tendo presente que a população do Líbano conta em torno de 4,5 milhões, segundo estimativas mais generosas, poderia haver cerca do dobro de descendentes no Brasil. Daí decorre as tão especiais relações entre os dois países, baseadas em laços ao mesmo tempo de amizade e de sangue.

A ideia de se estabelecer um Centro Cultural no Líbano começou a florescer anos antes da inauguração do CCBL em 2011. Em relatos de visitas de autoridades brasileiras ao Líbano, como a do então Ministro da Educação Fernando Haddad, também de origem libanesa, em 2006, constatam-se sugestões de adensamento da cooperação educacional e cultural entre os dois países, com menção explícita à instituição de um Centro de Estudos Brasileiros na futura "Casa do

Brasil no Líbano", referência ao imóvel que deverá ser erguido em terreno doado ao Brasil pelo governo libanês para a construção de nova sede da chancelaria da Embaixada brasileira.

No mesmo ano, enquanto chefiava a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores, tive ocasião de avistar-me em Beirute com o Ministro da Educação libanês, acompanhado do então diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Entre os temas tratados, discutimos a possibilidade de abertura de leitorado de professor brasileiro em universidade libanesa, a viabilização da participação de estudantes bolsistas libaneses nos programas estudantes-convênio de graduação e pós-graduação e a inclusão do idioma português como segunda língua em escolas públicas libanesas. As recomendações emanadas do encontro teriam convergido finalmente para a criação de um Centro de Estudos Brasileiros em Beirute. A sugestão tinha como lastro a demanda por curso de língua portuguesa em Beirute e na região do Vale do Bekaa, área de onde partiu a maioria dos que emigraram para o Brasil.

Da constatação dessa demanda nasceu o projeto piloto de instituição de leitorado em universidade libanesa a partir de 2010, apoiado pela Embaixada do Brasil. A iniciativa foi inicialmente implementada na Universidade São José, em Beirute, e, em momento posterior, estendida ao Vale do Bekaa, na aldeia de Ghazze. A experiência comprovou a viabilidade de um Centro Cultural brasileiro no Líbano para o ensino da vertente brasileira da língua portuguesa e para a promoção mais ampla da cultura brasileira.

A abertura do Centro Cultural Brasil-Líbano não se deu de maneira imediata; resultou de longo processo que incluiu a busca por edifício adequado à representatividade e aos objetivos de uma instituição cultural da Embaixada brasileira, o aparelhamento das instalações, a criação de cargos e contratação de colaboradores, o planejamento de cursos e de atividades culturais, entre tantas outras providências. Em 27 de abril de 2011, o CCBL finalmente abriu as portas ao público. O acontecimento foi prestigiado por libaneses, brasileiros e estrangeiros residentes em Beirute e pelos principais jornais locais, que noticiaram a nova opção cultural na cidade. A materialização de todo esse esforço deu-se na gestão do Embaixador Paulo Roberto Tarrisse da Fontoura.

Não obstante a visibilidade alcançada com a divulgação do início das atividades do CCBL, a instituição de um centro cultural de tal porte não poderia prescindir de celebração oficial à altura de tão importante iniciativa. Aproveitando o ensejo da visita do Vice-Presidente Michel Temer, acompanhado de robusta delegação brasileira, foi organizada cerimônia de inauguração oficial em 11 de novembro daquele mesmo ano.

A Sede

A história do elegante edifício onde está instalado o CCBL se confunde com a história da família do proeminente comerciante de tecidos Halim Gerges Kazan (1881-1958), que, ao retornar ao Líbano no primeiro quartel do século XX para o encontro da noiva prometida, deixou em Guadalajara, no México, os negócios em sociedade com os primos. Ao reestabelecer-se em Beirute, Kazan inaugurou pequeno comércio no antigo bazar de Beirute, onde hoje se localiza o centro comercial Beirut Souks. Na época, buscou um imóvel para instalar-se com a futura esposa, tendo comprado da família Trad o terreno para a construção de edifício residencial tradicional libanês. Os Trad, por provável ironia do destino, comprariam o prédio quase 100 anos depois, sendo os atuais proprietários do imóvel que o CCBL ocupa.

Estima-se que construção da propriedade tenha sido finalizada por volta de 1912-13, pouco antes do casamento de Halim Kazan, ocorrido em 10 de maio de 1914 – conforme consta na gravação de sua aliança matrimonial. O prédio de três pavimentos, extremamente luxuoso para os padrões da época, abrigou o casal e os cinco filhos desde então, com alguns poucos inquilinos que ocuparam o andar térreo até que a geração seguinte dos Kazan, com as respectivas famílias, pudesse habitar plenamente os três pavimentos da construção.

O prédio sofreu repetidamente danos durante a Guerra Civil Libanesa (1975-1990). Na noite do dia 1º de julho de 1978, logo após o término de uma restauração no segundo andar devido a bombardeio sofrido no ano anterior, o prédio foi de novo gravemente alvejado.

Em uma terceira ocasião, no dia 2 de abril de 1981, o prédio foi atingido e, mais uma vez, restaurado pela família Kazan, a quem se pode atribuir o crédito pela preservação das características originais de um importante patrimônio arquitetônico do Líbano, cujo estilo é cada vez mais raro no país e cujos exemplares afetados durante o conflito libanês foram, em grande parte, perdidos.

Após o ataque de 1981, o prédio ficou desocupado até 1992, quando o arquiteto Elias Kazan, neto caçula de Halim Kazan, ao retornar dos Estados Unidos, viabilizou a reocupação do andar térreo, instalando o próprio escritório de arquitetura e outro de advocacia para membros da família. O primeiro andar foi reocupado pela filha mais velha de Halim, Odette Kazan, tendo o último andar servido de depósito.

A família Trad, ao retomar a propriedade do imóvel em 23 de junho de 2006, restaurou-o completamente em 2010, tomando o cuidado de preservar os aspectos arquitetônicos originais. O belo edifício no bairro de Achrafieh se destaca das modernas construções que o cercam. Lembra uma antiga mansão italiana, com tradicional fachada em arcadas ogivais triplas, estilo trazido da Itália no século XVII. Destacando-se na paisagem ao redor pelas paredes externas na cor de vinho, a entrada principal e as janelas apresentam belos entalhes nos portais de pedra, cada um diferente dos demais.

Uma formosa escada de pedra encastrada na parede liga os três pavimentos, ladeada por corrimão de ferro forjado, artisticamente decorado. O destaque de cada pavimento fica por conta do típico saguão central que hoje serve de galeria para exposições no térreo, de biblioteca no primeiro andar e de auditório no segundo. Em cada andar, arcadas triplas apoiadas em pilares de mármore decoram os vãos. Os afrescos com motivos arabescos, de Chafik El-Azzi, enfeitam os tetos dos saguões de cada pavimento. Seus motivos combinam com os desenhos tradicionais das cerâmicas hidráulicas que ornam os pisos dos quartos que hoje servem de salas de aula.

As famílias libanesas priorizavam a área comum à área privativa. Os costumes da época exigiam grandes reuniões familiares e festividades, sendo as residências representações do estilo de vida e da cultura daqueles anos. Havia, como de costume, muitos quartos para abrigar o grande número de filhos e muitos banheiros para separar garotas de rapazes. Cada andar possui uma cozinha ampla, que em seu tempo era também usada como área de convivência e que hoje abriga lanchonete no térreo, sala de aula para ateliês de culinária no primeiro andar e depósito no segundo.

A fachada que dá para a rua apresenta detalhes exclusivos e elaborados do lintel das janelas, além das arcadas triplas e das varandas em cada andar. O terreno permitiu, ainda, um pequeno e charmoso jardim na parte posterior da casa.

As Atividades

Com vocação primária de promover a vertente brasileira da língua portuguesa, o CCBL oferece cursos do vernáculo divididos em seis níveis, oferecidos cada um em dois módulos letivos de aproximadamente 40 horas, além de cursos infantis, de conversação e de aprofundamento. Com o credenciamento do CCBL como posto aplicador do exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), o primeiro no Oriente Médio, tenciona-se oferecer cursos preparatórios para a certificação oficial brasileira. Tendo iniciado no ano de 2011 com as primeiras turmas totalizando apenas 13 estudantes, hoje o CCBL possui média anual de cerca de 550 alunos de português, excluídos desse cálculo os participantes em oficinas, cursos especiais e seminários.

Além dos cursos regulares, inúmeras são as atividades realizadas nas premissas do CCBL, como sessões semanais de cinema, exposições e mostras mensais, oficinas de culinária, dança e capoeira com frequências variadas, além de festas populares e cívicas e, mais recentemente,

do programa "Vamos Falar Português", com encontros bimestrais visando a reunir a comunidade lusófona local.

Periodicamente, a instituição recebe, ainda, visita de escolas públicas e privadas do país, com atividades para crianças de diferente idades, assim como de organizações não governamentais, que atendem jovens com diferentes tipos de deficiências, tanto físicas quanto intelectuais. A esse respeito, as instalações do CCBL foram adaptadas para receber a pessoa com deficiência. O CCBL possui também biblioteca e midiateca abertas ao público com mais de 1.100 itens dos mais diversos gêneros e áreas de interesse, cujos títulos estão disponíveis para empréstimo a toda a comunidade.

A atuação do CCBL não se restringe unicamente à sede. A instituição faz-se presente em feiras educacionais, festivais de cinema, casas de shows locais, universidades e até mesmo em eventos em outras cidades do país. Ademais, o Centro Cultural está presente virtualmente nas principais redes sociais (como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube), contando mais de 13 mil seguidores. Todos os dias, as redes são alimentadas com informações sobre a cultura e a realidade brasileiras, assim como sobre eventos e cursos oferecidos pela instituição e programas do governo.

Em cinco anos de atividade, o Centro Cultural Brasil-Líbano logrou estabelecer-se com sucesso na paisagem cultural do Líbano. Prova disso são os inúmeros eventos realizados ou do qual participa. Destaco o Festival de Cinema Ibero-Americano, do qual a Embaixada, com o apoio do Centro Cultural, participa há seis anos, tendo sido os filmes brasileiros os de maiores bilheterias em todas as edições. Em 2014, a cem dias da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, o segmento esportivo do principal telejornal libanês foi apresentado ao vivo na sede do Centro Cultural, em evento que juntou música e dança. No mesmo ano, o CCBL organizou grande festival gastronômico com cozinheiros profissionais vindos do Brasil. Em 2015, com o valioso suporte da equipe do CCBL, a Embaixada organizou concerto inédito de Villa-Lobos com a Orquestra Filarmônica do Líbano sob a regência da maestrina brasileira Ligia Amadio, ao qual compareceram mais de 800 pessoas, a maior audiência da temporada. O Centro Cultural tem também exercido importante papel na divulgação da atuação da Marinha do Brasil no comando do braço naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL, a missão de paz da ONU no país.

Sublinho, igualmente, inúmeras personalidades da classe artística libanesa, que integram ou integraram o corpo discente da instituição, como a jornalista Joumana Haddad, autora de vários livros, entre eles "Eu Matei Sherazade", traduzido para o português e publicado no Brasil, e a cantora e compositora Tania Saleh, que tem despontado ao mesclar melodias árabes com ritmos do samba-canção. Outros destaques do corpo discente guardam laços familiares com o Brasil, como os fotógrafos de moda Dany e Ghassan Mattar, dos artistas plásticos Charbel Chamoun, Sara Abou Mrad e Yasmine Jeitany, dos atores Rebelle Nehme e Marie e José Ayoub, da publicitária Davina Attalah, da filantropa Nelly Chidiac e dos juristas Nadia Mattar e Laurent Aoun.

"O Centro Cultural Brasil-Líbano tem assumido papel de verdadeiro cartão-postal do Brasil no Líbano, de um lado, promovendo a vertente brasileira da língua portuguesa e as variadas manifestações culturais do país e, de outro, servindo de ponto de encontro da comunidade Líbano-brasileira e dos interessados pelo Brasil no país dos cedros".

Desde a inauguração em 2011 até hoje, o Centro Cultural Brasil-Líbano tem assumido papel de verdadeiro cartão-postal do Brasil no Líbano, de um lado, promovendo a vertente brasileira da língua portuguesa e as variadas manifestações culturais do país e, de outro, servindo de ponto de encontro da comunidade Líbano-brasileira e dos interessados pelo Brasil no país dos cedros. A instituição do CCBL configura, assim, ação bem-sucedida da diplomacia cultural brasileira e simboliza em grande medida o amadurecimento e o estreitamento das relações entre Brasil e Líbano.

Brasil / Israel

Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv

Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv: uma nova etapa na promoção da cultura do Brasil em Israel

História

O Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv foi inaugurado pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, em 18 de junho de 2013, e aberto ao público em 10 de abril de 2014.

O imóvel onde se localiza o CCB foi adquirido pelo Governo brasileiro em 1955 e utilizado como sede da Embaixada até 1975. Está localizado no Sderot (Boulevard) Chen, no coração de Tel Aviv, uma das regiões mais valorizadas da cidade, próximo à Prefeitura e à histórica Praça Rabin.

A partir de 1975, o imóvel da antiga Embaixada foi cedido ao Centro Cultural Israel-Brasil, entidade israelense sem fins lucrativos, cujo objetivo era estreitar os laços culturais entre os dois países. Seu primeiro presidente foi o Embaixador Shaul Levin, que durante alguns anos exercera a função de Ministro para Relações Culturais junto à Embaixada de Israel no Brasil, àquela época sediada no Rio de janeiro. Até o ano de 2009, o CCIB foi presidido pelo Dr. Marcos Wasserman, tendo como Presidente Honorário o Sr. Yaacov Keinan, ex-Embaixador de Israel no Brasil.

Por trinta e quatro anos, o Centro Cultural Israel-Brasil realizou cursos de português para um total de quase 2 mil alunos. Acumulou biblioteca com três mil livros e abrigou exposições de artistas plásticos brasileiros ou israelenses sobre temas ligados ao Brasil. Além disso, liderou projeto que levou à criação da "rua Brasil" em Tel Aviv.

O CCIB também trabalhou pela difusão da música popular brasileira, com o lançamento do disco "Lindo País Tropical", patrocinado pela CNS, que traz músicas brasileiras traduzidas para o hebraico, com a participação de conceituados músicos israelenses. A instituição publicou, ainda, Antologia de Contos Brasileiros organizada pelo professor Paulo Ronai.

Reforma e criação do Centro Cultural Brasileiro

Tendo em vista a intenção do Ministério das Relações Exteriores de promover a cultura brasileira e a língua portuguesa em Israel, o imóvel retornou à Embaixada do Brasil em 2009, passou por ampla reforma de suas instalações e ganhou novos equipamentos.

O ambiente de cerca de 90m² ressurgiu como um espaço moderno, convidativo e bem equipado. Foram criadas duas salas de aula com capacidade para 10 alunos cada. As salas contam com uma parede divisória com isolamento acústico que, aberta, transforma o ambiente em um único salão com capacidade para 40 pessoas sentadas. Nesse salão, realizam-se eventos, tais como shows, exibição de filmes, palestras, lançamento de livros e saraus. Na sala de entrada, há três computadores à disposição do público, biblioteca, mesa para reuniões e pequena sala de estar.

Há também uma cozinha equipada, que possibilita recepções e atividades culinárias, muito utilizadas na prática didática. O imóvel conta, ainda, com duas televisões, telão, sistema audiovisual completo, uma parede com pintura magnética e trilhos embutidos para suspensão de quadros de até 20 kg.

Foi criado, então, o Centro Cultural Brasileiro, uma parte integrante da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, que funciona como uma extensão de seu Setor Cultural. Seu objetivo é o de implementar e dar ressonância às políticas de divulgação da cultura brasileira e de disseminação da língua portuguesa em Israel.

A atuação do Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv

As atividades do Centro Cultural concentram-se no ensino da língua portuguesa em sua vertente brasileira: são realizados cursos de Português como Língua Estrangeira (PLE) e de Português como Língua de Herança (POLH). Ao fim do primeiro ano de ensino, o número de alunos é ainda reduzido – cerca de 30 estudantes –, se comparado a outros CCBs, mas a procura indica potencial de desenvolvimento de suas atividades educacionais.

No CCB, são realizadas também exposições, concertos, palestras, lançamentos de livros de autores brasileiros e exibição de filmes brasileiros, ou seja, eventos que divulgam a cultura do Brasil e reúnem brasileiros e israelenses. São oferecidos cursos e oficinas, tais como de samba, forró e culinária, musicalização infantil e contação de histórias.

A programação cultural do CCB é pensada para propiciar aos alunos uma oportunidade de contato direto e efetivo com a cultura e a língua brasileiras. A proposta do Centro Cultural consiste em oferecer a vivência do idioma de forma real e aplicada à realidade local. Tendo por base que tal vivência deve ser repleta de brasilidade em seu conteúdo, seja ela voltada à culinária ou à literatura, o que se pretende é que o aluno submerja, ainda que temporariamente, na cultura do Brasil, para consolidar seus conhecimentos a respeito do país. Busca-se construir com o aluno um relacionamento que vai além do conteúdo linguístico, fazendo-o vivenciar a diversidade cultural do Brasil por meio das artes visuais, musicais, artesanato, literatura, poesia, dança, festas nacionais e regionais, enfim, criando no aluno familiaridade e simpatia pelos mais variados aspectos que formam a identidade brasileira. Tal vivência perpassa as conhecidas características do temperamento nacional, como a cordialidade, a alegria e a hospitalidade nas relações interpessoais.

"O CCB Tel Aviv realizou (...) o dia de imersão no idioma, em junho de 2015, quando alunos do Centro Cultural visitaram o Kibutz Bror Hail, criado por brasileiros, e o Museu do Osvaldo Aranha, criado em homenagem ao brasileiro que presidiu a sessão da ONU que criou o Estado de Israel".

As atividades têm revelado a grande receptividade dos israelenses a tudo o que diga respeito ao Brasil, seja na literatura, cinema, artes plásticas e, principalmente, na música: a influência brasileira é visível nas obras de diversos músicos nacionais. É interessante notar que frequentam o CCB tanto idosos quanto jovens israelenses que falam português – aprendido por conta própria – que se emocionam ao encontrar uma parte do Brasil em Israel.

Principais realizações nas áreas educacional e cultural

A presença de um Centro Cultural Brasileiro em Israel contribuiu para a criação de uma rede de contatos, que permite estabelecer um vínculo com grande parte da comunidade brasileira – e de pessoas interessadas no Brasil – que hoje já alcança mais de 2 mil pessoas.

O CCB mantém um perfil no Facebook, uma newsletter mensal, além do endereço eletrônico http://www.ccbtelaviv.com/. Há, também, um canal no YouTube e diversos grupos de alunos no Whatsapp. Nessa mídia social, professores administram os grupos de cada turma, enviando mensagens em português sobre as variantes linguísticas, piadas, filmes engraçados, o que os coloca em contato direto com a cultura brasileira.

Com o objetivo de tornar o CCB um lugar de cultura, de encontros entre amigos do Brasil, foram criadas a Terça Cultural e o CineBrasil, reservando as noites de terças para eventos com os alunos e a comunidade e as quintas para a exibição de um filme brasileiro.

Ao longo de 2015, o CCB abriu seus primeiros cursos. Foi criada grade curricular para os cursos de Português Língua Estrangeira (PLE), que já conta com turmas de nível básico e intermediário, e de Português como Língua de Herança (POLH), que tem turmas de alfabetização.

Foram implementadas, ainda, como atividades complementares, aulas práticas com proposta de imersão. Nessas atividades, os alunos do CCB se reúnem para trabalhar a língua portuguesa e propiciar a vivência e o raciocínio no idioma. Trata-se da aplicação da língua em atividades concretas. Com base nesse conceito, foram realizadas duas atividades do gênero: a noite do pão de queijo e o passeio no Kibbutz Bror Chail, fundado e gerido por brasileiros. Como resultado, os alunos se sentem envolvidos num ambiente amigável do CCB, comprometidos com a proposta de integração e com os estudos do português. É gratificante ver a alegria com que aprendem o idioma e com que se sentem cada vez mais seguros para falar, se relacionar e até brincar em português com os colegas.

Eventos especiais realizados pelo CCB

O CCB Tel Aviv realizou diversos eventos especiais relacionados à língua portuguesa. Vale destacar o dia de imersão no idioma, em junho de 2015, quando alunos do Centro Cultural visitaram o Kibutz Bror Hail. A visita foi conduzida por Avraham Chenfeld, um dos fundadores do kibutz, que recebeu a turma com guaraná e pão de queijo e contou a história do kibutz. Em seguida, os participantes passaram pelo Museu Adoniran Barbosa, onde cantaram "Trem das Onze" e "Saudosa Maloca". Na visita ao Museu do Osvaldo Aranha, criado em homenagem ao brasileiro que presidiu a sessão da ONU que criou o Estado de Israel, os participantes observaram o martelo e a ata daquela sessão. O roteiro brasileiro passou, ainda, pelo ateliê dos artistas plásticos Arie Kotler e Maly Melon, e terminou com uma saborosa feijoada. Todo o programa foi realizado em português.

Outro projeto de imersão relevante foi a "Noite do Pão de Queijo", em maio de 2015. Alunos de diversos níveis encontraram-se, no CCB, para cozinhar, conjuntamente, comida brasileira, falar em português e confraternizarem.

Três noites temáticas sobre Estados brasileiros foram realizadas: uma sobre o Cerrado de Goiás, em que uma nutricionista comentou sobre o valor dos frutos e flora do cerrado na merenda escolar; uma sobre o Paraná, em que os participantes assistiram ao documentário "Danken Got - Estamos Aqui", da curitibana Cintia Chamecki, que conta a história da imigração judaica no Paraná; e outra sobre o Rio Grande do Sul, em que foi apresentado o filme "100 Anos de Amor - A Imigração Judaica no RS".

As crianças foram público privilegiado das atividades especiais promovidas pelo CCB Tel Aviv. Na oficina, "é de comer" / "não é de comer", em fevereiro de 2015, as crianças da turma "Jardim", de Português como Língua de Herança, participaram de atividade de classificação das palavras entre: "é de comer" e "não é de comer", uma complementação à aula anteriormente realizada, na qual cada uma havia trazido de casa uma receita brasileira. Utilizando-se de diversas situações comunicativas que envolvem o tema, escolheram executar a receita de pão de queijo. Juntos, colocaram a mão na massa e fizeram pães de queijo que, com os pais, tiveram a oportunidade de saborear no CCB-Tel Aviv.

No projeto "Era uma vez – oficina de arte e música", de dezembro de 2014, o CCB-Tel Aviv recebeu a oficina infantil de arte e música de Miriam Sommerfeld e Noa Peled, no âmbito da qual foi realizada uma peça teatral sobre a tribo Guarani. As crianças improvisaram diversos instrumentos musicais, dançaram e produziram cocares de pena.

Em agosto de 2014, o CCB recebeu um grupo de crianças em uma leitura dramática, em português, das historinhas brasileiras "O Bonequinho Doce" e "A Bonequinha Preta", ambas de escritora mineira Alaíde Lisboa. Em dezembro daquele ano, o Centro Cultural realizou a oficina de arte e música infantil "Cantando e Brincando com Portinari", com Maíra Golovaty e Roberta Serruya, que foi baseada em cantigas de roda e brincadeiras infantis típicas do Brasil, ilustradas pelas telas do artista brasileiro Cândido Portinari.

Em outra atividade, em janeiro de 2015, os alunos de POLH montaram tirinhas da Turma da Mônica na parede magnética do CCB, desenvolvendo a percepção da coerência entre as sequências dos desenhos. Separando quadrinho por quadrinho, eles criaram suas próprias versões das historinhas. A Turma da Mônica também foi tema de oficina para crianças que trabalhou a diferença entre o R e o L, com base no trocadilho feito pelo personagem Cebolinha, de Maurício de Souza. Brincadeiras brasileiras, como o "Corre Cotia", também fizeram parte da programação especial oferecida às crianças.

O CCB Tel Aviv recebeu diversos convidados brasileiros para palestras e lançamentos de livro. O escritor gaúcho Charles Kiefer, vencedor de três Prêmios Jabuti, lançou e autografou o seu livro infantil "A Revolta das Coisas" no Centro Cultural, em junho de 2015. Na ocasião, foi realizada a leitura da obra em hebraico, com a presença dos alunos de POLH do CCB, da ilustradora Liat Aluf e de representantes da Rimonim, uma das maiores editoras de livros infantis em Israel. Em conversa descontraída, Kiefer contou para o público presente como surgiu a ideia do enredo e a ilustradora explicou como pesquisou sobre a ambientação de Porto Alegre, onde se passa a história. Enquanto o público e autor conversavam, as crianças coloriam figuras do livro. Houve também uma exposição das ilustrações, através da qual as crianças podiam "ler" sozinhas a história.

No mesmo mês, houve o lançamento do livro "Traduzindo Hanna", de Ronaldo Wrobel. Na ocasião, o CCB recebeu com casa cheia o autor brasileiro e a tradutora Dalit Durst, para noite autógrafos, palestra e debate com o público. Em diálogo esclarecedor, autor e tradutora falaram sobre a criação de um romance que envolve realidade e ficção, envolvendo a comunidade judaica do Rio de Janeiro, no período do governo Vargas, na década de 1930.

O lançamento do livro "K", de Bernardo Kucinski, em novembro de 2014, também atraiu dezenas de interessados ao Centro Cultural.

As atividades com convidados externos incluíram, ainda, debate com Ilana Feldman, doutora em cinema pela USP, sobre o documentário "Diário De Uma Busca", em janeiro de 2015; palestra "A Voz do Alemão", em que a jornalista Sabrina Abreu apresentou seu livro sobre cooperação e solidariedade no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em julho de 2014; e a exposição "Dois Caminhos: Arte e Fotografia", com pinturas de Rossana Ahronson e a fotografias de Beatriz Lizenberg, também em julho daquele ano.

Oficinas em diversas áreas também foram realizadas pelo Centro Cultural ao longo de sua recente trajetória. Houve oficina de forró com o professor Thiago Klen e sua companheira Liz Digmi; oficina de samba com o pessoal do StudioLatino; além de curso de culinária brasileira.

O CCB Tel Aviv tem mantido agitada programação musical. O Centro Cultural recebeu a cantora brasileira Maíra Golovaty acompanhada por músicos de violão, cavaquinho e percussão (maio/2015). Os músicos brasileiros Paulinho Ferreira e Noa Peled apresentaram ao público um repertório dos clássicos de Paulinho da Viola (abril/2015) e outro especialmente dedicado a Tom Jobim (janeiro/2015). O CCB Tel Aviv recebeu, com casa cheia, o músico brasileiro Marcelo Nami, um dos grandes violinistas da atualidade, que reside em Israel, em concerto solo especial (abril/2015). Em março de 2015, foi realizado um "Concerto de Violão Brasileiro" com os músicos Paulinho Ferreira e Erez Yaacov, com participação especial de Tamar Melzer, oportunidade em que tocaram peças de Villa Lobos, Garoto e Dilermando Reis. Em agosto de 2014, o Centro Cultural recebeu o show "Minhas Cores" da cantora brasileira Elisete, acompanhada pelo guitarrista Ron Laor e a percussionista Noa Tzur, com composições próprias e clássicos da MPB.

Em seu corpo de alunos, o CCB Tel Aviv conta com importantes personalidades da cultura local, tais como a escritora Ruth Almog, o produtor de eventos Offer Zaks, as cantoras Noa Peled e Elisete Retter, o cantor Raphael Weinstock, o maestro Yehuda Cohen, o violonista Marcelo Nami, e os músicos Joca Perpignan, Roee Bem Sira, Daniel Ring e Gadi Lederman, este último da Filarmônica Nacional de Israel.

Inaugurado em 2014, o Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv deu início a uma trajetória de ensino da língua portuguesa para adultos, jovens e crianças em Israel, bem como tem impulsionado a divulgação da cultura brasileira no país.

Núcleos de Estudos Brasileiros

Brasil / Panamá

Núcleo de Estudos Brasileiros no Panamá

Núcleo de Estudos Brasileiros no Panamá: aprendizado da língua portuguesa como ponte para bons negócios

O Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB) no Panamá foi criado em 1º de outubro de 2008, com sede nas dependências da Embaixada do Brasil no Panamá. O NEB, apesar de ter poucos anos de operação, está em constante e rápido crescimento, não somente quanto ao número de alunos atendidos em sua sede e em empresas parceiras, mas também quanto ao estabelecimento de alianças estratégicas com outras instituições culturais e de ensino no país.

A iniciativa de criação do NEB colaborou para o adensamento da relação cultural entre os dois países. Registre-se que tal relação desenvolveu-se, desde há muitas décadas, com base na cooperação educacional. Símbolo disso é o fato de grande parte da comunidade brasileira no país constituir-se de cônjuges e filhos de panamenhos que fizeram seus estudos universitários no Brasil.

Atualmente, a imigração de brasileiros para o Panamá é incentivada pela instalação de empresas brasileiras e de sedes regionais de multinacionais antes localizadas no Brasil, que têm no NEB importante aliado na capacitação de sua mão-de-obra, por meio dos cursos de língua portuguesa que o Centro Cultural oferece.

Atividades curriculares

O Núcleo de Estudos Brasileiros no Panamá forma, em seus cursos regulares, oferecidos em sua sede, 12 turmas por trimestre. Há 3 convocatórias por ano, o que eleva o número de turmas, com cerca de 15 alunos cada, a 36 por ano. A procura por esses cursos é crescente.

A Copa Airlines foi a primeira empresa panamenha a estabelecer contato com o NEB com o fim de oferecer cursos de português a suas novas turmas de comissários e a seus agentes de aeroporto. Desde seu primeiro mês de atividade, o NEB tem ministrado classes no curso de capacitação da empresa, com formato e conteúdo adaptados às necessidades da Copa. Cabe ressaltar que essa companhia aérea apresentou, nos últimos anos, notável crescimento em termos de voos diretos para o Brasil e já atende muitas das principais cidades brasileiras. O NEB também tem capacitado funcionários de empresas como Carterpilar, DELL, Odebrecht, Philips e Thompson Reuters. Formou, ainda, alunos do Serviço Nacional Aeronaval do Panamá – SENAN, e funcionários dos escritórios regionais das agências das Nações Unidas sediadas no país. Ressalte-se que a maioria dos cursos são ministrados nas próprias empresas.

Outras formas de divulgação da cultura brasileira

Como forma de divulgação da cultura brasileira, são desenvolvidas, ainda, atividades culturais, como peças teatrais em português, "oficinas de brigadeiro", encontros para degustação de pratos da culinária brasileira e festas juninas. O NEB também promove atividades de cunho social, como a doação de alimentos a orfanato local e a doação de material esportivo para diferentes escolas públicas do país, entre elas a Escola República Federativa do Brasil. Em relação à Escola que leva o nome do país, o NEB iniciou, no final de 2014, projeto que objetiva capacitar os professores da instituição a ministrar classes de português para suas turmas regulares.

Entre os principais eventos do Núcleo de Estudos, estão as celebrações dos aniversários de criação da instituição, que foram tomando vulto com o passar dos anos. A partir de 2012, a comemoração do aniversário passou a ser aberta ao público e a ter maior visibilidade na sociedade local, o que também reflete o crescimento do número de alunos e a maior abrangência das atividades desenvolvidas pela instituição.

Para comemorar seu quarto ano de funcionamento, foi organizado o evento "100 Anos de Música Brasileira" no teatro do Canal do Panamá. Na ocasião, apresentou-se a cantora Naomy Schölling, do Teatro Oficina de São Paulo, acompanhada de violão de sete cordas e percussão, em concerto que homenageou músicos como Pixinguinha, Noel Rosa, Ary Barroso, Chico Buarque, Caetano Veloso e Roberto Carlos.

Em 2013, em comemoração ao quinto Aniversário do Centro Cultural Brasil-Panamá, realizou-se a apresentação do espetáculo "Brasil Multicolor". A apresentação ocorreu no Teatro Anita Villalaz, que pertence ao Instituto Nacional de Cultura do Panamá (INAC) e localiza-se no Casco Viejo, centro histórico e cultural da capital panamenha. A cantora panamenha Patrícia Elena Vlieg e conjunto apresentaram seleção de músicas brasileiras, desde a bossa nova até clássicos regionais do Sul e do Nordeste.

Em 2014, o Teatro Anita Villalaz mais uma vez foi palco para evento alusivo ao aniversário do Núcleo de Estudos no Panamá, que completava seis anos de funcionamento. A comemoração foi conduzida quase toda em português. Na ocasião, apresentou-se a soprano Diana Durán, conhecida artista lírica local, que, acompanhada por violonista clássico, interpretou a ária das Bachianas Brasileiras Nº 5 e a Melodia Sentimental, ambas de Villa-Lobos. O evento também apresentou a declamação, por aluno do NEB, do Soneto de Fidelidade de Vinícius de Moraes, acompanhado por orquestra.

O crescimento do perfil internacional do Brasil e a atuação do NEB junto à sociedade local tem aumentado o interesse do público panamenho não somente no aprendizado do português, mas também na cultura brasileira, a qual tem crescido como "produto de exportação" do Brasil. Nota-se, especialmente, crescente participação e engajamento de alunos e ex-alunos do Núcleo de Estudos, que vêm se tornando verdadeiros "embaixadores" do País junto à sociedade local.

Brasil/Uruguai

Núcleo de Estudos Brasileiros em Rio Branco

Núcleo de Estudos Brasileiros em Rio Branco: integração fronteiriça com base no idioma

Histórico

O Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB) em Rio Branco iniciou cursos intensivos de língua portuguesa e cultura brasileira no dia 8 de abril de 1991, visando atender a cidadãos uruguaios. Os cursos foram ministrados em espaço cedido pela Casa da Cultura de Rio Branco, situada na calle Uriarte esquina com a calle 10 de Júnio. Funcionou neste endereço até o ano de 1997. A partir do ano seguinte, passou a ser ministrado na sede do próprio Vice-Consulado, com quatro níveis de aprendizado. Foram poucos os professores que atuaram ao longo desse tempo, mas com dedicação e abnegação exemplares.

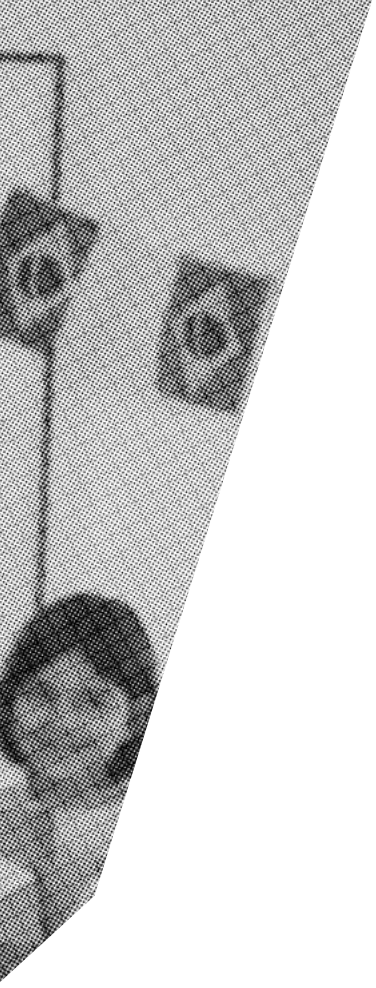
Foram formadas centenas de cidadãos uruguaios, cujos objetivos variavam da busca de integração com os cidadãos brasileiros nessa região de fronteira terrestre, até à busca de empregos e continuação de estudos superiores no lado brasileiro. Muitos uruguaios formados nos cursos oferecidos ascenderam na sociedade local e lograram importantes cargos públicos, entre eles dois ex-prefeitos de Río Branco, Gonzalo Alzueta e Iván Sosa e personalidades importantes na Justiça local.

O NEB Rio Branco tem logrado atrair o interesse da comunidade local para seu curso de português, interessada, principalmente, em ampliar sua habilidade de comunicação oral, o que é importante nessa zona fronteiriça. Entre os alunos, há desde jovens até profissionais liberais, com função pública, que precisam interagir com a população brasileira que transita por esse ponto de fronteira ou com as autoridades brasileiras em Jaguarão. De modo similar, o curso tem servido ao enriquecimento curricular e promoção profissional de professores do ensino fundamental e médio da rede de ensino.

A agenda cultural do Núcleo de Estudos Brasileiros tende a tornar-se mais intensa, com a inauguração de espaços adequados para eventos culturais em Río Branco. A cidade, que se situa em região tipicamente agrícola, está a 85Km da universidade mais próxima, na cidade de Melo.

Para o futuro, o Núcleo de Estudos em Río Branco aguarda transferência para a nova sede do Vice-Consulado, com melhor espaço para a realização de atividades educacionais e culturais, e pensa expandir suas atividades por meio de metodologia e tecnologia de ensino à distância, de forma a atender as localidades mais distantes da fronteira, como Melo e Trinta e Três, e outros pontos da fronteira, como Chuí.

Núcleo de Estudos Brasileiros em Artigas



Núcleo de Estudos em Artigas: a língua portuguesa como ponte entre Brasil e Uruguai

O Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros foi iniciado no dia 14 de março de 2005, nas dependências da Escuela Nº 2 España, com intuito de oferecer aulas do idioma para a comunidade de Artigas, Uruguai, sob a orientação das professoras Marilia Winckler Retamar e Lauren Maciel Bortolanza. Em setembro do mesmo ano, o curso passou a funcionar em imóvel voltado especificamente para as atividades letivas.

A partir de janeiro de 2009, o Vice-Consulado do Brasil na cidade passou a funcionar em novo endereço, que passou, também, a ser sede dos cursos de língua portuguesa e de "oralidade e de produção textual". Em março de 2011, o projeto passou a ter a Coordenação Pedagógica da professora Nadja Boelter da Rosa, com apoio da professora Bleia Mota e da auxiliar administrativo Sandra Medina.

Desde então, o curso foi estruturado, com o objetivo de ensinar português a pessoas com mais de 13 anos, em três níveis, complementados por cursos especiais de oralidade, de produção textual e de Estudos Culturais Brasileiros. Alguns níveis passaram a ser ofertados nos turnos da manhã, da tarde e da noite.

Em 2012, já com a denominação "Núcleo de Estudos Brasileiros" (NEB), o curso passou a contar com um "Plano Integrado", com filosofia de "promover a expressão e o saber comunicar-se, através da língua portuguesa, respeitando as diversidades culturais". O Plano dá diretrizes também em relação à organização curricular, aos métodos de avaliação e de certificação dos cursos.

Desde 2005, há registro de conclusão de 2473 alunos nos cursos oferecidos pelo NEB, entre uruguaios e estrangeiros de outras nacionalidades.

Paralelamente às atividades educacionais desenvolvidas, foram realizadas dezenas de projetos de cunho artístico-cultural, tais como exposições, exibições de filmes brasileiros, recitais de música, palestras e peças teatrais.

A música clássica teve especial destaque na agenda cultural do NEB, com apresentações como a do jovem pianista Santiago Nicolás Zanetti, em 2011; da Orquestra Sinfônica de Jovens de Artigas, também em 2011; da mostra de piano e canto com as professoras Katy Vela e Ana Torterolo, em 2012; e dos alunos do "Curso de Música e Composição Brasileira", também em 2012.

Em 2014, o NEB foi palco da exposição de arte infantil "Pincel Guri Cruz o Rio", do Atelier de Arte da orientadora Roberta Souto Brandolt, da cidade brasileira de Quaraí (RS) – que é contígua à cidade uruguaia.

Por ocasião da Copa do Mundo no Brasil, ainda em 2014, o Núcleo de Estudos Brasileiros em Artigas realizou o evento "Uma troca de opiniões e experiências sobre futebol e copas do mundo". Na ocasião, três ex-jogadores da Seleção Uruguaia – Venancio Flores, Wilmar Cabrera e Felipe Revelez –, um ex-técnico e dois ex-jogadores brasileiros – Bozó e Angelo Pires – relataram suas experiências com o esporte que é paixão dos dois lados da fronteira.

O Encontro Binacional de Escritores da Fronteira, que é realizado na cidade há quatro anos, tem contado com reiterado apoio do Núcleo de Estudos. No evento, escritores uruguaios e brasileiros debateram temas literários com alunos do curso de língua portuguesa.

Desse modo, o Núcleo de Estudos Brasileiros em Artigas tem se consolidado como local de atividades nos âmbitos da língua e da cultura, bem como um espaço que valoriza a percepção, a imaginação, a criatividade e a reflexão como prática social compartilhada.

Brasil / Paquistão

Núcleo de Estudos Brasileiros em Islamabade

Núcleo de Estudos Brasileiros em Islamabade: idioma e capoeira dão tom da promoção cultural no Paquistão

O Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB) da Embaixada do Brasil em Islamabade iniciou suas atividades em 2011, tendo como seu primeiro professor o senhor Marcus Túlio de Melo Campos, brasileiro residente no Paquistão. Marcus Campos deu inicio a um curso básico de português com duração de três meses. Houve grande demanda pelo curso, mas o professor necessitou retornar ao Brasil. Posteriormente, entre junho e setembro de 2012, Kinza Raheel, paquistanesa que viveu no Brasil, deu prosseguimento aos trabalhos iniciados por Marcus Campos, por curto período, pois também deixou o Paquistão. Desde outubro de 2012, as aulas do NEB estão a cargo da professora brasileira, residente em Islamabad, Patricia Cassolatto.

O NEB encontra-se situado no subsolo da Embaixada, em uma sala bem iluminada, que conta com wi-fi, aparelho de som, projetor, lousa, carteiras individuais e ar condicionado. A professora ocupa sala adjacente, dotada de computador próprio e de arquivos para o bom acondicionamento do material de ensino, consulta e pesquisa.

Em pouco mais de quatro anos de funcionamento, o NEB e seus alunos tomaram parte ativa nos concorridos festivais de cinema brasileiro promovidos pela Embaixada. O NEB colaborou com o Posto na tradução para o Urdu, idioma oficial do Paquistão, das obras clássicas da literatura brasileira Iracema e Memórias Póstumas de Brás Cubas, respectivamente de José de Alencar e Machado de Assis. O NEB mantém estreita cooperação com o Centro de Português da National University of Modern Languages (NUML), em Islamabade.

O NEB dispõe hoje de cursos de português de nível básico, intermediário e avançado. Conta, também, com grupos de conversação, úteis para a integração dos alunos e o aprimoramento de sua fluência no idioma. Mais de 120 alunos já passaram pelo Núcleo, dos quais cerca de 40 completaram o curso avançado.

Muitos jornalistas paquistaneses frequentaram o NEB, o que contribuiu e continua a contribuir para a presença e a visibilidade do Brasil na mídia paquistanesa, e até em países próximos, onde alguns alunos vieram a se estabelecer profissionalmente.

O Núcleo de Estudos Brasileiros em Islamabade abrange também atividades relativas à prática da capoeira. Desde 2011, o instrutor paquistanês Shayan Ali ensina a arte da capoeira gratuitamente a seus alunos nos gramados em frente à Embaixada. As aulas ocorrem duas vezes por semana, e, tal como os cursos de português, são inteiramente gratuitas.

"Muitos jornalistas paquistaneses frequentaram o NEB, o que contribuiu e continua a contribuir para a presença e a visibilidade do Brasil na mídia paquistanesa, e até em países próximos, onde alguns alunos vieram a se estabelecer profissionalmente."

Com apoio da organização não governamental "Cultures of Resistance", Shayan Ali teve a oportunidade de visitar o Brasil em janeiro de 2015, quando manteve contato com grandes mestres da capoeira. Esse fato contribuiu muito para o aperfeiçoamento das técnicas do instrutor e, consequentemente também dos alunos. Shayan Ali ensina gratuitamente para cerca de 25 alunos. Além disso, mantém uma página ativa no Facebook - "Pca Mangr (Pakistan Capoeira Academy)" - e um website próprio - "www.capoeira.com.pk".

As iniciativas do Núcleo têm contribuído para conferir maior visibilidade à cultura brasileira no Paquistão, despertando vivo interesse pela língua portuguesa por parte dos alunos.

Brasil / Guatemala

Núcleo de Estudos Brasileiros na Cidade da Guatemala

Núcleo de Estudos Brasileiros na Cidade da Guatemala: o maior país centro-americano aprende um novo idioma

O Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB) na Cidade da Guatemala foi inaugurado em maio de 2012 e, desde então, tem experimentado demanda no limite de sua capacidade. Essa procura, que levou o nosso jovem NEB a ter mais de 70 alunos matriculados no terceiro trimestre de 2015, demonstra o potencial para o ensino da língua portuguesa no país. O Núcleo surgiu para cobrir lacuna derivada da pouca oferta de cursos de português na Guatemala. Na capital, a única outra opção de qualidade é o curso livre oferecido pela Universidad de San Carlos (USAC), a mais importante instituição de ensino superior pública do país. A procura pelas aulas na Embaixada mostra que, embora a USAC tenha seu público, havia espaço - e demanda - para uma alternativa.

Desde a sua criação, o NEB na Guatemala concentra-se nas atividades letivas. Por ser uma iniciativa nova, começou com um único professor, com a perspectiva de crescer com o tempo e conforme a demanda justificasse. Hoje, o professor tem sua carga horária completamente tomada.

Os planos de expansão do NEB estão baseados na disponibilidade de espaço físico suficiente para receber novos alunos e professores, bem como na projeção de aumento de demanda para os cursos de português. Em sua primeira etapa de implementação, o curso de português do NEB na Guatemala está dirigido a estudantes que estejam na universidade ou tenham completado o ensino médio e possam estar interessados em seguir seus estudos de graduação ou pós-graduação no Brasil. Futuramente, a ideia é passar a atender todo tipo de público interessado na língua portuguesa e na cultura brasileira. As primeiras turmas completaram todos os módulos do curso em 2014. Entre os ex-alunos, pelo menos cinco foram estudar, posteriormente, no Brasil. Outros têm usado a língua portuguesa com frequência, oferecendo traduções, por exemplo.

Recentemente, foi percebido o aumento no número de pessoas interessadas no curso para trabalhar na área de telemarketing e atendimento telefônico ao cliente, atividade em expansão na Guatemala, que pode vir a se tornar um centro internacional de serviços desse tipo, para empresas de diferentes partes do mundo. A expansão do NEB poderia permitir que, futuramente, a Guatemala conte com um centro de aplicação do exame para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil. Os reflexos seriam, certamente, muito positivos para o fluxo de estudantes guatemaltecos para o Brasil e o intercâmbio educacional entre os dois países. Ademais, a ampliação permitiria que o Núcleo desenvolvesse sua vocação de difusor da cultura brasileira, podendo abrigar atividades artísticas e culturais diversas.

O esforço para ampliar a presença brasileira na Guatemala por meio do NEB significaria o aprofundamento da relação com um país que constitui a maior economia da América Central, com um PIB de mais de US$ 70 bilhões, e que concentra a maior população da região, com 16 milhões de habitantes. Ao lado dos laços comerciais e de cooperação que temos desenvolvido, caberia intensificar o intercâmbio cultural com o povo guatemalteco. O projeto da Embaixada do Brasil na Guatemala e do Governo brasileiro é trabalhar nesse sentido com o Núcleo de Estudos. Na medida do possível, busca-se a perspectiva de transformá-lo em um grande centro de irradiação da cultura brasileira e de intercâmbio com o povo guatemalteco

Brasil / Guiné Equatorial

Núcleo de Estudos Brasileiros na Guiné Equatorial

Núcleo de Estudos Brasileiros na Guiné Equatorial: português ganha espaço no país

No contexto da entrada da Guiné Equatorial na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), as autoridades locais decidiram tornar o português a terceira língua oficial do país, em 20 de julho de 2010. Os equatoguineenses estavam, então, entusiasmados com as conquistas econômicas e da política externa do Brasil. Aos olhos africanos, a emergência econômica de nosso país apontaria para situação de uma ex-colônia sul-americana, tão étnica e culturalmente próxima do continente africano, que serviria de exemplo de desenvolvimento com inclusão social.

As aulas de português no chamado Núcleo de Estudos, que funciona na sede da Embaixada do Brasil em Malabo, tiveram início em maio de 2012, na gestão da Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia. O projeto revelou-se um dos principais instrumentos de "soft power" brasileiro na Guiné Equatorial. Em 2013, 80 alunos já haviam concluído os três níveis de ensino do idioma, ministrados, nas instalações da Chancelaria, pela professora brasileira Shirleide Pereira Deusdará. Ainda naquele ano, tendo por objetivo facilitar o atendimento da grande procura local pelos cursos, a Embaixada do Brasil viria a contar com o apoio da empresa portuguesa Zagope, filial da brasileira Andrade Gutierrez, para possibilitar a contratação do professor de nacionalidade portuguesa Raul Teixeira.

Nesse contexto, somando aos esforços de divulgação da língua portuguesa no país, o Centro Cultural Equatoguineano, entidade vinculada diretamente ao Ministério da Cultura da Guiné Equatorial, colaborou igualmente com o Posto, por intermédio de cessão de salas às turmas do professor Teixeira. Ambos os professores usaram como base dos cursos o livro "Avenida Brasil".

O êxito das aulas decorreu, também, da colaboração do professor Emmanuel Laureano, que veio a ser disponibilizado à equipe docente do Posto, em 2012, pela ARG, a empresa brasileira da área de serviços de engenharia. A título de contribuir para estimular o interesse pelos estudos de português, o professor Laureano concluiu, com base em cartilha do SENAI, módulo pioneiro de "Português de Negócios", beneficiando, assim, com verdadeiras lições de empreendedorismo, essa primeira turma de alunos. Além das atividades em apreço que vem exercendo na Chancelaria, Laureano também é conhecido como professor de Português do presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo.

Em 2015, mais de trezentos alunos passaram pelos cursos do Núcleo de Estudos Brasileiros na Guiné Equatorial.

Autoria dos textos

Centro Cultural Brasil-Argentina
Embaixador Everton Vieira Vargas
Conselheiro Aurimar Nunes

Centro Cultural Brasil-Bolívia
Equipe da Embaixada do Brasil em La Paz

Centro Cultural Brasil-Itália
Embaixador Ricardo Neiva Tavares
Secretário Caio Flávio de Noronha e Raimundo
Oficial de Chancelaria Daniela Dornelas Cavalcanti

Centro Cultural Brasil-Chile
Embaixador Georges Lamazière
Diretora do CCB Anna Magdalena Bracher

Centro Cultural Brasil Peru
Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira
Secretário Jonas Paloschi

Centro Cultural do Brasil em Barcelona
Embaixador José Augusto Lindgren Alves
Diretor do CCB Wagner dos Reis Novaes

Centro Cultural Brasil-Guiana
Embaixador Lineu Pupo de Paula
Ministra Sabine Nadja Popoff
Diretor do CCB Márcio de Melo Teixeira

Centro de Estudos Brasileiros no Paraguai
Embaixador Paulo Gustavo Martins
Ministro José Eduardo M. Felício

Centro Cultural Brasil México
Embaixador Enio Cordeiro
Secretário Pablo Braga Costa Pereira

Centro Cultural Brasil-Suriname
Embaixador Marcelo Baumbach
Secretário João André Silva de Oliveira
Diretora do CCB Marinalva Romeo

Centro Cultural Brasil El Salvador
Embaixador José Fiuza Neto

Centro Cultural Brasil-Cabo Verde
Embaixador João Inácio Oswald Padilha
Secretária Izabel Cury

Centro Cultural Brasil-Nicarágua
Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho

Centro Cultural Brasil - Guiné-Bissau
Embaixador Fernando Apparicio da Silva
Conselheiro Leonardo Lott Rodrigues

Centro Cultural Brasil-Moçambique
Embaixadora Ligia Maria Scherer
Secretário Bruno Neves

Centro Cultural Brasil-Finlândia
Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta
Senhor Diego Barros

Centro Cultural Brasil-Angola
Embaixador Norton de Andrade Mello Rapesta
Senhora Tessa Maria Santana da Silva Pisconti

Centro Cultural Brasil-Haiti
Equipe da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe
Diretor do CCB Werner Garbers

Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe
Embaixador José Carlos de Araújo Leitão
Diretora do CCB Leila dos Santos Muniz Quaresma

Centro Cultural Brasil-República Dominicana
Embaixador José Marcus Vinicius de Sousa
Diretor do CCB Gregorio Manuel Rivas Guigni

Centro Cultural Brasil-África do Sul
Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

Centro Cultural Brasil-Líbano
Embaixador Jorge Geraldo Kadri
Secretário Adam Jayme Muniz
Oficial de Chancelaria Fabio Rabello de Oliveira
Diretora do CCB Najua Bazzi

Centro Cultural Brasileiro em Tel Aviv
Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto
Diretora do CCB Raquel Teles Yehezkel
Professora do CCB Márcia Vinha
Senhora Katia Pines

Núcleo de Estudos Brasileiros no Panamá
Embaixador Adalnio Senna Ganem

Núcleo de Estudos Brasileiros em Rio Branco
Oficial de Chancelaria Sérgio Antonio Ribeiro dos Santos, Vice-Cônsul

Núcleo de Estudos em Artigas
Oficial de Chancelaria Ewerton Luiz Silva de Oliveira, Vice-Cônsul

Núcleo de Estudos Brasileiros em Islamabade
Embaixador Claudio Raja Gabaglia Lins
Secretário Jean Pierre Bianchi

Núcleo de Estudos Brasileiros na Cidade da Guatemala
Embaixador João Luiz Pereira Pinto
Secretário Sérgio Paulo Benevides

Núcleo de Estudos Brasileiros na Guiné Equatorial
Embaixador Evaldo Freire

Créditos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
www.itamaraty.gov.br
redebrasilcultural.itamaraty.gov.br

Ministro de Estado
Aloysio Nunes Ferreira

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial
Embaixador Santiago Irazabal Mourão

Departamento Cultural
Ministra Paula Alves de Souza

Divisão de Promoção da Língua Portuguesa
Secretário Jorge Luiz Vieira Tavares
Secretária Simone Iunes Machado
Secretário Thiago Antônio de Melo Oliveira
Secretário Wellington Müller Bujokas

Agradecimentos
Ministro George Torquato Firmeza
Secretário André Rosa Bueno
Oficial de Chancelaria Rose Marie Romariz Maasri
Oficial de Chancelaria Sara Rejane de Freitas
Maria Luiza de Oliveira Carvalho
Luigi Franzosi

Projeto gráfico
www.boibumbadesign.com.br

Esta é uma publicação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Ministério das Relações Exteriores. As opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Distribuição gratuita – Venda proibida
Brasília, 2016

Cooperação em bom português (O Globo – 17 de julho de 2018)

Publicado em 17/07/2018 14h20 Atualizado em 03/09/2018 15h53

Estarei em Cabo Verde, hoje e amanhã, para a Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, concluiremos o período em que o Brasil presidiu a CPLP e passaremos essa responsabilidade a nossos irmãos cabo-verdianos. Não é responsabilidade menor: a Comunidade reúne países de quatro continentes, com população de cerca de 270 milhões de pessoas, e desperta cada vez mais interesse entre países não lusófonos — é crescente o número de observadores associados.

Na CPLP, somos centenas de milhões a pensar, a imaginar, a falar utilizando um mesmo código: a língua portuguesa — patrimônio comum que, nem por isso, deixa de guardar a marca da diversidade. É a enorme riqueza de variantes que dá corpo a nossa língua, que demonstra sua plasticidade, que revela seu infinito potencial.

Como o nome sugere, a CPLP tem por objetivo primário a promoção da língua portuguesa. Nisso o Brasil está empenhado. Entre outras tantas iniciativas, instituímos, com Portugal, o Prêmio Monteiro Lobato de literatura infanto-juvenil e impulsionamos centros culturais e leitorados que mantemos em 37 países, atualmente com mais de 8.500 pessoas matriculadas.

A verdade, porém, é que o nome CPLP diz muito, mas não diz tudo: além da promoção da língua, a Comunidade é espaço privilegiado de diálogo e cooperação, com vistas ao bem-estar de nossas populações. Para melhor aproveitar esse espaço, o Brasil adotou a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável como eixo de sua presidência. Duas razões principais estimularam essa escolha.

Em primeiro lugar, quisemos aproximar os trabalhos da CPLP e da ONU. Com isso, os esforços internacionais pelo desenvolvimento ganham em coesão. Foi significativo que o português António Guterres, secretário-geral da ONU, tenha vindo prestigiar a Cúpula de Brasília, quando assumimos a presidência da CPLP. Como foi significativo que, pela primeira vez, tenhamos organizado, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, reunião de coordenação entre mandatários da Comunidade

eficazes.

Avançamos em áreas tão distintas como saúde, educação, segurança nutricional, agricultura familiar, igualdade de gênero, meio ambiente, energia, inovação, governo eletrônico, defesa. Ao todo, sediamos, na Presidência brasileira, 13 reuniões ministeriais e número ainda maior de encontros técnicos. Apenas para dar exemplos, promovemos a primeira reunião do Colégio de Defesa da CPLP. Em matéria de saúde, criamos a Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP, realizamos a primeira reunião de telemedicina, organizamos oficina sobre resistência aos medicamentos contra a malária e levamos adiante atividades de combate ao HIV/Aids e à tuberculose.

Somos, com orgulho, uma comunidade de países que compartilham, mais que uma língua, a determinação de construir, pela cooperação, sociedades mais prósperas e mais justas. É isso que queremos para nós, é isso que propomos para o conjunto da comunidade internacional.

Michel Temer é presidente da República

Compartilhe:

Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Palácio do Itamaraty, 20 de julho de 2017

Publicado em 20/07/2017 17h39 Atualizado em 20/07/2017 17h41

Bem, meus senhores, minhas senhoras, eu quero cumprimentar o nosso ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, por intermédio de quem eu tomo a liberdade de cumprimentar os chanceleres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e demais chefes de delegação.

Quero cumprimentar, também, a senhora secretária executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a senhora Maria do Carmo Trovoada.

Senhoras e senhores membros da Casa de Rio Branco, do corpo diplomático, integrantes das delegações.

Eu quero depois de havidos cumprimentados pessoalmente, eu quero estender, naturalmente, minhas mais calorosas boas-vindas a todos senhores e senhoras.

E como eu tenho participado de algumas reuniões do ministro Aloysio da CPLP e, mais recentemente, há pouco mais de 6 meses, fizemos aqui o encontro da CPLP. Onde tivemos a honra, o Brasil, de passar esse período na presidência da Comissão dos Países de Língua Portuguesa, eu vejo aqui naturalmente, muito rostos conhecidos, pessoas que vamos encontrando em cada uma das reuniões.

E é antigo nosso, naturalmente, engajamento na CPLP. Ainda eu me recordo para dar um dado concreto, que ainda como vice-presidente, eu participei representando o Brasil na Cúpula da Comunidade em Moçambique, no ano de 2012. E tive, também estando em Lisboa, o privilégio de visitar a sede da CPLP, naquela ocasião onde fizemos uma longa reunião, foi uma reunião de umas duas, três horas, extremamente útil, para os países integrantes da comu

Especialmente porque aqui nós vamos defender e também difundir a língua portuguesa. E é tributo que nós prestamos a nossa identidade comum.

Aliás, convenhamos que o fato de falarmos o mesmo idioma facilita enormemente, não apenas a comunicação, mas o sentimento de fraternidade, que naturalmente nos une.

A língua portuguesa, afinal, é a seiva da nossa comunidade. E volto a dizer que é o primeiro elo a irmanar nossos povos. Nosso idioma hoje tem uma presença forte em toda comunidade internacional. Aliás, muito apropriada e adequadamente, o secretário geral hoje das Organizações das Nações Unidas é um português. Que, aliás, nos honrou, ministro Aloysio, com a sua presença na reunião da CPLP, que fizemos aqui no Brasil. Estando o doutor Gutierrez na Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas, isso está a indicar cada vez mais a difusão da língua portuguesa. Mas não apenas a difusão da língua portuguesa, mas a vitalidade dos países integrantes da CPLP, que usam o nosso idioma para a troca de informações, no campo cultural, no campo comercial, no campo empresarial. Portanto, hoje volto a dizer, o idioma português tem uma significação internacional.

Portanto, eu quero associar-me a todos aqueles que aplaudem a trajetória até aqui percorrida pela CPLP. Trajetória em que sobressai nossa capacidade de diálogo construtivo e de ação coordenada.

Aliás, o dinamismo da CPLP está refletido na diversidade de sua agenda de cooperação. É uma agenda que contempla áreas fundamentais para o desenvolvimento, saúde, educação, justiça, direitos humanos. São temas muito caros a todos os países integrantes da CPLP. Aqui no Brasil, por exemplo, esses temas todos ganharam estatura e disciplina constitucional, para revelar a importância deles todos. Por exemplo, saúde e educação, a nossa Constituição estabelece que é dever de todos e também do Estado. Portanto, é algo que está elevado a este tamanho constitucional para revelar a importância desses temas. Isso ocorre em todos os países pelas conversas que nós temos dito ao longo do tempo.

Portanto, eu quero dizer que são muitos países lusófonos que ascenderam à categoria também de observadores associados da CPLP. Porque também engrandecem a nossa comunidade. Eu quero também saudá-los, dizer que quanto mais tenhamos observadores, tanto melhor para a nossa comunidade.

Portanto, é minha convicção e de todos os brasileiros que o destino da CPLP é crescer cada vez mais e firmemente apoiada nos pilares da concertação político-diplomática, da cooperação e da promoção do nosso idioma e, naturalmente, das nossas relações.

Eu espero que os senhores e as senhoras tenham todos um dia muito próspero e peço a cada qual dos representantes dos países da CPLP que transmitam, em meu nome, em nome do povo brasileiro, em nome do Itamaraty, os cumprimentos aos seus chefes de governo, chefes de estado, para que saibam que aqui o Brasil tem sempre portas abertas para reuniões tão oportunas como esta.

Mais uma vez, portanto, sejam bem-vindos. E quero dizer que o Brasil é a vossa casa.

Bons

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da Abertura da Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial – Brasília, 25 de março de 2010

Publicado em 25/03/2010 15h08 Atualizado em 24/06/2015 14h48

Senhores Ministros,
Senhor Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Antônio Patriota,
Senhor Diretor do Museu da Língua Portuguesa, que organizou generosamente esta exposição,
Autoridades da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa,
Meu querido Embaixador Lauro Moreira, que durante tantos anos se destacou como o primeiro Representante brasileiro junto à CPLP,
Embaixador Ruy Nogueira,
Amigos,

Eu aproveito esta oportunidade para dar as boas-vindas aos participantes da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa. Até por que não vou poder estar presente nos demais dias do evento. Isso porque terei que chefiar a delegação do Brasil presente à Conferência de Doadores para o Haiti - naturalmente uma conferência que trata de um assunto emergencial e de grande interesse para nós -, que deverá angariar recursos da comunidade internacional para a reconstrução daquele país. O Secretário-Geral do Itamaraty, na qualidade de Ministro interino, irá conduzir, pelo lado brasileiro, os trabalhos desta Conferência.
Esta exposição de hoje, organizada pelo Museu da Língua Portuguesa de São Paulo - um exemplo, aliás, de instituição cultural - abre a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. A sequência de eventos, que culminará com a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, tem como propósito refletir sobre ações tendentes ao fortalecimento e à difusão da língua portuguesa no mundo.
Na Conferência, vão ser analisadas propostas para a implantação do idioma em foros multilaterais. O que já começou a ocorrer: a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, por exemplo, já utiliza a língua portuguesa em al

uturo,

outros organismos façam o mesmo.

Também visa a Conferência a trabalhar pelo fortalecimento do ensino da língua portuguesa, atender ao expressivo contingente de cidadãos oriundos de países lusófonos na Diáspora e também trabalhar para a maior difusão da língua nos meios de comunicação internacionais. Vamos também analisar, nesse processo, a implantação do Acordo Ortográfico, que é um instrumento indispensável para uma verdadeira política da nossa língua.

A exposição de hoje valoriza, digamos, a "porosidade" da língua portuguesa às influências locais e externas. O português é, assim, um idioma "mestiço". E, plagiando João Cabral de Melo Neto, que reflete a nossa "alma mestiça". Estima-se que há 245 milhões de pessoas que falam a língua portuguesa no mundo. É idioma oficial de oito países espalhados em quatro continentes. Embora não estejamos em uma competição: o portuguesa é hoje língua oficial para mais pessoas do que é o francês, que é língua oficial das Nações Unidas.

O Brasil assume compromisso de promoção do idioma no mundo como objetivo de sua política externa. Pessoalmente, tenho um envolvimento muito forte com a causa da promoção da língua portuguesa já há muitos anos. Como Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty - está aqui presente a Ministra Eliana Zugaib, que minha sucessora no cargo - participei da organização da 1ª Cúpula dos Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão, em 1989, por convocação do Presidente Sarney e inspiração do Embaixador José Aparecido de Oliveira. Como Ministro do Governo Itamar, presidi, em Brasília, o 1º Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, evento precursor da CPLP.

Como mencionei o Zé Aparecido, é indispensável fazer uma homenagem a esse grande brasileiro que foi o principal idealizador da CPLP. Como Embaixador do Brasil em Lisboa, Zé Aparecido trabalhou tenazmente para viabilizar a constituição da entidade, que, na realidade, só viria a ser fundada em 1996.

Não sei se está aqui presente o filho dele, o Deputado José Fernando, mas gostaria de recordar também que na viagem que o Presidente Lula fez a Maputo, ele batizou com o nome de José Aparecido de Oliveira o Centro Cultural Brasil-Moçambique.

Falar neste Centro Cultural é especialmente emocionante para nós - e para mim particularmente -, porque foi uma criação para a qual, digamos, conspiraram três pessoas: o próprio Embaixador José Aparecido, que era o Ministro da Cultura na época; eu, que era Diretor do Departamento Cultural; e o Embaixador Nazaré, que era o então Embaixador do Brasil em Moçambique. Tivemos que fazer mágicas orçamentárias - fizemos tudo corretamente, como não poderia deixar de ser - para conseguir os recursos necessários para alugar aquele Centro. Tivemos que cancelar alguns concertos na Sala Priel em Paris ou algumas exposições na Galeria Debret para viabilizá-lo. A despeito do ceticismo que alguns demonstraram inicialmente, por estarmos lidando com um país jovem, com instituições supostamente precárias, o Centro funciona seguramente há mais de vinte anos, de modo que aquele aluguel já foi pago e repago algumas dezenas de vezes graças àquele gesto. O Centro é, portanto, muito importante. E para quem preza cultura, como é o nosso caso, o Centro demonstra como a promoção cultural desempenha um papel político.

Dois a três anos depois, já estava como Embaixador em Genebra, tive a grata surpresa ao abrir o "International Herald Tribune" e ler artigo sobre Moçambique, que ainda se encontrava em plena guerra civil, antes, portanto, dos acordos de paz. E o artigo dizia que a cidade de Maputo era uma cidade deserta, que tudo faltava e que, do ponto de vista cultural, a única coisa que pulsava era o hoje Centro Cultural José Aparecido de Oliveira, então Centro de Estudos Brasileiros em Moçambique. Vê-se, portanto, que papel importante esses Centros podem ter no próprio desenvolvimento dos países.

O Pres

om os

países de língua portuguesa. Foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar todos os países da CPLP. Desde o início do Governo, abrimos (ou reabrimos) Centros Culturais brasileiros em Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e estamos em processo de instalação de outro em Timor-Leste, para se somar aos que já existiam em Moçambique e Guiné-Bissau.

Há pouco tempo, quando visitei Guiné-Bissau, vi que o curso que foi montado no Centro Cultural naquele país já tem mais de 800 alunos - um número fenomenal. Estes centros estão, na realidade, ajudando a produzir cultura nesses países, além de ajudar a universalizar a língua portuguesa para facilitar seu uso internacional, científico e acadêmico.

Como mencionei alguns dos Centros Culturais, não quero perder a oportunidade de fazer referência a homenagem que o Presidente Lula fez quando decidiu a criação do Centro Cultural em Angola, que ainda funciona em acomodações muito modestas. Mas estamos trabalhando para que, muito em breve - como, certamente, o Embaixador Ruy Nogueira, que comanda toda essa área, poderá atestar -, o Centro Cultural em Angola tenha a dimensão de que a nossa relação com aquele país merece E este Centro Cultural o Presidente Lula denomin Ovídio de Andrade Melo. O Embaixador, meu primeiro chefe no exterior, foi, coincidentemente, o Representante Especial do Brasil, em Angola, durante o Governo de Transição.

Uma das coisas importantes que eu ouvi nessas minhas andanças pela África - especialmente pela África de língua portuguesa - foi um comentário do então Ministro angolano das Relações Exteriores, que me contou que o reconhecimento pioneiro pelo Brasil do Governo de Angola - que era, na realidade, do MPLA - foi absolutamente decisivo para a pacificação do país, ao menos em Luanda. Foi um gesto de grande coragem. E o nosso Representante em Angola naquele momento era o Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que hoje é homenageado com o nome do Centro Cultural do Brasil naquele país.

Falando de língua, a gente não pode deixar de falar em poesia. Eu sei que é batido, mas não há como deixar de lembrar o verso de Fernando Pessoa: "Minha pátria é a língua portuguesa". Vamos fazer uma pequena variante, talvez um pequeno silogismo, embora não necessariamente esses exercícios de lógica sempre combinem com a poesia. O poeta brasileiro Vinícius de Moraes disse: "Minha pátria é a luz, o sal e a água". Combinando os versos Fernando Pessoa aos de Vinícius, podemos dizer que a língua portuguesa é "a luz, o sal e a água", que são, no limite, a própria vida.

Nesse espírito de celebração do idioma, do diálogo e da vida, quero convidá-los para conhecer a exposição e, em seguida, para ouvir o show da Maria Bethânia.

Bem-vindos.

Muito obrigado.

Compartilhe:

Divisão de Temas Internacionais Culturais e Língua Portuguesa

Publicado em 09/11/2020 19h22 Atualizado em 04/05/2021 21h59

Compartilhe:

Compete à Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa (DCLP) promover a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil, bem como coordenar a gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, MERCOSUL, UNASUL, OEA, CELAC e OEI. Ambos os objetivos coadunam-se no sentido de que a educação, seja por meio de programas de mobilidade estudantil, seja por meio do ensino do idioma no exterior, é um instrumento de projeção da imagem do Brasil por meio de sua língua e de sua cultura.

Compartilhe:

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Publicado em 12/07/2014 13h11 Atualizado em 10/12/2020 16h49

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cúpula Constitutiva de Lisboa. Fundada no princípio da solidariedade, a CPLP tem em seus estatutos três objetivos centrais: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa.

A origem da comunidade remonta ao primeiro encontro de chefes de Estado e de Governo de Língua Portuguesa (São Luís do Maranhão, novembro de 1989), por iniciativa do Brasil. Na ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Praia, Cabo Verde. Em 2005, o IILP foi integrado à Comunidade como foro de coordenação para a promoção e a difusão da língua portuguesa.

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros, formado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais); e o Comitê de Concertação Permanente (CCP), que reúne os representantes permanentes dos Estados membros junto à organização, com reuniões mensais na sede na CPLP em Lisboa.

Além disso, desde 2002, integram a estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação. Já a Assembleia Parlamentar da CPLP foi constituída em 2007, também como órgão integrante da organização. Objetiva promover o diálogo e a integração entre os parlamentos dos Estados membros.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades estatais ou das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP.

São Observadores Associados Uruguai, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia, República Tcheca, República Eslovaca, Hungria, Maurício, Argentina, Chile, Itália, Andorra, França, Luxemburgo, Sérvia e Reino Unido, além

A ação político-diplomática da Comunidade desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os Estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja por meio dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os Estados membros, seja ainda em concertação com terceiros Estados ou organismos. Existe espaço para estreita coordenação dos nove países nos foros multilaterais.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os "Grupos CPLP", formados pelos representantes permanentes e embaixadores dos Estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo. A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em situações como a do processo de independência de Timor-Leste e de estabilização política na Guiné-Bissau.

Também a presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais de Estados membros, sempre a pedido destes, tem sido frequente. Na visão brasileira, as Missões de Observação Eleitoral da CPLP contribuem para o desenvolvimento institucional em bases democráticas dos Estados membros.

Em 1999, a 54ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o status de Observador à CPLP. Desde 2005, a Assembleia Geral adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI); a ONU-Mulheres, entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje um número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos de cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

A promoção da língua portuguesa é, juntamente com a concertação política e a cooperação técnica, um dos pilares regimentais da CPLP. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, é o órgão da CPLP encarregado da coordenação de políticas e do desenvolvimento de projetos para a promoção da língua portuguesa. Seu atual diretor executivo é o linguista Incanha Intumbo, da Guiné-Bissau.

Em 2010, a Guiné Equatorial adotou o português como uma de suas línguas oficiais, ao lado do espanhol e do francês. Em 2014, o país tornou-se Estado membro da CPLP. O processo de adesão foi acompanhado por um plano de trabalho negociado entre o governo da Guiné Equatorial e o Secretariado Executivo da CPLP, que formalizou

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996. Cidadãos brasileiros comandaram o Secretariado Executivo da CPLP no período de 2000 a 2004, primeiramente com a senhora Dulce Maria Pereira, primeira mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e em seguida com o embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) entre 2010 e 2014, na pessoa do professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004 e entre 2016 e 2018. Foi também o primeiro Estado membro a estabelecer uma missão permanente junto à CPLP, em Lisboa, em julho de 2006, dedicada exclusivamente à Comunidade.

Cronologia resumida:

1989 - Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.

1993 - Missão do embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.

1996 - I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP.

2000 - III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho.
Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida secretária executiva da CPLP.

2002 - IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 01 de agosto.
Brasil assume a presidência rotativa da CPLP.
Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como Estado membro da CPLP.
José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido secretário executivo da CPLP

2005 - O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.

2006 - VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho.
O Brasil abre sua missão permanente junto à CPLP, em Lisboa.

2010 - VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho.
I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília.
O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido diretor executivo do Instituto Internacio

2016 - O Brasil assume a presidência de turno da CPLP, em 1º de novembro, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília.

2017 - No cenário da presidência de turno brasileira, realizam-se as seguintes reuniões ministeriais em território nacional:

- X Reunião de Ministros da Cultura (5 de maio, Salvador);
- II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (8 de junho, Brasília);
- XV Conferência de Ministros da Justiça (29 de junho, Brasília);
- IX Reunião dos Ministros do Turismo (29 de junho, Foz do Iguaçu);
- XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (20 de julho, Brasília);
- IV Reunião de Ministros da Saúde (26 de outubro, Brasília);
- V Reunião das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (31 de outubro, Brasília);
- II Reunião de Ministros de Energia (22 de novembro, Foz do Iguaçu).

2018 - Ainda sob a presidência brasileira, ocorrem as seguintes reuniões:

- III Reunião dos Ministros do Comércio (13 de março, Brasília);
- X Reunião dos Ministros da Educação (16 de março, Salvador);
- VII Reunião dos Ministros do Ambiente e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (ambas em 21 de março, Brasília);
- VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21 de junho, Brasília).

Em 18 de julho, Cabo Verde assume a presidência da Comunidade, por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada naquele país. A delegação brasileira foi chefiada pelo então presidente Michel Temer.

Compartilhe:

XXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Brasília, 20 de julho de 2017

Resolução sobre o Plano de Ação de Díli

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reunido na sua XXII Reunião Ordinária, em Brasília, no dia 20 de julho de 2017;

Ciente de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos Estatutos da CPLP;

Destacando o importante papel que a língua portuguesa ocupa no mundo como uma das grandes línguas de comunicação internacional, multinacional e, como tal, partilhada por cidadãos de diferentes países e comunidades;

Reiterando o facto de a língua portuguesa estar representada em organizações regionaise internacionais, projetando-se como língua oficial, de trabalho ou de documentação em diversos organismos multilaterais;

Ressaltando a necessidade de prosseguir os esforços em curso e promover novas iniciativas de âmbito nacional e multilateral, no sentido de reforçar a influência e a posição da língua portuguesa no sistema mundial;

Congratulando-se com a iniciativa de Timor-Leste de acolher a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Díli, nos dias 15 e 16 de junho de 2016, com a participação de investigadores e docentes dos Estados-Membros e de outros países, e cujas conclusões contribuíram para o Plano de Ação de Díli (PADíli), o qual, em conjunto com os Planos de Ação de Brasília e de Lisboa, de 2010 e 2013, respetivamente, define estratégias globais para a promoção e a difusão da língua portuguesa;

Considerando que a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial deu ênfase ao tema da pluricentralidade da língua portuguesa no século XXI, além de ter aprofundado outros temas anteriormente tratados pelas Conferências de Lisboa e de Brasília, nomeadamente o ensino e formação em língua portuguesa em contextos multilingues, o potencial económico da língua portuguesa, e a cultura, ciência e inovação em língua portuguesa;

DECIDE:

1. *Aprovar* o "Plano de Ação de Díli", anexo à presente Resolução, e *recomendar* a sua adoção pela XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

2. *Destacar* a recomendação de realizar, dentro de três anos, a IV Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, num Estado-Membro africano, de modo a evidenciar o caráter global e plural da língua portuguesa, uma vez que a I Conferência teve lugar na América do Sul, a II Conferência na Europa e a III Conferência na Ásia.

Feita em Brasília, a 20 de julho de 2017.

PLANO DE AÇÃO DE DÍLI

INTRODUÇÃO

A I Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, decorrida em Brasília (2010), determinou o impulso para conferir alcance mundial ao idioma compartilhado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e lançou as bases para definir os caminhos a trilhar.

A II Conferência, realizada em Lisboa (2013), introduziu os temas da ciência e da inovação e consolidou a política da CPLP para a língua portuguesa.

A III Conferência, realizada em Díli (2016), destacou a dimensão global e pluricêntrica da língua portuguesa, bem como o seu valor económico.

O Plano de Ação de Brasília (PAB) sublinhou as estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; as estratégias de promoção e difusão do ensino da língua portuguesa (no espaço da CPLP e como língua estrangeira); o estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; a difusão pública da língua portuguesa e a importância da língua portuguesa nas diásporas, entre outros objetivos.

O Plano de Ação de Lisboa (PALis) destacou a necessidade de reforço da capacidade científica e tecnológica do espaço da língua portuguesa, assim como do empreendedorismo e da economia criativa.

A III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial aconteceu em Timor-Leste, no Centro de Convenções de Díli, nos dias 15 e 16 de junho de 2016, subordinada ao tema "A Língua Portuguesa e a Globalização", em conformidade com o lema da Presidência rotativa da CPLP, assumida por Timor-Leste, "A CPLP e a Globalização".

Esta Conferência incluiu cinco sessões plenárias e oito mesas distribuídas por quatro linhas temáticas que constituem os eixos do Plano de Ação de Díli (PADíli): (i) Português, Língua Pluricêntrica do Século XXI; (ii) Ensino e Formação em Língua Portuguesa em Contextos Multilíngues; (iii) O Potencial Económico da Língua Portuguesa; e (iv) Português, Língua de Cultura, Ciência e Inovação.

O PADíli aprofunda as medidas plasmadas no PAB e no PALis, com base na monitorização iniciada pelo IILP.

É de destacar a relevante ação do IILP nos progressos alcançados, não só participando ativamente na organização das Conferências, mas também levando a cabo as missões decorrentes do PAB e do PALis, com ênfase nos avanços na criação do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) e do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE/LNM), bem como o início do Projeto das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC) e, ainda, novas iniciativas como a elaboração de um Guia Gramatical Comum de Referência e de um Dicionário Básico constituído a partir do VOC.

Estes projetos demonstram que o IILP é cada vez mais espaço privilegiado para a coordenação de esforços entre os Estados-Membros com o objetivo de fortalecer o idioma compartilhado.

O PADíli insere-se no cumprimento dos Planos Estratégicos Setoriais da CPLP, nomeadamente, o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2014-2020), o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação (2015-2020) e o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2014-2020).

O PADíli reflete ainda o disposto na Declaração de Brasília emanada da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, de 1 de novembro de 2016, no que concerne à mobilidade na CPLP, em particular de estudantes e docentes.

EIXO 1: PORTUGUÊS, LÍNGUA PLURICÊNTRICA DO SÉCULO XXI

- Integrar o conceito de língua pluricêntrica nas políticas da língua portuguesa, nomeadamente nas políticas educativas, com destaque para a formação de professores, a produção de manuais, outros materiais didáticos e para a definição de conteúdos curriculares, promovendo a coordenação de esforços entre os Estados-Membros para uma efetiva aplicação do conhecimento científico produzido nesta matéria às práticas pedagógicas adaptadas aos diversos contextos nacionais, à semelhança de projetos desenvolvidos pelo IILP, como sejam o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE/LNM), as Terminologias Científicas e Técnicas Comuns (TCTC), a Sistematização das Regras de Escrita do Português e o Conselho Internacional de Especialistas (COLP) junto ao IILP para o acompanhamento e atualização do VOC.
- Desenvolver, sob coordenação do IILP, os instrumentos necessários para a consolidação do português como língua internacional, tais como um guia gramatical comum de referência e um dicionário básico constituído a partir do VOC.
- Reforçar o papel do IILP como plataforma multilateral para a captação de fundos internacionais para a investigação científica sobre o português.
- Promover a descrição e o reconhecimento de normas linguísticas nacionais, sem atribuir carácter dominante a nenhuma delas, assim como a consequente elaboração de gramáticas, de recursos lexicográficos e de recursos didáticos.
- Intensificar a coordenação entre os esforços dos Estados-Membros na promoção da língua portuguesa para estrangeiros, buscando formas de desenvolver projetos-piloto em conjunto.
- Criar um modelo CPLP de certificação das competências comunicativas em Português Língua Estrangeira (PLE), de acordo com os parâmetros internacionais de qualidade, tais como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) e o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR).
- Incentivar a produção e a partilha de conteúdos de meios audiovisuais e digitais produzidos nos países da CPLP.
- Desenvolver referenciais de avaliação de competências linguísticas, adaptados a diferentes públicos, no espaço da CPLP.
- Produzir materiais e recursos para a tradução e a interpretação enquanto condição para a oferta da língua portuguesa nas organizações internacionais, garantindo que as suas diferentes variedades sejam contempladas.

- Investir na formação e valorização profissional de intérpretes comunitários que trabalham de e para a língua portuguesa.
- Desenvolver sistemas de articulação entre as organizações internacionais que colaboram na formação de intérpretes e tradutores e as organizações empregadoras desses profissionais.
- Incluir nas estatísticas da CPLP informação sobre os falantes de língua portuguesa como língua materna/LM-L1, língua segunda/LS-L2, língua de herança/LH e língua estrangeira/LE e sua disponibilização para as estatísticas internacionais sobre línguas no mundo.

EIXO 2: ENSINO E FORMAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTOS MULTILINGUES

- Investir em políticas de formação de professores para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa em diferentes modalidades: língua materna, língua segunda, língua de herança e língua estrangeira por meio de práticas linguísticas que atendam às necessidades do contexto regional e sociocultural de cada Estado-Membro.
- Reforçar a colaboração de todos os Estados-Membros da CPLP no desenvolvimento curricular de cursos de formação de professores de língua portuguesa para atuação em diferentes modalidades e níveis de ensino.
- Reforçar a formação de especialistas na área do desenvolvimento curricular do ensino da língua portuguesa.
- Investir no ensino bilingue para o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas, estabelecendo parcerias pedagógicas entre professores de língua portuguesa e de outras línguas em contacto, nomeadamente línguas de sinais/gestuais a fim de facilitar a previsão de problemas de contraste e a adoção de material didático adequado à sua superação, especialmente nos níveis pré-escolar e primário.
- Adequar métodos de ensino e materiais pedagógicos aos diversos contextos socioculturais e linguísticos, contemplando o desenvolvimento de técnicas e recursos para a expressão oral e escrita de variedades do português nos diferentes níveis de ensino-aprendizagem.
- Investir no desenvolvimento de plataformas digitais para o ensino da língua portuguesa.
- Reforçar a política editorial para incentivar a produção e a distribuição de livros para o ensino da língua portuguesa e da literatura em língua portuguesa, inclusive nas suas vertentes infantil e juvenil.
- Incentivar a constituição de redes de bibliotecas escolares e de bibliotecas públicas, promovendo a requalificação sistemática das bibliotecas em funcionamento, conforme medidas propostas no PAB e no PALis, indispensáveis à promoção da literacia em língua portuguesa.

EIXO 3: O POTENCIAL ECONÓMICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

- Promover estudos em todos os Estados-Membros da CPLP, alicerçados em metodologias comuns, sobre o potencial económico da língua portuguesa, de forma a dispor de dados globais e comparativos.
- Valorizar o potencial da língua portuguesa nos múltiplos espaços de ação, nomeadamente nas áreas dos negócios, do setor energético, da produção de conteúdos, da inovação, dos recursos educativos, da tradução e da interpretação, do mercado editorial e do mercado das línguas.

- Caracterizar as representações do português nos Estados-Membros da CPLP à luz do seu valor económico, científico, literário e de boas práticas de governação, no sentido da valorização da realidade social e cultural da CPLP, nomeadamente através da atuação conjunta de especialistas dos Estados-Membros da Comunidade.
- Reconhecer o papel das indústrias criativas dos países de língua portuguesa para o desenvolvimento do potencial económico da língua portuguesa, especialmente nos termos da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco de 2005.
- Promover a colaboração técnica, partilha e troca do conhecimento, no quadro da preparação e elaboração de iniciativas na área do direito de autor e direitos conexos.
- Incentivar os Estados-Membros a partilhar metodologias de avaliação sobre a economia do livro, com vista à melhor compreensão de sua cadeia nos espaços da CPLP.
- Realizar o levantamento sobre a capacidade de edição e consumo de livros nos Estados-Membros, de modo a subsidiar futuras ações na área do livro e da leitura dentro e fora do espaço da CPLP.

- Investir no desenvolvimento e inovação de tecnologias para a língua portuguesa e na produção de conteúdos digitais em português;
- Conceber programas de língua portuguesa para fins profissionalizantes, com metas de aprendizagem comuns, a serem aplicadas em escolas técnico-profissionais do espaço CPLP.

EIXO 4: PORTUGUÊS, LÍNGUA DE CULTURA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

- Fortalecer a língua portuguesa como língua de ciência, harmonizando terminologias respeitantes a cada área disciplinar.
- Apoiar o desenvolvimento e a integração dos repositórios científicos dos Estados-Membros da CPLP.
- Catalogar e divulgar a produção científica sobre a língua portuguesa e sobre procedimentos pedagógicos e didáticos para o ensino-aprendizagem da língua portuguesa nos diferentes contextos dos Estados-Membros da CPLP.
- Incentivar a produção e publicação de materiais científicos originalmente redigidos em português, valorizando-os nos sistemas de ensino superior e produção científica nacionais de cada Estado-Membro e fomentando a sua difusão e livre circulação dentro do espaço da CPLP.
- Criar um prémio CPLP de tradução na área da ciência e da tecnologia e melhorar a divulgação dos prémios de investigação, de literatura e de outras disciplinas artísticas dos Estados-Membros da CPLP.
- Promover a produção e a circulação de textos literários, técnicos e científicos dos diferentes Estados-Membros da CPLP no ensino-aprendizagem da língua portuguesa.
- Incentivar a publicação e a livre circulação de traduções em língua portuguesa de obras científicas no espaço da CPLP.
- Implementar a inclusão nos currículos dos sistemas de ensino de elementos de cultura, literatura e história de todos os países da CPLP.
- Incentivar a atribuição de prémios literários, de investigação linguística e de investigação técnico-científica em e sobre língua portuguesa.
- Fomentar coproduções entre os países da CPLP, bem como a produção e a teledifusão de conteúdos audiovisuais.

- Apoiar iniciativas e programas dos Estados-Membros que visam facilitar a circulação e a promoção de produções editoriais no espaço da CPLP.
- Incentivar a troca de experiências sobre redes de bibliotecas nacionais e subnacionais, reforçando o seu intercâmbio e a promoção de boas práticas.
- Apoiar o IILP a coordenar o intercâmbio de experiências nacionais de leitura, de modo a partilhar as boas práticas de alguns países.
- Promover a edição de obras literárias em formatos que facilitem o acesso às pessoas com dificuldades para aceder ao texto impresso.

SEGUIMENTO DA III CONFERÊNCIA

Recomenda-se que o IILP e o Secretariado Executivo da CPLP, dentro das respetivas áreas de competência, recolham regularmente informações sobre as medidas adotadas em cada Estado-Membro para a implementação do PADíli e mantenham os Órgãos Deliberativos da CPLP informados.

Recomenda-se, ainda, que os Estados-Membros promovam a realização, dentro de três anos, da IV Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Uma vez que a I Conferência aconteceu na América do Sul, a II Conferência na Europa e a III Conferência na Ásia, seria recomendável que a IV Conferência acontecesse em solo africano, de modo a evidenciar o caráter global e plural da língua portuguesa.

Recomenda-se, finalmente, que sejam propostas pelo Secretariado Executivo da CPLP normas gerais para a preparação e realização das futuras Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa que deverão ser submetidas à apreciação do Comité de Concertação Permanente. Tal exercício poderá incluir o estabelecimento de regras para a elaboração e acompanhamento dos Planos de Ação.

Intervenção do Secretário de Comunicação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, no Âmbito do Ciclo de Debates "Promoção e Difusão da Língua Portuguesa: Estratégias Globais e Políticas Nacionais", realizado por ocasião das Celebrações do Dia da Língua Portuguesa na CPLP - Brasília, 29/04/2021

Publicado em 29/04/2021 15h28 Atualizado em 18/05/2021 15h34

Senhoras e senhores,

Começo minhas palavras com uma breve reflexão sobre um conceito central, razão de ser de nossa presença neste evento no dia de hoje: o de *comunidade.* Trata-se do princípio e desígnio do projeto da CPLP. A comunidade não se constitui a partir de valores abstratos, mas a partir de tradições, costumes e experiências históricas compartilhadas. Na nossa CPLP, o que confere concretude e inteligibilidade à nossa comunidade é sua experiência histórica compartilhada em língua portuguesa.

Na raiz da nossa Comunidade, está a língua. Embora a língua portuguesa possa transportar valores intrínsecos de cada falante, de cada local em que é falada, ela constitui nossa experiência compartilhada comum; o fundamento dos laços que nos unem; a herança cultural enraizada simultaneamente nos oito países-membros da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guine Equatorial, Moçambique, Portugal e Timor Leste.

De acordo com diversos indicadores que buscam mensurar a importância relativa das línguas, nosso idioma de[illegible] peso e

mundo digital, ocupando o quinto posto com mais usuários na internet. É a língua oficial de nove países espalhados por quatro continentes, detendo o oitavo posto entre os PIBs linguísticos. No contexto da lusofonia, o Brasil responde por cerca de 80% do total de falantes no mundo.

A partir de uma perspectiva pluricêntrica, devemos considerar que a língua portuguesa não é apenas europeizante e transatlântica, mas também possui função para uma multiplicidade de outros Estados ou agentes. É a que confere a identidade e a unidade brasileiras, que estrutura a independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), que alicerça a unidade independente de Timor-Leste.

A defesa desse patrimônio imaterial compartilhado, a língua portuguesa, depende justamente da saúde e robustez das nações e do reconhecimento de suas diferenças, inclusive linguísticas. Nesse contexto, é importante entendermos a ideia de *comunidade*, ou mesmo de *lusofonia*, num prisma dissociado de qualquer projeto político hegemônico dos países que a compõem.

Para tanto, cumpre consolidar os instrumentos que construímos conjuntamente ao longo dos anos, tais como o terceiro Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Firmado em 1990, o Acordo foi o primeiro que contemplou em pé de igualdade as variantes do idioma faladas no Brasil, em Portugal e nos PALOPs, sendo ratificado, até o presente momento, pelos parlamentos nacionais de Brasil, Portugal, Timor-Leste, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

Embora os ritmos de implantação do Acordo Ortográfico sejam variáveis entre os países que já o ratificaram, cabe recordar que, no Brasil, cumpriu-se tudo o que foi pactuado em 1990. A imprensa, em sua totalidade e sem que houvesse qualquer tipo de pressão, adotou as disposições do Acordo já em janeiro de 2009. A indústria do livro, que chega a publicar aproximadamente 20 mil títulos novos por ano (50 mil, se se levar em conta as reimpressões), introduziu as mudanças, aplicando-as progressivamente a cada nova edição. E, no sistema escolar, a introdução das novas regras acompanhou o calendário do Programa Nacional do Livro Didático, que renova os livros de cada ciclo escolar de três em três anos.

Nestes 31 anos de vigência do Acordo no Brasil, não houve registro de eventuais dificuldades, problemas técnicos ou constrangimentos na sua aplicação. Pode-se afirmar, portanto, que as medidas adotadas pelo Governo brasileiro foram plenamente exitosas, contribuindo para o fortalecimento do português como língua internacional e pluricêntrica.

O Acordo de 1990 constitui instrumento fundamental para definir os marcos da cooperação do domínio da língua. Claro, a língua é um instrumento dinâmico. Atualizações no acordo certamente se farão necessárias. Mas, para retificá-lo, é necessário, antes, ratificá-lo.

Outro instrumento fundamental, na visão brasileira, é o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Criado em 1989 e *alma mater* da própria CPLP, o Instituto alcança nova dinâmica a partir de 2010, com a organização pelo Brasil da I Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Dela resultou o Plano de Aç
Brasíli

"Platô" e do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (que fornece material didático para o ensino da língua portuguesa em suas diversas variantes). Dada a importância atribuída pelo Brasil ao Instituto, nosso país alocou, em 2020, recursos extraordinários a três projetos do IILP: as já mencionadas TCTC`s; o Curso de Português como Língua Pluricêntrica; e o projeto Estudo sobre o uso da Língua Portuguesa na Internet.

No que tange à consolidação do IILP, é preciso ter clareza sobre o papel a ser desempenhado pelo Instituto, entendido como um fórum para a gestão compartilhada do idioma. O IILP não precisa, necessariamente, ter caráter executivo, mas deve ser um núcleo de planejamento de ações e de identificação e articulação das instituições que estão encarregadas da realização dos projetos. Somente assim o esforço de difusão da língua portuguesa será realizado pela via multilateral, razão de ser da CPLP. Somente assim seremos capazes de fazer frente aos desafios enfrentados pela língua portuguesa no século XXI.

A IV Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a ser realizada este ano em Cabo Verde, país-sede do IILP, em modalidade virtual, poderá constituir espaço privilegiado para tal debate. Na visão do Brasil, o direcionamento da conferência a temas relacionados ao Instituto certamente resultaria em arejamento nas discussões a seu respeito e de seu papel para a gestão comum da língua. Propomos, ainda, que a Conferência possa ter uma componente avaliativa com relação às suas predecessoras, de maneira a permitir observar avanços e desafios na implantação dos Planos de Ação de Brasília, Lisboa e Díli.

Ainda no contexto do IILP, aproveito a ocasião deste debate para fazer um agradecimento público a figuras que muito têm contribuído para a multilateralização de projetos na área do português pluricêntrico. Tal é o caso do Sr. Incanha Imtumbo, atual Diretor Executivo, sob cuja gestão ganharam importância temas como fortalecimento do Conselho Científico do IILP como foro de debates e o papel do Instituto como ponto focal de articulação de projetos junto aos observadores associados.

Sempre tendo presente o caráter plural do idioma e assumindo desde cedo suas responsabilidades como um polo para a salvaguarda e difusão da língua portuguesa, o Brasil tem cumprido esse papel em três dimensões: a multilateral, como nesta CPLP; em ações bilaterais junto a países parceiros; e unilateralmente, por meio de uma rede de ensino no exterior que remonta à década de 1930.

A rede de ensino do Itamaraty conta hoje com 24 Centros Culturais Brasileiros, 5 Núcleos de Ensino de Português e 32 Leitorados nos cinco continentes. Em período pré-pandemia, a rede chegou a atender mais de 20 mil alunos por semestre. Atualmente conta com 12 mil estudantes, a maior parte em ensino remoto. Estão sendo desenvolvidos projetos de ampliação para o ensino à distância, que permitirão à rede atender a um público mais amplo e diversificado.

Da mesma forma, em estreito diálogo com a sociedade civil, o Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty elaborou Diretrizes para a difusão internacional da Língua Portuguesa, com vistas a harmonizar a ação das centenas de professores que compõem a rede atualmente. O processo de concepção dessas Diretrizes buscou valorizar as características locais de cada unidade da rede, ao mesmo tempo que propôs sistematizar as ações dessas unida

de 2019, foi enviado às representações diplomáticas, instruindo-as a observar as mencionadas diretrizes em suas ações de difusão do idioma.

As Diretrizes para a Difusão da Língua Portuguesa pelo Brasil no Exterior estão estruturadas em cinco seções: princípios, vertentes, dimensões, programas e currículos. O documento possui um caráter normativo, sintético e programático, aspirando a ser um guia de ação unificado para que as representações diplomáticas brasileiras no exterior possam atuar de maneira harmonizada, orgânica e sistemática na difusão da língua portuguesa.

As vertentes elencadas no documento (Português como Língua Estrangeira; como Língua de Herança; para Propósitos Específicos; e como Língua Intercultural) são, por si só, evidência da riqueza e multiplicidade do idioma. E também demonstram que os desafios lançados pelo ensino do português em contextos multilingues estão na raiz da política externa brasileira para a área cultural/educacional.

Dentre as vertentes, merece destaque o *Português como Língua de Herança*, entendido como a língua que os emigrantes brasileiros levam consigo e que, no novo espaço social em que se fala majoritariamente outra língua, fica restrita ao uso familiar. Sua manutenção como língua familiar, além de reforçar vínculos identitários de brasileiros ou descendentes de brasileiros que vivem em outros países, torna-os vetores de promoção do idioma e da cultura do Brasil e da lusofonia. No ano passado, mesmo com as severas restrições decorrentes do cenário de pandemia, verificou-se número recorde de apoio a iniciativas de língua de herança pelo Itamaraty

Outra vertente que merece ser recordada como de particular interesse para o Brasil é a do *Português como Língua Pluricêntrica*: o estímulo ao fortalecimento do português em contextos em que o idioma existe como língua oficial, mas é escassamente utilizada, bem como naqueles em que o idioma sobrevive em determinados substratos da sociedade. São casos como Guiné-Equatorial e Timor-Leste, de regiões da Índia, China e Senegal, por exemplo, em que a própria sobrevivência do idioma é um desafio para as sociedades. Nesses casos, sempre que instado, o Brasil busca contribuir para o fortalecimento do idioma, reconhecendo e valorizando as variantes locais.

Da mesma forma, na visão do Brasil, o bilinguismo nas regiões de fronteira constitui importante vetor de internacionalização do português. O Brasil partilha mais de 15.000 km de fronteiras com 10 países, sete dos quais falantes de espanhol. Mais do que uma divisa, esses espaços são encontros de mundos, como na brasileira Santana do Livramento em frente à uruguaia Rivera, separadas apenas por uma avenida e onde é comum ouvir-se que "quem vive na fronteira sabe que a fronteira não existe". As políticas de internacionalização da língua portuguesa devem, assim, passar também pelo aprofundamento da aliança estratégica com o espanhol, em vista do potencial de intercompreensão e do "parentesco" extremamente próximo entre as duas línguas.

Nesse contexto, muitas das Embaixadas e Consulados brasileiros na região iberoamericana mantêm centros culturais - 13 ao todo - que oferecem cursos de português e atividades culturais complementares, em diversos níveis de aprendizado, com currículos e materiais desenvolvidos especialmente para o público hispanófono. Em diversos casos o ensino da língua também se estende, a pedido dos governos locais, a grupos de funcionários públicos, como diplomatas, policiais ou autoridades aduaneiras, cujas tarefas se beneficiam do melhor conhe

executor de políticas, o Itamaraty é hoje um a*rticulador* de iniciativas surgidas em diversos campos, como as universidades; a rica indústria audiovisual do Brasil; a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); as centenas de associações comunitárias de brasileiros no exterior; nossa música popular; esportes como a capoeira; e instituições como a Câmara Brasileira do Livro, o Museu da Língua Portuguesa, a Fundação Biblioteca Nacional, entre muitas outras.

Ao longo de 500 anos, desde que os primeiros portugueses aportaram na costa da Bahia, ensaiaram as primeiras palavras junto aos habitantes locais e iniciaram a rica história da variante brasileira do idioma, nosso país tem contribuído, assim, para que que esse tecido siga cada vez mais múltiplo e complexo. Que o dia de hoje, em que celebramos essa trama, essa bela e multifacetada urdidura chamada língua portuguesa, represente mais uma chance para que reflitamos, como c*omunidade*, a respeito dos fios que a ela adicionaremos. Sigamos tecendo, juntos, a várias mãos, para torna-la sempre mais densa e forte.

Compartilhe: